Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("Units")

Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF n.º 33.700.394/0001-40
Av. Eusébio Matoso, 891
São Paulo – SP

Unibanco Holdings S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF n.º 00.022.034/0001-87
Av. Eusébio Matoso, 891
São Paulo – SP

74.912.362 Units
Código ISIN BRUBBRCDAM14

Preço por Unit: R$20,49
Valor da Distribuição: R$1.534.954.297,38

Distribuição pública secundária de 74.912.362 Certificados de Depósito de Ações, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, representativos cada um de 1 (uma) ação preferencial de emissão do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. ("Unibanco") e 1 (uma) ação preferencial de emissão da Unibanco Holdings S.A. ("Holdings", e, conjuntamente com o Unibanco, os "Emissores"), todos escriturais, nominativos e sem valor nominal ("Units"), de titularidade da Caixa Brasil, SGPS, S.A. ("Acionista Vendedor"), a ser realizada no âmbito de uma oferta global ("Oferta Global"), com a distribuição simultânea, em mercado de balcão não-organizado, de Units no Brasil ("Oferta Brasileira") e no exterior ("Oferta Internacional") de Units, sob a forma de Global Depositary Shares ("*GDSs*"), representados por Global Depositary Receipts ("*GDRs*"). A Oferta Global será coordenada conjuntamente pela Unibanco Securities Inc. ("Unibanco Securities") e UBS Securities LLC ("UBS Securities" e, conjuntamente com a Unibanco Securities "Coordenadores da Oferta Internacional", respectivamente).

A Oferta Global foi aprovada pelo Conselho de Administração do Acionista Vendedor e pelo Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos S.A., única controladora do Acionista Vendedor, em 25 de agosto de 2005 e 24 de agosto de 2005, respectivamente.

No âmbito da Oferta Brasileira, serão distribuídas, inicialmente, 19.338.447 Units, através de instituições financeiras lideradas pelo Unibanco ("Coordenador Líder") e pelo Banco UBS S.A. ("UBS" e, quando em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores da Oferta Brasileira"), em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM n.º 400") da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ("CVM"). No âmbito da Oferta Internacional, serão distribuídas, inicialmente, 55.573.915 Units na forma de 11.114.783 *GDSs*, através de instituições financeiras coordenadas pelos Coordenadores da Oferta Internacional. Cada GDS corresponde a 5 Units.

O preço de venda por Unit ("Preço por Unit") foi fixado após a finalização do procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*), conduzido no Brasil pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, e, no exterior, pelos Coordenadores da Oferta Internacional. O Preço por Unit foi aprovado pelo Acionista Vendedor antes da concessão do registro da presente distribuição pública pela CVM. A cotação média ponderada de nossas Units, segundo a fonte Bloomberg, em 13 de setembro de 2005, foi de R$20,55.

	Preço (R$)	**Comissões[1] (R$)**	**Recursos Líquidos (R$)**
Por Unit	**20,49**	**0,41**	**20,08**

[1] As comissões acima, incluem a comissão base de 1,65% e a comissão de incentivo de 0,35%.

O Acionista Vendedor, nos termos previstos no artigo 24 da Instrução CVM n.º 400, concedeu aos Coordenadores da Oferta Brasileira uma opção, a ser exercida pelo UBS, para a aquisição de um lote suplementar de até 11.236.854 Units ("Units Adicionais"). Adicionalmente, o Acionista Vendedor concedeu aos Coordenadores da Oferta Internacional uma opção, a ser exercida pela UBS Securities, para a aquisição de um lote suplementar de até 8.336.087 Units, sob a forma de *GDSs*, ("*GDSs* Adicionais"). Em nenhuma hipótese, a soma do efetivo exercício das Units Adicionais e das Units representadas pelos *GDSs* Adicionais totalizará mais do que 11.236.854 Units. Essas opções serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Global ("Opções") e deverão ser exercidas nas mesmas condições e preço das Ações e *GDSs* inicialmente ofertados no âmbito da Oferta Brasileira e da Oferta Internacional, respectivamente.

Registro da presente distribuição pública secundária na CVM: CVM/SRE/SEC/2005/012, em 14 de setembro de 2005. "O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade das companhias emissoras, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos."

"Os administradores da Holdings, os administradores do Unibanco e o Coordenador Líder declaram que, até onde têm conhecimento, as informações contidas neste documento correspondem à realidade e não omitem nada capaz de afetar a importância de tais informações".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Units. Ao decidir por adquirir as Units, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Holdings, do Unibanco, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Units. Ver Seção **"Fatores de Risco", entre a página 42 e a página 50 deste Prospecto, para discussão de certos fatores de risco que devem ser considerados, antes do investimento em Units**.

"A presente oferta pública foi elaborada de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários registrado no 5º Ofício de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro sob o n.º 497585, atendendo aos padrões mínimos de informação contidos no mesmo, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade das companhias, das instituições participantes e dos títulos e valores mobiliários objeto da Oferta."

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Coordenadores Contratados

A data deste Prospecto é 13 de setembro de 2005

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

- Definições 3
- Fontes de Informações 9
- Informações sobre a Oferta 10
  - Composição Atual do Capital Social 10
  - Características e Prazos 11
  - Contrato de Distribuição 17
  - Informações Complementares 22
  - Declaração do Unibanco, da Holdings, do Acionista Vendedor e do Coordenador Líder 23
- Identificação de Administradores, Consultores e Auditores Independentes 24
- Considerações sobre Termos, Valores, Estimativas e Declarações Sobre o Futuro 27
- Apresentação das Informações Financeiras 28
- Sumário dos Emissores 29
- Resumo das Demonstrações Financeiras 38
- Estrutura da Oferta 39
- Fatores de Risco 42
- Destinação dos Recursos 51
- Capitalização 52
- Diluição 53
- Descrição das Units 54
- Informações sobre o Mercado 56
- Informações Financeiras Selecionadas 59
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operacional 64
- Regulamentação do Setor Bancário 130

2. INFORMAÇÕES SOBRE O UNIBANCO

- Descrição dos Negócios 148
- Administração 182
- Principais Acionistas e Acionista Vendedor 202
- Operações com Partes Relacionadas 205
- Descrição do Capital Social 206
- Dividendos e Política de Dividendos 211

3. INFORMAÇÕES SOBRE A HOLDINGS

- Descrição dos Negócios 216
- Histórico 216
- Administração 219
- Principais Acionistas e Acionista Vendedor 222
- Operações com Partes Relacionadas 224
- Descrição do Capital Social 225
- Dividendos e Política de Dividendos 229

4. ANEXOS

- Estatuto Social da Holdings 235
- Estatuto Social do Unibanco 248
- Informações Anuais da Holdings relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2004 (apenas informações não constantes das demais seções do Prospecto) 272
- Informações Anuais do Unibanco relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2004 (apenas informações não constantes das demais seções do Prospecto) 279
- Declaração do Unibanco na qualidade de Coordenador Líder da Oferta Brasileira e Emissor nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 294
- Declaração da Holdings nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 295
- Declaração do Acionista Vendedor nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 296

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstrações Financeiras consolidadas da Holdings relativas aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2004, 31.12.2003 e 31.12.2002 e respectivo parecer dos auditores independentes 300
- Demonstrações Financeiras consolidadas do Unibanco relativas aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2004, 31.12.2003 e 31.12.2002 e respectivo parecer dos auditores independentes 393
- Informações Trimestrais da Holdings relativas ao período de seis meses encerrado em 30.06.2005, objeto de revisão limitada pelos auditores independentes 528
- Informações Trimestrais do Unibanco relativas ao período de seis meses encerrado em 30.06.2005, objeto de revisão limitada pelos auditores independentes 610

DEFINIÇÕES

Os termos abaixo definidos, quando utilizados neste Prospecto, seja no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos nesta seção:

ABECS	Associação Brasileira de Empresas de Cartão de Crédito e Serviços.
Acionista Vendedor	Caixa Brasil, SGPS, S.A., empresa totalmente detida pela Caixa Geral de Depósitos S.A.
Ações	Ações preferenciais de emissão da Holdings e ações preferenciais de emissão do Unibanco que dão, conjuntamente, lastro às Units.
Ações ON	Ações ordinárias nominativas, ou simplesmente ações ordinárias, que conferem ao acionista direito a voto em assembléias do Unibanco ou da Holdings, conforme o caso.
Ações PN	Ações preferenciais nominativas, ou simplesmente ações preferenciais.
Acordo da Basiléia	Conjunto de regras prudenciais bancárias divulgado pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia em 1988, com o objetivo de dar maior solidez ao sistema financeiro mundial. Sua principal característica é o requerimento de um percentual mínimo resultante da divisão do capital social de uma instituição financeira por seus respectivos ativos ponderados pelo risco a eles inerentes. O Acordo da Basiléia foi implementado no Brasil pela Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.099, de 17 de agosto de 1994, tal como alterada, que instituiu valores mínimos de capital realizado e de patrimônio líquido ajustado pelo grau de risco para instituições financeiras brasileiras. Em janeiro de 2001 o Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia divulgou uma nova versão do Acordo da Basiléia.
ANAPP	Associação Nacional de Planos de Previdência Privada.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública Secundária de Units.
Anúncio de Início	Anúncio de Início de Distribuição Pública Secundária de Units.

Banco Central	Banco Central do Brasil.
BANIF	Banif Primus Banco de Investimentos S.A.
BES	BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CETIP	Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados.
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
Contrato de Distribuição	O Contrato de Coordenação e Colocação de Units sob Regime de Garantia Firme celebrado entre o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta Brasileira, a Holdings, o Unibanco e a CBLC.
Coordenadores Contratados	BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento, Banif Primus Banco de Investimentos S.A e Banco J.P. Morgan S.A.
Coordenador Líder	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Coordenadores da Oferta Brasileira	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. e Banco UBS S.A.
Coordenadores da Oferta Internacional	Unibanco Securities Inc. e UBS Securities LLC.
COPOM	Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
Creditec	Creditec – Crédito Financiamento e Investimento S.A.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
DFP	Demonstrações Financeiras Padronizadas.

Dólar, dólar, dólar norte-americano ou US$	A moeda corrente nos Estados Unidos da América.
DRI	Diretor de Relação com Investidores. É um membro da diretoria de companhias abertas designado para estabelecer relação com o público investidor e acionistas da empresa. É responsável pela divulgação de informações relevantes ao mercado, além de comunicados, esclarecimentos e atendimento aos acionistas.
FENASEG	Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
Fininvest	Banco Fininvest S.A.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
GDR	*Global Depositary Receipt*, título representativo de um GDS.
GDS	*Global Depositary Share*, valor mobiliário negociado na Bolsa de Valores de Nova York, representativo de 5 Units.
HiperCard	HiperCard Administradora de Cartão de Crédito Ltda.
Holdings	Unibanco Holdings S.A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBOVESPA	Índice BOVESPA, índice da Bolsa de Valores de São Paulo. Mede a lucratividade de uma carteira hipotética das ações mais negociadas na BOVESPA. Cada ação integrante da carteira recebe um peso que varia de acordo com sua liquidez. Freqüentemente a composição e os pesos são alterados conforme critérios preestabelecidos pela Bovespa.
IBRACON	Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes.
IBrX-50	O IBrX-50 - Índice Brasil 50 é um índice que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por 50 ações selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA em termos de liquidez, ponderadas na carteira pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação.

Índice da Basiléia	É o Patrimônio Líquido Ajustado, dividido pelo ativo ponderado pelo risco, conforme definido no Acordo da Basiléia.
Índice de Eficiência	É um indicador das despesas sobre as receitas. No Unibanco é utilizada a seguinte fórmula: (Despesas de Pessoal + Outras Despesas Administrativas) / (Resultado da Intermediação Financeira + Provisão para Perdas com Crédito + Receita de Prestação de Serviços + Prêmio de Seguros, Capitalização e Previdência Privada + Variações de Provisões Técnicas de Seguros, Capitalização e Previdência Privada + Sinistros + Despesas com Benefícios de Planos e Previdência Privada + Despesas de Comercialização e Outras de Seguros + Despesas de Comercialização de Cartão de Crédito + Despesas Tributárias + Outras Receitas Operacionais + Outras Despesas Operacionais).
Instituições Participantes da Oferta Brasileira	Coordenadores da Oferta Brasileira, Coordenadores Contratados, Participante Especial e Corretoras Consorciadas.
International Underwriting Agreement	O contrato firmado entre o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta Internacional, a Holdings e o Unibanco, na qualidade de companhias emissoras.
Investidores Institucionais	Pessoas físicas e jurídicas relativamente a ordens específicas referentes a valores de investimento que excedam o limite máximo estabelecido para os Investidores Não-Institucionais, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, carteiras de valores mobiliários, pessoas jurídicas com patrimônio líquido superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução n.º 2.689 e da Instrução CVM n.º 325.
Investidores Não-institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas que não sejam considerados Investidores Institucionais, e clubes de investimento registrados na BOVESPA, em ambos os casos, que venham a realizar Pedido de Reserva.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
IPCA	Indices de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.

IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.
ITR	Informações Trimestrais.
JPMorgan	Bancos J.P. Morgan S.A.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada posteriormente e em vigor na data deste Prospecto.
Luizacred	Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.
Oferta	Oferta de 74.912.362 Units, que serão distribuídas para Investidores Não-Institucionais e Institucionais no Brasil pelos Coordenadores da Oferta Brasileira e pelos Coordenadores da Oferta Internacional no exterior.
Opções	Opção de Units Adicionais e Opção de GDSs Adicionais.
Participante Especial	Ágora Senior CTVM S.A.
Período de Distribuição	O período de até 6 (seis) meses após a data de publicação do Anúncio de Início.
PIS	Programa de Integração Social.
Práticas Contábeis Brasileiras	Práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas emanadas pela CVM, Banco Central, SUSEP e CMN e os pareceres do IBRACON.
Procedimento de *Bookbuilding*	Determinação do preço de venda das Units tomando-se por base a cotação das Units em bolsa de valores e as ordens firmes de investimento, em função de volumes e preços, submetidas por potenciais Investidores Institucionais para a aquisição das Units.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária, a ser disponibilizado no Período de Distribuição.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária.
Real, real ou R$	A moeda corrente no Brasil.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, órgão regulador do mercado de capitais dos Estados Unidos da América equivalente à CVM.

SUSEP	Superintendência de Seguros Privados.
UAM	Unibanco Asset Management.
UBS	Banco UBS S.A.
Unibanco	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Unibanco Investshop Corretora	Unibanco Investshop Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio S.A.
Unibanco Securities	Unibanco Securities Inc.
Units	Certificados de Depósito de Ações escriturais, de propriedade do Acionista Vendedor, emitidos pelo Unibanco, nos termos do artigo 43 da Lei das Sociedades por Ações, representativos, cada um deles, de uma ação preferencial sem direito de voto de emissão do Unibanco e uma ação preferencial sem direito de voto de emissão da Holdings, todas elas desembaraçadas e livres de qualquer tipo de ônus ou gravames. As Units estão sujeitas ao disposto nos artigos 7º a 11º e 6º a 11º dos Estatutos Sociais do Unibanco e da Holdings, respectivamente. Ressalvado o disposto em tais artigos, o detentor das Units fará jus a todos os direitos atribuídos às ações preferenciais de emissão do Unibanco e às ações preferenciais de emissão da Holdings que elas representam, a partir da data em que receberem as Units.
US GAAP	Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.
Valor Patrimonial por Ação (VPA)	O Valor Patrimonial por Ação é o valor do Patrimônio Líquido da companhia dividido por seu número de ações representativas de seu capital social excluindo as ações em tesouraria.

FONTES DE INFORMAÇÕES

Determinadas informações do setor financeiro contidas ou incorporadas por referência neste Prospecto vêm de fontes que acreditamos serem confiáveis. Entretanto, não verificamos de forma independente tais informações e não assumimos qualquer responsabilidade por sua precisão ou exatidão. Tais fontes incluem:

- Sistema de Informações do Banco Central, ou SISBACEN;
- Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, ou FENASEG;
- Superintendência de Seguros Privados, ou SUSEP;
- Associação Nacional de Bancos de Investimentos e Distribuidoras, ou ANBID;
- Fundação Getúlio Vargas, ou FGV;
- Associação Brasileira de Empresas de Cartão de Crédito e Serviços, ou ABECS;
- Agência Nacional de Saúde Suplementar, ou ANS; e
- Associação Nacional de Planos de Previdência Privada, ou ANAPP.

A não ser que esteja especificado de modo contrário, ou o contexto específico requeira uma interpretação diferente, as referências neste Prospecto ao "Unibanco", "nós" e "nosso", referem-se ao Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. e suas subsidiárias, e referências à "Holdings" referem-se ao nosso acionista controlador Unibanco Holdings S.A.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

COMPOSIÇÃO ATUAL DO CAPITAL SOCIAL

A composição do capital social do Unibanco, em 19 de agosto de 2005, era a seguinte:

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

	Subscrito/Integralizado [1][2]	
Espécie e classe	**Quantidade**	**Valor (R$) [3]**
ON	755.658.168	2.681.810.338,33
PN	653.200.164	2.318.189.661,67
Total[1]	1.408.858.332	5.000.000.000,00

(1) Todas as ações emitidas foram integralizadas.
(2) Considerando o grupamento aprovado em 30 de abril de 2004.
(3) As ações não têm valor nominal. Assim sendo, o valor atribuído às ações acima corresponde ao valor do capital social do Unibanco.

A composição do capital social da Holdings, em 19 de agosto de 2005, era a seguinte:

Unibanco Holdings S.A.

	Subscrito/Integralizado [1][2]	
Espécie e classe	**Quantidade**	**Valor (R$) [3]**
ON	276.867.952	621.351.953,86
PN	553.465.920	1.242.098.004,86
Total[1]	830.333.872	1.863.449.958,72

(1) Todas as ações emitidas foram integralizadas.
(2) Considerando o grupamento aprovado em 30 de abril de 2004.
(3) As ações não têm valor nominal. Assim sendo, o valor atribuído às ações acima corresponde ao valor do capital social da Holdings.

Após a conclusão da Oferta, a composição do capital social do Unibanco e da Holdings permanecerão da mesma forma.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente por acionistas do Unibanco e da Holdings, em 19 de agosto de 2005, e, pro-forma, após a conclusão da Oferta:

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

	Em 19 de agosto de 2005				Após a Oferta [1]	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**(%)**	**Ações Preferenciais**	**(%)**	**Ações Preferenciais**	**(%)**
Unibanco Holdings	733.592.492	97,1%	78.172.155	12,2%	78.172.155	12,2%
Caixa Brasil, SGPS, S.A.	0	0,0%	86.149.216	13,4%	0	0,0%
Grupo Moreira Salles – Circulação pulverizada [2]	189.217	0,0%	2.241.563	0,3%	2.241.563	0,3%
Units/GDS–em circulação	0	0,0%	445.430.141	69,5%	531.579.357	82,9%
PN – em circulação	0	0,0%	29.121.467	4,5%	29.121.467	4,5%
ON – em circulação	21.876.459	2,9%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	755.658.168	100,0%	641.114.542	100,0%	641.114.542	100,0%
Ações em tesouraria	0		12.085.622		12.085.622	
Total	755.658.168		653.200.164		653.200.164	

(1) Assumindo a colocação da totalidade das Units e considerando o exercício integral da Opção de Units Adicionais e Opção de GDSs Adicionais.
(2) Quantidade de Units detidas por E. Johnston Representações e Participações S.A., sociedade pertencente ao Grupo Moreira Salles.

Unibanco Holdings S.A.

	Em 19 de agosto de 2005				Após a Oferta [1]	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**(%)**	**Ações Preferenciais**	**(%)**	**Ações Preferenciais**	**(%)**
E. Johnston Representações e Participações S.A[2]	247.778.104	89,5%	0	0,0%	0	0,0%
Caixa Brasil, SGPS, S.A.	0	0,0%	86.149.217	16,1%	0	0,0%
Grupo Moreira Salles – circulação pulverizada [3]	0	0,0%	2.177.856	0,4%	2.177.856	0,4%
Unit/GDS–em circulação	0	0,0%	445.430.141	83,3%	531.579.358	99,4%
PN – em circulação	0	0,0%	1.139.489	0,2%	1.139.489	0,2%
ON – em circulação	29.089.848	10,5%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	276.867.952	100,0%	534.896.703	100,0%	534.896.703	100,0%
Tesouraria Holdings	0		18.569.217		18.569.217	
Total	276.867.952		553.465.920		553.465.920	

(1) Assumindo a colocação da totalidade das Units e considerando o exercício integral da Opção de Units Adicionais e Opção de GDSs Adicionais.

(2) Sociedade pertencente ao Grupo Moreira Salles.

(3) Quantidade de Units detidas por E. Johnston Representações e Participações S.A.

CARACTERÍSTICAS E PRAZOS

Descrição da Oferta Global

A oferta consiste na distribuição pública secundária de 74.912.362 Certificados de Depósito de Ações, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, representativos cada um de 1 (uma) ação preferencial de emissão do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. ("Unibanco") e 1 (uma) ação preferencial de emissão da Unibanco Holdings S.A. ("Holdings", e, conjuntamente com o Unibanco, os "Emissores"), todas escriturais, nominativas e sem valor nominal ("Units"), de titularidade da Caixa Brasil, SGPS, S.A. ("Acionista Vendedor"), a ser realizada no âmbito de uma oferta global ("Oferta Global"), com a distribuição simultânea, em mercado de balcão não-organizado, de Units no Brasil ("Oferta Brasileira") e no exterior ("Oferta Internacional"), sob a forma de *Global Depositary Shares* ("*GDSs*"), representados por *Global Depositary Receipts* ("*GDRs*"). A Oferta Global será coordenada conjuntamente pela Unibanco Securities Inc. ("Unibanco Securities") e UBS Securities LLC ("UBS Securities", e em conjunto com a Unibanco Securities os "Coordenadores da Oferta Internacional").

No âmbito da Oferta Brasileira, serão distribuídas, inicialmente, 19.368.447 Units, através de instituições financeiras lideradas pelo Unibanco ("Coordenador Líder") e pelo Banco UBS S.A. ("UBS" e, quando em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores da Oferta Brasileira"), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição contratadas pelos Coordenadores da Oferta Brasileira (os "Coordenadores Contratados", o Participante Especial e as "Corretoras Consorciadas", e, conjuntamente com os Coordenadores da Oferta Brasileira, as "Instituições Participantes da Oferta Brasileira"), em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM n.º 400") da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ("CVM"). No âmbito da Oferta Internacional, serão distribuídas, inicialmente, 55.573.915 Units na forma de 11.114.783 *GDSs*, através de instituições financeiras coordenadas pelos Coordenadores da Oferta Internacional. Cada *GDS* corresponde a 5 Units.

O Acionista Vendedor, nos termos previstos no artigo 24 da Instrução CVM n.º 400, concedeu aos Coordenadores da Oferta Brasileira uma opção, a ser exercida pelo UBS, para a aquisição de um lote suplementar de até 11.236.854 Units, ("Units Adicionais"). Adicionalmente, o Acionista Vendedor concedeu aos Coordenadores da Oferta Internacional uma opção, a ser exercida pela UBS Securities, para a aquisição de um lote suplementar de até 8.336.087 Units, sob a forma de *GDSs*, ("*GDSs* Adicionais"). A soma das Units Adicionais e das Units representadas pelos *GDSs* Adicionais totaliza 11.236.854 Units. Essas opções serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Global ("Opções") e deverão ser exercidas nas mesmas condições e preço das Units e *GDSs* inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Brasileira e da Oferta Internacional, respectivamente. A Opção referente às Units Adicionais deve ser exercida no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data do Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Units com Garantia Firme de Colocação a ser celebrado entre o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta Brasileira, os Emissores e a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("Contrato de Distribuição" e "CBLC", respectivamente).

Quantidade, Valor e Recursos Líquidos

Na hipótese de não haver o exercício da Opção de Units Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Unit (R$)	Montante (R$)	Recursos Líquidos[1] (R$)
Caixa Brasil, SGPS, S.A.	**74.912.362**	**20,49**	**1.534.954.297,38**	**1.504.255.211,38**

[1] Líquidos de comissões.

Na hipótese de haver o exercício da Opção de Units Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Unit (R$)	Montante (R$)	Recursos Líquidos[1] (R$)
Caixa Brasil, SGPS, S.A.	**86.149.216**	**20,49**	**1.765.197.435,84**	**1.729.893.537,12**

[1] Líquidos de comissões.

Preço de Venda

O preço de venda foi fixado de acordo com os critérios indicados no inciso III do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva (conforme abaixo definidos) e (ii) a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais realizado no Brasil pelos Coordenadores da Oferta Brasileira ("Procedimento de *Bookbuilding*"), em ambos os casos em consonância com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM n.º 400 ("Preço por Unit"). O Procedimento de *Bookbuilding* consistiu no recebimento de intenções firmes de investimento para aquisição das Units por Investidores Institucionais e na determinação do Preço por Unit, tomando-se por base: (i) a cotação das Units negociadas na Bovespa e dos *GDSs* representativos das Units negociados na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE"); e (ii) as indicações de interesse, em função da qualidade de demanda (por volume e preço), submetidas por potenciais Investidores Institucionais para a aquisição das Units, em conformidade com o disposto nos artigos 23, § 1º e 44 da Instrução CVM n.º 400. Os Investidores Não-Institucionais que aderiram a Oferta, não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de fixação do Preço por Unit.

	Preço (R$)	Comissões (R$)[1]	Recursos Líquidos para o Acionista Vendedor (R$)
Por Unit	**20,49**	**0,41**	**20,08**

[1] As comissões acima, incluem a comissão base de 1,65% e a comissão de incentivo de 0,35%.

Custos de Distribuição

Os custos da distribuição da Oferta Global serão suportados pelo Acionista Vendedor. Abaixo segue a descrição dos custos relativos à Oferta Global:

Comissões e Taxa	Valor[3] (R$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta Brasileira (R$)
Comissão de Garantia Firme	**20.261.396,73**	**1,33%**
Comissão de Colocação	**5.065.349,18**	**0,32%**
Comissão de incentivo	**5.372.340,04**	**0,35%**
Total Comissões	**30.699.085,95**	**2,00%**
Taxa de Registro na CVM	**82.870,00**	**0,01%**
Outras Despesas da Oferta Global[1]	**6.400.000,00**	**0,42%**
Total[2]	**37.181.955,95**	**2,43%**
Custo Unitário	**0,50**	***[4]**

[1] Custos estimados com advogados, consultores e publicidade da Oferta Global.

[2] Sem levar em consideração o exercício da Opção de Units Adicionais.

[3] Assumimos alocação integral da Oferta Global no Brasil.

[4] Percentual inferior a 0,01%.

Aprovações Societárias

A Oferta Global foi aprovada pelo Conselho de Administração do Acionista Vendedor e pelo Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos S.A., única controladora do Acionista Vendedor, em 25 de agosto 2005 e 24 de agosto de 2005, respectivamente.

Reserva de Capital

Tendo em vista que a Oferta Global é uma distribuição secundária de Units de titularidade do Acionista Vendedor, nenhum recurso decorrente da distribuição das Units objeto da Oferta Global será recebido pelo Unibanco ou pela Holdings. Portanto, não haverá alocação à conta de capital social ou de reserva de capital dessas sociedades.

Público-Alvo da Oferta

A Oferta Brasileira será feita a Investidores Institucionais e Investidores Não-Institucionais.

As Instituições Participantes da Oferta Brasileira, abaixo definidas, realizarão a distribuição das Units da Oferta Brasileira em regime de garantia firme de aquisição, individual, não solidária, nos termos da Instrução CVM n.º 400, do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa relativo ao Nível I da BOVESPA, e conforme previsto no Contrato de Distribuição, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a oferta de varejo ("Oferta de Varejo") e a oferta institucional ("Oferta Institucional").

A Oferta de Varejo será realizada junto a investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no Brasil que não sejam considerados investidores institucionais e clubes de investimento registrados na BOVESPA ("Investidores Não-Institucionais") que realizarem solicitações de reserva mediante o preenchimento de formulário específico ("Pedido de Reserva"), destinado à aquisição de Units da Oferta Brasileira, nas condições descritas abaixo em "Procedimento da Oferta Brasileira".

Com o intuito de possibilitar aos empregados e colaboradores do Unibanco e empresas do grupo Unibanco a participação na Oferta de Varejo, será oferecido um financiamento junto ao Instituto Assistencial Pedro di Perna, um instituto patrocinado pelos empregados do Unibanco e das empresas do grupo Unibanco, observado o limite máximo de três salários mensais nominais com base em agosto de 2005.

A Oferta Institucional será realizada junto a pessoas físicas e jurídicas relativamente a ordens específicas referentes a valores de investimento que excedam o limite máximo estabelecido para os Investidores Não-Institucionais, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, carteiras de valores mobiliários, pessoas jurídicas com patrimônio líquido superior a R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução n.º 2.689 e da Instrução CVM n.º 325 ("Investidores Institucionais").

Cronograma da Oferta Brasileira

Encontram-se abaixo um cronograma das etapas da Oferta informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado.

Ordem dos Eventos	Eventos	Data prevista [1]
1.	Publicação do Aviso ao Mercado	31/08/2005
	Disponibilização do Prospecto Preliminar	31/08/2005
	Início das apresentações de *roadshow*	31/08/2005
	Início do Procedimento de *Bookbuilding*	31/08/2005
2.	Início dos Períodos de Reserva	08/09/2005
3.	Encerramento do Período de Reserva para Investidores Não Institucionais	12/09/2005
4.	Encerramento das apresentações de *roadshow*	13/09/2005
	Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*	13/09/2005
	Fixação do Preço por Unit *(pricing)*	13/09/2005
	Assinatura do Contrato de Distribuição e do *International Underwriting Agreement*	13/09/2005
	Início do prazo de exercício da Opção de Units Adicionais	13/09/2005
5.	Registro da Oferta Brasileira	14/09/2005
	Publicação do Anúncio de Início da Oferta Brasileira	14/09/2005
	Disponibilização do Prospecto Definitivo	14/09/2005
6.	Data de Liquidação	19/09/2005
7.	Encerramento do prazo de exercício da Opção de Units Adicionais	14/10/2005
8.	Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta Brasileira	19/10/2005

[1] As datas previstas nos ítens 6,7 e 8 acima são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e adiamentos.

Procedimentos da Oferta Brasileira

Com o encerramento do Período de Reserva, a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do competente registro pela CVM e a publicação do Anúncio de Início, a distribuição pública da Oferta Brasileira será efetuada pelas Instituições Participantes da Oferta Brasileira por meio de duas ofertas distintas, a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional, em mercado de balcão não-organizado, nos termos previstos no artigo 21 da Instrução CVM n.º 400 e atendendo ao esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento de Listagem do Nível I da BOVESPA.

Foi concedido aos Investidores Não-Institucionais um prazo de 3 (três) dias úteis, iniciado em 08 de setembro de 2005, inclusive, e encerrado em 12 de setembro de 2005, inclusive ("Período de Reserva"), para a realização de reservas destinadas à aquisição de Units, mediante o preenchimento dos Pedidos de Reserva perante uma única instituição habilitada a receber Pedidos de Reserva no âmbito da Oferta ("Instituição Habilitada").

A quantidade de 20% (vinte por cento) do total de Units da Oferta Global, excluindo as Units Adicionais e *GDSs* Adicionais, será destinada prioritariamente a Investidores Não-Institucionais no Brasil e no exterior, na proporção da alocação verificada na Oferta Brasileira e na Oferta Internacional, respectivamente, sendo que no mínimo 5% (cinco por cento) do total das Units da Oferta Global serão destinados prioritariamente aos Investidores Não-Institucionais no Brasil que aderirem à Oferta de Varejo ("Limite da Oferta de Varejo").

Os Investidores Não-Institucionais realizaram Pedidos de Reserva de Units irrevogáveis e irretratáveis, exceto pelo disposto no item (vii) abaixo, sem necessidade de depósito antecipado, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, mediante seu preenchimento, nas condições a seguir expostas:

(i) cada Investidor Não-Institucional interessado pôde efetuar o seu Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Habilitada, dentro do Período de Reserva, observados o valor mínimo de investimento de R$2.000,00 (dois mil reais) e o valor máximo de investimento de R$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não-Institucional. Os Investidores Não-Institucionais puderam estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Unit como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme o previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM n.º 400;

(ii) recomendou-se aos Investidores Não-Institucionais verificar com a Instituição Habilitada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se tal Instituição Habilitada participou da Oferta de Varejo e, neste caso, se esta exigiu, a seu exclusivo critério, a manutenção de recursos em conta de investimento aberta e/ou mantida junto à tal instituição, para fins de garantia do Pedido de Reserva;

(iii) cada Instituição Habilitada deverá informar a quantidade de Units a ser adquirida e o correspondente valor do investimento ao Investidor Não-Institucional que com ela realizar Pedido de Reserva, até às 16:00 horas do dia seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio, conforme previsto no item (vi) abaixo;

(iv) cada Investidor Não-Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado conforme o item (iii) acima à Instituição Habilitada junto à qual tenha realizado seu Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação, conforme abaixo definida. Ressalvado o disposto no item (vii) abaixo, não havendo pagamento pontual, o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Habilitada junto à qual o Pedido de Reserva for realizado;

(v) caso o total dos Pedidos de Reserva seja igual ou inferior ao Limite da Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva, e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não-Institucionais serão destinadas aos Investidores Institucionais, conforme o exposto abaixo;

(vi) caso o total dos Pedidos de Reserva seja superior ao Limite da Oferta de Varejo, será realizado rateio entre todos os Investidores Não-Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo sendo que **(a) até o limite de R$4.000,00 (quatro mil reais), inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Units destinadas à Oferta de Varejo entre todos os Investidores Não-Institucionais, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e ao valor total de Units destinadas à Oferta de Varejo; e (b) uma vez atendido o critério descrito no item (a) acima, as Units destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas proporcionalmente entre todos os Investidores Não-Institucionais**, desconsiderando-se, entretanto, em ambos os casos, as frações de Units. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta Brasileira, a quantidade de Units destinada à Oferta de Varejo poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito anteriormente;

(vii) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor detentor das Units, ou a sua decisão de investimento, poderá referido investidor desistir do Pedido de Reserva após o início do período de distribuição da Oferta, sem nenhum ônus para si. Nesta hipótese, tal investidor deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Habilitada junto à qual tiver efetuado o Pedido de Reserva, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação da modificação da Oferta, conforme o disposto no artigo 27, caput e parágrafo único, e observado o disposto no artigo 42, parágrafo segundo, da Instrução CVM n.° 400, de acordo com os termos do respectivo Pedido de Reserva; e

(viii) na hipótese de não haver a conclusão da Oferta Brasileira, ou na hipótese de resilição do Contrato de Distribuição ou, ainda, em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e as Instituições Habilitadas comunicarão ao Investidor Não-Institucional que com ela realizar Pedido de Reserva o cancelamento da Oferta Brasileira, o que ocorrerá, inclusive, através de publicação de aviso na imprensa.

Os Coordenadores da Oferta Brasileira, com a expressa anuência do Acionista Vendedor, elaboraram plano de distribuição das Units, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM n.º 400, o qual leva em conta as relações dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Emissores com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica destes, observado que os Coordenadores da Oferta Brasileira devem assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e eqüitativo aos investidores.

As Units destinadas à Oferta Institucional e as sobras de Units destinadas aos Investidores Não-Institucionais serão destinadas à colocação pública junto aos Investidores Institucionais, não sendo admitidas para estes Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento. Caso o número de Units objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, conforme abaixo definido, exceda o total de Units remanescentes após o atendimento nos termos e condições acima descritos dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não-Institucionais, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Emissores, levando em consideração o disposto no parágrafo imediatamente acima, melhor atendam o objetivo da Oferta Brasileira de criar uma base diversificada de acionistas formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas, ao longo do tempo, do Unibanco, da Holdings, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

A data de início da Oferta Brasileira será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM n.º 400.

A liquidação física e financeira da Oferta Brasileira, observado o disposto abaixo, deverá ser realizada dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis, contado a partir da data da publicação do Anúncio de Início ("Data de Liquidação"). Conforme o previsto no artigo 18 da Instrução CVM n.º 400, o prazo de distribuição das Units ("Prazo de Distribuição") é de até 6 (seis) meses contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, ou até a data de publicação do anúncio de encerramento da Oferta Brasileira ("Anúncio de Encerramento"), o que ocorrer primeiro.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a aquisição das Units mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da aquisição.

Em caso de excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Units, não computadas as Units Adicionais e as GDSs Adicionais, fica vedada a colocação pelos Coordenadores da Oferta Brasileira de Units junto a pessoas vinculadas à Oferta Brasileira, controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2° grau.

Características da Garantia Firme

Caso as Units alocadas não tenham sido totalmente vendidas até a Data de Liquidação, os Coordenadores da Oferta Brasileira adquirirão, pelo preço por Unit indicado no Anúncio de Início, apurado conforme o item "Preço por Unit", ao final de tal prazo, a totalidade do saldo resultante da diferença entre o número de Units objeto da garantia firme por eles prestada e o número de Units efetivamente colocadas no mercado e liquidadas pelos investidores que as adquiriram, observado o limite da garantia firme de aquisição prestada individualmente por cada Coordenador da Oferta Brasileira. Tal garantia firme será vinculante a partir da finalização do Procedimento de *Bookbuilding* e da assinatura do Contrato de Distribuição. Em caso de exercício da garantia firme e posterior revenda das Units junto ao público pelos Coordenadores da Oferta Brasileira durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda será o preço de mercado das Units, até o limite máximo do Preço por Unit, ressalvada a atividade de estabilização. A eventual alienação das Units objeto de exercício de garantia firme poderá ser realizada (i) pelos Coordenadores da Oferta durante ou após o Prazo de Distribuição; (ii) em condições a serem oportunamente decididas por cada um dos Coordenadores da Oferta Brasileira desde que o preço de revenda, durante o Prazo de Distribuição não seja superior ao Preço por Unit; e (iii) sob a forma de uma venda em bolsa de valores ou uma negociação no mercado de balcão.

Declaração de Inadequação de Investimento

O investimento em valores mobiliários, tais quais as Units, representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Units estão sujeitos à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Units. Veja a seção "Fatores de Risco".

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

O Unibanco, a Holdings, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a CBLC celebraram o Contrato de Distribuição, pelo qual os Coordenadores da Oferta Brasileira concordaram em distribuir, em regime de garantia firme, de maneira não solidária, a totalidade das Units, de acordo com as quantidades indicadas na tabela abaixo:

	Número de Units[1]
Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.	9.669.224
Banco UBS S.A.	9.669.223
Total	19.338.447

[1] Sem considerar o exercício da Opção de Units Adicionais.

O Unibanco, a Holdings, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta Internacional celebraram um Contrato de Colocação Internacional (*International Underwriting Agreement*), segundo o qual os Coordenadores da Oferta Internacional distribuirão as Units no exterior, sob a forma de *Global Depositary Shares* ("*GDSs*"), representados por *Global Depositary Receipts*.

O Contrato de Distribuição e o *International Underwriting Agreement* estabeleceram que as obrigações dos Coordenadores da Oferta Brasileira, dos Coordenadores da Oferta Internacional e do Acionista Vendedor estão sujeitas a determinadas condições, com destaque para as seguintes:

- inocorrência, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes dos Emissores incluídas no Prospecto Definitivo e no documento de divulgação no exterior, de qualquer efeito material e adverso nas condições econômica, financeira ou outras, nas atividades, nas propriedades, no resultado das operações dos Emissores e suas subsidiárias consideradas como um todo ou do Acionista Vendedor ou qualquer efeito material e adverso na capacidade dos Emissores ou do Acionista Vendedor de cumprir com suas obrigações sob os documentos da Oferta Global, exceto conforme mencionado no Prospecto Definitivo ou no documento de divulgação no exterior;

- entrega, (a) pelos consultores legais dos Emissores para o direito brasileiro, a cada Coordenador da Oferta Brasileira e a cada Coordenador da Oferta Internacional, uma opinião legal favorável em relação aos Emissores, no que concerne aos aspectos da legislação brasileira aplicáveis; (b) pelos consultores legais dos Emissores para o direito dos Estados Unidos da América, a cada Coordenador da Oferta Brasileira, ao Acionista Vendedor e a cada Coordenador da Oferta Internacional, uma opinião legal favorável em relação aos Emissores, no que concerne aos aspectos da legislação norte-americana aplicáveis; (c) pelos consultores legais dos Coordenadores da Oferta Brasileira para o direito brasileiro, a cada Coordenador da Oferta Brasileira e a cada Coordenador da Oferta Internacional, uma opinião legal favorável em relação aos Coordenadores, no que concerne aos aspectos da legislação brasileira aplicáveis; (d) pelos consultores legais dos Coordenadores da Oferta Brasileira para o direito dos Estados Unidos da América, a cada Coordenador da Oferta Brasileira, ao Acionista Vendedor e a cada Coordenador da Oferta Internacional, uma opinião legal favorável em relação aos Coordenadores da Oferta Brasileira, no que concerne aos aspectos da legislação norte-americana aplicáveis; (e) pelos consultores legais do Acionista Vendedor para o direito brasileiro, a cada Coordenador da Oferta Brasileira e a cada Coordenador da Oferta Internacional, uma opinião legal favorável em relação às Units objeto da presente Oferta Brasileira e ao Acionista Vendedor, no que concerne aos aspectos da legislação brasileira aplicáveis; (f) pelos consultores legais do Acionista Vendedor para o direito dos Estados Unidos da América, a cada Coordenador da Oferta Brasileira e a cada Coordenador da Oferta Internacional, uma opinião legal favorável em relação às Units objeto da presente Oferta Brasileira e ao Acionista Vendedor, no que concerne aos aspectos da legislação norte-americana aplicáveis; (g) pelos auditores dos Emissores aos Coordenadores da Oferta Internacional, de cartas sobre as informações constantes do Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e dos documentos de divulgação no exterior; e (h) pelos Emissores aos Coordenadores da Oferta Brasileira, de uma certificação assinada por seus Diretores de que as declarações e garantias por eles prestadas no Contrato de Distribuição, no *International Underwriting Agreement* e nos demais documentos da Oferta Brasileira dos quais sejam parte são verídicas e corretas, bem como que todas as obrigações e condições previstas no Contrato de Distribuição e no *International Underwriting Agreement* foram devidamente cumpridas pelos Emissores; e
- concessão do registro da Oferta pela CVM e a plena vigência do registro.

As Units serão ofertadas pelas Instituições Participantes da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacionais pelo Preço por Unit.

RESTRIÇÕES À NEGOCIAÇÃO DE UNITS (*LOCK-UP*)

O Unibanco, a Holdings e o Acionista Vendedor concordam que, a não ser mediante autorização prévia por escrito dos Coordenadores da Oferta Brasileira, sujeito a determinadas exceções, não irão, no prazo de até 90 (noventa) dias da data do Prospecto Definitivo:

- oferecer, empenhar, vender, contratar a venda ou vender qualquer opção de compra, comprar qualquer opção de venda, dar qualquer opção ou direito de compra, emitir *warrant*, emprestar ou dispor ou transferir de qualquer outra forma ações preferenciais de emissão do Unibanco ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações preferenciais de emissão do Unibanco;
- oferecer, empenhar, vender, contratar a venda ou vender qualquer opção de compra, comprar qualquer opção de venda, dar qualquer opção ou direito de compra, emitir *warrant*, emprestar ou dispor ou transferir de qualquer outra forma ações preferenciais de emissão da Holdings ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações preferenciais de emissão da Holdings; e
- oferecer, empenhar, vender, contratar a venda ou vender qualquer opção de compra, comprar qualquer opção de venda, dar qualquer opção ou direito de compra, emitir *warrant*, emprestar ou dispor ou transferir de qualquer outra forma Units ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por Units.

As restrições acima descritas não se aplicarão às Opções para distribuição de lote suplementar de Units nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 aqui contempladas.

ESTABILIZAÇÃO DO PREÇO DAS UNITS

O Banco UBS S.A., por intermédio de sua corretora UBS Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., poderá realizar atividade de estabilização em relação ao Preço por Unit. As atividades de estabilização poderão ser realizadas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do Prospecto Definitivo, por meio de operações de compra e venda de Units, observadas as disposições legais aplicáveis, bem como o disposto no Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Units (o "Contrato de Estabilização"), o qual está sujeito à aprovação pela CVM e pela Bovespa antes da publicação do Anúncio de Início.

DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DE UNITS

As Units não garantem direito de voto nas Assembléias Gerais de acionistas da Holdings ou do Unibanco, exceto em circunstâncias limitadas. As Units, por representarem ações preferenciais de emissão da Holdings e ações preferenciais de emissão do Unibanco, garantem aos seus titulares os seguintes direitos:

(i) na Holdings:

- (a) prioridade na distribuição de dividendo mínimo semestral de R$0,015 por ação ou (b) dividendo prioritário semestral de 1,5% (um e meio por cento) do valor patrimonial da ação, resultando em dividendo prioritário anual de 3% (três por cento) do valor patrimonial da ação, o que for maior;
- no caso de desdobramento ou grupamento das ações preferenciais, o dividendo previsto no item (a), acima será ajustado em função da nova quantidade de ações daquela classe;
- prioridade no reembolso do capital no caso da liquidação da Holdings, até o valor da parcela do capital social, representado por essa classe de ações; e
- participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de correção monetária, reservas e de lucros e na distribuição de dividendos depois de assegurado às ações ordinárias dividendo igual ao previsto no item (a) acima.

(ii) no Unibanco:

- participação no lucro líquido de cada exercício, sendo assegurado a cada ação preferencial dividendo anual 10% (dez por cento) superior ao destinado a cada ação ordinária;
- prioridade no reembolso do capital do Unibanco, sem prêmio, no caso de liquidação do Unibanco, até o valor da parcela de capital social representada por essas ações; e
- participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital do Unibanco decorrentes da capitalização de correção monetária, reservas e de lucros.

ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO DE UNITS

As Units são listadas na Bovespa sob o símbolo "UBBR11". As ações preferenciais de emissão do Unibanco são listadas na Bovespa sob o símbolo "UBBR4". As ações preferenciais de emissão da Holdings são listadas na Bovespa sob o símbolo "UBHD6". As Units são negociadas, sob a forma de *GDS* representativos de 5 Units cada, na NYSE, sob o símbolo "UBB".

ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO

O Unibanco, a Holdings e o Acionista Vendedor podem requerer que a CVM autorize a modificação ou cancelamento da Oferta Brasileira, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta Brasileira, existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resulte em um aumento relevante nos riscos por eles assumidos. Adicionalmente, o Unibanco, a Holdings e o Acionista Vendedor podem modificar, a qualquer tempo, a Oferta Brasileira, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM n.º 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta Brasileira seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta Brasileira poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de registro. Se a Oferta Brasileira for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação da Oferta Brasileira ou qualquer modificação na Oferta Brasileira será imediatamente divulgada por meio do jornal Valor Econômico, veículo também utilizado para a divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM n.º 400 ("Anúncio de Retificação"). Após a publicação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta Brasileira só aceitarão ordens no procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*) e Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta Brasileira serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 (cinco) dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*) ou Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, as Instituições Participantes da Oferta Brasileira presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficazes a Oferta Brasileira e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Units, quando aplicável, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM n.º 400, sendo permitida a dedução do valor relativo à CPMF.

RELACIONAMENTO ENTRE O UNIBANCO, A HOLDINGS, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA BRASILEIRA

Relacionamento entre o Unibanco, a Holdings e as Instituições Participantes da Oferta Brasileira

O Unibanco, Coordenador Líder da Oferta, é companhia emissora de ações preferenciais que lastreiam as Units, e é controlada pela Holdings. Para maiores informações sobre o relacionamento entre a Holdings e o Coordenador Líder, veja as seções "Informações sobre a Holdings – Operações com Partes Relacionadas" e "Informações sobre o Unibanco – Operações com Partes Relacionadas".

O UBS e as instituições financeiras integrantes do conglomerado financeiro UBS no Brasil mantêm relacionamentos comerciais rotineiros com a Holdings e com o Unibanco, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro, não havendo qualquer contrato ou operação que seja relevante para a Oferta Brasileira.

O BES mantém relacionamentos comerciais rotineiros com o Unibanco, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro, não havendo qualquer contrato ou operação que seja relevante para a Oferta Brasileira.

O BANIF e as instituições financeiras integrantes do conglomerado financeiro BANIF no Brasil mantêm relacionamentos comerciais rotineiros com a Holdings e com o Unibanco, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro, não havendo qualquer contrato ou operação que seja relevante para a Oferta Brasileira.

O JPMorgan mantêm relacionamentos comerciais rotineiros com o Unibanco e com a Holdings, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro, não havendo qualquer contrato ou operação que seja relevante para a Oferta Brasileira.

O Participante Especial é formador de mercado das Units do Unibanco desde 10 de maio de 2004. O Unibanco, o Unibanco Asset Management, a Unibanco Investshop - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio S.A. e o Unibanco Investcenter Renda Fixa Plus Faq FI, possuem cadastro e operam regularmente no Participante Especial em operações na Bovespa e BM&F.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e as Instituições Participantes da Oferta Brasileira

Relacionamento do Acionista Vendedor e o Unibanco

O Acionista Vendedor é acionista do Unibanco, Coordenador Líder da Oferta e companhia emissora de ações preferenciais que lastreiam as Units. O Unibanco é controlado pela Holdings, conforme a seção "Principais Acionistas e Acionista Vendedor".

Relacionamento do Acionista Vendedor e o UBS

Além da presente Oferta Global, o Acionista Vendedor ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o UBS, preponderantemente em Portugal, de acordo com práticas usuais de mercado.

Relacionamento do Acionista Vendedor e o BES

Além da presente Oferta Global, o Acionista Vendedor ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o BES, preponderantemente em Portugal, de acordo com práticas usuais de mercado.

Relacionamento do Acionista Vendedor e o BANIF

Além da presente Oferta Global, o Acionista Vendedor ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o BANIF, preponderantemente em Portugal, de acordo com práticas usuais de mercado.

Relacionamento do Acionista Vendedor e o JPMorgan

O JPMorgan mantêm relacionamentos comerciais rotineiros com o Acionista Vendedor ou sociedades de seu conglomerado econômico, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro, não havendo qualquer contrato ou operação que seja relevante para a Oferta.

Relacionamento do Acionista Vendedor e o Participante Especial

O Participante Especial não possui relacionamento relevante com o Acionista Vendedor.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ESCRITURADORA DAS AÇÕES SUBJACENTES ÀS UNITS

A instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão do Unibanco e da Holdings é o Unibanco.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EMISSORA DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITO DE AÇÕES REPRESENTATIVAS DAS UNITS

A instituição financeira responsável pela emissão de certificados de depósito das ações subjacentes às Units é o Unibanco.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Holdings detém registro de companhia aberta junto à CVM sob o número 01475-3, sendo que tal registro encontra-se atualizado. O Unibanco detém registro de companhia aberta junto à CVM sob o número 01158-4, sendo que tal registro encontra-se atualizado.

Os Coordenadores da Oferta Brasileira recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta Brasileira, a consulta a este Prospecto, que estará à disposição dos interessados a partir de 31 de agosto de 2005, nos endereços das Instituições Participantes da Oferta Brasileira mencionadas abaixo. A leitura deste Prospecto possibilita aos investidores uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta Brasileira e, mais especificamente, dos riscos a ela inerentes.

Maiores informações sobre a Oferta Brasileira e sobre o procedimento de reserva, incluindo cópias do Contrato de Distribuição, do Contrato de Estabilização e dos demais documentos e contratos relativos à Oferta Brasileira poderão ser obtidas com os Coordenadores da Oferta Brasileira. O Prospecto Definitivo poderá ser obtido com os Coordenadores da Oferta Brasileira e com os Coordenadores Contratados, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não-Institucionais, junto aos Coordenadores Contratados, Participante Especial e Corretoras Consorciadas.

Coordenadores da Oferta

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Sr. Glenn Mallett
Avenida Eusébio Matoso, n° 891, 19º andar
São Paulo, São Paulo
(0xx11) 3097-4905
www.unibanco.com.br/prospectos

Banco UBS S.A.
Sr. Roberto Barbuti
Av. Juscelino Kubitschek, n° 50, 6º andar
São Paulo, São Paulo
(0xx11) 3048-5252
www.ubs-brasil.com.br

Coordenadores Contratados

BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento
Sr. Bruno Gomes de Bottom
Av. Brigadeiro Faria Lima, n° 3729 - 8° andar
São Paulo, São Paulo
(0xx11) 3074-7444
www.besinvestimento.com.br

Banif Primus Banco de Investimentos S.A.
Sr. Atila Noaldo Serejo Alves Silva
Praia de Botafogo, nº 228 – 17º andar
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
(0xx21) 2559-8029
www.banifinvestment.com.br

Banco J.P. Morgan S.A.
Sr. Paulo Mendes
Av. Brigadeiro Faria Lima, n° 3729 - 14° andar
São Paulo, São Paulo
(0xx11) 3048-3700
www.jpmorgan.com/brasil/prospecto/unibanco

Participante Especial

Ágora Senior Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rua Dias Ferreira, nº 190, 6º andar
(021) 2529-0835
www.viptrade.com.br

Corretoras Consorciadas

Dependências das corretoras de títulos e valores mobiliários credenciadas junto à CBLC para participar da Oferta, conforme indicadas no Aviso ao Mercado.

Informações adicionais sobre o Participante Especial e as Corretoras Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da CBLC (www.cblc.com.br). Além disso, maiores informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à CVM nos seguintes endereços: (i) Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ, ou (ii) Rua Formosa, 367, 20º andar, São Paulo – SP. Tel.: (0xx21) 3233-8686 ou (0xx11) 3226-2000, respectivamente.

DECLARAÇÃO DA HOLDINGS, DO UNIBANCO, DO ACIONISTA VENDEDOR E DO COORDENADOR LÍDER

As declarações do Coordenador Líder, dos Emissores e do Acionista Vendedor que trata o artigo 56 da Instrução CVM nº 400 encontram-se anexas a este Prospecto.

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES IDEPENDENTES

1. **Companhia**

Unibanco Holdings S.A.
Avenida Eusébio Matoso, n° 891
São Paulo, São Paulo
05423-901
(0xx11) 3097-1706
Diretor de Relações com Investidores: Sr. Geraldo Travaglia Filho
relacoes.investidores@unibanco.com
www.ri.unibanco.com.br/por/ubh/per/index.asp

2. **Companhia**

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Avenida Eusébio Matoso, n° 891
São Paulo, São Paulo
05423-901
(0xx11) 3097-1795
Diretor de Relações com Investidores: Sr. Osias Santana de Brito
relacoes.investidores@unibanco.com
www.ri.unibanco.com.br

3. **Coordenador Líder**

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Avenida Eusébio Matoso, n° 891, 19º andar
São Paulo, São Paulo
05423-901
(0xx11) 3097-4905
Sr. Glenn Mallett
www.unibanco.com/prospectos

3.1. **Coordenadores da Oferta**

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Avenida Eusébio Matoso, n° 891, 19.º andar
São Paulo, São Paulo
05423-901
(0xx11) 3097-4905
Sr. Glenn Mallett
www.unibanco.com/prospectos
O Sr. Mallet é o responsável pelo o atendimento do disposto no artigo 33, §3º, inciso III da Instrução CVM nº 400/03

Banco UBS S.A.
At.: Sr. Roberto Barbuti
Av. Juscelino Kubitschek, nº 50, 6º andar
São Paulo, São Paulo,
04543-000
(0xx11) 3048-5202
E-mail: roberto.barbuti@ubs.com
www.ubs-brasil.com.br

3.2. **Coordenadores Contratados**

BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento
Av. Brigadeiro Faria Lima, n° 3729, 8° andar
São Paulo, São Paulo
04538-905
(0xx11) 3074-7444
www.besinvestimento.com.br

Banif Primus Banco de Investimentos S.A.
Praia de Botafogo, nº 228 – 17º andar
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
22359-000
(0xx21) 2559-8029
www.banifinvestment.com.br

Banco J.P. Morgan S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, n° 3729 - 14° andar
São Paulo, São Paulo
04538-905
(0xx11) 3048-3700
www.jpmorgan.com/brasil/prospecto/unibanco

4. **Consultores Legais**

4.1. **Do Unibanco, da Holdings e dos Coordenadores para Direito Brasileiro**

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n° 447
São Paulo, São Paulo
(0xx11) 3147-7600
A/C: Sr. Sergio Spinelli Silva Jr.

4.2. **Do Acionista Vendedor para Direito Brasileiro**

Pinheiro Neto Advogados
Rua Boa Vista, n° 254, 9° andar
São Paulo, São Paulo
(0xx11) 3247-8400
A/C: Sr. Henrique da Silva Gordo Lang

4.3. **Do Unibanco e da Holdings para Direito dos Estados Unidos da América**

Debevoise & Plimpton
919 Third Avenue
New York NY 10022
Estados Unidos da América
A/C: Sr. Robert Quaintance

4.4. **Dos Coordenadores para Direito dos Estados Unidos da América**

Cleary Gottlieb Steen & Hamilton
One Liberty Plaza
New York NY 10006
Estados Unidos da América
A/C: Sra. Francesca Lavin

4.5. **Do Acionista Vendedor para Direito dos Estados Unidos da América**

Davis Polk & Wardwell
450 Lexington Avenue
New York NY 10017
Estados Unidos da América
A/C: Sr. Manuel Garciadiaz

5. **Auditores da Holdings e do Unibanco:**

5.1. **Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2003**

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Rua Alexandre Dumas, 1981
São Paulo, SP
fone: (0xx11) 5186-1673
A/C.: Sr. Osmar Aurélio Lujan

5.2. **A partir de 1° de janeiro de 2004**

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Avenida Francisco Matarazzo, 1400 – Torre Torino
São Paulo, SP
fone: (0xx11) 3674-3788
A/C.: Sr. Paulo Sergio Miron

CONSIDERAÇÕES SOBRE TERMOS, VALORES, ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES SOBRE O FUTURO

A menos que expressamente indicado o contrário, os termos "nós", "nosso", "conosco" e demais termos utilizados na primeira pessoa do plural referem-se ao Unibanco.

Certos valores (incluindo percentuais) contidos neste Prospecto foram arredondados para facilidade de referência.

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, principalmente na Seção "Fatores de Risco" e nas Seções "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operacional", "Visão Geral do Setor Bancário" e "Descrição dos Negócios". Nossas estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou poderiam afetar os nossos negócios. Estas afirmações e estimativas estão sujeitas a riscos, incertezas e suposições, que incluem, entre outras coisas:

- Aumentos nos níveis de inadimplência de clientes e outros atrasos;
- Aumentos na provisão para devedores;
- Redução de depósitos, perda de clientes ou perda de receitas;
- Alterações nas taxas de juros e/ou taxas de câmbio que podem, dentre outras coisas, prejudicar nossas margens;
- Concorrências nos serviços bancários, financeiros, serviços de cartões de crédito, seguros, administração de recursos de terceiros e setores correlatos;
- Alteração na regulamentação governamental e questões fiscais;
- decisões adversas em processos judiciais e/ou procedimentos administrativos;
- Riscos de crédito e outros riscos relacionados às atividades de concessão de empréstimos e investimento;
- Alterações na inflação e nas condições econômicas regionais, nacionais ou internacionais;
- A conjuntura econômica, política e de negócios no Brasil e em outros países; e
- Outros fatores de risco apresentados na seção "Fatores de Risco".

As palavras "acredita", "poderia", "pode", "poderá", "faria", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e declarações sobre o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não assumimos a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas ou declarações em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de qualquer outra forma. Nenhuma dessas estimativas consiste em garantia de um desempenho futuro, por envolver riscos e incertezas. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações sobre o futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão de inúmeros fatores.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Preparamos nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios contábeis previstos na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados (as "Práticas Contábeis Brasileiras"). Referimo-nos a essas práticas contábeis, princípios e procedimentos como princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, ou Práticas Contábeis Brasileiras.

As seguintes demonstrações financeiras estão incluídas neste Prospecto:

- Demonstrações Financeiras consolidadas do Unibanco e da Holdings, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003 e 2002, as quais foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes conforme as normas brasileiras de auditoria; e
- Informações Trimestrais do Unibanco e da Holdings relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2005, objeto de revisão especial pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC

A comparabilidade entre nossas demonstrações financeiras de cada um dos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2002, 2003, 2004; e do período de seis meses findos em 30 de junho de 2005 é limitada por termos adquirido bancos e companhias prestadoras de serviços financeiros nesses anos.

As informações contidas neste Prospecto em relação ao Brasil e à economia brasileira são baseadas em dados publicados pelo Banco Central, pelos órgãos públicos e por outras fontes independentes de informações. O Unibanco, a Holdings, o Acionista Vendedor e os demais Coordenadores da Oferta Brasileira não assumem qualquer responsabilidade pela precisão ou suficiência de tais informações.

SUMÁRIO DOS EMISSORES

Este sumário dos Emissores não contém todas as informações que devem ser analisadas antes que o investidor decida sobre a aquisição de Units. O Prospecto deve ser lido integral e cuidadosamente, especialmente os "Fatores de Risco", "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operacional" e as Demonstrações Financeiras anexas a este Prospecto. A menos que expressamente indicado em sentido contrário, os termos "nós", "nosso", "conosco" e demais termos utilizados na primeira pessoa do plural referem-se ao Unibanco.

UNIBANCO

Fundado em 1924, o Unibanco é o mais antigo banco brasileiro do setor privado. A partir de nossa posição como um dos principais bancos de atacado do País, posição mantida de longa data, expandimos nossas operações, nos tornando uma instituição financeira com uma gama de serviços completa, oferecendo um amplo leque de produtos e serviços financeiros a uma base de clientes diversificada, composta tanto de pessoas físicas como jurídicas, em todo o território nacional. Nossos negócios englobam os seguintes segmentos: Varejo, Atacado, Seguros e Previdência Privada e Gestão de Patrimônios.

Somos uma das maiores instituições financeiras do setor privado no Brasil, e temos apresentado uma expansão substancial, tanto por meio de crescimento orgânico como por aquisições. Em 30 de junho de 2005, em termos consolidados, apresentávamos:

- R$83,0 bilhões de ativos totais;
- R$35,2 bilhões de carteira de crédito;
- R$34,9 bilhões de depósitos totais; e
- R$8,7 bilhões de patrimônio líquido.

Nosso lucro líquido para o período findo em 30 de junho de 2005 alcançou R$854 milhões, representando um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 21,4% e um retorno anualizado sobre o ativo médio de 2,1%.

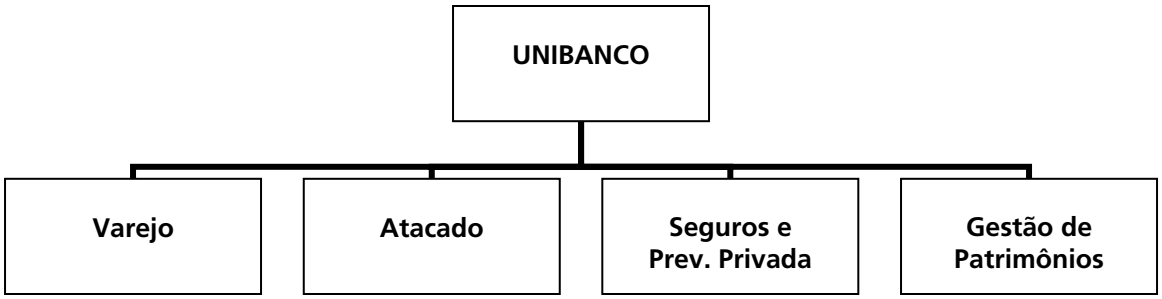
Nossas ações são negociadas na BOVESPA desde 1968. Em 1997, tornamo-nos o primeiro banco brasileiro a ter suas ações cotadas na Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE). Em 30 de junho de 2005, o valor de mercado de nossas ações, tomando-se como base o preço de fechamento de nossas GDSs, totalizava R$14,2 bilhões e R$ 14,7 bilhões em 15 de agosto de 2005.

Em 2 de maio de 2005, a Unit estava incluída no Índice Ibovespa. Para o período de maio de 2005 a agosto de 2005, o peso da Unit na carteira teórica do Ibovespa era de 0,984% e, em 18 de agosto de 2005, o peso era de 1,061%. O Índice Ibovespa é composto atualmente de 55 ações. Para ser incluída nesse índice, uma ação deve (i) estar incluída em um grupo de ações no qual a soma dos Índices de Negociabilidade das ações do grupo represente 80% do valor acumulado dos Índices de Negociabilidade de todas as ações individuais; (ii) ter participação acima de 0,1% do volume total da BOVESPA nos últimos 12 meses; e (iii) ter sido negociada em pelo menos 80% dos pregões nos últimos 12 meses. A inclusão no Índice Ibovespa é mais um passo para aumentar a liquidez das nossas Units no mercado brasileiro.

Em 1 de setembro de 2004, a Unit estava incluída no Índice Brasil-50, ou IBrX-50 da BOVESPA. Para o período de maio de 2005 a agosto de 2005, o peso da Unit na carteira teórica do Índice IBrX-50 é de 2,955%. O Índice IBrX-50 é composto das 50 ações com o maior índice de negociação na BOVESPA e que foram negociadas em pelo menos 80% dos pregões nos últimos doze meses. Em maio de 2004, contratamos a Latin Finance Advisory & Research S.A. e a Ágora Senior Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para atuarem, respectivamente, como consultora de mercado e formador de mercado das Units na BOVESPA, de forma a aumentar a liquidez das Units no mercado brasileiro.

NOSSOS NEGÓCIOS

O diagrama abaixo apresenta nossos principais ramos de atuação:



- Pessoas físicas de renda alta, média e baixa
- Pequenas empresas
- Médias empresas
- Cartões de créditos
- Financiamento ao consumo
- Financiamento Imobiliário
- Capitalização
- Poupadores e Aposentados
- Financiamento de Veículos
- *Cash Management*

- Empresas de grande Porte e Investidores Institucionais
- *Trade Finance*
- Bancos correspondentes
- Banco de Investimento
- Produtos e serviços
- *Project Finance*
- Corretora

- Vida
- Automóvel
- Ramos elementares
- Saúde
- Lar
- Garantia Estendida
- Planos de pensão e Aposentadoria

- Administração de Recursos de Terceiros
- *Private banking*

Baseado em nossas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2005, detínhamos as seguintes posições no mercado brasileiro de serviços bancários:

- terceiro maior banco privado brasileiro em termos de ativos, de acordo com dados do Banco Central;
- um dos maiores emissores de cartões de crédito em termos de número de cartões emitidos, principalmente através de nossas subsidiárias Fininvest, Unicard, e HiperCard;
- quarto maior gestor de fundos de previdência privada no Brasil em termos de ativos em carteira, de acordo com os dados da ANBID;
- segundo maior emissor de planos de previdência privada em termos de vendas corporativas consolidadas, de acordo com dados da ANAPP; e
- quarto maior provedor de seguros e fundos de previdência privada no Brasil em termos do total de prêmios para seguros e fundos de previdência privada, de acordo com dados da SUSEP e da ANS (UASEG e AIG Brasil em conjunto).

VAREJO

Nosso negócio de Varejo oferece uma grande variedade de produtos, tanto creditícios como de outra natureza, inclusive:

- Serviços bancários para pessoas físicas;
- Serviços bancários para empresas com receitas de até R$ 150 milhões por ano;
- Cartões de crédito; e
- Financiamento de automóveis e ao consumo.

Separamos tanto as pessoas físicas como as empresas em grupos menores, por faixa de renda, para que possamos oferecer produtos e serviços diferenciados a estes clientes. Ao fazermos isso, aumentamos nossa competitividade no mercado. Embora, tradicionalmente, tenhamos enfocado prioritariamente os clientes de alta e média renda, começamos a oferecer serviços para indivíduos de baixa renda, pois acreditamos que este segmento de mercado será uma fonte significativa de crescimento futuro em nossos negócios de varejo. Também desenvolvemos uma forte presença no setor de financiamento ao consumo, por meio de nossas subsidiárias Fininvest, Unicard, HiperCard e Banco Dibens S.A., bem como por intermédio de nossas alianças estratégicas com o Magazine Luiza, ou LuizaCred, o Ponto Frio, ou PontoCred, e o Sonae.

No período findo em 30 de junho de 2005, registramos uma carteira de crédito no Varejo de R$19.773 milhões.

Atacado

Por intermédio do segmento de atacado, oferecemos, para cerca de 400 investidores institucionais e 2.035 grupos econômicos e instituições financeiras, uma multiplicidade de produtos e serviços, como por exemplo: empréstimos gerais e especializados a empresas; serviços financeiros de importação e exportação; serviços de mercado de capitais e banco de investimento; estruturação e financiamento de projetos de infra-estrutura; serviços de investimento e corretagem e orientação a fusões e aquisições. Atendemos estes clientes por meio de uma rede de escritórios regionais, combinada à nossa presença nos principais centros financeiros do País.

Nossa carteira de crédito no Atacado era de R$15.382 milhões em 30 de junho de 2005.

Usamos nossa rede regional e internacional para oferecer uma variedade de produtos a nossos clientes. Nossas subsidiárias e agências no exterior captam recursos para o financiamento de comércio internacional e para a concessão de empréstimos aos nossos clientes. Temos cinco escritórios regionais (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, interior de São Paulo / Centro-Oeste e Sul) e outras 11 agências regionais. Em função da reorganização ocorrida em junho de 2004, algumas agências foram integradas a outras, de forma a otimizarmos nossa rede de distribuição no negócio de Atacado. Para cada um de nossos clientes empresariais nomeamos um executivo de contas, responsável pelo relacionamento cotidiano com os clientes e por prestar assistência às operações de nossos clientes em todo o Brasil. Estes clientes também se beneficiam de nossos escritórios no exterior.

Nossa rede internacional consiste em:

- agências em Nassau e nas Ilhas Cayman;
- escritórios de representação em Nova York;
- subsidiárias bancárias em Luxemburgo, nas Ilhas Cayman e no Paraguai; e
- uma corretora em Nova York (Unibanco Securities Inc.).

SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

Oferecemos cobertura de seguros de vida, automóveis, saúde e bens e acidentes, bem como planos de previdência complementar, principalmente por meio da Unibanco AIG Seguros S.A., ou UASEG, nossa *joint venture* com o American International Group, Inc., ou AIG. Como parte dessa *joint venture*, detemos 50% participação nos negócios de seguros da AIG no Brasil, aos quais nos referimos como AIG Brasil.

A UASEG detém direitos exclusivos de distribuição de produtos de seguros em toda nossa rede de agências, tanto para nossos clientes do Varejo como do Atacado. Acreditamos que esse canal de distribuição nos propicie uma vantagem competitiva com relação a muitas empresas de seguros que não são afiliadas a instituições financeiras. Uma vez que aproximadamente metade dos prêmios de seguros da UASEG é gerada por meio de clientes de nossa rede, nós nos beneficiamos de economias substanciais de custos e de sinergias de marketing. A UASEG também comercializa seus produtos de seguros por meio de aproximadamente 13.000 corretores independentes, além do centro de atendimento telefônico (*call center*), do site na Internet e de agências em lojas. A AIG Brasil distribui produtos a grupos afiliados por meio de bancos, instituições financeiras e programas de comercialização em grande escala.

Nos primeiros seis meses de 2005, a UASEG e a AIG Brasil tiveram um faturamento consolidado de R$2.211 milhões. Proporcionalmente à nossa participação na *joint venture*, o lucro líquido foi de R$ 79 milhões no mesmo período.

GESTÃO DE PATRIMÔNIOS E ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

Em Março de 2002, os negócios de *private banking* e gestão de recursos de terceiros foram unificados, criando-se o segmento de Gestão de Patrimônios. Os negócios de gestão de recursos de terceiros são conduzidos principalmente por meio de nossa subsidiária Unibanco Asset Management, ou UAM. A UAM oferece fundos mútuos de renda fixa e de renda variável a clientes pessoas físicas, além de administrar carteiras para empresas, fundos de pensão e clientes de *private banking*. Por meio do Unibanco Private Bank, fornecemos serviços de gestão de patrimônios dirigidos a pessoas físicas que possuem um grande patrimônio, com carteiras de investimentos potenciais superiores a R$ 3 milhões.

Em 30 de junho de 2005, a UAM registrava recursos sob sua administração num total de R$ 35.119 milhões. Nesta mesma data, a UAM mantinha uma participação de mercado de 5,0%, segundo a Associação Nacional de Bancos de Investimento e Distribuidoras, ou ANBID.

ESTRATÉGIA DOS NEGÓCIOS

Diretrizes

Nosso objetivo é manter e fortalecer nossa posição como uma instituição financeira brasileira que oferece uma gama completa de serviços em todos os segmentos do negócio. Para atingirmos este objetivo, desenvolvemos estratégias sob medida para cada uma de nossas áreas de atuação, com base na metodologia de avaliação do *Balanced Scorecard*, conhecido no Unibanco como Painel de Gestão (PDG). Tal metodologia procura converter a estratégia em termos operacionais. Nossa estratégia de negócios consiste em agregar valor econômico por meio de uma busca constante de maximização da eficiência, da escala e da lucratividade. Procuramos expandir nossa base de clientes, inclusive por meio de vendas cruzadas entre nossos diferentes ramos de negócios, e atingir um alto grau de satisfação do cliente em todos os produtos e serviços, por meio da excelência dos procedimentos internos, como relacionamento com o cliente, distribuição otimizada, qualidade de crédito e sinergia de processos. Para alcançarmos isso, procuramos nos destacar na área de recursos humanos, promover uma cultura de cooperação e de meritocracia, além de desenvolver um ambiente de trabalho agradável, desafiador e estimulante.

Em agosto de 2003, tornamo-nos a primeira instituição latino-americana a aparecer no Hall da Fama do *Balanced Scorecard,* que reconhece as empresas que se destacam na implementação do seu modelo.

Nossa estratégia é composta principalmente de:

Busca Contínua de Escala e Lucratividade

Acreditamos que, para mantermos uma escala competitiva, precisamos aumentar nossa base de clientes, expandir a quantidade de produtos e serviços oferecidos em cada um de nossos segmentos de negócios e identificar fontes adicionais de receitas. Procuramos conseguir isso por meio de crescimento orgânico, aquisições, alianças estratégicas e parcerias.

Temos focado nossa estratégia de crescimento em expandir nossa base de clientes do varejo, por intermédio de novos produtos como por exemplo, o SuperPoupe e por intermédio de aquisições, alianças estratégicas com varejistas e crescimento orgânico. Ultimamente, focamos na crescente base de pequenas e médias empresas, designando uma divisão específica para PMEs dentro do segmento de Varejo, além de disponibilizar colaboradores treinados em todas as agências para atendimento desses clientes. Acreditamos que esta estratégia contribuirá para a melhoria da lucratividade e também ajudará na redução do nosso custo de captação.

Em nosso segmento do atacado, onde somos tradicionalmente reconhecidos como um dos líderes de mercado, temos trabalhado para melhorar nossa lucratividade, oferecendo serviços diferenciados aos nossos clientes grandes empresas, como gestão de fluxo de caixa, folhas de pagamento e serviços de investimento.

Maximização Contínua de Eficiência

Focamos o controle de nossos custos, bem como de nossos investimentos, em todas as áreas de nosso negócio, com o intuito de maximizarmos os retornos. Por exemplo:

- Ao efetuarmos uma aquisição, analisamos as oportunidades para incremento de receitas, redução de despesas e efetivação de outras reduções de custos em conexão com a integração de qualquer negócio recém-adquirido. Quando integramos a Fininvest em 2003, as operações como compras, segurança, jurídico, processamento de cartões, processamento de dados, desenvolvimento de sistemas, crédito e recuperação de crédito foram integradas com nossas estruturas existentes. Também integramos as operações da Creditec e da HiperCard;
- Reavaliamos algumas de nossas despesas, inclusive as políticas de reembolso de viagem, o uso de serviços telefônicos e as despesas de alimentação e transporte. Acreditamos que essas políticas promovem economias e estabelecem um maior compromisso com a eficiência em nosso meio ambiente empresarial;
- Identificamos e implementamos sinergias internas entre nossos negócios, que simplifica a venda de ativos hipotecados retomados por nós, os controles e o processamento de documentos;
- Estabelecemos uma unidade única para concessão de crédito e recuperação, relativa a todas as unidades relacionadas ao varejo, chamada de Fábrica de Crédito;
- Estamos no processo de reavaliação de nossa logística, inclusive das rotas de transporte e avaliação de fornecedores;
- Consolidamos e reestruturamos nossas plataformas internacionais; e
- Em conjunto com outra instituição financeira brasileira, terceirizamos nossos serviços de processamento de documentos, como, por exemplo, o processamento de cheques.

Estratégia de Varejo

Aumentar a Escala

Acreditamos que nossa capacidade de manter nossa posição como uma instituição líder no fornecimento de serviços financeiros completos depende, em parte, da manutenção e do crescimento de nosso negócio de varejo. Aumentamos sua escala mediante crescimento orgânico, iniciativas de transações estratégicas e várias novas oportunidades de vendas cruzadas, por meio de nossas subsidiárias e parceiros estratégicos. Em junho de 2005, nossa carteira de varejo totalizava R$ 19.773 milhões, representando 56,2% de nossos empréstimos concedidos totais, em comparação a 43,4% em dezembro de 2003.

Buscamos expandir nossa escala por meio de aquisições e alianças estratégicas cuidadosamente escolhidas. Acreditamos que o setor de financiamento ao consumo seja um dos segmentos de crescimento mais acelerado e de maior lucratividade no mercado de serviços financeiros de varejo no Brasil. Alcançar uma forte presença na área de financiamento ao consumo é um elemento-chave de nossa estratégia de conquista de escala no varejo e de atingirmos o segmento de baixa renda deste mercado.

Fortalecer as vendas à atual base de clientes por meio da oferta de produtos e serviços inovadores

Interpretamos escala não somente em termos da amplitude de nossa base de clientes, mas também em função do número de produtos que conseguimos vender por cliente. Uma melhora no nosso índice de produtos por cliente representa um impacto positivo sobre a lucratividade, visto ser mais barato vender um produto adicional a um cliente existente do que adquirir um cliente novo. Acreditamos que o desenvolvimento e marketing contínuo de produtos inovadores e sob medida, capazes de atender às necessidades de segmentos de clientes identificados especificamente, expande nossa capacidade de comercializar vários produtos por cliente. Um exemplo disto é nossa carteira SuperPoupe, que apresentava um saldo de R$ 2.350 milhões em 30 de junho de 2005. O SuperPoupe é um certificado de depósito bancário oferecido aos clientes Unibanco, cujo custo de captação de recursos é inferior ao custo de um certificado de depósito bancário tradicional.

Expandimos nossa penetração de mercado por meio de vendas cruzadas e novos produtos e ofertas como: o Tarifa Zero, que propicia tarifas baseadas no relacionamento histórico do cliente com o Unibanco; o Plano Único, carta de crédito emitida em conexão com a compra de imóveis, que permite que os clientes paguem o empréstimo tomado a longo prazo, com entrega garantida em 36 meses a partir da primeira parcela, sendo que o saldo remanescente pode ser quitado em 100 parcelas mensais; e a disponibilização de crédito consignado a funcionários públicos ou de empresas privadas, com a utilização de cartão de crédito e linhas de crédito pessoal.

Estratégia de Atacado

Melhorar Nossa Posição de Mercado no Atacado Brasileiro

Por meio de nosso negócio de Atacado, buscamos ser o banco escolhido pelas empresas e investidores com interesses no Brasil. Nossa estratégia combina a força de um banco comercial com a agilidade de um banco de investimentos líder. Os profundos conhecimentos sobre nossos clientes e seus negócios, em conjunto com nossa capacitação financeira, permitem que estabeleçamos limites de crédito e transações estruturadas de forma diferenciada. Ao longo de todo o ano de 2004, desenvolvemos uma nova estratégia de cobertura regional, mantendo um relacionamento próximo com nossos clientes, além de lhes fornecer, no que tange a suas necessidades financeiras cotidianas, produtos e serviços diversificados, inclusive linhas de crédito para capital de giro, empréstimos em moedas estrangeiras, serviços bancários, financiamentos empresariais, serviços de consultoria e produtos derivativos.

Somos um dos principais bancos brasileiros participantes dos programas do BNDES. Em 30 de junho de 2005, o Unibanco, como agente financeiro do BNDES, alcançou a 3ª posição no ranking total e 2º na modalidade BNDES-exim.

Estratégia de Seguros

Foco na Oferta de Produtos de Seguros de Alta Lucratividade e Manutenção da Liderança Empresarial

Acreditamos que o crescimento econômico brasileiro irá gerar oportunidades para a indústria de seguros do país, uma vez que os gastos dos brasileiros com este tipo de produto são inferiores aos de muitos outros países. Pretendemos tirar proveito desse mercado crescente, utilizando nossa capacidade de desenvolvimento de produtos sofisticados, de forma a focarmos nossas ofertas no ramo de seguros em produtos com valor agregado. Mantendo critérios de *underwriting* de alto nível, nossos produtos são mais lucrativos que os produtos relativamente padronizados, oferecidos por muitos de nossos concorrentes. Acreditamos que nossos negócios de Seguros apresentam a melhor combinação de produtos entre as cinco maiores seguradoras do Brasil. Ao desenvolvermos produtos de seguros para clientes empresariais, alcançamos posições de liderança no mercado em diversos ramos, inclusive no seguro de diretores e altos executivos, bem como seguros e produtos dos setores de transportes, imobiliário e aeronáutico. Nosso foco no desenvolvimento e oferta de produtos de seguro com valor agregado tem o suporte de nossa *joint venture* com a AIG, o que garante ao Unibanco acesso à expertise da AIG na área de desenvolvimento de produtos e resseguros, além do uso de uma marca valiosa.

Fortalecer a Lucratividade de Nosso Negócio de Seguros via Controle de Custos e Expertise de Underwriting

A lucratividade de nossos negócios de Seguros dependem, em parte, de nossa habilidade de minimizar despesas e perdas. Já tomamos medidas significativas para reduzir as despesas em nossas operações, tendo inclusive promovido a fusão de várias empresas, o que resultou na Unibanco AIG Seguros, bem como a introdução de um portal na internet para comunicação com nossa equipe de corretores.

Estratégia de Previdência Privada

Nossa estratégia básica consiste em melhorar as vendas dos Planos de Previdência Privada empresariais, agregando novas empresas à nossa carteira e expandindo nossa carteira de planos individuais. Oferecemos vários contratos de investimento de produtos inovadores, incluindo o Vida Gerador de Beneficio Livre, ou VGBL, que combina seguro de vida com investimento, permitindo à parte segurada o resgate do montante investido a qualquer momento, ainda assim oferecendo cobertura de seguro no caso de morte, acidente ou incapacidade física. Inclui também o Plano Gerador de Benefício Livre, ou PGBL, o qual permite que os clientes poupem para sua aposentadoria com dedutibilidade do imposto de renda e que pode possuir cobertura de seguro no caso de morte, acidente ou incapacidade física. Esses produtos de previdência são comercializados principalmente nas filiais do Unibanco. A expansão das vendas e o controle das despesas constituem os principais impulsores da lucratividade de nosso negócio de planos de previdência privada.

Estratégia de Gestão de Patrimônios

Sermos o fornecedor líder de serviços de gestão de patrimônios no Brasil

A missão de nosso negócio de gestão de patrimônios é fornecer consultoria pró-ativa, capaz de ajudar nossos clientes a acumularem, preservarem e transferirem seu patrimônio. Oferecemos soluções financeiras integradas por meio de nossas três principais áreas de expertise: gestão de ativos, *private banking* e serviços de consultoria. Nossos produtos sob medida e de valor agregado são direcionados a empresas e pessoas físicas que se encontram no topo da pirâmide de distribuição de riquezas, tipicamente, empresas de porte médio ou grande, fundos de pensão e pessoas físicas detentoras de ativos de alto valor, alavancando, desta forma, nossa posição diferenciada nestes segmentos de mercado. A fim de prover esses serviços diferenciados, desenvolvemos uma forte rede local e internacional de especialistas em gestão de patrimônios nas áreas de consultoria sucessória, consultoria fiscal e consultoria imobiliária, entre outras. Na área de investimentos financeiros, desenvolvemos um modelo de arquitetura aberta que diferencia nossa oferta ainda mais. Por meio deste modelo, nossos clientes têm acesso a nossos melhores produtos de investimento, bem como aos melhores produtos de investimento de gestores de ativos terceirizados.

Durante o segundo trimestre de 2004, desenvolvemos um novo enfoque, exclusivamente voltado a clientes com carteiras de investimentos superiores a R$ 200.000,00. São oferecidos serviços e produtos específicos para sua demanda.

Em 30 de junho de 2005, a UAM registrou R$ 35.119 milhões em ativos sob sua administração, com uma participação de mercado de 5,0%.

HOLDINGS

A Holdings, companhia constituída segundo as leis do Brasil, detém participação acionária no Unibanco que representava, em 30 de junho de 2005, 96,6% de nossas ações ordinárias em circulação e 15,7% de nossas ações preferenciais em circulação. A Holdings não está envolvida em nenhuma outra atividade além do controle acionário do Unibanco.

MODIFICAÇÕES SOCIETÁRIAS RECENTES

O Conselho de Administração da Holdings, em reunião realizada no dia 30 de junho de 2005, autorizou sua Diretoria a permutar ações ordinárias do Unibanco detidas pelo Acionista Vendedor por ações preferenciais do Unibanco detidas pela Holdings na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial. O Conselho de Administração da Holdings também convocou uma assembléia geral extraordinária, realizada no dia 19 de julho de 2005, para aprovar a conversão de ações ordinárias da Holdings em ações preferenciais de sua emissão. O período para a conversão foi de 30 dias, e expirou em 18 de agosto de 2005. Tal conversão foi condicionada a uma alocação que permitiu a manutenção da proporção legal de 1/3 e 2/3 entre as ações ordinárias e as ações preferenciais de emissão da Holdings.

Os Conselhos de Administração da Holdings e do Unibanco também (i) concordaram em obter aprovação da CVM para um programa de conversão pelo qual os detentores de ações preferenciais do Unibanco ou da Holdings no dia 19 de agosto de 2005 estariam aptos a converter tais ações em Units; e (ii) autorizaram as respectivas Diretorias para que tomassem todas as medidas em relação ao registro da documentação para a oferta pública de Units no Brasil perante à CVM e para a oferta pública de *GDSs* nos Estados Unidos perante à SEC.

A possibilidade dos detentores de Units de cancelar Units e receberem as ações preferenciais subjacentes, em conformidade com os respectivos estatutos do Unibanco e da Holdings, foi suspensa pelo período compreendido entre 30 de junho de 2005 e 29 de agosto de 2005.

O Acionista Vendedor participou das conversões e manifestou sua intenção de alienar todas as Units que espera obter nas operações acima descritas, em conjunto com 63.938.421 Units que atualmente detém, na Oferta Global, assumindo exercício integral da Opção de Units Adicionais.

Mudanças significativas nos principais acionistas

Em 30 de setembro de 2003, o Mizuho Corporate Bank Ltd. ("Mizuho") e o Commerzbank AG ("Commerzbank ") venderam, em conjunto, aproximadamente 58 milhões de units em uma oferta global secundária feita no Brasil, nos Estados Unidos e em outros lugares. O número de units vendidas representa 9,36% das ações preferenciais do Unibanco e 11,66% das ações preferenciais da Holdings. Com essa oferta global o Mizuho liquidou toda a sua participação acionária na Holdings e no Unibanco, que antes da oferta representava direta e indiretamente 4,8% das ações preferenciais em circulação do Unibanco e o Commerzbank reduziu a participação em ações preferenciais em circulação do Unibanco de 8,8% para 5,2%. Contudo, mantivemos nosso histórico de relacionamentos comerciais com o Mizuho.

Em junho de 2004, o Unibanco e a Holdings anunciaram a aquisição da totalidade do capital do Banco BNL do Brasil S.A. ("BNL Brazil") da Banca Nazionale del Lavoro S.p.A ("BNL") e de sua subsidiária BNL International Investments S.A. ("BNL II"). O capital do BNL Brasil foi avaliado em R$ 93,1 milhões, e o BNL recebeu 10 milhões de units nessa transação, o que representava, à época, direta e indiretamente, 1,43% do capital do Unibanco.

Em 04 de fevereiro de 2005, o Commerzbank e o BNL venderam, em conjunto, aproximadamente 45,9 milhões de units em uma oferta global secundária feita para o (i) público no Brasil, (ii) determinados investidores qualificados nos Estados Unidos e (iii) investidores institucionais de outros locais fora do Brasil e dos Estados Unidos. Com essa oferta global o Commerzbank e o BNL liquidaram toda a sua participação acionária no Unibanco e na Holdings, que antes da oferta representava direta e indiretamente 5,2% e 1,4% de ações preferenciais em circulação, respectivamente. Contudo, nós mantivemos nosso histórico de relacionamentos comerciais com o Commerzbank e com o BNL.

Essas são as únicas mudanças relevantes na titularidade de ações do Unibanco e da Holdings nos últimos três anos.

Em 8 de agosto de 2005 a Comissão de Valores Mobiliários, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/Nº 440/05, autorizou a Unibanco Holdings a incluir nova data-base ao seu Programa de Conversão de ações preferenciais de emissão do Unibanco e da Holdings. Assim, de acordo com as instruções da Caixa Brasil, SGPS S.A., o Unibanco e a Unibanco Holdings tomaram todas as providências necessárias, de forma a permitir a Caixa Brasil, SGPS S.A. converter a totalidade de sua participação acionária no Unibanco e na Holdings em units.

* * * * * * * *

O Unibanco e a Holdings têm sede na Avenida Eusébio Matoso, 891, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (11) 3097-1980 e website www.unibanco.com.br. As informações contidas em nosso endereço eletrônico não constituem parte integrante deste Prospecto.

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A tabela a seguir apresenta um resumo das informações selecionadas de nossas demonstrações financeiras para cada um dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (exceto pela demonstração financeira do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, que foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes), e de nossas informações trimestrais para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2005, revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. As demonstrações financeiras e as informações trimestrais contidas neste Prospecto foram preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e as normas e procedimentos determinados pela CVM, pelo Banco Central e pela Superintendência de Seguros Privados.

As informações financeiras relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2004 e 2005 estão incluídas neste Prospecto. Os resultados financeiros para os períodos de seis meses terminados em 30 de junho de 2004 e 2005 não são necessariamente indicadores dos resultados que podem ser esperados para qualquer outro período de seis meses ou exercício social.

As informações abaixo devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Holdings e do Unibanco e respectivas notas explicativas e com as Seções "Informações Financeiras Selecionadas" e "Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações".

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro			**Períodos de seis meses encerrados em 30 de junho**	
	2002	**2003**	**2004**	**2004**	**2005**
Informações sobre a Demonstração do Resultado Consolidado:					
			(em milhões de R$)		
Resultado da intermediação financeira [1]	2.376	5.198	5.194	2.190	3.167
Lucro líquido	1.010	1.052	1.283	581	854
Informações do Balanço Patrimonial Consolidado:					
Total do ativo	75.375	69.632	79.350	79.771	82.992
Total das operações de crédito	26.557	27.678	31.796	29.747	35.154
Total dos depósitos	25.988	25.357	33.530	29.328	34.856
Patrimônio líquido	6.559	7.156	8.106	7.704	8.660

[1] Para melhor comparabilidade efetuamos nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2003 a reclassificação da atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização de "Outras Receitas (Despesas) Operacionais" para o "Resultado de Intermediação Financeira" no montante de R$296 milhões e R$486 milhões, respectivamente.

ESTRUTURA DA OFERTA

Acionista Vendedor	Caixa Brasil, SGPS, S.A.
Total de Units objeto da Oferta	74.912.362 Units.
Units	As Units são certificados de depósito de ações escriturais emitidos pelo Unibanco que representam 1 (uma) ação preferencial de emissão da Holdings e 1 (uma) ação preferencial de emissão do Unibanco.
Direitos conferidos pelas Units	As Units representam ações preferenciais de emissão do Unibanco e ações preferenciais de emissão da Holdings, não conferem direito de voto aos seus titulares (exceto em circunstâncias limitadas), porém garantem todos os direitos inerentes às referidas ações, tais como recebimento de dividendos, subscrição de aumentos de capital, desdobramento, cancelamento ou grupamento de ações (ver "Descrição das Units").
Número e Percentual de Units a serem distribuídas pelo Acionista Vendedor na Oferta Brasileira	19.338.447 Units ou 25,8% da Oferta Global, sem considerar o exercício da Opção de Units Adicionais, ou 30.575.301 Units considerando o exercício integral da Opção de Units Adicionais no Brasil, sem o exercício da Opção de GDSs Adicionais.
Oferta	A oferta consiste na distribuição pública secundária de 74.912.362 Units, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal, de titularidade Acionista Vendedor, a ser realizada no âmbito da Oferta Global, com a distribuição simultânea, em mercado de balcão não-organizado de Units no Brasil (Oferta Brasileira), pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, segundo a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional, e no exterior (Oferta Internacional), pelos Coordenadores da Oferta Internacional, sob a forma de *Global Depositary Shares* (*GDSs*), representados por *Global Depositary Receipts* (*GDRs*). A Distribuição da Oferta Brasileira se dará sob regime de garantia firme, não solidária, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM n.º 400. No âmbito da Oferta Internacional, serão distribuídas, inicialmente, 55.573.915 Units na forma de 11.114.783 *GDSs*, através de instituições financeiras coordenadas pelos Coordenadores da Oferta Internacional. Cada *GDS* corresponde a 5 Units.
Realocação de Units no âmbito da Oferta Global	Poderá haver realocação de Units entre a Oferta Brasileira e a Internacional e vice-versa, em função da demanda verificada no Brasil e no exterior durante o curso da Oferta Global
Opção de Units Adicionais e *GDSs* Adicionais	O Acionista Vendedor, nos termos previstos no artigo 24 da Instrução CVM n.º 400, concedeu aos Coordenadores da Oferta Brasileira uma opção, a ser exercida pelo UBS, para a aquisição de até 11.236.854 Units Adicionais. Adicionalmente, o Acionista Vendedor concedeu aos Coordenadores da Oferta Internacional uma opção, a ser exercida pela UBS Securities, para a aquisição de até 8.336.087 *GDSs* Adicionais. Em nenhuma hipótese, a soma do efetivo exercício das opções de Units Adicionais e das GDSs Adicionais totalizará mais do que 11.236.854 Units. Essas opções serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Global e deverão ser exercidas nas mesmas condições e preço das Ações e *GDSs* inicialmente ofertados no âmbito da Oferta Brasileira e da Oferta Internacional, respectivamente. A Opção referente às Units Adicionais deve ser exercida no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data do Contrato de Distribuição.

Preço de Venda	O preço de venda por Unit no âmbito da Oferta é de R$20,49 e foi determinado após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, conduzido pelos Coordenadores da Oferta Brasileira.
Prazo de Liquidação da Oferta	O prazo previsto para as liquidações física e financeira da Oferta é de 3 (três) dias úteis, contados a partir da publicação do Anúncio de Início. As liquidações física e financeira ocorrerão na mesma data. A liquidação física será realizada mediante a transferência das Units para a titularidade dos investidores. As liquidações física e financeira da Oferta Brasileira estão previstas para o dia 19 de setembro de 2005.
Destinação dos Recursos	O Unibanco e a Holdings não receberão recurso algum proveniente da Oferta Brasileira.
Direito a Dividendos	As ações preferenciais de emissão do Unibanco conferem direito a participação dos lucros líquidos de cada exercício, sendo assegurado a cada ação preferencial dividendo anual 10% (dez por cento) superior ao destinado a cada ação ordinária. O dividendo obrigatório do Unibanco é de no mínimo 35% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do respectivo Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas, a menos que o Conselho de Administração do Unibanco determine que o pagamento de tal valor não seja aconselhável em virtude das condições financeiras do Unibanco. Veja "Informações sobre o Unibanco – Dividendos e Política de Dividendos". Após a Oferta, as Units conferirão aos seus detentores o direito ao recebimento de quaisquer dividendos e juros sobre capital próprio declarados pelo Unibanco a partir da data de publicação da data de Liquidação da Oferta Brasileira. As ações preferenciais de emissão da Holdings conferem direito a (a) prioridade na distribuição de dividendo mínimo semestral de R$0,015 por ação ou (b) dividendo prioritário semestral de 1,5% do valor patrimonial da ação, resultando em dividendo prioritário anual de 3% (três por cento) do valor patrimonial da ação, o que for maior. O dividendo obrigatório da Holdings é de 100% do lucro líquido, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do respectivo Estatuto Social, a menos que o Conselho de Administração da Holdings determine que o pagamento de tal valor mínimo não seja aconselhável em virtude de condições financeiras da Holdings. Veja "Informações sobre a Holdings – Dividendos e Política de Dividendos". Após a Oferta, as Units conferirão aos seus detentores o direito ao recebimento de quaisquer dividendos e juros sobre capital próprio declarados pela Holdings a partir da data de Liquidação da Oferta Brasileira.
Política de Dividendos	Para informações acerca da política de dividendos da Holdings e do Unibanco, ver "Informações sobre a Holdings – Dividendos e Política de Dividendos" e "Informações sobre o Unibanco – Dividendos e Política de Dividendos ".
Fatores de Risco	Para uma explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Units, ver seção "Fatores de Risco", além de outras informações contidas neste Prospecto.

Mercados de Negociação

As Units estão listadas e são negociadas na BOVESPA sob o código de negociação "UBBR11". As ações preferenciais do Unibanco também estão listadas na BOVESPA, sob código de negociação "UBBR4". As ações preferenciais da Holdings são listadas na BOVESPA, sob o código de negociação "UBHD6". As *GDSs* estão listadas e são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, sob o código "UBB".

Restrições à Venda de Units (*Lock-up*)

O Unibanco, a Holdings e o Acionista Vendedor concordam que, a não ser mediante autorização prévia por escrito dos Coordenadores da Oferta Brasileira, não irão, no prazo de até 90 (noventa) dias da data do Prospecto Definitivo:

- oferecer, empenhar, vender, contratar a venda ou vender qualquer opção de compra, comprar qualquer opção de venda, dar qualquer opção ou direito de compra, emitir *warrant*, emprestar ou dispor ou transferir de qualquer outra forma ações preferenciais de emissão do Unibanco ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações preferenciais de emissão do Unibanco;
- oferecer, empenhar, vender, contratar a venda ou vender qualquer opção de compra, comprar qualquer opção de venda, dar qualquer opção ou direito de compra, emitir *warrant*, emprestar ou dispor ou transferir de qualquer outra forma ações preferenciais de emissão da Holdings ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações preferenciais de emissão da Holdings; e
- oferecer, empenhar, vender, contratar a venda ou vender qualquer opção de compra, comprar qualquer opção de venda, dar qualquer opção ou direito de compra, emitir *warrant*, emprestar ou dispor ou transferir de qualquer outra forma Units ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por Units.

As restrições acima descritas não se aplicarão às Opções para distribuição de lote suplementar de Units nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 aqui contempladas.

Garantia Firme

A garantia firme consiste na obrigação de aquisição de Units pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, pelo Preço por Unit constante do Prospecto Definitivo, até os percentuais relativos a cada Coordenador da Oferta Brasileira indicados neste Prospecto. **Tal garantia é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding* e assinado o Contrato de Distribuição. Caso a totalidade de Units não tenha sido totalmente vendida e liquidada até a Data da Liquidação, os Coordenadores da Oferta Brasileira adquirirão a totalidade do saldo resultante da diferença entre o número de Units objeto da garantia firme e o número de Units efetivamente colocadas junto a investidores, pelo Preço por Unit constante do Prospecto Definitivo, até os percentuais relativos a cada Coordenador da Oferta Brasileira indicado no Prospecto Definitivo.**

FATORES DE RISCO

Antes de tomar qualquer decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto, em especial os riscos descritos abaixo. Nossos negócios, situação financeira e resultados de operações podem ser adversa e materialmente afetados por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das Units pode diminuir devido a quaisquer desses riscos, sendo que há possibilidade de perda de parte ou de todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos atualmente e que acreditamos poder nos afetar de maneira relevante. Riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes também podem afetar nossos negócios.

RISCOS RELACIONADOS AO BRASIL

Nossos negócios, a maioria realizada no Brasil, podem ser adversamente afetados por medidas do governo brasileiro.

Historicamente, o governo brasileiro interviu, de tempos em tempos na economia brasileira e no setor de serviços financeiros. Intervenções passadas incluíram, até 1999, depreciação do valor da moeda, imposição de controles de salários, preços e capitais, congelamento de contas bancárias e limitações à exportação, e, mais recentemente, aumento da exigência de capital e reservas na regulamentação, imposição de limites de empréstimos e outras restrições ao crédito, além da imposição de tributos em operações financeiras. Não estamos em posição de prever se o Governo Brasileiro intervirá na economia brasileira e, em caso positivo, a natureza e a extensão de tais intervenções.

As medidas do governo podem adversamente afetar nossos negócios por meio de:

- Redução de demanda por nossos serviços;
- Aumento de nossos custos;
- Limitação de nossa capacidade de fornecer serviços; ou
- Redução de capacidade de nossos clientes de pagar seus empréstimos.

Ainda, instabilidade social e outros desdobramentos políticos ou econômicos resultantes de imposição de novas políticas econômicas do governo, ou resposta do governo brasileiro a tais desdobramentos podem adversamente afetar nossas operações. Ver "Análise da Administração Sobre a Condição Financeira e o Resultado das Operações"

Desvalorizações do real em relação ao dólar norte-americano podem prejudicar nossa capacidade e a de nossos clientes brasileiros de cumprir obrigações expressas ou indexadas em dólares.

Nossa condição financeira e resultados de operações foram afetados em períodos recentes e provavelmente continuarão a ser afetados, em razão da desvalorização do real decorrente de decisão do governo brasileiro, em janeiro de 1999, de deixar o real flutuar livremente.

A taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano teve variação significativa nos últimos anos. Podemos citar, por exemplo, a desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano de 18,7% em 2001 e de 52,3% em 2002, e sua recuperação parcial em 2003, valorizando 18,3% em relação ao dólar norte-americano. No período até 31 de dezembro de 2004, o real valorizou em 8,1% em relação ao dólar norte-americano. No primeiro semestre de 2005, o real se valorizou 11,5% em relação ao dólar norte-americano. Para a referência a um percentual específico de desvalorização ou valorização do real em relação ao dólar norte-americano em um ano, calculamos tal percentual com base na comparação da quantidade de reais equivalentes a um dólar norte-americano no início do referido ano com a quantidade de reais equivalentes a um dólar norte-americano ao final do ano em questão, conforme divulgado pelo Banco Central.

A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras pode impactar nossa capacidade de cumprir nossas obrigações expressas ou indexadas em dólares, por tornar mais cara a obtenção da moeda estrangeira necessária para quitar referidas obrigações.

A desvalorização do real pode também nos afetar por prejudicar a capacidade de nossos clientes corporativos brasileiros no pagamento de obrigações expressas ou indexadas em dólares para nós. Quando a moeda brasileira é desvalorizada, incorremos em perdas em nossas obrigações expressas ou indexadas em moeda estrangeira, e em ganhos efetivos em nossos ativos monetários expressos ou indexados em moeda estrangeira, uma vez que as obrigações e ativos são convertidos em reais.

Adicionalmente, nossas operações de empréstimo e de leasing dependem significativamente da nossa capacidade de compatibilizar o custo dos recursos indexados em dólares norte-americanos com as taxas cobradas de nossos clientes. Uma desvalorização significativa do real em face ao dólar norte-americano aumentará nosso custo de recursos e nos exigirá o aumento de nossas taxas em operações de empréstimo, o que, como resultado, pode afetar nossa habilidade de atrair novos clientes, que poderão se sentir desestimulados a pagar tais taxas elevadas.

Valorização do real em face ao dólar norte-americano pode adversamente afetar nossa obrigação de pagar o imposto de renda.

Durante períodos em que há valorização do real em face a moedas de países em que detemos investimentos em nossas subsidiárias e agências estrangeiras, podemos experimentar aumentos em nossa obrigação de pagar imposto de renda. Isso porque perdas, medidas em real, em nossos investimentos estrangeiros não são dedutíveis para fins de tributação no Brasil, enquanto ganhos no valor de "hedges" em real, por nós mantidos, são geralmente tributados.

Volatilidade das taxas de câmbio pode conduzir a clima de incerteza econômica no Brasil, o que poderia negativamente afetar nossa capacidade de financiar nossas operações por meio do mercado de capitais internacional.

Desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, por meio do aumento geral de preços de produtos importados, bem como estimulando o desenvolvimento de políticas governamentais para contenção da demanda total. Por outro lado, valorização do real em face ao dólar norte-americano pode conduzir à deterioração das reservas e da balança de pagamentos, bem como prejudicar o crescimento das exportações. O potencial impacto da flutuação das taxas de câmbio e das medidas do governo brasileiro para estabilização do real são incertas.

Imposição de controles de câmbio poderia restringir nosso acesso ao mercado de capitais internacional e limitar nossa capacidade de honrar nossas obrigações expressas em moedas estrangeiras.

A compra e venda de moeda estrangeira no Brasil está sujeita a controle governamental. Historicamente, o governo brasileiro implementou várias políticas afetando taxas de câmbio e o cumprimento de dívidas externas por parte de tomadores brasileiros. Tais políticas incluíram desvalorizações súbitas, mini-desvalorizações periódicas (com a freqüência de ajustes variando de diária a mensal), sistemas de taxas de câmbio flutuantes, controles de câmbio e criação de um mercado de câmbio de taxas comerciais e um mercado de câmbio de taxas flutuantes, os quais foram, recentemente, unificados em um mercado de câmbio único.

O governo brasileiro não impediu a remessa de ganhos para investidores estrangeiros desde 1990 e nunca o fez em relação a obrigações relativas a valores mobiliários. Atualmente, o governo não restringe a capacidade de pessoas ou entidades estrangeiras de converter a moeda brasileira em moedas estrangeiras, desde que as operações sejam lícitas e baseadas em fatores econômicos e de acordo com as responsabilidades de cada uma das partes segundo disposto nos documentos que embasarem cada transação que deva ser contratada ou liquidada por meio de um fechamento de câmbio. Considerando que o mercado de câmbio foi recentemente modificado, certos procedimentos operacionais podem ser posteriormente regulamentados pelo Banco Central. O Banco Central do Brasil também assumiu a responsabilidade por obrigações externas referentes às reestruturações anteriores da dívida externa brasileira.

Não podemos ter certeza de que o governo brasileiro não instituirá políticas de controle de câmbio mais restritivas. Tais políticas poderiam impedir nosso acesso ao mercado de capitais internacional ao fazer com que financiadores e investidores estrangeiros ficassem relutantes em destinar recursos a tomadores brasileiros. Tais políticas poderiam também afetar negativamente a capacidade dos devedores brasileiros (nós inclusive) de fazer pagamentos fora do Brasil para cumprir obrigações decorrentes de operações expressas em moedas estrangeira. Muitos fatores fora de nosso controle poderão afetar a probabilidade de o governo impor restrições de controle de câmbio. Dentre tais fatores, mencionamos:

- O montante das reservas brasileiras de moedas estrangeiras;
- A disponibilidade de moeda estrangeira suficiente para efetuar pagamentos nas datas de vencimento;
- O montante das obrigações do serviço da dívida brasileira em relação à economia como um todo;
- Relacionamento do Brasil com o Fundo Monetário Internacional; e
- Restrições políticas às quais o Brasil pode vir a estar sujeito.

Se houver no Brasil uma inflação substancial no futuro, os resultados de nossas operações poderão ser adversamente afetados.

O Brasil teve, no passado, experiências de altas taxas de inflação, com taxas anuais de inflação que chegaram a atingir 2,708% em 1993. Mais recentemente, as taxas de inflação no Brasil chegaram a 9,8% em 2000, 10,4% em 2001, 26,4% em 2002, 7,7% em 2003, 12,1% em 2004 e 1,53% no primeiro semestre de 2005, conforme medido pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). A inflação e medidas governamentais tomadas para o combate à inflação tiveram efeitos negativos na economia nacional. Inflação, ações tomadas para combater a inflação e especulações públicas a respeito de possíveis ações futuras também contribuíram para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado de capitais brasileiro. Se o Brasil vier a ter inflação substancial no futuro, nossos custos poderão aumentar e nossas margens líquida e operacional poderão diminuir, se o aumento não for acompanhado por um aumento na taxa de juros. Pressões inflacionárias poderão diminuir nossa capacidade de acesso a mercados financeiros estrangeiros e poderão levar a mais intervenções governamentais na economia, incluindo a introdução de políticas governamentais que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, pode afetar adversamente nossas operações.

Acontecimentos nas economias de outros mercados emergentes poderão afetar, negativamente, a economia brasileira e ter impacto adverso em nossos negócios.

Historicamente, acontecimentos adversos na economia de outros países emergentes, especialmente da América Latina, têm afetado de forma negativa o mercado de capitais brasileiro assim como a economia. Tais eventos afetaram negativamente as empresas brasileiras por:

- Redução de disponibilidade de crédito na economia brasileira, de ambas as fontes doméstica e internacional;
- Evasão de recursos e redução da quantidade de investimento estrangeiro no Brasil; e
- Alteração adversa do preço de mercado dos valores mobiliários das empresas brasileiras.

Tais eventos incluem a desvalorização do peso mexicano em dezembro de 1994, a crise econômica asiática de 1997, a crise monetária russa em 1998 e as crises econômica e política da Argentina em 2002. Em períodos recentes, o mercado financeiro internacional tem experimentado significativa volatilidade e vários índices de mercado, inclusive aqueles referentes ao mercado brasileiro, têm algumas vezes sofrido declínios significativos.

Caso ocorram acontecimentos adversos em países emergentes, o mercado de capitais internacional pode não se manter aberto para companhias brasileiras e as taxas de juros em vigor nesses mercados podem nos ser desvantajosas. Decréscimo de investimentos estrangeiros no Brasil poderia afetar negativamente o crescimento e a liquidez da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia ter um impacto negativo em nossos negócios.

Denúncias recentes sobre corrupção de políticos podem gerar instabilidade política e econômica

O Brasil atravessa atualmente uma grave crise política. Diversos políticos estão sendo acusados de fazer pagamentos a parlamentares em troca de apoio político. Como resultado, determinados parlamentares e ministros deixaram ou renunciaram a seus cargos ou enfrentam investigações administrativas. As acusações podem enfraquecer o governo e dificultar as reformas econômicas a serem implementadas e/ou gerar instabilidade política e econômica. Não podemos prever as conseqüências de tais acusações, bem como seus efeitos na economia.

RISCOS RELATIVOS À INDÚSTRIA BANCÁRIA BRASILEIRA

Mudanças na regulamentação podem nos afetar negativamente.

Bancos e companhias de seguro brasileiras, incluindo-se nossas operações bancárias e de seguros, estão sujeitas à extensa e contínua revisão regulatória pelo governo brasileiro. Nós não temos controle sobre a regulamentação do governo, que rege todas as frentes de nossas operações, incluindo regulamentações que impõem:

- Exigências de capital mínimo;
- Exigências de reservas compulsórias;
- Limites para concessão de empréstimos e outras restrições de crédito; e
- Requisitos estatísticos e contábeis.

A dinâmica da regulamentação que rege as instituições financeiras, incluindo os bancos, as corretoras de títulos e valores mobiliários, as companhias de leasing e as companhias de seguro no Brasil está continuamente mudando. Leis e regulamentações existentes podem ser alteradas, o modo pelo qual as leis e a regulamentação são aplicadas e interpretadas pode mudar e novas leis e regulamentação podem ser adotadas. A ocorrência de tais mudanças pode afetar substancialmente e de modo adverso nossas operações e receitas.

Mudanças nos requisitos de reservas e depósitos compulsórios podem afetar nossa lucratividade

O Banco Central tem alterado constantemente o nível de reservas e depósitos compulsórios que as instituições financeiras no Brasil devem manter com o Banco Central. O Banco Central pode aumentar as exigências para constituição de reservas no futuro ou impor novos requisitos de reservas e depósitos compulsórios.

Em 30 de junho de 2005:

- A reserva requerida para depósitos à vista era de 45%;
- A taxa de depósito compulsório requerida sobre depósitos de poupança, na forma de depósitos em dinheiro, era de 20%;
- A taxa de depósito compulsório requerida sobre depósitos a prazo, na forma de títulos do governo em conta com o Banco Central, era de 15%; e
- As reservas adicionais requeridas sobre depósitos a prazo, depósitos à vista e depósitos de poupança eram, respectivamente, de 8%, 8% e 10%.

Nosso saldo de reservas requeridas para depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo era de R$ 4.930 milhões em 30 de junho de 2005. A exigência de reservas e depósitos compulsórios reduz nossa liquidez para realização de empréstimos e outros investimentos. Ainda, depósitos compulsórios geralmente não nos conferem o mesmo retorno de outros investimentos ou depósitos. Isso resulta dos seguintes fatores:

- Parte de nossos depósitos compulsórios não rende juros;
- Somos obrigados a manter parte dos nossos depósitos compulsórios em títulos do governo brasileiro; e
- Devemos utilizar uma parte dos depósitos para financiar programas federais de habitação e de fomento do setor rural.

Alterações nos limites mínimos para empréstimos para os setores imobiliário federal e rural podem afetar negativamente nossas operações.

Nos termos da regulamentação bancária, deve ser mantido um percentual mínimo dos depósitos de poupança para o financiamento habitacional federal e um percentual mínimo do total de depósitos para empréstimos para o setor rural. Tais limites podem influenciar diretamente a rentabilidade de nossos negócios, como resultado de dois diferentes fatores. Caso nós não atinjamos o limite mínimo requerido para tais empréstimos, a diferença deverá ser mantida como depósito compulsório junto ao Banco Central, o qual, geralmente, não nos assegura o mesmo retorno de outros investimentos e depósitos. Ainda, empréstimos obrigatórios a esses setores podem ser mais arriscados e/ou menos rentáveis que outras oportunidades de empréstimos disponíveis.

Em geral, em 30 de junho de 2005:

- A taxa mínima de empréstimos para o programa habitacional federal era de 65% dos depósitos de poupança; e
- A taxa mínima de empréstimos para o setor rural era de 25% do total de depósitos.

Alterações na regulamentação tributária podem afetar negativamente nossas operações.

Para sustentar suas políticas fiscais, o governo brasileiro regularmente promove reformas nos tributos e nos regimes de tributação que afetam nossas operações e nossos clientes. Essas reformas incluem mudanças nas alíquotas de tributação e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários, cujos recursos são destacados para o atendimento de determinados objetivos governamentais. Os efeitos dessas mudanças e de quaisquer outras mudanças decorrentes de aprovação de novas reformas tributárias não foram, nem poderão ser quantificados. Não há como termos certeza de que essas reformas, quando implementadas, não poderão gerar um efeito adverso em nossos negócios. Além disso, essas mudanças provocam incertezas no sistema financeiro, aumentam o custo de captação de recursos e contribuem para o aumento de nossa carteira de empréstimos vencidos e não pagos. Veja "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operacional — Efeitos da Regulamentação do Governo em nossa Condição Financeira e em Resultados de Operações – Outros Tributos".

Alterações na taxa básica de juros pelo Banco Central do Brasil podem afetar nossos resultados operacionais e rentabilidade.

O Banco Central estabelece a taxa básica de juros para o sistema bancário brasileiro e utiliza as alterações dessa taxa como instrumento de administração da política monetária. A taxa básica de juros é a taxa de juros padrão no mercado paga aos titulares de determinados títulos do governo federal que são negociados no Sistema Especial de Liquidação e Custodia - SELIC. Nos anos recentes, a taxa básica de juros tem flutuado, atingindo aproximadamente 45% ao ano em março de 1999 e caindo para 15,25% ao ano em 17 de janeiro de 2001. Desde 2001, o Banco Central tem ajustado a taxa básica de juros, aumentando-a inúmeras vezes em resposta a incertezas econômicas. Em resposta ao desenvolvimento econômico, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros durante o segundo semestre de 2003 e o primeiro semestre de 2004. Mais recentemente, com o intuito de controlar a inflação, o Banco Central aumentou a taxa básica de juros diversas vezes, de 16% ao ano em 18 de agosto de 2004 a 19,75% ao ano em 19 de maio de 2005.

Apesar de, em princípio, o aumento da taxa de juros nos propiciar aumento de margens, tais aumentos podem afetar de forma adversa os resultados de nossas operações, dentre outras formas, pela redução da demanda por nossos produtos de crédito e investimentos, aumento de nosso custo de captação de recursos e aumento do risco de inadimplência dos clientes. Decréscimos na taxa básica de juros também podem afetar adversamente o resultado de nossas operações, dentre outras formas, por diminuir o ganho de juros apurados em nossos ativos que rendem juros e por diminuir margens. Veja "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado Operacional — Efeitos Macroeconômicos que Afetam nossa Condição Financeira e Resultados de Operações – Efeitos da Taxa de Juros em nossas Condições Financeiras e nos Resultados de Operações".

A crescente competitividade no setor de serviços bancários brasileiros pode afetar de forma negativa nossas previsões de negócios.

O mercado financeiro brasileiro, incluindo as áreas bancária, de seguros e de administração de recursos de terceiros, é extremamente competitivo. Enfrentamos uma competição significativa em todas as nossas principais áreas de atuação, de outros grandes bancos nacionais e estrangeiros, públicos e privados, e companhias de seguro.

O setor bancário brasileiro passou por um período de consolidação na década de 1990, quando alguns bancos nacionais foram liquidados e diversos bancos estatais importantes e bancos privados foram vendidos. A competição aumentou durante referido período tendo em vista que bancos estrangeiros iniciaram operações no mercado brasileiro por meio da aquisição de instituições financeiras brasileiras. A privatização de bancos públicos também contribuiu para tornar o mercado brasileiro de serviços bancários e financeiros mais competitivo.

A aquisição de um banco ou seguradora por algum de nossos competidores, poderia gerar, para ele, incremento na sua participação de mercado e escala e, como resultado, aumento da competitividade que enfrentamos por parte desse competidor. O aumento na competição pode afetar negativamente os resultados de nossos negócios e futuros negócios em razão, dentre outros, de:

- Limitação da capacidade de crescimento de nossa base de clientes e expansão de nossas operações;
- Redução dos ganhos e margens com serviços financeiros, seguros e outros produtos e serviços que oferecemos; e
- Aumento da competitividade para as oportunidades de novos investimentos.

RISCOS RELACIONADOS AO UNIBANCO E HOLDINGS

O perfil de nossa carteira de crédito pode ser alterado em razão de nossas aquisições ou de mudanças das condições econômicas brasileiras ou internacionais.

Em 30 de junho de 2005, o total de nossa carteira de crédito era de R$ 35.154 milhões. Nosso saldo de provisão para perdas com crédito era de R$ 1.739 milhões, representando 4,9% da nossa carteira de crédito, em 30 de junho de 2005. A qualidade de nossa carteira de crédito está sujeita a mudanças no perfil dos negócios, resultante tanto do crescimento orgânico como das aquisições que realizamos e é dependente de condições econômicas domésticas e, em menor extensão, internacionais. Nossas aquisições da Banco Finivest S.A., ou Fininvest, em 2000, 50% da participação na Pontocred e LuizaCred em 2001, Creditec – Crédito Financiamento e Investimento S.A., ou Creditec, e HiperCard Administradora de Cartão de Crédito Ltda., ou HiperCard, em 2004 afetaram a qualidade de nossa carteira de empréstimos, aumentando significativamente nossa exposição a um segmento de baixa renda do mercado de varejo. Esse segmento representa um maior volume de operações, maiores margens e maior taxa de inadimplemento que outros segmentos. Mudanças adversas afetando quaisquer setores nos quais temos exposição significativa com base em empréstimos, tais como as decorrentes de eventos políticos internos e externos ao Brasil ou da variação da atividade econômica, podem nos causar impacto adverso. Deste modo, o comportamento passado da nossa carteira de crédito, não indica necessariamente o seu comportamento futuro.

Nossa carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos está sujeita a variações de mercado devido a mudanças nas condições econômicas brasileiras e internacionais.

Em 30 de junho de 2005, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos representavam R$16.862 milhões, ou 20,3% de nossos ativos, sendo que ganhos de capital ou perdas realizados ou não realizados nesses investimentos tiveram e continuarão a ter impacto significativo nos nossos resultados de operações. Tais ganhos e perdas, que registramos em nossa contabilidade, quando vendemos ou marcamos a preços de mercado investimentos em valores mobiliários negociáveis, podem variar consideravelmente de um período a outro. Não podemos prever o montante de ganhos de capital ou perdas em qualquer período futuro e as variações experimentadas de um período a outro não têm, na prática, qualquer valor de referência para este tipo de previsão. Ganhos ou perdas em nossa carteira de investimentos podem não contribuir para a manutenção de níveis de receita líquida consistentes com aqueles obtidos em períodos recentes ou em quaisquer outros períodos e nós podemos não perceber, de forma bem sucedida, valorizações ou depreciações atualmente existentes na nossa carteira consolidada de investimentos ou em parte dela.

A integração de empresas que viermos a adquirir pode aumentar nossos riscos.

Nossa estratégia de negócios inclui o crescimento por meio de aquisições estratégicas. Em março de 2004, adquirimos a HiperCard, sociedade independente de cartão de crédito. Em maio de 2004, adquirimos a Creditec, empresa financeira que detém participação importante nos setores brasileiros de empréstimos pessoais e financiamento ao consumidor, entre consumidores das classes média e baixa. Poderemos participar de novas aquisições, tendo em vista que pretendemos continuar crescendo neste processo de consolidação do sistema financeiro nacional. A integração das empresas adquiridas e daquelas que venhamos a adquirir no futuro aumenta significativamente os riscos, incluindo os seguintes.

- Exigências inesperadas para nossa alta administração, e para nossos sistemas de informações, apoio e marketing poderão ocorrer devido à integração de novas redes de agências, sistemas de informações, pessoal, produtos e clientes à nossa base de negócios hoje existente;
- Nosso atual sistema de informações poderá ser incompatível com o sistema de informações das empresas adquiridas, o que poderá ter como resultado não sermos capazes de integrar tais sistemas a custo e em prazo razoáveis;
- Poderemos perder empregados chave e clientes das empresas adquiridas;
- Poderemos assumir responsabilidades e contingências inesperadas relativas às empresas adquiridas; e
- Atrasos no processo de integração poderão acarretar aumento dos custos operacionais previstos para as empresas adquiridas.

RISCOS RELATIVOS AOS CERTIFICADOS GLOBAIS DE AÇÕES – *GDSS* E ÀS UNITS

Cancelamentos dos GDSs em troca de Units podem afetar adversamente o mercado e o valor dos mesmos e impor algumas restrições aos titulares de Units.

De acordo com o nosso Programa *GDSs*, os titulares de *GDSs* podem cancelar seus *GDSs* e receber as Units que os representam no Brasil. Assim:

- Se um número significativo de *GDSs* for cancelado, o mercado e os preços do GDS podem ser afetados adversamente;
- As Units serão negociadas no mercado brasileiro de valores mobiliários. Dessa forma, os investidores que optarem pelo cancelamento de seus *GDSs* poderão estar expostos a riscos maiores que no mercado de valores mobiliários americano, especialmente em relação à liquidez das Units; e
- Os rendimentos e ganhos de capital referentes às Units são auferidos por seus titulares no Brasil. Os investidores não residentes no Brasil podem não ser capazes de enviar os rendimentos das Units para fora do Brasil (veja "-Restrições a remessas internacionais podem afetar adversamente os titulares de Units e de *GDSs*").

Restrições a remessas internacionais podem afetar adversamente os titulares de Units e de GDSs.

A legislação brasileira prevê que no caso de significativo desequilíbrio na balança de pagamentos ou no caso de indícios de tal desequilíbrio, o governo brasileiro pode impor restrições temporárias à remessa de lucros auferidos no Brasil por investidores estrangeiros, como ocorreu por aproximadamente seis meses em 1989 e começo de 1990, bem como à conversão de moeda nacional em moeda estrangeira. Ademais, caso o governo brasileiro entenda que as reservas de moeda estrangeira devam ser preservadas, o governo brasileiro pode impor um encargo temporário sobre remessas internacionais de até 50% sobre seus valores. Tais restrições podem dificultar ou impedir a conversão de dividendos, distribuições ou ganhos na venda de Units em dólares norte-americanos e a remessa desses dólares norte-americanos para o exterior. Titulares de Units e *GDSs* não residentes no Brasil podem ser prejudicados pelo atraso ou pela recusa, por parte de autoridades brasileiras, de conceder autorização para a conversão de pagamentos em moeda nacional e a remessa ao exterior de valores referentes às Units e aos *GDSs*.

Ausência de direito de voto para as Units.

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, nosso estatuto social e o estatuto social da Holdings, os titulares de nossas ações preferenciais e ações preferenciais da Holdings, de um modo geral, não têm direito de voto, exceto em circunstâncias limitadas; dessa forma, os titulares de Units, de modo geral, não podem votar em nossas assembléias gerais ou nas da Holdings.

Ações que podem ser objeto de venda futura podem afetar adversamente o valor de mercado de nossas Units e GDSs.

Alguns dos nossos principais acionistas e dos principais acionistas da Holdings têm a capacidade de, observadas as leis e as regulamentações aplicáveis nas jurisdições cabíveis, vender ações ordinárias da Holdings e Units. Nenhuma previsão pode ser feita acerca do efeito, se for o caso, que futuras vendas de ações representadas por Units ou Units possam ter no preço de mercado das Units e dos *GDSs*. Vendas futuras de quantidade substancial de referidas ações, ou a percepção de que essas vendas podem ocorrer podem prejudicar os preços de mercado das Units e *GDSs*.

Limitações ao exercício de direito de preferência para acionistas estrangeiros.

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, exceto para ofertas em bolsa ou ofertas públicas, as empresas brasileiras devem oferecer a seus acionistas direito de preferência na aquisição, por subscrição privada de aumento de capital, de número de ações suficiente para que mantenham seu percentual de participação anterior ao aumento. No entanto, a participação de investidores estrangeiros no capital de instituições financeiras está sujeita à autorização do governo Brasileiro, exceto para participação no capital não votante, para a qual uma autorização genérica já foi concedida. Dessa forma, no caso de uma oferta de ações com direito a voto, nossos acionistas estrangeiros poderão ser impedidos de exercer seu direito de preferência. Adicionalmente, acionistas estrangeiros não podem, ainda, exercer o direito de preferência referente às ações que formam as Units ou a quaisquer outros valores mobiliários emitidos pelo Unibanco ou pela Holdings, a menos que seja providenciado o registro, nos termos do "Securities Act" de oferta em relação às ações referentes a tais direitos ou uma exceção ao registro seja aplicável. Nós e a Holdings não estamos obrigados a registrar ofertas referentes a tais direitos de preferência e não há garantia de que nós ou a Holdings faremos referidos registros.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Considerando a presente Oferta ser uma distribuição pública secundária de Units, o Acionista Vendedor receberá todos os recursos líquidos oriundos da venda de Units na Oferta, incluindo as Units na forma de GDSs. Nem o Unibanco nem a Holdings receberá quaisquer recursos provenientes da venda das Units oferecidas pelo Acionista Vendedor no âmbito da Oferta.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir mostra a capitalização consolidada do Unibanco em 30 de junho de 2004 e 2005, calculada de acordo com a legislação societária brasileira e as Práticas Contábeis Brasileiras. O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as Seções "Informações Financeiras Selecionadas", "Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações" e nossas demonstrações financeiras consolidadas, constantes deste Prospecto.

	30 de junho de 2004	% Total	30 de junho de 2005	% Total
	(em milhões de R$)		(em milhões de R$)	
Passivo Circulante:				
Depósitos	21.202	26,6%	20.787	25,1%
Captações no mercado aberto	10.154	12,7	6.470	7,8
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.905	2,4	1.001	1,2
Relações interfinanceiras	596	0,7	684	0,8
Relações interdependências	508	0,6	333	0,4
Obrigações por empréstimos	3.905	4,9	2.412	2,9
Obrigações por repasses no país e do exterior	1.853	2,3	1.805	2,2
Dívidas subordinadas	12	-	80	0,1
Venda do direito de recebimento de fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior	316	0,4	176	0,2
Outras obrigações e instrumentos financeiros derivativos	9.536	12,0	12.113	14,6
Total do passivo circulante	49.987	62,6%	45.861	55,3%
Passivo Exigível a Longo Prazo:				
Depósitos	8.126	10,2%	14.069	17,0%
Recursos de aceites e emissão de títulos	452	0,5	482	0,6
Obrigações por empréstimos	462	0,6	278	0,3
Obrigações por repasses no país e do exterior	3.517	4,4	3.739	4,5
Dívidas subordinadas	1.666	2,1	1.690	2,1
Venda do direito de recebimento de fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior	2.875	3,6	1.997	2,4
Outras obrigações e instrumentos financeiros derivativos	4.120	5,2	5.412	6,5
Total do passivo exigível a longo prazo	21.218	26,6%	27.667	33,4%
Resultados de Exercícios Futuros	95	0,1%	111	0,1%
Patrimônio Líquido dos Acionistas Minoritários	767	1,0%	693	0,8%
Patrimônio Líquido:				
Capital:				
De domiciliados no país	3.482	4,4	3.504	4,2
De domiciliados no exterior	1.518	1,9	1.496	1,8
Reservas de capital	159	0,2	160	0,2
Reserva de reavaliação em empresas controladas	10	-	6	-
Reservas de Lucros	2.683	3,4	3.591	4,3
Ajuste ao valor de Mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos	(96)	(0,1)	(47)	-
Ações em tesouraria	(52)	(0,1)	(50)	(0,1)
Lucros acumulados	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	**7.704**	**9,7%**	**8.660**	**10,4%**
Total da capitalização	**79.771**	**100,0%**	**82.992**	**100,0%**

DILUIÇÃO

Tendo em vista que a Oferta é uma distribuição pública secundária de Units de titularidade do Acionista Vendedor, o número de ações preferenciais de emissão do Unibanco e da Holdings não aumentará após a conclusão da Oferta. Adicionalmente, uma vez que os recursos obtidos com a Oferta serão pagos exclusivamente ao Acionista Vendedor, não haverá aumento no patrimônio líquido da Holdings e/ou do Unibanco após a Oferta. Em 30 de junho de 2005 o valor patrimonial por Unit era de R$6,15.

O Unibanco possui um Plano de Outorga de Opções de Compra de Units. As opções de compra de ações e/ou Units outorgadas poderão ser exercidas pelos executivos dentro do prazo de 3 a 6 anos. As outorgas de opções anuais estão limitadas a 1% do capital autorizado e o total das opções outorgadas e não exercidas está limitado a 10% do capital autorizado. Em 30 de junho de 2005, havíamos concedido 14.057.286 opções de compra de ações que podem ser transformadas na aquisição de units de acordo com o programa. Essas opções podem ser exercidas entre 21 de janeiro de 2005 e 02 de maio de 2011 a um preço de exercício médio de R$12,15 por opção. Para uma descrição mais detalhada do programa de opção de compra ou subscrição de ações, veja a Seção "Informações sobre o Unibanco – Descrição dos Negócios – Funcionários e Política de Recursos Humanos".

Conseqüentemente, se todos os detentores de opções exercerem suas respectivas opções de compra de ações, os acionistas do Unibanco (inclusive a Holdings) serão diluídos. A tabela a seguir ilustra esta diluição, aferida por ação.

	R$
Valor patrimonial por Unit em 30 de junho de 2005	6,15
Valor patrimonial por Unit após o exercício integral de opções	6,09
Diluição em valor patrimonial por Units [1]	0,06

[1] A diluição representa a diferença entre o valor patrimonial por ação do Unibanco em 30 de junho de 2005 e o valor patrimonial por ação após o exercício integral das opções já outorgadas, que representarão 0,95% de nosso capital social. A tabela acima tem data base de 30 de junho de 2005.

O Preço por Unit é superior ao preço pago pelos administradores detentores de opções do Unibanco e da Holdings e pelos seus controladores nos últimos 5 anos.

O Preço por Unit não guardará relação com o valor patrimonial das ações subjacentes de emissão do Unibanco e da Holdings e será fixado com base na apuração do resultado do Procedimento de Bookbuilding realizado pelos Coordenadores da Oferta.

Finalmente, tal como indicado neste Prospecto o Preço por Unit é de R$20,49 , que é um valor superior ao valor patrimonial por Unit em 30 de junho 2005 de R$6,15.

DESCRIÇÃO DAS UNITS

As Units são certificados de depósito de ações emitidos pelo Unibanco, representativos, cada um deles, de uma ação preferencial sem direito de voto de emissão do Unibanco e uma ação preferencial sem direito de voto de emissão da Holdings, todas elas desembaraçadas e livres de quaisquer ônus ou gravames.

As ações representadas pelas Units ficarão registradas em conta de depósito vinculada às Units, e sua propriedade somente será transferida mediante transferência das Units correspondentes, por ordem escrita do seu titular. Os rendimentos das Units e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular das Units registrado nos livros do Unibanco na qualidade de instituição custodiante. As ações, que dão lastro às units, seus rendimentos e o respectivo valor de resgate ou amortização não poderão ser dados em penhor, gravados ou a qualquer outro título dados em garantia pelo titular das Units, nem poderão ser objeto de penhora, arresto, seqüestro, busca ou apreensão, ou qualquer outro ônus ou gravame.

As Units têm forma escritural e são mantidas pelo Unibanco em conta aberta em nome do seu titular, sendo que a transferência da propriedade das Units opera-se pelo lançamento efetuado pelo Unibanco em seus livros, a débito da conta de Units do alienante e a crédito da conta de Units do adquirente, à vista de ordem escrita do alienante, ou de autorização ou ordem judicial, em documento hábil que ficará em poder do Unibanco.

O penhor, o usufruto, o fideicomisso, a alienação fiduciária em garantia e quaisquer outras cláusulas, ônus ou gravames que gravarem as Units deverão ser averbados nos registros do Unibanco e serão anotados no extrato da conta de Units.

O Unibanco fornecerá ao titular das Units extrato de sua conta de Units sempre que solicitado, ao término de todo mês em que for movimentada e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano. Do extrato constarão o local e a data da emissão, o nome do Unibanco, a indicação de se tratar de extrato de conta de Units (Certificado Escritural de Depósito de Ações), a especificação das ações depositadas, a declaração de que as ações depositadas, seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular da conta de Units ou por ordem escrita deste, o nome e qualificação do titular da conta de Units, o preço do depósito cobrado pelo Unibanco se for o caso, e os locais de atendimento aos titulares de Units.

Mediante ordem escrita dada pelo titular da conta de Units à corretora de Bolsa de Valores em que as Units sejam negociadas, o Unibanco bloqueará as Units objeto da ordem, ficando assim autorizado a transferí-las para o comprador quando receber da Bolsa de Valores o comunicado de que as Units foram vendidas.

O titular das Units terá o direito de, a qualquer tempo, pedir ao Unibanco o seu cancelamento e a entrega das ações escriturais que representam, mediante transferência destas para as contas de depósito de ações mantidas pelo Unibanco em nome do titular. O Conselho de Administração do Unibanco poderá, todavia, suspender o cancelamento das Units por prazo determinado, nas seguintes hipóteses:

- anúncio pela Holdings ou pelo Unibanco de que pretendem facultar aos acionistas do Unibanco a conversão de ações de emissão do Unibanco em Units, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá exceder 90 dias; e

- início de oferta pública de distribuição primária ou secundária de Units, quer no mercado internacional, quer no mercado nacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá exceder 30 dias. Não poderão ser objeto de solicitação de cancelamento as Units que tenham ônus, gravames ou embaraços.

No exercício dos direitos conferidos pelas ações representadas pelas Units, serão observadas as seguintes normas:

- os dividendos e o valor de resgate ou amortização das ações de emissão do Unibanco serão pagos por este ao titular das Units;
- os dividendos e o valor de resgate ou amortização das ações de emissão da Holdings entregues ao Unibanco, na qualidade de depositário das ações, serão por este pagos ao titular das Units;
- competirá exclusivamente ao titular das Units o direito de participar das Assembléias Gerais do Unibanco e da Holdings e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas aos acionistas destas sociedades pelas ações representadas pelas Units;
- ocorrendo desdobramento, cancelamento, grupamento ou novas emissões de ações do Unibanco ou da Holdings durante a existência das Units, serão observadas as seguintes regras:

- na hipótese de alteração da quantidade de ações representadas pelas Units em virtude de desdobramento de ações ou capitalização de lucros ou reservas, realizados pelo Unibanco e pela Holdings, o Unibanco registrará o depósito das novas ações emitidas e emitirá novas Units, registrando-as na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 01 ação preferencial de emissão do Unibanco e 01 ação preferencial de emissão da Holdings, representadas por Unit. Caso haja desdobramento de ações realizados apenas pelo Unibanco ou pela Holdings, ou caso o desdobramento de ações seja feito por ambas as companhias em proporções diferentes, o Unibanco registrará, em nome do titular das ações desdobradas, o depósito de tantas ações quantas forem passíveis de constituírem Units, entregando as demais ações emitidas ao titular das Units representadas pelas ações desdobradas;
- caso haja alteração da quantidade de ações representadas pelas Units em virtude de grupamento ou cancelamento de ações, realizados pelo Unibanco e pela Holdings, o Unibanco debitará as contas de Units dos titulares das ações canceladas, efetuando o cancelamento automático de Units, em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação preferencial de emissão do Unibanco e 1 (uma) ação preferencial de emissão da Holdings, representadas por Unit. Na hipótese de grupamento ou cancelamento de ações realizado apenas pelo Unibanco ou pela Holdings, ou realizados em proporção diferente pelas duas companhias, o Unibanco efetuará o cancelamento das Units representativas das ações canceladas, entregando ao respectivo titular as ações do Unibanco ou da Holdings não canceladas, conforme o caso; e
- nos aumentos de capital por subscrição de ações em que tiver sido concedido direito de preferência, prevalecerão os seguintes procedimentos: (a) se o Unibanco e a Holdings procederem a aumento simultâneo de capital, mediante emissão de ações passíveis de constituírem novas Units, o titular das Units poderá exercer os direitos de preferência que couberem às ações representadas pelas Units, sendo que: (a1) se o acionista subscrever ações de ambas as companhias, serão emitidas a seu favor novas Units, correspondentes às ações por ele subscritas, salvo manifestação em contrário conforme disposto a seguir; (a2) se o acionista preferir subscrever ações de ambas as companhias sem constituição das Units, ou apenas ações de uma das companhias, poderá fazê-lo, bastando comunicar tal intenção às emissoras no boletim de subscrição das ações; (b) se apenas uma das companhias aumentar o capital, o titular das Units poderá exercer, diretamente, o direito de preferência conferido por uma das ações representadas pelas Units, não se fazendo, nesse caso, a emissão de novas Units.

Adicionalmente, os investidores que adquirirem Units no âmbito desta Oferta estão sujeitos a restrições ao depósito de Units no Programa de *Global Depositary Receipts* do Unibanco e da Holdings, para negociação de *GDS* lastreados nas Units na Bolsa de Valores de Nova Iorque, conforme descritas na Seção "Fatores de Risco" e na Seção "Estrutura da Oferta".

INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO

As ações preferenciais de emissão do Unibanco estão listadas e negociadas na BOVESPA sob o código "UBBR4". As ações preferenciais de emissão da Holdings são listadas na BOVESPA sob o código "UBHD6". As Units são listadas e negociadas na BOVESPA, sob o código "UBBR11" e listadas e negociadas na Bolsa de Valores de Nova York – NYSE, na forma de *GDSs*, sob o símbolo "UBB". Cada *GDS* representa 5 Units.

Em primeiro de setembro de 2004, a Unit (UBBR11) passou a integrar o Índice Brasil-50 (IBrX-50), da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). O peso na carteira teórica para o quadrimestre de maio a agosto de 2005 é de 2,955%. O IBrX-50 é composto pelas 50 ações com maior índice de negociabilidade na Bovespa e que tenham sido negociadas em pelo menos 80% dos pregões nos últimos doze meses. A entrada no IBrX-50 é mais um passo para aumentar a liquidez de nossas units no mercado brasileiro.

Em maio de 2004, visando contribuir para o aumento da liquidez das Units, contratamos a Latin Finance Advisory & Research S.A. e a Agora Sênior Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., para atuarem, respectivamente, como assessor e formador de mercado das Units, no âmbito da Bovespa.

Em 2 de maio de 2005, a Unit estava incluída no Índice Ibovespa. Para o período de maio de 2005 a agosto de 2005, o peso da Unit na carteira teórica do Ibovespa é de 0,984%. O Índice Ibovespa é composto atualmente de 55 ações. Para ser incluída nesse índice, uma ação deve (i) estar incluída em um grupo de ações no qual a soma dos Índices de Negociabilidade das ações do grupo represente 80% do valor acumulado dos Índices de Negociabilidade de todas as ações individuais; (ii) ter participação acima de 0,1% do volume total da BOVESPA nos últimos 12 meses; e (iii) ter sido negociada em pelo menos 80% dos pregões nos últimos 12 meses. A inclusão no Índice Ibovespa é um passo para aumentar a liquidez das nossas Units no mercado brasileiro.

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, os preços máximos e mínimos de cotação das Units e dos *GDSs*:

	BOVESPA Reais por Units [1]			**NYSE Dólar por GDS**		
	Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Mínimo**	**Médio**	**Máximo**
2000	6,24	8,56	10,39	20,82	27,25	32,27
2001	6,11	8,69	10,74	12,72	21,23	31,03
2002	4,43	7,80	10,96	5,99	15,42	26,06
2003	6,79	9,96	13,88	9,50	16,94	24,46
2004	10,34	13,50	17,40	17,00	23,53	31,73
Primeiro Trimestre 2003	6,79	7,93	9,63	9,50	11,84	14,57
Segundo Trimestre 2003	8,71	9,47	10,38	14,23	16,30	17,84
Terceiro Trimestre 2003	8,54	9,93	11,18	15,09	17,31	19,50
Quarto Trimestre 2003	11,16	12,43	13,88	20,00	22,04	24,46
Primeiro Trimestre 2004	12,67	13,64	14,52	22,13	24,18	26,10
Segundo Trimestre 2004	10,34	11,92	14,44	17,00	20,20	25,68
Terceiro Trimestre 2004[1]	12,10	13,15	14,00	19,77	22,26	24,23
Quarto Trimestre 2004	11,09	11,53	11,97	24,23	27,50	31,73
jan/05	15,45	16,02	17,05	28,39	29,63	31,95
fev/05	16,60	18,31	19,89	30,79	35,33	38,10
mar/05	17,50	19,23	20,82	32,34	35,49	38,99
abr/05	16,50	17,68	18,50	32,65	34,17	35,98
mai/05	16,60	17,20	18,00	33,80	35,11	36,41
jun/05	17,15	17,73	18,19	35,63	36,72	38,62
Jul/05	16,26	16,98	18,31	35,07	36,68	37,80
Ago/05	17,80	19,68	21,15	37,70	41,88	44,98
Set/05[2]	20,55	20,97	21,36	44,10	45,52	46,60

[1] Em agosto de 2004, ocorreu o grupamento de ações de emissão do Unibanco e da Holdings, na proporção de 100 ações para cada 1 ação de mesma classe e espécie de emissão do Unibanco e da Holdings. Os períodos anteriores foram ajustados para melhor comparabilidade. Adicionalmente, o lote de negociação de Units na BOVESPA foi alterado de 10.000 para 100, e o lote de negociação de GDS na NYSE foi alterado de 500 para 5.

[2] Considera até o dia 13 de setembro de 2005.

Negociação na BOVESPA

Em 2000, a BOVESPA foi reorganizada por meio da assinatura de memorandos de entendimentos entre as bolsas de valores brasileiras. Segundo os memorandos, todos os valores mobiliários são negociados somente na BOVESPA, com exceção dos títulos de dívida pública negociados eletronicamente e de leilões de privatização, que são negociados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Quando acionistas negociam ações ordinárias e preferenciais na BOVESPA, a liquidação acontece três dias úteis após a data da negociação, sem correção monetária do preço de compra. O vendedor deve entregar as ações à BOVESPA no segundo dia útil após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por meio das instalações da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

A BOVESPA é uma entidade sem fins lucrativos de propriedade de corretoras-membro. A negociação na BOVESPA só pode ser realizada pelas corretoras-membro e por um número limitado de não-membros autorizados.

A fim de manter um melhor controle sobre volatilidade, a BOVESPA adotou um sistema "circuit breaker" de acordo com o qual os pregões podem ser suspensas por um período de 30 minutos ou uma hora sempre que os índices da BOVESPA caírem abaixo dos limites de 10% ou 15%, respectivamente, com relação ao índice registrado na sessão de negociação anterior.

Regulação do Mercado Brasileiro de Valores Mobiliários

Os mercados brasileiros de valores mobiliários são regulados pela CVM, que tem autoridade para regulamentar as bolsas de valores e mercados de valores mobiliários, bem como pelo BACEN, que tem, entre outros poderes, a autoridade para licenciar corretoras de valores e para regular investimentos estrangeiros e operações de câmbio. Os mercados brasileiros de valores mobiliários são regulados pela Lei das Sociedades por Ações e pela Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada e complementada, conforme alteradas pela Lei n.º 10.198, de 14 de fevereiro de 2001, pela Lei n.º 10.303, de 31 de outubro de 2001 e pela Lei n.º 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, além de regulamentos da CVM, do CMN e do Banco Central. Estas leis e regulamentos determinam, entre outras matérias, os requisitos de divulgação de informações aplicáveis a emissoras de valores mobiliários negociados junto ao público, as sanções penais por negociação de ações utilizando informação privilegiada e manipulação de preço, e a proteção de acionistas minoritários. Tais leis e regras também regulam o licenciamento e supervisão das corretoras de valores e a governança das bolsas de valores brasileiras.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma companhia pode ser aberta (e listada) ou fechada (e não listada). Todas as companhias listadas estão registradas na CVM e ficam sujeitas a obrigações de divulgação periódica de informações e de divulgação de quaisquer fatos relevantes. Uma companhia registrada na CVM pode negociar seus valores mobiliários na BOVESPA ou no mercado de balcão brasileiro. Ações de companhias listadas na BOVESPA não podem ser negociadas simultaneamente nos mercados de balcão organizado no Brasil. As ações de uma companhia listada também podem ser negociadas fora de bolsa, observadas as diversas limitações impostas a este tipo de negociação. Para ser listada na BOVESPA, uma companhia deve requerer o registro à BOVESPA e à CVM.

A negociação de valores mobiliários na BOVESPA pode ser interrompida mediante solicitação de uma companhia antes da publicação de fato relevante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da BOVESPA ou da CVM, com base ou devido a, entre outros motivos, indícios de que a companhia tenha fornecido informações inadequadas com relação a um fato relevante ou forneceu respostas inadequadas a questionamentos feitos pela CVM ou pela BOVESPA.

Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado

Em 2000, a BOVESPA introduziu três segmentos especiais para listagem, conhecidos como Nível 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado. O objetivo foi criar um mercado secundário para valores mobiliários emitidos por companhias abertas brasileiras que sigam melhores práticas de governança corporativa. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir práticas de boa governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações, em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação fornecida aos acionistas.

Para tornar-se uma companhia Nível 1, além das obrigações impostas pela legislação brasileira vigente, uma emissora deve: (1) assegurar que suas ações, representando 25% do seu capital total, estejam em circulação no mercado; (2) adotar, sempre que fizer uma oferta pública, procedimentos que favoreçam a dispersão acionária; (3) cumprir padrões mínimos de divulgação trimestral de informações; (4) seguir políticas mais rígidas de divulgação com relação às negociações realizadas por acionistas controladores, conselheiros e diretores, envolvendo valores mobiliários emitidos pela companhia; (5) divulgar a existência de quaisquer acordos de acionistas e programas de stock options; e (6) disponibilizar aos acionistas um calendário de eventos societários.

Para tornar-se uma companhia Nível 2, além das obrigações impostas pela legislação brasileira vigente, uma emissora deve: (1) cumprir todos os requisitos para listagem de companhias Nível 1; (2) conceder o direito a todos os acionistas de participar da oferta pública de aquisição de ações em decorrência de uma alienação do controle da companhia, oferecendo para cada ação ordinária o mesmo preço pago por ação do bloco de controle e para cada ação preferencial 70% do preço pago por ação do bloco de controle; (3) conceder direito de voto a detentores de ações preferenciais com relação a determinadas matérias, tais como (i) transformação, incorporação, cisão e fusão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, dentre os quais qualquer parte relacionada ao acionista controlador; (iii) aprovação da avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) nomeação de empresa especializada para avaliação do valor econômico das ações de emissão da Companhia, no caso de realização de oferta pública de aquisição em decorrência do cancelamento do registro no Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa; e (v) qualquer alteração aos direitos de voto mencionados nos itens anteriores; (4) limitar o mandato de todos os membros do Conselho de Administração a um ano, que deve ser composto de no mínimo cinco membros; (5) preparar demonstrações financeiras trimestrais e anuais, incluindo demonstrações de fluxo de caixa, em idioma inglês, de acordo com padrões internacionais de contabilidade, tais como US GAAP ou IFRS; (6) se a companhia optar por ser retirada da listagem no Nível 2, seu acionista controlador deverá fazer uma oferta pública de aquisição de ações (sendo que o preço mínimo das ações a serem oferecidas será determinado por laudo de avaliação a ser produzido por perito); e (7) aderir ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado para a resolução de disputas entre a companhia, os controladores e seus investidores.

Para ser listada no Novo Mercado, uma emissora deve cumprir todos os requisitos descritos acima, bem como (1) emitir somente ações ordinárias; e (2) conceder direito de participar da oferta pública de aquisição de ações para todos os acionistas, em decorrência de uma alienação do controle da companhia, oferecendo para cada ação ordinária o mesmo preço pago por ação do bloco de controle.

Em 2001, o Unibanco e a Holdings celebraram um Contrato de Adesão ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa com a BOVESPA, visando a cumprir os requisitos necessários para a listagem das companhias no Nível 1.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA HOLDINGS

A Holdings não exerce, atualmente, qualquer atividade além da participação no Unibanco, via a detenção de ações ordinárias e preferenciais. Dessa forma, as informações financeiras selecionadas da Holdings são semelhantes, sob todos os aspectos relevantes, às informações financeiras selecionadas do Unibanco, exceto quanto ao patrimônio líquido dos acionistas minoritários e às participações dos acionistas minoritários sobre o lucro. A não ser que esteja disposto de maneira contrária, ou o contexto disposto requeira uma interpretação diversa, as referências contidas neste Prospecto às demonstrações financeiras consolidadas do Unibanco também fazem referência às demonstrações financeiras consolidadas da Holdings.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DO UNIBANCO

As seguintes informações financeiras selecionadas consolidadas para os períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2004 e 2005 são derivadas das nossas informações semestrais consolidadas revisadas, e para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 são originadas das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, preparadas de acordo com os princípios contábeis previstos pela Lei das Sociedades por Ações, associados às normas e instruções do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados. Nossas demonstrações financeiras e as das Holdings para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2003 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e nossas demonstrações financeiras e da Holdings para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 foi auditada e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2004 e 2005 foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. As informações semestrais do Unibanco e da Holdings para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 e 30 de junho de 2004 e as demonstrações financeiras padronizadas (DFP) do Unibanco e da Holdings para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 estão incluídas nesse Prospecto.

De acordo com as regras do Conselho Monetário Nacional, somos obrigados a substituir nossos auditores independentes no mínimo a cada cinco anos. A recontratação do auditor independente pode ser efetuada após decorrido três anos, contados a partir da contratação anterior. Assim sendo, contratamos a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes como nossos auditores independentes a partir de 1º de janeiro de 2004 em continuidade ao período em que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada como nosso auditor independente.

De acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto, foram consolidados nas respectivas participações no capital social da controlada. Veja nota explicativa 2 às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Os resultados financeiros para os períodos de seis meses terminados em 30 de junho de 2005 e 2004 não são necessariamente indicadores dos resultados que podem ser esperados para qualquer outro período de seis meses ou exercício social.

As informações referentes as nossas ações apresentadas abaixo foram ajustadas para refletir o grupamento de ações do Unibanco e da Holdings (à proporção de 100 para cada uma ação da mesma espécie e classe) realizado em agosto de 2004.

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, incluídas neste Prospecto, e com a Seção "Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações". Para maiores informações sobre as demonstrações e informações financeiras, veja a seção "Apresentação das Informações Financeiras".

A tabela abaixo contém informações financeiras das demonstrações do resultado, balanço patrimonial e índices selecionados derivados de nossas demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de							
	2002	% do total do Res. Interm. Fin.	2003	% do total do Res. Interm. Fin	2004	% do total do Res. Interm. Fin	% Variação 2002/2003	% Variação 2003/2004
	(em milhões de R$)		(em milhões de R$)		(em milhões de R$)			
Demonstração do Resultado Consolidado:								
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas com créditos [13]	4.213	100,0%	6.653	100,0%	6.499	100,0%	57,9%	(2,3)%
Provisão para perdas com créditos	(1.837)	(43,6)	(1.455)	(21,9)	(1.305)	(20,1)	(20,8)	(10,3)
Resultado da intermediação financeira	2.376	56,4	5.198	78,1	5.194	79,9	118,8	(0,1)
Receitas de prestação de serviços	2.616	62,1	2.842	42,7	3.241	49,9	8,6	14,0
Resultado de participações em empresas coligadas	(12)	(0,3)	-	-	14	0,2	-	-
Outras receitas [1]	3.693	87,7	3.491	52,5	3.928	60,4	(5,5)	12,5
Despesas operacionais [2]	(4.233)	(100,5)	(4.576)	(68,8)	(5.058)	(77,8)	8,1	10,5
Outras despesas [3][13]	(3.328)	(79,0)	(5.038)	(75,7)	(5.320)	(81,9)	51,4	5,6
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações	1.112	26,4	1.917	28,8	1.999	30,7	72,4	4,3
Imposto de renda e contribuição social	216	5,1	(493)	(7,4)	(339)	(5,2)	(328,2)	(31,2)
Participações no lucro	(184)	(4,4)	(227)	(3,4)	(236)	(3,6)	23,4	4,0
Resultado Extraordinário	-	-	-	-	(1)	-	-	-
Participações dos acionistas minoritários	(134)	(3,2)	(145)	(2,2)	(140)	(2,2)	8,2	(3,4)
Lucro Líquido	1.010	23,9%	1.052	15,8%	1.283	19,7%	4,2%	22,0%
Informação sobre lucros e dividendos do Unibanco:								
Lucro por ação [4]	0,72		0,77		0,92			
Lucros (dividendos) distribuídos por ação [4]:								
Ordinárias	0,23		0,30		0,36			
Preferenciais	0,26		0,33		0,39			

	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de				
	2004	% do total do Res. Interm. Fin.	2005	% do total do Res. Interm. Fin.	% Variação 2004/2005
	(em milhões de R$)		(em milhões de R$)		
Demonstração do Resultado Consolidado:					
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas com créditos [13]	2.819	100,0%	3.912	100,0%	38,8%
Provisão para perdas com créditos	(629)	(22,3)	(745)	(19,0)	18,4
Resultado da intermediação financeira	2.190	77,7	3.167	81,0	44,6
Receitas de prestação de serviços	1.561	55,3	1.560	39,8	(0,1)
Resultado de participações em empresas coligadas	5	0,2	15	0,4	200,0
Outras receitas [1]	1.988	70,5	2.118	54,1	6,5
Despesas operacionais [2]	(2.385)	(84,6)	(2.418)	(61,8)	1,4
Outras despesas [3][13]	(2.481)	(88,0)	(3.038)	(77,7)	22,5
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações	878	31,1	1.404	35,8	59,9
Imposto de renda e contribuição social	(97)	(3,4)	(294)	(7,5)	203,1
Participações no lucro	(126)	(4,5)	(185)	(4,7)	46,8
Resultado Extraordinário	-	-	1	-	-
Participações dos acionistas minoritários	(74)	(2,6)	(72)	(1,8)	(2,7)
Lucro Líquido	581	20,6%	854	21,8%	47,0%
Informação sobre lucros e dividendos do Unibanco:					
Lucro por ação [4]	0,42		0,61		
Lucros (dividendos) distribuídos por ação [4]:					
Ordinárias	0,17		0,25		
Preferenciais	0,18		0,27		

	Exercícios findos em 31 de dezembro de							
	2002 (em milhões de R$)	% do total do Ativo	2003 (em milhões de R$)	% do total do Ativo	2004 (em milhões de R$)	% do total do Ativo	% Variação 2002/2003	% Variação 2003/2004
ATIVO								
Disponibilidades	1.078	1,4%	1.083	1,6%	1.561	2,0%	0,5%	44,1%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.504	20,6	10.961	15,7	14.377	18,1	(29,3)	31,2
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	18.378	24,4	15.505	22,3	16.604	20,9	(15,6)	7,1
Relações interfinanceiras	4.081	5,4	4.180	6,0	4.838	6,1	2,4	15,7
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	26.557	35,2	27.678	39,7	31.796	40,1	4,2	14,9
Provisão para perdas com créditos	(1.591)	(2,1)	(1.549)	(2,2)	(1.669)	(2,1)	(2,6)	7,7
Investimentos	1.666	2,2	1.556	2,2	1.158	1,5	(6,6)	(25,6)
Imobilizado de uso	1.047	1,4	988	1,4	851	1,1	(5,6)	(13,9)
Diferido	676	0,9	658	0,9	714	0,9	(2,7)	8,5
Total do Ativo	75.375	100,0	69.632	100,0	79.350	100,0	(7,6)	14,0
Ativo médio [5]	65.496	-	72.504	-	74.491	-	10,7	2,7
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Depósitos	25.988	34,5	25.357	36,4	33.530	42,3	(2,4)	32,2
Captações no mercado aberto	13.806	18,3	7.184	10,3	7.565	9,5	(48,0)	5,3
Recursos de aceites e emissão de títulos	3.715	4,9	3.465	5,0	1.579	2,0	(6,7)	(54,4)
Obrigações por empréstimos	5.732	7,6	3.512	5,0	2.823	3,6	(38,7)	(19,6)
Obrigações por repasses do país e do exterior	5.332	7,1	5.917	8,5	5.416	6,8	11,0	(8,5)
Dívidas subordinadas	932	1,2	1.468	2,1	1.899	2,4	57,5	29,4
Venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior	1.413	1,9	2.440	3,5	2.576	3,2	72,7	5,6
Patrimônio líquido dos acionistas minoritários	713	0,9	833	1,2	772	1,0	16,8	(7,3)
Patrimônio líquido	6.559	8,7	7.156	10,3	8.106	10,2	9,1	13,3
Patrimônio líquido médio [6]	6.316	-%	6.858	-%	7.631	-%	8,6%	11,3%
Índices Consolidados Selecionados:								
LUCRATIVIDADE E DESEMPENHO								
Margem líquida (%) [7]	8,7		8,7		8,9			
Retorno sobre o ativo médio (%) [5][8]	1,5		1,5		1,7			
Retorno sobre o patrimônio líquido médio (%) [6][9]	16,0		15,3		16,8			
Índice de eficiência (%) [10]	59,1		57,7		60,9			
LIQUIDEZ								
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos como percentual do total de depósitos (%)	102,2		109,2		94,8			
CAPITAL								
Total do patrimônio líquido como percentual do total de ativo (%)	8,7		10,3		10,2			
Total do capital como percentual dos ativos ponderados pelo risco (%) [11]	15,7		18,6		16,3			
QUALIDADE DO ATIVO								
Provisão para perdas com créditos como percentual do total de créditos (%) [12]	5,9		5,5		5,2			

	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de				
	2004	% do total do Ativo	2005	% do total do Ativo	% Variação 2004/2005
	(em milhões de R$)		(em milhões de R$)		
ATIVO					
Disponibilidades	1.039	1,3%	1.081	1,3%	4,0%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	14.089	17,7	12.735	15,3	(9,6)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	18.946	23,8	16.862	20,3	(11,0)
Relações interfinanceiras	4.867	6,1	5.730	6,9	17,7
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	29.747	37,3	35.154	42,4	18,2
Provisão para perdas com créditos	(1.545)	(1,9)	(1.739)	(2,1)	12,6
Investimentos	1.850	2,3	1.235	1,5	(33,2)
Imobilizado de uso	956	1,2	816	1,0	(14,6)
Diferido	706	0,9	687	0,8	(2,7)
Total do Ativo	79.771	100,0	82.992	100,0	4,0
Ativo médio [5]	74.702	-	81.171	-	8,7
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Depósitos	29.328	36,8	34.856	42,0	18,8
Captações no mercado aberto	10.154	12,7	6.470	7,8	(36,3)
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.357	3,0	1.483	1,8	(37,1)
Obrigações por empréstimos	4.367	5,5	2.690	3,2	(38,4)
Obrigações por repasses do país e do exterior	5.370	6,7	5.544	6,7	3,2
Dívidas subordinadas	1.678	2,1	1.770	2,1	5,5
Venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior	3.191	4,0	2.173	2,6	(31,9)
Patrimônio líquido dos acionistas minoritários	767	1,0	693	0,8	(9,6)
Patrimônio líquido	7.704	9,7	8.660	10,4	12,4
Patrimônio líquido médio [6]	7.430	-%	8.383	-%	12,8%
Índices Consolidados Selecionados:					
LUCRATIVIDADE E DESEMPENHO					
Margem líquida (%) [7]	8,4		9,8		
Retorno sobre o ativo médio (%) [5][8]	1,6		2,1		
Retorno sobre o patrimônio líquido médio (%) [6][9]	16,3		21,4		
Índice de eficiência (%) [10]	61,5		53,2		
LIQUIDEZ					
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos como percentual do total de depósitos (%)	101,4		100,9		
CAPITAL					
Total do patrimônio líquido como percentual do total de ativo (%)	9,7		10,4		
Total do capital como percentual dos ativos ponderados pelo risco (%) [11]	16,7		16,1		
QUALIDADE DO ATIVO					
Provisão para perdas com créditos como percentual do total de créditos (%) [12]	5,1		4,9		

(1) Outras receitas consistem de prêmios de seguros, capitalização e previdência privada, outras receitas operacionais e resultado não operacional.

(2) Despesas operacionais consistem de despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

(2) Outras despesas consistem de variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada, sinistros,

(3) Despesas com benefícios de planos de previdência privada, despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada, despesas de comercialização de cartão de crédito, despesas tributárias e outras despesas operacionais.

(4) As informações sobre lucro e dividendos por ação, foram ajustadas para todos os períodos apresentados de forma a refletir o novo número de ações resultante do grupamento das ações (100:1 ações) finalizado em agosto de 2004.

(5) Ativo médio representa a média simples entre os saldos inicial e final do ativo.

(6) Patrimônio líquido médio representa a média simples entre os saldos inicial e final do patrimônio líquido.

(7) Margem líquida representa o percentual do resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas com créditos sobre o total do ativo médio menos o ativo permanente, incluindo R$1.186 milhões e R$105 milhões de ganho líquido da variação cambial sobre agências e subsidiárias no exterior em 2002 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2004, respectivamente e R$631 milhões, R$83 milhões e R$149 milhões de perda líquida sobre agências e subsidiárias no exterior em 2003 e 2004 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, respectivamente; os dados dos períodos de seis meses foram anualizados.

(8) Retorno sobre ativo médio representa o percentual do lucro líquido sobre o total do ativo médio; os dados dos períodos de seis meses foram anualizados.

(9) Retorno sobre patrimônio líquido médio representa o percentual do lucro líquido sobre o total do patrimônio líquido médio; os dados dos períodos de seis meses foram anualizados.

(10) Índice de eficiência representa o percentual de despesas de pessoal e outras despesas administrativas sobre o conjunto do resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas com créditos, receitas de prestação de serviços, prêmios de seguros, capitalização e previdência privada, variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada, sinistros, despesas com benefícios de planos de previdência privada, despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada, despesas com comercialização de cartões de crédito, despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais.

(11) Baseado nas diretrizes do Banco Central do Brasil.

(12) O total de crédito inclui R$193 milhões e R$239 milhões de operações registradas em contas de compensação em 31 de dezembro de 2002 e 2003, respectivamente e R$298 milhões em 30 de junho de 2004.

(13) Para melhor comparabilidade efetuamos nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2003 a reclassificação da atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização de "Outras Receitas (Despesas) Operacionais" para o "Resultado de Intermediação Financeira" no montante de R$296 milhões e R$486 milhões, respectivamente.

ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

A discussão e análise que se seguem devem ser avaliadas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004, as informações trimestrais revisadas para o período findo em 30 de junho de 2005, bem como, as notas relativas a estas, nas quais baseamos esta discussão e análise. Nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, como descrito nos relatórios incluídos no documento.Nossas informações trimestrais relativas ao período findo em 30 de junho de 2004 foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

VISÃO GERAL

Com uma trajetória de sucesso de oitenta anos no mercado brasileiro, encerramos o período findo em 30 de junho de 2005 com R$ 82.992 milhões de ativos, ocupando uma sólida posição como a terceira maior instituição financeira privada do Brasil em termos de ativos totais de acordo com o ranking do Banco Central em março de 2005.

Fornecemos um amplo leque de produtos e serviços financeiros para mais de 19,3 milhões de pessoas físicas e jurídicas, principalmente em todo o território brasileiro, mas também no exterior. Nossa missão consiste em contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico do país, atendendo de forma equilibrada às expectativas, necessidades e interesses de nossos clientes, funcionários e acionistas. Nosso objetivo é ser um prestador de serviços líder em cada segmento que atuamos, com foco na busca contínua de escala, rentabilidade, maximização de eficiência e desenvolvimento acelerado de nossos talentos.

Atuamos em quatro segmentos: Varejo, Atacado, Seguros e Previdência e Gestão de Patrimônio. Nossas principais fontes de receitas e despesas consistem em:

- *Receitas de juros* provenientes de nossos ativos que rendem juros, que incluem nossas operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, títulos e valores mobiliários, aplicações em operações compromissadas e depósitos compulsórios no Banco Central, entre outros;
- *Despesas de juros* provenientes de nossos passivos que pagam juros, que incluem depósitos de poupança e a prazo, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, dívida subordinada e obrigações por empréstimos e repasses, entre outros;
- *Provisões para perdas com créditos* baseadas na qualidade e magnitude de nossa carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, refletindo nossas expectativas quanto à capacidade de nossos clientes honrarem seus empréstimos;
- *Outras receitas* provenientes das tarifas e comissões de cada um de nossos quatro segmentos de negócios, incluindo tarifas de serviços bancários e outras tarifas e comissões referentes a nossos negócios de cartões de crédito, administração de recursos de terceiros, mercado de capitais e fusões e aquisições, bem como provenientes de seguros, capitalização e previdência privada, da depreciação do real sobre nossos investimentos em agências e subsidiárias em moeda estrangeira no exterior ("investimentos no exterior") e do resultado de participações em empresas não consolidadas; e
- *Outras despesas* provenientes de despesas de pessoal e administrativas, de seguros, capitalização e planos de previdência, da comercialização de cartões de crédito, de provisões contingências, de outros impostos e da apreciação do real sobre nossos investimentos no exterior.

Em 2004 e nos primeiros seis meses de 2005, demos continuidade ao nosso crescimento orgânico e nos engajamos em novas transações estratégicas para expandir nossos negócios.

No segmento de Varejo, em maio de 2004, adquirimos a Crédito Financiamento e Investimento S.A. ("Creditec"), uma financeira com presença significativa no mercado brasileiro de empréstimos pessoais e de crédito ao consumo para clientes de média e baixa renda, contando aproximadamente com 600.000 clientes ativos no momento de sua aquisição. Ao final de 2004, todos os 64 pontos-de-venda da Creditec já haviam sido convertidos em pontos-de-venda da Fininvest, aumentando assim a sua rede de atendimento. Em março de 2004, adquirimos a HiperCard Administradora de Cartão de Crédito Ltda. ("HiperCard"), empresa de cartões de crédito criada em 1982 para atender à rede de supermercados Bompreço. Em agosto de 2004, estabelecemos uma parceria com a rede de supermercados Sonae Distribuição Brasil S.A. ("Sonae"), para a criação de uma financeira que oferece serviços financeiros para os clientes do Sonae. No mesmo mês, adquirimos a Lev Cred Serviços de Crédito e Cobrança S.A., e dois meses depois, em outubro de 2004, adquirimos uma base de clientes da Credicerto, ambas relacionadas ao crédito ao consumidor. Em novembro de 2004, aumentamos a nossa participação societária no Banco1.net para 99,999% do seu capital total e, um mês depois, decidimos encerrar suas atividades, migrando aproximadamente 72.000 clientes do Banco1.net para o Unibanco.

Em dezembro de 2004, vendemos nossa participação societária na Credicard, empresa emissora de cartão de crédito, e na Orbitall, empresa responsável pelo processamento de cartões de crédito. Vendemos nossa participação societária de 33,3% na Credicard para o Itaú e para o Citigroup, ficando cada um destes com 50% das ações da Credicard. Nós e o Citigroup também vendemos as participações societárias de, respectivamente, 33,3% na Orbitall para o Itaú. Como conseqüência da venda de ambas participações societárias, recebemos uma entrada de caixa de R$ 1.727 milhões ao final de dezembro de 2004. Após a transação, mantivemos nossa forte posição no mercado de cartões de crédito, alcançando 17,5 milhões de cartões, dos quais 8 milhões são emitidos por nossas próprias subsidiárias e 9,5 milhões são cartões *private label*. Mantivemos também a nossa participação societária de 31,9% na Redecard, empresa responsável pela captura e transmissão de transações de cartões de crédito e débito, que contribuiu com R$ 44 milhões para os nossos resultados em 2004.

Em fevereiro de 2005, fechamos um acordo com a Wal-Mart para disponibilizar a utilização dos cartões de crédito da HiperCard em todas as lojas do Wal-Mart no Brasil.

Em junho de 2005, adquirimos 49% restante do capital do Banco Dibens S.A ("Dibens") do Grupo Verdi, ampliando nossa participação de 51% para 100% da companhia. Esta aquisição está alinhada com a nossa estratégia de expansão da atuação no segmento de financiamento de veículos leves e pesados.

No segmento de Atacado, anunciamos, em junho de 2004, a aquisição de 99.98% do Banco BNL do Brasil ("BNL Brasil"), da Banca Nazionale del Lavoro S.p.A. ("BNL"). No momento da transação, o BNL tinha uma carteira de crédito de R$ 698,6 milhões, 107.000 clientes pessoa física, 96.000 cartões de crédito e 400 clientes pessoa jurídica. Essa transação aumentou nossa capacidade de oferecer serviços para empresas italianas no Brasil.

No segmento de Seguros e Previdência, em janeiro de 2004, concluímos a aquisição da Phenix Seguradora S.A. ("Phenix"), a empresa de seguros da Fiat do Brasil S.A. Em novembro de 2004, aumentamos nossa participação societária indireta na Unibanco AIG Warranty S.A. ("UAW") para 70%, por meio da aquisição, junto a Multibrás S.A. Eletrodomésticos, de 20% de sua participação. A UAW vende contratos de garantia estendida para a linha branca de eletrodomésticos, como fogões, geladeiras e máquinas de lavar, entre outros.

Além das aquisições e parcerias mencionadas acima, passamos, a partir do segundo trimestre de 2004, a implementar importantes mudanças em nossa estrutura interna, buscando aprimorar nosso modelo de negócios. Estas mudanças incluem a eleição de um único Presidente Executivo, o estabelecimento de um Comitê de Auditoria, a criação de uma área de comunicação corporativa, a implementação de uma área independente de controle de risco e tesouraria, a inclusão de novos membros ao Conselho de Administração, a reestruturação dos negócios do segmento de Varejo (que agora inclui as áreas de *middle market* e de *cash management*) e a atribuição de novas responsabilidades ao Vice-Presidente Corporativo, como áreas administrativas e de tecnologia da informação.

Em 30 de agosto de 2004, realizamos o grupamento das ações preferenciais e ordinárias da Unibanco Holdings, inclusive as ações preferenciais que compõe as Units. Acreditamos que o grupamento reduzirá custos operacionais e aumentará a liquidez de nossas ações.

Em 21 de março de 2005, revitalizamos nossa marca com novas cores e um novo logotipo. Nosso logotipo, que foi criado na década de 60, foi redesenhado para dar mais movimento e luminosidade à marca. As nossas cores oficiais, o preto e o branco, foram substituídas por azul e alguns detalhes em verde.

Em 2 de maio de 2005, a Unit passou a integrar o Ibovespa com peso inicial de 0,984 como resultado de uma série de iniciativas para aumentar a liquidez das nossas ações no Brasil.

Em 29 de julho de 2005, concluímos a captação de Bônus Perpétuos no montante de US$ 500 milhões através de uma distribuição privada nos Estados Unidos da América e outros países. Esses títulos pagam juros trimestrais de 8,7% ao ano, não tem data de vencimento ou de resgate obrigatório, mas poderão, de acordo com nosso critério e mediante a autorização do Banco Central, ser resgatados em sua totalidade em 29 de julho de 2010 ou em qualquer data de pagamento de juros subseqüente.

A tabela abaixo apresenta os principais destaques do nosso desempenho financeiro para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2004 e para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2004 e 2005:

	Em 31 de dezembro de		Em 30 de junho de	
	2003	2004	2004	2005
	em milhões de R$ (exceto percentagens)			
Lucro líquido	1.052	1.283	581	854
Retorno sobre o patrimônio líquido médio [1]	15,3%	16,8%	16,4%	21,4%
Retorno sobre o ativo médio [1]	1,5%	1,7%	1,6%	2,1%
Índice da Basiléia	18,6%	16,3%	16,7%	16,1%
Total do ativo	69.632	79.350	79.771	82.992
Total da carteira de crédito (incluindo contas de compensação)	27.917	31.796	30.045	35.154
Total de depósitos	25.357	33.530	29.328	34.856
Patrimônio líquido	7.156	8.106	7.704	8.660

[1] Os dados relativos aos períodos de seis meses foram anualizados.

Destaques de 2004

O ano de 2004 teve duas fases distintas. Na primeira metade do ano, a economia demonstrou sinais de recuperação e o ciclo decrescente da taxa de juros cessou. A taxa básica de juros para o sistema bancário brasileiro, estabelecida pelo Banco Central, ou taxa básica de juros SELIC, estabilizou em 16,00%. A taxa básica de juros é a taxa de juros de referência para o pagamento a titulares de valores mobiliários emitidos pelo governo federal e negociados à taxa básica de juros SELIC. Na segunda metade do ano, apesar da consolidação da recuperação da economia, particularmente da atividade industrial, devido à tendência de alta da inflação, passamos por um novo ciclo de alta da taxa básica de juros SELIC, que alcançou o patamar de 17,75% em dezembro de 2004. Ao longo do ano, o real apreciou 8,1% em relação ao dólar, fechando em R$ 2,6544 por dólar em 31 de dezembro de 2004. A inflação medida pelo IPCA, e publicada pelo IBGE, no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2004, foi de 7,6%, mais baixa que os 9,3% observados no ano anterior. A produção industrial medida pelo IBGE foi de 8,3% superior àquela observada durante o mesmo período em 2003. O Índice de Títulos de Mercados Emergentes Brasil (*EMBI - Emerging Market Bond Index*) do J.P. Morgan ("Índice EMBI Brasil") fechou em dezembro de 2004 em 383 pontos-base, 80 pontos-base abaixo em relação ao fim de dezembro de 2003, refletindo uma melhora do risco-Brasil.

Nosso lucro antes de imposto de renda, contribuição social e participação dos acionistas minoritários aumentou 4,2% em 2004 quando comparado a 2003, principalmente devido ao nosso crescimento orgânico, melhora na composição de nossa carteira de crédito com foco em pessoas físicas e PMEs. Além disso, também melhoramos a composição de captações com o crescimento do volume de depósitos através do Superpoupe. Nossa receita de serviços também aumentou principalmente devido às tarifas bancárias e às tarifas de cartão de crédito. Paralelamente, implementamos ações de eficiência para obtermos um maior controle sobre os custos.

Nosso lucro líquido aumentou 22% em 2004, comparado a 2003, principalmente em decorrência do diferente tratamento fiscal aplicado aos nossos ganhos (perdas) oriundos de variações cambiais em nossos investimentos no exterior, nos quais os ganhos não são tributáveis e as perdas não são dedutíveis.

Em julho de 2004, o segmento de Varejo seguiu a reestruturação corporativa e iniciou a implementação de um novo modelo de negócios com o intuito de criar maior sinergia entre seus diferentes negócios e atividades, contemplando as áreas de produtos, a rede de distribuição e os consumidores em vários dos seus segmentos. As empresas do *middle market* com faturamento anual de R$ 40 milhões até R$ 150 milhões, atendidas anteriormente pelo segmento de Atacado, foram inseridas na carteira de clientes do segmento de Varejo. Além dos objetivos de intensificar a sinergia, com foco em maior rentabilidade e eficiência, o novo modelo busca dar continuidade ao crescimento de suas linhas de negócios, como:

- clientes pessoa física;
- clientes pessoa jurídica com até R$ 150 milhões de faturamento anual;
- cartões de crédito; e
- crédito ao consumidor e financiamento a veículos

Como parte do novo modelo de negócio, lançamos quatro novos produtos em 2004: o Tarifa Zero, que concede descontos a clientes de acordo com seu histórico de fidelidade; o Plano Único, um plano de financiamento imobiliário com as características de um consórcio; a concessão de créditos consignados a funcionários privados ou públicos através de cartões de crédito e linha de crédito pessoal; e o Superpoupe, um certificado de depósitos lançado em maio de 2004 que possui um custo de captação inferior ao custo de um certificado de depósito tradicional. O Superpoupe alcançou um saldo de R$ 1.625 milhões em 31 de dezembro de 2004.

Em nossos negócios de crédito ao consumidor e de cartão de crédito, nossa empresa de cartões de crédito Unicard atingiu a marca de R$ 1.708 milhões em sua carteira de crédito em 31 de dezembro de 2004, um crescimento de 60,4% comparado a 31 de dezembro de 2003, com 4,8 milhões de cartões emitidos, um aumento de 9,1% comparado a 2003. Em 31 de dezembro de 2004, a carteira de crédito da HiperCard atingiu R$ 1.100 milhões, com 2,7 milhões de cartões emitidos. A carteira de crédito da Fininvest atingiu R$ 1.565 milhões no mesmo período. Em 2004, 142 novas lojas foram abertas, aumentando o número de lojas Fininvest para 253 e alcançando mais de 11.000 pontos de venda.

Nosso negócio de "CDC e Leasing", que consiste principalmente do financiamento de veículos, possuía uma carteira de crédito de R$ 3.682 milhões em 31 de dezembro de 2004. Além do financiamento de veículos, oferecemos também a linha de consórcio de veículos em nossa rede de agências por meio de uma parceria com a Unibanco-Rodobens e o Consórcio Nacional Ford. Em 2004, essa parceria resultou na venda de mais de R$ 700 milhões em quotas de veículos.

O segmento de Atacado continuou responsável por atender grandes clientes corporativos com vendas anuais superiores a R$ 150 milhões. Em 2004, integramos algumas unidades da nossa rede doméstica de distribuição com o objetivo de aperfeiçoar o atendimento e de melhor servir nossos clientes, garantindo um alto nível de customização e regionalização, sem interromper a oferta de novos produtos, como produtos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2004, obtivemos um saldo de US$ 1,6 bilhão em transações de financiamento ao comércio exterior, resultado de importações, exportações e garantias financeiras internacionais. Foram repassados R$ 857 milhões para o BNDES em transações de exportações e/ou importações, nos mantendo na posição de liderança no ranking do BNDES-exim.

Em 2004, as áreas de mercado de capitais, projetos corporativos e de assessoria financeira do segmento de Atacado realizaram grandes negócios, alguns deles mencionados a seguir:

- Oferta global de ações da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., ("Gol"), no valor de R$ 878 milhões, para quem atuamos como coordenador-líder;
- Emissão de debêntures da Braskem S.A. no valor de R$ 1,2 bilhão, sendo uma das maiores emissões do mercado brasileiro em 2004; e a emissão de debêntures da Odebrecht Overseas Ltd. no valor de US$ 150 milhões, com vencimento em 2009, garantida pela sua empresa controladora, a Construtora Norberto Odebrecht S.A.;
- Assessoria à Companhia de Concessões Rodoviárias ("CCR"), na aquisição da Viaoeste S.A., uma concessionária de rodovias, por R$ 726 milhões. Em outra transação, representamos a Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig") no aumento de capital da ordem de US$ 144 milhões da Gasmig S.A., originalmente controlada pela Cemig;
- Líder na coordenação da oferta pública de ações da Diagnósticos da América S.A. ("DASA"), o maior centro de diagnóstico privado e o primeiro da América Latina no setor de assistência à saúde a ter ações negociadas em bolsa de valores. A transação totalizou R$ 437 milhões;
- Líder na coordenação do primeiro programa de títulos de prateleira do mercado brasileiro, no total de R$ 1,5 bilhão; e
- Líder na coordenação da segunda emissão de notas promissórias da SABESP, totalizando R$ 200 milhões, bem como do programa de estruturação de valores mobiliários da SABESP, totalizando R$ 600 milhões.

No segmento de Seguros e Previdência, a UASEG e a Unibanco AIG Vida e Previdência ficaram na quarta posição do ranking consolidado, de acordo com a SUSEP, ANAPP e ANS, com uma participação de mercado de 7,8%, incluindo garantia estendida, de acordo com dados da ANS em dezembro de 2004. Mantivemos nossa liderança em risco de propriedade, D&O (Directors & Officers - Executivos), aviação, petroquímicos e garantia estendida.

A Unibanco AIG Vida e Previdência ficou em quarto lugar em receitas com previdência privada, de acordo com a ANAPP, e atingiu a segunda posição de vendas acumuladas de planos de previdência corporativos, com um total de R$ 936 milhões em 2004.

No segmento de Gestão de Patrimônios, nossa subsidiária UAM terminou o mês de dezembro de 2004 com R$ 32.979 milhões em ativos administrados e custodiados, 22,4% acima do realizado em 2003. O ano foi marcado pelo fluxo positivo, oriundo principalmente de clientes corporativos, institucionais e clientes private. A UAM ficou em quinto lugar no ranking da ANBID de administração de recursos de terceiros, com uma participação de mercado de 4,8%, comparado a 4,6% em dezembro de 2003.

Em dezembro de 2004, o segmento de *Private Banking* contabilizou um aumento de 9,9% em ativos sob gestão, comparado a dezembro de 2003, levando-o para a segunda posição no ranking da ANBID e atingindo uma participação de mercado de 9,3%.

Destaques do Primeiro Semestre de 2005

No primeiro semestre de 2005, a economia brasileira demonstrou alguns sinais de desaquecimento em comparação ao mesmo período de 2004, apesar de continuar a demonstrar estatísticas fundamentais positivas. O superávit primário atingiu 6,4% do PIB de janeiro a junho de 2005, o superávit da balança comercial cresceu 31,3% comparado ao mesmo período em 2004 e o real apreciou 11,5% comparado ao final de 2004. Em compensação, alguns indicadores, como expectativas mais baixas de crescimento para o PIB e a produção industrial, impactaram a percepção dos investidores, levando o Índice EMBI Brasil a 411 pontos-base em 30 de junho de 2005, 28 pontos acima do fechamento de 2004. Ao mesmo tempo, pressões inflacionárias levaram o Banco Central a elevar a taxa básica de juros SELIC em 200 pontos-base, chegando ao patamar de 19,75% em maio de 2005, que foi mantido na reunião do Copom realizada em junho de 2005.

Nosso resultado operacional aumentou 60,2% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 quando comparado ao mesmo período de 2004, principalmente devido ao nosso crescimento orgânico, à melhora na composição de nossa carteira de crédito com foco em pessoas físicas e PMEs, à melhor composição de captações, com o crescimento do volume de depósitos através do Superpoupe, e aos efeitos de nossa reestruturação interna, que nos permitiu obter um maior controle sobre as despesas. Como conseqüência, elevamos nosso lucro líquido em 47,0% comparando o período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 com o mesmo período em 2004, passando de R$ 581 milhões em 30 de junho de 2004 para R$ 854 milhões em 30 de junho de 2005. Assim sendo, nosso retorno sobre o patrimônio líquido médio anualizado, comparando os mesmos períodos, aumentou cinco pontos percentuais, passando de 16,4% nos primeiros seis meses de 2004 para 21,4% no mesmo período de 2005.

No segmento de Varejo, demos continuidade à implementação do novo modelo de negócios, intensificando as sinergias e acelerando o crescimento das diversas linhas de negócios, com foco em maior rentabilidade e eficiência.

No primeiro semestre de 2005, expandimos em 13 unidades nossa rede de agências, totalizando 908 agências, além de 392 postos de atendimento bancários ("PABs") em 30 de junho de 2005. Neste período, também começamos a reformar a rede de agências para adequá-las a um novo modelo que segue o novo posicionamento mercadológico da nossa marca, um processo que deve ser concluído em 2006.

Em março de 2005, lançamos o Crédito Merecido, um produto de consignação para aposentados e pensionistas do INSS. Fomos o primeiro banco de grande porte a oferecer de forma direta o produto, que possibilita o empréstimo de até 5 vezes o valor do benefício, com pagamento em até 36 parcelas. Em 30 de junho de 2005, já possuíamos um saldo de R$ 136 milhões em créditos aprovados.

Em nossos negócios de crédito ao consumidor e de cartão de crédito, nossa empresa de cartões de crédito Unicard atingiu a marca de R$ 1.756 milhões em sua carteira de crédito de pessoa física em 30 de junho de 2005, um crescimento de 68,0% comparado a 30 de junho de 2004, com 6,3 milhões de cartões emitidos, um aumento de 21,2% comparado a 30 de junho de 2004. Durante o primeiro semestre, a Unicard lançou no mercado o cartão Unicard Desconto em Folha. O produto, originalmente desenvolvido pelo BNL Brasil, é caracterizado pelo desconto do pagamento mínimo da fatura em folha de pagamento.

A HiperCard passou por um processo de renovação no primeiro semestre de 2005, revigorando a marca e implementando um plano de expansão para a empresa. Em 30 de junho de 2005, a carteira de crédito da HiperCard atingiu R$ 1.125 milhões, um aumento de 34,6% comparado a 30 de junho de 2004. Em 30 de junho de 2005, a HiperCard atingiu 3,3 milhões de cartões emitidos, um crescimento de 32,0% comparado a 30 de junho de 2004. O número de lojistas atendidos cresceu aproximadamente 16 mil no primeiro semestre de 2005, passando para mais de 85 mil em 13 estados. Desde sua aquisição em março de 2004, aumentamos o número de lojistas da HiperCard que tem o Unibanco como seu domicilio bancário.

No primeiro semestre de 2005, também lançamos um plano de expansão para a Fininvest, que implicou na abertura de novas lojas e de uma nova campanha de marketing. Em 30 de junho de 2005, o número de lojas chegou a 258, um crescimento de 57,3% comparado a 30 de junho de 2004. No primeiro semestre, também adicionamos 32 novos parceiros no segmento de cartão private label, além de termos difundido produtos da nossa rede de agências, como o Crédito Merecido, e explorado sinergias com a abertura de 30 quiosques Fininvest em agências selecionadas. Em 30 de junho de 2005, a Fininvest atingiu mais de 12.000 pontos de venda. A carteira de crédito da Fininvest totalizou R$ 1.957 milhões na mesma data, com aumento de 54,3% nos últimos doze meses.

Nosso negócio de "CDC e Leasing", que consiste principalmente do financiamento de veículos totalizou uma carteira de crédito de R$ 4.143 milhões em 30 de junho de 2005 comparado a R$ 3.108 milhões em 30 de junho de 2004, financiando em média mais de 20 mil unidades por mês. No primeiro semestre de 2005, além de termos aumentado nossa participação na Dibens, implementamos o Projeto Conexão, que visa reduzir custos aumentando a proporção de propostas de financiamento que são feitas pela Internet.

O segmento Atacado seguindo a estratégia de cobertura regional e conhecimento setorial, voltada para o relacionamento de longo prazo, continuou responsável por atender grandes clientes corporativos com vendas anuais superiores a R$ 150 milhões, com uma carteira de crédito de R$ 15.382 milhões em 30 de junho de 2005, comparado a R$ 14.409 milhões em 30 de junho de 2004.

Em 30 de junho de 2005, totalizamos um saldo de US$ 1,8 bilhão em transações de financiamento ao comércio exterior, resultado de importações, exportações e garantias financeiras internacionais, alcançando a terceira posição no ranking total do BNDES. Na modalidade BNDES-exim, foram repassados R$ 602 milhões em transações de exportações e/ou importações no primeiro semestre de 2005, alcançando a segunda posição no ranking do BNDES-exim.

As áreas de mercado de capitais, projetos corporativos e de assessoria financeira no segmento de Atacado também realizaram grandes negócios no mesmo período, alguns deles mencionados a seguir:

- Líder na coordenação da distribuição pública secundária de 45,9 milhões de nossas Units, pertencentes ao Commerzbank Aktiengesellschaft e BNL, no montante total de R$ 718 milhões;
- Atuação como coordenador contratado da oferta de Units da América Logística S.A. no montante total de aproximadamente R$ 573 milhões;
- Coordenação de oito emissões de debêntures da Caixa De Administração Da Dívida Publica Estadual S.A, Ampla Energia e Serviços S.A. Cia. de Saneamento Basico do Estado de SP - Sabesp, Votorantim Financas S.A., Tractebel Energia S.A., Cia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, Telemar Participacões S.A. e Vicunha Siderurgia S.A., que totalizaram um volume de R$ 3.790 milhões;
- Estruturação da emissão de debêntures privadas conversíveis em ações da Centrais Elétricas do Rio Jordão - Elejor S.A. no valor de R$ 255 milhões com prazo de 11 anos para construção do complexo hidroelétrico Complexo Energético Fundão-Santa Clara e Complexo Energético Fundão-Santa Clara com potência instalada de 250 MW;
- Assessoria à Empresa Brasileira De Aeronáutica S.A. - Embraer na aquisição da Indústria Aeronáutica de Portugal S.A - OGMA, oficina de manutenção e reparos controlada pelo governo português;
- Estruturação da operação de *Revolving Credit Facility* no valor de US$ 100 milhões para a Odebrecht Overseas Ltd, na qual atuamos como um dos coordenadores líderes e agente administrativo; e
- *Joint Arranger* da operação de *Import Note Facility* no valor de US$ 125 milhões da Braskem S.A.

De acordo com a ANBID, em 30 de junho de 2005, ocupávamos a terceira posição no *ranking* de originação e a segunda posição no *ranking* de distribuição de debêntures.

No segmento de Seguros e Previdência, continuamos a liderar segmentos importantes do mercado, como riscos patrimoniais, aeronáutico, responsabilidade civil de dirigentes, transporte internacional, de acordo com os mais recentes dados do setor, divulgados pela SUSEP em maio de 2005. Nos primeiro semestre de 2005, lançamos produtos direcionados a segmentos específicos do mercado, como o Seguro Homem e o Seguro Ambiental. A UAW, que oferece serviços de garantia estendida, manteve sua lideranças no seu segmento. A UASEG e a Unibanco AIG Vida e Previdência ficaram na quarta posição do ranking consolidado, de acordo com a SUSEP, ANAPP e ANS, com uma participação de mercado de 7,8%, incluindo garantia estendida, de acordo com dados da ANS em junho de 2005.

A Unibanco AIG Vida e Previdência obteve a quarta colocação nas receitas com planos de previdência, medido até junho de 2005, ocupando a quarta colocação no *ranking* da ANAPP. Em relação à venda de planos corporativos de previdência privada, até o mês de junho, a Unibanco AIG Vida e Previdência obteve a segunda colocação nas vendas acumuladas durante o primeiro semestre de 2005, atingindo o volume de R$ 445 milhões, de acordo com dados estatísticos da ANAPP.

No segmento de Gestão de Patrimônios, nossa subsidiária UAM terminou o mês de junho de 2005 com R$ 35.119 milhões em ativos administrados e custodiados, com crescimento de 15,1% nos últimos doze meses. O primeiro semestre de 2005, foi marcado pelo fluxo positivo, oriundo principalmente de clientes corporativos e private. A UAM ficou em sexto lugar no ranking da ANBID de administração de recursos de terceiros em junho de 2005, com uma participação de mercado de 5,0%.

Nos primeiros seis meses de 2005, o segmento de *Private Banking* contabilizou um aumento de 21,4% em ativos sob gestão comparado a dezembro de 2004, levando-o para a segunda posição no ranking da ANBID e atingindo uma participação de mercado de 10,2% em junho de 2005.

Para o final de 2005, esperamos um desempenho positivo da economia brasileira, com continuação do crescimento econômico conseqüente expansão das operações de crédito. Os *spreads* das operações bancárias tendem a cair nesse tipo de cenário, uma vez que o crescimento sustentável da economia reduz tanto a inadimplência dos tomadores de recursos quanto o risco de crédito para os credores. No entanto, acreditamos que nossos produtos e serviços diversificados, assim como o crescimento de nossa base de clientes, particularmente nos segmentos de crédito ao consumidor e de pequenas e médias empresas, deve nos permitir atingir maiores ganhos de escala e oportunidades de vendas cruzadas, aumentando nossa rentabilidade futura.

FATORES MACROECONÔMICOS QUE AFETAM NOSSA CONDIÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS DE OPERAÇÕES

Nossos negócios são afetados pelas condições gerais da economia, pelo desempenho dos mercados financeiros, pelos níveis de taxas de juros, pelas taxas de câmbio, pelas mudanças nas leis, regulamentações e políticas do Banco Central e por fatores competitivos globais, nacionais e regionais. Como a maioria dos nossos clientes é brasileira, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações dependem principalmente das condições econômicas do Brasil. Por exemplo, mudanças na economia brasileira que afetem negativamente a capacidade dos clientes de pagar os seus empréstimos como altas taxas de inflação e, conseqüentemente, altas taxas de juros, poderão afetar nossa situação financeira e o resultado das operações. Além disso, também somos afetados pelas mudanças no valor do real com relação ao dólar e outras moedas, uma vez que possuímos ativos e passivos denominados ou indexados em moeda estrangeira, principalmente o dólar.

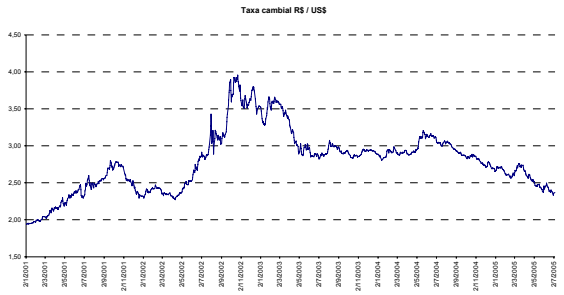
Cenário Econômico Brasileiro

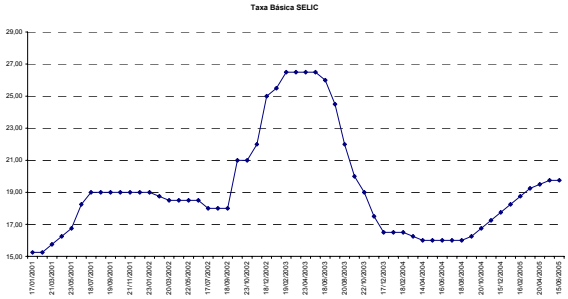
A tabela abaixo apresenta, para os períodos indicados, os principais indicadores macroeconômicos brasileiros:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho de	
	2003	**2004**	**2004**	**2005**
Crescimento real do PIB [1]	0,46	4,93	1,82	0,32
Taxa de inflação [2]	7,67	12,12	6,90	1,53
Taxa de inflação [3]	9,29	7,60	3,47	3,16
Taxa de câmbio (R$/ US$) [4]	2,8892	2,6544	3,1075	2,3504
Taxa básica Selic [4]	16,50	17,75	16,00	19,75
Taxa média dos depósitos interbancários [5]	23,19	16,17	15,97	18,98

(1) Fonte: Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE)- 1º. Trimestre.
(2) Fonte: IGP-DI, Fundação Getúlio Vargas (FGV).
(3) Fonte: IPCA, Índice de Preços ao Consumidor divulgado pelo IBGE.
(4) Fonte: Banco Central do Brasil.
(5) Fonte: Central de Liquidação e Custódia de Títulos Privados (CETIP).

Os gráficos abaixo mostram, para os períodos indicados, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar e a meta para a taxa básica de juros ("taxa básica Selic"):





2002. A economia brasileira desacelerou em 2002, principalmente em função das incertezas políticas relativas às eleições presidenciais brasileiras. Durante 2002, a taxa de câmbio R$/US$ oscilou entre um máximo de R$ 3,8949/US$ e um mínimo de R$ 2,2709/US$. Em outubro de 2002, o Banco Central iniciou uma série de aumentos da taxa básica de juros, de 18% em setembro de 2002, para um pico de 25% em dezembro de 2002. Após a eleição do novo governo em novembro de 2002, a perspectiva de que as diretrizes da política econômica do governo anterior seriam mantidas levaram a uma queda da percepção do risco Brasil. Esta percepção é indicada pela queda do Índice de Títulos de Mercados Emergentes do J.P. Morgan (EMBI), para o Brasil, de um pico de aproximadamente 2.400 pontos-base em outubro de 2002 para cerca de 1.500 pontos-base em dezembro de 2002. A inflação de 2002 alcançou 26,4% e 12,5%, segundo o IGP-DI e o IPCA, respectivamente. O crescimento do PIB de 2002 foi de 1,5%. Em 31 de dezembro de 2002, a taxa de câmbio era de R$ 3,533/US$.

2003. Após a posse do novo governo em janeiro de 2003, a economia brasileira ficou mais estável em comparação a 2002, à medida que o mercado percebeu que o novo governo manteria as principais diretrizes de política econômica do governo anterior.

A estabilização da economia ocorreu, em parte, devido à decisão governamental de elevar o superávit primário, de 3,75% do PIB em 2002 para 4,25% em 2003, o que reduziu as preocupações relativas à irresponsabilidade fiscal, bem como à decisão do Banco Central de aumentar as taxas de juros temporariamente. O Banco Central aumentou a taxa básica de juros para 26,5% em fevereiro de 2003, e subseqüentemente reduziu a taxa básica de juros oito vezes, para 16,50% em dezembro de 2003.

Em 2003, o governo alcançou certo progresso no que tange às propostas de reforma dos sistemas fiscal e de seguridade social, o que contribuiu para uma queda da percepção de risco Brasil. O EMBI brasileiro reduziu de 1.500 pontos-base em dezembro de 2002 para 463 pontos-base em 31 de dezembro de 2003. A inflação brasileira, segundo o IPCA, também baixou de 12,5% em 2002 para 9,3% em 2003. A taxa de inflação de 2003, medida pelo IGP-DI, alcançou 7,7%, em comparação com 26,4% em 2002. O real apreciou-se 18,2% com relação ao dólar em 2003, em comparação com uma depreciação do real de 52,3% em 2002. Em 31 de dezembro de 2003, a taxa de câmbio era de R$ 2,8892/US$.

2004. O ano de 2004 teve duas fases distintas. A primeira etapa, no decorrer do primeiro semestre, foi marcada pela finalização do ciclo de queda e posterior estabilização da taxa básica de juros SELIC em 16,00%. Na segunda fase, a partir de setembro, observou-se um novo ciclo de elevação da taxa básica de juros SELIC.

O risco de crescimento da inflação tornou-se novamente uma preocupação na primeira metade do ano, devido ao choque de oferta gerado pela tendência de aumento dos preços dos commodities internacionais. A variação do câmbio também pressionou as expectativas de inflação. As contas externas brasileiras, beneficiadas pelo superávit na balança comercial, ajudaram a manter uma forte liquidez no mercado de câmbio.

O segundo semestre de 2004 foi marcado pela consolidação da tendência de recuperação econômica, sobretudo do setor industrial. Por outro lado, no decorrer deste período cresceram as preocupações com as expectativas de inflação, o que motivou o Banco Central a elevar a taxa básica de juros SELIC de 16,00% em setembro de 2004, para 17,75% na reunião do Comitê de Política Monetária, ou COPOM, de dezembro de 2004.

Em setembro de 2004, o governo anunciou a elevação da meta de superávit primário do setor público consolidado, de 4,25% para 4,50% do PIB. Além disso, o Banco Central elevou a meta de inflação medida pelo IPCA para 2005 de 4,5% para 5,1%. O superávit primário é a diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo o pagamento de juros da dívida pública.

O cenário interno gerado pela continuidade do ajuste externo foi intensificado pelo expressivo resultado fiscal dos dez primeiros meses de 2004, com um superávit primário de 5,59% do PIB, reforçando dessa forma a credibilidade da política fiscal. Estes resultados das contas públicas têm sido suficientes para manter a razão dívida sobre PIB em queda no decorrer do ano: em 31 de dezembro de 2004 a razão era de 51,8% contra 57,2% em 31 de dezembro de 2003.

As exportações levaram o saldo comercial a superávits mensais crescentes. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2004, a balança comercial foi positiva em US$ 33,7 bilhões.

A combinação de sólidas exportações, da consolidação cada vez maior da credibilidade da política fiscal, e da melhora dos indicadores de solvência externa e doméstica, contribuiu para uma redução na percepção do risco brasileiro: o EMBI brasileiro encerrou dezembro de 2004 em 383 pontos-base, uma queda de 80 pontos-base comparada a 31 de dezembro de 2003.

Apesar disso, a taxa de rolagem da dívida externa do setor privado permaneceu em patamares modestos, evidenciando um processo voluntário de redução do passivo externo das empresas. Essa baixa taxa de rolagem não prejudicou a liquidez do mercado cambial, pois o fluxo comercial continuou vigoroso em 2004. O real acumulou apreciação em relação ao dólar de 8,1% até o final de dezembro de 2004, atingindo R$ 2,6544 por dólar em 31 de dezembro de 2004.

A inflação acumulada medida pelo IPCA no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2004 foi de 7,6%, inferior ao índice de 9,3% de inflação acumulada em 2003.

A produção industrial, medida pelo IBGE, registrou uma alta de 8,3% em 2004 com relação a 2003.

2005 até junho. O Banco Central encerrou o período de elevações na taxa básica SELIC em junho de 2005, mantendo a taxa básica SELIC em 19,75%, 2 pontos percentuais acima dos 17,75% ao final de 2004. Do ponto de vista da trajetória da inflação, o IPCA acumulou 3,15% até junho de 2005, contra 3,47% no mesmo período do ano anterior. O crescimento da produção industrial no primeiro semestre de 2005 foi de 3,29%, inferior aos 4,30% registrados no primeiro semestre de 2004. As contas públicas continuaram apresentando superávit primário, acumulando o equivalente a 6,43% do PIB de janeiro a junho de 2005. O real acumulou apreciação de 11,5% do final de 2004 até junho de 2005. A balança comercial continuou forte, acumulando no primeiro semestre de 2005 um superávit de US$ 19,7 bilhões, comparado a US$ 15 bilhões no mesmo período do ano anterior. Do ponto de vista da percepção de risco, o índice EMBI Brasil atingiu 411 pontos-base em junho de 2005, 28 pontos-base acima do observado ao final de 2004.

Apesar do aumento de 375 pontos-base da taxa básica de juros SELIC, de setembro de 2004 a junho de 2005, acreditamos em uma perspectiva favorável para a economia brasileira, com crescimento econômico que gerará um ambiente propício para novos investimentos, melhora da capacidade de pagamento dos agentes econômicos e a conseqüente redução do risco dos credores, possibilitando um ambiente favorável para o aumento do volume de crédito apesar dos *spreads* mais baixos. Nos últimos anos, realizamos várias aquisições e investimentos visando expandir nossa base de clientes e desenvolver uma forte rede de distribuição em todo o país, o que nos ajudou a consolidar nossa posição competitiva no mercado brasileiro e nos preparar para enfrentar os desafios futuros.

Efeitos da Depreciação ou Apreciação do Real sobre Nossa Situação Financeira e os Resultados das Operações

A depreciação ou apreciação do real pode afetar nosso lucro líquido, uma vez que uma parcela significativa de nossos ativos e passivos é denominada ou indexada em moeda estrangeira, principalmente em dólar.

Quando o real perde valor, sofremos perdas no lucro líquido provenientes de nossos passivos denominados ou indexados em moeda estrangeira, como os empréstimos de curto e longo prazo em dólares, uma vez que o valor contábil e a despesa de juros, expressa em reais, aumentam. Ao mesmo tempo, realizamos ganhos advindos de nossos ativos denominados ou indexados em moeda estrangeira, como os créditos e títulos negociáveis indexados ao dólar, uma vez que o valor contábil e a receita de juros, expressos em reais, também crescem.

Por outro lado, quando o real aprecia, obtemos ganhos no lucro líquido provenientes de nossos passivos denominados ou indexados em moeda estrangeira, uma vez que o valor contábil e a despesa de juros,expressa em reais, diminuem. Ao mesmo tempo, sofremos perdas provenientes de nossos ativos denominados ou indexados em moeda estrangeira, já que o valor contábil e a receita de juros, expressos em reais, também reduzem.

Efeitos das Taxas de Juros sobre Nossa Situação Financeira e os Resultados das Operações

A elevação da taxa de juros brasileira pode afetar nossa receita de juros, uma vez que as taxas de juros relativas aos nossos ativos que rendem juros também se elevam. Por outro lado, nossas despesas de juros podem ser igualmente afetadas, caso as taxas de juros relativas aos nossos passivos que pagam juros também aumentem.

Geralmente, aumentos nas taxas de juros nos permitem aumentar nossas receitas com operações de crédito em função de *spreads* maiores sobre as mesmas. Entretanto, aumentos das taxas de juros podem afetar negativamente nossos resultados e carteiras de crédito, ao reduzirem a demanda por crédito e elevarem o risco de inadimplência dos clientes. Por outro lado, quedas das taxas de juros são capazes de reduzir as receitas provenientes de operações de crédito, devido a *spreads* menores. Essa queda de receita poderá eventualmente ser compensada por um crescimento do volume de crédito, em decorrência de uma maior demanda por créditos.

Efeitos da Inflação sobre Nossa Situação Financeira e os Resultados das Operações

Crescimentos da taxa de inflação brasileira podem afetar nosso lucro líquido, por aumentar nossos custos e reduzir nossas margens operacionais, caso a referida inflação não seja acompanhada de um aumento das taxas de juros. Ademais, a inflação poderá contribuir para um aumento da volatilidade no mercado, em decorrência de incertezas econômicas, quedas nos gastos, menor crescimento da renda real e redução da confiança do consumidor, fatores estes que, por sua vez, são capazes de ter um impacto negativo sobre os resultados das operações.

Efeitos das Regulamentações Governamentais sobre Nossa Situação Financeira e os Resultados das Operações

Exigências Relativas aos Depósitos Compulsórios

O Banco Central impõe às instituições financeiras várias exigências relativas a depósitos compulsórios, como um mecanismo de controle da liquidez do sistema financeiro brasileiro. Ao mudar as exigências relativas aos depósitos compulsórios, o Banco Central é capaz de influenciar o volume de nossos ativos que rendem juros e de nossos passivos que pagam juros, conseqüentemente influenciando nossas receitas e despesas de juros.

Os percentuais requeridos dos depósitos compulsórios são aplicados sobre o volume de nossos depósitos e os recursos provenientes são depositados no Banco Central. Em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 e em 30 de junho de 2004 e 2005, os percentuais requeridos para compulsório foram:

- 45% para depósitos à vista;
- 20% para poupança;
- 15% para depósitos a prazo; e
- adicionais de 8% para depósitos à vista e depósitos a prazo, e de 10% para poupança.

Abaixo, as alterações importantes no depósito compulsório exigido que o Banco Central impôs durante este período:

- em junho de 2002, as exigências relativas aos depósitos compulsórios dos depósitos em poupança aumentaram de 15% para 20% e dos depósitos a prazo aumentaram de 10% para 15%;
- em agosto de 2002, foi imposta uma exigência adicional de 3% sobre os depósitos à vista e os depósitos a prazo, e de 5% sobre os depósitos em poupança;
- em outubro de 2002, as exigências adicionais relativas a depósitos à vista, depósitos a prazo e poupança, aumentaram 5%;
- em fevereiro de 2003, as exigências relativas aos depósitos compulsórios dos depósitos à vista aumentaram de 45% para 60%; e
- em agosto de 2003, as exigências relativas aos depósitos compulsórios dos depósitos à vista reduziram de 60% para 45%.

Os depósitos compulsórios, incluindo as exigências adicionais, rendem juros, com exceção do depósito compulsório sobre depósitos à vista. Em 30 de junho de 2005, nossos depósitos compulsórios totalizavam R$ 3.866 milhões em depósitos a prazo, R$ 943 milhões em depósitos à vista e R$ 1.369 milhões em poupança; com reservas adicionais de R$ 2.748 milhões.

Adequação de Capital

O Banco Central exige que os bancos submetam-se a regulamentações similares às do Acordo da Basiléia referentes à suficiência ou a adequação de capital, com exceção da determinação de um patamar mínimo de capital de 11%. O Banco Central também aplica exigências de capital referente à exposição em moeda estrangeira, aos riscos do mercado de taxas de juros e aos riscos de operações de swap, que fazem parte de nosso índice de adequação de capital segundo as normas do Acordo da Basiléia.

Em outubro de 2002 o Banco Central impôs maiores exigências aos bancos em relação à exposição à moeda estrangeira, contabilizada como a posição líquida dos ativos, passivos e derivativos denominados ou indexados em moeda estrangeira como percentual do capital ajustado. Esta norma exigiu que alocássemos 100% do nosso capital à exposição cambial que excedesse 5% do capital ajustado. Além disso, o Banco Central reduziu o teto permitido de exposição à moeda estrangeira de 60% para 30% do capital ajustado. Em julho de 2003, a alocação de capital à exposição cambial foi reduzida de 100% para 50%. Em resumo, atualmente, não há qualquer exigência de alocação de capital se a exposição estiver entre 0% e 5% do capital ajustado; 50% do capital deve ser alocado no caso da exposição estar entre 5% a 30% do capital ajustado; e uma exposição acima de 30% não é permitida, estando sujeita a penalidades impostas pelo Banco Central.

Em junho de 2004, o Comitê de Supervisão Bancária do Banco de Compensação Internacional – *Bank for International Settlements Committee on Banking Supervision* ("BIS") endossou a publicação da *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*: A *Revised Framework*, conhecida como Basiléia II. Em 9 de dezembro de 2004, o Banco Central, por meio do Comunicado Nº. 12.746, expressou sua intenção de adotar a Basiléia II no Brasil. O comunicado indica que o Banco Central pretende adotar a Basiléia II gradualmente, com cuidado e procurando incorporar as adaptações apropriadas à realidade brasileira.

Créditos Baixados para Prejuízo

Nossa prática determina que os créditos sejam baixados para prejuízo 360 dias após o vencimento. Assim, nossa provisão para perdas com créditos relativa a quaisquer créditos permanece contabilizada por um período adicional até que o crédito seja baixado para prejuízo.

Imposto de Renda

Nossa despesa com imposto de renda apresenta dois componentes: o imposto de renda federal e a contribuição social. Nos exercícios de 2002, 2003 e 2004, e nos período de seis meses findo em 30 de junho de 2004 e 2005, a alíquota do imposto de renda federal foi de 25% e a alíquota de contribuição social foi de 9%.

Outros Tributos

Desde fevereiro de 1999, a contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS"), referente ao Programa de Participação dos Empregados no Lucro, passou a incidir sobre as receitas brutas ao invés das receitas líquidas. Desde esta data, a alíquota do PIS tem sido aplicada a 0,65% das receitas brutas. De fevereiro de 1999 a setembro de 2003, a alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), referente ao financiamento do sistema de seguridade social, manteve-se em 3% das receitas brutas. Em setembro de 2003, a alíquota da COFINS aumentou, para 4% da receita bruta no setor de serviços financeiros.

Em conformidade com a lei No. 10.637 de 30 de dezembro de 2002, a alíquota do PIS para empresas não financeiras aumentou de 0,65% para 1,65%. Além disso, em conformidade com a lei No. 10.833 de 29 de dezembro de 2003, em fevereiro de 2004, a alíquota da COFINS para empresas não financeiras aumentou de 3,0% para 7,6%, tornando-se não cumulativa. Esses aumentos afetaram apenas algumas de nossas subsidiárias de crédito ao consumidor que são consideradas empresas não financeiras.

A Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras ("CPMF") tem sido cobrada sobre certas transações financeiras, à alíquota de 0,38%, desde junho de 1999.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Ao prepararmos nossas demonstrações financeiras consolidadas, utilizamos estimativas, pressupostos e julgamentos de nossa administração no cálculo de determinados ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas e instruções do CMN, do Banco Central, da CVM e da SUSEP. Os resultados de períodos futuros poderão diferir dessas estimativas, pressupostos e julgamentos, e conseqüentemente os resultados reportados das nossas operações poderão ser afetados.

Apresentamos abaixo uma breve descrição das estimativas, pressupostos e julgamentos mais importantes na aplicação de nossas práticas contábeis.

Provisão para Perdas com Créditos

Avaliamos a qualidade de nossa carteira de crédito e estabelecemos provisões para as prováveis perdas com créditos mensalmente. O processo empregado para determinar essas provisões envolve estimativas e julgamentos. Estipulamos uma provisão mínima para as perdas esperadas, conforme a avaliação de cada cliente. Entretanto, com base na opinião e experiência da nossa alta administração, um percentual mais alto de provisão poderá ser utilizado para cada nível de avaliação de cliente, sempre que apropriado, a fim de estabelecer as provisões com maior precisão. Ao fazermos esta avaliação, levamos em conta, entre outros fatores, a probabilidade de inadimplência e de perda, analisando as taxas de inadimplência, bem como a magnitude e diversidade dos créditos individuais. Alterações nessas estimativas e julgamentos têm um impacto direto sobre as provisões.

A carteira de créditos do Atacado apresenta características distintas, não sendo, por este motivo, avaliada como uma carteira homogênea. Assim, as provisões são calculadas, atualmente, com base no perfil de risco de cada tomador de crédito individual, o que leva em conta, entre outros fatores, seu histórico financeiro, fluxos de caixa, qualidade de gestão, histórico de relacionamento, condições de mercado e outros fatores relativos ao risco de crédito. Além disso, também empregamos um sistema interno de avaliação de crédito que atribui uma posição de avaliação de crédito (isto é, um ranking) das empresas, de AA1 até H, em diferentes níveis, com base em critérios quantitativos, tais como dados financeiros recentes, e aspectos qualitativos, como questões relativas à gestão e à sucessão. Consideramos as empresas com uma avaliação de crédito de AA1 e AA2 como muito estáveis e de risco de crédito mínimo; as avaliadas como AA3 e A muito sólidas financeiramente; as B e C menos estáveis e que exigem um acompanhamento constante (créditos concedidos a empresas avaliadas como B ou C são geralmente de curto prazo, exigem garantias significativas e outros tipo de suporte de crédito). Já as empresas avaliadas como D, E, F e G apresentam um maior risco e potencial de perdas e as avaliadas como H representam um alto risco de crédito (inadimplência), sendo estas inteiramente provisionadas. Além disso, reavaliamos as linhas de crédito de operações de crédito de grandes volumes em intervalos de 60 a 180 dias, conforme a avaliação de crédito do tomador e o ambiente externo.

Operações de crédito do Varejo, como cheque especial, cartões de crédito, financiamentos imobiliários e financiamentos ao consumidor apresentam características similares e são administradas com o auxílio de processos e sistemas especializados. Empregamos uma ampla gama de ferramentas estatísticas para avaliar as solicitações de crédito e o desempenho dos clientes, incluindo modelos de *credit and behavior scoring*. A provisão para perdas com créditos da carteira do Varejo é estabelecida por meio de um processo que se inicia com estimativas das perdas esperadas, baseadas em várias análises. Essas análises levam em conta nossa experiência recente com perdas, as condições econômicas atuais, as características de risco das várias categorias de empréstimos, o valor de mercado das garantias correspondentes e outros fatores que influenciam diretamente o potencial recebimento dos créditos. Avaliamos a adequação da provisão para perdas com créditos mensalmente, a menos que as circunstâncias exijam uma periodicidade diferente.

Acreditamos que nossa provisão para perdas com créditos é adequada em face do ambiente econômico atual.

Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Nossos instrumentos financeiros incluem títulos de renda fixa e variável, derivativos e outros instrumentos financeiros. Contabilizamos nossos investimentos pelo valor de mercado caso sejam considerados títulos e valores mobiliários disponíveis para venda ou para negociação. Para a maioria de nossas carteiras, o valor de mercado é determinado com base em cotações externas de preço. Se uma cotação externa não estiver disponível, determinamos seu valor de mercado mediante referência ao preço de mercado de instrumentos comparáveis ou cálculo do valor presente do seu fluxo de caixa esperado, utilizando taxas de juros de mercado compatíveis com a qualidade de crédito e vencimento dos nossos instrumentos financeiros nos modelos de precificação desenvolvidos internamente, com base em fontes independentes de informações de mercado.

Acreditamos que nossa política de exposição a riscos de mercado é conservadora. A exposição a riscos de mercado de nossa carteira é supervisionada e controlada independentemente. Alterações do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são reconhecidas como um componente do patrimônio líquido, a menos que a perda seja considerada permanente. Perdas consideradas permanentes são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem. Realizamos avaliações em intervalos regulares para analisar a existência de perdas permanentes.

Uma deterioração na conjuntura econômica também pode afetar negativamente os referidos valores. As alterações no valor de mercado de ativos e passivos para negociação, inclusive de nossos derivativos para negociação com nossos clientes, derivativos classificados como *hedge* de risco de mercado e derivativos que não sejam classificados como *hedge* (principalmente derivativos utilizados para administrar nossa exposição geral às alterações das taxas de juros e às moedas estrangeiras) são contabilizadas no resultado. As alterações no valor de mercado dos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas como componente do patrimônio líquido.

Reservas de Seguros

As reservas técnicas para cobertura de sinistros de seguros e despesas com sinistros são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. As reservas técnicas para cobertura de sinistros e despesas com sinistros representam a somatória das estimativas de sinistros avisados e incluem provisões para sinistros ocorridos, porém não avisados. Os métodos para a determinação de tais estimativas e a constituição de reservas líquidas das recuperações de cosseguros e resseguros são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes desse processo são refletidos na demonstração do resultado relativa ao período em curso.

Imposto de Renda

No preparo das nossas demonstrações financeiras consolidadas, precisamos estimar o imposto de renda, o que envolve uma estimativa da despesa fiscal atual, juntamente com uma avaliação das diferenças temporárias, resultantes de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os valores usados para fins de cálculo do imposto de renda, sendo estas diferenças a origem dos ativos relativos aos créditos tributários. Estes ativos também podem incluir prejuízos fiscais a serem compensados futuramente.

O valor contábil de nossos créditos tributários presume, com base em estimativas e suposições que seremos capazes de gerar lucros tributáveis futuros de valor suficiente para a compensação desses ativos. Avaliamos com freqüência a capacidade de realização dos créditos tributários. Caso essas estimativas e suposições alterem-se no futuro, talvez sejamos obrigados a registrar provisões para desvalorização de nossos créditos tributários, o que resultaria em uma despesa adicional de impostos nas demonstrações de resultado consolidadas.

Deterioração do Ativo Permanente

Nosso balanço inclui ativos permanentes relacionados às imobilizações, ágio e outros ativos intangíveis. O imobilizado, bem como ativos intangíveis com vida útil definida, são depreciados ou amortizados ao longo de sua vida útil estimada. A vida útil é estimada com base no período em que os ativos gerarão receitas. Caso as circunstâncias e condições indiquem uma deterioração do valor de ativos tangíveis ou intangíveis, seu valor contábil será ajustado e uma perda será reconhecida nas operações correntes.

Provisões para Contingências

Estamos sujeitos a ações e processos judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis. Determinamos a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas questões, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise cuidadosa de cada ação (no caso de processos fiscais e cíveis) ou com base no valor médio dos pagamentos efetivamente realizados nos 36 meses anteriores (no caso de processos trabalhistas), de acordo com a opinião de advogados. Contabilizamos provisões para contingências somente quando acreditamos que é provável a perda nos processos judiciais.As provisões requeridas para essas contingências podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação ou mudanças na abordagem, como a determinação de alteração na estratégia de condução de acordos nesses processos. Estas alterações podem afetar negativamente os resultados e os fluxos de caixa futuros.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Visão Geral

A Unibanco Holdings, empresa constituída segundo as leis brasileiras, controla o Unibanco através da propriedade de ações do Unibanco. Em 30 de junho de 2005, a Unibanco Holdings possuía 96,6% das ações ordinárias do Unibanco em circulação e 15,7% das ações preferenciais do Unibanco em circulação, sendo proprietária de 59,4% do capital total do Unibanco. A Unibanco Holdings não exerce qualquer outra atividade além de ser proprietária de ações do Unibanco. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras da Unibanco Holdings são similares às do Unibanco em todos os aspectos relevantes, salvo no que diz respeito à linha de participações minoritárias do balanço patrimonial, à demonstração de resultados e à seção relativa a atividades de financiamento da demonstração de fluxo de caixa. As referências no presente documento às demonstrações financeiras consolidadas do Unibanco também se referem às demonstrações financeiras da Unibanco Holdings.

Na discussão de nossos resultados operacionais do período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 e comparado ao mesmo período em 2004, do exercício findo em 2004 comparado ao exercício findo em 2003, e do exercício findo em 2003 comparado ao exercício findo em 2002, quando nos referimos às variações ocorridas de um ano para outro como sendo resultantes da apreciação do real, estamos nos referindo principalmente aos efeitos da apreciação do real descritos em "Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações - Fatores Macroeconômicos que Afetam Nossa Situação Financeira e os Resultados das Operações - Os Efeitos da Depreciação ou Apreciação do Real sobre Nossa Situação Financeira e os Resultados das Operações", quando aplicáveis.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004, respectivamente, o real depreciou aproximadamente 52,3%, apreciou aproximadamente 18,2% e apreciou aproximadamente 8,1% em relação ao dólar. Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2004 e 2005, o real depreciou 7,6% e apreciou 11,5% em relação ao dólar, respectivamente. Durante o período de 12 meses de 30 de junho de 2004 até 30 de junho de 2005, o real apreciou 24,4% em relação ao dólar. Quando nos referimos a uma porcentagem de apreciação ou depreciação específica do real em relação ao dólar em qualquer ano, calculamos esta porcentagem comparando a quantidade de reais correspondente a um dólar no final do referido ano à quantidade de reais correspondente a um dólar no final do ano anterior, baseado em dados do Banco Central. Adicionalmente, quando nos referimos às variações ocorridas de um ano para o outro como sendo resultantes da menor apreciação do real, estamos nos referindo que, por exemplo, apesar de sofrermos em 2004 efeitos de apreciação parecidos aos sofridos em 2003, tais efeitos foram menos acentuados porque a apreciação do real foi menor em 2004.

Resultado das Operações do Período de Seis Meses findo em 30 de Junho de 2005 comparado com ao Exercício findo em 30 de Junho de 2004

A tabela abaixo apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido consolidado para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2004 e 2005:

	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de				
	2004	% do Resultado da Interm. Financeira	2005	% do Resultado da Interm. Financeira	Variação (%)
	(em milhões de R$)				
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas com créditos	2.819	100,0%	3.912	100,0%	38,8%
Provisão para perdas com créditos	(629)	(22,3)	(745)	(19,0)	18,4
Resultado da intermediação financeira	2.190	77,7	3.167	81,0	44,6
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.319)	(46,8)	(1.772)	(45,4)	34,3
Resultado operacional	871	30,9	1.395	35,6	60,2
Resultado não operacional	7	0,2	9	0,2	28,6
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	878	31,1	1.404	35,8	59,9
Imposto de renda e contribuição social	(97)	(3,4)	(294)	(7,5)	203,1
Participação no lucro	(126)	(4,5)	(185)	(4,7)	46,8
Resultado Extraordinário	-	-	1	-	-
Resultado antes da participação minoritária	655	23,2	926	23,6	41,4
Participação dos acionistas minoritários	(74)	(2,6)	(72)	(1,8)	(2,7)
Lucro líquido	581	20,6%	854	21,8%	47,0%

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, o nosso lucro líquido apresentou um aumento de 47,0% em relação ao mesmo período no ano anterior, passando de R$ 581 milhões em 30 de junho de 2004 para R$ 854 milhões em 30 de junho de 2005. Este aumento foi principalmente devido a:

- expansão da nossa carteira de crédito, com foco em segmentos de maiores margens;
- melhora do *mix* de captação, impulsionada pelo sucesso do lançamento do Superpoupe;
- exploração de sinergias entre as linhas de negócios impulsionadas por metas de vendas cruzadas; e
- forte controle de custos.

Conseqüentemente, atingimos um resultado de intermediação financeira 44,6% superior no período findo em 30 de junho de 2005 comparado ao mesmo período de 2004. Adicionalmente, elevamos nosso resultado operacional em 60,2% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 comparado ao mesmo período de 2004, que foi parcialmente compensado pela elevação de 203,1% em nossas despesas com imposto de renda e contribuição social em função do aumento do resultado antes da tributação, efeitos fiscais da variação cambial sobre nossos investimentos no exterior e aumento dos juros sobre o capital próprio, resultando em um crescimento do lucro líquido de 47,0% no mesmo período de comparação.

Resultado da Intermediação Financeira

A tabela abaixo apresenta os principais componentes do nosso resultado da intermediação financeira consolidada, incluindo a provisão para perdas com créditos, para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2004 e 2005:

	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de				
	2004	% da Receita de Interm. Financeira	2005	% da Receita de Interm. Financeira	Variação (%)
	(em milhões de R$)				
Receitas da intermediação financeira	6.074	100,0%	7.186	100,0%	18,3%
Despesas da intermediação financeira (excluindo provisão para perdas com créditos)	(3.255)	(53,6)	(3.274)	(45,5)	0,6
Provisão para perdas com créditos	(629)	(10,3)	(745)	(10,4)	18,4
Resultado da intermediação financeira	2.190	36,1%	3.167	44,1%	44,6%

Nosso resultado de intermediação financeira cresceu 44,6% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 comparado ao mesmo período de 2004, devido ao expressivo aumento das receitas de intermediação financeira que não foi acompanhado por um crescimento significativo das despesas de intermediação financeira. O aumento das receitas da intermediação financeira foi devido principalmente ao crescimento da nossa carteira de crédito com foco em segmentos com *spreads* mais elevados, ao aumento das taxas médias de juros e aos impactos do *hedge* global dos nossos investimentos no exterior. Paralelamente, a mudança no nosso *mix* de captação, mais voltado a "*core deposits*", e os efeitos da apreciação do real sobre nossos passivos denominados ou indexados em moeda estrangeira, levaram nossas despesas de intermediação financeira a serem proporcionalmente menores no período de seis meses de 2005 comparado ao mesmo período de 2004. No primeiro semestre de 2005, atingimos uma margem financeira antes da provisão para perdas com crédito anualizada de 10,2%, um crescimento de 2,1 pontos percentuais comparado ao mesmo período do ano anterior.

A apreciação do real observada no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, comparada à depreciação do real observada no mesmo período de 2004, afetou positivamente o *hedge* global de nossos investimentos no exterior. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, incorremos em um ganho de R$ 192 milhões decorrente do *hedge* global de nossos investimentos no exterior, enquanto que, no mesmo período de 2004, apresentamos uma perda de R$ 28 milhões.

Receita da Intermediação Financeira

A tabela abaixo apresenta os principais componentes das nossas receitas da intermediação financeira consolidadas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2004 e 2005:

	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de				
	2004	**% da Receita de Interm. Financeira**	**2005**	**% da Receita de Interm. Financeira**	**Variação (%)**
	(em milhões de R$)				
Operações de crédito e arrendamento mercantil	3.934	64,8%	4.279	59,5%	8,8%
Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.538	25,3	2.128	29,6	38,4
Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização	413	6,8	500	7,0	21,1
Aplicações compulsórias	189	3,1	279	3,9	47,6
Receitas da intermediação financeira	6.074	100,0%	7.186	100,0%	18,3%

As receitas da intermediação financeira cresceram R$ 1.112 milhões, ou 18,3%, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, comparado ao mesmo período de 2004, principalmente em função de:

- aumento de R$ 345 milhões da receita de operações de crédito e de arrendamento mercantil;
- aumento de R$ 590 milhões do resultado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos;
- aumento de R$ 87 milhões do resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização; e
- aumento de R$ 90 milhões da receita de aplicações compulsórias.

Receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil. O aumento de 8,8% nas receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 comparado ao mesmo período do ano anterior foi devido principalmente ao crescimento de 17,0% do saldo da nossa carteira de crédito nos últimos 12 meses, negativamente impactado pela venda das nossas participações na Credicard e na Orbitall. Cabe destacar que, neste período, a carteira de crédito destinada ao segmento de pessoas físicas cresceu 21,8% e a carteira de crédito destinada ao segmento de pequenas e médias empresas cresceu 37,4%, comprovando nosso comprometimento com a estratégia de foco em segmentos de maiores margens. Adicionalmente, as receitas também foram impactadas pelo aumento da taxa média de juros observado no primeiro semestre de 2005 em comparação ao primeiro semestre de 2004.

Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O resultado de títulos e valores mobiliários, incluindo os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, e instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de futuros e *swaps*, cresceu 38,4% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 comparado ao mesmo período em 2004, principalmente devido ao aumento da taxa média de juros observado no primeiro semestre de 2005 em comparação ao primeiro semestre de 2004. O saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos totalizou R$ 16.862 milhões em 30 de junho de 2005, representando 20,3% do total de nossos ativos, comparado a R$ 18.946 milhões em 30 de junho de 2004, quando representava 23,8% do total de ativos. A parcela do saldo denominada ou indexada em moedas estrangeiras era de 25,6% em 30 de junho de 2005 comparado a 34,6% em 30 de junho de 2004, resultando em perdas em função da apreciação do real no primeiro semestre de 2005 em comparação aos ganhos oriundos da depreciação do real no primeiro semestre de 2004. Cabe mencionar que, parte dos instrumentos derivativos foi utilizada como *hedge* global dos nossos investimentos no exterior gerando ganhos cambiais de R$ 192 milhões no primeiro semestre de 2005 comparados a perdas cambiais de R$ 28 milhões no primeiro semestre de 2004.

Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização. O crescimento de 21,1% no resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 comparado ao mesmo período em 2004 se deve ao aumento na venda de prêmios de seguros e de contratos de previdência impulsionado por um período de taxas médias de juros mais elevadas em 2005 comparada a 2004, em decorrência da correlação com a taxa básica de juros SELIC, que na média também aumentou no primeiro semestre de 2005 comparado ao mesmo período de 2004.

Aplicações compulsórias. Nossa receita de aplicações compulsórias apresentou um aumento de 47,6% entre o primeiro semestre de 2005 e o primeiro semestre de 2004, passando de R$ 189 milhões em 30 de junho de 2004 para R$ 279 milhões em 30 de junho de 2005. Este aumento foi resultado principalmente do aumento de R$ 6.851 milhões, ou 25,1%, no saldo médio de depósitos, além do aumento da taxa média de juros observada entre os dois períodos, em decorrência da correlação com a taxa básica de juros SELIC, que na média também aumentou no primeiro semestre de 2005 comparado ao mesmo período de 2004.

Despesas da Intermediação Financeira

A tabela abaixo apresenta os principais componentes das nossas despesas da intermediação financeira consolidadas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2004 e 2005:

	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de				
	2004	**% da Despesa de Interm. Financeira**	**2005**	**% da Despesa de Interm. Financeira**	**Variação (%)**
	(em milhões de R$)				
Captações no mercado	2.557	78,6%	2.713	82,9%	6,1%
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	252	7,7	309	9,4	22,6
Empréstimos e repasses	581	17,8	55	1,7	(90,5)
Resultado de câmbio	(135)	(4,1)	197	6,0	-
Despesas da intermediação financeira	3.255	100,0%	3.274	100,0%	0,6%

As despesas da intermediação financeira aumentaram em R$ 19 milhões, ou 0,6%, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, comparado ao mesmo período de 2004, principalmente em função de:

- aumento da despesa de captações no mercado de R$ 156 milhões, oriundas dos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e dívida subordinada;
- aumento de R$ 57 milhões da despesa de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização;
- redução de R$ 526 milhões das despesas de obrigações por empréstimos e repasses;
- reversão do resultado de câmbio, de positivo para negativo, no valor de R$ 332 milhões.

Captações no mercado. As despesas de captações no mercado aumentaram 6,1% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 comparado ao mesmo período de 2004. O aumento foi causado principalmente pela expansão de 25,1% no saldo médio da nossa base de depósitos nos últimos 12 meses e pelo aumento na taxa média de juros observado no primeiro semestre de 2005 quando comparado ao mesmo período em 2004, parcialmente compensado pela apreciação do real no primeiro semestre de 2005 comparado à depreciação do real no primeiro semestre de 2004, que impactou nossos passivos denominados ou indexados em moedas estrangeiras.

Empréstimos e repasses. As despesas com empréstimos e repasses diminuíram 90,5% no primeiro semestre de 2005, comparado ao primeiro semestre de 2004. A redução foi causada pela combinação da apreciação do real frente ao dólar, que impactou nossas obrigações denominadas ou indexadas em moeda estrangeira, em comparação com a depreciação do real no mesmo período de 2004, e da redução de 14,1% no saldo médio de empréstimos e repasses nos últimos 12 meses.

Resultado de câmbio. O resultado do câmbio é originado das operações de comércio exterior junto a clientes e operações no mercado interbancário, que sofrem os impactos de variação cambial. A variação do resultado de câmbio, passando de uma receita de R$ 135 milhões no primeiro semestre de 2004 para uma despesa de R$ 197 milhões no primeiro semestre de 2005, devido principalmente à variação do real frente ao dólar nos períodos analisados: uma depreciação de 7,6% nos primeiros seis meses de 2004 e uma apreciação de 11,5% nos primeiros seis meses de 2005.

Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização. As despesas com a atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização aumentaram 22,6% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 comparada ao mesmo período em 2004, passando de R$ 252 milhões no primeiro semestre de 2004 para R$ 309 milhões no mesmo período de 2005. Este aumento foi devido principalmente ao aumento de 31,8% nas provisões técnicas observado entre os dois períodos e ao aumento na taxa média de juros observado no primeiro semestre de 2005 quando comparado ao mesmo período em 2004.

Provisão para perdas com crédito

A tabela abaixo demonstra nossa despesa de provisão para perdas com crédito e os principais indicadores por segmento de atuação nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2004 e 30 de junho de 2005

Em milhões de R$	**Banco Múltiplo e outras empresas**		**Empresas de crédito ao consumo**		**CDC e Leasing**		**Unibanco (1)**	
Para os períodos de seis meses terminados em 30 de junho de	**2004**	**2005**	**2004**	**2005**	**2004**	**2005**	**2004**	**2005**
Saldo de operações de crédito (A)	21.929	25.401	5.008	5.610	3.108	4.143	30.045	35.154
Saldo médio de operações de crédito (B)	20.861	24.180	4.186	5.254	2.986	3.908	28.033	33.342
Provisão para perdas com crédito (C)	1.065	1.235	411	383	69	121	1.545	1.739
(C) / (A)	4,9%	4,9%	8,2%	6,8%	2,2%	2,9%	5,1%	4,9%
Saldo de provisão excedente (D)	212	383	55	29	-	-	267	412
(D) / (C)	19,9%	31,0%	13,4%	7,6%	0,0%	0,0%	17,3%	23,7%
Transferência para prejuízo (E)	(313)	(245)	(422)	(382)	(46)	(48)	(781)	(675)
(E) / (A)	(1,4%)	(1,0%)	(8,4%)	(6,8%)	(1,5%)	(1,2%)	(2,6%)	(1,9%)
Despesa de provisão para perdas com crédito (F)	204	248	390	419	35	78	629	745
(F) / (A)	0,9%	1,0%	7,8%	7,5%	1,1%	1,9%	2,1%	2,1%
Carteira com curso anormal (G)	825	787	522	510	57	86	1.404	1.383
(G) / (A)	3,8%	3,1%	10,4%	9,1%	1,8%	2,1%	4,7%	3,9%
(C) / (G)	129,1%	156,9%	78,7%	75,1%	121,1%	140,7%	110,0%	125,7%
Recuperação de prejuízo (H)	64	23	63	44	9	10	136	77
Transferência líquida para prejuízo (E+H)	(249)	(222)	(359)	(338)	(37)	(38)	(645)	(598)

(1) Phenix Seguradora, BNL Brasil, e HiperCard, todas adquiridas no primeiro semestre de 2004, tinham um saldo de provisão para perdas com crédito de R$ 3 milhões, R$ 126 milhões, e R$ 19 milhões, respectivamente.

A nossa carteira de crédito apresentou um crescimento de 17,0% nos últimos 12 meses, passando de R$ 30.045 milhões em 30 de junho de 2004 para R$ 35.154 milhões em 30 de junho de 2005, apesar da apreciação do real de 24,4% no mesmo período. Os principais destaques foram:

- o crescimento de 38,1% da carteira de pessoas físicas nos últimos 12 meses, principalmente nas empresas financeiras de crédito ao consumo, na rede de agências, e nas empresas de cartão de crédito, desconsiderando o saldo da Credicard de R$ 1.297 milhões em 30 de junho de 2004;
- crescimento de 37,4% da carteira de pequenas e médias empresas nos últimos 12 meses.

No intervalo de doze meses entre 30 de junho de 2004 e 30 de junho de 2005, melhoramos a qualidade da nossa carteira de crédito, elevando a proporção de créditos das categorias AA-B de 85.0% para 87.6%, ao mesmo tempo diminuindo os créditos das categorias D-H de 8,1% para 7,2%.

Nossa despesa de provisão para perdas com crédito aumentou 18,4%, passando de R$ 629 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 para R$ 745 milhões no mesmo período em 2005. O aumento da despesa de provisão para perdas com créditos no primeiro semestre de 2005 comparado ao primeiro semestre de 2004 foi composto por:

- aumento de R$ 44 milhões, ou 21,6%, da despesa de provisão para perdas com créditos no segmento de Banco Múltiplo e Demais Empresas, com crescimento da carteira de R$ 3.472 milhões, ou 15,8%, que pode ser explicado por reversões no segmento de atacado, compensadas pela constituição de uma provisão livre de R$ 61 milhões no período, que foi feita para nos resguardar do impacto que uma mudança no ambiente econômico teria na nossa carteira de crédito. Em grande parte, o aumento da despesa de provisão para perdas com créditos foi resultado da expansão da carteira de crédito, principalmente na rede de agências, compensado por uma melhora na qualidade do crédito;
- aumento de R$ 29 milhões, ou 7,4%, da despesa de provisão para perdas com créditos no segmento de Empresas de Consumo, com crescimento da carteira de R$ 602 milhões, ou 12,0%. Apesar do aumento da despesa de provisão para perdas com créditos, a relação de despesa de provisão para perdas com créditos sobre o saldo de operações de crédito melhorou de 7,8% em 30 de junho de 2004 para 7,5% em 30 de junho de 2005, beneficiada pela aquisição da HiperCard, que apresentava uma melhor qualidade de crédito em carteira;
- aumento de R$ 43 milhões, ou 122,9%, da despesa de provisão para perdas com créditos no segmento de CDC e Leasing, que consiste principalmente do financiamento de veículos, com crescimento da carteira de R$ 1.035 milhões, ou 33,3%.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 comparado ao mesmo período em 2004, as nossas baixas de crédito reduziram R$ 106 milhões, ou 13,6%, passando de R$ 781 milhões em 30 de junho de 2004 para R$ 675 milhões em 30 de junho de 2005, devido à melhora das condições macroeconômicas e melhor administração das práticas de cobrança. Obtivemos uma redução expressiva com a venda das nossas participações na Credicard e Orbitall, que compensou o aumento de baixas registrado nas outras empresas de crédito ao consumo, decorrente da expansão dos negócios. No Banco Múltiplo e Demais Empresas, registramos uma queda significativa na quantidade de baixas na nossa rede de agências, refletindo a melhora na qualidade da nossa carteira de crédito entre os dois períodos.

No mesmo período, o saldo de provisão para perdas com créditos, aumentou R$ 194 milhões, ou 12,6%. O saldo de provisão para perdas com créditos no segmento de Banco Múltiplo e Demais Empresas, aumentou R$ 170 milhões, ou 16,0%, em função do crescimento da carteira de crédito, principalmente na rede de agências. O segmento de Empresas de Consumo caiu R$ 28 milhões, ou 6,8%, principalmente devido à venda das nossas participações na Credicard e na Orbitall, e o segmento de CDC e Leasing, que consiste principalmente do financiamento de veículos, apresentou um aumento de R$ 52 milhões, ou 75,4%, no saldo de provisão para perdas com créditos no mesmo período. Aproximadamente 23,7% do saldo de R$ 1.739 milhões ao final de junho de 2005 era composto de provisões excedentes. O saldo de provisão para perdas com créditos correspondia a 4,9% da nossa carteira de crédito em 30 de junho de 2005, em comparação a 5,1% em 30 de junho de 2004.

Apesar do crescimento da nossa carteira de crédito entre 30 de junho de 2004 e 30 de junho de 2005, nossa carteira de crédito em curso anormal diminuiu 1,5% no mesmo período, em função também da melhor administração de nossas práticas de cobrança. No segmento de Empresas de Consumo, a venda das nossas participações na Credicard e na Orbitall compensou os efeitos da expansão dos negócios, com redução de R$ 12 milhões, ou 2,3%, da carteira de crédito de curso anormal no mesmo período. No Banco Múltiplo e Demais Empresas, registramos uma redução significativa nos créditos em curso anormal, que passaram de R$ 825 milhões em 30 de junho de 2004 para R$ 787 milhões em 30 de junho de 2005. O segmento de CDC e Leasing, que consiste principalmente do financiamento de veículos, apresentou aumento de R$ 29 milhões, ou 50,9%, no mesmo período. Em termos relativos, a proporção de créditos em curso anormal em relação à carteira de crédito total passou de 4,7% em 30 de junho de 2004 para 3,9% em 30 de junho de 2005. Esta redução, combinada com o reforço das provisões, resultou em um aumento da relação entre provisão para perdas com créditos e carteira em curso anormal, que passou de 110,0% em 30 de junho de 2004 para 125,7% em 30 de junho de 2005.

Outras receitas/despesas operacionais

A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nossas outras receitas (despesas) operacionais consolidadas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2004 e 2005:

	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de		Variação (%)
	2004	2005	
	(em milhões de R$)		
Receita de prestação de serviços	1.561	1.560	(0,1)%
Prêmios de seguro, capitalização e previdência privada	1.735	1.874	8,0
Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada	(603)	(655)	8,6
Sinistros	(470)	(463)	(1,5)
Despesas com benefícios de planos de previdência privada	(256)	(356)	39,1
Despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada	(130)	(106)	(18,5)
Despesas de comercialização de cartão de crédito	(157)	(138)	(12,1)
Despesas de pessoal	(943)	(913)	(3,2)
Outras despesas administrativas	(1.442)	(1.505)	4,4
Despesas tributárias	(331)	(493)	48,9
Resultado de participações em controladas e coligadas	5	15	200,0
Outras receitas operacionais	246	235	(4,5)
Outras despesas operacionais	(534)	(827)	54,9
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.319)	(1.772)	34,3%

Receita de prestação de serviços. Nossa receita de prestação de serviços se manteve constante no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 comparado ao mesmo período de 2004. Entretanto, nossa receita de serviços foi impactada pela venda de nossas participações na Credicard e na Orbitall, que resultou em uma redução de R$ 186 milhões da receita de prestação de serviços no primeiro semestre de 2005.

A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nossas receitas de prestação de serviços consolidadas para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2004 e 2005:

	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de		Variação (%)
	2004	2005	
	(em milhões de R$)		
Tarifas bancárias e outras taxas e comissões	809	884	9,3%
Tarifas de cartão de crédito	565	476	(15,7)
Taxas de administração de carteiras e fundos de investimento	187	200	7,0
Receita de prestação de serviços	1.561	1.560	(0,1)%

A variação da receita de prestação de serviços no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, comparado ao mesmo período de 2004, decorreu principalmente de:

- crescimento de 9,3% das tarifas bancárias e outras taxas e comissões, passando de R$ 809 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2004 para R$ 884 milhões no mesmo período de 2005, devido principalmente crescimento orgânico da nossa base de clientes e aumento de tarifas no segmento de empresas;
- queda de 15,7% das tarifas de cartão de crédito, passando de R$ 565 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2004 para R$ 476 milhões no mesmo período de 2005, em função principalmente de:
  - redução de R$ 186 milhões referente à venda das nossas participações na Credicard e na Orbitall;
  - aumento de R$ 24 milhões devido à aquisição da HiperCard em março de 2004, considerando o resultado pelo período completo de seis meses em 2005; e
  - aumento de R$ 74 milhões devido ao crescimento orgânico do nosso negócio de cartão de crédito, principalmente gerado pela Redecard e Fininvest.
- crescimento de 7,0% da receita com taxa de administração de carteiras e fundos de investimento, passando de R$°187 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2004 para R$ 200 milhões no mesmo período de 2005, principalmente em função do crescimento de 15,1% do patrimônio líquido de fundos de investimentos e carteiras administradas entre o primeiro semestre de 2004 e 2005.

Prêmios de seguro, capitalização e previdência privada. Os prêmios de seguros, capitalização e previdência privada apresentaram um crescimento de 8,0% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, comparado ao mesmo período de 2004, principalmente devido ao crescimento relevante nos segmentos de garantia estendida e manutenção da nossa liderança nos ramos de seguros patrimoniais, aeronáutico, responsabilidade civil de dirigentes, transporte internacional.

Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada. As despesas com variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada aumentaram 8,6% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, comparado ao mesmo período de 2004, basicamente em função do aumento na venda de seguros e contratos de previdência.

Sinistros. As despesas com sinistros caíram 1,5% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, comparado ao mesmo período de 2004, demonstrando o nosso constante foco na melhoria da eficiência operacional.

Despesas com benefícios de planos de previdência privada. As despesas com benefícios de planos de previdência privada cresceram 39,1% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 comparado ao mesmo período de 2004, acompanhando o crescimento das vendas de contratos de previdência e conseqüente aumento do volume de reservas.

Despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada. As despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada caíram 18,5% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, comparado ao mesmo período de 2004, principalmente devido à mudança de *mix* de produtos com incremento das vendas de produtos com menor comissionamento.

Despesas de comercialização de cartão de crédito. As despesas de comercialização de cartão de crédito caíram 12,1%, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, comparado ao mesmo período de 2004. Esta queda foi devida à venda das nossas participações na Credicard e na Orbitall, que compensaram o crescimento orgânico que observamos em nossas empresas de cartão de crédito e o resultado positivo oriundo da aquisição da HiperCard.

Despesas de pessoal. As despesas de pessoal diminuíram R$ 30 milhões, ou 3,2%, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 comparado ao mesmo período de 2004, principalmente em função de:

- redução de R$ 48 milhões referente à venda das nossas participações na Credicard e na Orbitall;
- redução de R$ 37 milhões devido ao processo de reestruturação organizacional;
- redução de R$ 10 milhões devido à queda no número de rescisões contratuais decorrentes do nosso processo de reestruturação; e
- aumento de R$ 55 milhões devido ao dissídio coletivo de 8,5% da categoria dos bancários em setembro de 2004.

O quadro médio de funcionários no primeiro semestre de 2005 foi de 27.203, comparado a 28.325 no primeiro semestre de 2004. Esta variação é decorrente do processo de reestruturação e expansão dos negócios.

Outras despesas administrativas. As outras despesas administrativas aumentaram R$ 63 milhões, ou 4,4%, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 comparado ao mesmo período de 2004, principalmente em função de:

- aumento de R$ 45 milhões devido à expansão da HiperCard e da Fininvest;
- aumento de R$ 44 milhões devido ao aumento de campanhas de recuperação de ativos;
- aumento de R$ 24 milhões devido às recentes aquisições (principalmente HiperCard, BNL, Creditec e Tricard).
- aumento de R$ 22 milhões devido à elevação dos gastos de publicidade destinados ao plano de expansão da Fininvest e a HiperCard;
- aumento de R$ 14 milhões devido ao reajuste de tarifas públicas e aluguel de imóveis; e
- redução de R$ 109 milhões referentes à venda das nossas participações na Credicard e na Orbitall.

Outras receitas / (despesas) operacionais. O resultado líquido de outras fontes de receitas e despesas operacionais aumentaram 105,6%, passando de uma despesa de R$ 288 milhões no primeiro semestre de 2004 para uma despesa de R$ 592 milhões no primeiro semestre de 2005, principalmente em função do reforço de provisões fiscais e à reversão do impacto cambial sobre nossos investimentos no exterior, que passou de um ganho de R$ 105 milhões no primeiro semestre de 2004 para uma perda de R$ 149 milhões no primeiro semestre de 2005.

Resultado não Operacional

O resultado não operacional aumentou R$ 3 milhões, passando de R$ 6 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2004 para R$ 9 milhões no mesmo período de 2005, principalmente em função de uma maior venda de imóveis.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nosso imposto de renda e contribuição social para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2004 e 2005:

	Períodos de seis meses findos em 30 de junho de		**Variação**
	2004	**2005**	**(%)**
	(em milhões de R$)		
Resultado antes da tributação – líquido das participações (imposto de renda e contribuição social)	752	1.219	62,1%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(256)	(414)	61,7
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Resultado de participações em controladas e coligadas e variação cambial sobre investimentos no exterior	38	(46)	-
Juros sobre capital próprio	92	122	32,6
Créditos tributários de anos anteriores constituídos no semestre	15		-
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	14	44	214,3
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(97)	(294)	203,1%

As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram R$ 197 milhões, ou 203,1%, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, comparado ao mesmo período de 2004. De acordo com a taxa estatutária de imposto de renda e contribuição social, as despesas aumentaram R$ 158 milhões, ou 61,7%, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, comparado ao mesmo período de 2004, em conseqüência do aumento do lucro tributável de 62,1% no mesmo período. Entretanto, as despesas efetivas de imposto de renda e contribuição social incorridas no primeiro semestre de 2005 em comparação ao mesmo período de 2004 apresentaram um aumento de R$ 197 milhões, ou 203,1%, principalmente em função da legislação tributária brasileira, que considera os ganhos ou perdas decorrentes de variação cambial do *hedge* global tributáveis ou dedutíveis respectivamente, enquanto as perdas decorrentes de oscilações na taxa de câmbio dos investimentos no exterior não são dedutíveis e os ganhos não são tributáveis. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, apresentamos ganhos de R$ 192 milhões no *hedge* global e perdas cambiais de R$ 149 milhões nos investimentos no exterior, o que aumentou em R$ 51 milhões as despesas de imposto de renda e contribuição social. Paralelamente, no mesmo período de 2004, apresentamos ganhos cambiais de R$ 105 milhões nos investimentos no exterior e perdas de R$ 28 milhões no *hedge* global, reduzindo as despesas com imposto de renda e contribuição social em R$ 36 milhões.

Resultado das Operações do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 comparado com ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2003

As linhas de resultado do Resultado da Intermediação Financeira e Outras Receitas (Despesas) Operacionais apresentada na Discussão do Resultado das Operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, não são diretamente comparáveis com a Discussão do Resultado das Operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002. As diferenças são decorrentes de alterações do tratamento das despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização em 2004. Até dezembro de 2003, as despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização eram classificadas na linha de "Outras Receitas (Despesas) Operacionais" e a partir dessa data na linha de "Resultado da Intermediação Financeira".

Caso tivéssemos efetuado essas classificações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003, o "Resultado da Intermediação Financeira" seria de R$ 5.198 milhões, ao invés dos R$ 5.684 milhões apresentados.

A tabela abaixo apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2004:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2003	% do Resultado da Interm. Financeira	2004	% do Resultado da Interm. Financeira	Variação (%)
	(em milhões de R$)		(em milhões de R$)		
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas com créditos	6.653	100,0%	6.499	100,0%	(2,3)%
Provisão para perdas com créditos	(1.455)	(21,9)	(1.305)	(20,1)	(10,3)
Resultado da intermediação financeira	5.198	78,1	5.194	79,9	(0,1)
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.291)	(49,4)	(3.234)	(49,8)	(1,7)
Resultado operacional	1.907	28,7	1.960	30,1	2,8
Resultado não operacional	10	0,1	39	0,6	290,0
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	1.917	28,8	1.999	30,7	4,3
Imposto de renda e contribuição social	(493)	(7,4)	(339)	(5,2)	(31,2)
Participação no lucro	(227)	(3,4)	(236)	(3,6)	4,0
Resultado Extraordinário	-	-	(1)	-	-
Resultado antes da participação minoritária	1.197	18,0	1.423	21,9	18,9
Participação dos acionistas minoritários	(145)	(2,2)	(140)	(2,2)	(3,4)
Lucro líquido	1.052	15,8%	1.283	19,7%	22,0%

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2004 cresceu 22,0% comparado ao resultado do mesmo período de 2003, atingindo R$ 1.283 milhões. Esse aumento decorreu, principalmente, do nosso crescimento orgânico, da redução de provisões para perdas com créditos decorrente da melhora na qualidade de crédito da nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil, do crescimento da receita de serviços e redução de imposto de renda e contribuição social.

Para adequada análise comparativa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, o resultado apurado na alienação das participações societárias da Credicard e Orbitall, bem como receitas e despesas não recorrentes relativas, basicamente, à amortização integral de ágios de empresas incorporadas, provisão para reestruturação e provisões complementares para crédito e contingências fiscais , foram apresentados como resultado extraordinário líquido dos efeitos tributários.

Resultado da Intermediação Financeira

A tabela abaixo apresenta os principais componentes do nosso resultado da intermediação financeira consolidada, incluindo a provisão para perdas com créditos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2004:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2003	**% da Receita de Interm. Financeira**	**2004**	**% da Receita de Interm. Financeira**	**Variação (%)**
	(em milhões de R$)		**(em milhões de R$)**		
Receitas da intermediação financeira..	12.205	100,0%	12.370	100,0%	1,4%
Despesas da intermediação financeira (excluindo provisão para perdas com créditos).....	(5.552)	(45,5)	(5.871)	(47,5)	5,7
Provisão para perdas com créditos..	(1.455)	(11,9)	(1.305)	(10,5)	(10,3)
Resultado da intermediação financeira	5.198	42,6%	5.194	42,0%	(0,1)%

A redução do resultado da intermediação financeira de R$ 4 milhões, ou 0,1%, pode ser explicada principalmente em função de uma menor apreciação do real observada no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, comparada ao mesmo período de 2003, que afetou negativamente o *hedge* global de nossos investimentos no exterior. No exercício findo em 31 de dezembro de 2004, incorremos em um ganho de R$ 271 milhões decorrente do *hedge* global de nossos investimentos no exterior, enquanto que, no mesmo período de 2003, apresentamos um ganho de R$ 636 milhões. Se considerarmos a contrapartida do resultado do *hedge* global relativa às perdas decorrentes da variação cambial sobre nossos investimentos no exterior no montante de R$ 631 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 e de R$ 83 milhões no mesmo período de 2004, que estão classificados em outras despesas operacionais, o resultado da intermediação financeira apresentaria um crescimento de 11,9% na comparação anual ao invés de (0,1)%.

Em contrapartida, observamos uma redução das despesas de provisão para perdas com crédito no valor de R$ 150 milhões, ou 10,3%, em função da melhora da qualidade de nossa carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos.

Receita da Intermediação Financeira

A tabela abaixo apresenta os principais componentes das nossas receitas da intermediação financeira consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2004:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2003	**% da Receita de Interm. Financeira**	**2004**	**% da Receita de Interm. Financeira**	**Variação (%)**
	(em milhões de R$)		**(em milhões de R$)**		
Operações de crédito e arrendamento mercantil	7.813	64,0%	7.659	61,9%	(2,0)%
Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.838	23,3	3.490	28,2	23,0
Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização	870	7,1	883	7,2	1,5
Resultado de câmbio	162	1,3	(71)	(0,6)	(143,8)
Aplicações compulsórias	522	4,3	409	3,3	(21,6)
Receitas da intermediação financeira	12.205	100,0%	12.370	100,0%	1,4%

As receitas da intermediação financeira cresceram R$ 165 milhões, ou 1,4%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, comparado ao mesmo período de 2003, principalmente em função de:

- aumento de R$ 652 milhões do resultado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos;
- aumento de R$ 13 milhões do resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização;
- redução de R$ 233 milhões do resultado de câmbio;
- redução de R$ 154 milhões da receita de operações de crédito e de arrendamento mercantil; e
- redução de R$ 113 milhões da receita de aplicações compulsórias.

Receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil. As receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil diminuíram em 2,0%, passando de R$ 7.813 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2003, para R$ 7.659 milhões no mesmo período de 2004. A redução das receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil ocorreu, principalmente, devido à redução das taxas médias de juros praticadas em 2004 quando comparadas a 2003, apesar do crescimento da carteira de crédito de 13,9% entre 31 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2004, principalmente no segmento de pessoas físicas.

Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O resultado de nossos títulos e valores mobiliários, incluindo os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, e nossos instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de futuros e *swaps*, cresceu 23,0%, passando de R$ 2.838 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 para R$ 3.490 milhões no mesmo período de 2004. O saldo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos totalizou R$ 16.604 milhões em 31 de dezembro de 2004, mantendo-se praticamente constante em relação ao saldo de 2003. A parcela do saldo total denominada ou indexada em moeda estrangeira representava 29,1% em 2004 comparado a 42,3% em 2003, resultando em menores perdas cambias em função de uma menor apreciação do real observada em 2004 quando comparada a 2003. Cabe mencionar que, parte dos instrumentos derivativos foram utilizados como *hedge* global dos nossos investimentos no exterior gerando ganhos cambiais de R$ 117 milhões em 2004 comparados a R$ 138 milhões em 2003.

Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização. O resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização apresentou um crescimento de 1,5%, passando de R$ 870 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 para R$ 883 milhões no mesmo período de 2004. Esse crescimento decorreu principalmente do crescimento do volume de ativos resultante do aumento das reservas técnicas em decorrência de novos planos de previdência corporativos e uma forte venda de planos de previdência privada, parcialmente compensado por menores níveis de taxa de juros médias em 2004 comparada a 2003, em decorrência da correlação com a taxa básica de juros SELIC, que na média também caiu em 2004.

Resultado de câmbio. O resultado de câmbio e de transações em moeda estrangeira, que consiste principalmente das operações de financiamento à importação e exportação e de transações interbancárias, reduziu R$ 233 milhões, ou 143,8%, passando de R$ 162 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 para R$ (71) milhões no mesmo período de 2004, principalmente em função da significativa redução da carteira de câmbio e impactos da apreciação do real.

Aplicações compulsórias. A receita das aplicações compulsórias gerada pelos depósitos compulsórios mantidos no Banco Central que rendem juros, reduziu 21,6%, passando de R$ 522 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 para R$ 409 milhões no mesmo período de 2004, devido principalmente aos menores níveis de taxas de juros médias em 2004 em relação a 2003, em decorrência da correlação com a taxa básica de juros SELIC, que na média também caiu em 2004.

Despesas da Intermediação Financeira

A tabela abaixo apresenta os principais componentes das nossas despesas da intermediação financeira consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2004:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2003	**% da Despesa de Interm. Financeira**	**2004**	**% da Despesa de Interm. Financeira**	**Variação (%)**
Captações no mercado	4.265	76,8%	4.831	82,3%	13,3%
Empréstimos e repasses	847	15,3	494	8,4	(41,7)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	440	7,9	546	9,3	24,1
Despesas da intermediação financeira	5.552	100,0%	5.871	100,0%	5,7%

As despesas da intermediação financeira cresceram R$ 319 milhões, ou 5,7%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, comparado ao resultado do mesmo período de 2003, principalmente em função de:

- aumento da despesa de captações no mercado de R$ 566 milhões, oriundas dos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e dívida subordinada;
- aumento de R$ 106 milhões da despesa de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização; e
- redução de R$ 353 milhões da despesa de obrigações por empréstimos e repasses.

Empréstimos e repasses. As despesas de empréstimos e repasses caíram R$ 353 milhões, ou 41,7%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 comparado ao mesmo período de 2003, em virtude da queda de 12,6% do saldo de obrigações por empréstimos e repasses do país e do exterior em 31 de dezembro de 2004 quando comparado a 31 de dezembro de 2003. Cabe mencionar que, a menor apreciação do real no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, comparado ao mesmo período de 2003, contribuiu negativamente para a queda das despesas no período analisado.

Captações no mercado. As despesas de captações no mercado cresceram 13,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 comparado ao mesmo período de 2003, principalmente devido aos seguintes fatores:

- menor apreciação do real no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 comparado ao mesmo período de 2003, que reduziu nossas despesas em reais oriundas dos passivos denominados ou indexados em moeda estrangeira;
- redução do ganho decorrente do *hedge* global dos nossos investimentos no exterior de R$ 498 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 para R$ 154 milhões no mesmo período de 2004;
- aumento de 47,4% dos depósitos a prazo em 2004, com destaque para o lançamento do Superpoupe, que possui um custo de captação inferior ao custo de um certificado de depósito tradicional e atingiu um saldo de R$ 1.625 milhões em 31 de dezembro de 2004;
- emissão de US$ 125 milhões e US$ 100 milhões de *Euronotes* dentro do nosso programa de notas de médio prazo em julho de 2003 e fevereiro de 2004 respectivamente; e
- emissão de US$ 200 milhões de dívida subordinada em dezembro de 2003.

Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização. As despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização cresceram R$ 106 milhões, ou 24,1%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, comparado ao mesmo período de 2003, devido ao aumento das reservas técnicas proveniente de novos planos de previdência corporativos e uma forte venda de planos de previdência privada.

Provisão para perdas com crédito

A tabela abaixo demonstra nossa despesa de provisão para perdas com crédito e os principais indicadores por segmento de atuação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2004

Em milhões de R$	**Banco Multiplo e Demais Empresas**		**Empresas de Consumo**		**CDC e Leasing Veículos**		**Unibanco**	
Exercícios findos em 31 de dezembro	**2003**	**2004**	**2003**	**2004**	**2003**	**2004**	**2003**	**2004**
Saldo de operações de crédito (A).....	21.050	23.014	4.060	5.100	2.807	3.682	27.917	31.796
Saldo médio de operações de crédito (B).....	20.049	21.555	3.623	5.056	2.833	3.251	26.505	29.862
Provisão para perdas com crédito (C) *.....	1.045	1.232	424	346	80	91	1.549	1.669
(C) / (A)	5,0%	5,4%	10,4%	6,8%	2,9%	2,5%	5,5%	5,2%
Saldo de provisão excedente (D).....	174	333	49	18	-	-	223	351
(D) / (C)	16,7%	27,0%	11,6%	5,2%	-	-	14,4%	21,0%
Transferência para prejuízo (E).....	(767)	(652)	(672)	(753)	(58)	(56)	(1.497)	(1.461)
(E) / (A)	-3,6%	-2,8%	-16,6%	-14,8%	-2,1%	-1,5%	-5,4%	-4,6%
Despesa de provisão para perdas com crédito (F) **.....	628	463	766	775	61	67	1.455	1.305
(F) / (A).....	3,0%	2,0%	18,9%	15,2%	2,2%	1,8%	5,2%	4,1%
Carteira de crédito com curso anormal (G).....	795	733	495	463	56	76	1.346	1.272
(G) / (A).....	3,8%	3,2%	12,2%	9,1%	2,0%	2,1%	4,8%	4,0%
(C) / (G).....	131,4%	168,1%	85,7%	74,7%	142,9%	119,7%	115,1%	131,2%
Recuperação de prejuízo (H).....	225	195	179	130	11	12	415	337
Transferência liquida para prejuízo (E+H).....	(542)	(457)	(493)	(623)	(47)	(44)	(1.082)	(1.124)

(*) Inclui provisão adicional de R$ 250 milhões, saldo de provisão para perdas de empresas adquiridas de R$ 145 milhões e exclui saldo de empresas alienadas de R$ 119 milhões.

(**) Não inclui despesa de provisão adicional para perdas com crédito alocada no resultado extraordinário.

A despesa de provisão para perdas com créditos apresentou uma redução de R$ 150 milhões, ou 10,3%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 comparado ao mesmo período de 2003, principalmente em função de uma melhora da qualidade da carteira de crédito, que pode ser comprovada pela relação entre a despesa de provisão para perdas com crédito e o saldo de operações de crédito, que passou de 5,2% em 2003 para 4,1% em 2004, bem como, pela relação entre a carteira de crédito de curso anormal e o saldo de operações de crédito, que passou de 4,8% em 2003 para 4,0% em 2004. A melhora da nossa qualidade de crédito está diretamente relacionada à recuperação da economia brasileira e melhora de nossas políticas e procedimentos de crédito e cobrança.

Esta redução da despesa de provisão para perdas com créditos foi composta de:

- redução de R$ 165 milhões, ou 26,3%, da despesa de provisão para perdas com créditos no segmento de Banco Múltiplo e Demais Empresas, com crescimento da carteira de R$ 1.964 milhões, ou 9,3%, em 2004, que pode ser explicada pela relativa melhora da qualidade da carteira de crédito com a redução da relação de despesa de provisão para perdas com créditos sobre o saldo de operações de crédito de 3,0% em 2003 para 2,0% em 2004;
- aumento de R$ 9 milhões, ou 1,2%, da despesa de provisão para perdas com créditos no segmento de Empresas de Consumo, com crescimento da carteira de R$ 1.040 milhões, ou 25,6%, em 2004. Apesar do aumento da despesa de provisão para perdas com créditos, a relação de despesa de provisão para perdas com créditos sobre o saldo de operações de crédito melhorou de 18,9% em 2003 para 15,2% em 2004, beneficiada pela aquisição da Hipercard, que apresentava uma melhor qualidade de crédito em carteira;
- aumento de R$ 6 milhões, ou 9,8%, da despesa de provisão para perdas com créditos no segmento de CDC e Leasing, que consiste principalmente do financiamento de veículos, com crescimento da carteira de R$ 875 milhões, ou 31,2%, em 2004. Apesar do aumento da despesa de provisão para perdas com créditos, a relação de despesa de provisão para perdas com créditos sobre o saldo de operações de crédito melhorou de 2,2% em 2003 para 1,8% em 2004, em decorrência da relativa melhora da qualidade da carteira de crédito no mesmo período.

Em 2004, as baixas de crédito apresentaram uma queda de R$ 36 milhões, ou 2,4%, devido a melhora do ambiente macroeconômico e à administração de nossas práticas de cobrança. O segmento de Banco Múltiplo e Demais Empresas apresentou uma redução de R$ 115 milhões, ou 15,0%, nas baixas de crédito. O segmento de Empresas de Consumo apresentou um aumento de R$ 81 milhões, ou 12,1%, e o segmento de CDC e Leasing, que consiste principalmente do financiamento de veículos, apresentou uma redução de R$ 2 milhões, ou 3,4%, no mesmo período.

O saldo de provisão para perdas com créditos aumentou R$ 120 milhões, ou 7,7%, em 2004 quando comparado a 2003. O saldo de provisão para perdas com créditos no segmento Banco Múltiplo e Demais Empresas aumentou R$ 187 milhões, ou 17,9%, incluindo a provisão adicional de R$ 250 milhões classificada no resultado extraordinário. O segmento de Empresas de Consumo apresentou uma redução de R$ 78 milhões, ou 18,4%, no saldo de provisão para perdas com créditos e o segmento de CDC e Leasing, que consiste principalmente do financiamento de veículos, apresentou um aumento de R$ 11 milhões, ou 13,8%, no mesmo período.

A carteira de crédito de curso anormal reduziu R$ 74 milhões, ou 5,5%, em 2004 quando comparada a 2003 também devido à administração de nossas práticas de cobrança. A carteira de crédito de curso anormal do segmento de Banco Múltiplo e Demais Empresas diminuiu R$ 62 milhões, ou 7,8%. O segmento de Empresas de Consumo reduziu sua carteira de crédito de curso anormal em R$ 32 milhões, ou 6,5%, e o segmento de CDC e Leasing, que consiste principalmente do financiamento de veículos, apresentou um aumento de R$ 20 milhões, ou 35,7%, no mesmo período.

Outras receitas/despesas operacionais

A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nossas outras receitas (despesas) operacionais consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2004:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003	2004	Variação (%)
	(em milhões de R$)		
Receita de prestação de serviços	2.842	3.241	14,0%
Prêmios de seguro, capitalização e previdência privada	2.963	3.545	19,6
Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada	(963)	(1.278)	32,7
Sinistros	(856)	(896)	4,7
Despesas com benefícios de planos de previdência privada	(478)	(534)	11,7
Despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada	(159)	(262)	64,8
Despesas de comercialização de cartão de crédito	(233)	(330)	41,6
Despesas de pessoal	(1.773)	(2.014)	13,6
Outras despesas administrativas	(2.803)	(3.044)	8,6
Despesas tributárias	(634)	(768)	21,1
Resultado de participações em controladas e coligadas	-	14	-
Outras receitas operacionais	518	344	(33,6)
Outras despesas operacionais	(1.715)	(1.252)	(27,0)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.	(3.291)	(3.234)	(1,7)%

Receita de prestação de serviços. A receita de prestação de serviços cresceu R$ 399 milhões, ou 14,0%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, comparado ao mesmo período de 2003. A venda das participações societárias da Credicard e Orbitall impactou em uma redução de R$ 22 milhões da receita de prestação de serviços na comparação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2003 e 31 de dezembro de 2004.

A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nossas receitas de prestação de serviços consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2004:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de		Variação (%)
	2003	2004	
	(em milhões de R$)		
Tarifas bancárias e outras taxas e comissões	1.526	1.662	8,9%
Tarifas de cartão de crédito	1.002	1.194	19,2
Taxas de administração de carteiras e fundos de investimento	314	385	22,6
Receita de prestação de serviços	2.842	3.241	14,0%

O crescimento da receita de prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, comparado ao mesmo período de 2003, decorreu de:

- crescimento de 8,9% das tarifas bancárias e outras taxas e comissões, passando de R$ 1.526 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 para R$ 1.662 milhões no mesmo período de 2004, devido ao crescimento orgânico da nossa base de clientes e ações de vendas cruzadas para maior exploração da nossa base total de clientes, incluindo outras empresas pertencentes ao nosso grupo financeiro;

- crescimento de 19,2% das tarifas de cartão de crédito, passando de R$ 1.002 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 para R$ 1.194 milhões no mesmo período de 2004, em função principalmente da aquisição da Hipercard. Cabe também destacar, o aumento de nossas tarifas de cartão de crédito originadas pela Redecard, que passaram de R$ 193 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 para R$ 233 milhões no mesmo período de 2004 em função da expansão dos negócios; e
- crescimento de 22,6% da receita com taxa de administração de carteiras e fundos de investimento, passando de R$ 314 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 para R$ 385 milhões no mesmo período de 2004, principalmente em função do aumento no saldo de fundos de investimentos e carteiras administradas de 22,4% no mesmo período, passando de R$ 26.945 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 32.979 milhões em 31 de dezembro de 2004.

Prêmios de seguro, capitalização e previdência privada. Os prêmios de seguros, capitalização e previdência privada apresentaram um crescimento de 19,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, comparado ao mesmo período de 2003. O aumento dos prêmios de seguros foi principalmente devido à consolidação da nossa liderança, medida pela SUSEP em dezembro de 2004, no segmento corporativo da indústria de seguro, incluindo segmentos como: bens, aviação, D&O (Directors and Officers - Executivos), linhas comerciais e energia. Essa vantagem competitiva é fruto da nossa parceria com a AIG, que agrega grande experiência como segurador e ressegurador no mercado internacional. No segmento de Varejo, os clientes exigiram uma proteção maior contra roubo e fraude de cartão de crédito, contribuindo para o aumento em nossos prêmios retidos. Além disso, nossas campanhas publicitárias na televisão e o lançamento de novos produtos, como seguro ambiental, e o relançamento de um seguro específico com foco em mulheres, contribuíram para o melhor desempenho em 2004.

Adicionalmente, o resultado de comissões de previdência privada e planos de previdência aumentou em 2004 como conseqüência dos novos planos de previdência corporativos e uma forte venda de planos de previdência privada.

Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada. As variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada cresceram 32,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, comparado ao mesmo período de 2003, basicamente em função do aumento de reservas técnicas decorrente das contribuições dos planos de previdência e do crescimento das vendas de seguros.

Sinistros. Os sinistros cresceram 4,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, comparado ao mesmo período de 2003. Entretanto, quando comparamos essa evolução ao crescimento de prêmios de 19,6%, observamos uma queda relativa na sinistralidade, demonstrando a melhora da nossa eficiência operacional em decorrência do constante controle na aceitação e precificação dos negócios.

Despesas com benefícios de planos de previdência privada. As despesas com benefícios de planos de previdência privada cresceram 11,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 comparado ao mesmo período de 2003, acompanhando o crescimento das vendas.

Despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada. As despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada cresceram 64,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, comparado ao mesmo período de 2003, em decorrência do incremento das vendas de produtos com maior comissionamento, porém com menor índice de sinistralidade, melhorando os nossos resultados.

Despesas de comercialização de cartão de crédito. As despesas de comercialização de cartão de crédito cresceram R$ 97 milhões, ou 41,6%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, comparado ao mesmo período de 2003, principalmente em função do crescimento no volume de transações e aquisição da Hipercard.

Despesas de pessoal. As despesas de pessoal aumentaram R$ 241 milhões, ou 13,6%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 comparado ao mesmo período de 2003, principalmente em função de:

- aumento de R$ 126 milhões resultante do impacto do acordo coletivo de reajuste salarial da categoria dos bancários de 8,5% em setembro de 2004 e 12,6% em setembro de 2003;
- aumento de R$ 55 milhões decorrente de maiores gastos com rescisões contratuais devido ao nosso processo de reestruturação;
- aumento de R$ 33 milhões em função do crescimento orgânico da força de vendas na rede de agências e das novas lojas Fininvest;
- aumento de R$ 41 milhões resultante das recentes aquisições, principalmente Hipercard, Creditec e BNL; e
- redução de R$ 22 milhões em função da venda da Credicard e Orbitall no último trimestre de 2004.

Em 31 de dezembro de 2004, nosso quadro de funcionários totalizava 27.408 em comparação a 27.625 em 31 de dezembro de 2003. A redução do número de funcionários foi causada pelo processo de reestruturação interna, parcialmente compensada pelo aumento de aproximadamente 1.400 funcionários em função das recentes aquisições e do aumento da área de vendas para suportar a expansão das nossas agências e lojas Fininvest.

Outras despesas administrativas. As outras despesas administrativas aumentaram R$ 241 milhões, ou 8,6%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 comparado ao mesmo período de 2003, principalmente em função de:

- aumento de R$ 103 milhões devido às aquisições das empresas Hipercard, BNL, Creditec e Tricard;
- aumento de R$ 63 milhões pelo reajuste de tarifas públicas e de contratos de locação e manutenção de software e aluguel de imóveis;
- aumento de R$ 38 milhões pela elevação nos gastos com publicidade;
- aumento de R$ 12 milhões pelo crescimento orgânico; e
- aumento de R$ 21 milhões pelos maiores gastos com a implantação de projetos não recorrentes, como comunicações institucionais e eventos de comemoração do nosso octogésimo aniversário, expansão da rede de agências, implementação das novas estruturas centrais do *Call Center* e reformas das instalações em edifícios administrativos.

Outras receitas operacionais. As outras receitas operacionais reduziram 33,6%, passando de R$ 518 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 para R$ 344 milhões no mesmo período de 2004, principalmente em função do reconhecimento do resultado não recorrente de R$ 155 milhões oriundo da cisão do Plano CD Trevo - Instituto Bandeirantes de Seguridade Social, que se refere à nossa participação no superavit do Plano de Previdência Unibanco.

Outras despesas operacionais. As outras despesas operacionais reduziram 27,0%, passando de R$ 1.715 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 para R$ 1.252 milhões no mesmo período de 2004, principalmente em função de uma menor apreciação do real em 2004 comparado a 2003 resultando em uma redução da perda cambial sobre os investimentos no exterior de R$ 548 milhões, cuja contrapartida representada pelo *hedge* global está classificada no resultado de intermediação financeira. Em contrapartida, as despesas operacionais também foram impactadas por maiores provisões para contingências trabalhistas e cíveis, despesas com seguros, amortização de ágio sobre empresas adquiridas e encargos sobre venda do direito de recebimento de fluxo futuro de ordens de pagamento.

Resultado não Operacional

O resultado não operacional aumentou R$ 29 milhões, passando de R$ 10 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2003 para R$ 39 milhões no mesmo período de 2004, principalmente em função do maior lucro na venda de imóveis em 2004.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e contribuição social diminuíram R$ 154 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, comparado ao mesmo período de 2003. De acordo com a taxa estatutária de imposto de renda e contribuição social, a despesa de imposto teria aumento R$ 25 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2004 comparado ao mesmo período de 2003, em conseqüência do aumento do lucro tributável. Entretanto, o aumento da despesa de imposto foi compensado principalmente em função da legislação tributária brasileira, que considera os ganhos ou perdas decorrentes de variação cambial do *hedge* global tributáveis ou dedutíveis respectivamente, enquanto as perdas decorrentes de oscilações na taxa de câmbio dos investimentos no exterior não são dedutíveis e os ganhos não são tributáveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2004, apresentamos ganhos de R$ 271 milhões no *hedge* global e perdas cambiais de R$ 83 milhões nos investimentos no exterior, o que impactou em R$ 28 milhões as despesas de imposto de renda e contribuição social. Paralelamente, no mesmo período de 2003, apresentamos perdas cambiais de R$ 631 milhões nos investimentos no exterior e ganhos de R$ 636 milhões no *hedge* global, impactando as despesas com imposto de renda e contribuição social em R$ 215 milhões.

Resultado Extraordinário

A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nosso resultado extraordinário consolidado de R$ (1) milhão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004:

Composição do Resultado Extraordinário	**Exercício findo em 31 de dezembro de 2004**
	(em milhões de R$)
Valor da alienação das participações societárias (1)	1.531
Custo das participações societárias	(150)
Resultado Bruto da Alienação	1.381
Amortização do saldo de ágios de empresas incorporadas	(828)
Provisão para reestruturação	(151)
Provisão para créditos e outros valores a receber	(364)
Provisão para contingências fiscais	(311)
Efeitos tributários	272
Outras receitas e despesas não recorrentes	(1.382)
Resultado extraordinário líquido	(1)

(1) Líquido de provisões para eventuais ajustes decorrentes de cláusulas contratuais e eventos garantidos.

Outras receitas e despesas não recorrentes. As outras receitas e despesas não recorrentes de R$ (1.382) milhões foram compostas por:

- R$ (828) milhões correspondentes à aceleração da amortização do saldo de ágios, principalmente relacionado à aquisição do Banco Bandeirantes em dezembro de 2000, que já está totalmente incorporado às nossas operações;
- R$ (151) milhões correspondentes à constituição de provisão para reestruturação com base nas despesas esperadas originadas pelo processo de reestruturação iniciado em julho de 2004, incluindo os custos de rescisões e contingências trabalhistas;
- R$ (364) milhões correspondentes à constituição de provisão adicional para cobertura de perdas em função da deterioração futura do cenário econômico brasileiro, que poderia vir a impactar negativamente o Sistema Financeiro Nacional e outros setores da economia, refletindo em nossas operações;
- R$ (311) milhões correspondentes ao reforço de provisão para contingências fiscais em decorrência da revisão de cenário de ações e processos judiciais;
- R$ 272 milhões de efeitos tributários correspondentes ao resultado bruto de alienação, bem como às outras receitas e despesas não recorrentes.

Resultados das Operações no Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2003 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2002

As linhas de resultado do Resultado da Intermediação Financeira e Outras Receitas (Despesas) Operacionais apresentada na Discussão do Resultado das Operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002, não são diretamente comparáveis com a Discussão do Resultado das Operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2005. As diferenças são decorrentes de alterações do tratamento das despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização em 2004. Até dezembro de 2003, as despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização eram classificadas na linha de "Outras Receitas (Despesas) Operacionais" e a partir dessa data na linha de "Resultado da Intermediação Financeira".

Caso tivéssemos efetuado essas classificações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002, o "Resultado da Intermediação Financeira" seria de R$ 5.198 milhões e R$ 2.376 milhões, respectivamente, ao invés dos R$ 5.684 milhões e R$ 2.672 milhões, respectivamente, apresentados.

A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nosso lucro líquido consolidado de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2003:

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de				
	2002	% do Resultado da Interm. Financeira	2003	% do Resultado da Interm. Financeira	% Variação
	(em milhões de R$)		(em milhões de R$)		
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas com créditos	4.509	100,0%	7,139	100,0%	58,3%
Provisão para perdas com créditos	(1.837)	(40,7)	(1,455)	(20,4)	(20,8)
Resultado da intermediação financeira	2.672	59,3	5.684	79,6	112,7
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.589)	(35,3)	(3.778)	(52,9)	137,8
Receitas operacionais	1.083	24,0	1.906	26,7	76,0
Receitas não-operacionais	29	0,7	11	0,2	(62,1)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	1.112	24,7	1.917	26,9	72,4
Imposto de renda e contribuição social	216	4,8	(493)	(6,9)	–
Participação no lucro	(184)	(4,1)	(227)	(3,2)	23,4
Resultado antes da participação minoritária	1.144	25,4	1.197	16,8	4,6
Participação dos acionistas minoritários	(134)	(3,0)	(145)	(2,0)	8,2
Lucro líquido	1.010	22,4%	1.052	14,8	4,2%

O lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 alcançou R$ 1.052 milhões, 4,2% superior ao resultado apresentado no mesmo período de 2002. Esse crescimento deveu-se ao aumento de 112,7% do resultado da intermediação financeira no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 em comparação ao mesmo período de 2002 devido, principalmente, ao aumento das receitas da intermediação financeira, em grande parte, impulsionadas por uma receita dos instrumentos financeiros derivativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, em comparação a uma despesa no mesmo período de 2002, e uma redução de nossas despesas de juros com títulos emitidos no exterior. O aumento do resultado da intermediação financeira foi parcialmente compensado por R$ 2.189 milhões de despesas na conta de outras receitas (despesas) operacionais, conforme descrito a seguir, e por um acréscimo de R$ 709 milhões nas despesas com imposto de renda e contribuição social no período analisado.

As outras receitas (despesas) operacionais consistem tanto em receitas quanto em despesas de atividade não relacionadas à intermediação financeira. As outras receitas operacionais são originadas por: tarifas por serviços prestados, prêmios de seguros, capitalização e planos de previdência privada, e ganhos cambiais relativos a nossos investimentos no exterior. As outras despesas operacionais são originadas por: despesas de comercialização, despesas de pessoal e administrativas, sinistros, variações nas provisões técnicas de seguros, capitalização e planos de previdência, e perdas cambiais relativas a nossos investimentos no exterior. As receitas que compõem as outras receitas (despesas) operacionais elevaram-se em R$ 42 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, em comparação ao mesmo período de 2002, principalmente em decorrência de um crescimento de nossos prêmios de seguros e de planos de previdência privada, bem como de comissões e tarifas bancárias, que foram parcialmente compensadas por uma redução de nossas outras receitas operacionais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, em comparação ao mesmo período de 2002. Em contrapartida, as despesas que compõem as outras receitas (despesas) operacionais aumentaram R$ 2.231 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 em comparação ao mesmo período de 2002, parcialmente em decorrência de uma perda cambial de R$ 631 milhões relativa a nossos investimentos no exterior e de uma elevação de R$ 630 milhões em nossas provisões técnicas de seguros, capitalização e planos de previdência.

As receitas operacionais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 elevaram-se 76,0%, em comparação ao mesmo período de 2002, impulsionadas principalmente por um aumento do resultado da intermediação financeira antes das provisões, conforme descrito acima, e pela redução das provisões para perdas com créditos, devida principalmente à melhora geral da qualidade de nossa carteira de operações de créditos, arrendamento mercantil e outros créditos, em particular da Fininvest.

Nossos investimentos no exterior somavam R$ 2,4 bilhões em 31 de dezembro de 2003, em comparação a R$ 3,6 bilhões em 31 de dezembro de 2002.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, efetuamos uma operação de *hedge* econômico que deu total cobertura aos nossos R$ 2,4 bilhões de investimentos no exterior. Durante esse período, como resultado da apreciação do real, registramos perdas cambiais de R$ 631 milhões e um ganho de R$ 636 milhões relativos às operações de *hedge* econômico. Isso gerou um efeito fiscal negativo, uma vez que, segundo as leis tributárias brasileiras, ganhos decorrentes de operações de *hedge* são tributados e perdas cambiais nos investimentos no exterior não são dedutíveis. Em contrapartida, em 2002, quando o real estava depreciado, efetuamos operações de *hedge* econômico parcial dos nossos investimentos no exterior de R$ 3,6 bilhões, no montante de US$ 583 milhões, e obtivemos ganhos cambiais de R$ 1.186 milhões nos nossos investimentos no exterior e perdas de R$ 793 milhões nas operações de *hedge* econômico. Isso gerou um efeito benéfico sobre nossas despesas de imposto de renda e contribuição social para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002, uma vez que ganhos cambiais nos investimentos no exterior não são tributáveis e perdas decorrentes de operações de *hedge* são dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. Conseqüentemente, as despesas de imposto de renda e contribuição social elevaram-se em R$ 709 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 em relação ao mesmo período de 2002.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nosso resultado bruto consolidado da intermediação financeira, incluindo as provisões para perdas com crédito, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2003:

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de				
	2002	**% da Receita de Interm. Financeira**	**2003**	**% da Receita de Interm. Financeira**	**% Variação**
	(em milhões de R$)		**(em milhões de R$)**		
Receitas da intermediação financeira	12.875	100,0%	12.062	100,0%	(6,3)%
Despesas da intermediação financeira (excluindo provisão para perdas com créditos).....	(8.366)	(65,0)	(4.923)	(40,8)	(41,2)
Provisão para perdas com créditos..	(1.837)	(14,3)	(1.455)	(12,1)	(20,8)
Resultado da intermediação financeira	2.672	20,7%	5.684	47,1%	112,7%

Receitas da Intermediação Financeira

As receitas da intermediação financeira incluem receitas de juros obtidas com: operações de crédito e arrendamento mercantil, resultados de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, bem como resultado de câmbio e receitas de depósitos compulsórios.

A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nossas receitas consolidadas da intermediação financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2003:

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de				
	2002	**% da Receita de Interm. Financeira**	**2003**	**% da Receita de Interm. Financeira**	**% Variação**
	(em milhões de R$)		**(em milhões de R$)**		
Operações de crédito e arrendamento mercantil	8.029	62,4%	7.658	63,5%	(4,6)%
Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.489	34,9	3.718	30,8	(17,2)
Resultado de câmbio	149	1,1	164	1,4	10,1
Aplicações compulsórias	208	1,6	522	4,3	151,0
Receitas da intermediação financeira	12.875	100,0%	12.062	100,0%	(6,3)%

As receitas da intermediação financeira reduziram-se em 6,3% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, em relação ao mesmo período de 2002. A redução resultou principalmente de uma queda da receita de juros em reais proveniente de nossos títulos e valores mobiliários e operações de crédito denominados ou indexados em moedas estrangeiras, em função de perdas cambiais resultantes da apreciação do real em 2003.

Receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil. As receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil reduziram 4,6%, passando de R$ 8.029 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002 para R$ 7.658 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003. Essa redução foi devida, principalmente, à apreciação do real de 18,2% em relação ao dólar durante o exercício de 2003, em comparação a uma depreciação do real de 52,3% no exercício de 2002. A apreciação do real em relação ao dólar reduz o montante, em reais, dos juros que recebemos de nossas operações de crédito denominadas ou indexadas em moedas estrangeiras, principalmente em dólar. Essas operações de crédito representavam uma parcela significativa de nossa carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos. Em 31 de dezembro de 2003, 21,6% da referida carteira (incluindo itens registrados *off-balance*) encontravam-se denominadas ou indexadas em moedas estrangeiras, principalmente em dólar, em comparação a 26,0% em 31 de dezembro de 2002. O efeito da perda cambial resultante da apreciação do real no exercício de 2003 sobre as receitas provenientes de nossa carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos em moedas estrangeiras anulou qualquer elevação das receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil proveniente do período de elevadas taxas de juros durante os primeiros três meses de 2003 e da expansão de 4,4% de nossa carteira de operações de empréstimos, arrendamento mercantil e outros créditos, devido ao nosso crescimento orgânico.

Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O resultado de nossa carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos inclui os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, e nossos instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de futuros e *swaps*. A queda de 17,2% nos resultados provenientes de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos decorreu principalmente da apreciação do real em relação ao dólar, o que provocou uma queda do valor em reais de nossos títulos e valores mobiliários denominados ou indexados em dólares. Em 31 de dezembro de 2003, 43,0% de nossa carteira de títulos de valores mobiliários estava denominada ou indexada em moedas estrangeiras, principalmente em dólar, em comparação a 61,8% em 31 de dezembro de 2002.

A redução no resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos devido à apreciação do real foi compensada, em parte, pelos ganhos provenientes de operações de *hedge* relativas aos nossos investimentos no exterior e ajustes de marcação a mercado do valor de nossa carteira negociável de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. Obtivemos um ganho não realizado de R$ 191 milhões no exercício de 2003, em nossa carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em comparação a uma perda não realizada de R$ 19 milhões no exercício de 2002, como resultado da melhora geral das condições do mercado brasileiro em 2003 em comparação a 2002.

Resultado de câmbio. O resultado de câmbio e de transações em moedas estrangeiras consiste principalmente das operações de financiamento à importação e exportação e de transações interbancárias. Esse resultado elevou-se em 10,1%, passando de R$ 149 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002 para R$ 164 milhões comparado ao mesmo período de 2003, principalmente em função de um aumento no volume de transações.

Aplicações compulsórias. Os juros provenientes de nossas aplicações compulsórias junto ao Banco Central passaram de R$ 208 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002 para R$ 522 milhões no mesmo período de 2003. Esse aumento de R$ 314 milhões foi devido em grande parte à imposição de exigências adicionais de reservas e ao aumento da taxa dos depósitos compulsórios exigidos nos meses de junho, agosto e outubro de 2002, bem como o aumento da taxa dos depósitos compulsórios sobre os depósitos de poupança em junho de 2002. Adicionalmente, os primeiros três meses de 2003 foram marcados por taxas de juros mais elevadas em relação ao mesmo período de 2002.

Despesas da Intermediação Financeira

As despesas da intermediação financeira consistem principalmente de despesas de juros relativas à títulos emitidos, bem como despesas de juros sobre obrigações por empréstimos e repasses no país e no exterior.

A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nossas despesas consolidadas da intermediação financeira para os anos findos em 31 de dezembro de 2002 e 2003:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2002	**% da Despesa de Interm. Financeira**	**2003**	**% da Despesa de Interm. Financeira**	**% Variação**
Captações no mercado	7.297	87,2%	4.265	86,6%	(41,6)%
Empréstimos e repasses	1.069	12,8	658	13,4	(38,4)
Despesas da intermediação financeira	8.366	100,0%	4.923	100,0%	(41,2)%

As despesas da intermediação financeira diminuíram 41,2%, passando de R$ 8.366 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002 para R$ 4.923 milhões no mesmo período de 2003.

A redução das despesas da intermediação financeira no exercício de 2003 ocorreu, principalmente, em função da apreciação do real, que reduziu nossas despesas com juros em reais, especialmente àquelas relativas aos *Euronotes* emitidos no exterior como parte de nosso programa de notas de médio prazo (MTN). A redução de 41,2% das despesas de intermediação financeira foi parcialmente compensada por um aumento das obrigações com juros relativos à elevação de nossos saldos de depósitos de poupança, interbancários e repasses locais e estrangeiros, bem como pelo aumento de nossas obrigações com juros relativos à emissão de US$ 200 milhões de nossas notas subordinadas em abril de 2002 e de R$ 222 milhões de nossos certificados de depósitos subordinados ao final do exercício de 2002 e, com menor impacto, pela emissão de US$ 200 milhões de nossas notas subordinadas em dezembro de 2003.

Provisão para perdas com créditos

A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nossa provisão para perdas com créditos consolidada, transferências para prejuízo e recuperações para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2003:

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		
	2002	2003	% Variação
	(em milhões de R$)		
Provisão para perdas com créditos	1.837	1.455	(20,8)
Créditos baixados para prejuízo	(1.784)	(1.497)	(16,1)
Recuperação de créditos [1]	394	415	5,3
Baixas líquidas	(1.390)	(1.082)	(22,2)

[1] De acordo com as normas do Banco Central, as recuperações de créditos foram registradas em receitas de "Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil".

A tabela abaixo mostra os principais componentes da nossa provisão para perdas com créditos consolidada, créditos baixados para prejuízo e recuperação de créditos por empresa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2003:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2002			
	Fininvest, LuizaCred e InvestCred	Unicard [2] e Credicard	Unibanco e Outras [3]	Consolidado
	(em milhões de R$)			
Balanço no início do exercício	233	220	1.085	1.538
Provisão para perdas com créditos	545	335	957	1.837
Créditos baixados para prejuízo	(631)	(371)	(782)	(1.784)
Balanço no final do exercício	147	184	1.260	1.591
Recuperação de créditos [1]	80	117	197	394

[1] Conforme regras do Banco Central, a recuperação de créditos foram registradas em receitas de "Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil"..

[2] Inclui a provisão relacionada a incorporação do Banco Credibanco S.A. no Banco Bandeirantes S.A. em abril de 2003. Em conseqüência desse processo o nome da companhia foi alterado para Unicard Banco Múltiplo S.A.

[3] Unibanco e subsidiárias e afiliadas que não a Fininvest, LuizaCred, InvestCred, Unicard e Credicard.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2003			
	Fininvest, LuizaCred e InvestCred	Unicard [2] e Credicard	Unibanco e Outras [3]	Consolidado
	(em milhões de R$)			
Balanço no início do exercício	147	184	1.260	1.591
Provisão para perdas com créditos	414	351	690	1.455
Créditos baixados para prejuízo	(375)	(297)	(825)	(1.497)
Balanço no final do exercício	186	238	1.125	1.549
Recuperação de créditos [1]	59	120	236	415

[1] De acordo com as normas do Banco Central, as recuperações de créditos foram registradas em receitas de "Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil".

[2] Inclui a provisão relacionada a incorporação do Banco Credibanco S.A. no Banco Bandeirantes S.A. em abril de 2003.Em conseqüência desse processo a razão social da companhia foi alterada para Unicard Banco Múltiplo S.A.

[3] Unibanco e outras empresas subsidiárias e coligadas exceto Fininvest, LuizaCred, InvestCred, Unicard e Credicard.

A redução de 20,8% em nossa provisão para perdas com créditos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 em relação ao mesmo período de 2002 deveu-se principalmente à redução de R$ 267 milhões em nossa provisão relativa ao Unibanco e Outras Empresas entre os exercícios de 2002 e 2003, apesar de um aumento de 2,7% da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos do Unibanco e Outras Empresas, e à redução de R$ 131 milhões em nossa provisão relativa à Fininvest, LuizaCred e InvestCred, apesar de um aumento de 14,8% na carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos combinada dessas empresas entre os exercícios de 2002 e 2003. Essas reduções decorreram principalmente em função de uma melhora geral da qualidade de nossa carteira de crédito, em particular da carteira de operações de crédito da Fininvest, fruto de uma política de concessão de crédito mais restritiva. A queda de 20,8% em nossa provisão para perdas com crédito foi compensada, em parte, por um acréscimo de R$ 16 milhões em nossa provisão relativa à Unicard e Credicard, devido principalmente ao crescimento de 16,3% da carteira combinada de operações de créditos, arrendamento mercantil e outros créditos dessas empresas.

Adicionalmente, a redução de nossa provisão de perdas com créditos também decorreu da queda do risco de crédito das nossas operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos denominadas ou indexadas em moedas estrangeiras, principalmente nossas operações de crédito denominadas ou indexadas em dólar, em razão da apreciação do real no exercício de 2003. A apreciação do real em relação ao dólar reduziu a taxa de inadimplência potencial de nossas operações de crédito denominadas ou indexadas em dólar, porque o custo de obtenção de dólares por nossos tomadores de empréstimo, para pagamento de empréstimos denominados ou indexados em dólares, tornou-se relativamente menor. No exercício de 2002, como resultado da depreciação do real, consideramos necessário estabelecer níveis mais altos de provisões para nossa carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, principalmente para proteger-nos dos riscos relativos às nossas operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos denominadas ou indexadas em dólar.

Os créditos baixados para prejuízo reduziram 16,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 em relação ao mesmo período de 2002, devido à melhora geral da qualidade de nossas carteiras de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, em particular a carteira da Fininvest. Os créditos baixados para prejuízo relativos à Fininvest, à LuizaCred e à InvestCred reduziram R$ 256 milhões, ou 40,6% no mesmo período analisado, em função principalmente da melhora da carteira de operações de crédito da Fininvest, resultante de uma política de crédito mais restritiva. Os créditos baixados para prejuízo também diminuíram em função da apreciação do real em relação ao dólar, o que reduziu o risco de inadimplência de nossas operações de crédito denominadas ou indexadas em dólar. A recuperação de créditos concedidos manteve-se relativamente estável.

As tabelas abaixo apresentam, por nível de risco, nossas operações de crédito totais consolidadas e provisões para perdas com créditos, em 31 de dezembro de 2002 e 2003. Operações de crédito com níveis de risco AA a C são consideradas de baixo risco de crédito e, portanto, o Banco Central exige uma provisão mínima de apenas 0% a 3,0% para o total dos créditos concedidos nestas faixas de risco. Por outro lado, considera-se que operações de crédito com níveis de risco de D a H apresentam um risco de crédito mais alto e, portanto, o Banco Central exige uma provisão mínima mais alta, equivalente a 10,0% a 100,0%, para o total dos créditos concedidos nestas faixas de risco. Empregamos também o termo "créditos" em alguns casos, inclusive nas tabelas abaixo, para representar a concessão de créditos.

Nível de risco	% Provisão Mínima Exigida	Créditos em curso normal [2]	Créditos de curso anormal [1] Parcelas a Vencer	Parcelas Vencidas	Total das operações [3]	Total Provisão	% efetivo de provisão
	Em 31 de dezembro de 2002						
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)						
AA.....	–%	9.331	–	–	9.331	–	–%
A	0,5	7.753	–	–	7.753	48	0,6
B.....	1,0	2.360	148	200	2.708	34	1,3
C	3,0	4.201	182	156	4.539	227	5,0
D	10,0	561	119	115	795	128	16,1
E.....	30,0	178	82	183	443	157	35,4
F.....	50,0	48	75	104	227	127	55,6
G	70,0	160	49	125	334	249	74,5
H	100,0%	179	130	312	621	621	100,0%
Total.....		24.771	785	1.195	26.751	1.591	
Total em % do risco total.....						5,9%	

(1) Créditos de curso anormal consistem em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com uma ou mais prestações com uma ou mais prestações vencidas e não pagas. O intuito desta tabela é mostrar as "parcelas vencidas", que são parcelas já vencidas, e "parcelas vincendas", que ainda não estão vencidas.

(2) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

(3) O total de R$ 26.751 milhões de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos inclui avais e fianças honradas, devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber registrados na conta "Outros Créditos" no montante de R$ 578 milhões; e créditos registrados em contas de compensação no montante de R$ 193 milhões.

Nível de risco	% Provisão Mínima requerida	Créditos em cursos normal [2]	Créditos de curso anormal [1] Pagamentos a vencer	Parcelas vencidas	Total das operações [3]	Total Provisão	% efetivo de provisão
	Em 31 de dezembro de 2003						
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)						
AA.....	–%	10.897	–	–	10.897	10	–%
A	0,5	9.609	–	–	9.609	71	0,7
B.....	1,0	2.429	117	199	2.745	42	1,5
C	3,0	1.535	397	287	2.219	95	4,3
D	10,0	505	122	136	763	203	26,6
E.....	30,0	259	78	231	568	180	31,7
F.....	50,0	56	61	124	241	130	53,8
G	70,0	52	46	97	195	138	71,0
H	100,0%	181	140	359	680	680	100,0%
Total.....		25.523	961	1.433	27.917	1.549	
Total em % do risco total.....						5,5%	

(1) Créditos de curso anormal consistem em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com uma ou mais prestações com uma ou mais prestações vencidas e não pagas. O intuito desta tabela é mostrar as "parcelas vencidas", que são parcelas já vencidas, e "parcelas vincendas", que ainda não estão vencidas.

(2) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

(3) O total de R$ 27.917 milhões de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos inclui avais e fianças honradas, devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber registrados na conta "Outros Créditos" no montante de R$ 628 milhões; e créditos registrados em contas de compensação no montante de R$ 239 milhões.

Em 31 de dezembro de 2003, nossa provisão total consolidada alcançava R$ 1.549 milhões, montante equivalente a 5,5% do total de nossa carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, em comparação a R$ 1.591 milhões, equivalente a 5,9% do total de nossa carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos, em 31 de dezembro de 2002. Nossa provisão total consolidada de créditos em 31 de dezembro de 2003 apresentava um saldo 2,6% inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2002. Ao mesmo tempo, o volume de nossa carteira de operações de crédito, incluídos os itens não registráveis no balanço patrimonial, como responsabilidade por financiamento a titulares de cartão de crédito, cresceu 4,4% entre 31 de dezembro de 2002 e 2003, em função principalmente do crescimento orgânico de nosso segmento de Varejo. A qualidade de nossa carteira de crédito melhorou principalmente em função de uma melhora geral da qualidade de nossa carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, combinada com a aplicação de uma política de crédito mais restritiva aos clientes da Fininvest. A provisão mínima para cada nível de risco de crédito é utilizada como regra geral; entretanto, com base no juízo e na experiência da administração, porcentagens mais altas são empregadas para cada nível de risco, a fim de avaliar de forma precisa o risco de crédito dos clientes, transações ou carteiras.

As tabelas abaixo apresentam, por nível de risco, nossas operações de crédito totais consolidadas e provisões para perdas com operações de empréstimos, arrendamento mercantil e outros créditos, em 31 de dezembro de 2002 e 2003:

	Em 31 de dezembro de 2002							
	Fininvest, LuizaCred e InvestCred		Unicard e Credicard [1]		Unibanco e Outras [2]		Consolidado	
Nível de risco	Total de crédito	Total de Provisão	Total de crédito	Total de Provisão	Total de crédito	Total de Provisão	Total de crédito	Total de Provisão
				(em milhões de R$)				
AA	15		445		8.871		9.331	
A.....	1.143	6	1.148	13	5.462	29	7.753	48
B	73	1	116	8	2.519	25	2.708	34
C	49	2	51	8	4.439	217	4.539	227
D	40	8	50	11	705	109	795	128
E	39	16	47	17	357	124	443	157
F.....	36	21	41	22	150	84	227	127
G.....	32	24	39	27	263	198	334	249
H.....	69	69	78	78	474	474	621	621
Total...	1.496	147	2.015	184	23.240	1.260	26.751	1.591

(1) Inclui a provisão relacionada a incorporação do Banco Credibanco S.A. no Banco Bandeirantes S.A. em abril de 2003.Em conseqüência desse processo o nome da companhia foi alterado para Unicard Banco Múltiplo S.A.
(2) Unibanco e outras empresas subsidiárias e coligadas exceto Fininvest, LuizaCred, InvestCred, Unicard e Credicard.

	Em 31 de dezembro de 2003							
	Fininvest, LuizaCred e InvestCred		Unicard e Credicard [1]		Unibanco e Outras [2]		Consolidado	
Nível de risco	Total de crédito	Total de Provisão	Total de crédito	Total de Provisão	Total de crédito	Total de Provisão	Total de crédito	Total de Provisão
				(em milhões de R$)				
AA			473		10.424	10	10.897	10
A.....	1.296	20	1.373	15	6.940	36	9.609	71
B	84	1	124	9	2.537	32	2.745	42
C	55	2	52	7	2.112	86	2.219	95
D	50	6	56	11	657	186	763	203
E	55	17	54	20	459	143	568	180
F.....	49	24	50	26	142	80	241	130
G.....	41	29	40	29	114	80	195	138
H.....	87	87	121	121	472	472	680	680
Total...	1.717	186	2.343	238	23.857	1.125	27.917	1.549

(1) Inclui a provisão relacionada a incorporação do Banco Credibanco S.A. no Banco Bandeirantes S.A. em abril de 2003.Em conseqüência desse processo o nome da companhia foi alterado para Unicard Banco Múltiplo S.A.
(2) Unibanco e outras empresas subsidiárias e coligadas exceto Fininvest, LuizaCred, InvestCred, Unicard e Credicard.

A carteira combinada de operações de crédito da Fininvest, LuizaCred e da InvestCred cresceu 14,8% entre 31 de dezembro de 2002 e 2003.Em contrapartida, a provisão para perdas com créditos passou de 9,8% do total de nossa carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2002 para 10,8% em 31 de dezembro de 2003. O total de nossas operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos realizadas por meio da Fininvest, LuizaCred e InvestCred com risco de crédito de AA a C aumentou 12,1%, alcançando R$°1.435 milhões em 31 de dezembro de 2003, em comparação a R$ 1.280 milhões em 31 de dezembro de 2002. O total de nossas operações de crédito realizadas por meio da Fininvest, LuizaCred e InvestCred com risco de crédito de D a H aumentou 30,6%, alcançando R$ 282 milhões em 31 de dezembro de 2003, em comparação a R$ 216 milhões em 31 de dezembro de 2002. O acréscimo de 14,8%, equivalente a R$ 221 milhões do total de nossa carteira de crédito relativa à Fininvest, LuizaCred e InvestCred, consiste em um aumento de 70,1%, ou R$ 155 milhões, das operações de crédito com nível de risco de AA a C e um aumento de 29,9% ou R$ 66 milhões das operações de crédito com nível de risco de D a H, o que demonstra uma melhora geral da qualidade de nossa carteira de crédito no período analisado, em função da aplicação de uma política de crédito mais restritiva aos clientes da Fininvest.

Nossa provisão total da Unicard e Credicard elevou-se, passando de 9,1% do total de nossa carteira de operações de crédito em 31 de dezembro de 2002 para 10,2% em 31 de dezembro de 2003, em linha com o crescimento de 16,3% da carteira combinada de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos da Unicard e Credicard. O total de nossas operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos realizadas por meio da Unicard e Credicard com risco de crédito de AA a C aumentou 14,9%, alcançando R$ 2.022 milhões em 31 de dezembro de 2003, em comparação a R$ 1.760 milhões em 31 de dezembro de 2002. O total de nossas operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos realizadas por meio da Unicard e Credicard com risco de crédito de D a H aumentou 25,9%, alcançando R$ 321 milhões em 31 de dezembro de 2003, em comparação a R$ 255 milhões em 31 de dezembro de 2002. O acréscimo de 16,3%, equivalente a R$ 328 milhões do total de nossa carteira de créditos relativa à Unicard e Credicard, consiste em um aumento de 79,9%, ou R$ 262 milhões, das operações de crédito com nível de risco de AA a C e um aumento de 20,1%, ou R$ 66 milhões, das operações de crédito com nível de risco de D a H, o que demonstra uma melhora geral da qualidade de nossa carteira de crédito da Unicard e Credicard no período analisado.

A provisão total do Unibanco e Outras Empresas reduziu-se, passando de 5,4% do total de nossa carteira de operações de empréstimos, arrendamento mercantil e outros créditos do Unibanco e Outras Empresas em 31 de dezembro de 2002 para 4,7%,em 31 de dezembro de 2003. O total de nossas operações de crédito realizadas por meio do Unibanco e Outras Empresas com risco de crédito de AA a C aumentou 3,4%, alcançando R$ 22.013 milhões em 31 de dezembro de 2003, em comparação a R$ 21.291 milhões em 31 de dezembro de 2002. O total de nossas operações de crédito realizadas por meio do Unibanco e Outras Empresas com risco de crédito de D a H reduziu 5,4%, baixando a R$ 1.844 milhões em 31 de dezembro de 2003 em comparação a R$ 1.949 milhões em 31 de dezembro de 2002. O acréscimo de 2,7%, equivalente a R$ 617 milhões do total de nossa carteira de operações de empréstimos, arrendamento mercantil e outros créditos relativa ao Unibanco e Outras Empresas, consiste em um aumento de R$ 722 milhões das operações de crédito com nível de risco de AA a C e uma queda de R$ 105 milhões das operações de crédito com nível de risco de D a H, como resultado de uma melhora geral da qualidade de nossa carteira de crédito.

Outras receitas (despesas) operacionais

A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nossas outras receitas (despesas) operacionais consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2003. Nossas outras receitas (despesas) operacionais aumentaram R$ (2.189) milhões em 2003 em comparação a 2002, principalmente em função de um aumento de R$ 2.231 milhões de nossas despesas operacionais, parcialmente decorrente de um aumento de R$ 982 milhões das nossas outras despesas operacionais, resultante, em grande parte, da perda cambial ocorrida em 2003, relativa aos nossos investimentos no exterior, em comparação aos ganhos cambiais reconhecidos nas outras receitas operacionais em 2002.

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		
	2002	**2003**	**% Variação**
	(em milhões de R$)		
Receita de prestação de serviços	2.616	2.838	8,5%
Prêmios de seguro, capitalização e previdência privada	2.177	2.962	36,1
Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada [1]	(835)	(1.420)	70,1
Sinistros	(749)	(819)	9,3
Despesas com benefícios de planos de previdência privada[1]	(385)	(514)	33,5
Despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada[1]	(164)	(275)	67,7
Despesas de comercialização de cartão de crédito	(245)	(233)	(4,9)
Despesas de pessoal	(1.646)	(1.772)	7,7
Outras despesas administrativas	(2.586)	(2.806)	8,5
Despesas tributárias	(615)	(647)	5,2
Resultado de participações em controladas e coligadas	(12)	-	-
Outras receitas operacionais	1.486	521	(64,9)
Outras despesas operacionais	(631)	(1.613)	155,6
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.589)	(3.778)	137,8%

[1] Reclassificamos estes números para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 de modo a apresentar o que acreditamos ser a forma mais apropriada de apresentar as despesas e receitas relativas a planos de pensão. Os valores apresentados em nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003, anexas a este Prospecto, para estas rubricas são: Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada – R$ (1.465) milhões; Despesas com benefícios de planos de previdência privada – R$ (478) milhões; Despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada – R$ (266) milhões. A partir de 31 de dezembro de 2003, as demonstrações financeiras do Unibanco irão apresentar estas informações tais como reclassificadas.

Receita de prestação de serviços

A tabela abaixo apresenta os principais componentes de nossas receitas consolidadas provenientes de serviços prestados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2002 e 2003:

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro		% Variação
	2002	2003	
	(em milhões de R$)		
Tarifas bancárias e outras taxas e comissões	1.319	1.522	15,4
Tarifas de cartão de crédito	1.052	1.002	(4,8)
Taxas de administração de carteiras e fundos de investimento	245	314	28,2
Receita de prestação de serviços	2.616	2.838	8,5

Receita de prestação de serviços. As receitas de prestação de serviços aumentaram 8,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, comparado ao mesmo período de 2002. As tarifas bancárias, que consistem principalmente de tarifas relativas aos serviços prestados aos nossos clientes titulares de contas correntes, bem como outras taxas e comissões, cresceram 15,4%, principalmente em decorrência do crescimento de nossa base de clientes do segmento de Varejo, resultante da iniciativa de crescimento ativo chamada de "ContaAtiva", e da remuneração de serviços de consultoria relativos a transações de fusão e aquisição no Brasil. A iniciativa ContAtiva resultou em um melhor índice de ativação e um maior número de produtos por cliente. O objetivo inicial da iniciativa ContaAtiva era de agregar 1,8 milhões de novas contas até o final de 2003. Atingimos essa meta em fevereiro de 2003, muito antes do previsto. Após o programa ContAtiva inicial, lançamos o ContAtiva2 em fevereiro de 2003, cujo objetivo era conquistar 3,6 milhões de novas contas no transcurso dos cinco anos subseqüentes. Durante 2003, agregamos 701.688 novas contas em decorrência ao programa ContAtiva2. O crescimento das receitas de serviços também foi impulsionado por um aumento de 28,2% nas taxas de administração de carteiras e fundos de investimento, resultante da forte venda de nossos produtos de gestão de recursos de terceiros e de um novo modelo de atendimento ao cliente, que nos possibilitou acessar um maior número de clientes. Também nos beneficiamos de um aumento das taxas de administração de carteiras e fundos de investimento, uma vez que, a partir de abril de 2003, começamos a fornecer serviços administrativos para uma administradora de recursos de um importante fundo brasileiro de previdência privada. A elevação de nossas receitas provenientes de tarifas bancárias e taxas de administração de carteiras e fundos de investimento foi compensada por uma redução de 4,8% das tarifas de cartões de crédito, principalmente como resultado da transferência da carteira de uma afiliada da Credicard no último trimestre de 2002.

Prêmios de Seguro, Capitalização e Planos de Previdência Privada. Os prêmios de seguro, capitalização e planos de previdência privada apresentaram elevação de 36,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 comparado ao mesmo período de 2002, principalmente em decorrência das fortes vendas de produtos de seguros e planos de previdência privada. Os prêmios de seguros aumentaram principalmente como resultado do aumento das vendas de apólices de seguro empresariais no segmento de Atacado, especialmente junto à indústria de aviação, e de apólices de seguro contra roubo e fraude de cartões de crédito. Os prêmios dos planos de previdência privada elevaram-se em função de fortes vendas de nossos planos PGBL e VGBL. Como resultado do maior volume de planos de previdência privada, as despesas relativas aos benefícios dos planos de previdência privada sofreram um acréscimo de 33,5% em 2003 em comparação a 2002. Similarmente, os sinistros aumentaram em 9,3% em 2003 em comparação a 2002, acompanhando o crescimento das apólices emitidas.

Variações das Provisões Técnicas de Seguros, Capitalização e Planos de Previdência. As variações das provisões técnicas de seguros, capitalização e planos de previdência apresentaram incremento de 70,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 comparado ao mesmo período de 2002, como resultado de um maior volume de vendas de seguros, capitalização e planos de previdência. A diferença entre a taxa de incremento dos prêmios de seguros, capitalização e planos de previdência de 36,1% e as variações nas provisões técnicas de seguros, capitalização e planos de previdência de 70,1% resultaram principalmente do fato de que reconhecemos uma parcela dos resultados de seguros, capitalização e planos de previdência privada em um item diferente do item "prêmios de seguros, capitalização e planos de previdência privada". Contabilizamos as receitas financeiras dos planos de previdência privada como receitas de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, na linha "receitas de intermediação financeira" (uma vez que as reservas técnicas são investidas em títulos e valores mobiliários), ao passo que reconhecemos as despesas financeiras dos planos de previdência privada em variações das provisões técnicas, capitalização e planos de previdência.

Despesas de comercialização de cartões de crédito. As despesas de comercialização de cartões de crédito, que estão relacionadas à venda de cartões de crédito para novos clientes, apresentaram uma redução de 4,9% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 comparado ao mesmo período de 2002.

Salários, benefícios, treinamento e seguridade social. As despesas com salários, benefícios, treinamento e seguridade social apresentaram um crescimento de 7,7% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 comparado ao mesmo período de 2002, apesar de:

- elevação de 7,0% dos salários, como resultado do novo dissídio coletivo dos bancários em setembro de 2002, que vigorou durante três meses no ano de 2003;
- aumento salarial adicional de 12,6%, resultante do dissídio coletivo de setembro de 2003, que refletiu em nossas despesas de 2003 nos últimos três meses;
- novas contratações no exercício de 2003, resultantes de nosso programa de crescimento orgânico, que geraram um aumento de 3,3% no quadro de pessoal, ou seja, de 886 funcionários; e
- taxa de inflação de 9,3%, segundo o IPCA, em 2003.

Nossa capacidade de registrar um incremento relativamente modesto das despesas com salários, benefícios, treinamento e seguridade social, apesar dos fatores apresentados acima, refletiu o efeito das iniciativas contínuas de controle de custos implantadas por nossos comitês de investimentos, projetos e monitoramento de custos, bem como das sinergias que alcançamos por meio da combinação das operações administrativas de alguns de nossos negócios. Esse ganho é particularmente evidente na Fininvest, que está se beneficiando das eficiências desenvolvidas por meio da combinação de suas operações administrativas com as operações administrativas da Unicard.

Outras despesas administrativas. As outras despesas administrativas apresentaram um aumento de 8,5% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 comparado ao mesmo período de 2002, principalmente em função de:

- expansão de nossa base de clientes, como resultado de nosso crescimento orgânico;
- custos mais elevados de aluguéis, resultantes dos ajustes de preço de nossos contratos de aluguel de agências e outros imóveis;
- custos mais elevados de energia e de aluguel e manutenção de software e equipamentos de telecomunicação;
- despesas mais altas das campanhas de marketing, para promover nossos produtos bancários, especialmente nossos negócios de banco de Varejo, financiamento ao consumidor e seguros; e
- custos mais elevados decorrentes do aumento do volume de processamento em nossas subsidiárias de cartões de crédito, como a Unicard e a Redecard, e uma elevação de taxas de processamento de dados.

A elevação de 8,5% das outras despesas administrativas compara-se favoravelmente a uma taxa de inflação de 9,3%, segundo o IPCA de 2003, o que, acreditamos, demonstra a eficiência de nosso programa de controle de custos.

Outras receitas operacionais. As outras receitas operacionais reduziram R$ 521 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003, apresentando uma queda de 64,9% em relação aos R$ 1.486 milhões no período de 2002. Essa queda ocorreu principalmente em função de termos reconhecido uma receita cambial de R$ 1.186 milhões relativa aos nossos investimentos no exterior, receita esta decorrente do impacto da depreciação do real no exercício de 2002, que elevou nossas outras receitas operacionais em 2002. Em 2003, reconhecemos uma perda cambial de R$ 631 milhões relativa aos nossos investimentos no exterior, devida à apreciação do real. Essa perda de R$ 631 milhões foi reconhecida como parte das outras despesas operacionais discutidas abaixo. A queda das outras despesas operacionais foi em parte compensada por um resultado de R$ 78 milhões relativo à nossa participação nas reservas e fundos do plano de previdência do Unibanco, conforme descrito na Nota 14 (a) de nossas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003.

Outras despesas operacionais. As outras despesas operacionais aumentaram 155,6%, passando de R$ 631 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2002 para R$ 1.613 milhões no mesmo período de 2003. Esse aumento deveu-se principalmente à uma perda cambial de R$ 631 milhões relativa aos nossos investimentos no exterior em 2003. Em 2002, reconhecemos uma receita cambial de R$ 1.186 milhões relativa aos nossos investimentos no exterior como parte de outras receitas operacionais. Também tivemos um acréscimo de R$ 233 milhões na provisão para contingências, relativa a processos trabalhistas e ações de natureza cível, em conformidade com uma política mais prudente de avaliação de riscos, e um acréscimo de R$ 27 milhões nas despesas relativas à venda de direitos de recebimento de fluxos de caixa futuros de ordens de pagamento, como resultado de duas transações de securitização, em junho de 2003 e novembro de 2003, no montante de US$ 225 milhões e ¥25 bilhões (aproximadamente US$ 227 milhões), respectivamente.

Receitas (Despesas) Não Operacionais, Líquidas. As receitas (despesas) não operacionais, líquidas, totalizaram ganhos de R$ 11 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, em comparação a um ganho de R$ 29 milhões no mesmo período de 2002, em decorrência do resultado maior de transações não-operacionais em comparação a perdas de transações não-operacionais. Nossas transações não-operacionais incluem a venda de ativos fixos e ativos de hipotecas executadas.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social totalizaram R$ 493 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, em comparação a R$ 216 milhões de receitas de imposto de renda e contribuição social de no mesmo período de 2002, devido principalmente ao impacto das variações cambiais relativas aos nossos investimentos no exterior. Durante 2003, efetuamos operações de *hedge* econômico relativas aos nossos investimentos no exterior num total de R$ 2,4 bilhões. Durante esse período, como resultado da apreciação do real, sofremos perdas cambiais nos nossos investimentos no exterior de R$ 631 milhões e um ganho de R$ 636 milhões relativos às operações de *hedge* econômico. Isso gerou um efeito fiscal negativo, uma vez que a legislação tributária brasileira estipula que ganhos decorrentes de operações de *hedge* são tributados, ao passo que perdas cambiais relativas aos investimentos no exterior não são dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. Em contrapartida, no exercício de 2002, quando o real depreciou-se, obtivemos ganhos cambiais de R$ 1.186 milhões relativos aos nossos investimentos no exterior e uma perda de R$ 793 milhões relativos às operações de *hedge* econômico. Isso teve um efeito benéfico sobre nossas despesas de imposto de renda e contribuição social em 2002, uma vez que ganhos cambiais relativos aos nossos investimentos no exterior não são tributáveis, ao passo que perdas decorrentes de operações de *hedge* são dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. Conseqüentemente, no exercício de 2003 em comparação ao exercício de 2002, tivemos um aumento de R$ 710 milhões nas despesas de imposto de renda e contribuição social, parcialmente compensado pelos juros pagos sobre capital próprio. No exercício de 2003, tivemos uma dedução de impostos de R$ 162 milhões relativa a juros pagos sobre capital próprio, em comparação a R$ 23 milhões no exercício de 2002.

O resultado antes dos impostos, após dedução da participação nos lucros, aumentou R$ 762 milhões, passando de R$ 928 milhões no exercício encerrado em 31 dezembro de 2002 para R$ 1.690 milhões no mesmo período de 2003. A simples aplicação da alíquota estatutária de imposto de renda e contribuição social de 34% sobre o incremento de R$ 762 milhões impactaria em R$ 259 milhões o nosso resultado antes do imposto de renda e contribuição social.

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

Visão Geral

Nossa política de gestão de ativos e passivos visa garantir que nossa posição de capital esteja de acordo com nosso perfil de risco e com as normas e diretrizes regulamentares aplicáveis. Particularmente, nossa política visa evitar descasamentos significativos entre ativos e passivos, otimizar nossa relação risco/retorno e assegurar a disponibilidade de liquidez suficiente para honrar saques de depósitos, efetuar pagamentos de outros passivos no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito a nossos clientes e atender às nossas próprias necessidades de capital de giro.

Procuramos garantir acesso contínuo a uma fonte diversificada de financiamentos a custos eficientes, dentro da estrutura da nossa política de gestão de ativos e passivos, que estipula limites com relação a fatores de risco, sensibilidade, *gaps* e concentração em certos instrumentos, como títulos governamentais. Via de regra, nossa principal fonte de recursos financeiros é o próprio mercado financeiro, seja em reais ou em moeda estrangeira.

Os principais assuntos referentes à gestão de ativos e passivos, bem como liquidez e recursos de capital, são tratados em reuniões mensais do nosso comitê financeiro. Este comitê discute e avalia nossa posição de liquidez para determinar o nível mínimo de liquidez e, se necessário, realiza reuniões extraordinárias para avaliar nossa posição de liquidez em resposta a inesperadas mudanças macroeconômicas. Há um plano de contingência já aprovado pelo comitê financeiro que determina os procedimentos em caso de crise de liquidez. Em junho de 2005, definimos um nível mínimo de liquidez de R$ 3,4 bilhões.

Por sua vez, nosso departamento de tesouraria é responsável pela gestão de nossa liquidez e fontes de recursos financeiros, o que inclui a realização de investimentos em reais e em moeda estrangeira. A tesouraria mantém o que acreditamos ser um equilíbrio adequado de distribuições de vencimento e diversificação de fontes de recursos financeiros. Com base em nossos níveis de recursos e na nossa capacidade de obter acesso a recursos financeiros, acreditamos que nossa liquidez total é suficiente para cumprir as obrigações atuais com os nossos clientes e detentores de nossos títulos, bem como, suportar as nossas possíveis futuras mudanças nos níveis de ativos e passivos e necessidades de capital de giro.

Fontes de Recursos Financeiros

Capital

A tabela abaixo demonstra nosso patrimônio líquido, nossas dívidas subordinadas e o patrimônio líquido dos acionistas minoritários em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 e 30 de junho de 2005:

	Em 31 de dezembro de 2002	Em 31 de dezembro de 2003	Em 31 de dezembro de 2004	Em 30 de junho de 2005
		(em milhões de R$)		
Patrimônio líquido.....	6.559	7.156	8.106	8.660
Dívidas subordinadas (Nível 2)	904	1.452	1.840	1.706
Patrimônio líquido dos acionistas minoritários.....	713	833	772	693

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou para R$ 7.156 milhões em 31 de dezembro de 2003 em relação aos R$ 6.559 milhões de 31 de dezembro de 2002. Esse aumento reflete o lucro líquido de R$ 1.052 milhões, parcialmente compensado pelo pagamento de R$ 426 milhões de juros sobre capital próprio.

O patrimônio líquido aumentou de R$ 7.156 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 8.106 milhões em 31 de dezembro de 2004. Este aumento reflete principalmente o lucro líquido de R$ 1.283 milhões, R$ 135 milhões de ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos e R$ 81 milhões da permuta de ações em tesouraria, as quais foram parcialmente compensadas por dividendos provisionados de R$ 527 milhões, na forma de juros sobre capital próprio.

No primeiro semestre de 2005, o patrimônio líquido cresceu 6,8%, atingindo R$ 8.660 milhões. O aumento no primeiro semestre reflete principalmente o lucro líquido de R$ 854 milhões, R$ 37 milhões de ajuste de valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos, parcialmente compensados por uma proposta de remuneração de capital próprio de R$ 333 milhões.

Dívida Subordinada

Em 2002, captamos recursos de Nível 2 por duas vezes no mercado de capitais. Em abril de 2002, emitimos US$ 200 milhões em títulos resgatáveis subordinados com juros escalonados (*step-up subordinated callable notes*) com vencimento em 2012. Os juros sobre os títulos devem ser pagos semestralmente a uma taxa de 9,375% ao ano nos primeiros cinco anos e 11,7995% ao ano nos anos seguintes. Podemos resgatar os títulos a partir de abril de 2007 ou em qualquer data de pagamento de juros a partir de então. Em dezembro de 2002, emitimos R$ 222 milhões em depósitos a prazo subordinados com vencimento em dezembro de 2012. Os depósitos a prazo subordinados são em reais e são resgatáveis após dezembro de 2007. Sobre esses depósitos incidem juros de 102% da taxa média de depósitos interbancários.

Em dezembro de 2003, emitimos US$ 200 milhões em títulos resgatáveis subordinados com juros escalonados com vencimento em 2013. Os juros sobre os títulos devem ser pagos semestralmente a uma taxa de 7,375% ao ano nos primeiros cinco anos e 9,375% ao ano nos anos subseqüentes. Podemos resgatar os títulos a partir de dezembro de 2008 ou em qualquer data de pagamento de juros a partir de então. O Banco Central nos autorizou a registrar a dívida subordinada representada por esses títulos como dívida subordinada em abril de 2004.

Em dezembro de 2004, emitimos US$ 150 milhões em notas subordinadas com prazo de vencimento de cinco anos. Os juros são pagos semestralmente a uma taxa LIBOR de seis meses mais 2,0% ao ano. O BNL é o credor e a emissão é parte de uma linha de crédito negociada com o BNL no momento da aquisição da subsidiária brasileira do BNL.

Em 30 de junho de 2005, nossa dívida subordinada diminuiu em R$ 134 milhões em comparação a 31 de dezembro de 2004, principalmente devido a apreciação do real.

Em 29 de julho de 2005, concluímos a captação de Bônus Perpétuos no montante de US$ 500 milhões através de uma distribuição privada nos Estados Unidos da América e outros países. Esses títulos pagam juros trimestrais de 8,7% ao ano, não tem data de vencimento ou de resgate obrigatório, mas poderão, de acordo com nosso critério e mediante a autorização do Banco Central, ser resgatados em sua totalidade em 29 de julho de 2010 ou em qualquer data de pagamento de juros subseqüente.

Patrimônio de Referência

Estamos sujeitos a diretrizes e regulamentações de adequação de capital, determinadas pelo Banco Central, que são similares às diretrizes do Acordo de Basiléia. De acordo com as regras do Banco Central, o índice mínimo de Basiléia exigido é de 11%, o que representa a relação entre o capital total e os ativos ponderados pelo risco. Em 30 de junho de 2005, nosso índice da Basiléia era de 16,1%.

Medimos nossa conformidade com os requisitos de capital de forma consolidada porque acreditamos ser essa a visão mais precisa de nossa capacidade de absorver perdas oriundas de nossas operações diretas e indiretas.

A tabela a seguir apresenta nossa relação de capital, bem como o patrimônio mínimo requerido pela legislação brasileira, em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 e 30 de junho de 2005:

	Em 31 de dezembro de						Em 30 de junho de	
	Financeiro [1]			Econômico – Financeiro[2]			Financeiro [1]	Econômico – Financeiro[2]
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2005	
Nível 1	13,82%	15,52%	13,49%	13,91%	15,58%	13,62%	13,61%	13,48%
Nível 2	1,89%	3,08%	2,78%	1,74%	2,86%	2,08%	2,51%	2,33%
Total	15,71%	18,60%	16,27%	15,65%	18,44%	15,70%	16,12%	15,81%
Patrimônio de referência	7.561	8.800	9.982	8.175	9.433	10.508	10.231	10.773
Patrimônio mínimo requerido	5.296	5.204	6.748	5.746	5.626	7.364	6.981	7.497
Excesso sobre o patrimônio mínimo requerido	2.265	3.596	3.234	2.429	3.807	3.144	3.250	3.276

[1] O consolidado financeiro não inclui as empresas não-financeiras.
[2] O consolidado econômico-financeiro inclui as empresas financeiras e não-financeiras.

Nosso patrimônio de referência aumentou de R$ 7.561 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R$ 8.800 milhões em 31 de dezembro de 2003 com base no consolidado financeiro (excluindo-se as subsidiárias não financeiras). Com base no consolidado econômico-financeiro, nosso patrimônio de referência aumentou de R$ 8.175 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R$ 9.433 milhões em 30 de dezembro de 2003. O aumento do patrimônio de referência com base no consolidado financeiro de 2002 para 2003 reflete basicamente um lucro líquido de R$ 1.052 milhões e um aumento da dívida subordinada de R$ 548 milhões, parcialmente compensados por dividendos no valor de R$ 426 milhões que pagamos na forma de juros sobre nosso capital próprio em 2003.

Nosso patrimônio de referência aumentou de R$ 8.800 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 9.982 milhões em 31 de dezembro de 2004 em uma base de consolidação parcial (excluindo-se as subsidiárias não financeiras). Com base no consolidado econômico-financeiro, nosso patrimônio de referência aumentou de R$ 9.433 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 10.508 milhões em 31 de dezembro de 2004. O capital mínimo exigido em uma base de consolidação parcial aumentou em 2004 porque nossa exposição à moeda corrente estrangeira aumentou para mais de 5% do nosso capital ajustado. De acordo com as regulamentações do Banco Central, quando a exposição de moeda estrangeira excede 5% do capital ajustado, uma alocação de capital se faz necessária. Esta alocação de capital contribuiu para uma redução de 2,1% no nosso Índice de Basiléia. Além disso, o crescimento no volume de ativos ponderados pelo risco foi compensado principalmente pelo crescimento no capital de Nível 1 e de Nível 2. O aumento do capital de Nível 1 reflete primeiramente a receita líquida de R$ 1.283 milhões, compensados parcialmente pela provisão de R$ 527 milhões de juros sobre capital próprio. O aumento do capital de Nível 2 é principalmente devido à nossa emissão de US$ 150 milhões de dívida subordinada em dezembro 2004.

Nosso patrimônio de referência aumentou de R$ 9.982 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 10.231 milhões em 30 de junho de 2005 em uma base de consolidação parcial (excluindo-se as subsidiárias não financeiras). Com base no consolidado econômico-financeiro, nosso patrimônio de referência aumentou de R$ 10.508 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 10.773 milhões em 30 de junho de 2005. O aumento do patrimônio de referência com base no consolidado financeiro de 31 de dezembro de 2004 para 30 de junho de 2005 reflete basicamente um lucro líquido de R$ 854 milhões, parcialmente compensados por uma proposta de remuneração de capital próprio de R$ 333 milhões, pela diminuição do saldo de dívida subordinada de R$ 134 milhões decorrente do impacto da apreciação do real e pela diminuição do patrimônio liquido dos acionistas minoritários de R$ 79 milhões decorrente da aquisição dos 49% restantes do Banco Dibens.

A tabela a seguir apresenta os impactos no nosso Índice de Basiléia no exercício findo em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 e 30 de junho de 2005.

	No exercício findo em 31 de dezembro de 2002	**No exercício findo em 31 de dezembro de 2003**	**No exercício findo em 31 de dezembr o de 2004**	**No período de seis meses findo em 30 de junho de 2005**
Índice da Basiléia no início do período.....	13,72%	15,71%	18,60%	16,27%
Variações nos ativos ponderados pelo risco ..	(1,89)	0,30	(2,10)	(1,13)
Variações no risco de mercado – taxas de câmbio e taxas de juros.....	0,70	(0,02)	(2,15)	0,50
Aumento no patrimônio de referência.....	3,18	2,61	1,92	0,48
Índice da Basiléia no final do período	15,71%	18,60%	16,27%	16,12%

A melhoria da nossa carteira de crédito em 2004 e 2005 reflete uma melhor expectativa para o crescimento econômico brasileiro e a recuperação gradual da demanda doméstica por empréstimos. Como nosso índice de Basiléia está acima do mínimo exigido pelo Banco Central, poderíamos continuar a aumentar nossos ativos ponderados pelo risco, especialmente nossa carteira de operações de crédito.

Adicionalmente, o Banco Central limita o valor de investimentos em subsidiárias consolidadas que não exercem atividades bancárias, de arrendamento mercantil ou negociação de títulos, e em empresas não consolidadas, instalações, equipamentos e ativos intangíveis, a 50,0% do capital consolidado ajustado. Este limite é conhecido como Índice de Imobilização. Em 30 de junho de 2005, nosso investimento total em tais ativos era de 41,9% do capital consolidado ajustado, abaixo portanto do limite estabelecido pelo Banco Central.

Passivos de Terceiros

A tabela abaixo demonstra nossos passivos em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 e 30 de junho de 2005:

	Em 31 de dezembro de 2002		Em 31 de dezembro de 2003		Em 31 de dezembro de 2004		Em 30 de junho de 2005	
	Valor	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)							
Depósitos à vista	3.251	4,8%	2.729	4,4%	3.220	4,5%	3.547	4,8%
Depósitos de poupança	5.722	8,4%	5.918	9,6%	5.966	8,5%	5.635	7,7%
Depósitos interfinanceiros	79	0,1%	276	0,4%	119	0,2%	112	0,1%
Depósitos a prazo	16.936	24,8%	16.434	26,7%	24.225	34,4%	25.562	34,7%
Total de Depósitos	25.988	38,1%	25.357	41,1%	33.530	47,6%	34.856	47,3%
Captações no mercado	13.806	20,3%	7.184	11,6%	7.565	10,7%	6.470	8,8%
Debêntures e recursos de letras hipotecárias	648	1,0%	829	1,3%	377	0,5%	257	0,3%
Eurobônus e *commercial papers*	3.067	4,5%	2.636	4,3%	1.202	1,7%	1.226	1,7%
Linhas de importação e exportação	4.129	6,0%	2.506	4,1%	2.048	2,9%	2.418	3,3%
Outros empréstimos	1.603	2,4%	1.006	1,6%	775	1,1%	272	0,4%
Obrigações por repasses do país e do exterior	5.332	7,8%	5.917	9,6%	5.416	7,7%	5.544	7,5%
Dívidas subordinadas	932	1,4%	1.468	2,4%	1.899	2,7%	1.770	2,4%
Venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior	1.413	2,1%	2.440	4,0%	2.576	3,7%	2.173	3,0%
Outras obrigações	11.185	16,4%	12.300	20,0%	15.083	21,4%	18.653	25,3%
Total de Passivos	68.103	100,0%	61.643	100,0%	70.471	100,0%	73.639	100,0%

A tabela abaixo demonstra nossos passivos de terceiros que pagam juros, por vencimento, em 30 de junho de 2005:

	Em 30 de junho de 2005						
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)						
	Até 30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	1-3 anos	Mais de 3 anos	Total
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)						
Depósitos interfinanceiros, de poupança e a prazo	7.372	2.612	2.885	4.371	7.802	6.267	31.309
Captações no mercado aberto	4.779	897	320	474	-	-	6.470
Recursos de aceites e emissão de títulos	115	458	120	308	104	378	1.483
Obrigações por empréstimos	437	498	785	692	217	61	2.690
Obrigações por repasses do país e do exterior	162	292	482	869	2.555	1.184	5.544
Dívidas subordinadas	-	-	9	71	-	1.690	1.770
Venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior.	43	-	43	90	687	1.310	2.173
Instrumentos financeiros derivativos	26	36	109	108	220	2	501
Outras obrigações	-	1	-	2	1	-	4
Total dos passivos que pagam juros	12.934	4.794	4.753	6.985	11.586	10.892	51.944

Depósitos

Os depósitos são a principal fonte de recursos financeiros para nossas operações bancárias, representando 47,3% do total dos nossos passivos em 30 de junho de 2005, face a 47,6% em 31 de dezembro de 2004. Nossos depósitos consistem basicamente de depósitos a prazo e em poupança em reais, sobre os quais incidem juros, e de depósitos a vista em reais, sobre os quais não incidem juros.

A queda de 2,4% nos depósitos totais em 31 de dezembro de 2003 em relação a 31 de dezembro de 2002 deveu-se, em parte, ao movimento dos investidores que passaram dos depósitos para fundos de investimento e administração de recursos de terceiros, os quais proporcionaram oportunidades de investimento mais atraente em 2003.

O aumento de 32,2% nos depósitos totais em 31 de dezembro de 2004 em relação a 31 de dezembro de 2003 deveu-se, em parte, a um crescimento de 47,4% nos depósitos a prazo, principalmente atribuídos ao aumento de captação do segmento de Atacado e do lançamento do Superpoupe, para o qual obtivemos um balanço de aproximadamente R$ 1.625 milhões em 31 de dezembro de 2004.

O aumento de 4,0% nos depósitos totais em 30 de junho de 2005 em relação a 31 de dezembro de 2004 deveu-se, em parte, a um crescimento de 6,7% nos "core deposits", principalmente atribuídos ao aumento do Superpoupe, para o qual obtivemos um saldo de aproximadamente R$ 2.350 milhões em 30 de junho de 2005.

Captações no Mercado Aberto

As captações no mercado aberto diminuíram 48,0% em 31 de dezembro de 2003 em comparação a 31 de dezembro de 2002 basicamente pelo fato de termos atuado como principal dealer em operações com compromisso de recompra no valor de R$ 8 bilhões em 2002, a pedido do Banco Central. Atuar nesse tipo de transação como dealer depende da escolha do Banco Central de realizar contratos de recompra e nomear-nos como dealer. Em 31 de dezembro de 2003, nós não atuamos como principal dealer nestas transações.

As captações no mercado aberto apresentaram um aumento de 5,3% em 31 de dezembro de 2004 em comparação a 31 de dezembro de 2003. Em 2004, mantivemos a mesma política de 2003, executando operações no mercado aberto e com os investidores institucionais.

As captações no mercado aberto apresentaram um queda de 14,5% em 30 de junho de 2005 em comparação a 31 de dezembro de 2004. A redução em 2005 se deve principalmente à nossa decisão de utilizar outras fontes para financiar a expansão da nossa carteira de crédito.

Linhas de Importação e Exportação

Linhas de crédito de bancos correspondentes destinadas ao financiamento à importação e exportação, que tradicionalmente são em dólares, também representam para nós uma fonte importante de recursos. Historicamente, financiamos nossas operações de crédito em moeda estrangeira para importação e exportação a partir de linhas de crédito em moeda estrangeira junto a bancos correspondentes. Em 30 de junho de 2005 cerca de R$ 2.152 milhões, ou 89,0%, das nossas linhas de crédito existentes eram consideradas de curto prazo (até 360 dias) em comparação a R$ 1.462 milhões ou 71,4% em 31 de dezembro de 2004.

A diminuição nas linhas de crédito para importação e exportação de R$ 4.129 milhões em dezembro 2002 para R$ 2.506 milhões em dezembro 2003 deveu-se basicamente à apreciação do real e, em parte, à nossa decisão de usar recursos financeiros em geral, através de outras captações, para financiar o segmento de importação e exportação da nossa carteira de operações de crédito.

A diminuição de R$ 458 milhões em 2004 nas linhas de crédito para importação e exportação deveu-se basicamente à apreciação do real e, em parte, à nossa decisão de usar outras captações para financiar o segmento de importação e exportação da nossa carteira de operações de crédito.

O aumento de R$ 370 milhões em 30 de junho de 2005 em comparação com 31 de dezembro de 2004 nas linhas de crédito para importação e exportação deveu-se basicamente ao aumento contínuo das exportações brasileiras, compensada em parte pela apreciação do real no período.

Outras Fontes de Recursos Financeiros

Euronotes e *Commercial Papers*

Somos um participante ativo do mercado de capitais, principalmente emitindo *Euronotes*. Em 30 de junho de 2005, tínhamos em aberto R$ 1.226 milhões em *Euronotes* em dólares e em outras moedas estrangeiras. Usamos essas obrigações basicamente para financiar operações de crédito, principalmente para nossos clientes brasileiros. Destas obrigações, R$ 746 milhões vencerão nos próximos doze meses.

A diminuição de 14.1% em nosso saldo em 31 de dezembro de 2003 de *Euronotes* e *Commercial Papers* em aberto em comparação a 31 de dezembro de 2002 deveu-se basicamente à valorização do *real*, em parte compensada pelas nossas emissões de *Euronotes* dentro do nosso programa de notas de médio prazo, ou MTN, em 2003.

A queda de 54,4% em nosso saldo em 31 de dezembro de 2004 de *Euronotes* em aberto em comparação a 31 de dezembro de 2003 deveu-se ao vencimento de US$ 375 milhões e ao vencimento de um volume de 75 milhões do principal de obrigações e à apreciação do real, compensados parcialmente pela emissão de *Euronotes* sob nosso programa de nota a médio prazo, ou NMP, em fevereiro de 2004 e dezembro de 2004.

O aumento de R$ 24 milhões em nosso saldo em 30 de junho de 2005 de *Euronotes* em aberto em comparação a 31 de dezembro de 2004 deveu-se à emissão de *Euronotes* sob nosso programa de nota a médio prazo, ou NMP, em dezembro de 2004, e da emissão das notas promissórias indexadas ao IGPM em fevereiro de 2005, parcialmente compensadas pelo vencimento de US$ 125 milhões e pela apreciação do real.

Em fevereiro de 2004, emitimos US$ 100 milhões em notas promissórias que vencerão em 10 de agosto de 2005 e pagam juros semestralmente a uma taxa de 3% ao ano. O preço da emissão foi de 99,927%, propiciando um rendimento de 3,05% ao ano aos investidores.

Em dezembro de 2004, oferecemos por meio da nossa subsidiária nas Ilhas Cayman, US$ 75 milhões de notas denominadas em reais, que vencerão em 14 de junho de 2006 e pagam juros semestralmente a uma taxa de 17,9% ao ano.

Em fevereiro de 2005, emitimos US$ 125 milhões em notas promissórias que vencerão em fevereiro de 2010, são denominadas em reais e pagam juros semestralmente a uma taxa de IGPM mais 8,7% ao ano. Foi a primeira emissão de um banco brasileiro com um taxa de juros atrelada a um índice de inflação.

Nosso programa de notas de médio prazo permite a emissão de até US$ 2 bilhões (ou valor equivalente em outras moedas) em títulos e valores mobiliários. O programa é uma fonte de recursos financeiros de baixo custo e nos permite emitir títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento superior a doze meses.

A tabela abaixo demonstra as emissões em aberto dentro do nosso programa de MTN:

Data da Emissão	Valor Principal	Vencimento	Taxa de Juros
Fevereiro 2004	US$ 100 milhões	Agosto 2005	3,000%
Dezembro 2004	US$ 75 milhões	Junho 2006	17,90 %
Fevereiro 2005	US$ 125 milhões	Fevereiro 2010	IGPM + 8,7%

Venda do Direito de Recebimento do Fluxo Futuro de Ordens de Pagamento no Exterior

Securitizamos ordens de pagamento em dólares que recebemos e processamos através de nossos bancos correspondentes. A UBB Diversfied Payment Rights Finance Company, uma empresa estabelecida de acordo com as leis das Ilhas Cayman, adquire essas ordens de pagamento e as utiliza como ativo subjacente para a emissão de títulos no mercado de capitais internacional, como uma transação financeira. Os recursos da venda dos títulos são remetidos à nossa subsidiária Unibanco Cayman a título de pagamento da venda das ordens de pagamento em dólares. Os títulos lastreados em contratos de securitização de ordens de pagamento em dólares representam para nós uma fonte adicional de recursos.

Os ativos securitizados consistem de ordens de pagamento em dólares, geralmente chamadas de pagamentos Swift MT-100, recebidas e processadas por nós por intermédio de nossos bancos correspondentes.

Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos em aberto R$ 2.440 milhões de passivos representando os nossos títulos lastreados em contratos de securitização.

Em maio de 2002, concluímos uma operação de securitização no valor de US$ 400 milhões. Os títulos vencem em 15 de abril de 2009 e pagam juros trimestralmente à taxa *LIBOR* mais um *spread* de 0,57%. O montante principal dos títulos será amortizado em pagamentos consecutivos a partir de 15 de julho de 2004.

Em junho de 2003, concluímos uma operação de securitização de US$ 217 milhões. Os títulos vencem em 15 de julho de 2009 e consistem de duas parcelas: Títulos da Série 2003-1 no valor de US$ 112 milhões com pagamentos de juros trimestrais à taxa *LIBOR* mais um *spread* margem de 4,25%, e Títulos da Série 2003-2 no valor de US$ 105 milhões com pagamentos de juros trimestrais à taxa fixa de 6,15% ao ano.

Em novembro de 2003, concluímos uma operação de securitização no valor de R$ 25 bilhões, ou aproximadamente US$ 227 milhões. Os títulos vencem em 15 de outubro de 2013 e pagam juros trimestralmente à taxa de 3,55% ao ano, que equivale à *LIBOR* mais um *spread* de 2,86%. O montante principal dos títulos será amortizado em pagamentos iguais e consecutivos com início em 15 de janeiro de 2007. Para proteger os riscos cambiais oriundos do fato de que as ordens de pagamento por nós recebidas são em dólares enquanto os títulos são em ienes, fizemos uma operação de *swap* de moedas (*cross-currency swap*) baseada nos títulos. Com relação a essa operação, alteramos a estrutura do nosso programa de securitização MT-100 de forma a permitir-nos emitir títulos e valores mobiliários em ienes, libras e euros, além de dólares. Prevemos poder utilizar essa estrutura para obter acesso a mercados alternativos, diversificando, assim, nossas fontes de recursos financeiros de acordo com a nossa política de obtenção de recursos.

Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos em aberto R$ 2.576 milhões de passivos representando os nossos títulos lastreados em contratos de securitização, com um aumento de 5,6% comparado a R$ 2.440 milhões em 31 de dezembro de 2003.

Em maio de 2004, concluímos uma operação de securitização no valor de US$ 200 milhões. Os títulos vencem em 15 de abril de 2011 e pagam juros trimestralmente à taxa LIBOR mais um *spread* de 0,50%. O montante principal dos títulos será amortizado em pagamentos iguais e consecutivos a partir de 15 de julho de 2007.

Em setembro de 2004, concluímos uma operação de securitização de US$ 100 milhões. Os títulos vencem em 15 de julho de 2011 e pagam juros trimestralmente a uma taxa flutuante igual à taxa de captação LIBOR mais 0,45% ao ano.

Em 30 de junho de 2005, tínhamos em aberto R$ 2.173 milhões de passivos representando os nossos títulos lastreados em contratos de securitização, com uma queda de 15,6% comparado a R$ 2.576 milhões em 31 de dezembro de 2004, principalmente ocasionada pela apreciação do real.

A tabela a seguir demonstra as obrigações decorrentes da venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior:

Data da Emissão	Valor Principal	Vencimento
Maio 2002	US$ 400 milhões	Abril 2009
Junho 2003	US$ 225 milhões	Julho 2009
Novembro 2003	Y 25 bilhões	Outubro 2013
Maio 2004	US$ 200 milhões	Abril 2011
Setembro 2004	US$ 100 milhões	Julho 2011

Debêntures e Recursos de Letras Hipotecárias

Emitimos títulos garantidos por financiamentos imobiliários.

Em 31 de dezembro de 2003, tínhamos R$ 829 milhões dessas letras hipotecárias em aberto, em comparação a R$ 648 milhões de letras hipotecárias em aberto em 31 de dezembro de 2002. Esse aumento se deve basicamente ao aumento da demanda de financiamentos imobiliários em 2003 em comparação a 2002.

Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos R$ 377 milhões dessas letras hipotecárias em aberto, em comparação a R$ 829 milhões de letras hipotecárias em aberto em 31 de dezembro de 2003. Essa queda deve-se, basicamente, ao nosso uso de outras fontes de recursos.

Em 30 de junho de 2005, tínhamos R$ 257 milhões dessas letras hipotecárias em aberto, dos quais R$ 255 milhões vencerão nos próximos doze meses a partir de 30 de junho de 2005, em comparação a R$ 377 milhões de letras hipotecárias em aberto em 31 de dezembro de 2004. Essa queda deve-se, basicamente, ao nosso uso de outras fontes de recursos.

Obrigações por Repasses do País e do Exterior

Em 30 de junho de 2005, tínhamos um saldo de R$ 5.544 milhões em repasses no país e no exterior, que consistem basicamente de valores em reais tomados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e da Agência Especial de Financiamento Industrial ("FINAME") para empréstimos oferecidos a clientes brasileiros para investimentos principalmente em ativos fixos, como imobilizados de uso e equipamentos. Cerca de R$ 1.806 milhões desses repasses vencem nos doze meses a partir de 30 de junho de 2005.

O aumento de 11,0% das obrigações referentes a repasses no país e no exterior, que passaram de R$ 5.332 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R$ 5.917 em 31 de dezembro de 2003, foi devido principalmente ao nosso crescimento orgânico em 2003 e também a um empréstimo de US$ 70 milhões tomado da *International Finance Corporation* para repasse a nossos clientes brasileiros do ramo de exportação.

A queda de 8,5% das obrigações referentes a repasses no país e no exterior, que passaram de R$ 5.917 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 5.416 em 31 de dezembro de 2004, foi devida principalmente ao vencimento de contratos que não foram renovados.

O aumento de 2,4% das obrigações referentes a repasses no país e no exterior, que passaram de R$ 5.416 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 5.544 em 30 de junho de 2005, foi devida principalmente ao aumento na demanda por financiamentos.

Usos de Recursos Financeiros

A tabela abaixo demonstra nossos ativos em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 e 30 de junho de 2005:

	Em 31 de dezembro de 2002		Em 31 de dezembro de 2003		Em 31 de dezembro de 2004		Em 30 de junho de 2005	
	Valor	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total	Valor	% Total
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)							
Disponibilidades	1.078	1,4%	1.083	1,6%	1.561	1,9%	1.081	1,3%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.504	20,6%	10.961	15,8%	14.377	18,1%	12.735	15,3%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	18.378	24,4%	15.505	22,3%	16.604	20,9%	16.862	20,3%
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos [1]	26.557	35,2%	27.678	39,7%	31.796	40,1%	35.154	42,4%
Provisões para perdas com créditos	(1.591)	(2,1)%	(1.549)	(2,2)%	(1.669)	(2,1)%	(1.739)	(2,1)%
Outros créditos	12.060	16,0%	12.752	18,3%	13.958	17,6%	16.161	19,5%
Investimentos	1.666	2,2%	1.556	2,2%	1.158	1,4%	1.235	1,5%
Imobilizado	1.047	1,4%	988	1,4%	851	1,1%	816	1,0%
Diferido	676	1,0%	658	0,9%	714	1,0%	687	0,8%
Total do Ativo	75.375	100,0%	69.632	100,0%	79.350	100,0%	82.992	100,0%

[1] O total de Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos exclui R$ 193 milhões em 31 de dezembro de 2002 e R$ 239 milhões em 31 de dezembro de 2003 de operações registradas em contas de compensação.

De acordo com as nossas políticas de gestão de ativos, passivos e liquidez, a maioria dos nossos investimentos está em carteiras de operações de crédito e de títulos e valores mobiliários, assim como em disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez. Em 30 de junho de 2005, nossa carteira de operações de crédito representava 42,4% do nosso ativo total, nossa carteira de títulos e valores mobiliários 20,3% e as disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez 16,6%, em comparação a 40,1%, 20,9% e 20,0%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2004. Além das disponibilidades, acreditamos que nossa carteira de títulos e valores mobiliários, que inclui títulos do governo brasileiro, também representa uma fonte de liquidez de contingência porque esses títulos podem ser convertidos em caixa rapidamente.

O Banco Central exige depósitos compulsórios de 23% para os depósitos a prazo, 30% para os depósitos em poupança e 53% para os depósitos à vista. Em 30 de junho de 2005, tínhamos R$ 4.930 milhões de depósitos compulsórios, representando 5,9% do nosso ativo total.

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações em operações compromissadas diminuíram 29,3% em 31 de dezembro de 2003 em relação a 31 de dezembro de 2002. Essa diminuição ocorreu basicamente pelo fato de termos atuado em 2002 como *dealer* em operações de venda de títulos com contrato de recompra no valor de R$ 8 bilhões a pedido do Banco Central.

Nossas aplicações interfinanceiras de liquidez aumentaram 31,2%, passando de R$ 10.961 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 14.377 milhões em 31 de dezembro de 2004, principalmente devido ao crescimento das transações de intermediação interbancárias em função de oportunidades no mercado aberto.

Nossas aplicações interfinanceiras de liquidez diminuíram 11,4%, passando para R$ 12.735 milhões em 30 de junho de 2005 de R$ 14,377 milhões em 31 de dezembro de 2004, principalmente devido alocação de uma maior quantidade de capital para crédito.

Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Nossos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos representavam o montante de R$ 16.862 milhões em 30 de junho de 2005, um aumento de 1,6% sobre o saldo de R$ 16.604 milhões em 31 de dezembro de 2004.

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias contábeis, conforme descritas abaixo:

- Títulos para negociação. Os títulos para negociação são adquiridos com o propósito de serem ativa e freqüentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda. Os títulos disponíveis para venda são adquiridos com o propósito de negociação, sem a freqüência dos títulos classificados na categoria "para negociação", ou de mantê-los até o vencimento, em função de variações nas taxas de juros, mudanças nas condições de pagamentos ou outros fatores. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado em conta destacada do patrimônio líquido.
- Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos mantidos até o vencimento são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para permanecer em carteira até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A tabela abaixo mostra a classificação da carteira de títulos e valores mobiliários e os seus valores de mercado em 30 de junho de 2005:

Tipos de Títulos	**Valor Contábil**	**% sobre a Carteira**
	(em milhões de R$, exceto porcentagem)	
Para negociação	8.055	50,4%
Disponíveis para venda	3.616	22,6%
Mantidos até o vencimento	4.309	27,0%
Total de títulos	15.980	100,0%

Títulos para negociação

Títulos para negociação

A tabela abaixo demonstra os componentes de nossos títulos para negociação em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 e 30 de junho de 2005:

	Unibanco Consolidado							
	31 de dezembro de 2002		31 de dezembro de 2003		31 de dezembro de 2004		30 de junho de 2005	
Títulos para Negociação	**Custo Atualizado**	**Valor de Mercado**	**Custo Atualizado**	**Valor de Mercado**	**Custo Atualizado**	**Valor de Mercado**	**Custo Atualizado**	**Valor de Mercado**
	(em milhões de R$)							
Governo federal	3.414	3.230	2.875	2.881	2.297	2.295	1.840	1.844
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	670	668	941	941	234	234	293	293
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	514	510	1.801	1.806	1.994	1.992	1.477	1.480
Notas do Banco Central (NBC)	1.188	1.111	3	3	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.042	941	130	131	69	69	70	71
Governo estrangeiro	-	-	-	-	-	-	213	213
Dívida externa brasileira	-	-	211	217	55	54	118	118
Instituições financeiras	-	-	153	153	-	-	419	423
Eurobônus	-	-	89	89	-	-	90	94
Certificados de depósito bancário	-	-	64	64	-	-	329	329
Fundos mútuos de investimentos – abertos [1]	1.285	1.285	2.318	2.318	5.026	5.026	5.387	5.387
Empresas não financeiras	-	-	-	-	49	78	58	57
Debêntures	-	-	-	-	49	78	9	8
Eurobônus	-	-	-	-	-	-	49	49
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Carteira de ações	-	-	-	-	-	-	18	13
Outros	443	442	222	276	492	484	-	-
Total	5.142	4.957	5.779	5.845	7.919	7.937	8.053	8.055

[1] Fundos mútuos de investimentos – abertos são substancialmente decorrentes das empresas de seguros, de previdência privada e de capitalização e a carteira desses fundos é representada principalmente por títulos do governo federal.

Títulos disponíveis para venda

A tabela abaixo mostra os componentes de nossos títulos disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 e 30 de junho de 2005:

	Unibanco Consolidado							
	31 de dezembro de 2002	31 de dezembro de 2003	31 de dezembro de 2004			30 de junho de 2005		
Títulos Disponíveis para a Venda	**Valor de Mercado**	**Valor de Mercado**	**Custo Atualiz.**	**Ajuste ao Valor de Mercado**	**Valor de Mercado**	**Custo Atualiz.**	**Ajuste ao Valor de Mercado**	**Valor de Mercado**
	(em milhões de R$)							
Governo federal	1.882	722	578	(14)	564	672	(15)	657
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	1	-	1	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	627	321	496	-	496	574	1	575
Notas do Banco Central (NBC)	900	192	-	-	-	-	-	-
Bônus do Tesouro Nacional (BTN)	-	-	5	-	5	5	(1)	4
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	298	146	-	-	-	56	(1)	55
Outros	57	63	76	(14)	62	37	(14)	23
Dívida externa brasileira	726	-	26	-	26	-	-	-
Governo estrangeiro	-	29	-	-	-	1	-	1
Notas do Tesouro Norte-Americano	-	29	-	-	-	1	-	1
Empresas não financeiras	2.922	1.983	1.945	(113)	1.832	2.116	(105)	2.011
Debêntures	2.412	1.912	1.837	(103)	1.734	2.023	(80)	1.943
Eurobônus	314	20	53	-	53	15	(15)	-
Outros	196	51	55	(10)	45	78	(10)	68
Instituições financeiras	457	269	221	1	222	219	(5)	214
Debêntures	-	-	-	-	-	2	-	2
Eurobônus	324	133	67	-	67	31	-	31
Letras hipotecárias	103	114	127	1	128	125	(5)	120
Certificado de Depósito Bancário	25	20	27	-	27	41	-	41
Outros	5	2	-	-	-	20	-	20
Carteira de ações	243	151	108	(4)	104	129	(9)	120
Fundos mútuos de investimentos – aberto [1]	181	298	508	-	508	613	-	613
Total	6.411	3.452	3.386	(130)	3.256	3.750	(134)	3.616

[1] Fundos mútuos de investimentos – abertos são substancialmente decorrentes das empresas de seguros, de previdência privada e de capitalização e a carteira desses fundos é representada principalmente por títulos do governo federal.

A tabela abaixo demonstra os componentes de nossos títulos disponíveis para venda por prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 e 30 de junho de 2005:

	Unibanco Consolidado							
	31 de dezembro de 2002		31 de dezembro de 2003		31 de dezembro de 2004		30 de junho de 2005	
Prazos – Títulos Disponíveis para Venda	**Custo Atualizado**	**Valor de Mercado**	**Custo Atualizado**	**Valor de Mercado**	**Custo Atualizado**	**Valor de Mercado**	**Custo Atualizado**	**Valor de Mercado**
	(em milhões de R$)							
Até 3 meses	338	335	204	187	416	367	589	525
De 3 meses a 1 ano	1.450	1.396	570	560	649	644	538	534
De 1 a 3 anos	1.489	1.365	1.226	1.217	901	908	905	890
De 3 a 5 anos	1.792	1.696	492	503	313	308	504	450
De 5 a 15 anos	1.211	1.125	409	417	290	296	446	473
Mais de 15 anos	70	70	-	-	36	22	26	11
Indeterminado [1]	450	424	650	568	781	711	742	733
Total	6.800	6.411	3.551	3.452	3.386	3.256	3.750	3.616

[1] Refere-se a ações de companhias de capital aberto e fundos mútuos de investimentos – abertos.

Títulos mantidos até o vencimento

A tabela abaixo mostra os componentes de nossos títulos mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 e 30 de junho de 2005:

	Unibanco Consolidado			
Títulos Mantidos até o Vencimento	**31 de dezembro de 2002**	**31 de dezembro de 2003**	**31 de dezembro de 2004**	**30 de junho de 2005**
	Custo Atualizado			
	(em milhões de R$)			
Governo federal	5.900	4.282	2.342	1.395
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	187	181	167
Notas do Banco Central (NBC)	2.359	1.259	389	344
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	3.522	2.822	1.763	879
Outros	19	14	9	5
Dívida externa brasileira	306	1.140	2.178	2.634
Empresas não financeiras	404	292	214	187
Instituições financeiras	-	59	97	93
Total	6.610	5.773	4.831	4.309

A tabela abaixo mostra os componentes de nossos títulos mantidos até o vencimento por prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 e 30 de junho de 2005:

	Unibanco Consolidado			
Títulos Mantidos até o Vencimento	**31 de dezembro de 2002**	**31 de dezembro de 2003**	**31 de dezembro de 2004**	**30 de junho de 2005**
	Custo Atualizado			
	(em milhões de R$)			
Até 3 meses	334	984	1.019	149
De 3 meses a 1 ano	1.383	1.342	364	534
De 1 a 3 anos	4.120	2.216	1.266	1.428
De 3 a 5 anos	722	377	432	352
De 5 a 15 anos	51	711	1.110	1.286
Mais de 15 anos	-	143	640	560
Total	6.610	5.773	4.831	4.309

Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

A tabela abaixo demonstra as operações de crédito por tipo em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 e 30 de junho de 2005:

Carteira de Crédito por Tipo	31 de dezembro de 2002	31 de dezembro de 2003	31 de dezembro de 2004	30 de junho de 2005
		(em milhões de R$)		
Pessoa Física	8.702	9.451	11.570	13.358
Banco Múltiplo e Demais Empresas	5.225	5.453	6.541	7.906
Cartões [1]	2.015	2.326	2.794	2.881
Financeiras de Crédito ao Consumo [2]	1.462	1.672	2.235	2.571
Pessoa Jurídica	18.049	18.466	20.226	21.796
Grandes Empresas	14.566	13.888	14.597	15.382
Médias, pequenas e micro empresas	3.483	4.578	5.629	6.414
Total	26.751	27.917	31.796	35.154

(1) Inclui saldo de crédito da Unicard, Credicard e Hipercard.
(2) Inclui saldo de crédito da Fininvest, Creditec, Luizacred e Pontocred.

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos aumentaram 4,4% de R$ 26.751 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R$ 27.917 milhões em 31 de dezembro de 2003, principalmente em função do crescimento da carteira de crédito da rede de agências, nas empresas de consumo e nos financiamentos de veículos.

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos aumentaram 13,9% de R$ 27.917 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 31.796 milhões em 31 de dezembro de 2004, principalmente em função do crescimento orgânico e das recentes aquisições, como Hipercard e BNL.

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos aumentaram 10,6% de R$ 31.796 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 35.154 milhões em 30 de junho de 2005, principalmente em função do nosso crescimento orgânico.

A carteira de crédito do segmento de pessoas físicas apresentou um crescimento de 15,5% nos primeiro semestre de 2005. A maior parte da carteira deste segmento é concentrada na nossa rede de agências, em cheque especial e financiamento imobiliário, com crescente participação de crédito consignado. O saldo da carteira de crédito das nossas empresas de cartão de crédito apresentou um aumento de 3,1% entre 31 de dezembro de 2004 e 30 de junho de 2005 devido ao crescimento orgânico, principalmente na Hipercard. Nossas financeiras de crédito ao consumo incluem a Fininvest e as nossas empresas em sociedade com varejistas, como a Luizacred e a Pontocred. O crescimento de 15,0% da carteira de crédito das nossas financeiras entre 31 de dezembro de 2004 e 30 de junho de 2005 foi devido principalmente à expansão da Fininvest, cuja carteira de crédito cresceu 22,5% no período.

No segmento de pessoas jurídicas, em 30 de junho de 2005 nossa carteira de crédito apresentou um aumento de 7,8% frente a 31 de dezembro de 2004. A nossa carteira de crédito para grandes empresas apresentou um crescimento de 5,4% entre 31 de dezembro de 2004 e 30 de junho de 2005, apesar da apreciação do real de 11,5% no período, que influenciou o saldo de nossos empréstimos em moeda estrangeira. O segmento de pequenas e médias empresas apresentou um crescimento de 13,9%, comparando 30 de junho de 2005 a 31 de dezembro de 2004.

Depósitos Compulsórios no Banco Central

Os depósitos compulsórios, que devem ser mantidos no Banco Central, aumentaram 4,8%, passando de R$ 3.927 milhões em 31 de dezembro de 2002 para R$ 4.116 milhões em 31 de dezembro de 2003, apesar da queda de 2,4% no total de depósitos no mesmo período. Isto se deve ao fato que o nível de depósitos compulsórios é determinado por uma média móvel, enquanto o montante de depósitos reflete somente o total no final do período.

Os depósitos compulsórios, que devem ser mantidos no Banco Central, aumentaram 15,4%, passando de R$ 4.116 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 4.750 milhões em 31 de dezembro de 2004, como reflexo do aumento dos nossos depósitos de 32,2% no mesmo período.

Os depósitos compulsórios, que devem ser mantidos no Banco Central, aumentaram 3,8%, passando de R$ 4.750 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 4.930 milhões em 30 de junho de 2005, como reflexo do aumento dos nossos depósitos de 4,0% no mesmo período.

A tabela abaixo demonstra os depósitos compulsórios no Banco Central por tipo em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 e 30 de junho de 2005:

	Em 31 de dezembro de 2002		Em 31 de dezembro de 2003		Em 31 de dezembro de 2004		Em 30 de junho de 2005	
	R$	% do total dos depósitos comp	R$	% do total dos depósitos comp	R$	% do total dos depósitos comp	R$	% do total dos depósitos comp
	(em milhões, exceto porcentagens)							
Tipos de depósitos:								
Não remunerados	698	17,8%	824	20,0%	1.005	21,2%	1.011	20,5%
Remunerados	3.229	82,2%	3.292	80,0%	3.745	78,8%	3.919	79,5%
Total.....	3.927	100%	4.116	100%	4.750	100,0%	4.930	100,0%

A tabela acima demonstra os saldos de depósitos compulsórios como apresentados em nosso balanço patrimonial. O Banco Central nos permite contabilizar certos montantes de depósitos compulsórios em contas de compensação.

Dispêndios de Capital

Durante o período de 2002 ao primeiro semestre de 2005, nossos dispêndios de capital consistiram essencialmente em despesas para automatização do processamento de dados da nossa rede de distribuição, equipamentos de comunicação e outras ferramentas de tecnologia que foram projetadas para aumentar a eficiência de nossas operações, dos serviços oferecidos a nossos clientes e de nossa produtividade.

Em 2004, nossos dispêndios de capital foram direcionados à melhora e unificação de plataformas operacionais e de suporte, à expansão dos pontos de venda e à incorporação de empresas adquiridas como BNL, Hipercard e Phenix. As despesas com terrenos e edificações aumentaram principalmente devido à incorporação do BNL, à expansão da nossa rede de distribuição e ao redesenho de nossas agências de acordo com o novo posicionamento da nossa marca.

Em 2005, daremos continuidade com os dispêndios relativos à expansão da rede de distribuição e ao redesenho de nossas agências de acordo com o novo posicionamento da nossa marca.

Não esperamos que os dispêndios de capital no segundo semestre de 2005 sejam maiores do que os observados em nossas médias históricas, que consistem principalmente de investimentos para melhorar nossas comunicações e os sistemas das áreas de suporte e de atendimento ao cliente, bem como de investimentos relacionados ao crescimento orgânico de nossa rede de distribuição.

Variações no Fluxo de Caixa

Para a demonstração do fluxo de caixa no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, ver nota 21 às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 30 de junho de 2005.

Sensibilidade às Taxas de Juros

A administração da sensibilidade às taxas de juros é um dos principais componentes da nossa política de gestão de ativos e passivos. A sensibilidade a taxas de juros é a relação entre as taxas de juros do mercado e a receita de juros líquida devida ao vencimento ou alteração de preços característicos dos ativos que rendem juros e dos passivos que pagam juros. Para um dado período, a sensibilidade à taxa de juros é nula quando um valor igual desses ativos ou passivos vence ou tem o preço alterado na data em questão. Qualquer descasamento entre os ativos que rendem juros e os passivos que pagam juros é conhecido como posição de *gap*. Essa relação vale apenas para uma determinada data, e flutuações significativas podem ocorrer diariamente em virtude tanto de forças do mercado como de decisões da administração.

Nossa estratégia de sensibilidade a taxas de juros leva em consideração:

- a razão entre taxas esperadas de retorno e risco;
- a exposição total de risco de taxa de juros; e
- os requerimentos de liquidez e capital.

Nossa administração reavalia as nossas posições diariamente e as altera, caso necessário, rapidamente, à medida que mudam as perspectivas do mercado.

A tabela abaixo mostra os períodos de alteração de preço de nossos ativos que rendem juros e passivos que pagam juros em 30 de junho de 2005. As informações nessa data podem não refletir as posições de *gap* de taxas de juros em outras datas e podem não representar o impacto futuro nos nossos resultados. Adicionalmente, pode haver variações da sensibilidade à taxas de juros dentro dos períodos de alteração de preços apresentados, em virtude de datas de alteração de preços diferentes dentro do período em questão. Também podem surgir variações entre as diferentes moedas em que as posições de taxas de juros são mantidas:

	Em 30 de junho de 2005						
	Até 30 dias	**31-90 dias**	**91-180 dias**	**181-365 dias**	**1-3 anos**	**Mais de 3 anos**	**Total**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)						
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	1.841	545	69	110	189	-	2.754
Aplicações no mercado aberto	8.466	1.467	-	-	-	-	9.933
Depósitos compulsórios no Banco Central	4.930	-	-	-	-	-	4.930
Títulos e valores mobiliários para negociação	8.055	-	-	-	-	-	8.055
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	896	362	230	304	890	934	3.616
Títulos e valores mobiliários mantidos em carteira até o vencimento	133	16	262	272	1.428	2.198	4.309
Instrumentos financeiros derivativos	112	245	103	152	205	65	882
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos.	9.246	6.728	4.190	5.373	6.792	2.825	35.154
Outros ativos	1	-	-	-	48	-	49
Total dos ativos que rendem juros	33.680	9.363	4.854	6.211	9.552	6.022	69.682
Depósitos interfinanceiros, de poupança e a prazo.	7.372	2.612	2.885	4.371	7.802	6.267	31.309
Captações no mercado aberto	4.779	897	320	474	-	-	6.470
Recursos de aceites e emissão de títulos	115	458	120	308	104	378	1.483
Obrigações por empréstimos	437	498	785	692	217	61	2.690
Obrigações por repasses do país e do exterior	162	292	482	869	2.555	1.184	5.544
Dívidas subordinadas	-	-	9	71	-	1.690	1.770
Venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior	43	-	43	90	687	1.310	2.173
Instrumentos financeiros derivativos	26	36	109	108	220	2	501
Outras obrigações	-	1	-	2	1	-	4
Total dos passivos que pagam juros	12.934	4.794	4.753	6.985	11.586	10.892	51.944
Gap do ativo/passivo	20.746	4.569	101	(774)	(2.034)	(4.870)	17.738
Gap cumulativo	20.746	25.315	25.416	24.642	22.608	17.738	
Índice do *gap* acumulado em relação ao total dos ativos que rendem juros	29,8%	36, 3%	36,5%	35,4%	32,4%	25,5%	

Sensibilidade às Taxas de Câmbio

A maioria de nossas operações é denominada em reais. Entretanto, temos tradicionalmente recursos, passivos e derivativos denominados ou indexados em moedas correntes estrangeiras, principalmente o dólar. Negociamos contratos de derivativos, incluindo futuros, opções e swaps, para controlar nossa exposição total, assim como para auxiliar nossos clientes a administrar suas respectivas exposições. O Banco Central regula nossa exposição de moeda corrente estrangeira ao limite de 30% do nosso capital. Em 30 de junho de 2005, nossa exposição à moeda estrangeira líquida era de 10,7% do nosso capital, de acordo com as regulamentações do Banco Central. O Banco Central regulamenta nossas posições de moedas estrangeiras como percentual do capital regulatório.

Em 30 de junho de 2005, a composição dos nossos ativos, passivos, patrimônio líquido dos acionistas e instrumentos financeiros derivativos por moeda e prazo estava conforme demonstrado abaixo. As informações abaixo podem não refletir a exposição líquida nesta data de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central referentes à exposição em moedas estrangeiras, basicamente porque as operações com vencimento final no dia útil seguinte não estão sujeitas a alterações em moedas estrangeiras, já que são liquidadas com a taxa de câmbio do dia anterior. Além disso, as informações nessa data podem não refletir a exposição líquida em outros momentos e podem não representar o impacto futuro em nossos resultados.

	Em 30 de junho de 2005			
	R$	Moeda Estrangeira	Total	Porcentagem
	(em milhões de R$, exceto porcentagem)			
Ativos				
Disponibilidades	750	331	1.081	1,3
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.979	1.756	12.735	15,3
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	12.547	4.315	16.862	20,3
Relações interfinanceiras	5.562	168	5.730	6,9
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	27.600	5.815	33.415	40,3
Outros ativos	11.989	1.180	13.169	15,9
Total	69.427	13.565	82.992	100,0
Porcentagem do ativo total	83,7%	16,3%	100,0%	
Passivo e Patrimônio Líquido				
Depósitos	32.898	1.958	34.856	42,0
Captações no mercado aberto	4.647	1.823	6.470	7,8
Recursos de aceites e emissão de títulos	257	1.226	1.483	1,8
Relações interfinanceiras	654	30	684	0,8
Obrigações por empréstimos e repasses	5.359	2.875	8.234	9,9
Outras obrigações	16.298	5.614	21.912	26,5
Patrimônio líquido dos acionistas minoritários	693	-	693	0,8
Patrimônio Líquido	8.660	-	8.660	10,4
Total	69.466	13.526	82.992	100,0
Porcentagem do total de passivos e patrimônio líquido	83,7%	16,3%	100,0%	
Instrumentos financeiros derivativos	(16.143)	(1.784)	(17.927)	
Exposição Líquida		(1.745)		

INFORMAÇÕES SOBRE TENDÊNCIAS

A expectativa para os próximos doze meses a partir de junho de 2005 é de o Brasil vivenciar um crescimento econômico moderado, principalmente como reflexo de um ambiente político e econômico mais estável. Apesar da tendência de queda dos *spreads,* acreditamos que o cenário econômico atraente irá resultar em maiores níveis de confiança e, conseqüentemente, em uma maior demanda por crédito, compensando a redução de margem e levando à maiores receitas de serviços por meio do aumento de vendas cruzadas.

Nosso segmento de Varejo, particularmente a divisão de financiamento ao consumidor e os negócios com PMEs, estão bem posicionados e deverão se beneficiar das oportunidades oriundas de maior demanda por crédito. Além disso, com a melhora da nossa análise de risco de crédito, acreditamos que podemos aumentar nossos negócios sem comprometer a qualidade do crédito concedido. Iremos adicionalmente manter o foco no crescimento orgânico, aquisições estratégicas e ações de vendas cruzadas para aumentar os índices de retenção e rentabilidade. Estas iniciativas deverão nos trazer economias de escala e custos de transação menores.

Esperamos crescer nosso segmento de Atacado, identificando e visando solucionar as necessidades de nossos clientes corporativos. Acreditamos que nossa reestruturação e a integração da nossa rede de distribuição doméstica irá nos ajudar a atingir nossos objetivos com um maior grau de customização e possibilitar a oferta de novos produtos, como por exemplo, produtos derivativos.

Também esperamos manter nosso crescimento em nossos negócios de Seguros e Previdência, principalmente em linhas comerciais e em seguros patrimoniais, como D&O, aviação e petroquímicos, entre outros. Adicionalmente, acreditamos que nossa liderança de mercado para os produtos de garantia estendida deve nos capacitar para sustentar e melhorar os resultados neste segmento.

No segmento de Gestão de Patrimônios, acreditamos que nossa posição de mercado e nosso modelo diferenciado de negócios devem nos permitir manter nosso crescimento e competitividade.

Acreditamos que nossa rentabilidade será reforçada no longo prazo, essencialmente devido a recentes desenvolvimentos em nossos negócios e em nossas estruturas organizacionais. Além disso, continuaremos a busca por melhorias em nosso controle de custos, com as seguintes iniciativas:

- melhoria da eficiência de custos, por meio da revisão de nossas políticas de despesas administrativas, e a busca por maiores sinergias entre nossos diversos negócios com o intuito de simplificar controles e processamento de documentação;
- consolidação das unidades de retaguarda, como concessão de crédito e serviços de atendimento ao consumidor, para garantir processos mais simples e menos custosos, assim como para consolidar nossas estruturas de atendimento no exterior;
- revisão de nossos processos de logística, incluindo rotas de transporte e fornecedores; e
- terceirização de alguns processos responsáveis por aumento de despesas administrativas, como por exemplo, processamento de documentação e cheques.

Buscaremos melhorar a qualidade dos processos que impactam diretamente a qualidade dos nossos serviços financeiros. Para este propósito, criamos recentemente uma diretoria que consolida os processos de qualidade, a fim de administrar todas as soluções aos clientes referentes a produtos e serviços. Criamos também uma classificação exclusiva de reclamações de clientes, que deverá nos auxiliar para a resolução de demandas críticas e a oferecer soluções com mais agilidade.

REGULAMENTAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO

DISPOSIÇÕES GERAIS

O governo brasileiro detém o controle de alguns bancos comerciais e de outras instituições financeiras. Instituições bancárias pertencentes ao governo desempenham um papel importante na indústria brasileira de serviços bancários. Estas instituições detêm uma parcela significativa dos depósitos e ativos totais do sistema bancário e têm uma presença mais forte em mercados como o financiamento da casa própria e o financiamento agrícola do que os bancos do setor privado. Além disso, os bancos de desenvolvimento atuam como agências de desenvolvimento regional.

SETOR PÚBLICO

As três principais instituições financeiras controladas pelo governo brasileiro são:

- O Banco do Brasil, que oferece um leque completo de produtos bancários tanto para o setor público como para o privado. O Banco de Brasil é o maior banco comercial do país e o principal agente financeiro do governo brasileiro;
- O BNDES, um banco de desenvolvimento fornecedor de financiamentos de médio e longo prazo ao setor privado brasileiro, especialmente no setor industrial. O BNDES fornece recursos tanto diretamente, como indiretamente, por meio de repasses via outras instituições financeiras públicas e privadas; e
- A Caixa Econômica Federal, envolvida principalmente na captação de depósitos e na oferta de financiamento para a moradia e a infraestrutura urbana.

SETOR PRIVADO

Os tipos de instituições do setor privado mais importantes são:

- Bancos múltiplos, tal como o Unibanco, autorizados a fornecer um amplo leque de serviços bancários comerciais, de investimentos (inclusive a subscrição e negociação de valores mobiliários), de crédito ao consumidor entre outros;
- Bancos comerciais, que se dedicam, essencialmente, a serviços bancários de atacado e varejo. São particularmente atuantes na tomada de depósitos à vista e a prazo, bem como no fornecimento de empréstimos de capital de giro; e
- Bancos de investimento, que se dedicam, principalmente, à subscrição de títulos e valores mobiliários e a operações estruturadas.

REGULAÇÃO E SUPERVISÃO

Principais Órgãos Reguladores

O Sistema Financeiro Nacional é composto pelos seguintes órgãos reguladores e supervisores:

- Conselho Monetário Nacional ("CMN");
- Banco Central do Brasil ("Banco Central");
- Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");
- Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"); e
- Secretaria de Previdência Complementar.

O CMN, o Banco Central e a CVM regulam o setor bancário brasileiro.

As principais funções e poderes de cada um dos referidos órgãos reguladores estão resumidos abaixo:

Conselho Monetário Nacional

- estabelece as políticas monetária e de crédito
- controla empréstimos e limites de capitais
- aprova orçamentos
- estabelece políticas de câmbio e de taxas de juros
- supervisiona atividades relacionadas ao mercado de valores mobiliários
- regula a constituição e operação das instituições financeiras
- outorga poderes ao Banco Central para a emissão de moeda e estabelece os níveis de reserva necessários
- estabelece diretrizes gerais para os mercados bancário e financeiro.

Banco Central

- implementa as políticas monetárias e de crédito determinadas pelo Conselho Monetário Nacional
- controla e supervisiona todas as instituições financeiras dos setores público e privado da seguinte forma:

- tendo o poder de autorizar e aprovar:
  - a constituição e a operação de instituições financeiras
  - o aumento do capital social das instituições financeiras
  - a abertura de agências e dependências de instituições financeiras no Brasil e no exterior
  - fusões, cisões, incorporações e aquisições de instituições financeiras
  - alterações no estatuto social de instituições financeiras
  - estabelecimento ou transferência do principal local de negócios das instituições financeiras
  - fusões, cisões ou aquisições que resultem em mudança do controle acionário de instituições financeiras

- estabelecendo:
  - o capital social mínimo de instituições financeiras
  - as reservas compulsórias
  - os limites operacionais

- requerendo a apresentação de:
  - demonstrações financeiras anuais auditadas
  - demonstrações financeiras semestrais auditadas
  - demonstrações financeiras trimestrais revisadas
  - demonstrações financeiras mensais não auditadas

- requerendo a total publicidade de:
  - todas as transações de créditos
  - operações de câmbio estrangeiro
  - operações de exportação e importação
  - quaisquer outras atividades econômicas relacionadas

- impondo penalidades

Comissão de Valores Mobiliários

- implementa e regulamenta as políticas de distribuição e negociação de valores mobiliários estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional
- controla e supervisiona o mercado brasileiro de valores mobiliários da seguinte forma:

- tendo o poder de aprovar, suspender e cancelar:
  - o registro de companhias abertas
  - a autorização para a operação de corretores e intermediadores no mercado de valores mobiliários
  - a oferta pública de valores mobiliários

- supervisionando as atividades de:
  - companhias abertas
  - bolsas de valores
  - bolsas de mercadorias e futuros
  - membros do mercado
  - fundos de investimento e fundos de renda variável

- requerendo:
  - a total publicidade de fatos relevantes passíveis de afetar o mercado
  - relatórios anuais e trimestrais por parte de companhias públicas

- impondo penalidades

Reforma legislativa do Sistema Financeiro Nacional – Emenda à Constituição Federal de 1988

Em maio de 2003, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC 40/03") para substituir as previsões constitucionais restritivas então existentes por uma permissão geral para que o sistema financeiro brasileiro seja regulamentado por leis complementares, com alteração no artigo 192 da Constituição Federal. A promulgação da EC40/03 permitirá ao legislador focar mais especificamente nas diferentes matérias que afetam a regulamentação do sistema financeiro, o que deverá conduzir à maior eficiência no sistema financeiro. A partir dessa Emenda, o Congresso brasileiro pode regular o Sistema Financeiro Nacional por meio de diferentes leis complementares. A redação anterior do referido artigo 192 estabelecia que o Sistema Financeiro Nacional seria regulado por apenas uma lei complementar.

PRINCIPAIS LIMITAÇÕES E RESTRIÇÕES AO EXERCÍCIO DE DETERMINADAS ATIVIDADES

Restrições na Concessão de Crédito

É vedado às instituições financeiras conceder empréstimos a empresas coligadas, ou garantir operações dessas empresas, com algumas exceções limitadas. Para esse fim, a lei define o termo coligada como:

- Qualquer companhia que detenha mais de 10% do capital social da instituição financeira;
- Qualquer companhia na qual a instituição financeira detenha mais de 10% do capital social; ou
- Membros da administração da companhia, conselheiros, diretores e seus familiares e qualquer companhia na qual essas pessoas detenham mais de 10% do capital social, ou de que sejam também administradores.

Além disso, existem atualmente certas restrições impostas às instituições financeiras limitando a concessão de crédito a entidades do setor público, tais como companhias controladas pelo governo e agências governamentais, além de certos limites de endividamento a que essas entidades estão sujeitas.

Restrições à Concentração de Risco

A legislação brasileira proíbe as instituições financeiras de concentrarem os riscos em somente uma pessoa ou grupo de pessoas relacionadas. A lei proíbe que instituições financeiras estendam seu crédito para qualquer pessoa ou grupo de pessoas relacionadas num valor agregado equivalente a 25% ou mais do seu patrimônio líquido ajustado. Essa limitação se aplica a todas as operações envolvendo concessão de crédito, incluindo aquelas envolvendo:

- Empréstimos ou adiantamentos;
- Garantias; ou
- A subscrição, aquisição e renegociação de valores mobiliários.

Restrições a Investimentos

As instituições financeiras não poderão:

- Deter, de forma consolidada, ativos permanentes excedentes a 50% do seu patrimônio líquido ajustado;
- Ser proprietárias de bens imóveis, senão aqueles onde estão situados suas agências, dependências e escritórios; e
- Adquirir participações em outras instituições financeiras localizadas no exterior, sem a aprovação prévia do Banco Central.

Quando um banco recebe bens imóveis para pagamento de um débito, esta propriedade deve ser vendida em um ano. Esse limite de um ano pode ser prorrogado por dois períodos adicionais de um ano, desde que com a aprovação do Banco Central.

Operações de Reporte e Deporte - Operações Compromissadas.

Operações compromissadas são transações que envolvem ativos que são comprados ou vendidos de acordo com a ocorrência de certas condições. Verificada a ocorrência de quaisquer dessas condições, e dependendo dos termos do acordo particular feito entre as partes, o vendedor ou o comprador podem ser obrigados a recomprarem, ou revenderem os ativos, conforme o caso. As condições geradoras da obrigação de recompra ou de revenda variam de uma transação para outra, e normalmente devem ocorrer dentro de um determinado período de tempo.

As operações compromissadas efetuadas no Brasil estão sujeitas a limites operacionais de capital com base no patrimônio líquido da instituição financeira, conforme ajustado nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil. Uma instituição financeira somente poderá manter operações compromissadas no montante de até 30 vezes seu patrimônio líquido ajustado. Dentro dessa limitação, operações compromissadas envolvendo valores mobiliários de empresas privadas não poderão exceder o dobro do patrimônio líquido ajustado. Os limites em operações compromissadas envolvendo valores mobiliários endossados por autoridades governamentais brasileiras variam de acordo com o tipo de valor mobiliário objeto da operação e com o risco do emissor, conforme o estabelecido pelo Banco Central.

Empréstimo em Moeda Estrangeira

Uma vez registradas no Banco Central do Brasil, as instituições financeiras podem tomar empréstimos em moeda estrangeira no mercado internacional, qualquer que seja o motivo, sem prévio consentimento do Banco Central, bem como podem repassar esses recursos a empresas brasileiras ou outras instituições financeiras. As instituições financeiras fazem esses repasses por meio de empréstimos em moeda nacional, reajustados de acordo com a variação cambial da moeda estrangeira na qual o empréstimo original foi realizado, conforme permitido expressamente pela legislação em vigor.

O Banco Central poderá estabelecer limitações em relação ao prazo, taxa de juros e condições gerais dos empréstimos em moeda estrangeira. Essa autarquia altera freqüentemente tais limitações, de acordo com o cenário econômico e com a política monetária adotada pelo governo brasileiro.

Negociação de Moeda Estrangeira

Apenas as instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a operar no mercado de câmbio poderão comprar e vender moeda estrangeira no Brasil. O Banco Central do Brasil impõe limites no que se refere à exposição das instituições financeiras brasileiras e suas coligadas em relação a ativos e passivos sujeitos a flutuação de moeda estrangeira e do ouro. O limite é atualmente equivalente a 30% do patrimônio líquido ajustado.

Administração de Recursos de Terceiros

A administração de recursos de terceiros tem sido historicamente regulada pelo Banco Central e pela CVM. Em 2001, a regulação e supervisão tanto dos fundos de investimentos quanto de fundos de renda variável foi transferida para a CVM. Em 2002, a CVM e o Banco Central assinaram um memorando de entendimentos por meio do qual acordaram os termos e condições gerais aplicáveis à transferência de tais atividades para a CVM. Em 2004, a CVM promulgou certas normas estabelecendo de forma consolidada as regras aplicáveis aos fundos de investimento e de renda variável.

Apenas indivíduos ou entidades autorizadas pela CVM podem atuar como administradores de recursos de terceiros.

Instituições financeiras devem segregar a administração de recursos de terceiros de suas demais atividades. Essas instituições devem indicar um administrador como agente responsável pela administração e supervisão dos recursos de terceiros.

O Banco Central do Brasil, salvo algumas exceções, proíbe as instituições que administram recursos de terceiros e suas empresas controladas e coligadas de investirem nos fundos de renda fixa que administram. A Comissão de Valores Mobiliários, por sua vez, permite que as instituições financeiras administradoras invistam nos fundos de renda variável que administram. Existem ainda diversas outras regras de diversificação e composição de carteira que visam a mitigar riscos decorrentes do excesso de exposição dos fundos de investimento a determinados riscos.

Os administradores de fundos devem obrigatoriamente marcar os títulos de renda fixa a valores de mercado e os resultados dos ativos de tal fundo devem ser contabilizados por seus valores de mercado justos.

Regulamentação sobre Micro-Crédito

O governo brasileiro tem tomado diversas medidas com o intuito de encorajar indivíduos com renda baixa a terem maior acesso ao sistema financeiro brasileiro. Referidas medidas incluem o requerimento para alocação de crédito, a simplificação de procedimentos bancários e a liberalização da regulamentação das cooperativas de crédito.

Desde 2003, os bancos comerciais, os bancos de serviços licenciados para prestarem serviços de bancos comerciais, a Caixa Econômica Federal e as cooperativas de crédito devem destinar 2% de seus depósitos em conta corrente para empréstimos a juros baixos destinadas a indivíduos de baixa renda, micro empresas e empreendedores informais, seguindo uma metodologia específica. Os juros nesses empréstimos não podem exceder 2% ao mês, o prazo para pagamento não pode ser inferior a 120 dias e o montante principal do empréstimo não pode exceder R$ 600,00 por pessoa e R$ 1000,00 para micro empresas.

Crédito com Desconto em Folha

Desde dezembro de 2003, os empregados contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) podem autorizar seus empregadores a descontarem diretamente da folha de pagamento os montantes devidos por empréstimos, financiamentos e leasings, desde que o respectivo contrato permita esse procedimento. Os empregadores devem transferir os montantes descontados da folha de pagamento de seus empregados para as instituições que concederam o crédito aos empregados, de acordo com os termos e condições estabelecidos para o respectivo contrato de empréstimo, financiamento e/ou leasing.

Nova Lei de Falências

Em 2005, o Congresso Nacional promulgou a nova lei falimentar ("Nova Lei de Falências"), a qual regula a recuperação judicial, recuperação extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária. A Nova Lei de Falências está em vigor desde 10 de junho de 2005 e se aplica subsidiariamente às instituições financeiras. A lei não afeta diretamente as instituições financeiras, as quais continuarão sujeitas aos regimes de intervenção e liquidação extrajudicial de acordo com a legislação específica. Veja " – Falência Bancária".

Sob a Nova Lei de Falências, em caso de falência, a ordem de preferência dos créditos será a seguinte: (a) créditos trabalhistas, até um determinado limite por empregado e créditos decorrentes de acidentes de trabalho, (b) créditos com garantia real até o limite do bem gravado, (c) créditos tributários, (d) créditos com privilégio especial, de acordo com a legislação brasileira (e) créditos com privilégio geral, conforme a legislação brasileira, (f) créditos quirografários, (g) multas contratuais e penas pecuniárias penais, administrativas e tributárias, e (h) créditos subordinados.

As mudanças na ordem de preferência dos créditos são consideradas favoráveis aos credores brasileiros, na medida em que os créditos fiscais não têm mais preferência sobre os créditos de instituições financeiras que sejam garantidos por garantia real. Espera-se que tais mudanças aumentem a concessão de créditos e promovam o desenvolvimento do setor financeiro nacional.

Adicionalmente, o Código Tributário Nacional foi alterado a fim de estabelecer que nos casos em que a empresa sob recuperação judicial ou processo falimentar alienar seus ativos, o adquirente não será sucessor nas obrigações tributárias ocorridas antes da alienação. Espera-se que essa alteração seja favorável para a recuperação das empresas por meio da disposição de parte de seus ativos.

REGULAÇÕES QUE VISAM A GARANTIR A SEGURANÇA E TRANSPARÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DO SISTEMA FINANCEIRO

Procedimentos de Controle Interno

Todas as instituições financeiras devem adotar políticas e procedimentos para controlar:

- Suas atividades;
- Seus sistemas de informações financeiras, operacionais e administrativas; e
- O cumprimento de todos os regulamentos a que estão sujeitas.

A diretoria executiva da instituição financeira é responsável pela implementação de estrutura de controles internos efetiva, definindo responsabilidades e procedimentos de controle e estabelecendo os correspondentes objetivos em todos os níveis da instituição. A diretoria executiva também é responsável pela verificação do cumprimento dos procedimentos internos.

Tanto a auditoria interna, que se reporta diretamente ao conselho de administração da instituição, quanto a auditoria externa são responsáveis pelo monitoramento do sistema de controles internos.

Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria

Todas as instituições financeiras devem ser auditadas por auditores independentes. A instituição financeira somente pode contratar auditor independente devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários, com certificação de especialista em análise bancária, conferida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e desde que estejam presentes requisitos mínimos que atestem sua independência. Além disso, as instituições financeiras devem substituir tais auditores independentes ao menos a cada cinco exercícios fiscais consecutivos. O auditor independente que já tiver prestado esses serviços à instituição anteriormente poderá ser recontratado somente após transcorridos três exercícios fiscais completos a contar do término de sua contratação anterior. A instituição financeira deve ainda indicar diretor executivo responsável pelo cumprimento de toda regulamentação relacionada a demonstrações financeiras e auditoria.

Adicionalmente ao relatório de auditoria, o auditor independente deve relatar sobre:

- A avaliação dos controles internos e procedimentos de gerenciamento de riscos exercidos pela instituição financeira, inclusive acerca de seu sistema eletrônico de processamento de dados, apresentando todas as eventuais deficiências encontradas.
- A descrição do eventual desenquadramento da instituição financeira com regulamentação a que está sujeita, no tocante às demonstrações financeiras da instituição financeira ou suas atividades.

Toda instituição financeira que possua (i) Patrimônio de Referência ou Patrimônio de Referência consolidado igual ou maior que R$ 1 bilhão, (ii) administração de recursos de terceiros em montante igual ou superior a R$ 1 bilhão, (iii) somatório das captações de depósitos e de administração de recursos de terceiros em montante igual ou superior a R$ 5 bilhões, devem ter criado um comitê interno de auditoria até 01 de julho de 2004. O comitê de auditoria deverá ser criado mediante previsão expressa no estatuto social da instituição financeira e deverá ser composto por no mínimo 3 membros, sendo um deles especializado em contabilidade e auditoria. De acordo com a lei brasileira, os membros do comitê de auditoria também podem ser membros do conselho de administração da instituição, e devem enquadrar-se em determinados critérios no intuito de se assegurar sua independência. O comitê de auditoria deve se reportar ao conselho de administração e suas principais funções são:

- Indicar o auditor independente a ser eleito pelo conselho de administração;
- Supervisionar os trabalhos do auditor independente;
- Solicitar a substituição do auditor independente quando julgar necessário;
- Revisar as demonstrações financeiras de cada semestre, bem como os relatórios de administração e de auditoria;
- Supervisionar a contabilidade e a auditoria, inclusive quanto ao enquadramento com procedimentos internos e a normas aplicáveis;
- Avaliar enquadramento da administração da instituição financeira de acordo com as orientações fornecidas pelo auditor independente;
- Receber e divulgar informações acerca de eventual descumprimento de procedimentos internos ou das normas aplicáveis;
- Orientar os administradores com relação aos controles internos e aos procedimentos a serem adotados;
- Reunir-se com os administradores, auditores independentes e contadores internos para verificar o cumprimento das suas orientações.

Ainda, é permitido pela legislação brasileira que seja criado um único comitê para todo o grupo de empresas. Nesse caso particular, o comitê de auditoria deve ser responsável por toda e qualquer instituição financeira que pertença ao mesmo grupo e que se enquadre nos requerimentos mencionados no parágrafo acima.

Os auditores independentes e o comitê de auditoria devem comunicar imediatamente ao Banco Central qualquer ocorrência que possa afetar negativamente a instituição financeira, inclusive o descumprimento de qualquer obrigação a ela aplicável e fraude.

Necessidade de Auditoria

A legislação brasileira obriga que as instituições financeiras levantem suas demonstrações financeiras de acordo com certos padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades Anônimas e outras regulamentações aplicáveis.

Diretrizes de Adequação do Capital

As instituições financeiras brasileiras devem cumprir diretrizes similares àquelas constantes do Acordo da Basiléia sobre adequação do capital ponderado pelo risco. Os requerimentos impostos pelo Banco Central do Brasil diferem dos constantes do Acordo da Basiléia em poucos aspectos. Dentre outras diferenças, o Banco Central do Brasil:

- Impõe um requisito de capital mínimo de 11% no lugar dos 8% do capital mínimo exigidos pelo Acordo da Basiléia;
- Requer um montante adicional de capital em relação a taxa de juros e operações de "swap" em moeda estrangeira não refletidas no balanço; e
- Confere níveis de riscos diferentes a determinados ativos/bens e valores de conversão de créditos, incluindo uma ponderação pelo risco de 300% sobre créditos fiscais relativos a imposto de renda e contribuições sociais.

De acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, o Patrimônio de Referência das instituições financeiras brasileiras é representado pela soma do Nível 1 e do Nível 2 de patrimônio e é levado em consideração para definir sua adequação de capital.

- Nível I: corresponde ao patrimônio líquido, acrescido do saldo das contas de resultado, e deduzidos: (1) os saldo das contas de resultado devedoras, excluídas as reservas de reavaliação, as reservas para contingências e as reservas especiais de lucros relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos; (2) os valores referentes a ações preferenciais cumulativas e a ações preferenciais resgatáveis.
- Nível II: corresponde às reservas de reavaliação, reservas para contingências, reservas especiais de lucros relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos, ações preferenciais cumulativas, ações preferenciais resgatáveis, dividas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e divida. O valor total do Nível II não pode exceder o valor total de Nível I, sendo que (i) o valor total das reservas de reavaliação no Nível II não deve exceder 25% do Patrimônio de Referência; (ii) o valor total de dívida subordinada acrescido do valor das ações preferenciais resgatáveis, em cada caso vencendo originalmente em menos de 10 anos, não deve exceder 50% do valor de Nível I; e (iii) um redutor de 20% deve ser aplicado aos valores das dívidas subordinadas e ações preferenciais resgatáveis integrantes do Nível II a cada ano dos 5 anos imediatamente anteriores ao respectivo vencimento.

O Patrimônio de Referência deve ser considerado para o fim de definir a adequação do capital de instituições financeiras, exceto com relação ao limite de ativos permanentes, o qual é definido segundo determinadas previsões legais.

Estrutura do Capital

As instituições financeiras devem ser organizadas sob a forma de sociedade anônima. Na condição de sociedades anônimas, elas estão sujeitas a todas as previsões da Lei brasileira das Sociedades Anônimas e, se forem companhias abertas, também estarão sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários.

O capital social das instituições financeiras pode ser dividido em ações com ou sem direito a voto, sendo que as ações sem direito a voto não podem ultrapassar 50% do capital total.

Tratamento de Dívidas Vencidas

De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem classificar seus empréstimos em 9 categorias, variando de AA a H, de acordo com seus riscos. A apuração de risco inclui a avaliação do tomador, do garantidor e dos próprios empréstimos. A classificação dos créditos é determinada de acordo com o critério do Banco Central que leva em consideração:

- Características do devedor e do garantidor, tais como suas condições econômica e financeira, seus níveis de inadimplência, capacidade de gerar lucro, fluxo de caixa, atraso nos pagamentos, limites de contingenciamento de crédito; e
- Características da transação, tais como sua natureza e objetivo, suficiência das garantias, nível de liquidez e valor total do empréstimo.

As regulamentações especificam, para cada categoria de empréstimo, uma provisão mínima, como segue:

Empréstimo Bancário - Classificação	Provisão Mínima
AA	—
A	0,5%
B	1,0%
C	3,0%
D	10,0%
E	30,0%
F	50,0%
G	70,0%
H	100,0%

No geral, os bancos devem rever a classificação dos empréstimos anualmente. No entanto, a revisão será:

- Semestral caso o valor agregado de empréstimos concedidos para um único tomador ou grupo econômico exceder a 5% do patrimônio líquido ajustado; e
- Mensalmente, no caso de empréstimos que se tornaram vencidos e não pagos.

Um empréstimo pode ter sua classificação aumentada se ele for parcialmente pago ou diminuída se estiver inadimplente. Os bancos devem dar baixa de empréstimos após 6 meses de classificação como H.

No caso de empréstimos para indivíduos, existe um sistema de classificação similar, com nove categorias. O empréstimo é classificado com base em dados que incluem a renda do indivíduo, seu patrimônio e seu histórico de crédito (bem como outros dados pessoais).

Para empréstimos vencidos, as regras estabelecem classificações máximas, como segue:

Número de dias após vencimento do empréstimo[1]	Classificação Máxima
15 a 30 dias	B
31 a 60 dias	C
61 a 90 dias	D
91 a 120 dias	E
121 a 150 dias	F
151 a 180 dias	G
Mais de 180 dias	H

[1] O período deverá ser dobrado em caso de empréstimos cujo prazo de vencimento exceder 36 meses.

Os bancos devem determinar, mensalmente, se alguns dos empréstimos deverão ser reclassificados em conseqüência das classificações máximas acima mencionadas. Em caso afirmativo, os bancos deverão ajustar adequadamente as suas provisões.

Finalmente, os bancos devem disponibilizar ao Banco Central do Brasil e a seus auditores independentes suas políticas de classificação de empréstimos. Eles também deverão disponibilizar as informações relativas a sua carteira de empréstimos juntamente com suas demonstrações financeiras, incluindo:

- Descrição das atividades e da natureza do tomador;
- Vencimento dos empréstimos;
- Valores de empréstimos que foram renovados, baixados ou recuperados;
- Diversificação da carteira de empréstimos de acordo com a sua classificação; e
- Empréstimos vencidos – divididos em empréstimos vencidos até 15 dias e empréstimos vencidos por mais de 15 dias.

Análise de Risco de Crédito

As instituições financeiras devem prestar informações ao Banco Central do Brasil referentes à concessão de crédito e à prestação de garantias por clientes. As informações serão utilizadas para:

- Reforçar a capacidade de supervisão do Banco Central do Brasil; e
- Disponibilizar informações referentes aos devedores a outras instituições financeiras (sendo que as demais instituições financeiras somente poderão acessar tais informações mediante autorização dos clientes).

Caso o valor agregado de operações de um cliente exceda R$ 5.000,00 ou caso uma operação tenha valor superior a R$ 5.000.000,00, a instituição financeira deverá fornecer ao Banco Central do Brasil:

- A identidade de tal cliente.
- Detalhe sobre as operações de tal cliente, inclusive qualquer garantia prestada pelo banco a obrigações de tal cliente; e
- Informações referentes à taxa de risco de crédito do cliente com base na política de risco de crédito acima.

Caso o valor agregado seja menor ou igual a R$ 5.000,00, a instituição financeira deve somente informar o valor total de operações por cliente ao Banco Central do Brasil.

Lei Contra a Lavagem de Dinheiro

De acordo com a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro, as instituições financeiras devem:

- Identificar e manter informações atualizadas a respeito de seus clientes;
- Manter controles internos e registros;
- Manter, por um período de cinco anos, arquivos de quaisquer operações ou conjunto de operações realizadas por indivíduos ou entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico que envolvam moeda brasileira ou estrangeira, valores mobiliários, metais preciosos, ou qualquer outro bem conversível em dinheiro, excedendo o valor de R$ 10.000,00;
- Rever operações ou propostas com características que indiquem a existência de crime;

- Manter arquivo das operações com cheques por 5 anos;
- Comunicar à autoridade competente (sem o conhecimento do cliente) qualquer transação ou grupo de transações realizadas por indivíduos ou entidades pertencentes ao mesmo grupo de empresas cujo montante exceda R$ 10.000,00; e
- Comunicar à autoridade competente, dentro de 24 horas, qualquer operação suspeita.

Além do acima exposto, a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras. O principal papel do Conselho é promover a cooperação entre os entes governamentais brasileiros responsáveis pela implementação de políticas anti-lavagem de dinheiro, de modo a evitar a prática de atos ilegais e fraudes.

Lei Contra Evasão Tributária

De acordo com a legislação brasileira, o Banco Central pode requerer de instituições financeiras as informações geralmente protegidas por sigilo bancário sem autorização judicial, desde que eles tenham fortes evidências circunstanciais de que o cliente tenha praticado evasão tributária. Tal evidência pode ser representada, entre outros por:

- Declaração, pelo cliente, de operações com valores inferiores aos seus valores de mercado;
- Empréstimos adquiridos de fontes externas ao sistema financeiro;
- Operações envolvendo "paraísos fiscais";
- Despesas e investimentos que excedam a renda disponível declarada;
- Remessa internacional de moeda nacional por contas de não residentes em quantias que excedam a renda disponível declarada; e
- Pessoas jurídicas com o CNPJ cancelado ou declarado nulo.

Em circunstâncias que não as descritas acima, informações protegidas pela lei de sigilo bancário podem somente ser fornecidas por determinação de ordem judicial ou ordem de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

REGULAÇÕES QUE AFETAM A LIQUIDEZ DO MERCADO FINANCEIRO

Exigências de Reservas

O Banco Central do Brasil atualmente impõe várias exigências de reservas compulsórias às instituições financeiras. As instituições financeiras devem depositar tais reservas junto ao Banco Central do Brasil. O Banco Central do Brasil se utiliza de exigências de reservas como um mecanismo para o controle da liquidez do sistema financeiro. As reservas impostas sobre os depósitos em conta corrente, poupança e a prazo representam quase que a totalidade dos valores que devem ser depositados junto ao Banco Central do Brasil. Veja "Análise da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações – Fatores Macro-econômicos que Afetam nossas Condições Financeiras e Resultado de Operações – Efeito da Regulamentação Governamental nas nossas Condições Financeiras e Resultados de Operações – Exigência de Reservas e Depósitos Compulsórios".

TRIBUTAÇÃO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF)

A Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) é um tributo incidente sobre qualquer tipo de transação financeira, com certas exceções limitadas. A atual alíquota da CPMF é de 0,38% e vigorará até 31 de dezembro de 2007. Em 2004, a Leinº 10.892/04, criou as "contas de depósito de investimento", que são contas de investimento que permitem aos investidores movimentarem as aplicações financeiras com recursos existentes nestas contas sem pagarem CPMF.

O Governo brasileiro pode alterar a alíquota vigente a qualquer momento, respeitados os limites impostos pela Constituição Federal.

A CPMF geralmente incide sobre quaisquer débitos ocorridos em contas bancárias. Isso incentiva a redução, por parte dos clientes, do número de movimentações financeiras e de investimentos a curto prazo.

Aumentos nas alíquotas de PIS e COFINS

Em maio de 2003, o Congresso Nacional aprovou um aumento na alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), devido pelo setor de serviços financeiros. O Programa de Integração Social (PIS) e o COFINS incidiam anteriormente sobre a renda bruta a uma alíquota combinada de 4,65%. Como parte da reforma tributária brasileira, em fevereiro de 2004 a alíquota de COFINS para não-financeiras aumentou de 3% para 7,6% a a PIS de 0,65% para 1,65%, resultando em uma alíquota combinada de 9,25%. Esses aumentos nos afetam pouco diretamente, pois apenas algumas de nossas subsidiárias que operam com financiamento ao consumo são consideradas não-financeiras para os fins do regime de PIS e do COFINS. O governo brasileiro recentemente reduziu a zero a alíquota do PIS e do COFINS incidentes nas receitas resultantes de intermediação financeira recebidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime não-cumulativo de PIS e COFINS. A redução da alíquota não se aplica às receitas resultantes de juros sobre capital próprio.

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)

O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) é composto por quatro tipos diferentes de operações, com diferentes alíquotas. Atualmente, as alíquotas reais estão muito abaixo do limite autorizado por lei.

Geralmente, o IOF é devido nas seguintes operações, com as seguintes alíquotas:

Operação	Alíquota máxima autorizada por lei	Alíquota atual
• crédito concedido por instituições financeiras e não financeiras	1,5% por dia	• até 0,0041% por dia dependendo da operação
• operações com valores mobiliários e ouro como ativo financeiro	1,5% por dia	• 0,5% por dia para fundos de investimento de qualquer tipo[1], com prazo de carência • 0% em operações com ações • 1% nas operações com valores mobiliários de renda fixa[2]
• operações de seguro entre companhias de seguro	25%	• 2% para seguro saúde e de vida • 7% para todos os outros tipos de seguro [3]
• operações de câmbio	25%	• 0% (regra geral) • 2% (operações com cartão de crédito) • 5% (para remessas do exterior que permanecerão no Brasil por um período inferior ou igual a 90 dias)

(1) Existem algumas exceções relativas a fundos de investimento imobiliários e para fundos de investimento em empresas emergentes.
(2) Existem várias exceções que são taxadas a 0%, incluindo operações feitas por instituições financeiras, por fundos de investimento e órgãos governamentais.
(3) Existem várias exceções que são taxadas a 0%, incluindo operações de resseguro, seguro exportação e seguro governamental.

REGULAMENTAÇÕES QUE AFETAM NOSSA RELAÇÃO COM NOSSOS CLIENTES

O relacionamento entre instituições financeiras e seus clientes é regulado, em geral, pelas leis aplicáveis a todas as operações comerciais, e pelo novo Código Civil, em particular. No entanto, a regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central dispõe sobre questões específicas relacionadas à atividade bancária e contratos, complementando a referida regulamentação geral.

O Código de Defesa do Consumidor e o Código de Defesa do Cliente Bancário

Em 1990, o Código de Defesa do Consumidor foi promulgado para estabelecer regras mais rígidas para governar as relações de consumo entre fornecedores de produtos e serviços e consumidores, com vistas à proteção do consumidor final. Em maio de 2004, o Superior Tribunal de Justiça determinou que o Código de Defesa do Consumidor também é aplicável para operações entre instituições financeiras e seus clientes. Nós não temos condições, nesse momento, de prever quais são os impactos que isso terá no sistema bancário brasileiro. Instituições financeiras também estão sujeitas à regulamentação específica do Conselho Monetário Nacional, que especificamente regula o relacionamento entre instituições financeiras e seus clientes.

O Novo Código Civil

O novo Código Civil ("Novo Código Civil") entrou em vigor em 11 de janeiro de 2003, substituindo o Código Civil anterior e grande parte do Código Comercial. O Novo Código Civil é bastante abrangente quanto à sua aplicabilidade, regulando as pessoas físicas e jurídicas, e contém disposições que alteram, com maior ou menor relevância, a sistemática referente a contratos, garantias, propriedade, família e sucessões, dentre outros.

Obrigações estabelecidas contratualmente e as garantias prestadas até 11 de janeiro de 2003 continuarão sendo reguladas pelo antigo Código Civil somente com relação a sua existência e validade, mas os efeitos produzidos por tais contratos a partir de 11 de janeiro de 2003 são regulados pelo Novo Código Civil. As alterações trazidas pelo Novo Código Civil não impactaram significativamente nossas operações.

Sigilo Bancário

As instituições financeiras devem manter sigilo de suas operações bancárias e dos serviços prestados aos seus consumidores. Contudo, há certas exceções a essa obrigação, como o compartilhamento de informação sobre histórico de crédito, atividades criminosas e violação de regulamentos bancários ou divulgação de informação autorizada pelas partes interessadas. O sigilo bancário também pode ser quebrado quando necessário para investigar de um ato ilegal.

FALÊNCIA BANCÁRIA

Intervenção, Liquidação Administrativa e Falência

O Banco Central pode intervir nas operações de um banco se existir risco material para os credores. O Banco Central pode intervir nas instituições financeiras se for possível evitar sua liquidação ou pode realizar liquidação administrativa ou, em alguns casos, requerer a falência de qualquer instituição financeira, exceto aquelas controladas pelo governo federal.

Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial de qualquer instituição financeira (exceto aquelas controladas pelo Governo Federal) pode ser determinada pelo Banco Central se ficar comprovado que:

- Os débitos da instituição financeira não estão sendo pagos em seu vencimento; ou
- A instituição financeira é tipificada insolvente; ou
- A instituição financeira incorreu em perdas que podem aumentar de forma anormal a exposição de credores não garantidos; ou
- A administração de uma instituição financeira ter violado de forma relevante as leis e regulamentos bancários brasileiros; ou
- No cancelamento de sua autorização para funcionar, os procedimentos de liquidação ordinária não se iniciam dentro de 90 dias seguintes ao cancelamento, ou se prolongam com atraso representando um risco para seus credores, ao julgamento discricionário do Banco Central.

Os procedimentos de liquidação podem, por outro lado, serem requeridos, por motivos razoáveis, pelos diretores da instituição financeira ou pelo interventor indicado pelo Banco Central no procedimento de intervenção.

Os procedimentos de liquidação extrajudicial podem terminar:

- Por decisão discricionária do Banco Central, se as partes envolvidas assumirem a administração da instituição financeira após terem dado as garantias necessárias; ou
- Quando as contas finais do liquidante forem entregues e aprovadas, e subseqüentemente registradas no Registro Público competente; ou
- Quando convertida em liquidação ordinária; ou
- Quando a instituição financeira for declarada falida.

Regime Especial de Administração Temporária

Além dos procedimentos já expostos, o Banco Central também pode estabelecer o Regime de Administração Especial Temporária ("RAET"), que é uma forma menos severa de intervenção do Banco Central em instituições financeiras privadas e públicas não federais, e que permite às instituições continuarem a operar normalmente.

O RAET pode ser imposto pelo Banco Central nas seguintes circunstâncias:

- A instituição participa de forma contínua de transações contrárias às políticas econômicas e financeiras estabelecidas pela lei federal;
- Gestão temerária ou fraudulenta;
- Ocorrência de situações que ensejam a intervenção, nos termos da legislação em vigor;
- Conduta ilegal; e
- Existência de passivo a descoberto.

O principal objetivo do RAET é auxiliar a recuperação das condições financeiras da instituição sob administração especial. Assim, o RAET não afeta os negócios cotidianos, obrigações ou direitos da instituição financeira, que continua a operar em seu curso normal.

Pagamento de Credores em caso de Liquidação

Na liquidação de instituição financeira, os salários e indenizações devidos a empregados e os débitos fiscais têm prioridade sobre quaisquer outras reclamações e cobranças em relação à massa falida. O Fundo Garantidor de Crédito ("FGC") é um seguro que garante a cada cliente o ressarcimento de até R$ 20.000,00 para os valores em depósito e em outros instrumentos de crédito em determinada instituição financeira (ou em instituições financeiras do mesmo grupo financeiro). O Fundo Garantidor de Crédito é constituído principalmente por meio de contribuições obrigatórias feitas por todas as instituições financeiras brasileiras que trabalham com depósito de clientes. O pagamento de créditos não garantidos e dos valores dos depósitos de clientes que excedam o limite do Fundo de Seguro de Crédito está sujeito ao prévio pagamento de todos os créditos segurados e outros créditos para os quais leis específicas prevejam privilégios especiais.

Sistema Brasileiro de Pagamentos

As regras de compensação de pagamentos no Brasil baseiam-se nas diretrizes adotadas pelo Banco de Pagamentos Internacionais - Bank of International Settlements (BIS) e o Sistema Brasileiro de Pagamentos, que começou a operar em abril de 2002. O Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários podem regulamentar e supervisionar esse sistema. De acordo com essas regras, todas as câmaras de compensação deverão adotar procedimentos de modo a reduzir a possibilidade de crises sistêmicas e reduzir os riscos anteriormente suportados pelo Banco Central do Brasil. Os princípios mais importantes do novo Sistema de Pagamento Brasileiro são:

- A existência de dois sistemas principais de pagamento e compensação: compensação em tempo real, por meio da utilização de reservas depositadas no Banco Central do Brasil; e compensação diferida, esta por meio das câmaras de compensação;
- As câmaras de compensação, salvo raras exceções, serão responsáveis pelo pagamento das ordens por elas aceitas; e
- As leis de falência não afetam as ordens de pagamento feitas por intermédio dos créditos das câmaras de compensação, nem as garantias que venham a assegurar tais ordens. No entanto, as câmaras de compensação terão créditos quirografários perante o falido.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Bancos Estrangeiros

A Constituição Federal proíbe instituições financeiras estrangeiras de estabelecerem novas agências no Brasil, exceto quando devidamente autorizadas pelo governo brasileiro. Uma instituição financeira estrangeira devidamente autorizada a operar no Brasil por meio de uma agência ou dependência está sujeita às mesmas regras, normas e requisitos que são aplicáveis a toda e qualquer instituição financeira brasileira.

Investimentos Estrangeiros em Instituições Financeiras Brasileiras

A Constituição Federal permite que indivíduos ou pessoas jurídicas estrangeiras invistam em ações com direito a voto das instituições financeiras brasileiras somente se o investidor estrangeiro obtiver autorização específica do governo brasileiro.

Investidores estrangeiros podem adquirir ações de instituições financeiras sem direito a voto negociadas em bolsa, ou certificados de depósito de ações oferecidos no exterior, representando ações sem direito a voto, sem autorização específica.

SUPERVISÃO EM OUTRAS JURISDIÇÕES

Nós temos filiais, afiliadas e dependências em várias jurisdições diferentes, como Nova Iorque, Miami, Luxemburgo, Paraguai e Ilhas Cayman.

O Banco Central do Brasil exerce supervisão global consolidada em relação a tais afiliadas e dependências. Ainda, na maioria dos casos, tivemos que obter aprovação oficial dos governos, bancos centrais e autoridades monetárias de tais localidades, antes do início de nossas operações, e em todos os casos estamos sujeitos à supervisão de autoridades locais.

MERCADO DE SEGUROS

Principais Entidades Reguladoras

São dois os principais órgãos reguladores do sistema de seguros brasileiro: o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP; e a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A SUSEP é responsável pela implementação e supervisão da política implementada pelo CNSP e por assegurar o cumprimento dessa política por parte das companhias seguradoras e corretores de seguro.

Seguro

As companhias seguradoras necessitam de aprovação governamental para operarem, assim como autorização específica da SUSEP para cada um de seus produtos. As companhias seguradoras podem vender suas apólices somente por meio de corretores qualificados e devidamente registrados perante as autoridades competentes.

As companhias seguradoras devem manter reservas, fundos e provisões de acordo com os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP. Os investimentos que dão suporte a essas reservas devem ser diversificados. Grande parte dos ativos em que uma companhia seguradora pode investir é representada por valores mobiliários. Consequentemente, as companhias seguradoras são os maiores investidores institucionais no mercado financeiro brasileiro e estão sujeitas a uma série de regras e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, relacionadas a esses investimentos e de reservas técnicas.

As companhias seguradoras, salvo algumas exceções, são proibidas de:

- Atuar como instituições financeiras, concedendo crédito ou prestando garantias;
- Negociar com valores mobiliários;
- Investir fora do Brasil.

As companhias seguradoras devem operar dentro de limites técnicos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados de acordo com regras editadas pelo CNSP. As regras levam em consideração a situação econômica e financeira da companhia seguradora, as condições técnicas das suas respectivas carteiras e os resultados de suas operações de resseguro (conforme definido abaixo).

As companhias seguradoras (i) com patrimônio líquido ajustável superior a R$ 500 milhões apresentado nos dois últimos exercícios sociais, ou (ii) com provisões técnicas em montante superior a R$ 700 milhões nos dois últimos exercícios sociais, devem constituir comitê de auditoria.

Para as companhias seguradoras participantes de conglomerados financeiros, referidas condições são aplicáveis considerando a totalidade das sociedades seguradoras participantes do conglomerado. Adicionalmente, companhias seguradoras participantes de um grupo financeiro podem constituir comitê de auditoria único para o cumprimento de suas responsabilidades.

Resseguro

A regulamentação das transações de resseguro no Brasil eram tradicionalmente domínio do IRB - Brasil Resseguros S.A. - IRB, uma entidade controlada pelo Governo que deteve o monopólio do mercado brasileiro de resseguros de 1932 a 1996. Em 1996, esse monopólio foi eliminado formalmente. De acordo com uma lei promulgada em 1999, o IRB deveria ser privatizado e seus poderes regulatórios transferidos para a SUSEP. Contudo, a constitucionalidade dessa lei foi objeto de questionamento junto ao Supremo Tribunal Federal. A discussão acerca da constitucionalidade acabou prejudicada em razão da EC 40/03, resultando na extinção do processo. Atualmente, o Governo Brasileiro vem estudando novamente a abertura no mercado ressegurador. Todos os riscos contratados pelas companhias seguradoras que excedam o limite máximo de retenção estabelecido pela SUSEP devem obrigatoriamente ser ressegurados ou co-segurados. De acordo com as práticas do mercado, as companhias de seguro adicionalmente contratam voluntariamente o resseguro ou o co-seguro de algumas de suas operações, independentemente de atingirem ou não os limites de retenção.

Obrigação de Divulgação

As companhias de seguro devem protocolar na Superintendência de Seguros Privados relatórios mensais não auditados e relatórios auditados semestrais e anuais.

Liquidação

As companhias de seguro não estão sujeitas às regras gerais dos procedimentos de falência, seguindo um processo administrativo especial administrado pela SUSEP. A liquidação pode ser voluntária ou compulsória. O Ministro da Fazenda tem poder para determinar dissoluções compulsórias.

Em caso de insuficiência de cobertura das reservas técnicas ou dificuldades financeiras nas companhias de seguro, é facultado à SUSEP decretar regime de fiscalização especial na companhia, caracterizado pela presença de um diretor-fiscal nomeado pelo CNSP na administração da companhia.

Ademais, as companhias de seguro também estão sujeitas às mesmas regras aplicáveis a instituições financeiras no tocante a liquidação extrajudicial.

Participação de Investimentos Estrangeiros no Mercado de Seguros

Não existe, atualmente, regra restringindo a participação de investimentos estrangeiros em companhias de seguro. A participação direta de empresas estrangeiras (assim como a participação de empresas privadas brasileiras) no mercado de resseguros pode ser regulado por meio da instituição de uma lei complementar.

Mercado de Valores Mobiliários

O mercado de valores mobiliários no Brasil é regulado pelo CMN e pela CVM. A atual regulamentação estabelece uma série de obrigações para companhias de capital aberto, tais como:

- Requisitos para registro;
- Obrigações de informar;
- Proibição de uso de informações privilegiadas;
- Qualificações específicas exigidas dos administradores; e
- Regras de proteção ao acionista minoritário.

Para maiores informações sobre os principais dispositivos da Lei das Sociedades por Ações com relação à proteção aos acionistas minoritários e obrigações e responsabilidades para as companhias de capital aberto, veja o Estatuto Social do Unibanco, anexo a este Prospecto.

2. INFORMAÇÕES SOBRE O UNIBANCO

- Descrição dos Negócios
- Administração
- Principais Acionistas e Acionista Vendedor
- Operações com Partes Relacionadas
- Descrição do Capital Social
- Dividendos e Política de Dividendos

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

Fundado em 1924, o Unibanco é o mais antigo banco brasileiro do setor privado. A partir de sua posição como um dos principais bancos de atacado do país, posição esta mantida de longa data, expandimos nossas operações, tornamo-nos uma instituição financeira com uma gama de serviços completa, oferecendo um amplo leque de produtos e serviços financeiros a uma base de clientes diversificada, composta tanto de pessoas físicas como jurídicas, em todo o território nacional. Nossos negócios englobam os seguintes segmentos: Varejo, Atacado, Seguros e Previdência Privada e Gestão de Patrimônios.

Somos uma das maiores instituições financeiras do setor privado no Brasil, e temos apresentado uma expansão substancial, tanto por meio de crescimento orgânico como por aquisições. Em 30 de junho de 2005, em termos consolidados, apresentávamos:

- R$ 83,0 bilhões de ativos totais;
- R$ 35,2 bilhões de carteira de crédito;
- R$ 34,9 bilhões de depósitos; e
- R$ 8,7 bilhões de patrimônio líquido.

Nosso lucro líquido para o período findo em 30 de junho de 2005 alcançou R$ 854 milhões, representando um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 21,4% e um retorno anualizado sobre o ativo médio de 2,1%.

Nossas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde 1968. Em 1997, tornamo-nos o primeiro banco brasileiro a ter suas ações cotadas na Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE). Em 30 de junho de 2005, o valor de mercado de nossas ações, tomando-se como base o preço de fechamento de nossas *GDSs*, totalizava R$ 14,2 bilhões e R$ 14,7 bilhões em 15 de agosto de 2005.

Nossa razão social é Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. Nosso endereço é Avenida Eusébio Matoso, 891, CEP 05423-901, São Paulo, SP, Brasil. Nosso número de telefone é (5511) 3097-1980. Nosso site na Internet é www.unibanco.com. Somos uma sociedade anônima, tendo sido constituídos como tal em 27 de maio de 1967, segundo as leis brasileiras. Nosso agente nos Estados Unidos é nosso Escritório de Representação em Nova York, localizado em 65 East 55th Street, 29º andar, Nova York, NY 10022; número de telefone (212) 832-1700.

A razão social da Holdings é Unibanco Holdings S.A. Seu endereço e número de telefone são os mesmos que os do Unibanco. A Holdings é uma sociedade anônima constituída como tal em 20 de junho de 1994, segundo as leis brasileiras. O agente da Holdings nos Estados Unidos é nosso Escritório de Representação em Nova York.

AQUISIÇÕES RECENTES, *JOINT VENTURES*, ALIANÇAS E ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO

Construímos nossa posição competitiva no mercado de serviços financeiros no Brasil e expandimos nossa escala significativamente por meio de crescimento orgânico, bem como de transações e alianças estratégicas, cuidadosamente selecionadas. Acreditamos que cada um de nossos segmentos de negócio forneça uma plataforma sólida para um crescimento futuro, cuidadosamente administrado.

AQUISIÇÕES

Varejo e Atacado

BNL Brasil. Em junho de 2004, divulgamos a aquisição de 100% do capital do Banco BNL Brasil ou BNL Brasil da Banca Nazionale del Lavoro S.p.A., ou BNL, e do BNL International Investments, ou Grupo BNL. O patrimônio líquido do BNL Brasil foi avaliado em R$ 93,1 milhões, sendo que o BNL recebeu um bilhão de Units (antes do grupamento de ações do Unibanco e Holdings), representando 1,43% do capital do Unibanco. O BNL Brasil detinha uma carteira de crédito de R$ 698,6 milhões e uma operação de cartões de crédito e crédito ao consumidor com cerca de 107.000 clientes e 96.000 cartões emitidos, à época da aquisição.

Banco1.net. O Banco1.net é um site de serviços bancários e financeiros, estabelecido por meio de uma aliança estratégica entre nós e a Portugal Telecom Brasil S.A., ou Portugal Telecom. No terceiro trimestre de 2004, divulgamos a aquisição de 17.607.235 ações ordinárias e preferenciais do Banco1.net, principalmente da Portugal Telecom, por R$ 38 milhões. O Banco1.net foi totalmente integrado ao nosso negócio de Varejo em novembro de 2004.

Dibens. Em 3 de junho de 2005, assinamos um acordo para a aquisição dos 49% de capital restante do Banco Dibens S.A., pertencente ao Grupo Verdi. O valor da transação foi de R$ 128 milhões.

Crédito ao Consumidor

HiperCard. Em 1 de março de 2004, divulgamos a aquisição da HiperCard Administradora de Cartão de Crédito Ltda., ou HiperCard, da Koninklijke Ahold N.V., ou Royal Ahold, por R$ 630 milhões. A HiperCard começou como uma empresa de cartões de crédito de bandeira própria para a rede de supermercados Bompreço, sendo hoje uma empresa de cartões de crédito totalmente independente, com cartões hoje aceitos em mais de 80.000 pontos de venda no Brasil. Simultaneamente a essa transação, a Royal Ahold vendeu a rede de surpermercados BomPreço à Wal-Mart.

Creditec. Em maio de 2004, nós concluímos a aquisição da Creditec – Crédito Financiamento e Investimento S.A., ou Creditec, do Grupo BBM, por um preço de aquisição de R$ 49,9 milhões. A Creditec tem uma presença significativa no setor de crédito ao consumidor e empréstimos pessoais no Brasil, junto a clientes de renda média a baixa. Em maio de 2004, a Creditec apresentava cerca de 600.000 clientes cadastrados. A empresa atua em todo o território nacional, com presença forte nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como no nordeste do país. A aquisição não englobou a carteira de crédito da Creditec. A rede Creditec, que consistia em lojas e na presença em comércios varejistas, foi totalmente integrada à rede Fininvest.

Seguros e Previdência Privada

Cigna. Em março de 2003, a Unibanco AIG adquiriu a carteira de previdência privada da Cigna Seguradora S.A., agregando 120 planos empresariais (aproximadamente 10.000 participantes) à sua carteira e R$ 149 milhões em reservas.

Phenix. Em outubro de 2003, a UASEG - Unibanco AIG Seguros firmou contrato para a aquisição da seguradora Phenix Seguradora SA, ou Phenix, da Toro Targa Assicurazioni SpA. e da Fiat do Brasil S.A., ou Fiat. O valor da transação foi de R$ 13 milhões. Com relação a esta aquisição, a UASEG firmou uma parceria com a Fiat, grande indústria automobilística no Brasil. Essa parceria permitiu acesso à base de clientes da Fiat e a clientes empresariais de seguros. Além disso, a UASEG começou a administrar os planos de pensão dos funcionários da Fiat.

Unibanco AIG Warrant (UAW). Em novembro de 2004, nós adquirimos da Multibrás S.A. Eletrodomésticos sua participação de 20% sobre o total de capital da Unibanco AIG Warrant. Como resultado desta transação, o Unibanco passou a possuir 70% da participação indireta sobre o capital da AIG Warrant.

Gestão de Patrimônios

Unicorp. Em Abril de 2002, o Banco Central aprovou a aquisição, por nossa subsidiária Unipart Participações Internacionais Ltd., dos 24,5% restantes do capital societário total da Unicorp do Grupo Moreira Salles, por US$36 milhões.

Pictet Modal. Em janeiro de 2003, firmamos contrato segundo o qual a administração e a gestão dos fundos administrados pela Pictet Modal foram transferidas para o Unibanco e a UAM, respectivamente. A transferência envolveu nove fundos de renda fixa e três fundos de renda variável, com um total agregado de ativos administrados de cerca de R$ 267 milhões em 17 de janeiro de 2003.

***Joint ventures* e Alianças**

Ford Credit Brasil. Em janeiro de 2002, a Unibanco-Rodobens, nossa empresa de consórcios, e a Ford Credit Brasil estabeleceram uma *joint venture* para a venda de veículos automotores e gestão de grupos do Consórcio Nacional Ford, um sistema de financiamento de bens baseado em planos de pagamento em prestações.

Grupo Martins/Tricard. Em julho de 2003, nossa subsidiária Unicard e a Tricard Administradora de Cartões Ltda, uma subsidiária do Grupo Martins, um dos maiores distribuidores atacadistas do país, firmaram contrato para a administração dos cartões de bandeira própria SuperCompras e FarmaPlus, oferecidos aos clientes dos varejistas atendidos pelo Grupo Martins. Em 31 de dezembro de 2004, havia cerca de 557.043 cartões de crédito Tricard emitidos por meio de uma rede de distribuição composta de 4.302 varejistas.

Sonae. Em agosto de 2004, divulgamos o estabelecimento de uma nova empresa de crédito juntamente com a Sonae Distribuição Brasil S.A., ou Sonae, grupo português proprietário das redes de supermercado Big, Nacional, Mercadorama e Maxxi. Ofereceremos cartões de bandeira própria, crédito ao consumidor, empréstimos pessoais e seguros, entre outros produtos de crédito para consumidores, aos clientes Sonae. O estabelecimento desta empresa de crédito está sujeito à aprovação das autoridades competentes.

Wal-Mart. Em fevereiro de 2005, o Unibanco e o Wal-Mart divulgaram que passariam a disponibilizar o HiperCard para uso nas lojas Wal-Mart no Brasil. Os clientes que moram nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná também terão acesso ao cartão de crédito HiperCard, criado em 1982 e aceito por mais de 80.000 estabelecimentos comerciais no país. Os cartões Wal-Mart, que somam aproximadamente 500.000 cartões de crédito, serão gradativamente substituídos pelos cartões de crédito HiperCard.

Alienação de Investimento

Credicard/Orbitall. Em 8 de novembro de 2004, nós, o Citigroup e o Itaú divulgamos uma reorganização societária do Credicard Banco, ou Credicard. Neste contexto, transferimos nossa participação na Credicard ao Banco Itaú e ao Citigroup. Cada uma destas empresas agora detém 50% do capital social da Credicard. Nós e o Citigroup alienamos nossas respectivas participações na Orbitall ao Itaú. O preço total de venda da participação de 33,3% do Unibanco na Credicard e na Orbitall totalizou R$ 1,7 bilhões. Esta reorganização societária não incluiu quaisquer alterações na estrutura societária da Redecard, empresa esta que continua pertencente a nós, ao Citigroup e ao Itaú, cada qual com uma participação de 31,9%, sendo que a Mastercard detém uma participação de 4,2%.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Nova marca Unibanco

Em 21 de março de 2005, lançamos nossa nova marca, que inclui novas cores oficiais e um novo logotipo. A nova logomarca apresenta o azul como cor predominante e verde como cor secundária, em substituição às nossas cores oficiais anteriores, preto e branco. O logotipo Unibanco, criado na década de sessenta, também foi resgatado, seu design foi modificado de forma a imprimir uma maior sensação de movimento e leveza à marca.

ESTRATÉGIA DOS NEGÓCIOS

Desde o segundo trimestre de 2004, implantamos importantes mudanças em nossa estrutura interna. Nosso novo modelo de negócios está centrado em (i) aumentar o retorno dos negócios; (ii) encorajar um ambiente colaborativo; (iii) manter excelência contínua em recursos humanos; e (iv) fortalecer nosso foco nos nossos negócios de Varejo e Atacado. As principais mudanças incluem:

- a eleição de um Presidente único;
- o estabelecimento de um Comitê de Auditoria;
- a adição de novos membros ao Conselho de Administração;
- a reestruturação dos negócios de Varejo, de forma a incluir o *Middle Market e Cash Management* (ambos, anteriormente, faziam parte do negócio de Atacado);
- Novas responsabilidades ao vice-presidente corporativo: Tecnologia de Informação, as áreas de Suporte e Administração, e Planejamento de Eficiência;
- O estabelecimento de uma área de Comunicação Corporativa (que consolida as funções de marketing de todos os negócios);
- O estabelecimento de um departamento independente de Gestão de Risco, sob responsabilidade do vice-presidente de Auditoria, Compliance, Jurídico e Relações Governamentais; e
- O estabelecimento de um departamento independente de Tesouraria, área que anteriormente fazia parte do banco de Atacado, reportando-se, igualmente, ao presidente executivo.

Diretrizes

Nosso objetivo é manter e fortalecer nossa posição como uma instituição financeira brasileira que oferece uma gama completa de serviços em todos os segmentos do negócio. Para atingirmos este objetivo, desenvolvemos estratégias sob medida para cada uma das nossas áreas de atuação, com base na metodologia de avaliação do *Balanced Scorecard*, conhecido no Unibanco como Painel de Gestão (PDG). Esta metodologia procura converter a estratégia em termos operacionais. Nossa estratégia de negócios consiste em agregar valor econômico por meio de uma busca constante de maximização da eficiência, da escala e da lucratividade. Procuramos expandir nossa base de clientes, inclusive por meio de vendas cruzadas entre nossos diferentes ramos de negócios, e atingir um alto grau de satisfação do cliente em todos os produtos e serviços, por meio da excelência dos procedimentos internos, como relacionamento com o cliente, distribuição otimizada, qualidade de crédito e sinergia de processos. Para alcançarmos isso, procuramos nos destacar na área de recursos humanos, promover uma cultura de cooperação e de meritocracia, além de desenvolver um ambiente de trabalho agradável, desafiador e estimulante.

Em agosto de 2003, tornamo-nos a primeira instituição latino-americana a aparecer no Hall da Fama do *Balanced Scorecard*, que reconhece as empresas que se destacam na implementação do seu modelo.

Nossa estratégia é composta principalmente de:

Busca Contínua de Escala e Lucratividade

Acreditamos que, para mantermos uma escala competitiva, precisamos aumentar nossa base de clientes, expandir a quantidade de produtos e serviços oferecidos em cada um de nossos segmentos de negócios e identificar fontes adicionais de receitas. Procuramos conseguir isso por meio de crescimento orgânico, aquisições, alianças estratégicas e parcerias.

Temos focado nossa estratégia de crescimento em expandir nossa base de clientes do varejo, por intermédio de novos produtos, por exemplo, o SuperPoupe e por intermédio de aquisições, alianças estratégicas com varejistas e crescimento orgânico. Ultimamente, focamos na crescente base de pequenas e médias empresas, designando uma divisão específica para PMEs dentro do segmento de Varejo, além de disponibilizar colaboradores treinados em todas as agências para atendimento desses clientes. Acreditamos que esta estratégia contribuirá para a melhora da lucratividade e também ajudará na redução do nosso custo de captação.

Em nosso segmento de atacado, onde somos tradicionalmente reconhecidos como um dos líderes de mercado, temos trabalhado para melhorar nossa lucratividade, oferecendo serviços diferenciados aos nossos clientes grandes empresas, como gestão de fluxo de caixa, folhas de pagamento e serviços de investimento.

Maximização Contínua de Eficiência

Enfocamos o controle de nossos custos, bem como de nossos investimentos, em todas as áreas de nosso negócio, com o intuito de maximizarmos os retornos. Por exemplo:

- Ao efetuarmos uma aquisição, analisamos as oportunidades para incremento de receitas, redução de despesas e efetivação de outras reduções de custos em conexão com a integração de qualquer negócio recém-adquirido. Quando integramos a Fininvest em 2003, as operações como compras, segurança, jurídico, processamento de cartões, processamento de dados, desenvolvimento de sistemas, crédito e recuperação de crédito foram integradas com nossas estruturas existentes. Também integramos as operações da Creditec e da HiperCard;
- Reavaliamos algumas de nossas despesas, inclusive as políticas de reembolso de viagem, o uso de serviços telefônicos e as despesas de alimentação e transporte. Cremos que essas políticas promovem economias e estabelecem um maior compromisso com a eficiência em nosso meio ambiente empresarial;
- Identificamos e implementamos sinergias internas entre nossos negócios, que acreditamos serem capazes de simplificar a venda de ativos hipotecados retomados por nós, controles e o processamento de documentos;
- Estabelecemos uma unidade única para concessão de crédito e recuperação, relativa a todas as unidades relacionadas ao varejo, chamada de Fábrica de Crédito;
- Estamos no processo de reavaliação de nossa logística, inclusive das rotas de transporte e avaliação de fornecedores;
- Consolidamos e reestruturamos nossas plataformas internacionais; e
- Juntamente com outra instituição financeira brasileira, terceirizamos nossos serviços de processamento de documentos, como, por exemplo, o processamento de cheques.

Estratégia de Varejo

Aumentar a Escala

Cremos que nossa capacidade de manter nossa posição como uma instituição líder no fornecimento de serviços financeiros completos depende, em parte, da manutenção e do crescimento de nosso negócio de varejo. Aumentamos sua escala mediante crescimento orgânico, iniciativas de transações estratégicas e várias novas oportunidades de vendas cruzadas, por meio de nossas subsidiárias e parceiros estratégicos. Em junho de 2005, nossa carteira de varejo totalizava R$ 19.773 milhões, representando 56,2% de nossos empréstimos concedidos totais, em comparação a 43,4% em dezembro de 2003.

Buscamos expandir nossa escala por meio de aquisições e alianças estratégicas cuidadosamente escolhidas. Cremos que o setor de financiamento ao consumo seja um dos segmentos de crescimento mais acelerado e de maior lucratividade no mercado de serviços financeiros de varejo no Brasil. Alcançar uma forte presença na área de financiamento ao consumo é um elemento-chave de nossa estratégia de conquista de escala no varejo e de atingirmos o segmento de baixa renda deste mercado.

Em março de 2004, divulgamos a aquisição da HiperCard. A HiperCard começou como uma empresa de cartão de crédito private label (marca própria) para a rede de supermercados Bompreço, sendo hoje uma empresa independente, cujos cartões de crédito são aceitos em mais de 80.000 pontos de venda no Brasil. Em 30 de junho de 2005, a HiperCard possuía R$ 1.125 milhões na carteira de crédito, 34,9% de crescimento em relação ao ano passado.

Fortalecer as vendas à atual base de clientes por meio da oferta de produtos e serviços inovadores

Interpretamos escala não somente em termos da magnitude de nossa base de clientes, mas também em função do número de produtos que conseguimos vender por cliente. Uma melhora no nosso índice de produtos por cliente representa um impacto positivo sobre a lucratividade, visto ser mais barato vender um produto adicional a um cliente existente do que adquirir um cliente novo. Cremos que o desenvolvimento e marketing contínuo de produtos inovadores e sob medida, capazes de atender às necessidades de segmentos de clientes identificados especificamente, expande nossa capacidade de comercializar vários produtos por cliente. Um exemplo disto é nossa carteira SuperPoupe, que apresentava um saldo de R$ 2.350 milhões em 30 de junho de 2005. O SuperPoupe é um certificado de depósito bancário oferecido aos clientes Unibanco, cujo custo de captação de recursos é inferior ao custo de um certificado de depósito bancário tradicional.

Expandimos nossa penetração de mercado por meio de vendas cruzadas e novos produtos e ofertas como: o Tarifa Zero, que propicia taxas baseadas no relacionamento histórico do cliente com o Unibanco; o Plano Único, carta de crédito emitida em conexão com a compra de imóveis, que permite que os clientes paguem o empréstimo tomado de longo prazo, com entrega garantida em 36 meses a partir da primeira parcela, sendo que o saldo remanescente pode ser quitado em 100 parcelas mensais; e a disponibilização de crédito consignado a funcionários públicos ou de empresas privadas, com a utilização de cartão de crédito e linhas de crédito pessoal.

Estratégia de Atacado

Melhorar Nossa Posição de Mercado no Atacado Brasileiro

Por meio de nossos negócios de Atacado, buscamos ser o banco preferido pelas empresas e investidores com interesses no Brasil. Nossa estratégia combina a força de um banco comercial com a agilidade de um banco de investimentos líder. Os profundos conhecimentos sobre nossos clientes e seus negócios, juntamente com nossa capacitação financeira, permitem que estabeleçamos limites de crédito e transações estruturadas de forma diferenciada. Ao longo de todo o ano de 2004, desenvolvemos uma nova estratégia de cobertura regional, mantendo um relacionamento próximo com nossos clientes, além de lhes fornecer, no que tange a suas necessidades financeiras cotidianas, produtos e serviços diversificados, inclusive linhas de crédito para capital de giro, empréstimos em moedas estrangeiras, serviços bancários, financiamentos empresariais, serviços de consultoria e produtos derivativos.

Somos um dos principais bancos brasileiros participantes dos programas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 30 de junho de 2005, o Unibanco, como agente financeiro do BNDES, alcançou a 3ª posição no ranking total e 2º na modalidade BNDES-exim.

Estratégia de Seguros

Foco na Oferta de Produtos de Seguros de Alta Lucratividade e Manutenção da Liderança Empresarial

Acreditamos que o crescimento econômico brasileiro irá gerar oportunidades para a indústria de seguros do país, uma vez que os gastos dos brasileiros com este tipo de produto são inferiores aos de muitos outros países. Pretendemos tirar proveito desse mercado crescente, utilizando nossa capacidade de desenvolvimento de produtos sofisticados, de forma a focarmos nossas ofertas no ramo de seguros em produtos com valor agregado. Mantendo critérios de *underwriting* de alto nível, nossos produtos são mais lucrativos que os produtos relativamente padronizados, oferecidos por muitos de nossos concorrentes. Acreditamos que nossos negócios de Seguros apresentam a melhor combinação de produtos entre as cinco maiores seguradoras do Brasil. Ao desenvolvermos produtos de seguros para clientes empresariais, alcançamos posições de liderança no mercado em diversos ramos, inclusive no seguro de diretores e altos executivos, bem como seguros e produtos dos setores de transportes, imobiliário e aeronáutico. Nosso foco no desenvolvimento e oferta de produtos de seguro com valor agregado tem o suporte de nosso *joint venture* com a AIG, o que garante ao Unibanco acesso à expertise da AIG na área de desenvolvimento de produtos e resseguros, além do uso de uma marca valiosa.

Fortalecer a Lucratividade de Nosso Negócio de Seguros via Controle de Custos e Expertise de Underwriting

A lucratividade de nossos negócios de Seguros dependem, em parte, de nossa habilidade de minimizar despesas e perdas. Já tomamos medidas significativas para reduzir as despesas em nossas operações, tendo inclusive promovido a fusão de várias empresas, o que resultou na Unibanco AIG Seguros, bem como a introdução de um portal da internet para comunicação com nossa equipe de corretores.

Estratégia de Previdência Privada

Nossa estratégia básica consiste em melhorar as vendas dos Planos de Previdência Privada empresariais, agregando novas empresas à nossa carteira e expandindo nossa carteira de planos individuais. Oferecemos vários contratos de investimento de produtos inovadores, incluindo o Vida Gerador de Beneficio Livre, ou VGBL, que combina seguro de vida com investimento, permitindo à parte segurada o resgate do montante investido a qualquer momento, ainda assim oferecendo cobertura de seguro no caso de morte, acidente ou incapacidade física. Inclui também o Plano Gerador de Benefício Livre, ou PGBL, o qual permite que os clientes poupem para sua aposentadoria com dedutibilidade do imposto de renda e que pode possuir cobertura de seguro no caso de morte, acidente ou incapacidade física. Esses produtos de previdência são comercializados principalmente nas filiais do Unibanco. A expansão das vendas e o controle das despesas constituem os principais impulsores da lucratividade de nosso negócio de planos de previdência privada.

Estratégia de Gestão de Patrimônios

Sermos o fornecedor líder de serviços de gestão de patrimônios no Brasil

A missão de nossos negócios de gestão de patrimônios é fornecer consultoria pró-ativa, capaz de ajudar nossos clientes a acumularem, preservarem e transferirem seu patrimônio. Oferecemos soluções financeiras integradas por meio de nossas três principais áreas de expertise: gestão de ativos, *private banking* e serviços de consultoria. Nossos produtos sob medida e de valor agregado são direcionados a empresas e pessoas físicas que se encontram no topo da pirâmide de distribuição de riquezas, tipicamente, empresas de porte médio ou grande, fundos de pensão e pessoas físicas detentoras de ativos de alto valor, alavancando, desta forma, nossa posição diferenciada nestes segmentos de mercado. A fim de prover esses serviços diferenciados, desenvolvemos uma forte rede local e internacional de especialistas em gestão de patrimônios nas áreas de consultoria sucessória, consultoria fiscal e consultoria imobiliária, entre outras. Na área de investimentos financeiros, desenvolvemos um modelo de arquitetura aberta que diferencia aquilo que oferecemos ainda mais. Por meio deste modelo, nossos clientes têm acesso a nossos melhores produtos de investimento, bem como aos melhores produtos de investimento de gestores de ativos terceirizados.

Durante o segundo trimestre de 2004, desenvolvemos um novo enfoque, exclusivamente voltado a clientes com carteiras de investimentos superiores a R$ 200.000. São oferecidos serviços e produtos específicos para este segmento.

Em 30 de junho de 2005, a UAM registrou R$ 35.119 milhões em ativos sob sua administração, com uma participação de mercado de 5,0%.

MODIFICAÇÕES SOCIETÁRIAS RECENTES

O Conselho de Administração da Holdings, em reunião realizada no dia 30 de junho de 2005, autorizou sua Diretoria a permutar ações ordinárias do Unibanco detidas pelo Acionista Vendedor por ações preferenciais do Unibanco detidas pela Holdings na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial. O Conselho de Administração da Holdings também convocou uma assembléia geral extraordinária, realizada no dia 19 de julho de 2005, para aprovar a conversão de ações ordinárias da Holdings em ações preferenciais de sua emissão. O período para a conversão foi de 30 dias, e expirou em 18 de agosto de 2005. Tal conversão foi condicionada a uma alocação que permitiu a manutenção da proporção legal de 1/3 e 2/3 entre as ações ordinárias e as ações preferenciais de emissão da Holdings.

Os Conselhos de Administração da Holdings e do Unibanco também (i) concordaram em obter aprovação da CVM para um programa de conversão pelo qual os detentores de ações preferenciais do Unibanco ou da Holdings no dia 19 de agosto de 2005 estariam aptos a converter tais ações em Units; e (ii) autorizaram as respectivas Diretorias para que tomassem todas as medidas em relação ao registro da documentação para a oferta pública de Units no Brasil junto à CVM e para a oferta pública de *GDSs* nos Estados Unidos junto à SEC.

A possibilidade dos detentores de Units de cancelar Units e receberem as ações preferenciais subjacentes, em conformidade com os respectivos estatutos do Unibanco e da Holdings, foi suspensa pelo período de 30 de junho de 2005 a 29 de agosto de 2005.

O Acionista Vendedor participou das conversões e manifestou sua intenção de alienar todas as Units que espera obter nas operações acima descritas, juntamente com 63.938.421 Units que atualmente detém, na Oferta Global, assumindo exercício integral da Opção de Units Adicionais.

Mudanças significativas nos principais acionistas

Em 30 de setembro de 2003, o Mizuho Corporate Bank Ltd. ("Mizuho") e o Commerzbank AG ("Commerzbank ") venderam, em conjunto, aproximadamente 58 milhões de units em uma oferta global secundária feita no Brasil, nos Estados Unidos e em outros lugares. O número de units vendidas representa 9,36% das ações preferenciais do Unibanco e 11,66% das ações preferenciais da Holdings. Com essa oferta global o Mizuho liquidou toda a sua participação acionária na Holdings e no Unibanco, que antes da oferta representava direta e indiretamente 4,8% das ações preferenciais em circulação do Unibanco e o Commerzbank reduziu a participação em ações preferenciais em circulação do Unibanco de 8,8% para 5,2%. Contudo, mantivemos nosso histórico de relacionamentos comerciais com o Mizuho.

Em junho de 2004, o Unibanco e a Holdings anunciaram a aquisição da totalidade do capital do Banco BNL do Brasil S.A. ("BNL Brazil") da Banca Nazionale del Lavoro S.p.A ("BNL") e de sua subsidiária BNL International Investments S.A. ("BNL II"). O capital do BNL Brasil foi avaliado em R$ 93,1 milhões, e o BNL recebeu 10 milhões de units nessa transação, o que representava, à época, direta e indiretamente, 1,43% do capital do Unibanco.

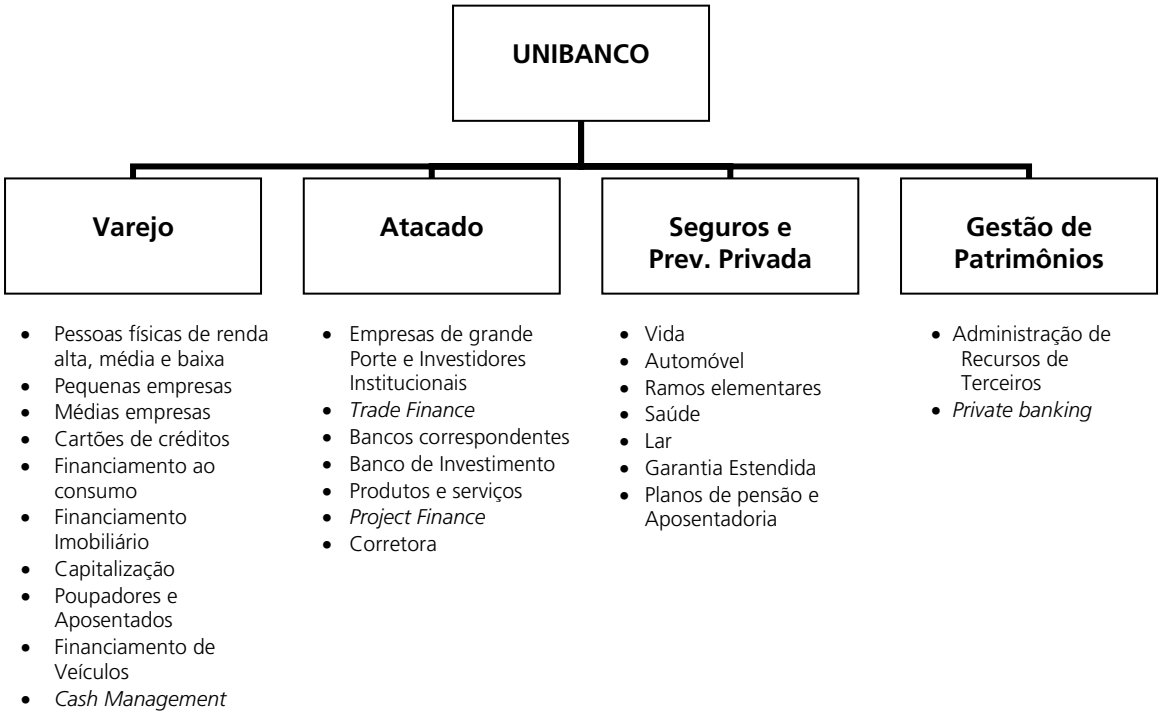
Em 04 de fevereiro de 2005, o Commerzbank e o BNL venderam, em conjunto, aproximadamente 45,9 milhões de units em uma oferta global secundária feita para o (i) público no Brasil, (ii) determinados investidores qualificados nos Estados Unidos e (iii) investidores institucionais de outros locais fora do Brasil e dos Estados Unidos. Com essa oferta global o Commerzbank e o BNL liquidaram toda a sua participação acionária no Unibanco e na Holdings, que antes da oferta representava direta e indiretamente 5,2% e 1,4% de ações preferenciais em circulação, respectivamente. Contudo, nós mantivemos nosso histórico de relacionamentos comerciais com o Commerzbank e com o BNL.

Essas são as únicas mudanças relevantes na titularidade de ações do Unibanco e da Holdings nos últimos três anos.

Em 8 de agosto de 2005 a Comissão de Valores Mobiliários, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/Nº 440/05, autorizou a Unibanco Holdings a incluir nova data-base ao seu Programa de Conversão de ações preferenciais de emissão do Unibanco e da Holdings. Assim, de acordo com as instruções da Caixa Brasil, o Unibanco e a Unibanco Holdings tomaram todas as providências necessárias, de forma a permitir a Caixa Brasil converter a totalidade de sua participação acionária no Unibanco e na Holdings em units.

NOSSOS NEGÓCIOS

O diagrama abaixo apresenta nossos principais ramos de atuação:



VAREJO

Nosso negócio de Varejo oferece uma grande variedade de produtos, tanto creditícios como de outra natureza, inclusive:

- Serviços bancários para pessoas físicas;
- Serviços bancários para empresas com receitas de até R$ 150 milhões por ano;
- Cartões de crédito; e
- Financiamento de automóveis e ao consumo.

Separamos tanto as pessoas físicas como as empresas em grupos menores, por faixa de renda, para que possamos oferecer produtos e serviços diferenciados a estes clientes. Ao fazermos isso, aumentamos nossa competitividade no mercado. Embora, tradicionalmente, tenhamos foco prioritariamente os clientes de alta e média renda, começamos a oferecer serviços para indivíduos de baixa renda, pois acreditamos que este segmento de mercado será uma fonte significativa de crescimento futuro em nossos negócios de varejo. Também desenvolvemos uma forte presença no setor de financiamento ao consumo, por meio de nossas subsidiárias Fininvest, Unicard, HiperCard e Banco Dibens S.A., bem como por intermédio de nossas alianças estratégicas com o Magazine Luiza, ou LuizaCred, o Ponto Frio, ou PontoCred, e o Sonae.

Acreditamos que somos um dos maiores emissores de cartões de crédito do Brasil, em termos de cartões emitidos, principalmente por meio de nossas subsidiárias Fininvest, Unicard e HiperCard.

No período findo em 30 de junho de 2005, registramos uma carteira de crédito de R$ 19.773 milhões.

PESSOAS FÍSICAS

Fornecemos a nossos clientes pessoas físicas serviços e produtos baseados em tarifas, inclusive o uso de caixas eletrônicos, bem como transferências bancárias e serviços bancários pessoais por telefone e computador. Também oferecemos empréstimos pessoais garantidos ou não, em reais, via linhas de crédito automáticas de curto prazo e cheque especial, crédito ao consumidor, leasing e linhas de crédito individuais. Os clientes pessoas físicas são segmentados em três grupos diferentes: renda superior a R$ 4.000 por mês (UniClass), renda de R$ 1.301 a R$ 4.000 por mês (Exclusivo) e renda de R$ 350 a R$ 1.300 por mês (Especial).

Junto ao grupo UniClass, acreditamos diferenciarmos-nos dos concorrentes por fornecermos aos nossos clientes os seguintes elementos:

- Produtos e serviços de acordo com suas necessidades;
- Um centro de atendimento telefônico (*call center*) com alto padrão de atendimento, a nosso ver, e que inclui atendentes exclusivamente dedicados ao grupo;
- Agências especializadas para clientes UniClass, chamadas de Espaço UniClass; e
- Uma equipe especializada de executivos de conta em nossa extensa rede de distribuição.

Junto ao grupo Exclusivo, acreditamos diferenciarmos-nos dos concorrentes por fornecermos aos nossos clientes serviços e produtos que reduzem, substancialmente, o tempo despendido por eles em transações bancárias básicas, como saques e pagamentos de contas, além de atendimento personalizado nas agências. Em particular, oferecemos aos clientes deste segmento serviços bancários mais convenientes, via acesso aos nossos serviços "30 Horas".

Junto ao grupo Especial, enfrentamos uma concorrência mais acirrada. Focamos nas pessoas físicas aposentadas e nos funcionários das empresas para as quais fornecemos serviços de folha de pagamento. Acreditamos que nosso relacionamento com empresas via nossos negócios de Atacado nos propicia uma vantagem competitiva no oferecimento de serviços de folha de pagamento. Oferecemos tratamento especial aos aposentados, como horários especiais de atendimento e linhas de crédito pré-aprovadas. Conseqüentemente, esses clientes, que apenas sacariam sua renda mensal, fazem uso de nossos produtos e serviços.

EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

Atendemos a aproximadamente 500.000 empresas de médio e pequeno porte, ou PMEs, que consistem principalmente de negócios varejistas com vendas anuais de até R$ 150 milhões. Em 30 de junho de 2005, nossos empréstimos para as empresas de médio, pequeno e micro porte somavam cerca de R$ 6.414 milhões, aproximadamente 18,2% do total de nossa carteira de crédito.

Para empresas com vendas anuais de até R$ 5 milhões, oferecemos nossos produtos e serviços por intermédio de gerentes de conta exclusivos a este grupo. As empresas com faturamento anual entre R$ 5 milhões e R$ 150 milhões, que tendem a precisar de produtos e serviços personalizados, são atendidas pelo Unibanco Empresas, um grupo separado de representantes de conta.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Em 30 de junho de 2005, nós e nossas empresas coligadas Fininvest, LuizaCred, PontoCred e Tecban, e mais o Banco 24 Horas, apresentávamos uma rede de distribuição com aproximadamente 17.000 pontos de distribuição em todo o Brasil, a saber:

- 908 agências;
- 362 postos de atendimento bancário (PABs);
- 258 lojas Fininvest;
- Mais de 12.000 pontos de venda Fininvest (varejistas);
- 335 pontos de venda LuizaCred;
- 340 pontos de venda PontoCred; e
- 2.603 pontos do Banco 24 Horas.

Agências

Nosso sistema de agências funciona como uma rede de distribuição para todos os produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes de varejo. Nossas 908 agências aceitam depósitos, permitem saques em dinheiro e oferecem a gama completa de nossos produtos de varejo bancário, como contas correntes, crédito ao consumidor, financiamento de veículos, cartões de crédito, empréstimos para pequenas empresas, leasing, seguros, serviços de gestão de ativos e pagamento de contas (inclusive recolhimento de impostos e pagamentos de contas de serviços públicos). Nossa busca de canais alternativos de distribuição levou-nos a introduzir serviços bancários dentro de lojas (*in-store banking*) em 1998, conceito novo no Brasil, naquela época. Para avançarmos no desenvolvimento deste projeto, formamos parceiras com varejistas como o Carrefour, Sendas, Wal-Mart, Sonae e outros. A maioria de nossos contratos nos concede exclusividade com respeito a esses serviços.

Postos de Atendimento Bancário (PABs)

Oferecemos serviços de varejo bancário a clientes empresariais e seus funcionários por meio de postos de atendimento especiais, localizados nas próprias instalações dos clientes empresariais. Nossa rede compreende 362 PABs. No caso de lojas de varejo e de nossos clientes empresariais menores, os PABs podem ser apenas um ponto de atendimento bancário automatizado. No caso de clientes empresariais grandes, os PABs consistem em uma média de quatro funcionários que atendem exclusivamente a empresa e seus funcionários.

Caixas Eletrônicos – ATMs

Operamos aproximadamente 7.530 caixas eletrônicos para uso de nossos clientes. Além de nossa rede própria, também participamos de uma rede de caixas eletrônicos compartilhada, operada por nossa afiliada, Tecnologia Bancária S.A. Essa rede dispõe de aproximadamente 2.600 máquinas em todo o país, prestando atendimento aos clientes de aproximadamente 50 bancos, o que a torna a maior rede de caixas eletrônicos do Brasil. Os clientes dos bancos associados à Tecnologia Bancária S.A. podem efetuar saques por meio desta rede de caixas eletrônicos mediante uma tarifa, o que nos permite aumentar nossa receita e otimizar nossas capacidades.

Serviços "30 Horas"

Nos últimos dez anos, temos sido inovadores na distribuição e promoção de serviços bancários remotos. Inicialmente, empregamos o telefone como instrumento de transações bancárias e ferramenta de marketing. Nossos serviços "30 Horas" fornecem aos clientes serviços bancários eletrônicos, como saques em dinheiro, talões de cheques pré-impressos, extratos de contas bancárias e serviços de investimentos, 24 horas por dia. Os serviços "30 Horas" são convenientes para nossos clientes, propiciando também efetividade de custos para nós. O conceito original de um centro de atendimento telefônico (*call center*) foi convertido em uma central de relacionamento, usando-se o serviço telefônico "30 Horas" como uma plataforma de relações com clientes e força de vendas. A maior parte dos telefonemas são atendidos por um sistema de resposta de voz eletrônico. Esse sistema identifica os indivíduos como potenciais compradores dos produtos e transfere a chamada para um operador. Isto é possível graças ao uso do CRM (*Customer Relationship Management*), isto é, Gestão de Relacionamento com Clientes.

Serviços Bancários via Internet

Oferecemos uma variedade de serviços de varejo bancário, inclusive abertura de contas, pagamento das contas dos serviços públicos, transferências eletrônicas e fundos mútuos de investimentos, por meio de nossos serviços bancários via Internet. A partir de abril de 2000, também passamos a oferecer uma variedade de serviços "30 Horas" móveis, que permitem que os clientes acessem suas informações bancárias a partir de seus telefones celulares, agendas eletrônicas ou e-mail.

EMPRÉSTIMOS

Em 30 de junho de 2005, os empréstimos dos negócios de Varejo, inclusive aqueles concedidos por nossas subsidiárias e afiliadas, somavam 56,2% de nossa carteira de crédito total e nossos empréstimos a médias, pequenas e micro empresas totalizavam R$ 6.414 milhões. Aproximadamente 67,6% de nossos empréstimos de varejo são tomados por pessoas físicas, sendo que o restante é tomado por empresas de pequeno e médio porte. Acreditamos estarmos bem posicionados para expandir nossos ativos de crédito de varejo quando as tendências brasileiras incluírem uma queda dos juros e do desemprego.

FINANCIAMENTO AO CONSUMO

Também desenvolvemos uma forte presença no setor de financimento ao consumo, por meio de nossas subsidiárias Fininvest, HiperCard, Unicard e Banco Dibens S.A., bem como de nossas parcerias estratégicas, como a LuizaCred, PontoCred e Sonae.

No Brasil, os clientes ainda utilizam seus cartões de créditos mais como um meio de pagamento do que como um instrumento de crédito, embora, nos últimos anos, este comportamento tenha começado a mudar. O mercado de crédito ao consumidor expandiu-se, à medida que a queda da inflação no país acarretou o crescimento do consumo e uma crescente aceitação dos cartões de crédito no comércio.

Acreditamos sermos um dos maiores emissores de cartões de crédito no Brasil, em termos do número de cartões emitidos, principalmente por meio de nossas subsidiárias Fininvest, Unicard e HiperCard. Oferecemos a nossos clientes produtos de cartão de crédito, inclusive os cartões Visa, MasterCard e Diners Club, por meio de nossas subsidiárias Unicard, HiperCard e Fininvest. Estas três empresas empregam procedimentos modernos de avaliação de crédito. Cada solicitação de cartão de crédito é analisada com base em sistemas de pontuação para avaliação creditícia e comportamental do consumidor. Nossas empresas de cartão de crédito associadas oferecem aos detentores de cartões de crédito linhas de crédito rotativo, as quais exigem pagamento de uma certa parcela mínima do saldo em aberto, bem como crédito em parcelas.

Unicard

A carteira de crédito para pessoas físicas da Unicard alcançou R$ 1.756 milhões em 30 de junho de 2005. Desde 2002, quando o sistema Capstone foi introduzido em nossa rede de agências, passamos a fornecer aos nossos clientes decisões de crédito online, em tempo real, em todas as nossas redes de distribuição, com um intervalo de resposta de trinta segundos a partir da solicitação inicial de crédito. O sistema Capstone compila informações de negócios e gestão analítica do relacionamento com o cliente, de forma a produzir uma plataforma de decisões creditícias, amplamente empregada nos bancos. Antes de 2002, este sistema só estava disponível para vendas efetuadas via Internet e telemarketing.

Fininvest

A Fininvest concede empréstimos principalmente para pessoas físicas de baixa renda, além de oferecer cartões de crédito normais ou de marca própria (private label). A carteira de crédito Fininvest somava R$ 1.957 milhões em 30 de junho de 2005, apresentando crescimento de 54,3% em comparação a 30 de junho de 2004. Ao final de junho de 2005, a Fininvest tinha 258 lojas e mais de 12.000 pontos de venda.

HiperCard

A HiperCard começou como uma empresa de cartão de crédito de bandeira própria da rede de supermercados Bompreço, sendo atualmente uma empresa de cartões de crédito totalmente independente, cujos cartões são aceitos em mais de 80.000 pontos de venda no Brasil. Em 30 de junho de 2005, a HiperCard dispunha de uma carteira de crédito de R$ 1.125 milhões.

Nós e a Wal-Mart divulgamos, em 2004, que passaremos a disponibilizar o cartão de crédito HiperCard para uso em todas as lojas Wal-Mart do Brasil inteiro. Os quase 500.000 cartões de crédito da Wal-Mart serão gradualmente substituídos pelo cartão de crédito HiperCard.

Grupo Credicard

Em novembro de 2004, nós, o Citigroup e o Itaú divulgamos uma reorganização societária da Credicard, por meio da qual vendemos nossa participação no capital da Credicard, de cerca de um terço. Esta reorganização não incluiu quaisquer mudanças na estrutura da Redecard, que permaneceu inalterada. Estabelecida em 1996, a Redecard é responsável pela captura e transmissão das transações de crédito e débito das bandeiras MasterCard, MasterCard Electronic, Maestro, Diners Club International e RedeShop no Brasil. A Redecard também fornece alguns produtos e serviços a todos os seus clientes, como leasing para varejistas do equipamento usado para o processamento das transações de débito e crédito. O uso de cartões de débito vem crescendo no Brasil. Temos uma participação de 31,9% no capital da Redecard, sendo que o Citibank N.A., o Banco Itaú e a Mastercard também detém participações na empresa.

PRODUTOS DE POUPANÇA E CAPITALIZAÇÃO

Nossa subsidiária integral Unibanco Companhia de Capitalização, ou Unibanco Capitalização, cujo capital nos pertence integralmente, oferece produtos de poupança e capitalização. Os produtos da Unibanco Capitalização consistem principalmente em produtos tipo poupança, mas que agregam incentivos para os poupadores, na forma de prêmios semanais especiais, distribuídos por sorteio. O resultado do negócio de títulos de capitalização totalizou R$ 46 milhões no primeiro semestre de 2005.

EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS

Em 30 de junho de 2005, totalizávamos cerca de R$ 1.246 milhões em empréstimos concedidos para financiamento de imóveis. A lei brasileira exige que os bancos concedam um nível de empréstimos hipotecários equivalente a pelo menos 65% dos depósitos captados pelo banco via cadernetas de poupança. Entretanto, os bancos podem reduzir as exigências mínimas de concessão de financiamento por meio de créditos junto ao Fundo Nacional de Compensação de Variações Salariais, ou FCVS, do governo brasileiro.

CASH MANAGEMENT

Cerca de 85 mil empresas clientes utilizam hoje nossos serviços de Cash Management tornando os pagamentos e o processamento de recebíveis mais simples, eficiente e produtivo.

ATACADO

Por meio de nossos negócios de Atacado, fornecemos uma ampla gama de produtos e serviços, inclusive: empréstimos empresariais gerais e especializados, financiamento de comércio internacional, serviços de mercados de capital e de banco de investimentos e corretagem, financiamento de projetos e consultoria relativa a fusões e aquisições a aproximadamente 400 investidores institucionais e 2.035 grupos econômicos e instiuições financeiras. Atendemos a estes clientes por meio de uma rede escritórios regionais, em combinação com nossa presença nos principais centros financeiros do Brasil todo.

Para o período findo em 30 de junho de 2005, registramos um total de empréstimos de R$ 15.382 milhões.

O negócio de Atacado passou por algumas mudanças estruturais em 2004, com o foco redirecionado a empresas com vendas superiores a R$ 150 milhões e linhas de crédito superiores a R$ 6 milhões. Os empréstimos a grandes clientes podem ser colaterizados de acordo com as diretrizes de nosso sistema interno de avaliação de crédito.

Rede

Usamos nossa rede regional e internacional para oferecer uma variedade de produtos a nossos clientes. Nossas subsidiárias e agências no exterior captam recursos para o financiamento de comércio internacional e para a concessão de empréstimos a nossos clientes. Temos cinco escritórios regionais (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, interior de São Paulo/ Centro-Oeste e Sul) e outras 11 agências regionais. Em função da reorganização ocorrida em junho de 2004, algumas agências foram integradas a outras, de forma a otimizarmos nossa rede de distribuição no negócio de Atacado. Para cada um de nossos clientes empresariais nomeamos um executivo de contas exclusivo, responsável pelo relacionamento cotidiano com os clientes e por prestar assistência às operações de nossos clientes em todo o Brasil. Estes clientes também se beneficiam de nossos escritórios no exterior.

Nossa rede internacional consiste em:

- agências em Nassau e nas Ilhas Cayman;
- escritórios de representação em Nova York;
- subsidiárias bancárias em Luxemburgo, nas Ilhas Cayman e no Paraguai; e
- uma corretora em Nova York (Unibanco Securities Inc.).

Nossas áreas de Atacado estão organizadas da seguinte forma:

Financiamento de Comércio Internacional e Serviços de Banco Correspondente

Oferecemos serviços e financiamento de importações e exportações aos nossos clientes corporativos. Obtemos recursos de bancos correspondentes, bem como financiamentos de exportação e importação bancados ou assegurados por agências de crédito de exportação e organismos multilaterais. Nossa extensa rede de bancos correspondentes e nossas operações internacionais nos ajudam a oferecer a nossos clientes serviços de câmbio e suporte ao comércio internacional, em todo o mundo.

Comercial

Oferecemos serviços a um grupo variado de empresas brasileiras. Estruturamos nossas operações de forma a identificamos sinergias entre as diferentes áreas de produtos. Assim, por exemplo, os gerentes ou executivos de conta têm responsabilidade pelo desenvolvimento e manutenção de um relacionamento forte com nossos clientes corporativos.

PRODUTOS DE BANCO DE INVESTIMENTOS

Nossos grupos de mercado de capitais, renda fixa e fusões e aquisições fornecem expertise de produtos e inovação, centrada nas necessidades das empresas brasileiras, necessidades estas em constante evolução. Nossa corretora e área de distribuição são responsáveis por compreender as necessidades dos investidores brasileiros e internacionais, a fim de oferecerem alternativas de investimento apropriadas.

Corretora

Nossa operação brasileira de corretora oferece títulos, ações e produtos derivativos, além de negociações, nas bolsas brasileiras, para os clientes institucionais. Também oferece pesquisa a mais de 60 empresas comercializadas em bolsa.

FINANCIAMENTO DE PROJETOS(PROJECT FINANCE) E PRIVATIZAÇÃO

Nosso grupo de financiamento de projetos é responsável pela estruturação e financiamento de projetos industriais e de infra-estrutura, como, por exemplo, rodovias pedagiadas, portos, estradas de ferro, energia e telecomunicações. Nossas atividades englobam o aconselhamento de nossos clientes empresariais quanto à viabilidade econômica e financeira dos projetos propostos, bem como quanto à estruturação dos projetos propostos e seu financiamento de longo prazo.

ATIVIDADES DE TESOURARIA, NEGOCIAÇÃO E DERIVATIVOS

Nossa unidade de tesouraria administra transações financeiras para nossos clientes corporativos, bem como para nossa carteira própria. Nosso grupo de tesouraria negocia títulos governamentais brasileiros de renda fixa, instrumentos financeiros derivativos e títulos de dívida bancária e empresarial, precifica empréstimos e produtos de investimento para os segmentos de negócio de Varejo e Atacado, efetua operações de câmbio de divisas e participa de transações com derivativos, como swaps para fins de hedging e de arbitragem. Desde março de 2005, atua como uma unidade de negócios independente.

SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em outubro de 1997, estabelecemos uma parceria com a AIG. Adquirimos aproximadamente 50% do capital social de cada uma das empresas da AIG no Brasil, cada uma das quais participou de uma fusão que resultou na AIG Brasil Companhia de Seguros, ou AIG Brasil, sendo que a AIG adquiriu aproximadamente 50% do capital social da UASEG. Enquanto a AIG detém uma pequena maioria no capital total da UASEG, nós temos o controle de sua gestão, sujeito à aprovação da AIG no que diz respeito a algumas questões estratégicas. A AIG detém o controle da AIG Brasil, estando sujeita, similarmente, à nossa aprovação no que diz respeito a certas questões estratégicas. Oferecemos seguros de vida individuais, bem como seguros de veículos automotores, acidentes pessoais, propriedade pessoal e garantias, entre outros tipos de seguros empresariais, além de planos de previdência privada.

Nossas empresas de seguros e de previdência ocupam o 4º lugar no ranking consolidado do mercado de seguros e de previdência complementar divulgado pela Susep - Superintendência de Seguros Privados, pela Anapp - Associação Nacional de Previdência Privada e, pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, com 7,8% de participação, dados prévios de junho de 2005.

No 1º semestre de 2005, a UASEG e a AIG Brasil tiveram um faturamento consolidado de seguros e previdência privada totalizou de R$ 2.211 milhões e um lucro líquido total de R$ 79 milhões, com base em nossa participação proporcional na *joint venture*.

SEGUROS

A UASEG detém direitos exclusivos de distribuição de produtos de seguros em toda nossa rede de agências, tanto para nossos clientes do Varejo como do Atacado. Acreditamos que esse canal de distribuição nos propicie uma vantagem competitiva com relação a muitas empresas de seguros que não são afiliadas a instituições financeiras. Uma vez que aproximadamente metade dos prêmios de seguros da UASEG é gerada por meio de clientes de nossa rede, nós nos beneficiamos de economias substanciais de custos e de sinergias de marketing. A UASEG também comercializa seus produtos de seguros por meio de aproximadamente 13.000 corretores independentes, além do centro de atendimento telefônico (*call center*), do site na Internet e de agências em lojas. A AIG Brasil distribui produtos a grupos afiliados por meio de bancos, instituições financeiras e programas de comercialização em grande escala.

Nós também oferecemos um programa de garantia estendida para eletrodomésticos, comercializado pela Unibanco AIG Warranty S. A, ou UAW, nossa *joint venture* com a Multibrás, a maior fabricante brasileira de eletrodomésticos.

PLANOS DE PENSÃO E APOSENTADORIA

A Unibanco AIG Vida e Previdência S.A., ou Prever, nossa subsidiária, administra reservas que consistem de contribuições de pensão e aposentadoria feitas por clientes institucionais e pessoas físicas, atendendo a aproximadamente 1.250 clientes empresariais e 744.000 clientes pessoas físicas, dos quais cerca de 222.000 provêm de clientes empresariais.

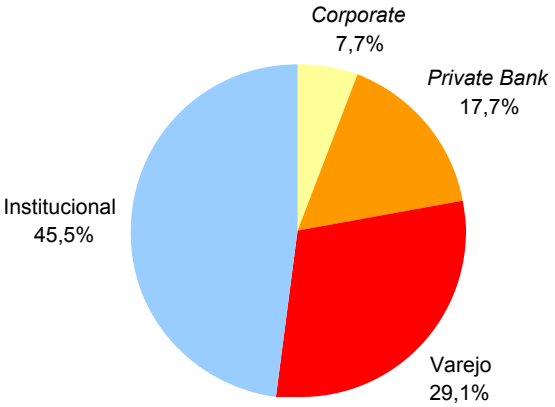
Até junho de 2005, a Prever ocupava nos planos corporativos de previdência privada a 2ª posição nas vendas acumuladas do ano segundo os dados prévios da ANAPP.

GESTÃO DE PATRIMÔNIOS

Em Março de 2002, os negócios de *private banking* e gestão de recursos de terceiros foram unificados, criando-se o segmento de Gestão de Patrimônios. Os negócios de gestão de recursos de terceiros são conduzidos principalmente por meio de nossa subsidiária Unibanco Asset Management, ou UAM. A UAM oferece fundos mútuos de renda fixa e de renda variável a clientes pessoas físicas, além de administrar carteiras para empresas, fundos de pensão e clientes de *private banking*. Por meio do Unibanco Private Bank, fornecemos serviços de gestão de patrimônios dirigidos a pessoas físicas possuidoras de um grande patrimônio, com carteiras de investimentos potenciais superiores a R$ 3 milhões.

Em 2004, direcionamos nossos esforços no sentido de fortalecermos nossa posição tanto no mercado de gestão de recursos de terceiros como no de Private Bank, com foco no aprimoramento e consistência do desempenho dos fundos e carteiras. Além disso, também efetuamos algumas mudanças em nossa estrutura organizacional, a fim de explorarmos melhor as sinergias internas da unidade.

Ativos sob gestão em 30 de junho de 2005



ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

A UAM normalmente cobra uma tarifa relativa a seus fundos mútuos com base no valor líquido médio dos recursos dos fundos, calculado diariamente. A UAM também administra carteiras para planos de pensão, empresas, clientes de *private banking* e investidores estrangeiros. Por estes serviços, a UAM geralmente negocia tarifas baseadas em uma porcentagem dos recursos administrados e no desempenho.

Em 30 de junho de 2005, a UAM registrava recursos sob sua administração num total de R$ 35.119 milhões. Em junho de 2005, com uma participação de mercado de 5,0%, segundo a Associação Nacional de Bancos de Investimento e Distribuidoras, ou ANBID.

PRIVATE BANKING

Nossa unidade de *private banking* atende a pessoas físicas possuidoras de um grande patrimônio e carteiras de investimento potenciais superiores a R$ 3 milhões. Muitos de nossos clientes de *private banking* também são acionistas ou altos executivos de nossos clientes empresariais.

Segundo o Ranking Global da Anbid, os recursos sob gestão do Private Bank, em junho de 2005, apresentaram um crescimento de 21,4% em relação a dezembro de 2004. O Private Bank ocupava a 2ª posição, com 10,2% de participação em junho de 2005.

ADMINISTRAÇÃO DE RISCOS

A gestão de riscos é uma unidade independente, responsável por identificar, medir e gerir riscos de mercado, de crédito e operacionais na instituição como um todo. Por meio do desenvolvimento e uso de ferramentas baseadas nas melhores práticas adotadas pelo mercado, buscamos otimizar nossa relação risco-retorno, bem como garantir a melhoria contínua da gestão de riscos em todos os níveis organizacionais. A Gestão de Riscos no Unibanco fundamenta-se em ferramentas e parâmetros associados à otimização da relação risco-retorno, levando em consideração, entre outros, diversificação de riscos e limites máximos de exposição.

Crédito

O risco de crédito está relacionado à capacidade de um tomador de crédito em cumprir suas obrigações financeiras e também associado a exposições com maior probabilidade de serem mantidas até a sua data de vencimento final, como empréstimos corporativos e de varejo. Nossa política de crédito visa gerir o risco, mantendo, ao mesmo tempo, a flexibilidade exigida pelas condições do mercado e pelas necessidades do cliente. Limitamos nossa exposição de crédito evitando concentração em clientes únicos ou setores específicos. Nossa política de crédito estabelece vários níveis de aprovação, tanto para clientes de varejo como de atacado. Conforme o tamanho e o tipo da exposição e o histórico de crédito do cliente, os níveis de aprovação variam do gerente geral da agência ou gerente da conta até os comitês de crédito de Varejo ou Atacado, que são compostos de membros da alta administração. Nosso processo centralizado de tomada de decisões de crédito baseia-se em rigorosos limites de crédito estabelecidos pelos comitês de Atacado e Varejo. Nós pré-aprovamos limites de crédito para nossos clientes com base em sua capacidade de crédito e seu tamanho. Acreditamos que esses limites e linhas de crédito pré-aprovadas, bem como uma rígida estrutura hierárquica e comitês de aprovação, asseguram um processo robusto de gestão de riscos de crédito.

Atacado

Nossa atividade de Atacado abrange grupos econômicos com faturamento anual superior a R$ 150 milhões. As avaliações de risco são realizadas de maneira individual e periódica por meio de um sistema exclusivo de classificação de risco com 14 níveis de risco (de AA1 a H). O sistema inclui elementos quantitativos e qualitativos, como a situação econômica e financeira da empresa, a competência da administração, o histórico financeiro, o relacionamento conosco e as condições do mercado em que opera, entre outros. As linhas de crédito para clientes corporativos são analisadas a cada 60 a 360 dias, de acordo com a classificação do tomador e o ambiente econômico. O sistema de classificação é estruturado da seguinte forma:

- AA e A são muito estáveis, com risco mínimo de crédito, e considerados muito saudáveis do ponto de vista financeiro;
- B e C são menos estáveis e exigem um monitoramento cuidadoso (os empréstimos para empresas classificadas como B e C costumam ser de curto prazo, exigem garantias significativas e outros elementos de apoio ao crédito);
- D, E, F e G constituem riscos mais altos ou têm problemas potenciais; e
- H constituem riscos muito altos (inadimplência), integralmente cobertos por provisões.

Analisamos as linhas de crédito de clientes empresariais a cada 60 a 360 dias, de acordo com a classificação do tomador e o ambiente de crédito externo. Para empresas classificadas como B e C, geralmente efetuamos uma análise de crédito a cada 90 dias. Para empresas classificadas como A, realizamos uma análise de crédito a cada 180 dias, e para as classificadas como AA a cada 360 dias. Em 30 de junho de 2005, aproximadamente 93,3% da nossa carteira de empréstimos tinha classificação entre AA e C.

Varejo

A gestão de crédito em nossa atividade bancária de Varejo caracteriza-se pelo processamento de um grande volume de solicitações de crédito, o que requer sistemas e processos especializados. Nossa atividade de Varejo inclui pessoas físicas, bem como empresas com faturamento de até R$ 150 milhões. Exposições a pessoas físicas e empresas com faturamento de até R$ 5 milhões são geridas por meio de um sistema próprio de pontuação estatística de crédito e de ferramentas de pontuação de comportamento, em consonância com o grande volume de clientes da carteira. Empresas com faturamento anual superior a R$ 5 milhões, por sua vez, são avaliadas por meio de um sistema de classificação de risco semelhante ao utilizado na atividade de Atacado.

Riscos Operacionais

Os riscos operacionais relacionam-se aos prejuízos sofridos por uma instituição, causados por seus sistemas, serviços, produtos, processos e operações, que podem ser adversamente afetados por erro humano, infra-estrutura de apoio danificada, falha de modelagem, mudanças no ambiente empresarial ou outras condições de mercado adversas.

Para atingir a melhor relação risco-retorno e para atender aos requisitos das práticas do mercado internacional e os regulamentos internos do mercado financeiro brasileiro, nós criamos uma estrutura de controle interna e independente. Procuramos estimular e manter uma cultura interna focada na gestão de risco integrada. Acreditamos que a gestão dos riscos operacionais seja uma ferramenta fundamental para o processo de decisão e para a diferenciação competitiva.

Uma das nossas ferramentas de trabalho é o Sistema de Controles Interno, que está disponível no portal corporativo, sendo acessado por todas as áreas do conglomerado. Esse processo de auto-avaliação inclui avaliações periódicas nas quais os gestores descrevem as atividades principais de suas áreas, identificam os riscos potenciais, implementam pontos de controle e analisam a eficiência desses controles.

Os dados coletados pelo Sistema de Controle Interno nos permitem monitorar e avaliar o desempenho de grupos diferentes, identificando as áreas com maior risco potencial. Essa estrutura serve de fundamento para a identificação de indicadores e nos permite criar uma base de dados estruturada para qualificar e quantificar nosso nível de exposição a riscos operacionais. Esse processo promove a integração de nossos gerentes, estabelece uma cultura interna, desenvolve compromisso e permite a correta avaliação e análise das necessidades de alocação de capital.

Gestão de Riscos de Sistemas

À medida que se diversificam as operações bancárias e aumenta o volume de transações envolvendo computadores e redes de telecomunicações, a importância da informática e o impacto potencial de falhas de sistema cresce. Conseqüentemente, temos dedicado recursos substanciais para garantir a confiabilidade e estabilidade de nossos sistemas computacionais e sistemas correlatos. Nossa principal instalação de computadores está situada em São Paulo, onde mantemos um sistema de backup para cobertura automática em caso de falhas do sistema. Também armazenamos arquivos de backup com o registro de todas as operações bancárias e efetuamos testes periódicos para checar todo o procedimento e identificar pontos que exigem maior atenção.

Subscrição de Seguros

Desde o estabelecimento de nossa *joint venture* com a AIG, subscritores de ambas as empresas vêm participando de um processo de subscrição combinado. Por exemplo, a UASEG usa informações de pedidos de seguro para avaliar propostas de seguro de vida. Para certos interessados a seguro de vida, um exame médico é requerido para analisar o risco melhor. Engenheiros e subscritores de seguro de ramos elementares analisam e avaliam os riscos antes das cotações de coberturas para esses ramos. As avaliações de subscritores e engenheiros são analisadas e subscritas na sede da UASEG. Contamos com nosso conhecimento especializado dos setores da economia e do controle de catástrofes para que nossas decisões de subscrição considerem dados contábeis e fatores dos setores da economia relevantes.

Risco de Mercado

O risco de mercado relaciona-se a prejuízos potenciais ocasionados por mudanças em taxas de juros e de câmbio, entre outras. Acreditamos que temos uma política conservadora no que tange a exposições a riscos de mercado. A exposição a riscos de mercado da nossa carteira é supervisionada e controlada de forma independente. Todas as subsidiárias financeiras e as principais subsidiárias não financeiras, como nossas atividades relacionadas a cartões de crédito, capitalização, fundos de previdência privada e seguros, são avaliadas diariamente. A gestão de riscos de mercado baseia-se em limites estabelecidos pelos comitês financeiro e de riscos.

Limitamos nossa exposição a riscos de mercado gerindo nossos descasamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros. Títulos, derivativos, empréstimos e financiamentos são analisados tanto de maneira consolidada como de maneira detalhada. Os derivativos desempenham um papel importante na gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

Limites de exposição para a nossa unidade de tesouraria são estabelecidos levando em conta volatilidades do mercado, cenários previstos, oportunidades de lucro e as necessidades de financiamento do banco comercial. Atividades de negociação e posicionamento são realizadas dentro de limites claros sugeridos pelo comitê de riscos e ratificados pelo comitê financeiro. Esses limites e políticas são analisados mensalmente ou quando surge uma nova ameaça ou oportunidade.

Nosso comitê financeiro, constituído de representantes da alta administração, reúne-se mensalmente. Esse comitê estabelece os limites de posição de nossa unidade de tesouraria, levando em consideração volatilidades do mercado, liquidez, necessidades institucionais e riscos potenciais. Reuniões extraordinárias do comitê financeiro são realizadas quando surgem mudanças inesperadas no ambiente macroeconômico que gerem oportunidades e/ou riscos.

Nosso comitê de riscos, constituído de representantes do conselho, diretores e profissionais de gestão de riscos, também se reúne mensalmente. O objetivo principal do comitê é analisar políticas relacionadas a tesouraria, corretagem, produtos e custódia, entre outras coisas. Políticas de limite também são definidas por esse comitê, inclusive para a mesa de operações. Os comitês de risco e financeiro consultam um ao outro sobre propostas e chegam a acordos sobre as mesmas.

O comitê de caixa da unidade de tesouraria reúne-se diariamente. O comitê de caixa:

- discute o ambiente macroeconômico;
- discute posições tomadas e os riscos relacionados; e
- decide sobre posições e exposições de acordo com os limites da política.

Usamos derivativos como instrumento principal de mercado em nossas atividades de negociação. Ao negociar com derivativos, podemos atingir uma exposição a riscos de crédito mais baixa do que seria atingida com uma posição nos instrumentos monetários correspondentes. Os derivativos mais comuns negociados são futuros, *swaps* e operações a termo com taxas de juros e câmbio.

A maior parte da nossa carteira de swap, com base em valores referenciais, tem instituições financeiras como contrapartes. A maior parte dessa carteira é garantida pela Bolsa de Mercadorias e Futuros brasileira, ou BM&F. Também negociamos com contrapartes que não são bancos, a maioria das quais são clientes de nossas operações bancárias comerciais. Esses swaps geralmente têm um depósito a prazo como garantia.

Nossa carteira de títulos consiste principalmente em títulos e notas do governo federal do Brasil, que são ativos de alta liquidez. Não foi mantida nenhuma posição estadual ou municipal no transcurso de 2004. Também mantemos uma carteira de Eurobonds de emissores brasileiros de baixo risco.

O prazo dos instrumentos negociados no Brasil ainda é curto, se comparado aos padrões internacionais. Portanto, o risco de preço associado à nossa carteira doméstica tende a ser mais baixo do que o associado à nossa carteira internacional. O Banco Central está estendendo progressivamente os vencimentos das obrigações governamentais.

Todas as decisões sobre arbitragem ocorrem na nossa sede, em São Paulo. Essa separação de atribuições ajuda a assegurar a precisão das informações sobre nossas posições, e a centralização das decisões sobre arbitragem nos permite estimar e avaliar melhor os riscos inerentes às transações de arbitragem.

VaR

Empregamos a metodologia do "valor em risco" (*value at risk*), ou VaR, para avaliar nossos riscos. O VaR é definido basicamente como o prejuízo potencial de um dia no valor da carteira devido a movimentos de mercado regulares adversos e baseia-se em análise de probabilidades. Consideramos um nível de confiança de 99% (2,33 desvios padrões) para calcular o VaR diariamente. Procedimentos como backtesting são usados para garantir a precisão e a coerência do modelo. A análise capta todos os ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos. Também fazemos uso de avaliação de testes de estresse com base em cenários macroeconômicos hipotéticos para evitar fortes impactos adversos sobre os resultados.

Backtesting

Empregamos análise de backtesting para confirmar e controlar a eficiência de nossos processos de VaR. Tanto a medida single tail como a medida double tail do VaR contra lucros e perdas são realizadas diariamente e funcionam como uma ferramenta eficaz sob condições normais. Movimentos irregulares do mercado, como os observados em 2002 nos mercados financeiros brasileiros, são claramente definidos como estresse e incorporados ao teste de estresse.

Testes de Estresse

Os testes de estresse também fazem parte de nossa política de riscos. Cenários de manutenção, deterioração rápida, grande deterioração e melhoria das condições do mercado são realizados e revisados mensalmente. Além disso, sempre que se prevêem eventos políticos ou econômicos que podem afetar o mercado financeiro, novos cenários são gerados e posições são reavaliadas para entender os impactos para o banco.

Atividades que não de negociação

Tanto as atividades de negociação como as que não envolvem negociação são medidas e controladas pelas mesmas ferramentas e metodologias. Posições fechadas por nós com clientes e protegidas por hedging no mercado são avaliadas por ferramentas de VaR e testes de estresse usando-se os mesmos dados e as mesmas projeções, sendo mantidas sob monitoramento rigoroso.

Nossas principais exposições a riscos de mercado em 31 de dezembro de 2004 e 2003 estavam relacionadas a taxas de juros (fixas, variáveis e indexadas em dólares dos Estados Unidos).

Underwriting de Seguros

Desde a formação de nossa *joint venture* com a AIG, a Unibanco Seguros interage com a AIG, fortalecendo o processo combinado de underwriting. Para avaliar os riscos dos seguros de vida, a Unibanco Seguros utiliza as informações contidas nas propostas de seguros, requerendo também, em certos casos, um exame médico para melhor avaliar os riscos. Engenheiros e agentes de seguros de bens e acidentes avaliam e estimam os riscos antes da emissão de cotações de cobertura de bens e acidentes. As opiniões dos seguradores e engenheiros são revisadas e subscritas na sede da Unibanco Seguros. Fazemos uso de nossos conhecimentos especializados em setores da indústria e controle de catástrofes de forma que nossas decisões de contratação de seguros possam levar em consideração dados relevantes e aspectos do setor.

PROPRIEDADES E INSTALAÇÕES

Nossos principais escritórios executivos encontram-se em São Paulo, Brasil. Somos proprietários de parte desses escritórios, sendo que alugamos o restante deles. Os três escritórios principais, de nossa propriedade, e as principais atividades desenvolvidas em cada um deles, são:

- Edifício Unibanco (com área total de 32.093 m^2): principais escritórios executivos e administrativos;
- CAU, ou Centro Administrativo do Unibanco (com área total de 45.673 m^2): Centro de Processamento de Dados, Informática, Contabilidade e Recursos Humanos;
- Edifício Barão de Iguape (com área total de 25.886 m^2): escritórios de apoio administrativo e central de atendimento telefônico "30 Horas"; e
- Edifício Boa Vista (com área total de 13.206 m^2): escritórios de apoio administrativo.

Somos proprietários, também, de vários outros escritórios administrativos nas principais cidades brasileiras, embora a maioria destes ocupem instalações alugadas.

Do nosso total de agências, 5,2% são de propriedade do Unibanco e 94,8% são alugadas. Alugamos a maior parte de nossas agências com contratos renováveis por prazos de cinco anos, em média.

PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL

Nossa principal propriedade intelectual são nossas marcas de produtos e serviços, tais como *Unibanco, Unibanco 30 Horas, Uniclass Fininvest, Unicard, UAM e Unibanco AIG*, todas fortemente reconhecidas por seus respectivos públicos. Administramos nossas marcas de forma a buscar a penetração adequada em nossos segmentos de Varejo, Atacado, Seguros e Previdência e Gestão de Patrimônios.

FUNCIONÁRIOS E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

O Unibanco Pessoas, nossa área de recursos humanos, está empenhada em promover o crescimento profissional e alinhar os interesses de nossos funcionários com os nossos objetivos estratégicos. O Unibanco Pessoas desenvolve ferramentas para aprimorar o processo de gestão do capital humano, com foco no treinamento e no desenvolvimento profissionais, captando e atraindo novos talentos, desenvolvendo programas de incentivo e reconhecimento e melhorando as relações com a comunidade interna (funcionários) e a comunidade externa (sindicatos e órgãos governamentais).

Em 30 de junho de 2005, possuíamos 26.999 funcionários, número inferior aos 27.408 de 31 de dezembro de 2004.

A tabela a seguir mostra nosso número de funcionários, agrupados por área de negócios:

	Número de funcionários			
	Em 31 de dezembro de			Em 30 de junho de
Area	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**
Agências de varejo	10.410	11.425	10.981	10.888
PABs	1.506	1.041	1.053	1.022
Unicard	445	643	197	220
HiperCard[1]	-	-	211	49
Atacado	1.400	1.335	390	389
Seguros	1.397	1.429	1.322	1.291
Unibanco Asset Management	166	196	96	94
Banco Dibens	96	92	47	22
Fininvest	2.631	2.173	2.831	3.135
Outros[2]	8.688	9.291	10.280	9.889
Total	**26.739**	27.625	27.408	26.999

(1) Em 2005 a área comercial migrou para a Fininvest
(2) Inclui Banco1.net até 2003

As tabelas abaixo indicam o número de empregados do Unibanco, agrupados por cargo e região:

	Número de funcionários			
	Em 31 de dezembro de			Em 30 de junho de
Título	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**
Diretor	160	169	150	136
Superintendente	350	384	358	339
Gerente	1.930	2.025	2.087	2.149
Outros [1]	24.299	25.047	24.813	24.375
Total	**26.739**	27.625	27.408	26.999

(1) Inclui funcionários de escritórios no exterior.

	Número de funcionários			
	Em 31 de dezembro de			Em 30 de junho de
Região	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**
Sudeste	21.765	22.484	21.86	21.571
Sul	2.209	2.257	2.244	2.170
Nordeste	1.635	1.720	2.025	2.008
Centro-Oeste	772	789	792	776
Escritórios no exterior	236	256	353	343
Norte	122	119	128	131
Total	**26.739**	27.625	27.408	26.999

Acreditamos possuir boas relações com nossos funcionários e seus sindicatos. Cerca de 42% da nossa força de trabalho é sindicalizada. Os dissídios coletivos com os sindicatos de bancários costumam ter prazo de 12 meses e estão sujeitos a renovação em setembro de cada ano.

Não houve nenhuma greve ou questão trabalhista significativa em 2002 e 2003, durante os períodos limitados de discussão de nossos dissídios coletivos. Em 2004, as negociações foram dificultadas por diferenças políticas entre bancários, membros de sindicatos e campanhas unificadas dos bancos públicos e privados, sendo que em 15 de setembro de 2004 foi deflagrada uma greve nacional, a qual durou 21 dias.

Desde abril de 1996, mantemos um plano de participação nos lucros ou resultados ("PLR"), previsto em Convenção Coletiva de Trabalho e baseado em objetivos administrativos e financeiros pré-estabelecidos. Todos os nossos empregados estão habilitados a participar do programa. Nosso PLR demanda no mínimo 5% do nosso lucro líquido referente a cada período. Em 2004, R$ 236 milhões foram distribuídos a nossos funcionários a título de PLR.

Buscando um modelo de distribuição de participação nos resultados mais transparente, objetivo e meritocrata, em 2005 o Unibanco iniciou a implementação de um novo modelo para todos os colaboradores e áreas do Conglomerado. A implementação está ocorrendo gradativamente por unidade de negócio e deverá ser finalizada ainda no 1º semestre de 2006.

Aos nossos executivos e gerentes seniores que se destacam, oferecemos a oportunidade de tornarem-se acionistas. Nosso Programa de Opções de Compra de Ações premia desempenhos excepcionais e contribuições para o desenvolvimento do grupo. Em 30 de junho de 2005, havíamos concedido 14.057.286 opções de compra de ações que podem ser transformadas na aquisição de Units de acordo com o programa. Essas opções podem ser exercidas entre 21 de janeiro de 2005 e 02 de maio de 2011 a um preço de exercício médio de R$ 12,15 por opção. Até 30 de junho de 2005, 67 participantes contemplados na primeira outorga do Programa, já haviam exercido suas opções, totalizando a aquisição de 616.965 Units.

No programa de previdência privada, oferecido a todos os empregados, os aproximadamente 7.416 participantes até junho de 2004 contribuíam como participantes de um PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres. Após a aquisição do Banco Bandeirantes, coexistiam empregados que oarticipavam do PGBL e empregados que participavam do plano de previdência privada, denominado "Trevo – Instituto Bandeirantes de Seguridade Social". Desde julho de 2004, oferecemos a todos os empregados nosso plano de previdência "Futuro Inteligente", vinculado a uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Trata-se de um plano de contribuição definida com contrapartida da empresa. Em 30 de junho de 2005, aproximadamente 6.600 pessoas haviam se inscrito no programa.

Como parte das mudanças em nossa estrutura organizacional, oferecemos a um grupo de executivos com idade superior a 50 anos uma oportunidade única de participar de um programa de antecipação de aposentadoria com benefícios especiais. Setenta e um executivos, ou 88% dos habilitados, inscreveram-se no programa, que se encerrou em julho de 2004. Atualmente não há nenhum programa de antecipação de aposentadoria em andamento para os executivos. Enfatizamos o treinamento de funcionários durante o ano findo em 31 de dezembro de 2004; investimos cerca de R$ 24 milhões em várias atividades de treinamento e desenvolvimento, inclusive programas de MBA no Brasil e no exterior e o Programa de Gestão de Pessoas. No primeiro semestre de 2005 o investimento foi de aproximadamente R$ 11,04 milhões, entre outros os programas "Atendendo com Excelência" e "Gestão de Pessoas - Módulo III".

O Unibanco vem realizando pesquisas de satisfação dos Funcionários desde 1997, pesquisas estas conduzidas por consultores externos. Trata-se de um fator importante em nossa capacidade de avaliar o clima organizacional, identificar áreas que necessitam melhorar e tomar as medidas necessárias para dar aos funcionários soluções concretas, de forma a promover um ambiente de trabalho saudável, que apoie o desenvolvimento pessoal. Em 2005, o IGSF, índice geral de satisfação do funcionário foi de 75, demonstrando estabilidade. Já o índice de motivação dos funcionários atingiu o recorde de 77%.

CONCORRÊNCIA

O mercado brasileiro de serviços financeiros, inclusive serviços bancários, seguros e gestão de ativos, continua altamente competitivo. A partir de 1990, a indústria de serviços bancários no Brasil passou por um período de consolidação. Vários bancos foram liquidados, muitos bancos estaduais foram privatizados e muitos bancos de porte médio do setor privado foram vendidos. Em 30 de junho de 2005, havia 138 bancos múltiplos, 22 bancos comerciais e 20 bancos de investimentos no Brasil, além de numerosas instituições voltadas à poupança e aos empréstimos, à corretagem, ao leasing e a outras atividades financeiras.

Nos últimos anos, os bancos brasileiros começaram a enfrentar a concorrência de bancos estrangeiros. Alguns bancos norte-americanos, como o Citibank, o BankBoston e o JP Morgan, estão se tornando cada vez mais ativos no Brasil. Outros bancos estrangeiros, como o HSBC, ABN-AMRO e Banco Santander Centro Hispano também entraram no mercado brasileiro mediante aquisições.

O Bradesco e Itaú são os dois maiores bancos do setor privado brasileiro em termos de volume de ativos, seguidos pelo Unibanco, Banco Santander-Banespa, Banco ABN AMRO Real, HSBC Bamerindus e Banco Safra, de acordo com o ranking dos 50 maiores bancos divulgado pelo Bacen em março de 2005. Acreditamos que as recentes aquisições e parcerias no mercado brasileiro de serviços bancários incrementarão a concorrência do setor de varejo, especialmente no segmento de financiamento ao consumo.

Também enfrentamos a concorrência dos bancos do setor público, alguns dos quais dispõem de uma rede de distribuição e de uma base de clientes superiores às dos concorrentes da iniciativa privada. Os bancos do setor público, dentre os quais os maiores são o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, representavam 34,0% do total de empréstimos dos 50 maiores bancos no Brasil em 31 de março de 2005, em comparação a 34,4% em 31 de março de 2004. Os bancos do setor público operam em conformidade com as mesmas leis e regulamentações que regem os bancos do setor privado, dispondo de uma forte presença no setor de varejo.

CARTÕES DE CRÉDITO E CRÉDITO AO CONSUMO

O mercado de cartões de crédito no Brasil é extremamente competitivo, consistindo em aproximadamente 33 empresas emissoras de cartões, de portes variados. Os principais concorrentes da Unicard e HiperCard são o Credicard, Banco Itaú, Banco do Brasil, Banco Bradesco, Santander e Banco ABN AMRO Real. Acreditamos que os principais fatores competitivos são o preço (taxas de juros, anuidade paga pelo portador do cartão e tarifas comerciais), rede de distribuição do cartão, aceitação do cartão e reconhecimento da bandeira.

Os cartões co-branded, especialmente com empresas que oferecem programas de recompensa, descontos ou milhagem, estão sendo adotados cada vez mais pelas empresas de cartões de crédito, com o intuito de expandirem sua base de clientes.

Os cheques pré-datados também competem com os cartões de crédito, constituindo uma forma muito comum de postergação de pagamento no Brasil. O sistema consiste em que o cliente pague pelas mercadorias ou serviços adquiridos com cheques normais preenchidos com datas futuras, o que resulta, na prática, em um pagamento a prazo. Contudo, cremos que os cartões de crédito substituirão gradualmente os cheques pré-datados como a principal forma de postergação de pagamento, em função da conveniência e segurança que apresentam, além de serem cada vez mais aceitos.

Empresas de crédito ao consumidor, muito embora objetivem segmentos econômicos da população diferentes dos que são enfocados pelos bancos, também tenderão a manter a expansão de suas atividades na área de cartões de crédito. Cremos que os principais concorrentes da Fininvest são a Losango, uma empresa adquirida pelo HSBC, o Banco Zogbi e a Finasa, ambos adquiridos pelo Bradesco e, Taií, a divisão de crédito ao consumidor do Itaú, além de muitas pequenas empresas independentes.

Gestão de Ativos e Private Bank

A indústria de gestão de ativos no Brasil tem sido dominada por bancos comerciais, os quais oferecem fundos de renda fixa aos clientes dos bancos de varejo. A concorrência no setor inclui concorrentes tradicionais, como o Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Bradesco, HSBC, Citibank, CEF e BankBoston. A Unibanco Asset Management apresenta várias vantagens competitivas, particularmente sua capacidade de oferecer uma ampla gama de produtos e uma marca forte. Além disso, a UAM diferenciou-se graças à qualidade de seu processo de investimentos, que inclui análise de crédito, pesquisa macroeconômica e empresarial, modelos de alocação de ativos e controle de riscos.

A indústria de Private Bank também é dominada pelos maiores bancos comerciais, com alguma concorrência proveniente tanto de escritórios familiares e como de boutiques de gestão de investimentos. No segmento local, os principais concorrentes são o Citibank, Banco Itaú, Banco Bradesco, Banco Safra, HSBC, ABN, BankBoston e Banco Santander, ao passo que, no segmento offshore, além dos concorrentes locais, bancos como o JP Morgan Chase, UBS, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Crédit Suisse First Boston e os bancos privados suíços (Lombard Odier Darier Hentsch, Mirabaud, Julius Baeur, Pictet, entre outros) também têm uma presença forte no Brasil.

Seguros e Planos de Previdência Privada

O mercado brasileiro de seguros e de previdência privada é extremamente competitivo. O mercado total de seguros e planos de previdência privada, em 2005, representava R$ 27,3 bilhões, entre prêmios e contribuições a planos de previdência privada. Os dez maiores grupos seguradores representavam 78,4 % do mercado de seguros em, de acordo com dados prévios da Susep de junho de 2005. Neste período, as empresas de seguros do Unibanco conjuntamente, detinham uma participação de mercado de 7,2 % do mercado de seguros, ao passo que a Unibanco AIG Vida e Previdência detinha uma participação de 7,6 % do mercado de planos de previdência privada; juntamente, estas três representavam uma participação de mercado total de 7,8 % do mercado de seguros e planos de previdência privada. Embora empresas atuantes em todo o território nacional subscrevam a maioria dos negócios, também enfrentamos concorrência de certas empresas locais ou regionais em vários mercados que oferecem, por exemplo, uma estrutura de custos relativamente mais barata, ou uma especialização em certos nichos de mercado. Acreditamos que nossas principais vantagens competitivos são nossa força, uma parceria forte com uma empresa internacional e reconhecimento de marca, bem como a qualidade dos serviços e taxas competitivas.

CONTRATOS RELEVANTES

Fechamento de Operação – BUS Serviços de Telecomunicações S.A.

Data

28.06.2002

Partes

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. ("Unibanco")
Banco Bradesco S.A. ("Bradesco")
União de Comércio Participações Ltda. ("UCP")
PT Prime, S.G.P.S., S.A. ("PT Prime")
Bus Serviços de Telecomunicações S.A. ("BUS")
Bus Holding S.A. ("BUS Holding")
Primesys S.A. ("Primesys')
Portugal Telecom S.A. ("PT") (parte interveniente)

Objeto

Em 26 de junho de 2002, a ANATEL ("Agência Nacional de Telecomunicações") aprovou a transferência de controle da BUS para a PT ou suas afiliadas. Como conseqüência, a Primesys recebeu da BUS Holding a totalidade de suas ações ordinárias na BUS, sendo tais ações representativas de 80,01% do capital ordinário e 26,67% do capital social da BUS. Dessa forma, a Primesys tornou-se titular de 100% do capital social da BUS, e o Unibanco e a UCP passaram a deter 100% do capital da BUS Holding. Depois de implementada tal operação toda a estrutura de telecomunicação do Unibanco foi terceirizada.

Principais Contratos Relacionados

O principal contrato da operação é o Contrato de Associação celebrado entre o Unibanco, o Bradesco, a PT Prime, e as partes intervenientes, PT, BUS, Bus Holding e Primesys.

Cláusulas Especiais

As principais condições dos Contratos são as seguintes:

(i) A Primesys declara ter recebido do Bradesco, UCP e Unibanco ("Bancos") todas as ações representativas do capital social da BUS e, juntamente com a PT Prime e PT, concede aos bancos irrevogável e irretratável quitação das obrigações assumidas pelos Bancos no Contrato de Associação, conforme aditamento nele efetuado.

(ii) Os Bancos declaram ter recebido da PT Prime a totalidade da quantia e ações em caução, concedendo à PT Prime, à Primesys e à PT irrevogável e irretratável quitação das obrigações por elas assumidas no Contrato de Associação, conforme aditamento nele efetuado.

Lei de Regência e Jurisdição

Os Contratos são regidos pelas leis e estão sujeitos à jurisdição do Brasil.

Contrato de Compra e Venda de Ações – Wall Mart

Data

29.02.04

Partes

Koninklijke Ahold N.V.,
BR Participações e Empreendimentos S.A., e
Holla Beheer B.V. ("Vendedores")

056464 New Brunswick Inc.,
Unicard Banco Múltiplo S.A.
Unipart Participações Internacionais Ltd. ("Compradores"),

Veraneio Participações Ltda.,
Conabinu Participações Ltda.,
HiperCard Administradora de Cartões de Crédito Ltda.
Bompreço S.A. – Supermercados do Nordeste ("Intervenientes Anuentes")

Objeto:

Venda de quotas detidas por BR Participações e Empreendimentos S.A. no capital social de Financial Newco para Unicard Banco Múltiplo S.A. e de quotas detidas por Holla Beheer B.V. representativas de 31,78% do capital social de HiperCard, para Unipart Participações Internacionais Ltd., efetuando a transferência do controle da HiperCard para o Unibanco.

Valor:

O valor estimado no Contrato era de US$216 milhões. Entretanto, o valor efetivamente pago pelo Unibanco foi cerca de US$138 milhões, uma vez que o saldo remanescente, de cerca de US$78 milhões correspondia a uma obrigação entre a Hipercard perante a Bompreço, que foi paga após o fechamento da operação.

Contrato de Associação – Magazine Luíza

Data

10 de setembro de 2001

Partes

Banco Fininvest S.A., Magazine Luíza S.A. e MTG Administração e Assessoria S/C Ltda. ("MTG"), como interveniente anuente.

Objeto

Estabelecer uma parceria estratégica entre Fininvest e Magazine Luiza, uma conhecida rede brasileira de lojas de departamentos, criando uma nova companhia detida conjuntamente por ambas ("Financeira"), que deverá prover crédito financeiro aos clientes do Magazine Luiza.

Cláusulas Especiais

As principais cláusulas do Contrato de Associação são as seguintes: (i) Magazine Luiza concede à Financeira direitos exclusivos de prover crédito financeiro aos clientes do Magazine Luiza; (ii) Condições gerais de financiamento aos clientes do Magazine Luiza; (ii) Atividades e princípios gerais para a gestão da Financeira; (iv) Condições gerais para a assinatura do Acordo de Acionistas da Financeira.

Lei de regência e jurisdição

Este contrato é regido pelas leis brasileiras e está sujeito à jurisdição brasileira.

Acordo de Acionistas – Investcred

Data

01.11.2001

Partes

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Globex Utilidades S.A., Wale S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Wale"), como interveniente anuente, e Ponto Frio Leasing S.A. ("Ponto Frio Leasing") como interveniente anuente.

Objeto

O Unibanco adquiriu 50% do Banco Investcred S.A. ("Investcred") e, juntamente com Globex, que detém os demais 50% do Investcred, firmou o Acordo de Acionistas para regular o relacionamento como acionistas da Investcred, que irá prover crédito financeiro aos clientes do Ponto Frio, uma cadeia nacional de lojas de eletrodomésticos.

Cláusulas especiais

As principais cláusulas do Acordo de Acionistas são as seguintes: (i) Wale e Ponto Frio Leasing serão subsidiárias da Investcred; (ii) cada acionista deverá indicar metade dos diretores da Investcred; (iii) Investcred terá o direito de usar a marca "Unibanco"; (iv) controvérsias serão resolvidas por meio de negociações ou pela venda das respectivas participações acionárias; (v) restrições de transferências de ações.

Principais contratos relacionados

Contrato de Associação entre Unibanco e Globex datado de 26 de outubro de 2001.

Lei de regência e jurisdição

Este contrato é regido pelas leis brasileiras e está sujeito à jurisdição brasileira.

Escritura de Emissão – US$ 200,000,000.00 Títulos Resgatáveis Subordinados com juros escalonados e com vencimento em 2012

Data

30 de abril de 2002

Partes

Emissor: Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., por meio de sua agência em Grand Cayman; (ii) Agente Fiduciário: The Bank of New York.

Objeto

O Unibanco emitiu US$ 200,000,000.00 em títulos resgatáveis subordinados com juros escalonados e com vencimento em 2012, sujeitos à Escritura de Emissão. A referida emissão se qualifica como Nível 2 de Capital, nos termos da Resolução CMN n.º 2.837, de 30.05.2001.

Cláusulas Especiais

As principais cláusulas da Escritura de Emissão são as seguintes: (i) os títulos são subordinados, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 2837/01 e são sujeitos às condições lá estabelecidas; (ii) os títulos são resgatáveis a qualquer tempo por razões fiscais e, a partir de 30.04.2007, por opção do Emissor. Em todos os casos, o resgate está sujeito à prévia aprovação do Banco Central, apesar do fato de que o Banco Central já emitiu sua aprovação para o resgate em alguns casos específicos; (iii) de forma a observar a Resolução CMN nº 2837/01, pagamentos de juros e principal devem ser postergados nos casos estabelecidos na referida Resolução; (iv) o Agente Fiduciário, em nome dos detentores dos títulos, tem o benefício de proteção de risco político contra "inconversibilidade de moeda" provida pelo Deutsche Bank AG London.

Principais contratos relacionados

Mandato de Pagamento datado de 30 de abril 2002 firmado pelo Unibanco, como emissor, e o Bank of New York, como Principal Agente de Pagamento, Agente de Escrituração e Agente de Transferência. A confirmação, sujeita aos termos do ISDA Master Agreement (Multicurrency Cross Border), para a operação para proteção de risco político, firmada pelo Unibanco e pelo Deutsche Bank AG London, é datada de 25.04.2002.

Lei de regência e jurisdição

O contrato é regido pelas leis da Inglaterra e sujeito à jurisdição da Inglaterra e de Nova York.

Contrato de Venda – MT 100 Securitização

Data

29 de maio de 2002

Partes

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., por meio de sua agência em Grand Cayman ("Unibanco") e UBB Diversified Payment Rights Finance Company ("SPC").

Objeto

O Unibanco cedeu à sua agência em Grand Cayman todos os seus direitos existentes e futuros relativos a quaisquer valores depositados de tempos em tempos nas suas contas no exterior ("*Diversified Payment Rights*"), em função de ordens de pagamento efetuadas por meio de remessas eletrônicas ("Remessas Eletrônicas"). Como conseqüência de tais cessões, a agência em Grand Cayman subrogou-se nos seus direitos com relação às ordens de pagamento enviadas para referidas contas no exterior, e conseqüentemente, assumiu as obrigações com relação a tais Remessas Eletrônicas.

Por meio do Contrato de Venda, a agência Grand Cayman vendeu todos os seus direitos, propriedade e participação em todos os Diversified Payment Rights baseados em remessas eletrônicas (mas nenhuma das obrigações a eles relativas), sendo que a SPC irá emitir as Notas com Taxa de Juros Flutuante lastreadas nos Diversified Payment Rights ("Notas") no mercado financeiro internacional ("Programa"), no valor agregado de até US$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), na forma de diferentes emissões. Em 29.05.2002, a SPC fez sua primeira emissão de Notas no valor total de US$ 400,000,000.00.

Principais contratos relacionados

Os principais contratos relacionados (juntamente com o Contrato de Venda, os "Contratos") são os seguintes: (i) Escritura entre a SPC e The Bank of New York Trust Company (Cayman) Limited (o "Agente Fiduciário").; (ii) Escritura Suplementar Série 2002-1 (a "Escritura Suplementar"), entre a SPC e o "Agente Fiduciário"; (iii) Contrato de Serviços (o "Contrato de Serviços") entre a SPC, Unibanco e o Agente Fiduciário; (iv) Contratos de Conhecimento ("Contratos de Conhecimento") entre a SPC, Unibanco, o Agente Fiduciário e American Express Bank Ltd., Bank of America, N.A., Citibank, N.A., Deutsche Bank Trust Company Americas, JPMorgan Chase Bank and the Bank of New York (os "Bancos Correspondentes Elegíveis"); (v) Contrato de Compra de Notas Série 2002-1 (o "Contrato de Compra"), entre a SPC, Unibanco, MBIA Insurance Corporation ("MBIA"), como Agente Administrativo, e Meridian Funding Company, LLC (o "Comprador"); (vi) Contrato de Seguro e Reembolso ("Contrato de Seguro"), entre MBIA, Unibanco e a SPC; (viii) Garantia Financeira de Apólice de Seguro, emitida pelo MBIA com relação à Série 2002-1 Notes (a "Apólice").

Cláusulas especiais

As principais condições dos Contratos são as seguintes: (i) o Unibanco é responsável pela existência dos Diversified Payment Rights. Se eles não existirem ou de acordo com algumas circunstâncias relacionadas à existência de tais direitos (Eventos de Pagamento Obrigatório e Eventos de Aceleração), o Unibanco pode ter que pagar o valor correspondente ao saldo em aberto de tais Diversified Payment Rights; (ii) declarações e garantias padrão e condições de indenização relacionadas para uma operação desta natureza.

Lei de regência e jurisdição

Os Contratos são regidos pelas leis de Nova York e são sujeitos à jurisdição de Nova York.

PROCESSOS JUDICIAIS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Somos parte em ações judiciais e processos administrativos inerentes ao curso normal de nossos negócios. Acreditamos que eventuais decisões desfavoráveis proferidas nessas ações judiciais ou processos administrativos não prejudicarão substancialmente nossa situação financeira ou nossos resultados. Em 30 de junho de 2005, o valor total de contingência em relação às ações cíveis contra nós, nas quais podemos ter decisões desfavoráveis, era de cerca de R$ 314 milhões. Ademais, (a) nós somos parte em algumas ações individuais propostas por acionistas minoritários, relativas a perdas acionárias decorrentes de reorganizações societárias ocorridas quando adquirimos certas instituições financeiras brasileiras e (b) juntamente com outras instituições financeiras brasileiras, somos parte em várias ações promovidas por entidades de classe referentes (i) a planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro, (ii) à aplicação de juros compostos em períodos menores que um ano em nossas operações, (iii) à limitação de juros, (iv) a perdas relacionadas a contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, (v) à execução extrajudicial de cédulas hipotecárias, (vi) à cobrança de tarifas de contas de poupança inativas ou não recadastradas, reclamando-se devolução das importâncias cobradas, (vii) à substituição do índice de reajuste dos valores das prestações do Sistema Financeiro da Habitação, e (viii) à constitucionalidade da lei que estabelece crédito especial a instituições financeiras, conhecido como PROER. As ações acima mencionadas poderão acarretar futuramente contingências para nós. Não podemos prever os valores que poderão decorrer dos resultados de tais ações.

Processos Judiciais Relativos ao Banco Nacional

Ação Popular

Uma ação popular contra o Banco Nacional, o Banco Central do Brasil e contra nós alega que os empréstimos, no valor original de R$ 2 bilhões, concedidos ao Banco Nacional pelo Banco Central do Brasil teriam fraudado o Tesouro Nacional. A ação popular busca sentença que declare todos os empréstimos nulos e sem efeito, com o conseqüente reembolso das quantias despendidas pelo Tesouro Nacional. Em junho de 1997, o Tribunal Regional Federal nos excluiu da lide. O Ministério Público interpôs recursos contra tal decisão. Tais recursos foram rejeitados pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal. Um último recurso visando à reforma da decisão do Supremo Tribunal Federal, que manteve decisão que nos excluiu do processo, ainda pende de julgamento. A possibilibade de êxito nesse recurso é considerada ínfima.

Ações dos Antigos Acionistas Controladores

Os antigos controladores do Banco Nacional S.A. propuseram uma ação judicial contra o Banco Central do Brasil, a Holdings e contra nós em função da operação de venda de certos ativos e passivos do Banco Nacional. O valor atribuído à causa pelos autores é de R$ 1,5 bilhão, mas, pelos termos da petição inicial, não há como se quantificar o valor efetivo em discussão. Consideramos que essa ação não se sustenta e que não há necessidade de constituição de provisão.

Ações Judiciais Resultantes de Planos Econômicos

Existem algumas ações movidas por associações de defesa do consumidores que discutem a constitucionalidade dos critérios de reajuste das aplicações financeiras determinados pelas leis que instituíram diversos planos econômicos no Brasil entre 1986 e 1994. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre estas ações não está inteiramente consolidada e o caráter genérico dos pedidos formulados nestas ações não permite uma estimativa do potencial impacto das mesmas. Além disso, a conduta da companhia em todas estas circunstâncias foi sempre de estrito cumprimento do dever legal, razão pela qual temos fundadas expectativas de que o resultado final não será material para as demonstrações financeiras da empresa.

Ações Tributárias

Estamos envolvidos em várias ações judiciais e procedimentos administrativos relativos a questões tributárias e previdenciárias, em especial quanto à constitucionalidade e legalidade da exigência de determinados tributos. Em 30 de junho de 2005, provisionamos R$ 1.441 milhões para perdas de ações judiciais pendentes relativas a questões tributárias e fiscais. Temos como política não provisionar processos em fase administrativa cuja avaliação de perda é considerada remota ou possível, que em 30 de junho de 2005 totalizavam R$ 1.074 milhões, líquido de efeitos tributários. Como parte da revisão geral das nossas operações bancárias relativas ao ano fiscal de 2000, o Banco Central do Brasil requisitou-nos o estabelecimento de provisão relativa à Contribuição Social sobre o Lucro (CSL), a qual não vem sendo recolhida em razão da discussão judicial referente à inexigibilidade da CSL das nossas empresas que não possuem empregados. Em 31 de dezembro de 2004 constituímos provisão de R$ 145 milhões para CSL. Nós acreditamos que já realizamos a provisão adequada para os impostos pendentes de discussão e acreditamos que resultados desfavoráveis em algumas ou em todas essas ações ou nossa eventual decisão de realizar provisões adicionais não terão implicações adversas relevantes em nossos negócios.

Somos parte em dois processos administrativos que discutem a dedutibilidade de impostos com exigibilidade suspensa na base da Contribuição Social sobre o Lucro e dos respectivos juros, nas bases de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, nos valores aproximados de R$ 68 milhões e R$ 341 milhões, em 30 de junho de 2005. Tais processos encontram-se com sua exigibilidade suspensa em razão da defesa por nós apresentada e aguardam julgamento. Com base em opinião de advogados, acreditamos que a perda nesses processos seja possível, mas há bons argumentos para reduzir significativamente o valor exigido.

Além disso, somos parte em um processo administrativo discutindo a exigência de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro dos anos de 1996 a 2000 sobre (i) dedução de perdas na renegociação de créditos, (ii) dedução de perdas no recebimento de créditos com garantia, (iii) divergência na conciliação contábil relativa a recuperação de créditos e (iv) dedução do ágio pago pela aquisição da carteira de clientes do Banco Nacional. O valor aproximado desse processo em 30 de junho de 2005 era de R$ 631 milhões. Tal processo encontra-se com sua exigibilidade suspensa em razão da defesa por nós apresentada e aguarda julgamento. Com base em opinião de advogados, acreditamos que a perda nesse processo é remota e há bons argumentos para reduzir significativamente o valor exigido.

Ações Trabalhistas

Sindicatos e ex-empregados intentaram ações trabalhistas contra nós para obter indenizações referentes a direitos trabalhistas. Atualmente, existem cerca de 12.995 reclamações trabalhistas impetradas contra nós. Nas reclamações trabalhistas individuais, as principais discussões referem-se a horas extras e equiparação salarial. Nas reclamações trabalhistas coletivas, as principais discussões dizem respeito a movimentações grevistas e diferenças salariais resultantes de planos econômicos editados pelo Governo Federal. Não podemos assegurar o êxito nessas ações. Nós geralmente fazemos acordos judiciais com nossos ex-empregados. Em 30 de junho de 2005, havíamos efetuado pagamento de R$ 263 milhões em acordos judiciais com ex-empregados e condenações judiciais.

O provisionamento para os processos de natureza trabalhista, considerando a opinião de advogados, é feito com base na média do valor bruto dos pagamentos realizados em reclamações trabalhistas nos 36 meses anteriores, acrescidos de contribuição previdenciária e imposto de renda incidentes, sendo que esta provisão é revista mensalmente. Com base no valor médio de acordos judiciais e sucumbências durante o exercício encerrado em 30 de junho de 2005, temos provisionado R$ 868 milhões. Acreditamos que a provisão, para os processos de natureza trabalhista, é suficiente para cobrir as perdas decorrentes de tais processos.

Processos Judiciais Relativos ao Banco Bandeirantes

Acordos Celebrados Relativos às Ações do Banco Bandeirantes

Determinados ex-acionistas do Banorte (banco adquirido pelo Banco Bandeirantes antes de nos tornarmos controladores do Banco Bandeirantes) também propuseram ações contra o Banco Bandeirantes e o Banorte, visando à nulidade da aquisição do Banorte pelo Banco Bandeirantes, a qual foi devidamente aprovada pelo Banco Central do Brasil. Não obstante, em maio de 2005, celebramos com tais acionistas Escritura Pública de Transação, por meio da qual foi acordado encerrar todas as ações judiciais por eles propostas, renunciando os ex-controladoresdo Banorte ao direito sob o qual se fundavam referidas ações.

Em maio de 2005, a Caixa Geral de Depósitos S.A., na condição de antigo acionista majoritário do Banco Bandeirantes S.A., por conta e ordem do Acionista Vendedor, nos pagou indenização, conforme disposto no Contrato de Associação celebrado entre nós, a Caixa Geral de Depósitos S.A., entre outros, no valor total de aproximadamente R$ 238 milhões. A referida quantia incluía (i) R$ 200 milhões com relação à liquidação e total quitação das contingências referentes ao Banco Banorte S.A. e (ii) R$ 38 milhões com relação à liquidação e total quitação das contingências referentes ao Banco Bandeirantes S.A., excluindo-se certas contingências relacionadas a ações fiscais brasileiras relacionadas à dedutibilidade de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) nos anos de 1994 a 1997.

ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do seu Estatuto Social, o Unibanco é administrado por um Conselho de Administração, composto por até oito conselheiros, por um Comitê de Auditoria composto por até cinco membros, e por uma Diretoria, composta por no máximo 150 membros, sendo 1 Diretor Presidente, até 10 Diretores Vice-Presidente Executivos e Vice-Presidentes e até 139 Diretores Executivos e Diretores Adjuntos.

Atualmente, nosso Conselho de Administração encontra-se composto por oito membros, o nosso Comitê de Auditoria por três membros e a nossa Diretoria por 97 membros, sendo 1 Diretor Presidente, 2 Diretores Vice-Presidentes Executivos, 3 Diretores Vice-Presidentes, 11 Diretores Executivos, 36 Diretores e 44 diretores Adjuntos.

O Conselho de Administração é nosso órgão decisório. Ele determina nossas diretrizes e políticas gerais corporativas:

- Estabelecendo nossa estratégia corporativa;
- Revendo nossos planos de negócios; e
- Supervisionando e monitorando as atividades de nossos diretores executivos.

A Diretoria é eleita pelo Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é responsável pela administração e supervisão de nossas atividades corporativas, assegurando o cumprimento de nossas diretrizes e políticas gerais corporativas estabelecidas pelas assembléias gerais de acionistas, pelo nosso Conselho de Administração e nos termos de nosso Estatuto Social. Todos os membros da Diretoria têm, na forma estabelecida em nosso Estatuto Social, o poder de agir em nosso nome.

Nossa Diretoria Executiva é composta pelo Diretor Presidente, pelos Diretores Vice Presidentes Executivos e Vice-Presidentes, e pelos Diretores Executivos.

O Diretor Presidente é principalmente responsável por:

- Liderar a administração de nossa sociedade;
- Coordenar e supervisionar o desempenho dos Vice Presidentes Executivos e dos Vice Presidentes;
- Assegurar o cumprimento das diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho de Administração; e
- Tomar decisões de caráter de urgência, de competência da Diretoria Executiva, sempre que não for possível que ela se reúna.

Os Diretores Vice Presidentes Executivos são responsáveis pela gestão operacional e administrativa das atividades do banco de varejo e atacado, as quais compreendem as seguintes áreas:

- banco de atacado;
- empresas e investimentos no exterior;
- distribuição nacional e internacional;
- gestão de patrimônios;
- banco de varejo;
- rede de agências e outras dependências; e
- demais atividades de banco comercial e empresas de consumo.

Os Diretores Vice Presidentes são responsáveis por:

- departamento de Seguros e planos de previdência;
- auditoria;
- jurídico, compliance e relações institucionais; e
- planejamento, controladoria, contabilidade e gestão de sistemas.

Os Diretores Executivos são responsáveis pela administração e supervisão das áreas a eles atribuídas pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria e pela supervisão e coordenação do desempenho dos Diretores que estão sob sua supervisão.

Os Diretores são responsáveis pela administração e supervisão das áreas a eles atribuídas pela Diretoria Executiva e pela supervisão e coordenação do desempenho dos Diretores Adjuntos que estão sob sua supervisão direta.

Os Diretores Adjuntos são responsáveis pela administração e supervisão das áreas a eles atribuídas pela Diretoria Executiva e pelos Diretores.

Segundo a legislação em vigor, a eleição de cada membro de nosso Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e da nossa Diretoria deve ser aprovado pelo Banco Central. Como indicado na tabela abaixo, 2 novos diretores e 2 novos diretores adjuntos foram eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2005. Estas eleições ainda estão pendentes de aprovação pelo Banco Central. Todos os nossos outros conselheiros e diretores foram aprovados pelo Banco Central.

Na presente data, nossos conselheiros e diretores são os seguintes:

Conselheiros	Cargo	Data de nascimento
Pedro Sampaio Malan	Presidente	19.02.1943
Pedro Moreira Salles	Vice Presidente	20.10.1959
Armínio Fraga Neto	Conselheiro	20.07.1957
Gabriel Jorge Ferreira	Conselheiro	17.10.1935
Israel Vainboim	Conselheiro	01.06.1944
Joaquim Francisco de Castro Neto	Conselheiro	30.03.1944
Pedro Luiz Bodin de Moraes	Conselheiro	13.07.1956
João Dionísio Filgueira Barreto Amoedo	Conselheiro	22.10.1962

Membro do Comitê de Auditoria	Cargo	Data de nascimento
Gabriel Jorge Ferreira	Presidente	17.10.1935
Guy de Almeida Andrade	membro	16.05.1954
Eduardo Augusto de Almeida Guimarães	membro	09.01.1946

Diretores Executivos	Cargo	Data de nascimento
Pedro Moreira Salles	Diretor Presidente	20.10.1959
Demosthenes Madureira de Pinho Neto	Diretor Vice Presidente Executivo	28.01.1960
Márcio de Andrade Schettini	Diretor Vice Presidente Executivo	22.05.1964
Geraldo Travaglia Filho	Diretor Vice Presidente	26.05.1951
José Castro Araújo Rudge	Diretor Vice Presidente	25.09.1957
José Lucas Ferreira de Melo	Diretor Vice Presidente	30.12.1956
Celso Scaramuzza	Diretor Executivo	03.12.1952
Daniel Luiz Gleizer	Diretor Executivo	23.02.1960
Ivo Luiz de Sá Freire Vieitas Junior	Diretor Executivo	14.06.1964
Jose Roberto Haym	Diretor Executivo	12.10.1959
Nicolau Ferreira Chacur	Diretor Executivo	24.07.1964
Orestes Alves de Almeida Prado	Diretor Executivo	14.09.1945
Osias Santana de Brito	Diretor Executivo	11.10.1963
Raphael Afonso Godinho de Carvalho	Diretor Executivo	28.02.1966
Roberto Lamy	Diretor Executivo	09.04.1958
Rogério Carvalho Braga	Diretor Executivo	30.01.1956
Tiago Jorge Rocha e Silva Mateus das Neves	Diretor Executivo	23.04.1969

Diretores	Cargo	Data de nascimento
Alfredo Althen Schiavo	Diretor	02.10.1959
Antonio Carlos Azevedo	Diretor	16.11.1968
Antonio Carlos Azzi Junior	Diretor	08.11.1962
Artur Ambrósio Gregório	Diretor	02.06.1956
Cai Alejandro Von Igel	Diretor	04.12.1967
Carlos Alberto Bezerra de Moura	Diretor	01.04.1974
Carlos Henrique Aguiar Rodrigues Catraio	Diretor	03.06.1958
Carlos Henrique Zanvettor	Diretor	30.03.1966
Claudio Coracini	Diretor	17.04.1956
Cláudio José Coutinho Arromatte	Diretor	02.02.1966
Eduardo Francisco de Castro	Diretor	02.05.1964
Francisco de Assis Crema	Diretor	04.10.1949
Humberto Padula Filho	Diretor	11.06.1966
José David Wolf+	Diretor	11.04.1964
José Ramon do Amaral Gomez	Diretor	20.06.1965
José Rubens Spada Junior	Diretor	27.02.1966
Julio Almeida Gomes	Diretor	25.12.1966
Luis Tadeu Mantovani Sassi	Diretor	06.09.1958
Marcelo da Silva Mitri	Diretor	10.03.1965
Marcelo Luis Orticelli	Diretor	22.08.1966
Marcia Maria Freitas de Aguiar	Diretora	09.07.1966
Marcos Braga Dainesi	Diretor	02.12.1958
Marco Augusto Caetano da Silva Filho	Diretor	22.08.1966
Marcos Cavalcante de Oliveira	Diretor	07.02.1958
Moises dos Santos Jardim+	Diretor	13.01.1963
Nilton Sérgio Silveira Carvalho	Diretor	01.01.1957
Paulo Meirelles de Oliveira Santos	Diretor	25.11.1957
Plínio Cardoso da Costa Patrão	Diretor	14.10.1966
Ricardo Amand	Diretor	10.07.1959
Ricardo Coutinho	Diretor	28.07.1963
Rogério de Moura Estevão Junior	Diretor	05.10.1961
Rogério Vasconcelos Costa	Diretor	11.06.1970
Romildo Gonçalves Valente	Diretor	05.04.1966
Rubem Rollemberg Henriques	Diretor	20.07.1959
Rubens dos Reis Cavalieri	Diretor	25.12.1964
Sérgio Ricardo Juruena da Costa Braga	Diretor	30.05.1967

Diretores Adjuntos	Cargo	Data de nascimento
André Ferrari	Diretor Adjunto	16.12.1973
Andrea Alvim Genovesi	Diretora Adjunta	17.05.1967
Antonio José Rocha de Almeida	Diretor Adjunto	17.06.1959
Carlos Eduardo de Almeida Santos	Diretor Adjunto	28.11.1960
Carlos Elder Maciel de Aquino	Diretor Adjunto	09.04.1961
Claudia Politanski	Diretora Adjunta	31.08.1970
Eduardo Corsetti	Diretor Adjunto	26.10.1968
Elisabete Szabo	Diretora Adjunta	26.04.1958
Fabio de Souza Aranha Cascione	Diretor Adjunto	30.07.1972
Fernando Barçante Tostes Malta	Diretor Adjunto	14.04.1968
Fernando Della Torre Chagas	Diretor Adjunto	06.07.1970
Fernando Fegyveres+	Diretor Adjunto	11.01.1974
Guilherme de Alencar Amado	Diretor Adjunto	25.11.1964
Gustavo Duarte Ribeiro Mota+	Diretor Adjunto	23.08.1972
Hermes Eduardo Moreira Filho	Diretor Adjunto	10.03.1965
Ibrahim José Jamhour	Diretor Adjunto	15.10.1960
Iuri Garcia Zacharias	Diretor Adjunto	09.09.1966
Janio Francisco Ferrugem Gomes	Diretor Adjunto	24.10.1960
Jorge Luiz Viegas Ramalho	Diretor Adjunto	24.05.1969
José Cristóvão Martins	Diretor Adjunto	02.03.1951
Julio Freitas Inglez de Souza	Diretor Adjunto	28.09.1966
Luiz Gonzaga Arena Junior	Diretor Adjunto	07.05.1963
Manuel Gomes Pereira	Diretor Adjunto	21.08.1957
Marcello Pires dos Santos Ferreira	Diretor Adjunto	07.05.1966
Marcelo Adriano de Paulos	Diretor Adjunto	05.09.1971
Marcelo Antonio Montes Vieira	Diretor Adjunto	14.06.1966
Marcelo Ariel Rosenhek	Diretor Adjunto	01.04.1968
Marcelo Figueiredo Salomon	Diretor Adjunto	13.07.1967
Marcelo Tonhazolo	Diretor Adjunto	17.12.1965

Marco Antonio de Oliveira	Diretor Adjunto	29.07.1963
Marcos Eduardo Buckton de Almeida	Diretor Adjunto	27.10.1959
Marcos Rimoli Próspero	Diretor Adjunto	01.07.1968
Marcos Silva Massukado	Diretor Adjunto	27.01.1970
Maria Célia Furlani de Mendonça Camargo	Diretora Adjunta	13.11.1957
Maria Cristina D'Ávila Villela Vieitas	Diretora Adjunta	30.05.1972
Mario Henrique Martins	Diretor Adjunto	28.08.1961
Nicolas Alfredo Wsevolojskoy	Diretor Adjunto	04.03.1973
Paulo Roberto Schiavon de Andrade	Diretor Adjunto	13.02.1967
Raquel Breidenbach Langhanz	Diretora Adjunta	20.08.1970
Renzo Regini	Diretor Adjunto	26.07.1961
Sérgio Goldman	Diretor Adjunto	21.05.1961
Silvio José Fonseca de Carvalho	Diretor Adjunto	27.09.1965
Valeria Salomão Garcia	Diretora Adjunta	21.10.1970

* A eleição desses diretores para ocupar tais cargos ainda está pendentes de aprovação pelo Banco Central.

Os Conselheiros são eleitos pela Assembléia Geral dos Acionistas para um mandato de 1 (um) ano e permanecem no cargo até a sua reeleição quando do término do seu mandato ou até que um sucessor seja eleito. O Conselheiro não pode ser eleito depois de completar 65 (sessenta e cinco) anos, salvo se a Assembléia Geral assim o aprovar. Os atuais membros do Conselho de Administração foram eleitos na Assembléia Geral Ordinária realizada em 08 de abril de 2005.

Os membros do Comitê de Auditoria também são eleitos pela Assembléia Geral dos Acionistas, para um mandato máximo de 5 (cinco) anos, sendo que o presidente é escolhido pelo Conselho de Administração. Os atuais membros do Comitê de Auditoria foram eleitos na Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2004.

Os membros da Diretoria são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 1 (um) ano e permanecem no cargo até a sua reeleição quando do término do seu mandato ou até que um sucessor seja eleito. Os diretores não podem ser reeleitos após completar 60 (sessenta) anos, salvo se o Conselho de Administração assim o aprovar. Adicionalmente, em reunião realizada em 30 de abril de 2004, o Conselho de Administração aprovou que o Presidente da companhia deve determinar se um diretor pode ser reeleito após completar 58 anos. Os atuais diretores foram eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de abril de 2005.

As biografias de nossos conselheiros, membros do Comitê de Auditoria e diretores encontram-se resumidas abaixo.

Conselheiros

Pedro Sampaio Malan - O Sr. Malan foi eleito Vice Presidente do nosso Conselho de Administração em 2003 e Presidente de nosso Conselho de Administração em 30 de abril de 2004. O Sr. Malan atuou como Ministro da Fazenda do Brasil de 1995 a 2002, como Presidente do Banco Central de 1993 a 1994, como Conselheiro Especial e Negociador Chefe dos Assuntos de Dívida Externa do Ministério da Economia de 1991 a 1993, como Diretor Executivo do Banco Mundial de 1986 a 1990 e, novamente, de 1992 a 1993, como Diretor Executivo do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento de 1990 a 1992, como Diretor do Centro de Empresas Multinacionais da ONU em Nova Iorque de 1983 a 1984 e como Diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais da ONU em Nova Iorque, de 1985 a 1986. Ele formou-se em Engenharia Elétrica em 1965 pela Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e é Ph.D. em Economia pela Universidade de Berkeley, Califórnia.

Pedro Moreira Salles – O Sr. Moreira Salles ingressou no Banco em 1989 e tornou-se Presidente do nosso Conselho de Administração em 1997, após exercer o cargo de Vice-Presidente por quase seis anos. Em 30 de abril de 2004, o Sr. Moreira Salles foi eleito Diretor Presidente de nossa Diretoria e continuará a atuar como Vice Presidente de nosso Conselho de Administração. O Sr. Moreira Salles atua também como Vice Presidente do Conselho de Administração da Holdings e Presidente do Conselho de Administração da Unibanco AIG Seguros. O Sr. Moreira Salles é membro do Group of Fifty, uma entidade comercial latino americano patrocinado pelo Carnegie Endowment para Paz Internacional e o Diálogo Inter-Americano, em Washington, D.C. O Sr. Moreira Salles formou-se em Economia e em História pela Universidade da Califórnia, Los Angeles, tendo graduado Magna Cum Lauda. Ele também cursou o programa de graduação em Relações Internacionais da Universidade de Yale e o Programa de Administração da Universidade de Harvard.

Armínio Fraga Neto – O Sr. Fraga foi eleito membro de nosso Conselho de Administração em janeiro de 2004. O Sr. Fraga exerceu o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil de março de 1999 a dezembro de 2002. Antes disso, ele trabalhou por seis anos como diretor administrativo da Soros Fund Management LLC em Nova York. Entre outras afiliações acadêmicas, o Sr. Fraga é professor adjunto da Fundação Getúlio Vargas. Ele recebeu o título de Ph.D. em Economia pela Universidade de Princeton em 1985, e possui bacharelado e mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Gabriel Jorge Ferreira – O Sr. Ferreira ingressou no banco em 1957 e tornou-se Vice-Presidente do nosso Conselho de Administração em 1997, após atuar como Conselheiro desde 1983. Em 30 de abril de 2004, o Sr. Ferreira foi eleito Presidente de nosso Comitê de Auditoria e continuará a atuar como membro de nosso Conselho de Administração. Ele também atua como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Unibanco AIG Seguros, Conselheiro da Holdings e como Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF). O Sr. Ferreira exerceu o cargo de Presidente da Federação de Associações de Bancos Brasileiros (FEBRABAN) de 2001 a abril de 2004, e o cargo de Presidente da Diretoria Executiva da FEBRABAN de 1986 a 2001. Ele formou-se em Contabilidade pela Faculdade de Contabilidade de Barretos, Brasil, e em Direito pela Universidade de São Paulo.

Israel Vainboim – O Sr. Vainboim ingressou no Banco em 1969 e exerceu diversos cargos nas áreas de investimento, leasing e crédito. Ele se tornou um membro de nosso Conselho de Administração em 1988. O Sr. Vainboim também atua como membro do Conselho de Administração e como Diretor Presidente da Holdings S.A., como Diretor da Unibanco AIG Seguros, e como membro dos órgãos de administração da AIG-Life Cia. de Seguros, Souza Cruz S.A., E-bit Tecnologia em Marketing S.A., Connectmed e Itaparica S.A. Empreendimentos Turísticos. Ele formou-se em Engenharia Mecânica pela Escola Nacional de Engenharia, Rio de Janeiro, e possui MBA pela Universidade de Stanford.

Joaquim Francisco de Castro Neto – O Sr. Castro Neto ingressou no Unibanco em 1973 como diretor do FINASUL e desde então exerceu vários cargos de administração, tornando-se Diretor Executivo em 1980. Ele foi eleito Diretor Presidente do segmento de Varejo em março de 1988. Em 30 abril de 2004, ele foi eleito como membro de nosso Conselho de Administração. Ele também atua como Conselheiro da Unibanco Asset Management. Ele formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e possui especialização em Administração de Vendas e em Marketing e Desenvolvimento de Novos Produtos pela IMEDE em Lausanne, Suíça.

Pedro Luiz Bodin de Moraes – O Sr. Bodin foi eleito membro de nosso Conselho de Administração em 2003. Ele atua como Diretor da Icatu Holding S.A. desde 1993 e exerceu o cargo de diretor do Banco Icatu S.A. de 1993 a 2002. Ele também exerceu o cargo de Diretor de Políticas Monetárias do Banco Central do Brasil de 1991 a 1992. Ele é Economista com mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Ph.D. em Economia pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (Massachusetts Institute of Technology - MIT).

João Dionísio Filgueira Barreto Amoêdo – O Sr. Amoêdo foi eleito conselheiro em 2005. O Sr. Amoêdo começou sua carreira no Citibank, trabalhou como diretor sênior no Banco BBA-Creditansalt S.A., e atuou como Diretor Presidente do Fináustria CFI e Leasing. O Sr. Amoêdo é formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Membros do Comitê de Auditoria

Gabriel Jorge Ferreira – A bibliografia do Sr. Ferreira encontra-se acima.

Eduardo Augusto de Almeida Guimarães – O Sr. Guimarães foi eleito como membro do nosso Comitê de Auditoria em 30 de abril de 2004. Antes disso, ocupou os cargos de presidente do IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (de 1990 a 1992), Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (de 1996 a 1999), Presidente do Banco do Estado de São Paulo S.A. – BANESPA (de 1999 a 2000) e Presidente do Banco do Brasil S.A. (de 2001 a 2003), além de ter ocupado cargo de membro do conselho de Administração de diversas empresas, tais como Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, BNDESPAR e Banco Nossa Caixa. Além disso, desempenhou várias funções acadêmicas, tais como o cargo de Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal Fluminense. O Sr. Guimarães é graduado em engenharia civil e em economia, além de ter mestrado em engenharia da produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutorado em Economia pela University of London.

Guy Almeida Andrade – O Sr. Andrade foi eleito membro do nosso Comitê de Auditoria em 30 de abril de 2004. Ele iniciou a sua carreira na Magalhães Andrade S/C auditores Independentes em 1974, tendo sido admitido como sócio da referida firma em 1982, onde atua até hoje. Em 1984 participou de estágio na firma Dunwoody & Co., em Toronto, Canadá. Em 1983 foi aprovado em exame de acesso à Câmara dos Auditores Independentes do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Em 2000 foi eleito para a Presidência da Diretoria Nacional do IBRACON, tendo, de 1999 a 2003, ocupado o cargo de Diretor suplente pelo Brasil da Associação Interamericana de Contabilidade, e em 2000, sido eleito como membro do Board da International Federation of Accountants, com sede em Nova Iorque, tendo sido reconduzido a este cargo em 2003. Em 2003 fundou, com sócios de seis outras firmas de auditoria, a RBA Global Auditores Independentes, onde ocupa a função de Diretor Presidente. O Sr. Andrade é bacharel em ciências contábeis pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – FES/USP e bacharel em administração de empresas pela Universidade Mackenzie.

Diretores Executivos

Pedro Moreira Salles – A biografia do Sr. Salles encontra-se acima.

Demosthenes Madureira de Pinho Neto – O Sr.Pinho Neto tem mais de 15 anos de experiência no setor financeiro como consultor e executivo. Foi Coordenador-Geral de Política Monetária e Financeira do Ministério da Fazenda e Diretor do Banco Central do Brasil no governo de 1995 a 2002. Foi também Diretor Presidente da Dresdner Asset Management de 1999 a 2002 e Vice-Presidente da ANBID de 2000 a 2003. É Professor de Economia e Finanças do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais - IBMEC de São Paulo e desde julho de 2004 atua como Diretor-Presidente da Unibanco Asset Management e desde outubro de 2004 como nosso Diretor Vice-Presidente. Em 2005 assumiu também o cargo de Vice-Presidente Executivo, passando a ser responsável pelas áreas de Atacado e Gestão de Patrimônios. O Sr. Pinho Neto é Bacharel e Mestre em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Ph.D em economia pela Universidade da Califórnia em Berkeley.

Márcio de Andrade Schettini – O Sr. Schettini foi eleito Diretor Vice Presidente Executivo em 30 de abril de 2004. O Sr. Schettini trabalhou em diversas empresas e instituições financeiras no Brasil. Antes de ingressar no Unibanco, ele atuou como Presidente da Unicard, da Fininvest e de outras empresas de nosso grupo. Ele é formado em Engenharia e possui mestrado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Geraldo Travaglia Filho – O Sr. Travaglia ingressou no Unibanco em 1979 e foi eleito Diretor Vice Presidente em 30 de abril de 2004, após ter atuado como Diretor Executivo desde 1996. De 1998 a 2000, ele exerceu o cargo de diretor executivo responsável pelas áreas de marketing e produtos do banco de varejo; de 1996 a 1997, ele foi responsável pela integração de agências, sistemas e operações do Banco Nacional; de 1994 a 1995, ele conduziu o programa de reengenharia do Unibanco; e de 1989 a 1993, ele atuou como responsável pela nossa área de controladoria. O Sr. Travaglia formou-se em Administração pela Universidade de São Paulo.

José Castro Araújo Rudge – O Sr. Rudge ingressou no Unibanco em 1995, quando o Unibanco comprou o Banco Nacional e foi eleito nosso Vice Presidente em 30 de abril de 2004. Antes de ingressar no Unibanco, ele trabalhou por 9 anos na Sul América Seguros e, de 1985 a 1987, atuou como diretor do Bradesco Seguros, responsável pela administração das atividades de seguros do estado de São Paulo e pelas operações internacionais do Bradesco. Ele também atuou como Presidente do Nacional Seguros de 1987 a 1995. Ele é formado em Administração pela Faculdade de Administração de São Paulo.

José Lucas Ferreira de Melo – O Sr. Melo ingressou no Unibanco em 1999 como Diretor Executivo. Em 08 de abril de 2005, foi eleito Diretor Vice-Presidente. Antes de juntar-se a nós, ele exerceu o cargo de Conselheiro da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 1992 e foi sócio da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes até 1997. Ele formou-se em Contabilidade pela Universidade do Distrito Federal.

Celso Scaramuzza – O Sr. Scaramuzza ingressou no Unibanco em 1979 e atua como membro de nossa Diretoria Executiva desde 1994. O Sr. Scaramuzza atuou como Vice Presidente de agosto de 1997 a abril de 2004. Desde janeiro de 1998, ele tem sido responsável pelo nosso setor de private banking nacional e internacional. Ele formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado de São Paulo, Brasil.

Daniel Luiz Gleizer – O Sr. Gleizer foi eleito para atuar como Diretor Executivo da área de gestão de riscos em 30 de abril de 2004. O Sr. Gleizer iniciou sua carreira no Fundo Monetário Internacional e exerceu cargos de administração em diversas instituições financeiras, tais como Deutsche Bank e Credit Suisse First Boston. De março de 1999 a fevereiro de 2002, o Sr. Gleizer atuou como Conselheiro do Banco Central do Brasil. O Sr. Gleizer formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e é Ph.D. em Economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley.

Ivo Luiz de Sá Freire Vieitas Junior – O Sr. Vieitas ingressou no Unibanco em dezembro de 1998 e após atuar durante vários anos como Diretor de finanças corporativas, atualmente atua como Diretor Executivo encarregado de nossa rede de agências localizadas no Estado de Minas Gerais e nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, bem como de todas as atividades relacionadas ao HiperCard. Antes de juntar-se a nós, ele trabalhou no Indosuez W.I. Carr Securities (Credito Agrícola). Ele formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui MBA pela Faculdade de Administração J.L. Kellogs (J.L. Kellogs School of Management).

José Roberto Haym **-** Iniciou na Unibanco AIG Seguros em 1992 como Diretor de Vendas Varejo, atuando posteriormente nas Diretorias de Produto Automóvel, Produtos e ocupou de 1999 a 2004 a sua vice-presidência executiva. Desde junho de 2004 atua como Diretor Executivo do Segmento Empresas do Unibanco, com a responsabilidade de administrar o relacionamento com clientes que possuem um faturamento anual entre R$ 5,0 e R$ 150,0 milhões. Em março de 2005 agregou também responsabilidade pelos negócios de Varejo na Grande São Paulo. Antes de ingressar no Unibanco, trabalhou no Citibank, durante 9 anos, sempre no Banco e Varejo. O Sr. Haym formou-se em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui MBA em Finanças pela Columbia University.

Nicolau Ferreira Chacur – o Sr. Chacur iniciou no Unibanco em 2004 e é responsável pela área comercial do banco de atacado, cuidando de companhias cujos resultados de vendas ultrapassam R$ 150 milhões. Ele iniciou sua carreira no Banco BBA Creditanstalt S.A. e também trabalhou para o Banco Itaú BBA S.A. como Diretor comercial, atuando especialmente no Rio de Janeiro, com um portfolio de 90 nomes. Ele é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e tem especialização do L´Institut d´Etudes Politiques of Paris.

Orestes Alves de Almeida Prado – O Sr. Prado ingressou no Unibanco em agosto de 2002 e subseqüentemente foi eleito como Diretor Executivo. Antes de se juntar a nós, o Sr. Prado trabalhou no Citibank e no ABN-AMRO Bank. Ele formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Osias Santana de Brito – O Sr. Brito tem exercido o cargo de Diretor Executivo responsável pelas áreas de planejamento, controle, contabilidade e relações com investidores. Ele tem mais de dezenove anos de experiência no mercado financeiro, tendo adquirido conhecimento tanto em bancos nacionais como em internacionais. Sua experiência bancária inclui as áreas de tecnologia, operações, tesouraria e controle. Ele possui doutorado e mestrado em Finanças pela Universidade de São Paulo.

Raphael Afonso Godinho de Carvalho – O Sr. Carvalho é nosso Diretor Executivo responsável elas áreas de marketing e produtos da nossa Divisão de Consumo. Anteriormente, trabalhou na Nationwide Marítima Vida e Previdência, como vice-presidente Comercial e de Marketing, onde coordenou o processo de associação entre a Nationwide e a Marítima Seguros. Foi também diretor de previdência e seguros na Canadá Life Pactual Previdência e Seguros / Banco Pactual S.A. O Sr. Carvalho é Bacharel em Matemática, com ênfase em Informática, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e possui MBA em Finanças pelo Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ).

Roberto Lamy – O Sr. Lamy ingressou no Unibanco em 1979 e foi eleito Diretor Executivo em 30 de abril de 2004. Antes de tal eleição, o Sr. Lamy havia exercido diversas funções no banco, na Febraban e em Empresas Associadas, incluindo cargos de Diretoria no próprio Unibanco, na Fininvest e na Unicard. Desde 2004 ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Serasa, indicado pelo Unibanco. Ele formou-se em Engenharia Operacional Mecânica e em Engenharia Mecânica de Produção pela FEI - Faculdade de Engenharia Industrial.

Rogério Carvalho Braga – O Sr. Braga ingressou no nosso grupo em 1987 como Presidente da Cambuhy Citrus Comercial Exportadora S.A. Antes de sua eleição como Diretor Executivo do Unibanco, em abril de 2002, ele atuou como Presidente da Unibanco Capitalização e como chefe da área de Unibanco Pessoas. O Sr. Braga formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e possui MBA pela Universidade de Pepperdine.

Tiago Jorge Rocha e Silva Mateus das Neves – O Sr. Neves ingressou no Unibanco em 2000, e é responsável pela rede de agências regional. Ele tem exercido o cargo de Diretor Executivo desde abril de 2002. O Sr. Neves possui MBA pela Fundação Dom Cabral, sendo graduado em Relações Internacionais Políticas e Econômicas pela Universidade de Minho, Portugal, com curso de extensão em Administração de Instituições Financeiras pela Fundação Getúlio Vargas.

Diretores

Alfredo Althen Schiavo – O Sr. Schiavo ingressou no Unibanco em 1986 como gerente da área operacional de fundos, sendo responsável por supervisionar as operações de fundos de investimento e carteiras administradas para investidores pessoas físicas e institucionais. De 1995 a 2003, o Sr. Schiavo atuou como Diretor Executivo da Unibanco Asset Management, sendo responsável pelas atividades administrativas, pela área de controladoria e pelas atividades de back office em geral. Em abril de 2004, o Sr. Schiavo foi eleito Diretor responsável pelas áreas de administração, processamento e controle da gestão de recursos de terceiros, private bank, corretora de valores e tesouraria. Antes de juntar-se a nós em 1986, o Sr. Schiavo exerceu o cargo de supervisor de tesouraria no Philip Morris Marketing South America por dois anos. Ele formou-se em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia e Administração de Empresas da Universidade de São Paulo e possui pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Antonio Carlos Azevedo – O Sr. Azevedo ingressou no Banco Nacional S.A. em 1979 e desde 1997 atua como Diretor responsável pela coordenação de parte de nossa rede de agências. Ele formou-se em Economia pela Universidade de Santana, e possui mestrado em Marketing pela Universidade de São Paulo.

Antonio Carlos Azzi Junior - O Sr. Azzi tem trabalhado conosco há 22 anos. Ele atua como Diretor responsável por nossa rede de agências desde 1995, participou de diversos cursos acerca de negócios bancários pelo PROBANC (Programa Avançado de Administração Bancária) assim como de um curso acerca de planejamento de estratégia corporativa pela Associação Educacional Nove de Julho em São Paulo.

Artur Ambrósio Gregório – O Sr. Gregório ingressou no Unibanco em 1980 como Gerente/ Superintendente de Auditoria Interna, e foi eleito para exercer o cargo de Diretor responsável por Private Bank em 1999. Antes de juntar-se a nós, o Sr. Gregório atuou como auditor da Arthur Young (atual Ernest & Young). Ele é formado em Ciências Contábeis e Atuariais pela Universidade São Judas Tadeu e possui mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo.

Cai Alejandro von Igel **–** O Sr. Igel ingressou no Unibanco em janeiro 2005 para liderar a área de Compliance do conglomerado. O Sr. Igel iniciou sua carreira no Deutsche Bank, onde por 16 anos ocupou diversas funções na gestão de auditoria em São Paulo, Cingapura, New York e Frankfurt. Ele também foi membro do Comitê Global de Riscos Operacionais e trabalhou na implantação de regulamentações (SOX, Patriot act, Basel). Sr Igel tem formação em Banking pela German Trade Chamber (1989).

Carlos Alberto Bezerra de Moura – Com 10 anos de experiência no mercado financeiro, o Sr. Moura está há 3 anos no Unibanco. Iniciou sua carreira como auditor na Deloitte & Touche, tendo atuado em diversos segmentos de negócios. Em 1997, ingressou no Banco Bozano, Simonsen onde participou da estruturação de controles financeiros na área de consumer finance. Em 2000, torna-se diretor do portal financeiro Investshop.com, de propriedade do Grupo Bozano tendo estruturado a venda do controle acionário para o Banco1.net/ Unibanco. Atuando como diretor de planejamento e, em seguida, diretor de administração, operações e finanças, o Sr. Moura contribuiu para a integração das atividades de retaguarda das duas empresas. Em 2004, assumiu a diretoria geral da Investshop Corretora e do Banco1.net. Em 2005, tornou-se diretor responsável por controle financeiro dos negócios de varejo do Unibanco. O Sr. Moura é bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e possui pós-graduação em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Administração pela Fundação Dom Cabral.

Carlos Henrique Aguiar Rodrigues Catraio – O Sr. Catraio ingressou no Unibanco em novembro de 1997 e atua como Diretor responsável pelas áreas de correspondente bancário e instituições financeiras, empréstimos sindicalizados domésticos e internacionais e todas as nossas atividades de *trade finance.* Ele também atua como Conselheiro do Banco Interbanco, subsidiária integral do Unibanco localizada no Paraguai. Antes de ingressar no Unibanco, o Sr. Catraio adquiriu 15 anos de experiência na área bancária com grandes instituições internacionais, incluindo o Bank of America e o Chase Manhatan no Brasil, tendo se dedicado nestes anos a instituições financeiras e atividades de captação de recursos. O Sr. Catraio é formado em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Carlos Henrique Zanvettor **-** O Sr. Zanvettor ingressou no Unibanco em 1998 e foi eleito como diretor em 2005. Antes do Unibanco, o Sr. Zanvettor trabalhou para a Andersen Consulting/Accenture, incluindo dois anos em sua sede em Chicago, Illinois, concentrando sua carreira como consultor em companhias líderes das indústrias de Varejo Bancário (Financiamento e Seguros) e de Bens de Consumo, no Brasil e nos EUA. Ele é Engenheiro Eletricista pela Escola de Engenharia Mauá (1988), e concluiu o Executive Development Program da Kellog Graduate School of Management – Northwestern University em 1995. O Sr. Zanvettor atualmente dedica sua atuação à nossa unidade de negócios de financiamento de Veículos e Imóveis, e antes disso era o diretor geral de nossa empresa de cartões de crédito (Unicard Unibanco).

Claudio Coracini – O Sr. Coracini ingressou no Unibanco em 1992 para atuar em nossa área de fusões e aquisições e tem atuado como Diretor responsável pela área de investimento desde 1995. Formou-se em 1978 em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui mestrado em Engenharia Industrial pela Universidade de Stanford, Califórnia (1980).

Claudio José Coutinho Arromatte - O Sr. Arromatte ingressou no Unibanco em 2004 como Diretor de operações e Logística. Antes de seu ingresso no Unibanco, o Sr. Arromatte atuou como Diretor da área de fornecimento no grupo Pão de Açúcar e anteriormente no grupo Sendas. Exerceu também gestão de Logística e distribuição na Cia. Cervejaria Brahma (atual AMBEV) e na Rio de Janeiro Refrescos - distribuidora de Coca-Cola nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Também trabalhou na logística e distribuição de gases líquidos da White Martins gases industriais. Ele é formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde também concluiu mestrado em Otimização de Sistemas em 1995.

Eduardo Francisco de Castro – O Sr. Castro ingressou no Unibanco em 1993, e possui relevante experiência profissional em marketing, reengenharia e reestruturação de plataforma de negócios. Atualmente é responsável pela definição e implementação de estratégias de qualidade e resultados para o banco de varejo, atuando como Diretor de segmento e planejamento. O Sr. Castro formou-se em Engenharia Naval pela Escola Naval da Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui mestrado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, com curso de extensão pela Universidade de Chicago. Ele possui especialização em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing e em Administração de Pequenas Empresas pela Fundação Getúlio Vargas.

Francisco de Assis Crema – O Sr. Crema atuou como Diretor Adjunto responsável pelas operações de repasses de recursos do BNDES de 2000 a abril de 2004, quando foi eleito Diretor responsável por esta área. Anteriormente, o Sr. Crema exerceu por 20 anos o cargo de diretor executivo do Banco Credibanco S.A., responsável por operações e financiamento de projetos. O Sr. Crema formou-se em Economia e Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia São Luiz e possui especialização em Finanças.

Humberto Padula Filho – O Sr. Padula ingressou no Unibanco em 1982 e, desde 1996, atua como Diretor responsável pela administração de diversas agências localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Ele formou-se em Marketing e Administração pela Universidade Estácio de Sá.

José David Wolf - o Sr. Wolf ingressou no Unibanco em 2005 e desde então vem atuando na área de tesouraria. Inicou sua carreira na Paine Webber International, inicialmente em Nova Iorque e após isso em Tóquio e em Londres, aonde ocupou o cargo de Vice Presidente de Trading de Renda Fixa, responsável pelos mercados europeu e do Oriente Médio. Também trabalhou na Cargill Inc. no Brasil, aonde ocupou diversos cargos, tais como o cargo de responsável pela estruturação e distribuição de produtos estruturados, responsável pela gestão de carteira e trading de derivativos, tesoureiro e *Head Trader* do Banco Cargill. Ele formou-se em Filosofia pelo Williams College, em Williamstown, Massachussets.

José Ramon do Amaral Gomez – O Sr. Gomez ingressou no Unibanco em 1992 e, desde então, exerceu diversos cargos, tais como gerente regional de market extension e superintendente de novos negócios na área de remote banking, assim como outros cargos então existentes no Banco1.Net. Atualmente ele coordena diversas agências do Unibanco na cidade de São Paulo. O Sr. Gomez formou-se em Marketing pelas Faculdades Integradas Alcântara Machado e possui MBA pela Fundação Dom Cabral.

Jose Rubens Spada Junior – O Sr. Spada ingressou no Unibanco em outubro de 2004, na área de tecnologia da informação. Iniciou sua carreira na IBM, atuando sempre junto a instituições financeiras no Brasil e na América Latina. Passou pela Unisys Brasil como diretor de finanças e seguros e foi presidente da BMC software no Brasil, empresa de tecnologia atuando fortemente no segmento financeiro. Graduou-se no Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA) em 1987 e fez mestrado em finanças e administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Julio Almeida Gomes – O Sr. Gomes ingressou no Unibanco em 2002 e, em abril de 2004, foi eleito Diretor Adjunto para a área de planejamento de eficiência. Antes de juntar-se a nós em 2002, o Sr. Gomes havia atuado como gerente de *engagement* na Mckinsey & Company, Dallas (de 1999 a 2002), e já havia trabalhado conosco na área de *cash management* e serviços bancários para o banco de varejo e atacado (de 1997 a 1999). Ele formou-se em Engenharia de Infra-estrutura Aeronáutica pelo Instituto de Tecnologia Aeronáutica, com ênfase em operações e planejamento de aeroportos. Ademais, o Sr. Gomes possui mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Luis Tadeu Mantovani Sassi – O Sr. Sassi ingressou no Unibanco em 1982 como gerente de contas do banco de varejo. Em abril de 1984, o Sr. Sassi assumiu as mesmas funções junto ao Banco Bozano, Simonsen, retornando para trabalhar conosco em 1985 no setor de middle market. Em 2000, o Sr. Sassi foi nomeado Diretor Adjunto e, atualmente, atua como Diretor responsável pela coordenação de nossa rede de agências. Ele formou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 1981 e possui MBA pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

Marcelo da Silva Mitri – O Sr. Mitri ingressou no Unibanco em 1980 e atua como Diretor responsável pela nossa rede de agências da cidade de São Paulo. Ele formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Messiânica de Estudos Superiores da cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul. Ele possui pós-graduação em Economia Monetária pela Fundação Regional de Economia da cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, e MBA pela Fundação Dom Cabral de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Marcelo Luis Orticelli – O Sr. Orticelli trabalha conosco há 16 anos, desenvolvendo atividades de planejamento e controladoria, assim como programas para desenvolvimento de recursos humanos. Após atuar como Diretor Adjunto, em abril de 2004 o Sr. Orticelli foi eleito Diretor da área Gestão de Riscos Ele formou-se em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e possui mestrado pela Fundação Getúlio Vargas, em cooperação com a Universidade do Texas.

Marcia Maria Freitas de Aguiar - A Sra. Aguiar ingressou em nosso departamento jurídico em 1986. Ela tem atuado como Diretora jurídica desde 1998, sendo responsável pela assessoria jurídica relacionada às operações envolvendo o banco de atacado e varejo, mercado de capitais, *asset management* e cartões de crédito, assim como pela assessoria jurídica relacionada às nossas transações institucionais estratégicas. A Sra. Aguiar formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1988, e possui mestrado em *Corporate Law* pela New York University School of Law.

Marcos Braga Dainesi – O Sr. Dainesi ingressou no Unibanco em 2003 e atua como Diretor responsável pela reestruturação da nossa carteira de crédito. Ele atua no mercado financeiro há 20 anos. Durante esse período, ele trabalhou em cinco instituições financeiras nacionais e internacionais, especialmente nas áreas de administração de risco e crédito. O Sr. Dainesi formou-se em Engenharia pela Universidade de São Paulo.

Marcos Augusto Caetano da Silva Filho - O Sr. da Silva Filho ingressou no Unibanco no ano de 2004 na área de Comunicação Corporativa. Atualmente é responsável pela Diretoria de Comunicação Corporativa e Diretoria do Unibanco Pessoas. Antes de seu ingresso no Unibanco ele atuou nas empresas Price Waterhouse, Souza Cruz, Banco Nacional, Exprinter Banco (Buenos Aires), retornou ao Brasil na Icatu Hartford Seguros, Lokau.com e Terra Networks Brasil/ Terra Lycos. Ele é formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresa pela Universidade do Rio de Janeiro, com pós-graduação em Marketing e Propaganda pela Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM e MBA em finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais - IBMEC. Nessas duas instituições foi professor de pós-graduação da cadeira de Planejamento Estratégico.

Marcos Cavalcante de Oliveira – O Sr. Oliveira ingressou no Unibanco como advogado em 1983, e trabalhou conosco até 1986. De 1987 a 1988, ele atuou como consultor jurídico do BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro. Em 1988, o Sr. Oliveira retornou ao Unibanco e, desde então, atuou, entre outros, no departamento jurídico e nas áreas de produtos do banco de varejo, marketing do banco de varejo e rede de agências. Atualmente, ele exerce o cargo de Diretor responsável pelo nosso departamento jurídico contencioso cível e trabalhista. O Sr. Oliveira formou-se pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e possui licenciatura em Crédito e Finanças e mestrado em Direito Social e Empresarial, ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele também possui MBA pela Faculdade de Administração da Universidade da Pensilvânia.

Moises dos Santos Jardim – O Sr. Jardim ingressou no Unibanco em 2005, sendo responsável pela gestão da área operacional e administrativa relacionada ao segmento de financiamento de veículos, consórcio e crédito imobiliário. Antes de seu ingresso no Unibanco ele atuou em diversas instituições, tais como o Banco Fiat S.A., Fiat Administradora de Consórcios Ltda., Banco Itaucred de Financiamentos S.A., Finaustria Assessoria, Administração de Serviços de Crédito S/C Ltda., Votorantim Financeira e Votorantim Leasing, Banco Votorantim S.A., Banco BBA Creditansalt S.A. e Banco Ioshpe S.A. O Sr. Jardim graduou-se em Administração de Empresas pela Faculdade São Judas Tadeu, em Porto Alegre, e em Planejamento Financeiro pela Universidade Anhembi Morumbi de São Paulo.

Nilton Sérgio Silveira Carvalho – O Sr. Carvalho ingressou no Unibanco em 1981 como analista de produtividade. Desde 2000, o Sr. Carvalho exerce o cargo de Diretor responsável pela segurança bancária e serviços relacionados ao desenvolvimento e à implementação de processos tecnológicos. Ele formou-se em Engenharia Elétrica em 1978 e possui pós-graduação em Engenharia de Produção pela Universidade de Engenharia Industrial.

Paulo Meirelles de Oliveira Santos - O Sr. Santos ingressou no Unibanco em 2002 e atua como Diretor de p*rivate banking*, sendo responsável pela coordenação de nossos gerentes comerciais em São Paulo. Ele iniciou sua carreira na área de mercado financeiro em 1983, em bancos como Chase Manhattan Bank, Delta National Bank e Trust Company of New York, Banco Bozano Simonsen S.A. e Banco Santander S.A. O Sr. Santos formou-se em 1981 em Engenharia Civil pelo Instituto Militar de Engenharia, na cidade do Rio de Janeiro, e possui MBA pela American Graduate School of International Management.

Plínio Cardoso da Costa Patrão - O Sr. Patrão ingressou no Unibanco em 1995 como Gerente de Canais Eletrônicos onde atuou em diversas áreas até assumir o cargo de Diretor Financeiro em uma subsidiária do conglomerado (Tradecom) em 2001. Retornando ao banco em 2004 assumiu a Diretoria de Prevenção a Fraudes e Security Office. Antes de seu ingresso no Unibanco, o Sr. Plínio trabalhou em empresas como Shell, HP e Avibrás. Ele é formado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1986, pós-graduado em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1994 e possui Mestrado em Administração (MSM) pela Stanford University em 1999.

Ricardo Amand – O Sr. Amand trabalha conosco há 21 anos e, desde 2000, exerce o cargo de Diretor responsável por nossa rede de agências. Além disso, o Sr. Amand foi responsável pela criação de uma área para operações estruturadas no Brasil e no exterior a empresas multinacionais japonesas com escritórios no Brasil. Ele formou-se em Administração de Empresas e em Economia pelas Faculdades Metropolitanas Unidas e possui pós-graduação em Administração Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas.

Ricardo Coutinho – O Sr. Coutinho ingressou no Unibanco há 9 anos. Desde 2002, ele exerce o cargo de Diretor responsável pelas agências do banco de varejo na cidade de São Paulo. Ele formou-se em Administração de Empresas pelas Faculdades Associadas Ipiranga, participou de curso de extensão em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing, possui MBA pelo Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais e pós-graduação em Administração de Marketing pela Universidade Metodista de Ensino Superior.

Rogério de Moura Estevão Junior - Sr. Estevão Junior ingressou no Banco Nacional em 1992 como gerente de planejamento e, com a incorporação do Banco Nacional pelo Unibanco em 1995, ele passou a ser responsável pela área de auto atendimento e pela unificação da rede de agências do Banco Nacional e do Unibanco. Em 1996, o Sr. Estevão Junior foi eleito Diretor responsável pela rede de agências localizadas no Estado de Santa Catarina, e em 1998, ele foi eleito Diretor responsável pela área de produtos do banco de varejo, a qual abrange os setores de empréstimos para pessoas físicas, serviços e pagamentos e investimentos. Em 2001, ele passou a ser responsável pelo desenvolvimento dos negócios de nossas empresas de capitalização, consórcio e negócios imobiliários. O Sr. Estevão Junior formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1984 e participou de diversos cursos em Marketing, Administração e Finanças oferecidos pela Fundação Dom Cabral, em parceria com o INSEAD (França) em 1985, e oferecidos pela PROBANC, desenvolvidos pela empresa de consultoria Moroco-Boston, em 1996, com ênfase em banco de varejo.

Rogério Vasconcelos Costa - O Sr. Costa tem atuado como Diretor há 33 anos e é responsável pela rede de agências no Estado de Minas Gerais. Ele trabalhou nas áreas de marketing e planejamento da Shell Brasil de Petróleo S.A., antes de ingressar no Banco Nacional, onde atuou na área comercial por seis anos. O Sr. Cota formou-se em Administração de Empresas e possui pós-graduação em Economia e MBA pela Fundação Dom Cabral.

Romildo Gonçalves Valente – O Sr. Valente iniciou sua carreira no mercado financeiro em 1997 no Banco Pactual S.A., e ingressou no Unibanco em 1998 como Diretor responsável por nossa área de operações de cartão de crédito. Desde 1999, ele tem exercido o cargo de Diretor da área de produtos de *cash* e *asset management*. O Sr. Valente formou-se em Engenharia Elétrica e possui especialização em Eletrônica pelo Instituto Militar de Engenharia. Ele possui MBA em Engenharia de Finanças pelo MIT Sloan School of Management, e mestrado em Ciências da Computação pelo Instituto Militar de Engenharia.

Rubem Rollemberg Henriques - O Sr. Henriques ingressou no Unibanco em 1996 para ser Diretor regional responsável por diversas agências localizadas na cidade de Rio de Janeiro. Desde dezembro de 2002, o Sr. Henriques atua como Diretor responsável pela administração de vários escritórios regionais, agências e agências *in store* localizadas na cidade de São Paulo, no Estado de Minas Gerais e na região centro-oeste do Brasil. Ele trabalhou no Banco Nacional S.A. de 1986 a 1995 e era responsável pela estratégia de marketing para produtos bancários. Ele formou-se em Administração de Empresas e em Análise de Sistemas pela Universidade de Administração de Empresas de Guanabara.

Rubens dos Reis Cavalieri – O Sr. Cavalieri ingressou no Unibanco em 2002 e atualmente é Diretor da área de fusões e aquisições. Ele exerceu muitos cargos no Citigroup, para o qual ele trabalhou por dez anos, e de 2001 a 2002, trabalhou no Banco UBS Warburg S/A. O Sr. Cavalieri formou-se em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo Instituto de Tecnologia Aeronáutica em 1998 e possui MBA pela Universidade do Estado da Califórnia.

Sérgio Ricardo Juruena da Costa Braga – O Sr. Braga trabalha no conglomerado Unibanco desde dezembro de 2003. Ele iniciou sua carreira no banco de investimento BBM em 1989, onde atuou como gestor da tesouraria proprietária nas mesas de câmbio, dívida, e mercado acionário, tendo acumulado experiência e conhecimento relevantes no funcionamento do mercado financeiro e em economia nacional e internacional. Em 2001, assumiu diretoria do BBM sendo o responsável pela financeira do grupo, Creditec CFI, até a sua aquisição pelo Unibanco em dezembro de 2003. Ele é formado em Engenharia Eletrônica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possuí MBA pela Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro.

Diretores Adjuntos

Andre Ferrari – O Sr. Ferrari iniciou no Unibanco em 2004 e tem servido como Diretor responsável pela administração da área comercial regional IV do banco de atacado. Ele é formado em Economia pela Universidade de São Paulo e pós graduado pela Harvard Business School,nos Estados Unidos.

Andrea Alvim Genovesi - A Sra. Genovesi ingressou no Unibanco em julho de 2000 como superintendente da rede de agências, sendo responsável pela gerência de todas nossas agências localizadas dentro de supermercados. Em julho de 2002, ela assumiu o cargo de superintendente de segmentos, tornando-se responsável pela estratégia do setor de varejo referente à pessoa física de alta renda. Em abril de 2004, a Sra. Genovesi foi eleita Diretora Adjunta comercial da rede de agências do banco de varejo, localizada no Estado do Paraná. Antes de juntar-se a nós, a Sra Genovesi atuou como chefe de agências no Bankboston. Ela é formada em Matemática pela Universidade Católica de Santos assim como em Tecnologia da Informação pela Faculdade de Tecnologia do Governo de São Paulo. Ademais, ela tem especialização em Marketing de Serviços pela Fundação Getúlio Vargas, MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, e curso de extensão internacional pela Universidade Carlos III em Madrid - Espanha.

Antonio José Rocha de Almeida – Em 30 de abril de 2004, o Sr. Almeida foi eleito Diretor Adjunto responsável pela reestruturação de nossa área de financiamento de veículos e pela supervisão dos orçamentos de despesas e investimentos. Ele iniciou sua carreira em 1982 como engenheiro de projetos na EMBRAER. Em 1985, ele ingressou na Elebra S.A. Eletrônica Brasileira como gerente, tornando-se o diretor responsável por tecnologia da informação até 1993. De 1993 a 1995, o Sr. Almeida atuou como gerente de sistemas na Companhia Brasileira de Cartuchos e, de março de 1995 a outubro de 1995, ele exerceu o cargo de gerente geral de tecnologia da informação na Brasilprev Previdência Privada. Ele também atuou como diretor de tecnologia da informação nas Indústrias Klabin de Papel e Celulose, e como gerente de projetos na McKinsey & Company. O Sr. Almeida formou-se em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, e possui pós graduação em Ciências da Computação pela Faculdade de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo. Ademais, ele possui MBA pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, e participou de curso executivo em Gerência de Tecnologia no Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

Carlos Eduardo de Almeida Santos – O Sr. Santos ingressou no Unibanco em 2000 como gerente de produtos, sendo responsável pela área de contas correntes e tarifas bancárias, tornando-se superintendente de produtos responsável por tal área. Em abril de 2004, o Sr. Santos foi eleito para exercer o cargo de Diretor Adjunto, responsável pela nossa rede de agências localizada nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Sr. Santos iniciou sua carreira no Banco Banorte S.A. em 1978 como escriturário, onde tornou-se gerente geral de produtos, exercendo este cargo até 1995. De 1995 a 2000, ele atuou como gerente de produtos do Banco Bandeirantes S.A. Ele formou-se em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco e possui MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, com especialização em Meios de Pagamento pela Universidade de Miami, Florida.

Carlos Elder Maciel de Aquino – O Sr. Aquino tem 25 anos de experiência na área de auditoria de instituições financeiras (Unibanco, Bandeirantes e Banorte). Ele é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco, e possui pós-graduação em Engenharia Econômica pela Universidade Católica de Pernambuco assim como pós-graduação em Administração Financeira pela Fundação Universidade de Pernambuco. O Sr. Aquino também possui MBA executivo pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e, atualmente, está cursando MBA na Universidade de São Paulo.

Claudia Politanski – A Sra. Politanski ingressou no Unibanco em 1991 e atua como Diretora Adjunta responsável pela assessoria jurídica societária e fiscal relacionada à essas respectivas atividades na Companhia bem como em todas as nossas companhias controladas. A Sra. Politanski formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo em 1992, possui LL.M. pela Universidade de Virginia e MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral.

Eduardo Corsetti – O Sr. Corsetti ingressou no Unibanco em 1987 e, desde 2002, tem exercido o cargo de Diretor Adjunto responsável pela área de finanças corporativas no Rio de Janeiro. O Sr. Corsetti formou-se em Economia pela Universidade Mackenzie em 1991, e possui pós-graduação em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais em 1996, e em Administração de Empresas pela Harvard Extension School em 1997.

Elisabete Szabo – A Sra. Szabó trabalha no Unibanco há 20 anos, tendo iniciado sua carreia no Banco Nacional em 1984. Atuou na área de Recursos Humanos em diferentes áreas e Empresas do Grupo, tendo assumido o cargo de Diretora adjunta de Recursos Humanos do Varejo em 2004. É formada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-Graduada pela PUC - RJ. Possui MBA pela Fundação Dom Cabral, e curso executivo de especialização em Administração na Kellogg School of Management.

Fábio de Souza Aranha Cascione – O Sr. Cascione atua como Diretor Adjunto para transações estruturadas. Ele é responsável pela estruturação de operações especiais tais como securizações, transações de crédito complexas e transações envolvendo diversos produtos do banco, nos mercados doméstico e internacional, oferecendo aos clientes assistência dedicada. Anteriormente o Sr. Cascione trabalhou de 1990 a 2004 no Levy & Salomão - Advogados, um reputado escritório de advocacia no Brasil, sendo que nos últimos cinco anos foi sócio do Departamento Bancário. Ele é formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1994), especializado em Direito empresarial e possui um MBA em Administração e Direito econômico pela Fundação Getúlio Vargas (2001-2002).

Fernando Barçante Tostes Malta – O Sr. Malta iniciou sua carreira no Banco Nacional em 1988 e trabalha conosco há 15 anos. Ele trabalhou em diversas áreas, tendo acumulado experiência e conhecimento relevantes nas nossas operações no mercado financeiro e nas economias nacional e internacional. O Sr. Malta formou-se pelo departamento de Ciências da Computação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1989, onde ele atuou como professor por 3 anos. Ele possui MBA pela Fundação Dom Cabral e participou de curso executivo de especialização em Administração na Kellogg School of Management.

Fernando Della Torre Chagas – O Sr. Chagas iniciou sua carreira no Banco Nacional em 1992 e ingressou no Unibanco em 1995, quando o Unibanco comprou o Banco Nacional. Em outubro de 2003, passou a exercer o cargo de Diretor Adjunto responsável por nossa área de investimentos, fusões e aquisições e *private equity.* Antes de sua eleição, o Sr. Chagas atuou nas áreas de *sales e trading* até 1998. Atualmente, atua na área de Relações com Investidores. Ele formou-se em Administração pela Faculdade de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo em 1992 e possui MBA pela Wharton School da Universidade da Pensilvânia.

Fernando Fegyveres – O Sr. Fegyveres ingressou no Unibanco em 2005. Antes disso o Sr. Fegyveres atuou como Sênior Relationship Manager no Banco BBA Creditanstalt S.A., como Assessor da Presidência e da Vice-Presidência do Banco Itaú BBA S.A. e como Sênior Relationship Manager do Banco Itaú BBA S.A. Ele se formou em engenharia mecânica com habilitação em automação e sistemas pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pela Wharton School da Universidade da Pensilvânia.

Guilherme de Alencar Amado – O Sr. Amado iniciou sua carreira no banco em 2004 como um de nossos diretores. Antes de juntar-se ao Unibanco,o Sr Amado passou doze anos (1988 a 1999) trabalhando com corporate banking metade do tempo no Lloyds Bank Plc e outra metade no Banco BBA Creditanstalt S/A em Manaus, São Paulo e Belo Horizonte. O Sr Amado passou os últimos cinco anos como gerente geral financeiro da Acesita S/A, siderúrgica pertencente ao Grupo Arcelor,juntamente com outras posições de diretoria executiva de muitas subsidiárias da Acesita e também como membro do Conselho de Administração da Aceprev, o fundo de pensão da Acesita. Ele é bacharel em economia pela UFMG - Brazil (1988) e possui MBA da Birmingham Univesity - Inglaterra (2001).

Gustavo Duarte Ribeiro Mota – O Sr. Mota ingressou no Unibanco em 2002 atuando como superintendete responsável pelo Sistema Fácil (financiamento imobiliário) e posteriormente na área de marketing do Banco de Varejo. Durante um ano, entre 2004 e 2005, atuou na empresa Bassini Playfair Wright, ocupando o cargo de Vice-Presidente das áreas de Private Equity e Fusões e Aquisições, tendo regressado ao Unibanco em 2005 como Diretor Adjunto responsável pela divisão de veículos e imóveis do banco de varejo.

Hermes Eduardo Moreira Filho – O Sr. Moreira Filho atua como Diretor Adjunto de finanças corporativas. Ele é responsável pelo atendimento de clientes nos setores de saneamento, exploração de petróleo e gás e transportes. Anteriormente, o Sr. Moreira Filho trabalhou de 1983 a 1988 no Banco Mercantil de São Paulo, nas áreas de tesouraria e *corporate banking*. Ele é formado em Administração de Empresas pela Universidade Santa Úrsula do Rio de Janeiro, com especialização na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo pelo Programa de Especialização de Executivos Financeiros.

Ibrahim José Jamhour – O Sr. Jamhour ingressou no Unibanco em 1995 e, desde 2000, vem atuando como Diretor Adjunto da área de *in store banking*, sendo responsável por diversas agências de varejo localizadas nos Estados de São Paulo e Paraná. Antes de juntar-se a nós, o Sr. Jamhour trabalhou na Shell Brasil S.A. e no Banco Nacional S.A. Ele formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Estado do Paraná e possui MBA pela Universidade de Stanford, Califórnia.

Iuri Garcia Zacharias – O Sr. Zacharias ingressou no Banco Nacional S.A. em 1987 e atua como Diretor Adjunto responsável pela coordenação de diversas agências localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Ele possui 16 anos de experiência nas áreas de administração, orçamento, planejamento e vendas. Ele formou-se em Ciências Econômicas em 1989 pela Pontifícia Universidade Católica de Salvador e possui pós graduação em Administração Empresarial pela Fundação Dom Cabral (2000).

Janio Francisco Ferrugem Gomes – Desde 1999 o Sr. Gomes tem exercido o cargo de Diretor Adjunto responsável pela área de controle de custos. O Sr. Gomes iniciou suas atividades no setor de mercado financeiro em 1984, nas áreas de crédito e reestruturação corporativa. Ele formou-se em Engenharia Civil pela Fundação Armando Álvaro Penteado em 1982, em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1988 e possui MBA pela Fundação Dom Cabral.

Jorge Luiz Viegas Ramalho - O Sr. Ramalho é Diretor Adjunto de Sistemas e Processos dos Negócios de Varejo do Unibanco. Possui 14 anos de experiência em estruturação, implantação e transferência de sistemas tecnológicos adquiridos em empresas do mercado financeiro como o Banco Chase Manhattan e o Banco Bozano Simonsen. Em 1999, foi direcionado para a criação de uma nova empresa, o InvestShop.com, vendido ao Banco1.net, em 2001, ao Grupo Unibanco, onde assumiu a Diretoria de Sistemas e Processos dos Canais Eletrônicos. Em 2005, assumiu toda a área de desenvolvimento de sistemas dos negócios de Varejo do Unibanco. Ramalho é formado em Tecnologia de Processamento de Dados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e possui MBA pelo Banco Bozano, Simonsen, concluído em 1997.

José Cristóvão Martins – O Sr. Martins ingressou no Unibanco em 1974 e em 2003 ele foi eleito Diretor Adjunto responsável pela administração dos centros de processamento de dados e rede de telecomunicações. Ele formou-se em Engenharia Mecânica.

Julio Freitas Inglez de Souza – O Sr. Souza foi superintendente da Área de "Debt Capital Markets" responsável por operações de dívida tanto no mercado local quanto no internacional. Está no Unibanco desde 1998. Antes de ingressar no Unibanco, trabalhou por 3 anos no Banco Chase Manhattan, onde atuou na área de reestruturação de empresas. O Sr. Sousa é formado em Direito pela Universidade Mackenzie (1990) e detém um MBA em finanças e negócios internacionais pela Leonard N. Stern School of Business da New York University (1998).

Luiz Gonzaga Arena Junior – O Sr. Arena Junior ingressou no Unibanco em agosto de 2000 como superintendente do global sourcing e, em agosto de 2003, foi eleito Diretor Adjunto para a área de patrimônio. Antes de ingressar ao Unibanco, o Sr. Arena Junior atuou como gerente industrial da Cambuhy M.C. Ltda. Ele é formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Ferderal de Uberlândia.

Manuel Gomes Pereira – O Sr. Pereira atua como Diretor Adjunto na área de informações e administração jurídica, com 25 anos de experiência na direção e execução das atividades de auditoria do banco de varejo, e 4 anos de experiência na área de contabilidade. Ele atuou como professor de Administração Financeira, Contabilidade, Análise de Balanços e microeconomia na Faculdade São Luiz, Faculdades Metropolitanas Unidas e na Faculdade Brasileira de Administração – Instituto Royller por 11 anos. O Sr. Pereira também atuou como diretor de tesouraria do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - AUDIBRA por 6 anos (de 1988 a 1994) e foi membro da Comissão de Auditoria e Normas Contábeis por 4 anos (de 1989 a 1993). Ele formou-se em Economia pelas Faculdades Metropolitanas Unidas e participou de curso de extensão em Gerenciamento de Sistemas e Tecnologia da Informação pela UCLA – Universidade da Califórnia, Berkeley. O Sr. Pereira também possui pós-graduação em Controladoria e Finanças pela Universidade de São Paulo e MBA pela Fundação Dom Cabral.

Marcello Pires dos Santos Ferreira – O Sr. Ferreira Ingressou no Unibanco em setembro de 2004 como Diretor da área de novos Nichos do Segmento Empresas. Antes de seu ingresso no Unibanco o Sr. Ferreira atuou como Associate Principal da McKinsey & Company. Ele é formado em Engenharia Eletrônica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e é Bacharel em Matemática (ênfase em ciência da Informática) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ele é ainda pós-graduado em Finanças Corporativas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e possui MBA pela Universidade de Nova Iorque.

Marcelo Adriano de Paulos – O Sr. De Paulos Ingressou no Unibanco desde julho de 2004 como Diretor da área de Comunicação Corporativa, assumindo o planejamento e coordenação de todas as atividades de comunicação institucional e de vendas para a área de Varejo do Banco. É também o responsável pela coordenação da atividade de Branding de todo o Conglomerado. Graduado Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Marcelo Antonio Montes Vieira – O Sr. Vieira ingressou no Unibanco em 1985 e atua como Diretor Adjunto da rede de agências localizadas no Distrito Federal e nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins. Ele formou-se em Administração de Empresas e Comércio Exterior pela Faculdade Ítalo Brasileira.

Marcelo Ariel Rosenhek – O Sr. Rosenhek ingressou no Unibanco em 2000 e desde Maio de 2005 é Diretor Adjunto responsável pela Gestão de Passivos e Ativos e Captações Institucionais. No Unibanco, atuou também na área de Relações com Investidores e na área de Investimentos. Ele iniciou sua carreira profissional como analista da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas Ltda, tendo posteriormente atuado como Diretor de Marketing e Produtos da BWU Video SA (master franquead da Blockbuster Video no Brasil) antes de ingressar no Unibanco. Ele formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pela Carnegie Mellon University (1993).

Marcelo Figueiredo Salomon – O Sr. Salomon ingressou no Unibanco como economista chefe e, em 30 de abril de 2004, foi eleito para atuar como Diretor Adjunto na área de pesquisa macroeconômica. Anteriormente, ele foi o economista chefe para Brasil e Argentina na ING-Bank em São Paulo por dois anos e meio. De 2000 a 2001 ele exerceu o cargo de *Emerging Market Currency Strategist* na agência do Deutsche Bank em Nova York, e de 1997 a 2000, ele atuou como economista para América Latina na agência da Merril Lynch em Nova York. Ele é professor adjunto da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. O Sr. Salomon recebeu título de Ph.D. pela Universidade de Columbia e possui MBA pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, ambos com ênfase em Economia.

Marcelo Tonhazolo – O Sr. Tonhazolo ingressou no Unibanco em 2000 e atua como Diretor Adjunto responsável por nossos canais de comunicação e por nossas áreas de internet, *call centers*, *telemarketing* e de auto atendimento. Ele formou-se em Matemática pela Universidade de São Paulo em 1988.

Marco Antonio de Oliveira – O Sr. Oliveira trabalha no Unibanco há 1 ano, tendo iniciado sua carreira no Banco Crefisul em 1983. Acumulou experiências e conhecimentos relevantes no mercado financeiro em especial em áreas de Suporte, Back-office e Recursos Humanos. É formado em Administração de Empresas pela Universidade Anhembi Morumbi, e Pós Graduado em Finanças pela Universidade Ibirapuera.

Marcos Eduardo Buckton de Almeida – O Sr. Almeida ingressou no Unibanco em 1995 como diretor responsável pela rede de agências. Desde 2001 o Sr. Almeida atua como Diretor Adjunto responsável por fundos, depósitos e poupança assim como pelo desenvolvimento de novos produtos, treinamento, comunicação, marketing e pesquisa de investimentos. De 2000 a 2001, o Sr. Almeida foi responsável pela administração de diversas áreas tais como internet banking, produtos, marketing e qualidade. Ele formou-se em Engenharia Mecânica pelo Instituto Militar de Engenharia em 1983.

Marcos Rimoli Próspero – O Sr. Próspero ingressou no Unibanco em 1991 durante o processo de consolidação dos canais remotos entre o Unibanco 30 Horas e o Telemarketing. Posteriormente, ele atuou nas área de projetos corporativos, operações e patrimônio. Na área de patrimônio, ele exerceu o cargo de Diretor responsável pelas áreas de global sourcing, engenharia e arquitetura e gestão imobiliária. Atualmente, o Sr. Próspero é o responsável pelas áreas de relações do trabalho e endomarketing. Ele é formado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e possui MBA pela Universidade de Cornell.

Marcos Silva Massukado – O Sr. Massukado iniciou sua carreira no Unibanco em 1994 como gerente de planejamento e controle, exercendo este cargo até 2000. Em 2001, ele deixou nossa companhia para atuar como consultor estratégico da Diamond Cluster International. Em 2002, o Sr. Massukado retornou ao Unibanco, desta vez como superintendente do segmento de micro e pequenas empresas, sendo responsável pela criação e implantação de estratégias para atender as necessidades de nosso clientes pessoa jurídica com faturamento anual de até R$ 5 milhões. Em 2004, ele foi eleito para atuar como Diretor Adjunto para o segmento de empresas, sendo responsável pela criação de estratégias para atender nossos clientes com faturamento anual entre R$5 milhões e R$40 milhões.

Maria Celia Furlani de Mendonça Camargo – A Sra. Camargo ocupou cargos de gerência no Unibanco por treze anos e atualmente atua como Diretor Adjunta responsável por diversas agências localizadas nas regiões norte e nordeste do Brasil. Ela possui vinte e sete anos de experiência na área bancária, dez dos quais dedicados à administração de carteira de clientes do banco de varejo, do corporativo e do *private banking*. A Sra. Camargo formou-se em Ciências Contábeis e em Direito e possui MBA especializado em Administração de Negócios Bancários.

Maria Cristina D'Ávila Villela Vieitas – A Sra. Vieitas iniciou sua carreira em 1994 no Banco Nacional como Trainee, tendo se tornado Executiva de contas e Diretora Adjunta, responsável por um vasto estudo setorial da indústria de Telecomunicações, identificando e analisando principais empresas deste segmento no mundo. Formada em Administração de Empresas pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Possui MBA pela Fundação Dom Cabral e cursos executivos de Matemática Financeira e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Mario Henrique Martins – O Sr. Martins *i*ngressou no Unibanco em 2000 como Chefe Setorial (Banqueiro Industrial) para petroquímica e outras áreas tendo sido promovido a Diretor do banco de atacado cobrindo parte de São Paulo e todo o Nordeste. Desde outubro de 2004 integra a diretoria comercial da financeira de veículos. Antes de ingressar no Unibanco atuou em corretagem em bolsa (equity brokerage) por 10 anos tendo sido Administrador do Crédit Agricole Indosuez para a América Latina aonde foi responsável por vendas e trading. É Engenheiro de Produção pela UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989).

Nicolas Alfredo Wsevolojskoy – O Sr. Wsevolojskoy iniciou sua carreira em 1996 no Banco1.Net, na área de produtos e projetos. Ele participou da implementação do internet banking para clientes pessoa física e, como Diretor Adjunto, coordenou a criação de nosso canal de e-mail e o desenvolvimento do internet banking para pessoas jurídicas. O Sr. Wsevolojskoy formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e possui MBA pelo Massachussets Institute of Technology.

Paulo Roberto Schiavon de Andrade - O Sr. Andrade ingressou no Unibanco em agosto de 2004 e é responsável pela área de atacado para a região sul do país, tendo assumido o cargo de Diretor dessa área em dezembro de 2004. Antes de seu ingresso no Unibanco, o Sr. Andrade atuou como executivo de contas sênior do banco Itaú BBA por 7 anos. Ele é formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-graduado em Marketing pela ESPM/SP e em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

Raquel Breidenbach Langhanz – A Sra. Langhanz ingressou no Unibanco em 1993 como gerente de contas e superintendente da rede de agências. Ela vem exercendo o cargo de Diretora Adjunta desde 2002, sendo responsável por diversas agências localizadas no interior dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Ela formou-se em Comunicação Social com especialização em Relações Públicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e possui pós-graduação em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e MBA pela Fundação Dom Cabral.

Renzo Regini – O Sr. Regini foi Diretor Comercial do Banco BNL do Brasil. Após a aquisição do BNL Brasil pelo Unibanco em 2004, ingressou no Grupo como Diretor responsável pelas operações com a Itália. Foi funcionário de carreira da Banca Nazionale del Lavoro (BNL) – Itália. Formado em Economia na Itália, onde conclui também o mestrado. Pelo BNL atuou na Itália, na filial de Madri e no Brasil desde 1992, inclusive como Diretor de Crédito.

Sérgio Goldman – O Sr. Goldman tem sido o chefe de nosso time de renda fixa e *equity research* desde novembro de 2003. Durante os 11 anos anteriores ao seu ingresso no Unibanco, o Sr. Goldman trabalhou na área de *equity research* de bem conceituadas instituições internacionais, tais como Baring Securities, Bear Stearns e Banco Santander. Neste período ele foi mencionado em diversas ocasiões no *Institutional Investor Survey* por liderar o melhor time de *equity research* do Brasil. O Sr. Goldman formou-se em Engenharia Eletrônica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e possui MBA pela COPPEAD – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Silvio José Fonseca de Carvalho – O Sr. Carvalho ingressou em nosso departamento de relações com clientes em 2001 e, em abril de 2004, foi eleito para atuar como Diretor Adjunto responsável pela rede de agências do varejo localizada nas cidades de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e na região do Triângulo Mineiro. Anteriormente, o Sr. Carvalho atuou de 1989 a 1995 como gerente de sistemas do Banco Nacional, de 1995 a 1998 como gerente de marketing do Unibanco, de 1998 a 2000 como gerente geral de marketing da Cia. Bozano, e como Diretor Adjunto da área de relações de marketing do Banco Boavista S.A. Ele formou-se em Administração pela Faculdade Cândido Mendes do Rio de Janeiro e participou de curso de extensão em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing assim como curso de extensão em Análise de Sistemas pela Universidade Cândido Mendes. Ademais, ele possui MBA executivo sênior pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

Valéria Salomão Garcia – A Sra. Garcia ingressou no Unibanco em 2003 e foi eleita Diretora Adjunta para a área de administração de risco. Antes de ingressar no Unibanco, a Sra. Garcia passou diversos anos na área de supervisão de instituições financeiras, trabalhando para o Banco Central do Brasil. A Sra. Garcia formou-se em Economia pela Universidade de São Paulo em 1992 e possui mestrado em Administração de Empresas (Finanças) pela Fundação Getúlio Vargas.

REMUNERAÇÃO

Nas Assembléias Gerais Ordinárias, nossos acionistas estabelecem a remuneração global máxima para os conselheiros, membros do comitê de auditoria e diretores durante o ano correspondente. Em 2004, o valor máximo da remuneração global a ser paga para o nosso Conselho de Administração, Diretoria e Comitê de Auditoria foi fixado em:

- R$ 15.000.000,00 por ano para os membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria coletivamente; e
- R$ 150.000.000,00 por ano para os membros da Diretoria coletivamente.

Em 2004, todos os nossos Conselheiros, membros do Comitê de Auditoria e Diretores coletivamente (109 pessoas em 31 de dezembro de 2004) receberam pela totalidade dos serviços que nos foram prestados, a remuneração global de aproximadamente R$ 117,0 milhões. Os Conselheiros e Diretores de todas as nossas empresas, incluindo o Unibanco, receberam pela totalidade dos serviços prestados a remuneração global de aproximadamente R$149,2 milhões em 2004.

Para 2005, a máxima remuneração global para nosso Conselho de Administração, Diretoria e Comitê de Auditoria deverá ser de:

- R$6.700.000,00 por ano para os membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria coletivamente; e
- R$113.400.000,00 por ano para os membros da Diretoria, coletivamente.

Nossos Conselheiros, membros do Comitê de Auditoria e Diretores podem participar do mesmo plano de previdência disponível para todos os nossos empregados. O valor total pago referente a pensão, aposentadorias e benefícios similares, no ano de 2004, foi de R$15,4 milhões para os empregados de todas as nossas empresas.

Plano de Opção de Compra de Ações para Conselheiros e Diretores

Em 31 de outubro de 2001, nossos acionistas aprovaram um plano de opção de compras de ações. Por meio desse plano nós podemos oferecer a nossos administradores e funcionários titulares de cargo superintendente e, excepcionalmente gerentes, a oportunidade de participar no nosso capital e de se beneficiar da valorização das nossas ações.

Em 8 de abril de 2004, nossos acionistas aprovaram a reforma do plano de opção de compra de ações para que (i) os administradores não possam exercer suas opções nem alienar as ações adquiridas por meio do exercício das opções quando nós ou a Holdings estivermos proibidos pela lei de negociarmos com nossas próprias ações; (ii) as opções exercidas possam ser atendidas com ações existentes em tesouraria ou com ações decorrentes de aumento do capital autorizado; e (iii) o período de carência entre a outorga da opção e seu exercício possa ser prorrogado em algumas circunstâncias de cinco para oito anos.

Por esse plano, as opções são outorgadas por um preço baseado no preço de mercado de nossas ações em período anterior à data da outorga. Um comitê especial, composto de quatro a seis membros eleitos pelo Presidente do Conselho de Administração do Unibanco e um membro do Conselho de Administração da Holdings, é responsável pelo estabelecimento do prazo para exercício das opções, que deve ser entre 2 a 8 anos, bem como as características específicas de cada outorga, tais como os beneficiários, o número e o montante de opções. O comitê não pode outorgar opções em qualquer ano representando mais de 1% do nosso capital autorizado e não devem existir opções outorgadas e ainda não exercidas representando, num total agregado, mais de 10% do nosso capital autorizado.

O objetivo do plano de opção de compra de ações é promover bom desempenho, comprometimento de longo prazo, bem como atrair, reter e motivar nossos conselheiros e diretores. As primeiras opções foram outorgas em 21 de janeiro de 2002, com um período de carência para o seu exercício de no mínimo 3 anos. Em 30 de junho de 2005, havíamos concedido 14.057.286 opções de compra de ações que podem ser transformadas na aquisição de units de acordo com o programa. Essas opções podem ser exercidas entre 21 de janeiro de 2005 e 02 de maio de 2011 a um preço de exercício médio de R$12,15 por opção.

PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTA VENDEDOR

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente por acionistas do Unibanco e da Holdings, em 19 de agosto de 2005, e, pro-forma, após a conclusão da Oferta:

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

	Em 19 de agosto de 2005				Após a Oferta [1]	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**(%)**	**Ações Preferenciais**	**(%)**	**Ações Preferenciais**	**(%)**
Unibanco Holdings	733.592.492	97,1%	78.172.155	12,2%	78.172.155	12,2%
Caixa Brasil, SGPS, S.A.	0	0,0%	86.149.216	13,4%	0	0,0%
Grupo Moreira Salles – Circulação pulverizada [2]	189.217	0,0%	2.241.563	0,3%	2.241.563	0,3%
Units/GDS–em circulação	0	0,0%	445.430.141	69,5%	531.579.357	82,9%
PN – em circulação	0	0,0%	29.121.467	4,5%	29.121.467	4,5%
ON – em circulação	21.876.459	2,9%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	755.658.168	100,0%	641.114.542	100,0%	641.114.542	100,0%
Ações em tesouraria	0		12.085.622		12.085.622	
Total	755.658.168		653.200.164		653.200.164	

[1] Assumindo a colocação da totalidade das Ações e considerando o exercício integral da Opção de Units Adicionais e Opção de GDSs Adicionais.
[2] Quantidade de Units detidas por E. Johnston Representações e Participações S.A., sociedade pertencente ao Grupo Moreira Salles.

ACORDO DE ACIONISTAS

Nós não possuímos acordo de acionistas.

OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELO UNIBANCO

Fizemos oito importantes operações de emissão de Eurobônus até março de 2005. Destacam-se os custos decrescentes de captação durante o período, em linha com a percepção de risco soberano. Os recursos dessas operações serão utilizados para financiamento de operações de clientes do Unibanco no Brasil e no exterior:

- A primeira emissão, em janeiro de 2003, no valor de US$ 100 milhões, com vencimento em janeiro de 2004, oferece um cupom de 6,875% ao ano, com pagamentos semestrais. O preço de lançamento foi de 99,881%, gerando um retorno ao investidor de 7% ao ano;
- A segunda, em fevereiro de 2003, no valor de 50 milhões de Euros, ou aproximadamente US$ 54 milhões, possui prazo de 6 meses. Oferece um cupom de 6,75% ao ano e o preço de lançamento foi de 99,94%, gerando um retorno ao investidor de 6,875% ao ano em Euros. Isso equivaleu ao Unibanco pagar uma taxa efetiva em dólares norte-americanos para o investidor de aproximadamente 5,5% ao ano;
- A terceira, também em fevereiro de 2003, no valor de US$ 100 milhões, apresentou um prazo de 9 meses e vencimento em 26 de novembro de 2003. A operação oferece um cupom de 6% ao ano. O preço de lançamento foi de 99,95%, gerando um retorno ao investidor de 6,08% ao ano;
- A quarta ocorreu em março de 2003, no valor de US$ 125 milhões, com prazo de 6 meses e vencimento em 17 de setembro de 2003. Essa operação oferece um cupom de 5% ao ano. O preço de lançamento foi de 99,94%, gerando um retorno ao investidor de 5,125% ao ano;

- A quinta foi realizada em abril de 2003, no valor de US$ 100 milhões. A operação, com prazo de 1 ano, preço de lançamento de 99,76% gera um retorno ao investidor de 5,25% ao ano, que corresponde a um retorno ao investidor de 175 bps abaixo da operação de prazo semelhante lançada no começo deste ano;
- A sexta, no início de maio de 2003, tem valor de US$ 75 milhões e prazo de 18 meses. A operação oferece um cupom de 5,625% ao ano. O preço de lançamento foi de 99,752%, gerando um retorno ao investidor de 5,80% ao ano;
- A sétima, em maio de 2003, no valor de 75 milhões de Euros, ou aproximadamente US$ 86 milhões, possui prazo de um ano. Oferece um cupom de 5,375% ao ano e o preço de lançamento foi de 99,76%, gerando um retorno ao investidor de 5,625% ao ano em Euros. Isso equivaleu para o Unibanco pagar uma taxa efetiva em dólares norte-americanos para o investidor de aproximadamente 4,57% ao ano; e
- A oitava, em julho de 2003, no valor de US$ 125 milhões, com vencimento em janeiro de 2005, oferece um cupom de 4% ao ano. O preço de lançamento foi de 100%, gerando um retorno ao investidor de 4% ao ano.

Lançamos, em junho de 2003, por meio da "*UBB Diversified Payment Rights Finance Company*" ("UBB Finance Company"), uma nova operação de securitização no valor total de US$ 225 milhões de dólares norte-americanos. A UBB Finance Company é uma companhia estabelecida nas Ilhas Cayman com o propósito específico de adquirir ordens de pagamento em dólares norte-americanos recebidas e processadas pelo Banco junto a seus bancos correspondentes no exterior, e as utilizar como lastro ativo para emissão de *Notes* no mercado internacional de capitais. A emissão, com vencimento em 15 de julho de 2009 e pagamento de juros trimestral, tem amortizações iguais e consecutivas a partir de 15 de outubro de 2004. As Notas foram distribuídas para investidores institucionais, particularmente nos Estados Unidos e na Europa.

Em setembro de 2003, por meio de oferta pública secundária de Units realizada tanto no Brasil quanto no exterior, o Mizuho Corporate Bank, Ltd. e o Commerzbank Aktiengesellschaft venderam 5,8 bilhões de Units antes do grupamento, representando, respectivamente, a totalidade e parte de suas posições acionárias. A quantidade de Units vendidas representou 9,36% de nosso capital social não votante e 11,66% do capital social não votante da Holdings. Assim, o Mizuho deixou de ser acionista do grupo, enquanto que o Commerzbank Aktiengesellschaft reduziu sua participação acionária de 8,8% de nossas ações preferenciais para 5,2% das mesmas. As Units foram vendidas ao preço de R$ 109,67 por lote de mil Units, perfazendo o total de R$ 637 milhões.

Do total, cerca de 1,7 bilhão de Units (cerca de 30% da operação) foram distribuídas para investidores não-institucionais e institucionais no Brasil e os restantes 4,1 bilhões de Units foram distribuídas, sob a forma de Global Depositary Shares – GDS a investidores no exterior, mediante colocação em mercado de balcão não-organizado.

O Unibanco lançou em janeiro de 2004 Eurobonds no valor de US$100 milhões. A operação tem prazo de 18 meses, vencimento em 10 de agosto de 2005 e oferece um cupom de 3% ao ano, com pagamentos semestrais. O preço de lançamento foi de 99,927%, gerando um retorno ao investidor de 3,05% ao ano.

Em maio de 2004, o Unibanco finalizou uma nova operação de securitização por meio do programa de securitização de ordens de pagamento, no valor total de US$ 200 milhões. As Notas têm prazo de 7 anos e pagamento de juros trimestral, com vencimento em 15 de abril de 2011 e amortizações iguais e consecutivas a partir de 15 de julho de 2007. O prazo médio da operação é de 5 anos e oferece um cupom em dólares norte-americanos de 0,50% ao ano sobre a US Libor trimestral.

Em setembro de 2004, o Unibanco finalizou uma nova emissão por meio do programa de securitização de ordens de pagamento, no valor total de US$ 100 milhões. As Notas têm prazo de 7 anos e pagamento de juros trimestral, com vencimento em 15 de abril de 2011 e amortizações iguais e consecutivas a partir de outubro de 2004.

Em janeiro de 2005, por meio de oferta pública secundária de units realizada tanto no Brasil quanto no exterior, o Commerzbank Aktiengesellschaft e o BNL International Investments S.A. venderam 45.897.387, representando, respectivamente, a totalidade e parte de suas posições acionárias. A quantidade de units vendidas representou 3,26% de nosso capital social não votante e 5,44% do capital social não votante da Holdings. As units foram vendidas ao preço de R$ 15,65 por Units, perfazendo o total aproximado de R$718 milhões.

Do total, cerca de 19.840.966 units foram distribuídas para investidores não-institucionais e institucionais no Brasil e os restantes 26.056.421 units foram distribuídas a investidores no exterior, através de esforços de venda no exterior.

Em julho de 2005, o Unibanco realizou, por meio de sua agência nas Ilhas Cayman, uma emissão de títulos perpétuos de dívida subordinada júnior não-cumulativa (8.70% Perpetual Non-Cumulative Junior Subordinated Securities) no valor total de US$500 milhões, os quais foram ofertados e distribuídos nos mercados asiáticos e de private banking internacionais. Tais títulos não possuem data de vencimento e não são resgatáveis por iniciativa de seus detentores; entretanto, cabe ressaltar que tais títulos poderão ser resgatados exclusivamente pela agência do Unibanco nas Ilhas Cayman a qualquer tempo a partir de 2010, desde que préviamente aprovados pelo Banco Central do Brasil. Primeiramente, os títulos serão submetidos ao Banco Central do Brasil, no âmbito da Resolução BACEN 2837, de 30 de maio de 2001, a fim de que sejam classificados como Capital Nível II. Com a ediação de norma do Banco Central do Brasil refente à possibilidade de classificação de títulos de dívida subordinada como Capital Nível I, referida emissão poderá ser submetida novamente à apreciação do Banco Central do Brasil, a fim de que seja classificada como Capital Nível I.

Nos termos da presente Oferta, a Caixa Brasil, SGPS, S.A. deixará de ser acionista da nossa Companhia caso a Opção de Units Adicionais seja totalmente exercida.

Muito embora a realização da presente Oferta, pretendemos manter nosso presente relacionamento comercial com a Caixa Geral de Depósitos S.A.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Abaixo, resumimos todas as negociações relevantes ocorridas entre nós, a Holdings ou quaisquer de nossas subsidiárias e quaisquer de nossos conselheiros, diretores estatutários ou acionistas que detenham mais do que 5% de qualquer classe de nossas ações ou de ações da Holdings, ou familiares de referidos conselheiros, diretores e acionistas, assim como qualquer sociedade em que tais pessoas detenham participação substancial ou sobre a qual elas possam exercer influência significativa.

Segundo a lei brasileira, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a afiliadas, diretores estatutários, conselheiros ou seus familiares, nem para sociedades em que tais pessoas participem com mais de 10%. Dessa forma, não concedemos nenhum empréstimo ou adiantamento a qualquer dessas pessoas. Para os propósitos da lei, o conceito de afiliadas inclui as companhias em que uma instituição financeira detenha 10% ou mais do capital social ou que detenham 10% ou mais do capital social de uma instituição financeira. Essa proibição não é aplicável à Holdings nem a qualquer de nossas subsidiárias não financeiras e também não limita a possibilidade de operarmos no mercado interbancário com nossas afiliadas financeiras (vide informações adicionais na nota 4 das nossas demonstrações financeiras consolidadas).

Distribuição de Produtos Financeiros

Algumas de nossas subsidiárias, tais como Unibanco AIG Seguros S.A., Unibanco AIG Previdência S.A., Unibanco Companhia de Capitalização S.A., Unicard Banco Múltiplo S.A., Unibanco-Rodobens Administradora de Consórcios Ltda. e Cia. Hipotecária Unibanco-Rodobens, celebraram conosco contratos de distribuição. Esses contratos regulam o uso de nossa rede de agências como canal de distribuição para os produtos de seguro, planos de pensão, consórcios, cartões de crédito, financiamentos individuais relativos a imóveis, dentre outros.

Linhas de crédito

A Caixa Geral de Depósitos S.A., instituição financeira que é atualmente nossa acionista estratégica, e após a realização da Oferta Global, desde que seja exercida integralmente a Opção de Units Adicionais e a Opção de GDSs Adicionais, deixará de ser nossa acionista, sendo certo, entretanto que pretendemos manter nosso presente relacionamento comercial com tal acionista, através da Caixa Brasil, SGPS, S.A., e o Commerzbank Aktiengesellschaft e o BNL, nossos antigos acionistas estratégicos, têm, de tempos em tempos, estendido a nós linhas de crédito para financiamento geral e de comércio exterior, principalmente para fins de repasse. Em 30 de junho de 2005, a quantia total em aberto das linhas de crédito relativas à Caixa Geral de Depósitos era de aproximadamente R$ 213 milhões. Atualmente, não possuímos linhas de crédito relativas ao Commerzbank e ao BNL. Veja o "Item 7A. Principais Acionistas" para maiores informações a respeito das ofertas secundárias por meio das quais o Commerzbank Aktiengesellschaft e o BNL liquidaram por completo suas respectivas participações acionárias em nós e na Holdings.

Nós acreditamos que esses empréstimos foram feitos dentro do curso normal dos negócios, contendo substancialmente os mesmos termos, incluindo taxas de juros e garantias, se aplicáveis, daqueles existentes no mercado para operações semelhantes com outras pessoas e não envolveram riscos maiores do que os normalmente incorridos ou apresentaram outras circunstancias desfavoráveis.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Geral

O Unibanco é uma sociedade por ações, constituída de acordo com a legislação brasileira. O capital social do Unibanco na data deste Prospecto é de R$ 5.000.000.000,00, dividido em 1.408.858.332 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 755.658.168 ordinárias e 653.200.164 preferenciais. O Unibanco está autorizado a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social em até mais 951.955.267 ações ordinárias ou preferenciais, observadas as seguintes regras: (a) competirá ao Conselho de Administração deliberar sobre as emissões de ações e/ou bônus de subscrição, e as condições a que ficarão sujeitas; (b) a emissão de ações ordinárias ou preferenciais poderá ser feita sem guardar proporção entre essas duas espécies; e (c) a emissão de ações preferenciais sujeitar-se-á ao limite previsto em lei.

Em 30 de abril de 2004, foi realizada Assembléia Geral Extraordinária do Unibanco, visando suprimir do Estatuto Social a faculdade já expirada de converter ações ordinárias em preferenciais, bem como proceder alteração na estrutura administrativa do Unibanco, e atribuir funções aos novos cargos criados. Foi aumentado ainda o capital social do Unibanco, mediante a incorporação de parte das Reservas Estatutárias, passando de R$ 3.690.601.814,44 para R$ 5.000.000.000,00, um aumento de R$ 1.309.398.185,56. Foi incluída a previsão de que o Unibanco poderia passar a declarar dividendos intermediários também à conta de balanços levantados em períodos inferiores a um semestre. Por fim, foi constituído o Comitê de Auditoria, com a previsão de número de integrantes, critérios de nomeação, destituição, remuneração, tempo de mandato e remuneração.

Também em 30 de abril de 2004, foi realizada nova Assembléia Geral Extraordinária, para aprovar o grupamento das ações ordinárias e preferenciais do Unibanco, inclusive das units, na proporção de 100 ações para 1 ação, mantidas as mesmas espécies.

Pagamento por Ações Subscritas

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações, a responsabilidade dos acionistas de uma sociedade anônima está limitada ao preço de subscrição das ações. A Lei de Sociedades por Ações estabelece ainda que cada acionista deverá pagar por tais ações em conformidade com os termos e condições estabelecidos no respectivo estatuto social ou boletim de subscrição, conforme o caso. Se o estatuto social ou boletim de subscrição forem omissos, os órgãos da administração informarão aos subscritores suas obrigações de pagamento na forma prescrita na Lei de Sociedades por Ações.

Se um acionista não realizar os pagamentos pelas ações subscritas, a companhia poderá, a sua escolha, promover ação de execução judicial ou vender as ações em bolsa de valores.

Ações Emitidas e Integralizadas

De acordo com nosso Estatuto Social, nosso capital social autorizado é de 951.955.267 ações ordinárias ou preferenciais, que pode ser aumentado mediante a emissão de novas ações por decisão do Conselho de Administração. Nossos acionistas devem aprovar qualquer aumento de capital superior ao limite de capital autorizado. Conforme nosso Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de emitirmos ações adicionais em uma subscrição privada, os acionistas existentes terão direitos de preferência para subscrever tais ações de forma *pro rata*, de acordo com suas participações acionárias. Ver "Direito de Preferência".

Direitos das Ações Ordinárias

De acordo com o Estatuto Social do Unibanco, as ações ordinárias conferem direito a voto em Assembléias Gerais e direito a dividendo obrigatório, conforme o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, gozando, observados os direitos das as suas ações preferenciais, de todos os demais direitos e privilégios inerentes à participação no capital social, inclusive o direito de participação em igualdade de condições com as suas ações preferenciais nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de correção monetária, reservas e lucros.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, titulares de ações ordinárias que representem, no mínimo, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto, têm o direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração, bem como seu suplente. Referida eleição ou destituição deve ocorrer em votação em separado na Assembléia Geral, sem a participação do acionista controlador.

Somente têm direito de exercer a prerrogativa descrita no parágrafo anterior os acionistas que comprovem a titularidade ininterrupta da participação acionária ali exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, anteriores à realização da Assembléia Geral.

Direitos das Ações Preferenciais

De acordo com o Estatuto Social do Unibanco, as ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias e não conferem direito de voto, gozando, na mesma medida que suas ações ordinárias, de todos os demais direitos e privilégios inerentes à participação no capital social, com os seguintes privilégios:

- participação nos lucros líquidos de cada exercício, sendo assegurado a cada ação preferencial dividendo anual 10% (dez por cento) superior ao atribuído a cada ação ordinária;
- prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da companhia, até o valor da parcela do capital social; e
- participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de correção monetária, reservas e de lucros.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, titulares de ações preferenciais que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, tem o direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração, bem como seu suplente. Referida eleição ou destituição deve ocorrer em votação em separado na Assembléia Geral, sem a participação do acionista controlador.

Somente têm direito de exercer a prerrogativa descrita no parágrafo anterior os acionistas que comprovem a titularidade ininterrupta da participação acionária ali exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, anteriores à realização da Assembléia Geral.

Reembolso e Direito de Retirada

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas dissidentes ou os acionistas sem direito de voto têm o direito de retirada mediante reembolso do valor patrimonial de suas ações ordinárias ou preferenciais caso seja tomada uma das seguintes decisões em uma assembléia geral por acionistas representando pelo menos 50% das ações com direito a voto:

- criar uma nova classe de ações preferenciais ou aumentar, de maneira desproporcional, uma classe de ações preferenciais existente em relação às outras classes de ações, exceto conforme previsto em nosso Estatuto Social;
- modificar uma preferência, vantagem ou condição de resgate ou amortização conferida a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criar uma nova classe com privilégios superiores àqueles conferidos às classes de ações preferenciais existentes;

- reduzir o dividendo obrigatório;
- nos incorporar ou nos fundir a uma outra sociedade, inclusive a uma de nossas controladoras;
- aprovar a participação da Holdings em grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações;
- mudar o objeto social do Unibanco;
- transferir a totalidade das ações do Unibanco para uma outra companhia ou receber ações de outra companhia, a fim de tornar a companhia cujas ações são assim transferidas uma subsidiária integral da companhia controladora (incorporação de ações);
- realizar uma cisão que resulte em (i) alteração do objeto social do Unibanco, exceto se os ativos e passivos da sociedade cindida forem transferidos para uma sociedade que tenha substancialmente o mesmo objeto social; (ii) redução de dividendo obrigatório ou (iii) participação em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações; ou
- aprovar a aquisição de controle de uma outra companhia por um preço superior a determinados limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações e sujeita às condições dispostas nessa lei.

Somente os detentores de ações adversamente afetadas pelas mudanças mencionadas nos dois primeiros itens acima podem exercer o direito de retirada.

No caso de a entidade resultante de fusão, incorporação, incorporação de ações ou cisão de uma companhia aberta não obter o registro de companhia aberta e, se for o caso, não obter o registro de suas ações para negociação em bolsa de valores, no prazo de 120 dias a contar da assembléia geral na qual tal decisão tiver sido aprovada, os acionistas dissidentes ou sem direito a voto também podem exercer seu direito de retirada.

Além disso, no caso de uma decisão no sentido de (i) realizar nossa fusão com outra companhia, (ii) realizar uma incorporação de ações; (iii) participar em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações; ou (iv) adquirir o controle de outra sociedade, os direitos de retirada são exercíveis apenas se nossas ações não satisfizerem certos testes de liquidez e dispersão do tipo ou classe de ações em circulação no mercado na ocasião da assembléia geral.

O direito de retirada prescreve 30 dias após a publicação da ata da assembléia geral em questão, relativa a qualquer das matérias descritas acima. No caso das alterações mencionadas nos itens (i) e (ii) acima, a eficácia da decisão depende da confirmação pelos acionistas detentores de ações preferenciais a ser obtida em uma assembléia especial realizada em até um ano. Nestes casos, o prazo de 30 dias é contado a partir da data da publicação da ata da assembléia especial. Podemos reconsiderar qualquer medida que dê causa ao direito de retirada dos nossos acionistas no prazo de dez dias após o vencimento do prazo para exercício desse direito, caso o reembolso de ações decorrente da retirada de acionistas dissidentes coloque em risco a nossa estabilidade financeira. Ações a serem reembolsadas aos acionistas dissidentes ou sem direito a voto que tenham exercido seu direito de retirada terão seu valor estabelecido proporcionalmente com base no valor patrimonial das ações, determinado com base no último balanço patrimonial aprovado pelos acionistas. No entanto, se a assembléia geral que houver dado origem ao direito de retirada houver ocorrido mais de 60 dias após a data do último balanço patrimonial aprovado, o acionista dissidente terá o direito de exigir que as suas ações sejam avaliadas com base em novo balanço patrimonial. Como regra geral, acionistas que tenham adquirido suas ações após a primeira convocação da assembléia geral, ou posteriormente à devida publicação na imprensa referente a tal assembléia, não terão direitos de retirada.

Para fins do direito de retirada, o conceito de "acionista dissidente", de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, inclui, além daqueles acionistas que tenham votado contra certa resolução, aqueles acionistas que tenham se abstido de votar ou não tenham comparecido à assembléia geral.

Direito de Preferência

Nossos acionistas têm direito de preferência para subscrever ações ou títulos conversíveis em ações em qualquer aumento de capital, proporcionalmente à sua participação no capital social. Um prazo mínimo de 30 dias após a publicação da comunicação de uma emissão de títulos conversíveis ou ações é dado aos acionistas para o exercício do direito de preferência, que pode ser transferido a terceiros. No caso de aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital social representada por cada classe de ações, os detentores de tal classe de ações terão direito de preferência para subscrever somente as novas ações da mesma classe a serem emitidas. Na ocorrência de aumento de capital que reduza a proporção do capital representada por cada classe de ações, os detentores de tal classe de ações terão direito de preferência para subscrever ações da mesma classe, na proporção de suas participações, e ações de outra classe, apenas até o limite necessário para impedir a diluição de suas participações no capital social total. De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração pode, dentro do limite de capital autorizado, decidir não conferir o direito de preferência aos acionistas em relação a qualquer aumento de capital por meio de venda em bolsa, por subscrição pública, ou por oferta pública de permuta de ações. Adicionalmente, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a outorga e o exercício de opções de compra de ações com base em determinados planos de opções de compra de ações não estão sujeitos a direito de preferência por parte dos acionistas.

Direitos de Voto

Cada ação ordinária dá direito ao seu detentor a um voto nas nossas assembléias gerais de acionistas. As ações preferenciais não conferem direito de voto em Assembléia Geral. As ações preferenciais dão direito ao seu detentor de participar das assembléias de acionistas e de se manifestar nas discussões. A Lei das Sociedades por Ações determina que as ações preferenciais podem adquirir direitos de voto em quaisquer matérias no caso em que a companhia deixe de distribuir dividendos fixos ou mínimos por três exercícios sociais consecutivos, e que tais detentores manterão tais direitos até a efetiva distribuição obrigatória de dividendos fixos ou mínimos. Uma vez que nossas ações preferenciais não dão direito ao recebimento de dividendos fixos ou mínimos, as nossas ações preferenciais não podem adquirir direitos de voto irrestrito em decorrência da não distribuição de dividendos prevista acima.

A Lei das Sociedades por Ações determina que qualquer alteração nas preferências ou direitos das ações preferenciais, ou a criação de uma classe de ações tendo prioridade ou preferência sobre as ações preferenciais, exige a aprovação pela maioria de acionistas detentores de ações ordinárias adicionalmente à aprovação dos acionistas preferenciais reunidos em uma assembléia especial destes acionistas. Nestas assembléias especiais, os acionistas preferenciais votam como uma classe especial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, (i) os acionistas que em conjunto detenham ações preferenciais sem direito de voto ou com direito de voto restrito representativas de, pelo menos, 10% do capital social total, e (ii) acionistas de nossas ações ordinárias que não fazem parte do grupo de controle, e representam ao menos 15% do capital votante total, terão direito a eleger um membro de nosso conselho de administração e seu suplente, por meio de voto conferido na assembléia geral ordinária. Caso nenhum dos acionistas não controladores detentores de ações preferenciais ou ordinárias atinjam tais limites, detentores de ações preferenciais e ordinárias que representem ao menos 10% do capital social poderiam combinar suas participações para indicar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração. Tais direitos somente podem ser exercidos por aqueles acionistas que provarem que mantiveram suas participações combinadas sem alterações durante o prazo mínimo de três meses antes da data da Assembléia Geral Ordinária. Até 2005, os membros do Conselho de Administração que podem ser eleitos pelos acionistas detentores de ações preferenciais devem ser escolhidos entre os indicados em uma lista tríplice preparada pelo nosso acionista controlador.

Os acionistas possuem certos direitos que não podem ser alterados por meio de mudanças no Estatuto Social ou por uma assembléia geral, que incluem (i) o direito de votar em assembléias gerais, no caso de detentores de ações ordinárias; (ii) o direito de participar dos lucros sociais e participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) direitos de preferência para subscrição de ações ou títulos conversíveis em ações em determinadas circunstâncias; e (iv) o direito de recesso em determinados casos. Além destes direitos, o Estatuto Social e a maioria dos acionistas votantes podem estabelecer direitos adicionais, bem como extinguí-los.

Forma e Transferência

Uma vez que nossas ações preferenciais estão sob a forma escritural, sua transferência é efetivada por um lançamento feito por um agente escriturador, mediante débito na conta de ações do antigo detentor e crédito na conta de ações do novo detentor. O Unibanco nos presta todos os serviços de custódia, escrituração e transferência de ações ordinárias e preferenciais, além de serviços relacionados. Quando nossas ações são adquiridas ou vendidas em uma bolsa de valores brasileira, a transferência é efetuada nos registros do referido agente autorizado por um representante, uma corretora ou pelo sistema de custódia da bolsa de valores. A BOVESPA opera um sistema de custódia fungível através da CBLC. O fato de que essas ações estão sujeitas a custódia na bolsa escolhida será refletido no nosso registro de acionistas. Cada acionista membro será registrado no registro de acionistas mantido pela bolsa em questão e será tratado da mesma maneira que os demais acionistas registrados.

DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Valores Disponíveis para Distribuição

Em cada assembléia geral ordinária de acionistas, o Conselho de Administração deve propor a destinação do lucro líquido auferido no exercício social anterior, com base em nossas demonstrações financeiras não-consolidadas. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício social, deduzido o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido para o referido exercício social, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores e de quaisquer valores destinados ao pagamento de participação de empregados e administradores nos lucros da companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os valores disponíveis para distribuição de dividendos são os valores que correspondem ao lucro líquido:

- reduzidos pelos valores alocados à reserva legal; e
- reduzidos pelos valores alocados à reserva de contingências, se houver.

O pagamento do dividendo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar (conforme discutido abaixo).

Pela Lei das Sociedades por Ações e de acordo com nosso Estatuto Social, somos obrigados a manter uma reserva legal, à qual devemos destinar 5% de nosso lucro líquido de cada exercício social até que o valor de tal reserva atinja 20% do capital integralizado. Não somos obrigados a destinar nenhum valor à reserva legal em qualquer exercício social em que tal reserva, quando somada a outras reservas de capital, seja igual ou superior a 30% de nosso capital social total. Prejuízos acumulados, se houver, podem ser descontados da reserva legal. Além dessa finalidade, a reserva legal somente poderá ser utilizada para aumentar nosso capital. A reserva legal está sujeita à aprovação dos acionistas na assembléia geral ordinária e pode ser revertida para o capital, porém não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos em anos subseqüentes. Nossos cálculos de lucro líquido e alocação de reservas para qualquer exercício social são determinados com base em nossas demonstrações financeiras não consolidadas preparadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma parcela do lucro líquido de uma companhia pode ser destinada à constituição de reservas discricionárias ou reservas estatutárias, que deverão ser descritas no estatuto social do Unibanco. O estatuto social que autorizar a destinação de uma porcentagem do lucro líquido a reservas estatutárias deve também indicar o propósito, critério de alocação e o valor máximo das reservas. Nosso Estatuto Social dispõe sobre duas reservas estatuárias: a reserva de risco em operações de câmbio e a reserva de margem operacional. Após terem sido efetuadas as deduções de reserva legal, reserva de lucros a realizar, reservas para contingências e de dividendo mínimo obrigatório, (i) 2% do resultado líquido do exercício pode ser alocado para a reserva de risco em operações de câmbio, até o montantemáximo de 20% do capital social, e (ii) 90% do resultado líquido do exercício pode ser alocado para a reserva destinada a assegurar que tenhamos adequada margem operacional, até o montante máximo de 80% do valor do capital social.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o valor do dividendo obrigatório que ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido em qualquer exercício pode ser destinada à reserva de lucros a realizar e o pagamento de dividendo obrigatório pode ser limitado ao valor do lucro líquido do exercício social que tiver sido realizado. Os lucros a realizar em qualquer exercício social são o saldo positivo líquido decorrente de: (a) parcela de lucro líquido positivo da equivalência patrimonial em tal ano; e (b) lucros decorrentes de operações cujo vencimento ocorra após o final do exercício social seguinte. Na medida em que os valores destinados à reserva de lucros a realizar são realizados em exercícios sociais subseqüentes, tais valores devem ser adicionados ao pagamento de dividendos relativo ao ano de realização. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que todas as destinações estatutárias do lucro líquido, incluindo a reserva de lucros a realizar, estão sujeitas à aprovação dos acionistas por meio de votação em assembléia geral e podem ser utilizadas para o aumento do capital social ou para o pagamento de dividendos em anos subseqüentes.

Os valores disponíveis para distribuição podem ser posteriormente aumentados por uma reversão da reserva de contingência para perdas julgadas prováveis, constituída em anos anteriores porém não realizada. Alocações para a reserva de contingências também estão sujeitas à aprovação de nossos acionistas em assembléia geral.

O total das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e a reserva de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Caso isto aconteça, uma assembléia geral deve decidir se tal excesso deve ser aplicado no pagamento de capital subscrito porém não integralizado, na subscrição e integralização de novas ações ou na distribuição de dividendos.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido não destinado às reservas mencionadas acima deve ser distribuído sob a forma de dividendos.

Dividendo Obrigatório

A Lei das Sociedades por Ações geralmente requer que o estatuto social de cada companhia determine um percentual mínimo de valores disponíveis para distribuição por tal sociedade para cada exercício social que pode ser distribuído aos acionistas sob a forma de dividendos, também conhecido como dividendo obrigatório.

O dividendo obrigatório é baseado em percentual sobre o lucro líquido ajustado, não inferior a 25%, ao invés de um valor fixo por ação. Caso o estatuto social de uma companhia não determine o percentual, este será de 50%. Segundo o Estatuto Social do Unibanco, no mínimo 35% de nosso lucro líquido do exercício fiscal anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações e as Práticas Contábeis Brasileiras, deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório anual. O lucro liquido ajustado significa o lucro líquido do exercício, após a dedução de valores destinados à constituição de reserva legal, de reserva de contingências, bem como quaisquer reversões da reserva de contingências formadas em exercícios sociais anteriores. A Lei das Sociedades por Ações permite, entretanto, que suspendamos a distribuição do dividendo obrigatório, caso o Conselho de Administração informe à assembléia geral de acionistas que a distribuição é incompatível com a condição financeira do Unibanco, estando essa informação sujeita a revisão pelo Conselho Fiscal e aprovação pela Assembléia Geral. No caso de companhias abertas, o Conselho de Administração justificará à CVM as razões da suspensão do dividendo obrigatório, em até 5 dias após a assembléia geral de acionistas. Os lucros não distribuídos por causa da suspensão deverão ser alocados a uma reserva especial e, se não compensados com prejuízos subseqüentes, deverão ser distribuídos a título de dividendos tão logo a situação financeira da companhia possibilite efetuar tais distribuições.

Distribuição de Dividendos

A Lei das Sociedades por Ações exige que realizemos uma Assembléia Geral Ordinária de acionistas até o dia 30 de abril de cada ano, na qual, entre outras matérias, os acionistas devem decidir a respeito da distribuição de nossos dividendos anuais. Adicionalmente, dividendos intercalares ou intermediários podem ser declarados pelo Conselho de Administração. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos devem ser pagos em até 60 dias após os dividendos terem sido declarados, exceto se, por deliberação dos acionistas, uma outra data para pagamento tenha sido determinada, a qual deverá ocorrer antes do término do exercício social no qual os dividendos foram declarados.

A ação legal para a reclamação dos dividendos prescreve dentro de três anos a partir da data em que eles foram colocados à disposição do acionista. Na hipótese de essa ação prescrever, nós seremos os beneficiários dos dividendos remanescentes.

Juros sobre Capital Próprio

Conforme a legislação tributária brasileira em vigor, desde 1º de janeiro de 1996, companhias brasileiras podem distribuir aos acionistas juros sobre capital próprio, ao invés de dividendos, cujos pagamentos são tratados como despesas dedutíveis para fins de imposto de renda e, a partir de 1998, também para fins de contribuição social. O pagamento de tais juros pode ser efetuado de acordo com critério estabelecido pelo nosso Conselho de Administração, sujeito a aprovação dos acionistas em assembléia geral. Tais juros estão limitados à variação diária da TJLP pro rata, e não podem exceder o máximo de:

- 50% do lucro líquido (anteriormente a dedução por provisões para contribuição social sobre o lucro líquido, e da provisão para imposto de renda e juros sobre o capital próprio) para o período pelo qual o pagamento é feito, ou
- 50% dos lucros acumulados e reservas de lucro no início do exercício fiscal em relação ao qual o pagamento é feito.

Para fins contábeis, embora a cobrança de juros deva ser refletida na declaração de operações para ser dedutível, a cobrança é revertida antes que seja calculado o lucro líquido nas demonstrações financeiras estatutárias e deduzida do patrimônio líquido de maneira similar a um dividendo. Qualquer pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas detentores de ações preferenciais está sujeito à retenção de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, ou 25% em caso de acionista residente ou domiciliado em paraíso fiscal, e tal pagamento pode ser imputado, em seu valor líquido, ao montante do dividendo obrigatório. Se distribuirmos juros sobre o capital próprio em qualquer exercício fiscal e tal distribuição não for imputada como parte da distribuição do dividendo obrigatório, o imposto de renda retido na fonte deve ser arcado pelos acionistas.

De acordo com nosso Estatuto Social, juros sobre o capital próprio podem ser imputados ao pagamento de dividendos para fins do dividendo obrigatório.

A tabela a seguir indica as distribuições do lucro líquido que realizamos, com relação aos exercícios sociais de 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005:

Exercício encerrado em 31 de dezembro	Datas de Pagamento	Tipo de Pagamento	Pagamento por ação ordinária (R$) [1]	Pagamento por ação preferencial [1] (R$)	Valor total distribuído [2]
1999	30/07/1999	Dividendo	0,0980	0,1078	101,99
1999	31/01/2000	Juros Sobre o Capital Próprio [3]	0,0837	0,0921	107,68
2000	31/07/2000	Juros Sobre o Capital Próprio [3]	0,1021	0,1123	131,32
2000	31/01/2001	Dividendo	0,1031	0,1134	132,61
2001	31/07/2001	Dividendo	0,1037	0,1141	152,20
2001	31/01/2002	Dividendo	0,1180	0,1298	170,99
2002	31/07/2002	Dividendo	0,1105	0,1215	160,01
2002	31/01/2003	Dividendo	0,1242	0,1367	180,00
2003	31/07/2003	Juros Sobre o Capital Próprio [3]	0,1157	0,1273	166,38
2003	30/01/2004	Juros Sobre o Capital Próprio [3]	0,1359	0,1495	195,50
2004	02/08/2004	Juros Sobre o Capital Próprio [3]	0,1408	0,1549	204,01
2004	31/01/2005	Juros Sobre o Capital Próprio [3]	0,1507	0,1657	220,00
2005	29/04/2005	Juros Sobre o Capital Próprio [3]	0,0491	0,0540	71,73
2005	29/07/2005	Juros Sobre o Capital Próprio [3]	0,1605	0,1765	234,42

[1] Valores por ação ajustados pelo grupamento ocorrido em agosto de 2004 (1:100)
[2] Em milhões de Reais.
[3] Pagamentos realizados a título de Juros sobre Capital Próprio são líquidos de imposto de renda.

Política de Dividendos

Historicamente, declaramos e pagamos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio na forma do disposto na Lei das Sociedades por Ações e em nosso Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração pode levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital. Tal declaração deve ser ratificada pela Assembléia Geral Ordinária. Os dividendos autorizados pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração devem ser pagos dentro de 60 (sessenta) dias da data em que eles foram declarados e sempre no mesmo exercício social. O montante de quaisquer distribuições dependerá de diversos fatores, tais como nossos resultados operacionais, condições financeiras, necessidade de recursos, perspectivas e outros fatores que nosso Conselho de Administração e nossos acionistas entenderem relevantes. Conforme previsto em nosso Estatuto Social, temos como política distribuir 35% do nosso lucro líquido, após a dedução de reservas legais de 5%, como dividendo obrigatório.

O Conselho de Administração da Sociedade, em reunião realizada em 29 de dezembro de 2004, aprovou o pagamento trimestral de remuneração aos acionistas da Sociedade. Em outra reunião do Conselho de Administração, realizada em 08 de abril de 2005, ficou estipulado que os acionistas do Unibanco teriam direito, no exercício de 2005, a distribuições trimestrais de juros sobre o capital próprio nos seguintes valores:(i) valor bruto de R$0,0388235 por ação ordinária e de R$0,0427059 por ação preferencial;

(ii) valor líquido de R$0,0330000 por ação ordinária e de R$0,0363000 por ação preferencial, já deduzido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento).

Além disso, sempre que entende necessário, o Conselho de Administração faz propostas de distribuição e pagamento de resultados complementares às Distribuições Trimestrais, cujas condições são estabelecidas nas respectivas propostas. Essas propostas complementares visam fazer com que o nosso pagamento de dividendos no exercício atinja o percentual de 35% do lucro líquido apurado.

O pagamento das distribuições trimestrais é efetuado em até 60 (sessenta) dias após o término do trimestre. O valor das distribuições trimestrais é imputado ao valor do dividendo obrigatório do exercício de 2005. Os órgãos de administração da Sociedade poderão, a seu exclusivo critério, desde que justificadamente, (i) alterar as condições previstas para o pagamento das distribuições trimestrais, tais como valor, forma e data, podendo, inclusive, deliberar pagar a remuneração na forma de dividendos, ou (ii) não declarar o pagamento das Distribuições Trimestrais em determinados trimestres.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A HOLDINGS

- Descrição dos Negócios
- Histórico e Realizações da Empresa
- Administração
- Principais Acionistas e Acionista Vendedor
- Outros Valores Mobiliários Emitidos pela Holdings
- Operações com Partes Relacionadas
- Descrição do Capital Social
- Dividendos e Política de Dividendos

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A Holdings, companhia constituída segundo as leis do Brasil, detém participação acionária no Unibanco, em 30 de junho de 2005, de 96,6% de nossas ações ordinárias e de 15,7% de nossas ações preferenciais. A Holdings não está envolvida em nenhuma outra atividade além do controle acionário exercido sobre o Unibanco.

HISTÓRICO

A família Moreira Salles, fundadora em 1924 da empresa que antecedeu a formação do Unibanco, sempre manteve disposição para estabelecer as alianças necessárias ao desenvolvimento do negócio. No inicio de 1994 detinha indiretamente o controle da E. Johnston Representação e Participações S.A. ("E. Johnston"), que possuía 57% das ações ordinárias do Unibanco; em conjunto com um grupo de acionistas estratégicos, essa participação atingia 85% do capital votante do Unibanco.

No ambiente inflacionário que então dominava o cenário econômico brasileiro, as reflexões dos integrantes desse grupo de acionistas voltaram-se para um cenário futuro e duradouro, quando a indústria bancária teria de se adaptar a uma realidade competitiva mediante reorganização e concentração. Paulatinamente amadureceu-se a idéia de uma estrutura societária que permitisse, com toda transparência, uma expansão do Unibanco sem prejuízo da manutenção de um controle eficaz sobre as suas decisões estratégicas. A fórmula adotada, em meados de 1994, foi a constituição de uma companhia comercial, a Holdings Representação e Participações Ltda., que em outubro daquele mesmo ano foi transformada em sociedade anônima, passando a denominar-se Holdings S.A. As etapas subseqüentes marcaram o ingresso na empresa dos acionistas que compõem os grupos detentores de ações ordinárias da Holdings S.A., controladora do conglomerado Unibanco.

Estavam criadas as condições para que o Unibanco pudesse ampliar substancialmente o seu capital sem modificar o seu núcleo de decisões. Além do interesse dos integrantes do grupo controlador em participar no desenvolvimento do negócio bancário junto com a E. Johnston, sua participação na Holdings incluiu o compromisso formal de que a integridade do investimento no próprio Unibanco, objeto da existência da empresa, seria preservada, além do compromisso de que após a constituição da reserva legal, seria distribuída, como dividendos, a totalidade do lucro do exercício realizado em dinheiro.

Em novembro de 1995, surgiu a oportunidade de realizar a expansão do Unibanco mediante alavancagem de sua nova estrutura societária. A assunção das atividades bancárias do Banco Nacional, negociada com as autoridades monetárias do governo brasileiro, contemplou efetivamente um aumento de capital no Unibanco, numa operação com valor de R$ 682 milhões, e num aumento de capital na Holdings no valor de R$ 341 milhões.

Em maio de 1997, ocorreu o lançamento da Unit – certificado que reúne uma ação preferencial de emissão da Holdings e uma ação preferencial de emissão do Unibanco – e a sua bem sucedida oferta pública junto aos mercados doméstico e internacional. A operação resultou na colocação total de um lote de 15,8 bilhões desses papéis que pertenciam a um único acionista – o Banco Nacional em liquidação extrajudicial, e no expressivo montante de R$ 1,1 bilhão negociado.

Importante destacar, sobretudo, o pioneirismo dessa operação: foi a primeira oferta pública de ações emitidas por um banco brasileiro no mercado internacional, com negociação na Bolsa de Valores de Nova York, e a maior já realizada por um banco latino-americano.

No exterior, as Units foram adquiridas, entre outros, por mais de 400 grandes investidores institucionais, que analisaram minuciosamente o Unibanco e decidiram pelo investimento.

Concluída em outubro daquele ano, a Oferta de Conversão obteve grande adesão dos acionistas. O resultado foi a criação de 9,5 bilhões de Units adicionais que, somadas às anteriormente emitidas, totalizaram 27,7 bilhões desses papéis, significando que 78% do total das ações preferenciais e ordinárias em circulação do Unibanco estão representadas sob a forma de Units.

O resultado desse conjunto de eventos foi a consolidação da maior parte das ações do Unibanco nesse instrumento, representando, portanto, mais um passo fundamental na estratégia de expansão e crescimento futuro do conglomerado.

Seguindo a política norteadora da criação da Holdings, consubstanciada em seus estatutos e no acordo firmado por seus principais acionistas, sua única finalidade é o investimento no próprio Unibanco. No entanto, a Holdings poderá adquirir participações em bancos ou em outras empresas do setor financeiro e exercer atividades financeiras, somente como uma medida temporária, até que seja efetuada a transferência desses outros negócios ou atividades ao Unibanco.

Em 20 de setembro de 1999 o capital social da Holdings foi aumentado em R$480 milhões representado por 6.667.000.000 ações ordinárias e 8.485.000.000 ações preferenciais. A totalidade das ações preferenciais de emissão da Holdings ofertada foi subscrita, isoladamente ou na forma de Units. Essa não foi uma oferta de venda de ações nos Estados Unidos. As ações ofertadas não foram registradas junto à *Securities and Exchange Commission* (SEC) e não foram ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos, exceto obedecendo às isenções de registro previstas pela regulamentação americana.

Em 2000, três aquisições estratégicas do Unibanco contribuíram para a consolidação do processo contínuo e consistente de expansão desencadeado na última década: a compra, no primeiro semestre, do Banco Credibanco, que trouxe para o Unibanco uma rica experiência de 33 anos no segmento de atacado; a aquisição, em dezembro, dos outros 50% do Grupo Icatu no Banco Fininvest, líder no segmento de crédito ao consumidor, passando a deter a totalidade de seu capital; e do Banco Bandeirantes, que possibilitou o crescimento expressivo nas atividades de varejo.

Em decorrência da aquisição do Banco Bandeirantes, a Caixa Geral de Depósitos, que controlava o Banco Bandeirantes, passou a integrar o bloco estratégico de acionistas estrangeiros, do qual já faziam parte o Commerzbank Aktiengesellschaft, da Alemanha e o Mizuho Corporate Bank Ltd. (atual denominação do Dai Ichi Kangyo Bank), do Japão.

Em conexão com o processo de aquisição do Banco Bandeirantes, o capital social da Holdings foi aumentado em R$406 milhões, mediante a emissão de 3.713.843.587 ações ordinárias e 6.758.000.000 ações preferenciais classe B.

Em 2001, dois acontecimentos marcaram positivamente o Unibanco: a conclusão bem-sucedida do processo de aquisição do Banco Bandeirantes, o que fez com que a presença do Unibanco em território nacional se expandisse sobremaneira, além de permitir redução de custos mensais superior à expectativa inicial; e as associações estratégicas entre Ponto Frio e Unibanco, criando o Banco Investcred Unibanco, e entre Fininvest e Magazine Luiza, criando o LuizaCred, que aumentaram consideravelmente a base de clientes, principalmente nos segmentos de menor renda.

Merece destaque também a associação estratégica do Banco1.net – ferramenta de serviços via Internet do Unibanco – com o Investshop, maior portal de serviços financeiros do País. Os antigos acionistas do Investshop passaram a deter 15% do capital do Banco1.net.

A adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, em 26 de junho de 2001, veio ratificar procedimentos já adotados pela Holdings e sua controlada e representa para os acionistas um maior compromisso em termos de padrão de governança e informações transparentes, concisas e oportunas.

O Unibanco e a Holdings anunciaram um programa de recompra de ações, iniciado em 13 de fevereiro de 2003. O programa, com duração de três meses, teve como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão do Unibanco, bem como de ações preferenciais de emissão da Holdings, para fins de permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social. Objetivou também a aplicação de recursos disponíveis do Unibanco, oriundos da conta Reservas de Lucros. Durante o programa, foram adquiridas 228.000.000 ações preferenciais de emissão do Unibanco, 167.225.000 Units e 372.900 *GDSs*, a um custo médio de R$40,91 por ação preferencial, R$98,91 por Unit e US$ 13,77 por GDS. O volume recomprado, foi de aproximadamente R$43 milhões, corresponde a cerca de 20% do total autorizado no programa de recompra.

Em agosto de 2003, a Holdings ofereceu aos demais acionistas do Unibanco a oportunidade de concentrarem seus investimentos nesse título com grande liquidez, dando início a uma oferta pública de permuta de pares de ações preferenciais do Unibanco e/ou da Holdings por Units, seguida pela distribuição pública secundária de Units por certos acionistas. Deste modo, investidores que participaram oferta pública de permuta de pares de ações preferenciais do Unibanco e/ou da Holdings por Units puderam criar Units, cada uma consistindo em uma ação preferencial de emissão do Unibanco e uma ação preferencial classe B de emissão da Holdings. A oferta pública de permuta foi realizada através de leilões na BOVESPA em 22 de setembro e 30 de outubro de 2003. Nesses leilões um total de 8,4 bilhões de Units foram criadas.

Em AGE da Holdings realizada em 30 de abril de 2004, foi procedida a extinção da denominação das ações preferenciais classe "a" e classe "b", passando assim as ações preferenciais classe “b” da Holdings a denominarem-se simplesmente "ações preferenciais", tendo em vista a conversão ocorrida em setembro de 2003, da totalidade das ações preferenciais classe "a" em ações preferenciais classe "b". Foi suprimida do estatuto social da Holdings, a faculdade já expirada de converter ações ordinárias em preferenciais. Foi incluída a previsão de que a Holdings poderia passar a declarar dividendos intermediários também à conta de balanços levantados em períodos inferiores a um semestre. E por fim, foi aprovado também o grupamento das ações ordinárias e preferenciais da Holdings, inclusive das units, certificados de depósito de ações representativo, cada um, de uma ação preferencial do Unibanco e uma ação preferencial da Holdings, na proporção de 100 ações para 1 ação, mantidas as mesmas espécies.

ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do seu Estatuto Social, a Holdings é administrada por um Conselho de Administração, constituído por até onze membros e por uma Diretoria, constituída por até cinco diretores.

Atualmente, o Conselho de Administração da Holdings é composto de sete conselheiros e a Diretoria é composta por quatro diretores.

O Conselho de Administração é o órgão decisório da Holdings. Ele determina suas diretrizes e políticas gerais e corporativas:

- Estabelecendo sua estratégia corporativa;
- Revendo seus planos de negócios; e
- Monitorando e supervisionando as atividades de seus diretores.

A Diretoria é eleita pelo Conselho de Administração e é responsável pela administração e supervisão das atividades corporativas da Holdings. Ela segue e assegura o cumprimento das diretrizes e políticas gerais corporativas estabelecidas pelas assembléias gerais de acionistas, pelo Conselho de Administração da Holdings e nos termos de seu Estatuto Social. Os membros da Diretoria têm, na forma estabelecida no Estatuto Social da Holdings, o poder de agir em seu nome.

Na presente data, seus conselheiros e diretores são os seguintes:

Conselheiros	Cargo	Data de Nascimento
Roberto Konder Bornhausen	Presidente	22.10.1933
Pedro Moreira Salles	Vice Presidente	20.10.1959
Carlos da Silva Costa	Conselheiro	03.11.1949
Gabriel Jorge Ferreira	Conselheiro	1310.1935
Guilherme Affonso Ferreira	Conselheiro	09.05.1951
Israel Vainboim	Conselheiro	01.06.1944
Tomas Tomislav Antonin Zinner	Conselheiro	29.01.1938

Diretores	Cargos	Data de Nascimento
Israel Vainboim	Presidente	01.06.1944
Geraldo Travaglia Filho	Diretor	26.05.1951
José Lucas Ferreira de Melo	Diretor	30.12.1956
Marcelo Orticelli	Diretor	20.03.1965

Cada conselheiro é eleito pelo período de um ano pela assembléia geral dos acionistas e permanecem no cargo até a sua reeleição quando do término do seu mandato ou até que um sucessor seja eleito. Os atuais conselheiros da Holdings foram eleitos na Assembléia Geral Ordinária realizada em 08 de abril de 2005.

Nos termos do Acordo de Acionistas da Holdings, cada um de seus maiores acionistas pode, a seu critério, indicar uma pessoa para atuar como membro de seu Conselho de Administração, desde que a pessoa indicada seja eleita em assembléia geral de acionistas. Atualmente, dois Conselheiros da Holdings foram eleitos com base neste acordo: (i) o Sr. Carlos da Silva Costa, indicado pela Caixa Brasil, SGPS, S.A.; e (ii) o Sr. Guilherme Afonso Ferreira, indicado pelo Grupo Bahema. Para uma descrição dos maiores acionistas da Holdings ver "Principais Acionistas".

Os membros da Diretoria da Holdings são eleitos pelo período de um ano e permanecem no cargo até a sua reeleição quando do término do seu mandato ou até que um sucessor seja eleito. A última assembléia geral da Holdings ocorreu em 08 de abril de 2005. Todos os membros da Diretoria da Holdings foram eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de abril de 2005.

As biografias dos conselheiros e diretores da Holdings que não sejam membros de nosso Conselho de Administração ou de nossa Diretoria estão resumidos abaixo:

Conselheiros

Carlos da Silva Costa - O Dr. Carlos Costa foi eleito conselheiro da Holdings em janeiro de 2005. Membro da Diretoria da Caixa Geral de Depósitos (maior banco de Portugal) desde abril de 2004, Presidente da Diretoria da Caixa Geral de Aposentações, desde abril de 2004, e Presidente da Diretoria do Banco Nacional Ultramarino - Macau, desde Outubro de 2005. No plano da União Européia, também é Vice Presidente, desde janeiro de 2005, do Manufuture High Level Group, que se debruça sobre o futuro da indústria européia. O Dr. Carlos Costa foi anteriormente General Manager (Diretor Geral) do Banco Comercial Português, responsável pela Direção Internacional e pela Direção de Custódia Institucional de 2000 a 2004, Diretor do Gabinete do Comissário Europeu na Comissão Européia de janeiro de 1993 a dezembro de 1999; Conselheiro-Coordenador dos Assuntos Econômicos e Financeiros na Representação Permanente de Portugal junto da União Européia, de 1986 a dezembro de 1992; presidiu os comitês que aprovaram as principais diretivas comunitárias que estiveram na base da criação do mercado único financeiro da União Européia (nomeadamente as diretivas serviços de investimento, adequação de capital e grandes riscos); foi porta-voz de Portugal no Grupo de Trabalho da União Econômica e Monetária européia e fez parte do "core group" das negociações do Tratado de Maastricht; membro, a título pessoal, do "Alto Conselho para a reforma do sistema financeiro - 1992", de 1988 a 1992, que produziu o "Livro Branco sobre o Sistema Financeiro" que serviu como base para a reforma global da estrutura legislativa do sistema financeiro português; membro não executivo do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Estatística, de 1990 a 1992; e membro do Comitê de Política Econômica da União Européia, de 1986 a 1992. O Sr. Dr. Carlos Costa foi Professor da Faculdade de Economia do Porto, de 1973 a 1986, e do curso de Pós Graduação do Centro de Estudos Europeus na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Portuguesa Católica (Porto) de 1986 a 2000, Líder (chief economist) do Departamento de Pesquisa na Economia Portuguesa do Banco Português do Atlântico, de 1982 a 1986. Ele é formado em Teoria da Contabilidade pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (1968) e em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1973). Fez pesquisa na Universidade Paris 1 (Sorbonne) (1981-82) e uma pós-graduação no INSEAD (Senior Management Programme em 1998).

Guilherme Affonso Ferreira – O Sr. Ferreira atua como membro do Conselho de Administração da Holdings desde 14 de dezembro de 1994. O Sr. Ferreira também trabalhou como analista de investimento no Banco Noroeste e Presidente de várias empresas do Grupo Bahema. O Sr. Ferreira formou-se em Engenharia da Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui pós-graduação em Economia e Política pelo Macalester College, em Minneapolis.

Roberto Konder Bornhausen – O Sr. Bornhausen foi Presidente do Conselho de Administração da Holdings pela primeira vez durante o período compreendido entre 4 de fevereiro de 1997 e 28 de abril de 2003. Em 30 de abril de 2004, o Sr Bornhausen foi eleito pela segunda vez para presidir o Conselho de Administração da Holdings. De 1991 a 1996 ele atuou como Presidente do Conselho de Administração do Unibanco e, de 1973 a 1988, como membro da nossa Diretoria Executiva. O Sr. Bornhausen formou-se em Engenharia Agronômica pela Universidade Rural do Rio de Janeiro.

Tomas Tomislav Antonin Zinner – O Sr. Zinner ingressou no Banco em 1965 como Diretor do banco de investimento e atuou como membro do Conselho de Administração do Unibanco de 1988 a 2004. Durante sua carreira no Unibanco, o Sr. Zinner ocupou diversos cargos de administração, inclusive como chefe da área internacional, Diretor de crédito e, até recentemente, Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração do Unibanco. Sr. Zinner atualmente atua como membro do Conselho de Administração da Holdings, Unibanco AIG Seguros, Banco Fininvest, CIBRASEC (Companhia Brasileira de Securitização), Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústria de Base (ABDIB), Confab, CP Participações. Fora do Unibanco, o Sr. Zinner também exerce o cargo de Presidente do Conselho da TNC - The Nature Conservancy do Brasil. Ele formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui graduação pela Universidade de Chicago.

REMUNERAÇÃO

Na Assembléia Geral Ordinária, os acionistas da Holdings estabelecem o valor máximo da remuneração global dos conselheiros e diretores executivos para o ano correspondente. Em 2004, o valor máximo da remuneração global paga para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva do Unibanco foi de:

- R$100.000,00 por ano para os membros do Conselho de Administração coletivamente; e
- R$100.000,00 por ano para os membros da Diretoria coletivamente.

PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTA VENDEDOR

	Unibanco Holdings S.A. Em 19 de agosto de 2005				Após a Oferta [1]	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**(%)**	**Ações Preferenciais**	**(%)**	**Ações Preferenciais**	**(%)**
E. Johnston Representações e Participações S.A.[2]	247.778.104	89,5%	0	0,0%	0	0,0%
Caixa Brasil, SGPS, S.A.	0	0,0%	86.149.217	16,1%	0	0,0%
Grupo Moreira Salles – circulação pulverizada [3]	0	0,0%	2.177.856	0,4%	2.177.856	0,4%
Unit/GDS–em circulação	0	0,0%	445.430.141	83,3%	531.579.358	99,4%
PN – em circulação	0	0,0%	1.139.489	0,2%	1.139.489	0,2%
ON – em circulação	29.089.848	10,5%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	276.867.952	100,0%	534.896.703	100,0%	534.896.703	100,0%
Tesouraria Holdings	0		18.569.217		18.569.217	
Total	276.867.952		553.465.920		553.465.920	

[1] Assumindo a colocação da totalidade das Ações e considerando o exercício integral da Opção de Units Adicionais e Opção de GDSs Adicionais.
[2] Sociedade pertencente ao Grupo Moreira Salles.
[3] Quantidade de Units detidas por E. Johnston Representações e Participações S.A.

ACORDO DE ACIONISTAS

O Acordo de Acionistas da Holdings celebrado em 28 de dezembro de 2000 entre E. Johnston Representação e Participações S.A., Commerzbank Aktiengesellschaft, Mizuho Corporate Bank Ltd., Bahema Participações S.A., Instituto Unibanco e Caixa Geral de Depósitos S.A. está em vigor e tem como principais disposições:

- *Eleição do Conselho de Administração da Holdings*: Commerzbank, Mizuho Corporate Bank Ltd., Bahema Participações S.A., Instituto Unibanco e Caixa Geral de Depósitos S.A. têm, cada um, o direito de indicar um membro do conselho de administração da Holdings. E. Johnston Representação e Participações S.A., acionista controlador da Holdings, tem o direito de indicar igual número de membros mais um.
- *Restrições à transferência do controle do Unibanco*: A Holdings não pode vender, ceder, transferir ou alienar, no todo ou em parte, as ações do Unibanco por ela detidas sem o prévio consentimento por escrito de todos os acionistas que são partes do Acordo de Acionistas, sempre que tal venda, cessão, transferência ou alienação importe a transferência do controle do Unibanco.
- *Direito de preferência*: Os acionistas que são partes do Acordo de Acionistas têm direito de preferência para aquisição das ações ordinárias de emissão da Holdings vinculadas ao Acordo de Acionistas.

O Acordo de Acionistas da Holdings tem prazo de vigência de dez anos, permanecendo em vigor até 28 de dezembro de 2010, a menos que seja rescindido ou prorrogado de acordo com seus termos e condições.

Como conseqüência das ofertas globais realizadas em 2003 e 2005 o Commerzbank Aktiengesellschaft e do Mizuho Corporate Bank Ltd. deixaram de ser partes do Acordo de Acionistas da Holdings, e Mizuho deixou de ser acionista da Holdings. Entretanto, o Unibanco manteve seu relacionamento comercial estreito com tais instituições.

Acionista Vendedor

A Caixa Geral de Depósitos S.A., instituição financeira portuguesa de capitais exclusivamente públicos, única acionista da Caixa Brasil, SGPS, S.A. fundada em 1876 e sediada em Lisboa, é o principal grupo financeiro português, em termos de ativos totais.

Com um ativo líquido consolidado, em 30 de junho de 2005, superior a 83 bilhões de euros, e patrimônio líquido de aproximadamente 3,6 bilhões de euros, a Caixa Geral de Depósitos S.A., diretamente e por meio de suas subsidiárias, desenvolve a sua atividade numa visão de banco internacional, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços financeiros. Essa oferta passa pelos serviços bancários tradicionais, designadamente nas áreas de banco de varejo, mas também por áreas especializadas tais como banco de investimentos, corretora de valores mobiliários e capital de risco, gestão de ativos financeiros e imobiliários, crédito especializado, crédito ao consumidor, cartões de crédito, entre outros. A Caixa Geral de Depósitos S.A. é ainda o maior grupo segurador a operar em Portugal e um dos mais relevantes grupos seguradores a operar na Península Ibérica, em termos de prêmios pagos em 2004.

A Caixa Geral de Depósitos conta com uma rede de 780 agências em Portugal que servem um total de 4,3 milhões de clientes. Fora de Portugal a Caixa Geral de Depósitos S.A. dispõe de cerca de 325 agências através de sucursais, escritórios de representação, bancos afiliados e participações majoritárias no capital social de instituições financeiras estrangeiras, sendo um dos bancos portugueses mais internacionalizados, com presença na Europa, África, Ásia e Américas, nomeadamente junto das comunidades de emigrantes portugueses e dos países lusófonos.

OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA HOLDINGS

Exceto pelas ações ordinárias e preferenciais de emissão da Holdings descritas neste Prospecto, a Holdings nunca emitiu qualquer outro valor mobiliário.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Ver "Informações sobre o Unibanco – Operações com Partes Relacionadas".

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Geral

O capital social da Holdings em 19 de agosto de 2005 era de R$ 1.863.449.958,72, dividido em 830.333.872 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 276.867.952 ordinárias e 553.465.920 preferenciais. A Holdings está autorizada a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social até o limite de 1.800.000.000 ações, sendo até 600.000.000 ações ordinárias até 1.200.000.000 preferenciais, observadas as seguintes regras: (a) competirá ao Conselho de Administração deliberar sobre as emissões de ações e/ou bônus de subscrição, e as condições a que ficarão sujeitas; (b) a emissão de ações ordinárias ou preferenciais poderá ser feita sem guardar proporção entre essas duas espécies; e (c) a emissão de ações preferenciais sujeitar-se-á ao limite previsto em lei.

Em 18 de agosto de 2005, foi encerrado o prazo, iniciado em assembléia geral extraordinária da Holdings ocorrida em 19 de julho de 2003, na qual se deliberou a conversão de ações ordinárias em ações preferenciais da Holdings, a razão de uma ação ordinária por uma ação preferencial.

Foram convertidas, durante o período mencionado, 38.277.923 ações ordinárias em ações preferenciais, o que fez com que o capital social da Holdings passasse a ser composto por 276.867.952 ações ordinárias e 553.465.920 ações preferenciais. Para maiores informações ver "Sumário – Modificações Societárias Recentes".

Ações Emitidas e Integralizadas

De acordo com o Estatuto Social da Holdings, o capital social autorizado é de até 1.800.000.000 ações, que pode ser aumentado mediante a emissão de novas ações ordinárias ou preferenciais, por decisão do Conselho de Administração. Os acionistas devem aprovar qualquer aumento de capital superior ao limite de capital autorizado. Conforme o Estatuto Social da Holdings e a Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de emissão de ações adicionais em uma subscrição privada, os acionistas existentes terão direitos de preferência para subscrever tais ações de forma pro rata, de acordo com suas participações acionárias. Ver "Direito de Preferência".

Direitos das Ações Ordinárias

De acordo com o Estatuto Social da Holdings, as ações ordinárias de emissão da Holdings conferem direito a voto e asseguram, juntamente com as outras ações de emissão da Holdings, direito ao recebimento, a título de dividendo, de 100% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos são apurados com base em suas demonstrações financeiras não consolidadas. Os titulares dessas ações gozam, observados os direitos das ações preferenciais, de todos os demais direitos e privilégios inerentes à participação no capital social da Holdings, inclusive de participação em igualdade de condições com as ações preferenciais nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de correção monetária, reservas e lucros.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, titulares de ações ordinárias que representem, no mínimo, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto, têm o direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração, bem como seu suplente. Referida eleição ou destituição deve ocorrer em votação em separado na Assembléia Geral, sem a participação do acionista controlador.

Somente têm direito de exercer a prerrogativa descrita no parágrafo anterior os acionistas que comprovem a titularidade ininterrupta da participação acionária ali exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, anteriores à realização da Assembléia Geral.

Direitos das Ações Preferenciais

De acordo com o Estatuto Social da Holdings, as ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias e não conferem direito de voto, gozando, na mesma medida que suas ações ordinárias, de todos os demais direitos e privilégios inerentes à participação no capital social, com os seguintes privilégios:

- (i) prioridade na distribuição de dividendo mínimo semestral de R$ 0,015 por ação ou (ii) dividendo prioritário semestral de 1,5% do valor patrimonial da ação, resultando em dividendo prioritário anual de 3% (três por cento) do valor patrimonial da ação, o que for maior;
- no caso de desdobramento ou grupamento das ações preferenciais, o dividendo previsto no item (i), será ajustado em função da nova quantidade de ações daquela classe;
- prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Holdings, até o valor da parcela do capital social representada por essa classe de ações; e
- participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, em aumentos de capital decorrentes de capitalização de correção monetária, reservas e de lucros e na distribuição de dividendos depois de assegurado às ações ordinárias dividendo igual ao previsto no primeiro item acima.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, titulares de ações preferenciais que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, têm o direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração, bem como seu suplente. Referida eleição ou destituição deve ocorrer em votação em separado na Assembléia Geral, sem a participação do acionista controlador.

Somente têm direito de exercer a prerrogativa descrita no parágrafo anterior os acionistas que comprovem a titularidade ininterrupta da participação acionária ali exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, anteriores à realização da Assembléia Geral.

Reembolso e Direito de Retirada

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas dissidentes ou os acionistas sem direito de voto têm o direito de retirada mediante reembolso do valor patrimonial de suas ações ordinárias ou preferenciais caso seja tomada uma das seguintes decisões em uma assembléia geral por acionistas representando pelo menos 50% das ações com direito a voto:

- criar uma nova classe de ações preferenciais ou aumentar, de maneira desproporcional, uma classe de ações preferenciais existente em relação às outras classes de ações, exceto conforme previsto no Estatuto Social da Holdings;
- modificar uma preferência, vantagem ou condição de resgate ou amortização conferida a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criar uma nova classe com privilégios superiores àqueles conferidos às classes de ações preferenciais existentes;
- reduzir o dividendo obrigatório;
- incorporar ou fundir a Holdings a uma outra sociedade, inclusive a uma de nossas controladoras;
- aprovar nossa participação em grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações;
- mudar o objeto social da Holdings;
- transferir a totalidade das ações da Holdings para uma outra companhia ou receber ações de outra companhia, a fim de tornar a companhia cujas ações são assim transferidas uma subsidiária integral da companhia controladora (incorporação de ações);

- realizar uma cisão que resulte em (i) alteração do objeto social da companhia, exceto se os ativos e passivos da sociedade cindida forem transferidos para uma sociedade que tenha substancialmente o mesmo objeto social; (ii) redução de dividendo obrigatório ou (iii) participação em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações; ou
- aprovar a aquisição de controle de uma outra companhia por um preço superior a determinados limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações e sujeita às condições dispostas nessa lei.

Somente os detentores de ações adversamente afetadas pelas mudanças mencionadas nos dois primeiros itens acima podem exercer o direito de retirada.

No caso de a entidade resultante de fusão, incorporação, incorporação de ações ou cisão de uma companhia aberta não obter o registro de companhia aberta e, se for o caso, não obter o registro de suas ações para negociação em bolsa de valores, no prazo de 120 dias a contar da assembléia geral na qual tal decisão tiver sido aprovada, os acionistas dissidentes ou sem direito a voto também podem exercer seu direito de retirada.

Além disso, no caso de uma decisão no sentido de (i) realizar a fusão da Holdings com outra companhia, (ii) realizar uma incorporação de ações; (iii) participar em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações; ou (iv) adquirir o controle de outra sociedade, os direitos de retirada são exercíveis apenas se as ações da Holdings não satisfizerem certos testes de liquidez e dispersão do tipo ou classe de ações em circulação no mercado na ocasião da assembléia geral.

O direito de retirada prescreve em 30 dias após a publicação da ata da assembléia geral em questão, relativa a qualquer das matérias descritas acima. No caso das alterações mencionadas nos itens (i) e (ii) acima, a eficácia da decisão depende de confirmação pelos acionistas detentores de ações preferenciais a ser obtida em uma assembléia especial realizada em até um ano. Nestes casos, o prazo de 30 dias é contado a partir da data da publicação da ata da assembléia especial. A Holdings pode reconsiderar qualquer medida que dê causa ao direito de retirada dos acionistas da Holdings no prazo de dez dias após o vencimento do prazo para exercício desse direito, caso o reembolso de ações decorrente da retirada de acionistas dissidentes coloque em risco a estabilidade financeira da Holdings. Ações a serem reembolsadas aos acionistas dissidentes ou sem direito a voto que tenham exercido seu direito de retirada terão seu valor estabelecido proporcionalmente com base no valor patrimonial das ações, determinado com base no último balanço patrimonial aprovado pelos acionistas. No entanto, se a assembléia geral que houver dado origem ao direito de retirada houver ocorrido mais de 60 dias após a data do último balanço patrimonial aprovado, o acionista dissidente terá o direito de exigir que as suas ações sejam avaliadas com base em novo balanço patrimonial. Como regra geral, acionistas que tenham adquirido suas ações após a primeira convocação da assembléia geral, ou posteriormente à devida publicação na imprensa referente a tal assembléia, não terão direitos de retirada.

Para fins do direito de retirada, o conceito de "acionista dissidente", de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, inclui, além daqueles acionistas que tenham votado contra certa resolução, aqueles acionistas que tenham se abstido de votar ou não tenham comparecido à assembléia geral.

Direito de Preferência

Os acionistas da Holdings têm direito de preferência para subscrever ações ou títulos conversíveis em ações em qualquer aumento de capital, proporcionalmente à sua participação no capital social. Um prazo mínimo de 30 dias após a publicação da comunicação de uma emissão de títulos conversíveis ou ações é dado aos acionistas para o exercício do direito de preferência, que pode ser transferido a terceiros. No caso de aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital social representada por cada classe de ações, os detentores de tal classe de ações terão direito de preferência para subscrever somente as novas ações da mesma classe a serem emitidas. Na ocorrência de aumento de capital que reduza a proporção do capital representada por cada classe de ações, os detentores de tal classe de ações terão direito de preferência para subscrever ações da mesma classe, na proporção de suas participações, e ações de outra classe, apenas até o limite necessário para impedir a diluição de suas participações no capital social total. De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração pode, dentro do limite de capital autorizado, decidir não conferir o direito de preferência aos acionistas em relação a qualquer aumento de capital por meio de venda em bolsa, por subscrição pública, ou por oferta pública de permuta de ações. Adicionalmente, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a outorga e o exercício de opções de compra de ações com base em determinados planos de opções de compra de ações não estão sujeitos a direito de preferência por parte dos acionistas.

Direitos de Voto

Cada ação ordinária de emissão da Holdings dá direito ao seu detentor a um voto nas assembléias gerais de acionistas da Holdings. As ações preferenciais não conferem direito de voto em Assembléia Geral. As ações preferenciais dão direito ao seu detentor de participar das assembléias de acionistas e de se manifestar nas discussões. A Lei das Sociedades por Ações determina que as ações preferenciais podem adquirir direitos de voto em quaisquer matérias no caso em que a companhia deixe de distribuir dividendos fixos ou mínimos por três exercícios sociais consecutivos, e que tais detentores manterão tais direitos até a efetiva distribuição obrigatória de dividendos fixos ou mínimos.

A Lei das Sociedades por Ações determina que qualquer alteração nas preferências ou direitos das ações preferenciais, ou a criação de uma classe de ações tendo prioridade ou preferência sobre as ações preferenciais, exige a aprovação pela maioria de acionistas detentores de ações ordinárias adicionalmente à aprovação dos acionistas preferenciais reunidos em uma assembléia especial destes acionistas. Nestas assembléias especiais, os acionistas preferenciais votam como uma classe especial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, (i) os acionistas que em conjunto detenham ações preferenciais sem direito de voto ou com direito de voto restrito representativas de, pelo menos, 10% do capital social total, e (ii) acionistas de nossas ações ordinárias que não fazem parte do grupo de controle, e representam ao menos 15% do capital votante total, terão direito a eleger um membro do conselho de administração e seu suplente, por meio de voto conferido na assembléia geral ordinária. Caso nenhum dos acionistas não controladores detentores de ações preferenciais ou ordinárias atinjam tais limites, detentores de ações preferenciais e ordinárias que representem ao menos 10% do capital social poderiam combinar suas participações para indicar um membro e um suplente para o Conselho de Administração. Tais direitos somente podem ser exercidos por aqueles acionistas que provarem que mantiveram suas participações combinadas sem alterações durante o prazo mínimo de três meses antes da data da Assembléia Geral Ordinária. Até 2005, os membros do Conselho de Administração que podem ser eleitos pelos acionistas detentores de ações preferenciais devem ser escolhidos entre os indicados em uma lista tríplice preparada pelo acionista controlador da Holdings.

Os acionistas possuem certos direitos que não podem ser alterados por meio de mudanças no Estatuto Social ou por uma assembléia geral, que incluem (i) o direito de votar em assembléias gerais, no caso de detentores de ações ordinárias; (ii) o direito de participar dos lucros sociais e participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) direitos de preferência para subscrição de ações e títulos conversíveis em ações, em determinadas circunstâncias; e (iv) o direito de recesso em determinados casos. Além destes direitos, o Estatuto Social e a maioria dos acionistas votantes podem estabelecer direitos adicionais, bem como extinguí-los.

Forma e Transferência

Uma vez que nossas ações preferenciais estão sob a forma escritural, sua transferência é efetivada por um lançamento feito por um agente escriturador, mediante débito na conta de ações do antigo detentor e crédito na conta de ações do novo detentor. O Unibanco nos presta todos os serviços de custódia, escrituração e transferência de ações ordinárias e preferenciais, além de serviços relacionados. Quando nossas ações são adquiridas ou vendidas em uma bolsa de valores brasileira, a transferência é efetuada nos registros do referido agente autorizado por um representante, uma corretora ou pelo sistema de custódia da bolsa de valores. A BOVESPA opera um sistema de custódia fungível através da CBLC. O fato de que essas ações estão sujeitas a custódia na bolsa escolhida será refletido no registro de acionistas da Holdings. Cada acionista membro será registrado no registro de acionistas mantido pela bolsa em questão e será tratado da mesma maneira que os demais acionistas registrados.

DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Valores Disponíveis para Distribuição

Em cada assembléia geral ordinária de acionistas, o Conselho de Administração deve propor a destinação do lucro líquido auferido no exercício social anterior, com base em nossas demonstrações financeiras não-consolidadas. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício social, deduzido o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido para o referido exercício social, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores e de quaisquer valores destinados ao pagamento de participação de empregados e administradores nos lucros da companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os valores disponíveis para distribuição de dividendos são os valores que correspondem ao lucro líquido:

- reduzidos pelos valores alocados à reserva legal; e
- reduzidos pelos valores alocados à reserva de contingências, ou reversões da mesma reserva, se houver.

O pagamento do dividendo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reservas de lucros a realizar (conforme discutido abaixo).

O Estatuto Social da Holdings não prevê a constituição de reservas estatutárias. Pela Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o Estatuto Social, a Holdings é obrigada a manter uma reserva legal, à qual deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social até que o valor de tal reserva atinja 20% do capital integralizado. A Holdings não é obrigada a destinar nenhum valor à reserva legal em qualquer exercício social em que tal reserva, quando somada a outras reservas de capital, seja igual ou superior a 30% do capital social total. Prejuízos acumulados, se houver, podem ser descontados da reserva legal. Além dessa finalidade, a reserva legal somente poderá ser utilizada para aumentar o capital social. A reserva legal está sujeita à aprovação dos acionistas na assembléia geral ordinária e pode ser revertida para o capital social, porém não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos em anos subseqüentes. Os cálculos de lucro líquido e alocação de reservas para qualquer exercício social são determinados com base nas demonstrações financeiras não consolidadas da Holdings, preparadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e os Princípios Contábeis Brasileiros.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma parcela do lucro líquido de uma companhia pode ser destinada à constituição de reservas discricionárias ou reservas estatutárias, que deverão ser descritas no estatuto social da Holdings. O estatuto social que autorizar a destinação de uma porcentagem do lucro líquido a reservas estatutárias deve também indicar o propósito, critério de alocação e o valor máximo das reservas. O estatuto social da Holdings não estabelece qualquer reserva estatutária.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o valor do dividendo obrigatório que ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido em qualquer exercício pode ser destinada à reserva de lucros a realizar e o pagamento de dividendo obrigatório pode ser limitado ao valor do lucro líquido do exercício social que tiver sido realizado. Os lucros a realizar em qualquer exercício social são o saldo positivo líquido decorrente de: (a) parcela de lucro líquido positivo da equivalência patrimonial em tal ano; e (b) lucros decorrentes de operações cujo vencimento ocorra após o final do exercício social seguinte. Na medida em que os valores destinados à reserva de lucros a realizar são realizados em exercícios sociais subseqüentes, tais valores devem ser adicionados ao pagamento de dividendos relativo ao ano de realização. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que todas as destinações estatutárias do lucro líquido, incluindo a reserva de lucros a realizar, estão sujeitas à aprovação dos acionistas por meio de votação em assembléia geral e podem ser utilizadas para o aumento do capital social ou para o pagamento de dividendos em anos subseqüentes.

Os valores disponíveis para distribuição podem ser posteriormente aumentados por uma reversão da reserva de contingência para perdas julgadas prováveis, constituída em anos anteriores porém não realizada. Alocações para a reserva de contingências também estão sujeitas à aprovação dos acionistas em assembléia geral.

O total das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e a reserva de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Caso isto aconteça, uma assembléia geral deve decidir se tal excesso deve ser aplicado no pagamento de capital subscrito porém não integralizado, na subscrição e integralização de novas ações ou na distribuição de dividendos.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido não destinado às reservas mencionadas acima deve ser distribuído sob a forma de dividendos.

Dividendo Obrigatório

A Lei das Sociedades por Ações geralmente requer que o estatuto social de cada companhia determine um percentual mínimo de valores disponíveis para distribuição por tal sociedade para cada exercício social que pode ser distribuído aos acionistas sob a forma de dividendos, também conhecido como dividendo obrigatório.

O dividendo obrigatório é baseado em percentual sobre o lucro líquido ajustado, não inferior a 25%, ao invés de um valor fixo por ação. Caso o estatuto social de uma companhia não determine o percentual, este será de 50%. Segundo o Estatuto Social da Holdings, 100% do lucro líquido do exercício fiscal anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações e conforme as Práticas Contábeis Brasileiras, deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório anual. O lucro líquido ajustado significa o lucro líquido do exercício, após a dedução de valores destinados à constituição de reserva legal, de reserva de contingências, bem como quaisquer reversões da reserva de contingências formadas em exercícios sociais anteriores. A Lei das Sociedades por Ações permite, entretanto, que a Holdings suspenda a distribuição do dividendo obrigatório, caso o Conselho de Administração informe à assembléia geral de acionistas que a distribuição é incompatível com a condição financeira da Holdings, estando essa informação sujeita a revisão pelo Conselho Fiscal e aprovação pela Assembléia Geral. No caso de companhias abertas, o Conselho de Administração justificará à CVM as razões da suspensão do dividendo obrigatório, em até 5 dias após a assembléia geral de acionistas. Os lucros não distribuídos por causa da suspensão deverão ser alocados a uma reserva especial e, se não compensados com prejuízos subseqüentes, deverão ser distribuídos a título de dividendos tão logo a situação financeira da companhia possibilite efetuar tais distribuições.

Distribuição de Dividendos

A Lei das Sociedades por Ações exige que a Holdings realize uma Assembléia Geral Ordinária de acionistas até o dia 30 de abril de cada ano, na qual, entre outras matérias, os acionistas devem decidir a respeito da distribuição dos dividendos anuais. Adicionalmente, dividendos intercalares ou intermediários podem ser declarados pelo Conselho de Administração. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos devem ser pagos em até 60 dias após os dividendos terem sido declarados, exceto se, por deliberação dos acionistas, uma outra data para pagamento tenha sido determinada, a qual deverá ocorrer antes do término do exercício social no qual os dividendos foram declarados.

A ação legal para a reclamação dos dividendos prescreve dentro de três anos a partir da data em que eles foram colocados à disposição do acionista. Na hipótese de essa ação prescrever, a Holdings será beneficiária dos dividendos remanescentes.

Juros sobre Capital Próprio

Conforme a legislação tributária brasileira em vigor, a partir de 1.º de janeiro de 1996, companhias brasileiras passaram a poder distribuir aos acionistas juros sobre capital próprio, ao invés de dividendos, cujos pagamentos passaram a poder ser tratados como despesas dedutíveis para fins de imposto de renda e, a partir de 1998, também para fins de contribuição social. O pagamento de tais juros pode ser efetuado de acordo com critério estabelecido pelo Conselho de Administração da Holdings, sujeito a aprovação dos acionistas em assembléia geral. Tais juros estão limitados à variação diária da TJLP pro rata, e não podem exceder o máximo de:

- 50% do lucro líquido (anteriormente a dedução por provisões para contribuição social sobre o lucro líquido, e da provisão para imposto de renda e juros sobre o capital próprio) para o período pelo qual o pagamento é feito, ou
- 50% dos lucros acumulados e reservas de lucro no início do exercício fiscal em relação ao qual o pagamento é feito.

Para fins contábeis, embora a cobrança de juros deva ser refletida na declaração de operações para ser dedutível, a cobrança é revertida antes que seja calculado o lucro líquido nas demonstrações financeiras estatutárias e deduzida do patrimônio líquido de maneira similar a um dividendo. Qualquer pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas detentores de ações preferenciais está sujeito à retenção de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, ou 25% em caso de acionista residente ou domiciliado em paraíso fiscal, e tal pagamento pode ser imputado, em seu valor líquido, ao montante do dividendo obrigatório. Se houver distribuição de juros sobre o capital próprio em qualquer exercício fiscal e tal distribuição não for imputada como parte da distribuição do dividendo obrigatório, o imposto de renda retido na fonte deve ser arcado pelos acionistas.

De acordo com o Estatuto Social da Holdings, juros sobre o capital próprio podem ser imputados ao pagamento de dividendos para fins do dividendo obrigatório.

A tabela a seguir indica as distribuições do lucro líquido realizadas pela Holdings, com relação aos exercícios sociais de 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005:

Exercício encerrado em 31 de dezembro	*Datas de Pagamento*	*Tipo de Pagamento*	*Pagamento por ação ordinária (R$) [1]*	*Pagamento por ação preferencial classe A [1],[4] (R$)*	*Pagamento por ação preferencial classe B [1] (R$)*	*Valor total distribuído [2]*
1999	30/07/1999	Dividendo	0,0987	0,1086	0,0987	58,11
1999	31/01/2000	Juros Sobre o Capital Próprio [3]	0,0835	0,0918	0,0835	61,78
2000	31/07/2000	Juros Sobre o Capital Próprio[3]	0,0940	0,1034	0,0940	69,58
2000	31/01/2001	Dividendo	0,1038	0,1142	0,1038	76,82
2001	31/07/2001	Dividendo	0,1043	0,1147	0,1043	88,08
2001	31/01/2002	Dividendo	0,1189	0,1308	0,1189	99,66
2002	31/07/2002	Dividendo	0,1120	0,1232	0,1120	93,85
2002	31/01/2003	Dividendo	0,1243	0,1367	0,1243	104,13
2003	31/07/2003	Juros Sobre o Capital Próprio[3]	0,1091	0,1201	0,1091	91,07
2003	30/01/2004	Juros Sobre o Capital Próprio[3]	0,1275		0,1275	102,91
2004	02/08/2004	Juros Sobre o Capital Próprio[3]	0,1231		0,1231	100,93
2004	31/01/2005	Juros Sobre o Capital Próprio[3]	0,1305		0,1305	108,28
2005	29/04/2005	Juros Sobre o Capital Próprio[3]	0,0427		0,0427	35,46
2005	29/07/2005	Juros Sobre o Capital Próprio[3]	0,1382		0,1382	114,71

[1] Valores por ação ajustados pelo grupamento ocorrido em agosto de 2004 (1:100).
[2] Em milhões de Reais.
[3] Pagamentos realizados a título de Juros sobre Capital Próprio são líquidos de imposto de renda.
[4] De acordo com a Assembléia Geral Extraordinária da Holdings realizada em 28 de abril de 2003 as ações preferenciais classe A foram convertidas em ações preferenciais classe B.

Política de Dividendos

Historicamente a Holdings declara e paga dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, na forma do disposto na Lei das Sociedades por Ações e em seu Estatuto Social, equivalentes aos dividendos obrigatórios. O Conselho de Administração pode levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores que um exercício fiscal, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital. Tal declaração deve ser ratificada pela Assembléia Geral Ordinária. Os dividendos autorizados pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração devem ser pagos dentro de 60 (sessenta) dias da data em que eles foram declarados e sempre no mesmo exercício social. O montante de quaisquer distribuições dependerá de diversos fatores, tais como os resultados operacionais, condições financeiras, necessidade de recursos, perspectivas e outros fatores que o Conselho de Administração e os acionistas entenderem relevantes. Ademais, as ações preferenciais da Holdings têm prioridade na distribuição de dividendo mínimo semestral de R$0,015 por ação ou dividendo prioritário semestral de 1,5% do valor patrimonial da ação, resultando em dividendo prioritário anual de 3% (três por cento) do valor patrimonial da ação, o que for maior.

Recentemente, o Conselho de Administração da Sociedade, em reunião realizada em 29 de dezembro de 2004, aprovou o pagamento trimestral de remuneração aos acionistas da Sociedade. Em outra reunião do Conselho de Administração, realizada em 08 de abril de 2005, ficou estipulado que os acionistas do Unibanco teriam direito, no exercício de 2005, a distribuições trimestrais de juros sobre o capital próprio nos seguintes valores:

(i) valor bruto de R$0,0337633 por ação ordinária e de R$0,0337633 por ação preferencial;

(ii) valor líquido de R$0,0286988 por ação ordinária e de R$0,0286988 por ação preferencial, já deduzido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento).

Além disso, sempre que entende necessário, o Conselho de Administração faz propostas de distribuição e pagamento de resultados complementares às Distribuições Trimestrais, cujas condições são estabelecidas nas respectivas propostas, com o objetivo de obedecer ao percentual de dividendos obrigatórios fixados no Estatuto Social.

O pagamento das distribuições trimestrais é efetuado em até 60 (sessenta) dias após o término do trimestre. O valor das distribuições trimestrais é imputado ao valor do dividendo obrigatório do exercício de 2005. Os órgãos de administração da Sociedade poderão, a seu exclusivo critério, desde que justificadamente, (i) alterar as condições previstas para o pagamento das distribuições trimestrais, tais como valor, forma e data, podendo, inclusive, deliberar pagar a remuneração na forma de dividendos, ou (ii) não declarar o pagamento das Distribuições Trimestrais em determinados trimestres.

4. ANEXOS

- Estatuto Social da Holdings
- Estatuto Social do Unibanco
- Informações Anuais da Holdings relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2004 (apenas informações não constantes das demais seções do Prospecto)
- Informações Anuais do Unibanco relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2004 (apenas informações não constantes das demais seções do Prospecto)
- Declaração do Unibanco na qualidade de Coordenador Líder da Oferta Brasileira e Emissor nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- Declaração da Holdings nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- Declaração do Acionista Vendedor nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

UNIBANCO HOLDINGS S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Objeto e Prazo

Artigo 1º: A UNIBANCO HOLDINGS S.A., doravante designada como HOLDINGS**,** é uma sociedade anônima que se rege pelo presente estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º: A HOLDINGS tem por objeto participar do capital de outras pessoas jurídicas.

Artigo 3º: A HOLDINGS tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Artigo 4º: O prazo de duração da HOLDINGS é indeterminado.

CAPÍTULO II

Do Capital Social e das Ações

Artigo 5º: O capital social é de R$ 1.863.449.958,72 (um bilhão, oitocentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinqüenta e oito reais e setenta e dois centavos) dividido em 843.304.762 (oitocentos e quarenta e três milhões, trezentas e quatro mil, setecentas e sessenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 315.145.875 (trezentos e quinze milhões, cento e quarenta e cinco mil, oitocentas e setenta e cinco) ações ordinárias e 528.158.887 (quinhentos e vinte e oito milhões, cento e cinquenta e oito mil, oitocentas e oitenta e sete) ações preferenciais.

§ 1º: A HOLDINGS está autorizada a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social até o limite de 1.800.000.000 (um bilhão e oitocentos milhões) de ações, sendo até 600.000.000 (seiscentos milhões) de ordinárias e até 1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões) de preferenciais, sendo que cada aumento poderá ser deliberado sem guardar as proporções entre espécies e classes de ações existentes.

§ 2º: As emissões de ações, observado o limite do capital autorizado, destinadas à subscrição, serão efetuadas por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições a que estiverem sujeitas.

§ 3º: A HOLDINGS poderá emitir, até o limite do capital autorizado, bônus de subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, sendo vedada, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias.

§ 4º: As emissões de ações ou de bônus de subscrição, destinadas à venda em Bolsas de Valores ou à subscrição pública, ou para permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, poderão ser efetuadas com redução do prazo de exercício ou exclusão do direito de preferência, a critério do Conselho de Administração, que poderá, ainda, conceder aos acionistas prioridade na subscrição de ações de uma ou mais espécies e/ou classes.

§ 5º: A HOLDINGS, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela assembléia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que lhe prestem serviços,

bem como a pessoas que desempenhem essas funções junto ao Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

§ 6º: As ações preferenciais não terão direito de voto e terão como vantagem o direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente a 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício realizado em dinheiro, calculado na forma do artigo 202 da Lei 6.404, de 15.12.1976, com a redação dada pela Lei n.º 10.303, de 31.10.2001, e do Artigo 35 deste Estatuto, de acordo com os seguintes critérios:

a. (i) prioridade na distribuição de dividendo mínimo semestral de R$ 0,15 (quinze centavos) por lote de 10 (dez) ações ou (ii) dividendo prioritário semestral de 1,5% do valor patrimonial da ação, resultando em dividendo prioritário anual de 3% (três por cento) do valor patrimonial da ação, o que for maior;

b. no caso de desdobramento ou grupamento das ações preferenciais, o dividendo previsto na alínea "a" (i), será ajustado em função da nova quantidade de ações daquela classe;

c. prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da HOLDINGS, até o valor da parcela do capital social representado por essa classe de ações; e

d. participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de correção monetária, reservas e de lucros e na distribuição de dividendos depois de assegurado às ações ordinárias dividendo igual ao previsto na alínea "a".

§ 7º: As ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições nesse direito, observarão o limite de 2/3 (dois terços) do total de ações emitidas.

§ 8º: A HOLDINGS fica autorizada a manter todas as suas ações ou uma ou mais classes em contas de depósito, em nome de seus titulares, em Instituição Financeira autorizada que designar, mediante a apresentação e cancelamento dos certificados em circulação, observadas as normas então vigentes. A HOLDINGS, nessa hipótese, ficará autorizada a cobrar dos acionistas o custo dos serviços, atendidos os limites fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 9º: A HOLDINGS poderá, mediante comunicação às Bolsas de Valores em que suas ações forem negociadas e publicação de anúncios, suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, 15 (quinze) dias, nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano, os serviços de transferência de ações.

Artigo 6°: O UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., Companhia de capital aberto com sede em São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ-MF sob n° 33.700.394/0001-40, doravante designado como UNIBANCO, poderá emitir, nos termos de seu estatuto social e de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, Certificados de Depósito de Ações, doravante designados como UNITS, representativos de ações preferenciais, sem direito de voto, depositadas no UNIBANCO, de emissão:

a) da HOLDINGS; e

b) do UNIBANCO.

§ 1º: Para os efeitos deste artigo, a cada ação preferencial de emissão do UNIBANCO depositada, deverá corresponder o depósito concomitante de uma ação preferencial,

de emissão da HOLDINGS, de forma que a UNIT seja sempre lastreada por igual quantidade de ações preferenciais de ambas as emissoras.

§ 2º: Somente ações livres de ônus, gravames ou qualquer tipo de embaraço que impeça sua livre entrega aos titulares das UNITS, poderão ser objeto de depósito para conversão em UNITS.

Artigo 7°: Os acionistas do UNIBANCO poderão, observadas as disposições dos artigos 8º, 9º, 10 e 11 deste estatuto, converter as ações de que são titulares em UNITS, nos prazos e nas demais condições fixadas por seu Conselho de Administração, mediante aviso aos acionistas informando-os sobre os procedimentos de conversão.

Artigo 8°: As ações representadas pelas UNITS, a partir da emissão destas:

a) ficarão registradas em conta de depósito vinculada às UNITS, e sua propriedade somente será transferida mediante transferência das UNITS correspondentes, por ordem escrita do seu titular;

b) seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular das UNITS; e

c) as ações, seus rendimentos e o respectivo valor de resgate ou amortização não poderão ser dados em penhor, gravadas ou a qualquer outro título dados em garantia pelo titular das UNITS, nem poderão ser objeto de penhora, arresto, seqüestro, busca ou apreensão, ou qualquer outro embaraço que impeça sua entrega ao titular das UNITS.

Artigo 9º: As UNITs terão forma escritural e serão mantidas pelo UNIBANCO em conta aberta em nome do seu titular e:

a) a transferência da propriedade das UNITS opera-se pelo lançamento, efetuado pelo UNIBANCO em seus livros, a débito da conta de UNITS do alienante e a crédito da conta de UNITS do adquirente, à vista de ordem escrita do alienante, ou de autorização ou ordem judicial, em documento hábil que ficará em poder do UNIBANCO;

b) o penhor, o usufruto, o fideicomisso, a alienação fiduciária em garantia e quaisquer outras cláusulas, ônus, gravames ou embaraços que gravarem as UNITS deverão ser averbados nos registros do UNIBANCO e serão anotados no extrato da conta de UNITS;

c) o UNIBANCO fornecerá ao titular das UNITS extrato de sua conta de UNITS sempre que solicitado, ao término de todo mês em que for movimentada e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano;

d) do extrato constarão o local e a data da emissão, o nome do UNIBANCO, a indicação de se tratar de extrato de conta de UNITS (Certificado Escritural de Depósito de Ações), a especificação das ações depositadas, a declaração de que as ações depositadas, seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular da conta de UNITS ou por ordem escrita deste, o nome e qualificação do titular da conta de UNITS, o preço do depósito cobrado pelo UNIBANCO se for o caso, e os locais de atendimento aos titulares de UNITS;

e) à vista de ordem escrita dada pelo titular da conta de UNITS à corretora de Bolsa de Valores em que as UNITS sejam negociadas, o UNIBANCO bloqueará as UNITS objeto da ordem, ficando assim autorizado a transferi-las para o comprador quando receber da Bolsa o comunicado de que as UNITS foram vendidas;

f) ressalvado o disposto nas alíneas "g" e "h" abaixo, o titular das UNITS terá o direito de, a qualquer tempo, pedir ao UNIBANCO o seu cancelamento e a entrega das ações escriturais que representa, mediante transferência destas para as contas de depósito de ações mantidas pelo UNIBANCO em nome do titular;

g) o Conselho de Administração do UNIBANCO poderá, a qualquer tempo, suspender o cancelamento das UNITS por prazo determinado, nas seguintes hipóteses:

I - anúncio pela HOLDINGS ou pelo UNIBANCO de que pretendem facultar aos acionistas do UNIBANCO a conversão de ações de emissão do UNIBANCO em UNITS, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá exceder 90 (noventa) dias;

II - início de oferta pública de distribuição primária ou secundária de UNITS, quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá exceder 30 (trinta) dias.

h) não poderão ser objeto de solicitação de cancelamento as UNITS que tenham ônus, gravames ou embaraços anotados sobre elas, na forma da alínea "b" deste artigo;

i) uma vez canceladas as UNITS, o titular das ações por elas representadas poderá livremente dispor das referidas ações, não mais se aplicando as restrições mencionadas na alínea "c" do artigo 8º.

Artigo 10: No exercício dos direitos conferidos pelas ações representadas pelas UNITS, serão observadas as seguintes normas:

a) os dividendos e o valor de resgate ou amortização das ações de emissão do UNIBANCO serão pagos por este ao titular das UNITS;

b) os dividendos e o valor de resgate ou amortização das ações de emissão da HOLDINGS entregues ao UNIBANCO, na qualidade de depositário das ações, serão por este pagos ao titular das UNITS;

c) competirá exclusivamente ao titular das UNITS o direito de participar das Assembléias Gerais da HOLDINGS e do UNIBANCO e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas aos acionistas dessas sociedades pelas ações representadas pelas UNITS;

d) ocorrendo desdobramento, cancelamento, grupamento ou novas emissões de ações da HOLDINGS ou do UNIBANCO durante a existência das UNITS, serão observadas as seguintes regras:

I - Na hipótese de alteração da quantidade de ações representadas pelas UNITS, em virtude de desdobramento de ações ou capitalização de lucros ou reservas, realizados pelo UNIBANCO e pela HOLDINGS, o UNIBANCO registrará o depósito das novas ações emitidas e creditará novas UNITS na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das UNITS, guardada sempre a proporção de 01 (uma) ação preferencial do UNIBANCO e 01 (uma) ação preferencial da HOLDINGS, representadas por UNIT. Caso haja desdobramento de ações realizados apenas pelo UNIBANCO ou pela HOLDINGS, ou caso o desdobramento de ações seja feito por ambas as companhias em proporções diferentes, o UNIBANCO registrará, em nome do titular das ações desdobradas, o depósito de tantas ações quantas forem passíveis de constituírem UNITS, observada a proporção constante do parágrafo 1º do artigo 6º, entregando as demais ações emitidas ao titular das UNITS representadas pelas ações desdobradas.

II - Caso haja alteração da quantidade de ações representadas pelas UNITS em virtude de grupamento ou cancelamento de ações, realizados pelo UNIBANCO e pela UNIBANCO HOLDINGS, o UNIBANCO debitará as contas de depósito de UNITS dos titulares das ações canceladas, efetuando o cancelamento automático de UNITS, em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das UNITS, guardada sempre a proporção de 01 (uma) ação preferencial do UNIBANCO e 01 (uma) ação preferencial da HOLDINGS, representadas por UNIT. Na hipótese de grupamento ou cancelamento de ações realizado apenas pelo UNIBANCO ou pela HOLDINGS, ou realizadas em proporção diferente pelas duas companhias, o UNIBANCO efetuará o cancelamento das UNITS representativas das ações canceladas, entregando ao respectivo titular as ações do UNIBANCO ou da HOLDINGS não canceladas, conforme o caso.

III - nos aumentos de capital por subscrição de ações em que tiver sido concedido direito de preferência, prevalecerão os seguintes procedimentos:

1°) se a HOLDINGS e o UNIBANCO procederem a aumento simultâneo de capital, mediante emissão de ações passíveis de constituírem novas UNITS, o titular das UNITS poderá exercer os direitos de preferência que couberem às ações representadas pelas UNITS, sendo que:

I - se o acionista subscrever as ações de ambas as companhias, serão emitidas a seu favor novas UNITS, correspondentes às ações por ele subscritas, observada a proporção constante do parágrafo 1º do artigo 6º, salvo manifestação em contrário, conforme disposto no inciso II a seguir;

II - se o acionista preferir subscrever ações de ambas as companhias sem constituição das UNITS, ou apenas ações de uma das companhias, poderá fazê-lo, bastando comunicar tal intenção às emissoras no boletim de subscrição das ações;

2°) se apenas uma das companhias aumentar o capital, o titular das UNITS poderá exercer, diretamente, o direito de preferência conferido por uma das ações representadas pelas UNITS não se fazendo, nesse caso, a emissão de novas UNITS.

Artigo 11: O atendimento, na parte cabível à HOLDINGS, dos pedidos de conversão, será feito mediante subscrição de ações preferenciais, integralizáveis contra a entrega das ações preferenciais ou ordinárias de emissão do UNIBANCO, observado o disposto no Parágrafo 1° deste artigo.

§ 1°: No caso de conversão de ações ordinárias do UNIBANCO, a HOLDINGS entregará ao interessado, além das ações preferenciais de sua emissão, ações preferenciais de emissão do UNIBANCO, integrantes do ativo da HOLDINGS, na quantidade necessária à formação da UNIT, podendo o Conselho de Administração estabelecer critérios de atendimento parcial dos acionista, mediante a criação de listas de espera, mediante rateio, ou ambos, condicionando a conversão de ações ordinárias em UNITS de acordo com o total de ações preferenciais de emissão do UNIBANCO recebidas pela HOLDINGS em decorrência da conversão de ações preferenciais de emissão do UNIBANCO em UNITS.

§ 2°: O preço de subscrição das ações emitidas pela HOLDINGS, para efeito de atendimento dos pedidos de conversão, será equivalente ao do valor patrimonial das ações de emissão do UNIBANCO.

CAPÍTULO III

Da Assembléia Geral

Artigo 12: A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1º: O acionista pode fazer-se representar na Assembléia Geral por procurador que atenda as condições da lei, podendo ser exigido o depósito do respectivo instrumento de mandato junto à HOLDINGS.

§ 2º: A qualidade de acionista deverá ser comprovada mediante apresentação, se exigido, de documento hábil de sua identidade.

Artigo 13: A Assembléia Geral, convocada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, de acordo com a lei, será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que poderá indicar, para fazê-lo em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria, o qual escolherá, dentre os acionistas presentes, um ou mais secretários.

§ 1º: Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

§ 2º: Os acordos de acionistas sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, exercício do direito de voto ou do poder de controle, para obrigarem a HOLDINGS deverão ser previamente arquivados em sua sede, com observância das normas que, a respeito, forem fixadas pelo Conselho de Administração, reservando-se à HOLDINGS o direito de solicitar aos acionistas esclarecimentos para o fiel cumprimento das obrigações que lhe competirem.

§ 3º: Caberá ao Presidente da Assembléia Geral, a pedido do acionista interessado, declarar a invalidade de voto proferido contra disposição expressa de acordo de acionistas arquivado na sede da HOLDINGS, quando este estabelecer essa sanção para o descumprimento ou assegurar a execução específica das obrigações assumidas.

CAPÍTULO IV

Da Administração

Artigo 14: A administração da HOLDINGS compõe-se:

a) do Conselho de Administração; e

b) da Diretoria.

SEÇÃO I

Do Conselho de Administração

Artigo 15: O Conselho de Administração compõe-se de, no mínimo, 5 (cinco), e no máximo, 11 (onze) Conselheiros, acionistas da HOLDINGS, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 1 (um) ano.

Parágrafo Único: O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos pelo Conselho na forma prevista no parágrafo 2º do artigo 18.

Artigo 16: Compete privativamente ao Conselho de Administração:

a) estabelecer a orientação geral dos negócios e a fixação das políticas e diretrizes básicas da HOLDINGS e de suas controladas;

b) convocar as assembléias gerais dos acionistas;

c) submeter à Assembléia Geral propostas objetivando:

I - aumento ou redução do capital social;

II - operações de fusão, incorporação ou cisão;

III - reformas estatutárias;

d) deliberar sobre:

I - associação ou combinações societárias envolvendo a HOLDINGS, inclusive participação em acordos de acionistas;

II - aquisição, alienação, aumento ou redução de participações em sociedades controladas ou coligadas bem como sua fusão, incorporação ou cisão;

III - aquisição do controle de outras sociedades;

IV - examinar os balanços semestrais e decidir quanto à distribuição e aplicação dos lucros, observadas as disposições do artigo 35;

V - o relatório anual aos acionistas, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras de cada exercício, a serem submetidas à Assembléia Geral;

e) fixar a remuneração de cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, até o montante global aprovado pela Assembléia Geral;

f) indicar os substitutos de membros do Conselho de Administração e de qualquer dos membros da Diretoria, nas hipóteses previstas neste estatuto social;

g) autorizar, quando considerar necessária, a representação da HOLDINGS por um único membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que deverão ser praticados;

h) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar as suas atribuições;

i) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da HOLDINGS, solicitar informações sobre contratos celebrados, ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

j) supervisionar e orientar a atuação da Diretoria;

l) escolher e destituir auditores independentes;

m) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da própria HOLDINGS;

n) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da HOLDINGS e deliberar sobre os casos omissos;

o) deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração e/ou da Diretoria.

Artigo 17: Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

a) presidir as reuniões do Conselho de Administração;

b) designar, nas hipóteses previstas neste estatuto social, o substituto do Vice-Presidente do Conselho de Administração;

c) presidir as assembléias gerais, podendo indicar, para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria; e

d) orientar o Diretor Presidente sobre o exercício dos direitos de sócio previstos no parágrafo 5º do artigo 26.

Parágrafo Único: Ao Vice-Presidente do Conselho de Administração compete substituir o Presidente em suas ausências, férias, licença, impedimentos ocasionais ou no caso de vaga.

Artigo 18: O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1º: As reuniões de Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente, de forma individual, ou por quaisquer dois membros do Conselho de Administração em conjunto.

§ 2º: As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, com a presença de, no mínimo, metade de seus membros eleitos, cabendo ao Presidente, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

§ 3º: Das reuniões serão lavradas atas no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 19: Ressalvados os casos em que a lei imponha forma especial, a substituição de membros do Conselho de Administração será feita da seguinte forma:

a) nos casos de substituição temporária:

I - o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo seu Vice-Presidente;

II - o Vice-Presidente será substituído por qualquer Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração;

b) nos casos de substituição em virtude de vaga:

I - o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo seu Vice-Presidente;

II - o Vice-Presidente será substituído por qualquer Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração;

III - os demais Conselheiros, por substituto indicado pelo Conselho de Administração.

c) no caso de vaga da maioria ou de todos os cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada Assembléia Geral para proceder à nova eleição.

Parágrafo Único: O substituto indicado na forma da alínea "b", inciso III, deste artigo, permanecerá no cargo até a realização da primeira Assembléia Geral, que preencherá o cargo tornado vago pelo restante do mandato do substituído.

SEÇÃO II

Da Diretoria

Artigo 20: A Diretoria compõe-se de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo:

a) 1 (um) Diretor Presidente; e

b) de 2 (dois) a 4 (quatro) Diretores.

Artigo 21: Compete à Diretoria a administração e a gestão dos negócios sociais, podendo realizar todas as operações e praticar os atos que se relacionarem com o objeto da HOLDINGS, cabendo-lhe:

a) fazer levantar os balanços semestrais e propor a sua aprovação ao Conselho de Administração, juntamente com a proposta de distribuição e aplicação dos lucros, respeitado o disposto no artigo 34;

b) submeter à aprovação do Conselho de Administração o Relatório Anual aos Acionistas e as Demonstrações Financeiras de cada exercício social, com vistas a sua apresentação à Assembléia Geral; e

c) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e este estatuto social.

Artigo 22: Compete ao Diretor Presidente da HOLDINGS:

I - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

II - orientar a administração e gestão dos negócios sociais, supervisionando os trabalhos da Diretoria;

III - coordenar a atuação dos Diretores;

IV - indicar os substitutos eventuais dos Diretores, nos casos previstos neste estatuto social.

Artigo 23: Compete aos Diretores a administração e a gestão dos negócios sociais, de acordo com as atribuições que lhes forem especificamente fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 24: A substituição de membros da Diretoria será feita da seguinte forma:

a) nos casos de substituição temporária, o substituto do Diretor Presidente da HOLDINGS será indicado pelo Conselho de Administração; e

b) nos casos de substituição por vaga de qualquer dos membros da Diretoria, o substituto será eleito pelo Conselho de Administração.

Artigo 25: A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente da HOLDINGS.

§ 1º: Os membros do Conselho de Administração poderão comparecer às reuniões da Diretoria.

§ 2º: As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, com a presença de no mínimo, metade de seus membros eleitos, cabendo ao Diretor Presidente, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

§ 3º: Das reuniões serão lavradas atas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

Artigo 26: A representação ativa e passiva da HOLDINGS será exercida pelos membros da Diretoria.

§ 1º: Conterão as assinaturas conjuntas de dois membros da Diretoria:

a) os atos que importem oneração ou alienação de bens móveis ou imóveis, prestação de garantia real ou fidejussória, transação ou renúncia de direitos, assunção de obrigações, assinaturas de contratos, bem como os que acarretem responsabilidade da HOLDINGS ou exonerem terceiros para com ela; e

b) a constituição de procuradores, observado o disposto na alínea "g" do artigo 16.

§ 2º: A HOLDINGS poderá ser representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos atos relativos a:

a) recebimento de citação inicial ou prestação de depoimento pessoal em Juízo; e

b) recebimento de intimações e prestação de declarações extrajudiciais.

§ 3º: Os atos previstos na alínea "a" do parágrafo 1º deste artigo poderão também ser praticados por qualquer membro da Diretoria em conjunto com um procurador, ou conjuntamente por dois procuradores, especificados no respectivo instrumento os limites, a extensão dos seus poderes e a duração do mandato.

§ 4º: A HOLDINGS poderá constituir procuradores para representá-la isoladamente em:

a) mandatos com cláusula "ad judicia" por prazo indeterminado, compreendendo inclusive os atos de renúncia, desistência, transação, recebimento e quitação; e

b) quando o outorgado for pessoa jurídica.

§ 5º: A HOLDINGS será representada nas Assembléias Gerais de Acionistas, Reuniões de Sócios e dos órgãos estatutários das pessoas jurídicas das quais participe como acionista ou sócio, pelo Diretor Presidente, que poderá indicar para fazê-lo em seu lugar qualquer dos Diretores ou procurador da HOLDINGS, agindo em conjunto de dois ou isoladamente, conforme dispuser o respectivo instrumento de delegação.

SEÇÃO III

Das Disposições Comuns ao Conselho de Administração e à Diretoria

Artigo 27: A Assembléia Geral e o Conselho de Administração poderão deixar de eleger, respectivamente, Conselheiros e membros da Diretoria, quando preenchidos os limites mínimos estabelecidos neste estatuto social.

Artigo 28: O exercício de cargo no Conselho de Administração e na Diretoria independe de prestação de caução.

Artigo 29: Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus cargos, mediante termos de posse lavrados nos Livros de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria.

Artigo 30: Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão em seus cargos, após o término de seus mandatos, até a posse de seus substitutos.

Artigo 31: A Assembléia Geral fixará os honorários do Conselho de Administração e da Diretoria.

CAPITULO V

Do Conselho Fiscal

Artigo 32: A HOLDINGS terá um Conselho Fiscal composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, com as atribuições previstas em lei.

§ 1º: O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas, observadas as prescrições legais, solicitarem sua instalação.

§ 2º: A Assembléia Geral, perante a qual for solicitada a instalação do Conselho Fiscal, deverá eleger seus componentes e fixar sua remuneração.

§ 3º: O mandato dos componentes do Conselho Fiscal terminará na Assembléia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação.

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras, e Destinação do Lucro

Artigo 33: O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano e as respectivas Demonstrações Financeiras serão submetidas à Assembléia Geral Ordinária.

Artigo 34: Ao fim de cada semestre, serão elaboradas as Demonstrações Financeiras do período, com observância das prescrições legais.

Parágrafo Único: Do lucro do exercício social 5% (cinco por cento), obrigatoriamente, será destinado à formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

Artigo 35: A HOLDINGS distribuirá como dividendo, em cada exercício social, 100% (cem por cento) do lucro do exercício realizado em dinheiro remanescente após a formação da reserva legal prevista no parágrafo único do Artigo 34 deste estatuto social e/ou da reserva de lucros a realizar de que trata o artigo 197 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, com a redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001, quando couber.

Parágrafo Único: Serão computados, para efeito do cálculo do valor do dividendo distribuído, eventuais juros distribuídos aos acionistas, até o limite da

TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO (TJLP), nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26.12.95.

Artigo 36: A HOLDINGS poderá, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço trimestral ou mensal e, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, declarar, no curso do exercício social e até a Assembléia Geral Ordinária, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo obrigatório, à conta de:

a) Lucros apurados em Balanço Semestral, e

b) Lucros acumulados ou de Reservas de Lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único: A Sociedade poderá ainda, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda do montante das reservas de capital.

CAPÍTULO VII

Da Liquidação

Artigo 37: A HOLDINGS entrará em liquidação nos casos previstos por lei ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá o modo de liquidação e elegerá os liquidantes e o Conselho Fiscal, se requerida a instalação deste, que funcionarão no período de liquidação.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Artigo 38: O acionista que não realizar a prestação correspondente às ações subscritas, nas condições previstas no boletim de subscrição, ou, se este for omisso, na chamada da Diretoria, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária calculada de acordo com os índices estabelecidos pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da utilização pela HOLDINGS dos meios assegurados em lei para satisfação de seu crédito.

Artigo 39: O valor de reembolso das ações, nos casos em que é assegurado em lei, será igual ao valor patrimonial das ações, apurado com base em balanço levantado na forma prevista em lei.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Transitórias

Artigo 40: A HOLDINGS manterá escriturada, como Reserva Especial de Dividendos, o valor de R$ 36.603.225,60 (trinta e seis milhões, seiscentos e três mil, duzentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos) que em 31 de dezembro de 1996 equivalia a 44.169.452,8780 UFIRS, quantia essa formada com lucros apurados nas empresas controladas da HOLDINGS nos exercícios de 1989 a 1993 e que se encontram amparados pelo regime fiscal previsto no artigo 35 da Lei nº 7.713, de 22.12.88 e artigo 75 da Lei nº 8.383, de 30.12.91 e no Ato Declaratório CST nº 49 de 23 de setembro de 1994.

Parágrafo Único: A Reserva Especial de Dividendos de que trata este artigo será baixada contra os dividendos que forem distribuídos pela sociedade à conta desta Reserva, ou em virtude de sua capitalização.

ESTATUTO SOCIAL

DO

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

CAPÍTULO I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração

Artigo 1º: O UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, doravante designado como UNIBANCO, reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º: O UNIBANCO tem por objeto as operações e os serviços, inclusive câmbio, permitidas aos bancos comerciais de depósito, podendo, também, participar de outras sociedades, na forma das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Único: É vedado ao UNIBANCO:

a) adquirir bens imóveis não destinados ao próprio uso, salvo nas hipóteses permitidas em lei ou regulamento; e

b) emitir debêntures ou partes beneficiárias.

Artigo 3º: O prazo de duração do UNIBANCO é indeterminado.

CAPÍTULO II - Do Capital Social e das Ações

Artigo 4º: O capital social é de R$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), dividido em 1.408.858.332 (um bilhão, quatrocentas e oito milhões, oitocentas e cinqüenta e oito mil, trezentas e trinta e duas) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 755.658.168 (setecentos e cinqüenta e cinco milhões, seiscentas e cinqüenta e oito mil, cento e sessenta e oito) ordinárias e 653.200.164 (seiscentos e cinqüenta e três milhões, duzentas mil, cento e sessenta e quatro) preferenciais.

§ 1º: O UNIBANCO está autorizado a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social em até mais 951.955.267 (novecentos e cinqüenta e um milhões, novecentas e cinqüenta e cinco mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias ou preferenciais, observadas as seguintes regras:

a) competirá ao Conselho de Administração deliberar sobre as emissões de ações e/ou de bônus de subscrição e as condições a que ficarão sujeitas;

b) a emissão de ações ordinárias ou preferenciais poderá ser feita sem guardar proporção entre essas duas espécies; e

c) a emissão de ações preferenciais sujeitar-se-á ao limite previsto em lei.

§ 2º: As emissões de ações ou de bônus de subscrição destinadas à venda em Bolsas de Valores ou à subscrição pública, ou para permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, quando previamente autorizadas pelas autoridades competentes, poderão ser efetuadas com redução do prazo de exercício ou exclusão do direito de preferência, a critério do Conselho de Administração, que poderá, ainda, conceder aos acionistas prioridade na subscrição de ações de uma das espécies ou de ambas.

§ 3º: O UNIBANCO poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para fins de cancelamento ou permanência em tesouraria, para posterior alienação, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

§ 4º: Sem qualquer alteração nos direitos e restrições que lhes são inerentes, nos termos deste artigo, todas as ações do UNIBANCO serão escriturais, permanecendo em conta de depósito, no UNIBANCO, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 44 da já mencionada lei.

§ 5º: Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, o UNIBANCO poderá outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados do UNIBANCO ou de suas controladas.

Artigo 5º: As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias, e a elas não se aplica o disposto no parágrafo 1º do artigo 111 da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, e gozam das seguintes vantagens:

a) participação nos lucros líquidos de cada exercício, que assegure a cada ação preferencial dividendo anual 10% (dez por cento) superior ao distribuído a cada ação ordinária;

b) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade, até o valor da parcela de capital social representado por essas ações; e

c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de correção monetária, reservas e de lucros.

Artigo 6º: O UNIBANCO poderá, mediante comunicação às Bolsas de Valores em que suas ações forem negociadas e publicação de anúncios, suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, 15 (quinze) dias, nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano, os serviços de transferência de ações.

Artigo 7º: O UNIBANCO poderá emitir, nos termos deste estatuto e de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, Certificados de Depósito de Ações, doravante designados como UNITS, representativos de ações preferenciais, sem direito de voto, depositadas no UNIBANCO, de emissão:

a) do UNIBANCO; e

b) da UNIBANCO HOLDINGS S.A., companhia de capital aberto com sede em São Paulo, capital do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ-MF sob nº 00.022.034/0001-87, doravante designada como HOLDINGS.

§ 1º: Para os efeitos deste artigo, a cada ação preferencial de emissão do UNIBANCO depositada deverá corresponder o depósito concomitante de uma ação preferencial, de emissão da HOLDINGS.

§ 2º: Somente ações livres de ônus, gravames ou qualquer tipo de embaraço que impeça sua livre entrega aos titulares das UNITS poderão ser objeto de depósito para conversão em UNITS.

Artigo 8º: Os acionistas do UNIBANCO poderão converter, observadas as disposições dos artigos 9º, 10 e 11 deste estatuto, as ações de que são titulares em UNITS, nos prazos e nas demais condições fixadas por seu Conselho de Administração, mediante publicação de aviso aos acionistas informando-os sobre os procedimentos de conversão.

Artigo 9º: As ações representadas pelas UNITS, a partir da emissão destas:

a) ficarão registradas em conta de depósito vinculada às UNITS, e sua propriedade somente será transferida mediante transferência das UNITS correspondentes, por ordem escrita do seu titular;

b) seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular das UNITS; e

c) as ações, seus rendimentos e o respectivo valor de resgate ou amortização não poderão ser dados em penhor, gravadas ou a qualquer outro título dados em garantia pelo titular das UNITS, nem poderão ser objeto de penhora, arresto, seqüestro, busca ou apreensão, ou qualquer outro embaraço que impeça sua entrega ao titular das UNITS.

Artigo 10: As UNITS terão forma escritural e serão mantidas pelo UNIBANCO em conta aberta em nome do seu titular e:

a) a transferência da propriedade das UNITS opera-se pelo lançamento efetuado pelo UNIBANCO em seus livros, a débito da conta de UNITS do alienante e a crédito da conta de UNITS do adquirente, à vista de ordem escrita do alienante, ou de autorização ou ordem judicial, em documento hábil que ficará em poder do UNIBANCO;

b) o penhor, o usufruto, o fideicomisso, a alienação fiduciária em garantia e quaisquer outras cláusulas, ônus, gravames ou embaraços que gravarem as UNITS deverão ser averbados nos registros do UNIBANCO e serão anotados no extrato da conta de UNITS;

c) o UNIBANCO fornecerá ao titular das UNITS extrato de sua conta de UNITS sempre que solicitado, ao término de todo mês em que for movimentada e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano;

d) do extrato constarão o local e a data da emissão, o nome do UNIBANCO, a indicação de se tratar de extrato de conta de UNITS (Certificado Escritural de Depósito de Ações), a especificação das ações depositadas, a declaração de que as ações depositadas, seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular da conta de UNITS ou por ordem escrita deste, o nome e qualificação do titular da conta de UNITS, o preço do depósito cobrado pelo UNIBANCO se for o caso, e os locais de atendimento aos titulares de UNITS;

e) mediante ordem escrita dada pelo titular da conta de UNITS à corretora de Bolsa de Valores em que as UNITS sejam negociadas, o UNIBANCO bloqueará as UNITS objeto da ordem, ficando assim autorizado a transferi-las para o comprador quando receber da Bolsa o comunicado de que as UNITS foram vendidas;

f) ressalvado o disposto nas alíneas "g" e "h" abaixo, o titular das UNITS terá o direito de, a qualquer tempo, pedir ao UNIBANCO o seu cancelamento e a entrega das ações escriturais que representa, mediante transferência destas para as contas de depósito de ações mantidas pelo UNIBANCO em nome do titular;

g) o Conselho de Administração do UNIBANCO poderá, a qualquer tempo, suspender o cancelamento das UNITS por prazo determinado, nas seguintes hipóteses:

I - anúncio pela HOLDINGS ou pelo UNIBANCO de que pretendem facultar aos acionistas do UNIBANCO a conversão de ações de emissão do UNIBANCO em UNITS, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá exceder 90 dias;

II - início de oferta pública de distribuição primária ou secundária de UNITS, quer no mercado internacional, quer no mercado nacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá exceder 30 dias.

h) não poderão ser objeto de solicitação de cancelamento as UNITS que tenham ônus, gravames ou embaraços anotados sobre elas, na forma da alínea "b" deste artigo; e

i) uma vez canceladas as UNITS, o titular das ações por elas representadas poderá livremente dispor das referidas ações, não mais se aplicando as restrições mencionada nas alíneas "a" e "c" do artigo 9º.

Artigo 11: No exercício dos direitos conferidos pelas ações representadas pelas UNITS, serão observadas as seguintes normas:

a) os dividendos e o valor de resgate ou amortização das ações de emissão do UNIBANCO serão pagos por este ao titular das UNITS;

b) os dividendos e o valor de resgate ou amortização das ações de emissão da HOLDINGS entregues ao UNIBANCO, na qualidade de depositário das ações, serão por este pagos ao titular das UNITS;

c) competirá exclusivamente ao titular das UNITS o direito de participar das Assembléias Gerais do UNIBANCO e da HOLDINGS e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas aos acionistas destas sociedades pelas ações representadas pelas UNITS;

d) ocorrendo desdobramento, cancelamento, grupamento ou novas emissões de ações do UNIBANCO ou da HOLDINGS durante a existência das UNITS, serão observadas as seguintes regras:

I - Na hipótese de alteração da quantidade de ações representadas pelas UNITS em virtude de desdobramento de ações ou capitalização de lucros ou reservas, realizados pelo UNIBANCO e pela HOLDINGS, o UNIBANCO registrará o depósito das novas ações emitidas e emitirá novas UNITS, registrando-as na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das UNITS, guardada sempre a proporção de 01 (uma) ação preferencial do UNIBANCO e 01 (uma) ação preferencial da HOLDINGS, representadas por UNIT. Caso haja desdobramento de ações realizados apenas pelo UNIBANCO ou pela HOLDINGS, ou caso o desdobramento de ações seja feito por ambas as companhias em proporções diferentes, o UNIBANCO registrará, em nome do titular das ações desdobradas, o depósito de tantas ações quantas forem passíveis de constituírem UNITS, observada a proporção constante do parágrafo 1º do artigo 7º, entregando as demais ações emitidas ao titular das UNITS representadas pelas ações desdobradas.

II - Caso haja alteração da quantidade de ações representadas pelas UNITS em virtude de grupamento ou cancelamento de ações, realizados pelo UNIBANCO e pela UNIBANCO HOLDINGS, o UNIBANCO debitará as contas de UNITS dos titulares das ações canceladas, efetuando o cancelamento automático de UNITS, em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das UNITS, guardada sempre a proporção de 01 (uma) ação preferencial do UNIBANCO e 01 (uma) ação preferencial da HOLDINGS, representadas por UNIT. Na hipótese de grupamento ou cancelamento de ações realizado apenas pelo UNIBANCO ou pela HOLDINGS, ou realizadas em proporção diferente pelas duas companhias, o UNIBANCO efetuará o cancelamento das UNITS representativas das ações canceladas, entregando ao respectivo titular as ações do UNIBANCO ou da HOLDINGS não canceladas, conforme o caso.

III - nos aumentos de capital por subscrição de ações em que tiver sido concedido direito de preferência, prevalecerão os seguintes procedimentos:

1º) se o UNIBANCO e a HOLDINGS procederem a aumento simultâneo de capital, mediante emissão de ações passíveis de constituírem novas UNITS, o titular das UNITS poderá exercer os direitos de preferência que couberem às ações representadas pelas UNITS, sendo que:

I - se o acionista subscrever ações de ambas as companhias, serão emitidas a seu favor novas UNITS, correspondentes às ações por ele subscritas, observada a proporção constante do parágrafo 1º do artigo 7º, salvo manifestação em contrário conforme disposto no inciso II a seguir;

II - se o acionista preferir subscrever ações de ambas as companhias sem constituição das UNITS, ou apenas ações de uma das companhias, poderá fazê-lo, bastando comunicar tal intenção às emissoras no boletim de subscrição das ações;

2º) se apenas uma das companhias aumentar o capital, o titular das UNITS poderá exercer, diretamente, o direito de preferência conferido por uma das ações representadas pelas UNITS, não se fazendo, nesse caso, a emissão de novas UNITS.

CAPÍTULO III - Da Assembléia Geral

Artigo 12: A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1º: O acionista pode fazer-se representar na Assembléia Geral por procurador que atenda às condições da lei, podendo ser exigido o depósito do respectivo instrumento de mandato junto ao UNIBANCO.

§ 2º: A qualidade de acionista deverá ser comprovada mediante exibição, se exigido, de documento hábil de sua identidade.

Artigo 13: A Assembléia Geral, convocada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, de acordo com a lei, será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que poderá indicar, para fazê-lo em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria, o qual escolherá, dentre os acionistas presentes, um ou mais secretários.

§ 1º: Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

§ 2º: Os acordos de acionistas sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, exercício do direito de voto ou do poder de controle, para obrigarem o UNIBANCO, deverão ser previamente aprovados pelo Banco Central do Brasil e arquivados em sua sede, com observância das normas que, a respeito, forem fixadas pelo Conselho de Administração, ressalvando-se ao UNIBANCO o direito de solicitar aos acionistas esclarecimentos para o fiel cumprimento das obrigações que lhe competirem.

CAPÍTULO IV - Da Administração

Artigo 14: A administração do UNIBANCO compõem-se:

a) do Conselho de Administração; e

b) da Diretoria.

SEÇÃO I - Do Conselho de Administração

Artigo 15: O Conselho de Administração compõe-se de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) Conselheiros, acionistas do UNIBANCO, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 1 (um) ano.

§ 1º: O Conselho de Administração terá um Presidente e 1 (um) Vice-Presidente escolhidos pelo Conselho de Administração, na forma prevista no parágrafo 2º do artigo 18.

§ 2º: O limite máximo de idade para o exercício de cargo no Conselho de Administração é de 65 (sessenta e cinco) anos, podendo o Conselho de Administração estender esse limite.

Artigo 16: Compete privativamente ao Conselho de Administração:

a) estabelecer a orientação geral dos negócios e a fixação das políticas e diretrizes básicas do UNIBANCO;

b) convocar as assembléias gerais dos acionistas;

c) submeter à Assembléia Geral propostas objetivando:

I - aumento ou redução do capital social;

II - operações de fusão, incorporação ou cisão;

III - reformas estatutárias;

d) deliberar sobre:

I - associação ou combinações societárias envolvendo o UNIBANCO, inclusive participação em acordos de acionistas;

II - aquisição, alienação, aumento ou redução de participações em sociedades controladas ou coligadas;

III - aquisição do controle de outras sociedades, observadas as prescrições legais;

IV - aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;

V - os orçamentos de resultados e de investimentos e respectivos planos de ação que lhe forem submetidos na forma do inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 23;

e) por proposta da Diretoria Executiva:

I - examinar e deliberar sobre os balanços semestrais e decidir quanto à distribuição e aplicação dos lucros, observadas as disposições do artigo 44;

II - deliberar sobre o relatório anual aos acionistas, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras de cada exercício, a serem submetidas à Assembléia Geral;

f) fixar a remuneração de cada um dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria, até o montante global aprovado pela Assembléia Geral;

g) fixar a gratificação de cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, observado o disposto na alínea "c" do parágrafo 1º do artigo 44;

h) indicar o substituto do Diretor Presidente, de qualquer dos membros da Diretoria, dos conselheiros, e dos membros do Comitê de Auditoria, nas hipóteses previstas neste Estatuto;

i) autorizar, quando considerar necessária, nos casos não previstos neste Estatuto, a representação do UNIBANCO individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados;

j) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar as suas atribuições e responsabilidades em função das respectivas áreas de atuação;

k) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do UNIBANCO, solicitar informações sobre contratos celebrados, ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

l) supervisionar e orientar a atuação da Diretoria Executiva;

m) escolher e destituir os auditores independentes, considerando a recomendação do Comitê de Auditoria, nos termos do artigo 38, alínea "b";

n) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão do próprio UNIBANCO observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 4º;

o) deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração e ou da Diretoria;

p) deliberar sobre os atos previstos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 4º;

q) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse do UNIBANCO e deliberar sobre os casos omissos;

r) fixar prazo e demais condições para conversão de ações do UNIBANCO em UNITS, na forma do artigo 8º deste estatuto;

s) fixar normas sobre arquivamento de acordos de acionistas, na forma prevista no parágrafo 2º do artigo 13 deste estatuto; e

t) deliberar sobre a promoção da defesa, em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra as pessoas dos administradores do UNIBANCO, dos membros do Comitê de Auditoria, dos membros do Conselho Fiscal, se em funcionamento, e empregados que legalmente atuarem por delegação dos administradores, durante ou após os respectivos mandatos, decorrentes de atos legais de gestão praticados no exercício de suas funções, podendo determinar a contratação de seguro para cobertura das despesas processuais, honorários de advogados e indenizações decorrentes dos referidos processos.

Parágrafo Único: O Conselho de Administração poderá atribuir, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer de seus membros ou da Diretoria, com a intitulação que entender conveniente, não conflitantes com as atribuições privativas estabelecidas neste estatuto.

Artigo 17: Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

a) presidir as reuniões do Conselho de Administração podendo indicar, para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho de Administração;

b) designar, na hipótese prevista no inciso II, do artigo 19, o substituto do Vice-Presidente do Conselho de Administração; e

c) presidir as assembléias gerais, podendo indicar para fazê-lo em seu lugar qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único: Ao Vice-Presidente do Conselho de Administração compete substituir o Presidente em suas ausências, férias, licença, impedimentos ocasionais ou no caso de vaga.

Artigo 18: O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1º: As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente, ou por quaisquer dois membros do Conselho de Administração em conjunto.

§ 2º: As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, com a presença de, no mínimo, metade de seus membros eleitos, cabendo ao Presidente, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

§ 3º: Das reuniões serão lavradas atas no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração.

Artigo 19: Ressalvados os casos em que a lei imponha forma especial, a substituição, temporária ou em virtude de vaga, de membros do Conselho de Administração será feita da seguinte forma:

I - o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente;

II - o Vice-Presidente será substituído por qualquer conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração;

III - os demais conselheiros, por substituto indicado pelo Conselho de Administração;

IV - no caso de vaga da maioria ou de todos os cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada Assembléia para proceder a nova eleição.

Parágrafo Único: O substituto indicado, na forma do inciso III deste artigo, em virtude de vaga, permanecerá no cargo até a realização da primeira Assembléia Geral, que preencherá o cargo tornado vago pelo restante do mandato do substituído.

SEÇÃO II - Da Diretoria

Artigo 20: A Diretoria compõe-se de, no máximo, 150 (cento e cinquenta) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo:

a) 1 (um) Diretor Presidente;

b) até 10 (dez) Diretores Vice-Presidentes Executivos e Diretores Vice-Presidentes;

c) até 139 (cento e trinta e nove) Diretores Executivos, Diretores e Diretores Adjuntos;

§ 1º: O Diretor Presidente, os Diretores Vice-Presidentes Executivos, os Diretores Vice-Presidentes e os Diretores Executivos compõem a Diretoria Executiva.

§ 2º: O limite máximo de idade para o exercício de cargo na Diretoria é de 60 (sessenta) anos, podendo o Conselho de Administração, conforme a natureza da área de atuação, estender esse limite.

§ 3º: Até 01.07.2004, a Diretoria contará ainda com 1 (um) Presidente Executivo - Varejo, cargo esse que será automaticamente extinto a partir daquela data;

Artigo 21: Compete à Diretoria Executiva a administração e a gestão dos negócios sociais, podendo realizar todas as operações e praticar os atos que se relacionarem com o objeto do UNIBANCO, cabendo-lhe:

a) fazer levantar os balanços semestrais e propor a sua aprovação ao Conselho de Administração, juntamente com a proposta de distribuição e aplicação dos lucros, respeitado o disposto no artigo 44;

b) submeter à aprovação do Conselho de Administração o Relatório Anual aos Acionistas e as Demonstrações Financeiras de cada exercício, com vistas a sua apresentação à Assembléia Geral;

c) autorizar a instalação, a alteração de endereço e a extinção de agências ou dependências, inclusive no exterior;

d) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e o estatuto social;

e) fiscalizar, supervisionar e orientar a gestão dos Diretores e dos Diretores Adjuntos; e

f) zelar pela formação dos quadros dirigentes, acompanhando seu desempenho e desenvolvimento profissional.

Artigo 22: Compete privativamente ao Diretor Presidente:

I - orientar a administração e a gestão dos negócios sociais, supervisionando os trabalhos da Diretoria Executiva, de forma a assegurar a plena implementação e execução das políticas e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

II - coordenar a atuação dos Diretores Vice-Presidentes Executivos e dos Diretores Vice-Presidentes e o acompanhamento dos respectivos desempenhos;

III - tomar as decisões de sua alçada; e

IV - tomar decisões de caráter de urgência, de competência da Diretoria Executiva, "ad referendum" desta.

Artigo 23: Compete privativamente aos Diretores Vice-Presidentes Executivos e aos Diretores Vice-Presidentes:

I - administrar e supervisionar as áreas que lhes forem cometidas na forma da alínea "j" ou do parágrafo único do artigo 16;

II - supervisionar e coordenar a atuação dos Diretores Executivos, Diretores e Diretores Adjuntos que estiverem sob sua supervisão direta e acompanhamento dos respectivos desempenhos; e

III - tomar as decisões de sua alçada.

§ 1º: Observadas as políticas, diretrizes e parâmetros fixados pelo Conselho de Administração, compete ao Diretor Presidente, aos Diretores Vice-Presidentes Executivos e aos Diretores Vice-Presidentes, em conjunto:

I - aprovar e alterar a estrutura administrativa e o regimento interno do UNIBANCO;

II – submeter à aprovação do Conselho de Administração os orçamentos de resultados e de investimentos e os respectivos planos de ação e implementar as decisões tomadas;

III - fixar alçadas operacionais e administrativas; e

IV - zelar pela formação dos quadros dirigentes, acompanhando seu desempenho e desenvolvimento profissional.

§ 2º: As deliberações conjuntas do Diretor Presidente, dos Diretores Vice-Presidentes Executivos e dos Diretores Vice-Presidentes serão tomadas por maioria de votos, com a presença de, no mínimo, metade de seus membros eleitos, cabendo ao Diretor Presidente, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

Artigo 24: Compete aos Diretores Executivos e aos Diretores:

I - administrar e supervisionar as áreas que lhes forem cometidas pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva, conforme o caso; e

II - supervisionar e coordenar a atuação dos Diretores e Diretores Adjuntos que estiverem sob sua supervisão direta, conforme o caso.

Artigo 25: Compete aos Diretores Adjuntos administrar e supervisionar as áreas que lhes forem cometidas pela Diretoria Executiva ou pelos Diretores;

Artigo 26:- A substituição de membros da Diretoria será feita da seguinte forma:

a) nos casos de substituição temporária:

I - o substituto do Diretor Presidente será indicado pelo Conselho de Administração, na forma prevista na alínea "h" do artigo 16;

II - as funções dos Diretores Vice-Presidentes Executivos e dos Diretores Vice-Presidentes serão exercidas por substituto indicado, dentre os Diretores Executivos eleitos, pelo Diretor Presidente;

III - as funções dos Diretores Executivos serão exercidas por substituto indicado, dentre os membros da Diretoria eleitos, pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Vice-Presidente Executivo ou com o Diretor Vice-Presidente responsável pela supervisão do Diretor Executivo substituído, conforme o caso; e

IV - as funções dos Diretores e dos Diretores Adjuntos serão exercidas por substituto indicado, dentre os membros da Diretoria eleitos, pelo Diretor Executivo responsável pela supervisão do Diretor ou Diretor Adjunto substituído, conforme o caso.

b) nos casos de substituição por vaga de qualquer dos membros da Diretoria, o substituto será indicado pelo Conselho de Administração na forma do disposto na alínea "h" do artigo 16.

Artigo 27: As reuniões da Diretoria serão convocadas e presididas pelo Diretor Presidente ou por qualquer dos Diretores Vice-Presidentes Executivos ou Diretores Vice-Presidentes, os quais conjuntamente poderão indicar para fazê-lo em seu lugar qualquer dos membros da Diretoria Executiva.

§ 1º: Os membros do Conselho de Administração poderão comparecer às reuniões da Diretoria.

§ 2º: As deliberações em Reunião da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos dos membros da Diretoria Executiva, com a presença de, no mínimo, metade de seus membros, salvo nas hipóteses previstas na alínea "c" do artigo 21, que poderão ser tomadas com a presença de, no mínimo, 3 (três) de seus membros, cabendo ao Presidente da reunião, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

Artigo 28: A representação ativa e passiva do UNIBANCO será exercida pelos membros da Diretoria na forma deste artigo, ressalvado o disposto na alínea "i" do artigo 16.

§ 1º: Conterão as assinaturas conjuntas de dois Diretores, sendo um deles obrigatoriamente membro da Diretoria Executiva:

a) os atos que importem oneração ou alienação de bens móveis ou imóveis, prestação de garantia real ou fidejussória, transação ou renúncia de direitos, assunção de obrigações, assinaturas de contratos, bem como os que acarretem responsabilidade do UNIBANCO ou exonerem terceiros para com ele; e

b) a constituição de procuradores, observado o disposto na alínea "i" do artigo 16.

§ 2º: O UNIBANCO poderá ser representado isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos atos relativos a:

a) recebimento de citação ou prestação de depoimento pessoal em Juízo;

b) recebimento de intimações e prestação de declarações extrajudiciais;

c) participação do UNIBANCO em licitações;

d) representação do UNIBANCO em Assembléias Gerais de sociedades das quais o UNIBANCO detenha participação acionária; e

e) representação do UNIBANCO perante órgãos e repartições públicas, desde que tal não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pelo UNIBANCO.

§ 3º: Os atos previstos na alínea "a" do parágrafo 1º deste artigo poderão também ser praticados por qualquer membro da Diretoria Executiva em conjunto com um procurador, ou conjuntamente por dois procuradores, especificados no respectivo instrumento os limites, a extensão dos seus poderes e a duração do mandato.

§ 4º: O UNIBANCO poderá constituir procuradores para representá-lo isoladamente em:

a) mandatos com cláusula "ad judicia" estes por prazo indeterminado, compreendendo inclusive os atos de renúncia, desistência, transação, recebimento e quitação;

b) atos especificamente discriminados nos respectivos instrumentos de mandato, exceto os mencionados na alínea "a" do parágrafo 1º deste artigo; e

c) quando o outorgado for pessoa jurídica.

SEÇÃO III - Das Disposições Comuns ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Comitê de Auditoria

Artigo 29: A Assembléia Geral e o Conselho de Administração poderão deixar de eleger Conselheiros, membros do Comitê de Auditoria e da Diretoria, nas respectivas esferas de competência, quando preenchidos os limites mínimos estabelecidos neste Estatuto ou na legislação em vigor, conforme o caso.

Artigo 30: O exercício de cargo no Conselho de Administração, na Diretoria e no Comitê de Auditoria independe de prestação de caução.

Artigo 31: Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria, depois de aprovada sua eleição pelo Banco Central do Brasil, serão investidos em seus cargos, mediante termos de posse lavrados nos Livros de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria, respectivamente, termos esses que também deverão ser lavrados nos casos de substituição previstos nos artigos 19, 26 e 37.

Parágrafo Único: Se o termo não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à data de aprovação do Banco Central do Brasil a nomeação tornar-se -á sem efeito, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual tiver sido eleito.

Artigo 32: Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria permanecerão em seus cargos, após o término de seus mandatos, até a posse de seus substitutos.

Artigo 33: A Assembléia Geral fixará os honorários do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria, observado o disposto na alínea "f" do artigo 16.

CAPÍTULO V - Do Comitê de Auditoria

Artigo 34: O Comitê de Auditoria compõem-se de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato máximo de 5 (cinco) anos.

§ 1º: O Comitê de Auditoria terá 1 (um) Presidente escolhido pelo Conselho de Administração.

§ 2º: Pelo menos um dos membros do Comitê de Auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria que o qualifiquem para a função.

§ 3º: O Comitê de Auditoria poderá ser composto por membros do Conselho de Administração.

§ 4º: Este Comitê de Auditoria será único para o Conglomerado Unibanco, nos termos da legislação vigente.

Artigo 35: Para o exercício de cargo no Comitê de Auditoria, deverão ser observadas as condições básicas para exercício do respectivo cargo, bem como os impedimentos previstos nas legislações aplicáveis.

Parágrafo Único: A função do membro do Comitê de Auditoria é indelegável.

Artigo 36: A Assembléia Geral fixará os honorários globais do Comitê de Auditoria, sendo que a remuneração de cada um dos seus membros será fixada nos termos do artigo 16, alínea "f".

§ 1º: O membro do Comitê de Auditoria não poderá receber qualquer outro tipo de remuneração das empresas do Conglomerado Unibanco ou de suas ligadas, que não seja aquela relativa à sua função de membro do Comitê de Auditoria.

§2º: Caso o membro do Comitê de Auditoria seja também integrante do Conselho de Administração de qualquer das empresas integrantes do Conglomerado Unibanco ou de suas ligadas, fica facultada a opção pela remuneração relativa a um dos dois cargos.

Artigo 37: Ressalvados os casos em que a lei imponha forma especial, a substituição dos membros do Comitê de Auditoria será feita da seguinte forma:

a) nos casos de substituição temporária, o Presidente do Comitê de Auditoria será substituído por membro por ele designado;

b) nos casos de substituição em virtude de vaga, o Presidente e demais membros do Comitê de Auditoria serão substituídos por membro que for designado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único: O substituto indicado permanecerá no cargo até a realização de Assembléia Geral, que preencherá o cargo tornado vago pelo restante do mandato do substituído.

Artigo 38: Compete ao Comitê de Auditoria:

a) Estabelecer e, quando julgar necessário, alterar as regras operacionais para seu próprio funcionamento e submeter sua aprovação ao Conselho de Administração do Unibanco;

b) Indicar, "ad referendum" do Conselho de Administração de cada empresa do Conglomerado Unibanco, quando aplicável, a entidade a ser contratada para prestação de serviços de auditoria independente em tais empresas, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;

c) Revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente de cada uma das empresas do Conglomerado Unibanco;

d) Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna;

e) Avaliar o cumprimento, pela administração de cada uma das empresas pertencentes ao Conglomerado Unibanco, quando aplicável, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;

f) Estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Conglomerado Unibanco, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação, bem como os procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca dos relatórios contábeis;

g) Reunir-se trimestralmente com a Diretoria, com a auditoria independente e com a auditoria interna de cada empresa do Conglomerado Unibanco, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais reuniões;

h) Reunir-se com o Conselho Fiscal, se em funcionamento, e Conselho de Administração das empresas pertencentes ao Conglomerado Unibanco, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;

i) Recomendar, às Diretorias das empresas do Conglomerado Unibanco, quando aplicável, correções ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados nos âmbitos das suas atribuições;

j) Outras atribuições necessárias para cumprimento da legislação e regulamentação pertinentes, bem como aquelas que o próprio Comitê de Auditoria entender relevantes para assegurar:

(i) independência dos auditores externos;

(ii) adequação e efetividade dos controles internos; ou

(iii) acuidade das demonstrações financeiras.

Artigo 39: Compete ao Presidente do Comitê de Auditoria:

I – Presidir as reuniões do Comitê de Auditoria podendo indicar, para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Comitê de Auditoria;

II - Designar quaisquer dos membros do Comitê de Auditoria para seu substituto em suas ausências, férias, licença ou impedimentos ocasionais;

III - Determinar a organização da pauta da reunião do Comitê.

Artigo 40: O Comitê de Auditoria reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1º: As reuniões do Comitê de Auditoria poderão ser convocadas por qualquer dos membros do Comitê de Auditoria.

§ 2º: As deliberações do Comitê de Auditoria serão tomadas por maioria de votos, com a presença de, no mínimo, metade de seus membros, cabendo ao Presidente, além do próprio voto, o de qualidade, no caso de empate.

§ 3º: Das reuniões serão lavradas atas no Livro de Atas das Reuniões do Comitê de Auditoria.

Artigo 41: Os membros poderão ser destituídos a qualquer momento mediante deliberação em Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI - Do Conselho Fiscal

Artigo 42: O UNIBANCO terá um Conselho Fiscal composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, com as atribuições previstas em lei.

§ 1º: O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas, observadas as prescrições legais, solicitarem sua instalação.

§ 2º: A Assembléia Geral, perante a qual for solicitada a instalação do Conselho Fiscal, deverá eleger seus componentes e fixar sua remuneração.

§ 3º: O mandato dos componentes do Conselho Fiscal terminará na Assembléia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação.

CAPÍTULO VII - Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Reservas e Dividendos

Artigo 43: O exercício social inicia-se no dia 1º de janeiro e termina no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 44: No último dia de cada semestre civil serão elaboradas, com observância das prescrições legais, as seguintes demonstrações financeiras:

a) balanço patrimonial;

b) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

c) demonstração do resultado do exercício; e

d) demonstração das origens e aplicações de recursos.

§ 1º: Do resultado do exercício serão deduzidos:

a) os prejuízos acumulados, se houver, na forma prescrita em lei;

b) a provisão para o imposto sobre a renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; e

c) até 10% (dez por cento) do resultado que remanescer após as deduções referidas nas alíneas "a" e "b" deste parágrafo, a título de participação do Conselho de Administração e da Diretoria, respeitadas as limitações legais e observado o disposto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 2º: A participação prevista na alínea "c" do parágrafo 1º deste artigo será fixada e paga aos administradores por decisão do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembléia Geral e com observância das prescrições legais.

§ 3º: O resultado do UNIBANCO, após as deduções referidas no parágrafo 1º deste artigo, constitui o lucro líquido do exercício, o qual, por decisão do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, terá a seguinte destinação, "ad referendum" da Assembléia Geral:

a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;

b) constituição de Reservas de Lucros a Realizar no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, observadas as disposições dos artigos 197 e 202, III, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, com a redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001;

c) constituição de Reservas para Contingências, na forma autorizada em lei;

d) 35% (trinta e cinco por cento), observado o disposto nos parágrafos 4º e 6º deste artigo, como dividendo obrigatório, calculado sobre o lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

I - quota destinada à constituição da reserva prevista na alínea "a" deste parágrafo;

II - lucros a realizar, transferidos para a reserva de que trata a alínea "b" deste parágrafo;

III - importância destinada à formação de reservas para contingências de que trata a alínea "c" deste parágrafo e reversão dessas reservas formadas em exercícios anteriores;

e) constituição das seguintes reservas estatutárias destacadas do lucro líquido que remanescer após as deduções previstas nas alíneas "a" a "d" deste parágrafo:

I - 2% (dois por cento) para a constituição de Reserva de Risco em Operações de Câmbio, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;

II - 90% para a constituição de reserva destinada a assegurar ao UNIBANCO adequada margem operacional, até o máximo de 80% do valor do capital social;

f) o saldo terá a destinação que for dada pela Assembléia Geral, observadas as prescrições legais.

§ 4º: No rateio do dividendo referido na alínea "d" do parágrafo 3º deste artigo será atribuída a cada ação preferencial importância superior em 10% (dez por cento) à que couber a cada ação ordinária.

§ 5º: Os dividendos, cuja distribuição houver sido autorizada pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração, serão pagos dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de sua declaração, e, em qualquer caso, dentro do exercício social em que forem declarados.

§ 6º: A sociedade poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, declarar, no curso do exercício social e até a Assembléia Geral Ordinária, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo obrigatório, à conta de:

a) Lucros apurados em Balanço Semestral; e

b) Lucros acumulados ou de Reservas de Lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 7º: A Sociedade poderá ainda, por deliberação do Conselho de Administração na forma da alínea "e" do Artigo 16, levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social, não exceda do montante das reservas de capital.

§ 8º: Serão computados, para efeito do cálculo do valor do dividendo obrigatório distribuído, eventuais juros distribuídos aos acionistas, até o limite da TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO (TJLP), nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26.12.95, inclusive aqueles pagos à conta dos lucros ou reservas mencionados no parágrafo 6º deste artigo.

CAPÍTULO VIII - Da Liquidação

Artigo 45: O UNIBANCO entrará em liquidação nos casos previstos por lei ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá o modo de liquidação e elegerá os liquidantes e o Conselho Fiscal, se requerida a instalação deste, que funcionarão no período de liquidação.

CAPÍTULO IX - Das Disposições Gerais

Artigo 46: O acionista que não realizar a prestação correspondente às ações subscritas, nas condições previstas no boletim de subscrição, ou, se este for omisso, na chamada da Diretoria Executiva, ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês, além de correção monetária calculada de acordo com os índices oficiais em vigor, sem prejuízo da utilização pelo UNIBANCO dos meios assegurados em lei para satisfação de seu crédito.

Artigo 47: O valor de reembolso das ações nos casos em que é assegurado em lei, será igual ao valor patrimonial das ações, apurado com base em balanço levantado na forma prevista em lei.

CAPÍTULO X - Das Disposições Transitórias

Artigo 48: O UNIBANCO manterá escriturado, como Reserva Especial de Dividendos, o valor de R$ 63.897.529,90 (sessenta e três milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos e vinte e nove reais e noventa centavos), que, em 31 de dezembro de 1996 equivalia a 77.105.743,8181 UFIRs, a ser transferido da Reserva Estatutária de que trata o inciso II da alínea "e" do parágrafo 3º do artigo 44, quantia essa formada com lucros apurados nos exercícios de 1989 a 1993 e que se encontram amparados pelo regime fiscal previsto no artigo 35 da Lei nº 7.713, de 22.12.88 e artigo 75 da Lei nº 8.383, de 30.12.91.

Parágrafo Único: A Reserva Especial de Dividendos de que trata este artigo será baixada contra os dividendos que forem distribuídos pelo UNIBANCO à conta dessa Reserva, ou em virtude de sua capitalização.

São Paulo, 08 de abril de 2005.

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
014753	UNIBANCO HOLDING S.A.	00022034000187

4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL
UNIBANCO HOLDINGS S.A.
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR
6 - NIRE
35300140443
7 - SITE
www.unibanco.com.br

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO	2 - BAIRRO OU DISTRITO
AVENIDA EUSÉBIO MATOSO, 891 - 22º ANDAR	PINHEIROS

3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF
05423-901	SÃO PAULO	SP

6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
11	3095-2855	-	-	

11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX
11	3814-8977	-	-

15 - E-MAIL
relacoes.investidores@unibanco.com.br

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME
Jose Luis Pineiro Bouzas
2 - CARGO
Superintendente

3 - ENDEREÇO COMPLETO	4 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua da Quitanda,157 3º Andar	Centro

5 - CEP	6 - MUNICÍPIO	7 - UF
01012-010	São Paulo	SP

8 - DDD	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFONE	12 - TELEX
11	3119-4348	3119-4336	-	

13 - DDD	14 - FAX	15 - FAX	16 - FAX
11	3119-4211	-	-

17 - E-MAIL
jose.bouzas@unibanco.com.br

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME
Unibanco Holdings S.A./ Unibanco S.A.
19 - CONTATO
Jose Luis Pineiro Bouzas

20 - ENDEREÇO COMPLETO	21 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua João Moreira Salles, 130 - Jardim Monte Belo - CAU Bloco D - nível II	Butantã

22 - CEP	23 - MUNICÍPIO	24 - UF
05548-900	São Paulo	SP

25 - DDD	26 - TELEFONE	27 - TELEFONE	28 - TELEFONE	29 - TELEX
11	3789-8168	-	-	

30 - DDD	31 - FAX	32 - FAX	33 - FAX
11	3789-7728	-	-

34 - E-MAIL
jose.bouzas@unibanco.com.br

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37- UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01	Rio de Janeiro	RJ	21	2277-1210	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME GERALDO TRAVAGLIA FILHO				
2 - ENDEREÇO COMPLETO AVENIDA EUSÉBIO MATOSO, 891 - 4º ANDAR			3 - BAIRRO OU DISTRITO PINHEIROS	
4 - CEP 05423-901	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO			6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3097-1313	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 11	13 - FAX 3813-6182	14 - FAX -	15 - FAX -	
16 - E-MAIL relacoes.investidores@unibanco.com.br				
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM	18 - CPF 573.620.338-34	18 - PASSAPORTE -		

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL
01/01/2004	31/12/2004

3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO
01/01/2005	31/12/2005

5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	6 - CÓDIGO CVM
PRICE WATERHOUSE COOPERS AUDITORES INDEPENDENTES	00287-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	**8 - CPF DO RESP. TÉCNICO**
Paulo Sérgio Miron	076.444.278-30

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO

[ ] BVBAAL	[ ] BVMESB	[ ] BVPR	[ ] BVRJ	[ ] BVST
[ ] BVES	[ ] BVPP	[ ] BVRG	[X] BOVESPA	

2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO
Bolsa

3 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional

4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE
134 - Emp. Adm. Participações

5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
HOLDINGS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Nacional Holding

2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.

X	Ações		Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
	Debêntures Conversíveis em Ações		Notas Promissórias (NP)
	Ações Resgatáveis		BDR
	Partes Beneficiárias		Outros
	Debêntures Simples		DESCRIÇÃO
	Bônus de Subscrição		
	Certificado de Investimento Coletivo (CIC)		

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
	05/05/2005
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	**4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
29/03/2005	18/02/2005

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	VALOR ECONÔMICO	SP
02	DIÁRIO OFICIAL EST. SÃO PAULO	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
08/09/2005	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
AGO/AGE	19/07/2005	25.625	124	SIM	NÃO

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO

8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS
23/12/2000

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
9 - QUANTIDADE (Unidade)	10 - Percentual	11 - QUANTIDADE (Unidade)	12 - Percentual	13 - QUANTIDADE (Unidade)	14 - Percentual
29.089.846	10,51	528.980.686	95,59	558.070.532	67,22

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
01	E. JOHNSTON REPRESENTAÇÃO E PART . S.A.	00.025.238-0001/71	BRASILEIRA	SP
04	CAIXA BRASIL SGPS, S.A.		PORTUGUESA	PT
97	AÇÕES EM TESOURARIA			
98	OUTROS			
99	TOTAL			

1 - ITEM	6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
01	247.778.104	89,49	2.177.856	0,39	249.955.960	30,10	19/07/2005	NÃO	SIM
04	0	0,00	86.149.217	15,57	86.149.217	10,38		NÃO	NÃO
97	0	0,00	18.569.217	3,35	18.569.217	2,23			
98	29.089.848	10,51	446.569.630	80,69	475.659.478	57,29			
99	276.867.952	100,00	553.465.920	100,00	830.333.872	100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
01	E. JOHNSTON REPRESENTAÇÃO E PART . S.A.	19/07/2005

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
0101	E. JOHNSTON PARTICIPAÇÕES LTDA.	52.542.255-0001/80	BRASILEIRA	SP
0104	WALTHER MOREIRA SALLES JÚNIOR	406.935.467-00	BRASILEIRA	RJ
0105	PEDRO MOREIRA SALLES	551.222.567-72	BRASILEIRA	SP
0106	JOÃO MOREIRA SALLES	667.197.397-00	BRASILEIRA	RJ
0108	OUTROS			
0199	TOTAL			

1 - ITEM	6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
0101	138.772.343	86,63	0	0,00	138.772.343	86,63	25/10/2002
0104	7.789.035	4,86	0	0,00	7.789.035	4,86	
0105	7.789.036	4,86	0	0,00	7.789.036	4,86	
0106	5.841.776	3,65	0	0,00	5.841.776	3,65	
0108	2	0,00	0	0,00	2	0,00	
0199	160.192.192	100,00	0	0,00	160.192.192	100,00	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0101	E. JOHNSTON PARTICIPAÇÕES LTDA.	25/10/2002

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
010101	FERNANDO ROBERTO MOREIRA SALLES	002.938.068-53	BRASILEIRA	SP
010102	WALTHER MOREIRA SALLES JÚNIOR	406.935.467-00	BRASILEIRA	RJ
010103	PEDRO MOREIRA SALLES	551.222.567-72	BRASILEIRA	SP
010104	JOÃO MOREIRA SALLES	667.197.397-00	BRASILEIRA	RJ
010199	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
0	0,00	40	16,66	40	8,34	
90	37,50	70	29,17	160	33,33	
90	37,50	70	29,17	160	33,33	
60	25,00	60	25,00	120	25,00	
240	100,00	240	100,00	480	100,00	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R$/AÇÃO	14 - CUMULA-TIVO	15 - PRIORITÁ-RIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		33,34	NÃO		PLENO	80,00	NÃO	
NÃO	MÍNIMO	100,00	0,00000	NÃO	NÃO	LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO			
03	PREFERENCIAL		66,66	NÃO		NÃO	0,00	SIM	VIDE QUADRO 14 ÍTEM 3
NÃO	MÍNIMO	1,50	0,00000	NÃO	SIM	LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO			

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
19/07/2005	99,99

Reapresentação por Exigência CVM Nº 49/2005

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
011584	UNIBANCO - UNIAO BANCOS BRASILEIROS SA	33700394000140

4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL

5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR

6 - NIRE
35.300.102.771

7 - SITE
www.unibanco.com.br

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO	2 - BAIRRO OU DISTRITO
AVENIDA EUSÉBIO MATOSO, Nº 891 3º ANDAR	PINHEIROS

3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF
05423-901	SÃO PAULO	SP

6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
011	3097-4195	-	-	

11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
011	3097-4967	-	-	

15 - E-MAIL
relacoes.investidores@unibanco.com.br

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME
Jose Luis Pineiro Bouzas

2 - CARGO
Superintendente

3 - ENDEREÇO COMPLETO	4 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua da Quitanda, 157 - 3º andar	Centro

5 - CEP	6 - MUNICÍPIO	7 - UF
01012-010	São Paulo	SP

8 - DDD	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFONE	12 - TELEX
011	3119-4348	3119-4336	-	

13 - DDD	14 - FAX	15 - FAX	16 - FAX	
011	3119-4211	-	-	

17 - E-MAIL
jose.bouzas@unibanco.com.br

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME
Unibanco S.A. / Unibanco S.A.

19 - CONTATO
Jose Luis Pineiro Bouzas

20 - ENDEREÇO COMPLETO	21 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua João Moreira Salles, 130 - Jardim Monte Belo - CAU- Bloco D nível II	Butantã

22 - CEP	23 - MUNICÍPIO	24 - UF
05548-900	São Paulo	SP

25 - DDD	26 - TELEFONE	27 - TELEFONE	28 - TELEFONE	29 - TELEX
011	3789-8168	-	-	

30 - DDD	31 - FAX	32 - FAX	33 - FAX	
011	3789-7728	-	-	

34 - E-MAIL
jose.bouzas@unibanco.com.br

Reapresentação por Exigência CVM Nº 49/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO - UNIAO BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37- UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01	Rio de Janeiro	RJ	021	2277-1210	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
OSIAS SANTANA DE BRITO				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV. EUSÉBIO MATOSO, Nº 891 - 14º ANDAR			PINHEIROS	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
05423-180	SÃO PAULO			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
011	3097-1313	-	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
011	3097-4830	3813-6182	-	
16 - E-MAIL				
relacoes.investidores@unibanco.com.br				
17 - DIRETOR BRASILEIRO	18 - CPF	18 - PASSAPORTE		
SIM	028.480.028-75			

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL
01/01/2004	31/12/2004

3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO
01/01/2005	31/12/2005

5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	6 - CÓDIGO CVM
PRICE WATERHOUSE COOPERS AUDITORES INDEPENDENTES	00287-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	**8 - CPF DO RESP. TÉCNICO**
PAULO SÉRGIO MIRON	076.444.278-30

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO

BVBAAL	BVMESB	BVPR	BVRJ	BVST
BVES	BVPP	BVRG	X BOVESPA	

2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO
Bolsa

3 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional

4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE
124 - Bancos

5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
BANCÁRIA - BANCO MÚLTIPLO

Reapresentação por Exigência CVM Nº 49/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO - UNIAO BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional

2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.

X	Ações		Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
	Debêntures Conversíveis em Ações		Notas Promissórias (NP)
	Ações Resgatáveis		BDR
	Partes Beneficiárias		Outros
	Debêntures Simples		DESCRIÇÃO
	Bônus de Subscrição		
	Certificado de Investimento Coletivo (CIC)		

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
	15/06/2005
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
	18/02/2005

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	Diário Oficial Est. São Paulo	SP
02	Valor Econômico	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
24/08/2005	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 49/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO - UNIAO BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
AGO/AGE	08/04/2005	145.451	126	NÃO	NÃO

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO

8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
9 - QUANTIDADE (Unidade)	10 - Percentual	11 - QUANTIDADE (Unidade)	12 - Percentual	13 - QUANTIDADE (Unidade)	14 - Percentual
25.706.905	3,40	535.591.752	81,99	561.298.657	39,84

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
01	UNIBANCO HOLDINGS S.A.	00.022.034-0001/87	BRASILEIRA	SP
96	CAIXA BRASIL SGPS S.A.		PORTUGUESA	PT
97	AÇÕES EM TESOURARIA			
98	OUTROS			
99	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
729.950.914	96,60	100.382.950	15,37	830.333.864	58,94	08/04/2005		SIM
3.641.578	0,48	63.938.421	9,79	67.579.999	4,80	08/04/2005		NÃO
0	0,00	12.085.622	1,85	12.085.622	0,86			
22.065.676	2,92	476.793.171	72,99	498.858.847	35,40			
755.658.168	100,00	653.200.164	100,00	1.408.858.332	100,00			

Reapresentação por Exigência CVM Nº 49/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO - UNIAO BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
01	UNIBANCO HOLDINGS S.A.	08/04/2005

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
0101	E. JOHNSTON REPRESENTAÇÃO E PART. S.A.	00.025.238-0001/71	BRASILEIRA	SP
0102	CAIXA BRASIL SGPS, S.A.		PORTUGUESA	
0106	OUTROS			
0199	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
247.778.104	78,62	2.177.856	0,42	249.955.960	30,10	08/04/2005
37.138.435	11,79	67.579.999	13,12	104.718.434	12,61	08/04/2005
30.229.336	9,59	445.430.142	86,46	475.659.478	57,29	08/04/2005
315.145.875	100,00	515.187.997	100,00	830.333.872	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 49/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO - UNIAO BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0101	E. JOHNSTON REPRESENTAÇÃO E PART. S.A.	08/04/2005

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
010101	E. JOHNSTON PARTICIPAÇÕES LTDA.	52.542.255-0001/80	BRASILEIRA	SP
010103	WALTHER MOREIRA SALLES JÚNIOR	406.935.467-00	BRASILEIRA	RJ
010104	PEDRO MOREIRA SALLES	551.222.567-72	BRASILEIRA	SP
010105	JOÃO MOREIRA SALLES	667.197.397-00	BRASILEIRA	RJ
010106	AÇÕES EM TESOURARIA			
010107	OUTROS			
010199	TOTAL			

1 - ITEM	6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
010101	138.772.343	86,63	0	0,00	138.772.343	86,63	25/10/2002
010103	7.789.035	4,86	0	0,00	7.789.035	4,86	
010104	7.789.036	4,86	0	0,00	7.789.036	4,86	
010105	5.841.776	3,65	0	0,00	5.841.776	3,65	
010106	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
010107	2	0,00	0	0,00	2	0,00	
010199	160.192.192	100,00	0	0,00	160.192.192	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 49/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO - UNIAO BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
010101	E. JOHNSTON PARTICIPAÇÕES LTDA.	25/10/2002

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
01010101	FERNANDO ROBERTO MOREIRA SALLES	002.938.068-53	BRASILEIRA	SP
01010102	WALTHER MOREIRA SALLES JÚNIOR	406.935.467-00	BRASILEIRA	RJ
01010103	PEDRO MOREIRA SALLES	551.222.567-72	BRASILEIRA	SP
01010104	JOÃO MOREIRA SALLES	667.197.397-00	BRASILEIRA	RJ
01010199	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.
0	0,00	40	16,66	40	8,34	
90	37,50	70	29,17	160	33,33	
90	37,50	70	29,17	160	33,33	
60	25,00	60	25,00	120	25,00	
240	100,00	240	100,00	480	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 49/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO - UNIAO BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0102	CAIXA BRASIL SGPS, S.A.	08/04/2005

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.

Reapresentação por Exigência CVM Nº 49/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO - UNIAO BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0106	OUTROS	08/04/2005

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.

Reapresentação por Exigência CVM Nº 49/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO - UNIAO BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
96	CAIXA BRASIL SGPS S.A.	08/04/2005

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - ¨%	12 - COMP.CAP.SOC.

Reapresentação por Exigência CVM Nº 49/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO - UNIAO BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 08/04/2005

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Unidades)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	ESCRITURAL		755.658.168	2.901.647	2.901.647
02	PREFERENCIAIS	ESCRITURAL		653.200.164	2.098.353	2.098.353
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			1.408.858.332	5.000.000	5.000.000

Reapresentação por Exigência CVM Nº 49/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO - UNIAO BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R$/AÇÃO	14 - CUMULA-TIVO	15 - PRIORITÁ-RIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		53,64	NÃO		PLENO	80,00	NÃO	
NÃO	MÍNIMO	35,00	0,00000	NÃO	NÃO	LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO			
02	PREFERENCIAL		46,36	NÃO		NÃO	0,00	SIM	
NÃO	10% SUPERIOR A ORD	0,00	0,00000	NÃO	SIM	LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO			

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
08/04/2005	35,00

Reapresentação por Exigência CVM Nº 49/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO - UNIAO BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
SIM	120.100	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2004

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2003

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2002

4- ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	157.935	147.985	117.290
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	5.090	9.227	7.448
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	1.283.208	1.052.346	1.010.363
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

Reapresentação por Exigência CVM Nº 49/2005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO - UNIAO BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA					
01	UNIPART PARTICIPAÇÕES INTERNACIONAIS LTD	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	10,51
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS					
02	UNICARD BANCO MÚLTIPLO S.A.	61.071.387/0001-61	FECHADA CONTROLADA	100,00	8,41
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA					
03	UNIBANCO AIG SEGUROS S.A	33.166.158/0001-95	ABERTA CONTROLADA	49,71	15,16
SEGURADORA					

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

As principais empresas controladas diretas e indiretas ou coligada do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

	Posição em 31/12/2004 Participação % no capital social
Controladas diretas e indiretas	
Unibanco AIG Seguros S.A.	49,707
Unipart Participações Internacionais Ltd.	100,000
Unicard Banco Múltiplo S/A	100,000
Banco Fininvest S.A.	99,940
Banco Dibens S.A.	51,001
Unibanco Leasing S.A.. - Arrendamento Mercantil	99,999
Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A.	100,000
Interbanco S.A.	99,999
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	99,999
Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A	99,999
Unibanco Cayman Bank Ltd.	100,000
Unicorp Bank & Trust Ltd.	100,000
Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A.	99,999
Unibanco Securities Ltd.	100,000
Unibanco AIG Previdência S.A.	99,977
Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A.	99,999
Unibanco Companhia de Capitalização	99,992
Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda.	100,000
Unibanco Empreendimentos Ltda.	100,000
BWU Representação e Participações Ltda.	59,792
Banco Único S.A.	99,980
Megbens Administração de Bens Ltda.	100,000
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.	100,000
Estrel Estudos Representação e Administração Ltda.	100,000
Unibanco Investshop Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio S.A.	100,000
Unibanco Serviços de Investimento Ltda.	100,000
Creditec – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	100,000
Hipercard Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100,000
Controladas em conjunto	
Serasa S.A.	19,120
Banco Investcred Unibanco S.A.	49,997
Tecnologia Bancária S.A.	21,432
Redecard S.A.	31,943
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	12,499
Interchange Serviços S.A.	25,000
Luizacred S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	49,998
Companhia Hipotecária Unibanco – Rodobens	50,000
Coligada	
AIG Brasil Companhia de Seguros	49,999

São Paulo, 14 de julho de 2005

À
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Superintendência de Registros - SRE
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 30º andar
20159-900 - Rio de Janeiro - R.J.
At.: Sr. Carlos Rebello
Superintendente de Registro

Ref.: Pedido de Registro de Distribuição Pública Secundária de Certificados de Depósito de Ações lastreados em Ações Preferenciais do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A.

Prezados Senhores,

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eusébio Matoso, 891, inscrita no CNPJ sob o nº 33.700.394/0001-40, neste ato legalmente representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de coordenador líder e emissor ("**Unibanco**") da distribuição pública secundária de certificados de depósitos de ações representativos de ações preferenciais de emissão do Unibanco e da Unibanco Holdings S.A. (respectivamente, "**Holdings**", "**Units**" e "**Oferta**"), de propriedade da Caixa Brasil, SGPS, S.A. ("**Acionista Vendedor**"), cujo pedido de registro está sob análise desta D. Comissão, vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5.º, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("**Instrução CVM 400**").

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

DECLARAÇÃO

O Unibanco declara ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição pública secundária de Units.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

Por: JOSÉ LUCAS FERREIRA DE MELO
Cargo: Diretor Vice-Presidente

Por: GERALDO TRAVAGLIA FILHO
Cargo: Diretor Vice-Presidente

São Paulo, 25 de agosto de 2005.

À
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Superintendência de Registros - SRE
Rua Sete de Setembro, nº 111 – 30º andar
20159-900 - Rio de Janeiro - R.J.
At.: Sr. Carlos Rebello
Superintendente de Registro

Ref.: Pedido de Registro de Distribuição Pública Secundária de Certificados de Depósito de Ações lastreados em Ações Preferenciais do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A.

Prezados Senhores,

UNIBANCO HOLDINGS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Eusébio Matoso, 891, inscrita no CNPJ sob o nº 00.22.034/0001-87, neste ato legalmente representada na forma de seu Estatuto Social (**"Holdings"**), na qualidade de emissor da distribuição pública secundária de certificados de depósitos de ações representativos de ações preferenciais de emissão do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. e da **Holdings** (respectivamente, "Unibanco", "Units" e "Oferta"), de propriedade da Caixa Brasil, SGPS, S.A. (**"Acionista Vendedor"**), cujo pedido de registro está sob análise desta D. Comissão, vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5.º, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 (**"Instrução CVM 400"**).

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

DECLARAÇÃO

A **Holdings** declara ser responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição pública secundária de Units.

UNIBANCO HOLDINGS S.A.
Por: ISRAEL VAINBOIM
Cargo: Diretor Presidente

Por: José Lucas F. de Melo
Cargo: Vice-Presidente

ASSESSORIA JURÍDICA PARALEGAL

São Paulo, 6 de setembro de 2005

À

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Superintendência de Registros - SRE

Rua Sete de Setembro, nº 111 – 30º andar

20159-900 - Rio de Janeiro - R.J.

At.: Sr. Carlos Rebello

Superintendente de Registro

Ref.: Pedido de Registro de Distribuição Pública Secundária de Certificados de Depósito de Ações lastreados em Ações Preferenciais do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A.

Prezados Senhores,

CAIXA BRASIL, SGPS, S.A., sociedade anônima com sede na Av. João XXI, 63, Lisboa, Portugal, neste ato representada por seu representante legal, na qualidade de acionista vendedor ("**Acionista Vendedor**") da distribuição pública secundária de certificados de depósitos de ações representativos de ações preferenciais de emissão do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. ("**Unibanco**") e da Unibanco Holdings S.A. (respectivamente, "**Holdings**", "**Units**" e "**Oferta**") cujo pedido de registro está sob análise desta D. Comissão, vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5.º, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("**Instrução CVM 400**").

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

DECLARAÇÃO

Considerando que:

(i) o Acionista Vendedor constituiu assessores legais para lhe auxiliar na Oferta;

(ii) tendo em vista que no âmbito da Oferta, foi efetuada due diligence no Unibanco e na Holdings, iniciada em 21 de junho de 2005 ("**Due Diligence**"), sendo que a Due Diligence prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo;

(iii) foram disponibilizados pelo Unibanco e pela Holdings os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;

(iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Acionista Vendedor documentos e informações adicionais relativos ao Unibanco e à Holdings;

(v) segundo informado pelo Unibanco e pela Holdings, estes disponibilizaram para análise do Acionista Vendedor e de seus respectivos assessores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações, considerados relevantes sobre os negócios do Unibanco e da Holdings e de suas subsidiárias para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

O Acionista Vendedor declara que (i) o Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Units contém e o Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Units conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Units a serem ofertadas, do Unibanco, da Holdings, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes e foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando à Instrução CVM 400; e (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações no prestadas no Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Units e o Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Units são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Em conformidade com o artigo 56 e seus parágrafos 1° e 3°, da Instrução CVM 400, a declaração prestada pelo Acionista Vendedor e a extensão da responsabilidade por ele assumida por conta desta declaração, está limitada pelos pressupostos acima.

CAIXA BRASIL, SGPS, S.A.

Por:
Cargo: Administrador

Por:
Cargo: Administrador

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstrações Financeiras consolidadas da Holdings relativas aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2004, 31.12.2003 e 31.12.2002 e respectivo parecer dos auditores independentes
- Demonstrações Financeiras consolidadas do Unibanco relativas aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2004, 31.12.2003 e 31.12.2002 e respectivo parecer dos auditores independentes
- Informações Trimestrais da Holdings relativas ao período de seis meses encerrado em 30.06.2005, objeto de revisão limitada pelos auditores independentes
- Informações Trimestrais do Unibanco relativas ao período de seis meses encerrado em 30.06.2005, objeto de revisão limitada pelos auditores independentes

UNIBANCO HOLDINGS S.A. E
UNIBANCO HOLDINGS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2004

Senhores acionistas

Através de seu Conselho de Administração e sua Diretoria Executiva, a Unibanco Holdings S.A. submete à apreciação de V.Sas. seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Consolidadas, assim como o Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004. Tendo em vista que o patrimônio líquido da Unibanco Holdings S.A. está, substancialmente, investido no Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., seu desempenho e resultados operacionais refletem essa participação. As informações relativas ao desempenho do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., no exercício de 2004 estão descritas em seu Relatório da Administração e nas Demonstrações Financeiras.

Resultados e patrimônio líquido

O lucro líquido da Unibanco Holdings S.A., relativo ao exercício de 2004, atingiu R$708 milhões. O lucro por lote de mil ações, calculado pela quantidade das ações em circulação atingiu R$0,84 no exercício de 2004. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio foi de 15,6%. O patrimônio líquido ao final do exercício atingiu R$4.819 milhões e o valor patrimonial por ação foi de R$5,81.

Dividendos

Para o exercício findo 31 de dezembro de 2004, foi proposto pela Unibanco Holdings S.A. o pagamento de juros aos acionistas, a título de antecipação do obrigatório, no montante de R$262,6 milhões, com pagamento antecipado no próprio exercício de R$118,7milhões. O montante proposto em 2004 de R$223,2milhões, líquido de imposto de renda na fonte, representa R$0,26 por ação em circulação no encerramento do exercício.

Auditoria Independente

No intuito de manter a relação de independência com seus auditores externos, a administração da Unibanco Holdings tem como política limitar os serviços outros que não sejam de auditoria independente. Informamos que no período findo em 31 de dezembro de 2004, o Unibanco contratou outros serviços profissionais não enquadrados como serviços de auditoria independente da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes no montante de R$ 1.606 mil, que representaram cerca de 33,1% dos honorários consolidados de auditoria externa, dos quais R$ 1.553 mil referem-se ao apoio técnico no projeto desenvolvido para atendimento ao artigo 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes – Oxley, que teve início em outubro de 2004 e tem duração prevista até setembro de 2005. A política adotada pelo Unibanco Holdings e Unibanco atende aos princípios que preservam a independência do Auditor de acordo às normas brasileiras e internacionais. Os contratos celebrados com os auditores independentes em data posterior à implantação do Comitê de Auditoria foram submetidos a exame do referido órgão e aprovados. Além disso, a Unibanco Holdings e o Unibanco, em discussão com seus auditores independentes, concluiu que estes serviços são consistentes com a função do auditor independente e não representam nenhuma violação das normas de independência aplicáveis e não afetam a objetividade dos auditores, em razão do escopo e dos procedimentos executados.

Considerações finais

Os objetivos alcançados ao longo do exercício de 2004 se devem principalmente à confiança que os acionistas depositaram em nossa gestão. A eles prestamos nossos sinceros agradecimentos.

São Paulo, Fevereiro de 2005.
A Diretoria Executiva
O Conselho de Administração

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Unibanco Holdings S.A.

1 Examinamos os balanços patrimoniais da Unibanco Holdings S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas (Unibanco Holdings Consolidado) em 31 de dezembro de 2004 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do semestre e exercício findos nessa data da Unibanco Holdings e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa mesma data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Unibanco Holdings e empresas controladas, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Unibanco Holdings, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unibanco Holdings e da Unibanco Holdings Consolidado em 31 de dezembro de 2004 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos do semestre e exercício findos nessa data da Unibanco Holdings, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desse exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do fluxo de caixa, apresentada na nota 21 para propiciar informações suplementares sobre a Unibanco Holdings e a Unibanco Holdings Consolidado, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras. A demonstração do fluxo de caixa foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5 O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2003, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 9 de fevereiro de 2004, sem ressalvas.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2005.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

UNIBANCO HOLDINGS S.A. E
UNIBANCO HOLDINGS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
ATIVO	**2004**	**2003**	**2004**	**2003**
CIRCULANTE	**169.041**	**135.823**	**56.971.587**	**48.002.795**
Disponibilidades	18	3	1.561.264	1.083.301
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	14.215.480	10.930.296
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	11.505.301	9.812.553
Relações interfinanceiras	-	-	4.792.058	4.139.812
Relações interdependências	-	-	142.484	12.922
Operações de crédito	-	-	19.587.437	16.793.831
Provisão para perdas em operações de crédito	-	-	(1.264.443)	(1.191.970)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	338.431	259.295
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	-	-	(4.845)	(5.668)
Outros créditos	169.023	135.820	5.746.567	5.777.378
Provisão para perdas em outros créditos	-	-	(30.943)	(25.635)
Outros valores e bens	-	-	382.796	416.680
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**40.538**	**11.703**	**19.680.578**	**18.450.192**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	161.360	30.616
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	40.538	11.703	5.098.636	5.692.889
Relações interfinanceiras	-	-	45.963	40.341
Operações de crédito	-	-	8.839.645	8.141.382
Provisão para perdas em operações de crédito	-	-	(353.648)	(313.253)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	301.618	215.289
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	-	-	(4.504)	(5.268)
Outros créditos	-	-	5.491.440	4.598.478
Provisão para perdas em outros créditos	-	-	(11.084)	(6.849)
Outros valores e bens	-	-	111.152	56.567
PERMANENTE	**4.819.078**	**4.262.645**	**2.723.562**	**3.201.708**
Investimentos	4.819.078	4.262.645	1.157.990	1.555.599
Participações em controladas e coligadas	4.819.078	4.262.645	110.627	43.021
No país	4.819.078	4.262.645	110.627	43.021
No exterior	-	-	-	-
Ágio na aquisição empresas controladas	-	-	876.700	1.358.026
Outros investimentos	-	-	233.540	218.186
Provisão para perdas	-	-	(62.877)	(63.634)
Imobilizado	-	-	851.095	988.338
Diferido	-	-	714.477	657.771
T O T A L	**5.028.657**	**4.410.171**	**79.375.727**	**69.654.695**

UNIBANCO HOLDINGS S.A. E
UNIBANCO HOLDINGS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO	**2004**	**2003**	**2004**	**2003**
CIRCULANTE	**159.127**	**126.446**	**44.858.594**	**39.741.770**
Depósitos	-	-	24.220.384	17.422.108
Captações no mercado aberto	-	-	7.565.261	7.183.988
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	1.220.882	2.917.961
Relações interfinanceiras	-	-	21.317	20.488
Relações interdependências	-	-	387.857	373.616
Obrigações por empréstimos no país	-	-	141.642	257.908
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	2.047.411	2.895.468
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	-	-	1.597.705	2.068.121
Obrigações por repasses do exterior	-	-	45.871	38.457
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	197.982	125.461
Outras obrigações	159.127	126.446	7.412.282	6.438.194
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**50.508**	**18.358**	**25.481.380**	**21.842.933**
Depósitos	-	-	9.269.480	7.922.805
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	358.313	547.292
Obrigações por empréstimos no país	-	-	6.688	869
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	627.188	357.676
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	-	-	3.563.981	3.595.468
Obrigações por repasses do exterior	-	-	208.385	214.823
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	71.448	127.585
Outras obrigações	50.508	18.358	11.375.897	9.076.415
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**-**	**-**	**156.947**	**78.431**
PATRIMONIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	**-**	**-**	**4.059.784**	**3.726.194**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.819.022**	**4.265.367**	**4.819.022**	**4.265.367**
Capital social	1.863.450	1.863.450	1.863.450	1.863.450
Reservas de capital	413.729	413.729	413.729	413.729
Reserva de reavaliação em empresas controladas	4.454	4.760	4.454	4.760
Reservas de lucros	2.656.221	2.224.324	2.656.221	2.224.324
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	(49.853)	(130.502)	(49.853)	(130.502)
Ações em tesouraria	(68.979)	(110.394)	(68.979)	(110.394)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA	**-**	**-**	**8.878.806**	**7.991.561**
T O T A L	**5.028.657**	**4.410.171**	**79.375.727**	**69.654.695**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

UNIBANCO HOLDINGS S.A. E
UNIBANCO HOLDINGS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2004	2003	2004	2003
RECEITA DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**-**	**-**	**12.370.128**	**12.204.719**
Operações de crédito	-	-	7.550.186	7.727.118
Operações de arrendamento mercantil	-	-	108.555	85.892
Resultado de títulos e valores mobiliários	-	-	3.029.135	2.303.944
Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização	-	-	883.421	870.444
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	460.799	533.621
Resultado de câmbio	-	-	(71.271)	161.662
Aplicações compulsórias	-	-	409.303	522.038
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**-**	-	**(7.171.540)**	**(7.006.720)**
Captações no mercado	-	-	(4.827.162)	(4.265.025)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdencia e capitalização	-	-	(545.453)	(439.616)
Empréstimos e repasses	-	-	(494.074)	(847.127)
Provisão para perdas com créditos	-	-	(1.304.851)	(1.454.952)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**-**	**-**	**5.198.588**	**5.197.999**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**723.269**	**609.985**	**(3.277.788)**	**(3.308.325)**
Receitas de prestação de serviços	-	-	3.240.631	2.842.079
Prêmios de seguros, capitalização e previdência privada	-	-	3.545.368	2.962.848
Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdencia privada	-	-	(1.278.317)	(963.170)
Sinistros	-	-	(895.957)	(856.228)
Despesas com beneficios de planos de previdência privada	-	-	(534.447)	(477.869)
Despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada	-	-	(262.066)	(158.604)
Despesas de comercialização de cartão de crédito	-	-	(329.541)	(233.474)
Despesas de pessoal	(55)	(43)	(2.013.954)	(1.772.673)
Outras despesas administrativas	(458)	(2.494)	(3.044.506)	(2.806.056)
Despesas tributárias	(32.680)	(12.108)	(800.516)	(646.139)
Resultado da equivalência patrimonial	752.231	622.166	13.861	435
Outras receitas operacionais	4.231	2.464	333.280	515.308
Outras despesas operacionais	-	-	(1.251.624)	(1.714.782)
RESULTADO OPERACIONAL	**723.269**	**609.985**	**1.920.800**	**1.889.674**
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	**-**	**-**	**38.334**	**10.522**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**723.269**	**609.985**	**1.959.134**	**1.900.196**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(15.677)**	**(7.122)**	**(354.542)**	**(500.346)**
Provisão para imposto de renda	(11.622)	(3.838)	(565.570)	(182.737)
Provisão para contribuição social	(4.055)	(1.412)	(110.112)	(82.492)
Constituição(realização) de ativo fiscal diferido	-	(1.872)	321.140	(235.117)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	**-**	**-**	**(235.684)**	**(226.897)**
Administradores	-	-	(5.105)	(14.791)
Empregados	-	-	(230.579)	(212.106)
RESULTADO EXTRAORDINÁRIO (Nota 7 (c))	**-**	**-**	**(1.142)**	**-**
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	**707.592**	**602.863**	**1.367.766**	**1.172.953**
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	-	-	**(660.174)**	**(570.090)**
LUCRO LÍQUIDO	**707.592**	**602.863**	**707.592**	**602.863**

Número de ações em circulação (Nota 15 (a))	829.913.127	81.972.742.551
Lucro líquido por lote de 1.000 ações: R$	852,61	7,35
Valor patrimonial por lote de 1000 ações:R$	5.806,66	52,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

UNIBANCO HOLDINGS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais

				Reservas de lucros						
	Capital social	**Reserva de capital**	**Reserva de reavaliação em controlada**	**Reserva legal**	**Reserva de lucros a realizar**	**Reserva especial de dividendos**	**Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e derivativos**	**Ações em tesouraria**	**Lucros acumulados**	**Total**
Em 1° de Janeiro de 2003	**1.863.450**	**413.729**	**934**	**135.046**	**1.698.256**	**36.603**	**(156.345)**	**(39.758)**	**-**	**3.951.915**
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	(70.636)	-	(70.636)
Ajuste de exercícios anteriores	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	(20.235)	(20.235)
Reversões de reservas	-	-	-	-	(20.235)	-	-	-	20.235	-
Constituição de reserva de reavaliação de bens em controladas	-	-	3.826	-	-	-	-	-	-	- 3.826
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	-	-	-	25.843	-	-	- 25.843
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	602.863	602.863
Constituição de reservas	-	-	-	30.144	344.510	-	-	-	(374.654)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(228.209)	(228.209)
Em 31 de dezembro de 2003	**1.863.450**	**413.729**	**4.760**	**165.190**	**2.022.531**	**36.603**	**(130.502)**	**(110.394)**	**-**	**4.265.367**
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.111)	(13.111)
Reversões de reservas	-	-	-	-	(13.111)	-	-	-	13.111	-
Alienação de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	41.415	-	41.415
Reserva de reavaliação em coligadas e controladas	-	-	(306)	-	-	-	-	-	-	(306)
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	-	-	-	80.649	-	-	80.649
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	707.592	707.592
Constituição de reservas	-	-	-	35.380	409.628	-	-	-	(445.008)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(262.584)	(262.584)
Em 31 de dezembro de 2004	**1.863.450**	**413.729**	**4.454**	**200.570**	**2.419.048**	**36.603**	**(49.853)**	**(68.979)**	**-**	**4.819.022**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

UNIBANCO HOLDINGS S.A. E
UNIBANCO HOLDINGS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2004	2003	2004	2003
Origens dos recursos				
Das operações sociais	**(44.639)**	**(19.303)**	**2.040.421**	**1.003.047**
Lucro líquido do exercício	707.592	602.863	707.592	602.863
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante				
Resultado da equivalência patrimonial	(752.231)	(622.166)	(13.861)	(435)
Provisão para perdas em investimentos	-	-	391	(9)
Amortização de ágio/deságio	-	-	968.908	49.301
Depreciações e amortizações	-	-	377.391	351.327
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	**-**	**-**	**80.649**	**25.843**
De terceiros	**336.595**	**256.649**	**4.092.618**	**2.810.583**
Aumento do exigível a longo prazo	32.150	9.699	3.638.447	569.232
Diminuição do realizável a longo prazo	-	-	-	1.809.732
Dividendos recebidos	304.445	246.950	650	17.281
Variação nos resultados de exercícios futuros	-	-	78.516	14.199
Variação das participações minoritárias	-	-	333.590	400.139
Alienação de ações em tesouraria	-	-	41.415	-
Alienação de Bens e Investimentos	**-**	**-**	**375.716**	**118.815**
Investimentos	-	-	200.590	25.695
Imobilizado de uso	-	-	175.126	93.120
Total das origens	**291.956**	**237.346**	**6.589.404**	**3.958.288**
Aplicações de recursos				
No ativo permanente	**-**	**-**	**1.244.466**	**387.146**
Investimentos			772.486	27.713
Imobilizado de uso e de arrendamento	-	-	224.290	214.664
Diferido	-	-	247.690	144.769
No realizável a longo prazo	28.835	7.943	1.230.386	-
Ajuste no Patrimônio Líquido	-	-	-	20.235
Aquisição de ações próprias	-	-	-	70.636
Dividendos distribuídos/propostos	262.584	228.209	262.584	228.209
Total das aplicações	**291.419**	**236.152**	**2.737.436**	**706.226**
Aumento do capital circulante	**537**	**1.194**	**3.851.968**	**3.252.062**
Variações do capital circulante				
Ativo circulante	**33.218**	**23.408**	**8.968.792**	**(3.770.680)**
No fim do exercício	169.041	135.823	56.971.587	48.002.795
No início do exercício	135.823	112.415	48.002.795	51.773.475
Passivo circulante	**32.681**	**22.214**	**5.116.824**	**(7.022.742)**
No fim do exercício	159.127	126.446	44.858.594	39.741.770
No início do exercício	126.446	104.232	39.741.770	46.764.512
Aumento do capital circulante	**537**	**1.194**	**3.851.968**	**3.252.062**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Unibanco Holdings S.A. (Unibanco Holdings) foi constituída com o objetivo de participar do capital social do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

As atividades operacionais da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas, direta ou indiretamente e em conjunto, no Brasil e no exterior, incluem, além das atividades financeiras do Conglomerado Unibanco, outras atividades desenvolvidas por empresas controladas com objetivos específicos, principalmente com relação a serviços de seguros, cartão de crédito, capitalização e previdência privada.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Unibanco Holdings S.A. (Controladora) estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas (Consolidado) que abrangem as demonstrações financeiras da Unibanco Holdings S.A. e da sua controlada Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., suas agências no exterior, das empresas controladas, direta ou indiretamente e das sociedades controladas em conjunto, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação emanados da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil, tendo sido eliminados as participações, os saldos de balanço, as receitas e despesas e os resultados não realizados entre as empresas. Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada.

As demonstrações financeiras das empresas controladas Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil foram reclassificadas, extracontabilmente, objetivando refletir no consolidado sua posição financeira e seu resultado, de conformidade com o método financeiro.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Foram utilizadas estimativas e premissas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, na apuração de certas reservas vinculadas aos negócios de seguros e previdência privada e na seleção de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Para melhor comparabilidade foi efetuada no Unibanco Consolidado reclassificação na demonstração do resultado do exercício de 2003, do “Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização” e do “Resultado de títulos e valores mobiliários”, no montante de despesas líquidas de R$486.261, de “Outras Receitas (Despesas) Operacionais” para “Resultado Bruto da Intermediação Financeira”.

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Unibanco e por suas empresas controladas emanam das disposições da legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência e considera:

- os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata temporis,* incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo;
- os efeitos de provisões para ajustar ativos para o valor de mercado ou de realização;
- os ajustes das reservas técnicas dos seguros, planos de previdência privada e de capitalização contratados;
- os prêmios de seguro, assim como suas correspondentes despesas de comercialização, são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices e ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e das despesas de comercialização diferidas, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices.
- comissões de agenciamento de seguros são diferidas no resultado, de forma linear, pelo prazo de 12 meses.
- o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial;
- a parcela atribuível ao imposto de renda, calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos;
- a parcela correspondente à contribuição social, calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda; e
- os créditos tributários constituídos sobre as diferenças intertemporais entre o resultado contábil e o fiscal e sobre prejuízos fiscais.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados ao custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzido das correspondentes rendas de realização futura e/ou de provisões para perdas, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros objetos de *hedge*, os quais estão demonstrados conforme apresentado no item (c).

A provisão para perdas com créditos é constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. A análise das operações de crédito em aberto, para concluir quanto à necessária provisão para perdas com créditos, leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central do Brasil.

(c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados quando de sua aquisição em três categorias, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e freqüentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda - adquiridos como parte da estratégia na administração do risco de mercado, podendo ser negociados como resultado de variações nas taxas de juros, mudanças nas condições de pagamentos ou outros fatores. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". Os ganhos e perdas realizados são reconhecidos no resultado do período, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não.

- Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

  - *hedge* de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e

  - *hedge* de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

- Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes ou por conta própria, que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

(d) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 89/02. Nos termos da Resolução nº 61/01, uma avaliação atuarial das carteiras, com periodicidade anual, é realizada e encaminhada à Superintendência de Seguros Privados, com parecer atuarial.

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela de prêmio do seguro retido correspondente ao período de risco ainda não decorrido, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados.

A provisão para insuficiência de prêmios, quando existente, é calculada segundo Nota Técnica Atuarial (NTA) encaminhada a Superintendência de Seguros Privados.

As provisões matemáticas, relativas aos planos de Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de sobrevivência e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). As provisões matemáticas representam o valor dos benefícios futuros, estimados com base em métodos e pressupostos atuariais. A provisão de "Benefícios a conceder" refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada.

Os rendimentos financeiros creditados aos participantes nas provisões técnicas são classificados como "Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização".

A provisão para pagamento de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

É constituída provisão para sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados ("Provisão de IBNR"), cujo valor foi determinado com base em cálculos atuariais que consideram a experiência histórica e metodologia prevista em Nota Técnica submetida e aprovada pela Superintendência de Seguros Privados.

(e) Permanente

Os investimentos, o imobilizado e o diferido são registrados ao custo.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7. Os efeitos apurados nas empresas controladas e coligadas decorrentes de avaliação dos títulos e valores mobiliários e dos derivativos, conforme item (c) anterior, foram reconhecidos na controladora de forma a manter o registro original efetuado nas empresas controladas e coligadas.

Os outros investimentos estão representados, principalmente, por investimentos avaliados ao custo, ajustados por provisão para perdas quando aplicável, e por títulos patrimoniais das Bolsas de Valores e de Mercadorias ajustados aos valores patrimoniais.

O ágio apurado na aquisição de empresas controladas é amortizado em até dez anos, de acordo com a expectativa de lucros futuros. Na incorporação da empresa controlada com perecimento ou abandono da marca adquirida, o ágio correspondente é integralmente amortizado.

O imobilizado é depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%, móveis e equipamentos de uso e de segurança - 10%, e sistemas de comunicação, processamento de dados e de transportes - 20%.

O diferido é representado, substancialmente, por benfeitorias em propriedades de terceiros e por aquisição e desenvolvimento de softwares. A amortização ocorre na vigência dos direitos contratuais ou no prazo de cinco anos a partir do início de sua utilização.

(f) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, exceto os valores relativos aos instrumentos financeiros derivativos e passivos objeto de *hedge*, os quais estão demonstrados conforme item (c) anterior.

4. Títulos e Valores Mobiliários

(a) Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

	Consolidado	
Títulos	**2004**	**2003**
Para negociação	7.937.538	5.845.398
Disponíveis para venda	3.255.638	3.452.227
Mantidos até o vencimento	4.830.720	5.772.601
Subtotal	**16.023.896**	**15.070.226**
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 20(g))	580.041	435.216
Total	**16.603.937**	**15.505.442**
Circulante	**11.505.301**	**9.812.553**
Longo prazo	**5.098.636**	**5.692.889**

(b) Títulos para negociação

				Consolidado
		2004		**2003**
Emissor/Tipo de aplicação	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Governo federal	**2.297.479**	**2.295.205**	**2.875.250**	**2.880.626**
Letras Financeiras do Tesouro	234.489	234.082	941.476	941.266
Letras do Tesouro Nacional	1.994.353	1.991.639	1.800.998	1.805.427
Notas do Banco Central	-	-	3.099	3.135
Notas do Tesouro Nacional	68.637	69.484	129.677	130.798
Dívida externa brasileira	**55.259**	**54.821**	**210.426**	**216.637**
Instituições financeiras	**-**	**-**	**153.091**	**153.802**
Eurobonds	-	-	88.746	89.457
Certificado de depósito bancário	-	-	64.345	64.345
Fundos mútuos de investimentos (1)	**5.025.497**	**5.025.497**	**2.318.134**	**2.318.134**
Empresas não financeiras	**48.947**	**78.089**	**-**	**-**
Debêntures	48.947	78.089	-	-
Outros	**491.730**	**483.926**	**221.789**	**276.199**
Total	**7.918.912**	**7.937.538**	**5.778.690**	**5.845.398**

(1) Fundos mútuos de investimentos são substancialmente decorrentes das empresas de seguros, de previdência privada e de capitalização e a carteira desses fundos é representada principalmente por títulos do governo federal.

Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, dado serem ativa e freqüentemente negociados.

(c) Títulos disponíveis para venda

(i) Por tipo:

						Consolidado
			2004			2003
Emissor/Tipo de aplicação	**Custo atualizado**	**Ajuste ao valor de mercado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Ajuste ao valor de mercado**	**Valor de mercado**
Governo federal	**578.435**	**(14.347)**	**564.088**	**716.207**	**6.183**	**722.390**
Letras do Tesouro Nacional	1.241	(7)	1.234	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	495.883	257	496.140	320.182	1.496	321.678
Notas do Banco Central	-	-	-	183.640	8.057	191.697
Bônus do Tesouro Nacional	5.204	(415)	4.789	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	137.433	9.116	146.549
Outros	76.107	(14.182)	61.925	74.952	(12.486)	62.466
Dívida externa brasileira	**26.022**	**-**	**26.022**	**-**	**-**	**-**
Governo estrangeiro	**-**	**-**	**-**	**29.171**	**(13)**	**29.158**
Notas do tesouro norte-americano	-	-	-	29.171	(13)	29.158
Empresas não financeiras	**1.945.073**	**(113.272)**	**1.831.801**	**2.071.643**	**(89.192)**	**1.982.451**
Debêntures	1.836.593	(102.888)	1.733.705	1.991.334	(79.937)	1.911.397
Eurobonds	53.467	-	53.467	20.366	59	20.425
Outros	55.013	(10.384)	44.629	59.943	(9.314)	50.629
Instituições financeiras	**220.507**	**1.530**	**222.037**	**264.442**	**4.901**	**269.343**
Eurobonds	67.368	7	67.375	131.285	2.006	133.291
Letras hipotecárias	126.385	1.521	127.906	111.458	2.895	114.353
Certificado de depósito bancário	26.754	2	26.756	20.151	-	20.151
Outros	-	-	-	1.548	-	1.548
Carteira de ações	**107.877**	**(4.380)**	**103.497**	**171.310**	**(20.747)**	**150.563**
Fundos mútuos de investimentos (1)	**508.193**	**-**	**508.193**	**298.322**	**-**	**298.322**
Total	**3.386.107**	**(130.469)**	**3.255.638**	**3.551.095**	**(98.868)**	**3.452.227**

(1) Fundos mútuos de investimentos são substancialmente decorrentes das empresas de seguros, de previdência privada e de capitalização e a carteira desses fundos é representada principalmente por títulos do governo federal.

(ii) Por vencimento:

				Consolidado
		2004		2003
Prazo	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Até 3 meses	415.687	367.250	204.245	187.003
De 3 meses a 1 ano	648.652	643.961	569.984	560.548
De 1 a 3 anos	901.573	907.993	1.226.465	1.216.559
De 3 a 5 anos	312.791	307.679	491.675	502.996
De 5 a 15 anos	289.728	295.813	408.694	416.867
Mais de 15 anos	36.078	22.178	-	-
Indeterminado (1)	781.598	710.764	650.032	568.254
Total	**3.386.107**	**3.255.638**	**3.551.095**	**3.452.227**

(1) Refere-se a ações de companhias de capital aberto e fundos mútuos de investimentos.

(d) Títulos mantidos até o vencimento

(i) Por tipo:

	Consolidado	
	2004	2003
Emissor/Tipo de aplicação	Custo atualizado	
Governo federal	**2.341.685**	**4.282.405**
Letras Financeiras do Tesouro	180.633	186.666
Letras do Tesouro Nacional	-	259
Notas do Banco Central	388.566	1.259.138
Notas do Tesouro Nacional	1.763.497	2.821.900
Outros	8.989	14.442
Dívida externa brasileira	**2.178.180**	**1.139.934**
Empresas não financeiras	**214.319**	**291.575**
Eurobonds	214.319	291.575
Instituições financeiras	**96.536**	**58.687**
Eurobonds	96.536	58.687
Total	**4.830.720**	**5.772.601**

O valor de mercado desses títulos montava a R$5.072.417 (2003 – R$6.166.230). As diferenças entre o custo atualizado e o valor de mercado, nos montantes de R$241.697 (2003 – R$393.629), correspondem, principalmente, aos títulos de emissão do governo federal e da dívida externa brasileira.

(ii) Por vencimento:

	Consolidado	
	2004	2003
Prazo	Custo atualizado	
Até 3 meses	1.019.073	983.788
De 3 meses a 1 ano	363.849	1.341.709
De 1 a 3 anos	1.266.150	2.216.171
De 3 a 5 anos	431.856	377.580
De 5 a 15 anos	1.109.799	710.822
Mais de 15 anos	639.993	142.531
Total	**4.830.720**	**5.772.601**

(iii) Capacidade financeira

Unibanco Holdings e suas controladas classificaram parte da sua carteira como títulos mantidos até o vencimento, tendo como parâmetros para definir a capacidade financeira, os vencimentos, as taxas de juros (existência de *spread* positivo) e as moedas das suas operações passivas.

(e) Apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado de acordo com modelo de precificação interno, estabelecido com base nas taxas médias divulgadas pelas Bolsas de Valores, associações de classe e agências externas para o último dia do exercício.

5. Operações de Crédito e Provisão para Perdas

(a) Composição das operações de crédito por tipo e prazo:

	Consolidado	
	2004	**2003**
Por tipo		
Empréstimos e títulos descontados	11.927.668	10.450.686
Financiamentos	10.357.157	9.639.591
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.054.928	812.613
Financiamentos imobiliários	1.066.182	846.688
Cartões de crédito	4.021.147	3.185.635
Total de operações de crédito	**28.427.082**	**24.935.213**
Operações de arrendamento mercantil	640.049	474.584
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (1)	1.261.327	1.640.993
Total de arrendamento mercantil e adiantamentos sobre contratos de câmbio	**1.901.376**	**2.115.577**
Avais e fianças honrados	35	8.057
Outros créditos (2)	1.467.293	619.657
Total de outros créditos	**1.467.328**	**627.714**
Responsabilidade por financiamento a titulares de cartão de crédito (3)	**-**	**238.826**
Total do risco	**31.795.786**	**27.917.330**
Por vencimento		
Vencidos a partir de 15 dias (nota 5 (d))	1.240.112	1.433.341
A vencer:		
Até 3 meses (4)	12.308.087	10.788.719
De 3 meses a 1 ano	8.951.974	7.319.594
De 1 a 3 anos	6.525.590	5.774.210
Acima de 3 anos	2.770.023	2.601.466
Total do risco	**31.795.786**	**27.917.330**

(1) Registrados em "Outras obrigações" - "Carteira de câmbio".
(2) Outros créditos compreendem, principalmente, devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber.
(3) Registrado em contas de compensação.
(4) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

(b) Composição das operações de crédito por atividade econômica:

				Consolidado
		2004		2003
	Valor	% distribuição	Valor	% distribuição
Industrial				
Eletricidade, gás e água	1.653.834	5,2	1.271.959	4,5
Papel, celulose e produtos de papel e de madeira	1.252.758	3,9	1.039.671	3,7
Alimentos, bebidas e cigarros	1.135.659	3,6	1.361.930	4,9
Indústria automobilística	999.763	3,1	1.221.041	4,4
Produção de máquinas e equipamentos	854.964	2,7	626.482	2,2
Química e farmacêutica	825.825	2,6	1.081.541	3,9
Metalurgia básica	779.858	2,5	838.963	3,0
Petróleo	419.554	1,3	479.183	1,7
Mineração	381.866	1,2	416.097	1,5
Têxtil, roupas e artigos de couro	371.538	1,2	286.317	1,0
Eletrônica e equipamentos de comunicação	332.500	1,0	116.791	0,4
Borracha e plástico	204.107	0,6	107.898	0,4
Produção de bens metálicos	173.832	0,5	270.704	1,0
Elétrico e eletrônico	148.443	0,5	158.696	0,6
Outras indústrias manufatureiras	20.792	0,1	7.359	-
Subtotal	**9.555.293**	**30,0**	**9.284.632**	**33,2**
Comercial				
Varejo	1.917.960	6,0	1.558.713	5,6
Atacado	1.187.244	3,7	1.224.434	4,4
Subtotal	**3.105.204**	**9,7**	**2.783.147**	**10,0**
Serviço financeiro				
Instituições financeiras	322.287	1,1	164.646	0,6
Seguradoras e fundos de pensão	4.804	-	5.276	-
Subtotal	**327.091**	**1,1**	**169.922**	**0,6**
Empréstimos para construção residencial	**304.593**	**1,0**	**263.264**	**0,9**
Serviços				
Transporte	1.561.361	4,9	1.196.014	4,3
Correios e telecomunicações	1.262.392	4,0	1.157.981	4,1
Construção	431.033	1,4	423.843	1,5
Imobiliários	392.927	1,2	387.055	1,4
Agrícolas	280.272	0,9	306.142	1,1
Atividades associativas	152.059	0,5	100.497	0,4
Educação	146.393	0,5	107.467	0,4
Saúde e serviços sociais	145.931	0,5	126.595	0,5
Hotelaria e alimentação	95.598	0,3	73.969	0,3
Atividades recreativas, culturais e desportivas	95.539	0,3	149.812	0,5
Outros serviços	1.470.154	4,6	1.051.873	3,7
Subtotal	**6.033.659**	**19,1**	**5.081.248**	**18,2**
Agricultura, criação de animais, reflorestamento e pesca	**899.871**	**2,8**	**746.619**	**2,7**
Pessoa física				
Financiamentos e crédito ao consumidor	6.483.092	20,4	5.407.169	19,5
Cartão de crédito	4.021.147	12,6	3.424.461	12,3
Empréstimos para mutuários - hipoteca residencial	839.873	2,6	650.640	2,3
Leasing - arrendamento mercantil	70.906	0,2	40.234	0,1
Outros financiamentos	155.057	0,5	65.994	0,2
Subtotal	**11.570.075**	**36,3**	**9.588.498**	**34,4**
Total	**31.795.786**	**100,0**	**27.917.330**	**100,0**

(c) Concentração de operações de crédito:

				Consolidado
		2004		2003
Maiores devedores	**Valor**	**% total**	**Valor**	**% total**
10 maiores clientes	2.953.573	9,3	2.858.853	10,2
50 seguintes maiores clientes	4.492.645	14,1	5.245.550	18,8
100 seguintes maiores clientes	3.650.123	11,5	3.495.835	12,5
Demais clientes	20.699.445	65,1	16.317.092	58,5
Total	**31.795.786**	**100,0**	**27.917.330**	**100,0**

(d) Composição da carteira de operações de crédito e da provisão para perdas nos correspondentes níveis de risco:

								Consolidado
								2004
			Créditos de curso anormal					
Nível de Risco	**% provisão mínima requerida**	**Créditos de curso normal**	**Parcelas a vencer**	**Parcelas vencidas** (1)	**Total das operações**	**Distribuição %**	**Total da provisão**	**% efetivo de provisão**
AA	-	12.690.365	-	-	12.690.365	39,9	11.641	0,1
A	0,5	11.813.947	-	-	11.813.947	37,2	73.417	0,6
B	1,0	2.288.203	221.394	160.325	2.669.922	8,4	30.401	1,1
C	3,0	1.388.855	213.240	151.989	1.754.084	5,5	100.842	5,7
D	10,0	976.599	156.139	187.600	1.320.338	4,2	331.895	25,1
E	30,0	219.792	78.598	154.547	452.937	1,4	156.779	34,6
F	50,0	23.330	59.011	112.865	195.206	0,6	110.410	56,6
G	70,0	147.645	45.023	89.084	281.752	0,9	236.847	84,1
H	100,0	69.337	164.196	383.702	617.235	1,9	617.235	100,0
Total		**29.618.073**	**937.601**	**1.240.112**	**31.795.786**	**100,0**	**1.669.467**	
% sobre o total do risco							**5,3%**	

								Consolidado
								2003
			Créditos de curso anormal					
Nível de Risco	**% provisão mínima requerida**	**Créditos de curso normal**	**Parcelas a vencer**	**Parcelas vencidas (1)**	**Total das operações**	**Distribuição %**	**Total da provisão**	**% efetivo de Provisão**
AA	-	10.897.051	-	-	10.897.051	39,0	10.012	-
A	0,5	9.609.034	-	-	9.609.034	34,4	70.606	0,7
B	1,0	2.429.316	117.190	198.286	2.744.792	9,8	41.696	1,5
C	3,0	1.534.932	397.149	287.095	2.219.176	8,0	94.532	4,3
D	10,0	504.654	122.004	136.446	763.104	2,8	203.293	26,6
E	30,0	259.141	77.670	231.287	568.098	2,0	180.068	31,7
F	50,0	56.433	60.179	124.186	240.798	0,9	129.632	53,8
G	70,0	51.645	46.310	96.934	194.889	0,7	138.416	71,0
H	100,0	181.152	140.129	359.107	680.388	2,4	680.388	100,0
Total		**25.523.358**	**960.631**	**1.433.341**	**27.917.330**	**100,0**	**1.548.643**	
% sobre o total do risco							**5,5%**	

(1) Inclui os créditos vencidos a partir de 15 dias.

A provisão para perdas com créditos é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682, do Conselho Monetário Nacional. Os percentuais mínimos para cada nível de risco são obedecidos como regra geral. Entretanto, percentuais mais elevados, dentro de cada faixa de risco, são utilizados com base no julgamento e experiência da administração, de forma a contemplar avaliações mais prudentes do risco de determinados clientes, operações ou carteiras.

(e) O saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional, era de R$768.865 (2003 – R$803.424). Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados contra prejuízo e foram registradas de forma a manter a classificação

de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação. Tais operações somente recebem uma melhoria de classificação após pagamento relevante da dívida renegociada, sendo estabelecido o pagamento de percentual mínimo de 25% para fins de reclassificação.

(f) Movimentação da provisão para perdas com créditos no exercício:

	Consolidado	
	2004	**2003**
Saldo inicial	**1.548.643**	**1.590.593**
Constituição de provisão no exercício	1.554.851	1.454.952
Saldos de empresas adquiridas	144.949	-
Saldo de empresa alienada	(119.362)	-
Créditos baixados contra a provisão no exercício	(1.459.614)	(1.496.902)
Saldo final	**1.669.467**	**1.548.643**
Recuperação de créditos no exercício (1)	**336.831**	**415.235**

(1) As recuperações de créditos foram registradas em receitas de "Operações de crédito" e "Operações de arrendamento mercantil".

6. Outros Créditos

				Consolidado
		2004		**2003**
	Circulante	**Realizável a longo prazo**	**Circulante**	**Realizável a longo prazo**
Créditos por avais e fianças honrados	-	35	-	8.057
Carteira de câmbio	2.014.363	29	2.712.660	-
Rendas a receber	92.526	2.259	129.026	3.030
Negociação e intermediação de valores	118.674	2.591	237.718	-
Créditos tributários (Nota 17(a))	674.566	2.160.573	658.210	1.808.401
Diversos	2.846.438	3.325.953	2.039.764	2.778.990
Total	**5.746.567**	**5.491.440**	**5.777.378**	**4.598.478**

A conta "Carteira de câmbio" inclui, principalmente, R$1.592.525 (2003 - R$2.156.444) de câmbio comprado a liquidar e R$409.470 (2003 – R$532.796) de direitos sobre vendas de câmbio, líquido dos adiantamentos contratados.

"Outros créditos – diversos" incluem, principalmente, devedores por depósitos em garantia no montante de R$2.151.163 (2003 - R$1.685.456); tributos antecipados no montante de R$666.487 (2003 - R$618.313); títulos e créditos a receber no montante de R$597.698 (2003 - R$560.799) e valores a receber – intercâmbio de cartões de crédito no montante de R$546.000 (2003 - R$557.449).

Outros créditos na controladora referem-se, basicamente, a juros sobre capital próprio no montante de R$143.007 (2003 - R$112.655), do Unibanco.

7. Participações em Controladas e Coligadas

(a) Sociedades controladas (controladora)

	UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S. A.	
	2004	**2003**
Informações sobre o investimento em 31 de dezembro		
Ações possuídas (sem valor nominal)		
Ordinárias	729.950.914	72.995.091.491
Preferenciais	100.010.302	8.977.650.949
Participação no capital ordinário - %	96,598	96,598
Participação total (direta) - % (1)	59,448	59,568
Patrimônio líquido	8.106.383	7.155.896
Capital social	5.000.000	3.690.602
Lucro líquido do exercício	1.283.208	1.052.346
Valor do investimento	4.819.078	4.262.645
Resultado da participação	752.231	622.166

(1) A participação total e o resultado da participação foram calculados com base nas ações em circulação do Unibanco.

(i) O valor dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos/a receber pelo Unibanco no exercício foi de R$304.445 (2003 – R$246.950).

(ii) A cotação das ações do Unibanco, em 30 de dezembro de 2004, na Bolsa de Valores de São Paulo, era de R$9,00 por ação ordinária e R$6,80 por ação preferencial.

(b) Empresas consolidadas

O resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas foi registrado em conta de resultado, sob o título de "Resultado da equivalência patrimonial". As perdas cambiais de agências e de controladas no exterior, no valor de R$82.934 (2003 – R$631.195) no Consolidado, foram registrados na conta "Outras despesas operacionais". Os investimentos em sociedades controladas e coligadas e os principais eventos que envolveram participações em sociedades controladas e coligadas foram os seguintes:

	Quantidade de ações ou quotas possuídas (mil)		Participação (%)	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
	Ordinárias	Preferenciais	Consolidado	ajustado	ajustado
Investimentos do Unibanco					
Controladas diretas					
Unipart Participações Internacionais Ltd.	1.302	-	100,000	918.038	70.767
Unicard Banco Múltiplo S.A. (1)	98.727.096	85.468.888	100,000	812.206	67.151
Unibanco AIG Seguros S.A.	345.014	188.793	49,707	1.240.704	202.688
Banco Fininvest S.A. (2)	4	1	99,940	578.197	196.641
Unibanco Companhia de Capitalização (3)	4.194	-	99,992	408.508	105.732
Banco Único S.A. (4)	2.769.089	2.769.390	99,980	217.502	127.507
Unibanco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	265	-	99,999	135.210	47.934
Banco Dibens S.A.	4.518.078	-	51,001	218.212	7.705
Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda. (3)	201.112	-	100,000	230.569	19.889
Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A.	40.467	40.467	100,000	85.480	2.294
Interbanco S.A.	19.000	-	99,999	72.355	16.835
Megbens Administração de Bens Ltda. (3)	390.249	-	100,000	394.072	9.305
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda. (3)	49.568	-	100,000	55.235	2.089
Hipercard Banco Múltiplo S.A. (5)	45.745	5.940	99,999	48.971	(1.433)
BWU Comércio e Entretenimento Ltda. (3) e (6)	67.562	-	59,792	65.262	7.784
Estrel Estudos Representação e Administração Ltda. (3)	1.867	-	100,000	35.757	(707)
Unibanco Asset Management – Banco de Investimento S.A. (7)	1.468	1.468	99,999	22.577	19.024
Unibanco Empreendimentos Ltda. (3)	150.489	-	100,000	123.488	1.676
Unibanco Investshop Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio S.A. (3)	779	779	100,000	15.955	7.163
Unibanco Serviços de Investimento Ltda. (7)	100	-	100,000	6.759	29.459
Tulipa Administração e Participações S.A. (8)	74.038	-	50,000	1.687.202	21.919
Principais controladas em conjunto (i)					
Banco Investcred Unibanco S.A. (Ponto Cred) (9)	95	-	49,997	175.092	51.211
Serasa S.A.	364	349	19,120	165.231	61.951
Tecnologia Bancária S.A.	762.278	-	21,432	133.228	11.147
Redecard S.A. (11)	200	400	31,943	53.552	148.738
Interchange Serviços S.A.	75.000.000	-	25,000	32.792	4.516
Companhia Hipotecária Unibanco – Rodobens (12)	6.055	-	50,000	7.878	(101)
Coligadas					
AIG Brasil Companhia de Seguros	54.214	-	49,999	92.159	16.919

Principais controladas diretas, indiretas e controladas em conjunto participadas por:	Quantidade de ações ou quotas possuídas (mil)		Participação (%)	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
	Ordinárias	Preferenciais	Unibanco Consolidado	ajustado	ajustado
Unipart Participações Internacionais Ltd. (i)					
Unibanco Cayman Bank Ltd.	13.252	-	100,000	339.136	3.056
Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A.	200	-	99,999	176.502	7.808
Unibanco Securities Ltd.	17.770	-	100,000	46.190	(9.227)
Unicorp Bank & Trust Ltd.	1.750	3.250	100,000	30.923	34.530
Unibanco AIG Seguros S.A. (i)					
Unibanco AIG Vida e Previdência S.A. (13)	32.074	-	99,977	189.803	45.487
Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A.	20.000	-	99,999	47.975	9.567
Banco Fininvest S.A.					
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	83	83	49.998	27.369	12.064
Creditec - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (2)	28.700	28.700	100,000	14.924	6.321
Hipercard Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (14)	7	-	100,000	180.020	80.564

(i) As participações apresentadas na coluna Consolidado referem-se ao percentual possuído pelas respectivas controladoras.

(1) As diferenças entre o lucro líquido e a equivalência patrimonial e o patrimônio líquido e o valor de investimento são decorrentes principalmente dos lucros a realizar sobre venda de empresas entre companhias do grupo, que estão sendo reconhecidos em função da amortização dos ágios apurados.

(2) O Unibanco, através de sua controlada Banco Fininvest, adquiriu no primeiro semestre de 2004 as operações da financeira Creditec-Crédito, Financiamento e Investimento S.A. pelo valor de R$50 milhões, apurando um ágio de R$39 milhões a ser amortizado com base em resultados futuros.

(3) No segundo trimestre de 2004 foi aprovada, em Assembléia Geral Extraordinária, a incorporação, no Unibanco, da totalidade da participação no Unibanco Representação e Participações Ltda – Unipart por seu valor patrimonial. No processo de incorporação estas empresas passaram a ser controladas diretamente pelo Unibanco.

(4) O Unibanco adquiriu, com base no balanço de 31 de maio de 2004, a totalidade das ações do Banco BNL do Brasil S.A. de titularidade da Banca Nazionale del Lavoro S.p.A. (BNL), apurando deságio de R$12.241. Em contrapartida, a BNL recebeu um bilhão de *Units*, passando a deter 1,43% do Unibanco. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 29 de setembro de 2004. Conforme Assembléia Geral Extraordinária de 22 de outubro de 2004 foi aprovada a alteração da denominação social de Banco BNL do Brasil S.A. para Banco Único S.A.

(5) Durante o terceiro trimestre, o Unibanco adquiriu 11.263 mil ações ordinárias e a totalidade das ações preferenciais do Banco1.net S.A., por aproximadamente R$38.378, passando a deter participação equivalente a 99,999% do capital total. A denominação social da empresa foi alterada de Banco1.net S.A. para Hipercard Banco Múltiplo S.A.

(6) Através de Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da BWU Comércio e Entretenimento Ltda. de 3 de agosto de 2004, foi aprovada a incorporação da BWU Representação e Participações Ltda.

(7) Em 15 de março de 2004 o Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A. distribuiu dividendos no valor de R$18.120 para sua controladora Unibanco, entregando o investimento que possuía na Unibanco Serviços de Investimento Ltda.

(8) Em Assembléia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2004, foi aprovado o aumento de capital da Tulipa Administração e Participações S.A. no valor de R$96.525, mediante versão da participação na Credicard S.A. Administradora de Cartões de Crédito. Em dezembro de 2004 as ações preferenciais da Tulipa Administração e Participações S.A. foram convertidas em ações ordinárias e a empresa foi alienada (conforme nota explicativa nº 7 (b)).

(9) No terceiro trimestre de 2004, os acionistas aprovaram, em Assembléia Geral Extraordinária, a incorporação da Estrel Participações S.A. pelo Banco Investcred Unibanco S.A.

(10) Participação alienada no exercício (conforme nota explicativa nº 7 (b)).

(11) No primeiro trimestre de 2004, o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. adquiriu de sua controlada Unibanco Representação e Participações Ltda., 199.990 ações ordinárias e 400.000 ações preferenciais da Redecard S.A., pelo valor patrimonial contábil.

(12) Através de Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., de 8 de março de 2004, foi aprovada a alteração da natureza jurídica da Sociedade, de sociedade comercial limitada para sociedade

anônima de capital fechado e também a alteração da denominação social de Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. para Companhia Hipotecária Unibanco – Rodobens. Tais alterações foram aprovadas pelo Banco Central do Brasil em 14 de setembro de 2004.

(13) Através da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2004, foi aprovada a alteração da denominação social de Phenix Seguradora S.A. para Unibanco AIG Vida e Previdência S.A., e em Assembléia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2004 foi aprovada a incorporação das empresas Phenix Participações Ltda. e Unibanco AIG Previdência S.A., respectivamente, pela Unibanco AIG Vida e Previdência S.A.

(14) Em 1º de março de 2004 o Unibanco adquiriu do grupo holandês Ahold, através de suas controladas Conabinu Participações Ltda. (controlada pelo Unicard Banco Múltiplo S.A.) e Unipart Participações Internacionais Ltd. a totalidade das quotas da Hipercard Administradora de Cartões de Crédito Ltda. O valor da transação, após a conclusão da due diligence, ocorrida no terceiro trimestre de 2004, foi de R$630 milhões apurando-se um ágio de R$415 milhões a ser amortizado em função da expectativa de resultados futuros em até dez anos.

(b) Reestruturação societária da Credicard e Orbitall

Em 29 de dezembro de 2004 foi concluído o processo de transferência da participação societária de 33% detida pelo Unibanco no capital social do Credicard Banco S.A.("Credicard") e no capital social da Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda ("Orbitall"), conforme reestruturação societária anunciada, ao mercado no dia 8 de novembro de 2004.

A participação societária no capital da Redecard S.A., empresa que atua na captura e transmissão de transações de cartões de crédito e débito foi mantida sem alteração.

(c) Resultado extraordinário

Para uma adequada análise das demonstrações financeiras do exercício, estão sendo apresentados como resultado extraordinário, líquido dos efeitos tributários (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido), o resultado apurado nessa alienação de participações societárias, bem como receitas e despesas não recorrentes relativas, basicamente, à amortização integral de ágios de empresas incorporadas, provisão para reestruturação e provisões complementares para créditos e contingências fiscais conforme segue:

Valor da alienação de participação societária (1)	1.531.676
Custo da participação societária	(150.312)
Resultado bruto da alienação	**1.381.364**
Amortização do saldo de ágios de empresas incorporadas	(828.198)
Provisão para reestruturação	(151.172)
Provisão para créditos e outros valores a receber	(364.002)
Provisão para contingências fiscais	(311.106)
Efeitos tributários	**271.972**
Montante líquido alocado no resultado extraordinário	**(1.142)**

(1) Líquido de provisão para eventuais ajustes decorrentes de cláusulas contratuais e eventos garantidos.

(d) Ágio na aquisição de empresas

Os ágios apurados na aquisição de empresas são amortizados em até dez anos, de acordo com a expectativa de lucros futuros, sendo o valor amortizado registrado em "Outras despesas operacionais". Neste exercício estão sendo integralmente amortizados e apresentados em resultado extraordinário, os ágios fundamentados em rentabilidade futura de empresas incorporadas e cuja marca tenha sido abandonada ou tenha perecido.

O saldo do ágio a amortizar e o valor amortizado, do Unibanco Consolidado, estão demonstrados no quadro a seguir:

	Saldo a amortizar		Amortização no exercício	
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Bandeirantes	-	841.352	841.352	3.858
Fininvest	322.749	348.900	26.152	18.661
Hipercard	394.345	-	20.664	-
Outros	159.606	167.774	80.740	26.782
Total	**876.700**	**1.358.026**	**968.908**	**49.301**

8. Imobilizado de Uso

	Consolidado	
	2004	**2003**
Imóveis de uso	581.889	687.631
Outras imobilizações de uso	1.262.275	1.259.891
Depreciações acumuladas	(993.069)	(959.184)
Total, líquido	**851.095**	**988.338**

9. Depósitos

	Consolidado			
	2004		2003	
	Circulante	**Exigível a longo prazo**	**Circulante**	**Exigível a longo prazo**
Depósitos a vista	3.220.062	-	2.728.552	-
Depósitos de poupança	5.965.586	-	5.917.859	-
Depósitos interfinanceiros	31.133	88.301	248.324	27.906
Depósitos a prazo	15.003.603	9.181.179	8.527.373	7.894.899
Total	**24.220.384**	**9.269.480**	**17.422.108**	**7.922.805**

10. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são representados, substancialmente, por letras hipotecárias emitidas no Brasil e por *euronotes* emitidos no exterior.

(a) As letras hipotecárias são atualizadas monetariamente, de acordo com o índice da TR, acrescido de juros médios de 12,99 % (2003 - 15,33%) a.a., com vencimentos até 24 de janeiro de 2006.

(g) Euronotes

		Consolidado	
Vencimento	**Moeda de emissão**	**2004**	**2003**
Até 3 meses	US$	335.397	725.856
	EUR	42.041	70.056
		377.438	**795.912**
De 3 a 12 meses	US$	400.679	937.973
	EUR	36.245	369.250
	R$	5.745	-
		442.669	**1.307.223**
De 1 a 3 anos	US$	71.337	359.430
	EUR	10.287	30.716
	R$	104.756	-
		186.380	**390.146**
De 3 a 5 anos	US$	**82.663**	**29.085**
De 5 a 15 anos	US$	**75.602**	**76.086**
Total		**1.164.752**	**2.598.452**

As taxas médias de juros eram de 2,92% (2003 - 5,05%) a.a.

(c) As demais emissões no exterior totalizaram R$37.722 (2003 – R$37.398), com vencimento até 4 de agosto de 2010 e taxa média de juros de 7,38% (2003 - 9,81%) a.a.

11. Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se principalmente a linhas de curto prazo, para refinanciamento de operações de câmbio, de importação e de exportação.

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm vencimentos até 2025, com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do Sistema BNDES.

As obrigações por repasses do exterior referem-se a linhas de longo prazo destinadas a financiamentos de projetos e comércio exterior, com vencimentos até 15 de dezembro de 2011 e taxa média de juros de 5,28% (2003 - 4,51%) a.a.

12. Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

A Unibanco Holdings é parte de processos judiciais envolvendo contingências tributárias. O Unibanco e suas controladas são parte de vários processos judiciais envolvendo principalmente contingências tributárias relacionadas ao imposto de renda, outros tributos e contingências por reclamações trabalhistas. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas ações, baseada na opinião de consultores externos. As provisões constituídas e respectivas variações no exercício eram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Saldo inicial	**18.358**	**8.659**	**1.830.519**	**1.554.835**
Saldo de empresas adquiridas/incorporadas	-	-	90.843	-
Saldo de empresas alienadas	-	-	(176.403)	-
Constituição	32.150	10.758	1.240.773	726.255
Pagamentos (1)	-	-	(549.085)	(431.730)
Reversão	-	(1.059)	-	(18.841)
Saldo final	**50.508**	**18.358**	**2.436.647**	**1.830.519**

(1) Em 2003, referem-se, principalmente, ao pagamento de obrigações fiscais e previdenciárias e à transferência de contingências fiscais para "Outras obrigações fiscais e previdenciárias" no montante de R$201.246 no Consolidado, haja vista a desistência de ações em decorrência de adesão à anistia fiscal

(a) Ações fiscais

A Unibanco Holdings e o Unibanco e suas controladas são autores de ações relativas a questões tributárias, em especial quanto à constitucionalidade da exigência de determinados tributos, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores judiciais. Estão provisionados R$1.156.971 (2003 – R$665.997) no Consolidado relativos as ações de questões tributárias registradas em "Outras obrigações fiscais e previdenciárias" no exigível a longo prazo.

(b) Ações trabalhistas

Sindicatos e ex-empregados intentaram ações trabalhistas contra o Unibanco e suas controladas para obter indenizações referentes a verbas trabalhistas. O valor das contingências trabalhistas é provisionado, com base na média histórica dos pagamentos efetuados. Estão provisionados R$815.358 (2003 – R$686.405) no Consolidado, relativos a reclamações trabalhistas.

Ex-empregados do Banco Nacional intentaram ações trabalhistas contra o Banco Nacional ou contra o Unibanco depois da aquisição de alguns dos ativos e passivos daquele banco. O Banco Nacional é o responsável por responder às perdas nessas ações e vem reembolsando o Unibanco, quando do encerramento das ações, por qualquer desembolso por ele efetuado a esse título. Adicionalmente, nas ações em que foram penhorados ativos, que hoje pertencem ao Unibanco, foram interpostos embargos de terceiros contra essas penhoras.

(c) Ações cíveis

O Unibanco e suas controladas também são acionados judicialmente em ações de outras naturezas, incluindo aquelas em que é parte juntamente com outras instituições financeiras brasileiras relacionadas, principalmente a: (i) planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro; (ii) aplicação de juros compostos em períodos menores que um ano nas suas operações; (iii) perdas relacionadas a contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial; (iv) danos morais e materiais. Essas contingências são provisionadas mediante a probabilidade de insucesso em cada tipo de ação. Estão provisionados R$464.318 (2003 – R$478.117) no Consolidado relativos as ações cíveis.

(d) Ações judiciais (Banco Bandeirantes e Banco Nacional)

Determinados ex-acionistas do Banorte (banco adquirido pelo Banco Bandeirantes antes do Unibanco adquirir o controle do Banco Bandeirantes) propuseram ações contra o Banco Bandeirantes e o Banco Central, visando a nulidade da intervenção do Banco Central no Banorte antes de sua aquisição pelo Banco Bandeirantes. Conforme o Acordo firmado entre o Unibanco e a Caixa Geral de Depósitos para a aquisição do controle do Banco Bandeirantes, a Caixa Geral de Depósitos assumiu total responsabilidade por todas essas ações. Assim sendo, não há necessidade de constituição de provisão para esse fim.

Os antigos controladores do Banco Nacional S.A. propuseram ações judiciais contra o Banco Central do Brasil e o Unibanco em função do processo de venda de certos ativos e passivos daquela instituição financeira. O Unibanco considera que essas ações não se sustentam, uma vez que a operação de aquisição de ativos e assunção de passivos operacionais do Banco Nacional S.A., pelo Unibanco, foi realizada de acordo com o PROER, programa instituído por lei no intuito principal de preservar os recursos dos depositantes e manter a confiança dos brasileiros nas instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional. A administração considera que não há necessidade de constituição de provisão para estas ações.

13. Outras Obrigações

				Consolidado
		2004		2003
	Circulante	Exigível a longo prazo	Circulante	Exigível a longo prazo
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	49.740	-	34.104	-
Carteira de câmbio	943.902	-	1.163.436	-
Sociais e estatutárias	389.872	-	272.465	-
Fiscais e previdenciárias	578.272	1.354.029	612.671	831.750
Negociação e intermediação de valores	209.584	37.753	232.512	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos	24.306	2.506	39.917	22.647
Provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada	1.372.598	4.433.435	1.124.016	3.070.632
Dívidas subordinadas	11.006	1.887.513	11.237	1.456.834
Diversas	3.833.002	3.660.661	2.947.836	3.694.552
Total	**7.412.282**	**11.375.897**	**6.438.194**	**9.076.415**

"Outras obrigações – carteira de câmbio" inclui R$527.139 (2003 – 604.970) de câmbio vendido a liquidar, R$415.065 (2003 – R$534.529) de obrigações por compra de câmbio, líquida dos adiantamentos recebidos.

"Outras obrigações – dívidas subordinadas", incluem as seguintes emissões:

					Consolidado
	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	2004	2003
Step-up subordinated callable notes (1)	abril 2002	abril 2012	9,375%	519.916	573.368
Step-up subordinated callable notes (2)	dezembro 2003	dezembro 2013	7,375%	532.145	579.491
Step-up subordinated callable notes (3)	abril 2001	abril 2006	3,45%	80.281	-
Linha de crédito subordinada (4)	dezembro 2004	dezembro 2009	4,74%	398.684	-
CDB subordinado (5)	dezembro 2002	dezembro 2012	102% do CDI	367.493	315.212
Total				**1.898.519**	**1.468.071**

(1) A dívida pode ser resgatada integralmente em abril de 2007 ou em cada pagamento de juros subseqüente. A remuneração a partir do quinto ano será de 11,7995% a.a.
(2) A dívida pode ser resgatada integralmente em dezembro de 2008 ou em cada pagamento de juros subseqüente. A remuneração a partir do quinto ano será de 9,375% a.a.
(3) A dívida não pode ser resgatada antecipadamente. A remuneração a partir do quinto ano será de 2,45% a.a.
(4) A dívida não pode ser resgatada antecipadamente. A remuneração é calculada através da taxa Libor mais 2%, atualizada semestralmente.

(5) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de dezembro de 2007.

"Outras obrigações – diversas" incluem, principalmente, obrigações pela venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior, no montante de R$2.576.208 (2003 – R$2.439.614), pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados das empresas de cartão de crédito no montante de R$2.342.406 (2003 – R$1.961.449), provisões para processos trabalhistas e cíveis de R$1.279.676 (2003 – R$1.164.522) e provisão para despesas de pessoal e administrativas de R$266.796 (2003 – R$297.313).

Outras obrigações na controladora referem-se, basicamente, a juros sobre capital próprio a pagar no montante de R$124.729 (2003 – R$102.912).

14. Benefícios a Empregados

(a) Plano gerador de benefícios livres

Até 30 de junho de 2004, os colaboradores do Unibanco podiam optar por um plano gerador de benefícios livres (PGBL), sistema que permite ao participante acumular recursos financeiros ao longo de sua carreira profissional, por meio de contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa empregadora, sendo os recursos investidos em uma conta de FIFE (Fundo de Investimento Financeiro Exclusivo). O plano é do tipo contribuição definida e o programa é administrado pela Unibanco AIG Previdência S.A., sendo o Unibanco Asset Management – Banco de Investimento S.A. responsável pela gestão financeira dos fundos FIFEs.

Adicionalmente, o Unibanco e parte de seus funcionários também contribuíram com o Plano CD do Trevo – Instituto Bandeirantes de Seguridade Social, que tem por finalidade básica a concessão de benefícios complementares à aposentadoria paga pela previdência social, substancialmente através de plano de contribuição definida.

A partir de 1º de julho de 2004, os Planos de Previdência Privada para colaboradores foram reformulados, visando oferecer aos profissionais do Unibanco um benefício ainda mais abrangente e flexível. O novo plano, também de contribuição definida agora em entidade fechada por meio da Trevo IBSS, chama-se Futuro Inteligente e traz uma série de melhorias, dentre as quais a oportunidade de contribuir com percentuais maiores que os previstos no antigo plano, de acordo com a faixa etária do participante; a possibilidade de se aposentar a partir dos 50 anos, além de quatro opções para usufruir o benefício em caso de desligamento antes da aposentadoria.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, as contribuições das patrocinadoras aos Planos de Previdência até então vigentes, totalizaram R$15.355 (2003 - R$10.309) no Consolidado.

(b) Plano de outorga de opções de compra de ações

O Unibanco possui um Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, que visa alinhar o comprometimento dos executivos com resultados de longo prazo e recompensar a alta performance, além de ser um instrumento para atrair, reter e motivar talentos. As opções de compra de ações e/ou *Units* outorgadas poderão ser exercidas pelos executivos entre 3 e 6 anos. As outorgas de opções anuais estão limitadas a 1% do capital autorizado e o total das opções outorgadas e não exercidas está limitado a 10% do capital autorizado.

Em 31 de dezembro de 2004, as opções de compra de ações outorgadas e não exercidas totalizaram 11.303.620 *Units*. As opções de compra de ações possuem prazo de exercício entre 21 de janeiro de 2005 e 3 de agosto de 2010 e preço médio de R$9,76 por opção.

15. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é constituído por ações sem valor nominal, da seguinte forma:

			2004	2003
	Ações em circulação	Ações em tesouraria	Total	Total
Ordinárias	315.145.875	-	315.145.875	31.514.587.519
Preferenciais	514.815.348	13.343.539	528.158.887	52.815.888.777
Total	**829.961.223**	**13.343.539**	**843.304.762**	**84.330.476.296**

Em Assembléia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2004, foi aprovada a extinção da denominação de ações preferenciais classe "A" e ações preferenciais classe "B", passando, conseqüentemente, as ações preferenciais classe "B" da Sociedade a denominarem-se simplesmente "ações preferenciais", tendo em vista a conversão, em setembro de 2003, da totalidade das ações preferenciais classe "A" em ações preferenciais classe "B" da Sociedade.

As ações preferenciais não dão direito a voto, mas têm prioridade (i) na distribuição de dividendo mínimo semestral de R$0,15 (quinze centavos) por lote de mil ações ou dividendo prioritário semestral de 1,5% do patrimônio líquido da ação, resultando em dividendo prioritário anual de 3% (três por cento) do patrimônio líquido da ação, o que for maior; (ii) no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade, até o valor da parcela do capital social representado por essa classe de ações, e (iii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de correção monetária, reservas e de lucros e na distribuição de dividendos, depois de assegurado às ações ordinárias dividendo igual previsto no item (i) no caso de desdobramentoou grupamento das ações preferênciais, o dividendo previsto no ítem (i), será ajustado em função da nova quantidade de ações daquela classe.

O Certificado de Depósitos de Ações (*Units*) é representado, cada um, por uma ação preferencial de emissão do Unibanco e por uma ação preferencial de emissão da Unibanco Holdings S.A. e é negociado no mercado brasileiro.

O *Global Depositary Recepts* (GDR) é representado por 5 (30 de junho 2004 – 500) *Units* e é negociado no mercado internacional.

O Unibanco e a Unibanco Holdings finalizaram em 30 de agosto de 2004, o grupamento de suas ações (ordinárias, preferenciais e *Units*) que se deu na razão de 100 ações para 1 ação. As negociações passaram a ser feitas em cotações unitárias. Na mesma data, os Global Depositary Receipts (GDRs) negociados no exterior passaram a representar, cada um, 5 *Units*, ao invés de 500, sem alteração na quantidade de GDRs emitidos e no valor de suas cotações.

O grupamento visa maior eficiência no controle e relacionamento com os acionistas e redução de custos operacionais, além de representar mais uma alternativa na busca de maior liquidez dos valores mobiliários envolvidos.

As alterações dos Estatutos Sociais do Unibanco e da Unibanco Holdings, de forma a refletir a nova quantidade de ações, serão submetidas à aprovação da próxima assembléia geral de acionistas.

(b) Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

A Unibanco Holdings distribui como dividendo, em cada exercício social, o valor equivalente aos dividendos recebidos da controlada, conforme previsto no seu estatuto social.

Em reunião de 23 de julho de 2004, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros aos acionistas, a título de antecipação do dividendo obrigatório referente ao exercício de 2004, no valor de R$118.747, na proporção de R$1,4483 (R$1,2311 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil ações ordinárias à época, R$1,4483 (R$1,2311 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil ações preferenciais à época, R$3,2701 (R$2,7796 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil *Units* e R$1,63505 (R$1,3898 líquido do imposto de renda na fonte) por GDR à época A remuneração sobre o capital próprio foi calculada de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e o benefício fiscal obtido pela dedutibilidade foi de R$40.374. O pagamento foi efetuado a partir de 2 de agosto de 2004 e representa, líquido do imposto de renda na fonte, 34,0% do lucro do segundo semestre após a constituição da reserva legal.

Ás *Units* foram atribuídos o valor de R$3,2701 (R$2,7796 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil, sendo R$1,4483 (R$1,2311 líquido do imposto de renda na fonte) provenientes da Holdings e R$1,8218 (R$1,5485 líquido do imposto de renda na fonte) do Unibanco. Para cada GDR foi atribuído o valor de R$1,63505 (R$1,3898 líquído do imposto de renda na fonte).

Em reunião de 29 de dezembro de 2004, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros aos acionistas, no valor de R$127.384, na proporção de R$0,1535 (R$0,1305 líquido do imposto de renda na fonte) por ação ordinária e R$0,1535 (R$0,1305 líquido do imposto de renda na fonte) por ação preferencial em circulação à época. A remuneração sobre o capital próprio foi calculada de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e o benefício fiscal obtido pela dedutibilidade foi de R$43.311. O pagamento será efetuado a partir de 31 de janeiro de 2005 e representa, líquido do imposto de renda na fonte, 29,0% do lucro do segundo semestre após a constituição da reserva legal.

Às *Units* foram atribuídos o valor de R$0,3485 (R$0,2962 líquido do imposto de renda na fonte), sendo R$0,1535 (R$0,1305 líquido do imposto de renda na fonte) provenientes da Holdings e R$0,1950 (R$0,1657 líquido do imposto de renda na fonte) do Unibanco. Para cada GDR foi atribuído o valor de R$1,7423 (R$1,4810 líquido do imposto de renda na fonte).

Adicionalmente, durante o exercício foram provisionados, R$16.453 (R$13.985 líquido de imposto de renda na fonte) de remuneração sobre o capital próprio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, foi proposto pela administração o pagamento de juros aos acionistas, a título de antecipação do dividendo obrigatório, no montante de R$228.209, com pagamento antecipado no próprio exercício de R$107.136. A remuneração sobre o capital próprio foi calculada de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e o benefício fiscal obtido pela dedutibilidade foi de R$ 77.591. O montante proposto em 2003 de R$193.977, líquido do imposto de renda na fonte, representava R$2,3664 por lote de mil ações em circulação no encerramento daquele exercício.

(c) Reservas de capital

São representadas substancialmente por reserva de ágio na subscrição de ações.

(d) Ações em tesouraria

Os Conselhos de Administração do Unibanco e da Unibanco Holdings, em reuniões de 12 de fevereiro de 2003, autorizaram, por um período de três meses, a aquisição, a preços de mercado, de até 256.178.254 ações ordinárias e de até 3.033.185.661 ações preferenciais do Unibanco, e de até 3.033.185.661 ações preferenciais classe “B” de emissão da Unibanco Holdings, para fins de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

Durante o último programa de recompra de ações, entre fevereiro e maio de 2003, foram adquiridas 228.000.000 ações preferenciais de emissão do Unibanco, 167.225.000 *Units* e 372.900 GDRs de emissão conjunta do Unibanco e da Unibanco Holdings. Através de Contrato de Permuta de Ações, o Unibanco cedeu e transferiu à Unibanco Holdings 353.675.000 ações preferenciais classe "B" de emissão da Unibanco Holdings, adquiridas na forma de *Units* e GDR e a Unibanco Holdings cedeu e transferiu ao Unibanco 353.675.000 ações preferenciais de emissão do Unibanco.

Em decorrência da Permuta, a Holdings registrou 1.081.891.427 ações preferenciais pelo valor patrimonial, em contrapartida da perda de participação no Unibanco, perfazendo o total de 2.357.733.745 ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2003.

Conforme citado na nota explicativa nº 7, o Unibanco e a Unibanco Holdings permutaram 1 bilhão de *Units* (equivalente a 10 milhões de ações grupadas) em contrapartida da totalidade das ações do Banco BNL do Brasil S.A., de titularidade da Banca Nazionale del Lavoro SpA, que passou a deter 1,43% do capital do Unibanco. A permuta foi aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 23 de junho de 2004 e ainda está sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil.

O valor de mercado das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2004, de acordo com a cotação das *Units* na Bolsa de Valores de São Paulo, era de R$116.089.

(e) Oferta de Permuta

A partir de novembro de 2003, iniciou-se o Programa de Conversão que permite, somente aos acionistas que detinham ações preferenciais do Unibanco e preferenciais classe "B" da Unibanco Holdings na data de publicação do Edital da Oferta de Permuta (15 de setembro de 2003), permutar seus pares de ações preferenciais por *Units*. O Programa de Conversão terá duração de 2 anos. Até 31 de dezembro de 2004 foram permutadas 539,2 mil de ações preferenciais em *Units*.

O volume financeiro médio diário negociado de *Units* no mercado doméstico, aumentou 46,7% no mes de dezembro de 2004 quando comparado à dezembro de 2003 e com uma correspondente valorização da Unit em 28,1% no mesmo período.

(f) Ajustes de exercícios anteriores

Em 2004, são referentes, principalmente, ao efeito reflexo de ajuste de exercícios anteriores de controlada, relativo ao aprimoramento de critérios de apuração das reservas garantidoras de plano de previdência no montante de R$26.610.

Em 2003, são referentes, principalmente, à mudança de prática contábil de operações de *swap* com clientes, associadas à operação de captação e/ou aplicação, que assim como a operação associada, deixaram de ser ajustadas ao valor de mercado, conforme Circular nº 3.150.

16. Outras Receitas e Despesas Operacionais

(a) Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Dividendos/lucros recebidos de outros investimentos, principalmente consórcios	-	-	156.550	146.298
Atualização monetária de créditos a receber	4.231	2.182	63.134	91.637
Variação cambial de outras obrigações	-	-	(8.786)	-
Juros de depósitos judiciais	-	-	34.955	4.811
Atualização monetária de tributos a recuperar	-	-	7.717	22.115
Reversão de provisão para contingências	-	-	-	17.782
Outras	-	282	79.710	232.665
Total	**4.231**	**2.464**	**333.280**	**515.308**

(b) Outras despesas operacionais

	Consolidado	
	2004	**2003**
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	510.721	484.186
Despesas de seguros	145.185	98.546
Amortização de ágio sobre empresas adquiridas	140.710	49.301
Despesa sobre cheques e cobrança remetidas, líquida	112.356	86.185
Encargos sobre venda do direito de recebimento de fluxo futuro de ordens de pagamento (nota 13 (b))	112.134	59.121
Perda cambial sobre investimentos no exterior	82.934	631.195
Outras	145.584	306.248
Total	**1.251.624**	**1.714.782**

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, são registrados em “Outros créditos – diversos” e sobre as diferenças temporárias são registradas em “Outros créditos – diversos” ou em “Outras obrigações – fiscais e previdenciárias”, de acordo com sua natureza.

Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social são realizados, de acordo com a apuração de lucros tributáveis, e os créditos tributários sobre adições temporárias são realizadas quando da utilização ou reversão das provisões relacionadas.

(a) Créditos tributários

					Consolidado
	31 de dezembro de 2003	Constituição	Realização	Saldo de empresas adquiridas	31 de dezembro de 2004
Provisão para perdas com créditos	545.438	452.345	568.200	8.902	438.485
Outras provisões não dedutíveis	632.176	867.278	367.563	60.097	1.191.988
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	704.308	50.148	112.868	9.567	651.155
Constituição de ajustes de exercícios anteriores	-	25.945	-	-	25.945
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	492.453	-	7.377	-	485.076
Subtotal	**2.374.375**	**1.395.716**	**1.056.008**	**78.566**	**2.792.649**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	92.236	774	50.369	(150)	42.491
Obrigações fiscais diferidas	(26.031)	(5.708)	(3.113)	-	(28.626)
Crédito tributário líquido	**2.440.580**	**1.390.782**	**1.103.264**	**78.416**	**2.806.514**
Total ativo	**2.466.611**				**2.835.139**
Total passivo	**26.031**				**28.626**

				Consolidado
	31 de dezembro de 2002	Constituição	Realização	31 de dezembro de 2003
Provisão para perdas com créditos	780.081	406.229	640.872	545.438
Outras provisões não dedutíveis	682.823	413.067	463.714	632.176
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	658.438	80.334	34.464	704.308
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	508.500	-	16.047	492.453
Subtotal	**2.629.842**	**899.630**	**1.155.097**	**2.374.375**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	130.469	10.553	48.786	92.236
Obrigações fiscais diferidas	(45.512)	-	(19.481)	(26.031)
Crédito tributário líquido	**2.714.799**	**910.183**	**1.184.402**	**2.440.580**
Total ativo	**2.760.311**			**2.466.611**
Total passivo	**45.512**			**26.031**

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

Expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2004.

			Consolidado
			2004
Exercício social	**Contribuição social (MP 2.158-35)**	**Outros**	**Total**
2005	18.358	613.717	632.075
2006	9.498	659.918	669.416
2007	14.490	498.342	512.832
2008	24.038	129.225	153.263
2009 a 2013	271.211	341.743	612.954
2014 a 2017	147.481	64.628	212.109
Total	**485.076**	**2.307.573**	**2.792.649**

O valor presente dos créditos tributários acima, calculado considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, totalizou R$2.219.027 (2003 – R$1.855.808).

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Resultado antes da tributação - líquido das participações (imposto de renda e contribuição social)	723.268	609.985	1.723.450	1.673.299
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(245.911)	(207.395)	(585.973)	(568.922)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Resultado e variação cambial de participações em controladas e coligadas	255.758	211.536	(23.485)	(214.458)
Juros sobre o capital próprio provisionados	(8.638)	(6.372)	89.058	155.450
Créditos tributários de anos anteriores constituídos no período	-	-	-	72.213
Adições (exclusões) permanentes líquidas	(16.886)	(4.891)	165.858	55.371
Imposto de renda e contribuição social do Exercício	**(15.677)**	**(7.122)**	**(354.542)**	**(500.346)**

18. Compromissos e Garantias

	Consolidado	
	2004	**2003**
Coobrigação e riscos em garantias prestadas	4.367.582	3.353.784
Contratos de administração de carteiras (substancialmente fundos mútuos de investimentos)	32.978.541	26.945.050
Compromissos por arrendamento mercantil	56.517	48.348

19. Transações entre Partes Relacionadas (Controladora)

	2004	**2003**
Ativo		
Disponibilidades	18	3
Títulos e valores mobiliários	40.538	11.703
Rendas a receber	143.007	112.659
Passivo		
Diversos	-	4
Receitas		
Outras receitas operacionais	4.232	2.182
Despesas		
Despesas administrativas	30	888

As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

20. Instrumentos Financeiros

(a) Objetivos e política de utilização

O Unibanco utiliza instrumentos financeiros e operações envolvendo derivativos com o objetivo de atender necessidades próprias e ou de seus clientes no sentido de administrar exposições a riscos de mercado, moeda e taxa de juros ("*hedge*") ou estabelecer posições nesses mesmos mercados visando aproveitar oportunidades para geração de resultados.

A administração dos riscos envolvidos nos instrumentos financeiros derivativos é parte integral do processo de administração de ativos e passivos e das políticas e procedimentos de crédito. Os riscos de crédito da contraparte são minimizados através de transações com um pequeno número de instituições de alta qualidade.

Grande parte dos instrumentos financeiros derivativos é negociado na Bolsa de Mercadorias & Futuros ("BM&F"). Estes instrumentos possuem padrão de negociação e estão sujeitos às políticas definidas pela BM&F, incluindo aprovação da contraparte, requerimentos de margens diárias e depósitos em garantia. Para os instrumentos financeiros derivativos negociados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") ou em balcão é efetuada a análise do risco de crédito da contraparte.

Os contratos de taxa de juros e de moedas nos mercados a termo e futuro representam compromissos futuros de comprar ou vender instrumentos financeiros nos termos e datas especificados. Os valores referenciais representam o valor de face do correspondente instrumento na data da liquidação da operação. Os riscos de crédito associados aos contratos a termo e futuro são minimizados por garantias de depósitos em conta margem e, especificamente para o mercado futuro, por liquidações diárias das diferenças de posições. Contratos a termo e futuro estão sujeitos ao risco de variações não esperadas nas taxas de juros ou no valor dos correspondentes instrumentos financeiros.

Os contratos de *swap* representam compromissos futuros de trocar moedas ou indexadores nos termos e datas especificados nos contratos. O valor referencial dos instrumentos financeiros representa a base para a determinação dos diferenciais a receber ou a pagar. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade da contraparte em cumprir as condições contratuais e o risco associado às mudanças nas condições de mercado relacionadas a variações nas taxas de juros ou de câmbio.

Contratos de opções são aqueles que: (i) transferem, modificam ou reduzem o risco da taxa de juros, ou (ii) permitem que o Banco compre ou venda um instrumento financeiro mediante o pagamento ou recebimento de um prêmio no início do contrato. Como um comprador de opções, o Unibanco paga um prêmio e, como vendedor das opções, recebe um prêmio em troca de assumir um risco de variações nas taxas de juros futuras ou nos preços de mercado dos instrumentos financeiros. Os riscos de crédito e de mercado estão limitados aos prêmios pagos nas opções compradas e o risco associado às mudanças nas condições de mercado pode ter influência nas opções vendidas.

(b) Política de "*hedge*"

A utilização de instrumentos financeiros e operações envolvendo derivativos com o intuito de administrar exposições e riscos (*hedge*), podem ser contratadas de forma global, correlacionada a posição líquida assumida pelo Unibanco em determinados mercados ou vinculada a determinados ativos e passivos financeiros e para obtenção de proteção específica.

Os instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de ativos e passivos específicos possuem características altamente correlacionadas com o item protegido, permitindo a efetividade da estratégia de risco protegido por todo tempo planejado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* podem: (i) garantir um constante fluxo financeiro sobre determinado ativo ou passivo objeto ("*hedge*" de fluxo de caixa) ou (ii) reduzir a exposição a variações de preço do ativo ou passivo objeto ("*hedge*" de mercado).

(c) Estratégia e gerenciamento de risco

O Unibanco busca continuamente o aperfeiçoamento de seus procedimentos de administração de risco, os quais foram incorporados em diversos níveis da organização. Uma divisão, coordenada por um diretor executivo, é responsável pela identificação, quantificação e administração de riscos de mercado, crédito e operacional de todo o banco. Além disso, cada unidade de negócio conta com uma equipe dedicada à administração de risco.

Risco de crédito

A política de crédito é orientada para a administração de risco, ao mesmo tempo que mantém a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e as necessidades dos clientes. Os limites de créditos buscam evitar concentração em clientes e setores específicos que possuem alto fator de risco. É mantido um plano de alçadas de aprovação de crédito para clientes do atacado e do varejo. Dependendo do tipo de exposição e do histórico de crédito do cliente, as alçadas podem variar do gerente geral da agência ou gerente da conta até os comitês de crédito de varejo ou atacado, compostos por membros da alta administração. O processo de aprovação de crédito centralizado baseia-se em rigorosos limites de crédito, que são estabelecidos pelos comitês de crédito de atacado e varejo. Os limites pré-aprovados, para diversos tipos de crédito, são baseados na capacidade de solvência e porte dos clientes.

*Crédito a empresa*s: A decisão sobre crédito é embasada em fatores como: histórico financeiro, fluxos de caixa, qualidade da administração, histórico de relacionamento, situação do mercado e outros fatores relacionados a risco de crédito. Um sistema interno de classificação de crédito é utilizado, ordenando empresas em várias categorias, com base em critérios quantitativos e aspectos qualitativos. As linhas de crédito são reexaminadas a cada 60 a 180 dias, conforme a classificação do tomador e o ambiente externo de crédito.

Políticas de crédito para o varejo: A administração de crédito no segmento de varejo, dado o considerável volume de solicitações de crédito, exige sistemas e processos especializados. São utilizados vários instrumentos estatísticos para avaliar as solicitações de crédito. Esses instrumentos, que incluem *credit scoring* e *behavior scoring*, contam com o suporte de sistemas específicos. O sistema automatizado de crédito monitora os empréstimos em todas as suas fases desde a recepção do pedido de crédito. É utilizado um sistema de *collection scoring* que define quais os métodos de cobrança ou combinação de métodos de cobrança mais eficientes para cada caso. Rigorosos padrões de originação e administração da carteira de crédito são impostos, incluindo restrições aos aumentos de limites de crédito e às renovações de limites de cheque especial.

Risco de mercado

A política relacionada à exposição aos riscos de mercado é conservadora. A exposição da carteira é supervisionada e controlada de forma independente. A gestão de riscos de mercado baseia-se em limites estabelecidos pelos comitês financeiro e de riscos. A exposição ao risco de mercado é limitada, mediante a administração de descasamentos de moeda, de vencimentos e de taxa de juros. Valores mobiliários, derivativos, empréstimos e captações são analisados de forma consolidada. Os derivativos têm importante papel na administração dos descasamentos de ativos e passivos. Os limites de exposição da Tesouraria são determinados levando-se em conta a volatilidade do mercado, projeções de cenário, oportunidade de lucro e as necessidades de captação do banco comercial. As atividades de negociação e posicionamento são realizadas dentro de limites definidos pelo Comitê Financeiro. Esses limites e políticas são revisados mensalmente ou quando surge uma nova ameaça ou uma nova oportunidade.

O modelo de *value at risk* é utilizado na avaliação de risco de mercado. Também é utilizado o *stress test*, baseado em cenários macroeconômicos hipotéticos, simulados pelos departamentos de administração de risco e de macroeconomia, a fim de prevenir o risco de perda da carteira e analisar os efeitos das mudanças no mercado financeiro.

A administração da exposição ao risco é centralizada, repassando todos os riscos para posição de tesouraria. Todas as atividades de tesouraria, incluindo as das agências no exterior, são acompanhadas por nossos escritórios de São Paulo. Os limites e as estratégias de negociação são definidos pela matriz, e todas as posições de negociação são consolidadas em bases de dados centralizadas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez relaciona-se ao descasamento do fluxo financeiro de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter ativos e honrar suas obrigações.

As políticas de contingência e planejamento de liquidez são definidas pelo Comitê Financeiro divulgadas aos responsáveis e monitoradas por áreas independentes diariamente. A liquidez é avaliada de forma semelhante ao risco de mercado, observando os impactos em diferentes moedas e segundo cenários macroeconômicos e de *stress* que possam alterar a disponibilidade/custos de recursos no mercado financeiro. Prazos, moedas, instrumentos financeiros e diferentes mercados são diariamente avaliados para garantir aderência aos limites estabelecidos. Esses limites e políticas são revisados periodicamente e as estratégias definidas a fim de garantir o monitoramento conservador do risco de liquidez.

Riscos operacionais

O risco operacional relaciona-se à estimativa das perdas inesperadas em uma instituição caso seus sistemas, práticas e/ou medidas de controle não sejam capazes de resistir a falhas humanas, danos à infra-estrutura de suporte, utilização indevida de modelos, serviços ou produtos, alterações no ambiente dos negócios ou a quaisquer outras situações adversas de mercado.

Para atender aos requisitos legais, as boas práticas do mercado internacional e aos regulamentos internos do mercado financeiro brasileiro, o Unibanco criou estrutura interna independente de Gestão de Riscos. Essa área tem como um de seus objetivos, incentivar a geração e perpetuação de cultura interna voltada a gestão integrada de riscos. O gerenciamento do risco operacional é ferramenta indispensável aos processos de tomada de decisão e fator de diferenciação competitiva, possibilitando a avaliação da relação risco - retorno. Outro fator a ser ressaltado é a agregação de valor a marca, na medida em que dá suporte às áreas de negócio, ajudando-as na manutenção de suas atividades e assegurando a otimização dos recursos e da alocação de capital em benefício dos acionistas e clientes, demonstrando o comprometimento da instituição financeira com as melhores práticas de governança corporativa.

Como uma das ferramentas de trabalho que utilizamos, podemos mencionar o Sistema de Controles Internos que é uma ferramenta, disponível no portal corporativo e que pode ser acessado por todas as áreas do grupo. Este processo contempla avaliações periódicas, nas quais os gerentes identificam as atividades principais da sua área e os riscos potenciais, identificam a existência de pontos de controle e analisam a eficácia desses controles.

Os dados colhidos permitem o monitoramento e a avaliação do desempenho das unidades, identificando áreas com maior potencial de risco. Essa estrutura é base para identificação de indicadores e possibilita a criação de uma base de dados estruturada para qualificar e quantificar nosso nível de exposição a riscos operacionais. A resultante deste processo é o envolvimento de todos os gestores do conglomerado Unibanco, geração de cultura e possibilita a elaboração de cálculos para uma correta avaliação e quantificação da necessidade de alocação do capital.

Para nossos sistemas, com a crescente diversificação das operações bancárias e o aumento no volume de transações on-line/real time, envolvendo redes de computadores e sistemas de telecomunicações,

a criticidade da tecnologia da informação e o impacto potencial de possíveis panes, ganham dimensões cada vez maiores.

O Unibanco tem destinado um volume substancial de recursos para garantir a segurança e estabilidade de seus sistemas e equipamentos. Nosso computador central está instalado em São Paulo e mantemos, em condições totalmente operacionais, backup integral de todo esse sistema. Esse backup começa a operar automaticamente, no caso de quaisquer panes no funcionamento. Para garantir a efetividade e prontidão desse processo de contingência, são realizados testes e operações sistemáticas, nos quais avaliamos todo o processo e identificamos eventuais pontos a corrigir.

(d) Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor de mercado, estão assim apresentados:

				Consolidado
		2004		**2003**
	Valor contábil	**Valor de mercado**	**Valor contábil**	**Valor de mercado**
Ativos				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.759.373	2.709.217	2.197.301	2.202.011
Títulos e valores mobiliários	16.023.896	16.265.593	15.070.226	15.463.855
Operações de crédito	26.808.991	26.587.433	23.429.990	23.496.809
Derivativos (líquido)	310.611	310.611	182.170	182.170
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	119.434	119.436	276.230	276.960
Depósitos a prazo	24.225.320	24.226.263	16.433.975	16.437.023
Letras hipotecárias	376.721	376.513	829.403	839.755
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.202.474	1.206.279	2.635.850	2.661.459
Dívidas subordinadas	1.898.519	1.937.042	1.468.071	1.508.664
Outras obrigações (nota 13 (b))	2.576.208	2.190.425	2.439.614	2.278.081
Ações em tesouraria	51.423	107.688	132.123	236.036

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado de acordo com modelo de precificação interno que é estabelecido com base nas taxas médias divulgadas pelas Bolsas de Valores, associações de classe e agências externas para o último dia do exercício.

O valor de mercado das aplicações em depósitos interfinanceiros, das operações de crédito, dos depósitos a prazo, dos depósitos interfinanceiros e das letras hipotecárias foi apurado com base na taxa média praticada pelo Unibanco no último dia de negociação do exercício, para operações similares.

O valor de mercado das obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior e das dívidas subordinadas foi estabelecido com base na cotação média praticada nos correspondentes mercados no último dia de negociação do exercício, para operações similares.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado de acordo com modelo de precificação interno que é estabelecido com base nas taxas médias divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia do exercício, de acordo com a Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F e associações de classe.

O valor de mercado de outras obrigações referente à venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento a receber no exterior foi apurado considerando o valor que se poderia obter na sua negociação com o mercado.

O valor de mercado das ações em tesouraria foi apurado com base na cotação das *Units* de 31 de dezembro de 2004, na Bolsa de Valores de São Paulo.

(e) O valor referencial atualizado e o valor de mercado dos instrumentos financeiros registrados em contas de compensação, exceto pelas opções, cujo referencial se deve aos prêmios pagos/recebidos e a exposição a mercado aos valores contabilizados em contas patrimoniais, são resumidos como segue:

				Consolidado
		2004		2003
	Exposição referencial (1) e (2)	Exposição a mercado (1) e (2)	Exposição referencial (1) e (2)	Exposição a mercado (1) e (2)
Contratos futuros	**4.869.064**	**4.869.064**	**11.994.454**	**11.994.454**
Moedas	99.317	99.317	(491.705)	(491.705)
DI	4.138.576	4.138.576	12.822.434	12.822.434
Cupom cambial	631.171	631.171	(336.275)	(336.275)
Contratos a termo	**43.867**	**42.903**	**235.971**	**302.927**
Moedas	280.617	273.983	214.407	281.426
Prefixado	(236.750)	(231.080)	21.564	21.501
Contratos de *swap*	**235.842**	**231.089**	**180.374**	**115.688**
Moedas	(3.158.203)	(3.091.945)	(2.449.899)	(2.510.694)
CDI	1.530.587	1.530.768	1.435.887	1.435.887
Prefixado	457.558	401.758	(160.104)	(154.396)
Outros	1.405.900	1.390.508	1.354.490	1.344.891
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	**346.650**	**346.650**	**2.327.817**	**2.327.817**
Moedas	346.650	346.650	2.327.817	2.327.817
Contratos de *swap* bi-indexado	**25.699**	**25.780**	**-**	**-**
Moedas	25.699	25.780	-	-
Contratos de opções				
Compra de opções	**548**	**1.300**	**2.915**	**120**
Compra	**260**	**73**	**2.885**	**108**
Moedas	260	73	2.885	108
Venda	**288**	**1.227**	**30**	**12**
Moedas	288	1.227	-	-
IDI	-	-	30	12
Venda de opções	**28.487**	**24.863**	**6.375**	**102**
Compra	**22.850**	**10.224**	**6.375**	**102**
Moedas	22.850	10.224	6.375	102
Venda	**5.637**	**14.639**	**-**	**-**
Moedas	5.637	14.639	-	-

(1) Incluem posições compradas (vendidas), líquidas.
(2) Para os contratos de opções referem-se aos respectivos prêmios.

Os valores referenciais das opções registrados em contas de compensação, montam a R$76.000 (2003 – R$241.000) de compra de opções e R$1.419.688 (2003 – R$245.000) de venda de opções.

Em 31 de dezembro de 2004, existiam operações de futuro de R$8.445.961 (2003 – R$2.962.859) e operações de *swap* no montante de R$1.808.565 (2003 – R$2.492.932), ajustados ao valor de mercado, utilizadas como *hedge* de fluxo de caixa exposto à variação cambial de dólar norte-americano e iene e à variação do CDI e IGPM, com ganho líquido dos efeitos tributários e dos resultados dos minoritários, no exercício, no montante de R$118.519 (2003 perda líquida de R$110.454), registrado na conta "Ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". A efetividade apurada para a carteira de *hedge* em 31 de dezembro de 2004, estava em conformidade com o padrão estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2003, existiam contratos de *swap* no valor de R$156.113, ajustados ao valor de mercado, utilizados como *hedge* de exposição cambial do dólar-norte americano, contra riscos de mercado. O efeito da variação do valor de mercado do item objeto de *hedge*, líquido dos efeitos tributários foi de R$13.609 registrado a crédito no resultado do exercício em contrapartida às contas de "Títulos e valores mobiliários". A efetividade apurada para a carteira de *hedge* em 31 de dezembro de 2003 estava em conformidade com o padrão estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Durante o exercício de 2004, deixaram de ser classificados como *hedge* de risco de mercado as operações de swap utilizadas como *hedge* de títulos disponíveis para venda no montante de R$184.618 em decorrência da perda da efetividade apurada pela variação do valor de mercado entre os objetos e os derivativos acima dos percentuais limites do Banco Central do Brasil. O efeito nos títulos disponíveis para venda pela não efetividade do *hedge* foi registrado a débito no resultado do exercício no montante de R$8.829.

Em 31 de dezembro de 2004, existiam operações de *swap* no valor de R$92.770 utilizados como *hedge* da exposição cambial do dólar norte-americano de títulos mantidos até o vencimento de acordo com os termos da Circular 3.129 do Banco Central do Brasil e, portanto, não são avaliadas pelo valor de mercado. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* em 31 de dezembro de 2004 estava em conformidade com o padrão estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Durante o exercício de 2004, deixaram de ser utilizados como *hedge* da exposição cambial do dólar norte-americano de títulos mantidos até o vencimento, de acordo com os termos da Circular 3.129 do Banco Central do Brasil, no montante de R$167.953 de contratos de *swap* em decorrência da perda da efetividade apurada pela variação dos títulos objetos e os derivativos acima dos percentuais limites do Banco Central do Brasil. O efeito de marcação a mercado dos derivativos foi registrado a débito no resultado do exercício no montante de R$1.474.

As operações acima não representam a exposição global do Unibanco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos.

As operações de *swap* contratadas em negociação associada à operação de captação e/ou aplicação estão registradas pelos valores atualizados conforme a variação dos respectivos indexadores incorrida ("curva"), e não são avaliadas pelo valor de mercado.

(f) Referencial de mercado distribuído por local de negociação:

						Consolidado
			2004			**2003**
Exposição a mercado	**BM&F**	**CETIP/ Balcão**	**Total**	**BM&F**	**CETIP/ Balcão**	**Total**
Contratos futuros	4.869.064	-	**4.869.064**	11.994.454	-	**11.994.454**
Contratos a termo	(2.797)	45.700	**42.903**	-	302.927	**302.927**
Contratos de *swap*	(138.102)	369.191	**231.089**	(194.701)	310.389	**115.688**
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	346.650	-	**346.650**	2.327.817	-	**2.327.817**
Contratos de *swap* bi-indexado	-	25.780	**25.780**	**-**	**-**	**-**
Contratos de opções						
Compra de opções	1.300	-	**1.300**	120	-	**120**
Venda de opções	24.863	-	**24.863**	102	**-**	**102**

As garantias dadas para as operações negociadas na BM&F, totalizavam R$216.275 (2003 - R$767.111) e eram representadas por títulos públicos federais.

(g) Os ativos e passivos relativos aos instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais por vencimento e por tipo, são resumidos como segue:

	Consolidado	
	2004	**2003**
Ativo		
Até 3 meses	294.645	110.223
De 3 meses a 1 ano	168.221	215.630
De 1 a 3 anos	100.985	101.834
Acima de 3 anos	16.190	7.529
Total	**580.041**	**435.216**
Passivo		
Até 3 meses	88.932	33.084
De 3 meses a 1 ano	109.050	92.377
De 1 a 3 anos	69.233	84.585
Acima de 3 anos	2.215	43.000
Total	**269.430**	**253.046**

	Consolidado	
	2004	**2003**
Ativo		
Contratos a termo	120.880	66.977
Contratos de *swap*	430.247	368.119
Contratos de *swap* bi - indexado	27.614	-
Contratos de opções – prêmios pagos	1.300	120
Total	**580.041**	**435.216**
Passivo		
Contratos a termo	43.575	513
Contratos de *swap*	199.158	252.431
Contratos de *swap* bi – indexado	1.834	-
Contratos de opções – prêmios recebidos	24.863	102
Total	**269.430**	**253.046**

(h) Os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação, exceto pelos contratos de opções cujos montantes se devem aos valores contabilizados em contas patrimoniais, possuem os seguintes vencimentos:

					Consolidado
					2004
Exposição a mercado	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Contratos futuros	(2.947.673)	5.471.690	2.503.382	(158.335)	**4.869.064**
Contratos a termo	(655.472)	28.031	116.372	553.972	**42.903**
Contratos de *swap*	106.676	77.265	32.494	14.654	**231.089**
Contratos de *swap* com ajuste diário	242.307	104.343	-	-	**346.650**
Contratos de *swap* bi-indexado	21.049	4.731	-	-	**25.780**
Contratos de opções					
Compra de opções	1.300	-	-	-	**1.300**
Venda de opções	11.920	12.943	-	-	**24.863**

					Consolidado
					2003
Exposição a mercado	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Contratos futuros	9.428.869	819.669	1.691.886	54.030	**11.994.454**
Contratos a termo	(11.265)	(378.792)	22.387	670.597	**302.927**
Contratos de *swap*	28.786	105.847	16.526	(35.471)	**115.688**
Contratos de *swap* com ajuste diário	1.321.670	858.575	147.572	-	**2.327.817**
Contratos de opções					
Compra de opções	120	-	-	-	**120**
Venda de opções	102	-	-	-	**102**

21. Demonstração do fluxo de caixa

		Controladora
	2004	**2003**
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	707.592	602.863
Imposto de renda diferido ativo	-	1.872
Resultado da equivalência patrimonial	(752.231)	(622.166)
Modificações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) de títulos e valores mobiliários	(28.835)	(3.055)
Redução (aumento) de outros créditos e outros valores e bens	(33.202)	14.578
Aumento (redução) de outras obrigações	(79.007)	(927)
Caixa líquido originado das (aplicado em) atividades Operacionais	**(185.683)**	**(6.835)**
Atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de controlada	304.445	202.199
Caixa líquido originado em atividades de investimento	**304.445**	**202.199**
Atividades de financiamento		
Redução de empréstimos e repasses	-	(101)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(118.747)	(195.268)
Caixa líquido originado das atividades de financiamento	**(118.747)**	**(195.369)**
Redução líquida das disponibilidades	**15**	**(5)**
Disponibilidades no início do exercício	3	8
Disponibilidades no fim do exercício	18	3
Redução líquida das disponibilidades	**15**	**(5)**

	Consolidado	
	2004	**2003**
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	707.592	602.863
Provisão para perdas com créditos	1.554.851	1.454.952
Provisão técnica de seguros, de capitalização e de planos de previdência privada	1.278.317	1.465.492
Imposto de renda diferido ativo	(321.140)	235.117
Reversão para perdas em bens não de uso próprio	(11.295)	(15.377)
Prejuízo (lucro) na alienação de valores e bens	(35.234)	12.159
Amortização de ágio na aquisição de empresas controladas	968.908	49.301
Resultado da equivalência patrimonial	(13.861)	(435)
Prejuízo na alienação de investimentos	-	774
Provisão (reversão) para perdas em outros investimentos	391	(9)
Depreciação e amortização	377.391	351.327
Resultado dos acionistas minoritários	660.174	570.090
Modificações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.415.928)	4.543.580
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(1.014.011)	2.931.529
Aumento em depósitos no Banco Central	(634.402)	(189.561)
Variação líquida de outras relações interfinanceiras e de relações Interdependências	(137.959)	(15.439)
Aumento em operações de crédito	(4.988.515)	(3.058.004)
Redução (aumento) em operações de arrendamento mercantil	(166.397)	35.989
Variação líquida da carteira de câmbio	439.172	(13.541)
Aumento de outros créditos e outros valores e bens	(1.283.703)	(1.367.354)
Aumento de outras obrigações	2.132.478	2.139.604
Aumento de resultados de exercícios futuros	78.516	14.199
Caixa líquido originado (aplicado) das atividades operacionais	**(3.824.655)**	**9.747.256**
Atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de controladas e Coligadas	650	28.482
Venda de bens não de uso próprio	172.107	85.533
Compra/ aumento de capital de/ em controladas e coligadas	(236.487)	(4.276)
Ágio na aquisição de empresas controladas	(467.081)	10.715
Venda/ redução de capital de/ em controladas e coligadas	160.864	5.367
Compra de outros investimentos	(53.513)	(30.353)
Venda de outros investimentos	37.432	18.273
Compra de imobilizado de uso	(224.299)	(206.534)
Venda de imobilizado de uso	204.012	83.863
Aplicações no diferido	(247.690)	(144.769)
Participação dos acionistas minoritários	(309.157)	(170.560)
Caixa líquido originado (aplicado) das atividades de Investimento	**(963.162)**	**(324.259)**
Atividades de financiamento		
Aumento (redução) em depósitos	8.144.951	(634.449)
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	381.273	(6.622.078)
Redução de recursos de aceites e emissão de títulos	(1.886.058)	(250.124)
Redução de empréstimos e repasses	(1.189.918)	(1.635.006)
Aquisição de ações de própria emissão	41.415	(70.636)
Dividendos pagos	(225.883)	(205.892)
Caixa líquido originado das atividades de financiamento	**5.265.780**	**(9.418.185)**
Aumento líquido das disponibilidades	**477.963**	**4.812**
Disponibilidades no início do exercício	1.083.301	1.078.489
Disponibilidades no fim do exercício	1.561.264	1.083.301
Aumento líquido das disponibilidades	**477.963**	**4.812**

22. Informações sobre Empresas Controladas

Os quadros a seguir apresentam o balanço patrimonial e a demonstração de resultado das principais empresas controladas pelo Unibanco, contemplando apenas as eliminações entre as empresas consolidadas e/ou combinadas em cada grupo.

(a) As agências e empresas controladas no exterior contemplando, principalmente, agências no exterior (Unibanco Grand Cayman e Nassau); bancos (Unibanco – União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A., Interbanco S.A. (Paraguai), Unibanco Cayman Bank Ltd., e Unicorp Bank & Trust (Grand Cayman)); e corretoras (Unibanco Securities Limited (Inglaterra) e Unibanco Securities Inc. (EUA)):

Balanço patrimonial combinado	2004	2003
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**11.453.326**	**13.217.254**
Disponibilidades	365.477	198.569
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.075.000	1.734.314
Títulos e valores mobiliários	5.943.716	7.076.972
Relações interfinanceiras	193.318	231.044
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	2.576.286	3.259.453
Outros créditos e outros valores e bens	299.529	716.902
Permanente	**362.228**	**73.134**
Total	**11.815.554**	**13.290.388**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**10.225.959**	**10.847.928**
Depósitos	2.338.365	1.910.155
Captações no mercado aberto	1.490.811	731.714
Recursos de emissão de títulos	1.232.349	2.298.662
Relações interfinanceiras	9.574	4.073
Empréstimos e repasses	1.229.746	2.059.950
Instrumentos financeiros derivativos	11.398	35.761
Outras obrigações	3.913.716	3.807.613
Resultados de exercícios futuros	**10.716**	**9.328**
Participação minoritária	**5**	**4**
Patrimônio líquido	**1.578.874**	**2.433.128**
Total	**11.815.554**	**13.290.388**

Demonstração combinada do resultado	2004	2003
Receitas da intermediação financeira	975.756	1.321.620
Despesas da intermediação financeira	(276.277)	(375.681)
Provisão para perdas com créditos	(15.836)	(117.987)
Receitas de prestação de serviços	75.525	-
Despesas de pessoal e administrativas	(84.447)	(69.939)
Outras receitas (despesas) operacionais	(95.968)	(18.692)
Resultado não-operacional	(1.748)	2.534
Participações no lucro	-	(12)
Lucro líquido do exercício	**577.005**	**741.843**

A despesa de imposto de renda e de contribuição social referente às operações no exterior é contabilizada no banco múltiplo, como reflexo da adição ao lucro real do resultado dessas operações.

(b) Ramo de seguros e de previdência privada incluindo Unibanco AIG Seguros S.A., Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A., Unibanco AIG Previdência S.A. e Unibanco AIG Vida e Previdência S.A.:

Balanço patrimonial combinado	**2004**	**2003**
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**7.343.814**	**5.672.097**
Disponibilidades	71.188	11.864
Aplicações	6.076.602	4.824.881
Créditos de operações com seguros e resseguros	555.537	529.262
Outros créditos e outros valores e bens	640.487	306.090
Permanente	**214.206**	**272.957**
Total	**7.558.020**	**5.945.054**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**6.204.849**	**4.482.309**
Provisões técnicas de seguros	1.731.327	529.262
Provisões técnicas de previdência privada	3.646.527	1.260.161
Débitos de operações com seguros e resseguros	219.350	2.631.180
Outras obrigações	607.645	61.706
Resultados de exercícios futuros	**100.909**	**-**
Participação minoritária	**10.593**	**-**
Patrimônio líquido	**1.241.669**	**1.462.745**
Total	**7.558.020**	**5.945.054**

Demonstração combinada do resultado	**2004**	**2003**
Prêmios retidos	3.102.901	2.577.340
Variação de provisões técnicas de seguros	(961.732)	(1.172.500)
Sinistros retidos	(895.957)	(818.843)
Despesas de comercialização	(300.596)	(351.831)
Rendas de contribuições retidas	825.277	883.197
Variações das provisões técnicas	(534.447)	(477.869)
Despesas com benefícios e resgates	(524.684)	2.176
Outras receitas operacionais	23.817	17.573
Outras despesas operacionais	(326.675)	(60.853)
Despesas de pessoal	(124.336)	(102.510)
Despesas administrativas	(157.876)	(146.167)
Despesas com tributos	(67.056)	(67.117)
Receitas financeiras	124.357	53.955
Resultado não operacional	33.984	14.169
Imposto de renda e contribuição social	1.288	(90.637)
Participações no lucro	(15.577)	(16.730)
Lucro líquido do exercício	**202.688**	**243.353**

(c) Ramo de cartão de crédito, inclusive as controladas em conjunto com outras instituições e incluem: Unicard Banco Múltiplo S.A. (100%), Redecard S.A. (31,943%) e Hipercard Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (100%): Para efeito de comparabilidade as informações relativas às contas patrimoniais de 2003 e as de resultado em 2004 e 2003 estão sendo apresentadas sem a consolidação proporcional da Credicard S.A. – Administradora de Cartões de Crédito e da Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda., conforme nota explicativa nº 7(b):

Balanço patrimonial combinado	**2004**	**2003**
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**4.807.211**	**4.412.809**
Disponibilidades	11.091	36.616
Aplicações interfinanceiras de liquidez	79.169	15.250
Títulos e valores mobiliários	607.090	607.312
Relações interfinanceiras e interdependências	11.395	15.440
Operações de crédito	2.186.303	1.863.555
Créditos tributários e impostos a compensar	560.041	669.940
Outros créditos e outros valores e bens	1.352.122	1.204.696
Permanente	**325.171**	**266.482**
Total	**5.132.382**	**4.679.291**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**4.245.854**	**3.592.847**
Depósitos	1.242.468	298.115
Empréstimos e repasses	141.567	263.112
Recursos de emissão de títulos	273.521	588.534
Relações interfinanceiras e interdependências	120	365
Instrumentos financeiros derivativos	67.885	33.957
Provisões fiscais, previdenciárias e para contingências	289.066	683.996
Outras obrigações	2.231.227	1.724.768
Participação minoritária	**57.216**	**-**
Patrimônio líquido	**829.312**	**1.086.444**
Total	**5.132.382**	**4.679.291**

Demonstração combinada do resultado	**2004**	**2003**
Receitas da intermediação financeira	878.675	576.037
Despesas da intermediação financeira	(160.294)	(88.723)
Provisão para perdas com créditos	(246.418)	(182.820)
Receitas de prestação de serviços	509.517	242.292
Despesas de pessoal e administrativas	(378.873)	(210.146)
Outras receitas (despesas) operacionais (1)	(403.210)	(114.028)
Resultado não-operacional	(1.157)	(428)
Imposto de renda e contribuição social	(44.934)	(66.474)
Participações no lucro	(13.038)	(6.164)
Participações minoritárias	(25.606)	-
Lucro líquido do exercício	**114.662**	**149.546**

(1) Inclui amortização extraordinária de ágio no montante de R$70.162 (nota explicativa n° 7 (c)).

(d) Empresas que operam em crédito direto ao consumidor contemplam, principalmente, Banco Fininvest S.A. (100%), Banco Investcred Unibanco S.A. (50%), Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (50%), Creditec Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Creditec Promovendas Ltda. e Creditec SP Promoções de Vendas Ltda.:

Balanço patrimonial combinado	**2004**	**2003**
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**2.774.707**	**2.006.865**
Disponibilidades	6.285	4.488
Aplicações interfinanceiras de liquidez	23.281	36.743
Títulos e valores mobiliários	64.876	54.847
Relações interfinanceiras e interdependências	5.155	10.367
Operações de crédito	2.097.229	1.531.925
Outros créditos e outros valores e bens	577.881	368.495
Permanente	**226.045**	**131.857**
Total	**3.000.752**	**2.138.722**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**2.335.010**	**1.676.522**
Depósitos	1.506.399	1.112.468
Captações no mercado aberto	-	783
Relações interfinanceiras e interdependências	286	-
Empréstimos	18	11.933
Instrumentos financeiros derivativos	1.080	7.498
Outras obrigações	827.227	543.840
Patrimônio líquido	**665.742**	**462.200**
Total	**3.000.752**	**2.138.722**

Demonstração combinada do resultado	**2004**	**2003**
Receitas da intermediação financeira	1.363.898	1.279.188
Despesas da intermediação financeira	(193.369)	(279.333)
Provisão para perdas com créditos	(419.009)	(413.657)
Receitas de prestação de serviços	276.527	-
Despesas de pessoal e administrativas	(574.164)	(476.913)
Outras receitas (despesas) operacionais	(196.852)	72.358
Resultado não-operacional	4.763	(126)
Imposto de renda e contribuição social	(25.706)	(13.153)
Participações no lucro	(13.844)	(11.375)
Lucro líquido do exercício	**222.244**	**156.989**

23. Outras Informações

(a) Os bens arrendados a terceiros, no montante de R$989.562 (2003 – R$877.502), líquido de depreciação, estão compromissados para venda aos arrendatários, à opção destes, no término dos correspondentes contratos de arrendamento por R$507.978 (2003 – R$510.893), e o valor residual recebido antecipadamente desses arrendatários monta a R$378.812 (2003 – R$431.953), classificado como conta redutora de arrendamentos a receber. As operações de arrendamento mercantil, tendo por objeto bens de terceiros, não são relevantes.

(b) É política do Unibanco e de suas controladas manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2004, a cobertura de seguros sobre imóveis e outros bens de uso montava a R$1.155.028 (2003 – R$1.061.005) no Consolidado.

24. Eventos Subseqüentes

Em fevereiro de 2005, Commerzbank Aktiengesellschaft e BNL International Investments S.A. venderam, por meio de uma distribuição pública secundária, 45.897.387 *Units*, representativas de 7,2% das ações preferenciais do Unibanco e 8,9% das ações preferenciais da Unibanco Holdings.

* * *

Senhores Acionistas

Através de seu Conselho de Administração e sua Diretoria Executiva, a Unibanco Holdings S.A. submete à apreciação de V.Sas. seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Consolidadas, assim como o Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003.

Tendo em vista que o patrimônio líquido da Unibanco Holdings S.A. está, substancialmente, investido no Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., seu desempenho e resultados operacionais refletem essa participação. As informações relativas ao desempenho do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., no exercício de 2003 estão descritas em seu Relatório da Administração e nas Demonstrações Financeiras.

Resultados e patrimônio líquido

O lucro líquido da Unibanco Holdings S.A., relativo ao exercício de 2003, atingiu R$603 milhões. O lucro por lote de mil ações, calculado pela quantidade de ações em circulação no encerramento do exercício atingiu R$7,35 no exercício de 2003. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 14,7 %. O patrimônio líquido ao final do exercício atingiu R$4.265 milhões e o valor patrimonial por lote de mil ações foi de R$52,03.

Dividendos

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, foi proposto pela Unibanco Holdings S.A. o pagamento de juros aos acionistas, a título de antecipação do dividendo obrigatório, no montante de R$228.209 mil, com pagamento antecipado no próprio exercício de R$107.136 mil. O montante proposto em 2003 de R$193.977 mil, líquido do imposto de renda na fonte, representa R$2,37 por lote de mil ações em circulação no encerramento do exercício.

Considerações finais

Os objetivos alcançados ao longo do exercício de 2003 devem-se, principalmente, à confiança que os acionistas depositaram em nossa gestão. A eles prestamos nossos sinceros agradecimentos.

São Paulo, Fevereiro de 2004.

A Diretoria Executiva
O Conselho de Administração

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Unibanco Holdings S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual e consolidado, da Unibanco Holdings S.A. e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controlador) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Holdings e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Holdings e das controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unibanco Holdings S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controlador) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Adicionalmente, examinamos as demonstrações do fluxo de caixa, individuais e consolidadas, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, apresentadas como nota explicativa nº. 21 às demonstrações financeiras, aplicando os mesmos procedimentos descritos no parágrafo 2. Essas demonstrações, não requeridas pela legislação societária brasileira, foram elaboradas para propiciar informação adicional. Em nossa opinião, essas demonstrações representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o fluxo de caixa, individual e consolidado, da Unibanco Holdings S.A. e controladas correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2004

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/O-8

Osmar Aurélio Lujan
Contador
CRC nº. 1 SP 160203/O-1

UNIBANCO HOLDINGS E
UNIBANCO HOLDINGS E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
Valores expressos em milhares de reais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
ATIVO	**2003**	**2002**	**2003**	**2002**
CIRCULANTE	**135.823**	**112.415**	**48.002.795**	**51.773.475**
Disponibilidades	3	8	1.083.301	1.078.489
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	10.930.296	15.483.506
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	6.384	9.812.553	9.008.052
Relações interfinanceiras	-	-	4.139.812	4.022.756
Relações interdependências	-	-	12.922	2.840
Operações de crédito	-	-	16.793.831	16.354.942
Provisão para perdas em operações de crédito	-	-	(1.191.970)	(1.210.445)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	259.295	314.753
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	-	-	(5.668)	(14.947)
Outros créditos	135.820	106.023	5.777.378	6.429.270
Provisão para perdas em outros créditos	-	-	(25.635)	(48.334)
Outros valores e bens	-	-	416.680	352.593
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**11.703**	**3.760**	**18.450.192**	**20.215.039**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	30.616	20.986
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	11.703	2.264	5.692.889	9.370.415
Relações interfinanceiras	-	-	40.341	57.920
Operações de crédito	-	-	8.141.382	7.085.095
Provisão para perdas em operações de crédito	-	-	(313.253)	(297.405)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	215.289	214.952
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	-	-	(5.268)	(12.215)
Outros créditos	-	1.496	4.598.478	3.744.835
Provisão para perdas em outros créditos	-	-	(6.849)	(7.247)
Outros valores e bens	-	-	56.567	37.703
PERMANENTE	**4.262.645**	**3.948.631**	**3.201.708**	**3.388.852**
Investimentos	4.262.645	3.948.631	1.555.599	1.665.721
Participações em controladas e coligadas	4.262.645	3.948.631	43.021	59.557
No país	4.262.645	3.948.631	43.021	49.177
No exterior	-	-	-	10.380
Ágio na aquisição empresas controladas	-	-	1.358.026	1.462.927
Outros investimentos	-	-	218.186	208.731
Provisão para perdas	-	-	(63.634)	(65.494)
Imobilizado	-	-	988.338	1.047.243
Diferido	-	-	657.771	675.888
T O T A L	**4.410.171**	**4.064.806**	**69.654.695**	**75.377.366**

UNIBANCO HOLDINGS E
UNIBANCO HOLDINGS E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
Valores expressos em milhares de reais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO	**2003**	**2002**	**2003**	**2002**
CIRCULANTE	**126.446**	**104.232**	**39.741.770**	**46.764.512**
Depósitos	-	-	17.422.108	16.273.617
Captações no mercado aberto	-	-	7.183.988	13.806.066
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	2.917.961	2.779.883
Relações interfinanceiras	-	-	20.488	185.391
Relações interdependências	-	-	373.616	304.154
Obrigações por empréstimos no país	-	101	257.908	166.931
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	2.895.468	4.656.722
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	-	-	2.068.121	1.816.220
Obrigações por repasses do exterior	-	-	38.457	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	125.461	303.386
Outras obrigações	126.446	104.131	6.438.194	6.472.142
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**18.358**	**8.659**	**21.842.933**	**21.273.701**
Depósitos	-	-	7.922.805	9.705.745
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	547.292	935.494
Obrigações por empréstimos no país	-	-	869	966
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	357.676	907.229
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	-	-	3.595.468	3.515.728
Obrigações por repasses do exterior	-	-	214.823	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	127.585	162.810
Outras obrigações	18.358	8.659	9.076.415	6.045.729
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**-**	**-**	**78.431**	**64.232**
PATRIMONIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	**-**	**-**	**3.726.194**	**3.323.006**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**4.265.367**	**3.951.915**	**4.265.367**	**3.951.915**
Capital social	1.863.450	1.863.450	1.863.450	1.863.450
Reservas de capital	413.729	413.729	413.729	413.729
Reserva de reavaliação em empresas controladas	4.760	934	4.760	934
Reservas de lucros	2.224.324	1.869.905	2.224.324	1.869.905
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	(130.502)	(156.345)	(130.502)	(156.345)
Ações em tesouraria	(110.394)	(39.758)	(110.394)	(39.758)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA	**-**	**-**	**7.991.561**	**7.274.921**
T O T A L	**4.410.171**	**4.064.806**	**69.654.695**	**75.377.366**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

UNIBANCO HOLDINGS E
UNIBANCO HOLDINGS E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
Valores expressos em milhares de reais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2003	2002	2003	2002
RECEITA DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**-**	**-**	**12.062.504**	**12.875.187**
Operações de crédito	-	-	7.572.217	7.888.472
Operações de arrendamento mercantil	-	-	85.892	140.559
Resultado de títulos e valores mobiliários	-	-	3.184.340	6.746.899
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	533.621	(2.257.681)
Resultado de câmbio	-	-	164.396	148.896
Aplicações compulsórias	-	-	522.038	208.042
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**-**	**-**	**(6.376.062)**	**(10.201.315)**
Captações no mercado	-	-	(4.262.843)	(7.295.359)
Empréstimos e repasses	-	-	(658.267)	(1.068.612)
Provisão para perdas com créditos	-	-	(1.454.952)	(1.837.344)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**-**	**-**	**5.686.442**	**2.673.872**
OUTRAS RECEITAS(DESPESAS) OPERACIONAIS	**609.985**	**601.220**	**(3.796.768)**	**(1.598.172)**
Receitas de prestação de serviços	-	-	2.837.256	2.615.882
Prêmios de seguro, capitalização e previdência privada	-	-	2.962.481	2.177.399
Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdencia privada	-	-	(1.465.492)	(835.250)
Sinistros	-	-	(818.843)	(748.946)
Despesas com beneficios de planos de previdencia privada	-	-	(477.869)	(385.436)
Despesas de comercialização e outras de seguros e de previdencia privada	-	-	(266.051)	(164.317)
Despesas de comercialização de cartão de crédito	-	-	(233.434)	(245.059)
Despesas de pessoal	(43)	(159)	(1.772.386)	(1.646.721)
Outras despesas administrativas	(2.494)	(462)	(2.807.396)	(2.586.492)
Despesas tributárias	(12.108)	(1.342)	(658.859)	(616.004)
Resultado de participações em controladas e coligadas	622.166	601.603	435	(12.408)
Outras receitas operacionais	2.464	1.580	520.885	1.486.555
Outras despesas operacionais	-	-	(1.617.495)	(637.375)
RESULTADO OPERACIONAL	**609.985**	**601.220**	**1.889.674**	**1.075.700**
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	**-**	**-**	**10.522**	**29.406**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**609.985**	**601.220**	**1.900.196**	**1.105.106**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(7.122)**	**129**	**(500.346)**	**216.581**
Provisão para imposto de renda	(3.838)	-	(182.737)	(247.375)
Provisão para contribuição social	(1.412)	-	(82.492)	(88.690)
Ativo fiscal diferido	(1.872)	129	(235.117)	552.646
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	**-**	**-**	**(226.897)**	**(184.469)**
Administradores	-	-	(14.791)	(12.985)
Empregados	-	-	(212.106)	(171.484)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	**-**	**-**	**1.172.953**	**1.137.218**
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	**-**	**-**	**(570.090)**	**(535.869)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**602.863**	**601.349**	**602.863**	**601.349**
Número de ações em circulação (Nota 15.a)	81.972.742.551	83.408.308.978		
Lucro líquido por lote de 1.000 ações: R$	7,35	7,21		
Valor patrimonial por lote de 1.000 ações: R$	52,03	47,38		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

UNIBANCO HOLDINGS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais

				Reservas de lucros			Ajuste ao valor de			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação em controlada	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos	mercado - Títulos e valores mobiliários e derivativos	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2002	**1.863.450**	**413.537**	**3.083**	**104.979**	**1.275.971**	**36.603**	**-**	**(39.757)**	**-**	**3.657.866**
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 15 f)										
.Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	-	-	-	(6.037)	-	46.861	40.824
.Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	553	553
Realização da reserva de reavaliação de bens em controladas	-	-	(2.149)	-	-	-	-	-	1.566	(583)
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	-	-	-	(150.308)	-	-	(150.308)
Atualização de títulos patrimoniais	-	192	-	-	-	-	-	-	-	192
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	601.349	601.349
Constituição de reservas	-	-	-	30.067	422.285	-	-	-	(452.352)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(197.977)	(197.977)
Em 31 de dezembro de 2002	**1.863.450**	**413.729**	**934**	**135.046**	**1.698.256**	**36.603**	**(156.345)**	**(39.758)**	**-**	**3.951.915**
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	(70.636)	-	(70.636)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.235)	(20.235)
Reversões de reservas					(20.235)				20.235	-
Constituição de reserva de reavaliação de bens em controladas	-	-	3.826	-	-	-	-	-	-	3.826
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	-	-	-	25.843	-	-	25.843
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	602.863	602.863
Constituição de reservas	-	-	-	30.144	344.510	-	-	-	(374.654)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(228.209)	(228.209)
Em 31 de dezembro de 2003	**1.863.450**	**413.729**	**4.760**	**165.190**	**2.022.531**	**36.603**	**(130.502)**	**(110.394)**	**-**	**4.265.367**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

UNIBANCO HOLDINGS S.A. E
UNIBANCO HOLDINGS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
Valores expressos em milhares de reais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2003	2002	2003	2002
Origens dos recursos				
Das operações sociais	**(19.303)**	**(254)**	**1.003.047**	**1.033.682**
Lucro líquido do exercício	602.863	601.349	602.863	601.349
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante				
Resultado de participação em controladas e coligadas	(622.166)	(601.603)	(435)	12.408
Provisão para perdas em investimentos	-	-	(9)	(1.648)
Amortização de ágio/deságio	-	-	49.301	91.498
Depreciações e amortizações	-	-	351.327	330.075
Ajuste de exercícios anteriores	-	**-**	**-**	**47.414**
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	**-**	**-**	**25.843**	**-**
De terceiros	**256.649**	**206.425**	**2.810.583**	**8.275.225**
Aumento do exigível a longo prazo	9.699	1.091	569.232	8.263.466
Diminuição do realizável a longo prazo	-	7.096	1.809.732	-
Dividendos recebidos	246.950	198.238	17.281	145
Variação nos resultados de exercícios futuros	-	-	14.199	11.614
Variação das participações minoritárias	-	-	400.139	-
Alienação de Bens e Investimentos	**-**	**-**	**118.815**	**350.821**
Investimentos	-	-	25.695	96.979
Imobilizado de uso	-	-	93.120	253.842
Total das origens	**237.346**	**206.171**	**3.958.288**	**9.707.142**
Aplicações de recursos				
Variação das participações minoritárias	-	-	-	128.150
No ativo permanente	**-**	**-**	**387.146**	**608.856**
Investimentos	-	-	27.713	108.872
Imobilizado de uso	-	-	214.664	244.965
Ágio a amortizar na aquisição de empresas controladas	-	-	-	63.175
Diferido	-	-	144.769	191.844
No realizável a longo prazo	7.943	-	-	5.375.134
Ajuste no Patrimônio Líquido	-	-	20.235	-
Aquisição de ações próprias	-	1	70.636	1
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	-	-	-	156.345
Dividendos distribuídos/propostos	228.209	197.977	228.209	197.977
Total das aplicações	**236.152**	**197.978**	**706.226**	**6.466.463**
Aumento do capital circulante	**1.194**	**8.193**	**3.252.062**	**3.240.679**
Variações do capital circulante				
Ativo circulante	**23.408**	**12.196**	**(3.770.680)**	**14.558.666**
No fim do exercício	135.823	112.415	48.002.795	51.773.475
No início do exercício	112.415	100.219	51.773.475	37.214.809
Passivo circulante	**22.214**	**4.003**	**(7.022.742)**	**11.317.987**
No fim do exercício	126.446	104.232	39.741.770	46.764.512
No início do exercício	104.232	100.229	46.764.512	35.446.525
Aumento do capital circulante	**1.194**	**8.193**	**3.252.062**	**3.240.679**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Unibanco Holdings S.A. (Unibanco Holdings) foi constituída com o objetivo de participar do capital social do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.(Unibanco).

As atividades operacionais consolidadas da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas, direta ou indiretamente e em conjunto, no Brasil e no exterior, incluem, além das atividades financeiras do Conglomerado Unibanco, outras atividades desenvolvidas por empresas controladas com objetivos específicos, principalmente com relação a serviços de seguros, cartão de crédito, capitalização e previdência privada.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Unibanco Holdings S.A. (Controladora) estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas (Consolidado) que abrangem as demonstrações financeiras da Unibanco Holdings S.A. e da sua controlada (Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., suas agências no exterior, das empresas controladas, direta ou indiretamente e das sociedades controladas em conjunto), conforme apresentado na nota explicativa nº 7.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação emanados da Comissão de Valores Mobiliários, tendo sido eliminados as participações, os saldos de balanço, as receitas e despesas e os resultados não realizados entre as empresas.

As demonstrações financeiras das empresas controladas Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil foram reclassificadas, extracontabilmente, objetivando refletir no consolidado sua posição financeira e seu resultado, de conformidade com o método financeiro.

Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto, foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada, em atendimento à Instrução nº 247/96 da Comissão de Valores Mobiliários.

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Unibanco Holdings e por suas empresas controladas emanam das disposições da legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência e considera:

- os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata temporis,* incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo;

- os efeitos de provisões para ajustar ativos para o valor de mercado ou de realização;

- os ajustes das reservas técnicas dos seguros, planos de previdência privada e de capitalização contratados;

- o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial;

- a parcela atribuível ao imposto de renda, calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos;

- a parcela correspondente à contribuição social, calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda; e

- os créditos tributários constituídos sobre as diferenças intertemporais entre o resultado contábil e o fiscal e sobre prejuízos fiscais.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados ao custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzido das correspondentes rendas de realização futura e/ou de provisões para perdas, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros objetos de *hedge*, os quais estão demonstrados conforme apresentado no item (c).

A provisão para perdas com créditos é constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. A análise das operações de crédito em aberto, para concluir quanto à necessária provisão para perdas com créditos, leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central do Brasil.

(c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e freqüentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos nos resultados do semestre/exercício.

- Títulos disponíveis para venda - adquiridos como parte da estratégia na administração do risco de mercado, podendo ser negociados como resultado de variações nas taxas de juros, mudanças nas condições de pagamentos ou outros fatores. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos nos resultados do semestre/exercício, e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". Os ganhos e perdas realizados são reconhecidos nos resultados do semestre/exercício, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

- Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não.

- Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes ou por conta própria, que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo Banco Central, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente nos resultados do semestre/exercício.

- Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

  - *hedge* de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas nos resultados do semestre/exercício; e

  - *hedge* de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente nos resultados do semestre/exercício.

(d) Permanente

Os investimentos, o imobilizado e o diferido são registrados ao custo.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7. Os efeitos apurados nas empresas controladas e coligadas decorrentes de avaliação dos títulos e valores mobiliários e dos derivativos, conforme item (c) acima, foram reconhecidos na controladora de forma a manter o registro original efetuado nas empresas controladas e coligadas.

Os outros investimentos estão representados, principalmente, por investimentos avaliados ao custo e por títulos patrimoniais das bolsas de valores e de mercadorias ajustados aos valores patrimoniais.

O ágio apurado na aquisição de empresas controladas é amortizado em até dez anos, de acordo com a expectativa de lucros futuros.

O imobilizado é depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%, móveis e equipamentos de uso e de segurança - 10%, sistemas de comunicação, processamento de dados e de transportes - 20%.

O diferido é representado, substancialmente, por benfeitorias em propriedades de terceiros e por aquisição e desenvolvimento de softwares. A amortização ocorre na vigência dos direitos contratuais ou no prazo de cinco anos a partir do início de sua utilização.

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, exceto os valores relativos aos instrumentos financeiros derivativos e passivos objeto de *hedge*, os quais estão demonstrados conforme item (c) acima.

4. Títulos e Valores Mobiliários

(a) Os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2003 e 2002 podem ser demonstrados por:

		Consolidado
Títulos	**2003**	**2002**
Para negociação	5.845.398	4.957.043
Disponíveis para venda	3.452.227	6.411.097
Mantidos até o vencimento	5.772.601	6.610.281
Subtotal	**15.070.226**	**17.978.421**
Instrumentos financeiros derivativos	435.216	400.046
Total	**15.505.442**	**18.378.467**
Circulante	**9.812.553**	**9.008.052**
Longo prazo	**5.692.889**	**9.370.415**

(b) Títulos para negociação

				Consolidado
		2003		**2002**
Emissor/Tipo de aplicação	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Governo federal	**2.875.250**	**2.880.626**	**3.414.537**	**3.229.669**
Letras Financeiras do Tesouro	941.476	941.266	669.712	668.439
Letras do Tesouro Nacional	1.800.998	1.805.427	514.143	509.699
Notas do Banco Central	3.099	3.135	1.188.191	1.110.806
Notas do Tesouro Nacional	129.677	130.798	1.042.491	940.725
Dívida externa brasileira	**210.426**	**216.637**	**-**	**-**
Instituições financeiras	**153.091**	**153.802**	**-**	**-**
Eurobonds	88.746	89.457	-	-
Certificado de depósito bancário	64.345	64.345	-	-
Fundos mútuos de investimentos – abertos (1)	**2.318.134**	**2.318.134**	**1.284.785**	**1.284.785**
Outros	**221.789**	**276.199**	**442.589**	**442.589**
Total	**5.778.690**	**5.845.398**	**5.141.911**	**4.957.043**

(1) Fundos mútuos de investimentos – abertos são substancialmente decorrentes das empresas de seguros, de previdência privada e de capitalização e a carteira desses fundos é representada principalmente por títulos do governo federal.

Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, dado serem ativa e freqüentemente negociados.

(c) Títulos disponíveis para venda

(i) Por tipo:

						Consolidado
			2003			2002
Emissor/Tipo de aplicação	**Custo atualizado**	**Ajuste ao valor de mercado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Ajuste ao valor de mercado**	**Valor de mercado**
Governo federal	**716.207**	**6.183**	**722.390**	**2.028.183**	**(146.167)**	**1.882.016**
Letras Financeiras do Tesouro	320.182	1.496	321.678	645.329	(18.465)	626.864
Notas do Banco Central	183.640	8.057	191.697	1.006.717	(106.684)	900.033
Notas do Tesouro Nacional	137.433	9.116	146.549	305.270	(7.040)	298.230
Outros	74.952	(12.486)	62.466	70.867	(13.978)	56.889
Dívida externa brasileira	**-**	**-**	**-**	**858.403**	**(132.369)**	**726.034**
Governo estrangeiro	**29.171**	**(13)**	**29.158**	**-**	**-**	**-**
Notas do tesouro norte-americano	29.171	(13)	29.158	-	-	-
Empresas não financeiras	**2.071.643**	**(89.192)**	**1.982.451**	**3.003.350**	**(81.675)**	**2.921.675**
Debêntures	1.991.334	(79.937)	1.911.397	2.471.569	(59.383)	2.412.186
Eurobonds	20.366	59	20.425	326.121	(12.310)	313.811
Outros	59.943	(9.314)	50.629	205.660	(9.982)	195.678
Instituições financeiras	**264.442**	**4.901**	**269.343**	**474.206**	**(16.865)**	**457.341**
Eurobonds	131.285	2.006	133.291	340.832	(16.865)	323.967
Letras hipotecárias	111.458	2.895	114.353	103.136	-	103.136
Certificado de depósito bancário	20.151	-	20.151	25.089	-	25.089
Outros	1.548	-	1.548	5.149	-	5.149
Carteira de ações	**171.310**	**(20.747)**	**150.563**	**254.636**	**(11.784)**	**242.852**
Fundos mútuos de investimentos – abertos (1)	**298.322**	**-**	**298.322**	**181.179**	**-**	**181.179**
Total	**3.551.095**	**(98.868)**	**3.452.227**	**6.799.957**	**(388.860)**	**6.411.097**

(1) Fundos mútuos de investimentos – abertos são substancialmente decorrentes das empresas de seguros, de previdência privada e de capitalização e a carteira desses fundos é representada principalmente por títulos do governo federal.

(ii) Por vencimento:

				Consolidado
		2003		2002
Prazo	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Até 3 meses	204.245	187.003	337.697	334.421
De 3 meses a 1 ano	569.984	560.548	1.449.623	1.395.852
De 1 a 3 anos	1.226.465	1.216.559	1.489.463	1.365.329
De 3 a 5 anos	491.675	502.996	1.791.840	1.696.189
De 5 a 15 anos	408.694	416.867	1.211.584	1.125.125
Mais de 15 anos	-	-	70.152	70.152
Indeterminado (1)	650.032	568.254	449.598	424.029
Total	**3.551.095**	**3.452.227**	**6.799.957**	**6.411.097**

(1) Refere-se a ações de companhias de capital aberto e fundos mútuos de investimentos – abertos.

(d) Títulos mantidos até o vencimento

(i) Por tipo:

		Consolidado
	2003	2002
Emissor/Tipo de aplicação		**Custo atualizado**
Governo federal	**4.282.405**	**5.900.357**
Letras Financeiras do Tesouro	186.666	-
Letras do Tesouro Nacional	259	-
Notas do Banco Central	1.259.138	2.358.939
Notas do Tesouro Nacional	2.821.900	3.522.558
Outros	14.442	18.860
Dívida externa brasileira	**1.139.934**	**305.724**
Empresas não financeiras	**291.575**	**404.200**
Eurobonds	291.575	404.200
Instituições financeiras	**58.687**	**-**
Eurobonds	58.687	-
Total	**5.772.601**	**6.610.281**

O valor de mercado desses títulos montava a R$6.166.230 (2002 – R$5.607.510). As diferenças entre o custo atualizado e o valor de mercado, no montante de R$393.629 (2002 – (R$1.002.771)), correspondem, principalmente, aos títulos de emissão do governo federal e dívida externa brasileira.

(ii) Por vencimento:

		Consolidado
	2003	2002
Prazo		**Custo atualizado**
Até 3 meses	983.788	334.177
De 3 meses a 1 ano	1.341.709	1.382.881
De 1 a 3 anos	2.216.171	4.120.266
De 3 a 5 anos	377.580	721.626
De 5 a 15 anos	710.822	51.331
Mais de 15 anos	142.531	-
Total	**5.772.601**	**6.610.281**

(iii) Capacidade financeira

A Unibanco Holdings e suas controladas classificaram parte da sua carteira como títulos mantidos até o vencimento, tendo como parâmetros para definir a capacidade financeira, os vencimentos, as taxas de juros (existência de *spread* positivo) e as moedas das suas operações passivas.

(e) Apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado de acordo com modelo de precificação interno, estabelecido com base nas taxas médias divulgadas pelas Bolsas de Valores, associações de classe e agências externas para o último dia do exercício.

5. Operações de Crédito e Provisão para Perdas

(a) Composição das operações de crédito por tipo e prazo:

		Consolidado
	2003	**2002**
Por tipo		
Empréstimos e títulos descontados	10.450.686	10.476.389
Financiamentos	9.639.591	8.898.614
Financiamentos rurais e agroindustriais	812.613	798.058
Financiamentos imobiliários	846.688	647.647
Cartões de crédito	3.185.635	2.619.329
Total de operações de crédito	**24.935.213**	**23.440.037**
Operações de arrendamento mercantil	474.584	529.705
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (1)	1.640.993	2.009.543
Total de arrendamento mercantil e adiantamentos sobre contratos de câmbio	**2.115.577**	**2.539.248**
Avais e fianças honrados	8.057	477
Outros créditos (2)	619.657	577.583
Total de outros créditos	**627.714**	**578.060**
Responsabilidade por financiamento a titulares de cartão de crédito (3)	**238.826**	**193.295**
Total do risco	**27.917.330**	**26.750.640**
Por vencimento		
Vencidos a partir de 15 dias (nota 5 (d))	1.433.341	1.194.584
A vencer:		
Até 3 meses (4)	10.788.719	10.785.434
De 3 meses a 1 ano	7.319.594	7.330.393
De 1 a 3 anos	5.774.210	4.728.589
Acima de 3 anos	2.601.466	2.711.640
Total do risco	**27.917.330**	**26.750.640**

(1) Registrados em "Outras obrigações" e em "Outros créditos" - "Carteira de câmbio".
(2) Outros créditos compreendem devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber.
(3) Registrado em contas de compensação.
(4) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

(b) Composição das operações de crédito por atividade econômica:

				Consolidado
		2003		2002
	Valor	% distribuição	Valor	% distribuição
Industrial				
Alimentos, bebidas e cigarros	1.361.930	4,9	1.460.510	5,5
Eletricidade, gás e água	1.271.959	4,5	1.258.862	4,7
Indústria automobilística	1.221.041	4,4	847.127	3,2
Química e farmacêutica	1.081.541	3,9	1.184.832	4,4
Papel, celulose e produtos de papel e de madeira	1.039.671	3,7	1.018.005	3,8
Metalurgia básica	838.963	3,0	1.266.455	4,7
Produção de máquinas e equipamentos	626.482	2,2	155.888	0,6
Petróleo	479.183	1,7	511.549	1,9
Mineração	416.097	1,5	632.996	2,4
Têxtil, roupas e artigos de couro	286.317	1,0	342.892	1,3
Produção de bens metálicos	270.704	1,0	563.250	2,1
Elétrico e eletrônico	158.696	0,6	185.677	0,7
Eletrônica e equipamentos de comunicação	116.791	0,4	249.235	0,9
Borracha e plástico	107.898	0,4	149.526	0,6
Outras indústrias manufatureiras	7.359	-	35.313	0,1
Subtotal	**9.284.632**	**33,2**	**9.862.117**	**36,9**
Comercial				
Atacado	1.558.713	5,6	1.365.677	5,1
Varejo	1.224.434	4,4	946.260	3,5
Subtotal	**2.783.147**	**10,0**	**2.311.937**	**8,6**
Serviço financeiro				
Instituições financeiras	164.646	0,6	216.153	0,8
Seguradoras e fundos de pensão	5.276	-	57.799	0,2
Subtotal	**169.922**	**0,6**	**273.952**	**1,0**
Empréstimos para construção residencial	**263.264**	**0,9**	**121.433**	**0,5**
Serviços				
Transporte	1.196.014	4,3	852.296	3,2
Correios e telecomunicações	1.157.981	4,1	1.218.826	4,6
Construção	423.843	1,5	339.802	1,3
Imobiliários	387.055	1,4	476.725	1,8
Agrícolas	306.142	1,1	412.256	1,5
Atividades recreativas, culturais e desportivas	149.812	0,5	202.823	0,8
Saúde e serviços sociais	126.595	0,5	113.406	0,4
Educação	107.467	0,4	94.147	0,4
Atividades associativas	100.497	0,4	89.366	0,3
Hotelaria e alimentação	73.969	0,3	83.464	0,3
Outros serviços	1.051.873	3,7	850.930	3,1
Subtotal	**5.081.248**	**18,2**	**4.734.041**	**17,7**
Agricultura, criação de animais, reflorestamento e pesca	**812.613**	**2,9**	**798.058**	**3,0**
Pessoa física				
Financiamentos e crédito ao consumidor	5.407.169	19,5	5.158.554	19,3
Cartão de crédito	3.424.461	12,3	2.812.624	10,5
Empréstimos para mutuários – hipoteca residencial	650.640	2,3	592.535	2,2
Leasing - arrendamento mercantil	40.234	0,1	85.389	0,3
Subtotal	**9.522.504**	**34,2**	**8.649.102**	**32,3**
Total	**27.917.330**	**100,0**	**26.750.640**	**100,0**

(c) Concentração de operações de crédito:

				Consolidado
		2003		2002
Maiores devedores	**Valor**	**% total**	**Valor**	**% total**
10 maiores clientes	2.858.853	10,2	2.590.910	9,7
50 seguintes maiores clientes	5.245.550	18,8	5.580.250	20,8
100 seguintes maiores clientes	3.495.835	12,5	3.764.863	14,1
Demais clientes	16.317.092	58,5	14.814.617	55,4
Total	**27.917.330**	**100,0**	**26.750.640**	**100,0**

(d) Composição da carteira de operações de crédito e da provisão para perdas nos correspondentes níveis de risco:

								Consolidado
								2003
	% provisão	**Créditos**	**Créditos de curso anormal**					
Nível de Risco	**mínima requerida**	**de curso normal**	**Parcelas a vencer**	**Parcelas vencidas**	**Total das operações**	**Distribuição %**	**Total da provisão**	**% efetivo de provisão**
AA	-	10.897.051	-	-	10.897.051	39,0	10.012	-
A	0,5	9.609.034	-	-	9.609.034	34,4	70.606	0,7
B	1,0	2.429.316	117.190	198.286	2.744.792	9,8	41.696	1,5
C	3,0	1.534.932	397.149	287.095	2.219.176	8,0	94.532	4,3
D	10,0	504.654	122.004	136.446	763.104	2,8	203.293	26,6
E	30,0	259.141	77.670	231.287	568.098	2,0	180.068	31,7
F	50,0	56.433	60.179	124.186	240.798	0,9	129.632	53,8
G	70,0	51.645	46.310	96.934	194.889	0,7	138.416	71,0
H	100,0	181.152	140.129	359.107	680.388	2,4	680.388	100,0
Total		**25.523.358**	**960.631**	**1.433.341**	**27.917.330**	**100,0**	**1.548.643**	
% sobre o total do risco							**5,5%**	

								Consolidado
								2002
	% provisão	**Créditos**	**Créditos de curso anormal**					
Nível de Risco	**mínima requerida**	**de curso normal**	**Parcelas a vencer**	**Parcelas vencidas**	**Total das operações**	**Distribuição %**	**Total da provisão**	**% efetivo de provisão**
AA	-	9.331.389	-	-	9.331.389	34,9	-	-
A	0,5	7.753.394	-	-	7.753.394	29,0	47.611	0,6
B	1,0	2.360.265	147.564	199.826	2.707.655	10,1	34.310	1,3
C	3,0	4.200.651	182.224	155.610	4.538.485	17,0	227.379	5,0
D	10,0	560.526	118.624	114.929	794.079	3,0	127.745	16,1
E	30,0	178.047	82.099	182.614	442.760	1,7	156.670	35,4
F	50,0	47.430	75.403	104.462	227.295	0,8	126.448	55,6
G	70,0	160.462	48.751	124.890	334.103	1,2	248.950	74,5
H	100,0	178.997	130.230	312.253	621.480	2,3	621.480	100,0
Total		**24.771.161**	**784.895**	**1.194.584**	**26.750.640**	**100,0**	**1.590.593**	
% sobre o total do risco							**5,9%**	

A provisão para perdas com créditos é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682, do Conselho Monetário Nacional. Os percentuais mínimos para cada nível de risco são obedecidos como regra geral. Entretanto, percentuais mais elevados, dentro de cada faixa de risco, são utilizados com base no julgamento e experiência da administração, de forma a contemplar avaliações mais prudentes do risco de determinados clientes, operações ou carteiras.

(e) O saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional, era de R$803.424 (2002 – R$1.121.074). Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados contra prejuízo e foram registradas de forma a manter a classificação de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação. Tais operações somente recebem uma melhoria de classificação após pagamento relevante da dívida renegociada, sendo estabelecido o pagamento de percentual mínimo de 25% para fins de reclassificação.

(f) Movimentação da provisão para perdas com créditos no exercício:

		Consolidado
	2003	**2002**
Saldo inicial	**1.590.593**	**1.538.495**
Constituição de provisão no exercício	1.454.952	1.837.344
Créditos baixados contra a provisão no exercício	(1.496.902)	(1.785.246)
Saldo final	**1.548.643**	**1.590.593**
Recuperação de créditos no exercício (1)	**415.235**	**393.858**

(1) As recuperações de créditos foram registradas em receitas de "Operações de crédito" e "Operações de arrendamento mercantil".

6. Outros Créditos

				Consolidado
		2003		**2002**
	Circulante	**Realizável a longo prazo**	**Circulante**	**Realizável a longo prazo**
Créditos por avais e fianças honrados	-	8.057	-	477
Carteira de câmbio	2.712.660	-	3.574.646	9.050
Rendas a receber	129.026	3.030	119.899	5.088
Negociação e intermediação de valores	237.718	-	81.752	800
Diversos	2.697.974	4.587.391	2.652.973	3.729.420
Total	**5.777.378**	**4.598.478**	**6.429.270**	**3.744.835**

A conta "Carteira de câmbio" inclui, principalmente, R$2.156.444 (2002 – R$3.280.635) de câmbio comprado a liquidar e R$532.796 (2002 – R$252.004) de direitos sobre vendas de câmbio, líquido dos adiantamentos contratados.

"Outros créditos - negociação e intermediação de valores", são representados, substancialmente, por "Devedores conta liquidações pendentes" no valor de R$194.269 (2002 – R$73.755) e "Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar" no valor de R$24.913 (2002 – R$779).

"Outros créditos – diversos" incluem, principalmente, créditos tributários no montante de R$2.486.381 (2002 – R$2.762.183); depósitos judiciais no montante de R$1.685.456 (2002 – R$1.151.317); tributos antecipados no montante de R$618.313 (2002 - R$542.102), títulos e créditos a receber no montante de R$560.799 (2002 - R$621.718) e valores a receber – intercâmbio de cartões de crédito no montante de R$557.449 (2002 – R$81.118). A contribuição social a compensar, vem sendo compensada de acordo com os parâmetros fiscais estabelecidos.

Outros créditos na controladora referem-se, basicamente, a juros sobre o capital próprio no montante de R$112.655 (2002 R$104.946 - dividendos a receber), do Unibanco.

7. Participações em Controladas e Coligadas

(a) Sociedades controladas (controladora)

	UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S. A.	
	2003	**2002**
Informações sobre o investimento em 31 de dezembro		
Ações possuídas (sem valor nominal)		
Ordinárias	72.995.091.491	72.995.091.491
Preferenciais	8.977.650.949	10.413.217.487
Participação no capital ordinário - %	96,598	96,594
Participação total (direta) - % (1)	59,568	60,202
Patrimônio líquido	7.155.896	6.558.970
Capital social	3.690.602	3.690.602
Lucro líquido do exercício	1.052.346	1.010.363
Valor do investimento	4.262.645	3.948.631
Resultado da participação	622.166	601.603

(1) A participação total e o resultado da participação foram calculados com base nas ações em circulação do Unibanco.

(i) O valor dos dividendos e juros sobre o capital recebidos/a receber do Unibanco no exercício foi de R$ 246.950 (2002 – R$198.238).

(ii) A cotação das ações do Unibanco, em 31 de dezembro de 2003, na Bolsa de Valores de São Paulo, era de R$73,50 (2002 – R$98,50) por lote de mil ações ordinárias e R$60,99 (2002 – R$34,45) por lote de mil ações preferenciais.

(b) Empresas consolidadas

O resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas foi registrado em conta de resultado, sob o título de "Resultado de participações em controladas e coligadas". As perdas cambiais de agências e de controladas no exterior, no valor de R$631.195 (2002 – ganhos cambiais – R$1.186.545) no Consolidado, foram registrados na conta "Outras despesas operacionais", para as perdas, e na conta de "Outras receitas operacionais", para os ganhos. Os investimentos em sociedades controladas e coligadas e os principais eventos que envolveram participações em sociedades controladas e coligadas foram os seguintes:

	Quantidade de ações ou quotas possuídas		Participação (%)	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
	Ordinárias	Preferenciais	Consolidado	ajustado	ajustado
Controladas diretas					
Unibanco AIG Seguros S.A. (1)	345.014.171	188.792.954	49,707	1.462.745	243.353
Unipart Participações Internacionais Ltd. (2)	1.302.031	-	100,000	1.274.604	143.329
Unicard Banco Múltiplo S.A. (3)	117.629.257.620	101.832.650.091	100,000	905.240	122.569
Unibanco Representação e Participações Ltda. (1) e (4)	124.099.785	-	100,000	473.001	206.330
Banco Fininvest S.A.	3.931	1.034	99,920	389.221	138.843
Banco Dibens S.A. (5)	4.313.047.972	-	51,001	157.416	23.293
Unibanco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	264.919	-	99,999	175.881	64.989
Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A. (6)	40.467.422	40.467.422	100,000	81.040	7.231
Interbanco S.A. (2)	18.999.793	-	99,999	61.913	8.382
Banco1.net S.A. (7)	34.077.757	-	65,934	50.380	(2.973)
Unibanco Asset Management – Banco de Investimento S.A.	1.468.400	1.468.405	99,999	30.967	16.013
Principais controladas diretas e indiretas da Unipart Participações Internacionais Ltd. (i)					
Unibanco Cayman Bank Ltd.	13.252.004	-	100,000	698.896	57.041
Unicorp Bank & Trust Ltd.	1.750.000	3.250.000	100,000	232.638	49.741
Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A.	199.999	-	99,999	183.989	12.945
Unibanco Securities Ltd.	17.770.000	-	100,000	60.263	20.826
Principais controladas diretas da Unibanco AIG Seguros S.A. (i)					
Unibanco AIG Previdência S.A.	465.403	-	99,999	152.004	48.439
Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A.	20.000.000	-	99,999	37.809	8.217
Principais controladas diretas e indiretas da Unibanco Representação e Participações Ltda. (i)					
Unibanco Companhia de Capitalização	4.194.130	-	99,992	445.153	138.808
Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda.	201.111.880	-	100,000	219.419	7.844
Unibanco Empreendimentos Ltda.	150.488.716	-	100,000	124.316	1.808
BWU Representação e Participações Ltda.	36.133.577	93.947.299	60,000	66.119	23.895
Principais controladas em conjunto (i)					
Credicard S.A.- Administradora de Cartões de Crédito (1)	12.937.771	-	33,333	287.401	298.326
Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda. (9)	3.866.664	-	33,333	175.085	58.941
Serasa S.A.	363.690	348.855	19,045	155.479	50.853
Banco Investcred Unibanco S.A.	95.284	-	49,997	145.971	37.185
Tecnologia Bancária S.A.	762.277.905	-	21,432	123.415	10.858
Redecard S.A.	199.990	400.000	31,943	84.655	121.460
Cibrasec – Companhia Brasileira de Securitização	7.500	-	12,499	48.033	8.769
Interchange Serviços S.A.	74.999.999.998	-	25,000	34.277	6.992
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (8)	83.109	83.115	49,998	43.766	16.047
Unibanco Rodobens Administradora de Consórcios Ltda.	11.298.500	-	50,000	32.416	15.152
AIG Brasil Companhia de Seguros	54.213.933	-	49,999	-	-

	Equivalência patrimonial consolidado		Valor do investimento Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Coligadas				
AIG Brasil Companhia de Seguros	7.262	3.202	36.899	38.696
Outras	(6.827)	(15.610)	6.122	20.861
Total	**435**	**(12.408)**	**43.021**	**59.557**

(i) As participações apresentadas na coluna Consolidado referem-se ao percentual possuído pelas respectivas controladoras.

(1) Em julho de 2003, a Unibanco AIG Seguros S.A. aumentou seu capital social com emissão de 16.616.101 ações ordinárias e 10.670.414 ações preferenciais, sendo que o Unibanco subscreveu 8.308.050 ações ordinárias e 5.335.207 ações preferenciais.

Em julho de 2002, o capital social da Unibanco Representação e Participações Ltda. foi reduzido mediante cancelamento de 711.495.001 quotas e a conseqüente entrega ao Unibanco das participações na Unibanco AIG Seguros S.A. e Credicard S.A. Administradora de Cartões de Crédito, pelo valor patrimonial em 30 de junho de 2002.

(2) Em fevereiro de 2003, o capital da Unipart Participações Internacionais Ltd. foi reduzido, com a entrega das ações do Interbanco S.A. para o Unibanco e, em outubro de 2003, a Unipart Participações Internacionais Ltd. distribuiu dividendos para o Unibanco no montante de R$85.119. Em novembro de 2002, o Unibanco adquiriu 9,156% do capital total da Unipart Participações Internacionais Ltd., pertencentes ao Banco Bandeirantes S.A., pelo valor contábil do investimento.

(3) Em abril de 2003, o Banco Bandeirantes S.A. incorporou o Banco Credibanco S.A. e teve sua razão social alterada para Unicard Banco Múltiplo S.A.

(4) Em março de 2003, o Unibanco adquiriu 895.134 quotas preferenciais de emissão da Unibanco Representação e Participações Ltda., pelo valor patrimonial contábil. Durante 2002, foram pagos e/ou deliberados o pagamento de dividendos no montante de R$690.000, sendo R$640.000 pagos em 2002 e R$50.000 pagos em 2003.

(5) Em fevereiro e abril de 2003, o capital social foi aumentado em R$49.706, com emissão de 2.179.469.080 ações ordinárias.

(6) Em dezembro de 2003, o capital social foi aumentado em R$3.995, com emissão de 4.095.140 ações, sendo 2.047.570 ações ordinárias e 2.047.570 ações preferenciais, integralmente subscritas pelo Unibanco.

(7) Em janeiro de 2003, o Unibanco adquiriu 218.798 ações de emissão do Banco1.net S.A., pelo valor patrimonial contábil. Em abril de 2003 o capital social do Banco1.net S.A. foi aumentado em R$12.000, com emissão de 12.083.484 ações ordinárias, integralmente subscritas pelo Unibanco.

(8) Em outubro de 2003, a Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento incorporou as empresas FMX Participações S.A. e Luiza Administradora de Cartões de Crédito S.A.

(9) Participação obtida a partir de agosto de 2003, como resultado de redução de capital da Credicard S.A – Administradora de Cartões de Crédito.

(a) Ágio na aquisição de empresas

Os ágios apurados na aquisição de empresas são amortizados em até dez anos, de acordo com a expectativa de lucros futuros, sendo o valor amortizado registrado em “Outras despesas operacionais”. O saldo do ágio a amortizar e o valor amortizado, do Consolidado, estão demonstrados no quadro a seguir:

	Saldo a amortizar		Amortização no exercício	
	2003	2002	2003	2002
Bandeirantes (nota 14 (a)	841.352	901.015	3.858	45.733
Fininvest	348.900	367.560	18.661	15.507
Outros	167.774	194.352	26.782	30.258
Total	**1.358.026**	**1.462.927**	**49.301**	**91.498**

8. Imobilizado de Uso

	Consolidado	
	2003	2002
Imóveis de uso	687.631	656.804
Outras imobilizações de uso	1.259.891	1.200.292
Depreciações acumuladas	(959.184)	(809.853)
Total, líquido	**988.338**	**1.047.243**

9. Depósitos

				Consolidado
		2003		2002
	Circulante	Exigível a longo prazo	Circulante	Exigível a longo prazo
Depósitos a vista	2.728.552	-	3.251.047	-
Depósitos de poupança	5.917.859	-	5.722.149	-
Depósitos interfinanceiros	248.324	27.906	66.690	11.628
Depósitos a prazo	8.527.373	7.894.899	7.233.731	9.694.117
Total	**17.422.108**	**7.922.805**	**16.273.617**	**9.705.745**

10. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são representados, substancialmente, por letras hipotecárias emitidas no Brasil e por *euronotes* emitidos no exterior.

(a) As letras hipotecárias são atualizadas monetariamente, de acordo com o índice de correção dos depósitos de poupança, acrescido de juros médios de 15,33% ao ano, com vencimentos até 26 de janeiro de 2005.

(b) *Euronotes*

Vencimento	Moeda de emissão	Consolidado 2003	Consolidado 2002
Até 3 meses	US$	725.856	489.762
	EUR	70.056	62.080
		795.912	**551.842**
De 3 a 12 meses	US$	937.973	351.006
	EUR	369.250	485.983
		1.307.223	**836.989**
De 1 a 3 anos	US$	359.430	755.273
	EUR	30.716	10.995
		390.146	**766.268**
De 3 a 5 anos	US$	**29.085**	**58.469**
De 5 a 15 anos	US$	**76.086**	**75.106**
Total		**2.598.452**	**2.288.674**

As taxas médias de juros em 31 de dezembro de 2003 eram de 5,05% a.a. no Consolidado.

(c) Programas de *Commercial Papers*

Em 2002, os programas de *Commercial Papers* no montante de R$702.653 no Consolidado foram de emissão da agência de Grand Cayman e venceram até 13 de agosto de 2003.

(d) As demais emissões no exterior totalizaram R$37.398 (2002 – R$75.274) no Consolidado, com vencimento até 11 de julho de 2005 e taxa média de juros de 9,81% a.a.

11. Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se principalmente a linhas de curto prazo, para refinanciamento de operações de câmbio, de importação e de exportação.

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm vencimentos até 2018, com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do Sistema BNDES.

As obrigações por repasses do exterior referem-se a linhas de longo prazo destinadas a financiamentos de projetos e comércio exterior, com vencimentos até 15 de dezembro de 2011 e taxa média de juros de 4,51% a.a.

12. Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

A Unibanco Holdings é parte de processos judiciais envolvendo contingências tributárias. O Unibanco e suas controladas são parte de vários processos judiciais envolvendo principalmente contingências tributárias relacionadas ao imposto de renda, outros tributos e contingências por reclamações trabalhistas. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas ações, baseada na opinião de consultores externos. As provisões constituídas e respectivas variações no exercício eram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2003	**2002**	**2003**	**2002**
Saldo inicial	**8.659**	**7.568**	**1.554.835**	**1.481.474**
Constituição	10.758	1.091	726.255	436.238
Pagamentos (1)	-	-	(431.730)	(251.021)
Reversão	(1.059)	-	(18.841)	(111.856)
Saldo final	**18.358**	**8.659**	**1.830.519**	**1.554.835**

(1) Em 2003, referem-se, principalmente, ao pagamento de obrigações fiscais e previdenciárias, e à transferência de contingências fiscais para "Outras obrigações fiscais e previdenciárias", no montante de R$201.246 no Consolidado, haja vista a desistência de ações em decorrência da adesão à anistia fiscal. Em 2002 referem-se, principalmente, ao pagamento de obrigações fiscais e previdenciárias haja vista a desistência de ações em decorrência de adesão à anistia fiscal.

(a) Ações fiscais

O Unibanco Holdings e o Unibanco e suas controladas são autores de ações relativas a questões tributárias, em especial quanto à constitucionalidade da exigência de determinados tributos, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função da avaliação dos assessores jurídicos de que as chances de perdas tornaram-se remotas. Estão provisionados R$665.997 (2002 – R$763.634) no Consolidado relativos as ações de questões tributárias.

(b) Ações trabalhistas

Sindicatos e ex-empregados intentaram ações trabalhistas contra o Unibanco e suas controladas para obter indenizações referentes a direitos trabalhistas. Não há garantia de êxito nessas ações, razão pela qual o valor das contingências trabalhistas é provisionado, com base na média histórica dos pagamentos efetuados. Estão provisionados R$686.405 (2002 – R$486.041) no Consolidado, relativos a reclamações trabalhistas.

Ex-empregados do Banco Nacional intentaram ações trabalhistas contra o Banco Nacional ou contra o Unibanco depois da aquisição de alguns dos ativos e passivos daquele banco. O Banco Nacional é o responsável por responder às perdas nessas ações e vem reembolsando o Unibanco, quando do encerramento das ações, por qualquer desembolso por ele efetuado a esse título. Adicionalmente, nas ações em que foram penhorados ativos, que hoje pertencem ao Unibanco, foram interpostos embargos de terceiros contra essas penhoras.

(c) Ações cíveis

O Unibanco e suas controladas também são acionados judicialmente em ações de outras naturezas, incluindo aquelas em que é parte juntamente com outras instituições financeiras brasileiras relacionadas, principalmente a: (i) planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro; (ii) aplicação de juros compostos em períodos menores que um ano nas suas operações; (iii) perdas relacionadas a contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial; (iv) constitucionalidade da lei que estabelece crédito especial a instituições financeiras, conhecido como PROER; e (v) danos morais e materiais. Essas contingências são provisionadas mediante a probabilidade de insucesso em cada tipo de ação. Estão provisionados R$478.117 (2002 – R$305.160) no Consolidado relativos as ações cíveis.

(d) Ações judiciais (Banco Bandeirantes e Banco Nacional)

Determinados ex-acionistas do Banorte (banco adquirido pelo Banco Bandeirantes antes do Unibanco adquirir o controle do Banco Bandeirantes) propuseram ações contra o Banco Bandeirantes e o Banco Central, visando a nulidade da intervenção do Banco Central no Banorte antes de sua aquisição pelo Banco Bandeirantes. Conforme o Acordo firmado entre o Unibanco e a Caixa Geral de Depósitos para a aquisição do controle do Banco Bandeirantes, a Caixa Geral de Depósitos assumiu total responsabilidade por todas essas ações. Assim sendo, não há necessidade de constituição de provisão para esse fim.

Os antigos controladores do Banco Nacional S.A. propuseram ações judiciais contra o Banco Central do Brasil e o Unibanco em função do processo de venda de certos ativos e passivos daquela instituição financeira. O Unibanco considera que essas ações não se sustentam, uma vez que a operação de aquisição de ativos e assunção de passivos operacionais do Banco Nacional S.A., pelo Unibanco, foi realizada de acordo com o PROER, programa instituído por lei no intuito principal de preservar os recursos dos depositantes e manter a confiança dos brasileiros nas instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional. A administração considera que não há necessidade de constituição de provisão.

13. Outras Obrigações

				Consolidado
		2003		**2002**
	Circulante	**Exigível a longo prazo**	**Circulante**	**Exigível a longo prazo**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	34.104	-	8.829	-
Carteira de câmbio	1.163.436	-	2.011.138	8.841
Sociais e estatutárias	272.465	-	352.206	-
Fiscais e previdenciárias	612.671	831.750	483.534	754.040
Negociação e intermediação de Valores	232.512	-	125.843	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos	39.917	22.647	36.612	55.608
Provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada	1.124.016	3.070.632	992.832	2.003.920
Dívidas subordinadas				
Step-up subordinated callable Notes	11.237	1.141.622	11.105	699.063
CDB subordinado	-	315.212	-	221.622
Diversas	2.947.836	3.694.552	2.450.043	2.302.635
Total	**6.438.194**	**9.076.415**	**6.472.142**	**6.045.729**

"Outras obrigações – carteira de câmbio" inclui R$604.970 (2002 – R$937.859) de câmbio vendido a liquidar, R$557.824 (2002 – R$1.075.695) de obrigações por compra de câmbio, líquida dos adiantamentos recebidos.

"Outras obrigações – dívidas subordinadas", incluem as seguintes emissões:

				Consolidado	
	Emissão	**Vencimento**	**Remuneração a.a.**	**2003**	**2002**
Step-up subordinated callable notes (1)	abril 2002	abril 2012	9,375%	573.368	710.168
Step-up subordinated callable notes (2)	dezembro 2003	dezembro 2013	7,375%	579.491	-
CDB subordinado (3)	dezembro 2002	dezembro 2012	102% do CDI	315.212	221.622
Total				**1.468.071**	**931.790**

(1) A dívida pode ser resgatada integralmente em abril de 2007 ou em cada pagamento de juros subseqüente. A remuneração a partir do quinto ano será de 11,7995% a.a.
(2) A dívida pode ser resgatada integralmente em abril de 2008 ou em cada pagamento de juros subseqüente. A remuneração a partir do quinto ano será de 9,375% a.a. Em 31 de dezembro de 2003, a operação ainda encontra-se sob análise do Banco Central do Brasil.
(3) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de dezembro de 2007.

"Outras obrigações – diversas" incluem, principalmente, obrigações pela venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior, no montante de R$2.439.614 (2002 – R$1.413.320), pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados das empresas de cartão de crédito no montante de R$1.961.449 (2002 – R$1.535.264), provisões para processos trabalhistas e judiciais de R$1.164.522 (2002 – R$791.201), e provisões para despesas de pessoal e administrativas de R$297.313 (2002 – R$232.575).

Outras obrigações na controladora referem-se, basicamente, a juros sobre o capital próprio a pagar no montante de R$102.912.

14. Benefícios a Empregados

(a) Plano gerador de benefícios livres

O Unibanco e parte de seus funcionários contribuem como patrocinadores de um plano gerador de benefícios livres (PGBL), sistema que permite ao participante acumular recursos financeiros ao longo de sua carreira profissional, por meio de contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa empregadora, sendo os recursos investidos em uma conta de FIFE (Fundo de investimento financeiro exclusivo). O plano é do tipo contribuição definida.

O programa é administrado pela Unibanco AIG Previdência S.A., sendo o Unibanco Asset Management – Banco de Investimento S.A. responsável pela gestão financeira dos fundos FIFEs.

As contribuições dos funcionários que optaram pela participação no plano variam de 1% a 9%, em função da faixa etária, e as contribuições do Unibanco variam conforme o retorno sobre o patrimônio líquido no ano anterior entre 50% e 200% da contribuição dos participantes, dependendo da taxa de rentabilidade sobre o patrimônio.

O Unibanco e parte de seus funcionários também contribuem como patrocinadores do Plano CD do Trevo – Instituto Bandeirantes de Seguridade Social, que tem por finalidade básica a concessão de benefícios complementares à aposentadoria paga pela previdência social, substancialmente através de plano de contribuição definida.

Em 1º de dezembro de 2003, para a segregação dos ativos e passivos correspondentes às patrocinadoras vinculadas ao Conglomerado Unibanco, foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar a cisão parcial do Plano CD do Trevo – Instituto Bandeirantes de Seguridade Social. O valor total do patrimônio cindido foi de R$318.689, distribuído entre Exigível Atuarial - R$156.464 e Reservas e Fundos – R$162.225, e foi alocado ao Plano de Previdência Unibanco, cuja administração continuará a ser exercida pelo Trevo - Instituto Bandeirantes de Seguridade Social.

O Plano de Previdência Unibanco, após processo de adaptação à Lei Complementar 109/01 e regulamentações posteriores, será disponibilizado aos empregados das empresas patrocinadoras integrantes do Conglomerado Unibanco com o objetivo de unificar, e ser uma melhor opção, ao atual plano gerador de benefícios livres (PGBL) administrado pela Unibanco AIG Previdência S.A.

Em adição à amortização parcial de Ágio na Aquisição de Empresas efetuada no exercício de 2002, no montante de R$28.000 no Unibanco e no Unibanco Consolidado, na data da cisão, o Unibanco e as patrocinadoras integrantes do Conglomerado refletiram o saldo de suas correspondentes participações nas Reservas e Fundos do Plano de Previdência Unibanco em Despesas Antecipadas, no montante de R$35.184 no Consolidado, e em Outros Créditos – Diversos, no montante de R$120.054 Consolidado, em contrapartida a despesa de amortização de Ágio na Aquisição de Empresas, no montante de R$48.799, e em Outras Receitas Operacionais, no montante de R$78.439 no Consolidado.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, as contribuições das patrocinadoras totalizaram R$10.309 (2002 – R$3.367) no Consolidado.

(b) Plano de outorga de opções de compra de ações

O Unibanco possui um Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, que visa a alinhar o comprometimento dos executivos com resultados de longo prazo e recompensar a alta performance, além de ser um instrumento para atrair, reter e motivar talentos. As opções de compra de ações e/ou *Units* outorgadas poderão ser exercidas pelos executivos entre 2 e 5 anos. As outorgas de opções anuais estão limitadas a 1% do capital autorizado e o total das opções outorgadas e não exercidas estão limitadas a 10% do capital autorizado.

Até 31 de dezembro de 2003, houve outorga líquida de 1.130.400.000 (2002 – 669.700.000) opções de compra de ações na forma de *Unit*, com prazo de exercício entre 21 de janeiro de 2005 e 17 de dezembro de 2009, a um preço médio de exercício de R$93,01 (2002 – R$91,18) por lote de 1.000 opções.

15. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é constituído por ações sem valor nominal, da seguinte forma:

			2003	2002
	Ações em circulação	Ações em tesouraria	Total	Total
Ordinárias	31.514.587.519	-	31.514.587.519	37.138.435.873
Preferenciais classe A	-	-	-	3.843.541.338
Preferenciais classe B	50.458.155.032	2.357.733.745	52.815.888.777	43.348.499.085
Total	**81.972.742.551**	**2.357.733.745**	**84.330.476.296**	**84.330.476.296**

As ações preferenciais classe "B", não dão direito a voto, mas têm prioridade na distribuição de dividendo mínimo semestral de R$0,15 (quinze centavos) por lote de mil ações ou dividendo prioritário semestral de 1,5% do patrimônio líquido da ação, resultando em dividendo prioritário anual de 3% (três por cento) do patrimônio líquido da ação, o que for maior; prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade, até o valor da parcela do capital social representado por essa classe de ações, e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de correção monetária, reservas e de lucros e na distribuição de dividendos, depois de assegurado às ações ordinárias dividendo igual ao mínimo de R$0,15 por lote de mil ações.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2003, foi aprovada a conversão das ações preferências classe "A" em ações preferenciais classe "B", na proporção de uma para uma, a qualquer tempo, à opção do acionista. Todos os acionistas detentores de ações preferenciais classe "A" exerceram essa opção.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 19 de agosto de 2003, foi aprovada a conversão das ações ordinárias, à opção do acionista e até 22 de agosto de 2003, em ações preferenciais classe "B", na proporção de uma ação preferencial classe "B" para cada ação ordinária, respeitado o limite máximo de 2/3 de ações ordinárias em relação ao total das ações emitidas. Foram convertidas 5.623.848.354 ações ordinárias em ações preferenciais classe "B".

O Certificado de Depósitos de Ações (*Units*) é representado, cada um, por uma ação preferencial de emissão do Unibanco e por uma ação preferencial classe "B" de emissão da Unibanco Holdings S.A. e é negociado no mercado brasileiro.

A *Global Depositary Share* (GDS) é representada, cada uma, por 500 *Units* e é negociada no mercado internacional.

(b) Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

A Unibanco Holdings distribui como dividendo, em cada exercício social, o valor equivalente aos dividendos recebidos da controlada, conforme previsto no seu estatuto social.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, foi proposto pela administração o pagamento de juros aos acionistas, a título de antecipação do dividendo obrigatório, no montante de R$228.209, com pagamento antecipado no próprio exercício de R$107.136. A remuneração sobre o capital próprio foi calculada de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e o benefício fiscal obtido pela dedutibilidade foi de R$ 77.591. O montante proposto em 2003 de R$193.977, líquido do imposto de renda na fonte, representa R$2,3664 por lote de mil ações em circulação no encerramento do exercício.

(c) Reservas de capital

São representadas substancialmente por reserva de ágio na subscrição de ações.

(d) Ações em tesouraria e programa de recompra de ações

Os Conselhos de Administração do Unibanco e da Unibanco Holdings, em reuniões de 12 de fevereiro de 2003, autorizaram, por um período de três meses, a aquisição, a preços de mercado, de até 256.178.254 ações ordinárias e de até 3.033.185.661 ações preferenciais do Unibanco, e de até 3.033.185.661 ações preferenciais classe "B" de emissão da Unibanco Holdings, para fins de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

Foram adquiridas 228.000.000 ações preferenciais de emissão do Unibanco,167.225.000 *Units* e 372.900 GDS de emissão conjunta do Unibanco e da Unibanco Holdings. Através de Contrato de Permuta de Ações, o Unibanco cedeu e transferiu à Unibanco Holdings 353.675.000 ações preferenciais classe "B" de emissão da Unibanco Holdings, adquiridas na forma de *Units* e GDS e a Unibanco Holdings cedeu e transferiu ao Unibanco 353.675.000 ações preferenciais de emissão do Unibanco. Dessa forma, a Unibanco Holdings registrou 353.675.000 ações preferenciais classe "B" em tesouraria, a um custo médio de R$47,85 por lote de mil ações.

Em decorrência da Oferta de Permuta, a Holdings registrou 1.081.891.427 ações preferenciais pelo valor patrimonial, em contrapartida da perda de participação no Unibanco, perfazendo o total de 2.357.733.745 ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2003.

O valor de mercado das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2003, de acordo com a cotação das *Units* em 30 de dezembro de 2003 na Bolsa de Valores de São Paulo, era de R$169.957 (2002 – R$36.527).

(e) Oferta Global e Oferta de Permuta

Oferta Global

Em setembro de 2003, por meio de oferta global realizada tanto no Brasil quanto no exterior, o Mizuho Corporate Bank Ltd. (Mizuho) e o Commerzbank Aktiengesellschaft (Commerzbank) venderam, respectivamente, a totalidade e parte de suas posições acionárias. Assim, o Mizuho deixou de ser acionista do Unibanco e da Holdings, enquanto que o Commerzbank reduziu sua participação acionária. As *Units* foram vendidas ao preço de R$109,67 por lote de mil *Units*, perfazendo o total de R$637 milhões. Do total, cerca de 1,7 bilhão de *Units* foram distribuídas para investidores não-institucionais e institucionais no Brasil e os restantes 4,1 bilhões foram distribuídas, sob a forma de GDS, a investidores no exterior, mediante colocação em mercado de balcão não-organizado. As *Units* vendidas representam 11,66% do capital não-votante da Holdings e 9,36% do capital não-votante do Unibanco.

Oferta de Permuta

O Unibanco e a Holdings, realizaram oferta de permuta de pares de ações preferenciais por *Units*. Nos leilões de permuta, em 22 de setembro e 30 de outubro de 2003, foram convertidas respectivamente 15,6 bilhões e 1,25 bilhão de ações preferenciais em *Units*. Permanecem pulverizadas em poder do público cerca de 2,9 bilhões de ações preferenciais, representando cerca de 2% do capital total do Unibanco. Somando-se os dois leilões, foram permutadas por *Units* 83% das ações preferenciais do Unibanco e da Unibanco Holdings passíveis de serem convertidas.

A partir de novembro, inicia-se o Programa de Conversão que permite, somente aos acionistas que detinham ações preferenciais do Unibanco e preferenciais classe "B" da Unibanco Holdings na data de publicação do Edital da Oferta de Permuta (15 de setembro de 2003), permutar seus pares de ações preferenciais por *Units*. O Programa de Conversão terá duração de 2 anos e até 31de dezembro de 2003 foram permutados 16,8 bilhões de ações preferenciais em *Units*.

O float de *Units* no mercado doméstico aumentou em cerca de 57% após a realização das ofertas global e de permuta em setembro e outubro de 2003. O volume financeiro médio negociado de *Units* no mercado doméstico em outubro foi 165% maior que a média do terceiro trimestre deste ano. A *Unit* teve valorização de 81% em 2003.

(f) Ajustes de exercícios anteriores

Em 2002, os ajustes dos exercícios anteriores decorreram substancialmente dos ajustes dos títulos e valores mobiliários, classificados como para negociação e instrumentos derivativos. Em 2003, são referentes, principalmente, à mudança de prática contábil de operações de *swap* com clientes, associadas à operação de captação e/ou aplicação, que assim como a operação associada, deixaram de ser ajustadas ao valor de mercado, conforme Circular nº 3.150. Até dezembro de 2002, tais derivativos foram ajustados ao valor de mercado, como também autorizado pelas normas do Banco Central do Brasil.

16. Outras Receitas e Despesas Operacionais

(a) Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2003	**2002**	**2003**	**2002**
Ganho cambial sobre investimentos no exterior (1)	-	-	-	1.186.545
Juros de depósitos judiciais	-	-	4.811	13.051
Reversão de provisões para contingências e Outros	-	-	98.513	148.880
Dividendos/lucros recebidos de outros investimentos, principalmente consórcios	-	-	93.454	31.282
Participação nas Reservas e Fundos do Plano de Previdência Unibanco (nota 14 (a))	-	-	78.439	-
Atualização monetária de créditos a receber	2.182	1.508	65.817	8.972
Variação cambial de outras obrigações	-	-	16.995	-
Atualização monetária de tributos a recuperar	-	-	39.421	3.327
Outras	282	72	123.435	94.498
Total	**2.464**	**1.580**	**520.885**	**1.486.555**

(1) O valor desta conta e, conseqüentemente, o montante de "Outras receitas operacionais" de 2002, foram aumentados em R$793.381, devido à reclassificação das despesas com o *hedge* parcial dos investimentos no exterior, para "Resultado com instrumentos financeiros derivativos" e "Captações no mercado" para melhor comparabilidade com 2003.

(b) Outras despesas operacionais

	Consolidado	
	2003	**2002**
Perda cambial sobre investimentos no exterior	631.195	-
Provisão para contingências trabalhistas e Cíveis	484.196	251.155
Amortização de ágio sobre empresas Adquiridas	49.301	91.498
Despesa sobre cheques e cobrança remetidas, Líquida	49.240	51.903
Variação cambial sobre outras obrigações	-	32.643
Encargos sobre venda do direito de recebimento de fluxo futuro de ordens de pagamento (nota 13)	59.121	32.186
Outras	344.442	177.990
Total	**1.617.495**	**637.375**

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, são registrados em "Outros créditos – diversos" e sobre as diferenças temporárias são registradas em "Outros créditos – diversos" ou em "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias", de acordo com sua natureza.

Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social são realizados, de acordo com a apuração de lucros tributáveis, e os créditos tributários sobre adições temporárias são realizadas quando da utilização ou reversão das provisões relacionadas.

(a) Créditos tributários

				Controladora
	31 de dezembro de 2002	**Reversão**	**Realização**	**31 de dezembro de 2003**
Provisão para passivos contingentes	1.715	(1.715)	-	-
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	157	(157)	-	-
Crédito tributário líquido	**1.872**	**(1.872)**	**-**	**-**
Total ativo	**1.872**	**(1.872)**	**-**	**-**

				Controladora
	31 de dezembro de 2001	Constituição	Realização	31 de dezembro de 2002
Provisão para passivos contingentes	1.522	193	-	1.715
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	221	-	64	157
Crédito tributário líquido	**1.743**	**193**	**64**	**1.872**
Total ativo	**1.743**			**1.872**

				Consolidado
	31 de dezembro de 2002	Constituição	Realização	31 de dezembro de 2003
Provisão para perdas com créditos	780.081	406.229	640.872	545.438
Outras provisões não dedutíveis	684.538	411.352	443.823	652.067
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	658.595	80.056	34.464	704.187
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	508.500	-	16.047	492.453
Subtotal	**2.631.714**	**897.637**	**1.135.206**	**2.394.145**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	130.469	10.553	48.786	92.236
Obrigações fiscais diferidas	(45.512)	-	(19.481)	(26.031)
Crédito tributário líquido	**2.716.671**	**908.190**	**1.164.511**	**2.460.350**
Total ativo	**2.762.183**			**2.486.381**
Total passivo	**45.512**			**26.031**

					Consolidado
	31 de dezembro de 2001	Constituição	Realização	Saldo de empresas adquiridas	31 de dezembro de 2002
Provisão para perdas com créditos	681.488	465.210	366.617	-	780.081
Outras provisões não dedutíveis	597.439	299.401	212.631	329	684.538
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	345.802	339.595	29.451	2.649	658.595
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	513.559	-	5.059	-	508.500
Subtotal	**2.138.288**	**1.104.206**	**613.758**	**2.978**	**2.631.714**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	-	130.469	-	-	130.469
Obrigações fiscais diferidas	(74.766)	-	(29.254)	-	(45.512)
Crédito tributário líquido	**2.063.522**	**1.234.675**	**584.504**	**2.978**	**2.716.671**
Total ativo	**2.069.866**				**2.762.183**
Total passivo	**6.344**				**45.512**

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

Expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2003.

				Consolidado
			2003	2002
Exercício social	Contribuição social (MP 2.158-35)	Outros	Total	Total
2003	-	-	-	802.945
2004	11.378	554.597	565.975	651.166
2005	22.922	619.887	642.809	262.908
2006	32.720	243.641	276.361	206.910
2007	39.563	198.011	237.574	184.245
2008	54.585	124.419	179.004	159.309
2009 a 2013	305.886	116.456	422.342	344.003
2014 a 2017	25.399	44.681	70.080	20.228
Total	**492.453**	**1.901.692**	**2.394.145**	**2.631.714**

O valor presente dos créditos tributários acima, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, totalizou R$1.855.808 (2002 – R$2.061.332) no Consolidado.

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Resultado antes da tributação - líquido das participações (imposto de renda e contribuição social)	609.985	601.220	1.673.299	920.637
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(207.395)	(204.415)	(568.922)	(313.016)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Resultado e variação cambial de participações em controladas e coligadas	211.536	204.544	(214.458)	412.333
Juros sobre o capital próprio provisionados ou (recebidos)	(6.372)	-	155.450	23.046
Créditos tributários de anos anteriores constituídos no exercício	-	-	72.213	85.919
Adições (exclusões) permanentes líquidas	(4.891)	-	55.371	8.300
Imposto de renda e contribuição social do Exercício	**(7.122)**	**129**	**(500.346)**	**216.581**

18. Compromissos e Garantias

	Consolidado	
	2003	2002
Coobrigação e riscos em garantias prestadas	3.353.784	5.350.222
Contratos de administração de carteiras (substancialmente fundos mútuos de investimentos)	26.945.050	18.384.124
Compromissos por arrendamento mercantil	48.348	83.473

19. Transações entre Partes Relacionadas

	2003	2002
Ativo		
Disponibilidades	3	7
Títulos e valores mobiliários	11.703	8.648
Rendas a receber	112.659	104.946
Passivo		
Diversos	4	-
Receitas		
Outras receitas operacionais	2.182	1.508
Despesas		
Despesas administrativas	888	26

As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

20. Instrumentos Financeiros

(a) Administração de risco

O Unibanco busca continuamente o aperfeiçoamento de seus procedimentos de administração de risco, os quais foram incorporados em diversos níveis da organização. Uma divisão, coordenada pelo diretor executivo corporativo, é responsável pela identificação, quantificação e administração de riscos de mercado, crédito e operacional de todo o banco. Além disso, cada unidade de negócio conta com uma equipe dedicada à administração de risco.

Risco de crédito

A política de crédito é orientada para a administração de risco, ao mesmo tempo que mantém a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e as necessidades dos clientes. Os limites de créditos buscam evitar concentração em clientes e setores específicos que possuem alto fator de risco. É mantido um plano de alçadas de aprovação de crédito para clientes do atacado e do varejo. Dependendo do tipo de exposição e do histórico de crédito do cliente, as alçadas podem variar do gerente geral da agência ou gerente da conta até os comitês de crédito de varejo ou atacado, compostos por membros da alta administração. O processo de aprovação de crédito centralizado baseia-se em rigorosos limites de crédito, que são estabelecidos pelos comitês de crédito de atacado e varejo. Os limites pré-aprovados, para diversos tipos de crédito, são baseados na capacidade de solvência e porte dos clientes.

*Crédito a empresa*s: A decisão sobre crédito é embasada em fatores como: histórico financeiro, fluxos de caixa, qualidade da administração, histórico de relacionamento, situação do mercado e outros fatores relacionados a risco de crédito. Um sistema interno de classificação de crédito é utilizado, ordenando empresas em várias categorias, com base em critérios quantitativos e aspectos qualitativos. As linhas de crédito são reexaminadas a cada 60 a 180 dias, conforme a classificação do tomador e o ambiente externo de crédito.

Políticas de crédito do banco de varejo: A administração de crédito no segmento de banco de varejo, dado o considerável volume de solicitações de crédito, exige sistemas e processos especializados. São utilizados vários instrumentos estatísticos para avaliar as solicitações de crédito. Esses instrumentos, que incluem *credit scoring* e *behavior scoring*,

contam com o suporte de sistemas específicos. O sistema automatizado de crédito monitora os empréstimos em todas as suas fases desde a recepção do pedido de crédito. É utilizado um sistema de *collection scoring* que define quais os métodos de cobrança ou combinação de métodos de cobrança mais eficientes para cada caso. Rigorosos padrões de originação e administração da carteira de crédito são impostos, incluindo restrições aos aumentos de limites de crédito e às renovações de limites de cheque especial.

Risco de mercado

A política relacionada à exposição aos riscos de mercado é conservadora. A exposição da carteira é supervisionada e controlada de forma independente. A gestão de riscos de mercado baseia-se em limites estabelecidos pelos comitês financeiro e de riscos. A exposição ao risco de mercado é limitada, mediante a administração de descasamentos de moeda, de vencimentos e de taxa de juros. Valores mobiliários, derivativos, empréstimos e captações são analisados de forma consolidada. Os derivativos têm importante papel na administração dos descasamentos de ativos e passivos. Os limites de exposição da Tesouraria são determinados levando-se em conta a volatilidade do mercado, projeções de cenário, oportunidade de lucro e as necessidades de captação do banco comercial. As atividades de negociação e posicionamento são realizadas dentro de limites recomendados pelo Comitê de Riscos e ratificados pelo Comitê Financeiro. Esses limites e políticas são revisados mensalmente ou quando surge uma nova ameaça ou uma nova oportunidade.

O modelo de *value at risk* é utilizado na avaliação de risco de mercado. Também é utilizado o *stress test*, baseado em cenários macroeconômicos hipotéticos, simulados pelos departamentos de administração de risco e de macroeconomia, a fim de prevenir o risco de perda da carteira e analisar os efeitos das mudanças no mercado financeiro.

A administração da exposição ao risco é centralizada, repassando todos os riscos e divergências para posição de tesouraria. Todas as atividades de tesouraria, incluindo as das agências no exterior, são acompanhadas por nossos escritórios de São Paulo. Os limites e as estratégias de negociação são definidos pela matriz, e todas as posições de negociação são consolidadas em bases de dados centralizadas.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais relacionam-se às perdas inesperadas de uma instituição, em virtude de seus sistemas, práticas e medidas de controle serem incapazes de resistir a erros humanos, a infra-estrutura de apoio danificada, falha de modelagem, serviços ou produtos, e as mudanças no ambiente empresarial ou outras condições de mercado adversas.

Para atender aos requisitos das práticas de mercado internacionais e aos regulamentos internos do mercado financeiro brasileiro, o Unibanco criou uma estrutura interna de controle. Ela inclui uma relação de riscos e controles para padronizar a linguagem e facilitar o entendimento de riscos e controles por todos os funcionários. Também inclui um sistema de controles internos que pode ser acessado por todas as áreas de grupo. São realizadas avaliações periódicas nas quais os gerentes e seus auxiliares identificam as atividades principais e os riscos inerentes e analisam a eficácia/acesso dos controles em uso. Esse processo, possibilita o aprimoramento dos controles, resultando em menor exposição a riscos.

Os dados colhidos servem de fundamento para o monitoramento e a avaliação do desempenho das unidades, identificando as áreas com maior potencial de risco. Essa estrutura é base para identificação de indicadores e para a implementação de uma base de dados para quantificar exposição a riscos operacionais.

Com a crescente diversificação das operações bancárias e o aumento no volume de transações envolvendo redes de computadores e telecomunicações, a importância atribuída à tecnologia da informação e o impacto potencial de possíveis panes de sistema tornaram-se cada vez maiores. Dessa forma, o banco tem destinado um volume substancial de recursos para garantir a segurança e estabilidade de seus computadores e sistemas. O computador central está instalado em São Paulo e é mantido um *backup* integral do sistema. Esse *backup* foi projetado para começar a operar automaticamente no caso de pane no funcionamento do sistema central. Adicionalmente, são realizados freqüentes testes para averiguar o funcionamento adequado desses procedimentos de *backup.*

(b) Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor de mercado, estão assim apresentados:

				Consolidado
		2003		**2002**
	Valor contábil	**Valor de mercado**	**Valor contábil**	**Valor de mercado**
Ativos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.960.912	10.965.622	15.504.492	15.503.263
Títulos e valores mobiliários	15.070.226	15.463.855	17.978.421	16.975.650
Operações de crédito	23.429.990	23.496.809	21.932.187	21.805.820
Derivativos (líquido)	182.170	182.170	(66.150)	(66.150)
Passivos				
Depósitos	25.344.913	25.348.691	25.979.362	25.991.075
Recursos de aceites e emissão de títulos	3.465.253	3.501.214	3.715.377	3.682.551
Dívidas subordinadas	1.468.071	1.508.664	931.790	725.567
Outras obrigações (nota 13)	2.439.614	2.278.081	1.413.320	1.286.648
Ações em tesouraria	110.394	169.957	39.758	36.527

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado de acordo com modelo de precificação interno que é estabelecido com base nas taxas médias divulgadas pelas Bolsas de Valores, associações de classe e agências externas para o último dia do exercício.

O valor de mercado das aplicações interfinanceiras de liquidez, das operações de crédito e dos depósitos (exceto depósitos a vista e a de poupança) foi apurado com base na taxa média praticada pelo Unibanco no último dia de negociação do exercício, para operações similares.

O valor de mercado dos recursos de aceites e emissão de títulos e das dívidas subordinadas foi estabelecido com base na cotação média praticada nos correspondentes mercados no último dia de negociação do exercício, para operações similares.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado de acordo com modelo de precificação interno que é estabelecido com base nas taxas médias divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia do exercício, de acordo com a Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F e associações de classe.

O valor de mercado de outras obrigações referente à venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento a receber no exterior foi apurado considerando o valor que se poderia obter na sua negociação com o mercado.

O valor de mercado das ações em tesouraria foi apurado com base na cotação das *Units* de 30 de dezembro de 2003, na Bolsa de Valores de São Paulo.

(c) O valor referencial atualizado e o valor de mercado dos instrumentos financeiros registrados em contas de compensação, exceto pelas opções, cujo referencial se deve aos prêmios pagos/recebidos e a exposição a mercado aos valores contabilizados em contas patrimoniais, em 31 de dezembro, são resumidos como segue:

				Consolidado
		2003		2002
	Exposição referencial (1) e (2)	Exposição a mercado (1) e (2)	Exposição referencial (1)	Exposição a mercado (1)
Contratos futuros	**11.994.454**	**11.994.454**	**(3.383.240)**	**(3.383.240)**
Moedas	(491.705)	(491.705)	1.158.665	1.158.665
DI	12.822.434	12.822.434	4.852.601	4.852.601
Cupom cambial	(336.275)	(336.275)	(2.628.026)	(2.628.026)
Contratos a termo	**235.971**	**302.927**	**166.168**	**166.168**
Moedas	214.407	281.426	166.503	166.503
CDI	-	-	178.107	178.107
Prefixado	21.564	21.501	(178.442)	(178.442)
Contratos de *swap*	**180.374**	**115.688**	**(231.714)**	**(66.150)**
Moedas	(2.449.899)	(2.510.694)	(3.013.191)	(2.924.699)
CDI	1.435.887	1.435.887	2.380.825	2.380.825
Prefixado	(160.104)	(154.396)	(820.538)	(755.578)
Outros	1.354.490	1.344.891	1.221.190	1.233.302
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	**30.499**	**30.499**	**134**	**134**
Moedas	2.327.817	2.327.817	17.849	17.849
CDI	(2.297.318)	(2.297.318)	(17.715)	(17.715)
Contratos de opções				
Compra de opções	**2.915**	**120**	**1.638**	**1.638**
Compra	**2.885**	**108**	**1.638**	**1.638**
Ações	-	-	1.638	1.638
Moedas	2.885	108	-	-
Venda	**30**	**12**	**-**	**-**
IDI	30	12	-	-
Venda de opções	**6.375**	**102**	**-**	**-**
Compra	**6.375**	**102**	**-**	**-**
Moedas	6.375	102	-	-

(1) Incluem posições compradas (vendidas), líquidas.
(2) Para os contratos de opções referem-se aos respectivos prêmios.

Os valores referenciais das opções registrados em contas de compensação, em 31 de dezembro, montam a R$241.000 de compra de opções e R$245.000 de venda de opções.

Em 31 de dezembro de 2003, existiam operações de futuro de R$2.962.859 (2002 – R$1.021.106) e operações de *swap* no montante de R$2.492.932 no Consolidado, ajustados ao valor de mercado, utilizadas como *hedge* de fluxo de caixa exposto à variação cambial de dólar norte-americano e iene e à variação do CDI e IGPM, com perda líquida dos efeitos tributários e dos resultados dos minoritários no consolidado, no exercício, no montante de R$125.741 (2002 – R$15.286), registrado na conta "Ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". A efetividade apurada para a carteira de *hedge* em 31 de dezembro de 2003, estava em conformidade com o padrão estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2003, existiam contratos de *swap* no valor de R$156.113 (2002 – R$105.933) no Consolidado, ajustados ao valor de mercado, utilizados como *hedge* de exposições à variação cambial do dólar norte-americano, contra riscos de mercado. O efeito da variação do valor de mercado do item objeto de *hedge,* líquido dos efeitos tributários foi de R$13.609, registrado a crédito no resultado do exercício em contrapartida às contas de "Títulos e valores mobiliários", em 2002, o efeito da variação foi de R$17.272, registrado a crédito no resultado do exercício, em contrapartida à conta "Depósitos Interfinanceiros". A efetividade apurada para a carteira de *hedge* em 31 de dezembro de 2003 estava em conformidade com o padrão estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

As operações acima não representam a exposição global do Unibanco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos.

As operações de *swap* contratadas em negociação associada à operação de captação e/ou aplicação estão registradas pelos valores atualizados conforme a variação dos respectivos indexadores incorrida ("curva"), e não são avaliadas pelo valor de mercado.

(d) Referencial de mercado distribuído por local de negociação

			Consolidado
			2003
Exposição a mercado	**BM&F**	**CETIP/ Balcão**	**Total**
Contratos futuros	11.994.454	-	**11.994.454**
Contratos a termo	-	302.927	**302.927**
Contratos de *swap*	(194.701)	310.389	**115.688**
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	30.499	-	**30.499**
Contratos de opções			
Posição comprada	120	-	**120**
Posição vendida	102	**-**	**102**

As garantias dadas para as operações negociadas na BM&F, totalizavam R$767.111 no Consolidado e eram representadas por títulos públicos federais.

(e) Os ativos e passivos relativos aos instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais possuem os seguintes vencimentos:

		Consolidado
	2003	**2002**
Ativo		
Até 3 meses	110.223	96.151
De 3 meses a 1 ano	215.630	83.496
De 1 a 3 anos	101.834	196.200
Acima de 3 anos	7.529	24.199
Total	**435.216**	**400.046**
Passivo		
Até 3 meses	33.084	182.819
De 3 meses a 1 ano	92.377	120.567
De 1 a 3 anos	84.585	135.965
Acima de 3 anos	43.000	26.845
Total	**253.046**	**466.196**

No Consolidado, os valores dos contratos de *swap* em aberto a receber montam a R$368.119 (2002 – R$400.046) e a pagar montam a R$252.431 (2002 – R$466.196), os prêmios recebidos dos contratos de opções montam a R$120 e os prêmios pagos montam a R$102, e os valores a receber dos contratos a termo montam a R$66.977 e os valores a pagar dos contratos a termo montam a R$513.

(f) Os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação, exceto pelos contratos de opções cujos montantes se devem aos valores contabilizados em contas patrimoniais, possuem os seguintes vencimentos:

					Consolidado
					2003
Exposição a mercado	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Contratos futuros	9.428.869	819.669	1.691.886	54.030	**11.994.454**
Contratos a termo	(11.265)	(378.792)	22.387	670.597	**302.927**
Contratos de *swap*	28.786	105.847	16.526	(35.471)	**115.688**
Contratos de *swap* com ajuste diário	17.275	11.232	1.992	-	**30.499**
Contratos de opções					
Posição comprada	120	-	-	-	**120**
Posição vendida	102	-	-	-	**102**

Os contratos de taxa de juros e de moedas nos mercados a termo e futuro representam compromissos futuros de comprar ou vender instrumentos financeiros nos termos e datas especificados. Os valores referenciais representam o valor de face do correspondente instrumento na data da liquidação da operação. Os riscos de crédito associados aos contratos a termo e futuro são minimizados por garantias de depósitos em conta margem e, especificamente para o mercado futuro, por liquidações diárias das diferenças de posições. Contratos a termo e futuro estão sujeitos ao risco de variações não esperadas nas taxas de juros ou no valor dos correspondentes instrumentos financeiros.

Os contratos de *swap* representam compromissos futuros de trocar moedas ou indexadores nos termos e datas especificados nos contratos. O valor referencial dos instrumentos financeiros representa a base para a determinação dos diferenciais a receber ou a pagar. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade da contraparte em cumprir as condições contratuais e o risco associado às mudanças nas condições de mercado relacionadas a variações nas taxas de juros ou de câmbio.
Contratos de opções são aqueles que: (i) transferem, modificam ou reduzem o risco da taxa de juros, ou (ii) permitem que o Banco compre ou venda um instrumento financeiro mediante o pagamento ou recebimento de um prêmio no início do contrato. Como um comprador de opções, o Unibanco paga um prêmio e, como vendedor das opções, recebe um prêmio em troca de assumir um risco de variações nas taxas de juros futuras ou nos preços de mercado dos instrumentos financeiros. Os riscos de crédito e de mercado estão limitados aos prêmios pagos nas opções compradas e o risco associado às mudanças nas condições de mercado pode ter influência nas opções vendidas.

21. Demonstração do fluxo de caixa

		Controladora
	2003	**2002**
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	602.863	601.349
Imposto de renda diferido ativo	1.872	(129)
Resultado de participação em controladas e coligadas	(622.166)	(601.603)
Modificações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) de títulos e valores mobiliários	(3.055)	467
Redução (aumento) de outros créditos e outros valores e bens	14.578	(152)
Aumento (redução) de outras obrigações	(927)	1.035
Caixa líquido originado das (aplicado em) atividades Operacionais	**(6.835)**	**967**
Atividades de investimento		-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de controlada	202.199	192.951
Caixa líquido originado em atividades de investimento	**202.199**	**192.951**
Atividades de financiamento		
Redução de empréstimos e repasses	(101)	(416)
Dividendos pagos	(195.268)	(193.503)
Caixa líquido originado das atividades de financiamento	**(195.369)**	**(193.919)**
Redução líquida das disponibilidades	**(5)**	**(1)**
Disponibilidades no início do exercício	8	9
Disponibilidades no fim do exercício	3	8
Redução líquida das disponibilidades	**(5)**	**(1)**

UNIBANCO HOLDINGS S.A. E
UNIBANCO HOLDINGS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Consolidado
	2003	**2002**
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	602.863	601.349
Ajustes a valor de mercado – títulos para negociação e derivativos	(153.725)	146.516
Provisão para perdas com créditos	1.454.952	1.837.344
Provisão técnica de seguros, de capitalização e de planos de previdência privada	1.465.492	835.250
Imposto de renda diferido ativo	235.117	(552.646)
Provisão (reversão) para perdas em bens não de uso próprio	(15.377)	3.694
Prejuízo (Lucro) na alienação de valores e bens	12.159	(12.942)
Amortização de ágio na aquisição de empresas controladas	49.301	91.498
Resultado de participação em controladas e coligadas	(435)	12.408
Prejuízo na alienação de investimentos	774	-
Reversão para perdas em outros investimentos	(9)	(1.648)
Depreciação e amortização	351.327	330.075
Resultado dos acionistas minoritários	570.090	535.869
Modificações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.543.580	(10.806.734)
Redução (Aumento) de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.085.254	(3.087.127)
Aumento em depósitos no Banco Central	(189.561)	(2.412.853)
Variação líquida de outras relações interfinanceiras e de relações Interdependências	(15.439)	108.432
Aumento em operações de crédito	(3.058.004)	(2.421.613)
Redução em operações de arrendamento mercantil	35.989	232.091
Variação líquida da carteira de câmbio	(13.541)	(311.502)
Aumento de outros créditos e outros valores e bens	(1.367.354)	(1.308.505)
Aumento de outras obrigações	2.139.604	2.629.168
Aumento de resultados de exercícios futuros	14.199	11.614
Caixa líquido originado (aplicado) das atividades operacionais	**9.747.256**	**(13.540.262)**
Atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de controladas e Coligadas	28.482	(21.422)
Venda de bens não de uso próprio	85.533	171.613
Compra/ aumento de capital de/ em controladas e coligadas	(4.276)	(34.186)
Ágio na aquisição de empresas controladas	10.715	(63.175)
Venda/ redução de capital de/ em controladas e coligadas	5.367	11.799
Compra de outros investimentos	(30.353)	(74.686)
Venda de outros investimentos	18.273	85.180
Compra de imobilizado de uso	(206.534)	(244.965)
Venda de imobilizado de uso	83.863	266.307
Aplicações no diferido	(144.769)	(191.844)
Participação dos acionistas minoritários	(170.560)	(592.009)
Caixa líquido originado (aplicado) das atividades de Investimento	**(324.259)**	**(687.388)**
Atividades de financiamento		
Aumento (redução) em depósitos	(634.449)	7.056.672
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	(6.622.078)	5.718.860
Aumento (redução) de recursos de aceites e emissão de títulos	(250.124)	418.303
Aumento (redução) de empréstimos e repasses	(1.635.006)	1.312.567
Aquisição de ações de própria emissão	(70.636)	-
Dividendos pagos	(205.892)	(193.503)
Caixa líquido originado das atividades de financiamento	**(9.418.185)**	**14.312.899**
Aumento líquido das disponibilidades	**4.812**	**85.249**
Disponibilidades no início do exercício	1.078.489	993.240
Disponibilidades no fim do exercício	1.083.301	1.078.489
Aumento líquido das disponibilidades	**4.812**	**85.249**

22. Informações sobre Empresas Controladas

Os quadros a seguir apresentam o balanço patrimonial e a demonstração de resultado das principais empresas controladas pelo Unibanco, contemplando apenas as eliminações entre as empresas consolidadas e/ou combinadas em cada grupo.

(a) As agências e empresas controladas no exterior contemplando, principalmente, agências no exterior (Unibanco Grand Cayman e Nassau e Dibens - Grand Cayman); bancos (Unibanco – União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A., Interbanco S.A. (Paraguai), Unibanco Cayman Bank Ltd., e Unicorp Bank & Trust (Grand Cayman)); e corretoras (Unibanco Securities Limited (Inglaterra) e Unibanco Securities Inc. (EUA)):

Balanço patrimonial combinado	2003	2002
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**13.217.254**	**14.626.819**
Disponibilidades	198.569	181.201
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.734.314	1.502.764
Títulos e valores mobiliários	7.076.972	9.155.487
Relações interfinanceiras	231.044	92.457
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	3.259.453	3.460.246
Outros créditos e outros valores e bens	716.902	234.664
Permanente	**73.134**	**84.084**
Total	**13.290.388**	**14.710.903**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**10.847.928**	**11.153.373**
Depósitos	1.910.155	1.888.468
Captações no mercado aberto	731.714	896.981
Recursos de emissão de títulos	2.298.662	2.566.254
Relações interfinanceiras	4.073	9.013
Empréstimos e repasses	2.059.950	3.526.668
Instrumentos financeiros derivativos	35.761	3.622
Outras obrigações	3.807.613	2.262.367
Resultados de exercícios futuros	**9.328**	**7.618**
Participação minoritária	**4**	**-**
Patrimônio líquido	**2.433.128**	**3.549.912**
Total	**13.290.388**	**14.710.903**

Demonstração combinada do resultado	2003	2002
Receitas da intermediação financeira	1.321.620	1.351.543
Despesas da intermediação financeira	(375.681)	(482.028)
Provisão para perdas com créditos	(117.987)	(73.495)
Despesas de pessoal e administrativas	(69.939)	(72.474)
Outras receitas (despesas) operacionais	(18.692)	(65.316)
Resultado não-operacional	2.534	(2.265)
Participações no lucro	(12)	(547)
Lucro líquido do exercício	**741.843**	**655.418**

A despesa de imposto de renda e de contribuição social referente às operações no exterior é contabilizada no banco múltiplo, como reflexo da adição ao lucro real do resultado dessas operações.

(b) Ramo de seguros e de previdência privada incluindo Unibanco AIG Seguros S.A., Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A. e Unibanco AIG Previdência S.A.:

Balanço patrimonial	**2003**	**2002**
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**5.672.097**	**4.431.284**
Disponibilidades	11.864	4.123
Títulos e valores mobiliários	4.824.881	3.603.866
Outros créditos e outros valores e bens	835.352	823.295
Permanente	**272.957**	**246.290**
Total	**5.945.054**	**4.677.574**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**4.482.309**	**3.428.741**
Outras obrigações	590.968	661.523
Provisões técnicas de seguros e de previdência privada	3.891.341	2.767.218
Patrimônio líquido	**1.462.745**	**1.248.833**
Total	**5.945.054**	**4.677.574**

Demonstração do resultado	**2003**	**2002**
Receitas da intermediação financeira	883.197	648.101
Reversão de perdas com créditos	2.176	575
Prêmios de seguro e previdência privada	2.577.340	1.918.522
Variação de provisões técnicas de seguros e previdência privada	(1.172.500)	(647.347)
Sinistros	(818.843)	(748.946)
Despesas com benefícios de planos de previdência privada	(477.869)	(385.436)
Despesas de pessoal e administrativas	(248.677)	(212.049)
Outras receitas (despesas) operacionais	(408.272)	(298.166)
Resultado não-operacional	14.169	62.142
Imposto de renda e contribuição social	(90.618)	(75.794)
Participações no lucro	(16.750)	(13.983)
Lucro líquido do exercício	**243.353**	**247.619**

(c) Ramo de cartão de crédito, inclusive as controladas em conjunto com outras instituições e incluem: Unicard Banco Múltiplo S.A. (100%), Credicard S.A. Administradora de Cartões de Crédito (33,333%), Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda. (33,333%) e Redecard S.A. (31,943%):

Balanço patrimonial combinado	**2003**	**2002**
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**4.412.809**	**3.210.572**
Disponibilidades	36.616	7.419
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.250	56.520
Títulos e valores mobiliários	607.312	796.678
Relações interfinanceiras e interdependências	15.440	765
Operações de crédito	1.863.555	1.634.692
Créditos tributários e impostos a compensar	669.940	295.592
Outros créditos e outros valores e bens	1.204.696	418.906
Permanente	**266.482**	**334.427**
Total	**4.679.291**	**3.544.999**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**3.592.847**	**3.097.684**
Depósitos	298.115	914.813
Empréstimos	263.112	132.678
Recursos de emissão de títulos	588.534	364.166
Relações interfinanceiras e interdependências	365	93
Instrumentos financeiros derivativos	33.957	906
Provisões fiscais, previdenciárias e para contingências	683.996	317.115
Outras obrigações	1.724.768	1.367.913
Patrimônio líquido	**1.086.444**	**447.315**
Total	**4.679.291**	**3.544.999**

Demonstração combinada do resultado	**2003**	**2002**
Receitas da intermediação financeira	1.231.533	1.288.902
Despesas da intermediação financeira	(131.362)	(333.220)
Provisão para perdas com créditos	(347.096)	(343.994)
Receitas de prestação de serviços	738.626	767.022
Despesas de pessoal e administrativas	(591.076)	(497.059)
Outras receitas (despesas) operacionais	(447.856)	(381.662)
Resultado não-operacional	6.456	12.692
Imposto de renda e contribuição social	(133.908)	(158.385)
Participações no lucro	(23.855)	(18.074)
Lucro líquido do exercício	**301.462**	**336.222**

(d) Empresas que operam em crédito direto ao consumidor contemplam, principalmente, Banco Fininvest S.A. (100%), Banco Investcred Unibanco S.A. (50%) e Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (50%):

Balanço patrimonial combinado	**2003**	**2002**
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**2.006.865**	**1.946.729**
Disponibilidades	4.488	4.747
Aplicações interfinanceiras de liquidez	36.743	31.700
Títulos e valores mobiliários	54.847	222.178
Relações interfinanceiras e interdependências	10.367	13.907
Operações de crédito	1.531.925	1.348.927
Outros créditos e outros valores e bens	368.495	325.270
Permanente	**131.857**	**141.851**
Total	**2.138.722**	**2.088.580**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**1.676.522**	**1.776.683**
Depósitos	1.112.468	1.304.776
Captações no mercado aberto	783	-
Empréstimos	11.933	60.354
Instrumentos financeiros derivativos	7.498	15.697
Outras obrigações	543.840	395.856
Patrimônio líquido	**462.200**	**311.897**
Total	**2.138.722**	**2.088.580**

Demonstração combinada do resultado	**2003**	**2002**
Receitas da intermediação financeira	1.279.188	1.222.616
Despesas da intermediação financeira	(279.333)	(310.026)
Provisão para perdas com créditos	(413.657)	(544.462)
Despesas de pessoal e administrativas	(476.913)	(472.447)
Outras receitas (despesas) operacionais	72.358	152.876
Resultado não-operacional	(126)	(2.069)
Imposto de renda e contribuição social	(13.153)	28.731
Participações no lucro	(11.375)	(8.152)
Lucro líquido do exercício	**156.989**	**67.067**

23. Outras Informações (Consolidado)

(a) Os bens arrendados a terceiros, no montante de R$877.502 (2002 – R$1.146.787), líquido de depreciação, estão compromissados para venda aos arrendatários, à opção destes, no término dos correspondentes contratos de arrendamento por R$510.893 (2002 – R$896.711), e o valor residual recebido antecipadamente desses arrendatários monta a R$431.953 (2002 – R$671.176), classificado como conta redutora de arrendamentos a receber. As operações de arrendamento mercantil, tendo por objeto bens de terceiros, não são relevantes.

(b) É política do Unibanco e de suas controladas manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2003, a cobertura de seguros sobre imóveis e outros bens de uso montava a R$1.061.005 (2002 – R$1.213.369).

(c) Em novembro de 2003, o Unibanco, através de sua controlada Banco Fininvest, firmou contrato de compra e venda de ações para aquisição das operações da financeira Creditec-Crédito, Financiamento e Investimento S.A. pelo valor aproximado de R$47 milhões. As demonstrações financeiras consolidadas ainda não contemplam as operações desta empresa, uma vez que a operação está aguardando aprovação das autoridades competentes e a conclusão do processo de “due diligence”.

* * *

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2004

1. Aos Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. e Empresas Controladas relativos ao exercício de 2004. Relacionamos a seguir as principais atividades e o resultado obtido no período. O documento traz informações de desempenho das unidades de negócios e comentários sobre os principais projetos e iniciativas, que vêm garantindo um crescimento contínuo e equilibrado ao Unibanco.

2. Macroeconomia e Sistema Financeiro

A economia brasileira cresceu mais de 5% em termos reais em 2004, o maior crescimento anual desde os 5,9% em 1994. A taxa de inflação no ano, medida pelo IPCA, ficou em 7,6%, dentro da meta definida pelo Governo (5,5% ± 2,5 p.p.) e inferior à média do período 1995-2003 (9,3%). A expansão das operações de crédito com recursos livres foi superior a 21% em termos nominais, chegando a 28,9% para pessoa física (16,3% para jurídica). A taxa de desemprego ao final do ano atingiu 9,6%, de acordo com o IBGE, a mais baixa desde que a nova série foi iniciada em outubro de 2001, refletindo o forte impulso da economia, a melhoria das expectativas e um maior grau de confiança de consumidores e investidores. A taxa de câmbio terminou o ano em 2,65 Reais por Dólar (contra 2,89 ao final de 2003). E a dívida total do setor público consolidado declinou para 51,8% do PIB ao final de dezembro (contra 57,2% em fins de 2003).

O ano de 2004 foi positivo do ponto de vista da economia internacional. Como em muito poucos anos das últimas décadas, o produto mundial cresceu cerca de 5% em termos reais (na metodologia do Fundo Monetário Internacional - FMI) e, com especial força, no que o FMI considera as quatro maiores economias do mundo de hoje: EUA (4,4%); China (9,5%); Japão (3,5%, após quase uma década de semi-estagnação) e Índia (6,5%). A forte demanda significou uma expressiva expansão do comércio mundial, tanto em volume quanto em preços (especialmente de *commodities*), além do investimento direto relacionado ao comércio internacional. As taxas de juros norte-americanas estiveram em 2004 (e 2003) nos níveis mais baixos desde o final dos anos 50 e início dos 60. Como conseqüência, a ampla liquidez internacional reduziu a aversão a risco e permitiu significativa expansão dos fluxos de capitais para empresas e governos, inclusive de países em desenvolvimento.

A reafirmação do compromisso do Governo Federal com a responsabilidade fiscal, com a preservação do controle sobre a inflação e com o regime de taxa de câmbio flutuante foi absolutamente essencial para a gradual redução das incertezas que marcaram boa parte do ano eleitoral de 2002 e para que o processo de formação de expectativas quanto ao futuro afetasse positivamente o ânimo empresarial e a confiança dos consumidores.

Também tiveram seu papel os processos de mudança institucional e transformação estrutural que vêm caracterizando a evolução da economia brasileira há mais de uma década, como: a derrota da hiperinflação (1.000% ao ano, em média no período 1985 – 1994); a maior abertura relativa da economia, estimulando, em um primeiro momento, as importações de máquinas, equipamentos, peças e componentes e insumos produtivos e aumentando a eficiência da economia e sua competitividade internacional; a Lei da Responsabilidade Fiscal; a negociação das dívidas com Estados e Municípios; o saneamento do sistema financeiro pós-hiperinflação; e a abertura ao investimento privado em áreas em que o setor público não teria condições de realizar os investimentos necessários ao crescimento do país.

Em resumo, o desempenho da economia brasileira em 2004 foi o resultado de uma combinação favorável de fatores externos (comerciais e financeiros), de uma condução responsável da política macroeconômica e de avanços estruturais e institucionais.

3. Comentário de Desempenho Consolidado

O lucro líquido em 2004 montou a R$ 1.283 milhões, que representa um incremento de 22,0% quando se compara com 2003. O resultado operacional em 2004 atingiu R$ 1.961 milhões.

O patrimônio líquido atingiu R$ 8.106 milhões em 31 de dezembro de 2004, apresentando crescimento de 13,3% quando comparado ao saldo de dezembro de 2003. O lucro líquido por ação chegou a R$ 0,92 no ano.

Em 2004, foram provisionados pelo Unibanco juros sobre capital próprio no montante bruto de R$ 527 milhões, um aumento de 23,7% em relação ao exercício anterior.

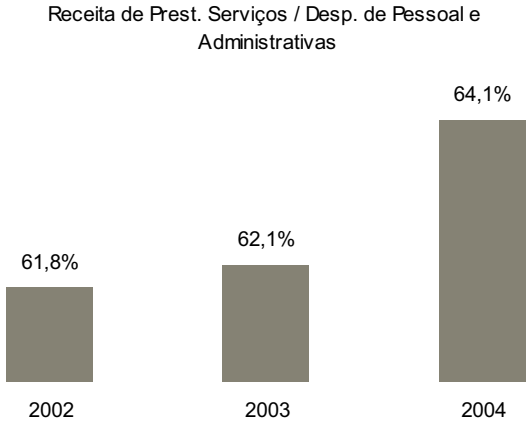
O resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas com créditos foi de R$ 6.499 milhões no ano de 2004.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2004

As receitas de prestação de serviços cresceram 14,0% em 2004 em relação ao ano anterior, alcançando a cifra de R$ 3.241 milhões, com destaque para a evolução de 19,2% das receitas de cartão de crédito e de 22,6% das receitas de administração de recursos de terceiros.

As despesas administrativas e de pessoal atingiram R$ 5.058 milhões em 2004, um crescimento de 10,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. As variações nas despesas administrativas e de pessoal se devem principalmente: às aquisições das empresas HiperCard, BNL, Creditec, Phenix e Tricard; ao impacto do acordo coletivo da categoria dos bancários; ao crescimento orgânico da força de vendas na rede de agências; às novas lojas Fininvest; e ao reajuste de tarifas públicas e de contratos de locação, manutenção de software e aluguel de imóveis. A relação entre receitas de prestação de serviços e despesas administrativas e de pessoal (receitas e despesas de natureza recorrente) evoluiu de 62,1% em 2003 para 64,1% em 2004.

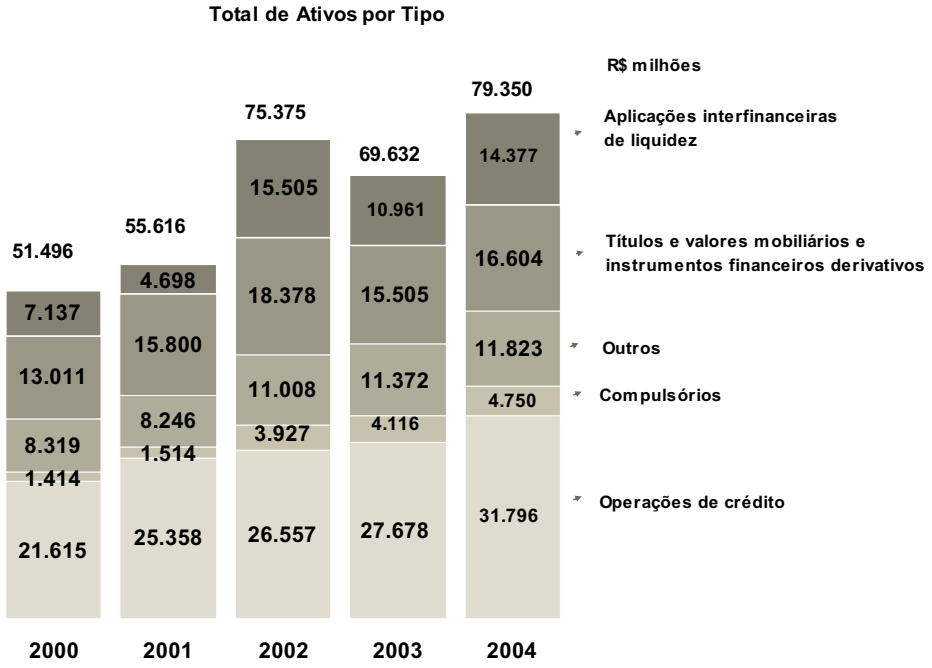


Reestruturação Societária na Credicard e Orbitall

Em 8 de novembro, Unibanco, Citibank e Itaú anunciaram reestruturação societária no Grupo Credicard, cuja concretização ocorreu no final de 2004. O Unibanco transferiu a sua participação na Credicard, emissora de cartões, para o Itaú e o Citibank, que passaram a deter 50%, cada um, do capital social da empresa. O Citibank e o Unibanco venderam suas participações na Orbitall, processadora de cartões, para o Itaú. Não houve mudanças na estrutura societária da Redecard. Com a concretização das operações, o Unibanco auferiu resultado de R$ 1,4 bilhão antes de efeitos tributários, compensado com outros eventos extraordinários como a amortização de saldos de ágios e o reforço de provisões. No segmento de cartões, o Unibanco permanece como um dos líderes no mercado, com 8,0 milhões de cartões de crédito e 9,5 milhões de cartões *private-label* emitidos. O banco possui auto-suficiência no processamento de sua base de cartões.

4. Ativos e Passivos

Os ativos totais consolidados do Unibanco atingiram R$ 79.350 milhões em 31 de dezembro de 2004.



Em 2004, a carteira de títulos do Unibanco atingiu R$ 16.024 milhões, dos quais 50% eram classificados como títulos para negociação, 20% como disponíveis para venda e 30% como mantidos até o vencimento. O Unibanco e suas controladas classificaram parte da sua carteira como títulos mantidos até o vencimento, tendo como parâmetros para definir a capacidade financeira, os vencimentos, as taxas de juros (existência de spread positivo) e as moedas das suas operações passivas.

A carteira de crédito, incluindo garantias prestadas, atingiu o montante de R$ 31.796 milhões em 2004. Na mesma data, o saldo das provisões para perdas com créditos totalizava R$ 1.669 milhões, que representava 5,3% da carteira. Desse total, R$ 351 milhões são baseados em percentuais mais prudentes do que os exigidos pela regulamentação.

O saldo de depósitos e fundos de investimento e carteiras administradas totalizou R$ 66.510 milhões em dezembro de 2004, apresentando um crescimento de 27.2% no ano. Os *core deposits*, incluindo o Superpoupe - CDB para clientes de varejo com *spread* superior ao CDB tradicional - apresentaram um crescimento em dezembro de 2004 de 25,0% em relação a dezembro de 2003 e evidenciam as iniciativas do banco para a melhoria do mix de depósitos ao longo de 2004.

Em dezembro de 2004, o Unibanco emitiu US$ 150 milhões de dívida subordinada pelo prazo de cinco anos com custo de captação de Libor de seis meses + 2,0%. O credor da dívida é a Banca Nazionale Del Lavoro (BNL) e a emissão faz parte de linha de crédito negociada por ocasião da aquisição, por parte do Unibanco, da subsidiária do BNL no Brasil. No mesmo mês, o Unibanco realizou, por meio de sua agência em Grand Cayman, uma emissão denominada em Reais no valor equivalente a US$ 75 milhões com prazo de 18 meses e pagamentos de juros semestrais, com vencimento em 14 de junho de 2006. A operação oferece um cupom em Reais, à taxa fixa de 17,90% ao ano. O Unibanco atuou como *Lead Manager* e *Sole Bookrunner*. Foi a primeira operação de emissão no exterior denominada em Reais com taxa fixa do Unibanco.

O índice de Basiléia do Unibanco ficou em 16,3% em 31 de dezembro de 2004, acima do limite mínimo de 11% exigido pelo Banco Central do Brasil.

5. Varejo

Um novo desenho organizacional da área de Varejo do Unibanco começou a ser implementado a partir de 1º de julho de 2004, dando continuidade à reestruturação organizacional promovida no banco. Este novo desenho está baseado na busca por maior sinergia, com foco no aumento da rentabilidade e da eficiência, entre as diversas atividades e negócios, contemplando produtos, canais de distribuição e clientes.

Foi dada grande ênfase também à dinâmica de crescimento de todas as linhas de negócios formadas pelas operações voltadas para Pessoas Físicas, pelas operações com foco em Pessoas Jurídicas com faturamento anual de até R$ 150 milhões, pelos negócios de Cartões de Crédito, pelas operações de Crédito ao Consumo e pelo segmento de financiamento de veículos leves e pesados.

O Varejo do Unibanco contava no final de 2004 com uma rede de distribuição de 15.938 pontos de venda, incluindo 895 agências e 380 postos de atendimento bancário.

Empresas de Consumo

As Empresas de Consumo do Unibanco são responsáveis pela participação nos segmentos de cartão de crédito e crédito pessoal. Fazem parte desse grupo as empresas Unicard, Fininvest, PontoCred (em sociedade com a Globex, controladora da rede varejista Ponto Frio), LuizaCred (em sociedade com a rede varejista Magazine Luiza), HiperCard e Redecard (em sociedade com Citibank, Itaú e MasterCard).

A Unicard Banco Múltiplo S.A. gerou equivalência patrimonial de R$ 209 milhões em 2004. A Unicard fechou o ano de 2004 com 4,8 milhões de cartões emitidos, uma evolução de 9,1% em relação a dezembro de 2003.

Em 1º de março de 2004, o Unibanco adquiriu, por meio de suas controladas, do grupo holandês Ahold, a totalidade das quotas da HiperCard Administradora de Cartão de Crédito Ltda. pelo valor total de R$ 630 milhões. Na mesma ocasião, a Ahold vendeu para o Wal Mart a rede de supermercados Bompreço.

A HiperCard surgiu como empresa de cartões de crédito *private label* na rede de supermercados Bompreço em 1982, sendo aceito atualmente em cerca de 70 mil pontos-de-venda no Nordeste do Brasil. A empresa também exerce as funções de adquirente, emissora e processadora dos seus cartões de crédito. A HiperCard é hoje o principal meio de pagamento utilizado na rede de supermercados Bompreço, que conta com 118 lojas, e é líder de mercado na região Nordeste. Em dezembro de 2004, a HiperCard totalizava 2,7 milhões de cartões.

Em 2004, a Fininvest contribuiu com resultado de equivalência patrimonial no montante de R$ 197 milhões, registrando crescimento de 23,9% em relação a 2003 e com retorno sobre o patrimônio líquido médio de 40,7%. A empresa fechou o ano de 2004 com uma carteira de crédito de R$ 1.598 milhões, 253 lojas próprias em aproximadamente 120 cidades e mais de 11 mil pontos-de-venda.

Em agosto de 2004, o Unibanco e o Grupo Sonae firmaram parceria para a criação de uma financeira visando a comercialização de produtos financeiros junto à base de clientes Sonae.

Por meio da Unibanco Financeira e do Banco Dibens (associação com o Grupo Verdi), o Unibanco atua no segmento de financiamento de veículos automotores. O negócio encerrou o período com uma carteira de crédito de R$ 3.682 milhões.

O negócio de títulos de capitalização da Unibanco Capitalização encerrou o ano com faturamento de R$ 429 milhões, superior em 16,9% ao obtido em 2003.

A área de Cash Management do Unibanco, que anteriormente integrava a estrutura do Atacado, foi incorporada ao Varejo. Cerca de 90 mil empresas clientes utilizam hoje os serviços de administração de caixa com processos de pagamentos e recebimentos simples, eficientes e produtivos. O destaque de 2004 foi a expansão da plataforma de Correspondentes Bancários que fechou o ano com 3.500 pontos de atendimento distribuídos por todo o território nacional e um volume de 13 milhões em transações realizadas.

Os segmentos de micro, pequenas e médias empresas foram reestruturados em 2004 e o Varejo passou a coordenar as atividades relacionadas às empresas com faturamento até R$ 150 milhões.

6. Atacado

A área de Atacado do Unibanco também passou por mudanças estruturais em 2004, quando o segmento passou a atender somente empresas com faturamento anual superior a R$ 150 milhões. Durante o período, o segmento de atacado consolidou sua estratégia de relacionamento com os clientes, que passaram a ter um atendimento regionalizado e contar com novos produtos, com destaque para as operações de derivativos.

Na modalidade BNDES.exim, o Unibanco foi o líder, liberando R$ 857 milhões em 2004. Como agente financeiro do BNDES, o Unibanco liberou, até dezembro de 2004, o montante de R$ 1,6 bilhão, colocando-o na 3ª posição do ranking geral do BNDES.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2004

O repasse de recursos de multilaterais para projetos atingiu em 2004 o montante de R$ 117 milhões. Como agente da FGTS/CEF, o Unibanco repassou R$ 46 milhões para projetos de saneamento básico.

O Unibanco concluiu o ano de 2004 com mais de US$ 1,1 bilhão em recursos captados junto a bancos correspondentes. É importante ressaltar o expressivo volume de US$ 1,3 bilhão em linhas de financiamento de importação com 26 agências de fomento à exportação e organismos multilaterais, destacando-se a assinatura de acordos com o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), que prevê uma linha de financiamento de 2 bilhões de ienes e outra de US$ 20 milhões; com o Export Import Bank of India (India Eximbank), de US$ 10 milhões; e assinatura de Master Guarantee Agreement com o Exim USA, com a finalidade de garantir o risco de crédito de pequenas empresas brasileiras importadoras de mercadorias de origem norte-americana. Esses acordos incrementam o financiamento às importações brasileiras e consolidam a liderança do Unibanco no mercado nacional de repasse de empréstimos oferecidos por instituições multilaterais e agências governamentais de fomento ao comércio exterior.

Em fechamento de operações de câmbio, o Unibanco contratou transações no valor de US$ 17,3 bilhões, de um volume total de US$ 319 bilhões do mercado, o que representa uma participação no segmento de 5,4%, ante 5,2% verificados ao final de 2003. Já no segmento de importação, o Unibanco contratou transações no valor de US$ 5,2 bilhões, de um volume total de US$ 56,6 bilhões do mercado, ampliando assim a sua participação, que em 2003 foi de 8,1%, para 9,2%.

O volume da carteira total de financiamento de comércio exterior, incluindo importação, exportação e garantias internacionais, totalizou US$ 1,6 bilhões, mostrando crescimento de 8,7% em relação ao final de 2003. O foco de crescimento do Unibanco foi nos seus ativos de exportação, atingindo um volume de US$ 444,3 milhões, representando um crescimento de 148,6% em relação ao final de 2003, marcado principalmente pelo aumento de operações de pré-pagamento.

O Unibanco manteve participação relevante no mercado doméstico de renda fixa em 2004. As emissões de debêntures e notas promissórias somaram mais de R$ 3,5 bilhões, o que corresponde a aproximadamente 30% do total emitido no ano. Destaque para a liderança na emissão de debêntures para a Braskem, no valor de R$ 1,2 bilhão. No mercado internacional, o Unibanco atuou como coordenador conjunto da emissão de US$ 150 milhões com vencimento em 2009 da Odebrecht Overseas Ltd, garantida pela sua controladora CNO - Construtora Norberto Odebrecht S.A.. No mercado secundário, o Unibanco negociou cerca de R$ 305 milhões em títulos corporativos, no Brasil, e US$ 15,7 bilhões em títulos soberanos e corporativos no exterior.

O Unibanco participou em 2004, na qualidade de coordenador líder ou coordenador, de 11 operações de empréstimos sindicalizados, viabilizando um volume total de R$ 5,7 bilhões para seus clientes.

Com a retomada do mercado de ações em 2004, o Unibanco consolidou sua posição de liderança na coordenação, execução e distribuição de operações de renda variável no mercado brasileiro. Participou em sete de um total de 15 operações realizadas durante o período, num montante superior a R$ 4 bilhões, a saber:

- Coordenador líder e Joint Bookrunner da maior operação do ano, a oferta primária global de ações da Braskem, a principal empresa petroquímica da América Latina, no montante total de R$ 1,2 bilhão;
- Coordenador da abertura de capital em bolsa da DASA-Diagnósticos da América S.A., maior empresa privada de medicina diagnóstica e a primeira do ramo de saúde na América Latina a ser negociada em bolsa, no montante total de R$ 437 milhões;
- Coordenador e Joint Bookrunner da oferta global da Gol – Linhas Aéreas Inteligentes S.A., única companhia aérea tipo low cost operando no Brasil e na América Latina, no montante total de R$ 878 milhões;
- Coordenador líder e Joint Bookrunner na oferta secundária da Sabesp, no montante de R$ 668 milhões.

Foi também coordenador contratado nas seguintes transações: oferta primária da CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias, no valor de R$ 375 milhões; abertura de capital da Natura Cosméticos, no valor de R$ 768 milhões; e abertura de capital da ALL – América Latina Logística, no montante de R$ 588 milhões.

Em 2004, o Unibanco continuou a ser referência no âmbito de operações de fusões e aquisições, permanecendo como o banco brasileiro mais ativo no mercado doméstico, e o único banco brasileiro a se destacar entre as instituições líderes neste segmento na América Latina, segundo o ranking da Thomson Financial.

A área de estruturação de projetos e concessões concluiu nove projetos nos setores de saúde, portos, sucroalcooleiro, saneamento e energia.

O Unibanco foi coordenador líder do primeiro Programa de Valores Mobiliários do mercado brasileiro, no valor de R$ 1,5 bilhão estruturado para a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, e da 1ª tranche desse programa no valor de R$ 230 milhões. Foi também líder da 2ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, no valor de R$ 200 milhões, do Programa de Valores Mobiliários, estruturado também para a SABESP e da 1ª tranche desse programa no valor de R$ 600 milhões, além de atuar como Coordenador de outras três emissões que

totalizaram aproximadamente R$ 825 milhões. No mercado secundário, foram negociados aproximadamente US$ 155 milhões em títulos corporativos, no Brasil, e US$ 4,1 bilhões em títulos soberanos e corporativos no exterior.

7. Seguros e Previdência Privada

As empresas de seguros, garantia estendida e previdência privada apresentaram, em conjunto, lucro líquido de R$ 233 milhões em 2004. O resultado foi impactado pela amortização do ágio da empresa Trevo, seguradora que pertencia ao Banco Bandeirantes. Essa amortização é consistente com a decisão do conglomerado de acelerar a amortização dos ágios das empresas completamente incorporadas.

O faturamento das empresas de seguros, garantia estendida e previdência privada no ano totalizou R$ 4.254 milhões, com crescimento de 22,6% em relação a 2003.

As empresas de seguros e previdência do Unibanco ocupam o 4º lugar no ranking consolidado do mercado de seguros e de previdência complementar divulgado pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, pela ANAPP - Associação Nacional de Previdência Privada e pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, com 8,0% de participação.

As reservas técnicas consolidadas de seguros e previdência, somadas à provisão para riscos da operação de garantia estendida, atingiram R$ 5.533 milhões ao final do período.

Seguros e Garantia Estendida

Os prêmios emitidos líquidos de seguros e garantia estendida totalizaram R$ 2.735 milhões em 2004, 21,6% acima de 2003.

O resultado operacional totalizou R$ 24 milhões no ano, em decorrência da alteração no mix da carteira, com foco em produtos de alta lucratividade; política de precificação baseada em criteriosa gestão de riscos; e foco na eficiência operacional.

O resultado líquido da seguradora é conseqüência, também, do constante controle das despesas administrativas que, quando comparadas aos prêmios emitidos líquidos de seguros e garantia estendida, reduziram-se de 9,8% em 2003 para 9,3% em 2004.

O índice combinado - *combined ratio* - que mede a eficiência operacional das empresas de seguros, foi de 98,8% no ano de 2004. O índice ampliado, que inclui o resultado financeiro, foi de 87,1% no ano.

De acordo com os mais recentes dados do setor, divulgados pela SUSEP em novembro de 2004, a empresa manteve a liderança nos segmentos relativos a riscos patrimoniais, petroquímico, aeronáutico, responsabilidade civil de dirigentes, transporte nacional, além de produtos de garantia estendida, este último conforme tabulação própria.

As reservas técnicas de seguros, somadas à provisão para riscos da operação de garantia estendida, totalizaram R$ 1.886 milhões.

A Garantech, empresa responsável pela operação de garantia estendida, apresentou resultado líquido de R$ 14 milhões no ano. O faturamento da Garantech no período totalizou R$ 371 milhões.

Previdência Privada

A Unibanco AIG Previdência apresentou resultado líquido de R$ 55 milhões em 2004, com crescimento de 14,6% em relação ao ano anterior. Em 2004, o faturamento atingiu R$ 1.518 milhões, representando um crescimento de 24,5% em relação ao ano de 2003.

A Unibanco AIG Previdência obteve a 4ª colocação nas receitas com planos de previdência até novembro de 2004 e participação de mercado de 8,4%, de acordo com dados divulgados pela ANAPP. Em relação à venda de planos corporativos de previdência privada, também de acordo com estatísticas divulgadas pela ANAPP, referentes ao mês de novembro, a Unibanco AIG Previdência foi a 2ª colocada nas vendas acumuladas do ano, atingindo o volume de R$ 823 milhões. A empresa atende a 1.231 clientes corporativos e 733 mil clientes individuais, dos quais 217 mil pertencem aos clientes corporativos.

As reservas técnicas totalizaram R$ 3.647 milhões ao final de 2004.

8. Gestão de Patrimônios (*Wealth Management*)

Administração de Recursos de Terceiros

A Unibanco Asset Management (UAM) passou da 8ª para a 6ª posição em Administração de Recursos de Terceiros - Anbid. A participação de mercado da UAM atingiu 4,8% em dezembro de 2004, um crescimento frente aos 4,6% apresentados no final de 2003.

A UAM encerrou o ano com ativos sob gestão e administração no valor de R$ 33,0 bilhões, com crescimento de 22,4% em 12 meses, e apresentou uma captação líquida de R$ 1,9 bilhões proveniente, principalmente, dos segmentos Corporate, Private e Institucional.

A UAM também ampliou sua oferta de fundos de Renda Variável com o lançamento de cinco novos Fundos de Ações: Unibanco Energia FIA, Unibanco Telecom FIA, Unibanco Exportadoras FIA, Unibanco Classe Mundial FIA e Unibanco Small Cap FIA.

Private Bank

O Private Bank encerrou dezembro de 2004 com crescimento de 9,9% no volume de recursos sob gestão em relação dezembro de 2003. Segundo o Ranking Global da ANBID, o Private Bank ocupa a 2ª posição, com 9,3% de participação em dezembro de 2004.

9. Unibanco Pessoas

O Unibanco encerrou o ano de 2004 com 27.408 colaboradores.

Em 2004 cerca de R$ 24 milhões foram investidos em diversas iniciativas de educação corporativa, direcionadas para formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento dos colaboradores, contribuindo para uma cultura organizacional voltada à inovação.

Um dos principais focos de treinamento foi o aprimoramento da qualidade de gestão de pessoas, por meio do desenvolvimento dos gestores e das competências de liderança. Mais de 2.000 gestores participaram do Módulo I do programa - Gestão de Desempenho e Captação - e 470 gestores já completaram o Módulo II - Comunicação e Estilos de Liderança.

O Futuro Inteligente, novo programa de previdência privada, destinado aos colaboradores, foi lançado em julho de 2004, prevendo bônus de adesão para os primeiros 180 dias a todos os participantes, assistidos ou ativos. Até o dia 31 de dezembro já contava com mais de 6.600 participantes. Este programa prevê contribuições crescentes por parte da empresa, dependendo do retorno sobre o patrimônio líquido.

Como parte das importantes alterações na estrutura organizacional, o Unibanco ofereceu a um grupo de executivos um programa pontual de antecipação da aposentadoria com benefícios diferenciados. O programa teve 71 adesões, 88% da população elegível.

O Unibanco realiza há seis anos o MBA em parceria com a Fundação Dom Cabral, que formou mais de 150 profissionais. O MBA no exterior, direcionado a colaboradores que ocupam posições de nível gerencial e cujos candidatos são escolhidos após um criterioso processo de seleção, recebeu investimento de R$ 2 milhões em 2004 e já contemplou 36 executivos desde 1996.

O Clique Conhecimento, ferramenta on-line de treinamento e capacitação, disponibilizada no Portal Corporativo, registrou em 2004 mais de 227.000 acessos com mais de 33.000 participações em diversos treinamentos.

Uma das maneiras de reconhecer o comprometimento e performances diferenciadas dos seus colaboradores é o Plano de Opção de Compra de Ações. Em 31 de dezembro de 2004, 229 executivos da organização estavam contemplados pelo Plano.

Em 2004 o Unibanco foi eleito a 3ª melhor empresa brasileira com mais de 15.000 colaboradores em gestão de pessoas, pelo jornal Valor Econômico. A pesquisa do jornal foi realizada em parceria com o Hay Group, consultoria especializada em pesquisa e gestão de clima organizacional. No ranking das empresas entre 1.001 e 2 mil profissionais, a Unibanco AIG Seguros e Previdência obteve a 5ª colocação.

10. Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em linha com as melhores práticas internacionais, o Unibanco possui uma estrutura de gestão de riscos integrada e independente, representada por uma Diretoria Executiva subordinada diretamente à Presidência. Nesse contexto, o gerenciamento do Risco de Mercado e Liquidez é efetuado através do monitoramento diário dos níveis de exposição frente aos limites estabelecidos, valendo-se de instrumentos como o *Var*, análise de sensibilidade e *stress testing*. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O gerenciamento de riscos operacionais é efetuado através da utilização de ferramentas de auto-avaliação, monitoração de processos e serviços e mensuração quantitativa de perdas operacionais, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida no que se refere à importância da monitoração e mitigação dos riscos operacionais. Através de uma metodologia proprietária de cálculo e alocação de capital econômico, a área consolida riscos e contribui para a otimização da relação risco/retorno do Unibanco.

11. Tecnologia e Internet

Os investimentos em tecnologia no ano de 2004 foram de aproximadamente R$ 193 milhões. Os maiores investimentos foram em expansão da capacidade de processamento (42,0%), infra-estrutura das áreas de apoio 21,0% e projetos de expansão (15,6%).

O Internet Banking continuou em expansão em 2004, com cerca de 170 milhões de transações, demonstrando ser cada vez mais um importante canal de atendimento pela sua agilidade e comodidade.

12. Governança Corporativa

As melhores práticas de governança corporativa sempre estiveram presentes no dia-a-dia dos negócios do Unibanco e da Unibanco Holdings. Desde 2001, o Unibanco integra o Nível 1 da Bovespa, atendendo a requisitos básicos de transparência e respeito ao mercado. Apoiado em uma administração profissional, o Unibanco conta com processos claros e definidos de gestão, que garantem imparcialidade no processo de tomada de decisões, rapidez na implementação de iniciativas e estratégias e capacidade para reagir com agilidade a mudanças de cenário.

12.1. Alterações na Estrutura Interna

As alterações organizacionais do Unibanco em 2004 acompanharam a estratégia para acelerar sua trajetória de crescimento. No intuito de oxigenar e simplificar estruturas e tornar a tomada de decisão ainda mais ágil, algumas mudanças foram realizadas ao longo do ano. A ação incluiu a substituição de executivos em posições de liderança, em alguns casos devido ao limite de idade imposto pelas normas estatutárias.

Pedro Moreira Salles foi eleito presidente executivo e passou a ocupar a posição de vice-presidente do Conselho de Administração. A presidência do Conselho passou a ser de responsabilidade de Pedro Sampaio Malan. Joaquim Francisco de Castro Neto, após 31 anos de contribuição como presidente e executivo do Unibanco, foi convidado a participar do Conselho. Armínio Fraga também passou a ocupar uma das cadeiras do Conselho. Áreas de suporte que anteriormente se misturavam às áreas de negócio foram reestruturadas, promovendo maior sinergia e passando a responder diretamente ao presidente executivo.

Foi criado o Comitê de Auditoria, nos termos da legislação aplicável. O Comitê de Auditoria tem competência para, entre outras funções: indicar, *ad referendum* do Conselho de Administração, Auditor Independente Externo; revisar as demonstrações contábeis semestrais; avaliar o serviço prestado pelo Auditor Externo e pela Auditoria Interna; estabelecer, divulgar, acompanhar e fiscalizar os procedimentos referentes ao cumprimento de dispositivos legais, além de recomendar correções ou o aprimoramento de políticas internas e diretrizes.

12.2 Grupamento de Ações

O Unibanco e a Unibanco Holdings realizaram grupamento de suas ações (ordinárias, preferenciais e Units), na razão de 100 ações para 1 ação, em 30 de agosto de 2004. Adicionalmente, as negociações passaram a ser feitas em cotações unitárias. Na mesma data, os Global Depositary Shares (GDSs) negociados no exterior passaram a representar, cada um, 5 Units, em vez de 500, sem alteração na quantidade de GDSs emitidos e no valor de suas cotações.

12.3 Formador de Mercado para as Units

O Unibanco contratou no início de maio a LatinFinance Advisory & Research S.A. e a Ágora Senior Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para atuar, respectivamente, como assessor e formador de mercado das Units (UBBR11) no âmbito da BOVESPA.

12.4 Oferta Secundária de Units

Em fevereiro de 2005, Commerzbank e BNL venderam, por meio de uma distribuição pública secundária, 45.897.387 Units, representativas de 7,2% das ações preferenciais do Unibanco e 8,9% das ações preferenciais da Unibanco Holdings. Como resultado da oferta, Commerzbank e BNL deixaram de ser sócios do Unibanco.

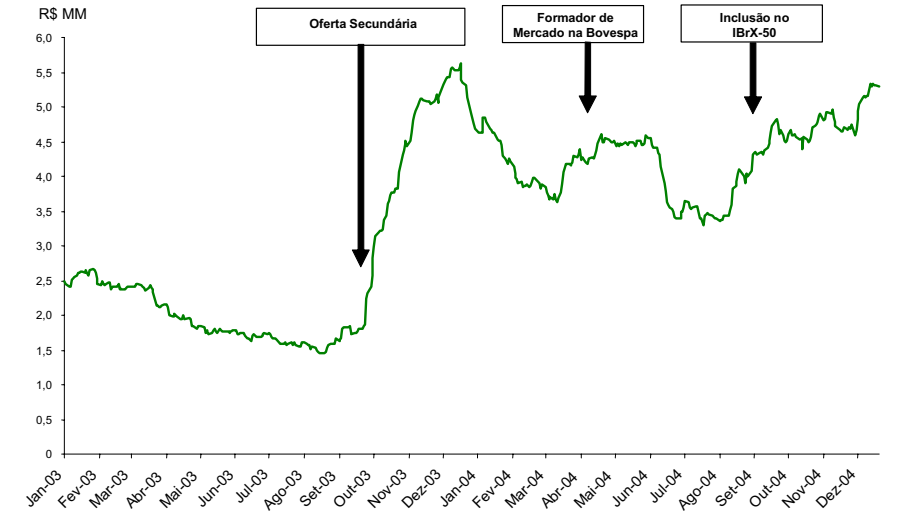
A operação movimentou R$ 718 milhões, ao preço de R$ 15,65 por Unit, sendo 9,09% de vendas para o varejo e o restante para investidores institucionais, e foi realizada apenas no mercado brasileiro. O *float* de Units registrou um incremento, em decorrência da oferta, de 70,3%, no Brasil, e de 11,5%, no total, em comparação com dezembro de 2004.

12.5 Negociação das Ações

Em 2004, o volume de GDS (NYSE: UBB) do Unibanco e da Unibanco Holdings negociado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) foi de US$ 3,1 bilhões. Na Bovespa, o volume de títulos de emissão do Unibanco e da Holdings negociado no ano foi de R$ 1.130 milhões. As Units (UBBR11) apresentaram valorização de 28,0% e as GDSs, de 30,0% em dólares. No mesmo período, o Ibovespa apresentou variação positiva de 17,8% e o Dow Jones valorizou-se 3,2%.

UBBR11 – Volume Médio Diário Negociado na Bovespa

Média móvel 60 dias



O Unibanco é listado desde 1968 na Bovespa e desde 1997 na NYSE (primeiro banco brasileiro registrado). Em ambos os mercados, é mantido o mesmo nível de divulgação de informações, que inclui a apresentação de demonstrações financeiras segundo as normas contábeis brasileiras e norte-americanas, bem como o atendimento às regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no Brasil, e da Securities and Exchange Comission (SEC), nos EUA.

12.6 Presença no IBrX-50

Em primeiro de setembro, a Unit passou a integrar o Índice Brasil-50 (IBrX-50), da Bovespa, com peso de 2,724%. Na nova carteira teórica para o quadrimestre de janeiro a abril de 2005, o peso da Unit aumentou para 2,926%.

O IBrX-50 é composto pelas 50 ações com maior índice de negociabilidade na Bovespa e que tenham sido negociadas em pelo menos 80% dos pregões nos últimos doze meses. A entrada da Unit no IBrX-50 é mais um passo para aumentar a liquidez do papel no mercado brasileiro.

12.7 Auditoria Independente

No intuito de manter a relação de independência com seus auditores externos, a administração do Unibanco tem como política limitar os serviços outros que não sejam de auditoria independente. Informamos que no período findo em 31 de dezembro de 2004, o Unibanco contratou outros serviços profissionais não enquadrados como serviços de auditoria independente da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes no montante de R$ 1.606 mil, que representaram cerca de 33,2% dos honorários de auditoria externa do Unibanco Consolidado, dos quais R$ 1.553 mil referem-se ao apoio técnico no projeto desenvolvido para atendimento ao artigo 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes – Oxley, que teve início em outubro de 2004 e tem duração prevista até setembro de 2005. A política adotada pelo Unibanco atende aos princípios que preservam a independência do Auditor de acordo às normas brasileiras e internacionais. Os contratos celebrados com os auditores independentes em data posterior à implantação do Comitê de Auditoria foram submetidos a exame do referido órgão e aprovados. Além disso, o Unibanco, em discussão com seus auditores independentes, concluiu que estes serviços são consistentes com a função do auditor independente e não representam nenhuma violação das normas de independência aplicáveis e não afetam a objetividade dos auditores, em razão do escopo e dos procedimentos executados.

12.8 Reconhecimento à transparência – Site de RI

Em janeiro de 2005, pelo segundo ano consecutivo, o site de relações com investidores (RI) do Unibanco recebeu o prêmio Top 1 como o melhor entre os sites de Bancos e Serviços Financeiros por critério técnico. Foi também escolhido como o segundo melhor da América Latina entre todos os setores, na classificação geral no prêmio Top 5, organizado pela MZ Consult, com o apoio do JP Morgan, a KPMG e o Linklaters. Foi o sexto ano consecutivo em que o site de RI do Unibanco recebeu o prêmio Top 5. A disputa deste ano contou com um incremento de 63% no número de empresas que concorreram a um dos prêmios, contando com 426 companhias abertas de 42 países. O site de RI do Unibanco é peça fundamental na comunicação entre o Unibanco e o mercado de capitais.

13. Responsabilidade Social

O Unibanco tem pautado sua atuação social voltada à comunidade externa, principalmente, por meio de dois institutos, o Instituto Unibanco e o Instituto Moreira Salles. Além disso, busca, em seu relacionamento com a comunidade interna e partes relacionadas, o exercício diário da cidadania corporativa, respeito ao meio-ambiente, desenvolvimento da educação, combate ao preconceito e incentivo do voluntariado.

Instituto Unibanco

O Instituto Unibanco, responsável pela execução da política de responsabilidade social do Unibanco, tem seu foco voltado para a educação, com preferência para ações que possibilitem a inclusão social de adolescentes e jovens menos favorecidos e ações voltadas para educação ambiental.

Os programas apoiados pelo instituto objetivam não só a transmissão de ensinamentos como também a recuperação da auto-estima, o conhecimento de direitos individuais e o exercício da cidadania, abrindo aos participantes oportunidades de integrar-se à sociedade e ao esforço de crescimento sustentável do país. Atenção especial vem sendo dada à capacitação de professores – pela importância que eles têm na formação e transmissão de valores aos nossos jovens –, assim como à questão ambiental, que também foi levada à sala de aula para motivar os alunos e transformá-los em multiplicadores da consciência ecológica dentro das próprias famílias e das comunidades.

Instituto Moreira Salles (IMS)

O IMS dedica-se à difusão da cultura brasileira e, sobretudo, à preservação de sua memória, desenvolvendo projetos próprios, principalmente nas áreas de fotografia, literatura, cinema, música brasileira e artes plásticas.

Os principais destaques em 2004 foram:

- Mais de 180 mil visitantes nos centros culturais do IMS e nas exposições realizadas, público 26% superior ao de 2003.
- 34 mostras de artes plásticas e visuais.
- 38.933 estudantes participaram de 2.211 visitas monitoradas às exposições.
- 105 atividades arte-educação, sessões de cinema e teatro desenvolvidas pelo IMS para crianças e adolescentes.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2004

- Mais de 3,6 milhões de pessoas compareceram às sessões de cinema na rede Espaço Unibanco/Unibanco Arteplex.
- Inauguração do Unibanco Arteplex Curitiba, em novembro. O novo cinema tem cinco salas e 757 lugares.
- Cerca de 100 mil visitantes, em sua maioria estudantes da rede pública de ensino, estiveram na exposição "São Paulo, 450 anos: a imagem e a memória da cidade no acervo do Instituto Moreira Salles". A homenagem ao aniversário de São Paulo contou ainda com o lançamento de um número especial dos Cadernos de Fotografia Brasileira sobre São Paulo
- Lançamento da edição especial dos Cadernos de Literatura Brasileira sobre a escritora Clarice Lispector
- Um raro conjunto de músicas, que reúne, entre outras preciosidades, as primeiras gravações feitas Brasil foi disponibilizado gratuitamente no site do Instituto (www.ims.com.br). A digitalização deste acervo musical, que pertence ao IMS, também foi concluída em 2004 e as gravações estarão na Internet a partir do início de 2005, totalizando mais de 30 mil músicas.

Princípios do Equador

A partir de junho de 2004, o Unibanco passou a adotar os Princípios do Equador, conjunto de medidas socioambientais utilizado na avaliação e concessão de crédito a projetos de infra-estrutura. Atualmente, 28 bancos em todo o mundo adotam esta política, liderada em 2002 pela International Finance Corporation (IFC), subsidiária do Banco Mundial que financia projetos do setor privado, sendo o Unibanco a primeira instituição financeira brasileira - e de países em desenvolvimento - a fazer parte desse grupo.

Para que o financiamento seja aprovado, o projeto deve receber uma classificação de acordo com seu nível de risco socioambiental: A (alto risco), B (médio risco) ou C (baixo risco). Os projetos classificados como "A" deverão ser acompanhados de um plano de ação para mitigar seus riscos. Desde 2002, o Unibanco aplica estes critérios para a liberação de financiamentos que utilizam a linha de crédito da IFC. Agora, esta política foi ampliada, tornando-se válida para todos os projetos de infraestrutura de valor superior a US$ 50 milhões, independentemente da linha de financiamento que utilizem.

Considerações finais

Permanecemos firmes em nosso propósito de manter um crescimento contínuo e equilibrado da Organização e agradecemos a nossos clientes pela confiança e fidelidade. Obrigado também aos nossos acionistas, pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos colaboradores, que tanto contribuíram para o expressivo desenvolvimento do Unibanco.

São Paulo, fevereiro de 2005

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

Parecer dos auditores independentes

Aos Acionistas e Administradores do
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

1 Examinamos os balanços patrimoniais do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (Unibanco) e do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. e empresas controladas (Unibanco Consolidado) em 31 de dezembro de 2004 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos do semestre e exercício findos nessa data do Unibanco e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa mesma data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Unibanco e empresas controladas, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Unibanco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Unibanco e do Unibanco Consolidado em 31 de dezembro de 2004 e o resultado

das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos do semestre e exercício findos nessa data do Unibanco, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desse exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do fluxo de caixa, apresentada na nota 21 para propiciar informações suplementares sobre o Unibanco e o Unibanco Consolidado, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras. A demonstração do fluxo de caixa foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5 O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2003, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 9 de fevereiro de 2004, sem ressalvas.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2005.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Conselho Monetário Nacional instituiu a exigência de criação de Comitê de Auditoria para Instituições Financeiras que operam no País. A mesma exigência consta da legislação dos Estados Unidos da América para as empresas com valores mobiliários ali negociados. Essa exigência foi atendida com a alteração do Estatuto Social do Unibanco, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária no dia 30 de abril de 2004. Assembléia Geral Ordinária realizada na mesma data elegeu os membros do Comitê de Auditoria, compondo-o com membros independentes, conforme estabelece a legislação, sendo presidido por um integrante do Conselho de Administração e tendo o Sr. Guy Almeida Andrade como o membro com conhecimentos e prática de contabilidade. O Regimento do Comitê, aprovado pelo Conselho de Administração do Unibanco, está divulgado no endereço http://ri.unibanco.com.br/por/gov/reg/index.asp

Na forma da Legislação e Regulamentação vigentes, a administração é responsável pela preparação, apresentação e integridade das demonstrações financeiras do Conglomerado, bem como por manter controles internos e procedimentos desenvolvidos para garantir a observância da prática contábil adotada no Brasil e das normas e regulamentos do Banco Central do Brasil.

Os auditores independentes são responsáveis pelo planejamento e execução de uma auditoria plena, incluindo a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado, e outros procedimentos, como revisões limitadas das demonstrações financeiras trimestrais.

O Comitê de Auditoria tem por missão primordial a avaliação e o acompanhamento, de forma independente, (i) do cumprimento das normas legais e regulamentares e das regras, políticas e códigos internos do Conglomerado; (ii) dos processos de elaboração, divulgação e transparência das demonstrações financeiras, (iii) dos sistemas de controles internos e (iv) da auditoria interna e externa.

O Comitê de Auditoria além de diligências e providências adotadas no exercício de sua missão, reuniu-se, inclusive em sessões privadas, com os auditores independentes, os auditores internos e os administradores; das reuniões realizadas foram lavradas atas, registradas em livro próprio. Dessas atividades, resultou o envio de Cartas de Recomendação ao Conselho de Administração, todas acolhidas.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Comitê, destacam-se:

a. conhecimento e avaliação do processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna;

b. conhecimento e avaliação das políticas de independência dos Auditores Independentes e acompanhamento do seu cumprimento, considerando-os adequados às principais exigências do Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Federal de Contabilidade, e constatando a efetiva independência dos auditores em relação ao Conglomerado e à sua administração;

c. estabelecimento de critérios para aprovação da contratação dos Auditores Independentes para a prestação de outros serviços; esses critérios foram observados no exame pelo Comitê das propostas de contratação submetidas pela administração;

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

d. conhecimento e avaliação do planejamento do trabalho dos Auditores Independentes, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações do Conglomerado;

e. estabelecimento e implementação de procedimentos para recepção e tratamento de denúncias sobre o descumprimento de normas da autoridade monetária, erros e fraudes, e de mecanismos para a proteção do denunciante e da confidencialidade da informação;

f. avaliação da adequação do Conglomerado às normas dos Estados Unidos da América, em particular, das iniciativas necessárias ao atendimento das exigências contidas na Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley;

g. implementação de processo de acompanhamento do sistema de controle interno, de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes, como atividade permanente do Comitê com base nas manifestações periódicas dos Auditores Internos e Independentes, nos trabalhos dos comitês internos pertinentes e em reuniões com auditores e membros da administração;

h. acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado, notadamente mediante reuniões com os administradores, auditores independentes e internos para discussão sobre as demonstrações financeiras do exercício e semestre findo em 31 de dezembro de 2004;

i. início da discussão, ainda em andamento, sobre a avaliação dos auditores independentes e internos;

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Auditor Independente e tomou conhecimento do parecer emitido sobre as demonstrações financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2004, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados.

Com base nas revisões e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2004.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2005.

Comitê de Auditoria

Gabriel Jorge Ferreira
Guy Almeida Andrade
Eduardo Augusto de Almeida Guimarães

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais

	UNIBANCO		UNIBANCO CONSOLIDADO	
ATIVO	**2004**	**2003**	**2004**	**2003**
CIRCULANTE	**46.314.501**	**38.284.902**	**56.945.572**	**47.979.634**
DISPONIBILIDADES	**1.329.115**	**848.223**	**1.561.264**	**1.083.301**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	**18.857.552**	**12.514.267**	**14.215.480**	**10.930.296**
Aplicações no mercado aberto	11.628.038	9.018.010	11.513.003	8.758.320
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.125.050	3.490.966	2.598.013	2.166.685
Aplicações em moedas estrangeiras	104.464	5.291	104.464	5.291
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**5.034.206**	**5.265.361**	**11.505.301**	**9.812.553**
Carteira própria	1.496.909	2.710.401	7.582.701	6.738.136
Vinculados a compromissos de recompra	1.512.704	120.959	1.646.828	334.525
Vinculados ao Banco Central	1.305.352	1.335.929	1.306.109	1.460.965
Vinculados à prestação de garantias	131.165	663.041	502.850	953.074
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação	3.947	-	3.947	-
Instrumentos financeiros derivativos	584.129	435.031	462.866	325.853
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**4.597.369**	**3.893.974**	**4.792.058**	**4.139.812**
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6.855	7.473	8.815	9.225
Créditos vinculados:				
-Depósitos no Banco Central	4.558.523	3.877.631	4.750.490	4.116.088
-SFH-Sistema Financeiro da Habitação	2.678	2.029	2.678	2.029
Correspondentes	29.313	6.841	30.075	12.470
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**142.462**	**12.453**	**142.484**	**12.922**
Recursos em trânsito de terceiros	663	27	685	414
Transferências internas de recursos	141.799	12.426	141.799	12.508
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**12.792.321**	**11.364.410**	**18.322.994**	**15.601.861**
Operações de crédito:				
-Setor público	234.725	245.421	234.725	245.421
-Setor privado	13.344.969	11.789.750	19.352.712	16.548.410
Provisão para perdas em operações de crédito	(787.373)	(670.761)	(1.264.443)	(1.191.970)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	**-**	**-**	**333.586**	**253.627**
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber:				
-Setor privado	-	-	338.431	259.295
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	-	-	(4.845)	(5.668)
OUTROS CRÉDITOS	**3.365.436**	**4.156.686**	**5.689.609**	**5.728.582**
Carteira de câmbio	2.014.363	2.712.683	2.014.363	2.712.660
Rendas a receber	128.463	217.490	92.526	129.026
Negociação e intermediação de valores	68	88.332	118.674	237.718
Créditos tributários	365.895	379.175	674.566	658.210
Diversos	882.560	781.681	2.820.423	2.016.603
Provisão para perdas em outros créditos	(25.913)	(22.675)	(30.943)	(25.635)
OUTROS VALORES E BENS	**196.040**	**229.528**	**382.796**	**416.680**
Outros valores e bens	58.470	83.811	141.486	186.965
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(16.511)	(24.540)	(40.946)	(52.241)
Despesas antecipadas	154.081	170.257	282.256	281.956

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais

	UNIBANCO		UNIBANCO CONSOLIDADO	
ATIVO	**2004**	**2003**	**2004**	**2003**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**15.946.567**	**15.228.596**	**19.680.578**	**18.450.192**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	**921.094**	**327.755**	**161.360**	**30.616**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	921.094	327.755	161.360	30.616
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**4.197.690**	**5.064.351**	**5.098.636**	**5.692.889**
Carteira própria	2.126.400	2.726.896	3.034.915	3.251.222
Vinculados a compromissos de recompra	1.475.607	689.153	1.475.607	752.809
Vinculados ao Banco Central	121.003	1.222.983	121.003	1.223.573
Vinculados à prestação de garantias	346.855	286.178	349.936	355.922
Instrumentos financeiros derivativos	127.825	139.141	117.175	109.363
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**45.963**	**40.341**	**45.963**	**40.341**
Créditos vinculados:				
-SFH-Sistema Financeiro da Habitação	45.963	40.341	45.963	40.341
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**7.536.036**	**7.297.782**	**8.485.997**	**7.828.129**
Operações de crédito:				
-Setor público	444.499	255.006	444.499	255.006
-Setor privado	7.421.578	7.335.460	8.395.146	7.886.376
Provisão para perdas em operações de crédito	(330.041)	(292.684)	(353.648)	(313.253)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	**-**	**-**	**297.114**	**210.021**
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber:				
-Setor privado	-	-	301.618	215.289
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	-	-	(4.504)	(5.268)
OUTROS CRÉDITOS	**3.179.042**	**2.467.929**	**5.480.356**	**4.591.629**
Créditos por avais e fianças honrados	35	8.057	35	8.057
Carteira de câmbio	29	-	29	-
Rendas a receber	2.259	3.030	2.259	3.030
Negociação e intermediação de valores	-	-	2.591	-
Créditos tributários	1.280.888	930.744	2.160.573	1.808.401
Diversos	1.898.699	1.527.728	3.325.953	2.778.990
Provisão para perdas em outros créditos	(2.868)	(1.630)	(11.084)	(6.849)
OUTROS VALORES E BENS	**66.742**	**30.438**	**111.152**	**56.567**
Despesas antecipadas	66.742	30.438	111.152	56.567
PERMANENTE	**5.831.227**	**6.419.820**	**2.723.562**	**3.201.708**
INVESTIMENTOS	**5.078.311**	**5.646.391**	**1.157.990**	**1.555.599**
Participações em coligadas	**4.646.066**	**4.311.104**	**110.627**	**43.021**
-No país	3.655.676	2.974.590	110.627	43.021
-No exterior	990.390	1.336.514	-	-
Ágio na aquisição de empresas controladas	400.486	1.308.380	876.700	1.358.026
Outros investimentos	62.539	52.166	233.540	218.186
Provisão para perdas	(30.780)	(25.259)	(62.877)	(63.634)
IMOBILIZADO DE USO	**348.610**	**356.875**	**851.095**	**988.338**
Imóveis de uso	164.871	152.783	581.889	687.631
Outras imobilizações de uso	776.391	727.345	1.262.275	1.259.891
Depreciações acumuladas	(592.652)	(523.253)	(993.069)	(959.184)
DIFERIDO	**404.306**	**416.554**	**714.477**	**657.771**
Gastos de organização e expansão	799.392	764.288	1.284.646	1.198.695
Amortizações acumuladas	(395.086)	(347.734)	(570.169)	(540.924)
T O T A L	**68.092.295**	**59.933.318**	**79.349.712**	**69.631.534**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais

	UNIBANCO		UNIBANCO CONSOLIDADO	
PASSIVO	**2004**	**2003**	**2004**	**2003**
CIRCULANTE	**39.841.113**	**34.514.761**	**44.842.493**	**39.727.986**
DEPÓSITOS	**24.137.446**	**16.844.100**	**24.220.402**	**17.422.111**
Depósitos a vista	2.846.946	2.380.122	3.220.080	2.728.555
Depósitos de poupança	5.471.323	5.499.119	5.965.586	5.917.859
Depósitos interfinanceiros	1.356.291	1.299.432	31.133	248.324
Depósitos a prazo	14.462.886	7.665.427	15.003.603	8.527.373
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	**7.756.015**	**7.275.636**	**7.565.261**	**7.183.988**
Carteira própria	2.999.523	781.223	2.956.440	813.601
Carteira de terceiros	4.144.452	6.483.026	4.000.303	6.370.387
Carteira livre movimentação	612.040	11.387	608.518	-
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	**1.276.509**	**2.652.938**	**1.220.882**	**2.917.961**
Recursos de letras hipotecárias	329.910	779.624	373.004	793.891
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	946.599	1.873.314	847.878	2.124.070
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**30.918**	**49.544**	**21.317**	**20.488**
Recebimentos e pagamentos a liquidar	6.694	12.363	16.329	16.554
Correspondentes	24.224	37.181	4.988	3.934
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**387.346**	**372.354**	**387.857**	**373.616**
Recursos em trânsito de terceiros	387.341	367.090	387.446	368.246
Transferências internas de recursos	5	5.264	411	5.370
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	**2.088.848**	**2.952.231**	**2.189.053**	**3.153.376**
Empréstimos no país - instituições oficiais	349	337	349	337
Empréstimos no país - outras instituições	-	-	141.293	257.571
Empréstimos no exterior	2.088.499	2.951.894	2.047.411	2.895.468
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	**1.256.490**	**1.817.220**	**1.597.705**	**2.068.121**
BNDES	720.791	759.469	720.791	759.469
Finame	465.965	975.376	807.180	1.226.277
Outros	69.734	82.375	69.734	82.375
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	**45.871**	**38.457**	**45.871**	**38.457**
Repasses do exterior	45.871	38.457	45.871	38.457
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**255.929**	**167.796**	**197.982**	**125.461**
Instrumentos financeiros derivativos	255.929	167.796	197.982	125.461
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**2.605.741**	**2.344.485**	**7.396.163**	**6.424.407**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	47.603	32.854	49.740	34.104
Carteira de câmbio	943.902	1.163.436	943.902	1.163.436
Sociais e estatutárias	333.671	249.762	408.151	282.208
Fiscais e previdenciárias	167.837	182.575	543.874	589.141
Negociação e intermediação de valores	9.156	20.291	209.584	232.512
Obrigações por aquisição de bens e direitos	23.330	39.356	24.306	39.917
Provisões técnicas de seguros e de capitalização	-	-	1.372.598	1.124.016
Dívidas subordinadas	11.367	11.239	11.006	11.237
Diversas	1.068.875	644.972	3.833.002	2.947.836

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais

	UNIBANCO		UNIBANCO CONSOLIDADO	
PASSIVO	**2004**	**2003**	**2004**	**2003**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**20.125.457**	**18.248.955**	**25.471.410**	**21.836.278**
DEPÓSITOS	**9.862.035**	**8.855.906**	**9.310.018**	**7.934.508**
Depósitos interfinanceiros	366.516	406.076	88.301	27.906
Depósitos a prazo	9.495.519	8.449.830	9.221.717	7.906.602
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	**350.809**	**562.169**	**358.313**	**547.292**
Recursos de letras hipotecárias	3.717	35.512	3.717	35.512
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	347.092	526.657	354.596	511.780
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	**747.704**	**373.548**	**633.876**	**358.545**
Empréstimos no país - instituições oficiais	732	869	732	869
Empréstimos no país - outras instituições	-	-	5.956	-
Empréstimos no exterior	746.972	372.679	627.188	357.676
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	**3.180.896**	**3.249.630**	**3.563.981**	**3.595.468**
BNDES	2.040.599	2.230.780	2.040.599	2.230.780
Finame	1.004.978	921.552	1.388.063	1.267.390
Outros	135.319	97.298	135.319	97.298
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	**208.385**	**214.823**	**208.385**	**214.823**
Repasses do exterior	208.385	214.823	208.385	214.823
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**82.860**	**139.591**	**71.448**	**127.585**
Instrumentos financeiros derivativos	82.860	139.591	71.448	127.585
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**5.692.768**	**4.853.288**	**11.325.389**	**9.058.057**
Fiscais e previdenciárias	601.775	202.729	1.303.521	813.392
Negociação e intermediação de valores	-	-	37.753	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos	2.506	22.647	2.506	22.647
Provisões técnicas de previdência privada	-	-	4.433.435	3.070.632
Dívidas subordinadas	1.902.452	1.457.383	1.887.513	1.456.834
Diversas	3.186.035	3.170.529	3.660.661	3.694.552
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**19.342**	**13.705**	**156.946**	**78.430**
Resultados de exercícios futuros	19.342	13.705	156.946	78.430
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	**-**	**-**	**772.480**	**832.943**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8.106.383**	**7.155.897**	**8.106.383**	**7.155.897**
Capital:	**5.000.000**	**3.690.602**	**5.000.000**	**3.690.602**
-De domiciliados no país	3.472.222	2.561.800	3.472.222	2.561.800
-De domiciliados no exterior	1.527.778	1.128.802	1.527.778	1.128.802
Reservas de capital	158.894	158.473	158.894	158.473
Reserva de reavaliação em empresas controladas	7.492	7.991	7.492	7.991
Reservas de lucros	3.075.280	3.650.034	3.075.280	3.650.034
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	(83.860)	(219.080)	(83.860)	(219.080)
Ações em tesouraria	(51.423)	(132.123)	(51.423)	(132.123)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA	**-**	**-**	**8.878.863**	**7.988.840**
T O T A L	**68.092.295**	**59.933.318**	**79.349.712**	**69.631.534**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais

			UNIBANCO	UNIBANCO CONSOLIDADO	
	Segundo semestre				
	2004	2004	2003	2004	2003
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**4.407.695**	**8.706.775**	**9.295.496**	**12.370.128**	**12.204.719**
Operações de crédito	1.979.557	4.369.055	4.869.939	7.550.186	7.727.118
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	108.554	85.892
Resultado de títulos e valores mobiliários	1.736.156	3.408.700	2.843.988	3.029.135	2.303.944
Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização	-	-	-	883.422	870.444
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	688.861	604.148	913.542	460.799	533.621
Resultado de câmbio	(216.323)	(82.628)	148.152	(71.271)	161.662
Aplicações compulsórias	219.444	407.500	519.875	409.303	522.038
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(2.677.907)**	**(5.797.469)**	**(6.179.549)**	**(7.175.770)**	**(7.006.720)**
Captações no mercado	(2.506.962)	(4.850.770)	(4.814.244)	(4.831.393)	(4.265.025)
Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	-	-	-	(545.453)	(439.616)
Empréstimos e repasses	142.825	(390.268)	(691.228)	(494.073)	(847.127)
Provisão para perdas com créditos	(313.770)	(556.431)	(674.077)	(1.304.851)	(1.454.952)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**1.729.788**	**2.909.306**	**3.115.947**	**5.194.358**	**5.197.999**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(903.675)**	**(1.478.399)**	**(1.624.399)**	**(3.233.985)**	**(3.291.445)**
Receitas de prestação de serviços	793.768	1.559.819	1.428.734	3.240.660	2.842.079
Prêmios de seguro, capitalização e previdência privada	-	-	-	3.545.368	2.962.848
Variações de provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada	-	-	-	(1.278.317)	(963.170)
Sinistros	-	-	-	(895.957)	(856.228)
Despesas com benefícios de planos de previdência privada	-	-	-	(534.447)	(477.869)
Despesas de comercialização e outras de seguros e de previdência privada	-	-	-	(262.066)	(158.604)
Despesas de comercialização de cartão de crédito	-	-	-	(329.541)	(233.474)
Despesas de pessoal	(802.108)	(1.491.116)	(1.294.928)	(2.013.899)	(1.772.630)
Outras despesas administrativas	(840.796)	(1.613.590)	(1.575.084)	(3.044.077)	(2.803.562)
Despesas tributárias	(189.243)	(316.049)	(290.191)	(767.836)	(634.031)
Resultado da equivalência patrimonial	607.638	1.076.339	1.045.366	13.861	435
Outras receitas operacionais	100.168	147.107	310.094	343.890	517.543
Outras despesas operacionais	(573.102)	(840.909)	(1.248.390)	(1.251.624)	(1.714.782)
RESULTADO OPERACIONAL	**826.113**	**1.430.907**	**1.491.548**	**1.960.373**	**1.906.554**
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	**(5.817)**	**(19.337)**	**(17.959)**	**38.334**	**10.522**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**820.296**	**1.411.570**	**1.473.589**	**1.998.707**	**1.917.076**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(39.631)**	**35.805**	**(264.031)**	**(338.866)**	**(493.224)**
Provisão para imposto de renda	(313.843)	(314.144)	(14.995)	(553.948)	(178.899)
Provisão para contribuição social	(16.680)	(16.882)	(6.645)	(106.058)	(81.080)
Constituição (realização) de ativo fiscal diferido	290.892	366.831	(242.391)	321.140	(233.245)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	**(77.076)**	**(163.025)**	**(157.212)**	**(235.684)**	**(226.897)**
Administradores	(2.580)	(5.090)	(9.227)	(5.105)	(14.791)
Empregados	(74.496)	(157.935)	(147.985)	(230.579)	(212.106)
RESULTADO EXTRAORDINÁRIO (Nota 9 (c))	(1.142)	(1.142)	-	(1.142)	-
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	**702.447**	**1.283.208**	**1.052.346**	**1.423.015**	**1.196.955**
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	**-**	**-**	**-**	**(139.807)**	**(144.609)**
LUCRO LÍQUIDO	**702.447**	**1.283.208**	**1.052.346**	**1.283.208**	**1.052.346**
Número de ações em circulação (Nota 15 (a))	1.396.114.220	1.396.114.220	137.611.422.074		
Lucro líquido por lote de 1000 ações: R$	503,14	919,13	7,65		
Valor patrimonial por lote de 1000 ações:R$	5.806,39	5.806,39	52,00		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
DEMONSTRAÇOES DAS MUTAÇOES DO PATRIMONIO LIQUIDO

Valores expressos em milhares de reais

				Reservas de lucros							
						Estatutárias					
	Capital social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação em empresas controladas	Legal	Reserva especial de dividendos	Outras reservas estatutárias	Retenção de lucros	Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Em 1° de janeiro de 2003	**3.690.602**	**158.059**	**1.551**	**274.332**	**63.898**	**2.719.178**	**-**	**(259.700)**	**(88.949)**	**-**	**6.558.971**
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.174)	-	(43.174)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.968)	(33.968)
Reserva de reavaliação de bens	-	-	6.440	-	-	-	-	-	-	-	6.440
Atualização de títulos patrimoniais	-	414	-	-	-	-	-	-	-	-	414
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	-	-	-	-	40.620	-	-	40.620
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.052.346	1.052.346
Constituição de reservas	-	-	-	52.617	-	290.009	250.000	-	-	(592.626)	-
Remuneração sobre capital próprio proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(425.752)	(425.752)
Em 31 de dezembro de 2003	**3.690.602**	**158.473**	**7.991**	**326.949**	**63.898**	**3.009.187**	**250.000**	**(219.080)**	**(132.123)**	**-**	**7.155.897**
Aumento de capital	1.309.398	-	-	-	-	(1.059.398)	(250.000)	-	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	80.700	-	80.700
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.055)	(22.055)
Reversão de reservas	-	-	-	-	-	(22.055)	-	-	-	22.055	-
Reserva de reavaliação de coligadas e controladas	-	-	(499)	-	-	-	-	-	-	-	(499)
Atualização de títulos patrimoniais	-	421	-	-	-	-	-	-	-	-	421
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	-	-	-	-	135.220	-	-	135.220
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.283.208	1.283.208
Constituição de reservas	-	-	-	64.160	-	692.539	-	-	-	(756.699)	-
Remuneração sobre capital próprio proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(526.509)	(526.509)
Em 31 de dezembro de 2004	**5.000.000**	**158.894**	**7.492**	**391.109**	**63.898**	**2.620.273**	**-**	**(83.860)**	**(51.423)**	**-**	**8.106.383**
Em 1º de julho de 2004	**5.000.000**	**158.685**	**9.807**	**355.987**	**63.898**	**2.263.694**	**-**	**(96.259)**	**(51.423)**	**-**	**7.704.389**
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.246)	(24.246)
Reversão de reservas	-	-	-	-	-	(24.246)	-	-	-	24.246	-
Reserva de reavaliação de coligadas e controladas	-	-	(2.315)	-	-	-	-	-	-	-	(2.315)
Atualização de títulos patrimoniais	-	209	-	-	-	-	-	-	-	-	209
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	-	-	-	-	12.399	-	-	12.399
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	702.447	702.447
Constituição de reservas	-	-	-	35.122	-	380.825	-	-	-	(415.947)	-
Remuneração sobre capital próprio proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(286.500)	(286.500)
Em 31 de dezembro de 2004	**5.000.000**	**158.894**	**7.492**	**391.109**	**63.898**	**2.620.273**	**-**	**(83.860)**	**(51.423)**	**-**	**8.106.383**

DIVIDENDOS E REMUNERAÇÃO SOBRE CAPITAL PRÓPRIO POR LOTE DE 1.000 AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL (Nota 15 (b))

	2004		2003
	1° sem	2° sem (*)	
.Sobre ações ordinárias: R$	1,6562	0,1773	2,5163
.Sobre ações preferenciais: R$	1,8218	0,1950	2,7679

(*) Após grupamento de ações

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais

			UNIBANCO	UNIBANCO CONSOLIDADO	
	Segundo semestre 2004	2004	2003	2004	2003
ORIGENS DOS RECURSOS	**11.342.110**	**13.982.636**	**10.633.691**	**15.001.073**	**12.253.558**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	**702.447**	**1.283.208**	**1.052.346**	**1.283.208**	**1.052.346**
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	**557.855**	**172.330**	**(542.470)**	**1.321.534**	**384.807**
Depreciações e amortizações	103.297	210.058	201.292	377.391	351.327
Amortização de ágio na aquisição de empresas controladas	907.977	965.011	35.081	968.908	49.301
Variação cambial de investimentos no exterior	158.221	81.626	275.805	-	-
Provisão para perdas em investimentos	3	3	-	391	(9)
Resultado da equivalência patrimonial	(607.638)	(1.076.339)	(1.045.366)	(13.861)	(435)
Reversão de provisão dos bens não de uso próprio	(4.005)	(8.029)	(9.282)	(11.295)	(15.377)
VARIAÇÃO NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**-**	**5.637**	**-**	**78.516**	**14.199**
VARIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	-	-	-	**-**	**120.276**
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:					
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	**6.381.901**	**9.911.994**	**587.227**	**11.772.070**	**2.972.437**
Depósitos	6.337.876	8.299.475	-	8.173.801	-
Captações no mercado aberto	-	480.379	-	381.273	-
Relações interfinanceiras e interdependências	-	-	-	15.070	-
Instrumentos financeiros derivativos	44.025	31.402	-	16.384	-
Outras obrigações	-	1.100.738	587.227	3.185.542	2.972.437
DIMINUIÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	**3.255.101**	**1.313.173**	**9.022.116**	**-**	**7.456.710**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	4.817.278	-	4.543.580
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.649.343	1.233.036	3.787.812	-	2.874.235
Relações interfinanceiras e interdependências	-	-	25.629	-	-
Operações de arrendamento mercantil	-	-	100	-	38.895
Outros créditos	605.758	80.137	391.297	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS E INVESTIMENTOS	**262.297**	**567.918**	**82.333**	**545.095**	**235.502**
Bens não de uso próprio	20.090	48.631	54.112	163.561	111.246
Investimentos	239.303	502.416	18.598	202.767	31.136
Imobilizado de uso	2.904	16.871	9.623	178.767	93.120
DIVIDENDOS E REMUNERAÇÃO SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO RECEBIDOS/PROPOSTOS DE CONTROLADAS E COLIGADAS	**182.509**	**728.376**	**432.139**	**650**	**17.281**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais

			UNIBANCO	UNIBANCO CONSOLIDADO	
	Segundo semestre 2004	2004	2003	2004	2003
APLICAÇÕES DE RECURSOS	**10.827.849**	**13.501.744**	**10.659.051**	**14.523.110**	**12.248.745**
DIVIDENDOS E REMUNERAÇÃO SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PROPOSTOS E DISTRIBUÍDOS	**286.500**	**526.509**	**425.752**	**526.509**	**425.752**
AQUISIÇÃO (ALIENAÇÃO) DE AÇÕES EM TESOURARIA	-	**(80.700)**	**43.174**	**(80.700)**	**43.174**
VARIAÇÃO NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**7.003**	**-**	**109**	-	-
VARIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	**-**	**-**	**-**	**31.148**	**-**
INVERSÕES EM	**125.031**	**762.301**	**182.098**	**1.089.324**	**359.403**
Bens não de uso próprio	7.810	18.590	61.081	102.244	113.092
Investimentos	76.514	655.148	65.377	760.964	31.647
Imobilizado de uso	40.707	88.563	55.640	226.116	214.664
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	**68.677**	**117.853**	**97.942**	**247.689**	**144.769**
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	**5.135.042**	**9.466.643**	**368.346**	**9.633.163**	**1.828.551**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.412.326	6.936.624	-	3.415.928	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	963.275	-
Relações interfinanceiras e interdependências	95.429	839.026	-	787.430	109.559
Operações de crédito	1.609.783	1.666.165	290.435	3.379.001	1.497.803
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	167.052	-
Outros créditos	-	-	-	849.754	155.461
Outros valores e bens	17.504	24.828	77.911	70.723	65.728
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	**5.205.596**	**2.709.138**	**9.541.630**	**3.075.977**	**9.447.096**
Depósitos	-	-	269.903	-	631.398
Captações no mercado aberto	2.799.980	-	6.448.271	-	6.622.078
Recursos de aceites e emissão de títulos	438.583	1.587.789	324.751	1.886.058	250.124
Relações interfinanceiras e interdependêcias	655.731	3.634	21.001	-	95.441
Obrigações por empréstimos e repasses	1.083.607	1.117.715	2.086.914	1.189.919	1.634.905
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	390.790	-	213.150
Outras obrigações	227.695	-	-	-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	**514.261**	**480.892**	**(25.360)**	**477.963**	**4.813**
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA					
Disponibilidades					
.No início do semestre/exercício	814.854	848.223	873.583	1.083.301	1.078.488
.No fim do semestre/exercício	1.329.115	1.329.115	848.223	1.561.264	1.083.301
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	**514.261**	**480.892**	**(25.360)**	**477.963**	**4.813**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As atividades operacionais do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e empresas controladas, direta ou indiretamente e em conjunto, no Brasil e no exterior, incluem, além das atividades financeiras do Conglomerado Unibanco, outras atividades desenvolvidas por empresas controladas com objetivos específicos, principalmente com relação a serviços de seguros, cartão de crédito, capitalização e previdência privada.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e suas agências no exterior (Unibanco) estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do Unibanco e empresas controladas direta ou indiretamente, e das sociedades controladas em conjunto (Unibanco Consolidado), conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação emanados da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil, tendo sido eliminados as participações, os saldos de balanço, as receitas e despesas e os resultados não realizados entre as empresas. Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada.

As demonstrações financeiras das empresas controladas Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil foram reclassificadas, extracontabilmente, objetivando refletir no consolidado sua posição financeira e seu resultado, de conformidade com o método financeiro.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Foram utilizadas estimativas e premissas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, na apuração de certas reservas vinculadas aos negócios de seguros e previdência privada e na seleção de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Para melhor comparabilidade foi efetuada no Unibanco Consolidado reclassificação na demonstração do resultado do exercício de 2003, do "Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização" e do "Resultado de títulos e valores mobiliários", no montante de despesas líquidas de R$486.261, de "Outras Receitas (Despesas) Operacionais" para "Resultado Bruto da Intermediação Financeira".

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Unibanco e por suas empresas controladas emanam das disposições da legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência e considera:

- os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata temporis,* incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo;

- os efeitos de provisões para ajustar ativos para o valor de mercado ou de realização;
- os ajustes das reservas técnicas dos seguros, planos de previdência privada e de capitalização contratados;
- os prêmios de seguro, assim como suas correspondentes despesas de comercialização, são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices e ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e das despesas de comercialização diferidas, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices.
- comissões de agenciamento de seguros são diferidas no resultado, de forma linear, pelo prazo de 12 meses.
- o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial;
- a parcela atribuível ao imposto de renda, calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos;
- a parcela correspondente à contribuição social, calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda; e
- os créditos tributários constituídos sobre as diferenças intertemporais entre o resultado contábil e o fiscal e sobre prejuízos fiscais.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados ao custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzido das correspondentes rendas de realização futura e/ou de provisões para perdas, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros objetos de *hedge*, os quais estão demonstrados conforme apresentado no item (c).

A provisão para perdas com créditos é constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. A análise das operações de crédito em aberto, para concluir quanto à necessária provisão para perdas com créditos, leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central do Brasil.

(c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados quando de sua aquisição em três categorias, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e freqüentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda - adquiridos como parte da estratégia na administração do risco de mercado, podendo ser negociados como resultado de variações nas taxas de juros, mudanças nas condições de pagamentos ou outros fatores. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". Os ganhos e perdas realizados são reconhecidos no resultado do período, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não.

- Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

  - *hedge* de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e

  - *hedge* de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

- Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes ou por conta própria, que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

(d) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 89/02. Nos termos da Resolução nº 61/01, uma avaliação atuarial das carteiras, com periodicidade anual, é realizada e encaminhada à Superintendência de Seguros Privados, com parecer atuarial.

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela de prêmio do seguro retido correspondente ao período de risco ainda não decorrido, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados.

A provisão para insuficiência de prêmios, quando existente, é calculada segundo Nota Técnica Atuarial (NTA) encaminhada a Superintendência de Seguros Privados.

As provisões matemáticas, relativas aos planos de Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de sobrevivência e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). As provisões matemáticas representam o valor dos benefícios futuros, estimados com base em métodos e pressupostos atuariais. A provisão de "Benefícios a conceder" refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada.

Os rendimentos financeiros creditados aos participantes nas provisões técnicas são classificados como "Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização".

A provisão para pagamento de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

É constituída provisão para sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados ("Provisão de IBNR"), cujo valor foi determinado com base em cálculos atuariais que consideram a experiência histórica e metodologia prevista em Nota Técnica submetida e aprovada pela Superintendência de Seguros Privados.

(e) Permanente

Os investimentos, o imobilizado e o diferido são registrados ao custo.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Os efeitos apurados nas empresas controladas e coligadas decorrentes de avaliação dos títulos e valores mobiliários e dos derivativos, conforme item (c) anterior, foram reconhecidos na controladora de forma a manter o registro original efetuado nas empresas controladas e coligadas.

Os outros investimentos estão representados, principalmente, por investimentos avaliados ao custo, ajustados por provisão para perdas quando aplicável, e por títulos patrimoniais das Bolsas de Valores e de Mercadorias ajustados aos valores patrimoniais.

O ágio apurado na aquisição de empresas controladas é amortizado em até dez anos, de acordo com a expectativa de lucros futuros. Na incorporação da empresa controlada com perecimento ou abandono da marca adquirida, o ágio correspondente é integralmente amortizado.

O imobilizado é depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%, móveis e equipamentos de uso e de segurança - 10%, e sistemas de comunicação, processamento de dados e de transportes - 20%.

O diferido é representado, substancialmente, por benfeitorias em propriedades de terceiros e por aquisição e desenvolvimento de softwares. A amortização ocorre na vigência dos direitos contratuais ou no prazo de cinco anos a partir do início de sua utilização.

(f) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, exceto os valores relativos aos instrumentos financeiros derivativos e passivos objeto de *hedge*, os quais estão demonstrados conforme item (c) anterior.

4. Títulos e Valores Mobiliários

(a) Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
Títulos	**2004**	**2003**	**2004**	**2003**
Para negociação	2.272.376	1.401.992	7.937.538	5.845.398
Disponíveis para venda	2.242.234	3.604.044	3.255.638	3.452.227
Mantidos até o vencimento	4.005.332	4.749.504	4.830.720	5.772.601
Subtotal	**8.519.942**	**9.755.540**	**16.023.896**	**15.070.226**
Instrumentos financeiros derivativos (nota 20 (g))	711.954	574.172	580.041	435.216
Total	**9.231.896**	**10.329.712**	**16.603.937**	**15.505.442**
Circulante	**5.034.206**	**5.265.361**	**11.505.301**	**9.812.553**
Longo prazo	**4.197.690**	**5.064.351**	**5.098.636**	**5.692.889**

(b) Títulos para negociação

				Unibanco
		2004		2003
Emissor/Tipo de aplicação	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Governo federal	**2.149.733**	**2.147.386**	**1.133.017**	**1.137.613**
Letras Financeiras do Tesouro	91.439	90.957	12.720	11.879
Letras do Tesouro Nacional	1.989.705	1.986.994	1.107.186	1.111.505
Notas do Tesouro Nacional	68.589	69.435	13.111	14.229
Dívida externa brasileira	**55.259**	**54.821**	**129.093**	**135.305**
Instituições financeiras	**-**	**-**	**49.723**	**50.434**
Eurobonds	-	-	49.723	50.434
Fundos mútuos de investimentos	**62.390**	**62.390**	**57.784**	**57.784**
Empresas não financeiras	**7.785**	**7.779**	**-**	**-**
Debêntures	7.785	7.779	-	-
Outros	**-**	**-**	**21.100**	**20.856**
Total	**2.275.167**	**2.272.376**	**1.390.717**	**1.401.992**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Unibanco Consolidado			
	2004		2003	
Emissor/Tipo de aplicação	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Governo federal	**2.297.479**	**2.295.205**	**2.875.250**	**2.880.626**
Letras Financeiras do Tesouro	234.489	234.082	941.476	941.266
Letras do Tesouro Nacional	1.994.353	1.991.639	1.800.998	1.805.427
Notas do Banco Central	-	-	3.099	3.135
Notas do Tesouro Nacional	68.637	69.484	129.677	130.798
Dívida externa brasileira	**55.259**	**54.821**	**210.426**	**216.637**
Instituições financeiras	**-**	**-**	**153.091**	**153.802**
Eurobonds	-	-	88.746	89.457
Certificado de depósito bancário	-	-	64.345	64.345
Fundos mútuos de investimentos (1)	**5.025.497**	**5.025.497**	**2.318.134**	**2.318.134**
Empresas não financeiras	**48.947**	**78.089**	**-**	**-**
Debêntures	48.947	78.089	-	-
Outros	**491.730**	**483.926**	**221.789**	**276.199**
Total	**7.918.912**	**7.937.538**	**5.778.690**	**5.845.398**

(1) Fundos mútuos de investimentos são substancialmente decorrentes das empresas de seguros, de previdência privada e de capitalização e a carteira desses fundos é representada principalmente por títulos do governo federal.

Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, dado serem ativa e freqüentemente negociados.

(c) Títulos disponíveis para venda

(i) Por tipo:

						Unibanco
			2004			2003
Emissor/Tipo de aplicação	**Custo atualizado**	**Ajuste ao valor de mercado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Ajuste ao valor de mercado**	**Valor de mercado**
Governo federal	**42.273**	**(14.540)**	**27.733**	**214.722**	**(6.117)**	**208.605**
Notas do Banco Central	-	-	-	146.686	5.724	152.410
Bônus do Tesouro Nacional	5.204	(415)	4.789	-	-	-
Outros	37.069	(14.125)	22.944	68.036	(11.841)	56.195
Empresas não financeiras	**1.682.727**	**(97.271)**	**1.585.456**	**1.808.747**	**(78.018)**	**1.730.729**
Debêntures	1.650.009	(91.478)	1.558.531	1.765.035	(71.906)	1.693.129
Eurobonds	16.289	-	16.289	16.213	-	16.213
Outros	16.429	(5.793)	10.636	27.499	(6.112)	21.387
Instituições financeiras	**574.328**	**1.523**	**575.851**	**1.533.342**	**2.895**	**1.536.237**
Eurobonds	446.130	-	446.130	1.421.719	-	1.421.719
Letras hipotecárias	126.385	1.521	127.906	111.458	2.895	114.353
Certificado de depósito bancário	1.010	2	1.012	-	-	-
Outros	803	-	803	165	-	165
Carteira de ações	**38.682**	**2.768**	**41.450**	**141.155**	**(18.664)**	**122.491**
Fundos mútuos de investimentos	**11.744**	**-**	**11.744**	**5.982**	**-**	**5.982**
Total	**2.349.754**	**(107.520)**	**2.242.234**	**3.703.948**	**(99.904)**	**3.604.044**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Unibanco Consolidado
			2004			2003
Emissor/Tipo de aplicação	**Custo atualizado**	**Ajuste ao valor de mercado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Ajuste ao valor de mercado**	**Valor de mercado**
Governo federal	**578.435**	**(14.347)**	**564.088**	**716.207**	**6.183**	**722.390**
Letras do Tesouro Nacional	1.241	(7)	1.234	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	495.883	257	496.140	320.182	1.496	321.678
Notas do Banco Central	-	-	-	183.640	8.057	191.697
Bônus do Tesouro Nacional	5.204	(415)	4.789	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	137.433	9.116	146.549
Outros	76.107	(14.182)	61.925	74.952	(12.486)	62.466
Dívida externa brasileira	**26.022**	**-**	**26.022**	**-**	**-**	**-**
Governo estrangeiro	**-**	**-**	**-**	**29.171**	**(13)**	**29.158**
Notas do tesouro norte-americano	-	-	-	29.171	(13)	29.158
Empresas não financeiras	**1.945.073**	**(113.272)**	**1.831.801**	**2.071.643**	**(89.192)**	**1.982.451**
Debêntures	1.836.593	(102.888)	1.733.705	1.991.334	(79.937)	1.911.397
Eurobonds	53.467	-	53.467	20.366	59	20.425
Outros	55.013	(10.384)	44.629	59.943	(9.314)	50.629
Instituições financeiras	**220.507**	**1.530**	**222.037**	**264.442**	**4.901**	**269.343**
Eurobonds	67.368	7	67.375	131.285	2.006	133.291
Letras hipotecárias	126.385	1.521	127.906	111.458	2.895	114.353
Certificado de depósito bancário	26.754	2	26.756	20.151	-	20.151
Outros	-	-	-	1.548	-	1.548
Carteira de ações	**107.877**	**(4.380)**	**103.497**	**171.310**	**(20.747)**	**150.563**
Fundos mútuos de investimentos (1)	**508.193**	**-**	**508.193**	**298.322**	**-**	**298.322**
Total	**3.386.107**	**(130.469)**	**3.255.638**	**3.551.095**	**(98.868)**	**3.452.227**

(1) Fundos mútuos de investimentos são substancialmente decorrentes das empresas de seguros, de previdência privada e de capitalização e a carteira desses fundos é representada principalmente por títulos do governo federal.

(ii) Por vencimento:

				Unibanco
		2004		2003
Prazo	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Até 3 meses	155.908	280.254	612.756	595.661
De 3 meses a 1 ano	575.230	530.067	825.305	821.263
De 1 a 3 anos	704.053	829.901	1.287.248	1.275.591
De 3 a 5 anos	383.412	186.710	385.942	393.859
De 5 a 15 anos	256.734	218.471	276.766	280.803
Mais de 15 anos	36.078	22.178	-	-
Indeterminado (1)	238.339	174.653	315.931	236.867
Total	**2.349.754**	**2.242.234**	**3.703.948**	**3.604.044**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

			Unibanco Consolidado	
	2004		2003	
Prazo	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Até 3 meses	415.687	367.250	204.245	187.003
De 3 meses a 1 ano	648.652	643.961	569.984	560.548
De 1 a 3 anos	901.573	907.993	1.226.465	1.216.559
De 3 a 5 anos	312.791	307.679	491.675	502.996
De 5 a 15 anos	289.728	295.813	408.694	416.867
Mais de 15 anos	36.078	22.178	-	-
Indeterminado (1)	781.598	710.764	650.032	568.254
Total	**3.386.107**	**3.255.638**	**3.551.095**	**3.452.227**

(1) Refere-se a ações de companhias de capital aberto e fundos mútuos de investimentos.

(d) Títulos mantidos até o vencimento

(i) Por tipo:

		Unibanco	Unibanco Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Emissor/Tipo de aplicação				**Custo atualizado**
Governo federal	**1.516.297**	**3.261.305**	**2.341.685**	**4.282.405**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	180.633	186.666
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	259
Notas do Banco Central	335.896	808.062	388.566	1.259.138
Notas do Tesouro Nacional	1.180.023	2.453.243	1.763.497	2.821.900
Outros	378	-	8.989	14.442
Dívida externa brasileira	**2.178.180**	**1.139.934**	**2.178.180**	**1.139.934**
Empresas não financeiras	**214.319**	**289.578**	**214.319**	**291.575**
Eurobonds	214.319	289.578	214.319	291.575
Instituições financeiras	**96.536**	**58.687**	**96.536**	**58.687**
Eurobonds	96.536	58.687	96.536	58.687
Total	**4.005.332**	**4.749.504**	**4.830.720**	**5.772.601**

O valor de mercado desses títulos montava a R$4.206.770 (2003 – R$5.081.930) no Unibanco e R$5.072.417 (2003 – R$6.166.230) no Unibanco Consolidado. As diferenças entre o custo atualizado e o valor de mercado, nos montantes de R$201.438 (2003 – R$332.426) no Unibanco e de R$241.697 (2003 – R$393.629) no Unibanco Consolidado, correspondem, principalmente, aos títulos de emissão do governo federal e da dívida externa brasileira.

(ii) Por vencimento:

		Unibanco	Unibanco Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Prazo				**Custo atualizado**
Até 3 meses	880.558	885.421	1.019.073	983.788
De 3 meses a 1 ano	312.169	889.126	363.849	1.341.709
De 1 a 3 anos	1.082.992	1.886.328	1.266.150	2.216.171
De 3 a 5 anos	431.856	377.580	431.856	377.580
De 5 a 15 anos	1.109.799	710.822	1.109.799	710.822
Mais de 15 anos	187.958	227	639.993	142.531
Total	**4.005.332**	**4.749.504**	**4.830.720**	**5.772.601**

(iii) Capacidade financeira

O Unibanco e suas controladas classificaram parte da sua carteira como títulos mantidos até o vencimento, tendo como parâmetros para definir a capacidade financeira, os vencimentos, as taxas de juros (existência de *spread* positivo) e as moedas das suas operações passivas.

(e) Apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado de acordo com modelo de precificação interno, estabelecido com base nas taxas médias divulgadas pelas Bolsas de Valores, associações de classe e agências externas para o último dia do exercício.

5. Operações de Crédito e Provisão para Perdas

(a) Composição das operações por tipo e prazo:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Por tipo				
Empréstimos e títulos descontados	11.737.176	10.196.739	11.927.668	10.450.686
Financiamentos	7.587.485	7.769.597	10.357.157	9.639.591
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.054.928	812.613	1.054.928	812.613
Financiamentos imobiliários	1.066.182	846.688	1.066.182	846.688
Cartões de crédito	-	-	4.021.147	3.185.635
Total de operações de crédito	**21.445.771**	**19.625.637**	**28.427.082**	**24.935.213**
Operações de arrendamento mercantil	-	-	640.049	474.584
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (1)	1.261.327	1.640.993	1.261.327	1.640.993
Total de arrendamento mercantil e adiantamentos sobre contratos de câmbio	**1.261.327**	**1.640.993**	**1.901.376**	**2.115.577**
Avais e fianças honrados	35	8.057	35	8.057
Outros créditos (2)	604.364	258.854	1.467.293	619.657
Total de outros créditos	**604.399**	**266.911**	**1.467.328**	**627.714**
Responsabilidade por financiamento a titulares de cartão de crédito (3)	**-**	**-**	**-**	**238.826**
Total do risco	**23.311.497**	**21.533.541**	**31.795.786**	**27.917.330**
Por vencimento				
Vencidos a partir de 15 dias (nota 5 (d))	432.455	490.738	1.240.112	1.433.341
A vencer:				
Até 3 meses (4)	7.999.582	7.241.823	12.308.087	10.788.719
De 3 meses a 1 ano	6.867.000	6.197.020	8.951.974	7.319.594
De 1 a 3 anos	5.481.786	5.067.162	6.525.590	5.774.210
Acima de 3 anos	2.530.674	2.536.798	2.770.023	2.601.466
Total do risco	**23.311.497**	**21.533.541**	**31.795.786**	**27.917.330**

(1) Registrados em "Outras obrigações" - "Carteira de câmbio".
(2) Outros créditos compreendem, principalmente, devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber.
(3) Registrado em contas de compensação.
(4) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Composição das operações de crédito por atividade econômica:

				Unibanco
		2004		2003
	Valor	% distribuição	Valor	% distribuição
Industrial				
Eletricidade, gás e água	1.619.065	6,9	1.251.536	5,8
Papel, celulose e produtos de papel e de madeira	1.190.089	5,1	997.432	4,6
Alimentos, bebidas e cigarros	1.078.514	4,6	1.302.961	6,1
Indústria automobilística	976.464	4,2	1.196.951	5,6
Produção de máquinas e equipamentos	827.858	3,6	608.215	2,8
Química e farmacêutica	797.785	3,4	1.056.016	4,9
Metalurgia básica	713.838	3,1	749.279	3,5
Petróleo	411.379	1,8	470.797	2,2
Têxtil, roupas e artigos de couro	358.322	1,5	275.584	1,3
Mineração	353.620	1,5	392.044	1,8
Eletrônica e equipamentos de comunicação	322.959	1,4	112.250	0,5
Borracha e plástico	192.342	0,8	97.215	0,5
Produção de bens metálicos	165.271	0,7	262.389	1,2
Elétrico e eletrônico	140.245	0,6	155.047	0,7
Outras indústrias manufatureiras	19.326	0,1	6.162	-
Subtotal	**9.167.077**	**39,3**	**8.933.878**	**41,5**
Comercial				
Varejo	1.749.539	7,5	1.416.504	6,6
Atacado	1.076.694	4,6	1.134.175	5,3
Subtotal	**2.826.233**	**12,1**	**2.550.679**	**11,9**
Serviço financeiro				
Instituições financeiras	537.495	2,3	451.005	2,1
Seguradoras e fundos de pensão	4.039	-	4.593	-
Subtotal	**541.534**	**2,3**	**455.598**	**2,1**
Empréstimos para construção residencial	**304.593**	**1,3**	**263.264**	**1,2**
Serviços				
Correios e telecomunicações	1.236.041	5,3	1.139.471	5,3
Transporte	775.539	3,3	618.529	2,9
Construção	393.043	1,7	383.581	1,8
Imobiliários	349.248	1,5	341.914	1,6
Agrícolas	258.053	1,1	288.213	1,3
Atividades associativas	141.093	0,6	92.326	0,4
Saúde e serviços sociais	130.509	0,5	116.805	0,6
Educação	127.258	0,6	93.913	0,4
Atividades recreativas, culturais e desportivas	91.170	0,4	145.002	0,7
Hotelaria e alimentação	86.057	0,4	65.517	0,3
Outros serviços	1.050.990	4,5	871.469	4,0
Subtotal	**4.639.001**	**19,9**	**4.156.740**	**19,3**
Agricultura, criação de animais, reflorestamento e pesca	**899.871**	**3,9**	**746.619**	**3,7**
Pessoa física				
Financiamentos e crédito ao consumidor	3.938.258	16,9	3.710.129	17,2
Empréstimos para mutuários - hipoteca residencial	839.873	3,6	650.640	3,0
Outros financiamentos	155.057	0,7	65.994	0,1
Subtotal	**4.933.188**	**21,2**	**4.426.763**	**20,3**
Total	**23.311.497**	**100,0**	**21.533.541**	**100,0**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Unibanco Consolidado			
	2004		2003	
	Valor	% distribuição	Valor	% distribuição
Industrial				
Eletricidade, gás e água	1.653.834	5,2	1.271.959	4,5
Papel, celulose e produtos de papel e de madeira	1.252.758	3,9	1.039.671	3,7
Alimentos, bebidas e cigarros	1.135.659	3,6	1.361.930	4,9
Indústria automobilística	999.763	3,1	1.221.041	4,4
Produção de máquinas e equipamentos	854.964	2,7	626.482	2,2
Química e farmacêutica	825.825	2,6	1.081.541	3,9
Metalurgia básica	779.858	2,5	838.963	3,0
Petróleo	419.554	1,3	479.183	1,7
Mineração	381.866	1,2	416.097	1,5
Têxtil, roupas e artigos de couro	371.538	1,2	286.317	1,0
Eletrônica e equipamentos de comunicação	332.500	1,0	116.791	0,4
Borracha e plástico	204.107	0,6	107.898	0,4
Produção de bens metálicos	173.832	0,5	270.704	1,0
Elétrico e eletrônico	148.443	0,5	158.696	0,6
Outras indústrias manufatureiras	20.792	0,1	7.359	-
Subtotal	**9.555.293**	**30,0**	**9.284.632**	**33,2**
Comercial				
Varejo	1.917.960	6,0	1.558.713	5,6
Atacado	1.187.244	3,7	1.224.434	4,4
Subtotal	**3.105.204**	**9,7**	**2.783.147**	**10,0**
Serviço financeiro				
Instituições financeiras	322.287	1,1	164.646	0,6
Seguradoras e fundos de pensão	4.804	-	5.276	-
Subtotal	**327.091**	**1,1**	**169.922**	**0,6**
Empréstimos para construção residencial	**304.593**	**1,0**	**263.264**	**0,9**
Serviços				
Transporte	1.561.361	4,9	1.196.014	4,3
Correios e telecomunicações	1.262.392	4,0	1.157.981	4,1
Construção	431.033	1,4	423.843	1,5
Imobiliários	392.927	1,2	387.055	1,4
Agrícolas	280.272	0,9	306.142	1,1
Atividades associativas	152.059	0,5	100.497	0,4
Educação	146.393	0,5	107.467	0,4
Saúde e serviços sociais	145.931	0,5	126.595	0,5
Hotelaria e alimentação	95.598	0,3	73.969	0,3
Atividades recreativas, culturais e desportivas	95.539	0,3	149.812	0,5
Outros serviços	1.470.154	4,6	1.051.873	3,7
Subtotal	**6.033.659**	**19,1**	**5.081.248**	**18,2**
Agricultura, criação de animais, reflorestamento e pesca	**899.871**	**2,8**	**746.619**	**2,7**
Pessoa física				
Financiamentos e crédito ao consumidor	6.483.092	20,4	5.407.169	19,5
Cartão de crédito	4.021.147	12,6	3.424.461	12,3
Empréstimos para mutuários - hipoteca residencial	839.873	2,6	650.640	2,3
Leasing - arrendamento mercantil	70.906	0,2	40.234	0,1
Outros financiamentos	155.057	0,5	65.994	0,2
Subtotal	**11.570.075**	**36,3**	**9.588.498**	**34,4**
Total	**31.795.786**	**100,0**	**27.917.330**	**100,0**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Concentração de operações de crédito:

	Unibanco				Unibanco Consolidado			
	2004		2003		2004		2003	
Maiores devedores	**Valor**	**% total**	**Valor**	**% total**	**Valor**	**% total**	**Valor**	**% total**
10 maiores clientes	3.057.514	13,1	2.985.258	13,8	2.953.573	9,3	2.858.853	10,2
50 seguintes maiores clientes	4.437.147	19,0	5.246.114	24,4	4.492.645	14,1	5.245.550	18,8
100 seguintes maiores clientes	3.559.404	15,3	3.484.855	16,2	3.650.123	11,5	3.495.835	12,5
Demais clientes	12.257.432	52,6	9.817.314	45,6	20.699.445	65,1	16.317.092	58,5
Total	**23.311.497**	**100,0**	**21.533.541**	**100,0**	**31.795.786**	**100,0**	**27.917.330**	**100,0**

(d) Composição da carteira de operações de crédito e da provisão para perdas nos correspondentes níveis de risco:

								Unibanco 2004
			Créditos de curso anormal					
Nível de risco	**% provisão mínima requerida**	**Créditos de curso normal**	**Parcelas a vencer**	**Parcelas vencidas** (1)	**Total das operações**	**Distribuição %**	**Total da provisão**	**% efetivo de provisão**
AA	-	11.028.416	-	-	11.028.416	47,3	11.466	-
A	0,5	6.842.857	-	-	6.842.857	29,4	35.964	0,5
B	1,0	2.164.958	159.420	25.476	2.349.854	10,1	26.945	1,1
C	3,0	1.005.616	147.421	39.828	1.192.865	5,1	80.902	6,8
D	10,0	870.273	115.861	26.032	1.012.166	4,3	273.044	27,0
E	30,0	58.218	58.095	64.341	180.654	0,8	73.198	40,5
F	50,0	15.781	47.009	35.352	98.142	0,4	60.675	61,8
G	70,0	143.111	36.567	25.435	205.113	0,9	182.571	89,0
H	100,0	37.787	147.652	215.991	401.430	1,7	401.430	100,0
Total		**22.167.017**	**712.025**	**432.455**	**23.311.497**	**100,0**	**1.146.195**	
% sobre o total do risco							**4,9%**	

								Unibanco 2003
			Créditos de curso anormal					
Nível de risco	**% provisão mínima requerida**	**Créditos de curso normal**	**Parcelas a vencer**	**Parcelas vencidas**	**Total das operações**	**Distribuição %**	**Total da provisão**	**% efetivo de provisão**
AA	-	10.118.883	-	-	10.118.883	47,0	9.837	-
A	0,5	5.630.184	-	-	5.630.184	26,1	29.274	0,5
B	1,0	2.340.852	73.595	13.004	2.427.451	11,3	30.893	1,3
C	3,0	1.259.200	347.536	168.553	1.775.289	8,2	63.485	3,6
D	10,0	475.680	104.133	49.794	629.607	3,0	180.630	28,7
E	30,0	178.681	69.566	27.010	275.257	1,3	85.711	31,1
F	50,0	39.602	54.433	37.871	131.906	0,6	73.555	55,8
G	70,0	39.782	42.572	24.745	107.099	0,5	76.500	71,4
H	100,0	142.609	125.495	169.761	437.865	2,0	437.865	100,0
Total		**20.225.473**	**817.330**	**490.738**	**21.533.541**	**100,0**	**987.750**	
% sobre o total do risco							**4,6%**	

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

							Unibanco Consolidado	
							2004	
	% provisão	Créditos	Créditos de curso anormal					
Nível de Risco	mínima requerida	de curso normal	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas (1)	Total das operações	Distribuição %	Total da provisão	% efetivo de provisão
AA	-	12.690.365	-	-	12.690.365	39,9	11.641	0,1
A	0,5	11.813.947	-	-	11.813.947	37,2	73.417	0,6
B	1,0	2.288.203	221.394	160.325	2.669.922	8,4	30.401	1,1
C	3,0	1.388.855	213.240	151.989	1.754.084	5,5	100.842	5,7
D	10,0	976.599	156.139	187.600	1.320.338	4,2	331.895	25,1
E	30,0	219.792	78.598	154.547	452.937	1,4	156.779	34,6
F	50,0	23.330	59.011	112.865	195.206	0,6	110.410	56,6
G	70,0	147.645	45.023	89.084	281.752	0,9	236.847	84,1
H	100,0	69.337	164.196	383.702	617.235	1,9	617.235	100,0
Total		**29.618.073**	**937.601**	**1.240.112**	**31.795.786**	**100,0**	**1.669.467**	
% sobre o total do risco							**5,3%**	

							Unibanco Consolidado	
							2003	
	% provisão	Créditos	Créditos de curso anormal					
Nível de Risco	mínima requerida	de curso normal	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total das operações	Distribuição %	Total da provisão	% efetivo de provisão
AA	-	10.897.051	-	-	10.897.051	39,0	10.012	-
A	0,5	9.609.034	-	-	9.609.034	34,4	70.606	0,7
B	1,0	2.429.316	117.190	198.286	2.744.792	9,8	41.696	1,5
C	3,0	1.534.932	397.149	287.095	2.219.176	8,0	94.532	4,3
D	10,0	504.654	122.004	136.446	763.104	2,8	203.293	26,6
E	30,0	259.141	77.670	231.287	568.098	2,0	180.068	31,7
F	50,0	56.433	60.179	124.186	240.798	0,9	129.632	53,8
G	70,0	51.645	46.310	96.934	194.889	0,7	138.416	71,0
H	100,0	181.152	140.129	359.107	680.388	2,4	680.388	100,0
Total		**25.523.358**	**960.631**	**1.433.341**	**27.917.330**	**100,0**	**1.548.643**	
% sobre o total do risco							**5,5%**	

(1) Inclui os créditos vencidos a partir de 15 dias.

A provisão para perdas com créditos é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682, do Conselho Monetário Nacional. Os percentuais mínimos para cada nível de risco são obedecidos como regra geral, entretanto, percentuais mais elevados, dentro de cada faixa de risco, são utilizados com base no julgamento e experiência da Administração, de forma a contemplar avaliações mais prudentes do risco de determinados clientes, operações ou carteiras.

(e) O saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional, era de R$646.070 (2003 - R$644.958) no Unibanco e R$768.865 (2003 - R$803.424) no Unibanco Consolidado. Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados contra prejuízo e foram registradas de forma a manter a classificação de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação. Tais operações somente recebem uma melhoria de classificação após pagamento relevante da dívida renegociada, sendo estabelecido o pagamento de percentual mínimo de 25% para fins de reclassificação.

(f) Movimentação da provisão para perdas com créditos no exercício:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Saldo inicial	**987.750**	**1.161.153**	**1.548.643**	**1.590.593**
Constituição de provisão no exercício	806.431	674.077	1.554.851	1.454.952
Saldo de empresas adquiridas	-	-	144.949	-
Saldo de empresa alienada	-	-	(119.362)	-
Créditos baixados contra a provisão no exercício	(647.986)	(847.480)	(1.459.614)	(1.496.902)
Saldo final	**1.146.195**	**987.750**	**1.669.467**	**1.548.643**
Recuperação de créditos no exercício (1)	**169.334**	**227.564**	**336.831**	**415.235**

(1) As recuperações de créditos foram registradas em receitas de "Operações de crédito" e "Operações de arrendamento mercantil".

6. Carteira de Câmbio

(a) Balanço patrimonial

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Ativo – Outros créditos				
Câmbio comprado a liquidar	1.592.525	2.156.444	1.592.525	2.156.444
Direitos sobre vendas de câmbio	531.389	602.752	531.389	602.752
(-) Adiantamentos recebidos	(121.919)	(69.956)	(121.919)	(69.956)
Rendas a receber adiantamentos concedidos	12.304	23.420	12.304	23.420
Outros	93	23	93	-
Total	**2.014.392**	**2.712.683**	**2.014.392**	**2.712.660**
Passivo – Outras obrigações				
Câmbio vendido a liquidar	527.139	604.970	527.139	604.970
Obrigações por compra de câmbio	1.676.392	2.175.522	1.676.392	2.175.522
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.261.327)	(1.640.993)	(1.261.327)	(1.640.993)
Outros	1.698	23.937	1.698	23.937
Total	**943.902**	**1.163.436**	**943.902**	**1.163.436**
Contas de compensação				
Créditos abertos para importação	126.147	84.108	141.448	100.348
Créditos de exportação confirmados	25.647	17.518	26.350	17.849

(b) Demonstração do resultado

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
Rendas de câmbio	1.820.922	3.572.540	2.313.579	3.593.740
Despesas de câmbio	(1.903.550)	(3.424.388)	(2.384.850)	(3.432.078)
Resultado de câmbio do exercício	**(82.628)**	**148.152**	**(71.271)**	**161.662**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Outros Créditos - Diversos

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Devedores por depósitos em garantia	1.136.150	868.620	2.151.163	1.685.456
Prêmios de seguros a receber	-	-	714.191	347.660
Tributos antecipados	190.732	74.119	640.472	595.148
Títulos e créditos a receber	578.614	203.508	597.698	560.799
Valores a receber – intercâmbio de cartões de crédito	-	-	546.000	557.449
Devedores por compra de valores e bens	68.043	55.346	157.895	58.858
Plano de Previdência Unibanco (nota 14 (a))	133.196	120.054	133.196	120.054
Adiantamento por conta de previdência social	50.975	-	50.975	-
Adiantamentos salariais e outros	18.550	55.007	23.540	61.097
Valores a receber de sociedades ligadas	31.349	387.497	-	-
Outros	573.650	545.258	1.131.246	809.072
Total	**2.781.259**	**2.309.409**	**6.146.376**	**4.795.593**
Curto prazo	**882.560**	**781.681**	**2.820.423**	**2.016.603**
Longo prazo	**1.898.699**	**1.527.728**	**3.325.953**	**2.778.990**

8. Agências no Exterior

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras das agências no exterior (Grand Cayman e Nassau) estão sendo apresentadas consolidadas com as do Unibanco.

Os saldos dessas agências podem ser resumidos como segue:

	2004		2003	
	US$ mil	**R$ mil**	**US$ mil**	**R$ mil**
Ativo circulante	2.049.461	5.440.088	3.041.396	8.787.200
Realizável a longo prazo	1.461.579	3.879.616	1.756.061	5.073.613
Permanente	60	159	110	317
Total do ativo	**3.511.100**	**9.319.863**	**4.797.567**	**13.861.130**
Passivo circulante	1.653.346	4.388.643	2.888.116	8.344.345
Exigível a longo prazo	1.632.067	4.332.158	1.536.727	4.439.912
Resultado de exercícios futuros	452	1.199	1.303	3.765
Patrimônio líquido	225.235	597.863	371.421	1.073.108
Total do passivo	**3.511.100**	**9.319.863**	**4.797.567**	**13.861.130**
Resultado do exercício	**183.509**	**487.107**	**202.623**	**585.418**

Durante o exercício, foram aprovadas pelo Conselho de Administração: (i) distribuição de dividendos, nos montantes de US$56.556 mil (2003 - US$140.000 mil) e US$289.888 mil (2003 - US$130.000 mil), pelas agências de Grand Cayman e Nassau, respectivamente; e (ii) em 2003, redução do capital da agência de Nassau, no montante de US$138.342 mil.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Investimentos

(a) Participações em controladas e coligadas

O resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas foi registrado em conta de resultado, sob o título de "Resultado da equivalência patrimonial". As perdas cambiais de agências e de controladas no exterior, no valor de R$104.580 (2003 – R$609.882) no Unibanco e de R$82.934 (2003 – R$631.195) no Unibanco Consolidado, foram registrados na conta "Outras despesas operacionais". Os investimentos em sociedades controladas e coligadas e os principais eventos que envolveram participações em sociedades controladas e coligadas foram os seguintes:

	Quantidade de ações ou quotas possuídas (mil)		Participação (%)		Patrimônio líquido ajustado	Valor do investimento		Lucro (prejuízo) ajustado	Equivalência patrimonial	
	Ordinárias	Preferenciais	Unibanco	Unibanco Consolidado		2004	2003		2004	2003
Investimentos do Unibanco										
Controladas diretas										
Unipart Participações Internacionais Ltd.	1.302	-	100,000	100,000	918.038	918.038	1.274.604	70.767	68.370	142.681
Unicard Banco Múltiplo S.A. (1)	98.727.096	85.468.888	100,000	100,000	812.206	797.829	748.938	67.151	208.802	162.248
Unibanco AIG Seguros S.A.	345.014	188.793	49,707	49,707	1.240.704	616.719	727.089	202.688	102.751	121.188
Banco Fininvest S.A. (2)	4	1	99,940	99,940	578.197	577.848	388.908	196.641	196.655	158.601
Unibanco Companhia de Capitalização (3)	4.194	-	99,992	99,992	408.508	408.473	-	105.732	6.946	-
Banco Único S.A. (4)	2.769.089	2.769.390	99,980	99,980	217.502	207.236	-	127.507	127.484	-
Unibanco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	265	-	99,999	99,999	135.210	135.208	175.879	47.934	47.934	64.989
Banco Dibens S.A.	4.518.078	-	51,001	51,001	218.212	111.290	80.283	7.705	9.762	2.465
Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda. (3)	201.112	-	47,797	100,000	230.569	110.681	-	19.889	8.551	-
Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A.	40.467	40.467	99,999	100,000	85.480	85.480	81.040	2.294	4.989	9.913
Interbanco S.A.	19.000	-	99,996	99,999	72.355	72.352	61.910	16.835	14.241	9.861
Megbens Administração de Bens Ltda. (3)	390.249	-	17.826	100,000	394.072	70.247	-	9.305	680	-
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda. (3)	49.568	-	99,999	100,000	55.235	55.235	-	2.089	1.407	-
Hipercard Banco Múltiplo S.A. (5)	45.745	5.940	99,999	99,999	48.971	48.971	33.217	(1.433)	(2.072)	(2.258)
BWU Comércio e Entretenimento Ltda. (3) e (6)	67.562	-	59,792	59,792	65.262	39.022	-	7.784	(930)	-
Estrel Estudos Representação e Administração Ltda. (3)	1.867	-	90,666	100,000	35.757	32.419	-	(707)	(814)	-
Unibanco Asset Management – Banco de Investimento S.A. (7)	1.468	1.468	99,999	99,999	22.577	22.577	30.967	19.024	19.048	16.022
Unibanco Empreendimentos Ltda. (3)	150.489	-	16,126	100,000	123.488	19.913	-	1.676	142	-
Unibanco Investshop Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio S.A. (3)	779	779	100,000	100,000	15.955	15.955	-	7.163	3.784	-
Unibanco Serviços de Investimento Ltda. (7)	100	-	99,999	100,000	6.759	6.759	-	29.459	24.576	-
Tulipa Administração e Participações S.A. (8)	74.038	-	50,000	50,000	1.687.202	-	-	21.919	33.362	-
BWU Representação e Participações Ltda. (3) e (6)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.716	-
Estrel Participações S.A. (3) e (9)	-	-	-	-	-	-	-	-	8.345	-
Unibanco Representação e Participações Ltda. (3)	-	-	-	-	-	-	473.001	-	19.167	208.922
Outras	-	-	-	-	-	99.078	2.121	-	43.150	25.874
Principais controladas em conjunto (i)										
Credicard S.A. – Administradora de Cartões de Crédito (10)	-	-	-	-	-	-	95.800	-	52.535	99.441
Banco Investcred Unibanco S.A. – (PontoCred) (9)	95	-	49,997	49,997	175.092	87.541	72.981	51.211	17.206	18.591
Serasa S.A.	364	349	19,045	19,120	165.231	31.469	-	61.951	7.413	-
Tecnologia Bancária S.A.	762.278	-	19,051	21,432	133.228	25.381	-	11.147	890	-
Redecard S.A. (11)	200	400	31,943	31,943	53.552	17.106	-	148.738	43.907	-
Interchange Serviços S.A.	75.000.000	-	25,000	25,000	32.792	8.198	-	4.516	510	-
Companhia Hipotecária Unibanco – Rodobens (12)	6.055	-	50,000	50,000	7.878	3.939	-	(101)	(114)	-
Outras	-	-	-	-	-	21.102	64.366	-	4.946	6.828
Total						**4.646.066**	**4.311.104**	**-**	**1.076.339**	**1.045.366**
Investimentos do Unibanco Consolidado										
Coligadas										
AIG Brasil Companhia de Seguros	54.214	-	-	49,999	92.159	46.079	36.899	16.919	6.745	7.262
Outras	-	-	-	-	-	64.548	6.122	-	7.116	(6.827)
Total						**110.627**	**43.021**		**13.861**	**435**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Principais controladas diretas, indiretas e controladas em conjunto participadas por:	Quantidade de ações ou quotas possuídas (mil) Ordinárias	Preferenciais	Participação (%) Unibanco Consolidado	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) ajustado
Unipart Participações Internacionais Ltd. (i)					
Unibanco Cayman Bank Ltd.	13.252	-	100,000	339.136	3.056
Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A.	200	-	99,999	176.502	7.808
Unibanco Securities Ltd.	17.770	-	100,000	46.190	(9.227)
Unicorp Bank & Trust Ltd.	1.750	3.250	100,000	30.923	34.530
Unibanco AIG Seguros S.A. (i)					
Unibanco AIG Vida e Previdência S.A. (13)	32.074	-	99,977	189.803	45.487
Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A.	20.000	-	99,999	47.975	9.567
Banco Fininvest S.A.					
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	83	83	49,998	27.369	12.064
Creditec - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (2)	28.700	28.700	100,000	14.924	6.321
Conabinu Participações Ltda. e Unipart Participações Internacionais Ltd.					
Hipercard Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (14)	7	-	100,000	180.020	80.564

(i) As participações apresentadas na coluna Unibanco Consolidado referem-se ao percentual possuído pelas respectivas controladoras.

(1) As diferenças entre o lucro líquido e a equivalência patrimonial e o patrimônio líquido e o valor de investimento são decorrentes principalmente dos lucros a realizar sobre venda de empresas entre companhias do grupo, que estão sendo reconhecidos em função da amortização dos ágios apurados.

(2) O Unibanco, através de sua controlada Banco Fininvest, adquiriu no primeiro semestre de 2004 as operações da financeira Creditec-Crédito, Financiamento e Investimento S.A. pelo valor de R$50 milhões, apurando um ágio de R$39 milhões a ser amortizado com base em resultados futuros.

(3) No segundo trimestre de 2004 foi aprovada, em Assembléia Geral Extraordinária, a incorporação, no Unibanco, da totalidade da participação no Unibanco Representação e Participações Ltda – Unipart por seu valor patrimonial. No processo de incorporação estas empresas passaram a ser controladas diretamente pelo Unibanco.

(4) O Unibanco adquiriu, com base no balanço de 31 de maio de 2004, a totalidade das ações do Banco BNL do Brasil S.A. de titularidade da Banca Nazionale del Lavoro S.p.A. (BNL), apurando deságio de R$12.241. Em contrapartida, a BNL recebeu um bilhão de *Units*, passando a deter 1,43% do Unibanco. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 29 de setembro de 2004. Conforme Assembléia Geral Extraordinária de 22 de outubro de 2004 foi aprovada a alteração da denominação social de Banco BNL do Brasil S.A. para Banco Único S.A.

(5) Durante o terceiro trimestre, o Unibanco adquiriu 11.263 mil ações ordinárias e a totalidade das ações preferenciais do Banco1.net S.A., por aproximadamente R$38.378, passando a deter participação equivalente a 99,999% do capital total. A denominação social da empresa foi alterada de Banco1.net S.A. para Hipercard Banco Múltiplo S.A.

(6) Através de Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da BWU Comércio e Entretenimento Ltda. de 3 de agosto de 2004, foi aprovada a incorporação da BWU Representação e Participações Ltda.

(7) Em 15 de março de 2004 o Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A. distribuiu dividendos no valor de R$18.120 para sua controladora Unibanco, entregando o investimento que possuía na Unibanco Serviços de Investimento Ltda.

(8) Em Assembléia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2004, foi aprovado o aumento de capital da Tulipa Administração e Participações S.A. no valor de R$96.525, mediante versão da participação na Credicard S.A. Administradora de Cartões de Crédito. Em dezembro de 2004 as ações preferenciais da Tulipa Administração e Participações S.A. foram convertidas em ações ordinárias e a empresa foi alienada (conforme nota explicativa nº 9 (b)).

(9) No terceiro trimestre de 2004, os acionistas aprovaram, em Assembléia Geral Extraordinária, a incorporação da Estrel Participações S.A. pelo Banco Investcred Unibanco S.A.

(10) Participação alienada no exercício (conforme nota explicativa nº 9 (b)).

(11) No primeiro trimestre de 2004, o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. adquiriu de sua controlada Unibanco Representação e Participações Ltda., 199.990 ações ordinárias e 400.000 ações preferenciais da Redecard S.A., pelo valor patrimonial contábil.

(12) Através de Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., de 8 de março de 2004, foi aprovada a alteração da natureza jurídica da Sociedade, de sociedade comercial limitada para sociedade anônima de capital fechado e também a alteração da denominação social de Unibanco Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. para Companhia Hipotecária Unibanco – Rodobens. Tais alterações foram aprovadas pelo Banco Central do Brasil em 14 de setembro de 2004.

(13) Através da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2004, foi aprovada a alteração da denominação social de Phenix Seguradora S.A. para Unibanco AIG Vida e Previdência S.A., e em Assembléia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2004 foi aprovada a incorporação das empresas Phenix Participações Ltda. e Unibanco AIG Previdência S.A., respectivamente, pela Unibanco AIG Vida e Previdência S.A.

(14) Em 1º de março de 2004 o Unibanco adquiriu do grupo holandês Ahold, através de suas controladas Conabinu Participações Ltda. (controlada pelo Unicard Banco Múltiplo S.A.) e Unipart Participações Internacionais Ltd. a totalidade das quotas da Hipercard Administradora de Cartões de Crédito Ltda. O valor da transação, após a conclusão da due diligence, ocorrida no terceiro trimestre de 2004, foi de R$630 milhões apurando-se um ágio de R$415 milhões a ser amortizado em função da expectativa de resultados futuros em até dez anos.

(b) Reestruturação societária da Credicard e Orbitall

Em 29 de dezembro de 2004 foi concluído o processo de transferência da participação societária de 33%, detida pelo Unibanco no capital social do Credicard Banco S.A.("Credicard") e no capital social da Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda ("Orbitall"), conforme reestruturação societária anunciada ao mercado no dia 8 de novembro de 2004.

A participação societária no capital da Redecard S.A., empresa que atua na captura e transmissão de transações de cartões de crédito e débito foi mantida sem alteração.

(c) Resultado extraordinário

Para uma adequada análise das demonstrações financeiras do exercício, estão sendo apresentados como resultado extraordinário, líquido dos efeitos tributários (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido), o resultado apurado nessa alienação de participações societárias, bem como receitas e despesas não recorrentes relativas, basicamente, à amortização integral de ágios de empresas incorporadas, provisão para reestruturação e provisões complementares para créditos e contingências fiscais conforme segue:

Valor da alienação de participação societária (1)	1.531.676
Custo da participação societária	(150.312)
Resultado bruto da alienação	**1.381.364**
Amortização do saldo de ágios de empresas incorporadas	(828.198)
Provisão para reestruturação	(151.172)
Provisão para créditos e outros valores a receber	(364.002)
Provisão para contingências fiscais	(311.106)
Efeitos tributários	**271.972**
Montante líquido alocado no resultado extraordinário	**(1.142)**

(1) Líquido de provisão para eventuais ajustes decorrentes de cláusulas contratuais e eventos garantidos.

(d) Ágio na aquisição de empresas

Os ágios apurados na aquisição de empresas são amortizados em até dez anos, de acordo com a expectativa de lucros futuros, sendo o valor amortizado registrado em "Outras despesas operacionais". Neste exercício estão sendo integralmente amortizados e apresentados em resultado extraordinário, os ágios fundamentados em rentabilidade futura de empresas incorporadas e cuja marca tenha sido abandonada ou tenha perecido.

O saldo do ágio a amortizar e o valor amortizado, do Unibanco Consolidado, estão demonstrados no quadro a seguir:

	Saldo a amortizar		Amortização no exercício	
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Bandeirantes	-	841.352	841.352	3.858
Fininvest	322.749	348.900	26.152	18.661
Hipercard	394.345	-	20.664	-
Outros	159.606	167.774	80.740	26.782
Total	**876.700**	**1.358.026**	**968.908**	**49.301**

10. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são representados, substancialmente, por letras hipotecárias emitidas no Brasil e por *euronotes* emitidos no exterior.

(a) As letras hipotecárias são atualizadas monetariamente, de acordo com o índice da TR, acrescido de juros médios de 12,99% (2003 - 15,33%) a.a., com vencimentos até 24 de janeiro de 2006.

(b) *Euronotes*

			Unibanco	Unibanco Consolidado	
Vencimento	**Moeda de emissão**	**2004**	**2003**	**2004**	**2003**
Até 3 meses	US$	428.757	759.198	335.397	725.856
	EUR	42.041	70.244	42.041	70.056
		470.798	**829.442**	**377.438**	**795.912**
De 3 a 12 meses	US$	406.040	653.625	400.679	937.973
	EUR	36.245	369.312	36.245	369.250
	R$	5.745	-	5.745	-
		448.030	**1.022.937**	**442.669**	**1.307.223**
De 1 a 3 anos	US$	63.488	377.938	71.337	359.430
	EUR	10.287	30.716	10.287	30.716
	R$	104.756	-	104.756	-
		178.531	**408.654**	**186.380**	**390.146**
De 3 a 5 anos	US$	**82.663**	**20.542**	**82.663**	**29.085**
De 5 a 15 anos	US$	**75.947**	**80.998**	**75.602**	**76.086**
Total		**1.255.969**	**2.362.573**	**1.164.752**	**2.598.452**

As taxas médias de juros eram de 2,96% (2003 - 4,39%) a.a. no Unibanco e de 2,92% (2003 - 5,05%) a.a. no Unibanco Consolidado.

(c) As demais emissões no exterior totalizaram R$37.722 (2003 – R$37.398) no Unibanco e no Unibanco Consolidado, com vencimento até 4 de agosto de 2010 e taxa média de juros de 7,38% (2003 - 9,81%) a.a.

11. Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se principalmente a linhas de curto prazo, para refinanciamento de operações de câmbio, de importação e de exportação.

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm vencimentos até 2025, com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do Sistema BNDES.

As obrigações por repasses do exterior referem-se a linhas de longo prazo destinadas a financiamentos de projetos e comércio exterior, com vencimentos até 15 de dezembro de 2011 e taxa média de juros de 5,28% (2003 - 4,51%) a.a.

12. Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Unibanco e suas controladas são parte de vários processos judiciais envolvendo principalmente contingências tributárias, cíveis e por reclamações trabalhistas. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas ações, baseada na opinião de consultores jurídicos. As provisões constituídas e respectivas variações no exercício eram as seguintes:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Saldo inicial	**867.445**	**650.921**	**1.812.161**	**1.546.176**
Saldo de empresas adquiridas/incorporadas	16.592	-	90.843	-
Saldo de empresas alienadas	-	-	(176.403)	-
Constituição	888.368	442.947	1.208.623	715.497
Pagamentos (1)	(379.312)	(208.641)	(549.085)	(431.730)
Reversão	-	(17.782)	-	(17.782)
Saldo final	**1.393.093**	**867.445**	**2.386.139**	**1.812.161**

(1) Em 2003, referem-se, principalmente, ao pagamento de obrigações fiscais e previdenciárias e à transferência de contingências fiscais para "Outras obrigações fiscais e previdenciárias" no montante de R$63.550 no Unibanco e R$201.246 no Unibanco Consolidado, haja vista a desistência de ações em decorrência de adesão à anistia fiscal

(a) Ações fiscais

O Unibanco e suas controladas são autores de ações relativas a questões tributárias, em especial quanto à constitucionalidade da exigência de determinados tributos, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos. Estão provisionados R$548.418 (2003 – R$140.929) no Unibanco e R$1.106.463 (2003 – R$647.639) no Unibanco Consolidado relativos as ações de questões tributárias registradas em "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias" no exigível a longo prazo.

(b) Ações trabalhistas

Sindicatos e ex-empregados intentaram ações trabalhistas contra o Unibanco e suas controladas para obter indenizações referentes a verbas trabalhistas. O valor das contingências trabalhistas é provisionado, com base na média histórica dos pagamentos efetuados. Estão provisionados R$561.242 (2003 – R$449.615) no Unibanco e R$815.358 (2003 – R$686.405) no Unibanco Consolidado relativos as reclamações trabalhistas.

Ex-empregados do Banco Nacional intentaram ações trabalhistas contra o Banco Nacional ou contra o Unibanco depois da aquisição de alguns dos ativos e passivos daquele banco. O Banco Nacional é o responsável por responder às perdas nessas ações e vem reembolsando o Unibanco, quando do encerramento das ações, por qualquer desembolso por ele efetuado a esse título. Adicionalmente, nas ações em que foram penhorados ativos, que hoje pertencem ao Unibanco, foram interpostos embargos de terceiros contra essas penhoras.

(c) Ações cíveis

O Unibanco e suas controladas também foram acionados judicialmente em ações de outras naturezas, incluindo aquelas em que é parte juntamente com outras instituições financeiras brasileiras relacionadas, principalmente a: (i) planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro; (ii) aplicação de juros compostos em períodos menores que um ano nas suas operações; (iii) perdas relacionadas a contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial; e (iv) danos morais e materiais. Essas contingências são provisionadas mediante a probabilidade de insucesso em cada tipo de ação. Estão provisionados R$283.433 (2003 – R$276.901) no Unibanco e R$464.318 (2003 – R$478.117) no Unibanco Consolidado relativos as ações cíveis.

(d) Ações judiciais (Banco Bandeirantes e Banco Nacional)

Determinados ex-acionistas do Banorte (banco adquirido pelo Banco Bandeirantes antes do Unibanco adquirir o controle do Banco Bandeirantes) propuseram ações contra o Banco Bandeirantes e o Banco Central do Brasil, visando a nulidade da intervenção do Banco Central do Brasil no Banorte antes de sua aquisição pelo Banco Bandeirantes. Conforme o acordo firmado entre o Unibanco e a Caixa Geral de Depósitos para a aquisição do controle do Banco Bandeirantes, a Caixa Geral de Depósitos assumiu total responsabilidade por todas essas ações. Assim sendo, nenhuma provisão foi constituída para esse fim.

Os antigos controladores do Banco Nacional S.A. propuseram ações judiciais contra o Banco Central do Brasil e o Unibanco em função do processo de venda de certos ativos e passivos daquela instituição financeira. O Unibanco, baseado na opinião de seus consultores jurídicos, considera que essas ações não se sustentam, uma vez que a operação de aquisição de ativos e assunção de passivos operacionais do Banco Nacional S.A. pelo Unibanco, foi realizada de acordo com o PROER, programa instituído por lei no intuito principal de preservar os recursos dos depositantes e manter a confiança dos brasileiros nas instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional. A Administração considera que não há necessidade de constituição de provisão para estas ações.

13. Outras Obrigações

(a) Dívidas subordinadas

				Unibanco		Unibanco Consolidado	
	Emissão	**Vencimento**	**Remuneração a.a.**	**2004**	**2003**	**2004**	**2003**
Step-up subordinated callable notes (1)	abril 2002	abril 2012	9,375%	535.214	573.919	519.916	573.368
Step-up subordinated callable notes (2)	dezembro 2003	dezembro 2013	7,375%	532.147	579.491	532.145	579.491
Step-up subordinated callable notes (3)	abril 2001	abril 2006	3,45%	80.281	-	80.281	-
Linha de crédito subordinada (4)	dezembro 2004	dezembro 2009	4,74%	398.684	-	398.684	-
CDB subordinado (5)	dezembro 2002	dezembro 2012	102% do CDI	367.493	315.212	367.493	315.212
Total				**1.913.819**	**1.468.622**	**1.898.519**	**1.468.071**

(1) A dívida pode ser resgatada integralmente em abril de 2007 ou em cada pagamento de juros subseqüente. A remuneração a partir do quinto ano será de 11,7995% a.a.
(2) A dívida pode ser resgatada integralmente em dezembro de 2008 ou em cada pagamento de juros subseqüente. A remuneração a partir do quinto ano será de 9,375% a.a.
(3) A dívida não pode ser resgatada antecipadamente. A remuneração a partir do quinto ano será de 2,45% a.a.
(4) A dívida não pode ser resgatada antecipadamente. A remuneração é calculada através da taxa Libor mais 2%, atualizada semestralmente.
(5) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de dezembro de 2007.

(b) Diversas

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior (1)	2.576.208	2.439.614	2.576.208	2.439.614
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados das empresas de cartões de crédito	-	-	2.342.406	1.961.449
Provisões para processos trabalhistas e cíveis	844.675	726.516	1.279.676	1.164.522
Valores a pagar por débitos com seguros	-	-	303.446	270.238
Provisões para despesas de pessoal e administrativas	180.638	116.340	266.796	297.313
Provisão para reestruturação (2)	151.172	-	151.172	-
Obrigações por convênios oficiais	3.395	38.304	3.395	38.304
Contratos de assunção de obrigações	77.841	155.462	-	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	5.006	5.265	-	-
Outros	415.975	334.000	570.564	470.948
Total	**4.254.910**	**3.815.501**	**7.493.663**	**6.642.388**
Curto prazo	**1.068.875**	**644.972**	**3.833.002**	**2.947.836**
Longo prazo	**3.186.035**	**3.170.529**	**3.660.661**	**3.694.552**

(1) Obrigação decorrente da venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior, nos montantes de US$817.000 mil e de ¥$25.000.000 mil, com encargos equivalentes à taxa Libor trimestral, acrescida de 0,50% a.a. a 4,25% a.a., ou juros fixos de 6,15% a.a., pagos trimestralmente e com vencimento inicial em abril de 2009 e final em outubro de 2013.

(2) Provisão constituída para fazer face aos custos de reestruturação de determinadas operações de varejo, não vinculadas ao ativo permanente.

14. Benefícios a Empregados

(a) Plano de Previdência

Até 30 de junho de 2004, os colaboradores do Unibanco podiam optar por um plano gerador de benefícios livres (PGBL), sistema que permite ao participante acumular recursos financeiros ao longo de sua carreira profissional, por meio de contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa empregadora, sendo os recursos investidos em uma conta de FIFE (Fundo de Investimento Financeiro Exclusivo). O plano é do tipo contribuição definida e o programa é administrado pela Unibanco AIG Previdência S.A., sendo o Unibanco Asset Management – Banco de Investimento S.A. responsável pela gestão financeira dos fundos FIFEs.

Adicionalmente, o Unibanco e parte de seus funcionários também contribuíram com o Plano CD do Trevo – Instituto Bandeirantes de Seguridade Social, que tem por finalidade básica a concessão de benefícios complementares à aposentadoria paga pela previdência social, substancialmente através de plano de contribuição definida.

A partir de 1º de julho de 2004, os Planos de Previdência Privada para colaboradores foram reformulados, visando oferecer aos profissionais do Unibanco um benefício ainda mais abrangente e flexível. O novo plano, também de contribuição definida agora em entidade fechada por meio da Trevo IBSS, chama-se Futuro Inteligente e traz uma série de melhorias, dentre as quais a oportunidade de contribuir com percentuais maiores que os previstos no antigo plano, de acordo com a faixa etária do participante; a possibilidade de se aposentar a partir dos 50 anos, além de quatro opções para usufruir o benefício em caso de desligamento antes da aposentadoria.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, as contribuições das patrocinadoras aos Planos de Previdência até então vigentes, totalizaram R$11.066 (2003 - R$11.680) no Unibanco e R$15.355 (2003 - R$10.309) no Unibanco Consolidado.

(b) Plano de outorga de opções de compra de ações

O Unibanco possui um Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, que visa alinhar o comprometimento dos executivos com resultados de longo prazo e recompensar a alta performance, além de ser um instrumento para atrair, reter e motivar talentos. As opções de compra de ações e/ou *Units* outorgadas poderão ser exercidas pelos executivos entre 3 e 6 anos. As outorgas de opções anuais estão limitadas a 1% do capital autorizado e o total das opções outorgadas e não exercidas está limitado a 10% do capital autorizado.

Em 31 de dezembro de 2004, as opções de compra de ações outorgadas e não exercidas totalizaram 11.303.620 *Units*. As opções de compra de ações possuem prazo de exercício entre 21 de janeiro de 2005 e 3 de agosto de 2010 e preço médio de R$9,76 por opção.

15. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é constituído por ações nominativas e escriturais sem valor nominal da seguinte forma:

			2004	2003
	Ações em circulação	**Ações em tesouraria**	**Total**	**Total**
Ordinárias	755.658.168	-	755.658.168	75.565.816.851
Preferenciais	640.456.052	12.744.112	653.200.164	65.320.016.467
Total	**1.396.114.220**	**12.744.112**	**1.408.858.332**	**140.885.833.318**

O valor de mercado em 30 de dezembro de 2004 é de R$9,00 por ação ordinária e R$6,80 por ação preferencial.

Em Assembléia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2004 foi aprovado o aumento do capital social para R$5.000.000 através da incorporação parcial de reservas de lucros, homologado pelo Banco Central do Brasil em 16 de junho de 2004.

As ações preferenciais não dão direito a voto, mas têm prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade, até o montante do capital social representado por essas ações preferenciais, e a receber um dividendo anual 10% superior ao distribuído às ações ordinárias.

O Certificado de Depósito de Ações (*Unit*) é representado, por uma ação preferencial de emissão do Unibanco e por uma ação preferencial de emissão da Unibanco Holdings S.A. (Holdings) e é negociado no mercado brasileiro.

O *Global Depositary Receipts* (GDRs) é representado por 5 (2003 – 500) *Units* e é negociado no mercado internacional.

O Unibanco e a Unibanco Holdings finalizaram em 30 de agosto de 2004, o grupamento de suas ações (ordinárias, preferenciais e *Units*) que se deu na razão de 100 ações para 1 ação. As negociações passaram a ser feitas em cotações unitárias. Na mesma data, os *Global Depositary Receipts* (GDRs) negociados no

exterior passaram a representar, cada um, 5 *Units,* ao invés de 500, sem alteração na quantidade de GDRs emitidos e no valor de suas cotações.

O grupamento visa maior eficiência no controle e relacionamento com os acionistas e redução de custos operacionais, além de representar mais uma alternativa na busca de maior liquidez dos valores mobiliários envolvidos.

As alterações dos Estatutos Sociais do Unibanco e da Unibanco Holdings, de forma a refletir a nova quantidade de ações, serão submetidas à aprovação da próxima Assembléia Geral de Acionistas.

(b) Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

O dividendo mínimo obrigatório é de 35% do lucro líquido anual do Banco, deduzido da parcela de constituição da reserva legal.

Em reunião de 23 de julho de 2004, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros aos acionistas, no valor de R$240.009, na proporção de R$1,6562 (R$1,4078 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil ações ordinárias e R$1,8218 (R$1,5485 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil ações preferenciais em circulação à época. A remuneração sobre o capital próprio foi calculada de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e o benefício fiscal obtido pela dedutibilidade foi de R$81.603. O pagamento foi efetuado a partir de 02 de agosto de 2004 e representa, líquido do imposto de renda na fonte, 37,0% do lucro do primeiro semestre após a constituição da reserva legal.

Às *Units* foram atribuídos o valor de R$3,2701 (R$2,7796 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil, sendo R$1,4483 (R$1,2311 líquido do imposto de renda na fonte) provenientes da Holdings e R$1,8218 (R$1,5485 líquido do imposto de renda na fonte) do Unibanco. Para cada GDR foi atribuído o valor de R$1,63505 (R$1,3898 líquido do imposto de renda na fonte).

Em reunião de 29 de dezembro de 2004, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros aos acionistas, no valor de R$258.824, na proporção de R$0,1773 (R$0,1507 líquido do imposto de renda na fonte) por ação ordinária e R$0,1950 (R$0,1657 líquido do imposto de renda na fonte) por ação preferencial em circulação à época. A remuneração sobre o capital próprio foi calculada de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e o benefício fiscal obtido pela dedutibilidade foi de R$88.000. O pagamento será efetuado a partir de 31 de janeiro de 2005 e representa, líquido do imposto de renda na fonte, 33,0% do lucro do segundo semestre após a constituição da reserva legal.

Às *Units* foram atribuídos o valor de R$0,3485 (R$0,2962 líquido do imposto de renda na fonte), sendo R$0,1535 (R$0,1305 líquido do imposto de renda na fonte) provenientes da Holdings e R$0,1773 (R$0,1507 líquido do imposto de renda na fonte) do Unibanco. Para cada GDR foi atribuído o valor de R$1,7423 (R$1,4810 líquido do imposto de renda na fonte).

Adicionalmente, durante o exercício foram provisionados, R$27.676 (R$23.525 líquido do imposto de renda na fonte) de remuneração sobre o capital próprio.

Em 2003, foi proposto pela Administração, a título de antecipação do dividendo obrigatório, pagamento de juros aos acionistas, no valor de R$425.752, na proporção de R$2,960400 (R$2,516335 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil ações ordinárias e R$3,256400 (R$2,767920 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil ações preferenciais.

Ás *Units,* foram atribuídos os valores de R$6,017400 (R$5,114820 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil, sendo R$2,761000 (R$2,346900 líquido do imposto de renda na fonte) provenientes da Unibanco Holdings e R$3,256400 (R$2,767920 líquido do imposto de renda na fonte) do Unibanco e para cada GDS foi atribuído o valor de R$3,008700 (R$2,557410 líquido do imposto de renda na fonte).

A remuneração sobre o capital próprio do exercício de 2003 foi calculada de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, com benefício fiscal de R$144.756, e representa, líquida do imposto de renda na fonte, 36,20% do lucro do exercício após a constituição da reserva legal.

(c) Reservas de capital

São representadas, substancialmente, por reserva de ágio na subscrição de ações.

(d) Ações em tesouraria

Durante o último programa de recompra de ações, entre fevereiro e maio de 2003, foram adquiridas 228.000.000 ações preferenciais de emissão do Unibanco, 167.225.000 *Units* e 372.900 GDRs de emissão conjunta do Unibanco e da Unibanco Holdings. Através de Contrato de Permuta de Ações, o Unibanco cedeu e transferiu à Unibanco Holdings 353.675.000 ações preferenciais classe "B" de emissão da Unibanco Holdings, adquiridas na forma de *Units* e GDR e a Unibanco Holdings cedeu e transferiu ao Unibanco 353.675.000 ações preferenciais de emissão do Unibanco. Dessa forma, o Unibanco registrou 935.350.000 ações preferenciais em tesouraria, a um custo médio de R$46,16 por lote de mil ações, sendo que os preços mínimos e máximos foram de R$33,76 e R$54,15, respectivamente.

Conforme citado na nota explicativa nº 9, o Unibanco e a Unibanco Holdings permutaram 1 bilhão de *Units* (equivalente a 10 milhões de ações grupadas) em contrapartida da totalidade das ações do Banco BNL do Brasil S.A., de titularidade da Banca Nazionale del Lavoro SpA, que passou a deter 1,43% do capital do Unibanco. A permuta foi aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários em 23 de junho de 2004 e a operação, pelo Banco Central do Brasil, em 29 de setembro de 2004.

(e) Reservas estatutárias

O saldo é composto por:

	2004	2003
i) Reserva para Risco em Operações de Câmbio – constituída à base de 2% do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social	93.856	80.005
ii) Reserva para Margem Operacional – constituída à base de 90% do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos, até atingir o limite de 80% do capital social	2.526.417	2.929.182
Total	**2.620.273**	**3.009.187**

(f) Oferta de Permuta

A partir de novembro de 2003, iniciou-se o Programa de Conversão que permite somente aos acionistas que detinham ações preferenciais do Unibanco e preferenciais classe "B" da Unibanco Holdings na data de publicação do Edital da Oferta de Permuta (15 de setembro de 2003), permutar seus pares de ações preferenciais por *Units*. O Programa de Conversão terá duração de 2 anos. Até 31 de dezembro de 2004 foram permutadas 539,2 mil de ações preferenciais em *Units*.

O volume financeiro médio diário negociado de *Units* no mercado doméstico aumentou 46,7% no mês de dezembro de 2004 quando comparado à dezembro de 2003, com uma correspondente valorização da *Unit* em 28,1% no mesmo período.

(g) Ajustes de exercícios anteriores

Em 2004, são referentes, principalmente, ao efeito reflexo de ajuste de exercícios anteriores de controlada, relativo ao aprimoramento de critérios de apuração das reservas garantidoras de planos de previdência no montante de R$26.610.

Em 2003, são referentes, principalmente, à mudança de prática contábil de operações de *swap* com clientes, associadas à operação de captação e/ou aplicação, que assim como a operação associada, deixaram de ser ajustadas ao valor de mercado, conforme Circular nº 3.150.

16. Outras Receitas e Despesas Operacionais

(a) Outras receitas operacionais

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Dividendos/lucros recebidos de outros investimentos, principalmente consórcios	23.845	27.450	156.550	146.298
Atualização monetária de créditos a receber	42.874	50.464	67.365	89.455
Juros de depósitos judiciais	16.889	4.283	34.955	4.811
Atualização monetária de tributos a recuperar	7.717	22.115	7.717	22.115
Variação cambial de outras obrigações	(8.880)	-	(8.786)	-
Reversão de provisões para contingências e outros	-	17.782	-	17.782
Outras	64.662	188.000	86.089	237.082
Total	**147.107**	**310.094**	**343.890**	**517.543**

(b) Outras despesas operacionais

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	345.142	348.660	510.721	484.186
Despesas com seguros	-	-	145.185	98.546
Amortização de ágio sobre empresas adquiridas	149.822	35.351	140.710	49.301
Despesa sobre cheques e cobrança remetidas, líquida	75.439	79.149	112.356	86.185
Encargos sobre venda do direito de recebimento de fluxo futuro de ordens de pagamento (nota 13 (b))	112.134	59.121	112.134	59.121
Perda cambial sobre investimentos no exterior	104.580	609.882	82.934	631.195
Outras	53.792	116.227	147.584	306.248
Total	**840.909**	**1.248.390**	**1.251.624**	**1.714.782**

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias são registrados em “Outros créditos – diversos” ou em “Outras obrigações – fiscais e previdenciárias”, de acordo com sua natureza.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social são realizados de acordo com a apuração de lucros tributáveis, e os créditos tributários sobre adições temporárias são realizadas quando da utilização ou reversão das provisões relacionadas.

(a) Créditos tributários

					Unibanco
	31 de dezembro de 2003	**Constituição**	**Realização**	**Saldo de empresas adquiridas**	**31 de dezembro de 2004**
Provisão para perdas com créditos	388.980	330.668	425.376	-	294.272
Outras provisões não dedutíveis	300.335	671.107	190.155	8.809	790.096
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	256.993	-	19.413	-	237.580
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	284.625	-	3.633	-	280.992
Subtotal	**1.230.933**	**1.001.775**	**638.577**	**8.809**	**1.602.940**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	78.986	-	35.143	-	43.843
Crédito tributário líquido	**1.309.919**	**1.001.775**	**673.720**	**8.809**	**1.646.783**
Total ativo	**1.309.919**				**1.646.783**

				Unibanco
	31 de dezembro de 2002	**Constituição**	**Realização**	**31 de dezembro de 2003**
Provisão para perdas com créditos	628.820	278.937	518.777	388.980
Outras provisões não dedutíveis	314.689	262.052	276.406	300.335
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	255.320	1.673	-	256.993
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	286.683	-	2.058	284.625
Subtotal	**1.485.512**	**542.662**	**797.241**	**1.230.933**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	125.303	-	46.317	78.986
Crédito tributário líquido	**1.610.815**	**542.662**	**843.558**	**1.309.919**
Total ativo	**1.610.815**			**1.309.919**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

					Unibanco Consolidado
	31 de dezembro de 2003	Constituição	Realização	Saldo de empresas adquiridas	31 de dezembro de 2004
Provisão para perdas com créditos	545.438	452.345	568.200	8.902	438.485
Outras provisões não dedutíveis	632.176	867.278	367.563	60.097	1.191.988
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	704.308	50.148	112.868	9.567	651.155
Constituição de ajustes de exercícios anteriores	-	25.945	-	-	25.945
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	492.453	-	7.377	-	485.076
Subtotal	**2.374.375**	**1.395.716**	**1.056.008**	**78.566**	**2.792.649**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	92.236	774	50.369	(150)	42.491
Obrigações fiscais diferidas	(26.031)	(5.708)	(3.113)	-	(28.626)
Crédito tributário líquido	**2.440.580**	**1.390.782**	**1.103.264**	**78.416**	**2.806.514**
Total ativo	**2.466.611**				**2.835.139**
Total passivo	**26.031**				**28.626**

				Unibanco Consolidado
	31 de dezembro de 2002	Constituição	Realização	31 de dezembro de 2003
Provisão para perdas com créditos	780.081	406.229	640.872	545.438
Outras provisões não dedutíveis	682.823	413.067	463.714	632.176
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	658.438	80.334	34.464	704.308
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	508.500	-	16.047	492.453
Subtotal	**2.629.842**	**899.630**	**1.155.097**	**2.374.375**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	130.469	10.553	48.786	92.236
Obrigações fiscais diferidas	(45.512)	-	(19.481)	(26.031)
Crédito tributário líquido	**2.714.799**	**910.183**	**1.184.402**	**2.440.580**
Total ativo	**2.760.311**			**2.466.611**
Total passivo	**45.512**			**26.031**

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

Expectativa de realização dos créditos tributários.

			Unibanco			Unibanco Consolidado
Exercício social	Contribuição social (MP 2.158-35)	Outros	Total	Contribuição social (MP 2.158-35)	Outros	Total
2005	8.997	313.055	322.052	18.358	613.717	632.075
2006	507	433.470	433.977	9.498	659.918	669.416
2007	771	391.776	392.547	14.490	498.342	512.832
2008	5.511	33.411	38.922	24.038	129.225	153.263
2009 a 2013	141.509	150.236	291.745	271.211	341.743	612.954
2014 a 2017	123.697	-	123.697	147.481	64.628	212.109
Total	**280.992**	**1.321.948**	**1.602.940**	**485.076**	**2.307.573**	**2.792.649**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor presente dos créditos tributários acima, calculado considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, totalizou R$1.326.449 (2003 - R$1.041.429) no Unibanco e R$2.219.027 (2003 – R$1.855.808) no Unibanco Consolidado.

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Resultado antes da tributação - líquido das participações (imposto de renda e contribuição social)	1.248.545	1.316.377	1.763.023	1.690.179
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(424.505)	(447.568)	(599.428)	(574.661)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Resultado de participações em controladas e coligadas e variação cambial sobre investimentos no exterior	300.461	96.483	(23.485)	(214.458)
Juros sobre capital próprio provisionados	149.279	121.687	200.812	161.822
Créditos tributários de anos anteriores constituídos no exercício	-	-	-	72.213
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	10.570	(34.633)	83.235	61.860
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**35.805**	**(264.031)**	**(338.866)**	**(493.224)**

18. Compromissos e Garantias

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Coobrigação e riscos em garantias prestadas	4.227.790	3.372.249	4.367.582	3.353.784
Contratos de administração de carteiras (substancialmente fundos mútuos de investimentos)	28.076.850	24.033.189	32.978.541	26.945.050
Compromissos por arrendamento mercantil	56.409	48.348	56.517	48.348

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

19. Transações entre Partes Relacionadas (Unibanco)

	2004	2003
Ativo		
Disponibilidades	112	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.625.703	2.052.204
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	598.815	1.471.511
Relações interfinanceiras	1.073	1.100
Operações de crédito	267.974	302.950
Outros créditos		
Rendas a receber		
Dividendos e remuneração sobre o capital próprio	67.686	129.272
Diversos	5.552	389.600
Passivo		
Depósitos	2.154.860	2.932.520
Captações no mercado aberto	226.841	132.530
Recursos de aceites e emissão de títulos		
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	99.233	69.661
Relações interfinanceiras	20.071	33.322
Obrigações por empréstimos	211.049	212.087
Instrumentos financeiros derivativos	124.283	96.898
Outras obrigações		
Sociais e estatutárias	301.506	-
Negociação e intermediação de valores	351	364
Dívidas subordinadas	125.739	551
Diversas	79.960	158.621
Receitas		
Operações de crédito	6.848	28.295
Resultado de títulos e valores mobiliários	536.577	663.883
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(3.673)	356.870
Receitas de prestação de serviços	194.474	146.305
Outras receitas operacionais	6.202	3.959
Despesas		
Captações no mercado	247.991	406.951
Empréstimos e repasses	5.726	64
Outras despesas administrativas	35.803	43.534
Outras despesas operacionais	2.434	2.996

Os valores acima referem-se a operações envolvendo o Unibanco e suas empresas controladas e foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações com partes relacionadas não consolidadas são limitadas a transações bancárias em regime normal de operações e não são relevantes no contexto operacional do Unibanco.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

As receitas de prestação de serviços referem-se basicamente a serviços prestados pelo Unibanco às empresas do conglomerado, cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes, pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de cartão, leasing, capitalização, seguros e corretagem.

Outras despesas administrativas referem-se substancialmente a pagamento de aluguel de acordo com contrato baseado no valor de mercado dos imóveis.

20. Instrumentos Financeiros

(a) Objetivos e política de utilização

O Unibanco utiliza instrumentos financeiros e operações envolvendo derivativos com o objetivo de atender necessidades próprias e ou de seus clientes no sentido de administrar exposições a riscos de mercado, moeda e taxa de juros ("*hedge*") ou estabelecer posições nesses mesmos mercados visando aproveitar oportunidades para geração de resultados.

A administração dos riscos envolvidos nos instrumentos financeiros derivativos é parte integral do processo de administração de ativos e passivos e das políticas e procedimentos de crédito. Os riscos de crédito da contraparte são minimizados através de transações com um pequeno número de instituições de alta qualidade.

Grande parte dos instrumentos financeiros derivativos é negociado na Bolsa de Mercadorias & Futuros ("BM&F"). Estes instrumentos possuem padrão de negociação e estão sujeitos às políticas definidas pela BM&F, incluindo aprovação da contraparte, requerimentos de margens diárias e depósitos em garantia. Para os instrumentos financeiros derivativos negociados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") ou em balcão é efetuada a análise do risco de crédito da contraparte.

Os contratos de taxa de juros e de moedas nos mercados a termo e futuro representam compromissos futuros de comprar ou vender instrumentos financeiros nos termos e datas especificados. Os valores referenciais representam o valor de face do correspondente instrumento na data da liquidação da operação. Os riscos de crédito associados aos contratos a termo e futuro são minimizados por garantias de depósitos em conta margem e, especificamente para o mercado futuro, por liquidações diárias das diferenças de posições. Contratos a termo e futuro estão sujeitos ao risco de variações não esperadas nas taxas de juros ou no valor dos correspondentes instrumentos financeiros.

Os contratos de *swap* representam compromissos futuros de trocar moedas ou indexadores nos termos e datas especificados nos contratos. O valor referencial dos instrumentos financeiros representa a base para a determinação dos diferenciais a receber ou a pagar. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade da contraparte em cumprir as condições contratuais e o risco associado às mudanças nas condições de mercado relacionadas a variações nas taxas de juros ou de câmbio.

Contratos de opções são aqueles que: (i) transferem, modificam ou reduzem o risco da taxa de juros, ou (ii) permitem que o Banco compre ou venda um instrumento financeiro mediante o pagamento ou recebimento de um prêmio no início do contrato. Como um comprador de opções, o Unibanco paga um prêmio e, como vendedor das opções, recebe um prêmio em troca de assumir um risco de variações nas taxas de juros futuras ou nos preços de mercado dos instrumentos financeiros. Os riscos de crédito e de mercado estão limitados aos prêmios pagos nas opções compradas e o risco associado às mudanças nas condições de mercado pode ter influência nas opções vendidas.

(b) Política de "*hedge*"

A utilização de instrumentos financeiros e operações envolvendo derivativos com o intuito de administrar exposições e riscos (*hedge*), podem ser contratadas de forma global, correlacionada a posição líquida assumida pelo Unibanco em determinados mercados ou vinculada a determinados ativos e passivos financeiros e para obtenção de proteção específica.

Os instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de ativos e passivos específicos possuem características altamente correlacionadas com o item protegido, permitindo a efetividade da estratégia de risco protegido por todo tempo planejado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* podem: (i) garantir um constante fluxo financeiro sobre determinado ativo ou passivo objeto ("*hedge*" de fluxo de caixa) ou (ii) reduzir a exposição a variações de preço do ativo ou passivo objeto ("*hedge*" de mercado).

(c) Estratégia e gerenciamento de risco

O Unibanco busca continuamente o aperfeiçoamento de seus procedimentos de administração de risco, os quais foram incorporados em diversos níveis da organização. Uma divisão, coordenada por um diretor executivo, é responsável pela identificação, quantificação e administração de riscos de mercado, crédito e operacional de todo o banco. Além disso, cada unidade de negócio conta com uma equipe dedicada à administração de risco.

Risco de crédito

A política de crédito é orientada para a administração de risco, ao mesmo tempo que mantém a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e as necessidades dos clientes. Os limites de créditos buscam evitar concentração em clientes e setores específicos que possuem alto fator de risco. É mantido um plano de alçadas de aprovação de crédito para clientes do atacado e do varejo. Dependendo do tipo de exposição e do histórico de crédito do cliente, as alçadas podem variar do gerente geral da agência ou gerente da conta até os comitês de crédito de varejo ou atacado, compostos por membros da alta administração. O processo de aprovação de crédito centralizado baseia-se em rigorosos limites de crédito, que são estabelecidos pelos comitês de crédito de atacado e varejo. Os limites pré-aprovados, para diversos tipos de crédito, são baseados na capacidade de solvência e porte dos clientes.

Crédito a empresas: A decisão sobre crédito é embasada em fatores como: histórico financeiro, fluxos de caixa, qualidade da administração, histórico de relacionamento, situação do mercado e outros fatores relacionados a risco de crédito. Um sistema interno de classificação de crédito é utilizado, ordenando empresas em várias categorias, com base em critérios quantitativos e aspectos qualitativos. As linhas de crédito são reexaminadas a cada 60 a 180 dias, conforme a classificação do tomador e o ambiente externo de crédito.

Políticas de crédito para o varejo: A administração de crédito no segmento de varejo, dado o considerável volume de solicitações de crédito, exige sistemas e processos especializados. São utilizados vários instrumentos estatísticos para avaliar as solicitações de crédito. Esses instrumentos, que incluem *credit scoring* e *behavior scoring*, contam com o suporte de sistemas específicos. O sistema automatizado de crédito monitora os empréstimos em todas as suas fases desde a recepção do pedido de crédito. É utilizado um sistema de *collection scoring* que define quais os métodos de cobrança ou combinação de métodos de cobrança mais eficientes para cada caso. Rigorosos padrões de originação e administração da carteira de crédito são impostos, incluindo restrições aos aumentos de limites de crédito e às renovações de limites de cheque especial.

Risco de mercado

A política relacionada à exposição aos riscos de mercado é conservadora. A exposição da carteira é supervisionada e controlada de forma independente. A gestão de riscos de mercado baseia-se em limites estabelecidos pelos comitês financeiro e de riscos. A exposição ao risco de mercado é limitada, mediante a administração de descasamentos de moeda, de vencimentos e de taxa de juros. Valores mobiliários, derivativos, empréstimos e captações são analisados de forma consolidada. Os derivativos têm importante papel na administração dos descasamentos de ativos e passivos. Os limites de exposição da Tesouraria são determinados levando-se em conta a volatilidade do mercado, projeções de cenário, oportunidade de lucro e as necessidades de captação do banco comercial. As atividades de negociação e posicionamento são

realizadas dentro de limites definidos pelo Comitê Financeiro. Esses limites e políticas são revisados mensalmente ou quando surge uma nova ameaça ou uma nova oportunidade.

O modelo de *value at risk* é utilizado na avaliação de risco de mercado. Também é utilizado o *stress test*, baseado em cenários macroeconômicos hipotéticos, simulados pelos departamentos de administração de risco e de macroeconomia, a fim de prevenir o risco de perda da carteira e analisar os efeitos das mudanças no mercado financeiro.

A administração da exposição ao risco é centralizada, repassando todos os riscos para posição de tesouraria. Todas as atividades de tesouraria, incluindo as das agências no exterior, são acompanhadas por nossos escritórios de São Paulo. Os limites e as estratégias de negociação são definidos pela matriz, e todas as posições de negociação são consolidadas em bases de dados centralizadas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez relaciona-se ao descasamento do fluxo financeiro de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter ativos e honrar suas obrigações.

As políticas de contingência e planejamento de liquidez são definidas pelo Comitê Financeiro divulgadas aos responsáveis e monitoradas por áreas independentes diariamente. A liquidez é avaliada de forma semelhante ao risco de mercado, observando os impactos em diferentes moedas e segundo cenários macroeconômicos e de *stress* que possam alterar a disponibilidade/custos de recursos no mercado financeiro. Prazos, moedas, instrumentos financeiros e diferentes mercados são diariamente avaliados para garantir aderência aos limites estabelecidos. Esses limites e políticas são revisados periodicamente e as estratégias definidas a fim de garantir o monitoramento conservador do risco de liquidez.

Riscos operacionais

O risco operacional relaciona-se à estimativa das perdas inesperadas em uma instituição caso seus sistemas, práticas e/ou medidas de controle não sejam capazes de resistir a falhas humanas, danos à infra-estrutura de suporte, utilização indevida de modelos, serviços ou produtos, alterações no ambiente dos negócios ou a quaisquer outras situações adversas de mercado.

Para atender aos requisitos legais, as boas práticas do mercado internacional e aos regulamentos internos do mercado financeiro brasileiro, o Unibanco criou estrutura interna independente de Gestão de Riscos. Essa área tem como um de seus objetivos, incentivar a geração e perpetuação de cultura interna voltada a gestão integrada de riscos. O gerenciamento do risco operacional é ferramenta indispensável aos processos de tomada de decisão e fator de diferenciação competitiva, possibilitando a avaliação da relação risco - retorno. Outro fator a ser ressaltado é a agregação de valor a marca, na medida em que dá suporte às áreas de negócio, ajudando-as na manutenção de suas atividades e assegurando a otimização dos recursos e da alocação de capital em benefício dos acionistas e clientes, demonstrando o comprometimento da instituição financeira com as melhores práticas de governança corporativa.

Como uma das ferramentas de trabalho que utilizamos, podemos mencionar o Sistema de Controles Internos que é uma ferramenta, disponível no portal corporativo e que pode ser acessado por todas as áreas do grupo. Este processo contempla avaliações periódicas, nas quais os gerentes identificam as atividades principais da sua área e os riscos potenciais, identificam a existência de pontos de controle e analisam a eficácia desses controles.

Os dados colhidos permitem o monitoramento e a avaliação do desempenho das unidades, identificando áreas com maior potencial de risco. Essa estrutura é base para identificação de indicadores e possibilita a criação de uma base de dados estruturada para qualificar e quantificar nosso nível de exposição a riscos

operacionais. A resultante deste processo é o envolvimento de todos os gestores do conglomerado Unibanco, geração de cultura e possibilita a elaboração de cálculos para uma correta avaliação e quantificação da necessidade de alocação do capital.

Para nossos sistemas, com a crescente diversificação das operações bancárias e o aumento no volume de transações on-line/real time, envolvendo redes de computadores e sistemas de telecomunicações, a criticidade da tecnologia da informação e o impacto potencial de possíveis panes, ganham dimensões cada vez maiores.

O Unibanco tem destinado um volume substancial de recursos para garantir a segurança e estabilidade de seus sistemas e equipamentos. Nosso computador central está instalado em São Paulo e mantemos, em condições totalmente operacionais, backup integral de todo esse sistema. Esse backup começa a operar automaticamente, no caso de quaisquer panes no funcionamento. Para garantir a efetividade e prontidão desse processo de contingência, são realizados testes e operações sistemáticas, nos quais avaliamos todo o processo e identificamos eventuais pontos a corrigir.

(d) Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor de mercado, estão assim apresentados:

				Unibanco
		2004		2003
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.046.144	8.010.295	3.818.721	3.823.431
Títulos e valores mobiliários	8.519.942	8.721.380	9.755.540	10.087.966
Operações de crédito	20.328.357	20.235.208	18.662.192	18.728.746
Derivativos (líquido)	373.165	373.165	266.785	266.785
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	1.722.807	1.724.592	1.705.508	1.711.260
Depósitos a prazo	23.958.405	23.959.348	16.115.257	16.120.341
Letras hipotecárias	333.627	333.419	815.136	825.487
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.293.691	1.298.084	2.399.971	2.417.005
Dívidas subordinadas	1.913.819	1.953.327	1.468.622	1.509.257
Outras obrigações (nota 13 (b))	2.576.208	2.190.425	2.439.614	2.278.081
Ações em tesouraria	51.423	107.688	132.123	236.036

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Unibanco Consolidado			
	2004		2003	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.759.373	2.709.217	2.197.301	2.202.011
Títulos e valores mobiliários	16.023.896	16.265.593	15.070.226	15.463.855
Operações de crédito	26.808.991	26.587.433	23.429.990	23.496.809
Derivativos (líquido)	310.611	310.611	182.170	182.170
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	119.434	119.436	276.230	276.960
Depósitos a prazo	24.225.320	24.226.263	16.433.975	16.437.023
Letras hipotecárias	376.721	376.513	829.403	839.755
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.202.474	1.206.279	2.635.850	2.661.459
Dívidas subordinadas	1.898.519	1.937.042	1.468.071	1.508.664
Outras obrigações (nota 13 (b))	2.576.208	2.190.425	2.439.614	2.278.081
Ações em tesouraria	51.423	107.688	132.123	236.036

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado de acordo com modelo de precificação interno que é estabelecido com base nas taxas médias divulgadas pelas Bolsas de Valores, associações de classe e agências externas para o último dia do exercício.

O valor de mercado das aplicações em depósitos interfinanceiros, das operações de crédito, dos depósitos a prazo, dos depósitos interfinanceiros e das letras hipotecárias foi apurado com base na taxa média praticada pelo Unibanco no último dia de negociação do exercício, para operações similares.

O valor de mercado das obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior e das dívidas subordinadas foi estabelecido com base na cotação média praticada nos correspondentes mercados no último dia de negociação do exercício, para operações similares.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado de acordo com modelo de precificação interno que é estabelecido com base nas taxas médias divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia do exercício, de acordo com a Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F e associações de classe.

O valor de mercado de outras obrigações referente à venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento a receber no exterior foi apurado considerando o valor que se poderia obter na sua negociação com o mercado.

O valor de mercado das ações em tesouraria foi apurado com base na cotação das *Units* de 31 de dezembro de 2004, na Bolsa de Valores de São Paulo.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(e) O valor referencial atualizado e o valor de mercado dos instrumentos financeiros registrados em contas de compensação, exceto pelas opções, cujo referencial se deve aos prêmios pagos/recebidos e a exposição a mercado aos valores contabilizados em contas patrimoniais, são resumidos como segue:

				Unibanco
		2004		**2003**
	Exposição referencial (1) **e** (2)	**Exposição a mercado** (1) **e** (2)	**Exposição referencial** (1) **e** (2)	**Exposição a mercado** (1) **e** (2)
Contratos futuros	**3.679.960**	**3.679.960**	**10.750.563**	**10.750.563**
Moedas	99.317	99.317	(522.041)	(522.041)
DI	2.835.130	2.835.130	11.518.788	11.518.788
Cupom cambial	745.513	745.513	(246.184)	(246.184)
Contratos a termo	**35.866**	**35.714**	**237.830**	**304.787**
Moedas	384.139	377.505	121.952	188.972
Prefixado	(348.273)	(341.791)	115.878	115.815
Contratos de *swap*	**307.368**	**300.831**	**259.637**	**198.443**
Moedas	(3.543.843)	(3.479.576)	(3.975.955)	(4.035.785)
CDI	941.026	941.961	2.189.359	2.189.359
Prefixado	1.504.332	1.447.927	721.514	729.991
Outros	1.405.853	1.390.519	1.324.719	1.314.878
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	**241.744**	**241.744**	**2.286.364**	**2.286.364**
Moedas	241.744	241.744	2.286.364	2.286.364
Contratos de *swap* bi-indexado	**25.699**	**25.780**	**-**	**-**
Moedas	25.699	25.780	-	-
Contratos de opções				
Compra de opções	**548**	**1.300**	**2.915**	**120**
Compra	**260**	**73**	**2.885**	**108**
Moedas	260	73	2.885	108
Venda	**288**	**1.227**	**30**	**12**
Moedas	288	1.227	-	-
IDI	-	-	30	12
Venda de opções	**28.487**	**24.863**	**6.375**	**102**
Compra	**22.850**	**10.224**	**6.375**	**102**
Moedas	22.850	10.224	6.375	102
Venda	**5.637**	**14.639**	**-**	**-**
Moedas	5.637	14.639	-	-

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				Unibanco Consolidado
		2004		**2003**
	Exposição referencial (1) **e** (2)	**Exposição a mercado** (1) **e** (2)	**Exposição referencial** (1) **e** (2)	**Exposição a mercado** (1) **e** (2)
Contratos futuros	**4.869.064**	**4.869.064**	**11.994.454**	**11.994.454**
Moedas	99.317	99.317	(491.705)	(491.705)
DI	4.138.576	4.138.576	12.822.434	12.822.434
Cupom cambial	631.171	631.171	(336.275)	(336.275)
Contratos a termo	**43.867**	**42.903**	**235.971**	**302.927**
Moedas	280.617	273.983	214.407	281.426
Prefixado	(236.750)	(231.080)	21.564	21.501
Contratos de *swap*	**235.842**	**231.089**	**180.374**	**115.688**
Moedas	(3.158.203)	(3.091.945)	(2.449.899)	(2.510.694)
CDI	1.530.587	1.530.768	1.435.887	1.435.887
Prefixado	457.558	401.758	(160.104)	(154.396)
Outros	1.405.900	1.390.508	1.354.490	1.344.891
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	**346.650**	**346.650**	**2.327.817**	**2.327.817**
Moedas	346.650	346.650	2.327.817	2.327.817
Contratos de *swap* bi-indexado	**25.699**	**25.780**	**-**	**-**
Moedas	25.699	25.780	-	-
Contratos de opções				
Compra de opções	**548**	**1.300**	**2.915**	**120**
Compra	**260**	**73**	**2.885**	**108**
Moedas	260	73	2.885	108
Venda	**288**	**1.227**	**30**	**12**
Moedas	288	1.227	-	-
IDI	-	-	30	12
Venda de opções	**28.487**	**24.863**	**6.375**	**102**
Compra	**22.850**	**10.224**	**6.375**	**102**
Moedas	22.850	10.224	6.375	102
Venda	**5.637**	**14.639**	**-**	**-**
Moedas	5.637	14.639	-	-

(1) Incluem posições compradas (vendidas), líquidas.
(2) Para os contratos de opções referem-se aos respectivos prêmios.

Os valores referenciais das opções registrados em contas de compensação, montam a R$76.000 (2003 – R$241.000) de compra de opções e R$1.419.688 (2003 – R$245.000) de venda de opções.

Em 31 de dezembro de 2004, existiam operações de futuro de R$7.339.572 (2003 – R$1.658.148) no Unibanco e R$8.445.961 (2003 – R$2.962.859) no Unibanco Consolidado e operações de *swap* no montante de R$1.311.521 (2003 – R$2.019.929) no Unibanco e R$1.808.565 (2003 – R$2.492.932) no Unibanco Consolidado, ajustados ao valor de mercado, utilizadas como *hedge* de fluxo de caixa exposto à variação cambial de dólar norte-americano e iene e à variação do CDI e IGPM, com ganho líquido dos efeitos tributários e dos resultados dos minoritários no consolidado, no exercício, no montante de R$96.902 (2003 – perda líquida de R$95.399) no Unibanco e R$118.519 (2003 – perda líquida de R$110.454) no Unibanco Consolidado, registrado na conta "Ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". A efetividade apurada para a carteira de *hedge* em 31 de dezembro de 2004, estava em conformidade com o padrão estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 31 de dezembro de 2003, existiam contratos de *swap* no valor de R$156.113 no Unibanco e no Unibanco Consolidado, ajustados ao valor de mercado, utilizados como *hedge* de exposição cambial do dólar norte-americano, contra riscos de mercado. O efeito da variação do valor de mercado do item objeto de *hedge*, líquido dos efeitos tributários foi de R$13.609 registrado a crédito no resultado do exercício em contrapartida às contas de "Títulos e valores mobiliários". A efetividade apurada para a carteira de *hedge* em 31 de dezembro de 2003 estava em conformidade com o padrão estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Durante o exercício de 2004, deixaram de ser classificados como *hedge* de risco de mercado as operações de swap utilizadas como *hedge* de títulos disponíveis para venda no montante de R$184.618 em decorrência da perda da efetividade apurada pela variação do valor de mercado entre os objetos e os derivativos acima dos percentuais limites do Banco Central do Brasil. O efeito nos títulos disponíveis para venda pela não efetividade do *hedge* foi registrado a débito no resultado do exercício no montante de R$8.829.

Em 31 de dezembro de 2004, existiam operações de *swap* no valor de R$92.770 no Unibanco e no Unibanco Consolidado utilizados como *hedge* da exposição cambial do dólar norte-americano de títulos mantidos até o vencimento de acordo com os termos da Circular 3.129 do Banco Central do Brasil e, portanto, não são avaliadas pelo valor de mercado. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* em 31 de dezembro de 2004 estava em conformidade com o padrão estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Durante o exercício de 2004, deixaram de ser utilizados como *hedge* da exposição cambial do dólar norte-americano de títulos mantidos até o vencimento, de acordo com os termos da Circular 3.129 do Banco Central do Brasil, no montante de R$167.953 de contratos de *swap* em decorrência da perda da efetividade apurada pela variação dos títulos objetos e os derivativos acima dos percentuais limites do Banco Central do Brasil. O efeito de marcação a mercado dos derivativos foi registrado a débito no resultado do exercício no montante de R$1.474.

As operações acima não representam a exposição global do Unibanco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos.

As operações de *swap* contratadas em negociação associada à operação de captação e/ou aplicação estão registradas pelos valores atualizados conforme a variação dos respectivos indexadores incorrida ("curva"), e não são avaliadas pelo valor de mercado.

(f) Referencial de mercado distribuído por local de negociação:

						Unibanco
			2004			**2003**
Exposição a mercado	**BM&F**	**CETIP/ Balcão**	**Total**	**BM&F**	**CETIP/ Balcão**	**Total**
Contratos futuros	3.679.960	-	**3.679.960**	10.750.563	-	**10.750.563**
Contratos a termo	-	35.714	**35.714**	-	304.787	**304.787**
Contratos de *swap*	(138.107)	438.938	**300.831**	(193.643)	392.086	**198.443**
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	241.744	-	**241.744**	2.286.364	-	**2.286.364**
Contratos de swap bi-indexado	-	25.780	**25.780**	-	-	**-**
Contratos de opções						
Compra de opções	1.300	-	**1.300**	120	-	**120**
Venda de opções	24.863	-	**24.863**	102	-	**102**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Unibanco Consolidado
			2004			2003
Exposição a mercado	**BM&F**	**CETIP/ Balcão**	**Total**	**BM&F**	**CETIP/ Balcão**	**Total**
Contratos futuros	4.869.064	-	**4.869.064**	11.994.454	-	**11.994.454**
Contratos a termo	(2.797)	45.700	**42.903**	-	302.927	**302.927**
Contratos de *swap*	(138.102)	369.191	**231.089**	(194.701)	310.389	**115.688**
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	346.650	-	**346.650**	2.327.817	-	**2.327.817**
Contratos de *swap* bi-indexado	-	25.780	**25.780**	**-**	**-**	**-**
Contratos de opções						
Compra de opções	1.300	-	**1.300**	120	-	**120**
Venda de opções	24.863	-	**24.863**	102	**-**	**102**

As garantias dadas para as operações negociadas na BM&F, totalizavam R$181.063 (2003 - R$694.799) no Unibanco e R$216.275 (2003 - R$767.111) no Unibanco Consolidado e eram representadas por títulos públicos federais.

(g) Os ativos e passivos relativos aos instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais por vencimento e por tipo, são resumidos como segue:

		Unibanco		Unibanco Consolidado
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Ativo				
Até 3 meses	303.394	159.818	294.645	110.223
De 3 meses a 1 ano	280.735	275.213	168.221	215.630
De 1 a 3 anos	111.635	131.612	100.985	101.834
Acima de 3 anos	16.190	7.529	16.190	7.529
Total	**711.954**	**574.172**	**580.041**	**435.216**
Passivo				
Até 3 meses	129.888	56.414	88.932	33.084
De 3 meses a 1 ano	126.041	111.382	109.050	92.377
De 1 a 3 anos	80.645	96.591	69.233	84.585
Acima de 3 anos	2.215	43.000	2.215	43.000
Total	**338.789**	**307.387**	**269.430**	**253.046**

		Unibanco		Unibanco Consolidado
	2004	**2003**	**2004**	**2003**
Ativo				
Contratos a termo	100.162	68.837	120.880	66.977
Contratos de *swap*	582.878	505.215	430.247	368.119
Contratos de *swap* bi - indexado	27.614	-	27.614	-
Contratos de opções – prêmios pagos	1.300	120	1.300	120
Total	**711.954**	**574.172**	**580.041**	**435.216**
Passivo				
Contratos a termo	30.045	513	43.575	513
Contratos de *swap*	282.047	306.772	199.158	252.431
Contratos de *swap* bi – indexado	1.834	-	1.834	-
Contratos de opções – prêmios recebidos	24.863	102	24.863	102
Total	**338.789**	**307.387**	**269.430**	**253.046**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(h) Os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação, exceto pelos contratos de opções cujos montantes se devem aos valores contabilizados em contas patrimoniais, possuem os seguintes vencimentos:

					Unibanco
					2004
Exposição a mercado	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Contratos futuros	(3.470.299)	5.088.313	2.220.281	(158.335)	**3.679.960**
Contratos a termo	(662.672)	28.042	116.372	553.972	**35.714**
Contratos de swap	81.668	172.776	31.733	14.654	**300.831**
Contratos de swap com ajuste diário	176.993	64.751	-	-	**241.744**
Contratos de *swap* bi-indexado	21.049	4.731	-	-	**25.780**
Contratos de opções					
Compra de opções	1.300	-	-	-	**1.300**
Venda de opções	11.920	12.943	-	-	**24.863**

					Unibanco
					2003
Exposição a mercado	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Contratos futuros	9.142.334	383.663	1.170.536	54.030	**10.750.563**
Contratos a termo	(9.405)	(378.792)	22.387	670.597	**304.787**
Contratos de swap	53.191	146.425	34.298	(35.471)	**198.443**
Contratos de swap com ajuste diário	1.321.670	858.575	106.119	-	**2.286.364**
Contratos de opções					
Compra de opções	120	-	-	-	**120**
Venda de opções	102	-	-	-	**102**

					Unibanco Consolidado
					2004
Exposição a mercado	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Contratos futuros	(2.947.673)	5.471.690	2.503.382	(158.335)	**4.869.064**
Contratos a termo	(655.472)	28.031	116.372	553.972	**42.903**
Contratos de *swap*	106.676	77.265	32.494	14.654	**231.089**
Contratos de *swap* com ajuste diário	242.307	104.343	-	-	**346.650**
Contratos de *swap* bi-indexado	21.049	4.731	-	-	**25.780**
Contratos de opções					
Compra de opções	1.300	-	-	-	**1.300**
Venda de opções	11.920	12.943	-	-	**24.863**

					Unibanco Consolidado
					2003
Exposição a mercado	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Contratos futuros	9.428.869	819.669	1.691.886	54.030	**11.994.454**
Contratos a termo	(11.265)	(378.792)	22.387	670.597	**302.927**
Contratos de *swap*	28.786	105.847	16.526	(35.471)	**115.688**
Contratos de *swap* com ajuste diário	1.321.670	858.575	147.572	-	**2.327.817**
Contratos de opções					
Compra de opções	120	-	-	-	**120**
Venda de opções	102	-	-	-	**102**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

21. Demonstração do Fluxo de Caixa

	Unibanco	
	2004	**2003**
Atividades operacionais		
Lucro líquido	1.283.208	1.052.346
Provisão para perdas com créditos	806.431	674.077
Imposto de renda diferido ativo	(366.831)	242.391
Reversão para perdas em bens não de uso próprio	(8.029)	(9.282)
Prejuízo na alienação de valores e bens	16.275	16.710
Amortização de ágio na aquisição de empresas controladas	965.011	35.081
Resultado da equivalência patrimonial	(1.076.339)	(1.045.366)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	81.626	275.805
Prejuízo (lucro) na alienação de investimentos	-	(1.035)
Reversão para perdas em outros investimentos	(3)	-
Depreciação e amortização	210.058	201.292
Modificações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	(6.936.624)	4.817.278
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.274.171	3.678.525
Redução (aumento) em depósitos no Banco Central	(680.891)	(43.866)
Variação líquida de outras relações interfinanceiras e de relações interdependências	(161.768)	48.494
Redução (aumento) em operações de crédito	(2.443.747)	(1.019.947)
Variação líquida da carteira de câmbio	436.725	(4.006)
Redução (aumento) de outros créditos e outros valores e bens	(750.594)	(908.115)
Aumento (redução) de outras obrigações	1.278.718	969.413
Aumento (redução) de resultados de exercícios futuros	17.583	(109)
Caixa líquido (aplicado em) originado das atividades operacionais	**(6.055.020)**	**8.979.686**
Atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de controladas e coligadas	728.377	503.827
Venda de bens não de uso próprio	34.899	44.812
Compra/aumento de capital de/em controladas e coligadas	(116.073)	(58.919)
Ágio na aquisição de empresas controladas	(110.017)	-
Venda/ redução de capital de/em controladas e coligadas	590.906	-
Compra de outros investimentos	(12.027)	(2.991)
Venda de outros investimentos	7.599	3.034
Compra de imobilizado de uso	(88.563)	(54.089)
Venda de imobilizado de uso	14.328	10.235
Aplicações no diferido	(117.853)	(97.942)
Caixa líquido (aplicado em) originado das atividades de investimento	**931.576**	**347.967**
Atividades de financiamento		
Aumento (redução) em depósitos	8.299.475	(269.903)
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	480.379	(6.448.271)
Aumento (redução) de recursos de aceites e emissão de títulos	(1.587.789)	(324.751)
Aumento (redução) de empréstimos e repasses	(1.117.715)	(2.086.914)
Aquisição de ações próprias	-	(43.174)
Dividendos pagos	(470.014)	(180.000)
Caixa líquido (aplicado em) originado das atividades de financiamento	**5.604.336**	**(9.353.013)**
Aumento (redução) líquido das disponibilidades	**480.892**	**(25.360)**
Disponibilidades no início do exercício	848.223	873.583
Disponibilidades no fim do exercício	1.329.115	848.223
Aumento (redução) líquido das disponibilidades	**480.892**	**(25.360)**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Unibanco Consolidado	
	2004	**2003**
Atividades operacionais		
Lucro líquido	1.283.208	1.052.346
Provisão para perdas com créditos	1.554.851	1.454.952
Provisão técnica de seguros, de capitalização e de planos de previdência privada	1.278.317	1.465.492
Imposto de renda diferido ativo	(321.140)	233.245
Reversão para perdas em bens não de uso próprio	(11.295)	(15.377)
Prejuízo (lucro) na alienação de valores e bens	(35.234)	12.159
Amortização de ágio na aquisição de empresas controladas	968.908	49.301
Resultado da equivalência patrimonial	(13.861)	(435)
Prejuízo na alienação de investimentos	-	774
Provisão (reversão) para perdas em outros investimentos	391	(9)
Depreciação e amortização	377.391	351.327
Resultado dos acionistas minoritários	139.804	144.609
Modificações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.415.928)	4.543.580
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(959.440)	2.931.529
Redução (aumento) em depósitos no Banco Central	(634.402)	(189.562)
Variação líquida de outras relações interfinanceiras e de relações interdependências	(137.958)	(15.438)
Redução (aumento) em operações de crédito	(4.952.474)	(3.058.004)
Redução (aumento) em operações de arrendamento mercantil	(166.397)	35.989
Variação líquida da carteira de câmbio	439.172	(13.541)
Redução (aumento) de outros créditos e outros valores e bens	(1.754.142)	(1.359.574)
Aumento (redução) de outras obrigações	2.577.138	1.892.013
Aumento (redução) de resultados de exercícios futuros	78.516	14.199
Caixa líquido (aplicado em) originado das atividades operacionais	**(3.704.575)**	**9.529.575**
Atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de controladas e coligadas	650	28.482
Venda de bens não de uso próprio	172.107	100.213
Compra/aumento de capital de/em controladas e coligadas	(238.076)	(4.276)
Ágio na aquisição de empresas controladas	(467.081)	10.715
Venda/ redução de capital de/em controladas e coligadas	160.864	5.367
Compra de outros investimentos	(53.513)	(30.353)
Venda de outros investimentos	37.432	18.687
Compra de imobilizado de uso	(224.299)	(206.534)
Venda de imobilizado de uso	204.012	83.863
Aplicações no diferido	(247.689)	(144.769)
Participação dos acionistas minoritários	(170.952)	(24.333)
Caixa líquido (aplicado em) originado das atividades de investimento	**(826.545)**	**(162.938)**
Atividades de financiamento		
Aumento (redução) em depósitos	8.173.801	(631.398)
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	381.273	(6.622.078)
Aumento (redução) de recursos de aceites e emissão de títulos	(1.886.058)	(250.124)
Aumento (redução) de empréstimos e repasses	(1.189.919)	(1.634.905)
Aquisição de ações próprias	-	(43.174)
Dividendos pagos	(470.014)	(180.145)
Caixa líquido (aplicado em) originado das atividades de financiamento	**5.009.083**	**(9.361.824)**
Aumento (redução) líquido das disponibilidades	**477.963**	**4.813**
Disponibilidades no início do exercício	1.083.301	1.078.488
Disponibilidades no fim do exercício	1.561.264	1.083.301
Aumento (redução) líquido das disponibilidades	**477.963**	**4.813**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

22. Informações sobre Empresas Controladas

Os quadros a seguir apresentam o balanço patrimonial e a demonstração de resultado das principais empresas controladas pelo Unibanco, contemplando apenas as eliminações entre as empresas consolidadas e/ou combinadas em cada grupo.

(a) As agências e empresas controladas no exterior contemplando, principalmente, agências no exterior (Unibanco Grand Cayman e Nassau); bancos (Unibanco – União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A., Interbanco S.A. (Paraguai), Unibanco Cayman Bank Ltd., e Unicorp Bank & Trust (Grand Cayman)); e corretoras (Unibanco Securities Limited (Inglaterra) e Unibanco Securities Inc. (EUA)):

Balanço patrimonial combinado	2004	2003
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**11.453.326**	**13.217.254**
Disponibilidades	365.477	198.569
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.075.000	1.734.314
Títulos e valores mobiliários	5.943.716	7.076.972
Relações interfinanceiras	193.318	231.044
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	2.576.286	3.259.453
Outros créditos e outros valores e bens	299.529	716.902
Permanente	**362.228**	**73.134**
Total	**11.815.554**	**13.290.388**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**10.225.959**	**10.847.928**
Depósitos	2.338.365	1.910.155
Captações no mercado aberto	1.490.811	731.714
Recursos de emissão de títulos	1.232.349	2.298.662
Relações interfinanceiras	9.574	4.073
Empréstimos e repasses	1.229.746	2.059.950
Instrumentos financeiros derivativos	11.398	35.761
Outras obrigações	3.913.716	3.807.613
Resultados de exercícios futuros	**10.716**	**9.328**
Participação minoritária	**5**	**4**
Patrimônio líquido	**1.578.874**	**2.433.128**
Total	**11.815.554**	**13.290.388**

Demonstração combinada do resultado	2004	2003
Receitas da intermediação financeira	975.756	1.321.620
Despesas da intermediação financeira	(276.277)	(375.681)
Provisão para perdas com créditos	(15.836)	(117.987)
Receitas de prestação de serviços	75.525	-
Despesas de pessoal e administrativas	(84.447)	(69.939)
Outras receitas (despesas) operacionais	(95.968)	(18.692)
Resultado não-operacional	(1.748)	2.534
Participações no lucro	-	(12)
Lucro líquido do exercício	**577.005**	**741.843**

A despesa de imposto de renda e de contribuição social referente às operações no exterior é contabilizada no banco múltiplo, como reflexo da adição ao lucro real do resultado dessas operações.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Ramo de seguros e de previdência privada incluindo Unibanco AIG Seguros S.A., Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A., Unibanco AIG Previdência S.A. e Unibanco AIG Vida e Previdência S.A.:

Balanço patrimonial combinado	**2004**	**2003**
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**7.343.814**	**5.672.097**
Disponibilidades	71.188	11.864
Aplicações de títulos e valores mobiliários	6.076.602	4.824.881
Créditos de operações com seguros e resseguros	555.537	529.262
Outros créditos e outros valores e bens	640.487	306.090
Permanente	**214.206**	**272.957**
Total	**7.558.020**	**5.945.054**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**6.204.849**	**4.482.309**
Provisões técnicas de seguros	1.731.327	529.262
Provisões técnicas de previdência privada	3.646.527	1.260.161
Débitos de operações com seguros e resseguros	219.350	2.631.180
Outras obrigações	607.645	61.706
Resultados de exercícios futuros	**100.909**	**-**
Participação minoritária	**10.593**	**-**
Patrimônio líquido	**1.241.669**	**1.462.745**
Total	**7.558.020**	**5.945.054**

Demonstração combinada do resultado	**2004**	**2003**
Prêmios retidos	3.102.901	2.577.340
Variação de provisões técnicas de seguros	(961.732)	(1.172.500)
Sinistros retidos	(895.957)	(818.843)
Despesas de comercialização	(300.596)	(351.831)
Rendas de contribuições retidas	825.277	883.197
Variações das provisões técnicas – previdência	(534.447)	(477.869)
Despesas com benefícios e resgates	(524.684)	2.176
Outras receitas operacionais	23.817	17.573
Outras despesas operacionais	(326.675)	(60.853)
Despesas de pessoal	(124.336)	(102.510)
Despesas administrativas	(157.876)	(146.167)
Despesas com tributos	(67.056)	(67.117)
Receitas financeiras	124.357	53.955
Resultado não-operacional	33.984	14.169
Imposto de renda e contribuição social	1.288	(90.637)
Participações no lucro	(15.577)	(16.730)
Lucro líquido do exercício	**202.688**	**243.353**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Ramo de cartão de crédito, inclusive as controladas em conjunto com outras instituições e incluem: Unicard Banco Múltiplo S.A. (100%), Redecard S.A. (31,943%) e Hipercard Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (100%). Para efeito de comparabilidade as informações relativas às contas patrimoniais de 2003 e as de resultado em 2004 e 2003 estão sendo apresentadas sem a consolidação proporcional da Credicard S.A. – Administradora de Cartões de Crédito e da Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda., conforme nota explicativa nº 9 (b):

Balanço patrimonial combinado	**2004**	**2003**
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**4.807.211**	**4.412.809**
Disponibilidades	11.091	36.616
Aplicações interfinanceiras de liquidez	79.169	15.250
Títulos e valores mobiliários	607.090	607.312
Relações interfinanceiras e interdependências	11.395	15.440
Operações de crédito	2.186.303	1.863.555
Créditos tributários e impostos a compensar	560.041	669.940
Outros créditos e outros valores e bens	1.352.122	1.204.696
Permanente	**325.171**	**266.482**
Total	**5.132.382**	**4.679.291**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**4.245.854**	**3.592.847**
Depósitos	1.242.468	298.115
Empréstimos e repasses	141.567	263.112
Recursos de emissão de títulos	273.521	588.534
Relações interfinanceiras e interdependências	120	365
Instrumentos financeiros derivativos	67.885	33.957
Provisões fiscais, previdenciárias e para contingências	289.066	683.996
Outras obrigações	2.231.227	1.724.768
Participação minoritária	**57.216**	**-**
Patrimônio líquido	**829.312**	**1.086.444**
Total	**5.132.382**	**4.679.291**

Demonstração combinada do resultado	**2004**	**2003**
Receitas da intermediação financeira	878.675	576.037
Despesas da intermediação financeira	(160.294)	(88.723)
Provisão para perdas com créditos	(246.418)	(182.820)
Receitas de prestação de serviços	509.517	242.292
Despesas de pessoal e administrativas	(378.873)	(210.146)
Outras receitas (despesas) operacionais (1)	(403.210)	(114.028)
Resultado não-operacional	(1.157)	(428)
Imposto de renda e contribuição social	(44.934)	(66.474)
Participações no lucro	(13.038)	(6.164)
Participações minoritárias	(25.606)	-
Lucro líquido do exercício	**114.662**	**149.546**

(1) Inclui amortização extraordinária de ágio no montante de R$70.162 (nota explicativa nº 9 (b)) .

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(d) Empresas que operam em crédito direto ao consumidor contemplam, principalmente, Banco Fininvest S.A. (100%), Banco Investcred Unibanco S.A. (50%), Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (50%), Creditec Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Creditec Promovendas Ltda. e Creditec SP Promoções de Vendas Ltda.:

Balanço patrimonial combinado	2004	2003
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**2.774.707**	**2.006.865**
Disponibilidades	6.285	4.488
Aplicações interfinanceiras de liquidez	23.281	36.743
Títulos e valores mobiliários	64.876	54.847
Relações interfinanceiras e interdependências	5.155	10.367
Operações de crédito	2.097.229	1.531.925
Outros créditos e outros valores e bens	577.881	368.495
Permanente	**226.045**	**131.857**
Total	**3.000.752**	**2.138.722**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**2.335.010**	**1.676.522**
Depósitos	1.506.399	1.112.468
Captações no mercado aberto	-	783
Relações interfinanceiras e interdependências	286	-
Empréstimos	18	11.933
Instrumentos financeiros derivativos	1.080	7.498
Outras obrigações	827.227	543.840
Patrimônio líquido	**665.742**	**462.200**
Total	**3.000.752**	**2.138.722**

Demonstração combinada do resultado	2004	2003
Receitas da intermediação financeira	1.363.898	1.279.188
Despesas da intermediação financeira	(193.369)	(279.333)
Provisão para perdas com créditos	(419.009)	(413.657)
Receitas de prestação de serviços	276.527	-
Despesas de pessoal e administrativas	(574.164)	(476.913)
Outras receitas (despesas) operacionais	(196.852)	72.358
Resultado não-operacional	4.763	(126)
Imposto de renda e contribuição social	(25.706)	(13.153)
Participações no lucro	(13.844)	(11.375)
Lucro líquido do exercício	**222.244**	**156.989**

23. Outras Informações

(a) Os bens arrendados a terceiros, no montante de R$989.562 (2003 – R$877.502), líquido de depreciação, estão compromissados para venda aos arrendatários, à opção destes, no término dos correspondentes contratos de arrendamento por R$507.978 (2003 – R$510.893), e o valor residual recebido antecipadamente desses arrendatários monta a R$378.812 (2003 – R$431.953), classificado como conta redutora de arrendamentos a receber. As operações de arrendamento mercantil, tendo por objeto bens de terceiros, não são relevantes.

(b) É política do Unibanco e de suas controladas manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2004, a cobertura de seguros sobre imóveis e outros bens de uso montava a R$516.521 (2003 – R$507.629) no Unibanco e R$1.155.028 (2003 – R$1.061.005) no Unibanco Consolidado.

24. Evento Subseqüente

Oferta Secundária de *Units*

Em fevereiro de 2005, Commerzbank Aktiengesellschaft e BNL International Investments S.A. venderam, por meio de uma distribuição pública secundária, 45.897.387 *Units*, representativas de 7,2% das ações preferenciais do Unibanco e 8,9% das ações preferenciais da Unibanco Holdings.

* * *

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2003

1. Aos Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. e Empresas Controladas relativos ao exercício de 2003. Relacionamos a seguir as principais atividades e o resultado obtido no período. O documento traz informações de desempenho das unidades de negócios e comentários sobre os principais projetos e iniciativas, que vêm garantindo um crescimento contínuo e equilibrado ao Unibanco.

2. Macroeconomia e Sistema Financeiro

O ano de 2003 teve como característica a continuidade da aplicação da política monetária e o início da recuperação da produção industrial. A trajetória da inflação deixou de ser uma preocupação neste período e as contas externas, impulsionadas pelo forte saldo comercial, contribuíram para maior liquidez no mercado cambial.

No ano, as exportações levaram o saldo comercial a superávits mensais crescentes. No período, a balança comercial ficou positiva em US$ 24,8 bilhões, resultado 88% superior ao registrado no ano anterior.

O cenário de ajuste externo, políticas fiscal e monetária críveis e elevada liquidez no mercado global de capitais contribuiu para uma redução expressiva no risco soberano brasileiro. O Embi-Brasil encerrou 2003 em forte queda em relação ao ano anterior, atingindo 463 pontos contra 1.439 no final de 2002. Apesar das fortes intervenções do governo central no sentido de reduzir a liquidez do mercado cambial, a liquidez externa contribuiu para a apreciação de 22,3% do Real frente ao dólar em 2003.

Os expressivos resultados das contas públicas têm sido suficientes para manter a razão dívida - PIB com um modesto crescimento no decorrer de 2003, encerrando o mês de dezembro em 58,1%. A parcela da dívida cambial (incluindo *swap*) na dívida mobiliária federal recuou de 33,5% ao final de 2002 para 20,5% em dezembro de 2003.

O ano de 2003 apresentou uma inflação acumulada (IPCA) de 9,3%, significativamente inferior aos 12,5% registrados no ano anterior.

O cenário econômico permitiu que o Banco Central efetivasse a trajetória gradativa de redução da taxa nominal de juro básica (Selic). Mantendo a linha do gradualismo, o Copom cortou 10% da taxa Selic nas seis reuniões que se seguiram desde junho, com conseqüentes reduções na taxa de juro real esperada, considerando a estrutura a termo e as expectativas de inflação.

A política monetária começa a dar sinais de retomada do crescimento na economia. Servem como base para esta visão os significativos aumentos na produção industrial, que entre julho e novembro apresentou crescimento acumulado de 7,7% na média móvel trimestral em termos dessazonalizados.

Por fim, no que tange ao crescimento das operações de crédito com recursos livres, o desempenho no decorrer de 2003 foi modesto. Até dezembro, o estoque dessas operações acumulou um crescimento nominal de apenas 6,0%.

3. Comentário de Desempenho Consolidado

O resultado operacional em 2003 apresentou crescimento de 76,0% em relação a 2002, atingindo R$ 1.906 milhões. O aumento do resultado de intermediação financeira antes das despesas de provisão e a redução das despesas de provisão para perdas com crédito, da ordem de 20,8%, foram os principais fatores que contribuíram para esse desempenho.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2003

O lucro líquido em 2003 montou a R$ 1.052 milhões, que representa um incremento de R$ 42 milhões quando se compara com 2002. A apreciação do Real de 22,3% em 2003 gerou uma despesa não dedutível de variação cambial sobre os investimentos no exterior. Conseqüentemente, as despesas de provisão para imposto de renda e contribuição social aumentaram significativamente em 2003.

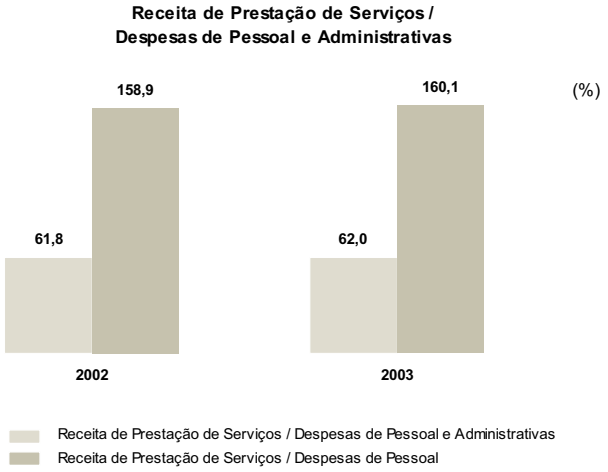
O patrimônio líquido montou a R$ 7.156 milhões em 31 de dezembro de 2003, apresentando crescimento de 9,1% quando comparado ao saldo de dezembro de 2002. O lucro líquido por lote de 1.000 ações atingiu R$ 7,65 no ano.

Em janeiro de 2004, foram pagos pelo Unibanco juros sobre capital próprio de R$ 230 milhões, que somados aos R$ 196 milhões adiantados em julho de 2003, totalizam R$ 426 milhões brutos (R$ 362 milhões líquidos) distribuídos no exercício de 2003, um aumento de 6,5% em relação ao exercício anterior.

O resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas com créditos, de R$ 7.139 milhões no ano de 2003, apresentou crescimento de 58,3% em relação a 2002, impactado positivamente pela reestruturação do hedge cambial.

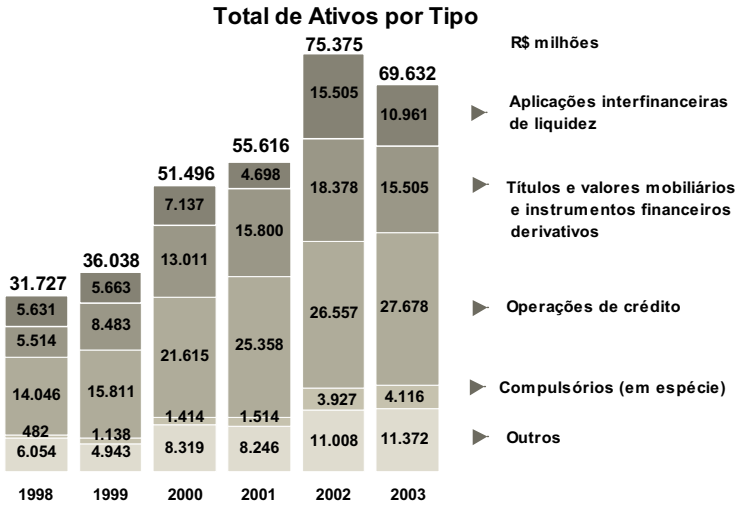
As receitas de prestação de serviços cresceram 8,5% em 2003 em relação ao ano anterior, alcançando a cifra de R$ 2.838 milhões, com destaque para a evolução de 15,4% das tarifas bancárias e comissões e para as receitas de administração de recursos de terceiros com 28,2%. O primeiro crescimento deveu-se ao aumento da base de clientes do Unibanco, com maior índice de ativação e maior número de produtos por cliente, além de operações de fusões e aquisições coordenadas pelo Unibanco e o último em virtude do aumento dos recursos administrados.

As despesas administrativas e de pessoal atingiram R$ 4.578 milhões em 2003, um crescimento de 8,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, abaixo da inflação registrada no período.



4. Ativos e Passivos

Os ativos totais consolidados do Unibanco atingiram R$ 69.632 milhões em 31 de dezembro de 2003. Em 31 de dezembro de 2002, o banco foi solicitado pelo Banco Central para repassar recursos como Dealer no valor de R$ 8,0 bilhões, fato que não se repetiu em 31 de dezembro de 2003, impactando a conta de aplicações interfinanceiras de liquidez e resultando na queda dos ativos do banco em 7,6% nos últimos 12 meses. Os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos apresentaram queda devido principalmente à variação cambial e vencimentos da carteira.



Em 2003, a carteira de títulos do Unibanco atingiu R$ 15.070 milhões, dos quais 39% eram classificados como títulos para negociação, 23% como disponíveis para venda e 38% como mantidos até o vencimento.

A carteira de crédito, incluindo garantias prestadas, atingiu o montante de R$ 27.917 milhões em 2003. Na mesma data, o saldo das provisões para perdas com créditos totalizava R$ 1.549 milhões, que representava 5,5% da carteira. Desse total, R$ 223 milhões são baseados em percentuais mais prudentes do que o mínimo exigido pela regulamentação.

O saldo de depósitos e fundos de investimento e carteiras administradas totalizou R$ 52.302 milhões em dezembro de 2003, apresentando um crescimento de 17,9% no ano.

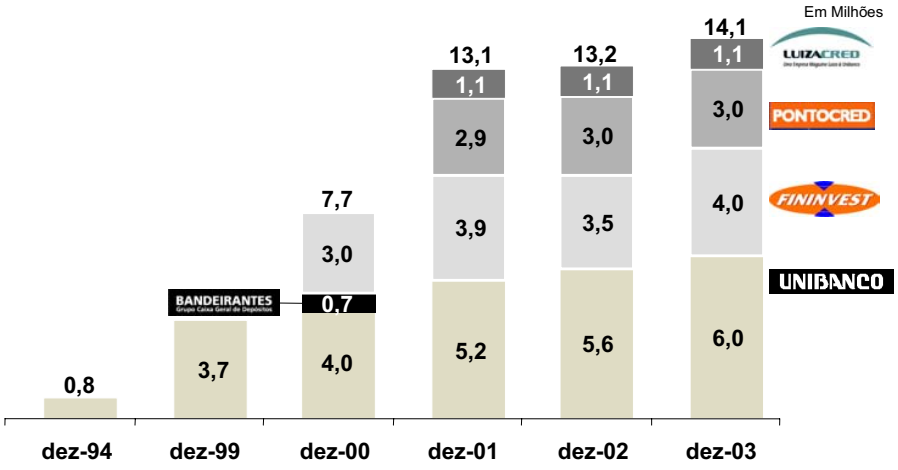
O índice de Basiléia do Unibanco ficou em 18,6% em 31 de dezembro de 2003, acima do limite mínimo de 11% exigido pelo Banco Central do Brasil, considerando-se a operação de Tier II, no valor de US$ 200 milhões, concretizada em dezembro de 2003 e pendente de aprovação do Banco Central do Brasil.

5. Banco de Varejo

Ao longo do ano de 2003 foram abertas 702 mil novas contas correntes. Ao final do ano, a base de correntistas, somada ao número de poupadores e aposentados, totalizava 6,0 milhões de clientes sob a marca Unibanco. O aumento no número de clientes do Unibanco é resultado do programa de crescimento orgânico ContAtiva2, lançado em fevereiro de 2003.

Considerando-se os clientes das companhias de crédito ao consumidor (Fininvest, PontoCred e LuizaCred), os clientes do grupo Unibanco totalizavam 14,1 milhões ao final de 2003. O número médio de produtos por correntista ficou em 6,0, superior ao índice de 5,7 registrado em dezembro de 2002.

Base de Clientes



Nota: A partir de 1999, no Unibanco inclui poupadores e aposentados.

O Unibanco e suas associadas Fininvest, LuizaCred, InvestCred (doravante denominada PontoCred) e Tecban (Banco 24 Horas) encerraram o mês de dezembro de 2003 com 11.884 pontos de atendimento, sendo 796 agências; 77 agências in-store (dentro de supermercados e lojas); 406 postos de atendimento bancário (PABs); 111 lojas próprias Fininvest; 7.965 pontos-de-venda da Fininvest; 173 pontos-de-venda da LuizaCred; 336 pontos-de-venda da PontoCred; e 2.020 pontos de atendimento do Banco 24 Horas.

A carteira de crédito do Varejo cresceu 11,6% em relação a dezembro de 2002. O desempenho é explicado principalmente pelo aumento da carteira de crédito na rede de agências e pelo crescimento das operações de crédito nas empresas de consumo e nos financiamentos de veículos.

A tabela a seguir apresenta o resultado e o retorno sobre o patrimônio líquido dos principais negócios que também compõem o Banco de Varejo. Tais negócios são parte integrante da estratégia de oferecer a mais completa gama de serviços financeiros e, por meio de suas operações de financiamento ao consumo, cobrir todos os segmentos de renda.

R$ milhões

Negócios [1]	(%) de Participação	Resultado 2003	Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio (%) em 2003
Unicard [2]	100,0	130	76,5
Fininvest	99,9	159	49,5
LuizaCred	50,0	16	42,1
PontoCred	50,0	37	28,0
Grupo Credicard	33,3	584	115,6
Dibens	51,0	23	14,6
Capitalização	100,0	75	71,4
Empresas Varejo		**1.024**	**71,7**

(1) Informações gerenciais

(2) Negócio de Cartões - operações do antigo Cartão Unibanco incluídas na Unicard - Banco Múltiplo S.A.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2003

As Empresas de Consumo

As Empresas de Consumo do Unibanco são responsáveis pela participação no segmento de cartão de crédito e crédito pessoal. Formadas pelas empresas Unicard, Fininvest, PontoCred (parceria com a Globex, controladora da rede varejista Ponto Frio) e LuizaCred (parceria com a rede varejista Magazine Luiza), passaram também a incluir a Tricard (julho) e Creditec (novembro, atualmente em fase de due-diligence).

A operação de cartões do Unicard – Banco Múltiplo S.A., originária do Cartão Unibanco, obteve resultado de R$ 130 milhões no ano de 2003 (resultado que já considera as operações com os cartões Tricard a partir do mês de julho/03). O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 76,5% no ano. O faturamento, medido pelo volume de compras e saques dos associados, atingiu R$ 5.428 milhões em 2003, valor 12,5% superior ao de 2002. O volume financiado médio mensal alcançou R$ 420 milhões no ano, com crescimento de 14,8% em relação a 2002. Em dezembro, o número de cartões emitidos era de 4,4 milhões, com evolução de 12,8% em relação a dezembro de 2002.

A Fininvest contribuiu com resultado de equivalência patrimonial no montante de R$ 159 milhões em 2003, com retorno sobre o patrimônio líquido médio de 49,5%. A empresa, excluindo LuizaCred, fechou 2003 com R$ 1.199 milhões em operações de crédito (incluindo pessoas físicas e jurídicas) com crescimento de 9,3% em 12 meses. A despesa de provisão para perdas com crédito (excluindo LuizaCred) atingiu R$ 341 milhões em 2003, com redução de 30,7% quando comparada à do ano anterior. Os clientes ativos totalizavam 4,0 milhões em dezembro. A Fininvest possuía 111 lojas próprias em dezembro de 2003, além dos 64 pontos-de-venda da Creditec, que foram adquiridos em novembro.

A financeira LuizaCred, subsidiária da Fininvest, apresentou resultado-base para equivalência do Unibanco de R$ 16 milhões em 2003, com retorno sobre o patrimônio líquido médio de 42,1% no período. O volume de vendas financiadas foi de R$ 542 milhões no acumulado do ano. A empresa encerrou o mês de dezembro com 1,1 milhão de clientes ativos e R$ 319 milhões em operações de crédito.

O PontoCred, nova denominação do InvestCred Unibanco, obteve resultado líquido de R$ 37 milhões no ano de 2003. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 28,0% em 2003. Ao final de dezembro, o saldo de operações de crédito totalizava R$ 717 milhões e o total de clientes ativos era de 3,0 milhões.

As empresas do Grupo Credicard – Credicard, Redecard e Orbitall – contribuíram com R$ 196 milhões para o resultado do Unibanco em 2003. O faturamento do grupo totalizou R$ 38,9 bilhões em 2003, com crescimento de 19,5% em relação a 2002. O volume de transações em 2003 atingiu 649 milhões, com crescimento de 32,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

O Banco Dibens encerrou o exercício com uma carteira de crédito de R$ 1.459 milhões, com crescimento de 15,0% sobre dezembro de 2002. O resultado líquido foi de R$ 23 milhões em 2003, com retorno sobre o patrimônio líquido médio de 14,6%.

O negócio de títulos de capitalização da Unibanco Capitalização encerrou o exercício de 2003 com faturamento bruto de R$ 392 milhões, representando crescimento de 47,9% sobre o ano anterior. O resultado gerencial do negócio de títulos de capitalização em 2003 alcançou R$ 75 milhões, com retorno sobre patrimônio líquido médio de 71,4% no ano de 2003.

O Banco1.net finalizou o ano com R$ 28 milhões em operações de crédito e R$ 71 milhões em depósitos totais. O resultado antes do imposto de renda, amortização e depreciação foi de R$ 6,0 milhões em 2003, influenciado pela redução dos níveis de provisão para perdas com créditos, crescimento das receitas de prestação de serviços e redução nas despesas administrativas. A Investshop Corretora, subsidiária integral do Banco1.net, atingiu em 2003 R$ 3,9 bilhões em volume total negociado, com crescimento de 124% em relação ao mesmo período do ano anterior. É o maior portal financeiro da América Latina, com atuação destacada em distribuição de fundos de investimento, títulos públicos federais (Tesouro Direto) e detém 14,6% de participação no volume negociado pelo "Home Broker" da Bolsa de Valores de São Paulo.

A BWU Vídeo S.A., master franqueada no Brasil das lojas Blockbuster Video, encerrou o ano com 114 lojas, sendo 106 próprias e 8 franqueadas. A companhia gerou resultado de R$ 24 milhões sobre o faturamento de R$ 142 milhões. O Grupo Unibanco detém 60% das ações da empresa.

6. Banco de Atacado

Renda Fixa

No mercado de renda fixa, o ano de 2003 foi caracterizado pela mudança positiva na percepção do risco Brasil por parte dos agentes econômicos locais e externos. Neste contexto, a melhora se traduziu em um ambiente externo receptivo a emissões soberanas e corporativas brasileiras. O Unibanco negociou um total de US$ 17,4 bilhões em 2003 em títulos soberanos e corporativos emitidos no mercado externo, um crescimento (em volume) de 115% em relação a 2002. Destaque para a negociação eletrônica em tempo real de títulos brasileiros, iniciativa pioneira entre os bancos do país, que representou 21% e 55%, do volume total negociado e de transações processadas, respectivamente.

O Banco de Atacado coordenou importantes emissões locais e externas para clientes e para o próprio Unibanco. No mercado externo, além de US$ 1,08 bilhão em emissões para o próprio Unibanco, comandou a emissão de US$ 100 milhões da Odebrecht Overseas Limited e de US$75 milhões da Usiminas, além de liderar em conjunto a emissão de US$ 250 milhões do Banco Votorantim. No mercado doméstico, o Unibanco coordenou um total de R$ 623 milhões em emissões primárias, com destaque para Telesp Celular, CPFL, CP Cimentos, Sanepar, Copasa e Cosipa.

Renda Variável

Durante 2003, o mercado acionário apresentou uma recuperação significativa de preços, abrindo espaço, notadamente no segundo semestre do ano, para a retomada do mercado para ofertas de ações. O Unibanco manteve participação relevante neste mercado, tendo coordenado três das seis ofertas ocorridas no ano.

No ano, o Banco de Atacado coordenou as ofertas de maior relevância realizadas no mercado brasileiro, como a oferta de ações preferenciais da Companhia Suzano de Papel e Celulose (dezembro), no valor de R$ 443 milhões, e a tranche local da oferta global de Units do Unibanco, no valor de R$ 637 milhões (setembro). Coordenou também a oferta de ações preferenciais da Votorantim Celulose e Papel (dezembro), no valor de R$ 837 milhões.

Project Finance

Em 2003, foram concluídos 11 mandatos de assessoria financeira nos setores de saneamento, transporte, agribusiness e papel e celulose, totalizando investimentos de cerca de R$ 1 bilhão.

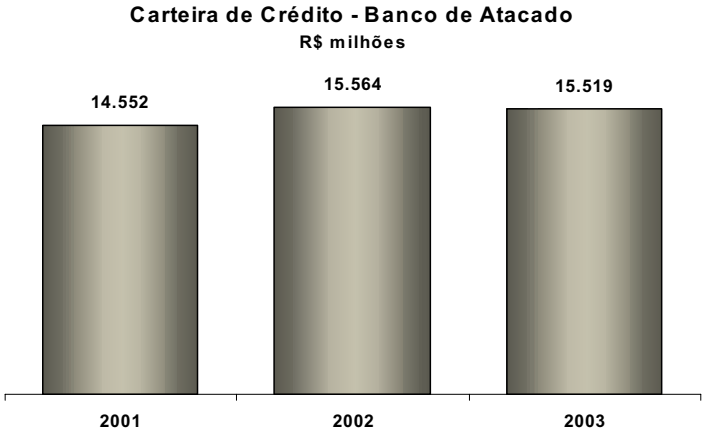
No setor de transporte urbano, destacou-se em outubro a assinatura do contrato com a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô para realização de Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira para concessão da Linha 4 - Amarela, que ligará o bairro da Vila Sônia (zona oeste) à estação da Luz (região central). Ainda nesse setor, foram desenvolvidas estruturas de financiamento inéditas, baseadas em fluxo de receita de vales-transporte, no montante de R$ 42 milhões, para investimentos na modernização dos sistemas de transporte público urbano na Região Metropolitana de Goiânia (Projeto Setransp) e no Município do Rio de Janeiro (Projeto SIT-RIO).

Em março, foi concluído financiamento de US$ 25 milhões com recursos do International Finance Corporation - IFC de prazo de 5 anos para o Projeto Coral, no qual o Unibanco atuou como assessor financeiro da Queiroz Galvão Perfurações S.A. e Coplex Petróleo do Brasil Ltda. e como líder na estruturação do financiamento. O projeto de desenvolvimento e produção do campo de petróleo Coral, localizado na Bacia de Santos, terá financiamento garantido pelo fluxo de recebíveis do projeto na fase de operação e outras garantias de uma estrutura típica de *project finance*. O projeto ainda contou com financiamento de US$ 5 milhões da agência alemã DEG.

Em energia elétrica, atuou como Coordenador Líder no empréstimo sindicalizado com recursos do BNDES no valor de R$ 34 milhões e prazo de 10 anos para o projeto de ampliação da unidade de co-geração em 35 MW, localizada nas instalações da Cia. Açucareira Vale do Rosário. Este projeto tem um importante componente de sustentabilidade ambiental pois produz energia limpa, a partir do bagaço de cana.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito no segmento de Atacado encerrou o ano com saldo de R$ 15.519 milhões, mantendo-se praticamente no mesmo patamar do ano anterior, basicamente em função do efeito da apreciação do real sobre a parcela indexada ao dólar Norte Americano.



7. Seguros e Previdência Privada

Os negócios de Seguros e Previdência Privada apresentaram resultado líquido de R$ 258 milhões em 2003, com retorno sobre o patrimônio líquido médio de 18,1%.

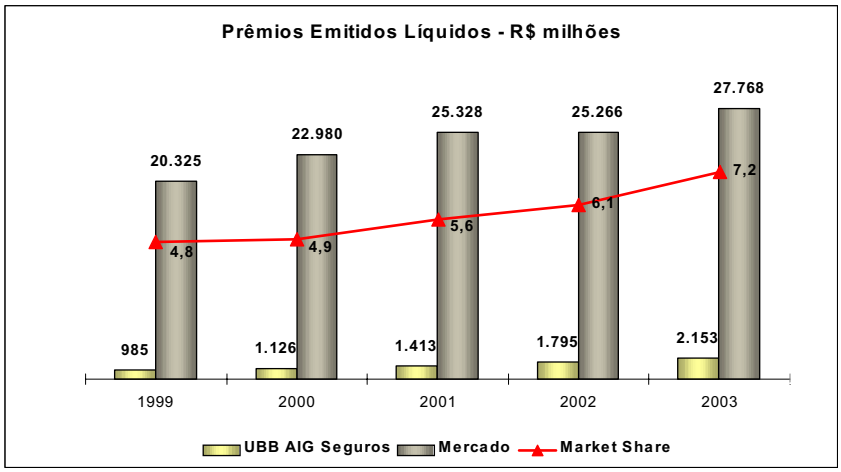
O faturamento consolidado de seguros e previdência foi de R$ 3.373 milhões, com crescimento de 37,1% em relação ao ano anterior. O desempenho superior à média do mercado foi influenciado positivamente pela venda de novos produtos em previdência e aquisição de novas contas corporativas.

As empresas de seguros e previdência do Unibanco ocupam o 4º lugar no ranking consolidado do mercado de seguros e de previdência complementar divulgado pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados e pela ANAPP - Associação Nacional de Previdência Privada, com 8,0% de participação (base novembro/03).

As reservas técnicas atingiram R$ 3.892 milhões ao final do ano, com crescimento de 39,7% em relação a dezembro de 2002.

Seguros

Os prêmios emitidos líquidos totalizaram R$ 2.153 milhões em 2003, com crescimento de 19,9% em relação ao ano anterior. As despesas de pessoal e administrativas (incluindo DPVAT) representaram 9,8% do prêmios emitidos no acumulado de 2003.



O índice combinado (*combined ratio*), que mede a eficiência operacional das empresas de seguros, situou-se em 100,4 %. O mesmo índice, no conceito ampliado, que inclui a receita financeira, foi de 83,0 % no ano.

As reservas técnicas das empresas de seguros totalizaram R$ 821 milhões ao final do 4T03, com crescimento de 5,1% em 12 meses.

Previdência

A Unibanco AIG Previdência apresentou resultado líquido de R$ 48 milhões em 2003, 54,8% acima do obtido em 2002. O faturamento do ano totalizou R$ 1.220 milhões, 83,5% acima do obtido no ano anterior. A Unibanco AIG Previdência obteve a 4ª colocação nas receitas com planos de previdência até novembro de 2003 e market share de 9,1%, de acordo com dados divulgados pela ANAPP. O crescimento no faturamento está relacionado à performance do programa de comercialização de PGBL e VGBL por consultores e também à conquista de novas contas em planos corporativos.

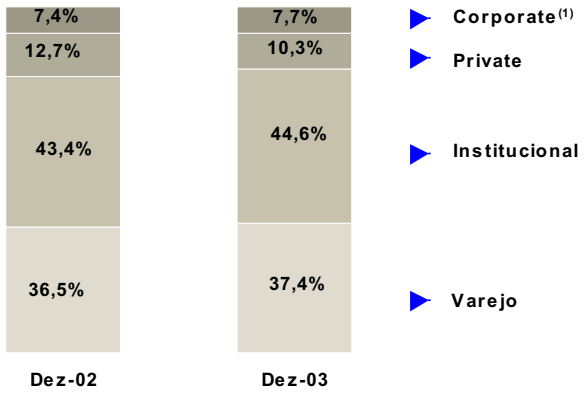
Em relação à venda de planos corporativos de previdência privada, também de acordo com estatísticas divulgadas pela ANAPP, referentes ao mês de novembro, a Unibanco AIG Previdência foi a 2ª colocada nas vendas acumuladas do ano, atingindo o volume de R$ 621 milhões. A empresa atende a aproximadamente 650 mil clientes individuais e 1.112 clientes corporativos.

As reservas técnicas da empresa totalizaram R$ 3.071 milhões em dezembro de 2003, com evolução de 53,2% em 12 meses.

8. Gestão de Patrimônios (*Wealth Management*)

A subsidiária Unibanco Asset Management (UAM) encerrou o ano com ativos sob gestão e administração no valor de R$ 26.945 milhões, o que representa um crescimento de 46,6% em 12 meses. No último trimestre de 2003, evidenciou-se uma captação líquida positiva de R$ 1.337 milhões, em decorrência da boa performance dos produtos de investimento da UAM e do novo modelo de atendimento Wealth Management presente nos vários canais. Este modelo de atendimento reúne um conjunto de produtos e serviços dirigidos à geração, proteção, crescimento e perpetuação de riquezas, quer sejam investimentos financeiros, bens imobiliários ou participações societárias.

Fundos - Mix de Produtos



(1) Inclui estrangeiros
Fonte: Anbid

A operação de *private banking* registrou crescimento de 14% nos recursos sob gestão em relação a dezembro de 2002. De acordo com dados da ANBID, em dezembro de 2003 o Unibanco Private Bank detinha market share de 6% nas aplicações em fundos e carteiras administradas no segmento.

9. Unibanco Pessoas

Em 2003, o Unibanco Pessoas aprimorou sua estratégia de atuação, de forma a atender às necessidades das unidades de negócios e diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Grupo, com ênfase na formação de equipes capacitadas tecnicamente e com pleno conhecimento das melhores práticas do mercado, habilitando-as a contribuir com suas competências para o sucesso da Organização.

Em dezembro de 2003, o quadro de colaboradores do Grupo totalizava 27.625 profissionais. Durante todo o ano de 2003, cerca de R$ 26 milhões foram investidos em treinamento e desenvolvimento, incluindo desde programas específicos até cursos de MBA no Brasil e no exterior.

O Programa de Estágio recebeu 365 jovens universitários no período. O Programa de Trainee, que proporciona aos treinandos a convivência com equipes de diversas áreas do Grupo e envolve o desenvolvimento de ações alinhadas à estratégia corporativa, contou com 15 participantes durante o ano. O Banco do Futuro, iniciativa pioneira, destinada a aproximar o mundo acadêmico do contexto do mercado, desenvolvido em parceria com a Unicamp e o Ibmec, também contribui para a atração de jovens talentos. Em 2003, o projeto contemplou 29 universitários.

Implementado há dois anos, em iniciativa destinada a fortalecer o relacionamento com as principais universidades do exterior e a abrir uma frente adicional à atração de profissionais de alto potencial, o Programa Summer Job oferece estágio de até três meses, no período de férias, a estudantes que cursam MBA nessas instituições. Em 2003, também foram captados 10 profissionais das melhores faculdades de administração americanas e européias.

O Plano de Opção de Compra de Ações, que reconhece performance e comprometimento diferenciados para o desempenho do Grupo e seus resultados de longo prazo, contemplou 155 profissionais em 2003, aos quais foram outorgados 530.800 lotes de mil Units.

Oferecido a todos os colaboradores, o Programa de Previdência Privada, que vincula o nível do benefício à contribuição individual e resultados corporativos, facultando a adesão a planos de benefícios livres (PGBL) ou de entidade fechada, contabilizou no fechamento do ano 7.941 participantes.

O programa Participação nos Resultados Unibanco foi revisado em 2003, a partir das considerações geradas por uma comissão formada por colaboradores do Conglomerado, garantindo maior transparência e valorização dos talentos. Todos os colaboradores são elegíveis ao programa.

Valorizar os profissionais e equipes de destaque e disseminar as melhores práticas é o principal objetivo do Prêmio Walther Moreira Salles, ação de reconhecimento inspirada no fundador do Unibanco, que já reconheceu cerca de 270 colaboradores em suas quatro edições. Cada equipe vencedora recebeu 200 lotes de mil Units.

Em 2003 o Unibanco integrou a lista do Guia Exame - As 40 Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar no Brasil. Entre os principais destaques para a conquista desse título está o percentual de mulheres que integram o quadro efetivo, de 55%, e o percentual das que ocupam cargos executivos e gerenciais na empresa, de 35%.

10. Gerenciamento de Riscos Corporativos

Os riscos de mercado são avaliados diariamente por uma área independente das funções de tesouraria, por meio da coleta e do mapeamento de posições sobre instrumentos financeiros e do levantamento de fatores de risco determinados pelo mercado: taxa de juros, taxa de câmbio de moedas estrangeiras, preços de ações e de *commodities*, que são então processados através da metodologia *Value-at-Risk*.

Para o gerenciamento do Risco de Crédito, o Unibanco desenvolve instrumentos de administração de portfólios capazes de consolidar riscos de crédito, exigência de capital e o estabelecimento de limites prudenciais. Adicionalmente, incorporaram-se metodologias para análise dos modelos de *rating* do Banco de Atacado, e de escoragem do Banco de Varejo, verificando as aderências e simulando cenários de estresse.

Atendendo às melhores práticas do mercado internacional, assim como regulamentação interna do mercado financeiro brasileiro, o Unibanco implantou o Sistema de Controles Internos que, acessível a todas as áreas do Grupo e disponível desde 2000 na Intranet, realiza avaliações periódicas nas quais os próprios gestores, em conjunto com os profissionais da área de riscos, identificam suas exposições e avaliam a efetividade dos controles existentes em suas unidades.

11. Tecnologia e Internet

Os investimentos em tecnologia em 2003 foram de aproximadamente R$ 100 milhões. Os maiores investimentos foram em expansão da capacidade de processamento (R$ 16 milhões), infra-estrutura de rede de agências (R$ 13 milhões) e sistemas de informações gerenciais – MIS (R$ 9 milhões).

O Internet Banking continuou em expansão em 2003, contando com uma base de mais de 1,3 milhão de clientes, demonstrando ser cada vez mais um importante canal de vendas pela sua agilidade e comodidade. O número total de transações no ano foi de 101,5 milhões somando-se pessoa física e jurídica, representando um aumento de 41% se comparado a 2002.

12. Governança Corporativa

As melhores práticas de governança corporativa sempre estiveram presentes no dia-a-dia dos negócios do Unibanco e da Unibanco Holdings. Desde 2001, o Unibanco integra o Nível 1 da Bovespa, atendendo a requisitos básicos de transparência e respeito ao mercado. Apoiado em uma administração profissional, o Unibanco conta com processos claros e definidos de gestão, que garantem imparcialidade no processo de tomada de decisões, rapidez na implementação de iniciativas e estratégias e capacidade para reagir com agilidade a mudanças de cenário.

Oferta Global

Em setembro de 2003, por meio de oferta global realizada tanto no Brasil quando no exterior, o Mizuho e o Commerzbank venderam, respectivamente, a totalidade e parte de suas posições acionárias. Assim, o Mizuho deixou de ser acionista do grupo, enquanto que o Commerzbank reduziu sua participação acionária. As Units (certificados representativos de uma ação preferencial do Unibanco e uma ação preferencial classe B da Unibanco Holdings negociadas na Bovespa sob o código UBBR11 e na Bolsa de Nova York em lotes de 500 Units sob o símbolo UBB) foram vendidas ao preço de R$ 109,67 por lote de mil Units, perfazendo o total de R$ 637 milhões. Do total, cerca de 1,7 bilhão de Units (cerca de 30% da operação) foram distribuídas para investidores não-institucionais e institucionais no Brasil e os restantes 4,1 bilhões de Units foram distribuídas, sob a forma de Global Depositary Shares – GDS a investidores no exterior, mediante colocação em mercado de balcão não-organizado.

O número de Units vendidas representa 11,66% do capital não-votante da Holdings e 9,36% do capital não-votante do Unibanco.

Oferta de Permuta

O Unibanco e a Unibanco Holdings, sociedade controladora do Unibanco, realizaram oferta de permuta de pares de ações preferenciais por Units. Nos leilões de permuta, em 22 de setembro e 30 de outubro de 2003, foram convertidas, respectivamente, 15,6 bilhões e 1,25 bilhão de ações preferenciais em Units. Permanecem pulverizadas em poder do público cerca de 2,9 bilhões de ações preferenciais do Unibanco (que não formam Units), representando cerca de 2% do capital do Unibanco.

A partir de novembro, iniciou-se o Programa de Conversão que permite, somente aos acionistas que detinham ações preferenciais do Unibanco e preferenciais classe “B” da Unibanco Holdings na data de publicação do Edital da Oferta de Permuta (15 de setembro de 2003), permutar seus pares de ações preferenciais por Units. O Programa de Conversão terá duração de 2 anos.

Programa de Recompra de Ações

Em 13 de maio de 2003, o Unibanco e a Unibanco Holdings finalizaram o programa de recompra de ações, iniciado em 13 de fevereiro do mesmo ano. O programa teve como objetivo a aquisição de ações preferenciais e Units de emissão do Unibanco e da Holdings, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social. Foram adquiridos 228 milhões de ações preferenciais do Unibanco, 167.225.000 Units e 372.900 GDS (global depositary shares), a um custo médio de R$ 40,91 por ação PN, R$ 98,91 por Unit e US$ 13,77 por GDS. O volume recomprado, de cerca de R$ 43 milhões, correspondeu a aproximadamente 20% do total autorizado no programa de recompra.

Negociação das Ações

Em 2003, o volume de GDS do Unibanco e da Unibanco Holdings negociado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) foi de US$ 2,1 bilhões. Na Bovespa, o volume de títulos de emissão do Unibanco e da Holdings negociado no ano foi de R$ 801,4 milhões. As Units (UBBR11) apresentaram valorização de 81% e as GDS, negociadas no mercado norte-americano (NYSE: UBB), de 135% em Dólar Norte-Americano. No mesmo período, o Ibovespa apresentou variação positiva de 97% e o Dow Jones valorizou-se 25%.

O Unibanco é listado desde 1968 na Bovespa e desde 1997 na NYSE. Em ambos os mercados, é mantido o mesmo nível de divulgação de informações, que inclui a apresentação de demonstrações financeiras segundo as normas contábeis brasileiras e norte-americanas, bem como o atendimento às regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no Brasil, e da Securities and Exchange Comission (SEC), nos EUA.

Auditoria Independente

No intuito de manter a relação de independência com seus auditores externos, a administração do Unibanco tem como política limitar os serviços outros que não sejam de auditoria independente, de forma que a remuneração destes seja inferior a 5% do montante pago pelos serviços de auditoria externa. Adicionalmente, informamos que nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2003 e 2002, somente foram contratados serviços profissionais dos referidos auditores enquadrados como serviços de auditoria independente.

Reconhecimentos

O site de relações com investidores do Unibanco, peça fundamental na comunicação entre o Unibanco e o mercado de capitais, foi escolhido como o melhor entre os sites de Bancos e Serviços Financeiros de todo o mundo e o segundo melhor da América Latina na classificação geral no prêmio Top 5, organizado pela MZ Consult. Foi a quarta vez consecutiva que o site recebeu o prêmio Top 5.

O Unibanco foi apontado como o “Most Improved Bank in Brazil” – reconhecimento da revista Latin Finance na edição de novembro de 2003 (Banks of the Year).

13. Responsabilidade Social

O Unibanco tem pautado sua atuação social voltada para a comunidade externa pela ação de dois institutos de abrangência nacional: o Instituto Unibanco e o Instituto Moreira Salles.

Reconfigurado em 2002, o Instituto Unibanco, atuando há mais de 20 anos em atividades diversificadas na área social, concentrou suas atividades na educação. Os projetos hoje apoiados privilegiam a inclusão social de adolescentes e jovens adultos menos favorecidos, por meio de ações voltadas para a redução da defasagem escolar, para a capacitação profissional e para o incentivo da educação para o empreendedorismo.

Os programas apoiados pelo instituto objetivam não só a transmissão de ensinamentos como também a recuperação da auto-estima, o conhecimento de direitos individuais e o exercício da cidadania, abrindo aos participantes oportunidades de integrar-se à sociedade e ao esforço de crescimento sustentável do país. Atenção especial vem sendo dada à capacitação de professores – pela importância que eles têm na formação e transmissão de valores aos nossos jovens –, assim como à questão ambiental, que também foi levada à sala de aula para motivar os alunos e transformá-los em multiplicadores da consciência ecológica dentro das próprias famílias e das comunidades.

O Instituto Moreira Salles (IMS) dedica-se à difusão da cultura brasileira e, sobretudo, à preservação de sua memória, desenvolvendo projetos próprios, principalmente nas áreas de fotografia, literatura, cinema, música brasileira e artes plásticas.

Em 2003, os centros culturais do IMS receberam cerca de 143 mil visitantes, um crescimento de 40% em relação ao ano anterior. Foram promovidas 45 mostras fotográficas e de artes plásticas. Para crianças e adolescentes, o Instituto desenvolveu 54 atividades de arte-educação, sessões de cinema e de teatro. Ao longo do ano, mais de 31 mil pessoas, entre estudantes e público em geral, participaram de 1,2 mil visitas monitoradas às exposições. Os cinemas da rede Espaço Unibanco/Unibanco Arteplex atraíram mais de 3 milhões de pessoas durante o ano.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2003

Considerações finais

Permanecemos firmes em nosso propósito de manter um crescimento contínuo e equilibrado da Organização e agradecemos a nossos clientes pela confiança e fidelidade. Obrigado também aos nossos acionistas, pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos funcionários e colaboradores, que tanto contribuíram para o expressivo desenvolvimento do Unibanco.

São Paulo, fevereiro de 2004

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual e consolidado, do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controlador) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2003, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do Banco e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Banco e das controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controlador) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2003, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Adicionalmente, examinamos as demonstrações do fluxo de caixa, individuais e consolidadas, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, apresentadas como nota explicativa nº. 21 às demonstrações financeiras, aplicando os mesmos procedimentos descritos no parágrafo 2. Essas demonstrações, não requeridas pela legislação societária brasileira, foram elaboradas para propiciar informação adicional. Em nossa opinião, essas demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o fluxo de caixa, individual e consolidado, do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e controladas correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2004

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/O-8

Osmar Aurélio Lujan
Contador
CRC nº. 1 SP 160203/O-1

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
Valores expressos em milhares de reais

	UNIBANCO		UNIBANCO CONSOLIDADO	
ATIVO	**2003**	**2002**	**2003**	**2002**
CIRCULANTE	**38.284.902**	**44.081.816**	**47.979.634**	**51.772.397**
DISPONIBILIDADES	**848.223**	**873.583**	**1.083.301**	**1.078.488**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	**12.514.267**	**17.270.410**	**10.930.296**	**15.483.506**
Aplicações no mercado aberto	9.018.010	13.836.496	8.758.320	13.560.658
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.490.966	3.424.042	2.166.685	1.912.976
Aplicações em moedas estrangeiras	5.291	9.872	5.291	9.872
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**5.265.361**	**4.935.129**	**9.812.553**	**9.008.052**
Carteira própria	2.710.401	2.284.845	6.738.136	5.792.312
Vinculados a compromissos de recompra	120.959	643.602	334.525	970.525
Vinculados ao Banco Central	1.335.929	1.206.999	1.460.965	1.253.342
Vinculados à prestação de garantias	663.041	666.209	953.074	812.226
Instrumentos financeiros derivativos	435.031	133.474	325.853	179.647
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**3.893.974**	**3.911.502**	**4.139.812**	**4.022.756**
Pagamentos e recebimentos a liquidar	7.473	11.483	9.225	20.550
Créditos vinculados:				
-Depósitos no Banco Central	3.877.631	3.833.765	4.116.088	3.926.526
-SFH-Sistema Financeiro da Habitação	2.029	3.998	2.029	3.998
Repasses interfinanceiros	-	54.473	-	54.473
Correspondentes	6.841	7.783	12.470	17.209
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**12.453**	**2.975**	**12.922**	**2.840**
Recursos em trânsito de terceiros	27	202	414	305
Transferências internas de recursos	12.426	2.773	12.508	2.535
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**11.364.410**	**12.007.704**	**15.601.861**	**15.144.497**
Operações de crédito:				
-Setor público	245.421	41.049	245.421	41.049
-Setor privado	11.789.750	12.799.448	16.548.410	16.313.893
Provisão para perdas em operações de crédito	(670.761)	(832.793)	(1.191.970)	(1.210.445)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	**-**	**100**	**253.627**	**299.806**
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber:				
-Setor privado	-	101	259.295	314.753
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	-	(1)	(5.668)	(14.947)
OUTROS CRÉDITOS	**4.156.686**	**4.930.475**	**5.728.582**	**6.379.859**
Carteira de câmbio	2.712.683	3.574.646	2.712.660	3.574.646
Rendas a receber	217.490	266.139	129.026	119.899
Negociação e intermediação de valores	88.332	32.103	237.718	81.752
Diversos	1.160.856	1.101.494	2.674.813	2.651.896
Provisão para perdas em outros créditos	(22.675)	(43.907)	(25.635)	(48.334)
OUTROS VALORES E BENS	**229.528**	**149.938**	**416.680**	**352.593**
Outros valores e bens	83.811	75.846	186.965	195.574
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(24.540)	(33.823)	(52.241)	(70.348)
Despesas antecipadas	170.257	107.915	281.956	227.367

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
Valores expressos em milhares de reais

	UNIBANCO		UNIBANCO CONSOLIDADO	
ATIVO	**2003**	**2002**	**2003**	**2002**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**15.228.596**	**18.044.552**	**18.450.192**	**20.213.543**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	**327.755**	**388.890**	**30.616**	**20.986**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	327.755	388.890	30.616	20.986
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**5.064.351**	**9.181.185**	**5.692.889**	**9.370.415**
Carteira própria	2.726.896	5.114.027	3.251.222	4.572.432
Vinculados a compromissos de recompra	689.153	749.446	752.809	1.025.581
Vinculados ao Banco Central	1.222.983	2.514.309	1.223.573	2.632.565
Vinculados à prestação de garantias	286.178	602.158	355.922	919.438
Instrumentos financeiros derivativos	139.141	201.245	109.363	220.399
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**40.341**	**57.920**	**40.341**	**57.920**
Créditos vinculados:				
-SFH-Sistema Financeiro da Habitação	40.341	57.920	40.341	57.920
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**7.297.782**	**6.364.053**	**7.828.129**	**6.787.690**
Operações de crédito:				
-Setor público	255.006	322.614	255.006	322.614
-Setor privado	7.335.460	6.323.397	7.886.376	6.762.481
Provisão para perdas em operações de crédito	(292.684)	(281.958)	(313.253)	(297.405)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	**-**	**-**	**210.021**	**202.737**
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber:				
-Setor privado	-	-	215.289	214.952
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil	-	-	(5.268)	(12.215)
OUTROS CRÉDITOS	**2.467.929**	**2.036.638**	**4.591.629**	**3.736.092**
Créditos por avais e fianças honrados	8.057	477	8.057	477
Carteira de câmbio	-	9.050	-	9.050
Rendas a receber	3.030	5.051	3.030	5.088
Negociação e intermediação de valores	-	-	-	800
Diversos	2.458.472	2.024.554	4.587.391	3.727.924
Provisão para perdas em outros créditos	(1.630)	(2.494)	(6.849)	(7.247)
OUTROS VALORES E BENS	**30.438**	**15.866**	**56.567**	**37.703**
Despesas antecipadas	30.438	15.866	56.567	37.703
PERMANENTE	**6.419.820**	**6.164.536**	**3.201.708**	**3.388.852**
INVESTIMENTOS	**5.646.391**	**5.332.084**	**1.555.599**	**1.665.721**
Participações em controladas e coligadas	**4.311.104**	**3.912.603**	**43.021**	**59.557**
-No país	2.974.590	2.372.373	43.021	49.177
-No exterior	1.336.514	1.540.230	-	10.380
Ágio na aquisição de empresas controladas	1.308.380	1.392.260	1.358.026	1.462.927
Outros investimentos	52.166	53.480	218.186	208.731
Provisão para perdas	(25.259)	(26.259)	(63.634)	(65.494)
IMOBILIZADO DE USO	**356.875**	**403.488**	**988.338**	**1.047.243**
Imóveis de uso	152.783	140.221	687.631	656.804
Outras imobilizações de uso	727.345	705.821	1.259.891	1.200.292
Depreciações acumuladas	(523.253)	(442.554)	(959.184)	(809.853)
DIFERIDO	**416.554**	**428.964**	**657.771**	**675.888**
Gastos de organização e expansão	764.288	728.707	1.198.695	1.156.459
Amortizações acumuladas	(347.734)	(299.743)	(540.924)	(480.571)
T O T A L	**59.933.318**	**68.290.904**	**69.631.534**	**75.374.792**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
Valores expressos em milhares de reais

	UNIBANCO		UNIBANCO CONSOLIDADO	
PASSIVO	**2003**	**2002**	**2003**	**2002**
CIRCULANTE	**34.514.761**	**42.675.487**	**39.727.986**	**46.771.617**
DEPÓSITOS	**16.844.100**	**15.212.425**	**17.422.111**	**16.280.008**
Depósitos a vista	2.380.122	3.469.206	2.728.555	3.251.054
Depósitos de poupança	5.499.119	5.438.460	5.917.859	5.722.149
Depósitos interfinanceiros	1.299.432	427.840	248.324	66.690
Depósitos a prazo	7.665.427	5.876.919	8.527.373	7.240.115
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	**7.275.636**	**13.723.907**	**7.183.988**	**13.806.066**
Carteira própria	781.223	1.358.692	813.601	1.569.850
Carteira de terceiros	6.483.026	12.365.215	6.370.387	12.236.216
Carteira livre movimentação	11.387	-	-	-
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	**2.652.938**	**2.933.152**	**2.917.961**	**2.779.883**
Recursos de letras hipotecárias	779.624	630.647	793.891	646.876
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.873.314	2.302.505	2.124.070	2.133.007
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**49.544**	**139.723**	**20.488**	**185.391**
Recebimentos e pagamentos a liquidar	12.363	1.984	16.554	11.024
Repasses interfinanceiros	-	108.118	-	161.493
Correspondentes	37.181	29.621	3.934	12.874
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**372.354**	**303.176**	**373.616**	**304.154**
Recursos em trânsito de terceiros	367.090	288.986	368.246	289.880
Transferências internas de recursos	5.264	14.190	5.370	14.274
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	**2.952.231**	**4.820.333**	**3.153.376**	**4.823.552**
Empréstimos no país - instituições oficiais	337	374	337	374
Empréstimos no país - outras instituições	-	-	257.571	166.456
Empréstimos no exterior	2.951.894	4.819.959	2.895.468	4.656.722
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	**1.817.220**	**1.674.441**	**2.068.121**	**1.816.220**
BNDES	759.469	725.861	759.469	725.861
Finame	975.376	937.682	1.226.277	1.079.461
Outros	82.375	10.898	82.375	10.898
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	**38.457**	**-**	**38.457**	**-**
Repasses do exterior	38.457	-	38.457	-
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**167.796**	**346.157**	**125.461**	**303.386**
Instrumentos financeiros derivativos	167.796	346.157	125.461	303.386
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**2.344.485**	**3.522.173**	**6.424.407**	**6.472.957**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	32.854	7.840	34.104	8.829
Carteira de câmbio	1.163.436	2.001.972	1.163.436	2.011.138
Sociais e estatutárias	249.762	240.967	282.208	353.023
Fiscais e previdenciárias	182.575	118.152	589.141	483.532
Negociação e intermediação de valores	20.291	7.086	232.512	125.843
Obrigações por aquisição de bens e direitos	39.356	36.302	39.917	36.612
Provisões técnicas de seguros e de capitalização	-	-	1.124.016	992.832
Dívidas subordinadas	11.239	11.105	11.237	11.105
Diversas	644.972	1.098.749	2.947.836	2.450.043

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
Valores expressos em milhares de reais

	UNIBANCO		UNIBANCO CONSOLIDADO	
PASSIVO	**2003**	**2002**	**2003**	**2002**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**18.248.955**	**19.042.632**	**21.836.278**	**21.267.306**
DEPÓSITOS	**8.855.906**	**10.757.484**	**7.934.508**	**9.708.009**
Depósitos interfinanceiros	406.076	-	27.906	11.628
Depósitos a prazo	8.449.830	10.757.484	7.906.602	9.696.381
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	**562.169**	**606.706**	**547.292**	**935.494**
Recursos de letras hipotecárias	35.512	1.900	35.512	1.900
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	526.657	604.806	511.780	933.594
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	**373.548**	**904.059**	**358.545**	**908.195**
Empréstimos no país - instituições oficiais	869	966	869	966
Empréstimos no exterior	372.679	903.093	357.676	907.229
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	**3.249.630**	**3.333.990**	**3.595.468**	**3.515.728**
BNDES	2.230.780	2.330.045	2.230.780	2.330.045
Finame	921.552	926.687	1.267.390	1.108.425
Outros	97.298	77.258	97.298	77.258
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	**214.823**	**-**	**214.823**	**-**
Repasses do exterior	214.823	-	214.823	-
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**139.591**	**352.020**	**127.585**	**162.810**
Instrumentos financeiros derivativos	139.591	352.020	127.585	162.810
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**4.853.288**	**3.088.373**	**9.058.057**	**6.037.070**
Carteira de câmbio	-	8.841	-	8.841
Fiscais e previdenciárias	202.729	204.485	813.392	745.381
Obrigações por aquisição de bens e direitos	22.647	55.607	22.647	55.608
Provisões técnicas de previdência privada	-	-	3.070.632	2.003.920
Dívidas subordinadas	1.457.383	920.685	1.456.834	920.685
Diversas	3.170.529	1.898.755	3.694.552	2.302.635
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**13.706**	**13.815**	**78.431**	**64.232**
Resultados de exercícios futuros	13.706	13.815	78.431	64.232
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	**-**	**-**	**832.943**	**712.667**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**7.155.896**	**6.558.970**	**7.155.896**	**6.558.970**
Capital social:	**3.690.602**	**3.690.602**	**3.690.602**	**3.690.602**
-De domiciliados no país	2.561.800	2.624.227	2.561.800	2.624.227
-De domiciliados no exterior	1.128.802	1.066.375	1.128.802	1.066.375
Reservas de capital	158.473	158.059	158.473	158.059
Reserva de reavaliação em empresas controladas	7.991	1.551	7.991	1.551
Reservas de lucros	3.650.033	3.057.407	3.650.033	3.057.407
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	(219.080)	(259.700)	(219.080)	(259.700)
Ações em tesouraria	(132.123)	(88.949)	(132.123)	(88.949)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA	**-**	**-**	**7.988.839**	**7.271.637**
T O T A L	**59.933.318**	**68.290.904**	**69.631.534**	**75.374.792**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002 E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003
Valores expressos em milhares de reais

			UNIBANCO	UNIBANCO CONSOLIDADO	
	Segundo semestre 2003	2003	2002	2003	2002
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**4.713.605**	**9.104.038**	**8.695.425**	**12.062.504**	**12.875.187**
Operações de crédito	2.492.447	4.681.445	5.343.680	7.572.217	7.888.472
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	85.892	140.559
Resultado de títulos e valores mobiliários	1.898.548	2.839.271	5.606.916	3.184.340	6.746.899
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	22.468	913.542	(2.567.963)	533.621	(2.257.681)
Resultado de câmbio	65.535	149.905	136.457	164.396	148.896
Aplicações compulsórias	234.607	519.875	176.335	522.038	208.042
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(3.497.539)**	**(5.988.091)**	**(8.094.661)**	**(6.378.244)**	**(10.202.823)**
Captações no mercado	(2.768.819)	(4.814.244)	(6.226.780)	(4.265.025)	(7.296.867)
Empréstimos e repasses	(353.577)	(499.770)	(912.848)	(658.267)	(1.068.612)
Provisão para perdas com créditos	(375.143)	(674.077)	(955.033)	(1.454.952)	(1.837.344)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**1.216.066**	**3.115.947**	**600.764**	**5.684.260**	**2.672.364**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(585.933)**	**(1.624.399)**	**79.497**	**(3.777.706)**	**(1.589.625)**
Receitas de prestação de serviços	742.584	1.428.734	1.274.905	2.838.144	2.615.908
Prêmios de seguro, capitalização e previdência privada	-	-	-	2.962.481	2.177.399
Variações de provisões técnicas de seguros,	-				
capitalização e previdência privada	-	-	-	(1.465.492)	(835.250)
Sinistros	-	-	-	(818.843)	(748.946)
Despesas com benefícios de planos de previdência privada	-	-	-	(477.869)	(385.436)
Despesas de comercialização e outras de seguros e de	-	-			
previdência privada	-	-	-	(266.051)	(164.317)
Despesas de comercialização de cartão de crédito	-	-	-	(233.434)	(245.059)
Despesas de pessoal	(705.457)	(1.294.928)	(1.167.384)	(1.772.343)	(1.646.562)
Outras despesas administrativas	(818.360)	(1.575.084)	(1.512.533)	(2.805.790)	(2.586.056)
Despesas tributárias	(147.388)	(290.191)	(225.566)	(646.751)	(614.662)
Resultado de participação em controladas e coligadas	593.385	1.045.366	965.889	435	(12.408)
Outras receitas operacionais	117.826	310.094	1.238.977	520.603	1.486.483
Outras despesas operacionais	(368.523)	(1.248.390)	(494.791)	(1.612.796)	(630.719)
RESULTADO OPERACIONAL	**630.133**	**1.491.548**	**680.261**	**1.906.554**	**1.082.739**
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	**(21.130)**	**(17.959)**	**(4.416)**	**10.522**	**29.406**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**609.003**	**1.473.589**	**675.845**	**1.917.076**	**1.112.145**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**41.902**	**(264.031)**	**459.256**	**(493.224)**	**216.452**
Provisão para imposto de renda	51.820	(14.995)	(19.186)	(178.899)	(247.375)
Provisão para contribuição social	18.154	(6.645)	(8.696)	(81.080)	(88.690)
Constituição (realização) de ativo fiscal diferido	(28.072)	(242.391)	487.138	(233.245)	552.517
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	**(89.371)**	**(157.212)**	**(124.738)**	**(226.897)**	**(184.469)**
Administradores	(4.764)	(9.227)	(7.448)	(14.791)	(12.985)
Empregados	(84.607)	(147.985)	(117.290)	(212.106)	(171.484)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	**561.534**	**1.052.346**	**1.010.363**	**1.196.955**	**1.144.128**
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	**-**	**-**	**-**	**(144.609)**	**(133.765)**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	**561.534**	**1.052.346**	**1.010.363**	**1.052.346**	**1.010.363**
Número de ações em circulação (Nota 14a)	137.611.422.074	137.611.422.074	138.546.772.074		
Lucro líquido por lote de 1.000 ações: R$	4,08	7,65	7,29		
Valor patrimonial por lote de 1.000 ações: R$	52,00	52,00	47,34		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003
Valores expressos em milhares de reais

								Reservas de lucros				
				Reserva de reavaliação			Estatutárias		Ajuste ao valor de mercado - títulos e			
	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	em empresas controladas	Legal	Reserva especial de dividendos	Outras reservas estatutárias	Retenção de lucros	valores mobiliários e derivativos	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2002	**3.386.274**	**304.328**	**157.740**	**5.124**	**223.814**	**63.898**	**2.017.983**	**-**	**-**	**(86.768)**	**-**	**6.072.393**
Aumento de capital	304.328	(304.328)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.181)	-	(2.181)
Ajuste de exercícios anteriores												
.Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.028)	-	77.840	67.812
.Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	918	918
Realização da reserva de reavaliação de bens	-	-	-	(3.573)	-	-	-	-	-	-	2.603	(970)
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	319	-	-	-	-	-	-	-	-	319
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(249.672)	-	-	(249.672)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.010.363	1.010.363
Constituição de reservas	-	-	-	-	50.518	-	701.194	-	-	-	(751.712)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(340.012)	(340.012)
Em 31 de dezembro de 2002	**3.690.602**	**-**	**158.059**	**1.551**	**274.332**	**63.898**	**2.719.177**	**-**	**(259.700)**	**(88.949)**	**-**	**6.558.970**
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.174)	-	(43.174)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.968)	(33.968)
Reserva de reavaliação de bens	-	-	-	6.440	-	-	-	-	-	-	-	6.440
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	414	-	-	-	-	-	-	-	-	414
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	40.620	-	-	40.620
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.052.346	1.052.346
Constituição de reservas	-	-	-	-	52.617	-	290.009	250.000	-	-	(592.626)	-
Remuneração sobre capital próprio proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(425.752)	(425.752)
Em 31 de dezembro de 2003	**3.690.602**	**-**	**158.473**	**7.991**	**326.949**	**63.898**	**3.009.186**	**250.000**	**(219.080)**	**(132.123)**	**-**	**7.155.896**
Em 1º de julho de 2003	**3.690.602**	**-**	**158.275**	**-**	**298.873**	**63.898**	**2.956.788**	**-**	**(189.357)**	**(132.123)**	**-**	**6.846.956**
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.055)	(1.055)
Reserva de reavaliação de bens	-	-	-	7.991	-	-	-	-	-	-	-	7.991
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	198	-	-	-	-	-	-	-	-	198
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.723)	-	-	(29.723)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	561.534	561.534
Constituição de reservas	-	-	-	-	28.076	-	52.398	250.000	-	-	(330.474)	-
Remuneração sobre capital próprio proposta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(230.005)	(230.005)
Em 31 de dezembro de 2003	**3.690.602**	**-**	**158.473**	**7.991**	**326.949**	**63.898**	**3.009.186**	**250.000**	**(219.080)**	**(132.123)**	**-**	**7.155.896**

DIVIDENDOS E REMUNERAÇÃO SOBRE CAPITAL PRÓPRIO POR LOTE DE 1.000 AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL (Nota 15b)

	2003	2002
.Sobre ações ordinárias: R$	2,5163	2,3474
.Sobre ações preferenciais: R$	2,7679	2,5822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002 E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

Valores expressos em milhares de reais

			UNIBANCO	UNIBANCO CONSOLIDADO	
	Segundo semestre 2003	2003	2002	2003	2002
ORIGENS DOS RECURSOS	**6.805.826**	**10.633.691**	**21.191.114**	**12.253.558**	**21.771.025**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	**561.534**	**1.052.346**	**1.010.363**	**1.052.346**	**1.010.363**
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	**(496.034)**	**(542.470)**	**(1.192.055)**	**384.807**	**436.027**
Depreciações e amortizações	105.373	201.292	186.586	351.327	330.075
Amortização de ágio na aquisição de empresas controladas	(7.065)	35.081	92.706	49.301	91.498
Variação cambial de investimentos no exterior	(8.654)	275.805	(494.429)	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	(3.358)	(9)	(1.648)
Resultado de participação em controladas e coligadas	(593.385)	(1.045.366)	(965.889)	(435)	12.408
Provisão (reversão) de provisão dos bens não de uso próprio	7.697	(9.282)	(7.671)	(15.377)	3.694
VARIAÇÃO NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**1.608**	**-**	**1.805**	**14.199**	**11.614**
VARIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	**-**	**-**	**-**	**120.276**	**-**
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:					
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	**4.347.658**	**587.227**	**19.927.309**	**2.972.437**	**19.593.053**
Depósitos	1.488.964	-	8.123.635	-	7.056.206
Captações no mercado aberto	1.811.586	-	5.805.489	-	5.718.860
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	-	-	418.303
Relações interfinanceiras e interdependências	-	-	151.061	-	171.849
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	1.408.220	-	1.312.983
Instrumentos financeiros derivativos	85.438	-	615.711	-	311.881
Outras obrigações	961.670	587.227	3.823.193	2.972.437	4.602.971
DIMINUIÇÃO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	**2.105.910**	**9.022.116**	**11**	**7.456.710**	**197.866**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	4.817.278	-	4.543.580	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.227.941	3.787.812	-	2.874.235	-
Relações interfinanceiras e interdependências	877.969	25.629	-	-	-
Operações de arrendamento mercantil	-	100	11	38.895	197.866
Outros créditos	-	391.297	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS E INVESTIMENTOS	**107.486**	**82.333**	**166.364**	**235.502**	**521.957**
Bens não de uso próprio	37.379	54.112	68.914	111.246	171.136
Investimentos	61.652	18.598	70.591	31.136	96.979
Imobilizado de uso	8.455	9.623	26.859	93.120	253.842
DIVIDENDOS E REMUNERAÇÃO SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO RECEBIDOS/PROPOSTOS DE CONTROLADAS E COLIGADAS	**177.664**	**432.139**	**1.277.317**	**17.281**	**145**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002 E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

Valores expressos em milhares de reais

		UNIBANCO		UNIBANCO CONSOLIDADO	
	Segundo semestre 2003	2003	2002	2003	2002
APLICAÇÕES DE RECURSOS	**6.565.980**	**10.659.051**	**21.155.242**	**12.248.745**	**21.685.776**
DIVIDENDOS E REMUNERAÇÃO SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PROPOSTOS E DISTRIBUÍDOS	**230.005**	**425.752**	**340.012**	**425.752**	**340.012**
AQUISIÇÃO DE AÇÕES EM TESOURARIA	**-**	**43.174**	**2.181**	**43.174**	**2.181**
VARIAÇÃO NOS RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**-**	**109**	**-**	**-**	**-**
VARIAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	**-**	**-**	**-**	**-**	**320.965**
INVERSÕES EM	**111.121**	**182.098**	**318.633**	**359.403**	**554.528**
Bens não de uso próprio	36.410	61.081	49.689	113.092	137.537
Ágio a amortizar na aquisição de empresas controladas	-	-	-	-	63.175
Investimentos	35.196	65.377	198.272	31.647	108.851
Imobilizado de uso	39.515	55.640	70.672	214.664	244.965
APLICAÇÕES NO DIFERIDO	**52.066**	**97.942**	**138.345**	**144.769**	**191.844**
AUMENTO DOS SUBGRUPOS DO ATIVO	**3.384.660**	**368.346**	**19.103.451**	**1.828.551**	**20.276.246**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.069.268	-	12.103.345	-	10.806.734
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	747.905	-	2.905.545
Relações interfinanceiras e interdependências	-	-	2.304.853	109.559	2.476.270
Operações de crédito	921.812	290.435	1.172.042	1.497.803	431.760
Outros créditos	302.230	-	2.711.945	155.461	3.555.028
Outros valores e bens	91.350	77.911	63.361	65.728	100.909
REDUÇÃO DOS SUBGRUPOS DO PASSIVO	**2.788.128**	**9.541.630**	**1.252.620**	**9.447.096**	**-**
Depósitos	-	269.903	-	631.398	-
Captações no mercado aberto	-	6.448.271	-	6.622.078	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.143.841	324.751	1.252.620	250.124	-
Relações interfinanceiras e interdependêcias	860.779	21.001	-	95.441	-
Obrigações por empréstimos e repasses	783.508	2.086.914	-	1.634.905	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	390.790	-	213.150	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	**239.846**	**(25.360)**	**35.872**	**4.813**	**85.249**
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA					
Disponibilidades					
.No início do semestre/exercício	608.377	873.583	837.711	1.078.488	993.239
.No fim do semestre/exercício	848.223	848.223	873.583	1.083.301	1.078.488
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	**239.846**	**(25.360)**	**35.872**	**4.813**	**85.249**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As atividades operacionais do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e empresas controladas, direta ou indiretamente e em conjunto, no Brasil e no exterior, incluem, além das atividades financeiras do Conglomerado Unibanco, outras atividades desenvolvidas por empresas controladas com objetivos específicos, principalmente com relação a serviços de seguros, cartão de crédito, capitalização e previdência privada.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e suas agências no exterior (Unibanco) estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do Unibanco e empresas controladas (Unibanco Consolidado), que abrangem as demonstrações financeiras do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., suas agências no exterior, das empresas controladas, direta ou indiretamente, e das sociedades controladas em conjunto, conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação emanados da Comissão de Valores Mobiliários, tendo sido eliminados as participações, os saldos de balanço, as receitas e despesas e os resultados não realizados entre as empresas.

As demonstrações financeiras das empresas controladas Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil foram reclassificadas, extracontabilmente, objetivando refletir no consolidado sua posição financeira e seu resultado, de conformidade com o método financeiro.

Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada, em atendimento à Instrução nº 247/96 da Comissão de Valores Mobiliários.

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Unibanco e por suas empresas controladas emanam das disposições da legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência e considera:

- os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata temporis,* incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo;
- os efeitos de provisões para ajustar ativos para o valor de mercado ou de realização;
- os ajustes das reservas técnicas dos seguros, planos de previdência privada e de capitalização contratados;
- o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial;
- a parcela atribuível ao imposto de renda, calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos;

- a parcela correspondente à contribuição social, calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda; e

- os créditos tributários constituídos sobre as diferenças intertemporais entre o resultado contábil e o fiscal e sobre prejuízos fiscais.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados ao custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzido das correspondentes rendas de realização futura e/ou de provisões para perdas, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros objetos de *hedge*, os quais estão demonstrados conforme apresentado no item (c).

A provisão para perdas com créditos é constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. A análise das operações de crédito em aberto, para concluir quanto à necessária provisão para perdas com créditos, leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central do Brasil.

(c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e freqüentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos nos resultados do semestre/exercício.

- Títulos disponíveis para venda - adquiridos como parte da estratégia na administração do risco de mercado, podendo ser negociados como resultado de variações nas taxas de juros, mudanças nas condições de pagamentos ou outros fatores. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos nos resultados do semestre/exercício, e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". Os ganhos e perdas realizados são reconhecidos nos resultados do semestre/exercício, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

- Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não.

- Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes ou por conta própria, que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo Banco Central, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente nos resultados do semestre/exercício.

- Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

  - *hedge* de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas nos resultados do semestre/exercício; e

  - *hedge* de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente nos resultados do semestre/exercício.

(d) Permanente

Os investimentos, o imobilizado e o diferido são registrados ao custo.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. Os efeitos apurados nas empresas controladas e coligadas decorrentes de avaliação dos títulos e valores mobiliários e dos derivativos, conforme item (c) acima, foram reconhecidos na controladora de forma a manter o registro original efetuado nas empresas controladas e coligadas.

Os outros investimentos estão representados, principalmente, por investimentos avaliados ao custo e por títulos patrimoniais das bolsas de valores e de mercadorias ajustados aos valores patrimoniais.

O ágio apurado na aquisição de empresas controladas é amortizado em até dez anos, de acordo com a expectativa de lucros futuros.

O imobilizado é depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%, móveis e equipamentos de uso e de segurança - 10%, sistemas de comunicação, processamento de dados e de transportes - 20%.

O diferido é representado, substancialmente, por benfeitorias em propriedades de terceiros e por aquisição e desenvolvimento de softwares. A amortização ocorre na vigência dos direitos contratuais ou no prazo de cinco anos a partir do início de sua utilização.

(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, exceto os valores relativos aos instrumentos financeiros derivativos e passivos objeto de *hedge*, os quais estão demonstrados conforme item (c) acima.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

4. Títulos e Valores Mobiliários

(a) Os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2003 e 2002 podem ser demonstrados por:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
Títulos	**2003**	**2002**	**2003**	**2002**
Para negociação	1.401.992	1.980.512	5.845.398	4.957.043
Disponíveis para venda	3.604.044	6.702.729	3.452.227	6.411.097
Mantidos até o vencimento	4.749.504	5.098.354	5.772.601	6.610.281
Subtotal	**9.755.540**	**13.781.595**	**15.070.226**	**17.978.421**
Instrumentos financeiros derivativos	574.172	334.719	435.216	400.046
Total	**10.329.712**	**14.116.314**	**15.505.442**	**18.378.467**
Circulante	**5.265.361**	**4.935.129**	**9.812.553**	**9.008.052**
Longo prazo	**5.064.351**	**9.181.185**	**5.692.889**	**9.370.415**

(b) Títulos para negociação

				Unibanco
		2003		2002
Emissor/Tipo de aplicação	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Governo federal	**1.133.017**	**1.137.613**	**2.099.448**	**1.980.512**
Letras Financeiras do Tesouro	12.720	11.879	46.042	46.076
Letras do Tesouro Nacional	1.107.186	1.111.505	374.477	370.039
Notas do Banco Central	-	-	1.130.593	1.055.523
Notas do Tesouro Nacional	13.111	14.229	548.336	508.874
Dívida externa brasileira	**129.093**	**135.305**	**-**	**-**
Instituições financeiras	**49.723**	**50.434**	**-**	**-**
Eurobonds	49.723	50.434	-	-
Fundos mútuos de investimentos – abertos (1)	**57.784**	**57.784**	**-**	**-**
Outros	**21.100**	**20.856**	**-**	**-**
Total	**1.390.717**	**1.401.992**	**2.099.448**	**1.980.512**

				Unibanco Consolidado
		2003		2002
Emissor/Tipo de aplicação	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Governo federal	**2.875.250**	**2.880.626**	**3.414.537**	**3.229.669**
Letras Financeiras do Tesouro	941.476	941.266	669.712	668.439
Letras do Tesouro Nacional	1.800.998	1.805.427	514.143	509.699
Notas do Banco Central	3.099	3.135	1.188.191	1.110.806
Notas do Tesouro Nacional	129.677	130.798	1.042.491	940.725
Dívida externa brasileira	**210.426**	**216.637**	**-**	**-**
Instituições financeiras	**153.091**	**153.802**	**-**	**-**
Eurobonds	88.746	89.457	-	-
Certificado de depósito bancário	64.345	64.345	-	-
Fundos mútuos de investimentos – abertos (1)	**2.318.134**	**2.318.134**	**1.284.785**	**1.284.785**
Outros	**221.789**	**276.199**	**442.589**	**442.589**
Total	**5.778.690**	**5.845.398**	**5.141.911**	**4.957.043**

(1) Fundos mútuos de investimentos – abertos são substancialmente decorrentes das empresas de seguros, de previdência privada e de capitalização e a carteira desses fundos é representada principalmente por títulos do governo federal.

Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, dado serem ativa e freqüentemente negociados.

(c) Títulos disponíveis para venda

(i) Por tipo:

						Unibanco
			2003			2002
Emissor/Tipo de aplicação	**Custo atualizado**	**Ajuste ao valor de mercado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Ajuste ao valor de mercado**	**Valor de mercado**
Governo federal	**214.722**	**(6.117)**	**208.605**	**1.151.525**	**(127.014)**	**1.024.511**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	11.016	(11.016)	-
Notas do Banco Central	146.686	5.724	152.410	960.762	(98.734)	862.028
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	116.668	(7.040)	109.628
Outros	68.036	(11.841)	56.195	63.079	(10.224)	52.855
Dívida externa brasileira	**-**	**-**	**-**	**858.365**	**(132.368)**	**725.997**
Empresas não financeiras	**1.808.747**	**(78.018)**	**1.730.729**	**2.447.230**	**(74.653)**	**2.372.577**
Debêntures	1.765.035	(71.906)	1.693.129	2.130.584	(55.800)	2.074.784
Eurobonds	16.213	-	16.213	144.056	(12.306)	131.750
Outros	27.499	(6.112)	21.387	172.590	(6.547)	166.043
Instituições financeiras	**1.533.342**	**2.895**	**1.536.237**	**2.393.740**	**(15.487)**	**2.378.253**
Eurobonds	1.421.719	-	1.421.719	2.290.290	(15.487)	2.274.803
Letras hipotecárias	111.458	2.895	114.353	103.136	-	103.136
Outros	165	-	165	314	-	314
Carteira de ações	**141.155**	**(18.664)**	**122.491**	**202.837**	**(7.232)**	**195.605**
Fundos mútuos de investimentos – abertos (1)	**5.982**	**-**	**5.982**	**5.786**	**-**	**5.786**
Total	**3.703.948**	**(99.904)**	**3.604.044**	**7.059.483**	**(356.754)**	**6.702.729**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Unibanco Consolidado
			2003			2002
Emissor/Tipo de aplicação	**Custo atualizado**	**Ajuste ao valor de mercado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Ajuste ao valor de mercado**	**Valor de mercado**
Governo federal	**716.207**	**6.183**	**722.390**	**2.028.183**	**(146.167)**	**1.882.016**
Letras Financeiras do Tesouro	320.182	1.496	321.678	645.329	(18.465)	626.864
Notas do Banco Central	183.640	8.057	191.697	1.006.717	(106.684)	900.033
Notas do Tesouro Nacional	137.433	9.116	146.549	305.270	(7.040)	298.230
Outros	74.952	(12.486)	62.466	70.867	(13.978)	56.889
Dívida externa brasileira	**-**	**-**	**-**	**858.403**	**(132.369)**	**726.034**
Governo estrangeiro	**29.171**	**(13)**	**29.158**	**-**	**-**	**-**
Notas do tesouro norte-americano	29.171	(13)	29.158	-	-	-
Empresas não financeiras	**2.071.643**	**(89.192)**	**1.982.451**	**3.003.350**	**(81.675)**	**2.921.675**
Debêntures	1.991.334	(79.937)	1.911.397	2.471.569	(59.383)	2.412.186
Eurobonds	20.366	59	20.425	326.121	(12.310)	313.811
Outros	59.943	(9.314)	50.629	205.660	(9.982)	195.678
Instituições financeiras	**264.442**	**4.901**	**269.343**	**474.206**	**(16.865)**	**457.341**
Eurobonds	131.285	2.006	133.291	340.832	(16.865)	323.967
Letras hipotecárias	111.458	2.895	114.353	103.136	-	103.136
Certificado de depósito bancário	20.151	-	20.151	25.089	-	25.089
Outros	1.548	-	1.548	5.149	-	5.149
Carteira de ações	**171.310**	**(20.747)**	**150.563**	**254.636**	**(11.784)**	**242.852**
Fundos mútuos de investimentos – abertos (1)	**298.322**	**-**	**298.322**	**181.179**	**-**	**181.179**
Total	**3.551.095**	**(98.868)**	**3.452.227**	**6.799.957**	**(388.860)**	**6.411.097**

(1) Fundos mútuos de investimentos – abertos são substancialmente decorrentes das empresas de seguros, de previdência privada e de capitalização e a carteira desses fundos é representada principalmente por títulos do governo federal.

(ii) Por vencimento:

				Unibanco
		2003		2002
Prazo	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Até 3 meses	612.756	595.661	159.208	155.974
De 3 meses a 1 ano	825.305	821.263	1.491.000	1.436.370
De 1 a 3 anos	1.287.248	1.275.591	2.719.460	2.605.735
De 3 a 5 anos	385.942	393.859	1.493.596	1.411.551
De 5 a 15 anos	276.766	280.803	975.544	891.709
Indeterminado (1)	315.931	236.867	220.675	201.390
Total	**3.703.948**	**3.604.044**	**7.059.483**	**6.702.729**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

			Unibanco Consolidado	
	2003		2002	
Prazo	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Até 3 meses	204.245	187.003	337.697	334.421
De 3 meses a 1 ano	569.984	560.548	1.449.623	1.395.852
De 1 a 3 anos	1.226.465	1.216.559	1.489.463	1.365.329
De 3 a 5 anos	491.675	502.996	1.791.840	1.696.189
De 5 a 15 anos	408.694	416.867	1.211.584	1.125.125
Mais de 15 anos	-	-	70.152	70.152
Indeterminado (1)	650.032	568.254	449.598	424.029
Total	**3.551.095**	**3.452.227**	**6.799.957**	**6.411.097**

(1) Refere-se a ações de companhias de capital aberto e fundos mútuos de investimentos – abertos.

(d) Títulos mantidos até o vencimento

(i) Por tipo:

		Unibanco	Unibanco Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Emissor/Tipo de aplicação				**Custo atualizado**
Governo federal	**3.261.305**	**4.390.693**	**4.282.405**	**5.900.357**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	186.666	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	259	-
Notas do Banco Central	808.062	1.142.781	1.259.138	2.358.939
Notas do Tesouro Nacional	2.453.243	3.247.912	2.821.900	3.522.558
Outros	-	-	14.442	18.860
Dívida externa brasileira	**1.139.934**	**305.724**	**1.139.934**	**305.724**
Empresas não financeiras	**289.578**	**401.937**	**291.575**	**404.200**
Eurobonds	289.578	401.937	291.575	404.200
Instituições financeiras	**58.687**	**-**	**58.687**	**-**
Eurobonds	58.687	-	58.687	-
Total	**4.749.504**	**5.098.354**	**5.772.601**	**6.610.281**

O valor de mercado desses títulos montava a R$5.081.930 (2002 – R$4.267.683) no Unibanco e R$6.166.230 (2002 – R$5.607.510) no Unibanco Consolidado. As diferenças entre o custo atualizado e o valor de mercado, nos montantes de R$332.426 (2002 – (R$830.671)) no Unibanco e de R$393.629 (2002 – (R$1.002.771)) no Unibanco Consolidado, correspondem, principalmente, aos títulos de emissão do governo federal e dívida externa brasileira.

(ii) Por vencimento:

		Unibanco	Unibanco Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Prazo				**Custo atualizado**
Até 3 meses	885.421	130.254	983.788	334.177
De 3 meses a 1 ano	889.126	897.156	1.341.709	1.382.881
De 1 a 3 anos	1.886.328	3.297.987	2.216.171	4.120.266
De 3 a 5 anos	377.580	721.626	377.580	721.626
De 5 a 15 anos	710.822	51.331	710.822	51.331
Mais de 15 anos	227	-	142.531	-
Total	**4.749.504**	**5.098.354**	**5.772.601**	**6.610.281**

(iii) Capacidade financeira

O Unibanco e suas controladas classificaram parte da sua carteira como títulos mantidos até o vencimento, tendo como parâmetros para definir a capacidade financeira, os vencimentos, as taxas de juros (existência de *spread* positivo) e as moedas das suas operações passivas.

(e) Apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado de acordo com modelo de precificação interno, estabelecido com base nas taxas médias divulgadas pelas Bolsas de Valores, associações de classe e agências externas para o último dia do exercício.

5. Operações de Crédito e Provisão para Perdas

(a) Composição das operações de crédito por tipo e prazo:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2003	**2002**	**2003**	**2002**
Por tipo				
Empréstimos e títulos descontados	10.196.739	10.557.753	10.450.686	10.476.389
Financiamentos	7.769.597	7.492.200	9.639.591	8.898.614
Financiamentos rurais e agroindustriais	812.613	798.058	812.613	798.058
Financiamentos imobiliários	846.688	638.497	846.688	647.647
Cartões de crédito	-	-	3.185.635	2.619.329
Total de operações de crédito	**19.625.637**	**19.486.508**	**24.935.213**	**23.440.037**
Operações de arrendamento mercantil	-	101	474.584	529.705
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (1)	1.640.993	2.009.543	1.640.993	2.009.543
Total de arrendamento mercantil e adiantamentos sobre contratos de câmbio	**1.640.993**	**2.009.644**	**2.115.577**	**2.539.248**
Avais e fianças honrados	8.057	477	8.057	477
Outros créditos (2)	258.854	233.747	619.657	577.583
Total de outros créditos	**266.911**	**234.224**	**627.714**	**578.060**
Responsabilidade por financiamento a titulares de cartão de crédito (3)	**-**	**-**	**238.826**	**193.295**
Total do risco	**21.533.541**	**21.730.376**	**27.917.330**	**26.750.640**
Por vencimento				
Vencidos a partir de 15 dias (nota 5 (d))	490.738	447.904	1.433.341	1.194.584
A vencer:				
Até 3 meses (4)	7.241.823	7.683.347	10.788.719	10.785.434
De 3 meses a 1 ano	6.197.020	6.818.646	7.319.594	7.330.393
De 1 a 3 anos	5.067.162	4.156.603	5.774.210	4.728.589
Acima de 3 anos	2.536.798	2.623.876	2.601.466	2.711.640
Total do risco	**21.533.541**	**21.730.376**	**27.917.330**	**26.750.640**

(1) Registrados em "Outras obrigações" e em "Outros créditos" - "Carteira de câmbio".
(2) Outros créditos compreendem devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber.
(3) Registrado em contas de compensação.
(4) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Composição das operações de crédito por atividade econômica:

				Unibanco
		2003		2002
	Valor	% distribuição	Valor	% distribuição
Industrial				
Alimentos, bebidas e cigarros	1.302.961	6,1	1.411.820	6,5
Eletricidade, gás e água	1.251.536	5,8	1.240.181	5,7
Indústria automobilística	1.196.951	5,6	831.799	3,8
Química e farmacêutica	1.056.016	4,9	1.153.574	5,3
Papel, celulose e produtos de papel e de madeira	997.432	4,6	980.310	4,6
Metalurgia básica	749.279	3,5	1.242.045	5,7
Produção de máquinas e equipamentos	608.215	2,8	146.434	0,7
Petróleo	470.797	2,2	500.462	2,3
Mineração	392.044	1,8	602.546	2,8
Têxtil, roupas e artigos de couro	275.584	1,3	332.349	1,5
Produção de bens metálicos	262.389	1,2	548.366	2,5
Elétrico e eletrônico	155.047	0,7	180.720	0,8
Eletrônica e equipamentos de comunicação	112.250	0,5	241.544	1,1
Borracha e plástico	97.215	0,5	136.989	0,6
Outras indústrias manufatureiras	6.162	-	33.963	0,2
Subtotal	**8.933.878**	**41,5**	**9.583.102**	**44,1**
Comercial				
Atacado	1.416.504	6,6	1.240.652	5,7
Varejo	1.134.175	5,3	869.926	4,0
Subtotal	**2.550.679**	**11,9**	**2.110.578**	**9,7**
Serviço financeiro				
Instituições financeiras	451.005	2,1	1.132.463	5,2
Seguradoras e fundos de pensão	4.593	-	57.517	0,3
Subtotal	**455.598**	**2,1**	**1.189.980**	**5,5**
Empréstimos para construção residencial	**263.264**	**1,2**	**121.433**	**0,6**
Serviços				
Correios e telecomunicações	1.139.471	5,3	1.193.628	5,5
Transporte	618.529	2,9	519.735	2,4
Construção	383.581	1,8	217.432	1,0
Imobiliários	341.914	1,6	433.250	2,0
Agrícolas	288.213	1,3	396.581	1,8
Atividades recreativas, culturais e desportivas	145.002	0,7	195.982	0,9
Saúde e serviços sociais	116.805	0,6	96.181	0,4
Educação	93.913	0,4	82.723	0,4
Atividades associativas	92.326	0,4	75.991	0,3
Hotelaria e alimentação	65.517	0,3	73.784	0,3
Outros serviços	871.469	4,0	736.929	3,4
Subtotal	**4.156.740**	**19,3**	**4.022.216**	**18,4**
Agricultura, criação de animais, reflorestamento e pesca	**812.613**	**3,8**	**798.058**	**3,7**
Pessoa física				
Financiamentos e crédito ao consumidor	3.710.129	17,2	3.321.624	15,3
Empréstimos para mutuários - hipoteca residencial	650.640	3,0	583.385	2,7
Subtotal	**4.360.769**	**20,2**	**3.905.009**	**18,0**
Total	**21.533.541**	**100,0**	**21.730.376**	**100,0**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Unibanco Consolidado			
	2003		2002	
	Valor	% distribuição	Valor	% distribuição
Industrial				
Alimentos, bebidas e cigarros	1.361.930	4,9	1.460.510	5,5
Eletricidade, gás e água	1.271.959	4,5	1.258.862	4,7
Indústria automobilística	1.221.041	4,4	847.127	3,2
Química e farmacêutica	1.081.541	3,9	1.184.832	4,4
Papel, celulose e produtos de papel e de madeira	1.039.671	3,7	1.018.005	3,8
Metalurgia básica	838.963	3,0	1.266.455	4,7
Produção de máquinas e equipamentos	626.482	2,2	155.888	0,6
Petróleo	479.183	1,7	511.549	1,9
Mineração	416.097	1,5	632.996	2,4
Têxtil, roupas e artigos de couro	286.317	1,0	342.892	1,3
Produção de bens metálicos	270.704	1,0	563.250	2,1
Elétrico e eletrônico	158.696	0,6	185.677	0,7
Eletrônica e equipamentos de comunicação	116.791	0,4	249.235	0,9
Borracha e plástico	107.898	0,4	149.526	0,6
Outras indústrias manufatureiras	7.359	-	35.313	0,1
Subtotal	**9.284.632**	**33,2**	**9.862.117**	**36,9**
Comercial				
Atacado	1.558.713	5,6	1.365.677	5,1
Varejo	1.224.434	4,4	946.260	3,5
Subtotal	**2.783.147**	**10,0**	**2.311.937**	**8,6**
Serviço financeiro				
Instituições financeiras	164.646	0,6	216.153	0,8
Seguradoras e fundos de pensão	5.276	-	57.799	0,2
Subtotal	**169.922**	**0,6**	**273.952**	**1,0**
Empréstimos para construção residencial	**263.264**	**0,9**	**121.433**	**0,5**
Serviços				
Transporte	1.196.014	4,3	852.296	3,2
Correios e telecomunicações	1.157.981	4,1	1.218.826	4,6
Construção	423.843	1,5	339.802	1,3
Imobiliários	387.055	1,4	476.725	1,8
Agrícolas	306.142	1,1	412.256	1,5
Atividades recreativas, culturais e desportivas	149.812	0,5	202.823	0,8
Saúde e serviços sociais	126.595	0,5	113.406	0,4
Educação	107.467	0,4	94.147	0,4
Atividades associativas	100.497	0,4	89.366	0,3
Hotelaria e alimentação	73.969	0,3	83.464	0,3
Outros serviços	1.051.873	3,7	850.930	3,1
Subtotal	**5.081.248**	**18,2**	**4.734.041**	**17,7**
Agricultura, criação de animais, reflorestamento e pesca	**812.613**	**2,9**	**798.058**	**3,0**
Pessoa física				
Financiamentos e crédito ao consumidor	5.407.169	19,5	5.158.554	19,3
Cartão de crédito	3.424.461	12,3	2.812.624	10,5
Empréstimos para mutuários - hipoteca residencial	650.640	2,3	592.535	2,2
Leasing - arrendamento mercantil	40.234	0,1	85.389	0,3
Subtotal	**9.522.504**	**34,2**	**8.649.102**	**32,3**
Total	**27.917.330**	**100,0**	**26.750.640**	**100,0**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Concentração de operações de crédito:

	Unibanco				Unibanco Consolidado			
	2003		2002		2003		2002	
Maiores devedores	**Valor**	**% total**	**Valor**	**% total**	**Valor**	**% total**	**Valor**	**% total**
10 maiores clientes	2.985.258	13,8	3.349.521	15,4	2.858.853	10,2	2.590.910	9,7
50 seguintes maiores clientes	5.246.114	24,4	5.619.551	25,8	5.245.550	18,8	5.580.250	20,8
100 seguintes maiores clientes	3.484.855	16,2	3.708.587	17,1	3.495.835	12,5	3.764.863	14,1
Demais clientes	9.817.314	45,6	9.052.717	41,7	16.317.092	58,5	14.814.617	55,4
Total	**21.533.541**	**100,0**	**21.730.376**	**100,0**	**27.917.330**	**100,0**	**26.750.640**	**100,0**

(d) Composição da carteira de operações de crédito e da provisão para perdas nos correspondentes níveis de risco:

								Unibanco 2003
			Créditos de curso anormal					
Nível de risco	**% provisão mínima requerida**	**Créditos de curso normal**	**Parcelas a vencer**	**Parcelas vencidas**	**Total das operações**	**Distribuição %**	**Total da provisão**	**% efetivo de provisão**
AA	-	10.118.883	-	-	10.118.883	47,0	9.837	-
A	0,5	5.630.184	-	-	5.630.184	26,1	29.274	0,5
B	1,0	2.340.852	73.595	13.004	2.427.451	11,3	30.893	1,3
C	3,0	1.259.200	347.536	168.553	1.775.289	8,2	63.485	3,6
D	10,0	475.680	104.133	49.794	629.607	3,0	180.630	28,7
E	30,0	178.681	69.566	27.010	275.257	1,3	85.711	31,1
F	50,0	39.602	54.433	37.871	131.906	0,6	73.555	55,8
G	70,0	39.782	42.572	24.745	107.099	0,5	76.500	71,4
H	100,0	142.609	125.495	169.761	437.865	2,0	437.865	100,0
Total		**20.225.473**	**817.330**	**490.738**	**21.533.541**	**100,0**	**987.750**	
% sobre o total do risco							**4,6%**	

								Unibanco 2002
			Créditos de curso anormal					
Nível de Risco	**% provisão mínima requerida**	**Créditos de curso normal**	**Parcelas a vencer**	**Parcelas vencidas**	**Total das operações**	**Distribuição %**	**Total da provisão**	**% efetivo de provisão**
AA	-	9.208.098	-	-	9.208.098	42,4	-	-
A	0,5	4.210.669	-	-	4.210.669	19,4	21.045	0,5
B	1,0	2.312.411	80.956	19.663	2.413.030	11,1	24.128	1,0
C	3,0	3.888.666	118.792	42.237	4.049.695	18,6	188.333	4,7
D	10,0	543.406	99.231	34.677	677.314	3,1	105.815	15,6
E	30,0	168.215	74.333	102.878	345.426	1,6	119.527	34,6
F	50,0	38.527	69.574	29.172	137.273	0,6	77.886	56,7
G	70,0	152.251	44.428	61.385	258.064	1,2	193.612	75,0
H	100,0	162.846	110.069	157.892	430.807	2,0	430.807	100,0
Total		**20.685.089**	**597.383**	**447.904**	**21.730.376**	**100,0**	**1.161.153**	
% sobre o total do risco							**5,3%**	

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

								Unibanco Consolidado
								2003
	% provisão	Créditos	Créditos de curso anormal					
Nível de Risco	mínima requerida	de curso normal	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total das operações	Distribuição %	Total da provisão	% efetivo de provisão
AA	-	10.897.051	-	-	10.897.051	39,0	10.012	-
A	0,5	9.609.034	-	-	9.609.034	34,4	70.606	0,7
B	1,0	2.429.316	117.190	198.286	2.744.792	9,8	41.696	1,5
C	3,0	1.534.932	397.149	287.095	2.219.176	8,0	94.532	4,3
D	10,0	504.654	122.004	136.446	763.104	2,8	203.293	26,6
E	30,0	259.141	77.670	231.287	568.098	2,0	180.068	31,7
F	50,0	56.433	60.179	124.186	240.798	0,9	129.632	53,8
G	70,0	51.645	46.310	96.934	194.889	0,7	138.416	71,0
H	100,0	181.152	140.129	359.107	680.388	2,4	680.388	100,0
Total		**25.523.358**	**960.631**	**1.433.341**	**27.917.330**	**100,0**	**1.548.643**	
% sobre o total do risco							**5,5%**	

								Unibanco Consolidado
								2002
	% provisão	Créditos	Créditos de curso anormal					
Nível de Risco	mínima requerida	de curso normal	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total das operações	Distribuição %	Total da provisão	% efetivo de provisão
AA	-	9.331.389	-	-	9.331.389	34,9	-	-
A	0,5	7.753.394	-	-	7.753.394	29,0	47.611	0,6
B	1,0	2.360.265	147.564	199.826	2.707.655	10,1	34.310	1,3
C	3,0	4.200.651	182.224	155.610	4.538.485	17,0	227.379	5,0
D	10,0	560.526	118.624	114.929	794.079	3,0	127.745	16,1
E	30,0	178.047	82.099	182.614	442.760	1,7	156.670	35,4
F	50,0	47.430	75.403	104.462	227.295	0,8	126.448	55,6
G	70,0	160.462	48.751	124.890	334.103	1,2	248.950	74,5
H	100,0	178.997	130.230	312.253	621.480	2,3	621.480	100,0
Total		**24.771.161**	**784.895**	**1.194.584**	**26.750.640**	**100,0**	**1.590.593**	
% sobre o total do risco							**5,9%**	

A provisão para perdas com créditos é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682, do Conselho Monetário Nacional. Os percentuais mínimos para cada nível de risco são obedecidos como regra geral. Entretanto, percentuais mais elevados, dentro de cada faixa de risco, são utilizados com base no julgamento e experiência da administração, de forma a contemplar avaliações mais prudentes do risco de determinados clientes, operações ou carteiras.

(e) O saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional, era de R$644.958 (2002 – R$900.061) no Unibanco e R$803.424 (2002 – R$1.121.074) no Unibanco Consolidado. Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados contra prejuízo e foram registradas de forma a manter a classificação de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação. Tais operações somente recebem uma melhoria de classificação após pagamento relevante da dívida renegociada, sendo estabelecido o pagamento de percentual mínimo de 25% para fins de reclassificação.

(f) Movimentação da provisão para perdas com créditos no exercício:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Saldo inicial	**1.161.153**	**937.971**	**1.590.593**	**1.538.495**
Constituição de provisão no exercício	674.077	955.033	1.454.952	1.837.344
Créditos baixados contra a provisão no exercício	(847.480)	(731.851)	(1.496.902)	(1.785.246)
Saldo final	**987.750**	**1.161.153**	**1.548.643**	**1.590.593**
Recuperação de créditos no exercício (1)	**227.564**	**185.201**	**415.235**	**393.858**

(1) As recuperações de créditos foram registradas em receitas de "Operações de crédito" e "Operações de arrendamento mercantil".

6. Carteira de Câmbio

(a) Balanço patrimonial

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Ativo – Outros créditos				
Câmbio comprado a liquidar	2.156.444	3.280.635	2.156.444	3.280.635
Direitos sobre vendas de câmbio	602.752	937.074	602.752	946.178
(-) Adiantamentos recebidos	(69.956)	(685.070)	(69.956)	(694.174)
Rendas a receber adiantamentos concedidos	23.420	46.370	23.420	46.370
Outros	23	4.687	-	4.687
Total	**2.712.683**	**3.583.696**	**2.712.660**	**3.583.696**
Passivo – Outras obrigações				
Câmbio vendido a liquidar	604.970	935.762	604.970	944.924
(-) Adiantamentos concedidos	-	(7.065)	-	(7.065)
Obrigações por compra de câmbio	2.175.522	3.038.868	2.175.522	3.038.868
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.617.698)	(1.963.173)	(1.617.698)	(1.963.173)
Outros	642	6.421	642	6.425
Total	**1.163.436**	**2.010.813**	**1.163.436**	**2.019.979**
Contas de compensação				
Créditos abertos para importação	84.108	284.464	100.348	292.574
Créditos de exportação confirmados	17.518	6.324	17.849	9.170

(b) Demonstração do resultado

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Rendas de câmbio	3.336.261	6.862.020	3.338.952	7.374.466
Despesas de câmbio	(3.434.405)	(5.058.062)	(3.434.955)	(5.602.276)
Rendas (despesas) de financiamentos de moedas estrangeiras	(143.339)	553.230	(143.339)	553.230
Rendas (despesas) de aplicações no exterior	(38.102)	16.143	(42.644)	16.151
Rendas (despesas) de obrigações com banqueiros no exterior	330.254	(2.292.273)	347.146	(2.248.074)
Outras	99.236	55.399	99.236	55.399
Resultado de câmbio	**149.905**	**136.457**	**164.396**	**148.896**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Outros Créditos

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2003	**2002**	**2003**	**2002**
Negociação e intermediação de valores				
Devedores conta liquidações pendentes	68.075	32.101	194.269	73.755
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	20.257	2	24.913	779
Outros	-	-	18.536	8.018
Total	**88.332**	**32.103**	**237.718**	**82.552**
Curto prazo	**88.332**	**32.103**	**237.718**	**81.752**
Longo prazo	-	-	-	**800**
Diversos				
Créditos tributários (nota 17 (a))	1.309.919	1.610.815	2.486.381	2.760.311
Devedores por depósitos em garantia	868.620	661.929	1.685.456	1.151.317
Tributos antecipados	74.119	89.326	595.148	542.102
Títulos e créditos a receber	203.508	197.202	560.799	621.718
Valores a receber - intercâmbio de cartões de crédito	-	-	557.449	81.118
Plano de Previdência Unibanco (nota 14 (a))	120.054	-	120.054	-
Devedores por compra de valores e bens	55.346	51.572	58.858	168.438
Adiantamento por conta de previdência social	87.600	52.400	87.600	52.400
Adiantamentos salariais e outros	55.007	18.123	61.097	23.262
Valores a receber de sociedades ligadas	387.497	-	-	-
Prêmios de seguros a receber	-	-	347.660	95.790
Outros	457.658	444.681	701.702	883.364
Total	**3.619.328**	**3.126.048**	**7.262.204**	**6.379.820**
Curto prazo	**1.160.856**	**1.101.494**	**2.674.813**	**2.651.896**
Longo prazo	**2.458.472**	**2.024.554**	**4.587.391**	**3.727.924**

8. Agências no Exterior

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras das agências no exterior (Grand Cayman e Nassau) estão sendo apresentadas consolidadas com as do Unibanco.

Os saldos dessas agências podem ser resumidos como segue:

	2003		2002	
	US$ mil	**R$ mil**	**US$ mil**	**R$ mil**
Ativo circulante	3.041.396	8.787.200	1.964.698	6.941.869
Realizável a longo prazo	1.756.061	5.073.613	2.126.194	7.512.482
Permanente	110	317	180	634
Total do ativo	**4.797.567**	**13.861.130**	**4.091.072**	**14.454.985**
Passivo circulante	2.888.116	8.344.345	2.569.785	9.079.821
Exigível a longo prazo	1.536.727	4.439.912	983.899	3.476.410
Resultado de exercícios futuros	1.303	3.765	182	645
Patrimônio líquido	371.421	1.073.108	537.206	1.898.109
Total do passivo	**4.797.567**	**13.861.130**	**4.091.072**	**14.454.985**
Resultado do exercício	**202.623**	**585.418**	**118.113**	**417.328**

Durante o exercício de 2003, foram aprovadas pelo Conselho de Administração: (i) distribuição de dividendos, nos montantes de US$140.000 e US$130.000, pelas agências de Grand Cayman e Nassau, respectivamente; e (ii) redução do capital da agência de Nassau, no montante de US$138.342.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Investimentos

(a) Participações em controladas e coligadas

O resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas foi registrado em conta de resultado, sob o título de "Resultado de participações em controladas e coligadas". As perdas cambiais de agências e de controladas no exterior, no valor de R$609.882 (2002 – ganhos cambiais – R$1.093.120) no Unibanco e de R$631.195 (2002 – ganhos cambiais – R$1.186.545) no Unibanco Consolidado, foram registrados na conta "Outras despesas operacionais", para as perdas, e na conta de "Outras receitas operacionais", para os ganhos. Os investimentos em sociedades controladas e coligadas e os principais eventos que envolveram participações em sociedades controladas e coligadas foram os seguintes:

	Quantidade de ações ou quotas possuídas		Participação (%)		Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) ajustado	Equivalência patrimonial		Valor do investimento	
				Unibanco				Unibanco		Unibanco
	Ordinárias	Preferenciais	Unibanco	Consolidado			2003	2002	2003	2002
Controladas diretas										
Unibanco AIG Seguros S.A. (1)	345.014.171	188.792.954	49,707	49,707	1.462.745	243.353	121.188	60.693	727.089	620.664
Unipart Participações Internacionais Ltd. (2)	1.302.031	-	100,000	100,000	1.274.604	143.329	142.681	216.698	1.274.604	1.544.272
Unicard Banco Múltiplo S.A. (3) e (9)	117.629.257.620	101.832.650.091	100,000	100,000	905.240	122.569	162.248	8.859	748.938	344.810
Unibanco Representação e Participações Ltda. (1) e (4)	124.099.785	-	99,999	100,000	473.001	206.330	208.922	250.095	473.001	356.536
Banco Fininvest S.A.	3.931	1.034	99,920	99,920	389.221	138.843	158.601	53.301	388.908	253.398
Banco Dibens S.A. (5)	4.313.047.972	-	51,001	51,001	157.416	23.293	2.465	13.375	80.283	79.592
Unibanco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	264.919	-	99,999	99,999	175.881	64.989	64.989	25.070	175.879	126.325
Unibanco Corretora de Valores Mobiliários S.A. (6)	40.467.422	40.467.422	99,999	100,000	81.040	7.231	9.913	5.149	81.040	55.574
Interbanco S.A. (2)	18.999.793	-	99,996	99,999	61.913	8.382	9.861	-	61.910	-
Banco1.net S.A. (7)	34.077.757	-	65,934	65,934	50.380	(2.973)	(2.258)	(8.380)	33.217	22.733
Unibanco Asset Management – Banco de Investimento S.A. (8)	1.468.400	1.468.405	99,999	99,999	30.967	16.013	16.022	16.217	30.967	19.165
Banco Credibanco S.A. (9)	-	-	-	-	-	-	24.897	124.086	-	289.822
Caixa Brasil Participações S.A. (10)	-	-	-	-	-	-	-	111.790	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	977	3.655	2.121	1.144
Principais controladas diretas e indiretas da Unipart Participações Internacionais Ltd. (i)										
Unibanco Cayman Bank Ltd.	13.252.004	-	-	100,000	698.896	57.041	-	-	-	-
Unicorp Bank & Trust Ltd. (11)	1.750.000	3.250.000	-	100,000	232.638	49.741	-	-	-	-
Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A.	199.999	-	-	99,999	183.989	12.945	-	-	-	-
Unibanco Securities Ltd. (12)	17.770.000	-	-	100,000	60.263	20.826	-	(4.511)	-	-
Principais controladas diretas e indiretas da Unibanco AIG Seguros S.A. (i)										
Unibanco AIG Previdência S.A.	465.403	-	-	99,999	152.004	48.439	-	-	-	-
Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A.	20.000.000	-	-	99,999	37.809	8.217	-	-	-	-
Principais controladas diretas e indiretas da Unibanco Representação e Participações Ltda. (i)										
Unibanco Companhia de Capitalização	4.194.130	-	-	99,992	445.153	138.808	-	-	-	-
Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda.	201.111.880	-	-	100,000	219.419	7.844	-	-	-	-
Unibanco Empreendimentos Ltda.	150.488.716	-	-	100,000	124.316	1.808	-	-	-	-
BWU Representação e Participações Ltda.	36.133.577	93.947.299	-	60,000	66.119	23.895	-	-	-	-
Principais controladas em conjunto (i)										
Credicard S.A.- Administradora de Cartões de Crédito (1)	12.937.771	-	33,333	33,333	287.401	298.326	99.441	77.424	95.800	140.848
Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda. (15)	3.866.664	-	33,333	33,333	175.085	58.941	8.538	-	58.362	-
Serasa S.A.	363.690	348.855	-	19,045	155.479	50.853	-	-	-	-
Banco Investcred Unibanco S.A.	95.284	-	49,997	49,997	145.971	37.185	18.591	13.572	72.981	58.323
Tecnologia Bancária S.A.	762.277.905	-	-	21,432	123.415	10.858	-	-	-	-
Redecard S.A.	199.990	400.000	-	31,943	84.655	121.460	-	-	-	-
Cibrasec – Companhia Brasileira de Securitização	7.500	-	12,499	12,499	48.033	8.769	1.159	1.301	6.004	3.439
Interchange Serviços S.A.	74.999.999.998	-	-	25,000	34.277	6.992	-	-	-	-
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (13)	83.109	83.115	-	49,998	43.766	16.047	-	-	-	-
Unibanco Rodobens Administradora de Consórcios Ltda.	11.298.500	-	-	50,000	32.416	15.152	-	-	-	-
BUS Holding S.A. (14)	-	-	-	-	-	-	-	1.574	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	(2.869)	(4.079)	-	(4.042)
Total							**1.045.366**	**965.889**	**4.311.104**	**3.912.603**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Quantidade de ações ou quotas possuídas		Participação (%)		Patrimônio líquido ajustado	Lucro ajustado	Equivalência patrimonial Unibanco Consolidado		Valor do investimento Unibanco Consolidado	
	Ordinárias	Preferenciais	Unibanco	Unibanco Consolidado			2003	2002	2003	2002
Coligadas										
AIG Brasil Companhia de Seguros	54.213.933	-	-	49,999	73.800	14.524	7.262	3.202	36.899	38.696
Outras	-	-	-	-	-	-	(6.827)	(15.610)	6.122	20.861
Total							**435**	**(12.408)**	**43.021**	**59.557**

(i) As participações apresentadas na coluna Unibanco Consolidado referem-se ao percentual possuído pelas respectivas controladoras.

(1) Em julho de 2003, a Unibanco AIG Seguros S.A. aumentou seu capital social com emissão de 16.616.101 ações ordinárias e 10.670.414 ações preferenciais, sendo que o Unibanco subscreveu 8.308.050 ações ordinárias e 5.335.207 ações preferenciais.

Em julho de 2002, o capital social da Unibanco Representação e Participações Ltda. foi reduzido mediante cancelamento de 711.495.001 quotas e a conseqüente entrega ao Unibanco das participações na Unibanco AIG Seguros S.A. e Credicard S.A. Administradora de Cartões de Crédito, pelo valor patrimonial em 30 de junho de 2002.

(2) Em fevereiro de 2003, o capital da Unipart Participações Internacionais Ltd. foi reduzido, com a entrega das ações do Interbanco S.A. para o Unibanco e, em outubro de 2003, a Unipart Participações Internacionais Ltd. distribuiu dividendos para o Unibanco no montante de R$85.119. Em novembro de 2002, o Unibanco adquiriu 9,156% do capital total da Unipart Participações Internacionais Ltd., pertencentes ao Banco Bandeirantes S.A., pelo valor contábil do investimento.

(3) As diferenças entre o lucro líquido e a equivalência patrimonial e o patrimônio líquido e o valor de investimento são decorrentes principalmente dos lucros a realizar sobre venda de empresas entre companhias do grupo, que estão sendo reconhecidos em função da amortização dos ágios apurados nas mesmas datas.

(4) Em março de 2003, o Unibanco adquiriu 895.134 quotas preferenciais de emissão da Unibanco Representação e Participações Ltda., pelo valor patrimonial contábil. Durante 2002, foram pagos e/ou deliberados o pagamento de dividendos no montante de R$690.000, sendo R$640.000 pagos em 2002 e R$50.000 pagos em 2003.

(5) Em fevereiro e abril de 2003, o capital social foi aumentado em R$49.706, com emissão de 2.179.469.080 ações ordinárias.

(6) Em dezembro de 2003, o capital social foi aumentado em R$3.995, com emissão de 4.095.140 ações, sendo 2.047.570 ações ordinárias e 2.047.570 ações preferenciais, integralmente subscritas pelo Unibanco. A diferença entre o lucro líquido dessa empresa e a equivalência patrimonial reconhecida no resultado, é decorrente de atualização de títulos patrimoniais, registrada diretamente no patrimônio líquido da empresa investida.

(7) Em janeiro de 2003, o Unibanco adquiriu 218.798 ações de emissão do Banco1.net S.A., pelo valor patrimonial contábil. Em abril de 2003 o capital social do Banco1.net S.A. foi aumentado em R$12.000, com emissão de 12.083.484 ações ordinárias, integralmente subscritas pelo Unibanco.

(8) Em agosto de 2002, as 205.576 ações preferenciais pertencentes aos diretores da empresa foram transferidas para o Unibanco pelo valor contábil de R$1.580.

(9) Em abril de 2003, o Banco Bandeirantes S.A. incorporou o Banco Credibanco S.A. e teve sua razão social alterada para Unicard Banco Múltiplo S.A.

(10) Empresa incorporada em outubro de 2002 pelo Unibanco (Caixa Brasil).

(11) Em abril de 2002, a Unipart Participações Internacionais Ltd. adquiriu 24,5%, de parte relacionada, do capital total do Unicorp Bank & Trust Ltd., por US$36.000 mil, com ágio de US$18.844 mil, que está sendo amortizado em dez anos. Após essa operação, a Unipart Participações Internacionais Ltd. passou a deter 100% do capital do Unicorp Bank & Trust Ltd.

(12) Em setembro de 2002, a Unipart Participações Internacionais Ltd. adquiriu 100% do capital total da Unibanco Securities Ltd. do Unibanco, pelo valor patrimonial contábil.

(13) Em outubro de 2003, a Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento incorporou as empresas FMX Participações S.A. e Luiza Administradora de Cartões de Crédito S.A.

(14) Em novembro de 2002, foi aprovada a cisão total da BUS Holding S.A., com a incorporação da parcela cindida pela Administradora e Corretora de Seguros Unibanco Ltda.

(15) Participação obtida a partir de agosto de 2003, como resultado da redução de capital da Credicard S.A. – Administradora de Cartões de Crédito.

(b) Ágio na aquisição de empresas

Os ágios apurados na aquisição de empresas são amortizados em até dez anos, de acordo com a expectativa de lucros futuros, sendo o valor amortizado registrado em "Outras despesas operacionais". O saldo do ágio a amortizar e o valor amortizado, do Unibanco Consolidado, estão demonstrados no quadro a seguir:

	Saldo a amortizar		Amortização no exercício	
	2003	**2002**	**2003**	**2002**
Bandeirantes (nota 14 (a))	841.352	901.015	3.858	45.733
Fininvest	348.900	367.560	18.661	15.507
Outros	167.774	194.352	26.782	30.258
Total	**1.358.026**	**1.462.927**	**49.301**	**91.498**

10. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são representados, substancialmente, por letras hipotecárias emitidas no Brasil e por *euronotes* emitidos no exterior.

(a) As letras hipotecárias são atualizadas monetariamente, de acordo com o índice de correção dos depósitos de poupança, acrescido de juros médios de 15,33% ao ano, com vencimentos até 26 de janeiro de 2005.

(b) *Euronotes*

		Unibanco		Unibanco Consolidado	
Vencimento	**Moeda de emissão**	**2003**	**2002**	**2003**	**2002**
Até 3 meses	US$	759.198	585.049	725.856	489.762
	EUR	70.244	62.080	70.056	62.080
		829.442	**647.129**	**795.912**	**551.842**
De 3 a 12 meses	US$	653.625	425.217	937.973	351.006
	EUR	369.312	485.983	369.250	485.983
		1.022.937	**911.200**	**1.307.223**	**836.989**
De 1 a 3 anos	US$	377.938	436.933	359.430	755.273
	EUR	30.716	10.995	30.716	10.995
		408.654	**447.928**	**390.146**	**766.268**
De 3 a 5 anos	US$	**20.542**	**48.021**	**29.085**	**58.469**
De 5 a 15 anos	US$	**80.998**	**75.106**	**76.086**	**75.106**
Total		**2.362.573**	**2.129.384**	**2.598.452**	**2.288.674**

As taxas médias de juros em 31 de dezembro de 2003 eram de 4,39% a.a. no Unibanco e de 5,05% a.a. no Unibanco Consolidado.

(c) Programas de *Commercial Papers*

Em 2002, os programas de *Commercial Papers* no montante de R$702.653 no Unibanco e no Unibanco Consolidado foram de emissão da agência de Grand Cayman e venceram até 13 de agosto de 2003.

(d) As demais emissões no exterior totalizaram R$37.398 (2002 – R$75.274) no Unibanco e no Unibanco Consolidado, com vencimento até 11 de julho de 2005 e taxa média de juros de 9,81% a.a.

11. Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se principalmente a linhas de curto prazo, para refinanciamento de operações de câmbio, de importação e de exportação.

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm vencimentos até 2018, com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do Sistema BNDES.

As obrigações por repasses do exterior referem-se a linhas de longo prazo destinadas a financiamentos de projetos e comércio exterior, com vencimentos até 15 de dezembro de 2011 e taxa média de juros de 4,51% a.a.

12. Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Unibanco e suas controladas são parte de vários processos judiciais envolvendo principalmente contingências tributárias relacionadas ao imposto de renda, outros tributos e contingências por reclamações trabalhistas. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas ações, baseada na opinião de consultores externos. As provisões constituídas e respectivas variações no exercício eram as seguintes:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2003	**2002**	**2003**	**2002**
Saldo inicial	**650.921**	**648.680**	**1.546.176**	**1.473.906**
Constituição	442.947	267.413	715.497	435.147
Pagamentos (1)	(208.641)	(212.628)	(431.730)	(251.021)
Reversão	(17.782)	(52.544)	(17.782)	(111.856)
Saldo final	**867.445**	**650.921**	**1.812.161**	**1.546.176**

(1) Em 2003, referem-se, principalmente, ao pagamento de obrigações fiscais e previdenciárias e à transferência de contingências fiscais para "Outras obrigações fiscais e previdenciárias" no montante de R$63.550 no Unibanco e R$201.246 no Unibanco Consolidado, haja vista a desistência de ações em decorrência de adesão à anistia fiscal. Em 2002 referem-se, principalmente, ao pagamento de obrigações fiscais e previdenciárias, haja vista a desistência de ações em decorrência de adesão à anistia fiscal.

(a) Ações fiscais

O Unibanco e suas controladas são autores de ações relativas a questões tributárias, em especial quanto à constitucionalidade da exigência de determinados tributos, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função da avaliação dos assessores jurídicos de que as chances de perdas tornaram-se remotas. Estão provisionados R$140.929 (2002 – R$204.485) no Unibanco e R$647.639 (2002 – R$754.975) no Unibanco Consolidado relativos as ações de questões tributárias.

(b) Ações trabalhistas

Sindicatos e ex-empregados intentaram ações trabalhistas contra o Unibanco e suas controladas para obter indenizações referentes a direitos trabalhistas. Não há garantia de êxito nessas ações, razão pela qual o valor das contingências trabalhistas é provisionado, com base na média histórica dos pagamentos efetuados. Estão provisionados R$449.615 (2002 – R$314.082) no Unibanco e R$686.405 (2002 – R$486.041) no Unibanco Consolidado relativos as reclamações trabalhistas.

Ex-empregados do Banco Nacional intentaram ações trabalhistas contra o Banco Nacional ou contra o Unibanco depois da aquisição de alguns dos ativos e passivos daquele banco. O Banco Nacional é o responsável por responder às perdas nessas ações e vem reembolsando o Unibanco, quando do encerramento das ações, por qualquer desembolso por ele efetuado a esse título. Adicionalmente, nas ações em que foram penhorados ativos, que hoje pertencem ao Unibanco, foram interpostos embargos de terceiros contra essas penhoras.

(c) Ações cíveis

O Unibanco e suas controladas também são acionados judicialmente em ações de outras naturezas, incluindo aquelas em que é parte juntamente com outras instituições financeiras brasileiras relacionadas, principalmente a: (i) planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro; (ii) aplicação de juros compostos em períodos menores que um ano nas suas operações; (iii) perdas relacionadas a contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial; (iv) constitucionalidade da lei que estabelece crédito especial a instituições financeiras, conhecido como PROER; e (v) danos morais e materiais. Essas contingências são provisionadas mediante a probabilidade de insucesso em cada tipo de ação. Estão provisionados R$276.901 (2002 – R$132.354) no Unibanco e R$478.117 (2002 – R$305.160) no Unibanco Consolidado relativos as ações cíveis.

(d) Ações judiciais (Banco Bandeirantes e Banco Nacional)

Determinados ex-acionistas do Banorte (banco adquirido pelo Banco Bandeirantes antes do Unibanco adquirir o controle do Banco Bandeirantes) propuseram ações contra o Banco Bandeirantes e o Banco Central, visando a nulidade da intervenção do Banco Central no Banorte antes de sua aquisição pelo Banco Bandeirantes. Conforme o Acordo firmado entre o Unibanco e a Caixa Geral de Depósitos para a aquisição do controle do Banco Bandeirantes, a Caixa Geral de Depósitos assumiu total responsabilidade por todas essas ações. Assim sendo, não há necessidade de constituição de provisão para esse fim.

Os antigos controladores do Banco Nacional S.A. propuseram ações judiciais contra o Banco Central do Brasil e o Unibanco em função do processo de venda de certos ativos e passivos daquela instituição financeira. O Unibanco considera que essas ações não se sustentam, uma vez que a operação de aquisição de ativos e assunção de passivos operacionais do Banco Nacional S.A., pelo Unibanco, foi realizada de acordo com o PROER, programa instituído por lei no intuito principal de preservar os recursos dos depositantes e manter a confiança dos brasileiros nas instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional. A administração considera que não há necessidade de constituição de provisão.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Outras Obrigações

(a) Dívidas subordinadas

				Unibanco		Unibanco Consolidado	
	Emissão	**Vencimento**	**Remuneração a.a.**	**2003**	**2002**	**2003**	**2002**
Step-up subordinated callable notes (1)	abril 2002	abril 2012	9,375%	573.919	710.168	573.368	710.168
Step-up subordinated callable notes (2)	dezembro 2003	dezembro 2013	7,375%	579.491	-	579.491	-
CDB subordinado (3)	dezembro 2002	dezembro 2012	102% do CDI	315.212	221.622	315.212	221.622
Total				**1.468.622**	**931.790**	**1.468.071**	**931.790**

(1) A dívida pode ser resgatada integralmente em abril de 2007 ou em cada pagamento de juros subseqüente. A remuneração a partir do quinto ano será de 11,7995% a.a.
(2) A dívida pode ser resgatada integralmente em abril de 2008 ou em cada pagamento de juros subseqüente. A remuneração a partir do quinto ano será de 9,375% a.a. Em 31 de dezembro de 2003, a operação ainda encontra-se sob análise do Banco Central do Brasil.
(3) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de dezembro de 2007.

(b) Diversas

		Unibanco		Unibanco Consolidado
	2003	**2002**	**2003**	**2002**
Provisões para processos trabalhistas e cíveis	726.516	446.436	1.164.522	791.201
Provisões para despesas de pessoal e administrativas	116.340	135.616	297.313	232.575
Valores a pagar a sociedades ligadas	5.265	706.525	-	-
Obrigações por convênios oficiais	125.904	96.853	125.904	96.853
Valores a pagar por débitos com seguros	-	-	270.238	173.268
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados das empresas de cartões de crédito	-	-	1.961.449	1.535.264
Venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior (1)	2.439.614	1.413.320	2.439.614	1.413.320
Contratos de assunção de obrigações	155.462	-	-	-
Outros	246.400	198.754	383.348	510.197
Total	**3.815.501**	**2.997.504**	**6.642.388**	**4.752.678**
Curto prazo	**644.972**	**1.098.749**	**2.947.836**	**2.450.043**
Longo prazo	**3.170.529**	**1.898.755**	**3.694.552**	**2.302.635**

(1) Valor recebido pela venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior, nos montantes de US$617.000 mil e de ¥$25.000.000 mil, com encargos equivalentes à taxa Libor trimestral, acrescida de 0,57% a.a. a 4,25% a.a., ou juros fixos de 6,15% a.a., pagos trimestralmente e com vencimento inicial em abril de 2009 e final em outubro de 2013.

14. Benefícios a Empregados

(a) Plano gerador de benefícios livres

O Unibanco e parte de seus funcionários contribuem como patrocinadores de um plano gerador de benefícios livres (PGBL), sistema que permite ao participante acumular recursos financeiros ao longo de sua carreira profissional, por meio de contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa empregadora, sendo os recursos investidos em uma conta de FIFE (Fundo de investimento financeiro exclusivo). O plano é do tipo contribuição definida.

O programa é administrado pela Unibanco AIG Previdência S.A., sendo o Unibanco Asset Management – Banco de Investimento S.A. responsável pela gestão financeira dos fundos FIFEs.

As contribuições dos funcionários que optaram pela participação no plano variam de 1% a 9%, em função da faixa etária, e as contribuições do Unibanco variam conforme o retorno sobre o patrimônio líquido no ano anterior entre 50% e 200% da contribuição dos participantes, dependendo da taxa de rentabilidade sobre o patrimônio.

O Unibanco e parte de seus funcionários também contribuem como patrocinadores do Plano CD do Trevo – Instituto Bandeirantes de Seguridade Social, que tem por finalidade básica a concessão de benefícios complementares à aposentadoria paga pela previdência social, substancialmente através de plano de contribuição definida.

Em 1° de dezembro de 2003, para a segregação dos ativos e passivos correspondentes às patrocinadoras vinculadas ao Conglomerado Unibanco, foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar a cisão parcial do Plano CD do Trevo – Instituto Bandeirantes de Seguridade Social. O valor total do patrimônio cindido foi de R$318.689, distribuído entre Exigível Atuarial - R$156.464 e Reservas e Fundos – R$162.225, e foi alocado ao Plano de Previdência Unibanco, cuja administração continuará a ser exercida pelo Trevo - Instituto Bandeirantes de Seguridade Social.

O Plano de Previdência Unibanco, após processo de adaptação à Lei Complementar 109/01 e regulamentações posteriores, será disponibilizado aos empregados das empresas patrocinadoras integrantes do Conglomerado Unibanco com o objetivo de unificar, e ser uma melhor opção, ao atual plano gerador de benefícios livres (PGBL) administrado pela Unibanco AIG Previdência S.A.

Em adição à amortização parcial de Àgio na Aquisição de Empresas efetuada no exercício de 2002, no montante de R$28.000 no Unibanco e no Unibanco Consolidado, na data da cisão, o Unibanco e as patrocinadoras integrantes do Conglomerado refletiram o saldo de suas correspondentes participações nas Reservas e Fundos do Plano de Previdência Unibanco em Despesas Antecipadas, no montante de R$30.714 no Unibanco e R$35.184 no Unibanco Consolidado, e em Outros Créditos – Diversos, no montante de R$120.054 no Unibanco e no Unibanco Consolidado, em contrapartida a despesa de amortização de Ágio na Aquisição de Empresas, no montante de R$48.799 (nota 9 (b)), e em Outras Receitas Operacionais, no montante de R$73.970 no Unibanco e R$78.439 no Unibanco Consolidado (nota 16 (a)).

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, as contribuições das patrocinadoras totalizaram R$11.680 (2002 – R$1.183) no Unibanco e R$10.309 (2002 – R$3.367) no Unibanco Consolidado.

(b) Plano de outorga de opções de compra de ações

O Unibanco possui um Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, que visa a alinhar o comprometimento dos executivos com resultados de longo prazo e recompensar a alta performance, além de ser um instrumento para atrair, reter e motivar talentos. As opções de compra de ações e/ou *Units* outorgadas poderão ser exercidas pelos executivos entre 2 e 5 anos. As outorgas de opções anuais estão limitadas a 1% do capital autorizado e o total das opções outorgadas e não exercidas estão limitadas a 10% do capital autorizado.

Até 31 de dezembro de 2003, houve outorga líquida de 1.130.400.000 (2002 – 669.700.000) opções de compra de ações na forma de *Unit*, com prazo de exercício entre 21 de janeiro de 2005 e 17 de dezembro de 2009, a um preço médio de exercício de R$93,01 (2002 – R$91,18) por lote de 1.000 opções.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é constituído por ações sem valor nominal da seguinte forma:

			2003	2002
	Ações em circulação	**Ações em tesouraria**	**Total**	**Total**
Ordinárias	75.565.816.851	-	75.565.816.851	75.568.744.349
Preferenciais	62.045.605.223	3.274.411.244	65.320.016.467	65.317.088.969
Total	**137.611.422.074**	**3.274.411.244**	**140.885.833.318**	**140.885.833.318**

As ações preferenciais não dão direito a voto, mas têm prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade, até o montante do capital social representado por essas ações preferenciais, e a receber um dividendo anual 10% superior ao distribuído às ações ordinárias.

O Certificado de Depósito de Ações (*Unit*) é representado, por uma ação preferencial de emissão do Unibanco e por uma ação preferencial classe "B" de emissão da Unibanco Holdings S.A. (Holdings) e é negociado no mercado brasileiro.

A *Global Depositary Share* (GDS) é representada, por 500 *Units* e é negociada no mercado internacional.

(b) Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

O dividendo mínimo obrigatório é de 35% do lucro líquido anual do Banco, deduzido da parcela de constituição da reserva legal.

Em 2003, foi proposto pela Administração, a título de antecipação do dividendo obrigatório, pagamento de juros aos acionistas, no valor de R$425.752, na proporção de R$2,960400 (R$2,516335 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil ações ordinárias e R$3,256400 (R$2,767920 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil ações preferenciais.

Ás *Units,* foram atribuídos os valores de R$6,017400 (R$5,114820 líquido do imposto de renda na fonte) por lote de mil, sendo R$2,761000 (R$2,346900 líquido do imposto de renda na fonte) provenientes da Unibanco Holdings e R$3,256400 (R$2,767920 líquido do imposto de renda na fonte) do Unibanco e para cada GDS foi atribuído o valor de R$3,008700 (R$2,557410 líquido do imposto de renda na fonte).

A remuneração sobre o capital próprio do exercício de 2003 foi calculada de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, com benefício fiscal de R$144.756, e representa, líquida do imposto de renda na fonte, 36,20% do lucro do exercício após a constituição da reserva legal.

(c) Reservas de capital

São representadas substancialmente por reserva de ágio na subscrição de ações.

(d) Reservas estatutárias

O saldo em 31 de dezembro de 2003 e 2002 é composto por:

	2003	2002
i) Reserva para Risco em Operações de Câmbio – constituída à base de 2% do lucro líquido do exercício após as deduções legais, até atingir o limite de 20% do capital social	80.005	69.205
ii) Reserva para Margem Operacional – constituída à base de 90% do lucro líquido do exercício após as deduções legais, até atingir o limite de 80% do capital social	2.929.181	2.649.972
Total	**3.009.186**	**2.719.177**

(e) Reserva de retenção de lucros - constituída com base em orçamento de capital proposto pela administração para fazer face à planos de investimentos e/ou aquisições de novos negócios na área financeira.

(f) Ações em tesouraria e programa de recompra de ações

Os Conselhos de Administração do Unibanco e da Unibanco Holdings, em reuniões de 12 de fevereiro de 2003, autorizaram, por um período de três meses, a aquisição, a preços de mercados de até 256.178.254 ações ordinárias e de até 3.033.185.661 ações preferenciais do Unibanco, e de até 3.033.185.661 ações preferenciais classe "B" de emissão da Unibanco Holdings, para fins de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

Foram adquiridas 228.000.000 ações preferenciais de emissão do Unibanco, 167.225.000 *Units* e 372.900 GDSs de emissão conjunta do Unibanco e da Unibanco Holdings. Através de Contrato de Permuta de Ações, o Unibanco cedeu e transferiu à Unibanco Holdings 353.675.000 ações preferenciais classe "B" de emissão da Unibanco Holdings, adquiridas na forma de *Units* e GDS e a Unibanco Holdings cedeu e transferiu ao Unibanco 353.675.000 ações preferenciais de emissão do Unibanco. Dessa forma, o Unibanco registrou 935.350.000 ações preferenciais em tesouraria, a um custo médio de R$46,16 por lote de mil ações, sendo que os preços mínimos e máximos foram de R$33,76 e R$54,15, respectivamente.

O valor de mercado das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2003, de acordo com a cotação das *Units* em 30 de dezembro de 2003, na Bolsa de Valores de São Paulo, era de R$236.036 (2002 – R$92.650).

(g) Oferta Global e Oferta de Permuta

Oferta Global

Em setembro de 2003, por meio de oferta global realizada tanto no Brasil quanto no exterior, o Mizuho Corporate Bank Ltd. (Mizuho) e o Commerzbank Aktiengesellschaft (Commerzbank) venderam, respectivamente, a totalidade e parte de suas posições acionárias. Assim, o Mizuho deixou de ser acionista do Unibanco e da Holdings, enquanto que o Commerzbank reduziu sua participação acionária. As *Units* foram vendidas ao preço de R$109,67 por lote de mil *Units*, perfazendo o total de R$637 milhões. Do total, cerca de 1,7 bilhão de *Units* foram distribuídas para investidores não-institucionais e institucionais no Brasil e os restantes 4,1 bilhões foram distribuídas, sob a forma de GDS, a investidores no exterior, mediante colocação em mercado de balcão não-organizado. As *Units* vendidas representam 11,66% do capital não-votante da Holdings e 9,36% do capital não-votante do Unibanco.

Oferta de Permuta

O Unibanco e a Holdings, realizaram oferta de permuta de pares de ações preferenciais por *Units*. Nos leilões de permuta, em 22 de setembro e 30 de outubro de 2003, foram convertidas respectivamente 15,6 bilhões e 1,25 bilhão de ações preferenciais em *Units*. Permanecem pulverizadas em poder do público cerca de 2,9 bilhões de ações preferenciais, representando cerca de 2% do capital total do Unibanco. Somando-se os dois leilões, foram permutadas por *Units* 83% das ações preferenciais do Unibanco e da Unibanco Holdings passíveis de serem convertidas.

A partir de novembro, iniciou-se o Programa de Conversão que permite, somente aos acionistas que detinham ações preferenciais do Unibanco e preferenciais classe "B" da Unibanco Holdings na data de publicação do Edital da Oferta de Permuta (15 de setembro de 2003), permutar seus pares de ações preferenciais por *Units*. O Programa de Conversão terá duração de 2 anos e até 31 de dezembro de 2003 foram permutados 16,8 bilhões de ações preferenciais em *Units*.

O *float* de *Units* no mercado doméstico aumentou em cerca de 57% após a realização das ofertas global e de permuta em setembro e outubro de 2003. O volume financeiro médio negociado de *Units* no mercado doméstico em outubro foi 165% maior que a média do terceiro trimestre deste ano. A *Unit* teve valorização de 81% em 2003.

(h) Ajustes de exercícios anteriores

Em 2002, os ajustes dos exercícios anteriores decorreram substancialmente dos ajustes dos títulos e valores mobiliários, classificados como para negociação e instrumentos derivativos. Em 2003, são referentes, principalmente, à mudança de prática contábil de operações de *swap* com clientes, associadas à operação de captação e/ou aplicação, que assim como a operação associada, deixaram de ser ajustadas ao valor de mercado, conforme Circular nº 3.150. Até dezembro de 2002, tais derivativos foram ajustados ao valor de mercado, como também autorizado pelas normas do Banco Central do Brasil.

16. Outras Receitas e Despesas Operacionais

(a) Outras receitas operacionais

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2003	**2002**	**2003**	**2002**
Ganho cambial sobre investimentos no exterior (1)	-	1.093.120	-	1.186.545
Juros de depósitos judiciais	4.283	11.196	4.811	13.051
Reversão de provisões para contingências e outros	55.523	53.788	98.513	148.880
Dividendos/lucros recebidos de outros investimentos, principalmente consórcios	23.787	6.308	93.454	31.282
Participação nas Reservas e Fundos do Plano de Previdência Unibanco (nota 14 (a))	73.970	-	78.439	-
Atualização monetária de créditos a receber	32.826	6.828	65.817	8.972
Variação cambial de outras obrigações	16.995	-	16.995	-
Atualização monetária de tributos a recuperar	37.824	3.327	39.421	3.327
Outras	64.886	64.410	123.153	94.426
Total	**310.094**	**1.238.977**	**520.603**	**1.486.483**

(1) O valor desta conta e, conseqüentemente, o montante de "Outras receitas operacionais" de 2002, foram aumentados em R$793.381, devido à reclassificação das despesas com o *hedge* parcial dos investimentos no exterior, para "Resultado com instrumentos financeiros derivativos" e "Captações no mercado" para melhor comparabilidade com 2003.

(b) Outras despesas operacionais

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2003	**2002**	**2003**	**2002**
Perda cambial sobre investimentos no exterior	609.882	-	631.195	-
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	348.660	194.808	484.196	251.155
Amortização de ágio sobre empresas adquiridas	35.351	92.076	49.301	91.498
Despesa sobre cheques e cobrança remetidas, líquida	49.182	51.903	49.240	51.903
Variação cambial sobre outras obrigações	-	32.643	-	32.643
Encargos sobre venda do direito de recebimento de fluxo futuro de ordens de pagamento (nota 13 (b))	59.121	32.186	59.121	32.186
Outras	146.194	91.175	339.743	171.334
Total	**1.248.390**	**494.791**	**1.612.796**	**630.719**

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, são registrados em "Outros créditos – diversos" e sobre as diferenças temporárias são registradas em "Outros créditos – diversos" ou em "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias", de acordo com sua natureza.

Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social são realizados de acordo com a apuração de lucros tributáveis, e os créditos tributários sobre adições temporárias são realizadas quando da utilização ou reversão das provisões relacionadas.

(a) Créditos tributários

				Unibanco
	31 de dezembro de 2002	**Constituição**	**Realização**	**31 de dezembro de 2003**
Provisão para perdas com créditos	628.820	278.937	518.777	388.980
Outras provisões não dedutíveis	314.689	262.052	276.406	300.335
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	255.320	1.673	-	256.993
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	286.683	-	2.058	284.625
Subtotal	**1.485.512**	**542.662**	**797.241**	**1.230.933**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	125.303	-	46.317	78.986
Crédito tributário líquido	**1.610.815**	**542.662**	**843.558**	**1.309.919**
Total ativo	**1.610.815**			**1.309.919**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				Unibanco
	31 de dezembro de 2001	Constituição	Realização	31 de dezembro de 2002
Provisão para perdas com créditos	524.444	367.397	263.021	628.820
Outras provisões não dedutíveis	218.409	211.349	115.069	314.689
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	-	255.320	-	255.320
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	289.291	-	2.608	286.683
Subtotal	**1.032.144**	**834.066**	**380.698**	**1.485.512**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	-	125.303	-	125.303
Crédito tributário líquido	**1.032.144**	**959.369**	**380.698**	**1.610.815**
Total ativo	**1.032.144**			**1.610.815**

				Unibanco Consolidado
	31 de dezembro de 2002	Constituição	Realização	31 de dezembro de 2003
Provisão para perdas com créditos	780.081	406.229	640.872	545.438
Outras provisões não dedutíveis	682.823	413.067	443.823	652.067
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	658.438	80.213	34.464	704.187
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	508.500	-	16.047	492.453
Subtotal	**2.629.842**	**899.509**	**1.135.206**	**2.394.145**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	130.469	10.553	48.786	92.236
Obrigações fiscais diferidas	(45.512)	-	(19.481)	(26.031)
Crédito tributário líquido	**2.714.799**	**910.062**	**1.164.511**	**2.460.350**
Total ativo	**2.760.311**			**2.486.381**
Total passivo	**45.512**			**26.031**

					Unibanco Consolidado
	31 de dezembro de 2001	Constituição	Realização	Saldo de empresas adquiridas	31 de dezembro de 2002
Provisão para perdas com créditos	681.488	465.210	366.617	-	780.081
Outras provisões não dedutíveis	595.917	299.208	212.631	329	682.823
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	345.581	339.595	29.387	2.649	658.438
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	513.559	-	5.059	-	508.500
Subtotal	**2.136.545**	**1.104.013**	**613.694**	**2.978**	**2.629.842**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	-	130.469	-	-	130.469
Obrigações fiscais diferidas	(74.766)	-	(29.254)	-	(45.512)
Crédito tributário líquido	**2.061.779**	**1.234.482**	**584.440**	**2.978**	**2.714.799**
Total ativo	**2.068.123**				**2.760.311**
Total passivo	**6.344**				**45.512**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

Expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2003 e 2002.

				Unibanco				Unibanco Consolidado
			2003	2002			2003	2002
Exercício social	Contribuição social (MP 2.158-35)	Outros	Total	Total	Contribuição social (MP 2.158-35)	Outros	Total	Total
2003	-	-	-	540.928	-	-	-	801.073
2004	-	300.190	300.190	425.644	11.378	554.597	565.975	651.166
2005	8.480	436.158	444.638	151.340	22.922	619.887	642.809	262.908
2006	14.819	80.468	95.287	102.738	32.720	243.641	276.361	206.910
2007	17.941	90.479	108.420	57.416	39.563	198.011	237.574	184.245
2008	30.083	39.013	69.096	64.485	54.585	124.419	179.004	159.309
2009 a 2013	213.302	-	213.302	142.961	305.886	116.456	422.342	344.003
2014 a 2017	-	-	-	-	25.399	44.681	70.080	20.228
Total	**284.625**	**946.308**	**1.230.933**	**1.485.512**	**492.453**	**1.901.692**	**2.394.145**	**2.629.842**

O valor presente dos créditos tributários acima, calculado considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, totalizou R$1.041.429 (2002 – R$1.227.549) no Unibanco e R$1.855.808 (2002 – R$2.061.332) no Unibanco Consolidado.

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

		Unibanco	Unibanco Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Resultado antes da tributação - líquido das participações (imposto de renda e contribuição social)	1.316.377	551.107	1.690.179	927.676
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(447.568)	(187.376)	(574.661)	(315.410)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Resultado de participações em controladas e coligadas e variação cambial sobre investimentos no exterior	96.483	627.978	(214.458)	412.333
Juros sobre capital próprio provisionados ou (recebidos)	121.687	(35.174)	161.822	23.046
Créditos tributários de anos anteriores constituídos no exercício	-	84.174	72.213	85.919
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(34.633)	(30.346)	61.860	10.564
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(264.031)**	**459.256**	**(493.224)**	**216.452**

18. Compromissos e Garantias

		Unibanco	Unibanco Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Coobrigação e riscos em garantias prestadas	3.372.249	5.173.164	3.353.784	5.350.222
Contratos de administração de carteiras (substancialmente fundos mútuos de investimentos)	24.033.189	17.634.850	26.945.050	18.384.124
Compromissos por arrendamento mercantil	48.348	83.473	48.348	83.473

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

19. Transações entre Partes Relacionadas (Unibanco)

	2003	2002
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.052.204	2.924.006
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.471.511	2.024.083
Relações interfinanceiras	1.100	-
Operações de crédito	302.950	935.769
Outros créditos		
Rendas a receber		
Dividendos e remuneração sobre o capital próprio	129.272	200.406
Diversos	389.600	39.956
Passivo		
Depósitos	2.932.520	2.648.160
Captações no mercado aberto	132.530	144.012
Recursos de aceites e emissão de títulos		
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	69.661	195.299
Relações interfinanceiras	33.322	16.820
Obrigações por empréstimos	212.087	310.151
Instrumentos financeiros derivativos	96.898	317.660
Outras obrigações		
Negociação e intermediação de valores	364	371
Dívidas subordinadas	551	-
Diversas	158.621	714.361
Receitas		
Operações de crédito	28.295	63.510
Resultado de títulos e valores mobiliários	663.883	437.131
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	356.870	(408.119)
Receitas de prestação de serviços	146.305	84.085
Outras receitas operacionais	3.959	-
Despesas		
Captações no mercado	394.566	311.380
Resultado de câmbio	12.385	-
Empréstimos e repasses	64	44.224
Outras despesas administrativas	43.534	30.649
Outras despesas operacionais	2.996	2.865

Os valores acima referem-se a operações envolvendo o Unibanco e suas empresas controladas e foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações com partes relacionadas não consolidadas são limitadas a transações bancárias em regime normal de operações e não são relevantes no contexto operacional do Unibanco.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

As receitas de prestação de serviços referem-se basicamente a serviços prestados pelo Unibanco às empresas do conglomerado, cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes, pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de cartão, leasing, capitalização e seguros e corretagem.

Outras despesas administrativas referem-se substancialmente a pagamento de aluguel de acordo com contrato baseado em valor de mercado dos imóveis.

20. Instrumentos Financeiros

(a) Administração de risco

O Unibanco busca continuamente o aperfeiçoamento de seus procedimentos de administração de risco, os quais foram incorporados em diversos níveis da organização. Uma divisão, coordenada pelo diretor executivo corporativo, é responsável pela identificação, quantificação e administração de riscos de mercado, crédito e operacional de todo o banco. Além disso, cada unidade de negócio conta com uma equipe dedicada à administração de risco.

Risco de crédito

A política de crédito é orientada para a administração de risco, ao mesmo tempo que mantém a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e as necessidades dos clientes. Os limites de créditos buscam evitar concentração em clientes e setores específicos que possuem alto fator de risco. É mantido um plano de alçadas de aprovação de crédito para clientes do atacado e do varejo. Dependendo do tipo de exposição e do histórico de crédito do cliente, as alçadas podem variar do gerente geral da agência ou gerente da conta até os comitês de crédito de varejo ou atacado, compostos por membros da alta administração. O processo de aprovação de crédito centralizado baseia-se em rigorosos limites de crédito, que são estabelecidos pelos comitês de crédito de atacado e varejo. Os limites pré-aprovados, para diversos tipos de crédito, são baseados na capacidade de solvência e porte dos clientes.

*Crédito a empresa*s: A decisão sobre crédito é embasada em fatores como: histórico financeiro, fluxos de caixa, qualidade da administração, histórico de relacionamento, situação do mercado e outros fatores relacionados a risco de crédito. Um sistema interno de classificação de crédito é utilizado, ordenando empresas em várias categorias, com base em critérios quantitativos e aspectos qualitativos. As linhas de crédito são reexaminadas a cada 60 a 180 dias, conforme a classificação do tomador e o ambiente externo de crédito.

Políticas de crédito do banco de varejo: A administração de crédito no segmento de banco de varejo, dado o considerável volume de solicitações de crédito, exige sistemas e processos especializados. São utilizados vários instrumentos estatísticos para avaliar as solicitações de crédito. Esses instrumentos, que incluem *credit scoring* e *behavior scoring*, contam com o suporte de sistemas específicos. O sistema automatizado de crédito monitora os empréstimos em todas as suas fases desde a recepção do pedido de crédito. É utilizado um sistema de *collection scoring* que define quais os métodos de cobrança ou combinação de métodos de cobrança mais eficientes para cada caso. Rigorosos padrões de originação e administração da carteira de crédito são impostos, incluindo restrições aos aumentos de limites de crédito e às renovações de limites de cheque especial.

Risco de mercado

A política relacionada à exposição aos riscos de mercado é conservadora. A exposição da carteira é supervisionada e controlada de forma independente. A gestão de riscos de mercado baseia-se em limites estabelecidos pelos comitês financeiro e de riscos. A exposição ao risco de mercado é limitada, mediante a administração de descasamentos de moeda, de vencimentos e de taxa de juros. Valores mobiliários, derivativos, empréstimos e captações são analisados de forma consolidada. Os derivativos têm importante papel na administração dos descasamentos de ativos e passivos. Os limites de exposição da Tesouraria são determinados levando-se em conta a volatilidade do mercado, projeções de cenário, oportunidade de lucro e as necessidades de captação do banco comercial. As atividades de negociação e posicionamento são realizadas dentro de limites recomendados pelo Comitê de Riscos e ratificados pelo Comitê Financeiro. Esses limites e políticas são revisados mensalmente ou quando surge uma nova ameaça ou uma nova oportunidade.

O modelo de *value at risk* é utilizado na avaliação de risco de mercado. Também é utilizado o *stress test*, baseado em cenários macroeconômicos hipotéticos, simulados pelos departamentos de administração de risco e de macroeconomia, a fim de prevenir o risco de perda da carteira e analisar os efeitos das mudanças no mercado financeiro.

A administração da exposição ao risco é centralizada, repassando todos os riscos e divergências para posição de tesouraria. Todas as atividades de tesouraria, incluindo as das agências no exterior, são acompanhadas por nossos escritórios de São Paulo. Os limites e as estratégias de negociação são definidos pela matriz, e todas as posições de negociação são consolidadas em bases de dados centralizadas.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais relacionam-se às perdas inesperadas de uma instituição, em virtude de seus sistemas, práticas e medidas de controle serem incapazes de resistir a erros humanos, a infra-estrutura de apoio danificada, falha de modelagem, serviços ou produtos, e as mudanças no ambiente empresarial ou outras condições de mercado adversas.

Para atender aos requisitos das práticas de mercado internacionais e aos regulamentos internos do mercado financeiro brasileiro, o Unibanco criou uma estrutura interna de controle. Ela inclui uma relação de riscos e controles para padronizar a linguagem e facilitar o entendimento de riscos e controles por todos os funcionários. Também inclui um sistema de controles internos que pode ser acessado por todas as áreas de grupo. São realizadas avaliações periódicas nas quais os gerentes e seus auxiliares identificam as atividades principais e os riscos inerentes e analisam a eficácia/acesso dos controles em uso. Esse processo, possibilita o aprimoramento dos controles, resultando em menor exposição a riscos.

Os dados colhidos servem de fundamento para o monitoramento e a avaliação do desempenho das unidades, identificando as áreas com maior potencial de risco. Essa estrutura é base para identificação de indicadores e para a implementação de uma base de dados para quantificar exposição a riscos operacionais.

Com a crescente diversificação das operações bancárias e o aumento no volume de transações envolvendo redes de computadores e telecomunicações, a importância atribuída à tecnologia da informação e o impacto potencial de possíveis panes de sistema tornaram-se cada vez maiores. Dessa forma, o banco tem destinado um volume substancial de recursos para garantir a segurança e estabilidade de seus computadores e sistemas. O computador central está instalado em São Paulo e é mantido um *backup* integral do sistema. Esse *backup* foi projetado para começar a operar automaticamente no caso de pane no funcionamento do sistema central. Adicionalmente, são realizados freqüentes testes para averiguar o funcionamento adequado desses procedimentos de *backup.*

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor de mercado, estão assim apresentados:

				Unibanco
		2003		2002
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.818.721	3.823.431	3.812.932	3.811.720
Títulos e valores mobiliários	9.755.540	10.087.966	13.781.595	12.950.924
Operações de crédito	18.662.192	18.728.746	18.371.757	18.262.472
Derivativos (líquido)	266.785	266.785	(363.458)	(363.458)
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	1.705.508	1.711.260	427.840	427.809
Depósitos a prazo	16.115.257	16.120.341	16.634.403	16.646.355
Letras hipotecárias	815.136	825.487	632.547	631.799
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	2.399.971	2.417.005	2.907.311	2.885.328
Dívidas subordinadas	1.468.622	1.509.257	931.790	725.567
Outras obrigações (nota 13 (b))	2.439.614	2.278.081	1.413.320	1.286.648
Ações em tesouraria	132.123	236.036	88.949	92.650

				Unibanco Consolidado
		2003		2002
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.197.301	2.202.011	1.933.962	1.932.733
Títulos e valores mobiliários	15.070.226	15.463.855	17.978.421	16.975.650
Operações de crédito	23.429.990	23.496.809	21.932.187	21.805.820
Derivativos (líquido)	182.170	182.170	(66.150)	(66.150)
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	276.230	276.960	78.318	78.061
Depósitos a prazo	16.433.975	16.437.023	16.936.496	16.948.466
Letras hipotecárias	829.403	839.755	648.776	648.028
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	2.635.850	2.661.459	3.066.601	3.034.523
Dívidas subordinadas	1.468.071	1.508.664	931.790	725.567
Outras obrigações (nota 13 (b))	2.439.614	2.278.081	1.413.320	1.286.648
Ações em tesouraria	132.123	236.036	88.949	92.650

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado de acordo com modelo de precificação interno que é estabelecido com base nas taxas médias divulgadas pelas Bolsas de Valores, associações de classe e agências externas para o último dia do exercício.

O valor de mercado das aplicações em depósitos interfinanceiros, das operações de crédito, dos depósitos a prazo, dos depósitos interfinanceiros e das letras hipotecárias foi apurado com base na taxa média praticada pelo Unibanco no último dia de negociação do exercício, para operações similares.

O valor de mercado das obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior e das dívidas subordinadas foi estabelecido com base na cotação média praticada nos correspondentes mercados no último dia de negociação do exercício, para operações similares.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor de mercado dos derivativos foi apurado de acordo com modelo de precificação interno que é estabelecido com base nas taxas médias divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia do exercício, de acordo com a Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F e associações de classe.

O valor de mercado de outras obrigações referente à venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento a receber no exterior foi apurado considerando o valor que se poderia obter na sua negociação com o mercado.

O valor de mercado das ações em tesouraria foi apurado com base na cotação das *Units* de 30 de dezembro de 2003, na Bolsa de Valores de São Paulo.

(c) O valor referencial atualizado e o valor de mercado dos instrumentos financeiros registrados em contas de compensação, exceto pelas opções, cujo referencial se deve aos prêmios pagos/recebidos e a exposição a mercado aos valores contabilizados em contas patrimoniais, em 31 de dezembro, são resumidos como segue:

				Unibanco
		2003		**2002**
	Exposição referencial (1) e (2)	**Exposição a mercado (1) e (2)**	**Exposição referencial (1)**	**Exposição a mercado (1)**
Contratos futuros	**10.750.563**	**10.750.563**	**2.615.748**	**2.615.748**
Moedas	(522.041)	(522.041)	1.071.230	1.071.230
DI	11.518.788	11.518.788	3.684.283	3.684.283
Cupom cambial	(246.184)	(246.184)	(2.139.765)	(2.139.765)
Contratos a termo	**237.830**	**304.787**	**166.505**	**166.505**
Moedas	121.952	188.972	166.503	166.503
CDI	-	-	(9.980)	(9.980)
Prefixado	115.878	115.815	9.982	9.982
Contratos de *swap*	**259.637**	**198.443**	**(578.543)**	**(363.458)**
Moedas	(3.975.955)	(4.035.785)	(4.641.874)	(4.503.223)
CDI	2.189.359	2.189.359	2.619.322	2.619.322
Prefixado	721.514	729.991	222.682	287.004
Outros	1.324.719	1.314.878	1.221.327	1.233.439
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	**29.933**	**29.933**	**113**	**113**
Moedas	2.286.364	2.286.364	16.400	16.400
CDI	(2.256.431)	(2.256.431)	(16.287)	(16.287)
Contratos de opções				
Compra de opções	**2.915**	**120**	**1.638**	**1.638**
Compra	**2.885**	**108**	**1.638**	**1.638**
Ações	-	-	1.638	1.638
Moedas	2.885	108	-	-
Venda	**30**	**12**	**-**	**-**
IDI	30	12	-	-
Venda de opções	**6.375**	**102**	**-**	**-**
Compra	**6.375**	**102**	**-**	**-**
Moedas	6.375	102	-	-

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				Unibanco Consolidado
		2003		2002
	Exposição referencial (1) e (2)	Exposição a mercado (1) e (2)	Exposição referencial (1)	Exposição a mercado (1)
Contratos futuros	**11.994.454**	**11.994.454**	**3.383.240**	**3.383.240**
Moedas	(491.705)	(491.705)	1.158.665	1.158.665
DI	12.822.434	12.822.434	4.852.601	4.852.601
Cupom cambial	(336.275)	(336.275)	(2.628.026)	(2.628.026)
Contratos a termo	**235.971**	**302.927**	**166.168**	**166.168**
Moedas	214.407	281.426	166.503	166.503
CDI	-	-	178.107	178.107
Prefixado	21.564	21.501	(178.442)	(178.442)
Contratos de *swap*	**180.374**	**115.688**	**(231.714)**	**(66.150)**
Moedas	(2.449.899)	(2.510.694)	(3.013.191)	(2.924.699)
CDI	1.435.887	1.435.887	2.380.825	2.380.825
Prefixado	(160.104)	(154.396)	(820.538)	(755.578)
Outros	1.354.490	1.344.891	1.221.190	1.233.302
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	**30.499**	**30.499**	**134**	**134**
Moedas	2.327.817	2.327.817	17.849	17.849
CDI	(2.297.318)	(2.297.318)	(17.715)	(17.715)
Contratos de opções				
Compra de opções	**2.915**	**120**	**1.638**	**1.638**
Compra	**2.885**	**108**	**1.638**	**1.638**
Ações	-	-	1.638	1.638
Moedas	2.885	108	-	-
Venda	**30**	**12**	**-**	**-**
IDI	30	12	-	-
Venda de opções	**6.375**	**102**	**-**	**-**
Compra	**6.375**	**102**	**-**	**-**
Moedas	6.375	102	-	-

(1) Incluem posições compradas (vendidas), líquidas.
(2) Para os contratos de opções referem-se aos respectivos prêmios.

Os valores referenciais das opções registrados em contas de compensação, em 31 de dezembro, montam a R$241.000 de compra de opções e R$245.000 de venda de opções.

Em 31 de dezembro de 2003, existiam operações de futuro de R$1.658.148 (2002 – R$598.943) no Unibanco e R$2.962.859 (2002 – R$1.021.106) no Unibanco Consolidado, e operações de *swap* no montante de R$2.019.929 no Unibanco e R$2.492.932 no Unibanco Consolidado, ajustados ao valor de mercado, utilizadas como *hedge* de fluxo de caixa exposto à variação cambial de dólar norte-americano e iene e à variação do CDI e IGPM, com perda líquida dos efeitos tributários e dos resultados dos minoritários no consolidado, no exercício, no montante de R$95.399 (2002 – R$10.611) no Unibanco e R$125.741 (2002 – R$15.286) no Unibanco Consolidado, registrado na conta "Ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". A efetividade apurada para a carteira de *hedge* em 31 de dezembro de 2003, estava em conformidade com o padrão estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 31 de dezembro de 2003, existiam contratos de *swap* no valor de R$156.113 no Unibanco e R$156.113 (2002 – R$105.933) no Unibanco Consolidado, ajustados ao valor de mercado, utilizados como *hedge* de exposições à variação cambial do dólar norte-americano, contra riscos de mercado. O efeito da variação do valor de mercado do item objeto de *hedge,* líquido dos efeitos tributários foi de R$13.609, registrado a crédito no resultado do exercício em contrapartida às contas de "Títulos e valores mobiliários", em 2002, o efeito da variação foi de R$17.272, registrado a crédito no resultado do exercício, em contrapartida à conta "Depósitos Interfinanceiros". A efetividade apurada para a carteira de *hedge* em 31 de dezembro de 2003 estava em conformidade com o padrão estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

As operações acima não representam a exposição global do Unibanco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos.

As operações de *swap* contratadas em negociação associada à operação de captação e/ou aplicação estão registradas pelos valores atualizados conforme a variação dos respectivos indexadores incorrida ("curva"), e não são avaliadas pelo valor de mercado.

(d) Referencial de mercado distribuído por local de negociação

	Unibanco			Unibanco Consolidado		
						2003
Exposição a mercado	**BM&F**	**CETIP/ Balcão**	**Total**	**BM&F**	**CETIP/ Balcão**	**Total**
Contratos futuros	10.750.563	-	**10.750.563**	11.994.454	-	**11.994.454**
Contratos a termo	-	304.787	**304.787**	-	302.927	**302.927**
Contratos de *swap*	(193.643)	392.086	**198.443**	(194.701)	310.389	**115.688**
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	29.933	-	**29.933**	30.499	-	**30.499**
Contratos de opções						
Posição comprada	120	-	**120**	120	-	**120**
Posição vendida	102	-	**102**	102	**-**	**102**

As garantias dadas para as operações negociadas na BM&F, totalizavam R$694.799 no Unibanco e R$767.111 no Unibanco Consolidado e eram representadas por títulos públicos federais.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(e) Os ativos e passivos relativos aos instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais possuem os seguintes vencimentos:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	2003	**2002**	**2003**	**2002**
Ativo				
Até 3 meses	159.818	64.580	110.223	96.151
De 3 meses a 1 ano	275.213	68.894	215.630	83.496
De 1 a 3 anos	131.612	177.046	101.834	196.200
Acima de 3 anos	7.529	24.199	7.529	24.199
Total	**574.172**	**334.719**	**435.216**	**400.046**
Passivo				
Até 3 meses	56.414	153.269	33.084	182.819
De 3 meses a 1 ano	111.382	192.888	92.377	120.567
De 1 a 3 anos	96.591	317.443	84.585	135.965
Acima de 3 anos	43.000	34.577	43.000	26.845
Total	**307.387**	**698.177**	**253.046**	**466.196**

Os valores dos contratos de *swap* em aberto a receber montam a R$505.215 (2002 – R$334.719) no Unibanco e R$368.119 (2002 – R$400.046) no Unibanco Consolidado e a pagar montam a R$306.772 (2002 – R$698.177) no Unibanco e R$252.431 (2002 – R$466.196) no Unibanco Consolidado, os prêmios recebidos dos contratos de opções montam a R$120 no Unibanco e no Unibanco Consolidado e os prêmios pagos montam a R$102 no Unibanco e no Unibanco Consolidado, e os valores a receber dos contratos a termo montam a R$68.837 no Unibanco e R$66.977 no Unibanco Consolidado e os valores a pagar dos contratos a termo montam a R$513 no Unibanco e no Unibanco Consolidado.

(f) Os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação, exceto pelos contratos de opções cujos montantes se devem aos valores contabilizados em contas patrimoniais, possuem os seguintes vencimentos:

					Unibanco
					2003
Exposição a mercado	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Contratos futuros	9.142.334	383.663	1.170.536	54.030	**10.750.563**
Contratos a termo	(9.405)	(378.792)	22.387	670.597	**304.787**
Contratos de swap	53.191	146.425	34.298	(35.471)	**198.443**
Contratos de swap com ajuste diário	17.275	11.232	1.426	-	**29.933**
Contratos de opções					
Posição comprada	120	-	-	-	**120**
Posição vendida	102	-	-	-	**102**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

					Unibanco Consolidado
					2003
Exposição a mercado	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Contratos futuros	9.428.869	819.669	1.691.886	54.030	**11.994.454**
Contratos a termo	(11.265)	(378.792)	22.387	670.597	**302.927**
Contratos de *swap*	28.786	105.847	16.526	(35.471)	**115.688**
Contratos de *swap* com ajuste diário	17.275	11.232	1.992	-	**30.499**
Contratos de opções					
Posição comprada	120	-	-	-	**120**
Posição vendida	102	-	-	-	**102**

Os contratos de taxa de juros e de moedas nos mercados a termo e futuro representam compromissos futuros de comprar ou vender instrumentos financeiros nos termos e datas especificados. Os valores referenciais representam o valor de face do correspondente instrumento na data da liquidação da operação. Os riscos de crédito associados aos contratos a termo e futuro são minimizados por garantias de depósitos em conta margem e, especificamente para o mercado futuro, por liquidações diárias das diferenças de posições. Contratos a termo e futuro estão sujeitos ao risco de variações não esperadas nas taxas de juros ou no valor dos correspondentes instrumentos financeiros.

Os contratos de *swap* representam compromissos futuros de trocar moedas ou indexadores nos termos e datas especificados nos contratos. O valor referencial dos instrumentos financeiros representa a base para a determinação dos diferenciais a receber ou a pagar. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade da contraparte em cumprir as condições contratuais e o risco associado às mudanças nas condições de mercado relacionadas a variações nas taxas de juros ou de câmbio.

Contratos de opções são aqueles que: (i) transferem, modificam ou reduzem o risco da taxa de juros, ou (ii) permitem que o Banco compre ou venda um instrumento financeiro mediante o pagamento ou recebimento de um prêmio no início do contrato. Como um comprador de opções, o Unibanco paga um prêmio e, como vendedor das opções, recebe um prêmio em troca de assumir um risco de variações nas taxas de juros futuras ou nos preços de mercado dos instrumentos financeiros. Os riscos de crédito e de mercado estão limitados aos prêmios pagos nas opções compradas e o risco associado às mudanças nas condições de mercado pode ter influência nas opções vendidas.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

21. Demonstração do Fluxo de Caixa

		Unibanco
	2003	**2002**
Atividades operacionais		
Lucro líquido	1.052.346	1.010.363
Ajustes ao valor de mercado – títulos para negociação e derivativos	36.063	91.796
Provisão para perdas com créditos	674.077	955.033
Imposto de renda diferido ativo	242.391	(487.138)
Reversão para perdas em bens não de uso próprio	(9.282)	(7.671)
Prejuízo na alienação de valores e bens	16.710	14.066
Amortização de ágio na aquisição de empresas controladas	35.081	92.706
Resultado de participação em controladas e coligadas	(1.045.366)	(965.889)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	275.805	(494.429)
Prejuízo na alienação de investimentos	(1.035)	-
Provisão para perdas em outros investimentos	-	(3.358)
Depreciação e amortização	201.292	186.586
Modificações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.817.278	(12.103.345)
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.642.462	(904.316)
Aumento em depósitos no Banco Central	(43.866)	(2.395.854)
Variação líquida de outras relações interfinanceiras e de relações interdependências	48.494	242.062
Aumento em operações de crédito	(1.019.947)	(2.166.882)
Redução em operações de arrendamento mercantil	-	13
Variação líquida da carteira de câmbio	(4.006)	(320.665)
Aumento de outros créditos e outros valores e bens	(908.115)	(435.270)
Aumento de outras obrigações	969.413	3.023.955
Aumento (redução) de resultados de exercícios futuros	(109)	1.805
Caixa líquido originado das (aplicado em) atividades operacionais	**8.979.686**	**(14.666.432)**
Atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de controladas e coligadas	503.827	1.201.829
Venda de bens não de uso próprio	44.812	47.527
Compra/aumento de capital de/em controladas e coligadas	(58.919)	(179.728)
Venda/ redução de capital de/em controladas e coligadas	-	40.430
Compra de outros investimentos	(2.991)	(18.544)
Venda de outros investimentos	3.034	30.161
Compra de imobilizado de uso	(54.089)	(70.672)
Venda de imobilizado de uso	10.235	34.180
Aplicações no diferido	(97.942)	(138.345)
Caixa líquido originado das atividades de investimento	**347.967**	**946.838**
Atividades de financiamento		
Aumento (redução) em depósitos	(269.903)	8.123.635
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	(6.448.271)	5.805.489
Redução de recursos de aceites e emissão de títulos	(324.751)	(1.252.620)
Aumento (redução) de empréstimos e repasses	(2.086.914)	1.408.220
Aquisição de ações próprias	(43.174)	(2.181)
Dividendos pagos	(180.000)	(327.077)
Caixa líquido originado das (aplicado em) atividades de financiamento	**(9.353.013)**	**13.755.466**
Aumento (redução) líquido das disponibilidades	**(25.360)**	**35.872**
Disponibilidades no início do exercício	873.583	837.711
Disponibilidades no fim do exercício	848.223	873.583
Aumento (redução) líquido das disponibilidades	**(25.360)**	**35.872**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Unibanco Consolidado	
	2003	**2002**
Atividades operacionais		
Lucro líquido	1.052.346	1.010.363
Ajustes ao valor de mercado – títulos para negociação e derivativos	(153.725)	146.516
Provisão para perdas com créditos	1.454.952	1.837.344
Provisão técnica de seguros, de capitalização e de planos de previdência privada	1.465.492	835.250
Imposto de renda diferido ativo	233.245	(552.517)
Provisão (reversão) para perdas em bens não de uso próprio	(15.377)	3.694
Prejuízo (lucro) na alienação de valores e bens	12.159	(12.942)
Amortização de ágio na aquisição de empresas controladas	49.301	91.498
Resultado de participação em controladas e coligadas	(435)	12.408
Prejuízo na alienação de investimentos	774	-
Provisão para perdas em outros investimentos	(9)	(1.648)
Depreciação e amortização	351.327	330.075
Resultado dos acionistas minoritários	144.609	133.765
Modificações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.543.580	(10.806.734)
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.085.254	(3.087.129)
Aumento em depósitos no Banco Central	(189.562)	(2.412.853)
Variação líquida de outras relações interfinanceiras e de relações interdependências	(15.438)	108.432
Aumento em operações de crédito	(3.058.004)	(2.421.613)
Redução em operações de arrendamento mercantil	35.989	232.091
Variação líquida da carteira de câmbio	(13.541)	(311.502)
Aumento de outros créditos e outros valores e bens	(1.359.574)	(1.308.296)
Aumento de outras obrigações	1.892.013	2.632.357
Aumento de resultados de exercícios futuros	14.199	11.614
Caixa líquido originado das (aplicado em) atividades operacionais	**9.529.575**	**(13.529.827)**
Atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de controladas e coligadas	28.482	(21.422)
Venda de bens não de uso próprio	100.213	171.613
Compra/aumento de capital de/em controladas e coligadas	(4.276)	(34.186)
Ágio na aquisição de empresas controladas	10.715	(63.175)
Venda/ redução de capital de/em controladas e coligadas	5.367	11.799
Compra de outros investimentos	(30.353)	(74.665)
Venda de outros investimentos	18.687	85.180
Compra de imobilizado de uso	(206.534)	(244.965)
Venda de imobilizado de uso	83.863	266.307
Aplicações no diferido	(144.769)	(191.844)
Participação dos acionistas minoritários	(24.333)	(454.730)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	**(162.938)**	**(550.088)**
Atividades de financiamento		
Aumento (redução) em depósitos	(631.398)	7.056.206
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	(6.622.078)	5.718.860
Aumento (redução) de recursos de aceites e emissão de títulos	(250.124)	418.303
Aumento (redução) de empréstimos e repasses	(1.634.905)	1.312.983
Aquisição de ações próprias	(43.174)	(2.181)
Dividendos pagos	(180.145)	(339.007)
Caixa líquido originado das (aplicado em) atividades de financiamento	**(9.361.824)**	**14.165.164**
Aumento líquido das disponibilidades	**4.813**	**85.249**
Disponibilidades no início do exercício	1.078.488	993.239
Disponibilidades no fim do exercício	1.083.301	1.078.488
Aumento líquido das disponibilidades	**4.813**	**85.249**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

22. Informações sobre Empresas Controladas

Os quadros a seguir apresentam o balanço patrimonial e a demonstração de resultado das principais empresas controladas pelo Unibanco, contemplando apenas as eliminações entre as empresas consolidadas e/ou combinadas em cada grupo.

(a) As agências e empresas controladas no exterior contemplando, principalmente, agências no exterior (Unibanco Grand Cayman e Nassau e Dibens - Grand Cayman); bancos (Unibanco – União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A., Interbanco S.A. (Paraguai), Unibanco Cayman Bank Ltd., e Unicorp Bank & Trust (Grand Cayman)); e corretoras (Unibanco Securities Limited (Inglaterra) e Unibanco Securities Inc. (EUA)):

Balanço patrimonial combinado	2003	2002
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**13.217.254**	**14.626.819**
Disponibilidades	198.569	181.201
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.734.314	1.502.764
Títulos e valores mobiliários	7.076.972	9.155.487
Relações interfinanceiras	231.044	92.457
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	3.259.453	3.460.246
Outros créditos e outros valores e bens	716.902	234.664
Permanente	**73.134**	**84.084**
Total	**13.290.388**	**14.710.903**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**10.847.928**	**11.153.373**
Depósitos	1.910.155	1.888.468
Captações no mercado aberto	731.714	896.981
Recursos de emissão de títulos	2.298.662	2.566.254
Relações interfinanceiras	4.073	9.013
Empréstimos e repasses	2.059.950	3.526.668
Instrumentos financeiros derivativos	35.761	3.622
Outras obrigações	3.807.613	2.262.367
Resultados de exercícios futuros	**9.328**	**7.618**
Participação minoritária	**4**	**-**
Patrimônio líquido	**2.433.128**	**3.549.912**
Total	**13.290.388**	**14.710.903**

Demonstração combinada do resultado	2003	2002
Receitas da intermediação financeira	1.321.620	1.351.543
Despesas da intermediação financeira	(375.681)	(482.028)
Provisão para perdas com créditos	(117.987)	(73.495)
Despesas de pessoal e administrativas	(69.939)	(72.474)
Outras receitas (despesas) operacionais	(18.692)	(65.316)
Resultado não-operacional	2.534	(2.265)
Participações no lucro	(12)	(547)
Lucro líquido do exercício	**741.843**	**655.418**

A despesa de imposto de renda e de contribuição social referente às operações no exterior é contabilizada no banco múltiplo, como reflexo da adição ao lucro real do resultado dessas operações.

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Ramo de seguros e de previdência privada incluindo Unibanco AIG Seguros S.A., Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A. e Unibanco AIG Previdência S.A.:

Balanço patrimonial	**2003**	**2002**
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**5.672.097**	**4.431.284**
Disponibilidades	11.864	4.123
Títulos e valores mobiliários	4.824.881	3.603.866
Outros créditos e outros valores e bens	835.352	823.295
Permanente	**272.957**	**246.290**
Total	**5.945.054**	**4.677.574**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**4.482.309**	**3.428.741**
Outras obrigações	590.968	661.523
Provisões técnicas de seguros e de previdência privada	3.891.341	2.767.218
Patrimônio líquido	**1.462.745**	**1.248.833**
Total	**5.945.054**	**4.677.574**

Demonstração do resultado	**2003**	**2002**
Receitas da intermediação financeira	883.197	648.101
Reversão de perdas com créditos	2.176	575
Prêmios de seguro e previdência privada	2.577.340	1.918.522
Variação de provisões técnicas de seguros e previdência privada	(1.172.500)	(647.347)
Sinistros	(818.843)	(748.946)
Despesas com benefícios de planos de previdência privada	(477.869)	(385.436)
Despesas de pessoal e administrativas	(248.677)	(212.049)
Outras receitas (despesas) operacionais	(408.272)	(298.166)
Resultado não-operacional	14.169	62.142
Imposto de renda e contribuição social	(90.618)	(75.794)
Participações no lucro	(16.750)	(13.983)
Lucro líquido do exercício	**243.353**	**247.619**

UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E
UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Ramo de cartão de crédito, inclusive as controladas em conjunto com outras instituições e incluem: Unicard Banco Múltiplo S.A. (100%), Credicard S.A. Administradora de Cartões de Crédito (33,333%), Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda. (33,333%) e Redecard S.A. (31,943%):

Balanço patrimonial combinado	**2003**	**2002**
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**4.412.809**	**3.210.572**
Disponibilidades	36.616	7.419
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.250	56.520
Títulos e valores mobiliários	607.312	796.678
Relações interfinanceiras e interdependências	15.440	765
Operações de crédito	1.863.555	1.634.692
Créditos tributários e impostos a compensar (nota 9-a (9))	669.940	295.592
Outros créditos e outros valores e bens	1.204.696	418.906
Permanente	**266.482**	**334.427**
Total	**4.679.291**	**3.544.999**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**3.592.847**	**3.097.684**
Depósitos	298.115	914.813
Empréstimos	263.112	132.678
Recursos de emissão de títulos	588.534	364.166
Relações interfinanceiras e interdependências	365	93
Instrumentos financeiros derivativos	33.957	906
Provisões fiscais, previdenciárias e para contingências (nota 9-a (9))	683.996	317.115
Outras obrigações	1.724.768	1.367.913
Patrimônio líquido	**1.086.444**	**447.315**
Total	**4.679.291**	**3.544.999**

Demonstração combinada do resultado	**2003**	**2002**
Receitas da intermediação financeira	1.231.533	1.288.902
Despesas da intermediação financeira	(131.362)	(333.220)
Provisão para perdas com créditos	(347.096)	(343.994)
Receitas de prestação de serviços	738.626	767.022
Despesas de pessoal e administrativas	(591.076)	(497.059)
Outras receitas (despesas) operacionais	(447.856)	(381.662)
Resultado não-operacional	6.456	12.692
Imposto de renda e contribuição social	(133.908)	(158.385)
Participações no lucro	(23.855)	(18.074)
Lucro líquido do exercício	**301.462**	**336.222**

(d) Empresas que operam em crédito direto ao consumidor contemplam, principalmente, Banco Fininvest S.A. (100%), Banco Investcred Unibanco S.A. (50%) e Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (50%):

Balanço patrimonial combinado	2003	2002
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**2.006.865**	**1.946.729**
Disponibilidades	4.488	4.747
Aplicações interfinanceiras de liquidez	36.743	31.700
Títulos e valores mobiliários	54.847	222.178
Relações interfinanceiras e interdependências	10.367	13.907
Operações de crédito	1.531.925	1.348.927
Outros créditos e outros valores e bens	368.495	325.270
Permanente	**131.857**	**141.851**
Total	**2.138.722**	**2.088.580**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**1.676.522**	**1.776.683**
Depósitos	1.112.468	1.304.776
Captações no mercado aberto	783	-
Empréstimos	11.933	60.354
Instrumentos financeiros derivativos	7.498	15.697
Outras obrigações	543.840	395.856
Patrimônio líquido	**462.200**	**311.897**
Total	**2.138.722**	**2.088.580**

Demonstração combinada do resultado	2003	2002
Receitas da intermediação financeira	1.279.188	1.222.616
Despesas da intermediação financeira	(279.333)	(310.026)
Provisão para perdas com créditos	(413.657)	(544.462)
Despesas de pessoal e administrativas	(476.913)	(472.447)
Outras receitas (despesas) operacionais	72.358	152.876
Resultado não-operacional	(126)	(2.069)
Imposto de renda e contribuição social	(13.153)	28.731
Participações no lucro	(11.375)	(8.152)
Lucro líquido do exercício	**156.989**	**67.067**

23. Outras Informações

(a) Os bens arrendados a terceiros, no montante de R$877.502 (2002 – R$1.146.787), líquido de depreciação, estão compromissados para venda aos arrendatários, à opção destes, no término dos correspondentes contratos de arrendamento por R$510.893 (2002 – R$896.711), e o valor residual recebido antecipadamente desses arrendatários monta a R$431.953 (2002 – R$671.176), classificado como conta redutora de arrendamentos a receber. As operações de arrendamento mercantil, tendo por objeto bens de terceiros, não são relevantes.

(b) É política do Unibanco e de suas controladas manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2003, a cobertura de seguros sobre imóveis e outros bens de uso montava a R$507.629 (2002 – R$598.937) no Unibanco e R$1.061.005 (2002 – R$1.213.369) no Unibanco Consolidado.

(c) Em novembro de 2003, o Unibanco, através de sua controlada Banco Fininvest, firmou contrato de compra e venda de ações para aquisição das operações da financeira Creditec-Crédito, Financiamento e Investimento S.A. pelo valor aproximado de R$47 milhões. As demonstrações financeiras consolidadas ainda não contemplam as operações desta empresa, uma vez que a operação está aguardando aprovação das autoridades competentes e a conclusão do processo de “due diligence”.

* * *

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87
4 - NIRE		
35.300.140.443		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO
Avenida Eusébio Matoso, 891 - 22º andar				Pinheiros
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
05423-901	São Paulo			SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
11	3095-2877	-	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
11	3814-8977	-	-	
15 - E-MAIL				
relacoes.investidores@unibanco.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Geraldo Travaglia Filho				
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO
Avenida Eusébio Matoso, 891 - 4º andar				Pinheiros
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
05423-901	São Paulo			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
11	3097-1313	-	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
11	3813-6182	-	-	
16 - E-MAIL				
relacoes.investidores@unibanco.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2005	31/12/2005	2	01/04/2005	30/06/2005	1	01/01/2005	31/03/2005

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes	00287-9
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
Paulo Sergio Miron	076.444.278-30

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2005	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2005	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2004
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	315.145.875	315.145.875	31.514.587.519
2 - Preferenciais	528.158.887	528.158.887	52.815.888.777
3 - Total	843.304.762	843.304.762	84.330.476.296
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	12.970.890	12.967.462	1.339.602.024
6 - Total	12.970.890	12.967.462	1.339.602.024

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Nacional Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 134 - Emp. Adm. Participações
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Holdings Participações Societárias
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	30/03/2005	Juros Sobre Capital Próprio	29/04/2005	ON	0,0502421000
02	RCA	30/03/2005	Juros Sobre Capital Próprio	29/04/2005	PN	0,0502421000
03	RCA	15/07/2005	Juros Sobre Capital Próprio	29/07/2005	ON	0,1625328000
04	RCA	15/07/2005	Juros Sobre Capital Próprio	29/07/2005	PN	0,1625328000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
11/08/2005	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2005	4 - 31/03/2005
1	Ativo Total	5.367.364	5.127.582
1.01	Ativo Circulante	161.477	104.481
1.01.01	Disponibilidades	20	38
1.01.01.01	Depósitos Bancários	20	38
1.01.01.02	Títulos e valores mobiliários	0	0
1.01.02	Créditos	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	161.457	104.443
1.01.04.01	Remuneração sobre capital próprio a rec.	158.645	103.761
1.01.04.02	Impostos a compensar	2.804	682
1.01.04.03	Outros valores e bens	8	0
1.01.04.04	Crédito tributário	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	57.990	51.329
1.02.01	Créditos Diversos	57.990	51.329
1.02.01.01	Aplicações financeiras	57.990	51.329
1.02.01.02	Crédito Tributário	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	0	0
1.03	Ativo Permanente	5.147.897	4.971.772
1.03.01	Investimentos	5.147.897	4.971.772
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	5.147.897	4.971.772
1.03.01.02.01	Participações em Controladas - no país	5.147.897	4.971.772
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.03.02	Imobilizado	0	0
1.03.03	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2005	4 - 31/03/2005
2	Passivo Total	5.367.364	5.127.582
2.01	Passivo Circulante	161.297	105.824
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	134.957	91.524
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	26.340	14.300
2.01.08.01	Obrigações Fiscais	26.336	14.296
2.01.08.02	Contas a Pagar	4	4
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	57.479	51.062
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	57.479	51.062
2.02.03.01	Provisões para riscos fiscais	57.479	51.062
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	5.148.588	4.970.696
2.05.01	Capital Social Realizado	1.863.450	1.863.450
2.05.01.01	Capital social	1.863.450	1.863.450
2.05.02	Reservas de Capital	413.729	413.729
2.05.03	Reservas de Reavaliação	3.337	4.400
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	3.337	4.400
2.05.04	Reservas de Lucro	2.560.213	2.541.816
2.05.04.01	Legal	200.570	200.570
2.05.04.02	Estatutária	36.603	36.603
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	2.419.048	2.419.048
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	(96.008)	(114.405)
2.05.04.07.01	(-)Ações em tesouraria	(68.170)	(68.122)
2.05.04.07.02	Ajuste a Valor de Merc-TVM e Derivativos	(27.838)	(46.283)
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	307.859	147.301

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	256.193	483.275	169.609	324.359
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(118)	(346)	(54)	(315)
3.06.03	Financeiras	2.498	4.668	764	1.420
3.06.03.01	Receitas Financeiras	2.498	4.668	764	1.420
3.06.03.02	Despesas Financeiras	0	0	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.04.01	Amortização de Deságio	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(11.657)	(22.160)	(8.448)	(16.049)
3.06.05.01	Impostos e taxas	(11.657)	(22.160)	(8.448)	(16.049)
3.06.05.02	Amortização de Ágio	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	265.470	501.113	177.347	339.303
3.07	Resultado Operacional	256.193	483.275	169.609	324.359
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	4	4
3.08.01	Receitas	0	0	4	4
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	256.193	483.275	169.613	324.363
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	816	(3.880)	(7.154)	(7.215)
3.11	IR Diferido	(8.054)	(8.054)	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	248.955	471.341	162.459	317.148
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	830.333.872	830.333.872	82.990.874.272	82.990.874.272
	LUCRO POR AÇÃO	0,29983	0,56765	0,00196	0,00382
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A Unibanco Holdings S.A. (Unibanco Holdings) foi constituída com o objetivo de participar do capital social do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

As atividades operacionais da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas, direta ou indiretamente e em conjunto, no Brasil e no exterior, incluem, além das atividades financeiras do Conglomerado Unibanco, outras atividades desenvolvidas por empresas controladas com objetivos específicos, principalmente com relação a serviços de seguros, cartão de crédito, capitalização e previdência privada.

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e suas agências no exterior (Unibanco) estão sendo apresentadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas do Unibanco e empresas controladas direta ou indiretamente, e das sociedades controladas em conjunto (Unibanco Consolidado), conforme apresentado na nota explicativa 7.

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação emanados da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil, tendo sido eliminados as participações, os saldos de balanço, as receitas e despesas e os resultados não realizados entre as empresas. Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada.

As informações trimestrais das empresas controladas Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil foram reclassificadas, extracontabilmente, objetivando refletir no consolidado sua posição financeira e seu resultado, de conformidade com o método financeiro.

Na elaboração das informações trimestrais foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Foram utilizadas estimativas e premissas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, na apuração de certas reservas vinculadas aos negócios de seguros e previdência privada e na seleção de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Unibanco e por suas empresas controladas emanam das disposições da legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência e considera:

- os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata temporis,* incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo;

- os efeitos de provisões para ajustar ativos para o valor de mercado ou de realização;

- os ajustes das reservas técnicas dos seguros, planos de previdência privada e de capitalização contratados;

- os prêmios de seguro, assim como suas correspondentes despesas de comercialização, são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices e ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e das despesas de comercialização diferidas, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices;

- comissões de agenciamento de seguros são diferidas no resultado, de forma linear, pelo prazo de 12 meses;

- o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial;

- a parcela atribuível ao imposto de renda, calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos;

- a parcela correspondente à contribuição social, calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda; e

- os créditos tributários constituídos sobre as diferenças intertemporais entre o resultado contábil e o fiscal e sobre prejuízos fiscais.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados ao custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzido das correspondentes rendas de realização futura e/ou de provisões para perdas, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros objetos de *hedge*, os quais estão demonstrados conforme apresentado no item (c).

A provisão para perdas com créditos é constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. A análise das operações de crédito em aberto, para concluir quanto à necessária provisão para perdas com créditos, leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central do Brasil.

(c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados quando de sua aquisição em três categorias, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e freqüentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda - adquiridos como parte da estratégia na administração do risco de mercado, podendo ser negociados como resultado de variações nas taxas de juros, mudanças nas condições de pagamentos ou outros fatores. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". Os ganhos e perdas realizados são reconhecidos no resultado do período, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não.

- Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

  - *hedge* de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e

  - *hedge* de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

- Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes ou por conta própria, que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

(d) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 120/04. Nos termos da Resolução nº 61/01, uma avaliação atuarial das carteiras, com periodicidade anual, é realizada e encaminhada à Superintendência de Seguros Privados, com parecer atuarial.

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base de cálculo. O cálculo da PPNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, de acordo com a normas da Superintendência de Seguros Privados.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) é constituída quando constatada insuficiência da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base de cálculo. A PIP é calculada de acordo com método descrito em nota técnica atuarial mantida pela sociedade seguradora.

As provisões matemáticas, relativas aos planos geradores de benefício livre (VGBL e PGBL), representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de sobrevivência e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). As provisões matemáticas representam o valor dos benefícios futuros, estimados com base em métodos e pressupostos atuariais.

A provisão Matemática de Benefícios a Conceder abrange os compromissos assumidos pela sociedade seguradora com os segurados, enquanto não iniciado o evento gerador do pagamento da indenização, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.

A provisão Matemática de Benefícios Concedidos corresponde ao valor atual da indenização cujo evento gerador tenha ocorrido, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.

Os rendimentos financeiros creditados aos participantes nas provisões técnicas são classificados como "Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização".

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela sociedade seguradora.

Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela sociedade seguradora. A provisão de IBNR é calculada de acordo com metodologia descrita em nota técnica atuarial mantida pela sociedade seguradora.

(e) Permanente

Os investimentos, o imobilizado e o diferido são registrados ao custo.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas, conforme demonstrado na nota explicativa 7. Os efeitos apurados nas empresas controladas e coligadas decorrentes de avaliação dos títulos e valores mobiliários e dos derivativos, conforme item (c) anterior, foram reconhecidos na controladora de forma a manter o registro original efetuado nas empresas controladas e coligadas.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os outros investimentos estão representados, principalmente, por investimentos avaliados ao custo, ajustados por provisão para perdas, quando aplicável, e por títulos patrimoniais das Bolsas de Valores e de Mercadorias ajustados aos valores patrimoniais.

O ágio apurado na aquisição de empresas controladas é amortizado em até dez anos, de acordo com a expectativa de lucros futuros. Na incorporação da empresa controlada com perecimento ou abandono da marca adquirida, o ágio correspondente é integralmente amortizado.

O imobilizado é depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%, móveis e equipamentos de uso e de segurança - 10%, e sistemas de comunicação, processamento de dados e de transportes - 20%.

O diferido é representado, substancialmente, por benfeitorias em propriedades de terceiros e por aquisição e desenvolvimento de softwares. A amortização ocorre na vigência dos direitos contratuais ou no prazo de cinco anos a partir do início de sua utilização.

(f) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, exceto os valores relativos aos instrumentos financeiros derivativos e passivos objeto de *hedge*, os quais estão demonstrados conforme item (c) anterior.

4. Títulos e Valores Mobiliários

(a) Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

	Consolidado	
Títulos	**30 de junho de 2005**	**31 de março de 2005**
Para negociação	8.055.078	9.962.016
Disponíveis para venda	3.615.619	3.429.228
Mantidos até o vencimento	4.309.496	4.752.129
Subtotal	**15.980.193**	**18.143.373**
Instrumentos financeiros derivativos (nota 20 (g))	882.238	425.884
Total	**16.862.431**	**18.569.257**
Circulante	**11.141.937**	**12.843.566**
Longo prazo	**5.720.494**	**5.725.691**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Títulos para negociação

	30 de junho de 2005		Consolidado 31 de março de 2005	
Emissor/Tipo de aplicação	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Governo federal	**1.840.160**	**1.844.030**	**4.046.452**	**4.045.024**
Letras Financeiras do Tesouro	293.125	292.878	213.859	213.576
Letras do Tesouro Nacional	1.476.953	1.479.929	3.763.843	3.762.151
Notas do Tesouro Nacional	69.963	71.223	68.631	69.297
Outros	119	-	119	-
Governo estrangeiro	**212.777**	**212.777**	**-**	**-**
Dívida externa brasileira	**117.907**	**117.970**	**-**	**-**
Empresas não financeiras	**58.756**	**57.052**	**56.007**	**66.448**
Debêntures	9.306	7.602	37.897	48.485
Eurobonds	49.450	49.450	18.110	17.963
Instituições financeiras	**418.918**	**422.812**	**-**	**-**
Eurobonds	90.042	93.936	-	-
Certificado de depósito bancário	328.876	328.876	-	-
Fundos mútuos de investimentos [1]	**5.386.636**	**5.386.636**	**5.296.974**	**5.296.974**
Carteira de ações	**17.830**	**13.801**	**-**	**-**
Outros	**-**	**-**	**558.409**	**553.570**
Total	**8.052.984**	**8.055.078**	**9.957.842**	**9.962.016**

[1] Fundos mútuos de investimentos são substancialmente decorrentes das empresas de seguros, de previdência privada e de capitalização e a carteira desses fundos é representada principalmente por títulos do governo federal.

Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, dado serem ativa e freqüentemente negociados.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Títulos disponíveis para venda

(i) Por tipo:

	Consolidado					
	30 de junho de 2005			31 de março de 2005		
Emissor/Tipo de aplicação	Custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
Governo federal	**671.953**	**(14.681)**	**657.272**	**603.294**	**(14.921)**	**588.373**
Letras Financeiras do Tesouro	574.412	412	574.824	533.811	438	534.249
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	18.699	(7)	18.692
Notas do Tesouro Nacional	55.670	(94)	55.576	-	-	-
Bônus do Tesouro Nacional	4.493	(498)	3.995	4.941	(865)	4.076
Outros	37.378	(14.501)	22.877	45.843	(14.487)	31.356
Governo estrangeiro	**943**	**(67)**	**876**	**-**	**-**	**-**
Dívida externa brasileira	**-**	**-**	**-**	**43.537**	**-**	**43.537**
Empresas não financeiras	**2.115.939**	**(104.666)**	**2.011.273**	**2.041.245**	**(152.663)**	**1.888.582**
Debêntures	2.022.976	(80.107)	1.942.869	1.969.978	(142.899)	1.827.079
Eurobonds	14.611	(14.611)	-	23.142	-	23.142
Outros	78.352	(9.948)	68.404	48.125	(9.764)	38.361
Instituições financeiras	**219.415**	**(6.020)**	**213.395**	**208.684**	**(2.546)**	**206.138**
Debêntures	1.954	-	1.954	3.886	-	3.886
Eurobonds	30.954	(164)	30.790	55.423	(41)	55.382
Letras hipotecárias	125.441	(5.857)	119.584	126.426	(2.506)	123.920
Certificado de depósito bancário	41.099	1	41.100	22.949	1	22.950
Outros	19.967	-	19.967	-	-	-
Carteira de ações	**128.627**	**(8.730)**	**119.897**	**128.917**	**(14.667)**	**114.250**
Fundos mútuos de investimentos [1]	**612.906**	**-**	**612.906**	**588.348**	**-**	**588.348**
Total	**3.749.783**	**(134.164)**	**3.615.619**	**3.614.025**	**(184.797)**	**3.429.228**

[1] Fundos mútuos de investimentos são substancialmente decorrentes das empresas de seguros, de previdência privada e de capitalização e a carteira desses fundos é representada principalmente por títulos do governo federal.

(ii) Por vencimento:

	Consolidado			
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
Prazo	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Até 3 meses	589.001	525.303	336.059	233.057
De 3 meses a 1 ano	538.293	533.778	926.067	865.802
De 1 a 3 anos	905.438	889.950	916.665	929.803
De 3 a 5 anos	504.023	450.085	348.273	339.105
De 5 a 15 anos	445.985	472.574	323.411	332.047
Mais de 15 anos	25.586	11.201	41.095	26.816
Indeterminado [1]	741.457	732.728	722.455	702.598
Total	**3.749.783**	**3.615.619**	**3.614.025**	**3.429.228**

[1] Refere-se a ações de companhias de capital aberto e fundos mútuos de investimentos.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Títulos mantidos até o vencimento

(i) Por tipo:

Emissor/Tipo de aplicação	Consolidado 30 de junho de 2005 Custo atualizado	Consolidado 31 de março de 2005 Custo atualizado
Governo federal	**1.395.028**	**1.477.563**
Letras Financeiras do Tesouro	167.311	160.058
Notas do Banco Central	343.749	401.520
Notas do Tesouro Nacional	879.410	911.322
Outros	4.558	4.663
Governo estrangeiro	**336**	**-**
Dívida externa brasileira	**2.634.023**	**2.950.461**
Empresas não financeiras	**187.544**	**212.153**
Eurobonds	187.544	212.153
Instituições financeiras	**92.565**	**111.952**
Eurobonds	92.565	111.952
Total	**4.309.496**	**4.752.129**

O valor de mercado desses títulos montava a R$4.533.420 (31 de março de 2005 – R$4.878.951) no Consolidado. As diferenças entre o custo atualizado e o valor de mercado, nos montantes de R$223.924 (31 de março de 2005 – R$126.822) no Consolidado, correspondem, principalmente, aos títulos de emissão do governo federal e da dívida externa brasileira.

(ii) Por vencimento:

Prazo	Consolidado 30 de junho de 2005 Custo atualizado	Consolidado 31 de março de 2005 Custo atualizado
Até 3 meses	149.045	152.824
De 3 meses a 1 ano	534.006	601.171
De 1 a 3 anos	1.427.903	1.285.434
De 3 a 5 anos	351.601	406.464
De 5 a 15 anos	1.286.577	1.747.609
Mais de 15 anos	560.364	558.627
Total	**4.309.496**	**4.752.129**

(iii) Capacidade financeira

O Unibanco e suas controladas classificaram parte da sua carteira como títulos mantidos até o vencimento, tendo como parâmetros para definir a capacidade financeira, os vencimentos, as taxas de juros (existência de *spread* positivo) e as moedas das suas operações passivas.

(e) Apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado de acordo com modelo de precificação interno, estabelecido com base nas taxas médias divulgadas pelas Bolsas de Valores, associações de classe e agências externas para o último dia do trimestre.

5. Operações de Crédito e Provisão para Perdas

(a) Composição das operações por tipo e prazo:

	Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Por tipo		
Empréstimos e títulos descontados	13.526.292	12.979.426
Financiamentos	10.850.937	10.469.024
Financiamentos rurais e agroindustriais	964.274	1.022.555
Financiamentos imobiliários	1.223.423	1.172.329
Cartões de crédito	4.338.852	3.974.109
Total de operações de crédito	**30.903.778**	**29.617.443**
Operações de arrendamento mercantil	714.739	670.712
Adiantamentos sobre contratos de câmbio [1]	1.612.353	1.393.695
Total de arrendamento mercantil e adiantamentos sobre contratos de câmbio	**2.327.092**	**2.064.407**
Créditos por avais e fianças honrados	29.813	35
Outros créditos [2]	1.893.060	1.494.182
Total de outros créditos	**1.922.873**	**1.494.217**
Total do risco	**35.153.743**	**33.176.067**
Por vencimento		
Vencidos a partir de 15 dias (nota 5 (d))	1.398.796	1.497.918
A vencer:		
Até 3 meses [3]	14.575.122	13.837.388
De 3 meses a 1 ano	9.563.403	8.692.001
De 1 a 3 anos	6.791.934	6.538.668
Acima de 3 anos	2.824.488	2.610.092
Total do risco	**35.153.743**	**33.176.067**

(1) Registrados em "Outras obrigações" - "Carteira de câmbio" Nota explicativa 6.
(2) Outros créditos compreendem, principalmente, devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber e prêmios de seguros a receber.
(3) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Composição das operações de crédito por atividade econômica:

	Consolidado			
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
	Valor	% distribuição	Valor	% distribuição
Industrial				
Eletricidade, gás e água	2.059.646	5,9	1.851.864	5,6
Papel, celulose e produtos de papel e de madeira	1.350.821	3,8	1.331.728	4,0
Indústria automobilística	1507.372	4,3	1.092.593	3,3
Alimentos, bebidas e cigarros	1.282.822	3,7	1.305.184	3,9
Metalurgia básica	942.917	2,7	740.159	2,2
Produção de máquinas e equipamentos	751.750	2,1	771.304	2,3
Química e farmacêutica	718.797	2,0	807.494	2,4
Têxtil, roupas e artigos de couro	519.954	1,5	433.105	1,3
Mineração	517.924	1,5	466.448	1,4
Petróleo	387.861	1,1	422.793	1,3
Eletrônica e equipamentos de comunicação	247.403	0,7	302.269	0,9
Borracha e plástico	220.899	0,6	201.671	0,6
Produção de bens metálicos	183.082	0,5	183.143	0,6
Elétrico e eletrônico	175.162	0,5	184.449	0,6
Outras indústrias manufatureiras	32.793	0,1	11.379	-
Subtotal	**10.899.203**	**31,0**	**10.105.583**	**30,4**
Comercial				
Varejo	2.211.469	6,3	2.084.310	6,3
Atacado	1.316.634	3,7	1.292.653	3,9
Subtotal	**3.528.103**	**10,0**	**3.376.963**	**10,2**
Serviço financeiro				
Instituições financeiras	464.674	1,3	444.278	1,3
Seguradoras e fundos de pensão	4.490	0,1	5.046	0,1
Subtotal	**469.164**	**1,4**	**449.324**	**1,4**
Empréstimos para construção residencial	**272.573**	**0,8**	**250.974**	**0,7**
Serviços				
Transporte	1.684.726	4,8	1.646.469	5,0
Correios e telecomunicações	994.654	2,8	1.051.039	3,2
Construção	502.427	1,4	529.630	1,6
Imobiliários	472.255	1,3	392.642	1,2
Agrícolas	380.563	1,1	294.776	0,9
Atividades associativas	175.887	0,5	189.396	0,6
Saúde e serviços sociais	141.454	0,4	134.734	0,4
Educação	124.495	0,4	129.143	0,4
Hotelaria e alimentação	122.022	0,3	104.050	0,3
Atividades recreativas, culturais e desportivas	100.585	0,3	111.908	0,3
Outros serviços	1.184.098	3,4	1.376.293	4,1
Subtotal	**5.883.166**	**16,7**	**5.960.080**	**18,0**
Agricultura, criação de animais, reflorestamento e pesca	**743.238**	**2,1**	**833.762**	**2,5**
Pessoa física				
Financiamentos e crédito ao consumidor	7.718.492	22,0	7.002.022	21,1
Cartão de crédito	4.338.852	12,3	3.974.109	12,0
Empréstimos para mutuários – hipoteca residencial	973.814	2,8	947.340	2,9
Leasing - arrendamento mercantil	106.102	0,3	87.117	0,2
Outros financiamentos	221.036	0,6	188.793	0,6
Subtotal	**13.358.296**	**38,0**	**12.199.381**	**36,8**
Total	**35.153.743**	**100,0**	**33.176.067**	**100,0**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Concentração de operações de crédito:

	Consolidado			
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
Maiores devedores	**Valor**	**% total**	**Valor**	**% total**
10 maiores clientes	2.861.506	8,2	2.796.773	8,4
50 seguintes maiores clientes	4.857.590	13,8	4.699.571	14,2
100 seguintes maiores clientes	3.720.216	10,6	3.661.615	11,0
Demais clientes	23.714.431	67,4	22.018.108	66,4
Total	**35.153.743**	**100,0**	**33.176.067**	**100,0**

(d) Composição da carteira de operações de crédito e da provisão para perdas nos correspondentes níveis de risco:

Consolidado 30 de junho de 2005								
			Créditos de curso anormal					
Nível de risco	**% provisão mínima requerida**	**Créditos de curso normal**	**Parcelas a vencer**	**Parcelas vencidas** (1)	**Total das operações**	**Distribuição %**	**Total da provisão**	**% efetivo de provisão**
AA	-	14.006.600	-	-	14.006.600	39,8	11.392	-
A	0,5	13.956.800	-	-	13.956.800	39,7	74.190	0,5
B	1,0	2.339.597	289.311	224.802	2.853.710	8,1	41.043	1,4
C	3,0	1.329.933	274.685	207.173	1.811.791	5,2	142.976	7,9
D	10,0	709.969	128.894	173.311	1.012.174	2,9	267.797	26,5
E	30,0	77.772	81.394	140.450	299.616	0,9	126.722	42,3
F	50,0	37.348	59.416	160.765	257.529	0,7	157.186	61,0
G	70,0	145.966	46.324	137.994	330.284	0,9	292.870	88,7
H	100,0	85.700	185.238	354.301	625.239	1,8	625.239	100,0
Total		**32.689.685**	**1.065.262**	**1.398.796**	**35.153.743**	**100,0**	**1.739.415**	
% sobre o total do risco							**4,9%**	

Consolidado 31 de março de 2005								
			Créditos de curso anormal					
Nível de risco	**% provisão mínima requerida**	**Créditos de curso normal**	**Parcelas a vencer**	**Parcelas vencidas** (1)	**Total das operações**	**Distribuição %**	**Total da provisão**	**% efetivo de provisão**
AA	-	13.223.378	-	-	13.223.378	39,9	11.366	0,1
A	0,5	12.439.119	-	-	12.439.119	37,5	80.382	0,6
B	1,0	2.582.024	230.489	225.535	3.038.048	9,2	35.352	1,2
C	3,0	1.285.509	284.416	224.044	1.793.969	5,4	100.950	5,6
D	10,0	488.322	346.303	299.239	1.133.864	3,4	280.366	24,7
E	30,0	160.053	108.643	132.278	400.974	1,2	163.175	40,7
F	50,0	22.945	66.551	113.845	203.341	0,6	113.433	55,8
G	70,0	148.461	42.679	86.199	277.339	0,8	233.846	84,3
H	100,0	59.363	189.894	416.778	666.035	2,0	666.035	100,0
Total		**30.409.174**	**1.268.975**	**1.497.918**	**33.176.067**	**100,0**	**1.684.905**	
% sobre o total do risco							**5,1%**	

(1) Inclui os créditos vencidos a partir de 15 dias.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A provisão para perdas com créditos é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682, do Conselho Monetário Nacional. Os percentuais mínimos para cada nível de risco são obedecidos como regra geral, entretanto, percentuais mais elevados, dentro de cada faixa de risco, são utilizados com base no julgamento e experiência da Administração, de forma a contemplar avaliações mais prudentes do risco de determinados clientes, operações ou carteiras.

(e) O saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional, era de R$729.953 (31 de março de 2005 - R$857.942) no Consolidado. Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados contra prejuízo e foram registradas de forma a manter a classificação de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação. Tais operações somente recebem uma melhoria de classificação após pagamento relevante da dívida renegociada, sendo estabelecido o pagamento de percentual mínimo de 25% para fins de reclassificação.

(f) Movimentação da provisão para perdas com créditos no período:

	Consolidado	
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
Saldo inicial	**1.684.905**	**1.669.467**
Constituição de provisão no período	435.291	745.308
Créditos baixados contra a provisão no período	(380.781)	(675.360)
Saldo final	**1.739.415**	**1.739.415**
Recuperação de créditos no período [1]	**30.940**	**76.759**

[1] As recuperações de créditos foram registradas em receitas de "Operações de crédito" e "Operações de arrendamento mercantil".

6. Outros Créditos

	Consolidado			
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
	Circulante	Realizável a longo prazo	Circulante	Realizável a longo prazo
Créditos por avais e fianças honrados	-	29.813	-	35
Carteira de câmbio	3.769.674	-	4.460.515	-
Rendas a receber	118.435	1.906	95.975	4.757
Negociação e intermediação de valores	112.608	3.037	198.685	2.742
Créditos tributários (Nota 17(a))	961.522	1.909.325	614.194	2.213.700
Diversos	2.851.992	3.439.549	2.518.806	3.363.896
Total	**7.814.231**	**5.383.630**	**7.888.175**	**5.585.130**

A conta "Carteira de câmbio" inclui, principalmente, R$2.453.529 (31 de março de 2005 - R$2.907.144) de câmbio comprado a liquidar e R$1.300.531 (31 de março de 2005 – R$1.535.805) de direitos sobre vendas de câmbio, líquido dos adiantamentos contratados.

"Outros créditos – diversos" incluem, principalmente, devedores por depósitos em garantia no montante de R$2.474.260 (31 de março de 2005 - R$2.227.163); prêmios de seguros a receber no montante de R$955.861 (31 de março de 2005 - R$ 747.761); tributos antecipados no montante de R$662.874 (31 de março de 2005 - R$553.565); valores a receber – intercâmbio de cartões de crédito no montante de R$618.074 (31 de março de 2005 - R$608.545) e títulos e créditos a receber no montante de R$574.054 (31 de março de 2005 - R$544.997).

Outros créditos na controladora referem-se, basicamente, a juros sobre capital próprio no montante de R$158.645 (31 de março de 2005 - R$103.761), do Unibanco.

7. Investimentos

(a) Sociedades controladas (controladora)

	UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S. A.	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Informações sobre o investimento do período		
Ações possuídas (sem valor nominal)		
Ordinárias	729.950.914	729.950.914
Preferenciais	100.382.950	100.386.378
Participação no capital ordinário - %	96,598	96,598
Participação total (direta) - % [1]	59,447	59,448
Patrimônio líquido	8.659.700	8.363.245
Capital social	5.000.000	5.000.000
Lucro líquido do trimestre	452.935	401.289
Lucro líquido acumulado do semestre	854.224	401.289
Valor do investimento	5.147.897	4.971.772
Resultado da participação do trimestre	265.470	235.643
Resultado da participação acumulada do semestre	501.113	235.643

[1] A participação total e o resultado da participação foram calculados com base nas ações em circulação do Unibanco.

(i) O valor dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos/a receber do Unibanco no semestre foi de R$191.271 (31 de março de 2005 – R$103.963).

(ii) A cotação das ações do Unibanco, em 30 de junho de 2005, na Bolsa de Valores de São Paulo, era de R$13,20 por ação ordinária e R$7,13por ação preferencial.

(b) Participações em controladas e coligadas

O resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas foi registrado em conta de resultado, sob o título de "Resultado da equivalência patrimonial". As perdas cambiais de agências e de controladas no exterior, no valor de R$151.439 (semestre findo em 30 de junho de 2005 – R$149.407) no Consolidado, foram registradas na conta "Outras despesas operacionais". Os investimentos em sociedades controladas e coligadas e os principais eventos que envolveram participações em sociedades controladas e coligadas foram os seguintes:

01475-3 UNIBANCO HOLDING S.A. 00.022.034/0001-87

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Quantidade de ações ou quotas possuídas (mil) direta e indiretamente				Lucro (prejuízo) Ajustado	
	Ordinárias	Preferenciais	Participação (%) Consolidado	Patrimônio líquido ajustado	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
Investimentos do Unibanco						
Controladas diretas						
Unipart Participações Internacionais Ltd.	990	-	100,000	910.175	81.571	89.609
Unicard Banco Múltiplo S.A. (4) e (10)	106.053.960	91.811.816	100,000	728.476	76.968	89.368
Banco Fininvest S.A.	4	1	99,940	677.057	51.009	98.958
Unibanco AIG Seguros S.A. (11)	345.014	188.814	49,709	1.312.920	84.395	139.836
Unibanco Companhia de Capitalização	4.194	-	100,000	404.732	32.067	46.267
Banco Único S.A. (3)	2.769.089	2.769.390	99,980	226.785	4.645	9.283
Banco Dibens S.A. (9)	8.858.142	-	99,999	211.894	(11.083)	(7.718)
Unibanco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	265	-	99,999	138.182	(2.404)	3.893
Unibanco Investshop Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio S.A. (2) e (8)	4.955	4.955	100,000	110.616	4.648	8.862
Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda.	201.910	-	100,000	218.197	3.244	(12.373)
Interbanco S.A.	20.000	-	99,999	80.388	6.998	16.068
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda.	49.568	-	100,000	56.496	814	1.261
BWU Comércio e Entretenimento Ltda. (12)	67.562	-	59,792	59.701	(2.010)	(6.386)
Unibanco Asset Management – Banco de Investimento S.A. (2)	1.468	1.468	99,999	27.409	4.389	6.418
Unibanco Empreendimentos Ltda.	150.489	-	100,000	125.093	822	1.602
Unibanco Serviços de Investimento Ltda.	100	-	100,000	5.582	7.436	14.082
Principais controladas em conjunto (i)						
Banco Investcred Unibanco S.A. – (PontoCred) (5)	95	-	49,997	203.774	11.317	28.944
Serasa S.A.	366	349	19,174	159.757	22.504	42.276
Tecnologia Bancária S.A.	762.278	-	21,432	139.207	5.954	5.450
Redecard S.A.	200	400	31,943	57.852	47.034	86.010
Interchange Serviços S.A.	75.000.000	-	25,000	36.191	2.244	3.400
Companhia Hipotecária Unibanco – Rodobens	6.055	-	50,000	8.929	128	536
Investimentos do Unibanco Consolidado						
Coligadas						
AIG Brasil Companhia de Seguros	54.214	-	49,999	93.469	3.192	5.587
Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)	-	110.824	11,082	1.362.218	109.664	109.664

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Principais controladas diretas, indiretas e controladas em conjunto participadas por:	Quantidade de ações ou quotas possuídas (mil) Ordinárias	Preferenciais	Participação (%) Consolidado	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) ajustado Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
Unipart Participações Internacionais Ltd. (i)						
Unibanco Cayman Bank Ltd.	13.252	-	100,000	354.478	48.956	54.703
Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A.	200	-	99,999	158.811	363	1.014
Unicorp Bank & Trust Ltd.	1.750	3.250	100,000	31.195	7.739	18.372
Hipercard Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (8)	7	-	100,000	201.513	9.254	21.493
Unibanco AIG Seguros S.A. (i)						
Unibanco AIG Vida e Previdência S.A. (6)	39.565	-	100,000	225.310	21.228	36.932
Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A.	20.000	-	99,999	50.538	1.954	4.973
Unibanco AIG Warranty S.A.	560	-	70,000	23.715	284	2.615
Banco Fininvest S.A.						
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	83	83	49,998	42.666	4.700	12.300
Unicard Banco Múltiplo S.A.						
Hipercard Banco Múltiplo S.A. (4)	490.295	5.940	100,000	767.131	29.468	39.638

(i) As participações apresentadas na coluna Unibanco Consolidado referem-se ao percentual possuído pelas respectivas controladoras.

(1) As diferenças entre o lucro líquido e a equivalência patrimonial e o patrimônio líquido e o valor de investimento são decorrentes principalmente dos lucros a realizar sobre venda de empresas entre companhias do grupo, que estão sendo reconhecidos em função da amortização dos ágios apurados.

(2) A diferença entre o lucro líquido dessa empresa e a equivalência patrimonial reconhecida no resultado, é decorrente de atualização de títulos patrimoniais, registrada diretamente no patrimônio líquido da empresa investida.

(3) O Unibanco adquiriu, com base no balanço de 31 de maio de 2004, a totalidade das ações do Banco BNL do Brasil S.A. de titularidade da Banca Nazionale del Lavoro S.p.A. (BNL) através de permuta de 1 bilhão de Units. Conforme Assembléia Geral Extraordinária de 22 de outubro de 2004 foi aprovada a alteração da denominação social de Banco BNL do Brasil S.A. para Banco Único S.A.

(4) Durante o terceiro trimestre de 2004, o Unibanco adquiriu 11.263 mil ações ordinárias e a totalidade das ações preferenciais do Banco1.net S.A., por aproximadamente R$38.378, passando a deter participação equivalente a 99,999% do capital total. A denominação social da empresa foi alterada de Banco1.net S.A. para Hipercard Banco Múltiplo S.A. Em Assembléia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 2005 o Unibanco promoveu aumento de capital na Unicard Banco Múltiplo S.A., mediante entrega do investimento no Hipercard Banco Múltiplo S.A.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(5) No terceiro trimestre de 2004, os acionistas aprovaram, em Assembléia Geral Extraordinária, a incorporação da Estrel Participações S.A. pelo Banco Investcred Unibanco S.A., pelo seu valor patrimonial contábil.

(6) Através da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2004, foi aprovada a alteração da denominação social de Phenix Seguradora S.A. para Unibanco AIG Vida e Previdência S.A., e em Assembléia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2004 foi aprovada a incorporação das empresas Phenix Participações Ltda. e Unibanco AIG Previdência S.A., respectivamente, pela Unibanco AIG Vida e Previdência S.A.

(7) Em 1º de março de 2004 o Unibanco adquiriu do grupo holandês Ahold, através de suas controladas a totalidade das quotas da Hipercard Administradora de Cartões de Crédito Ltda. O valor da transação, após a conclusão da due diligence, ocorrida no terceiro trimestre de 2004, foi de R$630 milhões apurando-se um ágio de R$415 milhões a ser amortizado em função da expectativa de resultados futuros em até dez anos.

(8) Em Assembléia Geral Extraordinária de 31 de janeiro de 2005, foi aprovada a incorporação da Unibanco Corretora de Valores Mobiliários pela Unibanco Investshop Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio S.A.

(9) Em 3 de junho de 2005, foi celebrado acordo com o Grupo Verdi, para aquisição de 49% restante do capital do Banco Dibens S.A. O valor da transação foi de R$128 milhões, apurando-se um ágio de R$22,4 milhões a ser amortizado em função da expectativa de resultados futuros em até dez anos. A transação está sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil e de outras autoridades.

(10) Em maio de 2005, a Caixa Geral de Depósitos, ex-controladora do Banco Bandeirantes, efetuou pagamento de indenização de contingências e outros passivos pelos quais mantinha responsabilidade de acordo com o Contrato de Associação firmado com o Unibanco por ocasião da alienação daquela instituição, no montante aproximado de R$238 milhões, dos quais R$200 milhões são relativos às contingências do Banco Banorte S.A. e R$38 milhões relativos à conta gráfica do Banco Bandeirantes S.A.; o risco dessas questões foi assumido pela empresa sucessora e a correspondente provisão constituída.

A equivalência patrimonial apurada no semestre findo em 30 de junho de 2005 compreende o resultado das operações do Unicard Banco Múltiplo S.A , as provisões constituídas e indenizações recebidas, correspondendo a um lucro ajustado, inclusive dos efeitos fiscais, de R$89.368 milhões. Vide nota explicativa 12((b)1).

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(11) Em 30 de junho de 2005 registra resultado extraordinário no montante de R$503 decorrente basicamente (i) da alteração do método de avaliação de investimentos anteriormente avaliados à custo, em função da nomeação de conselheiro administrativo na coligada, caracterizando influência na administração e (ii) constituição de provisões não recorrentes relacionadas à abandono e adequação de softwares e complementares a contingências fiscais.

(12) Através de Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato social da BWU Comércio e Entretenimento Ltda. de 3 de agosto de 2004, foi aprovada a incorporação da BWU Representação e Participações Ltda.

(c) Ágio na aquisição de empresas

Os ágios apurados na aquisição de empresas são amortizados em até dez anos, de acordo com a expectativa de lucros futuros, sendo o valor amortizado registrado em "Outras despesas operacionais".

O saldo do ágio a amortizar e o valor amortizado, do Unibanco Consolidado, estão demonstrados no quadro a seguir:

	Saldo a amortizar		Amortização no período			
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Bandeirantes[1]	-	-	-	-	15.320	31.159
Fininvest	307.177	314.963	7.786	15.572	6.538	13.076
Hipercard	367.465	378.065	9.614	20.230	7.916	7.916
Outros[1]	195.313	182.038	8.209	15.754	6.058	10.683
Total	**869.955**	**875.066**	**25.609**	**51.556**	**35.832**	**62.834**

[1] Conforme divulgado na nota explicativa 3 (e) a partir de 31 de dezembro de 2004 na incorporação da empresa controlada com perecimento ou abandono da marca adquirida, o ágio correspondente é integralmente amortizado.

8. Imobilizado de Uso

	Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Imóveis de uso	565.934	583.197
Outras imobilizações de uso	1.307.946	1.290.055
Depreciações acumuladas	(1.057.432)	(1.027.658)
Total, líquido	**816.448**	**845.594**

9. Depósitos

	Consolidado			
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
	Circulante	Exigível a longo prazo	Circulante	Exigível a longo prazo
Depósitos a vista	3.546.630	-	3.414.923	-
Depósitos de poupança	5.635.233	-	5.800.555	-
Depósitos interfinanceiros	71.225	40.267	144.732	48.584
Depósitos a prazo	11.533.158	13.971.104	13.013.998	12.494.340
Outros depósitos	137	-	504	-
Total	**20.786.383**	**14.011.371**	**22.374.712**	**12.542.924**

10. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são representados, substancialmente, por letras hipotecárias emitidas no Brasil e por *euronotes* emitidos no exterior.

(a) As letras hipotecárias são atualizadas monetariamente, de acordo com o índice da TR, acrescido de juros médios de 13,42% (31 de março de 2005 - 12,79%) a.a., com vencimentos até 24 de julho de 2006.

(b) *Euronotes*

		Consolidado	
Vencimento	Moeda de emissão	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Até 3 meses	US$	434.217	132.146
	EUR	5.024	25.048
	R$	39.999	8.629
		479.240	**165.823**
De 3 a 12 meses	US$	132.637	454.889
	EUR	10.092	14.680
	R$	96.573	3.187
		239.302	**472.756**
De 1 a 3 anos	US$	86.132	71.745
	EUR	10.046	12.952
	R$	-	111.503
		96.178	**196.200**
De 3 a 5 anos	US$	78.662	94.479
	R$	258.946	318.410
		337.608	**412.889**
De 5 a 15 anos	US$	**37.151**	**46.265**
Total		**1.189.479**	**1.293.933**

As taxas médias de juros para as emissões em moeda estrangeira eram de 4,13% (31 de março de 2005 - 2,78%) a.a. no Consolidado.

Em fevereiro de 2005, o Unibanco fez uma nova emissão denominada em Reais no valor de US$125 milhões equivalente a R$325 milhões. A operação tem prazo de 5 anos e pagamentos de juros semestrais e oferece um cupom em Reais indexado a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGPM") mais 8,7% ao ano.

(c) As demais emissões no exterior totalizaram R$36.467 (31 de março de 2005 – R$43.782) no Unibanco e no Unibanco Consolidado, com vencimento até 4 de agosto de 2010 e taxa média de juros de 6,03% (31 de março de 2005 - 6,28%) a.a.

11. Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se principalmente a linhas de curto prazo, para refinanciamento de operações de câmbio, de importação e de exportação.

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm vencimentos até 2025, com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do Sistema BNDES.

As obrigações por repasses do exterior referem-se a linhas de longo prazo destinadas a financiamentos de projetos e comércio exterior, com vencimentos até 15 de dezembro de 2011 e taxa média de juros de 4,46% (31 de março de 2005 - 5,32%) a.a.

12. Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Unibanco e suas controladas são parte de vários processos judiciais envolvendo principalmente contingências tributárias, cíveis e por reclamações trabalhistas. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas ações, baseada na opinião de consultores jurídicos e no histórico de perdas. As provisões constituídas e respectivas variações no trimestre eram as seguintes:

(a) Saldos patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ações fiscais	57.479	51.062	1.498.518	1.236.658
Ações trabalhistas	-	-	868.336	798.313
Ações cíveis	-	-	561.993	506.074
Total	**57.479**	**51.062**	**2.928.847**	**2.541.045**
Registradas em Outras Obrigações				
- Fiscais e Previdenciárias	57.479	51.062	1.498.518	1.236.658
- Diversas	-	-	1.430.329	1.304.387

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
Saldo inicial	**51.062**	**50.508**	**2.541.045**	**2.436.647**
Constituição [1]	6.417	6.971	618.013	857.208
Pagamentos	-	-	(230.211)	(365.008)
Saldo final	**57.479**	**57.479**	**2.928.847**	**2.928.847**

[1] Conforme mencionado na nota explicativa 7 ((a)10), no Consolidado foram constituídas provisões no primeiro semestre de 2005 para riscos assumidos relacionados a contingências anteriores à aquisição do Banco Bandeirantes que foram objeto de indenização recebida da Caixa Geral de Depósitos no montante de R$260 milhões, antes dos efeitos tributários.

(c) Ações fiscais

O Unibanco e suas controladas são autores de ações relativas a questões tributárias, em especial quanto à constitucionalidade da exigência de determinados tributos, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

(d) Ações trabalhistas

Sindicatos e ex-empregados intentaram ações trabalhistas contra o Unibanco e suas controladas para obter indenizações referentes a verbas trabalhistas. O valor das contingências trabalhistas é provisionado, com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

Ex-empregados do Banco Nacional intentaram ações trabalhistas contra o Banco Nacional ou contra o Unibanco depois da aquisição de alguns dos ativos e passivos daquele banco. O Banco Nacional é o responsável por responder às perdas nessas ações e vem reembolsando o Unibanco, quando do encerramento das ações, por qualquer desembolso por ele efetuado a esse título. Adicionalmente, nas ações em que foram penhorados ativos, que hoje pertencem ao Unibanco, foram interpostos embargos de terceiros contra essas penhoras.

(e) Ações cíveis

O Unibanco e suas controladas também foram acionados judicialmente em ações de outras naturezas, incluindo aquelas em que é parte juntamente com outras instituições financeiras brasileiras relacionadas, principalmente a: (i) planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro; (ii) aplicação de juros compostos em períodos menores que um ano nas suas operações; (iii) perdas relacionadas a contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial; e (iv) danos morais e materiais. Essas contingências são provisionadas mediante a probabilidade de insucesso em cada tipo de ação.

(f) Ações judiciais

Os antigos controladores do Banco Nacional S.A. propuseram ações judiciais contra o Banco Central do Brasil e o Unibanco em função do processo de venda de certos ativos e passivos daquela instituição financeira. O Unibanco, baseado na opinião de seus consultores jurídicos, considera que essas ações não se sustentam, uma vez que a operação de aquisição de ativos e assunção de passivos operacionais do Banco Nacional S.A. pelo Unibanco, foi realizada de acordo com o PROER, programa instituído por lei no intuito principal de preservar os recursos dos depositantes e manter a confiança dos brasileiros nas instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional. A Administração considera que não há necessidade de constituição de provisão para estas ações.

Durante o primeiro semestre de 2005, o Unibanco e os antigos controladores do Banco Banorte S.A. encerraram as disputas judiciais em curso, e em complemento ao Banco Central do Brasil apresentarão projeto de convolação da liquidação extrajudicial do Banorte em liquidação ordinária.

13. Outras Obrigações

	Consolidado			
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
	Circulante	Exigível a longo prazo	Circulante	Exigível a longo prazo
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	307.171	-	233.020	-
Carteira de câmbio	2.453.594	1.710.197	3.385.224	-
Sociais e estatutárias	382.462	-	244.660	-
Fiscais e previdenciárias	512.021	-	387.027	1.447.582
Negociação e intermediação de valores	231.150	33.913	373.071	97.048
Obrigações por aquisição de bens e direitos	2.906	1.190	25.402	1.357
Provisões técnicas de seguros, capitalização e previdência privada	4.661.111	2.013.557	4.349.058	1.977.537
Dívidas subordinadas	80.597	1.689.863	38.582	1.920.134
Diversas	3.461.372	3.486.648	3.456.958	3.689.472
Total	**12.092.384**	**8.935.368**	**12.493.002**	**9.133.130**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização:

	Seguradoras		Previdência		Capitalização		Total	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Circulante:	**1.359.915**	**1.154.492**	**2.835.822**	**2.747.588**	**465.374**	**446.978**	**4.661.111**	**4.349.058**
Prêmios não ganhos	708.803	509.478	1	1	-	-	708.804	509.479
Provisão IBNR	205.053	199.222	9.817	9.734	-	-	214.870	208.956
Provisão matemática de benefícios a conceder	164.626	142.968	2.782.501	2.701.670	-	-	2.947.127	2.844.638
Provisão matemática de benefícios concedidos	2.747	2.776	2	1	-	-	2.749	2.777
Sinistros a liquidar	276.227	297.533	708	752	-	-	276.935	298.285
Provisão para sorteios e resgates	-	-	-	-	465.011	446.615	465.011	446.615
Outras provisões	2.459	2.515	42.793	35.430	363	363	45.615	38.308
Exigível:	**758**	**934**	**2.012.799**	**1.976.603**	**-**	**-**	**2.013.557**	**1.977.537**
Provisão matemática de benefícios a conceder	-	-	1.471.121	1.455.571	-	-	1.471.121	1.455.571
Provisão matemática de benefícios concedidos	731	746	358.327	343.793	-	-	359.058	344.539
Outras provisões	27	188	183.351	177.239	-	-	183.378	177.427
Total de provisões técnicas	**1.360.673**	**1.155.426**	**4.848.621**	**4.724.191**	**465.374**	**446.978**	**6.674.668**	**6.326.595**

(b) "Outras obrigações – carteira de câmbio" inclui R$1.410.933 (31 de março de 2005 – R$1.822.189) de câmbio vendido a liquidar, R$1.046.964 (31 de março de 2005 – R$1.562.163) de obrigações por compra de câmbio, líquida dos adiantamentos recebidos.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(C) Dívidas subordinadas

			Consolidado		
	Emissão	**Vencimento**	**Remuneração a.a.**	**30 de junho de 2005**	**31 de março de 2005**
Step-up subordinated callable notes (1)	abril 2002	abril 2012	9,375%	473.918	552.619
Step-up subordinated callable notes (2)	dezembro 2003	dezembro 2013	7,375%	471.112	536.902
Step-up subordinated callable notes (3)	abril 2001	abril 2006	3,45%	71.275	81.327
Linha de crédito subordinada (4)	dezembro 2004	dezembro 2009	4,74%	353.057	404.667
CDB subordinado (5)	dezembro 2002	dezembro 2012	102% do CDI	401.098	383.201
Total				**1.770.460**	**1.958.716**

(1) A dívida pode ser resgatada integralmente em abril de 2007 ou em cada pagamento de juros subseqüente. A remuneração a partir do quinto ano será de 11,7995% a.a.
(2) A dívida pode ser resgatada integralmente em dezembro de 2008 ou em cada pagamento de juros subseqüente. A remuneração a partir do quinto ano será de 9,375% a.a.
(3) A remuneração é calculada através da taxa Libor mais 1,2% atualizada semestralmente.
(4) A dívida não pode ser resgatada antecipadamente. A remuneração é calculada através da taxa Libor mais 2%, atualizada semestralmente.
(5) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de dezembro de 2007.

(d) "Outras obrigações – diversas" incluem, principalmente, obrigações pela venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior, no montante de R$2.173.465 (31 de março de 2005 – R$2.527.042), pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados das empresas de cartão de crédito no montante de R$2.023.391 (31 de março de 2005 – R$2.186.699), provisões para processos trabalhistas e cíveis de R$1.430.329 (31 de março de 2005 –R$1.304.387), valores a pagar por débitos com seguros R$461.865 (31 de março de 2005 – R$360.920) e provisão para despesas de pessoal e administrativas de R$411.052 (31 de março de 2005 – R$412.137).

(e) Outras obrigações na controladora referem-se, basicamente, a juros sobre capital próprio a pagar no montante de R$134.957 (31 de março de 2005 – R$91.524).

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. Benefícios a Empregados

(a) Plano de pensão

O Unibanco e parte dos empregados patrocinaram o "Programa de Geração de Benefícios Livres" (PGBL), sistema que permite ao participante acumular recursos financeiros ao longo de sua carreira profissional, por meio de contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa empregadora. Esses recursos foram investidos em uma conta de Fundo de Investimento Financeiro Exclusivo (FIFE). O plano foi baseado sobre contribuições definidas pelo Unibanco e pelos empregados até outubro de 2004. Após esta data, somente os empregados têm contribuído para o programa.

Além disso, em 1 de julho de 2004, o PGBL dos funcionários foi reformulado, visando um novo plano de benefícios. O novo plano é também de contribuição definida e é administrado por uma entidade fechada por meio da Trevo - Instituto Bandeirantes de Seguridade Social. Este novo programa está sendo patrocinado pelo Unibanco e pelos seus funcionários.

Durante o trimestre encerrado em 30 de junho de 2005, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R$3.281 (Semestre findo em 30 de junho de 2005 - R$8.006) no Consolidado.

(b) Plano de outorga de opções de compra de ações

O Unibanco possui um Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, que visa alinhar o comprometimento dos executivos com resultados de longo prazo e recompensar a alta performance, além de ser um instrumento para atrair, reter e motivar talentos. As opções de compra de ações e/ou *Units* outorgadas poderão ser exercidas pelos executivos entre 3 e 6 anos. As outorgas de opções anuais estão limitadas a 1% do capital autorizado e o total das opções outorgadas e não exercidas está limitado a 10% do capital autorizado.

01475-3 UNIBANCO HOLDING S.A. 00.022.034/0001-87

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As opções apresentaram a seguinte movimentação até 30 de junho de 2005:

Emissão		Carência	Prazo final para	Preço de exercício por cada *UNIT* (R$)				
Nº	Data	até	exercício	Atualizado	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Não exercidas
1ª	21.01.2002	21.01.2005	20.01.2006	9,31	2.062.687	616.965	564.855	880.867
		21.01.2006	20.01.2007	9,31	2.062.728	-	669.502	1.393.226
		21.01.2007	20.01.2008	9,31	2.062.585	-	669.477	1.393.108
2ª	15.04.2002	15.04.2005	14.04.2006	10,91	11.334	-	-	11.334
		15.04.2006	14.04.2007	10,91	11.333	-	-	11.333
		15.04.2007	14.04.2008	10,91	11.333	-	-	11.333
3ª	01.08.2002	01.08.2005	31.07.2006	8,40	33.334	-	-	33.334
		01.08.2006	31.07.2007	8,40	33.333	-	-	33.333
		01.08.2007	31.07.2008	8,40	33.333	-	-	33.333
4ª	12.08.2002	12.08.2005	11.08.2006	7,05	60.000	-	-	60.000
		12.08.2006	11.08.2007	7,05	60.000	-	-	60.000
		12.08.2007	11.08.2008	7,05	60.000	-	-	60.000
5ª	01.11.2002	01.11.2005	31.10.2006	6,90	33.334	-	-	33.334
		01.11.2006	31.10.2007	6,90	33.333	-	-	33.333
		01.11.2007	31.10.2008	6,90	33.333	-	-	33.333
6ª	11.11.2002	11.11.2005	10.11.2006	6,90	33.334	-	33.334	-
		11.11.2006	10.11.2007	6,90	33.333	-	33.333	-
		11.11.2007	10.11.2008	6,90	33.333	-	33.333	-
7ª	20.11.2002	31.05.2006	19.11.2006	6,90	50.000	-	-	50.000
		20.11.2006	19.11.2007	6,90	50.000	-	50.000	-
		20.11.2007	19.11.2008	6,90	50.000	-	50.000	-
8ª	06.01.2003	06.01.2006	05.01.2007	6,66	26.667	-	26.667	-
		06.01.2007	05.01.2008	6,66	26.667	-	26.667	-
		06.01.2008	05.01.2009	6,66	26.666	-	26.666	-
9ª	10.02.2003	10.02.2006	09.02.2007	7,78	20.000	-	-	20.000
		10.02.2007	09.02.2008	7,78	20.000	-	-	20.000
		10.02.2008	09.02.2009	7,78	20.000	-	-	20.000
10ª	10.03.2003	10.03.2006	09.03.2007	8,17	27.667	-	7.667	20.000
		10.03.2007	09.03.2008	8,17	27.667	-	7.667	20.000
		10.03.2008	09.03.2009	8,17	27.666	-	7.666	20.000
11ª	08.04.2003	08.04.2006	07.04.2007	8,85	264.003	-	100.669	163.334
		08.04.2007	07.04.2008	8,85	263.999	-	100.666	163.333
		08.04.2008	07.04.2009	8,85	263.998	-	100.665	163.333
12ª	14.04.2003	14.04.2006	13.04.2007	8,94	6.667	-	6.667	-
		14.04.2007	13.04.2008	8,94	6.667	-	6.667	-
		14.04.2008	13.04.2009	8,94	6.666	-	6.666	-
13ª	07.05.2003	07.05.2006	06.05.2007	8,41	186.667	-	-	186.667
		07.05.2007	06.05.2008	8,41	186.667	-	-	186.667
		07.05.2008	06.05.2009	8,41	186.666	-	-	186.666
14ª	04.06.2003	04.06.2006	03.06.2007	10,21	100.000	-	100.000	-
		04.06.2007	03.06.2008	10,21	100.000	-	100.000	-
		04.06.2008	03.06.2009	10,21	100.000	-	100.000	-

01475-3 UNIBANCO HOLDING S.A. 00.022.034/0001-87

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Emissão Nº	Emissão Data	Carência até	Prazo final para exercício	Preço de exercício por cada *UNIT* (R$) Atualizado	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Não exercidas
15ª	16.06.2003	16.06.2006	15.06.2007	10,30	20.000	-	-	20.000
		16.06.2007	15.06.2008	10,30	20.000	-	-	20.000
		16.06.2008	15.06.2009	10,30	20.000	-	-	20.000
16ª	02.09.2003	02.09.2006	01.09.2007	9,83	1.037.721	-	226.680	811.041
		02.09.2007	01.09.2008	9,83	1.037.658	-	226.663	810.995
		02.09.2008	01.09.2009	9,83	1.037.621	-	226.657	810.964
17ª	10.11.2003	10.11.2006	09.11.2007	9,83	60.000	-	60.000	-
		10.11.2007	09.11.2008	9,83	60.000	-	60.000	-
		10.11.2008	09.11.2009	9,83	60.000	-	60.000	-
18ª	17.12.2003	17.12.2006	16.12.2007	11,50	20.000	-	-	20.000
		17.12.2007	16.12.2008	11,50	20.000	-	-	20.000
		17.12.2008	16.12.2009	11,50	20.000	-	-	20.000
19ª	05.01.2004	05.01.2007	04.01.2008	9,83	40.000	-	-	40.000
		05.01.2008	04.01.2009	9,83	40.000	-	-	40.000
		05.01.2009	04.01.2010	9,83	40.000	-	-	40.000
20ª	01.02.2004	01.02.2007	31.01.2008	13,76	60.000	-	-	60.000
		01.02.2008	31.01.2009	13,76	60.000	-	-	60.000
		01.02.2009	31.01.2010	13,76	60.000	-	-	60.000
21ª	05.04.2004	05.04.2007	04.04.2008	14,03	2.040	-	-	2.040
		05.04.2008	04.04.2009	14,03	2.040	-	-	2.040
		05.04.2009	04.04.2010	14,03	2.040	-	-	2.040
22ª	12.04.2004	12.04.2007	11.04.2008	13,91	133.334	-	-	133.334
		12.04.2008	11.04.2009	13,91	133.333	-	-	133.333
		12.04.2009	11.04.2010	13,91	133.333	-	-	133.333
23ª	13.04.2004	13.04.2007	12.04.2008	14,02	33.334	-	-	33.334
		13.04.2008	12.04.2009	14,02	33.333	-	-	33.333
		13.04.2009	12.04.2010	14,02	33.333	-	-	33.333
24ª	19.07.2004	19.07.2007	18.07.2008	12,75	156.668	-	-	156.668
		19.07.2008	18.07.2009	12,75	156.666	-	-	156.666
		19.07.2009	18.07.2010	12,75	156.666	-	-	156.666
25ª	04.08.2004	04.08.2009	03.08.2010	11,94	300.000	-	-	300.000
26ª	20.09.2004	20.09.2007	19.09.2008	13,65	3.334	-	-	3.334
		20.09.2008	19.09.2009	13,65	3.333	-	-	3.333
		20.09.2009	19.09.2010	13,65	3.333	-	-	3.333
27ª	01.02.2005	01.02.2008	31.01.2009	16,05	1.406.687	-	81.668	1.325.019
		01.02.2009	31.01.2010	16,05	1.406.667	-	81.667	1.325.000
		01.02.2010	31.01.2011	16,05	1.406.646	-	81.665	1.324.981
28ª	03.05.2005	03.05.2008	02.05.2009	18,80	8.334	-	-	8.334
		03.05.2009	02.05.2010	18,80	8.333	-	-	8.333
		03.05.2010	02.05.2011	18,80	8.333	-	-	8.333
	POSIÇÃO GERAL				**17.991.120**	**616.965**	**3.933.834**	**13.440.321**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é constituído por ações sem valor nominal, da seguinte forma:

	30 de junho de 2005			31 de março de 2005
	Ações em circulação	Ações em tesouraria	Total	Total
Ordinárias	315.145.875	-	315.145.875	315.145.875
Preferenciais	515.187.997	12.970.890	528.158.887	528.158.887
Total	**830.333.872**	**12.970.890**	**843.304.762**	**843.304.762**

Em Assembléia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2004, foi aprovada a extinção da denominação de ações preferenciais classe "A" e ações preferenciais classe "B", passando, conseqüentemente, as ações preferenciais classe "B" da Sociedade a denominarem-se simplesmente "ações preferenciais", tendo em vista a conversão, em setembro de 2003, da totalidade das ações preferenciais classe "A" em ações preferenciais classe "B" da Sociedade.

As ações preferenciais não dão direito a voto, mas têm prioridade (i) na distribuição de dividendo mínimo semestral de R$0,15 (quinze centavos) por lote de mil ações ou dividendo prioritário semestral de 1,5% do patrimônio líquido da ação, resultando em dividendo prioritário anual de 3% (três por cento) do patrimônio líquido da ação, o que for maior; (ii) no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade, até o valor da parcela do capital social representado por essa classe de ações, e (iii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de correção monetária, reservas e de lucros e na distribuição de dividendos, depois de assegurado às ações ordinárias dividendo igual previsto no item (i) no caso de desdobramento ou grupamento das ações preferenciais, o dividendo previsto no item (i), será ajustado em função da nova quantidade de ações daquela classe.

O Certificado de Depósitos de Ações (*Units*) é representado, cada um, por uma ação preferencial de emissão do Unibanco e por uma ação preferencial de emissão da Unibanco Holdings S.A. e é negociado no mercado brasileiro. Em 30 de junho, o valor de mercado de fechamento das Units foi de R$17,22.

O *Global Depositary Recepts* (GDR) é representado por 5 *Units* e é negociado no mercado internacional.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Unibanco e a Unibanco Holdings finalizaram, em 30 de agosto de 2004, o grupamento de suas ações (ordinárias, preferenciais e *Units*) que se deu na razão de 100 ações para 1 ação. As negociações passaram a ser feitas em cotações unitárias. Na mesma data, os Global Depositary Receipts (GDRs) negociados no exterior passaram a representar, cada um, 5 *Units*, ao invés de 500, sem alteração na quantidade de GDRs emitidos e no valor de suas cotações. O grupamento visa maior eficiência no controle e relacionamento com os acionistas e redução de custos operacionais, além de representar mais uma alternativa na busca de maior liquidez dos valores mobiliários envolvidos.

(b) Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

A Unibanco Holdings distribui como dividendo, em cada exercício social, o valor equivalente aos dividendos recebidos da controlada, conforme previsto no seu estatuto social.

Em reunião de 30 de março de 2005, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros aos acionistas, no valor bruto de R$41.716, composto por juros complementares declarados sobre o lucro apurado no exercício de 2004, no montante bruto de R$13.682, e juros da distribuição relativa ao primeiro trimestre de 2005, no montante bruto de R$28.034, na proporção de R$0,0503 (R$0,0427 líquido do imposto de renda na fonte) por ação ordinária e R$0,0503 (R$0,0427 líquido do imposto de renda na fonte) por ação preferencial em circulação à época. A remuneração sobre o capital próprio foi calculada de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e o benefício fiscal obtido pela dedutibilidade foi de R$14.183. O pagamento foi efetuado a partir de 29 de abril de 2005.

Às *Units* foram atribuídos o valor de R$0,1138 (R$0,0967 líquido do imposto de renda na fonte), sendo R$0,0503 (R$0,0427 líquido do imposto de renda na fonte) provenientes da Holdings e R$0,0635 (R$0,0540 líquido do imposto de renda na fonte) do Unibanco. Para cada GDR foi atribuído o valor de R$0,5689 (R$0,4836 líquido do imposto de renda na fonte).

Em reunião de 15 de julho de 2005, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros aos acionistas, no valor bruto de R$134.956, composto por juros complementares declarados sobre o lucro apurado no exercício de 2004, no montante de R$2.771, juros relativo ao segundo trimestre de 2005, no montante de R$28.035 e juros complementares da distribuiçao relativa ao primeiro semestre de 2005, no montante de R$104.151, na proporção de R$0,1625 (R$0,1382 líquido do imposto de renda na fonte) por ação ordinária e R$0,1625 (R$0,1382 líquido do imposto de renda na fonte) por ação preferencial em circulação à época. A remuneração sobre o capital próprio foi calculada de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e o benefício fiscal obtido pela dedutibilidade foi de R$45.885. O pagamento será efetuado a partir de 29 de julho de 2005.

Às Units foram atribuídos o valor de R$0,3702 (R$0,3147 líquido do imposto de renda na fonte), sendo R$0,1625 (R$0,1382 líquido do imposto de renda na fonte) provenientes da Holdings e R$0,2077 (R$0,1765 líquido do imposto de renda na fonte) do Unibanco. Para cada GDR foi atribuído o valor de R$1,8509 (R$1,5733 líquido do imposto de renda na fonte).

(c) Reservas de capital

São representadas substancialmente por reserva de ágio na subscrição de ações.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Ações em tesouraria

Durante o semestre de 2005, por conta do Plano de Opção de Compra de Ações – Performance (nota explicativa 14(b)), aprovado em Assembléias Gerais Extraordinárias de 31 de outubro de 2001, e também por conta do programa de conversão (ver item (f)) foram registradas as seguintes movimentações na quantidade de ações em tesouraria:

Quantidade de ações em 31/03/05	12.967.462
Conversão no semestre	(580)
Ações permutadas	4.008
Quantidade de ações em 30/06/05	12.970.890

O custo médio final foi de R$ 4,1530 por ação sendo que os preços mínimos e máximos foram de R$15,48 e R$20,77, respectivamente.

(e) Movimentação do patrimônio líquido

	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
Saldo inicial	**4.970.696**	**4.819.022**
Ajustes de exercícios anteriores	(3.248)	(3.261)
Constituição da reserva de reavaliação de bens em controladas	(1.064)	(1.118)
Ajuste ao valor de mercado líquido dos efeitos tributários – títulos e valores mobiliários e derivativos	18.447	22.016
Permuta ações UBB por ações da Unibanco Holdings	(48)	809
Lucro líquido do periodo	248.955	471.341
Provisão de juros sobre o capital próprio	(85.150)	(160.221)
Saldo final	**5.148.588**	**5.148.588**

(f) Programa de Conversão

A partir de novembro de 2003, iniciou-se o Programa de Conversão que permite, somente aos acionistas que detinham ações preferenciais do Unibanco e preferenciais da Unibanco Holdings na data de publicação do Edital da Oferta de Permuta (15 de setembro de 2003), permutar seus pares de ações preferenciais por *Units*. O Programa de Conversão terá duração de 2 anos. Até 30 de junho de 2005, foram permutadas 626,1 mil ações preferenciais do Unibanco em *Units*.

(g) Oferta Secundária de *Units*

Em fevereiro de 2005, Commerzbank Aktiengesellschaft e BNL International Investments S.A. venderam, por meio de uma distribuição pública secundária, 45.897.387 *Units*, representativas de 7,2% das ações preferenciais do Unibanco e 8,9% das ações preferenciais da Unibanco Holdings. Foram realizadas a oferta secundária no Brasil ao público, para determinados compradores institucionais dos Estados Unidos e outros investidores no exterior e nos Estados Unidos, que não eram americanos.

16. Outras Receitas e Despesas Operacionais

(a) Outras receitas operacionais

	Consolidado			
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Dividendos/lucros recebidos de outros investimentos,principalmente consórcios	17.970	48.885	46.904	65.269
Variação cambial de outros créditos a receber	5.633	10.843	-	-
Atualização monetária de tributos a recuperar	838	1.958	1.378	3.303
Atualização monetária de créditos a receber	4.918	16.042	21.503	34.994
Ganho cambial sobre investimentos no exterior	(2.032)	-	97.379	105.151
Outras	141.584	150.259	16.918	31.645
Total	**168.911**	**227.987**	**184.082**	**240.362**

(b) Outras despesas operacionais

	Consolidado			
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	159.119	218.597	106.126	217.893
Perda cambial sobre investimentos no exterior	149.407	149.407	-	-
Despesa sobre cheques e cobrança remetidas, líquida	35.346	80.537	33.415	59.137
Despesas de seguros	37.864	80.286	37.637	66.392
Amortização de ágio sobre empresas adquiridas	25.610	51.557	35.832	62.834
Atualização de outras obrigações	12.252	23.434	653	12.594
Outras	145.998	223.351	76.178	114,701
Total	**565.596**	**827.169**	**289.841**	**533.551**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias são registrados em "Outros créditos – diversos" ou em "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias", de acordo com sua natureza.

Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social são realizados de acordo com a apuração de lucros tributáveis, e os créditos tributários sobre adições temporárias são realizadas quando da utilização ou reversão das provisões relacionadas.

(a) Créditos tributários

	Consolidado				
	31 de março de 2005	Constituição	Realização	Saldo de empresas adquiridas	30 de junho de 2005
Provisão para perdas com créditos	455.076	153.736	151.827	-	456.985
Outras provisões não dedutíveis	1.215.451	285.024	189.564	(75)	1.310.836
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	640.165	3.966	38.825	-	605.306
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	476.534	-	8.766	-	467.768
Subtotal	**2.787.226**	**442.726**	**388.982**	**(75)**	**2.840.895**
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	40.668	2.532	13.249	-	29.951
Obrigações fiscais diferidas	(29.314)	(1.158)	(1.841)	-	(28.631)
Crédito tributário líquido	**2.798.580**	**444.100**	**400.390**	**(75)**	**2.842.215**
Total ativo	**2.827.894**				**2.870.846**
Total passivo	**29.314**				**28.631**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2004	Constituição	Realização	Saldo de empresas adquiridas	30 de junho de 2005
Provisão para perdas com créditos	438.485	262.456	244.340	384	456.985
Outras provisões não dedutíveis	1.191.988	492.269	384.181	10.760	1.310.836
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	677.100	15.785	87.579	-	605.306
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	485.076	-	17.308	-	467.768
Subtotal	**2.792.649**	**770.510**	**733.408**	**11.144**	**2.840.895**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	42.491	4.077	16.617	-	29.951
Obrigações fiscais diferidas	(28.626)	(1.930)	(1.925)	-	(28.631)
Crédito tributário líquido	**2.806.514**	**772.657**	**748.100**	**11.144**	**2.842.215**
Total ativo	**2.835.140**				**2.870.846**
Total passivo	**28.626**				**28.631**

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

Expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2005:

	Consolidado		
Exercício social	Contribuição social (MP 2.158-35)	Outros	Total
2005	14.560	357.136	371.696
2006	41.763	1.077.985	1.119.748
2007	53.351	564.333	617.684
2008	63.489	124.062	187.551
2009	76.276	108.946	185.222
2010	93.293	53.760	147.053
2011 a 2013	72.117	72.209	144.326
2014 a 2017	52.919	14.696	67.615
Total	**467.768**	**2.373.127**	**2.840.895**

O valor presente dos créditos tributários acima, calculado considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, totalizou R$2.280.811 no Consolidado.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Resultado antes da tributação - líquido das participações (imposto de renda e contribuição social)	256.193	483.275	169.613	324.363
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(87.106)	(164.314)	(57.668)	(110.283)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Resultado e variação cambial de participações em controladas e coligadas	90.261	170.378	60.298	115.363
Juros sobre o capital próprio	(6.396)	(10.556)	(6.922)	(6.922)
Adições (exclusões) permanentes líquidas	(3.997)	(7.442)	(2.862)	(5.373)
Imposto de renda e contribuição social do período	**(7.238)**	**(11.934)**	**(7.154)**	**(7.215)**

	Consolidado			
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Resultado antes da tributação - líquido das participações (imposto de renda e contribuição social)	602.440	1.194.663	351.244	731.127
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(204.830)	(406.186)	(119.423)	(248.583)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Resultado e variação cambial de participações em controladas e coligadas	(46.027)	(45.737)	32.742	37.445
Juros sobre o capital próprio	104.664	112.707	41.638	91.326
Créditos tributários de anos anteriores constituídos no período	-	-	16.001	15.234
Adições (exclusões) permanentes líquidas	11.136	33.572	3.048	(21)
Imposto de renda e contribuição social do período	**(135.057)**	**(305.644)**	**(25.994)**	**(104.599)**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. Compromissos e Garantias

	Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Coobrigação e riscos em garantias prestadas	5.140.307	4.623.051
Contratos de administração de carteiras (substancialmente fundos mútuos de investimentos)	35.119.041	34.205.546
Compromissos por arrendamento mercantil	58.675	73.253

19. Transações entre Partes Relacionadas (Controladora)

	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ativo		
Disponibilidades	20	38
Títulos e valores mobiliários (Longo-prazo)	57.990	51.329
Rendas a receber	158.645	103.761
Diversos	-	4
Passivo		
Diversos	4	4

	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho 2004
Receitas	2.498	4.668	764	1.420
Outras receitas operacionais				
Despesas				
Despesas administrativas	13	18	7	14

As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

20. Instrumentos Financeiros

(a) Objetivos e política de utilização

O Unibanco utiliza instrumentos financeiros e operações envolvendo derivativos com o objetivo de atender necessidades próprias e ou de seus clientes no sentido de administrar exposições a riscos de mercado, moeda e taxa de juros ("*hedge*") ou estabelecer posições nesses mesmos mercados visando aproveitar oportunidades para geração de resultados.

A administração dos riscos envolvidos nos instrumentos financeiros derivativos é parte integral do processo de administração de ativos e passivos e das políticas e procedimentos de crédito. Os riscos de crédito da contraparte são minimizados através de transações com um pequeno número de instituições de alta qualidade.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Grande parte dos instrumentos financeiros derivativos é negociado na Bolsa de Mercadorias & Futuros ("BM&F"). Estes instrumentos possuem padrão de negociação e estão sujeitos às políticas definidas pela BM&F, incluindo aprovação da contraparte, requerimentos de margens diárias e depósitos em garantia. Para os instrumentos financeiros derivativos negociados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") ou em balcão é efetuada a análise do risco de crédito da contraparte.

Os contratos de taxa de juros e de moedas nos mercados a termo e futuro representam compromissos futuros de comprar ou vender instrumentos financeiros nos termos e datas especificados. Os valores referenciais representam o valor de face do correspondente instrumento na data da liquidação da operação. Os riscos de crédito associados aos contratos a termo e futuro são minimizados por garantias de depósitos em conta margem e, especificamente para o mercado futuro, por liquidações diárias das diferenças de posições. Contratos a termo e futuro estão sujeitos ao risco de variações não esperadas nas taxas de juros ou no valor dos correspondentes instrumentos financeiros.

Os contratos de *swap* representam compromissos futuros de trocar moedas ou indexadores nos termos e datas especificados nos contratos. O valor referencial dos instrumentos financeiros representa a base para a determinação dos diferenciais a receber ou a pagar. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade da contraparte em cumprir as condições contratuais e o risco associado às mudanças nas condições de mercado relacionadas a variações nas taxas de juros ou de câmbio.

Contratos de opções são aqueles que: (i) transferem, modificam ou reduzem o risco da taxa de juros, ou (ii) permitem que o Banco compre ou venda um instrumento financeiro mediante o pagamento ou recebimento de um prêmio no início do contrato. Como um comprador de opções, o Unibanco paga um prêmio e, como vendedor das opções, recebe um prêmio em troca de assumir um risco de variações nas taxas de juros futuras ou nos preços de mercado dos instrumentos financeiros. Os riscos de crédito e de mercado estão limitados aos prêmios pagos nas opções compradas e o risco associado às mudanças nas condições de mercado pode ter influência nas opções vendidas.

(b) Política de "*hedge*"

A utilização de instrumentos financeiros e operações envolvendo derivativos com o intuito de administrar exposições e riscos (*hedge*), podem ser contratadas de forma global, correlacionada a posição líquida assumida pelo Unibanco em determinados mercados ou vinculada a determinados ativos e passivos financeiros e para obtenção de proteção específica.

Os instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de ativos e passivos específicos possuem características altamente correlacionadas com o item protegido, permitindo a efetividade da estratégia de risco protegido por todo tempo planejado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* podem: (i) garantir um constante fluxo financeiro sobre determinado ativo ou passivo objeto ("*hedge*" de fluxo de caixa) ou (ii) reduzir a exposição a variações de preço do ativo ou passivo objeto ("*hedge*" de mercado).

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Estratégia e gerenciamento de risco

O Unibanco busca continuamente o aperfeiçoamento de seus procedimentos de administração de risco, os quais foram incorporados em diversos níveis da organização. Uma divisão, coordenada por um diretor executivo, é responsável pela identificação, quantificação e administração de riscos de mercado, crédito e operacional de todo o banco. Além disso, cada unidade de negócio conta com uma equipe dedicada à administração de risco.

Risco de crédito

A política de crédito é orientada para a administração de risco, ao mesmo tempo que mantém a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e as necessidades dos clientes. Os limites de créditos buscam evitar concentração em clientes e setores específicos que possuem alto fator de risco. É mantido um plano de alçadas de aprovação de crédito para clientes do atacado e do varejo. Dependendo do tipo de exposição e do histórico de crédito do cliente, as alçadas podem variar do gerente geral da agência ou gerente da conta aos comitês de crédito de varejo ou atacado e, para as operações mais relevantes, até o comitê executivo. O processo de aprovação de crédito centralizado baseia-se em rigorosos limites de crédito, que são estabelecidos pelos comitês de crédito de atacado e varejo e pelo comitê executivo. Os limites pré-aprovados, para diversos tipos de crédito, são baseados na capacidade de solvência e porte dos clientes.

*Crédito a empresa*s: A decisão sobre crédito é embasada em fatores como: histórico financeiro, fluxos de caixa, qualidade da administração, histórico de relacionamento, situação do mercado e outros fatores relacionados a risco de crédito. Um sistema interno de classificação de crédito é utilizado, ordenando empresas em várias categorias, com base em critérios quantitativos e aspectos qualitativos. As linhas de crédito são reexaminadas a cada 60 a 180 dias, conforme a classificação do tomador e o ambiente externo de crédito.

Políticas de crédito para o varejo: A administração de crédito no segmento de varejo, dado o considerável volume de solicitações de crédito, exige sistemas e processos especializados. São utilizados vários instrumentos estatísticos para avaliar as solicitações de crédito. Esses instrumentos, que incluem *credit scoring* e *behavior scoring*, contam com o suporte de sistemas específicos. O sistema automatizado de crédito monitora os empréstimos em todas as suas fases desde a recepção do pedido de crédito. É utilizado um sistema de *collection scoring* que define quais os métodos de cobrança ou combinação de métodos de cobrança mais eficientes para cada caso.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de mercado

A política relacionada à exposição aos riscos de mercado é, em linhas gerais, conservadora. A exposição da carteira é supervisionada e controlada de forma independente. A gestão de riscos de mercado baseia-se em limites estabelecidos pelos comitês financeiro e de riscos. A exposição ao risco de mercado é limitada, mediante a administração de descasamentos de moeda, de vencimentos e de taxa de juros. Valores mobiliários, derivativos, empréstimos e captações são analisados de forma consolidada. Os derivativos têm importante papel na administração dos descasamentos de ativos e passivos. Os limites de exposição da Tesouraria são determinados levando-se em conta a volatilidade do mercado, projeções de cenário, oportunidade de lucro e as necessidades de captação do banco comercial. As atividades de negociação e posicionamento são realizadas dentro de limites definidos pelo Comitê Financeiro. Esses limites e políticas são revisados mensalmente ou quando surge uma nova ameaça ou uma nova oportunidade.

O modelo de *value at risk* é utilizado na avaliação de risco de mercado. Também é utilizado o *stress test*, baseado em cenários macroeconômicos hipotéticos, simulados pelos departamentos de administração de risco e de macroeconomia, a fim de prevenir o risco de perda da carteira e analisar os efeitos das mudanças no mercado financeiro.

A administração da exposição ao risco é centralizada, repassando todos os riscos para posição de tesouraria. Todas as atividades de tesouraria, incluindo as das agências no exterior, são acompanhadas por nossos escritórios de São Paulo. Os limites e as estratégias de negociação são definidos pela matriz, e todas as posições de negociação são consolidadas em bases de dados centralizadas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez relaciona-se ao descasamento do fluxo financeiro de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter ativos e honrar suas obrigações.

As políticas de contingência e planejamento de liquidez são definidas pelo Comitê Financeiro divulgadas aos responsáveis e monitoradas por áreas independentes diariamente. A liquidez é avaliada de forma semelhante ao risco de mercado, observando os impactos em diferentes moedas e segundo cenários macroeconômicos e de *stress* que possam alterar a disponibilidade/custos de recursos no mercado financeiro. Prazos, moedas, instrumentos financeiros e diferentes mercados são diariamente avaliados para garantir aderência aos limites estabelecidos. Esses limites e políticas são revisados periodicamente e as estratégias definidas a fim de garantir o monitoramento conservador do risco de liquidez.

Riscos operacionais

O risco operacional relaciona-se à estimativa das perdas inesperadas em uma instituição caso seus sistemas, práticas e/ou medidas de controle não sejam capazes de resistir a falhas humanas, danos à infra-estrutura de suporte, utilização indevida de modelos, serviços ou produtos, alterações no ambiente dos negócios ou a quaisquer outras situações adversas de mercado.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para atender aos requisitos legais, as boas práticas do mercado internacional e aos regulamentos internos do mercado financeiro brasileiro, o Unibanco criou estrutura interna independente de Gestão de Riscos. Essa área tem como um de seus objetivos, incentivar a geração e perpetuação de cultura interna voltada a gestão integrada de riscos. O gerenciamento do risco operacional é ferramenta indispensável aos processos de tomada de decisão e fator de diferenciação competitiva, possibilitando a avaliação da relação risco - retorno. Outro fator a ser ressaltado é a agregação de valor a marca, na medida em que dá suporte às áreas de negócio, ajudando-as na manutenção de suas atividades e assegurando a otimização dos recursos e da alocação de capital em benefício dos acionistas e clientes, demonstrando o comprometimento da instituição financeira com as melhores práticas de governança corporativa.

Como uma das ferramentas de trabalho, podemos mencionar o Sistema de Controles Internos que é uma ferramenta, disponível no portal corporativo e que pode ser acessado por todas as áreas do grupo. Este processo contempla avaliações periódicas, nas quais os gerentes identificam as atividades principais da sua área e os riscos potenciais, identificam a existência de pontos de controle e analisam a eficácia desses controles.

Para nossos sistemas, com a crescente diversificação das operações bancárias e o aumento no volume de transações on-line/real time, envolvendo redes de computadores e sistemas de telecomunicações, a criticidade da tecnologia da informação e o impacto potencial de possíveis panes, ganham dimensões cada vez maiores. O Unibanco tem destinado um volume substancial de recursos para garantir a segurança e estabilidade de seus sistemas e equipamentos.

(d) Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor de mercado, estão assim apresentados:

	Consolidado			
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.754.165	2.758.857	2.185.659	2.184.842
Títulos e valores mobiliários	15.980.193	16.204.117	18.143.373	18.270.195
Operações de crédito	29.245.940	29.257.106	27.985.998	27.940.106
Derivativos (líquido)	381.255	381.255	122.320	122.320
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	111.493	111.493	193.316	193.436
Depósitos a prazo	25.562.252	25.562.693	25.559.667	25.562.507
Letras hipotecárias	257.231	256.035	251.044	249.904
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.225.945	1.228.672	1.337.715	1.322.384
Dívidas subordinadas (nota 13(b))	1.770.460	1.823.993	1.958.716	1.998.533
Outras obrigações (nota 13(c))	2.173.465	2.230.271	2.527.042	2.170.276
Ações em tesouraria	68.170	117.581	68.122	119.301

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado de acordo com modelo de precificação interno que é estabelecido com base nas taxas médias divulgadas pelas Bolsas de Valores, associações de classe e agências externas para o último dia do trimestre.

O valor de mercado das aplicações em depósitos interfinanceiros, das operações de crédito, dos depósitos a prazo, dos depósitos interfinanceiros e das letras hipotecárias foi apurado com base na taxa média praticada pelo Unibanco no último dia de negociação do trimestre, para operações similares.

O valor de mercado das obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior e das dívidas subordinadas foi estabelecido com base na cotação média praticada nos correspondentes mercados no último dia de negociação do trimestre, para operações similares.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado de acordo com modelo de precificação interno que é estabelecido com base nas taxas médias divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia do trimestre, de acordo com a Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F e associações de classe.

O valor de mercado de outras obrigações referente à venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento a receber no exterior foi apurado considerando o valor que se poderia obter na sua negociação com o mercado.

O valor de mercado das ações em tesouraria foi apurado com base na cotação das *Units* de 30 de junho de 2005, na Bolsa de Valores de São Paulo.

(e) O valor referencial atualizado e o valor de mercado dos instrumentos financeiros registrados em contas de compensação, exceto pelas opções, cujo referencial se deve aos prêmios pagos/recebidos e a exposição a mercado aos valores contabilizados em contas patrimoniais, são resumidos como segue:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado			
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
	Exposição Referencial [1] e [2]	Exposição a mercado[1] e [2]	Exposição referencial[1] e [2]	Exposição a mercado[1] e [2]
Contratos futuros	**(18.250.007)**	**(18.250.007)**	**4.851.965**	**4.851.965**
Moedas	(472.653)	(472.653)	9.493	9.493
DI	(18.659.798)	(18.659.798)	4.374.068	4.374.068
Cupom cambial	882.444	882.444	468.404	468.404
Contratos a termo	**377.725**	**381.688**	**497.236**	**498.589**
Moedas	632.261	618.422	918.088	905.885
Prefixado	(254.536)	(236.734)	(420.852)	(407.296)
Contratos de *swap*	**333.588**	**341.285**	**159.081**	**177.758**
Moedas	(3.176.633)	(3.093.294)	(3.488.852)	(3.431.553)
CDI	1.889.797	1.875.335	1.522.895	1.509.117
Prefixado	363.433	298.492	394.507	359.016
Outros	1.256.991	1.260.752	1.730.531	1.741.178
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	**36.856**	**36.856**	**41.341**	**41.341**
Moedas	36.856	36.856	41.341	41.341
Contratos de *swap* bi-indexado	**62.589**	**63.831**	**31.703**	**32.455**
Moedas	(552.342)	(551.950)	(405.463)	(404.752)
CDI	509.736	510.192	357.475	357.935
Prefixado	105.195	105.589	79.691	79.272
Contratos de opções				
Compra de opções	**52.304**	**42.833**	**4.229**	**1.416**
Compra	**50.461**	**40.728**	**3.920**	**740**
Moedas	50.461	40.728	3.920	740
Venda	**1.843**	**2.105**	**309**	**676**
Moedas	1.843	2.105	309	676
Venda de opções	**36.986**	**29.330**	**109.138**	**95.494**
Compra	**28.537**	**6.205**	**70.005**	**67.323**
Moedas	28.537	6.205	70.005	67.323
Venda	**8.449**	**23.125**	**39.133**	**28.171**
Moedas	8.449	23.125	39.133	28.171

[1] Incluem posições compradas (vendidas), líquidas.
[2] Para os contratos de opções referem-se aos respectivos prêmios.

Os valores referenciais das opções registrados em contas de compensação, montam a R$724.385 (31 de março de 2005 - R$263.000) de compra de opções e R$1.158.357 (31 de março de 2005 - R$1.632.765) de venda de opções.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de junho de 2005, existiam operações de futuro R$10.744.965 (31 de março de 2005 – R$10.969.782) no Consolidado, operações de *swap* no montante de R$1.845.247(31 de março de 2005 – R$2.024.981) no Consolidado e operações de contratos a termo no montante de R$130.324 no Consolidado, ajustados ao valor de mercado, utilizadas como *hedge* de fluxo de caixa exposto à variação cambial de dólar norte-americano e à variação do CDI, com ganho líquido dos efeitos tributários e dos resultados dos minoritários no consolidado, no trimestre, no montante de R$11.217 (31 de março de 2005 - R$37.466) no Consolidado, registrado na conta "Ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". A efetividade apurada para a carteira de *hedge* em 30 de junho de 2005, estava em conformidade com o padrão estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Durante o trimestre de 2005, deixaram de ser utilizados como *hedge* da exposição cambial do dólar-norte-americano de títulos mantidos até o vencimento, de acordo com os termos da Circular 3.129 do Banco Central do Brasil, contratos de *swap* no montante de R$69.095 em decorrência da perda da efetividade apurada pela variação dos títulos objeto e os derivativos acima dos percentuais limites do Banco Central do Brasil. O efeito de marcação a mercado dos derivativos foi registrado a débito no resultado do trimestre no montante de R$5.330.

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2005, deixaram de ser utilizados como *hedge* de fluxo de caixa da variação do IGPM de debêntures, de acordo com os termos da Circular 3.129 do Banco Central do Brasil, contratos de *swap* no montante de R$224.056, em decorrência da perda da efetividade apurada pela variação das debêntures objeto e os derivativos acima dos percentuais limites do Banco Central do Brasil. O efeito nas debêntures pela não efetividade do *hedge* foi registrado a débito no resultado do trimestre no montante de R$8.049.

As operações acima não representam a exposição global do Unibanco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos.

As operações de *swap* contratadas em negociação associada à operação de captação e/ou aplicação estão registradas pelos valores atualizados conforme a variação incorrida dos respectivos indexadores ("curva"), e não são avaliadas pelo valor de mercado.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Referencial de mercado distribuído por local de negociação:

	Consolidado					
	30 de junho de 2005			31 de março de 2005		
Exposição a mercado	BM&F	CETIP/ Balcão	Total	BM&F	CETIP/ Balcão	Total
Contratos futuros	(18.250.007)	-	**(18.250.007)**	4.851.965	-	**4.851.965**
Contratos a termo	38	381.650	**381.688**	1.516	497.073	**498.589**
Contratos de *swap*	(62.113)	403.398	**341.285**	(104.278)	282.036	**177.758**
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	36.856	-	**36.856**	41.341	-	**41.341**
Contratos de *swap* bi-indexado	-	63.831	**63.831**	-	32.455	**32.455**
Contratos de opções						
Compra de opções	5.609	37.224	**42.833**	1.416	-	**1.416**
Venda de opções	26.217	3.113	**29.330**	33.748	61.746	**95.494**

As garantias dadas para as operações negociadas na BM&F, totalizavam R$150.661(31 de março de 2005 - R$186.961) no Consolidado e eram representadas por títulos públicos federais.

(g) Os ativos e passivos relativos aos instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais por vencimento e por tipo, são resumidos como segue:

	Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ativo		
Até 3 meses	356.892	111.189
De 3 meses a 1 ano	255.107	214.909
De 1 a 3 anos	204.946	80.552
Acima de 3 anos	65.293	19.234
Total	**882.238**	**425.884**
Passivo		
Até 3 meses	62.390	77.270
De 3 meses a 1 ano	217.199	179.311
De 1 a 3 anos	219.711	46.325
Acima de 3 anos	1.684	658
Total	**500.984**	**303.564**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ativo		
Contratos a termo	62.438	34.954
Contratos de *swap*	710.210	355.313
Contratos de *swap* bi - indexado	66.757	34.201
Contratos de opções – prêmios pagos	42.833	1.416
Total	**882.238**	**425.884**
Passivo		
Contratos a termo	99.803	28.769
Contratos de *swap*	368.925	177.555
Contratos de *swap* bi – indexado	2.926	1.746
Contratos de opções – prêmios recebidos	29.330	95.494
Total	**500.984**	**303.564**

(h) Os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação, exceto pelos contratos de opções cujos montantes se devem aos valores contabilizados em contas patrimoniais, possuem os seguintes vencimentos:

	Consolidado 30 de junho de 2005				
Exposição a mercado	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Contratos futuros	(32.396.951)	14.238.673	(149.827)	58.098	**(18.250.007)**
Contratos a termo	(287.474)	139.056	114.861	415.245	**381.688**
Contratos de *swap*	243.074	72.069	(4.381)	30.523	**341.285**
Contratos de *swap* com ajuste diário	94.029	(57.173)	-	-	**36.856**
Contratos de *swap* bi-indexado	39.188	23.319	1.324	-	**63.831**
Contratos de opções					
Compra de opções	6.824	1.898	-	34.111	**42.833**
Venda de opções	8.479	18.738	2.113	-	**29.330**

	Consolidado 31 de março de 2005				
Exposição a mercado	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Contratos futuros	(8.607.830)	14.977.903	(1.570.645)	52.537	**4.851.965**
Contratos a termo	(111.631)	(14.450)	115.502	509.168	**498.589**
Contratos de swap	20.740	102.082	35.702	19.234	**177.758**
Contratos de swap com ajuste diário	-	41.341	-	-	**41.341**
Contratos de *swap* bi-indexado	8.695	23.760	-	-	**32.455**
Contratos de opções					
Compra de opções	1.416	-	-	-	**1.416**
Venda de opções	3.497	91.997	-	-	**95.494**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. Demonstração do fluxo de caixa

	Controladora	
	Trimestre findo em 30 de junho 2005	Semestre findo em 30 de junho 2005
Atividades operacionais		
Lucro líquido do trimestre	248.955	471.341
Resultado de equivalência patrimonial	(265.470)	(501.113)
Modificações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários	(6.661)	(17.452)
Redução (aumento) de outros créditos e outros valores e bens	(57.014)	7.566
Aumento (redução) de outras obrigações	73.473	6.479
Caixa líquido (aplicado em) originado atividades operacionais	**(6.717)**	**(33.179)**
Atividades de investimento		
Remuneração sobre o capital próprio recebidos de controlada	48.415	202.281
Caixa líquido (aplicado em) originado das atividades de investimento	**48.415**	**202.281**
Atividades de financiamento		
Remuneração sobre o capital próprio pagos	(41.716)	(169.100)
Caixa líquido (aplicado em) originado das atividades de financiamento	**(41.716)**	**(169.100)**
Aumento (redução) líquido das disponibilidades	**(18)**	**2**
Disponibilidades no início do período	38	18
Disponibilidades no fim do período	20	20
Aumento (redução) líquido das disponibilidades	**(18)**	**2**

01475-3 UNIBANCO HOLDING S.A. 00.022.034/0001-87

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Trimestre findo em 30 de junho 2005	Consolidado Semestre findo em 30 de junho 2005
Atividades operacionais		
Lucro líquido	248.955	471.341
Provisão para perdas com créditos	435.291	745.308
Provisão técnica de seguros, de capitalização e de planos de previdência privada	269.792	654.640
Imposto de renda diferido ativo	(39.215)	(31.115)
Reversão de provisão para perdas em bens não de uso próprio	(1.383)	6.041
Prejuízo na alienação de valores e bens	(12.984)	(13.855)
Amortização de ágio na aquisição de empresas controladas	25.609	51.556
Resultado de participação em controladas e coligadas	(16.065)	(14.887)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	151.439	149.407
Reversão de provisão para perdas em outros investimentos	2.250	4.060
Depreciação e amortização	114.099	208.441
Resultado dos acionistas minoritários	218.931	418.181
Modificações nos ativos e passivos		
Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.176.726)	1.641.857
Aumento de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.731.021	(232.437)
Redução em depósitos no Banco Central	120.707	(179.887)
Variação líquida de outras relações interfinanceiras e de relações interdependências	48.161	13.101
Redução em operações de crédito	(1.700.305)	(3.197.635)
Redução em operações de arrendamento mercantil	(44.125)	(74.936)
Variação líquida da carteira de câmbio	(240.789)	(245.590)
Aumento (redução) de outros créditos e outros valores e bens	(474.996)	(411.963)
Aumento (redução) de outras obrigações	204.714	303.779
Aumento (redução) de resultados de exercícios futuros	(24.706)	(46.252)
Caixa líquido originado das (aplicado em) atividades operacionais	**(1.160.325)**	**219.155**
Atividades de investimento		
Venda de bens não de uso próprio	25.724	41.861
Compra/aumento de capital de/em em controladas e coligadas	(235.238)	(221.412)
Ágio na aquisição de empresas controladas	(49.619)	(49.619)
Venda/redução de capital de/em controladas e coligadas	-	16.218
Compra de outros investimentos	(14.415)	(16.275)
Venda de outros investimentos	625	2.677
Compra de imobilizado de uso	(50.722)	(92.341)
Venda de imobilizado de uso	30.065	33.432
Aplicações no diferido	(35.132)	(84.551)
Participação dos acionistas minoritários	(185.753)	(273.188)
Caixa líquido originado das (aplicado em) atividades de investimento	**(514.465)**	**(643.198)**
Atividades de financiamento		
Aumento em depósitos	(119.882)	1.307.890
Redução em captações no mercado aberto	909.041	(1.095.575)
Redução de recursos de aceites e emissão de títulos	(105.583)	(96.019)
Redução de empréstimos e repasses	184.585	(4.624)
Aumento líquido de ações em tesouraria	(48)	809
Dividendos pagos	(41.716)	(169.100)
Caixa líquido originado das (aplicado em) atividades de financiamento	**826.397**	**(56.619)**
Redução líquida das disponibilidades	**(848.393)**	**(480.662)**
Disponibilidades no início do período	1.928.995	1.561.264
Disponibilidades no fim do período	1.080.602	1.080.602
Redução líquida das disponibilidades	**(848.393)**	**(480.662)**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. Informações sobre Empresas Controladas

Os quadros a seguir apresentam o balanço patrimonial e a demonstração de resultado das empresas controladas pelo Unibanco, contemplando apenas as eliminações entre as empresas consolidadas e/ou combinadas em cada grupo.

(a) As agências e empresas controladas no exterior contemplando, principalmente, agências no exterior (Unibanco Grand Cayman e Nassau); Unibanco – União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A., Interbanco S.A. (Paraguai), Unibanco Cayman Bank Ltd., e Unicorp Bank & Trust (Grand Cayman):

Balanço patrimonial combinado	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**11.187.446**	**11.382.675**
Disponibilidades	252.622	515.286
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.707.600	1.278.717
Títulos e valores mobiliários	6.449.641	6.602.085
Relações interfinanceiras	167.611	210.478
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	2.343.602	2.630.444
Outros créditos e outros valores e bens	266.370	145.665
Permanente	**353.271**	**355.782**
Total	**11.540.717**	**11.738.457**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**9.914.477**	**10.054.645**
Depósitos	2.213.176	2.019.191
Captações no mercado aberto	1.822.918	1.491.510
Recursos de emissão de títulos	1.183.336	1.279.270
Relações interfinanceiras	29.757	31.220
Empréstimos e repasses	1.149.636	1.273.907
Instrumentos financeiros derivativos	117.978	4.631
Outras obrigações	3.397.676	3.954.916
Resultados de exercícios futuros	**7.267**	**9.564**
Participação minoritária	**5**	**5**
Patrimônio líquido	**1.618.968**	**1.674.243**
Total	**11.540.717**	**11.738.457**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração combinada do resultado	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Receitas da intermediação financeira	176.839	345.924	238.010	490.553
Despesas da intermediação financeira	(154.238)	(230.444)	(80.775)	(157.413)
Reversão de provisão para perdas comcréditos	43.614	70.391	10.435	17.203
Receitas de prestação de serviços	7.377	23.408	32.606	32.606
Despesas de pessoal e administrativas	(13.413)	(31.612)	(21.660)	(50.487)
Despesas tributárias	(2.591)	(4.135)	(2.166)	(2.166)
Outras receitas (despesas) operacionais	71.976	31.004	(68.070)	(80.069)
Resultado não-operacional	3.679	856	(318)	(371)
Lucro líquido do período	**133.243**	**205.392**	**108.062**	**249.856**

As despesas de imposto de renda e de contribuição social referentes às operações no exterior são contabilizadas no banco múltiplo, como reflexo da adição ao lucro real do resultado dessas operações.

(b) Ramo de seguros e de previdência privada incluindo Unibanco AIG Seguros S.A., Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A., Unibanco AIG Vida e Previdência S.A. e Unibanco AIG Warranty S.A.:

Balanço patrimonial combinado	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**8.291.777**	**7.855.314**
Disponibilidades	10.510	74.977
Aplicações de títulos e valores mobiliários	6.579.608	6.469.869
Créditos de operações com seguros e resseguros	913.869	692.374
Outros créditos e outros valores e bens	787.790	618.094
Permanente	**342.554**	**214.435**
Total	**8.634.331**	**8.069.749**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**7.234.666**	**6.704.457**
Empréstimos e repasses	6.497	6.214
Provisões técnicas de seguros	1.360.673	1.155.426
Provisões técnicas de previdência privada	4.848.621	4.724.191
Débitos de operações com seguros e resseguros	424.201	279.719
Outras obrigações	594.674	538.907
Resultados de exercícios futuros	**79.579**	**94.259**
Participação minoritária	**7.166**	**7.076**
Patrimônio líquido	**1.312.920**	**1.263.957**
Total	**8.634.331**	**8.069.749**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração combinada do resultado	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Prêmios retidos	773.132	1.690.340	822.793	1.587.551
Provisão para perdas com créditos	(100)	526	378	(313)
Variação de provisões técnicas de seguros	(199.751)	(528.047)	(259.225)	(508.575)
Sinistros retidos	(239.005)	(462.808)	(249.926)	(470.134)
Despesas de comercialização	(60.242)	(128.912)	(78.899)	(149.184)
Variações das provisões técnicas–previdência	(170.971)	(356.003)	(105.283)	(255.563)
Outras receitas operacionais	23.263	33.533	8.889	13.163
Outras despesas operacionais	(71.616)	(125.795)	(57.564)	(105.299)
Despesas de pessoal	(39.892)	(71.960)	(25.506)	(54.434)
Despesas administrativas	(27.018)	(64.423)	(39.637)	(75.075)
Despesas tributárias	(24.082)	(49.650)	(11.305)	(27.171)
Receitas financeiras	237.360	461.801	192.775	387.667
Despesas financeiras	(146.449)	(291.738)	(155.034)	(242.427)
Receitas de prestação de serviços	48.224	87.376	27.462	51.330
Resultado não-operacional	6.943	11.580	5.701	9.619
Imposto de renda e contribuição social	(22.520)	(39.781)	1.958	(15.395)
Participações no lucro	(6.726)	(11.827)	(4.906)	(8.000)
Participações dos acionistas minoritários	(86)	(785)	-	-
Resultado extraordinário	503	503	-	-
Lucro líquido do período	**80.967**	**153.930**	**72.671**	**137.760**

(c) Ramo de cartão de crédito, inclusive as controladas em conjunto com outras instituições e incluem: Unicard Banco Múltiplo S.A. (100%), Redecard S.A. (31,943%), Hipercard Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (100%) e Hipercard Banco Múltiplo S.A. (100%):

Balanço patrimonial combinado	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**4.991.601**	**4.630.484**
Disponibilidades	4.591	5.690
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.686	10.082
Títulos e valores mobiliários	577.410	606.888
Relações interfinanceiras e interdependências	3.504	3.600
Operações de crédito	2.294.689	2.109.162
Créditos tributários e impostos a compensar	672.816	588.870
Outros créditos e outros valores e bens	1.431.905	1.306.192
Permanente	**556.930**	**319.100**
Total	**5.548.531**	**4.949.584**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**4.492.220**	**3.983.846**
Depósitos	1.358.624	1.169.057
Empréstimos e repasses	145.295	138.989
Recursos de emissão de títulos	242.248	269.345
Relações interfinanceiras e interdependências	102	221
Instrumentos financeiros derivativos	116.795	73.965
Outras obrigações	2.629.156	2.332.269
Participação minoritária	**296.005**	**61.106**
Patrimônio líquido	**760.306**	**904.632**
Total	**5.548.531**	**4.949.584**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração combinada do resultado	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Receitas da intermediação financeira	284.314	568.624	497.798	707.553
Despesas da intermediação financeira	(33.316)	(89.284)	(101.299)	(140.519)
Provisão para perdas com créditos	(73.112)	(130.821)	(133.684)	(179.411)
Receitas de prestação de serviços	139.864	273.723	336.911	425.809
Despesas de pessoal e administrativas	(137.818)	(244.202)	(249.874)	(316.825)
Despesas de comercialização	(51.165)	(99.813)	(124.623)	(152.376)
Despesas tributárias	(88.074)	(117.029)	(98.551)	(114.883)
Outras receitas (despesas) operacionais	(230.034)	(314.632)	(21.591)	(41.875)
Resultado não-operacional	1.829	1.802	(2.106)	(2.418)
Imposto de renda e contribuição social	65.599	58.702	(35.811)	(61.039)
Participações no lucro	(3.828)	(4.072)	(8.254)	(12.480)
Participações minoritárias	(4.888)	(8.778)	-	-
Lucro líquido do período (prejuízo)	**(130.629)**	**(105.780)**	**58.916**	**111.536**
Provisões constituídas (nota 12(b(1))	**171.671**	**171.671**	**-**	**-**
Lucro líquido do semestre	**41.042**	**65.891**	**58.916**	**111.536**

(d) Empresas que operam em crédito direto ao consumidor contemplam Banco Fininvest S.A. (100%), Fininvest – Negócios de Varejo Ltda. (100%), Microinvest S.A. – Sociedade de Crédito a Microempreendedor (100%), Wale S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (100%), Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (50%), Banco Investcred Unibanco S.A. (50%) e Ponto Frio Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (50%):

Balanço patrimonial combinado	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**3.634.416**	**3.357.021**
Disponibilidades	3.286	6.702
Aplicações interfinanceiras de liquidez	31.872	4.129
Títulos e valores mobiliários	523.014	442.957
Relações interfinanceiras e interdependências	41.227	17.830
Operações de crédito	2.452.679	2.301.649
Outros créditos e outros valores e bens	582.338	583.754
Permanente	**164.824**	**200.838**
Total	**3.799.240**	**3.557.859**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**3.020.303**	**2.834.554**
Depósitos	2.217.811	2.021.251
Relações interfinanceiras e interdependências	31.913	13.981
Empréstimos	163	68
Instrumentos financeiros derivativos	995	925
Outras obrigações	769.421	798.329
Patrimônio líquido	**778.937**	**723.305**
Total	**3.799.240**	**3.557.859**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração combinada do resultado	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Receitas da intermediação financeira	491.102	913.436	351.379	655.730
Despesas da intermediação financeira	(96.205)	(163.829)	(43.909)	(85.142)
Provisão para perdas com créditos	(162.817)	(287.533)	(118.026)	(213.949)
Receitas de prestação de serviços	87.743	168.689	69.018	126.608
Despesas de pessoal e administrativas	(180.316)	(350.892)	(144.069)	(267.654)
Despesas de comercialização	(20.341)	(36.332)	(3.219)	(7.367)
Outras receitas (despesas) operacionais	(14.598)	(38.678)	(23.310)	(33.120)
Despesas tributárias	(37.140)	(73.224)	(22.316)	(42.662)
Resultado não-operacional	(107)	487	707	11
Imposto de renda e contribuição social	(7.486)	(13.957)	(11.084)	(21.545)
Participações no lucro	(3.474)	(6.478)	(4.509)	(8.810)
Participações dos acionistas minoritários	307	1.740	-	-
Lucro líquido do período	**56.668**	**113.429**	**50.662**	**102.100**

23. Outras Informações

(a) Os bens arrendados a terceiros, no montante de R$1.089.559 (31 de março de 2005 – R$1.028.117), líquido de depreciação, estão compromissados para venda aos arrendatários, à opção destes, no término dos correspondentes contratos de arrendamento por R$578.071 (31 de março de 2005 – R$533.567), e o valor residual recebido antecipadamente desses arrendatários monta a R$406.645 (31 de março de 2005 – R$386.658), classificado como conta redutora de arrendamentos a receber. As operações de arrendamento mercantil, tendo por objeto bens de terceiros, não são relevantes.

(b) É política do Unibanco e de suas controladas manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. Em 30 de junho de 2005, a cobertura de seguros sobre imóveis e outros bens de uso montava a R$1.178.651 (31 de março de 2005 – R$1.167.498) no Consolidado.

24. Eventos Subseqüentes

(a) Em reunião de 19 de julho de 2005, o Conselho de Administração aprovou: (i) cancelamento de 12.970.890 ações preferenciais da Sociedade que se encontram em tesouraria, sem redução do valor do capital social, mediante utilização de R$ 68.169.685,82; consignados nas Reservas de Capital da Sociedade; (ii) abertura de prazo de 30 dias, iniciando-se nesta data e encerrando-se em 18 de agosto de 2005, para que os acionistas detentores de ações ordinárias possam, mediante rateio, converter suas ações ordinárias em ações preferenciais, à razão de 1:1, respeitando o limite máximo de 2/3 de ações preferenciais em relação ao total das ações emitidas

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) O Unibanco e a Unibanco Holdings anunciaram acordo com a Caixa Geral de Depósitos S.A para protocolizar pedido de registro, no Brasil e nos Estados Unidos da América, de Oferta Pública Global de participação acionária detida no Unibanco e na Unibanco Holdings pela Caixa Brasil SGPS, S.A. Referidos pedidos de registro foram protocolizados durante o mês de julho de 2005 e encontram-se sob análise das respectivas comissões de valores mobiliários.

(c) Em 29 de julho de 2005, o Unibanco concluiu a captação de Bônus Perpétuos, através de sua agência em Grand Cayman, no montante de US$ 500 milhões com juros de 8,7% ao ano a serem pagos trimestralmente. Os títulos não têm data de vencimento ou de resgate obrigatório mas poderão, a critério do Unibanco e mediante autorização do Banco Central do Brasil, ser resgatados em sua totalidade em 29 de julho de 2010 ou em qualquer data de pagamento de juros subseqüente.

(d) Através de Ofício emitido em 8 de agosto de 2005 a Comissão de Valores Mobiliários – CVM autorizou a atualização da data base na qual os portadores de ações preferenciais podem permutá-las por Units. A nova data base será 19 de agosto de 2005. Vide nota explicativa 15 (f).

01475-3 UNIBANCO HOLDING S.A. 00.022.034/0001-87

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Vide comentário do desempenho consolidado.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2005	4 - 31/03/2005
1	Ativo Total	82.995.129	82.109.365
1.01	Ativo Circulante	59.739.431	59.134.777
1.01.01	Disponibilidades	24.768.100	25.144.573
1.01.01.01	Depósitos bancários	1.080.602	1.928.995
1.01.01.02	Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.545.561	10.372.012
1.01.01.03	Tít. val. mob e instr.financ derivativos	11.141.937	12.843.566
1.01.02	Créditos	28.636.669	27.831.464
1.01.02.01	Operações de crédito	21.818.812	20.925.213
1.01.02.02	Prov. p/perdas em operações de crédito	(1.327.798)	(1.305.328)
1.01.02.03	Operações de arrendamento mercantil	392.686	361.107
1.01.02.04	Prov. p/perdas em oper. arrend.mercantil	(7.268)	(6.078)
1.01.02.05	Outros créditos	7.814.231	7.888.175
1.01.02.06	Provisão p/perdas em outros créditos	(53.994)	(31.625)
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	6.334.662	6.158.740
1.01.04.01	Relações interfinanceiras	5.682.016	5.602.026
1.01.04.02	Relações interdependências	25.891	43.754
1.01.04.03	Outros valores e bens	626.755	512.960
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.516.612	20.314.646
1.02.01	Créditos Diversos	20.350.210	20.157.027
1.02.01.01	Aplicações interfinanceiras de liquidez	189.422	186.245
1.02.01.02	Tít. val mob e instr financ derivativos	5.720.494	5.725.691
1.02.01.04	Operações de crédito	9.084.966	8.692.230
1.02.01.05	Prov. p/perdas em operações de crédito	(330.040)	(326.117)
1.02.01.06	Operações de arrendamento mercantil	322.053	309.605
1.02.01.07	Prov.p/perdas em oper.arrend.mercantil	(6.720)	(5.295)
1.02.01.08	Outros créditos	5.383.630	5.585.130
1.02.01.09	Prov.p/perdas em outros créditos	(13.595)	(10.462)
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	166.402	157.619
1.02.03.01	Relações interfinanceiras	47.680	46.478
1.02.03.02	Outros valores e bens	118.722	111.141
1.03	Ativo Permanente	2.739.086	2.659.942
1.03.01	Investimentos	1.235.148	1.100.797
1.03.01.01	Participações em Coligadas	204.436	57.070
1.03.01.01.01	-No país	204.436	57.070
1.03.01.01.02	-No exterior	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2005	4 -31/03/2005
1.03.01.03	Outros Investimentos	1.030.712	1.043.727
1.03.01.03.01	Ágio na aquisição empresas controladas	869.955	875.066
1.03.01.03.02	Outros	223.577	231.507
1.03.01.03.03	Provisão para perdas	(62.820)	(62.846)
1.03.02	Imobilizado	816.448	845.594
1.03.03	Diferido	687.490	713.551

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2005	4 - 31/03/2005
2	Passivo Total	82.995.129	82.109.365
2.01	Passivo Circulante	45.864.212	46.140.876
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	45.864.212	46.140.876
2.01.08.01	Depósitos	20.786.383	22.374.712
2.01.08.02	Captações no mercado aberto	6.469.686	5.560.644
2.01.08.03	Recursos de aceites e emissão de títulos	1.000.874	916.456
2.01.08.04	Relações interfinanceiras	684.378	532.450
2.01.08.05	Relações interdependências	333.092	252.822
2.01.08.06	Obrigações por empréstimos no país	131.611	134.548
2.01.08.07	Obrigações por empréstimos no exterior	2.280.652	1.952.629
2.01.08.08	Obrigações por repasses do país	1.761.785	1.624.207
2.01.08.09	Obrigações por repasses do exterior	43.778	42.825
2.01.08.10	Instrumentos financeiros derivativos	279.589	256.581
2.01.08.11	Outras obrigações	12.092.384	12.493.002
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	27.666.857	26.690.793
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	27.666.857	26.690.793
2.02.05.01	Depósitos	14.011.371	12.542.924
2.02.05.02	Recursos de aceites e emissão de títulos	482.302	672.303
2.02.05.04	Obrigações por empréstimos no país	7.258	6.961
2.02.05.05	Obrigações por empréstimos no exterior	270.381	535.683
2.02.05.06	Obrigações por repasses do país	3.625.269	3.554.407
2.02.05.07	Obrigações por repasse do exterior	113.513	198.402
2.02.05.08	Instrumentos financeiros derivativos	221.395	46.983
2.02.05.09	Outras obrigações	8.935.368	9.133.130
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	110.695	135.401
2.04	Participações Minoritárias	4.204.777	4.171.599
2.05	Patrimônio Líquido	5.148.588	4.970.696
2.05.01	Capital Social Realizado	1.863.450	1.863.450
2.05.01.01	Capital social	1.863.450	1.863.450
2.05.02	Reservas de Capital	413.729	413.729

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2005	4 -31/03/2005
2.05.03	Reservas de Reavaliação	3.337	4.400
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	3.337	4.400
2.05.04	Reservas de Lucro	2.560.213	2.541.816
2.05.04.01	Legal	200.570	200.570
2.05.04.02	Estatutária	36.603	36.603
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	2.419.048	2.419.048
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	(96.008)	(114.405)
2.05.04.07.01	(-) Ações em tesouraria	(68.170)	(68.122)
2.05.04.07.02	Aj.Vlr.Merc-TVM e Instr.Financ.Derivativ	(27.838)	(46.283)
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	307.859	147.301

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.580.656	7.186.340	3.205.052	6.074.270
3.01.01	Operações de crédito	1.992.930	4.213.814	2.078.973	3.879.490
3.01.02	Operações de arrend.mercantil	30.906	64.933	29.969	54.290
3.01.03	Resultado de títulos e vals.mobiliários	797.369	1.707.951	893.466	1.623.642
3.01.04	Resultado financeiro de seg, prev e cap	257.029	500.102	205.675	413.600
3.01.05	Resultado com instr.financ.derivativos	353.837	420.288	(101.113)	(85.832)
3.01.06	Aplicações compulsórias	148.585	279.252	98.082	189.080
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.898.349)	(4.014.194)	(2.184.427)	(3.882.713)
3.02.01	Captações no mercado	(1.255.397)	(2.707.975)	(1.444.856)	(2.555.362)
3.02.02	Atual. e juros de prov.téc.seg prev. cap	(155.611)	(308.954)	(160.040)	(252.132)
3.02.03	Empréstimos e repasses	151.088	(55.260)	(381.050)	(580.866)
3.02.04	Resultado de câmbio	(203.138)	(196.697)	118.266	135.086
3.02.05	Provisão para perdas com créditos	(435.291)	(745.308)	(316.747)	(629.439)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.682.307	3.172.146	1.020.625	2.191.557
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	1.682.307	3.172.146	1.020.625	2.191.557
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(1.011.753)	(1.801.795)	(631.034)	(1.341.017)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	0	0	0	0
3.06.03.01	Receitas Financeiras	0	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	0	0	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.841.958	3.662.095	1.905.812	3.536.538
3.06.04.01	Receitas de prestação de serviços	793.781	1.559.819	820.095	1.560.662
3.06.04.02	Premios segs., capitaliz. e prev.priv.	879.266	1.874.289	901.635	1.735.514
3.06.04.03	Outras receitas operacionais	168.911	227.987	184.082	240.362
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(2.869.776)	(5.478.777)	(2.535.764)	(4.882.534)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
3.06.05.01	Var.prov.téc.de segs.,cap.e prev.priv.	(269.792)	(654.640)	(309.790)	(603.430)
3.06.05.02	Sinistros	(239.005)	(462.808)	(249.926)	(470.134)
3.06.05.03	Desps.c/benef.planos de prev.privada	(170.971)	(356.003)	(105.283)	(255.563)
3.06.05.04	Desps.comerc.outras de segs.prev.priv.	(48.477)	(106.539)	(69.438)	(130.470)
3.06.05.05	Desps.comerc.cartão de crédito	(71.859)	(137.751)	(86.931)	(156.994)
3.06.05.06	Despesas de pessoal	(466.800)	(913.166)	(484.127)	(943.150)
3.06.05.07	Outras desps. administrativas	(764.691)	(1.505.287)	(758.131)	(1.442.352)
3.06.05.08	Despesas tributárias	(272.585)	(515.414)	(182.297)	(346.890)
3.06.05.09	Outras despesas operacionais	(565.596)	(827.169)	(289.841)	(533.551)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	16.065	14.887	(1.082)	4.979
3.07	Resultado Operacional	670.554	1.370.351	389.591	850.540
3.08	Resultado Não Operacional	16.573	9.667	18.496	6.319
3.08.01	Receitas	24.933	35.364	32.332	40.962
3.08.02	Despesas	(8.360)	(25.697)	(13.836)	(34.643)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	687.127	1.380.018	408.087	856.859
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(174.272)	(336.759)	(96.209)	(183.104)
3.10.01	Provisão para imposto de renda	(127.513)	(242.565)	(70.560)	(135.651)
3.10.02	Provisão para contribuição social	(46.759)	(94.194)	(25.649)	(47.453)
3.11	IR Diferido	39.215	31.115	70.215	78.505
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(84.184)	(184.852)	(56.843)	(125.732)
3.12.01	Participações	(84.184)	(184.852)	(56.843)	(125.732)
3.12.01.01	Administradores	(1.294)	(2.562)	(1.326)	(2.510)
3.12.01.02	Empregados	(82.890)	(182.290)	(55.517)	(123.222)
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Participações Minoritárias	(218.931)	(418.181)	(162.791)	(309.380)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	248.955	471.341	162.459	317.148

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	830.333.872	830.333.872	82.990.874.272	82.990.874.272
	LUCRO POR AÇÃO	0,29983	0,56765	0,00196	0,00382
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Economia Brasileira

O primeiro semestre de 2005 foi marcado pela continuidade da elevação da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central, que passou de 17,75% a.a. ao final de 2004 para 19,75% a.a. na reunião de maio de 2005. O IPCA acumulado no primeiro semestre ficou em 3,2% contra 3,5% no mesmo período do ano anterior. Entre janeiro e junho, a produção industrial acumulou uma expansão de 5,6% com relação ao mesmo período do ano anterior. As contas públicas mantiveram o superávit primário, acumulando no decorrer do primeiro semestre o equivalente a 6,4% do PIB.

O Real apresentou valorização em relação ao dólar de 11,5% no semestre. O saldo comercial permaneceu forte, acumulando de janeiro a junho superávit de US$ 19,7 bilhões. No mesmo período do ano passado, este saldo positivo havia sido de US$ 15,1 bilhões. Em termos de percepção de risco soberano, houve uma marginal deterioração, com o índice EMBI Brasil encerrando o primeiro semestre em 411 b.p., uma elevação de 28 b.p. em relação ao final de 2004.

Comentário de Desempenho

O lucro líquido da Unibanco Holdings no primeiro semestre de 2005 foi de R$471 milhões, valor 48,6% superior ao do mesmo período do ano anterior. O lucro operacional totalizou R$483 milhões, 49,0% superior ao do primeiro semestre de 2004.

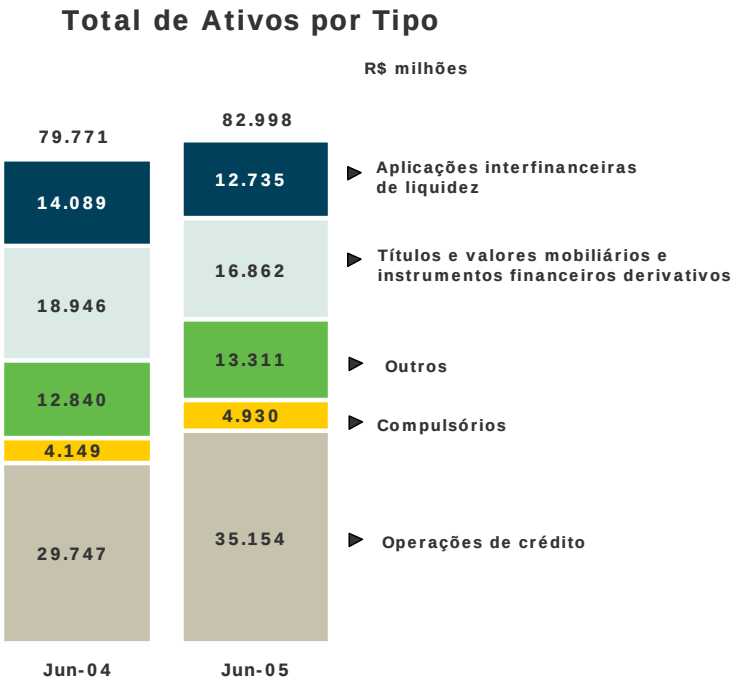
No primeiro semestre de 2005, a Unibanco Holdings pagou juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda, no montante de R$136,2 milhões. Este valor representa crescimento de 35,0% em relação ao valor do primeiro semestre de 2004. Cumpre destacar que, a partir do primeiro trimestre de 2005, a Holdings adotou o pagamento de juros sobre capital próprio em bases trimestrais.

O patrimônio líquido montou a R$5.148 milhões em junho de 2005, apresentando um crescimento de 12,4% quando comparado ao saldo de junho de 2004.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Ativos e Passivos

Os ativos totais consolidados do Unibanco atingiram R$82.995 milhões em 30 de junho de 2005, representando um aumento de 1,1% quando comparados com junho de 2004, impactados pelo crescimento das operações de crédito e pela redução na carteira de títulos, devido a venda e vencimento de títulos e valores mobiliários.



Em 30 de junho de 2005, a carteira de títulos do Unibanco atingiu R$15.980 milhões, dos quais 50% eram classificados como títulos para negociação, 23% como disponíveis para venda e 27% como mantidos até o vencimento. Os títulos mantidos até o vencimento são aqueles para os quais há intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, tendo como parâmetros os vencimentos, as taxas de juros (*spread* positivo) e as moedas de suas operações passivas.

As operações de crédito atingiram o montante de R$35.154 milhões ao final do semestre, com crescimento de 17,0% sobre o saldo de R$30.045 milhões do final do primeiro semestre de 2004 (conceito risco total, que inclui responsabilidade por financiamento a titulares de cartão de crédito). Vale mencionar que, no primeiro semestre de 2004, a carteira de crédito da Credicard está consolidada. Para melhor comparabilidade, ao se eliminar do saldo de junho de 2004 o montante da Credicard e incluir os créditos parcelados da Unicard e Fininvest, verifica-se um crescimento de 21,0% em 12 meses.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Da carteira de crédito em 30 de junho de 2005, 92,8% estava classificada, de acordo com os parâmetros da resolução 2.682, entre AA e C – os níveis de menor risco. Na mesma data, o saldo das provisões para perdas com créditos totalizava R$1.739 milhões, representando 4,9% da carteira, enquanto que o saldo classificado entre E e H representava 4,3% da carteira. Assim, o índice de cobertura dos créditos E-H por provisões é de 115,0%. Das provisões, R$412 milhões têm por base percentuais mais prudentes do que os exigidos pela regulamentação.

A captação global do Unibanco, em 30 de junho de 2005, atingiu R$100 bilhões, incluindo R$35.119 milhões em fundos de investimento e carteiras administradas. Os *core-deposits* (captações estáveis e de menor custo para o banco) apresentaram crescimento de 23,6% em 12 meses, influenciados pelo saldo do SuperPoupe, produto lançado em 2004 e que apresentava saldo de R$2.350 milhões ao final de junho de 2005.

O índice de Basiléia do Unibanco ficou em 16,1% em 30 de junho de 2005, acima do limite mínimo de 11% exigido pelo Banco Central. Considerando a emissão de bônus perpétuos, concluída no final do mês de julho, o índice subirá para aproximadamente 18%.

Áreas de Negócios

Varejo

Os negócios de varejo atendem a cerca de 19,3 milhões de clientes no Unibanco. O banco múltiplo é voltado para pessoas físicas, pequenas e médias empresas; a Unicard e a Hipercard são negócios de cartões de crédito; a Fininvest, Pontocred e LuizaCred constituem as empresas com foco no financiamento do crédito ao consumo; e a Unibanco Financeira é orientada ao financiamento de veículos leves e pesados.

O total das operações de crédito para pessoa física atingiu R$13.359 milhões em 30 de junho de 2005. Deste valor, R$2.571 milhões eram constituídos por empréstimos das financeiras de crédito ao consumidor, R$2.881 milhões por empréstimos das empresas de cartão de crédito e R$7.907 milhões eram empréstimos do banco múltiplo e demais empresas. Os segmentos de micro, pequenas e médias empresas foram reestruturados em 2004 e o Varejo passou a coordenar as atividades relacionadas às empresas com faturamento até R$150 milhões/ano. A carteira de crédito deste segmento montava a R$6.414 milhões ao final do semestre.

O Unibanco e suas subsidiárias e afiliadas Fininvest, LuizaCred, PontoCred e Tecban (Banco 24 Horas) encerraram o mês de junho de 2005 com 16.923 pontos de distribuição, sendo: 1.270 agências e postos de atendimento bancário (PABs); 258 lojas próprias Fininvest; 12.117 pontos-de-venda da Fininvest; 335 pontos-de-venda da LuizaCred; 340 pontos-de-venda da PontoCred; e 2.603 pontos de atendimento do Banco 24 Horas.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Empresas de Financiamento ao Consumo

Parte da estrutura do varejo, as Empresas de Financiamento ao Consumo são responsáveis pela participação nos segmentos de cartão de crédito e crédito pessoal. No segmento de cartão de crédito, o Unibanco atua por meio das empresas Unicard, Hipercard e Redecard. No segmento de financeiras de crédito ao consumidor, o banco atua via Fininvest, PontoCred (em sociedade com a Globex, controladora da rede varejista Ponto Frio), LuizaCred (em sociedade com a rede varejista Magazine Luiza) e Sonaecred (em sociedade com a rede Sonae Distribuição Brasil).

A Unicard Banco Múltiplo S.A. fechou o semestre com 1,5 milhões de novos cartões emitidos. Novas parcerias em *co-branded* foram desenvolvidas, consolidando sua posição neste mercado. A carteira de crédito da companhia encerrou o semestre com saldo de R$1.756 milhões.

A Hipercard, negócio de cartões de crédito originado da rede de supermercados Bompreço e adquirido pelo Unibanco em março de 2004, totalizava ao final do semestre uma carteira de crédito de R$1.125 milhões. A empresa está presente no Nordeste, Sul e Sudeste do país, e exerce as funções de adquirente, emissora e processadora de seus cartões de crédito. No semestre, iniciou novo posicionamento mercadológico, com mudança da marca e reforço da oferta ao público-alvo.

No primeiro semestre de 2005, a Fininvest contribuiu com resultado de equivalência patrimonial no montante de R$99 milhões, registrando crescimento de 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. A empresa fechou o semestre com uma carteira de crédito de R$1.957 milhões, 258 lojas próprias e mais de 12 mil pontos-de-venda. No período foram celebradas 32 novas parcerias no segmento *private label*.

Atacado

Valendo-se de estratégia de cobertura regional e conhecimento setorial, voltada para o relacionamento de longo prazo, o Atacado atende empresas com faturamento acima de R$150 milhões e investidores institucionais. Tem consistentemente ocupado posições de destaque em fusões e aquisições, *project finance* e nos mercados de renda fixa e renda variável.

No primeiro semestre de 2005, o Unibanco:

- Liberou o montante de R$1,1 bilhões como agente financeiro do BNDES, sendo R$708 milhões apenas no segundo trimestre, alcançando a 3ª posição no ranking do BNDES e participação de mercado de 9,61%.

- Ocupou a 2º posição no ranking na modalidade BNDES-exim, com liberações de R$602 milhões e participação de mercado de 21,7%.

- Obteve posição de destaque no mercado de renda fixa participando como coordenador de oito emissões de debêntures (Cadip, Ampla, Sabesp, Votorantim Finanças, Tractebel, Coelba, Telemar, Vicunha Siderurgia, Eletropaulo e Copel), que totalizaram um volume de R$6,7 bilhões. De acordo com o ranking da Anbid, o Unibanco ocupa o 3º lugar em originação e em distribuição de debêntures.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- Posicionou-se como o segundo banco mais ativo na Cetip, no mercado de Derivativos, com posições na carteira no montante de R$2,34 bilhões, fortalecendo sua posição entre os bancos mais ativos em operações de *swap*.

- Obteve saldo de financiamento ao comércio exterior proveniente de operações de importação, exportação e garantias internacionais de US$ 1,8 bilhão, apresentando crescimento de 18% quando comparado com o segundo semestre de 2004.

- Em estruturação de projetos destacamos uma emissão de debêntures privadas conversíveis em ações no valor de R$255 milhões pelo prazo de 11 anos para construção do complexo hidroelétrico Fundão e Santa Clara de 250 MW de potência instalada para Elejor (controlada pela Copel).

- Atuou como coordenador líder na distribuição pública secundária de 45,9 milhões de Units do Unibanco, pertencentes ao Commerzbank e BNL, no montante total de R$718 milhões e coordenador contratado na oferta de Units da ALL no montante total de aproximadamente R$573 milhões.

- Assessorou a Embraer na aquisição da Ogma S/A, oficina de manutenção e reparos controlada pelo governo português.

- Estruturou uma operação de *Revolving Credit Facility* no valor de US$ 100 milhões para a Odebrecht Overseas Ltd, na qual o Unibanco foi um dos Coordenadores Líderes e Agente Administrativo. Também foi concluída a operação *Import Note Facility* sindicalizada no valor de US$125 milhões da Braskem, onde atuamos como *Joint Arranger*.

Seguros e Previdência Privada

Os negócios de seguros e previdência privada apresentaram resultado líquido de R$160 milhões no primeiro semestre de 2005, com crescimento de 8,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O faturamento consolidado de seguros e previdência privada no primeiro semestre de 2005 totalizou R$2.211 milhões.

As empresas de seguros e previdência do Unibanco ocupam o 4º lugar no ranking consolidado do mercado de seguros e de previdência complementar divulgado pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, pela ANAPP - Associação Nacional de Previdência Privada e pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, com 8,1% de participação (maio/05). A empresa manteve a liderança nos segmentos relativos a riscos patrimoniais, aeronáutico, responsabilidade civil de dirigentes, transporte internacional, além de produtos de garantia estendida, de acordo com os mais recentes dados do setor, divulgados pela SUSEP (maio/05).

As reservas técnicas consolidadas de seguros e previdência atingiram R$6.272 milhões ao final do semestre, com crescimento de 29,4% em relação ao primeiro semestre de 2004.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Seguros

Os prêmios emitidos líquidos de seguros totalizaram R$1.557 milhões no primeiro semestre de 2005, 13,0% acima do primeiro semestre de 2004.

O índice combinado *(combined ratio)*, que mede a eficiência operacional das empresas de seguros, no primeiro semestre de 2005 foi de 99,2%. O mesmo índice, no conceito ampliado, que inclui a receita financeira, foi de 85,7%.

Previdência Privada

A Unibanco AIG Previdência apresentou resultado líquido de R$37 milhões no primeiro semestre de 2005. O faturamento do período foi de R$654 milhões.

As reservas técnicas da empresa totalizaram R$4.849 milhões ao final do primeiro semestre de 2005, ante R$3.770 milhões em junho de 2004.

Gestão de Patrimônios

A subsidiária Unibanco Asset Management – UAM encerrou o primeiro semestre de 2005 com ativos sob gestão e administração no valor de R$35.119 milhões, o que representa um crescimento de 15,1% em 12 meses.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Unibanco Asset Management recebeu o Top Gestão de Renda Variável, prêmio criado com exclusividade no Brasil para Valor Investe pela Standard & Poor's e publicado pelo jornal Valor Econômico. Este prêmio é atribuído aos gestores de recursos de terceiros que apresentam, na média, a melhor consistência de resultados em relação aos de seus pares. A escolha combina critérios qualitativos e quantitativos num horizonte de tempo de três anos.

A Standard & Poor's Ratings Services reafirmou em 20 de julho de 2005 a classificação 'AMP1' (Muito Forte) atribuída às práticas de administração de recursos de terceiros (AMP/Asset Management Practices) da Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A.

Segundo o Ranking Global da ANBID, os recursos sob gestão do Private Bank em junho de 2005 apresentaram um crescimento de 21,4% em relação a dezembro de 2004. O Private Bank ocupa a 2ª posição, com 10,2% de participação em junho de 2005.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Unibanco Pessoas

Com um quadro de 26.999 profissionais, o Unibanco investiu no primeiro semestre de 2005 cerca de R$11,0 milhões em diversas ações de treinamento e desenvolvimento, incluindo os programas de MBA no Brasil e no exterior, e os cursos "Atendendo com Excelência" e "Gestão de Pessoas".

O programa Atendendo com Excelência tem como objetivo aprimorar as práticas de atendimento aos clientes da Rede de Agências e PABs. Até junho de 2005, 5.429 colaboradores foram treinados. O objetivo deste programa é treinar toda a rede de atendimento aos clientes até outubro de 2005, alinhando cada vez mais ao novo posicionamento e proposta de atuação do Unibanco.

Em fevereiro de 2005 o Unibanco iniciou o Módulo III do Programa Gestão de Pessoas, parte do processo de desenvolvimento contínuo das lideranças. Seu principal objetivo é trabalhar os fatores críticos de sucesso e mobilizar as equipes em direção às estratégias definidas.

Instituída no primeiro trimestre do ano, a Comissão de Conciliação Extrajudicial, tem como objetivo reduzir o número de processos trabalhistas e conseqüentemente seus passivos. Assim, os colaboradores desligados têm a oportunidade de se comunicarem diretamente com a Organização e representantes de entidades sindicais. Até junho de 2005, foram firmados aproximadamente 100 acordos com sindicatos em várias regiões do país.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em linha com as melhores práticas internacionais, o Unibanco possui uma estrutura de gestão de riscos integrada e independente, que se reporta à Vice-Presidência responsável pelos departamentos Jurídico, Auditoria, Riscos e Relações Institucionais.

Nesse contexto, o gerenciamento do risco de mercado e liquidez é efetuado através do monitoramento diário dos níveis de exposição frente aos limites estabelecidos, valendo-se de instrumentos como o VaR, análise de sensibilidade e *stress testing*.

O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

O gerenciamento de riscos operacionais é efetuado por meio da utilização de ferramentas de auto-avaliação, monitoração de processos e serviços e mensuração quantitativa de perdas operacionais, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida no que se refere à importância da monitoração e mitigação dos riscos operacionais.

Por meio de uma metodologia proprietária de cálculo e alocação de capital econômico, a área consolida riscos e contribui para a otimização da relação risco/retorno do Unibanco.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Governança Corporativa

As boas práticas de governança corporativa sempre estiveram presentes no dia-a-dia dos negócios do Unibanco. Desde 2001, o Unibanco integra o Nível 1 da Bovespa, atendendo a requisitos básicos de transparência e respeito ao mercado. Apoiado em uma administração profissional, o banco conta com processos claros e definidos de gestão, que garantem imparcialidade no processo de tomada de decisões, rapidez na implementação de iniciativas e estratégias e capacidade para reagir com agilidade a mudanças de cenário.

Intenção de Oferta Pública Global de Units e GDSs

Em 15 de julho, o Unibanco e a Unibanco Holdings protocolizaram pedido de registro, no Brasil e nos Estados Unidos, de Oferta Pública Global da participação acionária detida no Unibanco e na Unibanco Holdings pela Caixa Geral de Depósitos (CGD). A Oferta Pública Global será na forma de Units (Bovespa:UBBR11) e Global Depositary Shares - GDS (NYSE:UBB).

Após a Oferta Pública Global, o Unibanco e a CGD manterão o atual relacionamento comercial, visando preferências mútuas nas operações entre Brasil e Portugal.

Ações do Unibanco

A Unit faz parte dos seguintes índices da Bovespa (pesos em 9 de agosto):

- Ibovespa, com peso de 1,061%
- IBrX-50, com peso de 2,999%
- IBrX-100, com peso de 2,661%
- IGC, com peso de 4,628%

Negociação das Ações

Na Bovespa, o volume médio diário de negociação de Units de emissão do Unibanco e da Unibanco Holdings no primeiro semestre de 2005 foi de R$18,1 milhões, volume 361% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. O volume médio diário de GDS do Unibanco e da Unibanco Holdings negociado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) superou US$ 18 milhões no mesmo período.

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Responsabilidade Social

Instituto Unibanco

O 1º semestre de 2005 foi para o Instituto Unibanco um período de grandes conquistas e avanços, com a renovação de parcerias para a execução dos seguintes projetos: Das Ruas para Empresas (Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro e ONG Life), Espaço do Artesão (Prefeitura do Rio de Janeiro e ONG Aplauso Rio), Capacitação Cidadã (Associação Carpe Diem), Capacitação Básica de Cuidadores de Idosos (SEADS), Alfabetização Solidária (com ONG do mesmo nome), Estúdio Aprendiz (com a ONG CIPO), Se Liga e Acelera (EDH - Lide) e Programa de Preparação Para o Trabalho (Capacitação Solidária). Todos os projetos são de cunho educativo e atendem a jovens de baixa renda, visando sua educação e inclusão na sociedade.

Além dos projetos já listados, que atenderão centenas de pessoas, o Instituto Unibanco se destacou nesse semestre por algumas ações pontuais, tendo como principal exemplo a arrecadação de fundos realizada entre colaboradores, clientes, parceiros e fornecedores do Unibanco em apoio às crianças órfãs do Sri Lanka, após a tragédia do tsunami, que assolou o litoral do continente asiático em dezembro de 2004.

Neste período, destacam-se, ainda, o crescimento do projeto próprio do Instituto Unibanco, o Centro de Estudos, onde são desenvolvidas diversas oficinas e atividades que atendem aos jovens do Distrito Raposo Tavares; além do sucesso do Programa Junior Achievement, que chega ao quarto ano de parceria atendendo cerca de 4.500 alunos do ensino público de todo o Brasil e mobilizando 400 voluntários do Unibanco em atividades educativas realizadas dentro das escolas.

Instituto Moreira Salles

Criado em 1990, o Instituto Moreira Salles é uma entidade civil sem fins lucrativos que se dedica à difusão da cultura brasileira, sobretudo, à preservação de sua memória, desenvolvendo projetos próprios, nas áreas de fotografia, literatura, cinema, música e artes plásticas.

Os principais destaques do Instituto Moreira Salles no primeiro semestre de 2005 foram:

- Mais de 33 mil visitantes estiveram presentes nas 18 exposições apresentadas no período.
- 8.473 estudantes participaram de 184 visitas monitoradas às exposições.
- 52 atividades de arte-educação, sessões de cinema e teatro foram desenvolvidas pelo IMS para crianças e adolescentes.
- Mais de 1,5 milhão de pessoas compareceram às sessões de cinema na rede Espaço Unibanco/Unibanco Arteplex.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
01	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A	33.700.394/0001-40	ABERTA CONTROLADA	59,45	99,99
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		830.333.864		830.337.292	

01475-3 UNIBANCO HOLDING S.A. 00.022.034/0001-87

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(a) Relação dos acionistas com mais de 5% do capital votante, de forma direta ou indireta em 30 de junho de 2005:

		Ações ordinárias/cotas		Ações preferenciais/cotas		Total	
Acionista	Nacionalidade do acionista	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Unibanco Holdings S.A.							
- E. Johnston Repres. e Part. S.A.	Brasileira	247.778.104	78,62	2.177.856	0,41	249.955.960	29,64
- Caixa Brasil SGPS, S.A.	Portuguesa	37.138.435	11,79	67.579.999	12,80	104.718.434	12,42
- Ações em tesouraria		-	-	12.970.890	2,46	12.970.890	1,54
- Outros		30.229.336	9,59	445.430.142	84,33	475.659.478	56,40
Total		**315.145.875**	**100,00**	**528.158.887**	**100,00**	**843.304.762**	**100,00**
E. Johnston Repres. e Part. S.A.							
- E. Johnston Participações Ltda.	Brasileira	138.772.343	86,63	-	-	138.772.343	86,63
- Walther Moreira Salles Júnior	Brasileira	7.789.035	4,86	-	-	7.789.035	4,86
- Pedro Moreira Salles	Brasileira	7.789.036	4,86	-	-	7.789.036	4,86
- João Moreira Salles	Brasileira	5.841.776	3,65	-	-	5.841.776	3,65
- Outros		2	-	-	-	2	-
Total		**160.192.192**	**100,00**	**-**	**-**	**160.192.192**	**100,00**
E. Johnston Participações Ltda.							
- Fernando Roberto Moreira Salles	Brasileira	-	-	40	16,66	40	8,34
- Walther Moreira Salles Júnior	Brasileira	90	37,50	70	29,17	160	33,33
- Pedro Moreira Salles	Brasileira	90	37,50	70	29,17	160	33,33
- João Moreira Salles	Brasileira	60	25,00	60	25,00	120	25,00
Total		**240**	**100,00**	**240**	**100,00**	**480**	**100,00**

01475-3 UNIBANCO HOLDING S.A. 00.022.034/0001-87

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(b) Posição Acionária da Unibanco Holdings em 30 de junho de 2005:

Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais (*)	%	Total	%
Controlador	247.778.104	78,62	2.177.856	0,41	249.955.960	29,64
Administradores						
Conselho de Administração	2	-	3.453.234	0,65	3.453.236	0,41
Diretoria	-	-	284.927	0,05	284.927	0,03
Ações em tesouraria	-	-	12.970.890	2,46	12.970.890	1,54
Outros acionistas	67.367.769	21,38	509.271.980	96,43	576.639.749	68,38
Total	**315.145.875**	**100,00**	**528.158.887**	**100,00**	**843.304.762**	**100,00**
Ações em circulação no mercado (**)	**67.367.771**	**21,38**	**513.010.141**	**97,13**	**580.377.912**	**68,82**

(*) O montante, registrado, de ações preferenciais do Conselho de Administração é composto por 3.453.234 Units. O montante, registrado, de ações preferenciais da Diretoria é composto por 284.927 Units.
(**) As ações em circulação no mercado foram calculadas de acordo com as definições do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BOVESPA.

(c) Posição Acionária da Unibanco Holdings em 30 de junho de 2004:

Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais (*)	%	Total	%
Controlador	247.778.104	78,62	2.011.969	0,38	249.790.073	29,62
Administradores						
Conselho de Administração	2	-	2.293.138	0,43	2.293.140	0,27
Diretoria	-	-	259.927	0,05	259.927	0,03
Ações em tesouraria	-	-	13.396.020	2,54	13.396.020	1,59
Outros acionistas	67.367.769	21,38	510.197.833	96,60	577.565.602	68,49
Total	**315.145.875**	**100,00**	**528.158.887**	**100,00**	**843.304.762**	**100,00**
Ações em circulação no mercado (**)	**67.367.771**	**21,38**	**512.750.898**	**97,08**	**580.118.669**	**68,79**

(*) O montante, registrado, de ações preferenciais do Conselho de Administração é composto por 2.293.138 Units. O montante, registrado, de ações preferenciais da Diretoria é composto por 259.927 Units.
(**) As ações em circulação no mercado foram calculadas de acordo com as definições do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BOVESPA.

Para melhor comparabilidade, no ítem (c), foi efetuado o grupamento de ações, de 100 ações para 1 ação, que se deu em agosto de 2004, conforme nota explicativa 15.a.

01475-3 UNIBANCO HOLDING S.A. 00.022.034/0001-87

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Auditoria Independente

No intuito de manter a relação de independência com seus auditores externos, a administração da Unibanco Holdings e Unibanco tem como política limitar os serviços outros que não sejam de auditoria independente. Informamos que no primeiro semestre de 2005, o Unibanco pagou outros serviços profissionais não enquadrados como serviços de auditoria independente à PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes no montante de R$ 1.743 mil, que representaram cerca de 40% dos honorários totais pagos à PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes durante o período. Tal valor refere-se ao apoio técnico no projeto desenvolvido para atendimento ao artigo 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes–Oxley, que teve início em outubro de 2004 e tem duração prevista até setembro de 2005.

A política adotada pelo Unibanco atende aos princípios que preservam a independência do Auditor de acordo às normas brasileiras e internacionais. Os contratos celebrados com os auditores independentes em data posterior à implantação do Comitê de Auditoria foram submetidos a exame do referido órgão, que os aprovou previamente, por considerar que estes serviços são consistentes com a função do auditor independente e não representam nenhuma violação das normas de independência aplicáveis e não afetam a objetividade dos auditores, em razão do escopo e dos procedimentos executados. Razão do escopo e dos procedimentos executados.

01475-3 UNIBANCO HOLDING S.A. 00.022.034/0001-87

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos Acionistas e Conselho de Administração
Unibanco Holdings S.A.

1 Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Unibanco Holdings S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e empresas controladas (Unibanco Holdings Consolidado) referentes aos trimestres e semestres findos em 30 de junho e 31 de março de 2005 e 30 de junho de 2004, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração.

2 Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da companhia.

3 Com base em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que estas estejam de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4 Nossas revisões foram conduzidas com o objetivo de emitir um relatório de revisão limitada sobre as Informações Trimestrais - ITR referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do fluxo de caixa da Unibanco Holdings S.A. e da Unibanco Holdings Consolidado correspondentes ao semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2005, apresentada como Nota Explicativa no. 21 às informações trimestrais, não são requeridas como parte integrante das Informações Trimestrais - ITR. A demonstração do fluxo de caixa foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão limitada descritos no segundo parágrafo e, com base nessa revisão limitada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita para que essa demonstração esteja adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às Informações Trimestrais - ITR.

São Paulo, 10 de agosto de 2005

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01475-3	UNIBANCO HOLDING S.A.	00.022.034/0001-87

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	8
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	54
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	55
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	57
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	59
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	62
09	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	70
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	71
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	74
		UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A	/74

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	**UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA**	**33.700.394/0001-40**
4 - NIRE		
35.300.102.771		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Avenida Eusébio Matoso, 891				Pinheiros	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO				5 - UF
05423-901	São Paulo				SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
11	3097-1313	-	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
11	3097-4830	-	-		
15 - E-MAIL					
relacoes.investidores@unibanco.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Osias Santana de Brito					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Avenida Eusébio Matoso, 891 - 14º andar				Pinheiros	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
05423-901	São Paulo				SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
11	3097-1313	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
11	3097-4830	-	-		
16 - E-MAIL					
relacoes.investidores@unibanco.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2005	31/12/2005	2	01/04/2005	30/06/2005	1	01/01/2005	31/03/2005

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes	00287-9
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNIC
Paulo Sergio Miron	076.444.278-30

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2005	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2005	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2004
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	755.658.168	755.658.168	75.565.816.851
2 - Preferenciais	653.200.164	653.200.164	65.320.016.467
3 - Total	1.408.858.332	1.408.858.332	140.885.833.318
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	12.085.622	12.109.948	1.274.411.244
6 - Total	12.085.622	12.109.948	1.274.411.244

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Instituição Financeira
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 124 - Bancos
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Bancária - Banco Múltiplo
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	30/03/2005	Juros Sobre Capital Próprio	29/04/2005	ON	0,0577687000
02	RCA	30/03/2005	Juros Sobre Capital Próprio	29/04/2005	PN	0,0635456000
03	RCA	15/07/2005	Juros Sobre Capital Próprio	29/07/2005	ON	0,1887789000
04	RCA	15/07/2005	Juros Sobre Capital Próprio	29/07/2005	PN	0,2076568000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
11/08/2005	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2005	4 - 31/03/2005
1	Ativo Total	72.016.163	70.265.168
1.01	Ativo Circulante	47.702.855	47.735.208
1.01.01	Disponibilidades	884.206	1.424.328
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	17.246.921	15.126.675
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	9.938.011	8.325.854
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.260.304	6.730.622
1.01.02.03	Aplicações em moedas estrangeiras	48.606	70.199
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	4.217.475	6.054.700
1.01.03.01	Carteira própria	2.858.645	3.544.719
1.01.03.02	Vinculados a compromissos de recompra	367.473	481.000
1.01.03.03	Vinculados ao Banco Central	80.992	1.499.289
1.01.03.04	Vinculados à prestação de garantias	160.383	95.977
1.01.03.05	Títulos objeto de oper.comp.c/livre mov.	85	657
1.01.03.06	Instrumentos financeiros derivativos	749.897	433.058
1.01.04	Relações Interfinanceiras	5.473.872	5.374.196
1.01.04.01	Pagamentos e recebimentos a liquidar	657.828	497.741
1.01.04.02	Créditos vinculados - Depósitos BACEN	4.777.709	4.855.416
1.01.04.03	Créditos vinculados - SFH	1.361	721
1.01.04.04	Correspondentes	36.974	20.318
1.01.05	Relações Interdependências	25.466	43.477
1.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	191	17
1.01.05.02	Tranferências internas de recursos	25.275	43.460
1.01.06	Operações de Crédito	14.351.876	13.848.961
1.01.06.01	Setor público	424.274	397.430
1.01.06.02	Setor privado	14.803.169	14.319.314
1.01.06.03	(Provisão para perdas)	(875.567)	(867.783)
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	0	0
1.01.08	Outros Créditos	5.286.061	5.649.900
1.01.08.01	Carteira de câmbio	3.769.674	4.460.515
1.01.08.02	Rendas a receber	117.744	116.655
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	68	6.142
1.01.08.04	Créditos tributários	574.297	310.267
1.01.08.05	Diversos	870.352	782.139
1.01.08.06	(Provisão para perdas)	(46.074)	(25.818)
1.01.09	Outros Valores e Bens	216.978	212.971
1.01.09.01	Outros valores e bens	81.410	80.678
1.01.09.02	(Provisão para desvalorização)	(20.773)	(23.239)
1.01.09.03	Despesas antecipadas	156.341	155.532
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.392.848	16.499.350
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	628.088	974.399
1.02.01.01	Aplicações em depósitos interfinanceiros	628.088	974.399

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2005	4 -31/03/2005
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	6.838.952	4.664.843
1.02.02.01	Carteira própria	3.036.592	2.693.273
1.02.02.02	Vinculados a compromissos de recompra	3.124.258	1.411.952
1.02.02.03	Vinculados ao Banco Central	16.347	76.920
1.02.02.04	Vinculados à prestação de garantias	408.398	370.374
1.02.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	253.357	112.324
1.02.03	Relações Interfinanceiras	47.680	46.478
1.02.03.01	Créditos vinculados - SFH	47.680	46.478
1.02.04	Relações Interdependências	0	0
1.02.05	Operações de Crédito	7.876.216	7.524.365
1.02.05.01	Setor público	261.763	292.140
1.02.05.02	Setor privado	7.918.797	7.543.930
1.02.05.03	(Provisão para perdas)	(304.344)	(311.705)
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	0	0
1.02.07	Outros Créditos	2.914.606	3.208.291
1.02.07.01	Créditos por avais e fianças honrados	29.813	35
1.02.07.02	Carteira de câmbio	0	0
1.02.07.03	Rendas a receber	1.906	4.757
1.02.07.04	Créditos tributários	953.350	1.285.257
1.02.07.05	Diversos	1.934.957	1.920.945
1.02.07.06	(Provisão para perdas)	(5.420)	(2.703)
1.02.08	Outros Valores e Bens	87.306	80.974
1.02.08.01	Despesas antecipadas	87.306	80.974
1.03	Ativo Permanente	5.920.460	6.030.610
1.03.01	Investimentos	5.193.606	5.283.649
1.03.01.01	Dependências no Exterior	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	5.161.513	5.251.977
1.03.01.02.01	-No país	4.170.954	4.242.322
1.03.01.02.02	-No exterior	990.559	1.009.655
1.03.01.03	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.04	Outros Investimentos	62.842	62.421
1.03.01.05	Provisão para Perdas	(30.749)	(30.749)
1.03.02	Imobilizado de Uso	332.626	345.265
1.03.02.01	Imóveis de uso	167.746	165.165
1.03.02.02	Outras imobilizações de uso	796.066	791.800
1.03.02.03	Depreciações acumuladas	(631.186)	(611.700)
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	0	0
1.03.04	Diferido	394.228	401.696
1.03.04.01	Gastos de organização e expansão	859.062	831.518
1.03.04.02	Amortizações acumuladas	(464.834)	(429.822)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2005	4 - 31/03/2005
2	Passivo Total	72.016.163	70.265.168
2.01	Passivo Circulante	37.024.862	37.908.840
2.01.01	Depósitos	20.202.321	22.058.808
2.01.01.01	Depósitos a vista	3.200.787	2.976.749
2.01.01.02	Depósitos de poupança	5.161.290	5.284.429
2.01.01.03	Depósitos interfinanceiros	747.265	1.238.481
2.01.01.04	Depósitos a prazo	11.092.842	12.558.645
2.01.01.05	Outros depósitos	137	504
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	6.577.698	5.681.578
2.01.02.01	Carteira própria	3.320.495	1.879.675
2.01.02.02	Carteira de terceiros	2.944.853	3.801.247
2.01.02.03	Carteira livre movimentação	312.350	656
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.103.486	902.518
2.01.03.01	Recursos de letras hipotecárias	223.430	216.644
2.01.03.02	Obrigações por tít.e vals.mobls.exterior	880.056	685.874
2.01.04	Relações Interfinanceiras	626.567	487.464
2.01.04.01	Recebimentos e pagamentos a liquidar	616.851	480.210
2.01.04.02	Correspondentes	9.716	7.254
2.01.05	Relações Interdependências	332.869	252.350
2.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	310.841	237.398
2.01.05.02	Transferências internas de recursos	22.028	14.952
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	2.343.931	2.030.191
2.01.06.01	Empréstimos no país - inst. oficiais	294	308
2.01.06.02	Empréstimos no exterior	2.343.637	2.029.883
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	1.381.105	1.264.902
2.01.07.01	BNDES	601.641	668.969
2.01.07.02	Finame	752.937	560.489
2.01.07.20	Outros	26.527	35.444
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	43.778	42.825
2.01.09	Outras Obrigações	4.413.107	5.188.204
2.01.09.01	Cobrança e arrec. de trib.e assemelhados	256.916	199.106
2.01.09.02	Carteira de câmbio	2.453.594	3.385.224
2.01.09.03	Sociais e estatutárias	364.632	208.122
2.01.09.04	Fiscais e previdenciárias	227.836	142.252
2.01.09.05	Negociação e intermediação de valores	1.398	88.178
2.01.09.06	Obrigações por aquis. de bens e direitos	2.800	23.938
2.01.09.07	Dívidas subordinadas	80.799	38.647
2.01.09.08	Instrumentos financeiros derivativos	293.030	258.879
2.01.09.09	Diversas	732.102	843.858
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	26.319.872	23.974.382
2.02.01	Depósitos	16.632.829	13.476.736

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2005	4 -31/03/2005
2.02.01.01	Depósitos interfinanceiros	1.753.508	89.975
2.02.01.02	Depósitos a prazo	14.879.321	13.386.761
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	0	0
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	538.868	707.875
2.02.03.01	Recursos de letras hipotecárias	2.554	6.954
2.02.03.02	Obrigações por tít.e vals.mobls.exterior	536.314	700.921
2.02.04	Relações Interfinanceiras	0	0
2.02.05	Relações Interdependências	0	0
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	379.750	653.523
2.02.06.01	Empréstimos no país - inst. oficiais	761	748
2.02.06.02	Empréstimos no exterior	378.989	652.775
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	3.186.465	3.146.068
2.02.07.01	BNDES	1.987.927	1.944.735
2.02.07.02	Finame	1.064.201	1.066.826
2.02.07.03	Outros	134.337	134.507
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	113.513	198.402
2.02.09	Outras Obrigações	5.468.447	5.791.778
2.02.09.01	Fiscais e previdenciárias	737.571	602.918
2.02.09.02	Obrigações por aquis. de bens e direitos	1.190	1.357
2.02.09.03	Dívidas subordinadas	1.693.405	1.929.115
2.02.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	251.043	62.425
2.02.09.05	Diversas	2.785.238	3.195.963
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	11.729	18.701
2.03.01	Resultados de exercícios futuros	11.729	18.701
2.05	Patrimônio Líquido	8.659.700	8.363.245
2.05.01	Capital Social Realizado	5.000.000	5.000.000
2.05.01.01	- De domiciliados no país	3.504.020	3.508.543
2.05.01.02	- De domiciliados no exterior	1.495.980	1.491.457
2.05.02	Reservas de Capital	159.659	159.219
2.05.03	Reservas de Reavaliação	5.613	7.401
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	3.494.428	2.947.128
2.05.04.01	Legal	433.821	391.110
2.05.04.02	Estatutária	3.093.800	2.620.273
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	63.897	63.897
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	(97.090)	(128.152)
2.05.04.07.01	(-) Ajuste ao vr. merc-tvm e derivativos	(46.828)	(77.855)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2005	4 -31/03/2005
2.05.04.07.02	(-) Ações em tesouraria	(50.262)	(50.297)
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	249.497

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.713.951	5.410.755	2.159.260	4.172.014
3.01.01	Operações de Crédito	1.129.788	2.556.668	1.268.315	2.389.498
3.01.02	Resultado de Títs.e Vals. Mobiliários	1.030.223	2.104.234	926.604	1.679.173
3.01.03	Res. com Instrumentos Financ.Derivativos	405.796	471.538	(133.211)	(84.713)
3.01.04	Aplicações Compulsórias	148.144	278.315	97.552	188.056
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	(1.649.478)	(3.473.358)	(1.689.107)	(3.046.261)
3.02.01	Captações no mercado	(1.432.782)	(2.945.779)	(1.313.036)	(2.404.202)
3.02.02	Empréstimos e Repasses	173.708	(9.350)	(355.577)	(533.093)
3.02.03	Resultado de câmbio	(203.294)	(198.121)	117.500	133.695
3.02.04	Provisão para perdas com créditos	(187.110)	(320.108)	(137.994)	(242.661)
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.064.473	1.937.397	470.153	1.125.753
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	(407.641)	(673.026)	(188.464)	(520.959)
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	411.243	809.018	385.835	766.051
3.04.02	Despesas de Pessoal	(367.814)	(716.126)	(356.561)	(689.008)
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	(387.594)	(778.556)	(389.289)	(772.794)
3.04.04	Despesas Tributárias	(124.123)	(231.064)	(63.269)	(126.806)
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	109.768	224.600	148.376	174.075
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	(407.236)	(476.367)	(182.527)	(341.178)
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	358.115	495.469	268.971	468.701
3.05	Resultado Operacional	656.832	1.264.371	281.689	604.794
3.06	Resultado Não Operacional	(2.768)	(14.200)	(974)	(13.520)
3.06.01	Receitas	1.261	4.199	7.372	9.968
3.06.02	Despesas	(4.029)	(18.399)	(8.346)	(23.488)
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	654.064	1.250.171	280.715	591.274
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	(86.665)	(153.355)	13.352	(503)
3.09	IR Diferido	(48.461)	(91.724)	48.501	75.939
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	(66.003)	(150.868)	(37.952)	(85.949)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
3.10.01	Participações	(66.003)	(150.868)	(37.952)	(85.949)
3.10.01.01	Administradores	(1.295)	(2.537)	(1.326)	(2.510)
3.10.01.02	Empregados	(64.708)	(148.331)	(36.626)	(83.439)
3.10.02	Contribuições	0	0	0	0
3.11	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	452.935	854.224	304.616	580.761
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	1.396.772.710	1.396.772.710	139.611.422.074	139.611.422.074
	LUCRO POR AÇÃO	0,32427	0,61157	0,00218	0,00416
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

As atividades operacionais do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e empresas controladas, direta ou indiretamente e em conjunto, no Brasil e no exterior, incluem, além das atividades financeiras do Conglomerado Unibanco, outras atividades desenvolvidas por empresas controladas com objetivos específicos, principalmente com relação a serviços de seguros, cartão de crédito, capitalização e previdência privada.

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As informações trimestrais do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e suas agências no exterior (Unibanco) estão sendo apresentadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas do Unibanco e empresas controladas direta ou indiretamente, e das sociedades controladas em conjunto (Unibanco Consolidado), conforme apresentado na nota explicativa 9.

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação emanados da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil, tendo sido eliminados as participações, os saldos de balanço, as receitas e despesas e os resultados não realizados entre as empresas. Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada.

As informações trimestrais das empresas controladas Unibanco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil foram reclassificadas, extracontabilmente, objetivando refletir no consolidado sua posição financeira e seu resultado, de conformidade com o método financeiro.

Na elaboração das informações trimestrais foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Foram utilizadas estimativas e premissas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, na apuração de certas reservas vinculadas aos negócios de seguros e previdência privada e na seleção de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Unibanco e por suas empresas controladas emanam das disposições da legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência e considera:

- os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata temporis,* incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo;

- os efeitos de provisões para ajustar ativos para o valor de mercado ou de realização;

- os ajustes das reservas técnicas dos seguros, planos de previdência privada e de capitalização contratados;

- os prêmios de seguro, assim como suas correspondentes despesas de comercialização, são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices e ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e das despesas de comercialização diferidas, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices;

- comissões de agenciamento de seguros são diferidas no resultado, de forma linear, pelo prazo de 12 meses;

- o resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial;

- a parcela atribuível ao imposto de renda, calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos;

- a parcela correspondente à contribuição social, calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda; e

- os créditos tributários constituídos sobre as diferenças intertemporais entre o resultado contábil e o fiscal e sobre prejuízos fiscais.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados ao custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzido das correspondentes rendas de realização futura e/ou de provisões para perdas, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros objetos de *hedge*, os quais estão demonstrados conforme apresentado no item (c).

A provisão para perdas com créditos é constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas. A análise das operações de crédito em aberto, para concluir quanto à necessária provisão para perdas com créditos, leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central do Brasil.

(c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados quando de sua aquisição em três categorias, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e freqüentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda - adquiridos como parte da estratégia na administração do risco de mercado, podendo ser negociados como resultado de variações nas taxas de juros, mudanças nas condições de pagamentos ou outros fatores. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". Os ganhos e perdas realizados são reconhecidos no resultado do período, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

- Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (*hedge*) ou não.

- Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

  - *hedge* de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e

  - *hedge* de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

- Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes ou por conta própria, que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

(d) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 120/04. Nos termos da Resolução nº 61/01, uma avaliação atuarial das carteiras, com periodicidade anual, é realizada e encaminhada à Superintendência de Seguros Privados, com parecer atuarial.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base de cálculo. O cálculo da PPNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, de acordo com a normas da Superintendência de Seguros Privados.

A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) é constituída quando constatada insuficiência da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base de cálculo. A PIP é calculada de acordo com método descrito em nota técnica atuarial mantida pela sociedade seguradora.

As provisões matemáticas, relativas aos planos geradores de benefício livre (VGBL e PGBL), representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de sobrevivência e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). As provisões matemáticas representam o valor dos benefícios futuros, estimados com base em métodos e pressupostos atuariais.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder abrange os compromissos assumidos pela sociedade seguradora com os segurados, enquanto não iniciado o evento gerador do pagamento da indenização, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos corresponde ao valor atual da indenização cujo evento gerador tenha ocorrido, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.

Os rendimentos financeiros creditados aos participantes nas provisões técnicas são classificados como "Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização".

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela sociedade seguradora.

Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela sociedade seguradora. A provisão de IBNR é calculada de acordo com metodologia descrita em nota técnica atuarial mantida pela sociedade seguradora.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(e) Permanente

Os investimentos, o imobilizado e o diferido são registrados ao custo.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, na proporção da participação no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas, conforme demonstrado na nota explicativa 9. Os efeitos apurados nas empresas controladas e coligadas decorrentes de avaliação dos títulos e valores mobiliários e dos derivativos, conforme item (c) anterior, foram reconhecidos na controladora de forma a manter o registro original efetuado nas empresas controladas e coligadas.

Os outros investimentos estão representados, principalmente, por investimentos avaliados ao custo, ajustados por provisão para perdas, quando aplicável, e por títulos patrimoniais das Bolsas de Valores e de Mercadorias ajustados aos valores patrimoniais.

O ágio apurado na aquisição de empresas controladas é amortizado em até dez anos, de acordo com a expectativa de lucros futuros. Na incorporação da empresa controlada com perecimento ou abandono da marca adquirida, o ágio correspondente é integralmente amortizado.

O imobilizado é depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis de uso - 4%, móveis e equipamentos de uso e de segurança - 10%, e sistemas de comunicação, processamento de dados e de transportes - 20%.

O diferido é representado, substancialmente, por benfeitorias em propriedades de terceiros e por aquisição e desenvolvimento de softwares. A amortização ocorre na vigência dos direitos contratuais ou no prazo de cinco anos a partir do início de sua utilização.

(f) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos, exceto os valores relativos aos instrumentos financeiros derivativos e passivos objeto de *hedge*, os quais estão demonstrados conforme item (c) anterior.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. Títulos e Valores Mobiliários

(a) Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
Títulos	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Para negociação	1.940.750	3.976.514	8.055.078	9.962.016
Disponíveis para venda	4.591.461	2.233.708	3.615.619	3.429.228
Mantidos até o vencimento	3.520.962	3.963.939	4.309.496	4.752.129
Subtotal	**10.053.173**	**10.174.161**	**15.980.193**	**18.143.373**
Instrumentos financeiros derivativos (nota 20 (g))	1.003.254	545.382	882.238	425.884
Total	**11.056.427**	**10.719.543**	**16.862.431**	**18.569.257**
Circulante	**4.217.475**	**6.054.700**	**11.141.937**	**12.843.566**
Longo prazo	**6.838.952**	**4.664.843**	**5.720.494**	**5.725.691**

(b) Títulos para negociação

				Unibanco
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
Emissor/Tipo de aplicação	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Governo federal	**1.730.018**	**1.733.909**	**3.910.352**	**3.908.937**
Letras Financeiras do Tesouro	183.102	182.757	78.357	77.968
Letras do Tesouro Nacional	1.476.953	1.479.929	3.763.364	3.761.672
Notas do Tesouro Nacional	69.963	71.223	68.631	69.297
Dívida externa brasileira	**58.469**	**58.532**	**-**	**-**
Empresas não financeiras	**7.644**	**7.602**	**4.204**	**4.198**
Debêntures	7.644	7.602	4.204	4.198
Instituições financeiras	**77.024**	**80.918**	**-**	**-**
Fundos mútuos de investimentos	**59.789**	**59.789**	**62.170**	**62.170**
Outros	**-**	**-**	**1.209**	**1.209**
Total	**1.932.944**	**1.940.750**	**3.977.935**	**3.976.514**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

				Unibanco Consolidado
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
Emissor/Tipo de aplicação	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Governo federal	**1.840.160**	**1.844.030**	**4.046.452**	**4.045.024**
Letras Financeiras do Tesouro	293.125	292.878	213.859	213.576
Letras do Tesouro Nacional	1.476.953	1.479.929	3.763.843	3.762.151
Notas do Tesouro Nacional	69.963	71.223	68.631	69.297
Outros	119	-	119	-
Governo estrangeiro	**212.777**	**212.777**	**-**	**-**
Dívida externa brasileira	**117.907**	**117.970**	**-**	**-**
Empresas não financeiras	**58.756**	**57.052**	**56.007**	**66.448**
Debêntures	9.306	7.602	37.897	48.485
Eurobonds	49.450	49.450	18.110	17.963
Instituições financeiras	**418.918**	**422.812**	**-**	**-**
Eurobonds	90.042	93.936	-	-
Certificado de depósito bancário	328.876	328.876	-	-
Fundos mútuos de investimentos (1)	**5.386.636**	**5.386.636**	**5.296.974**	**5.296.974**
Carteira de ações	**17.830**	**13.801**	**-**	**-**
Outros	**-**	**-**	**558.409**	**553.570**
Total	**8.052.984**	**8.055.078**	**9.957.842**	**9.962.016**

(1) Fundos mútuos de investimentos são substancialmente decorrentes das empresas de seguros, de previdência privada e de capitalização e a carteira desses fundos é representada principalmente por títulos do governo federal.

Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, dado serem ativa e freqüentemente negociados.

(c) Títulos disponíveis para venda

(i) Por tipo:

						Unibanco
	30 de junho de 2005			31 de março de 2005		
Emissor/Tipo de aplicação	Custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
Governo federal	**97.367**	**(15.035)**	**82.332**	**41.861**	**(15.200)**	**26.661**
Notas do Tesouro Nacional	55.670	(94)	55.576	-	-	-
Bônus do Tesouro Nacional	4.493	(498)	3.995	4.941	(865)	4.076
Outros	37.204	(14.443)	22.761	36.920	(14.335)	22.585
Empresas não financeiras	**1.898.255**	**(87.677)**	**1.810.578**	**1.808.692**	**(134.725)**	**1.673.967**
Debêntures	1.831.372	(67.084)	1.764.288	1.775.919	(129.573)	1.646.346
Eurobonds	14.611	(14.611)	-	16.575	-	16.575
Outros	52.272	(5.982)	46.290	16.198	(5.152)	11.046
Instituições financeiras	**2.642.845**	**(5.857)**	**2.636.988**	**485.375**	**(2.507)**	**482.868**
Debêntures	2.169.971	-	2.169.971	-	-	-
Eurobonds	308.957	-	308.957	357.146	-	357.146
Letras hipotecárias	125.441	(5.857)	119.584	126.426	(2.506)	123.920
Certificado de depósito bancário	18.014	-	18.014	1.009	(1)	1.008
Outros	20.462	-	20.462	794	-	794
Carteira de ações	**38.442**	**11.220**	**49.662**	**38.694**	**(10)**	**38.684**
Fundos mútuos de investimentos	**11.901**	**-**	**11.901**	**11.528**	**-**	**11.528**
Total	**4.688.810**	**(97.349)**	**4.591.461**	**2.386.150**	**(152.442)**	**2.233.708**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Unibanco Consolidado					
	30 de junho de 2005			31 de março de 2005		
Emissor/Tipo de aplicação	Custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
Governo federal	**671.953**	**(14.681)**	**657.272**	**603.294**	**(14.921)**	**588.373**
Letras Financeiras do Tesouro	574.412	412	574.824	533.811	438	534.249
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	18.699	(7)	18.692
Notas do Tesouro Nacional	55.670	(94)	55.576	-	-	-
Bônus do Tesouro Nacional	4.493	(498)	3.995	4.941	(865)	4.076
Outros	37.378	(14.501)	22.877	45.843	(14.487)	31.356
Governo estrangeiro	**943**	**(67)**	**876**	**-**	**-**	**-**
Dívida externa brasileira	**-**	**-**	**-**	**43.537**	**-**	**43.537**
Empresas não financeiras	**2.115.939**	**(104.666)**	**2.011.273**	**2.041.245**	**(152.663)**	**1.888.582**
Debêntures	2.022.976	(80.107)	1.942.869	1.969.978	(142.899)	1.827.079
Eurobonds	14.611	(14.611)	-	23.142	-	23.142
Outros	78.352	(9.948)	68.404	48.125	(9.764)	38.361
Instituições financeiras	**219.415**	**(6.020)**	**213.395**	**208.684**	**(2.546)**	**206.138**
Debêntures	1.954	-	1.954	3.886	-	3.886
Eurobonds	30.954	(164)	30.790	55.423	(41)	55.382
Letras hipotecárias	125.441	(5.857)	119.584	126.426	(2.506)	123.920
Certificado de depósito bancário	41.099	1	41.100	22.949	1	22.950
Outros	19.967	-	19.967	-	-	-
Carteira de ações	**128.627**	**(8.730)**	**119.897**	**128.917**	**(14.667)**	**114.250**
Fundos mútuos de investimentos (1)	**612.906**	**-**	**612.906**	**588.348**	**-**	**588.348**
Total	**3.749.783**	**(134.164)**	**3.615.619**	**3.614.025**	**(184.797)**	**3.429.228**

(1) Fundos mútuos de investimentos são substancialmente decorrentes das empresas de seguros, de previdência privada e de capitalização e a carteira desses fundos é representada principalmente por títulos do governo federal.

(ii) Por vencimento:

	Unibanco			
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
Prazo	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Até 3 meses	489.181	425.496	294.700	191.820
De 3 meses a 1 ano	418.014	417.487	759.534	699.732
De 1 a 3 anos	722.221	706.468	791.138	804.602
De 3 a 5 anos	457.299	416.369	246.185	242.209
De 5 a 15 anos	2.526.908	2.553.620	201.995	222.226
Mais de 15 anos	24.919	10.533	36.392	22.113
Indeterminado (1)	50.268	61.488	56.206	51.006
Total	**4.688.810**	**4.591.461**	**2.386.150**	**2.233.708**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Unibanco Consolidado			
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
Prazo	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Até 3 meses	589.001	525.303	336.059	233.057
De 3 meses a 1 ano	538.293	533.778	926.067	865.802
De 1 a 3 anos	905.438	889.950	916.665	929.803
De 3 a 5 anos	504.023	450.085	348.273	339.105
De 5 a 15 anos	445.985	472.574	323.411	332.047
Mais de 15 anos	25.586	11.201	41.095	26.816
Indeterminado (1)	741.457	732.728	722.455	702.598
Total	**3.749.783**	**3.615.619**	**3.614.025**	**3.429.228**

(1) Refere-se a ações de companhias de capital aberto e fundos mútuos de investimentos.

(d) Títulos mantidos até o vencimento

(i) Por tipo:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Emissor/Tipo de aplicação				Custo atualizado
Governo federal	**606.494**	**689.373**	**1.395.028**	**1.477.563**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	167.311	160.058
Notas do Banco Central	297.308	347.128	343.749	401.520
Notas do Tesouro Nacional	309.186	341.866	879.410	911.322
Outros	-	379	4.558	4.663
Governo estrangeiro	**336**	**-**	**336**	**-**
Dívida externa brasileira	**2.634.023**	**2.950.461**	**2.634.023**	**2.950.461**
Empresas não financeiras	**187.544**	**212.153**	**187.544**	**212.153**
Eurobonds	187.544	212.153	187.544	212.153
Instituições financeiras	**92.565**	**111.952**	**92.565**	**111.952**
Eurobonds	92.565	111.952	92.565	111.952
Total	**3.520.962**	**3.963.939**	**4.309.496**	**4.752.129**

O valor de mercado desses títulos montava a R$3.711.480 (31 de março de 2005 – R$4.060.202) no Unibanco e R$4.533.420 (31 de março de 2005 – R$4.878.951) no Unibanco Consolidado. As diferenças entre o custo atualizado e o valor de mercado, nos montantes de R$190.518 (31 de março de 2005 – R$96.263) no Unibanco e de R$223.924 (31 de março de 2005 – R$126.822) no Unibanco Consolidado, correspondem, principalmente, aos títulos de emissão do governo federal e da dívida externa brasileira.

(ii) Por vencimento:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Prazo				Custo atualizado
Até 3 meses	142.928	148.159	149.045	152.824
De 3 meses a 1 ano	479.429	554.411	534.006	601.171
De 1 a 3 anos	1.260.254	1.107.088	1.427.903	1.285.434
De 3 a 5 anos	351.601	406.465	351.601	406.464
De 5 a 15 anos	1.286.578	1.747.608	1.286.577	1.747.609
Mais de 15 anos	172	208	560.364	558.627
Total	**3.520.962**	**3.963.939**	**4.309.496**	**4.752.129**

(iii) Capacidade financeira

O Unibanco e suas controladas classificaram parte da sua carteira como títulos mantidos até o vencimento, tendo como parâmetros para definir a capacidade financeira, os vencimentos, as taxas de juros (existência de *spread* positivo) e as moedas das suas operações passivas.

(e) Apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado de acordo com modelo de precificação interno, estabelecido com base nas taxas médias divulgadas pelas Bolsas de Valores, associações de classe e agências externas para o último dia do trimestre.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. Operações de Crédito e Provisão para Perdas

(a) Composição das operações por tipo e prazo:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Por tipo				
Empréstimos e títulos descontados	13.417.923	12.787.418	13.526.292	12.979.426
Financiamentos	7.802.383	7.570.512	10.850.937	10.469.024
Financiamentos rurais e agroindustriais	964.274	1.022.555	964.274	1.022.555
Financiamentos imobiliários	1.223.423	1.172.329	1.223.423	1.172.329
Cartões de crédito	-	-	4.338.852	3.974.109
Total de operações de crédito	**23.408.003**	**22.552.814**	**30.903.778**	**29.617.443**
Operações de arrendamento mercantil	-	-	714.739	670.712
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (1)	1.612.353	1.393.695	1.612.353	1.393.695
Total de arrendamento mercantil e adiantamentos sobre contratos de câmbio	**1.612.353**	**1.393.695**	**2.327.092**	**2.064.407**
Créditos por avais e fianças honrados	29.813	35	29.813	35
Outros créditos (2)	546.036	517.920	1.893.060	1.494.182
Total de outros créditos	**575.849**	**517.955**	**1.922.873**	**1.494.217**
Total do risco	**25.596.205**	**24.464.464**	**35.153.743**	**33.176.067**
Por vencimento				
Vencidos a partir de 15 dias (nota 5 (d))	461.068	620.145	1.398.796	1.497.918
A vencer:				
Até 3 meses (3)	9.438.424	9.265.045	14.575.122	13.837.388
De 3 meses a 1 ano	7.335.222	6.611.716	9.563.403	8.692.001
De 1 a 3 anos	5.636.052	5.441.773	6.791.934	6.538.668
Acima de 3 anos	2.725.439	2.525.785	2.824.488	2.610.092
Total do risco	**25.596.205**	**24.464.464**	**35.153.743**	**33.176.067**

(1) Registrados em "Outras obrigações" - "Carteira de câmbio" nota explicativa 6 (a).
(2) Outros créditos compreendem, principalmente, devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber e prêmios de seguros a receber.
(3) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Composição das operações de crédito por atividade econômica:

				Unibanco
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
	Valor	% distribuição	Valor	% distribuição
Industrial				
Eletricidade, gás e água	1.958.541	7,6	1.809.951	7,4
Indústria automobilística	1.479.959	5,8	1.067.043	4,4
Papel, celulose e produtos de papel e de madeira	1.297.787	5,0	1.270.030	5,2
Alimentos, bebidas e cigarros	1.228.362	4,8	1.242.739	5,1
Metalurgia básica	882.814	3,4	672.721	2,8
Produção de máquinas e equipamentos	731.979	2,9	746.087	3,1
Química e farmacêutica	693.952	2,7	782.276	3,2
Têxtil, roupas e artigos de couro	506.810	2,0	418.602	1,7
Mineração	489.328	1,9	438.358	1,8
Petróleo	378.368	1,5	413.480	1,7
Eletrônica e equipamentos de comunicação	240.980	0,9	293.034	1,2
Borracha e plástico	210.718	0,8	190.492	0,8
Produção de bens metálicos	174.347	0,7	173.200	0,7
Elétrico e eletrônico	167.698	0,7	175.648	0,7
Outras indústrias manufatureiras	31.881	0,1	10.737	-
Subtotal	**10.473.524**	**40,8**	**9.704.398**	**39,8**
Comercial				
Varejo	2.048.985	8,0	1.916.772	7,8
Atacado	1.199.655	4,7	1.174.828	4,8
Subtotal	**3.248.640**	**12,7**	**3.091.600**	**12,6**
Serviço financeiro				
Instituições financeiras	622.154	2,5	656.001	2,7
Seguradoras e fundos de pensão	3.845	-	4.313	-
Subtotal	**625.999**	**2,5**	**660.314**	**2,7**
Empréstimos para construção residencial	**272.573**	**1,1**	**250.974**	**1,0**
Serviços				
Correios e telecomunicações	978.264	3,8	1.028.957	4,2
Transporte	789.941	3,1	802.264	3,3
Construção	462.285	1,8	488.103	2,0
Imobiliários	406.946	1,6	351.670	1,4
Agrícolas	357.810	1,4	270.001	1,1
Atividades associativas	161.409	0,6	170.995	0,7
Saúde e serviços sociais	127.243	0,5	119.658	0,5
Hotelaria e alimentação	113.439	0,4	94.670	0,4
Educação	107.075	0,4	110.708	0,4
Atividades recreativas, culturais e desportivas	96.583	0,4	97.683	0,4
Outros serviços	937.865	3,7	1.078.825	4,4
Subtotal	**4.538.860**	**17,7**	**4.613.534**	**18,8**
Agricultura, criação de animais, reflorestamento e pesca	**743.238**	**2,9**	**833.762**	**3,4**
Pessoa física				
Financiamentos e crédito ao consumidor	4.498.521	17,6	4.173.749	17,0
Empréstimos para mutuários – hipoteca residencial	973.814	3,8	947.340	3,9
Outros financiamentos	221.036	0,9	188.793	0,8
Subtotal	**5.693.371**	**22,3**	**5.309.882**	**21,7**
Total	**25.596.205**	**100,0**	**24.464.464**	**100,0**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Unibanco Consolidado			
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
	Valor	% distribuição	Valor	% distribuição
Industrial				
Eletricidade, gás e água	2.059.646	5,9	1.851.864	5,6
Papel, celulose e produtos de papel e de madeira	1.350.821	3,8	1.331.728	4,0
Indústria automobilística	1.507.372	4,3	1.092.593	3,3
Alimentos, bebidas e cigarros	1.282.822	3,7	1.305.184	3,9
Metalurgia básica	942.917	2,7	740.159	2,2
Produção de máquinas e equipamentos	751.750	2,1	771.304	2,3
Química e farmacêutica	718.797	2,0	807.494	2,4
Têxtil, roupas e artigos de couro	519.954	1,5	433.105	1,3
Mineração	517.924	1,5	466.448	1,4
Petróleo	387.861	1,1	422.793	1,3
Eletrônica e equipamentos de comunicação	247.403	0,7	302.269	0,9
Borracha e plástico	220.899	0,6	201.671	0,6
Produção de bens metálicos	183.082	0,5	183.143	0,6
Elétrico e eletrônico	175.162	0,5	184.449	0,6
Outras indústrias manufatureiras	32.793	0,1	11.379	-
Subtotal	**10.899.203**	**31,0**	**10.105.583**	**30,4**
Comercial				
Varejo	2.211.469	6,3	2.084.310	6,3
Atacado	1.316.634	3,7	1.292.653	3,9
Subtotal	**3.528.103**	**10,0**	**3.376.963**	**10,2**
Serviço financeiro				
Instituições financeiras	464.674	1,3	444.278	1,3
Seguradoras e fundos de pensão	4.490	0,1	5.046	0,1
Subtotal	**469.164**	**1,4**	**449.324**	**1,4**
Empréstimos para construção residencial	**272.573**	**0,8**	**250.974**	**0,7**
Serviços				
Transporte	1.684.726	4,8	1.646.469	5,0
Correios e telecomunicações	994.654	2,8	1.051.039	3,2
Construção	502.427	1,4	529.630	1,6
Imobiliários	472.255	1,3	392.642	1,2
Agrícolas	380.563	1,1	294.776	0,9
Atividades associativas	175.887	0,5	189.396	0,6
Saúde e serviços sociais	141.454	0,4	134.734	0,4
Educação	124.495	0,4	129.143	0,4
Hotelaria e alimentação	122.022	0,3	104.050	0,3
Atividades recreativas, culturais e desportivas	100.585	0,3	111.908	0,3
Outros serviços	1.184.098	3,4	1.376.293	4,1
Subtotal	**5.883.166**	**16,7**	**5.960.080**	**18,0**
Agricultura, criação de animais, reflorestamento e pesca	**743.238**	**2,1**	**833.762**	**2,5**
Pessoa física				
Financiamentos e crédito ao consumidor	7.718.492	22,0	7.002.022	21,1
Cartão de crédito	4.338.852	12,3	3.974.109	12,0
Empréstimos para mutuários – hipoteca residencial	973.814	2,8	947.340	2,9
Leasing - arrendamento mercantil	106.102	0,3	87.117	0,2
Outros financiamentos	221.036	0,6	188.793	0,6
Subtotal	**13.358.296**	**38,0**	**12.199.381**	**36,8**
Total	**35.153.743**	**100,0**	**33.176.067**	**100,0**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Concentração de operações de crédito:

				Unibanco
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
Maiores devedores	Valor	% total	Valor	% total
10 maiores clientes	2.891.566	11,3	2.894.443	11,8
50 seguintes maiores clientes	4.941.178	19,3	4.773.591	19,5
100 seguintes maiores clientes	3.665.059	14,3	3.632.688	14,9
Demais clientes	14.098.402	55,1	13.163.742	53,8
Total	**25.596.205**	**100,0**	**24.464.464**	**100,0**

				Unibanco Consolidado
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
Maiores devedores	Valor	% total	Valor	% total
10 maiores clientes	2.861.506	8,2	2.796.773	8,4
50 seguintes maiores clientes	4.857.590	13,8	4.699.571	14,2
100 seguintes maiores clientes	3.720.216	10,6	3.661.615	11,0
Demais clientes	23.714.431	67,4	22.018.108	66,4
Total	**35.153.743**	**100,0**	**33.176.067**	**100,0**

(d) Composição da carteira de operações de crédito e da provisão para perdas nos correspondentes níveis de risco:

								Unibanco
								30 de junho de 2005
			Créditos de curso anormal					
Nível de risco	% provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas (1)	Total das operações	Distribuição %	Total da provisão	% efetivo de provisão
AA	-	11.816.343	-	-	11.816.343	46,2	11.219	-
A	0,5	8.564.388	-	-	8.564.388	33,5	47.054	0,5
B	1,0	2.175.559	188.435	28.139	2.392.133	9,3	36.212	1,5
C	3,0	967.995	195.858	47.202	1.211.055	4,7	119.052	9,8
D	10,0	560.871	96.791	42.794	700.456	2,8	209.437	29,9
E	30,0	50.760	60.159	28.065	138.984	0,5	69.353	49,9
F	50,0	14.154	45.497	51.203	110.854	0,4	77.291	69,7
G	70,0	134.112	36.332	34.277	204.721	0,8	204.516	99,9
H	100,0	57.227	170.656	229.388	457.271	1,8	457.271	100,0
Total		**24.341.409**	**793.728**	**461.068**	**25.596.205**	**100,0**	**1.231.405**	
% sobre o total do risco							**4,8%**	

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

								Unibanco
								31 de março de 2005
	% provisão	Créditos	Créditos de curso anormal					
Nível de risco	mínima requerida	de curso normal	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas (1)	Total das operações	Distribuição %	Total da provisão	% efetivo de provisão
AA	-	11.502.014	-	-	11.502.014	47,0	10.944	-
A	0,5	7.403.704	-	-	7.403.704	30,2	39.163	0,5
B	1,0	2.430.745	153.572	24.708	2.609.025	10,7	30.780	1,2
C	3,0	853.578	196.451	55.921	1.105.950	4,5	75.313	6,8
D	10,0	411.029	295.686	164.084	870.799	3,6	241.359	27,7
E	30,0	60.407	84.617	39.803	184.827	0,8	80.203	43,4
F	50,0	13.976	49.099	35.274	98.349	0,4	59.880	60,9
G	70,0	143.605	32.083	20.118	195.806	0,8	176.377	90,1
H	100,0	35.754	177.999	280.237	493.990	2,0	493.990	100,0
Total		**22.854.812**	**989.507**	**620.145**	**24.464.464**	**100,0**	**1.208.009**	
% sobre o total do risco							**4,9%**	

								Unibanco Consolidado
								30 de junho de 2005
	% provisão	Créditos	Créditos de curso anormal					
Nível de risco	mínima requerida	de curso normal	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas (1)	Total das operações	Distribuição %	Total da provisão	% efetivo de provisão
AA	-	14.006.600	-	-	14.006.600	39,8	11.392	-
A	0,5	13.956.800	-	-	13.956.800	39,7	74.190	0,5
B	1,0	2.339.597	289.311	224.802	2.853.710	8,1	41.043	1,4
C	3,0	1.329.933	274.685	207.173	1.811.791	5,2	142.976	7,9
D	10,0	709.969	128.894	173.311	1.012.174	2,9	267.797	26,5
E	30,0	77.772	81.394	140.450	299.616	0,9	126.722	42,3
F	50,0	37.348	59.416	160.765	257.529	0,7	157.186	61,0
G	70,0	145.966	46.324	137.994	330.284	0,9	292.870	88,7
H	100,0	85.700	185.238	354.301	625.239	1,8	625.239	100,0
Total		**32.689.685**	**1.065.262**	**1.398.796**	**35.153.743**	**100,0**	**1.739.415**	
% sobre o total do risco							**4,9%**	

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

								Unibanco Consolidado
								31 de março de 2005
			Créditos de curso anormal					
Nível de risco	% provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas (1)	Total das operações	Distribuição %	Total da provisão	% efetivo de provisão
AA	-	13.223.378	-	-	13.223.378	39,9	11.366	0,1
A	0,5	12.439.119	-	-	12.439.119	37,5	80.382	0,6
B	1,0	2.582.024	230.489	225.535	3.038.048	9,2	35.352	1,2
C	3,0	1.285.509	284.416	224.044	1.793.969	5,4	100.950	5,6
D	10,0	488.322	346.303	299.239	1.133.864	3,4	280.366	24,7
E	30,0	160.053	108.643	132.278	400.974	1,2	163.175	40,7
F	50,0	22.945	66.551	113.845	203.341	0,6	113.433	55,8
G	70,0	148.461	42.679	86.199	277.339	0,8	233.846	84,3
H	100,0	59.363	189.894	416.778	666.035	2,0	666.035	100,0
Total		**30.409.174**	**1.268.975**	**1.497.918**	**33.176.067**	**100,0**	**1.684.905**	
% sobre o total do risco							**5,1%**	

(1) Inclui os créditos vencidos a partir de 15 dias.

A provisão para perdas com créditos é constituída de acordo com a Resolução nº 2.682, do Conselho Monetário Nacional. Os percentuais mínimos para cada nível de risco são obedecidos como regra geral, entretanto, percentuais mais elevados, dentro de cada faixa de risco, são utilizados com base no julgamento e experiência da Administração, de forma a contemplar avaliações mais prudentes do risco de determinados clientes, operações ou carteiras.

(e) O saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional, era de R$631.023 (31 de março de 2005 - R$752.279) no Unibanco e R$729.953 (31 de março de 2005 - R$857.942) no Unibanco Consolidado. Essas operações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados contra prejuízo e foram registradas de forma a manter a classificação de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação. Tais operações somente recebem uma melhoria de classificação após pagamento relevante da dívida renegociada, sendo estabelecido o pagamento de percentual mínimo de 25% para fins de reclassificação.

(f) Movimentação da provisão para perdas com créditos no período:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
Saldo inicial	**1.208.009**	**1.146.195**	**1.684.905**	**1.669.467**
Constituição de provisão no período	187.110	320.108	435.291	745.308
Créditos baixados contra a provisão no período	(163.714)	(234.898)	(380.781)	(675.360)
Saldo final	**1.231.405**	**1.231.405**	**1.739.415**	**1.739.415**
Recuperação de créditos no período (1)	**9.648**	**21.256**	**30.940**	**76.759**

(1) As recuperações de créditos foram registradas em receitas de "Operações de crédito" e "Operações de arrendamento mercantil".

6. Carteira de Câmbio

(a) Balanço patrimonial

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ativo – Outros créditos				
Câmbio comprado a liquidar	2.453.529	2.907.144	2.453.529	2.907.144
Direitos sobre vendas de câmbio	1.472.289	1.839.688	1.472.289	1.839.688
(-) Adiantamentos recebidos	(171.758)	(303.883)	(171.758)	(303.883)
Rendas a receber adiantamentos concedidos	15.614	13.731	15.614	13.731
Outros	-	3.835	-	3.835
Total	**3.769.674**	**4.460.515**	**3.769.674**	**4.460.515**
Passivo – Outras obrigações				
Câmbio vendido a liquidar	1.410.933	1.822.189	1.410.933	1.822.189
Obrigações por compra de câmbio	2.659.317	2.955.858	2.659.317	2.955.858
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.612.353)	(1.393.695)		(1.393.695)
Outros	(4.303)	872	(4.303)	872
Total	**2.453.594**	**3.385.224**	**2.453.594**	**3.385.224**
Contas de compensação				
Créditos abertos para importação	72.812	134.800	91.251	156.883
Créditos de exportação confirmados	26.780	30.875	26.851	31.392

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Demonstração do resultado

	Unibanco			
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Rendas de câmbio	631.593	1.347.468	701.229	1.162.606
Despesas de câmbio	(834.887)	(1.545.589)	(583.729)	(1.028.911)
Resultado de câmbio do período	**(203.294)**	**(198.121)**	**117.500**	**133.695**

	Unibanco Consolidado			
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Rendas de câmbio	653.743	1.407.545	927.352	1.582.757
Despesas de câmbio	(856.881)	(1.604.242)	(809.086)	(1.447.671)
Resultado de câmbio do período	**(203.138)**	**(196.697)**	**118.266**	**135.086**

7. Outros Créditos - Diversos

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Devedores por depósitos em garantia (a)	1.159.027	1.179.072	2.474.260	2.227.163
Prêmios de seguros a receber	-	-	955.861	747.761
Tributos antecipados	278.966	214.179	662.874	553.565
Valores a receber – intercâmbio de cartões de crédito	-	-	618.074	608.545
Títulos e créditos a receber	573.785	544.469	574.054	544.997
Plano de Previdência Unibanco	135.905	134.785	135.905	134.785
Adiantamentos salariais e outros	64.947	38.560	81.173	50.647
Devedores por compra de valores e bens	12.971	15.613	80.088	75.299
Adiantamento por conta de previdência Social	-	50.974	-	50.974
Valores a receber de sociedades ligadas	160.607	5.221	-	-
Outros	419.101	520.211	706.453	888.289
Total	**2.805.309**	**2.703.084**	**6.288.742**	**5.882.025**
Curto prazo	**870.352**	**782.139**	**2.849.193**	**2.518.128**
Longo prazo	**1.934.957**	**1.920.945**	**3.439.549**	**3.363.897**

(a) Substancialmente vinculados à contingências fiscais, trabalhistas e cíveis (nota explicativa 12).

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. Agências no Exterior

Conforme mencionado na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras das agências no exterior (Grand Cayman e Nassau) estão sendo apresentadas consolidadas com as do Unibanco.

Os saldos dessas agências podem ser resumidos como segue:

	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
	US$ mil	R$ mil	US$ mil	R$ mil
Ativo circulante	2.363.158	5.554.366	1.907.143	5.084.824
Realizável a longo prazo	1.648.375	3.874.341	1.644.338	4.384.135
Permanente	52	123	56	150
Total do ativo	**4.011.585**	**9.428.830**	**3.551.537**	**9.469.109**
Passivo circulante	2.154.666	5.064.326	1.580.255	4.213.276
Exigível a longo prazo	1.587.375	3.730.967	1.718.476	4.581.801
Resultado de exercícios futuros	426	1.001	366	975
Patrimônio líquido	269.118	632.536	252.440	673.057
Total do passivo	**4.011.585**	**9.428.830**	**3.551.537**	**9.469.109**

	Trimestre findo em 30 de junho		Semestre findo em 30 de junho	
	US$ mil	R$ mil	US$ mil	R$ mil
Resultado do período (2005)	**19.167**	**38.518**	**39.855**	**93.676**
Resultado do período (2004)	**22.171**	**79.245**	**74.198**	**230.571**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. Investimentos

(a) Participações em controladas e coligadas

O resultado dos ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas foi registrado em conta de resultado, sob o título de "Resultado da equivalência patrimonial". As perdas cambiais de agências e de controladas no exterior, no valor de R$186.219 (semestre findo em 30 de junho de 2005 - R$181.252) no Unibanco e de R$151.439 (semestre findo em 30 de junho de 2005 – R$149.407) no Unibanco Consolidado, foram registradas na conta "Outras despesas operacionais". Os investimentos em sociedades controladas e coligadas e os principais eventos que envolveram participações em sociedades controladas e coligadas foram os seguintes:

	Quantidade de ações ou quotas possuídas (mil) direta e indiretamente		Participação (%)		Patrimônio líquido ajustado	Valor do investimento		Lucro (prejuízo) ajustado		Equivalência patrimonial (1)	
						30 de junho de 2005	31 de março de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
	Ordinárias	Preferenciais	Unibanco	Unibanco Consolidado							
Investimentos do Unibanco											
Controladas diretas											
Unipart Participações Internacionais Ltd.	990	-	100,000	100,000	910.175	910.174	929.950	81.571	89.609	81.571	89.609
Unicard Banco Múltiplo S.A. (5) e (11)	106.053.960	91.811.816	100,000	100,000	728.476	728.476	873.040	76.968	89.368	76.862	89.368
Banco Fininvest S.A.	4	1	99,940	99,940	677.057	676.512	625.951	51.009	98.958	50.968	98.762
Unibanco AIG Seguros S.A. (12)	345.014	188.814	49,709	49,709	1.312.920	652.641	628.267	84.395	139.836	41.953	69.511
Unibanco Companhia de Capitalização (3)	4.194	-	99,999	100,000	404.732	404.732	422.707	32.067	46.267	32.066	46.265
Banco Único S.A. (4)	2.769.089	2.769.390	99,980	99,980	226.785	217.060	212.145	4.645	9.283	4.842	9.316
Banco Dibens S.A. (10)	8.858.142	-	99,999	99,999	211.894	211.894	114.095	(11.083)	(7.718)	(7.905)	(6.189)
Unibanco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	265	-	99,999	99,999	138.182	138.180	141.508	(2.404)	3.893	(2.404)	3.893
Unibanco Investshop Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio S.A. (2) e (9)	4.955	4.955	100,000	100,000	110.616	110.616	105.639	4.648	8.862	7.088	11.302
Unibanco Empreendimentos e Participações Ltda. (3)	201.910	-	48,003	100,000	218.197	104.742	102.740	3.244	(12.373)	2.002	(5.939)
Interbanco S.A.	20.000	-	99,996	99,999	80.388	80.385	79.705	6.998	16.068	6.958	16.068
Unibanco Negócios Imobiliários Ltda. (3)	49.568	-	99,999	100,000	56.496	56.496	55.681	814	1.261	814	1.261
BWU Comércio e Entretenimento Ltda. (3) e (13)	67.562	-	59,792	59,792	59.701	35.697	36.958	(2.010)	(6.386)	(1.262)	(3.325)
Unibanco Asset Management – Banco de Investimento S.A. (2)	1.468	1.468	99,999	99,999	27.409	27.409	24.605	4.389	6.418	4.407	6.436
Unibanco Empreendimentos Ltda. (3)	150.489	-	16,126	100,000	125.093	20.172	20.040	822	1.602	132	258
Unibanco Serviços de Investimento Ltda.	100	-	99,999	100,000	5.582	5.582	6.746	7.436	14.082	7.436	14.082
Hipercard Banco Múltiplo S.A. (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.328)
Outras	-	-	-	-		169.290	275.230	-	-	19.519	1.646
Principais controladas em conjunto (i)											
Banco Investcred Unibanco S.A. – (PontoCred) (6)	95	-	49,997	49,997	203.774	101.881	96.850	11.317	28.944	5.579	14.387
Serasa S.A.	366	349	19,045	19,174	159.757	30.426	33.639	22.504	42.276	4.211	7.996
Tecnologia Bancária S.A.	762.278	-	19,051	21,432	139.207	26.520	25.387	5.954	5.450	1.134	1.026
Redecard S.A.	200	400	31,943	31,943	57.852	18.480	17.728	47.034	86.010	15.024	27.474
Interchange Serviços S.A.	75.000.000	-	25,000	25,000	36.191	9.048	8.487	2.244	3.400	561	850
Companhia Hipotecária Unibanco – Rodobens	6.055	-	50,000	50,000	8.929	4.465	4.393	128	536	74	278
Outras	-	-	-	-	-	22.665	22.268	-	-	6.485	9.462
Total						**4.763.543**	**4.863.759**	-	-	**358.115**	**495.469**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Quantidade de ações ou quotas possuídas (mil) direta e indiretamente		Participação (%)	Patrimônio líquido ajustado	Valor do investimento		Lucro (prejuízo) ajustado		Equivalência patrimonial (1)	
	Ordinárias	Preferenciais	Unibanco Consolidado		30 de junho de 2005	31 de março de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
Investimentos do Unibanco Consolidado										
Coligadas										
AIG Brasil Companhia de Seguros	54.214	-	49,999	93.469	46.734	45.140	3.192	5.587	3.408	2.469
Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)	-	110.824	11,082	1.362.218	153.804	-	109.664	109.664	12.675	12.675
Outras	-	-	-	-	3.898	11.930	-	-	(18)	(257)
Total					**204.436**	**57.070**			**16.065**	**14.887**

Principais controladas diretas, indiretas e controladas em conjunto participadas por:	Quantidade de ações ou quotas possuídas (mil)		Participação (%)	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) ajustado	
	Ordinárias	Preferenciais	Unibanco Consolidado		Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
Unipart Participações Internacionais Ltd. (i)						
Unibanco Cayman Bank Ltd.	13.252	-	100,000	354.478	48.956	54.703
Unibanco União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A.	200	-	99,999	158.811	363	1.014
Unicorp Bank & Trust Ltd.	1.750	3.250	100,000	31.195	7.739	18.372
Hipercard Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (8)	7	-	100,000	201.513	9.254	21.493
Unibanco AIG Seguros S.A. (i)						
Unibanco AIG Vida e Previdência S.A. (7)	39.565	-	100,000	225.310	21.228	36.932
Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A.	20.000	-	99,999	50.538	1.954	4.973
Unibanco AIG Warranty S.A.	560	-	70,000	23.715	284	2.615
Banco Fininvest S.A.						
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	83	83	49,998	42.666	4.700	12.300
Unicard Banco Múltiplo S.A.						
Hipercard Banco Múltiplo S.A. (5)	490.295	5.940	100,000	767.131	29.468	39.638

(i) As participações apresentadas na coluna Unibanco Consolidado referem-se ao percentual possuído pelas respectivas controladoras.

(1) As diferenças entre o lucro líquido e a equivalência patrimonial e o patrimônio líquido e o valor de investimento são decorrentes principalmente dos lucros a realizar sobre venda de empresas entre companhias do grupo, que estão sendo reconhecidos em função da amortização dos ágios apurados.

(2) A diferença entre o lucro líquido dessa empresa e a equivalência patrimonial reconhecida no resultado, é decorrente de atualização de títulos patrimoniais, registrada diretamente no patrimônio líquido da empresa investida.

(3) No segundo trimestre de 2004, foi aprovada, em Assembléia Geral Extraordinária, a incorporação, no Unibanco, da totalidade da participação no Unibanco Representação e Participações Ltda – Unipart por seu valor patrimonial. No processo de incorporação, essas empresas passaram a ser controladas diretamente pelo Unibanco.

(4) O Unibanco adquiriu, com base no balanço de 31 de maio de 2004, a totalidade das ações do Banco BNL do Brasil S.A. de titularidade da Banca Nazionale del Lavoro S.p.A. (BNL) através de permuta de 1 bilhão de *Units* . Conforme Assembléia Geral Extraordinária de 22 de outubro de 2004 foi aprovada a alteração da denominação social de Banco BNL do Brasil S.A. para Banco Único S.A.

(5) Durante o terceiro trimestre de 2004, o Unibanco adquiriu 11.263 mil ações ordinárias e a totalidade das ações preferenciais do Banco1.net S.A., por aproximadamente R$38.378, passando a deter participação equivalente a 99,999% do capital total. A denominação social da empresa foi alterada de Banco1.net S.A. para Hipercard Banco Múltiplo S.A. Em Assembléia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 2005 o Unibanco promoveu aumento de capital na Unicard Banco Múltiplo S.A., mediante entrega do investimento no Hipercard Banco Múltiplo S.A.

(6) No terceiro trimestre de 2004, os acionistas aprovaram, em Assembléia Geral Extraordinária, a incorporação da Estrel Participações S.A. pelo Banco Investcred Unibanco S.A., pelo seu valor patrimonial contábil.

(7) Através da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2004, foi aprovada a alteração da denominação social de Phenix Seguradora S.A. para Unibanco AIG Vida e Previdência S.A., e em Assembléia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2004 foi aprovada a incorporação das empresas Phenix Participações Ltda. e Unibanco AIG Previdência S.A., respectivamente, pela Unibanco AIG Vida e Previdência S.A.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(8) Em 1º de março de 2004 o Unibanco adquiriu do grupo holandês Ahold, através de suas controladas a totalidade das quotas da Hipercard Administradora de Cartões de Crédito Ltda. O valor da transação, após a conclusão da due diligence, ocorrida no terceiro trimestre de 2004, foi de R$630 milhões apurando-se um ágio de R$415 milhões a ser amortizado em função da expectativa de resultados futuros em até dez anos.

(9) Em Assembléia Geral Extraordinária de 31 de janeiro de 2005, foi aprovada a incorporação da Unibanco Corretora de Valores Mobiliários pela Unibanco Investshop Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio S.A.

(10) Em 3 de junho de 2005, foi celebrado acordo com o Grupo Verdi, para aquisição de 49% restante do capital do Banco Dibens S.A. O valor da transação foi de R$128 milhões, apurando-se um ágio de R$22,4 milhões a ser amortizado em função da expectativa de resultados futuros em até dez anos. A transação está sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil e de outras autoridades.

(11) Em maio de 2005, a Caixa Geral de Depósitos, ex-controladora do Banco Bandeirantes, efetuou pagamento de indenização de contingências e outros passivos pelos quais mantinha responsabilidade de acordo com o Contrato de Associação firmado com o Unibanco por ocasião da alienação daquela instituição, no montante aproximado de R$238 milhões, dos quais R$200 milhões são relativos às contingências do Banco Banorte S.A. e R$38 milhões relativos à conta gráfica do Banco Bandeirantes S.A.; o risco dessas questões foi assumido pela empresa sucessora e a correspondente provisão constituída.

A equivalência patrimonial apurada no semestre findo em 30 de junho de 2005 compreende o resultado das operações do Unicard Banco Múltiplo S.A., as provisões constituídas e indenizações recebidas, correspondendo a um lucro ajustado, inclusive dos efeitos fiscais, de R$89 milhões. Vide nota explicativa 12 ((b)1).

(12) Em 30 de junho de 2005, registra resultado extraordinário no montante de R$503 decorrente basicamente (i) da alteração do método de avaliação de investimentos anteriormente avaliados à custo, em função da nomeação de conselheiro administrativo na coligada, caracterizando influência na administração e (ii) constituição de provisões não recorrentes relacionadas à abandono e adequação de softwares e complementares a contingências fiscais.

(13) Através de Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato social da BWU Comércio e Entretenimento Ltda. de 3 de agosto de 2004, foi aprovada a incorporação da BWU Representação e Participações Ltda.

(b) Ágio na aquisição de empresas

Os ágios apurados na aquisição de empresas são amortizados em até dez anos, de acordo com a expectativa de lucros futuros, sendo o valor amortizado registrado em "Outras despesas operacionais".

O saldo do ágio a amortizar e o valor amortizado, do Unibanco Consolidado, estão demonstrados no quadro a seguir:

			Amortização no período			
	Saldo a amortizar		Trimestre findo em	Semestre findo em	Trimestre findo em	Semestre findo em
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	30 de junho de 2005	30 de junho de 2004	30 de junho de 2004
Bandeirantes(1)	-	-	-	-	15.320	31.159
Fininvest	307.177	314.963	7.786	15.572	6.538	13.076
Hipercard	367.465	378.065	9.614	20.230	7.916	7.916
Outros(1)	195.313	182.038	8.209	15.754	6.058	10.683
Total	**869.955**	**875.066**	**25.609**	**51.556**	**35.832**	**62.834**

(1) Conforme divulgado na nota explicativa 3 (e) a partir de 31 de dezembro de 2004 na incorporação da empresa controlada com perecimento ou abandono da marca adquirida, o ágio correspondente é integralmente amortizado.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são representados, substancialmente, por letras hipotecárias emitidas no Brasil e por *euronotes* emitidos no exterior.

(a) As letras hipotecárias são atualizadas monetariamente, de acordo com o índice da TR, acrescido de juros médios de 13,42% (31 de março de 2005 - 12,79%) a.a., com vencimentos até 24 de julho de 2006.

(b) *Euronotes*

		Unibanco		Unibanco Consolidado	
Vencimento	**Moeda de emissão**	**30 de junho de 2005**	**31 de março de 2005**	**30 de junho de 2005**	**31 de março de 2005**
Até 3 meses	US$	443.247	140.182	434.217	132.146
	EUR	5.024	25.048	5.024	25.048
	R$	45.513	8.629	39.999	8.629
		493.784	**173.859**	**479.240**	**165.823**
De 3 a 12 meses	US$	138.271	460.361	132.637	454.889
	EUR	10.092	14.680	10.092	14.680
	R$	210.254	3.187	96.573	3.187
		358.617	**478.228**	**239.302**	**472.756**
De 1 a 3 anos	US$	93.581	76.665	86.132	71.745
	EUR	10.046	12.952	10.046	12.952
	R$	-	111.503	-	111.503
		103.627	**201.120**	**96.178**	**196.200**
De 3 a 5 anos	US$	86.001	121.452	78.662	94.479
	R$	297.127	318.410	258.946	318.410
		383.128	**439.862**	**337.608**	**412.889**
De 5 a 15 anos	US$	**40.747**	**49.944**	**37.151**	**46.265**
Total		**1.379.903**	**1.343.013**	**1.189.479**	**1.293.933**

As taxas médias de juros para as emissões em moeda estrangeira eram de 3,92% (31 de março de 2005 - 2,78%) a.a. no Unibanco e de 4,13% (31 de março de 2005 - 2,78%) a.a. no Unibanco Consolidado.

Em fevereiro de 2005, o Unibanco fez uma nova emissão denominada em Reais no valor de US$125 milhões equivalentes a R$325 milhões. A operação tem prazo de 5 anos e pagamentos de juros semestrais e oferece um cupom em Reais indexado a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGPM") mais 8,7% ao ano.

(c) As demais emissões no exterior totalizaram R$36.467 (31 de março de 2005 – R$43.782) no Unibanco e no Unibanco Consolidado, com vencimento até 4 de agosto de 2010 e taxa média de juros de 6,03% (31 de março de 2005 - 6,28%) a.a.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos no exterior referem-se principalmente a linhas de curto prazo, para refinanciamento de operações de câmbio, de importação e de exportação.

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm vencimentos até 2025, com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do Sistema BNDES.

As obrigações por repasses do exterior referem-se a linhas de longo prazo destinadas a financiamentos de projetos e comércio exterior, com vencimentos até 15 de dezembro de 2011 e taxa média de juros de 4,46% (31 de março de 2005 - 5,32%) a.a.

12. Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

O Unibanco e suas controladas são parte de vários processos judiciais envolvendo principalmente contingências tributárias, cíveis e por reclamações trabalhistas. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas ações, baseada na opinião de consultores jurídicos e no histórico de perdas. As provisões constituídas e respectivas variações no trimestre eram as seguintes:

(a) Saldos patrimoniais

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ações fiscais	684.936	549.517	1.441.039	1.185.596
Ações trabalhistas	473.008	534.149	868.336	798.313
Ações cíveis	314.127	318.416	561.993	506.074
Total	**1.472.071**	**1.402.082**	**2.871.368**	**2.489.983**
Registradas em Outras Obrigações				
- Fiscais e Previdenciárias	684.936	549.517	1.441.039	1.185.596
- Diversas (nota 13 (c))	787.135	852.565	1.430.329	1.304.387
	1.472.071	**1.402.082**	**2.871.368**	**2.489.983**

(b) Movimentação

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
Saldo inicial	**1.402.082**	**1.393.093**	**2.489.983**	**2.386.139**
Constituição (1)	242.664	357.372	611.596	850.237
Pagamentos	(172.675)	(278.394)	(230.211)	(365.008)
Saldo final	**1.472.071**	**1.472.071**	**2.871.368**	**2.871.368**

(1) Conforme mencionado na nota explicativa 9 ((a)12), no Unibanco Consolidado foram constituídas provisões no primeiro semestre de 2005 para riscos assumidos relacionados a contingências anteriores à aquisição do Banco Bandeirantes que foram objeto de indenização recebida da Caixa Geral de Depósitos no montante de R$260 milhões, antes dos efeitos tributários.

(c) Ações fiscais

O Unibanco e suas controladas são autores de ações relativas a questões tributárias, em especial quanto à constitucionalidade da exigência de determinados tributos, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

(d) Ações trabalhistas

Sindicatos e ex-empregados intentaram ações trabalhistas contra o Unibanco e suas controladas para obter indenizações referentes a verbas trabalhistas. O valor das contingências trabalhistas é provisionado, com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

Ex-empregados do Banco Nacional intentaram ações trabalhistas contra o Banco Nacional ou contra o Unibanco depois da aquisição de alguns dos ativos e passivos daquele banco. O Banco Nacional é o responsável por responder às perdas nessas ações e vem reembolsando o Unibanco, quando do encerramento das ações, por qualquer desembolso por ele efetuado a esse título. Adicionalmente, nas ações em que foram penhorados ativos, que hoje pertencem ao Unibanco, foram interpostos embargos de terceiros contra essas penhoras.

(e) Ações cíveis

O Unibanco e suas controladas também foram acionados judicialmente em ações de outras naturezas, incluindo aquelas em que é parte juntamente com outras instituições financeiras brasileiras relacionadas, principalmente a: (i) planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro; (ii) aplicação de juros compostos em períodos menores que um ano nas suas operações; (iii) perdas relacionadas a contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial; e (iv) danos morais e materiais. Essas contingências são provisionadas mediante a probabilidade de insucesso em cada tipo de ação.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Ações judiciais

Os antigos controladores do Banco Nacional S.A. propuseram ações judiciais contra o Banco Central do Brasil e o Unibanco em função do processo de venda de certos ativos e passivos daquela instituição financeira. O Unibanco, baseado na opinião de seus consultores jurídicos, considera que essas ações não se sustentam, uma vez que a operação de aquisição de ativos e assunção de passivos operacionais do Banco Nacional S.A. pelo Unibanco, foi realizada de acordo com o PROER, programa instituído por lei no intuito principal de preservar os recursos dos depositantes e manter a confiança dos brasileiros nas instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional. A Administração considera que não há necessidade de constituição de provisão para estas ações.

Durante o primeiro semestre de 2005, o Unibanco e os antigos controladores do Banco Banorte S.A. encerraram as disputas judiciais em curso e, em complemento ao Banco Central do Brasil apresentarão projeto de convolação da liquidação extrajudicial do Banorte em liquidação ordinária.

13. Outras Obrigações

(a) Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização:

	Seguradoras		Previdência		Capitalização		Total	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Circulante:	**1.359.915**	**1.154.492**	**2.835.822**	**2.747.588**	**465.374**	**446.978**	**4.661.111**	**4.349.058**
Prêmios não ganhos	708.803	509.478	1	1	-	-	708.804	509.479
Provisão IBNR	205.053	199.222	9.817	9.734	-	-	214.870	208.956
Provisão matemática de benefícios a conceder	164.626	142.968	2.782.501	2.701.670	-	-	2.947.127	2.844.638
Provisão matemática de benefícios concedidos	2.747	2.776	2	1	-	-	2.749	2.777
Sinistros a liquidar	276.227	297.533	708	752	-	-	276.935	298.285
Provisão para sorteios e resgates	-	-	-	-	465.011	446.615	465.011	446.615
Outras provisões	2.459	2.515	42.793	35.430	363	363	45.615	38.308
Exigível:	**758**	**934**	**2.012.799**	**1.976.603**	**-**	**-**	**2.013.557**	**1.977.537**
Provisão matemática de benefícios a conceder	-	-	1.471.121	1.455.571	-	-	1.471.121	1.455.571
Provisão matemática de benefícios concedidos	731	746	358.327	343.793	-	-	359.058	344.539
Outras provisões	27	188	183.351	177.239	-	-	183.378	177.427
Total de provisões técnicas	**1.360.673**	**1.155.426**	**4.848.621**	**4.724.191**	**465.374**	**446.978**	**6.674.668**	**6.326.595**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Dívidas subordinadas

				Unibanco		Unibanco Consolidado	
	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Step-up subordinated callable notes (1)	abril de 2002	abril de 2012	9,375%	477.548	554.209	473.918	552.619
Step-up subordinated callable notes (2)	dezembro de 2003	dezembro de 2013	7,375%	471.226	544.358	471.112	536.902
Step-up subordinated callable notes (3)	abril de 2001	abril de 2006	3,45%	71.275	81.327	71.275	81.327
Linha de crédito subordinada (4)	dezembro de 2004	dezembro de 2009	4,74%	353.057	404.667	353.057	404.667
CDB subordinado (5)	dezembro de 2002	dezembro de 2012	102% do CDI	401.098	383.201	401.098	383.201
Total				**1.774.204**	**1.967.762**	**1.770.460**	**1.958.716**

(1) A dívida pode ser resgatada integralmente em abril de 2007 ou em cada pagamento de juros subseqüente. A remuneração a partir do quinto ano será de 11,7995% a.a.
(2) A dívida pode ser resgatada integralmente em dezembro de 2008 ou em cada pagamento de juros subseqüente. A remuneração a partir do quinto ano será de 9,375% a.a.
(3) A remuneração é calculada através da taxa Libor mais 1,2%, atualizada semestralmente.
(4) A dívida não pode ser resgatada antecipadamente. A remuneração é calculada através da taxa Libor mais 2%, atualizada semestralmente.
(5) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de dezembro de 2007.

(c) Diversas

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento no exterior (1)	2.173.465	2.527.042	2.173.465	2.527.042
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados das empresas de cartões de crédito	-	-	2.023.391	2.186.699
Provisões para processos trabalhistas e cíveis (nota 12 (a))	787.135	852.565	1.430.329	1.304.387
Valores a pagar por débitos com seguros	-	-	461.865	360.920
Provisões para despesas de pessoal e administrativas	339.277	340.050	411.052	412.137
Provisão para reestruturação (2)	21.533	126.183	21.533	126.183
Contratos de assunção de obrigações	10.287	11.577	-	367
Outros	185.643	182.404	426.386	228.695
Total	**3.517.340**	**4.039.821**	**6.948.021**	**7.146.430**
Curto prazo	**732.102**	**843.858**	**3.461.372**	**3.456.958**
Longo prazo	**2.785.238**	**3.195.963**	**3.486.649**	**3.689.472**

(1) Obrigação decorrente da venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior, nos montantes de US$817.000 mil e de ¥$25.000.000 mil, com encargos equivalentes à taxa Libor trimestral, acrescida de 0,50% a.a. a 4,25% a.a., ou juros fixos de 6,15% a.a., pagos trimestralmente e com vencimento inicial em abril de 2009 e final em outubro de 2013.
(2) Provisão constituída para fazer face aos custos de reestruturação de determinadas operações de varejo, não vinculadas ao ativo permanente.

14. Benefícios a Empregados

(a) Plano de pensão

O Unibanco e parte dos empregados patrocinaram o "Programa de Geração de Benefícios Livres" (PGBL), sistema que permite ao participante acumular recursos financeiros ao longo de sua carreira profissional, por meio de contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa empregadora. Esses recursos foram investidos em uma conta de Fundo de Investimento Financeiro Exclusivo (FIFE). O plano foi baseado sobre contribuições definidas pelo Unibanco e pelos empregados até outubro de 2004. Após esta data, somente os empregados têm contribuído para o programa.

Além disso, em 1 de julho de 2004, o PGBL dos funcionários foi reformulado, visando um novo plano de benefícios. O novo plano é também de contribuição definida e é administrado por uma entidade fechada por meio da Trevo - Instituto Bandeirantes de Seguridade Social. Este novo programa está sendo patrocinado pelo Unibanco e pelos seus funcionários.

Durante o trimestre encerrado em 30 de junho de 2005, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R$2.620 (Semestre findo em 30 de junho de 2005 - R$6.745) no Unibanco e R$3.281 (Semestre findo em 30 de junho de 2005 - R$8.006) no Unibanco Consolidado.

(b) Plano de outorga de opções de compra de ações

O Unibanco possui um Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, que visa alinhar o comprometimento dos executivos com resultados de longo prazo e recompensar a alta performance, além de ser um instrumento para atrair, reter e motivar talentos. As opções de compra de ações e/ou *Units* outorgadas poderão ser exercidas pelos executivos entre 3 e 6 anos. As outorgas de opções anuais estão limitadas a 1% do capital autorizado e o total das opções outorgadas e não exercidas está limitado a 10% do capital autorizado.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As opções apresentaram a seguinte movimentação até 30 de junho de 2005:

Emissão		Carência	Prazo final para	Preço de exercício por cada *UNIT* (R$) Atualizado				
Nº	Data	até	exercício		Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Não exercidas
1ª	21.01.2002	21.01.2005	20.01.2006	9,31	2.062.687	616.965	564.855	880.867
		21.01.2006	20.01.2007	9,31	2.062.728	-	669.502	1.393.226
		21.01.2007	20.01.2008	9,31	2.062.585	-	669.477	1.393.108
2ª	15.04.2002	15.04.2005	14.04.2006	10,91	11.334	-	-	11.334
		15.04.2006	14.04.2007	10,91	11.333	-	-	11.333
		15.04.2007	14.04.2008	10,91	11.333	-	-	11.333
3ª	01.08.2002	01.08.2005	31.07.2006	8,40	33.334	-	-	33.334
		01.08.2006	31.07.2007	8,40	33.333	-	-	33.333
		01.08.2007	31.07.2008	8,40	33.333	-	-	33.333
4ª	12.08.2002	12.08.2005	11.08.2006	7,05	60.000	-	-	60.000
		12.08.2006	11.08.2007	7,05	60.000	-	-	60.000
		12.08.2007	11.08.2008	7,05	60.000	-	-	60.000
5ª	01.11.2002	01.11.2005	31.10.2006	6,90	33.334	-	-	33.334
		01.11.2006	31.10.2007	6,90	33.333	-	-	33.333
		01.11.2007	31.10.2008	6,90	33.333	-	-	33.333
6ª	11.11.2002	11.11.2005	10.11.2006	6,90	33.334	-	33.334	-
		11.11.2006	10.11.2007	6,90	33.333	-	33.333	-
		11.11.2007	10.11.2008	6,90	33.333	-	33.333	-
7ª	20.11.2002	31.05.2006	19.11.2006	6,90	50.000	-	-	50.000
		20.11.2006	19.11.2007	6,90	50.000	-	50.000	-
		20.11.2007	19.11.2008	6,90	50.000	-	50.000	-
8ª	06.01.2003	06.01.2006	05.01.2007	6,66	26.667	-	26.667	-
		06.01.2007	05.01.2008	6,66	26.667	-	26.667	-
		06.01.2008	05.01.2009	6,66	26.666	-	26.666	-
9ª	10.02.2003	10.02.2006	09.02.2007	7,78	20.000	-	-	20.000
		10.02.2007	09.02.2008	7,78	20.000	-	-	20.000
		10.02.2008	09.02.2009	7,78	20.000	-	-	20.000
10ª	10.03.2003	10.03.2006	09.03.2007	8,17	27.667	-	7.667	20.000
		10.03.2007	09.03.2008	8,17	27.667	-	7.667	20.000
		10.03.2008	09.03.2009	8,17	27.666	-	7.666	20.000
11ª	08.04.2003	08.04.2006	07.04.2007	8,85	264.003	-	100.669	163.334
		08.04.2007	07.04.2008	8,85	263.999	-	100.666	163.333
		08.04.2008	07.04.2009	8,85	263.998	-	100.665	163.333
12ª	14.04.2003	14.04.2006	13.04.2007	8,94	6.667	-	6.667	-
		14.04.2007	13.04.2008	8,94	6.667	-	6.667	-
		14.04.2008	13.04.2009	8,94	6.666	-	6.666	-
13ª	07.05.2003	07.05.2006	06.05.2007	8,41	186.667	-	-	186.667
		07.05.2007	06.05.2008	8,41	186.667	-	-	186.667
		07.05.2008	06.05.2009	8,41	186.666	-	-	186.666
14ª	04.06.2003	04.06.2006	03.06.2007	10,21	100.000	-	100.000	-
		04.06.2007	03.06.2008	10,21	100.000	-	100.000	-
		04.06.2008	03.06.2009	10,21	100.000	-	100.000	-
15ª	16.06.2003	16.06.2006	15.06.2007	10,30	20.000	-	-	20.000
		16.06.2007	15.06.2008	10,30	20.000	-	-	20.000
		16.06.2008	15.06.2009	10,30	20.000	-	-	20.000
16ª	02.09.2003	02.09.2006	01.09.2007	9,83	1.037.721	-	226.680	811.041
		02.09.2007	01.09.2008	9,83	1.037.658	-	226.663	810.995
		02.09.2008	01.09.2009	9,83	1.037.621	-	226.657	810.964

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Prazo final		Preço de exercício por cada *UNIT* (R$) Atualizado				-
Emissão		Carência	para					-
Nº	Data	até	exercício		Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Não exercidas
17ª	10.11.2003	10.11.2006	09.11.2007	9,83	60.000	-	60.000	-
		10.11.2007	09.11.2008	9,83	60.000	-	60.000	-
		10.11.2008	09.11.2009	9,83	60.000	-	60.000	-
18ª	17.12.2003	17.12.2006	16.12.2007	11,50	20.000	-	-	20.000
		17.12.2007	16.12.2008	11,50	20.000	-	-	20.000
		17.12.2008	16.12.2009	11,50	20.000	-	-	20.000
19ª	05.01.2004	05.01.2007	04.01.2008	9,83	40.000	-	-	40.000
		05.01.2008	04.01.2009	9,83	40.000	-	-	40.000
		05.01.2009	04.01.2010	9,83	40.000	-	-	40.000
20ª	01.02.2004	01.02.2007	31.01.2008	13,76	60.000	-	-	60.000
		01.02.2008	31.01.2009	13,76	60.000	-	-	60.000
		01.02.2009	31.01.2010	13,76	60.000	-	-	60.000
21ª	05.04.2004	05.04.2007	04.04.2008	14,03	2.040	-	-	2.040
		05.04.2008	04.04.2009	14,03	2.040	-	-	2.040
		05.04.2009	04.04.2010	14,03	2.040	-	-	2.040
22ª	12.04.2004	12.04.2007	11.04.2008	13,91	133.334	-	-	133.334
		12.04.2008	11.04.2009	13,91	133.333	-	-	133.333
		12.04.2009	11.04.2010	13,91	133.333	-	-	133.333
23ª	13.04.2004	13.04.2007	12.04.2008	14,02	33.334	-	-	33.334
		13.04.2008	12.04.2009	14,02	33.333	-	-	33.333
		13.04.2009	12.04.2010	14,02	33.333	-	-	33.333
24ª	19.07.2004	19.07.2007	18.07.2008	12,75	156.668	-	-	156.668
		19.07.2008	18.07.2009	12,75	156.666	-	-	156.666
		19.07.2009	18.07.2010	12,75	156.666	-	-	156.666
25ª	04.08.2004	04.08.2009	03.08.2010	11,94	300.000	-	-	300.000
26ª	20.09.2004	20.09.2007	19.09.2008	13,65	3.334	-	-	3.334
		20.09.2008	19.09.2009	13,65	3.333	-	-	3.333
		20.09.2009	19.09.2010	13,65	3.333	-	-	3.333
27ª	01.02.2005	01.02.2008	31.01.2009	16,05	1.406.687	-	81.668	1.325.019
		01.02.2009	31.01.2010	16,05	1.406.667	-	81.667	1.325.000
		01.02.2010	31.01.2011	16,05	1.406.646	-	81.665	1.324.981
28ª	03.05.2005	03.05.2008	02.05.2009	18,80	8.334	-	-	8.334
		03.05.2009	02.05.2010	18,80	8.333	-	-	8.333
		03.05.2010	02.05.2011	18,80	8.333	-	-	8.333
	POSIÇÃO GERAL				**17.991.120**	**616.965**	**3.933.834**	**13.440.321**

15. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é constituído por ações nominativas e escriturais sem valor nominal da seguinte forma:

			30 de junho de 2005	31 de marçode 2005
	Ações em circulação	Ações em tesouraria	Total	Total
Ordinárias	755.658.168	-	755.658.168	755.658.168
Preferenciais	641.114.542	12.085.622	653.200.164	653.200.164
Total	**1.396.772.710**	**12.085.622**	**1.408.858.332**	**1.408.858.332**

O valor de mercado de fechamento em 30 de junho de 2005 foi de R$13,20 por ação ordinária e R$7,13 por ação preferencial.

As ações preferenciais não dão direito a voto, mas têm prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade, até o montante do capital social representado por essas ações preferenciais, e a receber um dividendo anual 10% superior ao distribuído às ações ordinárias.

O Certificado de Depósito de Ações (*Unit*) é representado, por uma ação preferencial de emissão do Unibanco e por uma ação preferencial de emissão da Unibanco Holdings S.A. (Holdings) e é negociado no mercado brasileiro. Em 30 de junho, o valor de mercado de fechamento das *Units* foi de R$17,22.

O *Global Depositary Receipts* (GDRs) é representado por 5 *Units* e é negociado no mercado internacional.

O Unibanco e a Unibanco Holdings finalizaram, em 30 de agosto de 2004, o grupamento de suas ações (ordinárias, preferenciais e *Units*) que se deu na razão de 100 ações para 1 ação. As negociações passaram a ser feitas em cotações unitárias. Na mesma data, os *Global Depositary Receipts* (GDRs) negociados no exterior passaram a representar, cada um, 5 *Units,* ao invés de 500, sem alteração na quantidade de GDRs emitidos e no valor de suas cotações.

O grupamento visa maior eficiência no controle e relacionamento com os acionistas e redução de custos operacionais, além de representar mais uma alternativa na busca de maior liquidez dos valores mobiliários envolvidos.

(b) Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

O dividendo mínimo obrigatório é de 35% do lucro líquido anual do Banco, deduzido da parcela de constituição da reserva legal.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em reunião de 30 de março de 2005, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros aos acionistas, no valor bruto de R$84.392, composto por juros complementares declarados sobre o lucro apurado no exercício de 2004, no montante bruto de R$27.676, e juros da distribuiçao relativa ao primeiro trimestre de 2005, no montante de R$56.716, na proporção de R$0,0578 (R$0,0491 líquido do imposto de renda na fonte) por ação ordinária e R$0,0635 (R$0,0540 líquido do imposto de renda na fonte) por ação preferencial em circulação à época. A remuneração sobre o capital próprio foi calculada de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e o benefício fiscal obtido pela dedutibilidade foi de R$28.693. O pagamento foi realizado em 29 de abril de 2005.

Às *Units* foram atribuídos o valor de R$0,1138 (R$0,0967 líquido do imposto de renda na fonte), sendo R$0,0503 (R$0,0427 líquido do imposto de renda na fonte) provenientes da Holdings e R$0,0635 (R$0,0540 líquido do imposto de renda na fonte) do Unibanco. Para cada GDR foi atribuído o valor de R$0,5689 (R$0,4836 líquido do imposto de renda na fonte).

Em reunião de 15 de julho de 2005, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros aos acionistas, no valor bruto de R$275.784, composto por juros relativo ao segundo trimestre de 2005, no montante de R$56.717, e juros complementares da distribuiçao relativa ao primeiro semestre de 2005, no montante de R$219.067, na proporção de R$0,1888 (R$0,1605 líquido do imposto de renda na fonte) por ação ordinária e R$0,2077 (R$0,1765 líquido do imposto de renda na fonte) por ação preferencial em circulação à época. A remuneração sobre o capital próprio foi calculada de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e o benefício fiscal obtido pela dedutibilidade foi de R$93.767. O pagamento foi realizado em 29 de julho de 2005.

Às *Units* foram atribuídos o valor de R$0,3702 (R$0,3147 líquido do imposto de renda na fonte), sendo R$0,1625 (R$0,1382 líquido do imposto de renda na fonte) provenientes da Holdings e R$0,2077 (R$0,1765 líquido do imposto de renda na fonte) do Unibanco. Para cada GDR foi atribuído o valor de R$1,8509 (R$1,5733 líquido do imposto de renda na fonte).

(c) Reservas de capital

São representadas, substancialmente, por reserva de ágio na subscrição de ações.

(d) Ações em tesouraria

Durante o segundo trimestre de 2005, por conta do Plano de Opção de Compra de Ações – Performance (nota explicativa 14 (b)), aprovado em Assembléias Gerais Extraordinárias de 31 de outubro de 2001, e também por conta do programa de conversão (ver item f), foram registradas as seguintes movimentações na quantidade de ações em tesouraria:

Quantidade de ações em 31/03/05	**12.109.948**
Ações permutadas	4.008
Alienação	(36.666)
Recompra	8.332
Quantidade de ações em 30/06/05	**12.085.622**

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O custo médio final foi de R$4,1530 por ação sendo que os preços mínimos e máximos foram de R$15,48 e R$20,77, respectivamente.

(e) Reservas estatutárias

O saldo é composto por:

	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
i) Reserva para Risco em Operações de Câmbio – constituída à base de 2% do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social	103.436	93.856
ii) Reserva para Margem Operacional – constituída à base de 90% do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos, até atingir o limite de 80% do capital social		
- Outras reservas estatutárias	2.990.364	2.526.416
- Reserva especial de dividendos	63.898	63.898
Total	**3.157.698**	**2.684.170**

(f) Movimentação do patrimônio líquido

	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
Saldo inicial	**8.363.245**	**8.106.383**
Alienação, venda e permuta de ações em tesouraria	54	1.505
Ajustes de períodos anteriores	(5.464)	(5.486)
Atualização de títulos patrimoniais	421	421
Ajuste ao valor de mercado líquido dos efeitos tributários – títulos e valores mobiliários e derivativos	31.027	37.032
Lucro líquido do período	452.935	854.224
Constituição da reserva de reavaliação	(1.788)	(1.879)
Remuneração sobre o capital próprio proposta	(180.730)	(332.500)
Saldo final	**8.659.700**	**8.659.700**

(g) Programa de Conversão

A partir de novembro de 2003, iniciou-se o Programa de Conversão que permite somente aos acionistas que detinham ações preferenciais do Unibanco e preferenciais da Unibanco Holdings na data de publicação do Edital da Oferta de Permuta (15 de setembro de 2003), permutar seus pares de ações preferenciais por *Units*. O Programa de Conversão terá duração de 2 anos. Até 30 de junho de 2005, foram permutadas 626,1 mil ações preferenciais em *Units*.

(h) Oferta Secundária de Units

Em fevereiro de 2005, Commerzbank Aktiengesellschaft e BNL International Investments S.A. venderam, por meio de uma distribuição pública secundária, 45.897.387 Units, representativas de 7,2% das ações preferenciais do Unibanco e 8,9% das ações preferenciais da Unibanco Holdings. Foram realizadas a oferta secundária no Brasil ao público, para determinados compradores institucionais dos Estados Unidos e outros investidores no exterior e nos Estados Unidos, que não eram americanos.

16. Outras Receitas e Despesas Operacionais

(a) Outras receitas operacionais

				Unibanco
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Variação cambial de outros créditos a receber	5.633	10.843	-	-
Dividendos/lucros recebidos de outros investimentos, principalmente consórcios	4.065	10.091	6.618	12.455
Atualização monetária de créditos a receber	4.552	12.981	13.610	19.402
Ganho cambial sobre investimentos no exterior	(4.967)	-	117.471	124.885
Atualização monetária de tributos a recuperar	-	-	1.378	3.303
Outras	100.485	190.685	9.299	14.030
Total	**109.768**	**224.600**	**148.376**	**174.075**

				Unibanco Consolidado
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Dividendos/lucros recebidos de outros investimentos, principalmente consórcios	17.970	48.885	46.904	65.269
Variação cambial de outros créditos a receber	5.633	10.843	-	-
Atualização monetária de tributos a recuperar	838	1.958	1.378	3.303
Atualização monetária de créditos a receber	4.918	16.042	21.503	34.994
Ganho cambial sobre investimentos no exterior	(2.032)	-	97.379	105.151
Outras	145.362	156.953	20.297	37.571
Total	**172.689**	**234.681**	**187.461**	**246.288**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(b) Outras despesas operacionais

	Unibanco			
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Perda cambial sobre investimentos no exterior	181.252	181.252	-	-
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	104.277	117.886	80.662	150.743
Despesa sobre cheques e cobrança remetidas, líquida	24.880	59.740	22.547	43.384
Amortização de ágio sobre empresas adquiridas	13.395	24.885	28.811	57.034
Atualização de outras obrigações	2.411	5.056	653	12.594
Outras	81.021	87.548	49.854	77.423
Total	**407.236**	**476.367**	**182.527**	**341.178**

	Unibanco Consolidado			
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	159.119	218.597	106.126	217.893
Perda cambial sobre investimentos no exterior	149.407	149.407	-	-
Despesa sobre cheques e cobrança remetidas, líquida	35.346	80.537	33.415	59.137
Despesas com seguros	37.864	80.286	37.637	66.392
Amortização de ágio sobre empresas adquiridas	25.610	51.557	35.832	62.834
Atualização de outras obrigações	12.252	23.434	653	12.594
Outras	145.998	223.351	76.178	114.701
Total	**565.596**	**827.169**	**289.841**	**533.551**

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias são registrados em "Outros créditos – diversos" ou em "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias", de acordo com sua natureza.

Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social são realizados de acordo com a apuração de lucros tributáveis, e os créditos tributários sobre adições temporárias são realizadas quando da utilização ou reversão das provisões relacionadas.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Créditos tributários

				Unibanco
	31 de março de 2005	Constituição	Realização	30 de junho de 2005
Provisão para perdas com créditos	310.715	110.106	115.137	305.684
Outras provisões não dedutíveis	756.732	157.154	166.960	746.926
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	211.238	-	33.624	177.614
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	275.969	-	6.050	269.919
Subtotal	**1.554.654**	**267.260**	**321.771**	**1.500.143**
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	40.870	-	13.366	27.504
Crédito tributário líquido	**1.595.524**	**267.260**	**335.137**	**1.527.647**
Total ativo	**1.595.524**			**1.527.647**

				Unibanco
	31 de dezembro de 2004	Constituição	Realização	30 de junho de 2005
Provisão para perdas com créditos	294.272	156.731	145.319	305.684
Outras provisões não dedutíveis	790.096	278.081	321.251	746.926
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	237.580	-	59.966	177.614
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	280.992	-	11.073	269.919
Subtotal	**1.602.940**	**434.812**	**537.609**	**1.500.143**
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	43.843	-	16.339	27.504
Crédito tributário líquido	**1.646.783**	**434.812**	**553.948**	**1.527.647**
Total ativo	**1.646.783**			**1.527.647**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Unibanco Consolidado				
	31 de março de 2005	Constituição	Realização	Saldo de empresas adquiridas	30 de junho de 2005
Provisão para perdas com créditos	455.076	153.736	151.827	-	456.985
Outras provisões não dedutíveis	1.215.451	285.024	189.564	(75)	1.310.836
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	640.165	3.966	38.825	-	605.306
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	476.534	-	8.766	-	467.768
Subtotal	**2.787.226**	**442.726**	**388.982**	**(75)**	**2.840.895**
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	40.668	2.532	13.249	-	29.951
Obrigações fiscais diferidas	(29.314)	(1.158)	(1.841)	-	(28.631)
Crédito tributário líquido	**2.798.580**	**444.100**	**400.390**	**(75)**	**2.842.215**
Total ativo	**2.827.894**				**2.870.846**
Total passivo	**29.314**				**28.631**

	Unibanco Consolidado				
	31 de dezembro de 2004	Constituição	Realização	Saldo de empresas adquiridas	30 de junho de 2005
Provisão para perdas com créditos	438.485	262.456	244.340	384	456.985
Outras provisões não dedutíveis	1.191.988	492.269	384.181	10.760	1.310.836
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar	677.100	15.785	87.579	-	605.306
Contribuição social a compensar (MP 2.158-35)	485.076	-	17.308	-	467.768
Subtotal	**2.792.649**	**770.510**	**733.408**	**11.144**	**2.840.895**
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos	42.491	4.077	16.617	-	29.951
Obrigações fiscais diferidas	(28.626)	(1.930)	(1.925)	-	(28.631)
Crédito tributário líquido	**2.806.514**	**772.657**	**748.100**	**11.144**	**2.842.215**
Total ativo	**2.835.140**				**2.870.846**
Total passivo	**28.626**				**28.631**

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2005:

	Unibanco			Unibanco Consolidado		
Exercício social	Contribuição social (MP 2.158-35)	Outros	Total	Contribuição social (MP 2.158-35)	Outros	Total
2005	7.219	204.197	211.416	14.560	357.136	371.696
2006	31.686	639.068	670.754	41.763	1.077.985	1.119.748
2007	39.791	386.959	426.750	53.351	564.333	617.684
2008	45.759	-	45.759	63.489	124.062	187.551
2009	57.893	-	57.893	76.276	108.946	185.222
2010	75.174	-	75.174	93.293	53.760	147.053
2011 a 2013	12.397	-	12.397	72.117	72.209	144.326
2014 a 2017	-	-	-	52.919	14.696	67.615
Total	**269.919**	**1.230.224**	**1.500.143**	**467.768**	**2.373.127**	**2.840.895**

O valor presente dos créditos tributários acima, calculado considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, totalizou R$1.286.628 no Unibanco e R$2.280.811 no Unibanco Consolidado.

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Unibanco			
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Resultado antes da tributação – líquido das participações (imposto de renda e contribuição social)	588.061	1.099.303	242.763	505.325
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(199.941)	(373.763)	(82.539)	(171.810)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Resultado de participações em controla-das e coligadas e variação cambial sobre investimentos no exterior	26.253	68.851	132.091	201.819
Juros sobre capital próprio	56.434	102.835	30.035	69.520
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(17.872)	(43.002)	(17.734)	(24.093)
Imposto de renda e contribuição social do período	**(135.126)**	**(245.079)**	**61.853**	**75.436**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Unibanco Consolidado			
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Resultado antes da tributação – líquido das participações (imposto de renda e contribuição social)	615.496	1.219.196	362.357	751.993
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(209.269)	(414.527)	(123.202)	(255.678)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Resultado de participações em controla-das e coligadas e variação cambial sobre investimentos no exterior	(46.027)	(45.737)	32.742	37.445
Juros sobre capital próprio	65.745	122.210	41.638	91.326
Créditos tributários de anos anteriores constituídos no período	-	-	16.001	15.234
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	61.732	44.343	13.981	14.289
Imposto de renda e contribuição social do período	**(127.819)**	**(293.711)**	**(18.840)**	**(97.384)**

18. Compromissos e Garantias

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Coobrigação e riscos em garantias prestadas	5.101.857	4.703.036	5.140.307	4.623.051
Contratos de administração de carteiras (substancialmente fundos mútuos de investimentos)	31.465.377	29.311.877	35.119.041	34.205.546
Compromissos por arrendamento mercantil	58.634	73.205	58.675	73.253

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. Transações entre Partes Relacionadas (Unibanco)

	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ativo		
Disponibilidades	21.275	112
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.903.239	5.731.888
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.679.671	483.255
Relações interfinanceiras	307	448
Operações de crédito	195.954	255.692
Outros créditos		
Rendas a receber		
Dividendos e remuneração sobre o capital próprio	121.206	58.135
Diversos	163.742	6.961
Passivo		
Depósitos	3.537.175	2.191.113
Captações no mercado aberto	133.779	140.446
Recursos de aceites e emissão de títulos		
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	198.423	60.945
Relações interfinanceiras	5.751	5.216
Obrigações por empréstimos	206.477	228.371
Instrumentos financeiros derivativos	119.651	75.957
Outras obrigações		
Sociais e estatutárias	292.620	198.084
Dívidas subordinadas	3.744	9.046
Diversas	12.750	132.693

	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Receitas				
Operações de crédito	1.757	4.060	1.666	3.448
Resultado de títulos e valores mobiliários	328.674	581.075	120.481	231.316
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	34.624	35.976	(49.117)	(41.222)
Receitas de prestação de serviços	65.345	119.486	46.918	95.893
Outras receitas operacionais	2.356	2.869	5.232	9.904
Despesas				
Captações no mercado	140.978	218.800	43.361	97.044
Empréstimos e repasses	1.975	4.413	1.072	2.655
Outras despesas administrativas	11.599	20.942	15.331	28.190
Outras despesas operacionais	1.880	3.716	1.921	3.936

Os valores acima referem-se a operações envolvendo o Unibanco e suas empresas controladas e foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações com partes relacionadas não consolidadas são limitadas a transações bancárias em regime normal de operações e não são relevantes no contexto operacional do Unibanco.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

As receitas de prestação de serviços referem-se basicamente a serviços prestados pelo Unibanco às empresas do conglomerado, cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes, pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de cartão, leasing, capitalização, seguros e corretagem.

Outras despesas administrativas referem-se substancialmente a pagamento de aluguel de acordo com contrato baseado no valor de mercado dos imóveis.

20. Instrumentos Financeiros

(a) Objetivos e política de utilização

O Unibanco utiliza instrumentos financeiros e operações envolvendo derivativos com o objetivo de atender necessidades próprias e ou de seus clientes no sentido de administrar exposições a riscos de mercado, moeda e taxa de juros ("*hedge*") ou estabelecer posições nesses mesmos mercados visando aproveitar oportunidades para geração de resultados.

A administração dos riscos envolvidos nos instrumentos financeiros derivativos é parte integral do processo de administração de ativos e passivos e das políticas e procedimentos de crédito. Os riscos de crédito da contraparte são minimizados através de transações com um pequeno número de instituições de alta qualidade.

Grande parte dos instrumentos financeiros derivativos é negociado na Bolsa de Mercadorias & Futuros ("BM&F"). Estes instrumentos possuem padrão de negociação e estão sujeitos às políticas definidas pela BM&F, incluindo aprovação da contraparte, requerimentos de margens diárias e depósitos em garantia. Para os instrumentos financeiros derivativos negociados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") ou em balcão é efetuada a análise do risco de crédito da contraparte.

Os contratos de taxa de juros e de moedas nos mercados a termo e futuro representam compromissos futuros de comprar ou vender instrumentos financeiros nos termos e datas especificados. Os valores referenciais representam o valor de face do correspondente instrumento na data da liquidação da operação. Os riscos de crédito associados aos contratos a termo e futuro são minimizados por garantias de depósitos em conta margem e, especificamente para o mercado futuro, por liquidações diárias das diferenças de posições. Contratos a termo e futuro estão sujeitos ao risco de variações não esperadas nas taxas de juros ou no valor dos correspondentes instrumentos financeiros.

Os contratos de *swap* representam compromissos futuros de trocar moedas ou indexadores nos termos e datas especificados nos contratos. O valor referencial dos instrumentos financeiros representa a base para a determinação dos diferenciais a receber ou a pagar. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade da contraparte em cumprir as condições contratuais e o risco associado às mudanças nas condições de mercado relacionadas a variações nas taxas de juros ou de câmbio.

Contratos de opções são aqueles que: (i) transferem, modificam ou reduzem o risco da taxa de juros, ou (ii) permitem que o Banco compre ou venda um instrumento financeiro mediante o pagamento ou recebimento de um prêmio no início do contrato. Como um comprador de opções, o Unibanco paga um prêmio e, como vendedor das opções, recebe um prêmio em troca de assumir um risco de variações nas taxas de juros futuras ou nos preços de mercado dos instrumentos financeiros. Os riscos de crédito e de mercado estão limitados aos prêmios pagos nas opções compradas e o risco associado às mudanças nas condições de mercado pode ter influência nas opções vendidas.

(b) Política de "*hedge*"

A utilização de instrumentos financeiros e operações envolvendo derivativos com o intuito de administrar exposições e riscos (*hedge*), podem ser contratadas de forma global, correlacionada a posição líquida assumida pelo Unibanco em determinados mercados ou vinculada a determinados ativos e passivos financeiros e para obtenção de proteção específica.

Os instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de ativos e passivos específicos possuem características altamente correlacionadas com o item protegido, permitindo a efetividade da estratégia de risco protegido por todo tempo planejado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* podem: (i) garantir um constante fluxo financeiro sobre determinado ativo ou passivo objeto ("*hedge*" de fluxo de caixa) ou (ii) reduzir a exposição a variações de preço do ativo ou passivo objeto ("*hedge*" de mercado).

(c) Estratégia e gerenciamento de risco

O Unibanco busca continuamente o aperfeiçoamento de seus procedimentos de administração de risco, os quais foram incorporados em diversos níveis da organização. Uma divisão, coordenada por um diretor, é responsável pela identificação, quantificação e administração de riscos de mercado, crédito e operacional de todo o banco. Além disso, cada unidade de negócio conta com uma equipe dedicada à administração de risco.

Risco de crédito

A política de crédito é orientada para a administração de risco, ao mesmo tempo que mantém a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e as necessidades dos clientes. Os limites de créditos buscam evitar concentração em clientes e setores específicos que possuem alto fator de risco. É mantido um plano de alçadas de aprovação de crédito para clientes do atacado e do varejo. Dependendo do tipo de exposição e do histórico de crédito do cliente, as alçadas podem variar do gerente geral da agência ou gerente da conta aos comitês de crédito de varejo ou atacado e, para as operações mais relevantes, até o comitê executivo. O processo de aprovação de crédito centralizado baseia-se em rigorosos limites de crédito, que são estabelecidos pelos comitês de crédito de atacado e varejo e pelo comitê executivo. Os limites pré-aprovados, para diversos tipos de crédito, são baseados na capacidade de solvência e porte dos clientes.

Crédito a empresas: A decisão sobre crédito é embasada em fatores como: histórico financeiro, fluxos de caixa, qualidade da administração, histórico de relacionamento, situação do mercado e outros fatores relacionados a risco de crédito. Um sistema interno de classificação de crédito é utilizado, ordenando empresas em várias categorias, com base em critérios quantitativos e aspectos qualitativos. As linhas de crédito são reexaminadas a cada 60 a 180 dias, conforme a classificação do tomador e o ambiente externo de crédito.

Políticas de crédito para o varejo: A administração de crédito no segmento de varejo, dado o considerável volume de solicitações de crédito, exige sistemas e processos especializados. São utilizados vários instrumentos estatísticos para avaliar as solicitações de crédito. Esses instrumentos, que incluem *credit scoring* e *behavior scoring*, contam com o suporte de sistemas específicos. O sistema automatizado de crédito monitora os empréstimos em todas as suas fases desde a recepção do pedido de crédito. É utilizado um sistema de *collection scoring* que define quais os métodos de cobrança ou combinação de métodos de cobrança mais eficientes para cada caso.

Risco de mercado

A política relacionada à exposição aos riscos de mercado é, em linhas gerais, conservadora. A exposição da carteira é supervisionada e controlada de forma independente. A gestão de riscos de mercado baseia-se em limites estabelecidos pelos comitês financeiro e de riscos. A exposição ao risco de mercado é limitada, mediante a administração de descasamentos de moeda, de vencimentos e de taxa de juros. Valores mobiliários, derivativos, empréstimos e captações são analisados de forma consolidada. Os derivativos têm importante papel na administração dos descasamentos de ativos e passivos. Os limites de exposição da Tesouraria são determinados levando-se em conta a volatilidade do mercado, projeções de cenário, oportunidade de lucro e as necessidades de captação do banco comercial. As atividades de negociação e posicionamento são realizadas dentro de limites definidos pelo Comitê Financeiro. Esses limites e políticas são revisados mensalmente ou quando surge uma nova ameaça ou uma nova oportunidade.

O modelo de *value at risk* é utilizado na avaliação de risco de mercado. Também é utilizado o *stress test*, baseado em cenários macroeconômicos hipotéticos, simulados pelos departamentos de administração de risco e de macroeconomia, a fim de prevenir o risco de perda da carteira e analisar os efeitos das mudanças no mercado financeiro.

A administração da exposição ao risco é centralizada, repassando todos os riscos para posição de tesouraria. Todas as atividades de tesouraria, incluindo as das agências no exterior, são acompanhadas por nossos escritórios de São Paulo. Os limites e as estratégias de negociação são definidos pela matriz, e todas as posições de negociação são consolidadas em bases de dados centralizadas.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de liquidez

O risco de liquidez relaciona-se ao descasamento do fluxo financeiro de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter ativos e honrar suas obrigações.

As políticas de contingência e planejamento de liquidez são definidas pelo Comitê Financeiro divulgadas aos responsáveis e monitoradas por áreas independentes diariamente. A liquidez é avaliada de forma semelhante ao risco de mercado, observando os impactos em diferentes moedas e segundo cenários macroeconômicos e de *stress* que possam alterar a disponibilidade/custos de recursos no mercado financeiro. Prazos, moedas, instrumentos financeiros e diferentes mercados são diariamente avaliados para garantir aderência aos limites estabelecidos. Esses limites e políticas são revisados periodicamente e as estratégias definidas a fim de garantir o monitoramento conservador do risco de liquidez.

Riscos operacionais

O risco operacional relaciona-se à estimativa das perdas inesperadas em uma instituição caso seus sistemas, práticas e/ou medidas de controle não sejam capazes de resistir a falhas humanas, danos à infra-estrutura de suporte, utilização indevida de modelos, serviços ou produtos, alterações no ambiente dos negócios ou a quaisquer outras situações adversas de mercado.

Para atender aos requisitos legais, as boas práticas do mercado internacional e aos regulamentos internos do mercado financeiro brasileiro, o Unibanco criou estrutura interna independente de Gestão de Riscos. Essa área tem como um de seus objetivos, incentivar a geração e perpetuação de cultura interna voltada a gestão integrada de riscos. O gerenciamento do risco operacional é ferramenta indispensável aos processos de tomada de decisão e fator de diferenciação competitiva, possibilitando a avaliação da relação risco - retorno. Outro fator a ser ressaltado é a agregação de valor a marca, na medida em que dá suporte às áreas de negócio, ajudando-as na manutenção de suas atividades e assegurando a otimização dos recursos e da alocação de capital em benefício dos acionistas e clientes, demonstrando o comprometimento da instituição financeira com as melhores práticas de governança corporativa.

Como uma das ferramentas de trabalho, podemos mencionar o Sistema de Controles Internos que é uma ferramenta, disponível no portal corporativo e que pode ser acessado por todas as áreas do grupo. Este processo contempla avaliações periódicas, nas quais os gerentes identificam as atividades principais da sua área e os riscos potenciais, identificam a existência de pontos de controle e analisam a eficácia desses controles.

Para nossos sistemas, com a crescente diversificação das operações bancárias e o aumento no volume de transações on-line/real time, envolvendo redes de computadores e sistemas de telecomunicações, a criticidade da tecnologia da informação e o impacto potencial de possíveis panes, ganham dimensões cada vez maiores. O Unibanco tem destinado um volume substancial de recursos para garantir a segurança e estabilidade de seus sistemas e equipamentos.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor de mercado, estão assim apresentados:

	Unibanco			
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.888.392	7.901.154	7.705.021	7.703.827
Títulos e valores mobiliários	10.053.173	10.243.691	10.174.161	10.270.424
Operações de crédito	22.228.092	22.179.663	21.373.326	21.334.471
Derivativos (líquido)	459.181	459.181	224.078	224.078
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	2.500.773	2.499.458	1.328.456	1.325.586
Depósitos a prazo	25.972.163	25.972.604	25.945.406	25.948.246
Letras hipotecárias	225.984	225.388	223.598	222.458
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.416.370	1.434.211	1.386.795	1.370.198
Dívidas subordinadas (nota 13 (b))	1.774.204	1.828.027	1.967.762	2.007.754
Outras obrigações (nota 13 (c))	2.173.465	2.230.271	2.527.042	2.170.276
Ações em tesouraria	50.262	109.556	50.297	111.412

	Unibanco Consolidado			
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.754.165	2.758.857	2.185.659	2.184.842
Títulos e valores mobiliários	15.980.193	16.204.117	18.143.373	18.270.195
Operações de crédito	29.245.940	29.257.106	27.985.998	27.940.106
Derivativos (líquido)	381.255	381.255	122.320	122.320
Passivos				
Depósitos interfinanceiros	111.493	111.493	193.316	193.436
Depósitos a prazo	25.562.252	25.562.693	25.559.667	25.562.507
Letras hipotecárias	257.231	256.035	251.044	249.904
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.225.945	1.228.672	1.337.715	1.322.384
Dívidas subordinadas (nota 13 (b))	1.770.460	1.823.993	1.958.716	1.998.533
Outras obrigações (nota 13 (c))	2.173.465	2.230.271	2.527.042	2.170.276
Ações em tesouraria	50.262	109.556	50.297	111.412

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado de acordo com modelo de precificação interno que é estabelecido com base nas taxas médias divulgadas pelas Bolsas de Valores, associações de classe e agências externas para o último dia do trimestre.

O valor de mercado das aplicações em depósitos interfinanceiros, das operações de crédito, dos depósitos a prazo, dos depósitos interfinanceiros e das letras hipotecárias foi apurado com base na taxa média praticada pelo Unibanco no último dia de negociação do trimestre, para operações similares.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor de mercado das obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior e das dívidas subordinadas foi estabelecido com base na cotação média praticada nos correspondentes mercados no último dia de negociação do trimestre, para operações similares.

O valor de mercado dos derivativos foi apurado de acordo com modelo de precificação interno que é estabelecido com base nas taxas médias divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia do trimestre, de acordo com a Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F e associações de classe.

O valor de mercado de outras obrigações referente à venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento a receber no exterior foi apurado considerando o valor que se poderia obter na sua negociação com o mercado.

O valor de mercado das ações em tesouraria foi apurado com base na cotação das *Units* de 30 de junho de 2005, na Bolsa de Valores de São Paulo.

(e) O valor referencial atualizado e o valor de mercado dos instrumentos financeiros registrados em contas de compensação, exceto pelas opções, cujo referencial se deve aos prêmios pagos/recebidos e a exposição a mercado aos valores contabilizados em contas patrimoniais, são resumidos como segue:

				Unibanco
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
	Exposição Referencial (1) e (2)	Exposição a mercado (1) e (2)	Exposição Referencial (1) e (2)	Exposição a mercado (1) e (2)
Contratos futuros	**(18.744.967)**	**(18.744.967)**	**4.158.983**	**4.158.983**
Moedas	(472.653)	(472.653)	9.493	9.493
DI	(19.234.148)	(19.234.148)	3.595.344	3.595.344
Cupom cambial	961.834	961.834	554.146	554.146
Contratos a termo	**437.295**	**441.312**	**497.296**	**497.895**
Moedas	681.829	667.990	884.760	872.557
Prefixado	(244.534)	(226.678)	(387.464)	(374.662)
Contratos de *swap*	**441.290**	**452.669**	**264.499**	**280.208**
Moedas	(3.395.610)	(3.312.461)	(3.835.851)	(3.779.569)
CDI	626.316	612.306	705.334	692.179
Prefixado	1.953.596	1.892.077	1.664.487	1.626.371
Outros	1.256.988	1.260.747	1.730.529	1.741.227
Contratos de *swap* cambial		**1.545**		**1.535**
com ajuste diário	**1.545**		**1.535**	
Moedas	1.545	1.545	1.535	1.535
Contratos de *swap* bi-	**62.589**	**63.831**		**32.455**
indexado			**31.703**	
Moedas	(552.342)	(551.950)	(405.463)	(404.752)
CDI	509.736	510.192	357.475	357.935
Prefixado	105.195	105.589	79.691	79.272
Contratos de opções				
Compra de opções	**9.304**	**8.722**	**4.229**	**1.416**
Compra	**7.461**	**6.617**	**3.920**	**740**
Moedas	7.461	6.617	3.920	740

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Unibanco Consolidado			
	30 de junho de 2005		31 de março de 2005	
	Exposição referencial (1) e (2)	Exposição a mercado (1) e (2)	Exposição referencial (1) e (2)	Exposição a mercado (1) e (2)
Venda	**1.843**	**2.105**	**309**	**676**
Moedas	1.843	2.105	309	676
Venda de opções	**36.986**	**29.330**	**109.138**	**95.494**
Compra	**28.537**	**6.205**	**70.005**	**67.323**
Moedas	28.537	6.205	70.005	67.323
Venda	**8.449**	**23.125**	**39.133**	**28.171**
Moedas	8.449	23.125	39.133	28.171
Contratos futuros	**(18.250.007)**	**(18.250.007)**	**4.851.965**	**4.851.965**
Moedas	(472.653)	(472.653)	9.493	9.493
DI	(18.659.798)	(18.659.798)	4.374.068	4.374.068
Cupom cambial	882.444	882.444	468.404	468.404
Contratos a termo	**377.725**	**381.688**	**497.236**	**498.589**
Moedas	632.261	618.422	918.088	905.885
Prefixado	(254.536)	(236.734)	(420.852)	(407.296)
Contratos de *swap*	**333.588**	**341.285**	**159.081**	**177.758**
Moedas	(3.176.633)	(3.093.294)	(3.488.852)	(3.431.553)
CDI	1.889.797	1.875.335	1.522.895	1.509.117
Prefixado	363.433	298.492	394.507	359.016
Outros	1.256.991	1.260.752	1.730.531	1.741.178
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	**36.856**	**36.856**	**41.341**	**41.341**
Moedas	36.856	36.856	41.341	41.341
Contratos de *swap* bi-indexado	**62.589**	**63.831**	**31.703**	**32.455**
Moedas	(552.342)	(551.950)	(405.463)	(404.752)
CDI	509.736	510.192	357.475	357.935
Prefixado	105.195	105.589	79.691	79.272
Contratos de opções				
Compra de opções	**52.304**	**42.833**	**4.229**	**1.416**
Compra	**50.461**	**40.728**	**3.920**	**740**
Moedas	50.461	40.728	3.920	740
Venda	**1.843**	**2.105**	**309**	**676**
Moedas	1.843	2.105	309	676
Venda de opções	**36.986**	**29.330**	**109.138**	**95.494**
Compra	**28.537**	**6.205**	**70.005**	**67.323**
Moedas	28.537	6.205	70.005	67.323
Venda	**8.449**	**23.125**	**39.133**	**28.171**
Moedas	8.449	23.125	39.133	28.171

(1) Incluem posições compradas (vendidas), líquidas.
(2) Para os contratos de opções referem-se aos respectivos prêmios.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores referenciais das opções registrados em contas de compensação, montam a R$724.385 (31 de março de 2005 - R$263.000) de compra de opções e R$1.158.357 (31 de março de 2005 - R$1.632.765) de venda de opções.

Em 30 de junho de 2005, existiam operações de futuro de R$10.170.616 (31 de março de 2005 - R$10.221.038) no Unibanco e R$10.744.965 (31 de março de 2005 – R$10.969.782) no Unibanco Consolidado, operações de *swap* no montante de R$1.287.154 (31 de março de 2005 – R$1.434.752) no Unibanco e R$1.845.247 (31 de março de 2005 – R$2.024.981) no Unibanco Consolidado e operações de contratos a termo no montante de R$130.324 no Unibanco e no Unibanco Consolidado, ajustados ao valor de mercado, utilizadas como *hedge* de fluxo de caixa exposto à variação cambial de dólar norte-americano e à variação do CDI, com ganho líquido dos efeitos tributários e dos resultados dos minoritários no consolidado, no trimestre, no montante de R$8.562 (31 de março de 2005 - R$35.577) no Unibanco e R$11.217 (31 de março de 2005 - R$37.466) no Unibanco Consolidado, registrado na conta "Ajuste ao valor de mercado – títulos e valores mobiliários e derivativos". A efetividade apurada para a carteira de *hedge* em 30 de junho de 2005, estava em conformidade com o padrão estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2005, deixaram de ser utilizados como *hedge* da exposição cambial do dólar-norte-americano de títulos mantidos até o vencimento, de acordo com os termos da Circular 3.129 do Banco Central do Brasil, contratos de *swap* no montante de R$69.095 em decorrência da perda da efetividade apurada pela variação dos títulos objeto e os derivativos acima dos percentuais limites do Banco Central do Brasil. O efeito de marcação a mercado dos derivativos foi registrado a débito no resultado do trimestre no montante de R$5.330.

Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2005, deixaram de ser utilizados como *hedge* de fluxo de caixa da variação do IGPM de debêntures, de acordo com os termos da Circular 3.129 do Banco Central do Brasil, contratos de *swap* no montante de R$224.056, em decorrência da perda da efetividade apurada pela variação das debêntures objeto e os derivativos acima dos percentuais limites do Banco Central do Brasil. O efeito nas debêntures pela não efetividade do *hedge* foi registrado a débito no resultado do trimestre no montante de R$8.049.

As operações acima não representam a exposição global do Unibanco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos.

As operações de *swap* contratadas em negociação associada à operação de captação e/ou aplicação estão registradas pelos valores atualizados conforme a variação incorrida dos respectivos indexadores ("curva"), e não são avaliadas pelo valor de mercado.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Referencial de mercado distribuído por local de negociação:

						Unibanco
	30 de junho de 2005			31 de março de 2005		
Exposição a mercado	**BM&F**	**CETIP/Balcão**	**Total**	**BM&F**	**CETIP/Balcão**	**Total**
Contratos futuros	(18.744.967)	-	**(18.744.967)**	4.158.983	-	**4.158.983**
Contratos a termo	-	441.312	**441.312**	-	497.895	**497.895**
Contratos de *swap*	(62.118)	514.787	**452.669**	(104.284)	384.492	**280.208**
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	1.545	-	**1.545**	1.535	-	**1.535**
Contratos de swap bi- indexado	-	63.831	**63.831**	-	32.455	**32.455**
Contratos de opções						
Compra de opções	5.609	3.113	**8.722**	1.416	-	**1.416**
Venda de opções	26.217	3.113	**29.330**	33.748	61.746	**95.494**

						Unibanco Consolidado
	30 de junho de 2005			31 de março de 2005		
Exposição a mercado	**BM&F**	**CETIP/Balcão**	**Total**	**BM&F**	**CETIP/Balcão**	**Total**
Contratos futuros	(18.250.007)	-	**(18.250.007)**	4.851.965	-	**4.851.965**
Contratos a termo	38	381.650	**381.688**	1.516	497.073	**498.589**
Contratos de *swap*	(62.113)	403.398	**341.285**	(104.278)	282.036	**177.758**
Contratos de *swap* cambial com ajuste diário	36.856	-	**36.856**	41.341	-	**41.341**
Contratos de *swap* bi-indexado	-	63.831	**63.831**	-	32.455	**32.455**
Contratos de opções						
Compra de opções	5.609	37.224	**42.833**	1.416	-	**1.416**
Venda de opções	26.217	3.113	**29.330**	33.748	61.746	**95.494**

As garantias dadas para as operações negociadas na BM&F, totalizavam R$139.471 (31 de março de 2005 - R$158.086) no Unibanco e R$150.661 (31 de março de 2005 - R$186.961) no Unibanco Consolidado e eram representadas por títulos públicos federais.

(g) Os ativos e passivos relativos aos instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais por vencimento e por tipo, são resumidos como segue:

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	30 de junho de 2005	**31 de março de 2005**	**30 de junho de 2005**	**31 de março de 2005**
Ativo				
Até 3 meses	462.985	132.772	356.892	111.189
De 3 meses a 1 ano	286.912	300.286	255.107	214.909
De 1 a 3 anos	221.784	93.090	204.946	80.552
Acima de 3 anos	31.573	19.234	65.293	19.234
Total	**1.003.254**	**545.382**	**882.238**	**425.884**
Passivo				
Até 3 meses	62.172	65.846	62.390	77.270
De 3 meses a 1 ano	230.858	193.033	217.199	179.311
De 1 a 3 anos	249.359	61.541	219.711	46.325
Acima de 3 anos	1.684	884	1.684	658
Total	**544.073**	**321.304**	**500.984**	**303.564**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Unibanco		Unibanco Consolidado	
	30 de junho de 2005	31 de março de 2005	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ativo				
Contratos a termo	50.704	14.436	62.438	34.954
Contratos de *swap*	877.071	495.329	710.210	355.313
Contratos de *swap* bi – indexado	66.757	34.201	66.757	34.201
Contratos de opções – prêmios pagos	8.722	1.416	42.833	1.416
Total	**1.003.254**	**545.382**	**882.238**	**425.884**
Passivo				
Contratos a termo	87.415	8.943	99.803	28.769
Contratos de *swap*	424.402	215.121	368.925	177.555
Contratos de *swap* bi – indexado	2.926	1.746	2.926	1.746
Contratos de opções – prêmios recebidos	29.330	95.494	29.330	95.494
Total	**544.073**	**321.304**	**500.984**	**303.564**

(h) Os instrumentos financeiros registrados em contas de compensação, exceto pelos contratos de opções cujos montantes se devem aos valores contabilizados em contas patrimoniais, possuem os seguintes vencimentos:

	Unibanco				
	30 de junho de 2005				
Exposição a mercado	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Contratos futuros	(32.620.039)	14.021.830	(204.856)	58.098	**(18.744.967)**
Contratos a termo	(227.386)	138.592	114.861	415.245	**441.312**
Contratos de swap	348.267	90.679	(17.191)	30.914	**452.669**
Contratos de swap com ajuste diário	58.718	(57.173)	-	-	**1.545**
Contratos de *swap* bi-indexado	39.188	23.319	1.324	-	**63.831**
Contratos de opções					
Compra de opções	6.824	1.898	-	-	**8.722**
Venda de opções	8.479	18.738	2.113	-	**29.330**

	Unibanco				
	31 de março de 2005				
Exposição a mercado	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Contratos futuros	(8.841.666)	14.539.092	(1.590.980)	52.537	**4.158.983**
Contratos a termo	(112.325)	(14.450)	115.502	509.168	**497.895**
Contratos de swap	54.439	173.737	33.024	19.008	**280.208**
Contratos de swap com ajuste diário	-	1.535	-	-	**1.535**
Contratos de *swap* bi-indexado	8.695	23.760	-	-	**32.455**
Contratos de opções					
Compra de opções	1.416	-	-	-	**1.416**
Venda de opções	3.497	91.997	-	-	**95.494**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Unibanco Consolidado				
	30 de junho de 2005				
Exposição a mercado	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Contratos futuros	(32.396.951)	14.238.673	(149.827)	58.098	**(18.250.007)**
Contratos a termo	(287.474)	139.056	114.861	415.245	**381.688**
Contratos de *swap*	243.074	72.069	(4.381)	30.523	**341.285**
Contratos de *swap* com ajuste diário	94.029	(57.173)	-	-	**36.856**
Contratos de *swap* bi-indexado	39.188	23.319	1.324	-	**63.831**
Contratos de opções					
Compra de opções	6.824	1.898	-	34.111	**42.833**
Venda de opções	8.479	18.738	2.113	-	**29.330**

	Unibanco Consolidado				
	31 de março de 2005				
Exposição a mercado	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Contratos futuros	(8.607.830)	14.977.903	(1.570.645)	52.537	**4.851.965**
Contratos a termo	(111.631)	(14.450)	115.502	509.168	**498.589**
Contratos de swap	20.740	102.082	35.702	19.234	**177.758**
Contratos de swap com ajuste diário	-	41.341	-	-	**41.341**
Contratos de *swap* bi-indexado	8.695	23.760	-	-	**32.455**
Contratos de opções					
Compra de opções	1.416	-	-	-	**1.416**
Venda de opções	3.497	91.997	-	-	**95.494**

21. Demonstração do Fluxo de Caixa

	Unibanco	
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	452.935	854.224
Provisão para perdas com créditos	187.110	320.108
Imposto de renda diferido ativo	48.461	91.724
Provisão (reversão) para perdas em bens não de uso próprio	(2.466)	4.262
Lucro (prejuízo) na alienação de valores e bens	1.163	405
Amortização de ágio na aquisição de empresas controladas	13.395	24.885
Resultado da equivalência patrimonial	(358.115)	(495.469)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	186.219	181.252
Provisão (reversão) para perdas em outros investimentos	-	(31)
Depreciação e amortização	54.791	109.475
Modificações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.773.935)	1.903.637
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(299.285)	(1.784.200)
Redução (aumento) em depósitos no Banco Central	77.707	(219.186)
Variação líquida de outras relações interfinanceiras e de relações interdependências	59.048	(866)
Redução (aumento) em operações de crédito	(1.049.422)	(2.251.833)
Variação líquida da carteira de câmbio	(240.789)	(245.590)
Redução (aumento) de outros créditos e outros valores e bens	(106.510)	(42.019)
Aumento (redução) de outras obrigações	(258.856)	(239.593)
Aumento (redução) de resultados de exercícios futuros	(6.972)	(7.613)
Caixa líquido aplicado das atividades operacionais	**(3.015.521)**	**(1.796.428)**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Unibanco	
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
Atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de controladas e coligadas	118.886	161.435
Venda de bens não de uso próprio	3.761	7.492
Compra/aumento de capital em controladas e coligadas	(72.139)	(199.033)
Ágio na aquisição de empresas controladas	(22.369)	(22.369)
Venda/ redução de capital em controladas e coligadas	225.898	235.959
Venda de outros investimentos	-	118
Compra de imobilizado de uso	(9.222)	(25.935)
Venda de imobilizado de uso	2.373	2.687
Aplicações no diferido	(27.770)	(59.860)
Caixa líquido originado das atividades de investimento	**219.418**	**100.494**
Atividades de financiamento		
Aumento (redução) em depósitos	1.299.606	2.835.669
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	896.120	(1.178.317)
Aumento (redução) de recursos de aceites e emissão de títulos	31.961	15.036
Aumento (redução) de empréstimos e repasses	112.631	(79.652)
Aumento líquido de ações em tesouraria	55	1.505
Dividendos pagos	(84.392)	(343.216)
Caixa líquido originado das atividades de financiamento	**2.255.981**	**1.251.025**
Aumento (redução) líquido das disponibilidades	**(540.122)**	**(444.909)**
Disponibilidades no início do período	1.424.328	1.329.115
Disponibilidades no fim do período	884.206	884.206
Aumento (redução) líquido das disponibilidades	**(540.122)**	**(444.909)**

	Unibanco Consolidado	
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período	452.935	854.224
Provisão para perdas com créditos	435.291	745.308
Provisão técnica de seguros, de capitalização e de planos de previdência privada	269.792	654.640
Imposto de renda diferido ativo	(47.269)	(39.169)
Provisão (reversão) para perdas em bens não de uso próprio	(1.383)	6.041
Lucro (prejuízo) na alienação de valores e bens	(12.984)	(13.855)
Amortização de ágio na aquisição de empresas controladas	25.609	51.556
Resultado da equivalência patrimonial	(16.065)	(14.887)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	151.439	149.407
Provisão para perdas em outros investimentos	2.250	4.060
Depreciação e amortização	114.099	208.441
Resultado dos acionistas minoritários	35.245	71.764
Modificações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.176.726)	1.641.857
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.747.524	(214.663)
Redução (aumento) em depósitos no Banco Central	120.707	(179.887)
Variação líquida de outras relações interfinanceiras e de relações interdependências	48.161	13.101
Redução (aumento) em operações de crédito	(1.700.305)	(3.197.635)
Redução (aumento) em operações de arrendamento mercantil	(44.125)	(74.936)

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Unibanco Consolidado	
	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005
Variação líquida da carteira de câmbio	(240.789)	(245.590)
Redução (aumento) de outros créditos e outros valores e bens	(472.862)	(435.169)
Aumento (redução) de outras obrigações	146.714	315.186
Aumento (redução) de resultados de exercícios futuros	(24.706)	(46.251)
Caixa líquido (aplicado em) originado das atividades operacionais	**(1.187.448)**	**253.543**
Atividades de investimento		
Venda de bens não de uso próprio	25.724	41.861
Compra/aumento de capital em controladas e coligadas	(235.964)	(221.412)
Ágio na aquisição de empresas controladas	(49.619)	(49.619)
Venda/ redução de capital em controladas e coligadas	-	15.456
Compra de outros investimentos	(13.994)	(15.854)
Venda de outros investimentos	625	2.677
Compra de imobilizado de uso	(50.722)	(92.341)
Venda de imobilizado de uso	30.065	33.432
Aplicações no diferido	(35.132)	(84.551)
Participação dos acionistas minoritários	(122.397)	(151.270)
Caixa líquido originado das atividades de investimento	**(451.414)**	**(521.621)**
Atividades de financiamento		
Aumento (redução) em depósitos	(113.237)	1.325.345
Aumento (redução) em captações no mercado aberto	909.041	(1.095.575)
Aumento (redução) de recursos de aceites e emissão de títulos	(105.583)	(96.019)
Aumento (redução) de empréstimos e repasses	184.585	(4.624)
Aumento líquido de ações em tesouraria	55	1.505
Dividendos pagos	(84.392)	(343.216)
Caixa líquido (aplicado em) originado das atividades de financiamento	**790.469**	**(212.584)**
Aumento (redução) líquido das disponibilidades	**(848.393)**	**(480.662)**
Disponibilidades no início do período	1.928.995	1.561.264
Disponibilidades no fim do período	1.080.602	1.080.602
Aumento (redução) líquido das disponibilidades	**(848.393)**	**(480.662)**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. Informações sobre Empresas Controladas

Os quadros a seguir apresentam o balanço patrimonial e a demonstração de resultado das empresas controladas pelo Unibanco, contemplando apenas as eliminações entre as empresas consolidadas e/ou combinadas em cada grupo.

(a) As agências e empresas controladas no exterior contemplando, principalmente, agências no exterior (Unibanco Grand Cayman e Nassau); Unibanco – União de Bancos Brasileiros (Luxembourg) S.A., Interbanco S.A. (Paraguai), Unibanco Cayman Bank Ltd., e Unicorp Bank & Trust (Grand Cayman):

Balanço patrimonial combinado	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**11.187.446**	**11.382.675**
Disponibilidades	252.622	515.286
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.707.600	1.278.717
Títulos e valores mobiliários	6.449.641	6.602.085
Relações interfinanceiras	167.611	210.478
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	2.343.602	2.630.444
Outros créditos e outros valores e bens	266.370	145.665
Permanente	**353.271**	**355.782**
Total	**11.540.717**	**11.738.457**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**9.914.477**	**10.054.645**
Depósitos	2.213.176	2.019.191
Captações no mercado aberto	1.822.918	1.491.510
Recursos de emissão de títulos	1.183.336	1.279.270
Relações interfinanceiras	29.757	31.220
Empréstimos e repasses	1.149.636	1.273.907
Instrumentos financeiros derivativos	117.978	4.631
Outras obrigações	3.397.676	3.954.916
Resultados de exercícios futuros	**7.267**	**9.564**
Participação minoritária	**5**	**5**
Patrimônio líquido	**1.618.968**	**1.674.243**
Total	**11.540.717**	**11.738.457**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração combinada do resultado	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Receitas da intermediação financeira	176.839	345.924	238.010	490.553
Despesas da intermediação financeira	(154.238)	(230.444)	(80.775)	(157.413)
Reversão de provisão para perdas com créditos	43.614	70.391	10.435	17.203
Receitas de prestação de serviços	7.377	23.408	32.606	32.606
Despesas de pessoal e administrativas	(13.413)	(31.612)	(21.660)	(50.487)
Despesas tributárias	(2.591)	(4.135)	(2.166)	(2.166)
Outras receitas (despesas) operacionais	71.976	31.004	(68.070)	(80.069)
Resultado não-operacional	3.679	856	(318)	(371)
Lucro líquido do período	**133.243**	**205.392**	**108.062**	**249.856**

As despesas de imposto de renda e de contribuição social referentes às operações no exterior são contabilizadas no banco múltiplo, como reflexo da adição ao lucro real do resultado dessas operações.

(b) Ramo de seguros e de previdência privada incluindo Unibanco AIG Seguros S.A., Unibanco AIG Saúde Seguradora S.A., Unibanco AIG Vida e Previdência S.A. e Unibanco AIG Warranty S.A.:

Balanço patrimonial combinado	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**8.291.777**	**7.855.314**
Disponibilidades	10.510	74.977
Aplicações de títulos e valores mobiliários	6.579.608	6.469.869
Créditos de operações com seguros e resseguros	913.869	692.374
Outros créditos e outros valores e bens	787.790	618.094
Permanente	**342.554**	**214.435**
Total	**8.634.331**	**8.069.749**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**7.234.666**	**6.704.457**
Empréstimos e repasses	6.497	6.214
Provisões técnicas de seguros	1.360.673	1.155.426
Provisões técnicas de previdência privada	4.848.621	4.724.191
Débitos de operações com seguros e resseguros	424.201	279.719
Outras obrigações	594.674	538.907
Resultados de exercícios futuros	**79.579**	**94.259**
Participação minoritária	**7.166**	**7.076**
Patrimônio líquido	**1.312.920**	**1.263.957**
Total	**8.634.331**	**8.069.749**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração combinada do resultado	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Prêmios retidos	773.132	1.690.340	822.793	1.587.551
Provisão para perdas com créditos	(100)	526	378	(313)
Variação de provisões técnicas de seguros	(199.751)	(528.047)	(259.225)	(508.575)
Sinistros retidos	(239.005)	(462.808)	(249.926)	(470.134)
Despesas de comercialização	(60.242)	(128.912)	(78.899)	(149.184)
Variações das provisões técnicas–previdência	(170.971)	(356.003)	(105.283)	(255.563)
Outras receitas operacionais	23.263	33.533	8.889	13.163
Outras despesas operacionais	(71.616)	(125.795)	(57.564)	(105.299)
Despesas de pessoal	(39.892)	(71.960)	(25.506)	(54.434)
Despesas administrativas	(27.018)	(64.423)	(39.637)	(75.075)
Despesas tributárias	(24.082)	(49.650)	(11.305)	(27.171)
Receitas financeiras	237.360	461.801	192.775	387.667
Despesas financeiras	(146.449)	(291.738)	(155.034)	(242.427)
Receitas de prestação de serviços	48.224	87.376	27.462	51.330
Resultado não-operacional	6.943	11.580	5.701	9.619
Imposto de renda e contribuição social	(22.520)	(39.781)	1.958	(15.395)
Participações no lucro	(6.726)	(11.827)	(4.906)	(8.000)
Participações dos acionistas minoritários	(86)	(785)	-	-
Resultado extraordinário	503	503	-	-
Lucro líquido do período	**80.967**	**153.930**	**72.671**	**137.760**

(c) Ramo de cartão de crédito, inclusive as controladas em conjunto com outras instituições e incluem: Unicard Banco Múltiplo S.A. (100%), Redecard S.A. (31,943%), Hipercard Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (100%) e Hipercard Banco Múltiplo S.A. (100%):

Balanço patrimonial combinado	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**4.991.601**	**4.630.484**
Disponibilidades	4.591	5.690
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.686	10.082
Títulos e valores mobiliários	577.410	606.888
Relações interfinanceiras e interdependências	3.504	3.600
Operações de crédito	2.294.689	2.109.162
Créditos tributários e impostos a compensar	672.816	588.870
Outros créditos e outros valores e bens	1.431.905	1.306.192
Permanente	**556.930**	**319.100**
Total	**5.548.531**	**4.949.584**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**4.492.220**	**3.983.846**
Depósitos	1.358.624	1.169.057
Empréstimos e repasses	145.295	138.989
Recursos de emissão de títulos	242.248	269.345
Relações interfinanceiras e interdependências	102	221
Instrumentos financeiros derivativos	116.795	73.965
Outras obrigações	2.629.156	2.332.269
Participação minoritária	**296.005**	**61.106**
Patrimônio líquido	**760.306**	**904.632**
Total	**5.548.531**	**4.949.584**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração combinada do resultado	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Receitas da intermediação financeira	284.314	568.624	497.798	707.553
Despesas da intermediação financeira	(33.316)	(89.284)	(101.299)	(140.519)
Provisão para perdas com créditos	(73.112)	(130.821)	(133.684)	(179.411)
Receitas de prestação de serviços	139.864	273.723	336.911	425.809
Despesas de pessoal e administrativas	(137.818)	(244.202)	(249.874)	(316.825)
Despesas de comercialização	(51.165)	(99.813)	(124.623)	(152.376)
Despesas tributárias	(88.074)	(117.029)	(98.551)	(114.883)
Outras receitas (despesas) operacionais	(230.034)	(314.632)	(21.591)	(41.875)
Resultado não-operacional	1.829	1.802	(2.106)	(2.418)
Imposto de renda e contribuição social	65.599	58.702	(35.811)	(61.039)
Participações no lucro	(3.828)	(4.072)	(8.254)	(12.480)
Participações minoritárias	(4.888)	(8.778)	-	-
Lucro líquido do período (prejuízo)	**(130.629)**	**(105.780)**	**58.916**	**111.536**
Provisões constituídas (nota 12 (b (1))	**171.671**	**171.671**	**-**	**-**
Lucro líquido do período ajustado	**41.042**	**65.891**	**58.916**	**111.536**

(d) Empresas que operam em crédito direto ao consumidor contemplam Banco Fininvest S.A. (100%), Fininvest – Negócios de Varejo Ltda. (100%), Microinvest S.A. – Sociedade de Crédito a Microempreendedor (100%), Wale S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (100%), Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (50%), Banco Investcred Unibanco S.A. (50%) e Ponto Frio Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (50%):

Balanço patrimonial combinado	30 de junho de 2005	31 de março de 2005
Ativo		
Circulante e realizável a longo prazo	**3.634.416**	**3.357.021**
Disponibilidades	3.286	6.702
Aplicações interfinanceiras de liquidez	31.872	4.129
Títulos e valores mobiliários	523.014	442.957
Relações interfinanceiras e interdependências	41.227	17.830
Operações de crédito	2.452.679	2.301.649
Outros créditos e outros valores e bens	582.338	583.754
Permanente	**164.824**	**200.838**
Total	**3.799.240**	**3.557.859**
Passivo		
Circulante e exigível a longo prazo	**3.020.303**	**2.834.554**
Depósitos	2.217.811	2.021.251
Relações interfinanceiras e interdependências	31.913	13.981
Empréstimos	163	68
Instrumentos financeiros derivativos	995	925
Outras obrigações	769.421	798.329
Patrimônio líquido	**778.937**	**723.305**
Total	**3.799.240**	**3.557.859**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração combinada do resultado	Trimestre findo em 30 de junho de 2005	Semestre findo em 30 de junho de 2005	Trimestre findo em 30 de junho de 2004	Semestre findo em 30 de junho de 2004
Receitas da intermediação financeira	491.102	913.436	351.379	655.730
Despesas da intermediação financeira	(96.205)	(163.829)	(43.909)	(85.142)
Provisão para perdas com créditos	(162.817)	(287.533)	(118.026)	(213.949)
Receitas de prestação de serviços	87.743	168.689	69.018	126.608
Despesas de pessoal e administrativas	(180.316)	(350.892)	(144.069)	(267.654)
Despesas de comercialização	(20.341)	(36.332)	(3.219)	(7.367)
Outras receitas (despesas) operacionais	(14.598)	(38.678)	(23.310)	(33.120)
Despesas tributárias	(37.140)	(73.224)	(22.316)	(42.662)
Resultado não-operacional	(107)	487	707	11
Imposto de renda e contribuição social	(7.486)	(13.957)	(11.084)	(21.545)
Participações no lucro	(3.474)	(6.478)	(4.509)	(8.810)
Participações dos acionistas minoritários	307	1.740	-	-
Lucro líquido do período	**56.668**	**113.429**	**50.662**	**102.100**

23. Outras Informações

(a) Os bens arrendados a terceiros, no montante de R$1.089.559 (31 de março de 2005 – R$1.028.117), líquido de depreciação, estão compromissados para venda aos arrendatários, à opção destes, no término dos correspondentes contratos de arrendamento por R$578.071 (31 de março de 2005 – R$533.567), e o valor residual recebido antecipadamente desses arrendatários monta a R$406.645 (31 de março de 2005 – R$386.658), classificado como conta redutora de arrendamentos a receber. As operações de arrendamento mercantil, tendo por objeto bens de terceiros, não são relevantes.

(b) É política do Unibanco e de suas controladas manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. Em 30 de junho de 2005, a cobertura de seguros sobre imóveis e outros bens de uso montava a R$529.852 (31 de março de 2005 – R$529.852) no Unibanco e R$1.178.651 (31 de março de 2005 – R$1.167.498) no Unibanco Consolidado.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. Eventos Subseqüentes

(a) O Unibanco e a Unibanco Holdings anunciaram acordo com a Caixa Geral de Depósitos S.A para protocolizar pedido de registro, no Brasil e nos Estados Unidos da América, de Oferta Pública Global de participação acionária detida no Unibanco e na Unibanco Holdings pela Caixa Brasil SGPS, S.A. Referidos pedidos de registro foram protocolizados durante o mês de julho de 2005 e encontram-se sob análise das respectivas comissões de valores mobiliários.

(b) Em 29 de julho de 2005, o Unibanco concluiu a captação de Bônus Perpétuos, através de sua agência em Grand Cayman, no montante de US$ 500 milhões com juros de 8,7% ao ano a serem pagos trimestralmente. Os títulos não têm data de vencimento ou de resgate obrigatório mas poderão, a critério do Unibanco e mediante autorização do Banco Central do Brasil, ser resgatados em sua totalidade em 29 de julho de 2010 ou em qualquer data de pagamento de juros subseqüente.

(c) Através de Ofício emitido em 8 de agosto de 2005 a Comissão de Valores Mobiliários – CVM autorizou a atualização da data base na qual os portadores de ações preferenciais podem permutá-las por *Units*. A nova data base será 19 de agosto de 2005. Vide nota explicativa 15 (f).

* * *

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Vide comentário do desempenho consolidado.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2005	4 - 31/03/2005
1	Ativo Total	82.992.321	82.108.686
1.01	Ativo Circulante	59.736.623	59.134.097
1.01.01	Disponibilidades	1.080.602	1.928.995
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.545.561	10.372.012
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	9.932.212	8.302.399
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.564.743	1.999.414
1.01.02.03	Aplicações em moedas estrangeiras	48.606	70.199
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	11.141.937	12.843.566
1.01.03.01	Carteira própria	9.517.980	10.017.602
1.01.03.02	Vinculados a compromissos de recompra	389.052	505.556
1.01.03.03	Vinculados ao Banco Central	83.350	1.500.345
1.01.03.04	Vinculados à prestação de garantias	539.471	493.308
1.01.03.05	Tít.objeto de oper.comprom.c/livre movim	85	657
1.01.03.06	Instrumentos financeiros derivativos	611.999	326.098
1.01.04	Relações Interfinanceiras	5.682.016	5.602.025
1.01.04.01	Pagamentos e recebimentos a liquidar	709.279	527.099
1.01.04.02	Créditos vinculados - BACEN	4.930.377	5.051.084
1.01.04.03	Créditos vinculados - SFH	1.361	721
1.01.04.04	Correspondentes	40.999	23.121
1.01.05	Relações Interdependências	25.891	43.754
1.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	191	39
1.01.05.02	Transferências internas de recursos	25.700	43.715
1.01.06	Operações de Crédito	20.491.014	19.619.884
1.01.06.01	Setor público	424.274	397.430
1.01.06.02	Setor privado	21.394.538	20.527.782
1.01.06.03	(Provisão para perdas)	(1.327.798)	(1.305.328)
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	385.418	355.029
1.01.07.01	Setor privado	392.686	361.107
1.01.07.02	(Provisão para perdas)	(7.268)	(6.078)
1.01.08	Outros Créditos	7.757.438	7.855.872
1.01.08.01	Carteira de câmbio	3.769.674	4.460.515
1.01.08.02	Rendas a receber	118.435	95.975
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	112.608	198.685
1.01.08.04	Créditos tributários	961.522	614.194
1.01.08.05	Diversos	2.849.193	2.518.128
1.01.08.06	(Provisão para perdas)	(53.994)	(31.625)
1.01.09	Outros Valores e Bens	626.746	512.960
1.01.09.01	Outros valores e bens	161.348	156.283
1.01.09.02	(Provisão para desvalorização)	(46.987)	(48.370)
1.01.09.03	Depesas antecipadas	512.385	405.047
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.516.612	20.314.647

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2005	4 -31/03/2005
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	189.422	186.245
1.02.01.01	Aplicações em depósitos interfinanceiros	189.422	186.245
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	5.720.494	5.725.691
1.02.02.01	Carteira própria	3.259.304	3.756.390
1.02.02.02	Vinculados a compromissos de recompra	1.743.538	1.411.952
1.02.02.03	Vinculados ao Banco Central	26.899	76.920
1.02.02.04	Vinculados à prestação de garantias	420.514	380.643
1.02.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	270.239	99.786
1.02.03	Relações Interfinanceiras	47.680	46.478
1.02.03.01	Créditos vinculados - SFH	47.680	46.478
1.02.04	Relações Interdependências	0	0
1.02.05	Operações de Crédito	8.754.926	8.366.113
1.02.05.01	Setor público	261.763	292.140
1.02.05.02	Setor privado	8.823.203	8.400.090
1.02.05.03	(Provisão para perdas)	(330.040)	(326.117)
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	315.333	304.310
1.02.06.01	Setor privado	322.053	309.605
1.02.06.02	(Provisão para perdas)	(6.720)	(5.295)
1.02.07	Outros Créditos	5.370.035	5.574.669
1.02.07.01	Créditos por avais e fianças honrados	29.813	35
1.02.07.02	Carteira de câmbio	0	0
1.02.07.03	Rendas a receber	1.906	4.757
1.02.07.04	Negociação e intermediação de valores	3.037	2.742
1.02.07.05	Créditos tributários	1.909.325	2.213.700
1.02.07.06	Diversos	3.439.549	3.363.897
1.02.07.07	(Provisão para perdas)	(13.595)	(10.462)
1.02.08	Outros Valores e Bens	118.722	111.141
1.02.08.01	Despesas antecipadas	118.722	111.141
1.03	Ativo Permanente	2.739.086	2.659.942
1.03.01	Investimentos	1.235.148	1.100.797
1.03.01.01	Dependências no Exterior	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Participações em Coligadas	1.074.391	932.136
1.03.01.03.01	-No país	1.074.391	932.136
1.03.01.04	Outros Investimentos	223.577	231.507
1.03.01.05	Provisão para Perdas	(62.820)	(62.846)
1.03.02	Imobilizado de Uso	816.448	845.594
1.03.02.01	Imóveis de uso	565.934	583.197
1.03.02.02	Outras imobilizações de uso	1.307.946	1.290.055
1.03.02.03	Depreciações acumuladas	(1.057.432)	(1.027.658)
1.03.03	Imobilizado de Arrendamento	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2005	4 -31/03/2005
1.03.04	Diferido	687.490	713.551
1.03.04.01	Gastos de organização e expansão	1.350.859	1.333.784
1.03.04.02	Amortizações acumuladas	(663.369)	(620.233)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2005	4 - 31/03/2005
2	Passivo Total	82.992.321	82.108.686
2.01	Passivo Circulante	45.861.583	46.138.854
2.01.01	Depósitos	20.786.403	22.374.749
2.01.01.01	Depósitos a vista	3.546.650	3.414.960
2.01.01.02	Depósitos de poupança	5.635.233	5.800.555
2.01.01.03	Depósitos interfinanceiros	71.225	144.732
2.01.01.04	Depósitos a prazo	11.533.158	13.013.998
2.01.01.05	Outros depósitos	137	504
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	6.469.686	5.560.645
2.01.02.01	Carteira própria	3.336.258	1.899.187
2.01.02.02	Carteira de terceiros	2.839.280	3.661.377
2.01.02.03	Carteira livre movimentação	294.148	81
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.000.874	916.456
2.01.03.01	Recursos de letras hipotecárias	254.677	244.090
2.01.03.02	Obrigações por tít.e vals.mobls.exterior	746.197	672.366
2.01.04	Relações Interfinanceiras	684.378	532.450
2.01.04.01	Recebimentos e pagamentos a liquidar	678.739	523.764
2.01.04.02	Correspondentes	5.639	8.686
2.01.05	Relações Interdependências	333.092	252.822
2.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	310.905	237.594
2.01.05.02	Transferências internas de recursos	22.187	15.228
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	2.412.263	2.087.177
2.01.06.01	Empréstimos no país - inst. oficiais	294	308
2.01.06.02	Empréstimos no país -outras instituições	131.317	134.240
2.01.06.03	Empréstimos no exterior	2.280.652	1.952.629
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	1.761.785	1.624.207
2.01.07.01	BNDES	601.641	668.969
2.01.07.02	Finame	1.133.617	919.794
2.01.07.03	Outros	26.527	35.444
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	43.778	42.825
2.01.09	Outras Obrigações	12.369.324	12.747.523
2.01.09.01	Cobrança e arrec. de trib.e assemelhados	307.171	233.020
2.01.09.02	Carteira de câmbio	2.453.594	3.385.224
2.01.09.03	Sociais e estatutárias	406.150	256.896
2.01.09.04	Fiscais e previdenciárias	485.684	372.731
2.01.09.05	Negociação e intermediação de valores	231.150	373.071
2.01.09.06	Obrigações por aquis.de bens e direitos	2.906	25.402
2.01.09.07	Provs.técs.de seguros e de capitalização	4.661.111	4.349.058
2.01.09.08	Dívidas subordinadas	80.597	38.582
2.01.09.09	Instrumentos financeiros derivativos	279.589	256.581
2.01.09.10	Diversas	3.461.372	3.456.958

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2005	4 -31/03/2005
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	27.667.369	26.691.060
2.02.01	Depósitos	14.069.362	12.594.253
2.02.01.01	Depósitos interfinanceiros	40.268	48.584
2.02.01.02	Depósitos a prazo	14.029.094	12.545.669
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	0	0
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	482.302	672.303
2.02.03.01	Recursos de letras hipotecárias	2.554	6.954
2.02.03.02	Obrigações por tít.e vals.mobls.exterior	479.748	665.349
2.02.04	Relações Interfinanceiras	0	0
2.02.05	Relações Interdependências	0	0
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	277.639	542.645
2.02.06.01	Empréstimos no país-instit. oficiais	761	748
2.02.06.02	Empréstimos no país-outras instituições	6.497	6.214
2.02.06.03	Empréstimos no exterior	270.381	535.683
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	3.625.269	3.554.406
2.02.07.01	BNDES	1.987.927	1.944.735
2.02.07.02	Finame	1.503.005	1.475.164
2.02.07.03	Outros	134.337	134.507
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	113.513	198.402
2.02.09	Outras Obrigações	9.099.284	9.129.051
2.02.09.01	Fiscais e previdenciárias	1.652.717	1.396.520
2.02.09.02	Negociação e intermediação de valores	33.913	97.048
2.02.09.03	Obrigações por aquis. de bens e direitos	1.190	1.357
2.02.09.04	Provs.técnicas de previdência privada	2.013.557	1.977.537
2.02.09.05	Dívidas subordinadas	1.689.863	1.920.134
2.02.09.06	Instrumentos financeiros derivativos	221.395	46.983
2.02.09.07	Diversas	3.486.649	3.689.472
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	110.695	135.401
2.03.01	Resultados de exercícios futuros	110.695	135.401
2.04	Participações Minoritárias	692.974	780.126
2.05	Patrimônio Líquido	8.659.700	8.363.245
2.05.01	Capital Social Realizado	5.000.000	5.000.000
2.05.01.01	- De domiciliados no país	3.504.020	3.508.543
2.05.01.02	- De domiciliados no exterior	1.495.980	1.491.457
2.05.02	Reservas de Capital	159.659	159.219
2.05.03	Reservas de Reavaliação	5.613	7.401
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	3.494.428	2.947.128
2.05.04.01	Legal	433.821	391.110
2.05.04.02	Estatutária	3.093.800	2.620.273

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2005	4 -31/03/2005
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	63.897	63.897
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	(97.090)	(128.152)
2.05.04.07.01	(-) Ajuste ao vr. merc-tvm e derivativos	(46.828)	(77.855)
2.05.04.07.02	(-) Ações em tesouraria	(50.262)	(50.297)
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	249.497

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	3.580.656	7.186.340	3.205.052	6.074.270
3.01.01	Operações de Crédito	1.992.930	4.213.814	2.078.973	3.879.490
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	30.906	64.933	29.969	54.290
3.01.03	Resultado de Títls. e Vals.Mobiliários	797.369	1.707.951	893.466	1.623.642
3.01.04	Res. financ. de seg,prev e capitalização	257.029	500.102	205.675	413.600
3.01.05	Res. com Instrumentos Financ.Derivativos	353.837	420.288	(101.113)	(85.832)
3.01.06	Aplicações Compulsórias	148.585	279.252	98.082	189.080
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	(1.900.847)	(4.018.862)	(2.185.191)	(3.884.133)
3.02.01	Captações no Mercado	(1.257.895)	(2.712.643)	(1.445.620)	(2.556.782)
3.02.02	Atualiz. jrs de prov tec seg, prev e cap	(155.611)	(308.954)	(160.040)	(252.132)
3.02.03	Empréstimos e Repasses	151.088	(55.260)	(381.050)	(580.866)
3.02.04	Resultado de câmbio	(203.138)	(196.697)	118.266	135.086
3.02.05	Provisão para perdas com créditos	(435.291)	(745.308)	(316.747)	(629.439)
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.679.809	3.167.478	1.019.861	2.190.137
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	(996.199)	(1.772.594)	(619.153)	(1.318.727)
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	793.794	1.559.837	820.102	1.560.676
3.04.02	Despesas de Pessoal	(466.782)	(913.130)	(484.116)	(943.128)
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	(764.604)	(1.504.995)	(758.095)	(1.442.073)
3.04.04	Despesas Tributárias	(260.927)	(493.253)	(173.849)	(330.841)
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.051.955	2.108.970	1.089.096	1.981.802
3.04.05.01	Prêmios de seg.,capitaliz.e prev.privada	879.266	1.874.289	901.635	1.735.514
3.04.05.02	Outras receitas operacionais	172.689	234.681	187.461	246.288
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	(1.365.700)	(2.544.910)	(1.111.209)	(2.150.142)
3.04.06.01	Var. prov. téc. seg., cap. e prev. priv.	(269.792)	(654.640)	(309.790)	(603.430)
3.04.06.02	Sinistros	(239.005)	(462.808)	(249.926)	(470.134)
3.04.06.03	Desp. com benefícios planos prev.privada	(170.971)	(356.003)	(105.283)	(255.563)
3.04.06.04	Desp.comerc.e outras de seg.e prev.priv.	(48.477)	(106.539)	(69.438)	(130.470)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2005 a 30/06/2005	4 - 01/01/2005 a 30/06/2005	5 - 01/04/2004 a 30/06/2004	6 - 01/01/2004 a 30/06/2004
3.04.06.05	Desp. de comerc. de cartão de crédito	(71.859)	(137.751)	(86.931)	(156.994)
3.04.06.06	Outras despesas operacionais	(565.596)	(827.169)	(289.841)	(533.551)
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	16.065	14.887	(1.082)	4.979
3.05	Resultado Operacional	683.610	1.394.884	400.708	871.410
3.06	Resultado Não Operacional	16.573	9.667	18.492	6.315
3.06.01	Receitas	24.933	35.364	33.117	41.747
3.06.02	Despesas	(8.360)	(25.697)	(14.625)	(35.432)
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	700.183	1.404.551	419.200	877.725
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	(175.088)	(332.880)	(89.055)	(175.889)
3.09	IR Diferido	47.269	39.169	70.215	78.505
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	(84.184)	(184.852)	(56.843)	(125.732)
3.10.01	Participações	(84.184)	(184.852)	(56.843)	(125.732)
3.10.01.01	Administradores	(1.294)	(2.562)	(1.326)	(2.510)
3.10.01.02	Empregados	(82.890)	(182.290)	(55.517)	(123.222)
3.10.02	Contribuições	0	0	0	0
3.11	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.12	Participações Minoritárias	(35.245)	(71.764)	(38.901)	(73.848)
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	452.935	854.224	304.616	580.761
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	1.396.772.710	1.396.772.710	139.611.422.074	139.611.422.074
	LUCRO POR AÇÃO	0,32427	0,61157	0,00218	0,00416
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Economia Brasileira

O primeiro semestre de 2005 foi marcado pela continuidade da elevação da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central, que passou de 17,75% a.a. ao final de 2004 para 19,75% a.a. na reunião de maio de 2005. O IPCA acumulado no primeiro semestre ficou em 3,2% contra 3,5% no mesmo período do ano anterior. Entre janeiro e junho, a produção industrial acumulou uma expansão de 5,6% com relação ao mesmo período do ano anterior. As contas públicas mantiveram o superávit primário, acumulando no decorrer do primeiro semestre o equivalente a 6,4% do PIB.

O Real apresentou valorização em relação ao dólar de 11,5% no semestre. O saldo comercial permaneceu forte, acumulando de janeiro a junho superávit de US$ 19,7 bilhões. No mesmo período do ano passado, este saldo positivo havia sido de US$ 15,1 bilhões. Em termos de percepção de risco soberano, houve uma marginal deterioração, com o índice EMBI Brasil encerrando o primeiro semestre em 411 b.p., uma elevação de 28 b.p. em relação ao final de 2004.

Comentário de Desempenho Consolidado

O lucro líquido no primeiro semestre de 2005 foi de R$854 milhões, valor 47,0% superior ao do mesmo período do ano anterior. O lucro operacional totalizou R$1.395 milhões, 60,0% superior ao do primeiro semestre de 2004.

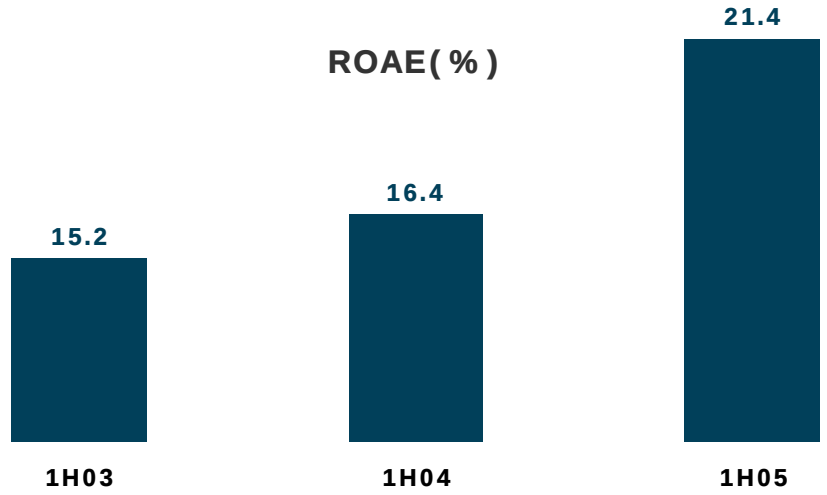
No primeiro semestre de 2005, o Unibanco pagou juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda, no montante de R$282,6 milhões. Este valor representa crescimento de 38,5% em relação ao valor do primeiro semestre de 2004. Cumpre destacar que, a partir do primeiro trimestre de 2005, o banco adotou o pagamento de juros sobre capital próprio em bases trimestrais.

O patrimônio líquido montou a R$8.660 milhões em junho de 2005, apresentando um crescimento de 12,4% quando comparado ao saldo de junho de 2004.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A rentabilidade patrimonial no primeiro semestre de 2005 foi de 21,4%, ante 16,4% no mesmo período do ano anterior.



O índice de eficiência atingiu 53,2% no semestre, significativamente melhor do que os 61,5% obtidos no primeiro semestre de 2004.

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R$3.167 milhões no primeiro semestre do ano, valor 44,6% superior ao do mesmo período do ano anterior. Tal resultado, antes da provisão para perdas com créditos, foi de R$3.913 milhões no primeiro semestre de 2005.

A receita total de prestação de serviços no primeiro semestre de 2005, no valor de R$1.560 milhões, ficou no mesmo patamar do primeiro semestre de 2004, que consolida receitas provenientes da Credicard e Orbitall, cujas participações foram vendidas no segundo semestre de 2004. Ao se excluir do primeiro semestre do ano passado as receitas advindas da Credicard e Orbitall, a receita de prestação de serviços apresenta crescimento de 13,5% em 12 meses. As tarifas bancárias totalizaram R$884 milhões no primeiro semestre de 2005; as receitas originadas de serviços de cartão de crédito atingiram R$476 milhões; e a administração de recursos de terceiros obteve receitas de R$200 milhões.

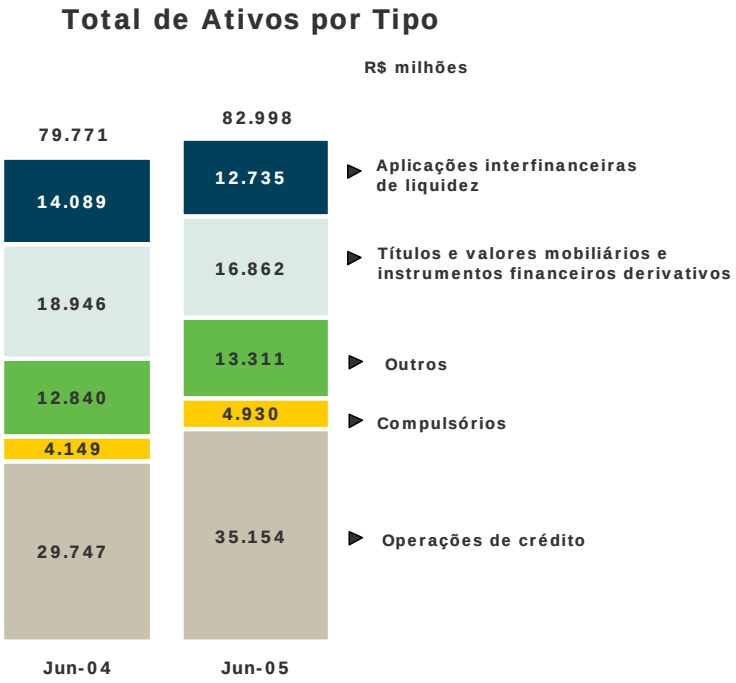
As despesas administrativas e de pessoal atingiram R$2.418 milhões no primeiro semestre de 2005, sendo R$913 milhões em despesas de pessoal e R$1.505 milhões em outras despesas administrativas. As despesas totais apresentaram evolução de 1,4%, frente à variação de 7,3% no IPCA.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Ativos e Passivos

Os ativos totais consolidados do Unibanco atingiram R$82.992 milhões em 30 de junho de 2005, representando um aumento de 4,0% quando comparados com junho de 2004, impactados pelo crescimento das operações de crédito e pela redução na carteira de títulos, devido a venda e vencimento de títulos e valores mobiliários.



Em 30 de junho de 2005, a carteira de títulos do Unibanco atingiu R$15.980 milhões, dos quais 50% eram classificados como títulos para negociação, 23% como disponíveis para venda e 27% como mantidos até o vencimento. Os títulos mantidos até o vencimento são aqueles para os quais há intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, tendo como parâmetros os vencimentos, as taxas de juros (*spread* positivo) e as moedas de suas operações passivas.

As operações de crédito atingiram o montante de R$35.154 milhões ao final do semestre, com crescimento de 17,0% sobre o saldo de R$30.045 milhões do final do primeiro semestre de 2004 (conceito risco total, que inclui responsabilidade por financiamento a titulares de cartão de crédito). Vale mencionar que, no primeiro semestre de 2004, a carteira de crédito da Credicard está consolidada. Para melhor comparabilidade, ao se eliminar do saldo de junho de 2004 o montante da Credicard e incluir os créditos parcelados da Unicard e Fininvest, verifica-se um crescimento de 21,0% em 12 meses.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Da carteira de crédito em 30 de junho de 2005, 92,8% estava classificada, de acordo com os parâmetros da resolução 2.682, entre AA e C – os níveis de menor risco. Na mesma data, o saldo das provisões para perdas com créditos totalizava R$1.739 milhões, representando 4,9% da carteira, enquanto que o saldo classificado entre E e H representava 4,3% da carteira. Assim, o índice de cobertura dos créditos E-H por provisões é de 115,0%. Das provisões, R$412 milhões têm por base percentuais mais prudentes do que os exigidos pela regulamentação.

A captação global do Unibanco, em 30 de junho de 2005, atingiu R$100 bilhões, incluindo R$35.119 milhões em fundos de investimento e carteiras administradas. Os *core-deposits* (captações estáveis e de menor custo para o banco) apresentaram crescimento de 23,6% em 12 meses, influenciados pelo saldo do SuperPoupe, produto lançado em 2004 e que apresentava saldo de R$2.350 milhões ao final de junho de 2005.

O índice de Basiléia do Unibanco ficou em 16,1% em 30 de junho de 2005, acima do limite mínimo de 11% exigido pelo Banco Central. Considerando a emissão de bônus perpétuos, concluída no final do mês de julho, o índice subirá para aproximadamente 18%.

Áreas de Negócios

Varejo

Os negócios de varejo atendem a cerca de 19,3 milhões de clientes no Unibanco. O banco múltiplo é voltado para pessoas físicas, pequenas e médias empresas; a Unicard e a Hipercard são negócios de cartões de crédito; a Fininvest, Pontocred e LuizaCred constituem as empresas com foco no financiamento do crédito ao consumo; e a Unibanco Financeira é orientada ao financiamento de veículos leves e pesados.

O total das operações de crédito para pessoa física atingiu R$13.359 milhões em 30 de junho de 2005. Deste valor, R$2.571 milhões eram constituídos por empréstimos das financeiras de crédito ao consumidor, R$2.881 milhões por empréstimos das empresas de cartão de crédito e R$7.907 milhões eram empréstimos do banco múltiplo e demais empresas. Os segmentos de micro, pequenas e médias empresas foram reestruturados em 2004 e o Varejo passou a coordenar as atividades relacionadas às empresas com faturamento até R$150 milhões/ano. A carteira de crédito deste segmento montava a R$6.414 milhões ao final do semestre.

O Unibanco e suas subsidiárias e afiliadas Fininvest, LuizaCred, PontoCred e Tecban (Banco 24 Horas) encerraram o mês de junho de 2005 com 16.923 pontos de distribuição, sendo: 1.270 agências e postos de atendimento bancário (PABs); 258 lojas próprias Fininvest; 12.117 pontos-de-venda da Fininvest; 335 pontos-de-venda da LuizaCred; 340 pontos-de-venda da PontoCred; e 2.603 pontos de atendimento do Banco 24 Horas.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Empresas de Financiamento ao Consumo

Parte da estrutura do varejo, as Empresas de Financiamento ao Consumo são responsáveis pela participação nos segmentos de cartão de crédito e crédito pessoal. No segmento de cartão de crédito, o Unibanco atua por meio das empresas Unicard, Hipercard e Redecard. No segmento de financeiras de crédito ao consumidor, o banco atua via Fininvest, PontoCred (em sociedade com a Globex, controladora da rede varejista Ponto Frio), LuizaCred (em sociedade com a rede varejista Magazine Luiza) e Sonaecred (em sociedade com a rede Sonae Distribuição Brasil).

A Unicard Banco Múltiplo S.A. fechou o semestre com 1,5 milhões de novos cartões emitidos. Novas parcerias em *co-branded* foram desenvolvidas, consolidando sua posição neste mercado. A carteira de crédito da companhia encerrou o semestre com saldo de R$1.756 milhões.

A Hipercard, negócio de cartões de crédito originado da rede de supermercados Bompreço e adquirido pelo Unibanco em março de 2004, totalizava ao final do semestre uma carteira de crédito de R$1.125 milhões. A empresa está presente no Nordeste, Sul e Sudeste do país, e exerce as funções de adquirente, emissora e processadora de seus cartões de crédito. No semestre, iniciou novo posicionamento mercadológico, com mudança da marca e reforço da oferta ao público-alvo.

No primeiro semestre de 2005, a Fininvest contribuiu com resultado de equivalência patrimonial no montante de R$99 milhões, registrando crescimento de 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. A empresa fechou o semestre com uma carteira de crédito de R$1.957 milhões, 258 lojas próprias e mais de 12 mil pontos-de-venda. No período foram celebradas 32 novas parcerias no segmento *private label*.

Atacado

Valendo-se de estratégia de cobertura regional e conhecimento setorial, voltada para o relacionamento de longo prazo, o Atacado atende empresas com faturamento acima de R$150 milhões e investidores institucionais. Tem consistentemente ocupado posições de destaque em fusões e aquisições, *project finance* e nos mercados de renda fixa e renda variável.

No primeiro semestre de 2005, o Unibanco:

- Liberou o montante de R$1,1 bilhões como agente financeiro do BNDES, sendo R$708 milhões apenas no segundo trimestre, alcançando a 3ª posição no ranking do BNDES e participação de mercado de 9,61%.

- Ocupou a 2º posição no ranking na modalidade BNDES-exim, com liberações de R$602 milhões e participação de mercado de 21,7%.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- Obteve posição de destaque no mercado de renda fixa participando como coordenador de oito emissões de debêntures (Cadip, Ampla, Sabesp, Votorantim Finanças, Tractebel, Coelba, Telemar, Vicunha Siderurgia, Eletropaulo e Copel), que totalizaram um volume de R$6,7 bilhões. De acordo com o ranking da Anbid, o Unibanco ocupa o 3º lugar em originação e em distribuição de debêntures.

- Posicionou-se como o segundo banco mais ativo na Cetip, no mercado de Derivativos, com posições na carteira no montante de R$2,34 bilhões, fortalecendo sua posição entre os bancos mais ativos em operações de *swap*.

- Obteve saldo de financiamento ao comércio exterior proveniente de operações de importação, exportação e garantias internacionais de US$ 1,8 bilhão, apresentando crescimento de 18% quando comparado com o segundo semestre de 2004.

- Em estruturação de projetos destacamos uma emissão de debêntures privadas conversíveis em ações no valor de R$255 milhões pelo prazo de 11 anos para construção do complexo hidroelétrico Fundão e Santa Clara de 250 MW de potência instalada para Elejor (controlada pela Copel).

- Atuou como coordenador líder na distribuição pública secundária de 45,9 milhões de Units do Unibanco, pertencentes ao Commerzbank e BNL, no montante total de R$718 milhões e coordenador contratado na oferta de Units da ALL no montante total de aproximadamente R$573 milhões.

- Assessorou a Embraer na aquisição da Ogma S/A, oficina de manutenção e reparos controlada pelo governo português.

- Estruturou uma operação de *Revolving Credit Facility* no valor de US$ 100 milhões para a Odebrecht Overseas Ltd, na qual o Unibanco foi um dos Coordenadores Líderes e Agente Administrativo. Também foi concluída a operação *Import Note Facility* sindicalizada no valor de US$125 milhões da Braskem, onde atuamos como *Joint Arranger*.

Seguros e Previdência Privada

Os negócios de seguros e previdência privada apresentaram resultado líquido de R$160 milhões no primeiro semestre de 2005, com crescimento de 8,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O faturamento consolidado de seguros e previdência privada no primeiro semestre de 2005 totalizou R$2.211 milhões.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

As empresas de seguros e previdência do Unibanco ocupam o 4º lugar no ranking consolidado do mercado de seguros e de previdência complementar divulgado pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, pela ANAPP - Associação Nacional de Previdência Privada e pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, com 8,1% de participação (maio/05). A empresa manteve a liderança nos segmentos relativos a riscos patrimoniais, aeronáutico, responsabilidade civil de dirigentes, transporte internacional, além de produtos de garantia estendida, de acordo com os mais recentes dados do setor, divulgados pela SUSEP (maio/05).

As reservas técnicas consolidadas de seguros e previdência atingiram R$6.272 milhões ao final do semestre, com crescimento de 29,4% em relação ao primeiro semestre de 2004.

Seguros

Os prêmios emitidos líquidos de seguros totalizaram R$1.557 milhões no primeiro semestre de 2005, 13,0% acima do primeiro semestre de 2004.

O índice combinado *(combined ratio)*, que mede a eficiência operacional das empresas de seguros, no primeiro semestre de 2005 foi de 99,2%. O mesmo índice, no conceito ampliado, que inclui a receita financeira, foi de 85,7%.

Previdência Privada

A Unibanco AIG Previdência apresentou resultado líquido de R$37 milhões no primeiro semestre de 2005. O faturamento do período foi de R$654 milhões.

As reservas técnicas da empresa totalizaram R$4.849 milhões ao final do primeiro semestre de 2005, ante R$3.770 milhões em junho de 2004.

Gestão de Patrimônios

A subsidiária Unibanco Asset Management – UAM encerrou o primeiro semestre de 2005 com ativos sob gestão e administração no valor de R$35.119 milhões, o que representa um crescimento de 15,1% em 12 meses.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Unibanco Asset Management recebeu o Top Gestão de Renda Variável, prêmio criado com exclusividade no Brasil para Valor Investe pela Standard & Poor's e publicado pelo jornal Valor Econômico. Este prêmio é atribuído aos gestores de recursos de terceiros que apresentam, na média, a melhor consistência de resultados em relação aos de seus pares. A escolha combina critérios qualitativos e quantitativos num horizonte de tempo de três anos.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A Standard & Poor's Ratings Services reafirmou em 20 de julho de 2005 a classificação 'AMP1' (Muito Forte) atribuída às práticas de administração de recursos de terceiros (AMP/Asset Management Practices) da Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A.

Segundo o Ranking Global da ANBID, os recursos sob gestão do Private Bank em junho de 2005 apresentaram um crescimento de 21,4% em relação a dezembro de 2004. O Private Bank ocupa a 2ª posição, com 10,2% de participação em junho de 2005.

Unibanco Pessoas

Com um quadro de 26.999 profissionais, o Unibanco investiu no primeiro semestre de 2005 cerca de R$11,0 milhões em diversas ações de treinamento e desenvolvimento, incluindo os programas de MBA no Brasil e no exterior, e os cursos "Atendendo com Excelência" e "Gestão de Pessoas".

O programa Atendendo com Excelência tem como objetivo aprimorar as práticas de atendimento aos clientes da Rede de Agências e PABs. Até junho de 2005, 5.429 colaboradores foram treinados. O objetivo deste programa é treinar toda a rede de atendimento aos clientes até outubro de 2005, alinhando cada vez mais ao novo posicionamento e proposta de atuação do Unibanco.

Em fevereiro de 2005 o Unibanco iniciou o Módulo III do Programa Gestão de Pessoas, parte do processo de desenvolvimento contínuo das lideranças. Seu principal objetivo é trabalhar os fatores críticos de sucesso e mobilizar as equipes em direção às estratégias definidas.

Instituída no primeiro trimestre do ano, a Comissão de Conciliação Extrajudicial, tem como objetivo reduzir o número de processos trabalhistas e conseqüentemente seus passivos. Assim, os colaboradores desligados têm a oportunidade de se comunicarem diretamente com a Organização e representantes de entidades sindicais. Até junho de 2005, foram firmados aproximadamente 100 acordos com sindicatos em várias regiões do país.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em linha com as melhores práticas internacionais, o Unibanco possui uma estrutura de gestão de riscos integrada e independente, que se reporta à Vice-Presidência responsável pelos departamentos Jurídico, Auditoria, Riscos e Relações Institucionais.

Nesse contexto, o gerenciamento do risco de mercado e liquidez é efetuado através do monitoramento diário dos níveis de exposição frente aos limites estabelecidos, valendo-se de instrumentos como o VaR, análise de sensibilidade e *stress testing*.

O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O gerenciamento de riscos operacionais é efetuado por meio da utilização de ferramentas de auto-avaliação, monitoração de processos e serviços e mensuração quantitativa de perdas operacionais, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida no que se refere à importância da monitoração e mitigação dos riscos operacionais.

Por meio de uma metodologia proprietária de cálculo e alocação de capital econômico, a área consolida riscos e contribui para a otimização da relação risco/retorno do Unibanco.

Governança Corporativa

As boas práticas de governança corporativa sempre estiveram presentes no dia-a-dia dos negócios do Unibanco. Desde 2001, o Unibanco integra o Nível 1 da Bovespa, atendendo a requisitos básicos de transparência e respeito ao mercado. Apoiado em uma administração profissional, o banco conta com processos claros e definidos de gestão, que garantem imparcialidade no processo de tomada de decisões, rapidez na implementação de iniciativas e estratégias e capacidade para reagir com agilidade a mudanças de cenário.

Intenção de Oferta Pública Global de Units e GDSs

Em 15 de julho, o Unibanco e a Unibanco Holdings protocolizaram pedido de registro, no Brasil e nos Estados Unidos, de Oferta Pública Global da participação acionária detida no Unibanco e na Unibanco Holdings pela Caixa Geral de Depósitos (CGD). A Oferta Pública Global será na forma de Units (Bovespa:UBBR11) e Global Depositary Shares - GDS (NYSE:UBB).

Após a Oferta Pública Global, o Unibanco e a CGD manterão o atual relacionamento comercial, visando preferências mútuas nas operações entre Brasil e Portugal.

Ações do Unibanco

A Unit faz parte dos seguintes índices da Bovespa (pesos em 9 de agosto):

- Ibovespa, com peso de 1,061%
- IBrX-50, com peso de 2,999%
- IBrX-100, com peso de 2,661%
- IGC, com peso de 4,628%

Negociação das Ações

Na Bovespa, o volume médio diário de negociação de Units de emissão do Unibanco e da Unibanco Holdings no primeiro semestre de 2005 foi de R$18,1 milhões, volume 361% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. O volume médio diário de GDS do Unibanco e da Unibanco Holdings negociado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) superou US$ 18 milhões no mesmo período.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Responsabilidade Social

Instituto Unibanco

O 1º semestre de 2005 foi para o Instituto Unibanco um período de grandes conquistas e avanços, com a renovação de parcerias para a execução dos seguintes projetos: Das Ruas para Empresas (Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro e ONG Life), Espaço do Artesão (Prefeitura do Rio de Janeiro e ONG Aplauso Rio), Capacitação Cidadã (Associação Carpe Diem), Capacitação Básica de Cuidadores de Idosos (SEADS), Alfabetização Solidária (com ONG do mesmo nome), Estúdio Aprendiz (com a ONG CIPO), Se Liga e Acelera (EDH - Lide) e Programa de Preparação Para o Trabalho (Capacitação Solidária). Todos os projetos são de cunho educativo e atendem a jovens de baixa renda, visando sua educação e inclusão na sociedade.

Além dos projetos já listados, que atenderão centenas de pessoas, o Instituto Unibanco se destacou nesse semestre por algumas ações pontuais, tendo como principal exemplo a arrecadação de fundos realizada entre colaboradores, clientes, parceiros e fornecedores do Unibanco em apoio às crianças órfãs do Sri Lanka, após a tragédia do tsunami, que assolou o litoral do continente asiático em dezembro de 2004.

Neste período, destacam-se, ainda, o crescimento do projeto próprio do Instituto Unibanco, o Centro de Estudos, onde são desenvolvidas diversas oficinas e atividades que atendem aos jovens do Distrito Raposo Tavares; além do sucesso do Programa Junior Achievement, que chega ao quarto ano de parceria atendendo cerca de 4.500 alunos do ensino público de todo o Brasil e mobilizando 400 voluntários do Unibanco em atividades educativas realizadas dentro das escolas.

Instituto Moreira Salles

Criado em 1990, o Instituto Moreira Salles é uma entidade civil sem fins lucrativos que se dedica à difusão da cultura brasileira, sobretudo, à preservação de sua memória, desenvolvendo projetos próprios, nas áreas de fotografia, literatura, cinema, música e artes plásticas.

Os principais destaques do Instituto Moreira Salles no primeiro semestre de 2005 foram:

- Mais de 33 mil visitantes estiveram presentes nas 18 exposições apresentadas no período.

- 8.473 estudantes participaram de 184 visitas monitoradas às exposições.

- 52 atividades de arte-educação, sessões de cinema e teatro foram desenvolvidas pelo IMS para crianças e adolescentes.

- Mais de 1,5 milhão de pessoas compareceram às sessões de cinema na rede Espaço Unibanco/Unibanco Arteplex.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
01	UNIPART PARTICIPAÇÕES INTERNACIONAIS LTD	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	10,51
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		990.270		990.270	
02	UNIBANCO AIG SEGUROS S.A.	33.166.158/0001-95	ABERTA COLIGADA	49,71	15,16
SEGURADORA		533.828.584		533.807.125	
03	UNICARD BANCO MÚLTIPLO S.A.	61.071.387/0001-61	ABERTA CONTROLADA	100,00	8,41
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA		197.865.776.034		197.865.776.034	

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(a) Relação dos acionistas com mais de 5% do capital votante, de forma direta ou indireta em 30 de junho de 2005:

		Ações ordinárias/ cotas		Ações preferenciais/ cotas		Total	
Acionista	Nacionalidade do acionista	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.							
- Unibanco Holdings S.A.	Brasileira	729.950.914	96,60	100.382.950	15,37	830.333.864	58,94
- Caixa Brasil SGPS, S.A.	Portuguesa	3.641.578	0,48	63.938.421	9,79	67.579.999	4,80
- Ações em tesouraria		-	-	12.085.622	1,85	12.085.622	0,86
- Outros		22.065.676	2,92	476.793.171	72,99	498.858.847	35,40
Total		**755.658.168**	**100,00**	**653.200.164**	**100,00**	**1.408.858.332**	**100,00**
Unibanco Holdings S.A.							
- E. Johnston Repres. e Part. S.A.	Brasileira	247.778.104	78,62	2.177.856	0,41	249.955.960	29,64
- Caixa Brasil SGPS, S.A.	Portuguesa	37.138.435	11,79	67.579.999	12,80	104.718.434	12,42
- Ações em tesouraria		-	-	12.970.890	2,46	12.970.890	1,54
- Outros		30.229.336	9,59	445.430.142	84,33	475.659.478	56,40
Total		**315.145.875**	**100,00**	**528.158.887**	**100,00**	**843.304.762**	**100,00**
E. Johnston Repr. e Part. S.A.							
- E. Johnston Participações Ltda.	Brasileira	138.772.343	86,63	-	-	138.772.343	86.63
- Walther Moreira Salles Júnior	Brasileira	7.789.035	4,86	-	-	7.789.035	4,86
- Pedro Moreira Salles	Brasileira	7.789.036	4,86	-	-	7.789.036	4,86
- João Moreira Salles	Brasileira	5.841.776	3,65	-	-	5.841.776	3,65
- Outros		2	-	-	-	2	-
Total		**160.192.192**	**100,00**	**-**	**-**	**160.192.192**	**100,00**
E. Johnston Participações Ltda.							
- Fernando Roberto Moreira Salles	Brasileira	-	-	40	16,66	40	8,34
- Walther Moreira Salles Júnior	Brasileira	90	37,50	70	29,17	160	33,33
- Pedro Moreira Salles	Brasileira	90	37,50	70	29,17	160	33,33
- João Moreira Salles	Brasileira	60	25,00	60	25,00	120	25,00
Total		**240**	**100,00**	**240**	**100,00**	**480**	**100,00**

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(b) Posição Acionária do Unibanco – União de Bancos Brasileiros em 30 de junho de 2005:

Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais(*)	%	Total	%
Controlador	729.950.914	96,60	100.382.950	15,37	830.333.864	58,94
Administradores						
Conselho de Administração	117	-	3.242.904	0,50	3.243.021	0,23
Diretoria	232	-	1.896.936	0,29	1.897.168	0,13
Ações em tesouraria	-	-	12.085.622	1,85	12.085.622	0,86
Outros acionistas	25.706.905	3,40	535.591.752	81,99	561.298.657	39,84
Total	**755.658.168**	**100,00**	**653.200.164**	**100,00**	**1.408.858.332**	**100,00**
Ações em circulação no mercado (**)	25.707.254	3,40	540.731.592	82,78	566.438.846	40,21

(*) O montante, registrado, de ações preferenciais do Conselho de Administração é composto por 4 ações preferenciais e 3.242.900 *Units*. O montante, registrado, de ações preferenciais da Diretoria é composto por 323 ações preferenciais e 1.896.613 *Units*.

(**) As ações em circulação no mercado foram calculadas de acordo com as definições do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BOVESPA.

(c) Posição Acionária do Unibanco – União de Bancos Brasileiros em 30 de junho de 2004:

Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais(*)	%	Total	%
Controlador	729.950.914	96,60	99.957.827	15,30	829.908.741	58,91
Administradores						
Conselho de Administração	117	-	2.951.804	0,45	2.951.921	0,21
Diretoria	343	-	6.557.163	1,01	6.557.506	0,47
Ações em tesouraria	-	-	12.744.112	1,95	12.744.112	0,90
Outros acionistas	25.706.794	3,40	530.989.258	81,29	556.696.052	39,51
Total	**755.658.168**	**100,00**	**653.200.164**	**100,00**	**1.408.858.332**	**100,00**
Ações em circulação no mercado (**)	25.707.254	3,40	540.498.225	82,75	566.205.479	40,19

(*) O montante, registrado, de ações preferenciais do Conselho de Administração é composto por 659.000 ações preferenciais e 2.292.804 *Units*. O montante, registrado, de ações preferenciais da Diretoria é composto por 10.635 ações preferenciais e 6.546.528 *Units*.

(**) As ações em circulação no mercado foram calculadas de acordo com as definições do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BOVESPA.

Para melhor comparabilidade, no item (c), foi efetuado o grupamento de ações, de 100 ações para 1 ação, que se deu em agosto de 2004, conforme nota explicativa 15 (a).

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Auditoria Independente

No intuito de manter a relação de independência com seus auditores externos, a administração do Unibanco tem como política limitar os serviços outros que não sejam de auditoria independente. Informamos que no primeiro semestre de 2005, o Unibanco pagou outros serviços profissionais não enquadrados como serviços de auditoria independente à PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes no montante de R$ 1.743 mil, que representaram cerca de 40% dos honorários totais pagos à PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes durante o período. Tal valor refere-se ao apoio técnico no projeto desenvolvido para atendimento ao artigo 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes–Oxley, que teve início em outubro de 2004 e tem duração prevista até setembro de 2005.

A política adotada pelo Unibanco atende aos princípios que preservam a independência do Auditor de acordo às normas brasileiras e internacionais. Os contratos celebrados com os auditores independentes em data posterior à implantação do Comitê de Auditoria foram submetidos a exame do referido órgão, que os aprovou previamente, por considerar que estes serviços são consistentes com a função do auditor independente e não representam nenhuma violação das normas de independência aplicáveis e não afetam a objetividade dos auditores, em razão do escopo e dos procedimentos executados.

01158-4 UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA 33.700.394/0001-40

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos Acionistas e Conselho de Administração
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.

1 Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (Unibanco) e do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e empresas controladas (Unibanco Consolidado), referentes aos trimestres e semestres findos em 30 de junho e 31 de março de 2005 e 30 de junho de 2004, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração.

2 Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional do Unibanco e empresas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações do Unibanco e do Unibanco Consolidado.

3 Com base em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4 Nossas revisões foram conduzidas com o objetivo de emitir um relatório de revisão limitada sobre as Informações Trimestrais - ITR referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do fluxo de caixa do Unibanco e do Unibanco Consolidado correspondentes ao semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2005, apresentada como Nota Explicativa no. 21 às informações trimestrais, não são requeridas como parte integrante das Informações Trimestrais - ITR. As demonstrações do fluxo de caixa foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão limitada descritos no segundo parágrafo e, com base nessa revisão limitada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita para que essa demonstração esteja adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às Informações Trimestrais - ITR.

5 A revisão das Informações Trimestrais – ITR em 30 de junho de 2005 foi efetuada em conjunto com o exame das demonstrações contábeis do Unibanco e do Unibanco Consolidado nessa mesma data, sobre as quais emitimos nosso parecer, sem ressalvas, datado de 10 de agosto de 2005.

São Paulo, 10 de agosto de 2005

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01158-4	UNIBANCO-UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS SA	33.700.394/0001-40

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	9
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	11
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	67
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	68
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	71
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	74
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	76
09	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	85
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	86
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	89
		UNIPART PARTICIPAÇÕES INTERNACIONAIS LTD	
		UNIBANCO AIG SEGUROS S.A.	
		UNICARD BANCO MÚLTIPLO S.A.	/89